



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 33^a SESSÃO À 36^a SESSÃO DA 4^a SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52^a LEGISLATURA

VOLUME 30 Nº 17
3 ABR. A 6 ABR.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2006

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO	Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Senadora	SERYS SLHESSARENKO (PT- MT)
2º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
3º Senador	ALVARO DIAS (PSDB-PR)
4º Senador	AELTON FREITAS (PL-MG)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		publicada no jornal <i>Valor Econômico</i> , edição de 20 de março de 2006. Senador Sérgio Guerra.	99
Transcrição de ofício circular do Diretor da ANP, Haroldo Lima. Senador José Jorge.	319	Comentários sobre o artigo intitulado “Um assessor sob suspeita”, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 21 de março de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	101
ARTIGO DE IMPRENSA		Registro da matéria intitulada “Moral torta”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 29 de março de 2006. Senador Leonel Pavan.	103
Comentários sobre matéria publicada no jornal <i>A Gazeta</i> , sobre a entrada do Amapá na rota dos crimes de pedofilia pela Internet. Senador Papaléo Paes.	30	Registro da matéria intitulada “Ângela diz que dança da pizza não foi deboche, e se desculpa”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 25 de março de 2006. Senador Arthur Virgílio.	219
Transcrição de nota do jornalista Anselmo Gois, publicada no jornal <i>O Globo</i> , intitulada “Dia da Mentira”. Senador Leonel Pavan.	92	Transcrição do editorial do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 3 de abril de 2006, intitulado “Otimismo em Dúvida”. Transcrição do artigo intitulado “Quem vai dizer não aos pedidos justos?”, de autoria do jornalista Carlos Alberto Sardenberg, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 3 de abril de 2006. Registro da matéria intitulada “O MST mostra a sua face real”, publicada na revista <i>Exame</i> , edição de 29 de março de 2006. Comentários ao editorial do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 4 de abril de 2006, intitulado “A montagem de uma vilania”. Senador Alvaro Dias.	222
Registro da matéria intitulada “Agência do setor aéreo decola sem verba definida”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 20 de março de 2006. Senador Alvaro Dias.	92	Transcrição da matéria intitulada “O ‘Palocci-gate’ e a morte da ética”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 29 de março de 2006. Senador Leonel Pavan.	246
Comentários sobre matéria intitulada “Corretor diz ter visto Palocci com lobistas”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 19 de março de 2006. Senador Luiz Pontes.	95	Registro da matéria intitulada “TCU detecta superfaturamento de US\$ 23 milhões na Petrobras”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 20 de março de 2006. Senador Sérgio Guerra.	250
Registro do editorial intitulado “A tática da confusão”, do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 25 de março de 2006. Senador Arthur Virgílio.	96	Comentários sobre a matéria intitulada “Solemnidade no Planalto teve clima de velório”, de autoria do jornalista Sérgio Gobetti, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 29 de março de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	253
Registro do artigo intitulado “No labirinto”, de autoria da jornalista Mirian Leitão, publicado na coluna Panorama Econômico, do jornal <i>O Globo</i> , edição de 23 de março de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	97		
Registro da matéria intitulada “Casa Civil veta acesso a gastos do Planalto”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 23 de março de 2006. Senador Papaléo Paes.	98		
Comentários sobre o artigo intitulado “A republiquetista de Lula”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 25 de março de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	98		
Registro da matéria intitulada “Palocci fica no cargo, mas oposição eleva o tom das críticas”,			

Pág.	Pág.		
<p>Registro da matéria intitulada “E agora, Petróbras?”, publicada na revista <i>Veja</i>, edição de 29 de março de 2006. Senador Papaléo Paes.</p> <p>Registro do artigo intitulado “Uma rede para nossa tribo”, da professora Maria Helena Guimarães de Castro, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>, edição de 23 de março de 2006. Senadora Lúcia Vânia.</p> <p>Registro do artigo intitulado “A ironia da história”, de autoria do jornalista André Petry, publicado na revista <i>Veja</i>, edição de 22 de março de 2006. Senador João Batista Motta.</p> <p>Comentários sobre a matéria intitulada “Petista queria seguir passos de Nildo”, de autoria da jornalista Rosa Costa, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>, edição de 22 de março de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.</p> <p>Comentários à matéria intitulada “Orçamento tem rombo de R\$ 15,6 bilhões”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>, em sua edição de 19 de março de 2006. Senador Luiz Pontes.</p> <p>Considerações sobre matéria publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>, de autoria da jornalista Rosa Costa, intitulada “Caseiro desmente Palocci e revela partilha de dinheiro em mansão”. Senador Alvaro Dias.</p> <p>Referência ao artigo “Antropo(hip-hop)logia”, de autoria do compositor de rapper Ferréz, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>, e registro do artigo intitulado “O grave problema agrícola”, do Deputado Federal Antonio Delfim Netto, publicado na revista <i>Carta Capital</i>. Senador Eduardo Suplicy.</p> <p>Referência ao artigo de Cláudio de Moura e Castro, publicado na revista <i>Veja</i>, edição nº 1949, de 29 de março de 2006, intitulado “Em se plantando dá”. Senador Eduardo Azeredo.</p> <p>Comentários sobre as matérias intituladas “Sou criticado porque gasto com pobres” e “ONG pede investigação de cadastros”, publicadas no jornal <i>O Globo</i>, edição de 22 de março de 2006. Senador Leonel Pavan.</p> <p>Registro da matéria intitulada “Quero ir para bem longe do país, afirma Francenildo”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>, edição de 26 de março de 2006. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Comentários sobre o editorial intitulado “Coisa de gangster”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>, edição de 25 de março de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.</p> <p>Registro de artigo intitulado “Lula comanda o ataque ao caseiro”, de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no <i>Jornal do Brasil</i>, em sua edição de 26 de março de 2006, e referência ao artigo de</p>	<p>254</p> <p>255</p> <p>256</p> <p>257</p> <p>258</p> <p>262</p> <p>372</p> <p>388</p> <p>391</p> <p>392</p> <p>393</p>	<p>Villas-Bôas Corrêa, publicado no <i>Jornal do Brasil</i>, no dia 5 de abril de 2006, sob o título “Solitário e Trapalhão”. Senador Alvaro Dias.</p> <p>Registro do artigo “Fim de festa”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>, edição de 28 de março de 2006. Senador Papaléo Paes.</p> <p>Registro do artigo intitulado “E prossegue a orgia dos gastos públicos”, de autoria do economista Roberto Macedo, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>, edição de 23 de março de 2006. Senador Sérgio Guerra.</p> <p>Comentários sobre a matéria intitulada “Jogo de empurra”, publicada no jornal <i>Correio Brasileiro</i>, edição de 21 de março de 2006. Senador Luiz Pontes.</p> <p>Comentários sobre o artigo intitulado “A esquerda diante do século 21”, de autoria do professor Marco Aurélio Nogueira, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>, edição de 25 de março de 2006. Senador João Batista Motta.</p> <p>Comentários sobre a matéria intitulada “Saída de Palocci acaba com o núcleo duro do Planalto”, de autoria do jornalista Diego Escosteguy, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>, edição de 29 de março de 2006. Senador Flexa Ribeiro.</p> <p>Registro da edição do jornal de Porto Alegre, <i>Diário Gaúcho</i>, com a manchete “Tiros e Pânico na Escola”. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Sérgio Zambiasi.</p> <p>Comentários sobre o artigo “Espetáculo mambembe”, de autoria da jornalista Dora Kramer. Senador Antero Paes de Barros.</p> <p>Considerações sobre o artigo intitulado “O vento das mudanças”, de autoria de S.Exa. Senador Almeida Lima.</p> <p>Registro do artigo intitulado “Lula tem culpa nesse cartório”, de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no <i>Jornal do Brasil</i>, edição de 28 de março de 2006; referência ao artigo, intitulado “O vó do ‘coronel’ Pontes”, de autoria do Doutor Roberto Macedo, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> e comentários sobre artigo do Doutor Ives Gandra Martins, intitulado “O caseiro e os mensaleiros”, publicado no <i>Jornal do Brasil</i>. Senador Alvaro Dias.</p> <p>Registro do artigo intitulado “A central de negócios das vestais decaídas”, de autoria do jornalista Fritz Utzeri, publicado no <i>Jornal do Brasil</i>, edição de 22 de março de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.</p> <p>Registro da matéria intitulada “Palocci ordenou a Mattoso violação do sigilo do caseiro”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>, edição de 2 de abril de 2006. Senador Sérgio Guerra.</p>	<p>394</p> <p>397</p> <p>398</p> <p>399</p> <p>400</p> <p>402</p> <p>421</p> <p>445</p> <p>457</p> <p>473</p> <p>478</p> <p>479</p>

Pág.	Pág.		
Comentários sobre o artigo intitulado “Inde- cência”, de autoria do jornalista Fernando Rodrigues, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 22 de março de 2006. Senador João Batista Motta. ..	481	da Justiça ao Senado Federal para prestar escla- recimentos sobre a quebra ilegal do sigilo bancário do Senhor Francenildo dos Santos Costa. Senador Arthur Virgílio.	60
Registro da matéria intitulada “CEF recebeu ‘dicas’ sobre caseiro antes de agir”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 29 de março de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	482	Apoio ao requerimento do Senador Arthur Virgílio, que solicita a presença do Ministro da Jus- tiça ao Senado Federal para prestar esclarecimento sobre a quebra ilegal do sigilo bancário do Senhor Francenildo dos Santos Costa. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Cristovam Buarque.	62
Comentários ao artigo intitulado “Imagem dila- pidada”, de autoria do jornalista Fernando Rodrigues, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 25 de março de 2006. Senador Leonel Pavan.	485	Informação de que a CPMI dos Bingos in- vestigará a participação do Ministro da Justiça na quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Senador Efraim Morais.	76
Registro do artigo intitulado “Quem paga o rombo”, do editorial do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 27 de março de 2006. Senador Arthur Virgílio.	486	Episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa e os novos fatos divulgados pela imprensa. Senador Heráclito Fortes.	83
Comentários sobre a matéria intitulada “Adeus, Palocci”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 28 de março de 2006. Senador Papaléo Paes.	487	Apoio ao requerimento do Senador Arthur Virgílio, que solicita a presença do Ministro da Justiça ao Senado Federal para prestar esclare- cimento sobre a quebra ilegal do sigilo bancário do Senhor Francenildo dos Santos Costa. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Antonio Carlos Magalhães.	83
Transcrição nos Anais do Senado Federal da matéria intitulada “Gastos sociais caíram 2,7% no governo Lula”, de autoria de Ricardo Galhardo, pu- blicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 22 de março de 2006. Senador Luiz Pontes.	488	Exigência da presença do Ministro da Justiça no Plenário do Senado Federal para esclarecimento da queda ilegal do sigilo bancário do Senhor Fran- cenildo dos Santos Costa. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Arthur Virgílio.	87
(BID)		Críticas ao trabalho do Ministro da Defe- sa, Waldir Pires. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Antonio Carlos Magalhães.	87
Realização do encontro do BID – Banco In- teramericano de Desenvolvimento – em Belo Hori- zonte. Aparte ao Senador Aelton Freitas. Senador Eduardo Azeredo.	430	Impossibilidade de que o relatório da CPMI dos Correios não aponte a participação de Lula no “valerioduto”. Considerações sobre o depoimento do Senhor Paulo Okamoto na CPI dos Bingos. Senador Alvaro Dias.	164
CONCESSÃO HONORÍFICA		Considerações sobre a discussão do relató- rio final da CPMI dos Correios. Senadora Heloísa Helena.	206
Informação de que o Senador Ramez Tebet recebeu o título de Cidadão Brasileiro concedido pela Câmara Distrital. Senador Mão Santa.	92	Comentários a respeito da CPMI dos Correios. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador César Borges.	207
(CPI)		Alerta quanto a possíveis negócios putrefatos de parlamentares na conclusão do relatório final da CPMI dos Correios. Senadora Heloísa Helena. ...	208
Comentários sobre sugestões do PT ao Re- latório Final da CPMI dos Correios. Senadora Ideli Salvatti.	42	Considerações sobre o relatório final da CPMI dos Correios. Senador Romeu Tuma.	209
Leitura de nota recebida do Ministério da Jus- tiça, sobre o episódio da quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Senador Tião Viana.	44	Considerações a respeito da CPMI dos Cor- reios. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Pedro Simon.	209
Preocupação com o Relatório Final da CPMI dos Correios, e a intenção do Governo de não apro- v-lo. Senador Antonio Carlos Magalhães.	57		
Justificação de requerimento a encaminhar à Mesa, solicitando o comparecimento do Ministro			

	Pág.		Pág.
Considerações a respeito da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador José Agripino.	210	proibir a exploração de bingo. Senador Heráclito Fortes.	322
Expectativa quanto à aprovação do relatório do Deputado Osmar Serraglio da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Garibaldi Alves Filho.	211	Apoio à proposta do Senador Heráclito Fortes de chamar à CPI dos Bingos o Procurador e o Presidente da Loteria. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Tião Viana.	322
Considerações sobre o relatório final da CPMI dos Correios. Elogios ao trabalho da Deputada Denise Frossard na referida CPMI. Senador Pedro Simon.	214	Esclarecimentos a respeito da CPMI dos Correios. Senador José Agripino.	354
Defesa da apresentação de emendas ao relatório final da CPMI dos Correios. Recomendação de mudanças no relatório final da CPMI dos Correios para deixar mais clara a responsabilização criminal do Presidente Lula. Senador Alvaro Dias.	265	Críticas à Polícia Federal por ter ouvido o Ex-ministro Palocci em sua casa, e não na superintendência da PF, pela sua simples condição de Ex-ministro. Aparte ao Senador José Agripino. Senadora Heloísa Helena.	355
Expectativa em torno do momento da apreciação do relatório final da CPMI dos Correios, do Relator Osmar Serraglio, a ser realizado no dia 3 de abril de 2006. Senador Alvaro Dias.	269	Pedido para que o requerimento que solicita a ida do Ministro Márcio Thomaz Bastos ao Senado Federal seja aprovado. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Eduardo Suplicy.	356
Comentários sobre a acareação ocorrida no dia 4 de abril de 2006, na CPI dos Bingos, entre o Senhor Paulo de Tarso Venceslau e o Senhor Paulo Okamoto. Questionamento sobre a permanência do Senhor Paulo Okamoto dirigindo o Sebrae e se recusando a abrir seu sigilo bancário. Senador José Jorge.	307	Considerações a respeito do resultado final da CPMI dos Correios, sua tramitação, as audiências, as dificuldades, a atuação de diversos parlamentares e o que ficou absolutamente esclarecido. Senador Jorge Bornhausen.	430
Críticas às declarações do Senhor Paulo Okamoto na CPI dos Bingos. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Rodolpho Tourinho.	308	Protesto contra episódio ocorrido na apresentação do relatório final da CPMI dos Correios, quando parlamentares foram impedidos de usar da palavra. Senadora Ideli Salvatti.	439
Sugestão para que o Senhor Paulo Okamoto revele sua movimentação bancária para que se esclareça a entrada dos recursos que viabilizaram a contribuição que ele fez para o Presidente Lula. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Eduardo Suplicy.	309	Resposta ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti sobre irregularidade na votação do relatório da CPI dos Correios. Senador Heráclito Fortes.	443
Término dos trabalhos da CPMI dos Correios. Apelo no sentido da aprovação do relatório final. Senador César Borges.	310	Considerações a respeito da votação do relatório final da CPMI dos Correios. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	444
Críticas à operação para transformar em “pizza” a CPMI dos Correios. Aparte ao Senador César Borges. Senador José Jorge.	311	Considerações sobre o relatório final da CPMI dos Correios. Senadora Heloísa Helena.	444
Importância da não alteração da “espinha dorsal” do relatório da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador César Borges. Senador Rodolpho Tourinho.	311	Lamento pelo comportamento do Ministro da Justiça, Sr. Márcio Thomaz Bastos, pelo tratamento privilegiado concedido ao Ex-ministro Antonio Palocci, que foi ouvido em casa pela Polícia Federal. Senador Antero Paes de Barros.	445
O encerramento dos trabalhos da CPMI dos Correios e a ameaça de não se chegar a um acordo sobre a apresentação de um relatório final. Senador Ramez Tebet.	315	Considerações a respeito do relatório final da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Tasso Jereissati.	447
Ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Federal, contra o Estado do Piauí, para		Acusação de falcaturas, praticadas pelo PT, no relatório final da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Heráclito Fortes.	448
		Elogios ao Ministro Márcio Thomaz Bastos e esclarecimentos quanto à participação do Senador Tião Viana no episódio de vazamento de informações das contas do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Senador Eduardo Suplicy.	450

	Pág.	V	Pág.
Comentários sobre a importância dos esclarecimentos que serão prestados pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos sobre a quebra de sigilo bancário de Francenildo dos Santos Costa. Senador José Jorge.	451	cia nas escolas de todo o País, apresentando dados estarecedores. Senador Cristovam Buarque.	418
Comentários a respeito do relatório final da CPMI dos Correios e das manobras da Base do Governo para amenizar e até mesmo corromper os fatos que a Comissão apurou. Senador José Jorge.	459	Constatação da importância da educação para o País. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Paulo Paim.	419
Preocupação com a contestação da aprovação do relatório final da CPMI dos Correios. Senador José Agripino.	464	ELEIÇÕES	
Insatisfação quanto ao relatório final da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Heráclito Fortes.	466	Análise de declarações do candidato do PSDB à Presidência da República, Senhor Geraldo Alckmin. Senador Eduardo Suplicy.	468
Considerações a respeito do relatório final da CPMI dos Correios. Senador Heráclito Fortes.	466	ENERGIA ELÉTRICA	
Quebra de ética do PT ao tentar abafar verdades que estareceram a Nação, na CPI. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Heráclito Fortes.	470	Referências aos impostos e taxas pagos pelos brasileiros nas contas de energia elétrica. Senador Mão Santa.	165
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		ENSINO SUPERIOR	
Considerações sobre o Projeto de Lei nº 2.403, de autoria do Senador José Sarney, que estende os benefícios fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus para a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana e outras áreas da Amazônia Ocidental. Senador Gilvam Borges.	168	Justificativas quanto à apresentação de Projeto de Lei que autoriza o Governo Federal a criar campus avançado da Universidade Federal de Sergipe (UFS) nos municípios sergipanos de Estância, Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Propriá. Senador Antônio Carlos Valadares.	174
A importância do Projeto de Lei nº 2.403, de 2003, que estende os benefícios fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus para a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana e outras áreas da Amazônia Ocidental. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Valdir Raupp.	169	ESCLARECIMENTO	
Apelo para que o Presidente Lula não discrimine os governos de Estados que não são de seu Partido. Senador Flexa Ribeiro.	410	Esclarecimentos sobre distorção pela imprensa de palavras proferidas por S. Ex ^a ., em recente pronunciamento sobre o Banco do Nordeste do Brasil. Senador Ney Suassuna.	176
Dificuldades em liberar recursos por conta da discriminação do Governo Federal em relação ao Estado de Santa Catarina. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Leonel Pavan.	411	FORÇAS ARMADAS	
Comentários a respeito de uma discriminação generalizada do Governo Federal em relação aos Estados brasileiros. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador João Batista Motta.	413	Legalidade da ação do Exército Brasileiro no Rio de Janeiro, destinada à recuperação de armas roubadas de um quartel. Senador Romeu Tuma. ...	209
EDUCAÇÃO		GOVERNO FEDERAL	
Comentários sobre estudo recente realizado pela pesquisadora Miriam Abramovay, sobre a violên-		Escândalos e a crise ética do governo Lula. Senador Efraim Moraes.	76
		Análise sobre o que se está assistindo no âmbito do governo do Presidente Lula, com relação à saída dos Ministros de Estado. Senador José Agripino.	85
		Leitura das declarações do Presidente Lula na posse dos novos Ministros. Senador José Jorge.	86
		Questionamentos sobre o envolvimento do Ministro Márcio Thomaz Bastos no episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. Senador José Jorge.	178

	Pág.		Pág.
HOMENAGEM			
Posse do Ex-senador Francisco Escórcio na Câmara Federal. Senador Mão Santa.	27	Felicitações ao atleta paraibano Kaio Márcio Almeida, medalha de ouro nos 100 metros borboleta, nas olimpíadas de Xangai-China. Senador José Maranhão.	471
Registro de participação nos festejos dos 100 anos da primeira Loja Maçônica Parnaibana, em Parnaíba. Senador Mão Santa.	58	HOMENAGEM PÓSTUMA	
Homenagem ao Papa João Paulo II, no primeiro ano de sua morte. Senador Garibaldi Alves Filho.	91	Justificação de requerimento em que solicita Voto de pesar pelo falecimento da Doutora Vanize de Oliveira Macêdo, Professora Titular da Faculdade de Medicina da UnB e Coordenadora da Pós-Graduação em Medicina Tropical. Senador Tião Viana. ...	31
Registro da posse do Vice-Governador Mendonça Filho, à frente do Estado de Pernambuco. Elogios ao ex-Governador Jarbas Vasconcelos por sua competente administração. Votos de pleno êxito ao Vice-Governador de São Paulo, Cláudio Lembo, que assumiu o cargo de Governador do Estado. Senador Marco Maciel.	154	Comunicado do falecimento da Senhora Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Mão Santa. ..	167
Homenagem à cidade de São Joaquim/SC, que realizaria, entre os dias 19 e 23 de abril de 2006, a “Festa Nacional da Maçã”. Senador Leonel Pavan.	192	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador José Agripino.	183
Homenagem a Jataí/GO pelo transcurso dos 51 anos da visita do então candidato a presidente da República, Juscelino Kubitschek, quando afirmou que construiria a capital federal no Planalto Central. Senador Maguito Vilela.	213	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Antonio Carlos Magalhães.	186
Cumprimentos aos moradores do município de Camboriú, em Santa Catarina, que completa 122 anos. Senador Leonel Pavan.	304	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Jefferson Péres.	186
Homenagem ao Senador Ramez Tebet pelo recebimento do título de Cidadão Brasiliense. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Paulo Paim. ..	316	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Aloizio Mercadante.	187
Homenagem ao Senador Ramez Tebet pelo recebimento do título de Cidadão Brasiliense. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Antônio Carlos Valadares.	317	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senadora Heloísa Helena.	187
Homenagem ao Senador Ramez Tebet pelo recebimento do título de Cidadão Brasiliense. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Marcelo Crivella. ..	317	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Fernando Bezerra.	187
Homenagem ao Senador Ramez Tebet pelo recebimento do título de Cidadão Brasiliense. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Antonio Carlos Magalhães.	318	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador José Sarney.	188
Homenagem ao jornal <i>O Popular</i> , de Goiás, que completa 68 anos de fundação. Senador Maguito Vilela.	321	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Magno Malta.	188
Homenagem à atriz Carmen Silva, que celebrou no Theatro São Pedro, em Porto Alegre, 90 anos de vida e 67 anos de vida artística. Senador Sérgio Zambiasi.	423	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Alvaro Dias.	189
Saudações ao atleta Kaio Márcio que se consagrou campeão mundial dos cem metros nado borboleta em Xangai. Senador Ney Suassuna.	460	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro,	

Pág.	Pág.		
mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Leomar Quintanilha.	189	ro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Marco Maciel.	192
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Leonel Pavan.	189	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Tasso Jereissati.	197
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Ney Suassuna.	190	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Antero Paes de Barros.	197
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Luiz Otávio.	190	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Gilberto Mestrinho.	197
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Mão Santa.	190	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Azeredo.	198
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Suplicy.	191	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Rodolpho Tourinho.	198
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	191	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Juvêncio da Fonseca.	202
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Edison Lobão.	191	Solidariedade ao Senador Arthur Virgílio pelo falecimento de sua mãe. Senador Pedro Simon. ..	214
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Flávio Arns.	191	Homenagem de pesar pelo falecimento da mãe do Senador Arthur Virgílio, Sra. Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro. Senador Paulo Paim.	307
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Heráclito Fortes.	191	Consternação pelo falecimento da mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Ramez Tebet. ...	315
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Romeu Tuma.	192	Leitura de requerimento que solicita Voto de pesar pelo falecimento de Luiz Carlos Calachi Moraes, ocorrido em 3 de março de 2006. Senador Paulo Paim.	356
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Efraim Morais.	192	Sentimento solidário ao falecimento de Luiz Carlos Calachi Moraes. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Eduardo Suplicy.	357
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Tião Viana.	192	Homenagem de pesar pelo falecimento da mãe do Senador Arthur Virgílio, Sra. Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro. Senador Garibaldi Alves Filho.	359
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Tião Viana.	192	Encaminhamento do Requerimento nº 380, de 2006, que solicita homenagens pelo falecimento da Senhora Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro. Senador Eduardo Siqueira Campos.	385
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Tião Viana.	192	Homenagem de pesar pelo falecimento de George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha. Senadora Heloísa Helena.	434

VIII

	Pág.		Pág.
Homenagem de pesar pelo falecimento de George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha. Senador Demóstenes Torres.	434	julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas - ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas - FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. Senador Arthur Virgílio.	407
Homenagem de pesar pelo falecimento de George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha. Senador Eduardo Suplicy.	435		
Homenagem de pesar pelo falecimento de George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha. Senador Paulo Paim.	436		
Homenagem de pesar pelo falecimento de George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha. Senador Flávio Arns.	436		
Homenagem de pesar pelo falecimento de George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha. Senador José Jorge.	436		
IMPrensa		MENSAGEM	
Alerta à sociedade brasileira em relação às notícias não verdadeiras, especialmente sobre Itaipu, veiculadas pela imprensa. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Flávio Arns.	264	Mensagem nº 116, de 2006 (nº 206, na origem), de autoria do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, com vistas ao encaminhamento à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, envia a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2006.	276
JUDICIÁRIO		Mensagem nº 115, de 2006 (nº 198/2006, na origem), de autoria do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que submete à apreciação da Casa o nome do Senhor Victor de Souza Martins para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. ...	296
Indignação com a atitude de juízes e desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e da Câmara de Desembargadores da Bahia, que afastaram do cargo o Prefeito do Município Luís Eduardo Magalhães. Senador Antonio Carlos Magalhães.	175	MOVIMENTO TRABALHISTA	
Defesa de que seja feita uma representação individual contra cada um dos juízes que afastaram do cargo o Prefeito do Município Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador José Jorge.	175	O direito ao feriado de Páscoa dos funcionários do Banco Santander Banespa. Senador Paulo Paim.	492
LEGISLAÇÃO ELEITORAL		(ONG)	
Considerações sobre a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, referente à quebra do princípio da verticalização nas próximas eleições no País. Senador José Maranhão.	471	Importância do trabalho desenvolvido pela ONG Transparência Brasil. Senador Alvaro Dias.	222
LEGISLATIVO		ORÇAMENTO	
Estudo sobre o trabalho e o perfil das Assembleias Legislativas. Senador Efraim Morais.	346	Protesto contra a retirada de recursos orçamentários para o gasoduto Coari-Manaus. Senador Arthur Virgílio.	84
MEDIDA PROVISÓRIA			
Encaminhamento da Medida Provisória nº 269, de 2005, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de			

	Pág.		Pág.
Considerações sobre a não aprovação do Orçamento de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	271	posta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como 1º signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico. Senador Juvêncio da Fonseca.	138
Decepção com a demora na aprovação do Orçamento da União para 2006. Senador Ney Suassuna.	312	Parecer nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como 1º signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de parte do produto da arrecadação do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior. Senador Arthur Virgílio.	145
Apelo aos parlamentares no sentido de um esforço para a votação, com urgência, do Orçamento da União para 2006. Senador Gilvam Borges.	313	(PETROBRAS)	
Apelo para a aprovação do Orçamento. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Maguito Vilela.	314	Comentários a respeito dos Centros e Redes de Excelência da Petrobras, que consegue, cada vez mais, melhor a qualidade de seus produtos e serviços. Senador Romero Jucá.	403
Lamento pela demora na aprovação do Orçamento da União e contestação diante das palavras do Presidente Lula sobre a questão. Questionamento sobre o projeto do Fundeb. Senador Cristovam Buarque.	329	(PIB)	
Comentários a respeito do relatório de revisão do PPA da matéria sobre o Orçamento. Senador Sibá Machado.	338	Elogios à iniciativa do Senador Garibaldi Alves Filho em pensar no PIB como instrumento de recomposição de perdas para o salário mínimo e para os aposentados e pensionistas. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Paulo Paim.	359
Justificativa pela não votação do Orçamento por conta da não votação do PPA. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Efraim Morais.	338	POLÍTICA AGRÍCOLA	
Esclarecimento de que não é preciso a aprovação do PPA para se votar o Orçamento. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Romero Jucá.	339	Alerta ao Governo Federal sobre a crise que se abate sobre o campo, uma vez que o Banco do Brasil transferiu a dívida dos agricultores do Paraná para a Receita Federal. Senador Osmar Dias.	45
Críticas pela falta de votação do Orçamento. Senador Romeu Tuma.	340	Lamentos quanto à falta de apoio governamental na atividade agrícola no Estado da Bahia. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador César Borges.	46
Apelo para que o Congresso vote o Orçamento e o PPA. Senador Gilberto Mestrinho.	340	Preocupação com o endividamento dos agricultores da Região Nordeste. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Ney Suassuna.	47
Importância da aprovação da Lei de Meios e do Orçamento. Senador Antônio Carlos Valadares.	342	Sugestão para convocação de 22 membros do PMDB para derrubar o veto do Presidente Lula no que diz respeito ao endividamento dos agricultores brasileiros. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Mão Santa.	47
Justificativa quanto à demora na apresentação do PPA. Senador Sibá Machado.	343		
PAPA			
Lembrança da oportunidade em que S.Exª foi abençoado pelo Papa João Paulo II. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Mão Santa. ...	91		
PARECER			
Parecer nº 289, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2003, tendo como 1º Signatário o Senador Sibá Machado, que altera o art. 189 da Constituição Federal, suprimindo a expedição de título do domínio aos beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária. Senador Pedro Simon.	134		
Parecer nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Pro-			

	Pág.		Pág.
Considerações sobre a violência no Estado do Pará, levada a cabo pelo MST. Senador Juvêncio da Fonseca.	202	Ibama. Apelo ao Governo Federal pela liberação de recursos para a construção do gasoduto em Rondônia. Senador Valdir Raupp.	173
Considerações sobre a violência no Estado do Pará, levada a cabo pelo MST. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Tasso Jereissati.	204	Luta junto ao Governo Federal no sentido de uma intervenção na Baixada Maranhense, rica em história e mananciais de água doce. Senador João Alberto Souza.	318
Críticas aos atos de violência do MST. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Flexa Ribeiro.	205	Comentários a respeito da VIII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidades Biológicas. Senador Sibá Machado.	371
Considerações a respeito da tentativa de invasão do prédio da Cemig (Centrais Elétricas de Minas Gerais) por um movimento intitulado Movimento dos Atingidos por Barragens. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Eduardo Azeredo.	205	Considerações pelos graves desequilíbrios de que padece hoje a Amazônia e elogios ao trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Senador Romero Jucá.	490
Apelo ao governo no sentido de socorrer o setor de produção de arroz catarinense, que se encontra em situação de descapitalização. Senador Leonel Pavan.	304	POLÍTICA CULTURAL	
Considerações a respeito da gravidade da situação dos agricultores brasileiros. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Osmar Dias.	305	Saudação à criação e instalação da Academia de Letras, Ciências e Ecologia do Leste Maranhense, com sede na cidade de Timon. Senador João Alberto Souza.	176
Manifestação contrária ao veto do projeto de renegociação da dívida dos produtores rurais brasileiros. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Rodolpho Tourinho.	306	Registro da inauguração do Museu da Língua Portuguesa, na Estação da Luz, em São Paulo, solenidade que contou com a presença de diversas autoridades. Abertura, no Senado Federal, da Mostra Especial Portuguesa. Senador Marco Maciel.	437
Comentários a respeito da crise que assola os agricultores nordestinos. Senador Garibaldi Alves Filho.	359	POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO	
Considerações a respeito da dívida dos trabalhadores rurais do Nordeste. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senadora Heloísa Helena.	360	Proposta para industrialização do óleo da mamona como biodiesel, fonte geradora de emprego e renda. Senador Alberto Silva.	89
Considerações sobre a crise dos trabalhadores rurais nordestinos. Senador José Maranhão.	361	Considerações a respeito do projeto para industrialização do óleo da mamona como biodiesel. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador César Borges.	90
Registro de diálogo de S.Exa. com o ex-Deputado e Presidente do Incra, Plínio de Arruda Sampaio, sobre as ações do MST, e conversa com o Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, sobre a execução das metas de reforma agrária. Senador Eduardo Suplicy.	372	Defesa de uma política de reindustrialização para o Brasil. Senador Aelton Freitas.	180
A crise do agronegócio brasileiro. Senador Demóstenes Torres.	455	Registro dos resultados profícuos da quadragésima sétima Reunião Anual dos Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada em Belo Horizonte - MG. Senador Aelton Freitas.	429
A crise do agronegócio brasileiro. Senador Valdir Raupp.	461	POLÍTICA DE TRANSPORTE	
Críticas a respeito da atuação do Governo Lula e sua responsabilidade na crise do agronegócio brasileiro. Senador João Batista Motta.	462	Infra-estrutura do transporte marítimo de cargas no País, o custo do frete, a inadequação da estrutura portuária, a mão-de-obra desqualificada e a falta de vontade política do governo de aplicar recursos nos portos. Senador Leonel Pavan.	78
POLÍTICA AMBIENTAL			
Satisfação com a liberação da licença de construção do gasoduto Urucu-Porto Velho pelo			

	Pág.		Pág.
Lamento pelo abandono em que se encontra o patrimônio da Rede Ferroviária Federal, apelando ao governo para que recupere as ferrovias brasileiras. Senador Edison Lobão.	81	fico para a economia gaúcha, assim como para os pólos petroquímicos do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.	21
A importância da BR-116, que liga o interior gaúcho a Porto Alegre, e a necessidade de sua modificação para via expressa, sem pedágio. Anúncio de obras, pelo governo Lula, na BR-116, com a construção da BR-448. Senador Paulo Paim.	170	A importância do Senador Paulo Paim na mobilização contra a troca de ações da Petroquisa com a Braskem. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Sérgio Zambiasi.	22
Registro da paralisação da construção da ponte sobre o rio Araguaia. Senador Leomar Quintanilha. ..	201	Apoio à decisão do BNDES de reduzir o <i>spread</i> de seus empréstimos para investimentos, principalmente em inovação das empresas. Senador Valdir Raupp.	245
POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRO		POLÍTICA PENITENCIÁRIA	
Questionamentos sobre a política econômica do Governo Lula. Senador Alvaro Dias.	473	Manifestação em defesa do Ex-governador Geraldo Alckmin, com relação à Febem. Senador Romeu Tuma.	424
POLÍTICA EDUCACIONAL		POLÍTICA SALARIAL	
Defesa da adoção do sistema de tempo integral nas escolas brasileiras. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Demóstenes Torres.	426	Conclusão do primeiro ciclo de estudos da Comissão Mista destinada a discutir uma proposta definitiva de valorização do salário mínimo e dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Senador Paulo Paim.	170
POLÍTICA ENERGÉTICA		POLÍTICA SOCIAL	
Considerações sobre a questão do gás natural. Senador Rodolpho Tourinho.	198	Registro da formatura de 1,2 mil jovens de áreas de risco da grande Florianópolis, que participaram do programa "Consórcio da Juventude". Senadora Ideli Salvatti.	42
POLÍTICA EXTERNA		Preocupação com o futuro das crianças e adolescentes no Brasil em decorrência da banalização da mentira e da miséria. Senador Cristovam Buarque.	88
Investimentos da Petrobras na Bolívia sob ameaça. Senador Alvaro Dias.	92	Preocupação com a dura realidade dos jovens na capital paranaense, que em sua maioria estão desempregados e no mundo das drogas. Senador Osmar Dias.	172
Apelo para que o Governo brasileiro defenda os investimentos da Petrobras na negociação com a Bolívia. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador José Jorge.	198	Considerações sobre o estudo da Unicamp, conduzido pelo economista Márcio Pochmann, intitulado "Classe Média (desempenho e crise)". Senador Jefferson Péres.	244
Considerações a respeito das negociações entre Brasil e Bolívia quanto ao gás natural. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Romeu Tuma.	199	Elogios para os programas do Governo Federal: Luz para Todos, Bolsa Família e o Seguro da Agricultura Familiar. Senador Paulo Paim.	275
POLÍTICA INDIGENISTA		Registro da participação de S.Exa., no período de 28 a 31 de março, em Valência, Espanha, do quinto Fórum da Aliança Mundial de Cidades contra a Pobreza, patrocinada pelo PNUD. Senadora Maria do Carmo Alves.	330
Agravamento da delicada questão indígena no Mato Grosso do Sul. Senador Juvêncio da Fonseca.	167		
Cumprimento dos acordos firmados para a homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Senador Romero Jucá.	460		
POLÍTICA INDUSTRIAL			
Anúncio de que a Petroquisa não vai concretizar troca de ações com a Braskem, o que é bené-			

	Pág.		Pág.
Preocupação com os jovens da cidade de Boa Vista. Senador Romero Jucá.	344	Críticas à visita do Presidente Lula às fábricas de pneus Continental e da Ford. Aparte ao Senador César Borges. Senador Antonio Carlos Magalhães.	49
Preocupação com o destino de crianças e adolescentes ameaçadas pelo mundo do crime. Aparte ao Senador Romero Jucá. Senadora Heloísa Helena. .	345	Comentários críticos a respeito da inauguração, pelo Presidente Lula, do aeroporto internacional de Parnaíba. Aparte ao Senador César Borges. Senador Mão Santa.	49
Ponderações sobre o direito à habitação, objeto da Emenda à Constituição nº 26, de 2000. Senador Romeu Tuma.	424	Comentários sobre declarações do Ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional, a respeito do Presidente Lula, ao afastar-se do cargo. Senador Arthur Virgílio.	60
Comentários em relação às políticas de assistência social. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senadora Heloísa Helena.	425	Comentários às declarações do Presidente Lula, ao dar posse ao novo ministério. Senador Alvaro Dias.	222
Esclarecimentos com relação ao Programa Bolsa-Escola. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Cristovam Buarque.	426	Críticas às declarações do Presidente Lula sobre a atuação do Congresso Nacional. Senador Efraim Morais.	337
Comentários a respeito da renda básica de cidadania. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Eduardo Suplicy.	426	Questionamentos sobre as viagens eleitorais do Presidente Lula. Senador Antonio Carlos Magalhães.	421
POLÍTICA SOCIOECONÔMICA		Esclarecimento em relação ao convite ao Presidente Lula para comparecimento à inauguração da fábrica da Ford na região de Camaçari. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Eduardo Suplicy.	422
Comentários sobre resultado de pesquisa qualitativa realizada na Paraíba, que revelou crise nos seguintes setores: emprego, educação e saúde. Senador Ney Suassuna.	79	Críticas ao Presidente Lula por sua postura diante das denúncias de corrupção em seu governo. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Demóstenes Torres.	422
POLÍTICA TRABALHISTA		PROJETO DE LEI DA CÂMARA	
Considerações a respeito da conquista da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado do Tocantins junto ao STJ, que reconheceu os benefícios para mais de seis mil integrantes da corporação. Senador Eduardo Siqueira Campos.	383	Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2006 (nº 4.559/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226, da Constituição Federal, da Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção de Belém do Pará; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal e 2.948, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984; e dá outras providências.	2
POLÍTICA TRIBUTÁRIA		PROJETO DE LEI DO SENADO	
Leitura de documento recebido de diversas associações de auditores fiscais manifestando preocupação com projeto que trata do “Super-Simples”. Senador Paulo Paim.	21	Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2006, que estabelece punições para as violações às diretrizes e normas concernentes às pesquisas que envolvem	
Elogios ao estudo de autoria dos economistas José Roberto Afonso e Beatriz Barbosa Meirelles, que indica que o Brasil já atingiu a média da carga tributária dos países mais ricos do mundo. Senador Alvaro Dias.	222		
PRESIDENTE DA REPÚBLICA			
Críticas sobre a viagem do Presidente Lula à Bahia e questionamentos sobre a inauguração de obras de que S.Exª participou no Estado. Senador César Borges.	48		

Pág.	Pág.
seres humanos e determina a co-responsabilidade do pesquisador, do patrocinador e da instituição pela indenização devida aos sujeitos das pesquisas por eventuais danos ou prejuízos. Senador Cristovam Buarque.	123
Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2006, que autoriza o Poder Executivo a criar campi avançados da Universidade Federal de Sergipe (UFS) nos Municípios de Estância, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Propriá, no Estado de Sergipe. Senador Antônio Carlos Valadares.	132
Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2006, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir ao contribuinte pessoa física deduzir do Imposto de Renda parcela do valor pago no ano-calendário para a aquisição de imóvel residencial mediante financiamento. Senador Marcelo Crivella.	302
REQUERIMENTO	
Requerimento nº 363, de 2006, que solicita homenagens pelo falecimento da Doutora Vanize de Oliveira Macêdo, Professora Titular da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília. Senador Tião Viana.	40
Requerimento nº 364, de 2006, que solicita marcação de sessão especial em homenagem à Excelentíssima Senhora Michelle Bachelet, a primeira mulher eleita para Presidente da República do Chile, na sua história, por ocasião de sua visita ao Senador no dia 11 de abril de 2006. Senador Jefferson Péres.	40
Requerimento nº 365, de 2006, que solicita à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, informações sobre prejuízos financeiros e sociais sofridos pelas famílias atingidas pela construção da Hidrelétrica de Cana Brava (GO), e cópia do relatório do grupo de Trabalho Intermistrial encaminhado à apreciação da Câmara de Políticas Sociais do Conselho de Governo. Senador Alvaro Dias.	40
Requerimento nº 366, de 2006, que solicita Voto de aplauso ao jornalista, e ex-Senador Arthur da Távola, pelo lançamento do livro “A Mulher é Amar”. Senador Arthur Virgílio.	41
Requerimento nº 367, de 2006, que solicita Voto de aplauso à Fundação Oswaldo Cruz – FIO-CRUZ, especialmente aos seus cientistas que desenvolveram modificações genéticas no mosquito da malária, eliminando a capacidade de transmitir a moléstia. Senador Arthur Virgílio.	41
Requerimento nº 368, de 2006, que solicita Voto de aplauso ao Instituto Brasileiro de Municipalismo, Cidadania e Gestão – Instituto Cidadão pela criação do Prêmio José Aprígio Vilela, destinado a selecionar, anualmente, os cinco municípios brasileiros com destaques positivos nas áreas de desenvolvimento social, geração de empregos, saúde e educação. Senador Arthur Virgílio.	42
Requerimento nº 369, de 2006, que solicita a convocação do Ministro de Estado da Justiça para prestar esclarecimentos sobre o episódio da quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Senador Arthur Virgílio.	42
Requerimento nº 370, de 2006 (Requerimento nº 8, de 2006 – CRE), que solicita, considerando denúncias feitas sobre irregularidades contábeis na empresa binacional Itaipu, sejam prestadas pelo Ministro de Estado de Minas e Energia esclarecimentos sobre a fiscalização exercida na administração da Itaipu. Senador Roberto Saturnino.	115
Requerimento nº 371, de 2006, que solicita Voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 4 de abril de 2006, no Rio de Janeiro, da Exmª Senhora Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Alvaro Dias.	182
Requerimento nº 372, de 2006, que solicita a tramitação conjunta do PLS nº 291/2005, que “altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte” com o PLS nº 129/2003, que “acrescenta § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES) às pessoas jurídicas que especifica” e com o PLS nº 183/2003, que “altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), incluindo como beneficiário da lei os representantes comerciais” por versarem sobre a mesma matéria. Senadora Fátima Cleide.	218
Requerimento nº 373, de 2006, que solicita seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de aplauso para o Senhor Eder Jofre, pela passagem de seu 70º aniversário. Senador Magno Malta.	218
Requerimento nº 374, de 2006, que solicita Voto de pesar à Senhora Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. Senador Flexa Ribeiro.	219

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 375, de 2006, que solicita Voto de pesar pelo falecimento, em 29 de março de 2006, do ciclista goiano Wanderley Magalhães. Senador Arthur Virgílio.	219	Savalla Gomes, o palhaço Carequinha, ocorrido dia 5 de abril de 2006. Senador Eduardo Suplicy.	433
Requerimento nº 376, de 2006, que solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre o Contrato de locação de imóvel firmado com a empresa imobiliária "Irmãos Sarkis". Senadora Serys Slhessarenko.	300	Requerimento nº 384, de 2006, que requer, considerando que cerca de 1,5% da população acima de 40 anos é portadora de glaucoma, doença que se constitui em importante causa de cegueira em nosso meio, não obstante a possibilidade de prevenção, diagnóstico precoce, tratamento e acompanhamento especializado, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Saúde, informações sobre a programação do Ministério da Saúde para o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma, instituído pela Lei nº 10.456, de 13 de maio de 2002. Senador Augusto Botelho.	437
Requerimento nº 377, de 2006, que solicita informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre os recursos destinados a projetos pelo BNDES nos exercícios de 2000 a 2005, por região e por estado. Senador Luiz Pontes.	300	Requerimento nº 385, de 2006, que solicita Voto de aplauso à iniciativa das Lojas Maçônicas pela organização da Campanha Nacional "Doação de Medula Óssea", lançada oficialmente no dia 25 de março de 2006. Senadora Heloísa Helena.	437
Requerimento nº 378, de 2006, que solicita seja inserido em ata, Voto de pesar pelo falecimento de Luiz Carlos Calachi Moraes, ocorrido em 3 de março de 2006, devendo ser enviado à Vereadora e esposa Margarete Moraes na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre/RS e sua mãe Alba Calachi Moraes. Senador Paulo Paim.	301	SAÚDE	
Requerimento nº 379, de 2006, que solicita autorização para viajar ao exterior, mais precisamente a Portugal e Espanha, no período de 21 a 30 de abril de 2006, a fim de participar, a convite da Confederação Brasileira das Cooperativas Habitacionais, da FENACHE (Federação Portuguesa de Cooperativas Habitacionais), da UAGACОВI (União de Cooperativas de Habitação da Espanha), da abertura do Congresso da FENACHE e dos jogos Cooperativos de Portugal. Senador Jonas Pinheiro.	301	Comentários sobre notícias veiculadas pela mídia a respeito do Ministério da Saúde. Apelo ao Governo no sentido de que não leiloe o cargo de Ministro da Saúde, tendo em vista a situação da saúde em todo o País. Senadora Heloísa Helena.	26
Requerimento nº 380, de 2006, que solicita homenagens pelo falecimento da Senhora Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro. Senador Eduardo Siqueira Campos.	385	Registro da iniciativa de jovens adventistas gaúchos de promover a campanha "Mais Vida", de doação de sangue. Senador Sérgio Zambiasi.	28
Requerimento nº 381, de 2006, que solicita a designação para representar o Senado, acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de Demarcação Administrativa da terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima no período de 10 a 17 de abril de 2006. Senador Mozarildo Cavalcanti.	417	Anúncio de criação de força tarefa permanente para identificar as causas de doença que acarreta cegueira em habitantes das margens do rio Araguaia. Senador Leomar Quintanilha.	201
Requerimento nº 382, de 2006, que solicita voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento de George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha. Senadora Heloísa Helena.	432	Interesse do governo do Estado do Pará para instalação da rede Sarah de Hospitais em Belém/PA. Senador Flexa Ribeiro.	271
Requerimento nº 383, de 2006, que solicita inserção em ata de Voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento de George		Esclarecimentos sobre o grave problema da obesidade infantil no Brasil, que já é objeto de um projeto de lei da autoria de S.Exa. Senador Tião Viana.	327
		Alerta sobre a importância de se votar a matéria sobre a Geap, a Fundação de Seguridade Social. Senador Tião Viana.	335
		Apelo para que o Senado Federal vote a medida provisória que trata da Geap. Senador José Sarney.	336
		Registro pelo transcurso, em 7 de abril, do Dia Mundial da Saúde, data instituída pela Organização Mundial da Saúde. Senador Amir Lando.	489
		Homenagem à Organização Mundial da Saúde, pela passagem do Dia Mundial de Saúde, em 7 de abril. Senador Augusto Botelho.	492

		XV
	Pág.	Pág.
SEGURANÇA PÚBLICA		
Registro da operação policial no Hospital Abelardo Santos, no Distrito de Coaracy, em Belém. Senador Juvêncio da Fonseca.	202	
Críticas à ação da Polícia Federal no Hospital Abelardo Santos, no Distrito de Coaracy, em Belém, pela violência e falta de aviso prévio ao Governador do Estado, Simão Jatene. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Flexa Ribeiro.	202	
Comentários a respeito das rebeliões protagonizadas por detentos na Febem paulista. Senador Aloizio Mercadante.	367	
Comentários a respeito das rebeliões protagonizadas por detentos na Febem paulista. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Eduardo Suplicy.	369	
Denúncia de desvio de verbas do SUS entre 1999 e 2000, no Estado do Pará. Senadora Ana Júlia Carepa.	386	
SENADO FEDERAL		
Apoio para que o Senado Federal continue os trabalhos mesmo durante o feriado de Semana Santa. Senador Jefferson Péres.	187	
Solicitação de providências da Casa, sobre a suspeita de que S.Exa. esteja sendo investigado pela Agência Brasileira de Inteligência – Abin. Senador Heráclito Fortes.	194	
Considerações a respeito da suposta investigação do Abin sobre o Senador Heráclito Fortes. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Romeu Tuma.	194	
Considerações a respeito da suposta investigação do Abin sobre o Senador Heráclito Fortes. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Tião Viana.	194	
Anúncio de envio de Requerimento à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência convocando para reunião o General Jorge Armando Félix, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, e Márcio Paulo Buzanelli, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador José Jorge.	195	
Críticas ao procedimento investigatório promovido pela Abin contra Parlamentares da Casa. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senadora Heloísa Helena.	195	
Contato com o General Jorge Armando Félix, a respeito do procedimento investigatório promovido pela Abin contra o Senador Heráclito Fortes. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Romeu Tuma. ...		196
		196
		197
		200
		200
		200
		335
		336
		442
		471
SOBERANIA NACIONAL		
		430
TECNOLOGIA		
		362
TELEVISÃO		
		206

	Pág.		Pág.
Comentários a respeito do documentário “Falcão - Meninos do Tráfico”, exibido pela TV Globo. Senador Eduardo Suplicy.	372	TURISMO	
Comentários sobre a série “Falcão - Meninos do Tráfico”. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Eduardo Suplicy.	420	Apoio à formação de um núcleo turístico na Baixada Maranhense. Aparte ao Senador João Alberto Souza. Senador Edison Lobão.	319
Comentários sobre a série “Falcão - Meninos do Tráfico”. Senador Romeu Tuma.	420		

Ata da 33ª Sessão Não Deliberativa, em 3 de Abril de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Efraim Morais, João Alberto Souza, Papaléo Paes, Mão Santa e Alberto Silva

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que terminou sexta-feira, dia 31 de março do corrente ano, o prazo, sem interposição de recursos, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2006-CN**, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2003-CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004).

O projeto vai à promulgação e será feita a comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Senhor Presidente da República adotou, em 30 de março de 2006, e publicou em 31 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 288, de 2006, que “Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006”.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

José Jorge (PFL)	Eduardo Azeredo(PSDB)
Álvaro Dias (PSDB)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	Demóstenes Torres(PFL)
César Borges (PFL)	vago

PMDB

Ney Suassuna	Wellington Salgado de Oliveira
Luiz Otávio	José Maranhão
Valdir Raupp	Gerson Camata

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)

Ideli Salvatti (PT)	vago
Sibá Machado (PT)	vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	vago

PDT

Osmar Dias	vago
------------	------

PTB

Mozarildo Cavalcanti	Sérgio Zambiasi
----------------------	-----------------

*PCdoB

Leomar Quintanilha	vago
--------------------	------

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Henrique Fontana	Iara Bernardi
Colombo	João Grandão

PMDB

Mendes Ribeiro Filho	Asdrúbal Bentes
Benjamin Maranhão	Adelor Vieira

PFL

Rodrigo Maia	Kátia Abreu
Roberto Brant	Luiz Carlos Santos

PSDB

Jutahy Junior	Bismarck Maia
---------------	---------------

PP

Mário Negromonte	Benedito de Lira
------------------	------------------

PTB

José Múcio Monteiro	Luiz Antonio Fleury
---------------------	---------------------

PL

Luciano Castro	José Carlos Araújo
----------------	--------------------

PPS

Fernando Coruja	Rogério Teófilo
-----------------	-----------------

PSB

Paulo Baltazar

Dr. Ribamar Alves

***PTC**

Carlos William

vago

*Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 31-3-2006
- Designação da Comissão: 3-4-2006 (SF)
- Instalação da Comissão: 4-4-2006
- Emendas: até 6-4-2006 (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: 31-3-2006 a 13-4-2006 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 13-4-2006
- Prazo na CD: de 14-4-2006 a 27-4-2006 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 27-4-2006
- Prazo no SF: de 28-4-2006 a 11-5-2006 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 11-5-2006
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 12-5-2006 a 14-5-2006 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 15-5-2006 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 29-5-2006 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 2006

(Nº 4.559/2004, na Casa de origem)

De iniciativa do Presidente da República

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226, da Constituição Federal, da Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção de Belém do Pará; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal e 2.948, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I**Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal e dos tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece as medidas para a prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º É dever da família, da comunidade, da sociedade e, em especial, do Poder Público assegurar à mulher condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, desenvolvendo ações e políticas públicas que vise a garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 4º Na interpretação desta Lei serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

TÍTULO II**Da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher****CAPÍTULO I****Disposições Gerais**

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura-se violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher ou dano moral e patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como relações pessoais afetivas;

III – em qualquer outra relação pessoal de afeto na qual o agressor conviva, tenha ou não convivido no mesmo domicílio ou residência da ofendida.

Parágrafo único. O disposto no **caput** e seus incisos deste artigo aplica-se independentemente de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

CAPÍTULO II

Das Formas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, dentre outras:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporais da mulher;

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher ou vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaças, constrangimentos, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insultos, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou por qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força, assim como ações que induzam a mulher a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, tais como o impedimento ao uso de qualquer método contraceptivo ou ações que a forcem ao matrimônio, gravidez, aborto ou prostituição, mediante coação, chantagem, suborno, manipulação ou que limitem ou anulem o exercício de seus direitos seriais e reprodutivos;

IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure perda, retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos da mulher e os destinados a satisfazer suas necessidades;

V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria contra a mulher.

TÍTULO III

Da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

CAPÍTULO I

Das Medidas Integradas de Prevenção

Art. 8º A política pública que visa a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cada um em sua esfera de competência, e não-governamentais, tendo como diretrizes:

I – a integração operacional do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública e da Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho e Habitação;

II – a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, conseqüências e freqüência da violência doméstica e familiar contra a mulher para a sistematização de dados, a seres unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III – o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

IV – a implementação de centros de atendimento integral e multidisciplinar para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, bem como assistência especial para crianças e adolescentes que convivam com tal violência nos respectivos serviços especializados;

V – a implementação de atendimento policial especializado às mulheres, em especial em Delegacias de Atendimento à Mulher;

VI – a promoção e a realização de campanhas educativas, voltadas à prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher nas escolas e para a sociedade em geral e à difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VII – a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a promoção de parcerias entre si ou com entidades não-governamentais, objetivando a implementação de programas voltados à erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como a capacitação

permanente dos integrantes dos órgãos referidos no inciso I deste artigo;

VIII – a capacitação permanente dos integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Polícia Civil e Militar, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, bem como dos profissionais da saúde, da educação, da assistência social, dentre outros, em questões de gênero e de raça ou etnia;

IX – a promoção de programas educacionais formais e não-formais que disseminem valores éticos do irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

X – privilegiar nos currículos escolares, em todos os níveis, conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO II

Da Assistência à Mulher em Situação de Violência

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá ser prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, dentre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º O juiz deverá estabelecer, por prazo determinado, a inclusão da mulher vítima de violência no cadastro de programas assistenciais governamentais, federais, estaduais e municipais.

§ 2º O juiz assegurará à mulher vítima de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I – acesso prioritário à transferência do local de trabalho quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II – estabilidade, por prazo de 6 (seis) meses, por motivo de afastamento do emprego.

§ 3º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico. O acesso incluirá os serviços de contracepção de emergência, profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS e outros procedimentos médicos cabíveis e necessários para os casos de violência sexual.

CAPÍTULO III

Do Atendimento pela Autoridade Policial

Art. 10. Nas hipóteses de violência doméstica e familiar praticadas ou na iminência de serem pratica-

das contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência deverá tomar as providências legais imediatamente.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no **caput** deste artigo na hipótese de descumprimento de medida protetora de urgência deferida.

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência, a autoridade ou o agente policial adotará as seguintes providências, entre outras:

I – garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário ou solicitando o cumprimento do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, art. 311 e seguintes;

II – providenciar o encaminhamento da ofendida até o hospital, até o posto de saúde e até o Instituto Médico Legal;

III – providenciar transporte para a ofendida e seus dependentes, quando houver risco de vida, para local seguro ou abrigo, se necessário;

IV – acompanhar, se necessário, a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences pessoais do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

V – informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta lei e os serviços disponíveis.

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro do fato, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

I – ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a termo eventual representação, quando houver;

II – colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

III – remeter, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), expediente apartado à autoridade judicial com o pedido da ofendida para concessão de medidas protetivas de urgência, previstas nesta Lei;

IV – determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar os exames periciais necessários;

V – ouvir o agressor e as testemunhas;

VI – ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, verificando se já existe mandado de prisão contra ele ou ocorrências policiais registradas;

VII – remeter, no estrito prazo de lei, à autoridade judiciária e ao Ministério Público o relatório do inquérito.

§ 1º O pedido da ofendida a que se refere o inciso III do **caput** deste artigo e que será tomado por termo pela autoridade policial deverá conter:

- I – nome e qualificação da ofendida e do agressor e a declaração da sua situação civil;
- II – nome dos filhos menores, se houver;
- III – descrição sucinta do fato e das medidas protetivas solicitadas pela ofendida.

§ 2º A autoridade policial deverá anexar ao expediente indicado no § 1º deste artigo a cópia de todos os documentos disponíveis na posse da ofendida, bem como uma via do boletim de ocorrência.

§ 3º Serão também aceitos como meios de prova hábil os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.

TÍTULO IV Dos Procedimentos

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 13. Ao processo, julgamento e execução das causas cíveis e criminais em que esteja caracterizada a violência doméstica e familiar contra a mulher aplicar-se-ão os códigos de Processo Penal e Processo Civil e o disposto na legislação especial concernente à criança e ao adolescente e ao idoso no que não conflitarem com o estabelecido nesta lei.

Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica Contra Mulher, com competência cível e criminal, órgãos da Justiça Ordinária, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados para processo, julgamento e execução nas causas de sua competência.

Parágrafo único. Os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuseram as normas de organização judiciária.

Art. 15. É competente, por opção da ofendida, para os processos cíveis regidos por esta Lei, o Juizado:

- I – do domicílio ou residência da ofendida;
- II – do lugar do fato em que se baseou a demanda;
- III – do domicílio do réu.

Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da vítima de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada, antes do recebimento da denúncia, ouvido o Ministério Público.

Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, prestação inominada, multa ou similar.

Parágrafo único. O não cumprimento da pena restritiva de direitos fixada implicará interrupção do prazo prescricional a partir da data do descumprimento.

CAPÍTULO II Das Medidas Protetivas de Urgência

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 18. Encaminhado o expediente com o pedido da ofendida pela autoridade policial ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), caberá ao Juiz:

I – conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), designando, em seguida, audiência preliminar;

II – determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso;

III – comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.

Art. 19. As medidas protetivas de urgência também serão conhecidas e decididas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou da ofendida.

§ 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato independentemente de audiência das partes e da manifestação do Ministério Público, devendo este ser comunicado de imediato.

§ 2º As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados.

§ 3º As medidas protetivas de urgência deferidas pelo Juizado que tenham efeitos civis manterão sua eficácia enquanto não sobrevier decisão transitada em julgado sobre a matéria e processo civil que verse sobre os mesmos fatos.

Art. 20. Poderá o juiz, a requerimento das partes ou do Ministério Público, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, seus familiares e seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.

Art. 21. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou, ainda, mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Art. 22. A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes, ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.

Parágrafo único. As intimações ou notificações deverão ser feitas, de preferência, pessoalmente ao agressor e à ofendida.

SEÇÃO II

Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor

Art. 23. Constatada a ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, dentre outras:

I – suspensão ou restrição da posse ou porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II – afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III – proibição de determinadas condutas, dentre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) utilização de qualquer meio de comunicação para contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas;

c) freqüentação de lugares que o juiz entenda conveniente para preservar a integridade física e mental da ofendida;

IV – restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V – prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas no caput deste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo ser comunicadas ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do disposto no inciso I do caput deste artigo, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e seus incisos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a suspensão ou a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de desobediência, nos termos do art. 330 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4º Aplica-se, no que couber, às hipóteses previstas neste artigo o disposto no caput e nos §§ 5º e 6º do art. 461 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

SEÇÃO III

Das Medidas Protetivas de Urgência à Mulher em Situação de Violência

Art. 24. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo das outras medidas:

I – encaminhar a mulher em situação de violência e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção, aos serviços de atenção integral à saúde das mulheres ou às casas-abrigos;

II – determinar a recondução da mulher e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após o afastamento do agressor;

III – determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo de seus direitos relativos a bens, à guarda dos filhos e aos alimentos;

IV – determinar a separação de corpos.

Art. 25. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal, bem como aqueles de propriedade particular da mulher, poderão ser determinadas, liminarmente, pelo juiz competente as seguintes medidas, dentre outras:

I – restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;

II – proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

III – suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

IV – indenização por perdas e danos dos gastos decorrentes dos atos de violência doméstica e familiar contra a ofendida, sem prejuízo das demais indenizações previstas em lei.

Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III do caput deste artigo.

CAPÍTULO III

Da Atuação do Ministério Público

Art. 26. Caracterizada a violência doméstica e familiar contra a mulher, o Ministério Público deverá intervir nas causas cíveis e criminais em que não for parte.

Art. 27. Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

I – requerer força policial e a colaboração dos serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, dentre outros;

II – fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência, de que trata esta lei, e adotar de imediato as medidas administrativas ou judiciais no tocante a quaisquer irregularidades constatadas;

III – cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO IV

Da Assistência Judiciária

Art. 28. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado o previsto nos arts. 21 e 22 desta lei.

Art. 29. É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

TÍTULO V

Da Equipe de Atendimento Multidisciplinar

Art. 30. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados na forma da lei poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e da saúde.

Art. 31. Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito à autoridade judiciária, ao Ministério Público e à Defensoria pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

Art. 32. Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, poderá ser determinada pela autoridade judiciária a manifestação de profissional especializado em determinada área, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar.

Art. 33. O Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

TÍTULO VI

Disposições Transitórias

Art. 34. Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as Varas Criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as condutas cometidas

com violência doméstica e familiar contra a mulher, com observância, em especial, do previsto no Título IV desta lei, subsidiada pela legislação processual pertinente, garantido o direito de preferência para o processo e julgamento.

TÍTULO VII

Disposições Finais

Art. 35. A instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderá ser acompanhada pela implantação das curadorias necessárias e do serviço de assistência judiciária.

Art. 36. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite de suas competências:

I – centros de atendimento psicossocial e jurídico à mulher e filhos em situação de violência doméstica e familiar;

II – casas-abrigos para mulheres e filhos em situação de risco;

III – delegacias especializadas de atendimento a mulheres;

IV – núcleos de defensoria pública;

V – serviços de saúde;

VI – centros especializados para realização de perícias médico-legais;

VII – programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

VIII – centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Art. 37. Compete à União, ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios promoverem a adaptação de seus órgãos e de seus programas às diretrizes e aos princípios estabelecidos nesta lei.

Art. 38. A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos nesta lei poderá ser exercida, concorrentemente, pelo Ministério Público e por associação de defesa dos interesses previstos nesta lei, regulamente constituída há pelo menos 1 (um) ano, nos termos da lei civil.

Parágrafo único. O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juízo quando entender que não há outra entidade com representatividade adequada para o ajuizamento da demanda coletiva.

Art. 39. Deverão ser incluídas nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança as estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher a fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativo às mulheres.

Parágrafo único. As Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal deverão fazer constar suas informações criminais para a base de dados do Ministério da Justiça.

Art. 40. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no limite de suas competências e nos termos das respectivas leis de diretrizes orçamentárias, poderão estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta lei.

Art. 41. As obrigações previstas nesta lei não excluem outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 42. Nos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 43. O caput do art. 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 313.

“IV – se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, quando houver riscos à integridade física ou psicológica da ofendida ou for necessária para a boa execução das medidas protetivas de urgência.” (NR)

Art. 44. O inciso II do **caput** do art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea m:

“Art. 61.

II –

m) quando praticadas com violência doméstica e familiar contra a mulher, na forma da lei específica.” (NR)

Art. 45. O § 9º do art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 129.

Violência doméstica

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou ainda prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: pena: detenção de 3 (três) meses a 3 (três) anos.

.....” (NR)

Art. 46. O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte § 11:

“Art. 129.

§ 11. A pena será aumentada de 1/3 (um terço) se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência.” (NR)

Art. 47. O art. 152 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 152.

Parágrafo único. “Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar ao agressor a obrigatoriedade de comparecimento a programas de recuperação e reeducação.” (NR)

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(*) PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.559, DE 2004

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal e dos tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil, e estabelece as medidas para a prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º É dever da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público, em especial, assegurar à mulher condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, desenvolvendo ações que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-la de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 4º Na interpretação desta lei serão considerados os fins sociais a que ela se destina e a condição peculiar da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

TÍTULO II Da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 5º Para os efeitos desta lei, configura-se violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada na relação de gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, ocorrida:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como relações pessoais afetivas;

III – em qualquer outra relação pessoal de afeto na qual o acusado compartilhe, tenha compartilhado ou não o mesmo domicílio ou residência da ofendida.

Parágrafo único. Consideram-se relações de gênero as relações desiguais e assimétricas de valor e poder atribuídas às pessoas segundo o sexo.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

CAPÍTULO II Das Formas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, dentre outras previstas em lei:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade corporal ou a saúde da mulher;

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da auto-estima, que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher, vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insultos, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou, por qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força,

assim como ações que forcem a mulher a comercializar ou utilizar, de qualquer modo, à sua sexualidade, ao impedimento ao uso de qualquer método contraceptivo, ou ações que a forcem ao matrimônio, gravidez, aborto ou prostituição, mediante coação, chantagem, suborno, manipulação ou qualquer outro meio que limite ou anule seu arbítrio;

IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta ilegítima que configure perda, retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos da mulher e os destinados a satisfazer suas necessidades;

V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria à honra ou à reputação da mulher.

TÍTULO III Da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

CAPÍTULO I Das Medidas Integradas de Prevenção

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tendo como diretrizes:

I – integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho e Habitação;

II – a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, concernentes às causas, conseqüências e freqüência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação dos resultados das medidas adotadas;

III – a observância, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar;

IV – a implementação de centros de atendimento multidisciplinar para as pessoas envolvidas em situação de violência doméstica e familiar, visando agilizar e garantir o atendimento integral às mulheres;

V – a implementação de atendimento policial especializado às mulheres;

VI – a realização de campanhas educativas, voltadas à prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher e à difusão desta lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VII – a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros Instrumentos entre a união, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a promoção de parcerias entre si ou com entidades não-governamentais, objetivando a implementação de programas voltados à erradicação da violência doméstica familiar contra a mulher, bem como a capacitação permanente dos integrantes dos órgãos referidos no inciso I deste artigo;

VIII – a capacitação permanentemente dos integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, bem assim dos profissionais da saúde, da educação, da assistência social, dentre outros;

IX – a promoção de programas educacionais formais e não-formais que disseminem valores éticos, do irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana e dos direitos das mulheres, e

X – privilegiar nos currículos escolares, em todos os níveis, de conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e à violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO II

Da Assistência Social a Mulher em Situação de Violência

Art. 9º A assistência social às mulheres em situação de violência doméstica e familiar deverá ser prestada de forma articulada, emergencial ou não, conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, dentre outras normas pertinentes.

CAPÍTULO III

Do Atendimento pela Autoridade Policial

Art. 10. Nas hipóteses de violência familiar ou doméstica praticadas ou na iminência de serem praticadas contra mulheres deverá ser imediatamente notificada a autoridade ou o agente policial para que possa comparecer ao local.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput na hipótese de descumprimento de medida cautelar aplicada pelo juízo.

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência a autoridade ou o agente policial buscará adotar as seguintes providências:

I – providenciar transporte para a ofendida até o hospital, o posto de saúde ou o Instituto Médico Legal;

II – providenciar transporte da ofendida e seus dependentes em risco de vida para local seguro ou abrigo;

III – assegurar a possibilidade da ofendida retirar seus pertences pessoais do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

IV – comunicar à ofendida o horário e o local de comparecimento à delegacia, caso não seja possível o seu atendimento imediato;

V – informar à ofendida dos direitos a ela conferidos nesta lei e dos serviços públicos e privados disponíveis; e

VI – garantir proteção policial, quando necessário.

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro do fato, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, além daqueles já previstos no Código de Processo Penal e na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995:

I – colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

II – ouvir a ofendida;

II – ouvir o indiciado e as testemunhas;

IV – determinar que se proceda ao exame de corpo de delito e requisitar os exames periciais necessários;

V – averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do fato e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter;

VI – ordenar a identificação do indiciado e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes; e

VII – remeter à autoridade judiciária o expediente lavrado.

§ 1º O previsto no inciso IV deste artigo implicará no encaminhamento prioritário da ofendida, quando necessário à preservação das provas.

TÍTULO IV

Dos Procedimentos

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 13. Ao processo, julgamento e execução das causas cíveis e criminais em que esteja caracterizada a violência doméstica e familiar contra a mulher, aplicar-se-ão os Códigos de Processo Penal e Civil e a Lei nº 9.099, de 28 de setembro de 1995, no que não conflitarem com o procedimento estabelecido nesta lei.

CAPÍTULO II

Da Equipe de Atendimento Multidisciplinar

Art. 14. A equipe de atendimento multidisciplinar deverá ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e da saúde.

Art. 15. Compete é equipe de atendimento multidisciplinar, dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito à autoridade judiciária, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

Art. 16. Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, poderá ser determinada pela autoridade judiciária a manifestação de profissional especializado em determinada área, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar.

Art. 17. O Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar.

CAPÍTULO III

Da Atuação do Ministério Público

Art. 18. Caracterizada a violência doméstica e familiar contra a mulher, o Ministério Público poderá intervir nas causas cíveis e criminais em que não for parte.

Art. 19. É facultado ao Ministério Público, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

I – requisitar a força policial e a colaboração dos serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, dentre outros;

II – fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares do atendimento à mulher em situação de violência, de que trata esta Lei, e adotar de imediato as medidas administrativas ou judiciais no tocante a quaisquer irregularidades constatadas.

CAPÍTULO IV

Da Assistência Jurídica

Art. 20. Em todos os atos processuais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado ou Defensor Público.

Art. 21. É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, mediante um atendimento específico e humanizado no Juízo competente, nas Delegacias de Polícia e núcleos de atendimento das Defensorias Públicas.

CAPÍTULO V

Das Medidas Cautelares

Art. 22. As medidas cautelares serão concedidas pelo juiz, por representação da autoridade policial, a

requerimento do Ministério Público, da Defensoria Pública, da ofendida ou de quem tenha qualidade para representá-la.

§ 1º As medidas cautelares poderão ser concedidas independentemente de audiência das partes.

§ 2º O requerimento da ofendida, que poderá ser feito oralmente, independe da presença de advogado.

§ 3º As medidas cautelares serão aplicadas, isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados.

Art. 23. Poderá o juiz, a requerimento das partes ou do Ministério Público, conceder novas cautelares ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, seus familiares e seu patrimônio.

Art. 24. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou do querelante, ou mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Art. 25. A ofendida deverá ser intimada dos atos processuais relativos ao acusado, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.

CAPÍTULO VI

Das Medidas Cautelares em Relação ao Acusado

Art. 26. Constatada a ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao acusado, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas cautelares, dentre outras previstas em lei:

I – suspensão ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.828, de 22 de dezembro de 2003;

II – afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, podendo encaminhar o acusado a programa de acompanhamento psicossocial, onde houver, ou a tratamento similar;

III – proibição de determinadas condutas, dentre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e de suas testemunhas;

b) utilização de qualquer meio de comunicação para contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas;

IV – proibição de freqüentar lugares que o juiz entenda conveniente para preservar a integridade física e mental da ofendida;

V – restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, sujeita à avaliação do acusado por equipe de atendimento multidisciplinar, ou serviço similar; e

VI – prestação de alimentos provisionais.

§ 1º As medidas referidas no caput não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem.

§ 2º Na hipótese do inciso I, sendo o acusado policial ou integrante das Forças Armadas, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição, a suspensão ou a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do acusado, responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de desobediência, nos termos do artigo 330 do Código Penal.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas cautelares, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

CAPÍTULO VII

Das Medidas Cautelares de Proteção À Mulher em Situação de Violência

Art. 27. Poderá o juiz, quando necessário:

I – encaminhar a mulher em situação de violência e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção e aos serviços de atenção integral à saúde das mulheres;

II – determinar a recondução da mulher e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após o afastamento do acusado: e

III – determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo de seus direitos relativos a bens, à guarda dos filhos e aos alimentos.

Art. 28. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal e daqueles de propriedade particular da mulher, poderão ser determinadas liminarmente pelo juiz competente as seguintes medidas, dentre outras previstas em lei:

I – restituição de bens indevidamente subtraídos pelo acusado à ofendida;

II – proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, condicionada excepcionalmente a decisão judicial contrária;

III – revogação das procurações conferidas pela mulher ao acusado; e

IV – indenização por perdas e danos dos gastos decorrentes dos atos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. Deverá o juiz oficial ao cartório competente para os fins previsto nos incisos II e III deste artigo.

CAPÍTULO VIII

Do Procedimento nos Juizados Especiais Criminais

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 29. Ao processo, julgamento e execução dos crimes de competência dos Juizados Especiais Criminais em que esteja caracterizada violência doméstica e familiar contra a mulher aplica-se a Lei nº 9.099/1 de 26 de setembro de 1995, no que não conflitar com o estabelecido nesta Lei.

Art. 30. Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher a ação penal será pública condicionada à representação.

SEÇÃO II

Da Audiência de Apresentação

Art. 31. Ao receber o expediente lavrado pela autoridade policial, imputando prática de crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, deverá o juiz de imediato designar audiência de apresentação.

§ 1º É vedado proceder à Intimação ou à notificação da pessoa autora da agressão por intermédio da ofendida.

§ 2º À audiência de apresentação, presente o Ministério Público, deverão comparecer a ofendida e o acusado, acompanhados por seus respectivos advogados.

§ 3º Comparecendo a ofendida desacompanhada de advogado, ser-lhe-á garantida a assistência judiciária gratuita, nos termos da lei.

Art. 32. A mediação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, será conduzida por juiz ou mediador.

§ 1º O mediador, devidamente habilitado em curso superior, deverá ter capacitação em violência doméstica e familiar contra a mulher.

§ 2º Sob pena de responsabilidade, nos termos da lei, em hipótese alguma a mulher ofendida de violência doméstica e familiar poderá ser forçada, direta ou indiretamente, à conciliação.

§ 3º Não havendo mediação, será dada à ofendida a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo.

§ 4º O não oferecimento da representação na audiência não implica na decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.

§ 5º Nos casos de violência doméstica e familiar, o prazo decadencial somente passa a correr da data da audiência de apresentação para a qual estiver pessoalmente intimada a ofendida, devendo tal advertência constar expressamente do mandado de intimação.

§ 6º A retratação ou a renúncia da representação somente serão consideradas válidas após ratificação em audiência.

Art. 33. Exercido o direito da representação, o juiz colherá o depoimento pessoal da ofendida, separadamente, e em seguida o do acusado, admitida a acareação.

Art. 34. O juiz encaminhará o caso à equipe de atendimento multidisciplinar ou aos núcleos de atendimento similares, podendo, ainda, determinar a realização dos exames periciais que julgar necessários.

SEÇÃO III

Da Audiência de Instrução e Julgamento

Art. 35. Havendo representação e não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos, a ser especificada na proposta.

§ 1º Não se admitirá a proposta se ficar comprovado:

I – ter sido o acusado condenado, pela prática de crime, a pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

II – ter sido o acusado beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo;

III – não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do acusado, bem como os motivos e as circunstâncias, se necessária e suficiente a adoção da medida;

IV – o descumprimento, pelo acusado, das medidas cautelares que lhe tenham sido aplicadas.

§ 2º Ao propor a transação penal, o Ministério Público considerará os subsídios apresentados pela Equipe de Atendimento Multidisciplinar e os antecedentes do acusado.

§ 3º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, será esta submetida à apreciação do juiz.

Art. 36. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, das penas restritivas de direito de prestação pecuniária, cesta básica e multa.

Art. 37. Não sendo possível a transação penal, o Ministério Público oferecerá de imediato denúncia oral, prosseguindo-se em audiência de instrução e jul-

gamento, devendo constar do mandado de citação do autor do fato tal advertência, bem como a necessidade de arrolar testemunhas cinco dias antes da audiência, caso pretenda ouvi-las.

TÍTULO V

Disposições Finais

Art. 38. A União, no Distrito Federal e Territórios e os Estados poderão criar Varas e Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, cabendo ao Poder Judiciário dispor sobre sua estrutura.

Parágrafo único. Enquanto não estruturadas as Varas e os Juizados mencionados no caput, os crimes relativos à violência doméstica e familiar conta as mulheres continuarão a ser julgados nas Varas Cíveis e Criminais e nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, com observância do previsto nesta Lei e na legislação processual pertinente.

Art. 39. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, poderão criar centros de reabilitação para os acusados e de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a serem previstos na legislação local.

Art. 40. Compete à União, ao Distrito Federal, aos Estados aos Municípios promoverem a adaptação de seus órgãos e de seus programas às diretrizes e aos princípios estabelecidos nesta Lei.

Art. 41. A defesa dos interesses e direitos previstos nesta Lei poderá ser exercida, concorrentemente com a ofendida, pelo Ministério Público ou por associação de defesa da mulher, regularmente constituída há pelo menos um ano, nos termos da Lei Civil.

Art. 42. Serão incluídas nas bases de dados dos órgãos oficiais as estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 43. Os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, previstos nesta Lei, ainda que não tenham sido julgados, constarão de cadastro específico, de conhecimento reservado da autoridade judiciária e do Ministério Público.

§ 1º Caberá às Varas e aos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar a elaboração do cadastro referido no **caput**

§ 2º Enquanto não estruturados as Varas e os Juizados Especiais previstos no art. 38, o cadastro de violência doméstica será elaborado nas Varas Criminais e Juizados Especiais Criminais.

Art. 44. Serão estabelecidas dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta Lei.

Art 45. As obrigações previstas nesta Lei não excluem outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 46. O art. 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“IV – se o crime envolver violência doméstica familiar contra a mulher, qualquer que seja a pena aplicada,” (NR)

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 782, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Brasília, 24 de novembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 16 – SPM/PR

Brasília, 16 de novembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à consideração de Vossa Excelência proposta de projeto de lei que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal.

2. A presente proposição foi elaborada pelo Grupo de Trabalho Interministerial criado pelo Decreto nº 5.030, de 31 de março de 2004, integrado pelos seguintes órgãos: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, na condição de coordenadora; Casa Civil da Presidência da República; Advocacia-Geral da União; Ministério da Saúde; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ.

3. Em março do corrente ano, foi encaminhada pelo Consórcio de Organizações Não-Governamentais Feministas proposta de anteprojeto de lei para subsidiar as discussões do Grupo de Trabalho Interministerial instituído com a finalidade de elaborar proposta de medida legislativa para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

4. A proposta foi amplamente discutida com representantes da sociedade civil e órgãos diretamente

envolvidos na temática, tendo sido objeto de diversas oitivas, debates, seminários e oficinas.

5. A Constituição Federal, em seu art. 226, § 8º, impõe ao Estado assegurar a “assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações”. A Constituição demonstra, expressamente, a necessidade de políticas públicas no sentido de coibir e erradicar a violência doméstica.

6. O projeto delimita o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, por entender que a lógica da hierarquia de poder em nossa sociedade não privilegia as mulheres. Assim, busca atender aos princípios de ação afirmativa que têm por objetivo implementar “ações direcionadas a segmentos sociais, historicamente discriminados, como as mulheres, visando a corrigir desigualdades e a promover a inclusão social por meio de políticas públicas específicas, dando a estes grupos um tratamento diferenciado que possibilite compensar as desvantagens sociais oriundas da situação de discriminação e exclusão a que foram expostas”¹.

7. As iniciativas de ações afirmativas visam “corrigir a defasagem entre o ideal igualitário predominante e/ou legitimado nas sociedades democráticas modernas e um sistema de relações sociais marcado pela desigualdade e hierarquia”². Tal fórmula tem abrigo em diversos dispositivos do ordenamento jurídico brasileiro precisamente por constituir um corolário ao princípio da igualdade.

8. A necessidade de se criar uma legislação que coíba a violência doméstica e familiar contra a mulher, prevista tanto na Constituição como nos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, é reforçada pelos dados que comprovam sua ocorrência no cotidiano da mulher brasileira.

9. Dentre os inúmeros compromissos internacionais ratificados pelo Estado Brasileiro em convenções internacionais, merecem destaque a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), o Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995), Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, além de outros instrumentos de Direitos Humanos.

¹Galvão, Elaine – Vocabulário referido a Gênero. Londrina: FAO/ FIAT/PANS, 2003, pg 47

²Miguel, Sônia M – A Política de Cota por Sexo: Um estudo das primeiras experiências Legislativo Brasileiro. Brasília: CFÉMEA, 2000. Op. Cit.

10. Em abril de 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, órgão responsável pelo recebimento de denúncias de violação aos direitos previstos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e na Convenção de Belém do Pará, atendendo denúncia do Centro pela Justiça pelo Direito Internacional (CEJIL) e do Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), publicou o Relatório nº 54, o qual estabeleceu recomendações ao Estado Brasileiro no caso Maria da Penha Maia Fernandes. A Comissão concluiu que o Estado Brasileiro não cumpriu o previsto no artigo 7º da Convenção de Belém do Pará e nos artigos 1º, 8º e 25 da Convenção Americana de Direitos Humanos. Recomendou o prosseguimento e intensificação do processo de reforma que evite a tolerância estatal e o tratamento discriminatório com respeito à violência doméstica contra a mulher no Brasil e, em especial recomendou “simplificar os procedimentos judiciais penais afim de que possa ser reduzido o tempo processual sem afetar os direitos e garantias do devido processo” e “o estabelecimento de formas alternativas às judiciais, rápidas e efetivas de solução de conflitos intrafamiliares, bem como de sensibilização com respeito à sua gravidade e às conseqüências penais que gera”.

11. Ao longo dos últimos anos, a visibilidade da violência doméstica vem ultrapassando o espaço privado e adquirindo dimensões públicas. Pesquisa da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

– IBGE, no final da década de 1980, constatou que 63% das agressões físicas contra as mulheres acontecem nos espaços domésticos e são praticadas por pessoas com relações pessoais e afetivas com as vítimas. A Fundação Perseu Abramo, em pesquisa realizada em 2001, por meio do Núcleo de Opinião Pública, investigou mulheres sobre diversos temas envolvendo a condição da mulher, conforme transcrito abaixo:

A projeção da taxa de espancamento (11%) para o universo investigado (61,5 milhões) indica que pelo menos 6,8 milhões, dentre as brasileiras vivas, já foram espancadas ao menos uma vez. Considerando-se que entre as que admitiram ter sido espancadas, 31% declararam que a última vez em que isso ocorreu foi no período dos 12 meses anteriores, projeta-se cerca de, no mínimo, 2,1 milhões de mulheres espancadas por ano no país (ou em 2001, pois não se sabe se estariam aumentando ou diminuindo), 175 mil/mês, 5,8 mil/dia, 243/hora ou 4/minuto – uma a cada 15 segundos.

12. É contra as relações desiguais que se impõem os direitos humanos das mulheres. O respeito à igualdade está a exigir, portanto, uma lei específica que dê proteção e dignidade às mulheres vítimas de violência

doméstica. Não haverá democracia efetiva e igualdade real enquanto o problema da violência doméstica não for devidamente considerado. Os direitos à vida, à saúde e à integridade física das mulheres são violados quando um membro da família tira vantagem de sua força física ou posição de autoridade para infligir maus tratos físicos, sexuais, morais e psicológicos.

13. A violência doméstica fornece as bases para que se estruturam outras formas de violência, produzindo experiências de brutalidades na infância e na adolescência, geradoras de condutas violentas e desvios psíquicos graves.

14. As disposições preliminares da proposta apresentada reproduzem as regras oriundas das convenções internacionais e visa propiciar às mulheres de todas as regiões do País a cientificação categórica e plena de seus direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, a fim de dotá-la de maior cidadania e conscientização dos reconhecidos recursos para agir e se posicionar, no âmbito familiar e na sociedade, o que, decerto, irá repercutir, positivamente, no campo social e político, ante ao factível equilíbrio nas relações pai, mãe e filhos.

15. O artigo 5º da proposta de Projeto de Lei define violência doméstica e familiar conta a mulher como qualquer ação ou conduta baseada na relação de gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico. É importante ressaltar que a Convenção de Belém do Pará possui objeto mais amplo, considerando a violência ocorrida no âmbito público e privado. Para os fins desta proposta, e de forma a conferir-lhe maior especificidade, somente foi considerada a violência ocorrida no âmbito privado. Cabe especial atenção a um conceito basilar previsto na proposta: a relação de gênero. A violência intra-familiar expressa dinâmicas de poder e afeto, nas quais estão presentes relações de subordinação e dominação.

16. As desigualdades de gênero entre homens e mulheres advêm de uma construção sócio-cultural que não encontra respaldo nas diferenças biológicas dadas pela natureza. Um sistema de dominação passa a considerar natural uma desigualdade socialmente construída, campo fértil para atos de discriminação e violência que se “naturalizam” e se incorporam ao cotidiano de milhares de mulheres. As relações e o espaço intra-familiares foram historicamente interpretados como restritos e privados, proporcionando a complacência e a impunidade.

17. O artigo 6º, afirma que a violência doméstica contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos, independente da penalidade aplicada. Conforme dispõe a Convenção de Belém do Pará, a violência contra a mulher é uma ofensa à dignidade

humana e uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens.

18. Segundo previsto na Convenção de Belém do Pará, o artigo 7º do Projeto define claramente as formas de violência contra a mulher. De acordo com o “Modelo de Leyes y Políticas sobre Violência Intra-familiar contra las Mujeres”, publicado em abril de 2004, pela Unidad, Género y Salud da Organização Mundial de Saúde – OPS/OMS, toda legislação política e pública deve incluir as definições de violência contra a mulher em cada uma de suas manifestações: física, sexual, psicológica, moral e patrimonial.

19. O artigo 8º tem por objetivo definir as diretrizes das políticas públicas e ações integradas para a prevenção e erradicação da violência doméstica contra as mulheres, tais como implementação de redes de serviços interinstitucionais, promoção de estudos e estatísticas, avaliação dos resultados, implementação de centros de atendimento multidisciplinar, delegacias especializadas, casas abrigo e realização de campanhas educativas, capacitação permanente dos integrantes dos órgãos envolvidos na questão, celebração de convênios e parcerias e a inclusão de conteúdos de equidade de gênero nos currículos escolares.

20. Somente através da ação integrada do Poder Público, em todas as suas instâncias e esferas, dos meios de comunicação e da sociedade, poderá ter início o tratamento e a prevenção de um problema cuja resolução requer mudança de valores culturais, para que se efetive o direito das mulheres à não violência.

21. Nos artigos em que são tratados o atendimento pela autoridade policial, foram propostas alterações no que tange ao procedimento nas ocorrências que envolvam a violência doméstica e familiar contra a mulher.

22. Ficou consignado, no artigo 10, que a autoridade policial ou agente deve comparecer, de imediato, ao local do fato e adotar as medidas de proteção cabíveis para o atendimento da vítima. Essa alteração visa trazer para o procedimento especial da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, alguns dos aspectos do inquérito previstos no Código de Processo Penal, uma vez que o Termo Circunstanciado, em vigor, ao privilegiar o princípio da informalidade, termina por impedir uma visão mais abrangente da situação fática pela autoridade julgadora.

23. Outros procedimentos inovadores, em relação à Lei 9.099/95, são atribuídos ao agente e à autoridade policial após o registro do fato, entre os quais, o colhimento das provas necessárias ao esclarecimento do fato e suas circunstâncias, as oitivas da vítima, do agressor e das testemunhas, quando houver, determinando que se proceda ao exame de corpo de delito e os exames periciais necessários.

24. É de fundamental importância o atendimento por equipe multidisciplinar, conforme prevê os artigos 14 a 17 da proposta de projeto de lei. A equipe multidisciplinar deverá ser formada por profissionais de diversas áreas de conhecimento, inclusive externa ao meio jurídico, tais como psicólogos, assistentes sociais e médicos. Esse sistema viabiliza o conhecimento das causas e os mecanismos da violência. A implementação deste sistema em alguns Juizados Especiais Criminais tem se mostrado eficaz no enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres.

25. O Ministério Público se afigura hoje como advogado dos interesses sociais, difusos e coletivos. É titular da ação que se fizer necessária para proteger o que é de todos, conforme determina o artigo 129 da Constituição Federal. Os artigos 18 e 19 do presente Projeto referem-se à garantia da participação integral do Ministério Público nos casos de violência doméstica, intervindo nas causas cíveis e criminais, requisitando a força policial e a colaboração dos serviços públicos, exercendo a fiscalização nos estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência.

26. A assistência jurídica integral e gratuita, aludida no Art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, refere-se ao conceito de assistência judiciária envolvendo serviços jurídicos não somente relacionados com a atividade processual, mas abrangendo serviços de orientação jurídica, aconselhamento ou informação dos direitos à comunidade. Desta forma, o Projeto prevê, nos artigos 20 e 21, a assistência judiciária à mulher em situação de violência doméstica como forma de garantir o seu acesso à justiça.

27. O presente Projeto amplia o leque de medidas cautelares tanto em relação ao agressor, como em relação a medidas de proteção à mulher agredida, proporcionando ao juiz a escolha da providência mais ajustada ao caso concreto, considerando-se as áreas cíveis e penais.

28. Os artigos 22 a 25 da presente proposta pretendem garantir às mulheres o acesso direto ao juiz, quando em situação de violência e uma celeridade de resposta à necessidade imediata de proteção.

29. O Projeto reúne medidas cautelares em relação ao agressor, possibilitando ao juiz não só exigir o seu afastamento do lar, mas, também, o seu encaminhamento a programa de acompanhamento psicossocial. Além disso, prevê a proibição de aproximação ou comunicação do agressor com a vítima, com testemunhas e familiares, a restrição de visitas aos dependentes menores e a prestação de alimentos provisionais.

30. O artigo 27 inova ao propor o encaminhamento das mulheres e seus dependentes, em situação de violência, a programas e serviços de proteção às mu-

lheres, resguardando seus direitos relativos aos bens e a guarda dos filhos. Imputa ao agressor a responsabilidade econômica pela provisão alimentar e determina a recondução da mulher e seus dependentes, ao domicílio, após o afastamento do agressor.

31. As medidas cautelares previstas no artigo 28 de natureza patrimonial possibilitam a revogação das procurações conferidas pela mulher ao agressor, a garantia do ressarcimento de bens e a indenização pelos danos e prejuízos causados. Nestes últimos casos são medidas do processo civil, cumuladas no processo penal. Visam à execução dos pronunciamentos de natureza civil, ou seja, a restituição de bens determinados e a indenização pelos danos e prejuízo sofridos.

32. Todos estes procedimentos se aplicam tanto às varas comuns como aos Juizados Especiais. A Constituição estabelece como forma de atendimento no âmbito do Judiciário, as varas comuns e os Juizados Especiais, conforme previsto em seu artigo 98, inciso I.

33. O Juizado Especial Criminal a partir de sua previsão constitucional no art.98 foi criado para julgar as ações penais não superiores há dois anos, mediante procedimento sumaríssimo e com possibilidade de transação penal.

34. Os números mostram que, hoje, 70% dos casos julgados nos Juizados Especiais Criminais são de violência doméstica. A Lei nº 9.099/95, não tendo sido criada com o objetivo de atender a estes casos, não apresenta solução adequada uma vez que os mecanismos utilizados pra averiguação e julgamento dos casos são restritos.

35. A Justiça Comum e a legislação anterior também não apresentaram soluções para as medidas punitivas nem para as preventivas ou de proteção integral às mulheres. Examinando-se o modo pelo qual a violência doméstica era tratada pela Justiça Comum, a pesquisa de Carrara, Vianna e Enne realizada no Rio de Janeiro de 1991/1995, “mostra que a Justiça condena apenas 6% dos casos de lesão corporal contra as mulheres, enviados pelas Delegacias da Mulher para a Central de Investigações, encarregada da distribuição às Varas Criminais.”³

36. O presente Projeto propõe inovações específicas para os Juizados Especiais Criminais. As inovações gerais propostas, como a previsão dos procedimentos dos Capítulos do Ministério Público, Assistência Judiciária, Equipe de Atendimento Multidisciplinar e Medidas Cautelares, aplica-se em todos os Juizados e Varas.

37. O atual procedimento inverte o ônus da prova, não escuta as vítimas, recria estereótipos, não previne novas violências e não contribui para a transformação das relações hierárquicas de gênero. Não possibilita vislumbrar, portanto, nenhuma solução social para a vítima. A política criminal produz uma sensação generalizada de injustiça, por parte das vítimas, e de impunidade, por parte dos agressores.

38. Nos Juizados Especiais Criminais, o juiz, ao tomar conhecimento do fato criminoso, designa audiência de conciliação para acordo e encerramento do processo. Estas audiências geralmente são conduzidas por conciliadores, estudantes de direito, que não detêm a experiência, teórica ou prática, na aplicabilidade do Direito. Tal fato pode conduzir a avaliação dos episódios de violência doméstica como eventos únicos, quando de fato são repetidos, crônicos e acompanhados de contínuas ameaças.

39. A conciliação é um dos maiores problemas dos Juizados Especiais Criminais, visto que é a decisão terminativa do conflito, na maioria das vezes induzida pelo conciliador. A conciliação com renúncia de direito de representação geralmente é a regra.

40. Caso não haja acordo, o Ministério Público propõe a transação penal ao agressor para que cumpra as condições equivalentes à pena alternativa para encerrar o processo (pena restritiva de direitos ou multa). Não sendo possível a transação, o Ministério Público oferece denúncia e o processo segue o rito comum de julgamento para a condenação ou absolvição. Cabe ressaltar que não há escuta da vítima e ela não opina sobre a transação penal.

41. A presente proposta mantém a celeridade do previsto na Lei nº 9.099/95, mas altera o procedimento do Juizado Especial Criminal em razão da especificidade dos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres.

42. Prevê, a criação de audiência de apresentação para permitir que a vítima seja ouvida primeiro pelo juiz, em separado do agressor, e ainda que a audiência se balize pelo princípio da mediação, não podendo a mulher ser, em nenhuma hipótese, forçada à conciliação. Esta audiência deverá ser conduzida por juiz ou mediador, devendo este último ser profissional do direito, devidamente habilitado no Curso de Ciências Jurídicas e capacitado em questões de gênero.

43. A presente proposta garante, também, que a vítima esteja acompanhada por advogado na audiência, visto que a Lei nº 9.099/95, em seu artigo 68, concede esta prerrogativa apenas ao agressor.

44. O Projeto propõe, outrossim, alteração na Audiência de Instrução e Julgamento retirando a re-

³Carrara, Vianna e Ennes – Entre o crime e a conciliação: a violência contra a mulher no Rio de Janeiro. Acervo: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro:, v. 15, nº I, p. 39 – 58, 2002.

aliquação da transação penal da primeira audiência e postergando esta possibilidade para a segunda audiência. O objetivo é disponibilizar ao juiz outras ferramentas mais adequadas e eficazes para solucionar a questão, como por exemplo, o encaminhamento das partes à equipe de atendimento multidisciplinar, realização de exames periciais e providências cautelares.

45. O Projeto proíbe a aplicação de penas restritivas de direito de prestação pecuniária, cesta básica e multa, pois, atualmente, este tipo de pena é comumente aplicado nos Juizados Especiais Criminais em prejuízo da vítima e de sua família.

46. As disposições finais deste Projeto estabelecem que esta Lei se aplique nas Varas Cíveis e Criminais e nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

47. Como objetivo mediato, propõe a criação de Varas e Juizados Especiais da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e penal, reconhecendo que a melhor estrutura judiciária, para o atendimento à mulher em situação de violência, será a criação destas Varas e Juizados Especiais.

48. As atuais Varas, por não terem um atendimento urgente e global, tem colocado a mulher e sua família em situação de risco. Além das medidas penais a serem impostas, há medidas cíveis a serem julgadas. Com a criação das Varas com competência cível e penal, será outorgada ao juiz maior competência para julgar estas causas e facilitado as mulheres o acesso à justiça e a solução dos conflitos.

49. O artigo 46 do Projeto prevê a alteração do artigo 313 do Código de Processo Penal, acrescentando nova hipótese de prisão preventiva, quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, qualquer que seja a pena aplicada.

50. O pedido de tramitação especial em regime de urgência, nos termos do § 1º do artigo 64 da Constituição Federal, para o projeto de lei apresentado, justifica-se pelo cumprimento das recomendações ao Estado Brasileiro do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW, do Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995), da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994), do Protocolo Facultativo à Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, além de outros instrumentos de Direitos Humanos. E, finalmente, pelo clamor existente na sociedade com o sentido de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher que hoje alcança índices elevadíssimos

e pouca solução no âmbito do Judiciário e outros Poderes estabelecidos.

51. Estas, em síntese, são as propostas que integram o Projeto que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Respeitosamente, – **Nilcéa Freire**, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres.

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

.....
III – a dignidade da pessoa humana;

.....
Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

.....
IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

.....
Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

.....
IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

.....
Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

.....
§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

DECRETO-LEI Nº 2.848
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

.....
Art. 61. São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

II – ter o agente cometido o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

a) por motivo fútil ou torpe;

b) para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime;

c) à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido;

d) com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum;

e) contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge;

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade;

g) com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão;

h) contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida; (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

i) quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade;

j) em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido;

l) em estado de embriaguez preordenada.

Lesão corporal

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Aumento de pena

Violência Doméstica (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004)

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004)

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a (um) ano. (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004)

§ 10. Nos casos previstos nos §§ 1º a 3º deste artigo, se as circunstâncias são as indicadas no § 9º deste artigo, aumenta-se a pena em 1/3 (um terço). (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004)

Art. 330. Desobedecer a ordem legal de funcionário público:

Pena – detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.

DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

CAPÍTULO III

Da Prisão Preventiva

(Redação dada pela Lei nº 5.349, de 3-11-1967)

Art. 311. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou do querelante, ou mediante representação da autoridade policial. (Redação dada pela Lei nº 5.349, de 3-11-1967)

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11-6-1994)

Art. 313. Em qualquer das circunstâncias, previstas no artigo anterior, será admitida a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos: (Redação dada pela Lei nº 6.416, de 24-5-1977)

I – punidos com reclusão; (Redação dada pela Lei nº 6.416, de 24-5-1977)

II – punidos com detenção, quando se apurar que o indiciado é vadio ou, havendo dúvida sobre a sua identidade, não fornecer ou não indicar elementos para esclarecê-la; (Redação dada pela Lei nº 6.416, de 24-5-1977)

III – se o réu tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 46 do Código Penal. (Redação dada pela Lei nº 6.416, de 24-5-1977)

Art. 314. A prisão preventiva em nenhum caso será decretada se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato nas condições do art. 19, I, II ou III, do Código Penal, (Redação dada pela Lei nº 5.349, de 3-11-1967)

Art. 315. O despacho que decretar ou denegar a prisão preventiva será sempre fundamentado. (Redação dada pela Lei nº 5.349, de 3-11-1967)

Art. 316. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem. (Redação dada pela Lei nº 5.349, de 3-11-1967)

LEI Nº 5.889, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Vide Lei nº 11.232, de 2005

Vide Lei nº 11.276, de 2006

Vide Lei nº 11.277, de 2006

Vide Lei nº 11.280, de 2006

Institui o Código de Processo Civil

.....
 Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 1994)

.....
 § 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial. (Redação dada pela Lei nº 10.444, de 2002)

.....
 § 6º O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva. (Incluído pela Lei nº 10.444, de 2002)

.....
 LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal

.....
 Art. 152. Poderão ser ministrados ao condenado, durante o tempo de permanência, cursos e palestras, ou atribuídas atividades educativas.

.....
 LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

.....
 LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.

.....
 Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

I – os integrantes das Forças Armadas;

II – os integrantes de órgãos referidos nos incisos do **caput** do art. 144 da Constituição Federal;

III – os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta lei;

IV – os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando em serviço; (Redação dada pela Lei nº 10.867, de 2004)

V – os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

VI – os integrantes dos órgãos policiais referidos no art. 51, IV, e no art. 52, XIII, da Constituição Federal;

VII – os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias;

VIII – as empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas, nos termos desta lei;

IX – para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo, na forma do regulamento desta lei, observando-se, no que couber, a legislação ambiental.

X – os integrantes da Carreira Auditoria da Receita Federal, Auditores-Fiscais e Técnicos da Receita Federal. (Incluído pela Lei nº 11.118, de 2005)

.....
 § 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V e VI deste artigo terão direito de portar arma de fogo fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, na forma do regulamento, aplicando-se nos casos de armas de fogo de propriedade particular os dispositivos do regulamento desta lei.

.....
 § 1º-A Os servidores a que se refere o inciso X do **caput** deste artigo terão direito de portar armas de fogo para sua defesa pessoal, o que constará da carteira funcional que for expedida pela repartição a que estiverem subordinados. (Incluído pela Lei nº 11.118, de 2005)

.....
 § 2º A autorização para o porte de arma de fogo dos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI e VII está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do art. 4º, nas condições estabelecidas no regulamento desta lei.

.....
 § 3º A autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial e à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições

estabelecidas no regulamento desta Lei, observada a supervisão do Comando do Exército. (Redação dada pela Lei nº 10.867, de 2004)

§ 4º Os integrantes das Forças Armadas, das polícias federais e estaduais e do Distrito Federal, bem como os militares dos Estados e do Distrito Federal, ao exercerem o direito descrito no art. 4º, ficam dispensados do cumprimento do disposto nos incisos I, II e III do mesmo artigo, na forma do regulamento desta lei.

§ 5º Aos residentes em áreas rurais, que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar, será autorizado, na forma prevista no regulamento desta lei, o porte de arma de fogo na categoria “caçador”. (Vide Lei nº 11.191, de 2005)

§ 6º Aos integrantes das guardas municipais dos Municípios que integram regiões metropolitanas será autorizado o porte de arma de fogo, quando em serviço. Incluído pela Lei nº 10.867, de 2004)

.....
O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler:

É lido o seguinte:

Of. GLPMDB nº 90/2006

Brasília, 3 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência, a nova composição dos membros suplentes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos:

SUPLENTES

1. Leomar Quintanilha (vaga cedida pelo PMDB)
2. Wellington Salgado de Oliveira
3. Gerson Camata
4. Garibaldi Alves

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna** Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PBT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a minha inscrição para uma comunicação de Liderança, pelo PTB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Exª será atendido, de acordo com as normas das sessões não-deliberativas, em que será intercalado um orador inscrito e um orador para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

V. Exª dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento e de cinco minutos para a prorrogação, se necessário for.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, venho à tribuna para comentar uma decisão do Governo Federal – que tem meu total apoio –; uma decisão de suma importância para o Rio Grande do Sul e também para a Petrobras.

Trata-se da decisão de não concluir um acordo que estava em andamento a respeito da participação acionária da Braskem. Se o acordo tivesse sido finalizado da forma como estava proposto, haveria uma diminuição da força econômica, social e política do Pólo Petroquímico Gaúcho, que é hoje, sem sombra de dúvida, uma referência nacional.

Fico feliz, Sr. Presidente, porque prevaleceu o bom senso. Neste momento, cumprimento a todos os que participaram desse processo, pela sábia decisão que preserva o interesse do patrimônio gaúcho e do povo brasileiro. Em especial, cumprimento, por questão de justiça, o trabalho realizado junto à Petrobras, para que não fosse concluído o acordo, pela Ministra Dilma Rousseff, Presidente do Conselho de Administração, e pelo Ministro Miguel Rossetto, que, até por ter sido Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico, alertou-nos, desde o primeiro minuto, quanto aos prejuízos que teria o Rio Grande do Sul e a Petrobras nessa negociação, principalmente para a economia de nosso Estado.

Lembro também a enorme mobilização para que de uma passeata participassem mais de cinco mil trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Triunfo – Sindipolo-RS, cujo Presidente, o Sr. Carlos Eitor Machado Rodrigues, cumprimento pela atuação impecável e incansável na luta em defesa do Pólo Petroquímico Gaúcho.

Os prejuízos para a economia do Rio Grande do Sul seriam incalculáveis, caso a Petrobras tivesse feito

a opção de troca de ativos: desemprego, diminuição na arrecadação de impostos para o Rio Grande do Sul, não haveria a garantia sequer de investimentos já programados pelo Governo Federal para a duplicação do pólo, além da possibilidade de monopolização do setor.

Sr. Presidente, cumprimento, ainda, o Senado da República, cuja participação foi fundamental para que a Petrobras tomasse a decisão que ora anuncio: na audiência pública realizada no dia 24 de março, contamos com a presença de todos os setores envolvidos – Ipiranga, Braskem, Sindicato dos Trabalhadores, empresários gaúchos. Todos estavam aqui representados. Na ocasião, em uma sexta-feira, houve um enorme movimento para que eu suspendesse a audiência. Diversos Senadores foram mobilizados, conversaram comigo, e eu, de forma muito tranqüila, dialoguei com S. Ex^{as} e disse que, se a audiência não se realizasse naquela sexta-feira à tarde, na semana seguinte o acordo poderia ser concluído e o País teria que saber, via TV Senado – foi transmitido ao vivo – o que estava acontecendo. Era uma negociação que envolvia bilhões de dólares.

Não estou dizendo que o mérito é especificamente do Senado Federal, mas é também do Senado Federal, que cumpriu sua parte, trouxe o tema ao debate, e a negociação foi expandida. O núcleo da Petrobras foi acionado, a Ministra Dilma Rousseff interveio, assim como o Ministro Miguel Rossetto, e felizmente conseguimos fazer com que o pólo continuasse onde estava, para o bem do Rio Grande e para o bem do País.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Sérgio Zambiasi.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – E dos trabalhadores, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E lembra a Senadora Heloísa Helena dos trabalhadores, que estavam desesperados.

Senadora Heloísa Helena, gostaria de lembrar, até por uma questão de justiça, que V. Ex^a também participaria da audiência, pois apoiava a visão que estou apresentando. Só não participou porque entendia que não é uma questão apenas do Rio Grande, mas sim da Petrobras, e em razão de problemas de saúde de uma amiga, que ia para o hospital, com uma doença gravíssima, mas não entrei em detalhes a esse respeito.

Ouçó o Senador Sérgio Zambiasi.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Paulo Paim, gostaria de aqui testemunhar o seu trabalho nesta Casa, liderando essa mobilização. Eu sou

testemunha, assim como o Senado Federal, do trabalho do Senador Paulo Paim. Reconheço, como V. Ex^a já comentou, a iniciativa pioneira dos trabalhadores do pólo. O movimento nasceu nas indústrias químicas e petroquímicas do pólo, expandiu-se pelo Rio Grande do Sul, e repercutiu intensamente nesta Casa, por intermédio do trabalho de V. Ex^a. Conversamos muito a esse respeito. O Senador Paulo Paim apresentou o assunto a mim e ao Senador Pedro Simon, e nós, como representantes daquele Estado, assinamos um documento de sua iniciativa. Mas deixo o meu testemunho público: o Senado se envolveu nessa discussão por iniciativa de V. Ex^a, e é justo que seja reconhecido o seu trabalho. Parabéns, Senador Paulo Paim, porque foi seguramente a conclusão do encontro de sexta-feira que permitiu à Petrobras recuperar o comando da negociação e, em consequência, permanecer à frente do Pólo Petroquímico do Sul, que é bom não só para o Rio Grande do Sul, mas para o Brasil. O Rio Grande do Sul, pelo que sei, sofreria muito com perdas, especialmente de ICMS, já que havia a perspectiva de o pólo gaúcho transformar-se em um produtor...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mais para exportação.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – ... para exportação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Inclusive, foi V. Ex^a que me alertou para isso.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Inclusive, comentando com o Senador Paulo Paim, chamava atenção para essa perspectiva. Hoje, vemos, com alegria, que o bom-senso predominou, mas, vamos reconhecer a mobilização dos trabalhadores no Estado, a liderança do Senador Paulo Paim nesta Casa e o encontro de sexta-feira, que culminou, finalmente, com uma vitória para todos nós gaúchos, mas principalmente para o Brasil. Parabéns Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Zambiasi, V. Ex^a alerta sobre o encaminhamento. Por uma questão de justiça, a partir daquela audiência, encaminhamos um documento assinado pelo três Senadores à Ministra Dilma Rousseff, com essa posição que V. Ex^a resgata. Esse documento foi assinado por V. Ex^a – e quem me entregou foi o Presidente do Sindicato – por mim e pelo Senador Pedro Simon, juntamente com mais, se não me engano, 28 Deputados Estaduais e a maioria dos Deputados Federais, demonstrando que não era uma visão deste ou daquele parlamentar, mas da ampla maioria da Bancada gaúcha na Câmara dos Deputados, a maioria da Assembléia e dos três Senadores do Rio Grande.

Sr. Presidente, dentro do tempo que ainda me é permitido, trago outro tema com que estou muito pre-

ocupado: o PLP nº 123, em debate na Câmara dos Deputados, o chamado Super-Simples.

Sr. Presidente, gostaria de deixar registrado, para que V. Ex^a publique na forma possível – no **Jornal do Senado**, e divulgue na Rádio Senado ou na TV Senado documento que recebi da Anfip, Fenafim, Fenafisco, Febrafite, Fenafisp, Sinait e Unafisco relativo ao Super-Simples. As entidades elaboraram nota pública tirada do Fórum Fisco Nacional, relatando suas preocupações em relação a esse assunto.

O que diz o documento?

As entidades integrantes do Fórum Fisco Nacional, abaixo signatárias, manifestam sua preocupação e alertam a sociedade para os prejuízos que traz o substitutivo do PLP nº 123/2004, conhecido como Super-Simples, apresentado a pretexto de eliminar burocracias e regulamentar a unificação da legislação tributária das três esferas de governo para micro e pequenas empresas.

O substitutivo extrapola em muito a abrangência dessa matéria e avança sobre a legislação trabalhista, previdenciária e até em normas de fiscalização sanitária, ambiental, metrológica e segurança do trabalho. Essas matérias estranhas ao texto original devem ser retiradas do substitutivo.

Os principais prejuízos e problemas do substitutivo do PLP nº 123/2004 são:

Facilita a sonegação de tributos e a “lavagem de dinheiro”.

O projeto fragiliza e reduz a atuação do Estado em nome da “simplificação”, enfraquecendo o combate à sonegação de tributos e contribuições. O PLP nº 123 fere a Constituição Federal ao deixar de observar o disposto nos artigos 37, inciso XXII, e 146, inciso IV, parágrafo único, que estabelecem que as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão atuar de forma integrada e compartilhada. Assim, as três esferas de governo devem ter competência plena e atuar de forma compartilhada e integrada como determina a CF. [O substituto fere esses princípios].

Ao deixar o fisco federal apenas com a competência “supletiva” e não compartilhada, como diz a CF, fica prejudicado o efetivo combate à sonegação e à “lavagem de dinheiro”, especialmente para desbaratar grandes esquemas montados com base em empresas aparentemente pequenas, localizadas em diferentes estados da federação.

Diz ainda o documento que facilita a criação de empresas “fantasmas” ou “laranja”, explicando detalhadamente. Não vou ler em função do tempo, mas o documento fala em empresas “fantasmas” ou “laranjas”.

O texto fala, ainda, que precariza direitos trabalhistas e previdenciários.

O substitutivo fragiliza a fiscalização trabalhista que examina as condições de segurança e saúde no trabalho e o cumprimento do pagamento do salário, das férias e 13º salário, por exemplo. É um estímulo ao descumprimento da lei.

O cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho também é prejudicado.

Facilita a sonegação das informações quanto ao acidente de trabalho, prejudicando, assim, no conjunto, Sr. Presidente, todos os trabalhadores.

O documento, cuja leitura estou simplificando, diz mais: reduz direitos do trabalhador. O FGTS, que poderá ser reduzido dos atuais 8% para 4%, é depositado na chamada conta vinculada para que, no caso de demissão, o trabalhador tenha como se socorrer.

Sr. Presidente, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foi criado com dois objetivos: criar uma poupança, cujo objetivo principal é garantir um financiamento a preços módicos para o trabalhador de baixa renda; e, no caso de demissão, ele pode então retirar seu fundo de garantia.

Vai mais além o documento, que ressalta, neste ponto, a perda de metade desse direito; coloca em risco a vida e a saúde da população quando fragiliza todas as normas de fiscalização trabalhista e também ambiental.

Sr. Presidente, o documento é longo e ressalta o risco à Previdência Social Pública, tão defendida por todos nós.

Vou ficar agora só nos títulos, Sr. Presidente, para concluir.

“Quebra do Pacto Federativo”, ferindo também o art. 60, § 4º, inciso I, da Constituição Federal;

“Perda de Arrecadação para os Estados mais Pobres e os Municípios mais Pobres”;

“Caos Urbano”;

“Novo Refis – Desrespeito ao Bom Contribuinte”.

Sr. Presidente, o bom contribuinte é o que vai ser desrespeitado, será ele o prejudicado. Vai ser um incentivo à não-contribuição.

Por isso tudo, Sr. Presidente, termino com a última frase das entidades:

Assim, as entidades reconhecem a necessidade de regulamentar o art. 146 da Constituição Federal, mas consideram essencial a retirada e a modificação de todos os dispositivos que causam prejuízos à população brasileira.

Assinam o documento Anfip, Fenafim, Fenafisco, Febrafite, Fenafisp, Sinait e Unafisco. O documento ainda dá o endereço do Sinait e de outras entidades, para quem tiver qualquer dúvida quanto a esse tema. Quem

quiser mais informação é só telefonar. Estão aqui os endereços que não preciso repetir, mas o e-mail é .

Era o que tinha dizer. Obrigada, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma importante decisão para o Rio Grande do Sul e para o País foi tomada na última sexta-feira pela Petrobras.

Trata-se da decisão de não aumentar sua participação acionária na Braskem, cuja consequência seria a diminuição da força econômica, social e política do Pólo Petroquímico gaúcho que hoje é uma referência nacional.

Fico feliz, pois o bom senso prevaleceu. Quero, neste momento, parabenizar a todos os que participaram desse processo pela sábia decisão que preserva o interesse e o patrimônio público.

Em especial parabeno a Petrobras, na pessoa da Ministra Dilma Rousseff, Presidente do Conselho de Administração e do Ministro Miguel Rosseto, que desde o primeiro minuto nos alertou sobre os prejuízos que teria o Rio Grande e a Petrobras nesta negociação.

Lembro também do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Triunfo – SINDIPOLO – RS na pessoa do seu presidente, Sr. Carlos Eitor Machado Rodrigues, que teve uma atuação incansável na luta em defesa do Pólo Petroquímico Gaúcho.

Os prejuízos para a economia do Rio Grande do Sul seriam incalculáveis, caso a Petrobras tivesse feito a opção de troca de ativos: desemprego, prejuízos na arrecadação de impostos, não haveria a garantia de investimentos para a duplicação do pólo, além da criação de um monopólio no setor.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez foi fundamental a participação do Senado Federal para que a Petrobras tomasse a sua decisão, através da realização de uma audiência pública, requerida por este Senador, que se realizou no dia 24 de março de 2006, com a participação de todas as partes interessadas na negociação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de deixar registrado documento que recebi da Anfip, Fenafim, Fenafisco, Febrafite, Fenafisp, Sinait e Unafisco relativamente ao Super-Simples – PLP nº 123/04.

As entidades elaboraram Nota Pública do Fórum Fisco Nacional relatando suas preocupações em relação ao assunto.

SUPER-SIMPLES – PLP 123/2004: PREJUÍZOS PARA A SOCIEDADE

NOTA PÚBLICA DO FÓRUM FISCO NACIONAL

As entidades integrantes do Fórum Fisco Nacional, abaixo signatárias, manifestam sua preocupação e alertam a sociedade para os prejuízos que traz o substitutivo do PLP 123/2004, conhecido como Super-Simples, apresentado a pretexto de eliminar burocracias e regulamentar a unificação da legislação tributária das três esferas de governo para micro e pequenas empresas.

O substitutivo extrapola em muito a abrangência dessa matéria e avança sobre legislação trabalhista, previdenciária e até em normas de fiscalização sanitária, ambiental, metrológica e segurança do trabalho. Essas matérias estranhas devem ser retiradas do substitutivo

Os principais prejuízos e problemas do substitutivo do PLP nº 123/2004 são:

FACILITA A SONEGAÇÃO DE TRIBUTOS E A “LAVAGEM DE DINHEIRO”

O projeto fragiliza e reduz a atuação do Estado em nome da “simplificação”, enfraquecendo o combate à sonegação de tributos e contribuições. O PLP-123 fere a Constituição Federal, ao deixar de observar o disposto nos artigos 37, inciso XXII, e 146, inciso IV, parágrafo único, que estabelecem que as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão atuar de forma integrada e compartilhada. Assim, as três esferas de governo devem ter competência plena e atuar de forma compartilhada e integrada como determina a CF.

Ao deixar o fisco federal apenas com a competência “supletiva” e não compartilhada, como diz a CF, fica prejudicado o efetivo combate à sonegação e à “lavagem de dinheiro”, especialmente para desbaratar grandes esquemas montados com base em empresas aparentemente pequenas, localizadas em diferentes Estados da federação.

FACILITA A CRIAÇÃO DE EMPRESAS “FANTASMAS”

O projeto facilita a criação de empresas “fantasma” ou “laranja”, amplamente conhecidas por sua utilização em atividades ilícitas que envolvem altas somas de recursos, ao proibir

a exigência de comprovação de propriedade ou contrato de locação do imóvel de localização da sede do estabelecimento, por ocasião da sua abertura. Isso dificulta enormemente a ação fiscalizadora do Estado, como recentemente comprovado pelas CPIs em andamento no Congresso Nacional.

É preciso criar mecanismos para evitar e impedir a proliferação desse tipo de empresa, e não para facilitar essa prática.

PRECARIZA DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

O substitutivo fragiliza a fiscalização trabalhista que examina as condições de segurança e saúde no trabalho e o cumprimento do pagamento do salário, férias e 13º salário, por exemplo. É um estímulo ao descumprimento da lei.

O cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho também é prejudicado. Os acidentes de trabalho poderão aumentar ainda mais, elevando despesas da Previdência Social com pagamento de benefícios a trabalhadores e a pensionistas.

Há ainda outras mudanças que dificultam a fiscalização do trabalho, cuja função é proteger o trabalhador: as empresas optantes do Simples são dispensadas de anotar as férias dos empregados nos livros ou fichas de registro e de afixar em suas dependências o “Quadro de Trabalho”, prejudicando os trabalhadores.

REDUZ DIREITOS DO TRABALHADOR – FGTS PASSA DE 8% PARA 4%

O recolhimento do FGTS poderá ser reduzido dos atuais 8% para até irrisórios 4% para empregados de empresas com receita bruta anual de até R\$36 mil, com a simples concordância do empregado (art. 48, II).

Qualquer que seja a redução do percentual do FGTS estará ferindo o princípio constitucional da isonomia, consagrado nos artigos 5º, 6º e 7º. Dessa forma, criando duas classes de trabalhadores. A primeira, dos que têm direito aos 8%, e a segunda classe, justamente os mais pobres, dos que terão o seu direito reduzido.

A Constituição prevê a proteção contra a demissão sem justa causa. Com a redução do FGTS para até 4%, estaria invalidada a proteção diante do valor irrisório da multa rescisória.

O dispositivo nada mais é que a concretização da “flexibilização” das leis trabalhistas, uma redução dos direitos dos trabalhadores.

Implica, também, queda na arrecadação do FGTS, restringindo a capacidade de investimento do Estado em infra-estrutura urbana, saneamento básico e habitação para população de baixa renda.

COLOCA EM RISCO A VIDA E A SAÚDE DA POPULAÇÃO E FRAGILIZA O CONSUMIDOR

O substitutivo do PLP afrouxa as fiscalizações trabalhista, metrológica, sanitária, ambiental e de segurança, trazendo prejuízos para toda a população. O substitutivo estabelece que a fiscalização trabalhista deverá ter “natureza prioritariamente orientadora” e que, em caso de constatação de irregularidade, apenas na segunda visita poderá ser lavrado “Termo de Ajustamento de Conduta” contendo orientação e prazo de cumprimento. O auto de infração somente poderá ser lavrado se a mesma irregularidade for cometida pela terceira vez. É uma franca obstrução ao trabalho da fiscalização.

O procedimento fragiliza a fiscalização fitossanitária que examina a qualidade e a validade de alimentos, colocando em risco a saúde e a vida da população.

Enfraquece também a fiscalização metrológica, que garante que o consumidor não seja enganado em relação a pesos e medidas de alimentos, por exemplo.

RISCOS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA

A ampliação das atividades econômicas cobertas pelo Simples Nacional não pode ser promovida sem um profundo estudo técnico prévio sobre os impactos da renúncia de contribuições previdenciárias no financiamento da Previdência Social Pública.

Ao substituir a contribuição previdenciária patronal por alíquota única substituta de vários tributos, o projeto pode comprometer a vinculação constitucional dos pagamentos de benefícios previdenciários e provocar o desequilíbrio atuarial do sistema previdenciário brasileiro, além de ameaçar o financiamento da Previdência Social Pública.

A União, por meio da SRP, deve continuar com a competência para fiscalizar as contribuições dos trabalhadores das empresas do Super-Simples.

A pergunta que fica: se os estados e municípios não têm competência para fiscalizar as empresas do Simples, quem irá fiscalizar as contribuições previdenciárias dos milhões de trabalhadores das empresas do novo sistema?

QUEBRA DO PACTO FEDERATIVO

O projeto fere de morte o pacto federativo. De acordo com o artigo 60, §4º, inciso I, da Constituição Federal, tal projeto não deveria, sequer, ser apreciado por ser flagrantemente inconstitucional quando tenta tirar dos Estados e Municípios a autonomia, prevista na Carta Magna, para instituir e legislar sobre o ICMS e o ISS. Sem dúvida nenhuma, é um retrocesso que relega esses entes federados à qualidade de dependentes com a perda de sua autonomia financeira.

PERDA DE ARRECADAÇÃO PARA ESTADOS MAIS POBRES E MUNICÍPIOS

O projeto aumenta a carga tributária para alguns setores da economia e a reduz para outros. Isso significa perdas consideráveis de arrecadação para alguns estados, sobretudo os mais pobres. Os municípios chegam a perder arrecadação na ordem de 6% a 10% no imposto sobre serviços.

Os entes federados terão dificuldade de planejar seu desenvolvimento e seu orçamento anual, uma vez que as informações prestadas pelos contribuintes passarão de um período mensal para anual, dificultando qualquer informação estatística.

CAOS URBANO

O projeto dispensa o cumprimento das normas que disciplinam a instalação de empresas no município, permitindo o estabelecimento em locais inadequados e promovendo, conseqüentemente, o caos urbano.

NOVO "REFIS" – DESRESPEITO AO BOM CONTRIBUINTE

O substitutivo do projeto prevê novo parcelamento de dívidas com o fisco, em até 120 meses, para as empresas do Simples Nacional, inclusive a seus titulares e sócios. Isso desrespeita o bom contribuinte que pagou seus tributos no prazo legal e favorece a concorrência desleal na economia, ferindo o princípio

constitucional da isonomia. Além disso, favorece duplamente o contribuinte inadimplente e sonegador: ao não cumprir com sua obrigação tributária, ele leva vantagem em relação ao bom pagador de tributos; e ainda é privilegiado com parcelamento a longo prazo.

O resultado do Refis anterior é um fracasso: 80% das empresas foram excluídas do programa por falta de pagamento; de 129.166 empresas que aderiram, em 2000, permaneciam apenas 25.622, até novembro de 2005. Com um passivo inicial de R\$150 bilhões, em 2000, arrecada-se apenas cerca de R\$1 bilhão por ano.

Assim, as entidades reconhecem a necessidade de regulamentar o artigo nº 146 da Constituição Federal, mas consideram essencial a retirada e a modificação de todos os dispositivos que causam prejuízo à população brasileira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Paulo Paim. V. Exª será atendido de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. Em seguida à palavra da Senadora Heloísa Helena, que falará como Líder do P-SOL, falará, como orador inscrito, para uma comunicação inadiável o Senador Sérgio Zambiasi.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de fato, é importante, Senador Papaléo, que V. Exª esteja presidindo os trabalhos, que o Senador Mão Santa esteja aqui porque somos da área de saúde, embora eu saiba que, pela vivência que têm o Senador Zambiasi e o Senador Paim, com certeza, S. Exªs são capazes das mais importantes conclusões e opiniões sobre esse setor.

A saúde não é uma caixinha a ser pensada e com ações propostas simplesmente por quem militou na área. Às vezes, o cidadão mais simples que tem sensibilidade para ver a vida da cidade e do Estado é capaz de tirar conclusões e apresentar proposições até mais importantes do que aqueles que, de forma compartimentada, ficam vivenciando o setor.

Meu pronunciamento, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é sobre algumas notícias que tenho visto nos meios de comunicação em relação ao Ministério da Saúde. Tenho feito várias críticas ao atual Governo da Saúde. Tenho feito várias críticas ao atual Governo sobre o parasitismo da máquina pública do mesmo jeito, com a mesma força que fazia quando era Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique. Então sinto-me com autoridade moral para fazer críticas sobre

o parasitismo da máquina pública atual, a delinqüência de luxo, porque fiz isso quando era Líder da Oposição e faço isso para ter a consciência tranqüila.

Hoje tomam posse os Secretários que passam a assumir os Ministérios até a conclusão das negociações – espero que não sejam negociatas – em relação às indicações desses Ministérios.

Desde ontem circula pelos meios de comunicação – não foi desmentido, mas espero que seja; e o apelo que faço é esse – e tenho tomado conhecimento de que o Presidente Lula entregará o Ministério da Saúde àquela liderança apresentada por quem ganhar a indicação do Líder do PMDB na Câmara dos Deputados. Isso é algo muito grave! Sei que talvez seja até uma cantilena da minha parte exigir determinadas posições pautadas na ética, na competência, no respeito ao espaço público; mas mesmo assim faço este apelo. Não é possível, não é possível que o Ministro da Saúde seja indicado dessa forma. O que está na imprensa é isto: qualquer um dos grupos do PMDB que conseguir eleger o próximo Líder na Câmara dos Deputados terá o direito de indicar o Ministro da Saúde. Se fosse algo simplesmente irracional, eu até perdoaria, porque a irracionalidade, a inocência, a ignorância merecem perdão, mas o parasitismo, a delinqüência, a convivência com essa metodologia maldita de ocupação dos cargos públicos essas, realmente, não merecem perdão.

O quadro de saúde do povo brasileiro é dramático. Sabemos todos nós que analisamos o perfil epidemiológico do povo brasileiro que o quadro de doenças que assolam o País e as mortes é gravíssimo. O quadro de morbi-mortalidade do País é gravíssimo. Sabe V. Ex^a que o Brasil, ao contrário de outras Nações, não conseguiu fazer a transição do perfil epidemiológico da sua população; não conseguiu. Em várias Nações, antes que a população passe a ser acometida pelas chamadas doenças da modernidade, ocorre uma transição: superam-se as chamadas doenças do subdesenvolvimento – diarreia, hanseníase, tuberculose, dengue, malária – e, aos poucos, passa-se a ser acometido pelas chamadas doenças do desenvolvimento, da modernidade – as crônico-degenerativas, as cardiovasculares, as doenças relacionadas aos acidentes de trânsito, à violência. O Brasil tem um quadro dramático, tem um perfil epidemiológico muito grave, completamente diferenciado de outras Nações, de forma que não superou as doenças vinculadas à pobreza e ao subdesenvolvimento. E sua população pobre, por não ter acesso aos serviços de saúde ainda no início dessas doenças, passou a ser acometida também pelas doenças chamadas da modernidade.

Diante do perfil epidemiológico extremamente grave em que se encontra o Brasil, da desestrutura-

ção do setor público, da ausência de investimentos na área do setor público – quem analisou o Orçamento viu que menos de 5% dos investimentos previstos para o setor público na área de saúde foram de fato executados –, faço um apelo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Sei que talvez seja até ridículo de minha parte cobrar de um Governo que dá provas da sua imoralidade, incompetência, irresponsabilidade e insensibilidade que não leiloe o Ministério da Saúde, conforme as conveniências estabelecidas pelo PMDB na Câmara dos Deputados. Faço este apelo porque é muito dramático o perfil epidemiológico do povo brasileiro; é dramática a ausência de estrutura – sabe V. Ex^a – do pequeno postinho de saúde no menor Município de Alagoas ou de qualquer outro Estado, a situação dos centros de saúde, das unidades intermediárias, das unidades de referência e de alta complexidade; é dramática a situação de saúde do nosso povo! É tanta irresponsabilidade na estruturação do serviço público ou da rede conveniada, que deveria ter o caráter de complementaridade e não de unidade única e exclusiva como referência. Por essa situação tão dramática, espero que o Ministério da Saúde não seja parte do balcão de negócios sujos montado pelo Governo Lula aqui no Congresso Nacional.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, vou dar uma notícia que interessa a todos nós. V. Ex^a também ficará contente.

Senadora Heloísa Helena, vai assumir mandato na Câmara Federal Francisco Escórcio, maranhense de São Luís, empresário vitorioso que chegou aqui em 1963. É o nosso Chiquinho Escórcio, que se diplomará pela licença do nosso Deputado extraordinário Cláudio Fecuri, filho do Senador Mauro Fecuri, um ícone da educação do Nordeste, ele tem a “Harvard” do Nordeste.

Francisco Escórcio é uma figura muito querida aqui, pois foi suplente do Senador Alexandre Costa e assumiu; não passou aqui simplesmente pisando os tapetes azuis e tomando cafezinho ou comendo sanduíche ali do lado. Ele foi um dos mais inspirados Parlamentares, tendo apresentado um projeto que é a salvação da República, da capital federal: o Estado do Planalto Central, cujo Relator é o Senador Jefferson Péres.

Brasília foi planejada para 600 mil pessoas; não existiriam as cidades satélites. S. Ex^a, então, com in-

teligência privilegiada, se debruçou sobre o assunto, e sua matéria já foi aprovada. É uma tese em que se somariam as cidades vizinhas dos Estados de Minas, que tem cidades de mais, e de Goiás, formando um Estado independente, suas cidades com corpo político formado: prefeito, vice-prefeito e vereadores. Isso deve ser a solução para a independência e para diminuir o sacrifício que hoje as outras cidades brasileiras têm para manter o Distrito Federal.

A estudantada deve a prorrogação do Fundef, que proporciona a melhoria da educação, à obstinação do Senador Francisco Escórcio. O projeto do corredor do centro-norte de desenvolvimento, de autoria de S. Ex^a, sem dúvida nenhuma, vai desenvolver a Região Norte e a Nordeste.

Sr. Presidente Papaléo, Francisco Escórcio foi assessor especial da Presidência da República, o que ocorreu no começo de nosso mandato. Aquele foi o melhor tempo que vivemos aqui porque ele é querido por todos e, com pureza, com decência, com dignidade, com honestidade, soube fazer a ligação do Senado com o Planalto, antes desse mar de corrupção. Quero dizer que isso é uma benção para o Presidente José Sarney. Ele tem muitos filhos, genéticos e adotivos, e está entre os melhores que conheço. Falo emocionado porque o Piauí ganhou um Deputado Federal. Ele é uma figura tão querida em nossa região que, recentemente, a Rádio Igarçu, de Parnaíba do Piauí, outorgou a ele o troféu Ação Igarçu.

Igarçu quer dizer uma canoa para rio pequeno. E, como dizia o poeta: “Navegar é preciso, viver não é preciso”.

Valeu a pena a luta de Francisco Escórcio e do povo que o elegeu Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa, a Mesa referenda as suas palavras. Pessoalmente, em nome da Mesa, quero cumprimentar o Senador Francisco Escórcio, que serviu a esta Casa e agora vai passar a servir à Câmara Federal.

Reconheço em S. Ex^a um homem digno, um empreendedor da construção civil, que prestou muitos serviços nessa área e muito mais ainda na área legislativa, no Senado Federal, onde deixou nesta Casa projetos importantíssimos como o da prorrogação do Fundef e a normatização de área do Distrito Federal, que é muito importante. Concordo com S. Ex^a e apóio seu projeto.

Quero reconhecer isso e dizer ao amigo Chiquinho Escórcio, que aqui ficamos muito satisfeitos com a sua presença como Deputado Federal, representando o Maranhão e também, por afinidade, o Piauí, como disse o Senador Mão Santa.

Logicamente, é muito bom o relacionamento que S. Ex^a tem com todos os Senadores. Demonstrou isso durante uma fase em que o Governo precisou de bom relacionamento com esta Casa e V. Ex^a foi quem conseguiu fazer essa ponte.

Cumprimento V. Ex^a e o PMDB.

A Casa está satisfeita em ver Francisco Escórcio integrando o quadro de Deputados Federais.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Zambiasi, como orador inscrito para uma comunicação de caráter inadiável.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes; Sr^s e Srs. Senadores, estamos entrando no período da Páscoa. Essa é uma época de reflexão, de renovação de crenças e de valores e, principalmente, de doação. Foi com esse espírito que um grupo de jovens adventistas do Rio Grande do Sul decidiu iniciar uma campanha evocando a solidariedade que toma conta de nós nessa época. A idéia é a de que todos, além da troca de doces, de bombons, chocolates, doem também um pouco do combustível da vida, que é o precioso sangue que corre em nossas veias.

O Projeto Mais Vida, idealizado pela juventude adventista e com apoio dos hemocentros, iniciou tímido. Em 2005, um grupo de jovens gaúchos decidiu realizar um ato solidário no período que antecede a Páscoa, mobilizando amigos para doarem sangue, refletindo, assim, o real significado da Páscoa. Com a resposta positiva da sociedade e a divulgação nos meios de comunicação do País, outros Estados realizaram eventos promovendo também a campanha. Neste ano, o projeto foi ampliado e deverá alcançar toda a América do Sul. O objetivo é atingir a meta de 100 mil doadores de sangue e no Brasil, mais de 50 mil.

Com o *slogan* “Ele deu tudo para você doar um pouco”, os promotores da campanha lembram o sacrifício de Cristo pela humanidade. A idéia do grupo é prática: com exposições e distribuição de material explicativo, eles buscam mobilizar os jovens para fazer parte de uma corrente de solidariedade. A campanha iniciou no dia primeiro deste mês e vai até o próximo dia 16 de abril.

Quem se interessar em ajudar pode acessar o *site* do projeto, que é . Lá, o futuro doador vai preencher um pequeno cadastro com nome, endereço e tipo sanguíneo e passará a fazer parte do banco de dados da campanha. Automaticamente, será indicado o local mais próximo para realizar a doação e os contatos do coordenador do projeto na sua região. Quem participa da campanha ainda ganha esta carteirinha (mostra uma carteira), que irá também indicar as datas das próxi-

mas doações. Até agora – vejam bem, faz apenas três dias que a mobilização iniciou – já foram cadastrados mais 18 mil doadores.

É assim, com um objetivo concreto e atitudes direcionadas, que os jovens adventistas estão conquistando o Brasil. Na última semana, eles estiveram aqui, em Brasília e tiveram a oportunidade de conversar com diversos Parlamentares, inclusive com o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, a quem dirijo meus sinceros agradecimentos pelo apoio imediato dispensado à idéia. Além de acolher prontamente a comitiva que divulgava o projeto, liderada pelo Pastor Odailson Fonseca, coordenador nacional da campanha, o nosso Presidente, Renan Calheiros, disponibilizou um espaço no Salão Branco do Senado para que o grupo divulgue suas idéias nesse local, que é tão plural e tão democrático.

Agradeço também, de coração, a toda equipe do Senado Federal, especialmente aos servidores do setor de cerimonial e da Comunicação Social – Agência Senado, Rádio Senado e TV Senado –, que imediatamente acolheram a nossa proposta. Isso nos estimula ainda mais porque sabemos que, quando a idéia empolga tanta gente, é sinal de que estamos indo no caminho certo.

Quero registrar também o imediato apoio e o voto de aplauso da Senadora Heloísa Helena à iniciativa tão logo os jovens tiveram acesso a esta Casa.

Senador Mão Santa, V. Ex^a que preside neste momento a sessão e que é médico, Senador Papaléo Paes, que há pouco presidia a sessão e que também é médico, Senador Tião Viana, que também é médico, e Senadora Heloísa Helena, que é oriunda do setor de saúde, infelizmente, ainda há muito preconceito sobre a doação de sangue. De acordo com a pesquisa “Perfil do Doador de Sangue Brasileiro”, coordenada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 36,15% dos brasileiros que não doam sangue não o fazem porque têm medo de doar.

Mas a realidade é que, ao contrário do que muitos pensam, a doação não afina nem engrossa o sangue, não engorda nem emagrece, não vicia. Poderia viciar – não haveria nenhum problema. Assim, talvez, os hemocentros tivessem problemas. Poderia ser um vício do bem, Senador Papaléo Paes e Senador Mão Santa. Não há risco de contrair doenças. O corpo humano está constantemente produzindo sangue e, se a pessoa estiver com saúde, doar uma unidade é seguro e não apresenta efeitos colaterais. Além disso, o nosso organismo repõe o plasma em cerca de um dia após a doação e os demais componentes em algumas semanas.

Para os homens, as doações podem ser feitas a cada 60 dias. As mulheres podem doar sangue a cada 90 dias.

Outros cuidados também devem ser levados em conta. Só pode doar quem tiver entre 18 e 65 anos; pesar, no mínimo, 50 quilos; e estiver em boas condições de saúde, ou seja, não estar resfriado, com febre nem com anemia. Quem for fazer a doação deve estar descansado e bem alimentado, evitando comidas gordurosas nas quatro horas que antecedem a doação e só precisa apresentar um documento original com foto. Qualquer funcionário, da área pública ou privada, terá sua falta abonada, sem prejuízo de salário, quando for doar sangue, de acordo com a Lei nº 1.075, de 1950.

E se o argumento da solidariedade não for suficiente, lembramos ainda que, doando sangue, o doador pode estar ajudando a si mesmo. Isso porque, infelizmente, existe uma possibilidade em cinco de que, pelo menos uma vez em sua vida, venha a necessitar de sangue doado. Então, por que não colaborar com os bancos de sangue de nosso País?

Dados da Organização Mundial da Saúde demonstram que apenas 1,8% dos brasileiros são doadores voluntários. O mínimo para garantir um estoque suficiente para as nossas necessidades seria de 3% a 5%. Se cada um de nós adquirisse esse maravilhoso hábito de doação, os índices poderiam ser bem diferentes. Além disso, por mais que a ciência tenha avançado, ainda não há um substituto para o sangue humano. Por isso, toda vez que alguém precisa de uma transfusão de sangue para sobreviver, ela só poderá contar com a solidariedade das outras pessoas.

Sr. Presidente Senador Mão Santa, em épocas como o carnaval e feriados prolongados, percebemos o aumento pró-doação de sangue em função do maior número de acidente que acontecem nessas ocasiões. Isso também ocorre, desde 1964, durante as comemorações do Dia Nacional do Doador Voluntário de Sangue, celebrado no dia 25 de novembro. A conscientização e o incremento das doações em períodos específicos já é uma grande vitória, mas temos que estender esse espírito solidário aos 365 dias do ano. Todos os dias há pessoas precisando de sangue, mesmo que não saibamos seus nomes, suas histórias, mesmo que não conheçamos seus rostos. E, amanhã, quem garante que não seremos nós ou algum de nossos familiares os pacientes necessitados desse líquido vital para todos nós?

Pela nobreza do tema e pela eficácia da campanha, parabéns mais uma vez à iniciativa da Juventude Adventista. E deixo novamente a dica: . Cadastre-se. Doe sangue. Doar faz bem aos outros e a nós também, pois a satisfação de salvar vidas, seguramente, é a maior das recompensas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, pela generosa oportunidade.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Zambiasi, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estamos alternando a lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, do PSDB do Amapá – para minha tristeza, ele saiu do PMDB. Regimentalmente, S. Ex^a tem direito a dez minutos e mais cinco de prorrogação, mas jamais ou serei calar essa voz do povo do Brasil.

Em seguida, para uma comunicação inadiável, tem a palavra o Senador Tião Viana, do PT do Estado do Acre.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente quero agradecer a V. Ex^a pela lembrança de que eu era um parlamentar do PMDB. Tenho certeza absoluta de que continuo amigo de todos os companheiros do PMDB, dada a nossa boa convivência, e que ao PSDB só fiz retornar. Com muita honra, hoje sou peessedebista, sem esquecer que o PSDB nasceu do PMDB e, por isso, hoje é também um grande partido.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu Estado do Amapá, tão distante das metrópoles brasileiras e tão ansioso por mais oportunidades de crescimento econômico, ainda não foi contemplado com o progresso nos níveis almejados por seus homens públicos, por seus representantes políticos e por toda a sua população. Entretanto, assusta-se com a chegada de alguns dos males típicos dos grandes centros, que se propagam com a sofisticação tecnológica, em contraposição ao bucolismo de sua paisagem e à sin-geliza de seu povo.

Refiro-me, Sr. Presidente, aos crimes de pedofilia pela Internet, já rotineiros em muitos Estados brasileiros, mas até recentemente sem qualquer registro em Municípios amapaenses. Não obstante, um caso acaba de ser descoberto, com a agravante de ter ocorrido em uma escola pública.

Em sua edição do dia 20 de março, o jornal **A Gazeta** notificou o fato com os seguintes dizeres:

Amapá entra na rota da pedofilia pela Internet. O crime de pedofilia pela Internet já se tornou rotineiro em vários Estados brasileiros e o Amapá, até então, ficava de fora. No entanto, após a descoberta, em uma escola pública de Amapá, de fotos de crianças e adolescentes, a maioria despida, e de bate-papo entre alunos e pessoas até então desconhecidas sobre assuntos pornográficos, o Estado definitivamente entrou nesta rota, o que preocupa as autoridades ligadas à segurança pública.

O jornal **A Gazeta** informa ainda que os promotores Eder Abreu e Flávio Cavalcante já estão se reunindo com representantes de várias instituições para montar um esquema de combate à pedofilia. Para isso, pretendem desenvolver trabalhos preventivos em escolas, nas chamadas **lan houses** e junto às famílias das crianças e dos adolescentes. De acordo com o Promotor Eder Abreu, há indícios de que esse tipo de crime estaria proliferando no Amapá.

Embora muitas famílias tenham computadores em casa, a maior preocupação das autoridades é com as escolas, que não possuem mecanismos para fiscalizar o uso da internet. No caso ocorrido em Macapá, o principal suspeito já está sendo investigado. Alertando que as ações repressivas vão continuar, as autoridades lembram que uma lei nos moldes da que existe em São Paulo pode ajudar no combate à pedofilia pela Internet. A referida legislação obriga as *lan houses* a manter um tipo de filtro que impossibilita o acesso a *sites* proibidos, como os pornográficos, além de obrigá-las a identificar os usuários.

Enquanto não dispõem de uma legislação mais adequada, as autoridades procuram outros meios de combater a pedofilia na rede. Entre outras medidas, uma portaria da Vara da Infância e da Juventude proibiu a entrada de menores de idade nas **lan houses**, em horário de aula. As casas que desobedecem à portaria sujeitam-se a multas que podem chegar a R\$20 mil e até ao fechamento por 15 dias.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a exploração sexual de crianças e adolescentes e a pedofilia na Internet são crimes que vêm preocupando autoridades brasileiras e de todo o mundo. Em trabalho intitulado “Pedofilia e tráfico de menores pela Internet: o lado negro da **web**”, o Bacharel Sandro d’Amato Nogueira, há alguns anos, já alertava:

A internet está sendo utilizada pelos pedófilos para realizarem suas fantasias sexuais, trocarem e comercializarem fotos, filmes, CD-Rom entre outros. Se não bastasse isso, crianças e adolescentes são raptados para serem explorados sexualmente e envolvidos em uma rede de tráficos e prostituição, na qual pode-se comprar pela **net** “pacotes turísticos” cuja principal atração é a criança.

Como a ação dos pedófilos e das quadrilhas que atuam com prostituição infantil vem disseminando-se com muita rapidez, a própria sociedade tem-se mobilizado para atuar em conjunto com o poder público.

A **Istoé Online** divulgou, há algum tempo, uma iniciativa merecedora dos maiores elogios. Trata-se do *site* www.censura.com.br, que se dedica a receber denúncias contra a ação de pedófilos, encaminhando-as às autoridades competentes, como o Ministério Público

Federal, a Polícia Federal e a Interpol, entre outras. O combate a esse tipo de crime é muito difícil.

Como a pedofilia virtual transcende fronteiras e as leis variam muito de país para país – destaca a **Istoé Online** – enfrentar o problema requer, no lugar de armamento sofisticado, conhecimento técnico, contribuição por parte dos provedores para bloquear *sites* criminosos e, acima de tudo, a colaboração de todos. No Brasil, felizmente, é grande o número de anônimos empenhados nessa briga.

A proteção à criança e ao adolescente, Sr. Presidente, não custa lembrar, é dispositivo constitucional. Em seu art. 227, a Constituição Federal determina:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, especifica em seu art. 241: “Fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena – detenção de seis meses a dois anos, e multa”.

Portanto, Sr. Presidente, em que pese não dispormos de uma legislação mais específica e adequada à pedofilia virtual, não podemos dizer que a lei é omissa. A pedofilia, na rede ou não, é um crime que merece o nosso absoluto repúdio, razão por que faço desta Tribuna um apelo às autoridades amapaenses e, de resto, a todas as autoridades do nosso País, para que reprimam energicamente essa atividade, envolvendo nessa luta os responsáveis pelos provedores, as escolas, as famílias de crianças e adolescentes, e todos os segmentos da nossa sociedade. Somente com a punição rigorosa e exemplar dos pedófilos e das quadrilhas envolvidas com a prostituição infantil poderemos formar as novas gerações num ambiente sadio, de civismo e de solidariedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agrademos. V. Ex^a não quis utilizar o tempo todo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para solicitar a V. Ex^a a minha inscrição para falar em nome do PDT, pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito. Logo após o Tião Viana, a quem

eu tinha anunciado, V. Ex^a usará da palavra, pelo que ansiosamente o Paraná e a Pátria aguardam.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Tião Viana, do PT do Estado do Acre, e uma das melhores figuras da política do Brasil.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente, Senador Mão Santa, sempre generoso com seus colegas médicos e de Parlamento.

Quero externar neste momento um sentimento que julgo ser de toda a Academia, da Universidade de Brasília e do grupo científico que compõe o Distrito Federal. Temos aí desde Juscelino Kubitschek uma decisão de tornar o Centro-Oeste do Brasil uma instância de conhecimento vinculada a todas as áreas, e de modo muito distinto às doenças tropicais.

Isso veio sendo construído a muitas mãos. Marcadamente, Dr. Aluizio Rosa Prata foi condutor dessa semente que fez brotar dezenas, para não dizer centenas, de cientistas neste País para ocupar, por concurso público e a partir de seu conhecimento, a história da medicina tropical ligada ao Centro-Oeste e ao Nordeste do Brasil, tendo como grande vetor a Universidade de Brasília.

E, no último final de semana, no sábado propriamente, nós sofremos a perda da Professora Dr^a Vanize Macêdo – um nome que marcadamente faz parte de muitas décadas da história da medicina tropical no Brasil – que abalou toda a comunidade científica brasileira ligada à área de saúde, por ser uma pessoa que contribuiu de maneira decisiva para escrever uma das fronteiras mais importantes da medicina no Brasil, que foi a fronteira do Centro-Oeste, do Nordeste, do Norte brasileiro no que diz respeito às doenças tropicais.

Então, eu, por ter sido em três pós-graduações aluno da Professora Vanize Macêdo – inclusive na última, fui aluno de doutorado dela numa das suas linhas de pesquisa – faço este registro com a mais elevada consideração, que sei que é de todos os Senadores, com a sua biografia, com a sua vida junto à Universidade de Brasília e a seus familiares.

Gostaria apenas de modo sucinto de demonstrar a grandeza científica da Professora Vanize Macêdo, sua autoridade científica e sua dignidade como ser humano que dedicou sua vida à causa da ciência médica brasileira.

Veja V. Ex^a que em 1961 ela já cumpria o Curso de Atualização Terapêutica, na Escola Bahiana de Medicina, recebendo títulos, o qual foi seguido de: Curso Intensivo sobre Doença de Chagas, na Clínica das Do-

enças Tropicais e Infecciosas, da Universidade Federal da Bahia; Curso de Gastroenterologia, no Instituto Brasileiro de Gastroenterologia de São Paulo; Curso de Eletrocardiografia e Vectocardiografia, no Instituto de Cardiologia de São Paulo; Curso de Medicina Tropical, na Faculdade de Medicina, da Universidade Federal da Bahia; Curso de Cardiologia Clínica, no Instituto de Cardiologia de São Paulo; Curso de Hepatologia, no Instituto de Gastroenterologia de São Paulo; Curso de Fonomecanografia Professor Fsiehleder, do Instituto de Cardiologia do México, São Paulo; Curso de Radiologia Cardiovascular, do Departamento de Radiologia e 2ª Clínica Médica do Hospital das Clínicas, da Universidade de São Paulo; curso de Cardiologia, da Faculdade de Medicina, na Universidade de São Paulo; Curso de Genética Médica, da Universidade Federal da Bahia.

Era Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro na área de doenças infecciosas e parasitárias e tinha o título de livre-docência na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O título da livre-docência foi “Influência da exposição à reinfecção na evolução da Doença de Chagas.

Exerceu um trabalho com mais de 12 linhas de pesquisa na área científica, dos quais eu apontaria: Estudo Longitudinal da Doença de Chagas em São Felipe, na Bahia; Estudo Evolutivo Longitudinal da Doença de Chagas em Mambai, Goiás; Construção de Casas de Baixo Custo no Controle da Doença de Chagas, mal que já chegou a afetar mais de 7 milhões de brasileiros; Estudo Evolutivo da Forma Indeterminada da Doença de Chagas; Terapêutica da Doença de Chagas; Epidemiologia e Controle da Doença de Chagas; Estudo Clínico Epidemiológico da Leishmaniose Tegumentar em Corte de Pedra, na Bahia; Estudo Epidemiológico da Hepatite Delta no Estado do Acre – essa foi a minha tese de doutorado, que se constituiu no maior estudo epidemiológico sobre a Hepatite Delta em uma região da Amazônia; Estudo Epidemiológico e Controle da Malária; Terapêutica da Leishmaniose, Inquérito Eeletrocardiográfico Nacional para Doença de Chagas; Inquérito Nacional de Soroprevalência da Infecção Chagásica em Crianças de 0 a 5 anos.

Ela foi aposentada como professora titular da Faculdade de Medicina da Faculdade da Bahia, em 2004, e recebeu o título de Professora Emérita da UnB em 2006.

É reconhecida em todos os lugares da medicina tropical no mundo, sendo autora de capítulos de livros como **Cecil – Tratado de Medicina Interna**, que V. Ex^a conhece tão bem, o capítulo Doença de Chagas, escrito por ela, por muitos anos. Então, é um nome que

fez a travessia das fronteiras do conhecimento médico-brasileiro, porque sua vida foi dedicada à ciência e ao conhecimento médico.

Foi membro do *American Society of Tropical Medicine* e do *The New York Academy Sciences*, e por aí vai.

A Professora Vanize é um nome que orgulha a toda a sociedade médica brasileira. E agora, quando dizíamos que a última fronteira das doenças tropicais no Brasil estavam sendo desvendadas na Amazônia Ocidental – e participei desse debate, desse entendimento de pesquisa na região amazônica – estava lá a Professora Vanize, com seu livro de coleta de dados, acompanhando as teses de pós-graduação e orientando cada item, cada momento do registro de casos, para que não se perdessem, no caminho, o reconhecimento, a análise, a meta-análise, todos os instrumentos científicos para entender os fenômenos das doenças que ocorriam na Amazônia.

Então, é um nome que orgulha a todos: a CAPES, CNPq, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, onde ela dedicou muito da sua vida e de seu sacrifício para honrar a atividade do médico, a condição de acadêmica e a condição de cientista no Brasil.

Para mim foi uma enorme honra tê-la conhecido, ter aprendido, ter sido um aluno e ter dividido isso com dezenas de médicos e cientistas que hoje povoam as mais distintas regiões do Brasil.

Então, a mão do conhecimento médico da Dr^a Vanize Macedo afetou sobremaneira a condição de pensadores das doenças tropicais e da epidemiologia no Brasil.

Por isso, faço esse reconhecimento, entendendo que é um sentimento do Senado. E peço que a manifestação de pesar chegue aos familiares, à Universidade de Brasília, por intermédio de seu reitor, Dr. Timothy, e ao Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical.

É um nome que deixa saudades sobretudo lições do valor, do rigor científico, da honestidade cultural e do conhecimento como instrumento efetivamente comprometido com as causas sociais do Brasil.

Apenas acrescento, como solicitação, que a biografia da Dr^a Vanize Macêdo faça parte dos **Anais do Senado Federal** e seja publicada, em anexo, a minha manifestação de solidariedade e sentimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º do Regimento Interno.)

MEMORIAL**DADOS PESSOAIS:**

Nome: **Vanize de Oliveira Macêdo**

Filiação: João J Macêdo e Julinda de Oliveira Macêdo

Nascimento: 24/11/1934, Palmeira/BA - Brasil

Carteira de identidade: 1883 / CRM / DF /Expedida em: 23/08/1974

CPF: 00223174572

Endereço profissional: Universidade de Brasília, Núcleo de Medicina Tropical.
NMT - CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO
ASA NORTE
70919970 BRASILIA, DF - Brasil - Caixa Postal: 4517
Telefone: (61) 2735008 Fax: 2732811
E-mail: tropical@unb.br

Endereço residencial: COLINA/UNB - BLOCO D AP. 13
ASA NORTE
70919970 BRASILIA, DF - Brasil - Caixa Postal: 4517
Telefone: (61) 2722824 Fax: 2732811
E-mail: vomacedo@uol.com.br

FORMAÇÃO ACADÊMICA/TITULAÇÃO

- 1974 **Livre-docência.**
Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
Título: Influência da exposição à reinfeção na evolução da doença de Chagas.
- 1974 **Doutor**
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ - Doenças Infecciosas e Parasitárias
- 1970 Curso de Genética Médica. UFBA. Salvador, Bahia.
- 1969 Curso de Cardiopatia Adquirida. Universidade de São Paulo – USP.
- 1968 **Especialização em Cardiologia. Faculdade de Medicina – Universidade de São Paulo USP.**
- 1968 Curso de Radiologia Cardiovascular. Departamento de Radiologia e 2ª Clínica Médica do Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina, da Universidade de São Paulo. USP.
- 1968 Curso de Fonomecanografia Professor Fschieder do Instituto de Cardiologia do México. São Paulo.
- 1965 Curso de Hepatologia. Instituto Brasileiro de Gastroenterologia de São Paulo.
- 1965 Curso de Cardiologia Clínica. Instituto de Cardiologia de São Paulo
- 1964 **Curso de Aperfeiçoamento em Medicina Tropical. Faculdade de Medicina. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, Bahia.**
- 1964 Curso de Eletrocardiografia e Vectocardiografia. Instituto de Cardiologia de São Paulo.
- 1964 Curso de Atualização de Gastroenterologia. Instituto Brasileiro de Gastroenterologia de São Paulo.
- 1963 Curso Intensivo Sobre Doença de Chagas. Clínica das Doenças Tropicais e Infecciosas, da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal da Bahia – UFBA.
- 1961 Curso de Atualização Terapêutica. Escola Bahiana de Medicina. Salvador, Bahia.

1953 - 1958 **Graduação em Medicina.**
Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública, EBMS, Bahia, Brasil.

LINHAS DE PESQUISA

- ESTUDO LONGITUDINAL DA DOENÇA DE CHAGAS EM SÃO FELIPE (BA).
- ESTUDO EVOLUTIVO LONGITUDINAL DA DOENÇA DE CHAGAS EM MAMBAÍ (GO).
- CONSTRUÇÃO DE CASAS DE BAIXO CUSTO NO CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS.
- ESTUDO EVOLUTIVO DA FORMA INDETERMINADA DA DOENÇA DE CHAGAS.
- TERAPÊUTICA DA DOENÇA DE CHAGAS.
- EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS.
- ESTUDO CLÍNICO EPIDEMIOLÓGICO DA LEISHMANIOSE TEGUMENTAR EM CORTE DE PEDRA (BAHIA).
- ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DA HEPATITE DELTA NO ESTADO DO ACRE.
- ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO E CONTROLE DA MALÁRIA.
- TERAPÊUTICA DA LEISHMANIOSE.
- INQUÉRITO ELETROCARDIOGRÁFICO NACIONAL PARA DOENÇA DE CHAGAS.
- INQUÉRITO NACIONAL DE SOROPREVALÊNCIA DA INFECÇÃO CHAGÁSICA EM CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS.

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

A Profa. Vanize aposentou-se como Professora Titular – DE, da Faculdade de Medicina, da Universidade de Brasília – UNB em 2004. Recebeu o Título de PROFESSOR EMÉRITO DA UNB em 2006.

1. Coordenadora do Núcleo de Medicina Tropical – UnB – 1984 a 2004
2. Coordenadora da Pós-Graduação em Medicina Tropical, da UnB, 1986. – 2004.
3. Coordenadora do Curso de Especialização em Medicina Tropical, da Universidade de Brasília Desde 1976 a 2004.
4. Membro do CEPE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. UnB.
- 5.
6. Bolsista “Projeto Integrado de Pesquisa”. CNPq. Desde 1992 - 2006
7. Consultora AD HOC CNPq. Desde 1984.
8. Consultora da OPAS – Malária e Doença de Chagas.
9. Consultora do Ministério da Saúde. Malária e Doença de Chagas.
10. Consultora da CAPES. Desde 1985.
11. Consultoria - Cadernos de Saúde Pública.

12. Coordenadora da Rede Nacional de Pesquisa em Dengue. CNPq.
13. Coordenadora da Comissão de Avaliação dos Projetos de Dengue. CNPq. 2003
14. Vice-Coordenadora do INSIC - Inquérito Nacional de Soroprevalência da Infecção Chagásica. Ministério da Saúde.
15. Membro da American Society of Tropical Medicine and Hygiene.
16. Membro - The New York Academy Sciences.
17. Membro da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina/UnB. Desde 2000.
18. Membro da Sociedade Brasileira de Cardiologia.
19. Membro da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência.
20. Sociedade Latino Americana de Medicina Tropical.
21. Membro da Associação Médica Brasileira.
22. Membro da Associação Médica de Brasília.
23. Membro da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. Desde 1968.
24. Membro do Conselho Editorial da Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical.
25. Membro da Sociedade Brasileira de Parasitologia. Desde 1974.
26. Membro do Comitê Assessor de Pesquisa e Vacinas. DST/AIDS. Ministério da Saúde.
27. Membro do Comitê Assessor do Programa de Leishmanioses da Fundação Nacional de Saúde. Ministério da Saúde.
28. Membro do Conselho Científico da Fundação Bahiana de Infectologia.
- 29. Membro do Conselho Editorial da Editora FIOCRUZ. Desde 1998.**
30. Membro do Conselho Editorial da Revista de Patologia Tropical e Saúde Pública. Desde 1998.
- 31. Membro Fundador da Academia de Medicina de Brasília.**
- 32. Membro do Emérito da Academia de Medicina de Brasília.**
33. Representante da CAPES na Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia (CIT-CNS). 2003.
34. Consultora AD HOC Projeto VIGISUS. Ministério da Saúde. 2001.
35. Membro da Comissão Nacional Consultiva Para Meningites. CENEPI/Ministério da Saúde. 2001.
36. Membro do Comitê Diretivo de Pesquisa do Programa Nacional de DST e AIDS. 2001.

37. Presidente da Comissão Para Avaliar a Escola de Medicina do Estado do Acre, da UFAC. 2001.
- 38. Coordenadora da Área de Medicina II - CAPES. De 1999 a 2001.**
- 39. Assessora da Organização Mundial de Saúde nos Projetos de Padronização em Estudos Longitudinais, Clínico-Epidemiológicos e na Padronização de Eletrocardiograma na Doença de Chagas. 1998.**
40. Representante da Universidade de Brasília na Comissão de Assessoria de Coordenação de DST/AIDS no Distrito Federal. De 1998 a 1990.
41. Membro da Comissão de Avaliação das Bolsas Para França (DST/AIDS). 1997.
42. Coordenadora da Área de Medicina da FAP-DF. De 1996 a 1998.
- 43. Coordenadora da Câmara de Assessoramento Técnico-Científica da Área de Saúde e Saneamento. FAP-DF. De 1995 a 1998.**
44. Coordenadora da Comissão Avaliadora do Programa de Erradicação do Aedes aegypti (PROEAa). De 1995 a 1997.
45. Bolsista do Programa Suplementar de Apoio a Qualificação Docente. CAPES. De 1995 a 2000.
46. Membro da Comissão Avaliadora da Área de Medicina - PROIN-CAPES. 1995.
47. Membro da Comissão de Assessoria do Programa de Controle de Teníase Cisticercose do Ministério da Saúde. De 1995 a 1996.
48. Membro do Conselho de Ensino de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Ciências da Saúde. 1995.
49. Representante do Departamento no Conselho da Faculdade de Ciências da Saúde. De 1995 a 1997.
50. Membro da Comissão de Avaliação da Certificação da Erradicação do Polivírus Selvagem no Brasília. 1994.
51. Membro da Comissão de Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação na Área Médica. CAPES/MEC. De 1994 a 1996.
52. Membro da Comissão Independente de Avaliação de Epidemia de Cólera. Ceará. 1994.
53. Membro da Comissão Para Discutir O GUIA PRÁTICO DE MALÁRIA. 1994.
54. Membro do CEPE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. UnB. De 1994 a 1996.
55. Membro do Comitê de Imunização da Secretaria de Saúde do DF. De 1994 a 1996.
56. Membro do CONSUNI - Conselho Universitário. Representante do CEPE. Universidade de Brasília. De 1994 a 1996.
- 57. Membro do Comitê Assessor de Pesquisa Operacional do Programa de Controle das**

Doenças Endêmicas - PCDEN. De 1993 a 1996.

- 58. Membro do Comitê Assessor do Centro Nacional de Epidemiologia - CENEPI. De 1993 a 1996.**
- 59. Membro do Conselho Editorial da Editora da Universidade de Brasília. De 1990 a 1993.**
- 60. Membro do Programa Especial de Pesquisa em Doença Endêmica do Nordeste- PCDEN. De 1993 a 1996.**
61. Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. De 1993 a 1995.
62. Membro da Comissão de Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação da Área Médica -Medicina II. De 1992 a 1997.
63. Membro do Comitê Assessor do Diretório de Pesquisa em AIDS. De 1992 a 1999.
64. Bolsista da CAPES " Bolsa de Dedicção Acadêmica". De 1991 a 1996.
65. Assessor Terapêutico da Comissão Nacional de Prevenção da Cólera. De 1991 a 1993.
66. Decana de Pesquisa e Pós-Graduação - em exercício no período de 27/12/1991 a 25/01/1992.
67. Membro da Comissão Para Prevenção de Cólera no DF. De 1991 a 1993.
68. Membro do Conselho de Ensino de Graduação e Pós-Graduação da FS. UnB. De 1991 a 1997.
- 69. Tutora do Programa Especial de Treinamento - PET/Medicina. De 1991 a 1999.**
- 70. World Health Organization - WHO Temporary Adviser Steering Committing on Integrated Chemotherapy for African Trypanosomiasis, Chagas Disease an Leishmaniasis. De 1991 a 1993.**
71. Chefe do Serviço de Doenças Infecciosas e Parasitárias do HUB/UnB. 1990.
72. Membro da Congregação de Carreira de Pós-Graduação da FS. UnB. De 1990 a 1994.
73. Membro do Corpo Editorial da Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. De 1990 a 1997.
- 74. Assessor Temporário OMS. Padronização de Eletrocardiograma nos Estudos Longitudinais de Doença de Chagas. 1988.**
- 75. Membro do Comitê Para Avaliação do Código Eletrocardiográfico Para Doença de Chagas. Buenos Aires. Argentina. 1989.**
76. Membro da Comissão Técnico-Científica da Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais. De 1988 a 1991.
77. Diretora do Hospital Docente Assistencial – HDA. De 1988 a 1989.
78. Presidente da Comissão de Terapêutica e Farmácia do Hospital Docente Assistencial HDA. De

1988 a 1989.

79. Presidente da Comissão Permanente de Orientação Ético-Científica da FS/UnB. De 1988 a 1991.
80. Chefe da Divisão Médica do Hospital Docente Assistencial - HDA. De 1987 a 1988.
81. Chefe do Serviço de Doenças Infecciosas e Parasitárias do Hospital Docente Assistencial - HDA. De 1987 a 1991.
82. Presidente da Regional de Brasília, da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. De 1987 a 2002.
83. Representante Docente no Conselho Departamental da Faculdade de Ciências da Saúde. UnB.
84. Presidente da Comissão de Ética e Orientação Científica da Faculdade de Ciências da Saúde. De 1986 a 1994.
85. Membro da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação - CPP. UnB. De 1985 a 1993.
86. Membro da Comissão de Avaliação Para Credenciamento do Curso de Pós-Graduação em Doenças Infecciosas e Parasitárias da Escola Paulista de Medicina. 1985.
87. Membro da Comissão de Avaliação Para o Credenciamento do Curso de Pós-Graduação em Doenças Infecciosas e Parasitárias da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Minas Gerais. 1985.
88. Membro da Comissão de Residência Médica do HUB/UnB. De 1985 a 1987.
89. Consultora da CAPES nos Cursos de Pós-Graduação da Área Médica. 1984.
90. Sub-Chefia de Serviço de Clínica Médica do Hospital de Sobradinho. DF. De 1975 a 1979.
91. **Membro do Conselho Editorial da Editora da Universidade de Brasília. De 1975 a 1978.**
92. Chefe do Serviço de Clínica Médica do Hospital Santa Izabel. Santa Casa de Misericórdia da Bahia. De 1960 a 1973
93. Profa. Assistente da Escola Bahiana de Medicina. Salvador, Bahia. De 1960 a 1968.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA

- **Artigos completos publicados em periódicos nacionais e internacionais com índice de impacto.....**
- **Trabalhos publicados em Anais de Eventos.....**
- **Capítulos de livros publicados.....**
- **Livros publicados.....**
- **Organização de obras publicadas... ..**
- **Orientações Concluídas.. ..**
 - o Doutorado... ..
 - o Mestrado.. ..
 - o Iniciação Científica... ..
 - o PET – Programa Especial de Treinamento.....
- **Participações em bancas examinadoras.....**
 - o Teses de Doutorado... ..
 - o Dissertações de Mestrado
 - o Monografias de Curso de Especialização... ..
- **Participações em bancas de concursos públicos.....**
- **Orientações em andamento.**
 - o Alunos de Doutorado... ..
 - o Aluno de Curso de Especialização... ..

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Senador Tião Viana, o Brasil tem uma tradição muito forte, e respeita a ciência médica entre as quais as doenças infecto-contagiosas. Não bastasse Veronese, Samuel Pessoa, Alencar, Aragão, o próprio Tião Viana, que é hoje uma sumidade nessa especialidade. Lamentamos e chegamos a esse patamar de respeitabilidade graças a pessoas como a Dr^a Vanize de Oliveira Macêdo.

Então, chega às nossas mãos o voto de pesar que passo a ler:

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 363, DE 2006

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições desta Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento da Doutora Vanize de Oliveira Macêdo, Professora Titular – DE da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília – UnB, Coordenadora da Pós-Graduação em Medicina Tropical – Mestrado e Doutorado e Coordenadora do Núcleo de Medicina Tropical:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- b) apresentação de condolências à família, na pessoa de seu irmão Dr. Walter Macedo; ao Presidente da Sociedade de Medicina Tropical, Dr. Marcelo Simão Ferreira; e a sua Magnificência o Senhor Timothy Martin Mulholland, Magnífico Reitor da Universidade de Brasília – UnB.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2006 – Senador **Tião Viana** PT/AC.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 364, DE 2006

Requeiro, nos termos dos artigos 199 e 200, do Regimento Interno do Senado Federal, seja marcada sessão especial em homenagem à Excelentíssima Senhora Michelle Bachelet, a primeira mulher eleita para Presidente da República do Chile, na sua histó-

ria, por ocasião de sua visita a esta Casa no próximo dia 11 de abril.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2006.

Senador **JEFFERSON PÊRES**

Handwritten signatures: Tião Viana, Marcelo Simão Ferreira, and others.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 365, DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 216, combinado com o art. 217, do Regimento Interno do Senado Federal, e tendo em vista:

- o Decreto s/nº, de 10 de outubro de 2003, que institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar as demandas apresentadas pela sociedade civil organizada, representativa dos atingidos por barragens, e encaminhar propostas para o equacionamento dos pleitos apresentados, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República;
- as denúncias recorrentes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MBA), que acusa a empresa Tractebel/Suez de não indenizar, pelos prejuízos financeiros e sociais sofridos, a maioria das famílias atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Cana Brava (GO), em funcionamento há mais de três anos;
- a divulgação, pelo jornal eletrônico Eco-Finanças, em 7 de fevereiro de 2006, e pelo MAB, de que o Banco Interamericano de Desenvolvimento, principal financiador

do empreendimento, “admite que falhou no projeto da hidrelétrica de Cana Brava (...) na implementação de suas políticas socio-ambientais”;

requero à Exm^a Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República as seguintes informações:

1) número de famílias atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Cana Brava e local para onde as famílias foram transferidas;

2) condições atuais de sobrevivência das famílias reassentadas;

3) número de famílias efetivamente ressarcidas, valores mínimo e máximo de indenização praticados e distribuição percentual das famílias segundo as importâncias pagas;

4) existência de ações judiciais impetradas pelas famílias atingidas e estágio atual da tramitação dos processos;

5) recomendações propostas, pelo Grupo de Trabalho Interministerial, para o caso específico das famílias afetadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Cana Brava;

6) cópia do relatório do Grupo de Trabalho Interministerial encaminhado à apreciação da Câmara de Políticas Sociais do Conselho de Governo, conforme previsto no art. 4º do Decreto s/nº, de 10 de outubro de 2003.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2006 – Senador **Álvaro Dias**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 366, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao jornalista, e ex-Senador Arthur da Távola, pelo lançamento do livro A Mulher é Amar.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao jornalista, escritor e ex-Senador Arthur da Távola, pelo lançamento de seu novo livro **A Mulher é Amar**.

Requeiro, ademais, que deste Voto seja cientificado o homenageado.

Justificação

Intelectual brilhante, o ex-Senador Arthur da Távola, jornalista e escritor, está lançando novo livro, **A Mulher é Amar**. Dono de prosa agradável e sempre um reflexo dos acontecimentos brasileiros, Arthur da Távola é também profundo conhecedor da música clássica, produzindo programas para a TV – Senado, com o que contribui, ademais, para a difusão entre o público brasileiro da obra dos mais renomados compositores.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 367, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, especialmente aos seus cientistas que desenvolveram modificações genéticas no mosquito da malária, eliminando a capacidade de transmitir a moléstia.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, pelo desenvolvimento de mosquito transgênico, com modificações genéticas que eliminam a capacidade de transmitir a malária. O Voto é dirigido especialmente à equipe de pesquisadores da Fiocruz, que, conduzida pelo Engenheiro Agrônomo Luciano Andrade Moreira, foi responsável por esse avanço da ciência brasileira.

Requeiro, ademais, que deste Voto sejam cientificados o Instituto Oswaldo Cruz e, por seu intermédio, todos os pesquisadores que participaram do experimento.

Justificação

É de grande relevância o desfecho da pesquisa conduzida pela Fundação Fiocruz, de Manguinhos, com modificações genéticas no mosquito transmissor da malária. A moléstia é comum sobretudo na Amazônia, mas é igualmente uma preocupação para 40% da população mundial, em 90 países que convivem com a Malária. O chamado mosquito transgênico, criado por cientistas brasileiros torna impossível a transmissão da moléstia. O significado é, pois, relevante, uma vez que anualmente entre 300 milhões e 500 milhões de pessoas são infectadas pela doença. Dessas, 1 milhão morre, notadamente na África. No Brasil, 99% dos casos ocorrem na Amazônia, o que, desde logo, para mim, é auspicioso propor este Voto de Aplauso.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao Instituto Brasileiro de Municipalismo, Cidadania e Gestão – Instituto Cidadão pela criação do Prêmio José Aprígio Vilela, destinado a selecionar, anualmente, os cinco municípios brasileiros com destaques positivos nas áreas de desenvolvimento social, geração de empregos, saúde e educação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Instituto Brasileiro de Municipalismo, Cidadania e Gestão – Instituto Cidadão, pela criação do Prêmio José Aprígio Vilela, a ser outorgado, anualmente, a cinco municípios brasileiros com destaque nas áreas de Educação, Saúde, geração de empregos, desenvolvimento social, participação comunitária e que detenham programas de apoio ao menor e ao adolescente.

Requeiro, ademais, que deste Voto seja cientificado o Presidente do Instituto Cidadão, Pedro Duarte de Oliveira.

Justificação

Na atual fase vivida pelo Brasil, de praticamente nenhum programa ou obra do Governo Federal, é louvável a criação do Prêmio José Aprígio Vilela, oportuna iniciativa do Instituto Cidadão, que vai selecionar anualmente cinco municípios com efetiva realização de projetos, obras e programas nas áreas de desenvolvimento social, geração de empregos, educação, saúde, participação comunitária e projetos de apoio ao menor e ao adolescente.

O Instituto Cidadão é presidido pelo jornalista Pedro Duarte de Oliveira e o Prêmio que acaba de ser instituído leva o nome de José Aprígio Vilela, filho do saudoso Senador Teotônio Vilela, o notável defensor da democracia brasileira numa fase mais crítica do País. José Aprígio é irmão do Senador Teotônio Vilela Filho, que honra a bancada do PSDB no Senado da República. Aprígio é, assim, homenageado pela sua trajetória de vida, como empresário vitorioso e que sempre esteve presente nos momentos em que foi chamado a colaborar na solução de questões relevantes em favor da cidadania.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2006. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 369, DE 2006 SENHOR PRESIDENTE,

Requeiro, nos termos do inciso I do Artigo 397 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50 da Constituição Federal, que seja convocado o senhor Ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para, em Audiência Pública no Plenário desta Casa, prestar esclarecimentos sobre a quebra ilegal do sigilo bancário do Sr. Francenildo dos Santos Costa.

Justificação

Os jornais de grande circulação no País dão conta de que dois assessores do Ministro de Estado da Justiça foram procurados pelo Ministro Palocci para que a Polícia Federal investigasse o caseiro. Tal fato pode estar relacionado com a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo, o que revela, no mínimo, a omissão do Ministro naquele episódio.

Assim, o presente requerimento pretende oferecer ao Ministro de estado da Justiça a oportunidade de apresentar seus esclarecimentos sobre o episódio aos parlamentares desta Casa e, assim, explicar se houve envolvimento do governo na quebra ilegal do sigilo do caseiro.

Sala da Comissão, 3 de abril de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

Por fidalguia do Senador Osmar Dias, S. Ex^a cede o uso da palavra, neste instante, à Senadora Ideli Salvatti.

Convido à tribuna a Senadora Ideli Salvatti. S. Ex^a é do Estado de Santa Catarina e representa, com muito brilho, o Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

A SRA.IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço ao Senador Mão Santa e, de forma especial, ao Senador Osmar Dias. Quase saiu uma rima aqui: Senador Osmar Dias com a fidalguia. Mas S. Ex^a foi realmente muito gentil em nos ceder o horário, tendo em vista que temos outros compromissos.

Eu não poderia deixar de fazer um registro nesta segunda-feira. Eu tive a oportunidade de passar muito pouco tempo no meu Estado, neste final de semana. Saí de Brasília no final da manhã. Cheguei na minha querida Florianópolis às duas horas da tarde e, no domingo, às oito horas da manhã, já estava retornando a Brasília, tendo em vista que estamos em plantão, buscando apresentar, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, as nossas sugestões de aperfeiçoamento ao relatório da CPMI dos Correios.

Estamos nos dedicando a esse trabalho, porque entendemos que é de fundamental importância, em primeiro lugar, que esta CPMI tenha relatório votado. Não é possível uma CPMI, que, ao longo de dez meses, desenvolveu um trabalho incessante de investigação, apesar de todos os embates, combates, debates, muitas vezes, com o clima bastante acirrado e já, diria, até contaminado pelo processo eleitoral, que cada vez mais se avizinha, de que não tivéssemos, ao final do trabalho da CPI, um relatório votado.

Portanto, estamos profundamente compenetrados e empenhados em contribuir para que essa CPI chegue a bom termo. Quando dizemos bom termo é que ela tenha um relatório votado e que esse relatório seja o mais fidedigno possível às investigações realizadas pela CPI; que no relatório só conste aquilo que efetivamente pôde ser apurado e comprovado; que no relatório não tenhamos ilações, suposições, ou especulações; que efetivamente tenhamos, em tudo aquilo que constar do relatório, provas, elementos fundamentados em depoimento, ou em documentos, ou em provas materiais.

Se não tivermos um relatório final, com certeza, estaremos contribuindo com a impunidade. Já tivemos episódios lamentáveis no Congresso Nacional de CPIs que não chegaram a bom termo e não tiveram relatório votado ao final. Não havendo relatório, não se encaminha oficialmente a documentação para que o Ministério Público possa concluir, aprofundar as investigações e abrir os processos judiciais cabíveis. Portanto, a possibilidade de punição dos responsáveis pelos atos investigados por qualquer CPMI ou CPI, se não for encaminhado ao Ministério Público, isso se aborta, se inviabiliza. Por isso que os que apostam na impunidade poderão estar interessados em que a CPMI dos Correios não tenha relatório.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos empenhados, porque já pagamos, já reconhecemos nossos erros e pedimos desculpas e perdão à Nação pelos atos cometidos por petistas e, portanto, não vamos contribuir com a impunidade nem deixando de ter relatório votado e muito menos tendo relatório que não condiga com a realidade dos fatos investigados porque, se o relatório que não contiver as provas, o embasamento, a consistência e a solidez, ele também contribuirá com a impunidade, possibilitando que qualquer advogado livre qualquer pessoa do processo, caso a substância não estiver devidamente consolidada dentro do relatório.

Nesse final de semana, não fiquei, como ocorreu em todos os finais de semana, dedicando-me às tarefas políticas do meu Estado. Fiquei menos de 20 horas em Santa Catarina, Senador Tião Viana, mas

não perdi o que talvez seja uma das solenidades mais emocionantes dos últimos períodos da minha vida política, que foi a oportunidade de participar, na última sexta-feira à noite, no Centro de Eventos, um centro relativamente pomposo – normalmente os centros de eventos de capitais são locais para solenidades de um certo *glamour*, de um certo charme, para onde as pessoas vão muito bem engravatadas, muito bem vestidas, muitas vezes com roupas chiques – onde ocorreu um episódio emblemático, que foi a formatura de 1.200 jovens de áreas de risco da grande Florianópolis que compõem aproximadamente 10% da população jovem em situação de risco, ou seja, que está sendo disputada pelo crime organizado e pelo narcotráfico na grande Florianópolis.

Depois de 6 meses de capacitação, formação, trabalho monitorado por uma série de organizações não-governamentais, com parcerias montadas por intermédio do Ministério do Trabalho, com empresários da Grande Florianópolis, esses 1,2 mil jovens tiveram a oportunidade de se formar no Centro de Eventos.

Foi uma solenidade emocionante porque esses jovens, na sua grande maioria, são afrodescendentes, indígenas – por incrível que possa parecer, há aldeia indígena na Grande Florianópolis –, portadores de deficiência. Ao longo do último semestre, eles tiveram a oportunidade de ter acesso à inclusão digital, a cursos de profissionalização, a aulas de cidadania, de conhecimentos gerais, conhecimentos fundamentais de Matemática e Português, exatamente para estarem mais bem preparados para enfrentar o mercado de trabalho.

O Consórcio da Juventude, adotado pelo Governo Lula e em conjunto com uma série de outras iniciativas, é um dos programas de maior sucesso e que está voltado especificamente para a juventude que se encontra em situação de alto risco.

Quando relatamos que, nos Municípios que compõem a Grande Florianópolis, nos últimos 4 anos, mais de 800 jovens foram vítimas de violência e que sua grande maioria morreu por armas de fogo, brigas, lutas entre quadrilhas que controlavam os pontos de tráfico, as pessoas se surpreenderam, pois não imaginavam isso. Por essa razão, houve muita surpresa quando, no documentário de MV Bill e de Athayde, “Os Falcões”, sobre os meninos envolvidos com o narcotráfico, se viu que um dos entrevistados era de Florianópolis. Essa é a realidade que temos na Grande Florianópolis.

O Consórcio da Juventude veio exatamente para criar uma alternativa. Então, esse levantamento já foi feito, já foi consolidado. Há aproximadamente 14 mil jovens na Grande Florianópolis que vivem nessa si-

tuação limite ente a civilidade e a barbárie do crime organizado e do narcotráfico.

Temos como resultado do Consórcio da Juventude, Senador Tião Viana, 1,2 mil jovens se formando. Dentre esses, mais de 300, no ato da formatura, já apresentavam sua carteira assinada, já tinham conseguido uma colocação no mercado de trabalho. Além desses com carteira assinada, com emprego, mais ou menos 500 já estão com a renda encaminhada. Por exemplo, durante o Consórcio da Juventude, foram organizadas oficinas para conserto e confecção de pranchas de surfe, que vão continuar funcionando em forma de cooperativa. Há ainda a produção de hortifrutigranjeiros – hoje a cidade importa produtos hortifrutigranjeiros de São Paulo; não temos, no cinturão da Grande Florianópolis, uma produção suficiente para o abastecimento. Então, também há a cooperativa da rapaziada que se dedicou a isso. Há também a confecção e conserto de instrumentos musicais, assim como a serigrafia. Ou seja, uma série de oficinas de capacitação que foi dada a esses jovens e que permitirá que, mesmo não tendo a carteira assinada, eles possam desenvolver alguma atividade de renda.

Por isso, não poderíamos deixar de parabenizar todas as entidades que estiveram envolvidas, principalmente a ONG que é a comunidade lá do Morro da Caixa, comandada pelo Padre Wilson Groh, que é histórico. Há 25 anos, ele se dedica às comunidades de periferia, e foi exatamente a entidade Escrava Anastácia, comandada pelo Padre Wilson, que coordenou todas essas parcerias com os empresários e com o Ministério do Trabalho, o que permitiu que esses 1,2 mil jovens fossem capacitados, formados, conseguindo emprego e possibilidade de renda.

Portanto, eu não poderia deixar de repassar minha emoção. Como eu disse, foram poucas horas que estive em Florianópolis, mas foi em um evento que tem tudo a ver com o povo pobre, marginal, que precisa de política pública para poder superar as condições que ainda, infelizmente, estão colocadas para boa parte do povo brasileiro, que depende dessas iniciativas, como a do Consórcio da Juventude, adotado pelo Ministério do Trabalho do Governo do Presidente Lula.

Saúdo e parabenizo todos os que tiveram participação nisso. E digo agora o que disse àqueles jovens quando os saudei: que eles aproveitem com garra e com fibra essa oportunidade que lhes foi dada; que eles sirvam de exemplo. E esse Consórcio da Juventude em Florianópolis será renovado, só estamos esperando a aprovação do Orçamento. Na próxima leva, serão 1,5 mil jovens integrados no programa. Que esses jovens aproveitem porque o exemplo deles é exatamente a luz de que nós precisamos. Quando há empenho go-

vernamental, quando há aporte de recursos – no caso, foram R\$ 2,6 milhões que o Governo Lula aplicou no Consórcio da Juventude de Florianópolis, é possível dar alternativas. Então, apesar do que todos nós assistimos no documentário chocante e lamentável “Falcão – Meninos do tráfico”, do MV Bill e do Athayde, é possível ter alternativas, sim.

É claro que é preciso o empenho de todos, do Governo, da sociedade civil organizada, do empresário e da nossa juventude, que deve se agarrar à oportunidade quando ela aparecer, porque essa será a saída de situações muito tristes. E nós já tivemos oportunidade de assistir a uma dessas situações: a mãe buscar o corpo do filho assassinado pelo crime organizado no Instituto Médico Legal – IML, na Grande Florianópolis. Queremos reduzir essa situação cada vez mais, mas essa redução só é possível com o empenho de todos.

Senador Mão Santa, agradeço-lhe pela gentileza de ter me permitido passar alguns minutos do prazo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sou eu que agradeço. V. Ex^a foi muito sintética. Não usou o tempo todo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, com a devida sensibilidade e generosidade do Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas ler uma nota que solicitei ao Ministério da Justiça sobre supostas dúvidas quanto ao envolvimento ou não de autoridades de Governo no episódio de quebra de sigilo do Sr. Francenildo. Eis o teor da nota que lerei em menos de um minuto:

O secretário de Direito Econômico Daniel Krepel Goldberg e o Chefe de Gabinete do Ministério da Justiça Cláudio Demczuk de Alencar, informam por meio da Assessoria de Comunicação Social que haviam enviado ofício ao diretor da Polícia Federal na semana passada informando o interesse em comparecer VOLUNTARIAMENTE à Polícia Federal para prestar informações que poderiam estar relacionadas ao inquérito policial número 120/2006-DCOR.

O Ministério da Justiça reitera que, no primeiro dia útil após as divulgações das informações sigilosas do senhor Francenildo Costa, foi aberto inquérito policial, conforme determinação do ministro Márcio Thomaz Bastos, feita já no dia anterior.

As investigações da PF esclareceram a participação de funcionário da Caixa no episódio, o que já resultou no indiciamento de um dos envolvidos. A

apuração prossegue sob fiscalização do Ministério Público Federal, também por solicitação do Ministério da Justiça.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a e ao nobre Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, representante do grandioso Estado do Paraná, como Líder do PDT, por cinco minutos, pelo espírito da lei. Contudo, pela palavra de S. Ex^a sempre em defesa do povo e da Pátria, seu tempo não tem limite.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em primeiro lugar, agradeço as palavras sempre generosas do Presidente Mão Santa, que defende, como ninguém, seu Estado e o País. Hoje pretendo fazer uma defesa do País.

Tenho feito – e o Senador Mão Santa, que preside a sessão, é testemunha disso – centenas de vezes alerta ao Governo sobre o problema que teríamos neste ano de 2006, que seria agravado em consequência da crise que se abate sobre o campo neste País.

Às vezes, sou surpreendido por algumas pessoas que considero bem informadas, pessoas ligadas ao grande empresariado brasileiro que dizem que não me têm visto defender a agricultura. Essas pessoas precisam começar a ler os jornais, a assistir à TV Senado e interessarem-se um pouco pelo que acontece no País, porque tenho feito isso pelo menos duas vezes por semana desta tribuna.

Nos alertas que faço aqui, o Senador Tião Viana sabe, não faço crítica ao Governo Lula apenas para desgastar ou empobrecer sua imagem. Faço-o por que o Governo Lula está construindo um verdadeiro desastre para a agricultura brasileira, para os homens que plantam neste País, e não apenas para esse setor, mas para a economia, área em que os reflexos já são sentidos de forma espantosa, Sr. Presidente.

Então, há aqueles que apenas procuram informar-se de notícias que lhes interessam. Mas deveria interessar a todos os brasileiros essa situação, porque as manchetes dos jornais, hoje, são contundentes. Diz a **Gazeta Mercantil**: “Área plantada de grãos pode retroceder sete anos”.

Senador César Borges, a área destinada à agricultura pode cair, deste ano para o próximo, 21%. Senador Mão Santa, isso significa que um quinto da área deixará de ser plantada e que essas pessoas que não plantarem essas áreas sofrerão várias consequências. Primeiro: não terão renda. Segundo: trabalhadores que vivem do plantio dessas áreas serão demitidos e engrossarão a fila do desemprego, que já é longa.

Terceiro: quem não planta não colhe; se não colhe, fica submetido ao cálculo do Incra, dentre os que não conseguiram atingir os índices de produtividade que a lei determina; e, se não conseguirem atingir os índices de produtividade, o grau de utilização da terra, estarão sujeitos à desapropriação. É isso mesmo. Vejam as consequências drásticas para esses produtores e para os trabalhadores que naquelas propriedades estão empregados: trabalhadores desempregados e produtores perdendo as suas propriedades.

Outra manchete, que é drástica, está aqui: “No Paraná 42 mil agricultores podem perder suas terras”.

Sabe por que, Senador César Borges – já vou conceder-lhe o aparte, só quero avançar mais para podermos conversar sobre esse tema, que é de desespero hoje em meu Estado e praticamente em todo o País –, 42 mil agricultores do Paraná podem perder as terras? Porque o Banco do Brasil transferiu para a Receita Federal os débitos dos agricultores, e os agricultores estão sendo tratados como se fossem inadimplentes da Receita Federal; estão sendo tratados como se fossem caloteiros. São agricultores familiares, que têm 30 hectares, 40 hectares, que plantam praticamente para sustentar suas famílias e que estão sendo hoje punidos pelo Governo. Acredito que disso o Presidente Lula não deve saber, porque duvido que, se soubesse, permitiria que 42 mil agricultores do Paraná perdessem suas propriedades por estarem suas dívidas sendo protestadas exatamente porque foram transferidas para a Receita Federal.

Ao lado dessas manchetes que acabei de ler, está aqui: “Preço do arroz cai 30% em 12 meses no Rio Grande do Sul. E isso também ocorre no Centro-Oeste”.

Outra manchete: “Crise do agronegócio já afeta redes varejistas regionais”. A crise do agronegócio faz com que as lojas varejistas vendam 20% a menos do que estavam vendendo há três meses. Aqueles que fabricam tratores viram suas vendas despencarem em 50%; aqueles que vendem colheitadeiras viram suas vendas despencarem em 70%.

E o Governo coloca uma propaganda no ar dizendo que conseguiu baixar o preço do arroz para 50% do preço desde que assumiu. Mas então o arroz nasce dentro do supermercado! Para este Governo, nasce! Porque não haverá mais produtor de arroz neste País se os produtores continuarem sendo obrigados a vender o arroz a R\$17,00 a saca, com um custo de produção em torno de R\$28,00 a saca.

Converso com gente que produz, com gente que consome. Converso com o administrador da minha fazenda lá de Goioerê, no Paraná, por exemplo: o Américo. Um cidadão igual a tantos outros deste

País afora, ele me contou ontem, ao telefone, que, na região noroeste do Paraná, a agricultura vai quebrar, porque não há como os produtores pagarem suas contas. Eles estão devolvendo trator, devolvendo equipamento, estão vendendo a terra pela metade do preço que vale, porque estão desesperados e não vêem do Governo sinal algum.

Agora, falam da medida provisória do bem. Até o nome é sugestivo: se essa é a medida provisória do bem, como todas as outras deveriam ser chamadas, então?

Concedo um aparte, com satisfação, ao Senador César Borges, para depois prosseguir nessa análise e nesse alerta, porque agora chegou ao fundo do poço, Sr. Presidente Tião Viana, a situação dos agricultores.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Osmar Dias, em primeiro lugar, quero fazer justiça a V. Ex^a, que disse que muitas vezes é cobrado por alguns agricultores de que deveria fazer a defesa da agricultura. Eu, aqui nesta Casa, nesses últimos anos – estamos aqui desde 2003 –, tenho visto V. Ex^a o tempo todo defendendo a agricultura com muita competência, com muito conhecimento de causa. Juntamente com outros Senadores – todos nós temos raízes no campo –, V. Ex^a tem feito a defesa da agricultura. Cito também o Senador Jonas Pinheiro, profundo conhecedor do assunto. Portanto, V. Ex^a tem de ser elogiado por essa postura, sempre dedicado à agricultura. No mais, quero ressaltar a precisão do quadro que V. Ex^a está agora descrevendo para todos nós, delineando desta tribuna. Pode parecer até para alguns um discurso de oposição, algo exagerado, mas absolutamente não o é. V. Ex^a descreve, com cores realistas, o que está acontecendo no campo brasileiro. O que acontece em seu Estado, o Paraná – que V. Ex^a conhece profundamente, pois já foi Secretário de Agricultura e tem uma grande dedicação a essa área –, é idêntico ao que acontece no Estado da Bahia, muda apenas a situação geográfica. Temos lá uma região nova, desbravada por irmãos brasileiros – que, por sinal, vieram do Paraná e do Rio Grande do Sul –, a região do oeste, do Além São Francisco, a região de Barreiras, da cidade Luís Eduardo Magalhães, que passou a ser um novo Eldorado da agricultura, mas que vive essa crise que V. Ex^a descreve. As pessoas estão desestimuladas, sem saberem como pagar as dívidas. Aquela é uma região nova, com imensa potencialidade, com índices de produtividade os melhores do mundo. Mas, lamentavelmente, não há apoio governamental à sua atividade. Outra cultura tradicional da Bahia – e sou dessa região –, a lavoura cacaueteira, está vivendo os piores momentos da sua história. Não há como sobreviver! Os custos sempre crescentes, os insumos sendo elevados

em seus preços, enquanto a receita está diminuindo, inclusive com a atual cotação do dólar, privilegiando o especulador financeiro, diminuindo os impostos para cotar artificialmente o dólar a R\$2,10 ou R\$2,20. Como sobreviver assim? V. Ex^a está coberto de razão. E quando há produção, Senador Osmar Dias, não há infra-estrutura para escoamento da safra. Ou seja, os preços pagos ao agricultor são bem menores, porque terão que pagar os intermediários e os custos para o escoamento da produção. V. Ex^a disse que aprovamos aqui o PLC nº 142, que trata da renegociação da dívida do Nordeste, e o Governo vetou na íntegra. V. Ex^a citou o Pesa e a Securitização. O que era uma dívida bancária passou a ser uma dívida fiscal. E o que o Governo faz? Faz a execução sumária. Por meio da Procuradoria-Geral da Fazenda, executa os produtores, que ficam sem saber qual é o seu futuro, qual é o seu destino. V. Ex^a está cheio de razão, indignado, e devemos estar. Não há sensibilidade nem compromisso do Presidente Lula para com a agricultura brasileira. Ele apenas se apoiou na agricultura para dizer que há um superávit primário, há um saldo comercial. V. Ex^a sabe que a agricultura é altamente superavitária na balança comercial, porque não importa nada, e representa *commodities*, mas, com os juros baixos, não tem valor a nossa produção. E essa é uma atividade da maior importância, substantiva, não apenas para gerar dólares, mas para gerar empregos, pois a agricultura sustenta mais de 38% dos empregos do País. V. Ex^a está de parabéns, e confesso a minha admiração pessoal por sua dedicação à agricultura brasileira.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador César Borges. V. Ex^a foi Governador da Bahia e sabe da importância da agricultura para quem governa e para todos os cidadãos. Também para quem governa a agricultura é importante. É ela que gera, na balança comercial, todo o superávit. Se tirarmos a agricultura, não sobra superávit; sobra déficit na balança comercial. É ela que gera a possibilidade econômica de pequenos e médios Municípios, de que Municípios do interior se desenvolvam, é dela que se tira o imposto para que os Municípios realizem suas obras e seus programas. V. Ex^a foi Governador, e um bom Governador. Lembro-me que eu, já Senador, via o Governo de V. Ex^a se desenvolvendo. Eu conversava sempre com o seu sucessor, o hoje Governador Paulo Souto, que me convidava para conhecer o pólo de produção da Bahia, em Luís Eduardo Magalhães e em Barreiras, e me falava do grande potencial de crescimento da região.

Pois bem, agora leio que vamos plantar o que plantávamos em 1998; ou seja, 21% a menos. Todas as fronteiras abertas serão praticamente eliminadas, perdidas. O Governo Lula não entrará para a História

somente com a história negra de “mensalão” e de CP-MIs. Se ele não tomar, na medida provisória que editará amanhã, providências que visem a sanear o setor da agricultura, o setor primário, poderá entrar para a História como o Presidente que quebrou o agronegócio brasileiro, que recebeu funcionando e promovendo o desenvolvimento do País, e vai deixá-lo quebrado, no final deste ano, com muitos agricultores perdendo suas propriedades. Segundo este jornal de hoje, 42 mil produtores rurais estão sendo chamados a pagar as dívidas ou a entregar a propriedade.

Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Osmar Dias, em primeiro lugar, eu gostaria de dar o meu testemunho de que não há assunto da agricultura ou da pecuária em que V. Ex^a não intervenha. Nestes anos todos – e estou aqui há dois mandatos –, tenho visto o empenho com que V. Ex^a defende a área. E nós cruzamos a fronteira da defesa muitas vezes, seja com relação à biodiversidade seja com relação aos transgênicos, V. Ex^a está sempre empenhado em defender o setor. Quanto ao endividamento, estamos muito preocupados. Não se trata apenas do Estado de V. Ex^a, não se trata apenas da área melhor agricultável do País. Há um clamor no Nordeste. Nós mal podemos andar. O Presidente do Banco do Nordeste do Brasil estará aqui esta semana. Ficamos pasmos quando foi publicada uma diretiva do Ministério da Fazenda dizendo que o que o Banco não cobrar, ele paga 3% de multa sobre a dívida plena. E nos mostrava um endividamento de R\$14 mil que gerou quase R\$12 milhões, após treze anos. Nunca imaginei que R\$14 mil pudessem gerar mais de R\$12 milhões. Se o Banco não cobra, é obrigado a recolher 3% sobre esse valor cheio. Isso é difícil. Realmente, teremos de nos empenhar a fim de resolver a situação. Tenho certeza de que V. Ex^a será valoroso, e juntos vamos lutar para encontrar uma saída para esse assunto, que é grave.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Ney Suassuna, ou o Presidente da República está muito desinformado ou está mais preocupado com os problemas da crise política, e não se preocupa com a agricultura. O Senador César Borges é autor de um projeto que prorroga as dívidas de agricultores. Se aquele projeto merecia alguma correção, poderia ser corrigido. Quando o Senador Jonas Pinheiro se afastou, por motivo de saúde, passei a ser o Relator do projeto do Senador César Borges, que dava a oportunidade ao Governo de fazer o escalonamento das dívidas dos agricultores do Nordeste. Tentei acrescentar uma emenda que incluísse os agricultores do Sul também, e não consegui. A situação, agora, é generalizada.

A economia brasileira vai pagar um preço alto. O pequeno comércio das cidades do interior não está vendendo porque não tem para quem vender. Quem fabrica equipamento não está mais vendendo, porque não tem para quem vender. Daqui a pouco, Senador Ney Suassuna, o comércio começará a desempregar, e a expectativa de 10 milhões de empregos estará às avessas...

(Interrupção no som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Para encerrar, Sr. Presidente.

O Presidente criará 10 milhões de desempregados a mais, se continuar virando as costas para o campo, como está fazendo.

Não podemos perder a oportunidade de produzir uma grande safra. Este ano, estamos produzindo uma safra um pouco maior do que a do ano passado. Poderíamos produzir bem mais, se o Presidente Lula se virasse de frente e conversasse com as lideranças do campo.

Escute o que vou dizer: o Brasil reduzirá sua área em 20% se a situação continuar como está. Isso significa menos um quinto da produção. É muita gente desempregada, muita gente sendo descapitalizada, o País empobrecendo e as conseqüências disso se alastrando por todos os setores da economia.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Osmar Dias, é muito simples – está aqui o Líder do PMDB: é ter coragem. Vamos levar o PMDB, que aqui tem 22 membros, a escrever uma página diante da vergonha destes anos. Vamos derrubar o veto do Presidente da República. Isso é constitucional, é legítimo, é democrático e é justiça para o povo que trabalha. É só o que o Líder tem que fazer: conclamar os 22 do PMDB para termos a coragem que Ulysses teve de enfrentar os canhões e ser candidato, e derrubar o veto. Isso é constitucional, não é pecado não.

O SR. OSMAR DIAS (PMDB – PR) – Passo a resposta para o Senador Ney Suassuna, para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Solicito a conclusão dos apartes, em respeito ao orador.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Perdão, Sr. Presidente. Apenas para concluir. Já votamos aqui – o PMDB votou em peso –, e aprovamos. O que está acontecendo? Chegou uma medida provisória nova. Havia quinhentos e poucos que representavam 6 bilhões, o que criava dificuldades. Agora, tomamos uma decisão e falamos com os Líderes do PFL e do PSDB. Vamos votar a nova medida provisória, que tem ter uma carência de 2 anos, prazo acima de 20 anos...

(Interrupção do som.)

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – ...e rebote de pelo menos 2%. Isso nós já decidimos e vamos fazer. Essa posição o PMDB já tomou, porque precisamos resolver o problema dos agricultores.

O SR. OSMAR DIAS (PMDB – PR) – O Governo prometeu um pacote de medidas por meio de uma medida provisória que deverá ser editada amanhã. Pelo menos, é o que está publicado na imprensa. Espero que não venha com uma medida provisória como aquela destinada a atender ao “Tratoração”, porque não resolverá o problema da crise, que é muito mais profunda do que o Governo avalia.

O Ministro da Fazenda que assumiu disse que não entende nada de agricultura. E não precisa entender, porque existem pessoas que não entendem, mas têm sensibilidade para saber o quanto é importante a agricultura. S. Ex^a precisa ouvir o Ministro da Agricultura, que entende muito de agricultura e que tem sido muito pouco ouvido neste Governo. Creio até que S. Ex^a está se enchendo. Daqui a pouco, S. Ex^a sairá do Governo e ficará somente quem não entende de agricultura.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

Senador Mão Santa, V. Ex^a está inscrito. O próximo orador falará para breve comunicação. Logo a seguir, será V. Ex^a. S. Ex^a tinha solicitado antes e, inclusive, estava acertado com a lista de oradores.

Peço licença ao Senador César Borges para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência convoca sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se dia onze do corrente, terça-feira, às quinze horas e trinta minutos, no Plenário do Senado Federal, destinada a recepcionar a Presidente da República do Chile, Senhora Michelle Bachelet, que estará em Brasília, em Visita de Estado, a convite do Senhor Presidente da República.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente, eu disse que o Presidente Lula começa a praticar o que podemos chamar de cleptomania administrativa.

O Presidente está perdendo as estribeiras, está começando a fazer propaganda do que não fez.

Se não vejamos: ele tem feito veicular uma propaganda em que coloca o aeroporto de Salvador como uma das realizações do seu Governo. Aeroporto esse que foi inaugurado em 2002 e que exigiu aportes de recursos pesados por parte do Governo do Estado. Absolutamente nada fez o Presidente Lula com relação ao aeroporto de Salvador.

Em segundo lugar, começa a fazer publicidade do Fundeb – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica –, que sequer foi aprovado pelo Congresso Nacional. Foi aprovado na Câmara dos Deputados e está em apreciação aqui no Senado Federal. Estamos vendo este fundo com muita preocupação porque tem que ser analisado com muito cuidado. É claro que é necessário e que nós desejamos um financiamento para o ensino básico, para o ensino infantil, para o pré-escolar, mas não podemos descobrir um santo para cobrir o outro. Não podemos deixar de financiar, também, o ensino fundamental. O Fundef é um programa de sucesso e não pode, agora, ser modificado e ficar sem recursos adicionais, que suprirão esses outros setores da educação. O Governo Lula já disse, na televisão, que criou o Fundeb e que vai disponibilizar R\$4,5 bilhões. E o Fundeb não foi nem aprovado pelo Senado. É uma mera intenção ainda, porque está em apreciação.

Vejamos outro exemplo. O Presidente Lula, Senador Antonio Carlos Magalhães, anunciou que quarta-feira irá à Bahia, com pompa e circunstância, para lá, entre outras coisas, participar da inauguração da empresa Continental, de pneus, que conseguiu recursos do Estado do Governador Paulo Souto, aportes, parceiros, procurando gerar emprego e renda, com incentivos fiscais do Governo do Estado da Bahia.

O Presidente Lula vai até lá. Acompanhado de quem? Hoje todos os jornais do Estado da Bahia noticiam: do seu candidato ao Governo do Estado da Bahia. Quer dizer, ele não está se contentando em fazer sua pré-campanha eleitoral, porque está em campanha permanentemente, utilizando-se da máquina do Governo. Mas vai levar também a tiracolo o Sr. Jaques Wagner, aquele mesmo das ligações com a GDK, que todos conhecemos. Aliás, ele não nega. Diz que recebeu contribuição de campanha, que a sua filha trabalha na GDK. Quer dizer, ele reconheceu as ligações e diz que são normalíssimas.

Então, o Presidente Lula não se contenta em fazer sua campanha eleitoral e vai para lá com o Jaques Wagner participar de inauguração onde não há nenhuma participação do Governo Federal. Todo o esforço é resultado de uma política estadual de atração

de novos investimentos, da qual, lamentavelmente, o Governo Federal não participa.

Pois bem, e depois, sabe para aonde ele vai? Para a Ford, vai visitar o complexo automotivo da Ford, para o qual ele também não contribuiu com absolutamente nada. Muito pelo contrário. A indústria automobilística brasileira, por um esforço de gestão, tem conseguido um bom desempenho, mas enfrenta imensas dificuldades por conta da atual cotação do dólar. E ela tem se voltado para a exportação, porque, se não fosse a exportação para países da América Latina, como o México, Venezuela, Colômbia, Argentina, estaria em crise. Mas o Presidente vai lá fazer **forfait**.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
— Permite V. Ex^a?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, com muito prazer, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– São dois casos de cinismo total: o Presidente Lula ir às fábricas de pneus Continental e da Ford. O PT foi contra a Ford – há vários pronunciamentos a respeito na Câmara dos Deputados. Até mesmo o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso ficou na dúvida. V. Ex^a e eu tivemos de lutar muito para que a Ford fosse para a Bahia – e ela foi e tem sido um êxito total para a Ford e para a Bahia. Agora, o Presidente ir lá é muita cara-de-pau! Entretanto, tudo que ele tem feito ultimamente tem sido nessa linha que V. Ex^a está dizendo: ele não faz coisa alguma e ainda vai para lá. Eu não sei por que ele não vai levar o Presidente da Petrobras, que é quem sustenta a GDK, que sustenta o Jaques Wagner e assim por diante, sustentando o PT. É preciso que o convidado de honra seja o Sr. César Oliveira, que é da GDK, amigo de Jaques Wagner – amigo de Jaques Wagner é amigo de Lula, amigo de Lula é amigo de Okamoto, amigo de Okamoto é amigo... Isso não pode. Dentro em pouco, vou à tribuna para contribuir um pouco com as excelentes palavras de V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães. V. Ex^a lembrou com muita propriedade a posição do PT com relação ao projeto da Ford. Os petistas baianos se posicionaram contra a ida da Ford para a Bahia. V. Ex^a, como Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, foi um baluarte para que conseguíssemos, por parte do Governo Fernando Henrique Cardoso, o apoio necessário aos incentivos que eram importantes para a ida da Ford. Como disse V. Ex^a, o PT no Senado Federal e na Câmara dos Deputados – cito o exemplo do Deputado Nelson Pellegrino –, votou contra os in-

centivos fiscais para a Ford e lá faz discursos, dizendo que nós ajudamos uma multinacional.

Sr. Presidente, veja bem: a Ford produz atualmente 250 mil veículos/ano em três turnos de trabalho. Representa 10% da produção nacional de veículos automotores! É a única indústria automobilística em todo o Norte e Nordeste. Acima do Rio de Janeiro, de Resende, só temos essa indústria. Quebramos um paradigma de que o Nordeste não poderia ter uma indústria desenvolvida como essa. E a Bahia tem crescido seu Produto Interno Bruto duas vezes mais do que o País. Com todas as dificuldades, em 2005, crescemos 4,8%, ao passo que o Brasil, 2,3%. Em recente discurso, o Governador Paulo Souto, ex-Senador da República, na posse do Presidente da Federação das Indústrias, Dr. Jorge Lins Freire, disse com muita propriedade: “Se há algo que preocupa a Bahia quanto a seu desenvolvimento e à arrancada de crescimento econômico, é a falta de infra-estrutura. O gargalo está na infra-estrutura, cuja responsabilidade é do Governo Federal”. E, se Governos anteriores não atuaram como deveriam na infra-estrutura, este tem sido muito pior, porque nossas estradas federais estão em estado lastimável.

Senador Antonio Carlos Magalhães, o Presidente deveria ir à Bahia para falar de um projeto que queremos: a duplicação da BR-116, a Rio-Bahia, pelo menos no trecho de Feira de Santana ao rio Paraguaçu. A recuperação da BR-242 e da BR-324, que é a mais importante rodovia do Estado, a ampliação dos portos e das ferrovias. Mas Sua Excelência não faz nada disso.

Sobre o Gasene nós temos hoje um déficit de 30% de gás para a Bahia. Como é que vamos crescer com esse déficit? É preciso o Gasene para ligar Vitória, Espírito Santo, a Camaçari. Mas esse projeto está paralisado na Petrobras.

O Presidente vai à Bahia fazer o quê? É engenheiro de obras prontas. Senador Tião, V. Ex^a conhece essa expressão? Deve conhecer. Sou engenheiro civil; engenheiro de obras prontas é aquele que não participou da obra; mas aparece quando a obra está pronta, concluída. Sua Excelência não participou. A isso chamei de cleptomania administrativa; rouba administrativamente o que os outros fizeram.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muito prazer, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Todos lembramos do maior discurso do mundo: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”. Lula pode parodiar e dizer: eu sou o abismo, a mentira e a morte. Atentai bem, Senador

César Borges, quanto a esse aeroporto a que V. Ex^a está se referindo. Ó Tião, atentai bem, tem gente boa e V. Ex^a é uma pessoa de verdade. Uma série de aeroportos foram construídos durante a revolução. No Piauí, João Paulo dos Reis Veloso; Teresina e Parnaíba são idênticos, com a mesma planta, a mesma pista. São aqueles aeroportos padronizados do Governo Médici. Ó Tião Viana, estudei no Rio, tomei muito avião, era gostoso, era a Cruzeiro, aqueles DC-3; a Panair, tinha até a Paraense Transporte Aéreo – PTA – a turma dizia: Prepara tua alma porque caía um bocado. Mas nós tomávamos: saía de Parnaíba, Fortaleza, ia até as capitais. A última era Salvador; Aracajú-Salvador meio dia; dali ia para o Rio de Janeiro, eram quatro horas. Fiz, como estudante, dezenas de vezes essa viagem. Atentai bem, ele foi inaugurar o aeroporto... A bem da verdade está aqui Heráclito Fortes, que entende mais de Piauí do que eu e de aviação. Ele foi inaugurar um aeroporto internacional. Nunca Parnaíba deixou de ter uma linha civil; não tem nenhum vôo, nenhum. Esse é o desastre, a morte de todos nós! Não tem, pela primeira vez na vida, a minha cidade não tem nenhuma linha, nem nacional. E ele, para o mundo, diz que inaugurou um aeroporto internacional. É muita mentira.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É isso a que, lamentavelmente, estamos assistindo, Senador Mão Santa.

Veja mais uma ação do Presidente que reforça que ele nada mais é do que um grande marqueteiro que tenta iludir a população brasileira com suas metáforas de hora, com seus discursos contraditórios. Ele não contradiz um discurso com o outro, não; ele se contradiz dentro do mesmo discurso, começa de um jeito e termina de outro, totalmente inverso em relação aos seus primeiros raciocínios.

Sr. Presidente, nosso pronunciamento, na verdade, era para fazer esta denúncia. Uma notícia que é divulgada na Radiobrás, Brasil Agora:

Lula anuncia envio ao Congresso de projeto que mantém aposentadoria para trabalhador rural.

Em cerimônia no Palácio do Planalto, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o envio ao Congresso Nacional de projeto de lei mantendo direitos previdenciários para os trabalhadores rurais. Eles podem se aposentar ao atingir o tempo de serviço previsto na legislação em vigor, sem exigência de tempo de contribuição previdenciária.

A previdência rural foi instituída em 1991 para vigorar até julho deste ano. A proposta enviada ao Congresso prevê que a aposentadoria rural, a partir de agora, de acordo com o projeto de lei, será concedida depois que o contribuinte cumprir os prazos mínimos

de contribuição, a exemplo do que acontece no Regime Geral da Previdência Social.

São segurados hoje da Previdência Social, no campo, 7,36 milhões de pessoas, com uma soma de benefícios de R\$ 2,22 bilhões mensais.

Pois bem, primeiro, o Presidente não enviou nada ao Congresso Nacional. Procuramos, fizemos uma pesquisa, não há projeto de lei, há uma notícia vazia; assim como há a denúncia vazia, há uma notícia vazia porque o Presidente não encaminhou nada a esta Casa.

Srs. Senadores, Senador Mão Santa, vejam bem, aprovamos aqui matéria de minha autoria pedindo a prorrogação exatamente da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, até o ano de 2009. Essa lei foi reformada em 1994 e prevê mais quinze anos de validade. Por meio dela o trabalhador rural pode solicitar sua aposentadoria sem precisar comprovar recolhimento, apenas pela idade. Sabe o Presidente Senador Tião Viana como isso foi importante para o trabalhador rural, para nossos trabalhadores no campo a partir dos 60 e 65 anos e como é importante também até para a economia das nossas cidades. Ainda temos desorganização no campo; as pessoas não podem contribuir. Para isso seria preciso até de uma mudança cultural. Essa lei vai vencer agora em junho deste ano! Em dezembro do ano passado, fiz aprovar um projeto que está hoje na Câmara e que, lamentavelmente, está tramitando de forma extremamente lenta, vai passar em três comissões, e não foi colocado na pauta da convocação extraordinária. Então a partir de junho os trabalhadores rurais não poderão mais se aposentar por idade; só por contribuição.

Eu gostaria que os Deputados e a Câmara dos Deputados, presidida pelo camarada Aldo Rebelo, do PC do B – mas já vai longe a alma comunista do Deputado Aldo Rebelo –, pudessem acelerar esse projeto que é da maior importância. Hoje é o Governo que está anunciando que vai encaminhar um projeto de lei, mas, lamentavelmente, nem isso ele fez. Ele está dizendo o que não fez, que vai enviar. Se isso se der, eu prefiro, pois talvez aí se mobilize a base do Governo, que seja incorporado o meu projeto. Eu não tenho qualquer vaidade quanto à aprovação do meu projeto. O que eu quero é que o trabalhador brasileiro, o trabalhador rural, desassistido, possa receber esses benefícios que são fundamentais para a sua subsistência e também para a economia de tantas cidades no interior do País.

Sr. Presidente, peço para que seja publicado na íntegra o pronunciamento que eu trouxe sobre o problema da aposentadoria rural.

SEGUE, NA INTEGRA, PRONUNCIAMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR CÉSAR BORGES

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Em 24 de julho de 1991, o Presidente da República sancionou a Lei nº 8.213, após ela ter sido aprovada por este Congresso Nacional.

Por meio desta peça legislativa, o trabalhador rural passou a ser enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, podendo requerer sua aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir daquela data, desde que consiga comprovar sua atividade rural em número de meses idêntico à carência do benefício, que é de 180 meses, ou seja, exatos 15 anos.

Posteriormente, a fim de regulamentar esse dispositivo legal, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) dispôs, por meio de uma instrução normativa, que o trabalhador rural poderá requerer sua aposentadoria até 25 de julho de 2006. Esse prazo, como é evidente, expirará dentro de pouquíssimo tempo. E é especificamente sobre ele que discorrerei neste meu pronunciamento.

Antevendo a necessidade de dilatação dessa data, no ano passado, dei entrada, nesta Casa Legislativa, em um Projeto de Lei, o

PLS nº 173/2005, que pretende alterar o artigo 143 da Lei nº 8.213/91, estendendo o prazo para que o trabalhador rural possa requerer sua aposentadoria até 30 de junho de 2009, o que significa uma prorrogação de cerca de três anos.

Senhor Presidente, existem diversas razões para que este Congresso se posicione favoravelmente a essa dilatação de prazo. Passarei a discorrer sobre algumas delas.

Em primeiro lugar, a Previdência Social precisa gastar tempo e um considerável empenho operacional para informar adequadamente os empregadores e trabalhadores rurais sobre como serão processados os benefícios previdenciários após findo aquele prazo.

Como sabemos, o homem do campo encontra-se privado de diversas conveniências e facilidades que o cidadão urbano tem a seu dispor, em especial, o franco acesso à informação abundante e aos meios de comunicação.

Quando se trata de levar informação ao rurícola, portanto, não se pode trabalhar com prazos apertados ou meramente com os meios de comunicação de massa. São necessários, como já disse, tempo e considerável empenho para fazê-lo, ainda mais quando se tem em mente a usual defasagem de escolaridade que, infelizmente, ainda se verifica nas regiões campestres. Eis porque a prorrogação daquele prazo viria ao feliz encontro de uma necessidade importante que a Previdência Social tem de atender.

Em segundo lugar, uma lei posterior, a de número 9.876, que foi sancionada em 26 de novembro de 1999, previu a concessão do benefício previdenciário computando-se somente as contribuições sociais feitas a partir da competência de julho de 1994.

Ora, se somarmos os 15 anos exigidos pela Lei nº 8.213/91 a essa data, veremos que não haverá a menor possibilidade real de o trabalhador rural conseguir sua aposentadoria por idade. Esta é uma razão que, sozinha, já justificaria a prorrogação do prazo. É exatamente por isso que nosso Projeto de Lei alonga o prazo até julho de 2009. São os 15 anos necessários, a serem contados a partir de julho de 1994. Utilizamos nada mais do que a mais trivial matemática para chegar a essa data.

Os números que retratariam o dano causado pela não aprovação dessa proposta, contudo, não seriam tão fáceis de serem computados. São milhares e milhares de trabalhadores que estarão desamparados e impossibilitados de requerer sua aposentadoria por idade, caso permaneça em vigência a legislação atual. E notem os Senhores e as Senhoras que, para reparar isso, necessitamos tão somente alterar um único artigo da Lei 8.213/91.

Além de tudo isso, Senhor Presidente, creio que ninguém teria dificuldade de reconhecer que a inclusão dos trabalhadores rurais na Previdência Social seja um processo de difícil equacionamento. Em verdade, a própria Lei 8.213/91 fez esse reconhecimento ao estipular os 15 anos de prazo para a concessão do benefício. Contudo, às vésperas do

final do transcurso desse período, vemos que a prevenção do legislador não se mostrou suficiente, em especial pelo surgimento de peça legislativa posterior, a Lei nº 9.876/99.

Temos de reconhecer, também, que os esforços despendidos para estender a cobertura previdenciária ao meio rural, com contribuições compatíveis, ainda não tiveram o sucesso desejado ou esperado. A baixa renda desses trabalhadores – faz-se necessário destacar – e a sua pequena capacidade contributiva ainda representam um considerável entrave à eficácia social da legislação previdenciária no campo.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

A concessão da aposentadoria, por critérios etários, ao trabalhador rural, por meio da Lei 8.213/91, constituiu inovação exemplar, que promoveu uma distribuição de renda e sua interiorização, tendo, ao mesmo tempo, características de assistência social.

Trata-se de uma situação especial, benéfica ao trabalhador, ao campo, à produção rural e, em última análise, à Nação de uma maneira geral. O assunto, portanto, não deve ser considerado da mesma classe de outros com que o Instituto Nacional de Seguridade Social costuma lidar em sua rotina.

Nosso Projeto de Lei visa, assim, a reparar uma grave ameaça de dano a uma fatia importante e bastante desamparada da

população. Quando o debatemos na Comissão de Assuntos Sociais, o PLS recebeu emenda e parecer favorável do ilustre Senador Valdir Raupp, tendo sido, em seguida, aprovado, em caráter terminativo, pelo plenário da CAS e remetido, em 14 de dezembro do ano passado, à Câmara dos Deputados.

O que mais está me preocupando, atualmente, Senhor Presidente, é o risco que o trabalhador rural está correndo de a Câmara demorar demais para apreciar a matéria e aprová-la.

De fato, apesar de estar tramitando, naquela Casa, em regime de prioridade, em 24 de janeiro deste ano o Projeto de Lei foi distribuído a três comissões diferentes, que estão demorando a iniciar a apreciação efetiva da matéria.

Conforme já está claro, Senhor Presidente, se não houver uma rápida aprovação desse Projeto de Lei e a subsequente sanção do Presidente da República, ocorrerá um grave dano ao trabalhador rural e à interiorização e melhoria da distribuição de renda que sua aposentadoria traz à Nação.

Por tudo isso, rogo aos Nobres Deputados que sejam céleres em aprovar esse Projeto de Lei, sob pena de vermos os direitos do trabalhador rural sofrerem um grave retrocesso.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR
CÉSAR BORGES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do
Regimento Interno.)*

Lula anuncia envio ao Congresso de projeto que mantém aposentadoria para trabalhador rural

17:53

Lourenço Melo

Repórter da Agência Brasil

Brasília - Em cerimônia no Palácio do Planalto, presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o envio ao Congresso Nacional de projeto de lei mantendo direitos previdenciários para os trabalhadores rurais. Eles podem se aposentar ao atingir o tempo de serviço previsto na legislação em vigor, sem exigência de tempo de contribuição previdenciária.

A previdência rural foi instituída em 1991 para vigorar até julho deste ano. A proposta enviada ao Congresso prevê que a aposentadoria rural, a partir de agora, de acordo com o projeto de lei, será concedida depois que o contribuinte cumprir os prazos mínimos de contribuição, a exemplo do que acontece no Regime Geral da Previdência Social.

São segurados hoje da Previdência social, no campo, 7,36 milhões de pessoas, com uma soma de benefícios de R\$ 2,22 bilhões mensais.

31/03/2006

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães para uma breve comunicação inadiável por até sete minutos.

A seguir, falará o Senador Mão Santa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, as segundas e sextas-feiras aqui são sempre boas para se falar, mas com pouca audiência, e a culpa não lhe cabe, porque V. Ex^a sempre está aqui.

Sr. Presidente, quero dizer da minha preocupação com o relatório da CPMI dos Correios. O Governo, realmente preocupado, como é indispensável que esteja, não quer aprovar o relatório do Deputado Osmar Serraglio. Digo a V. Ex^a, sem críticas aos meus companheiros de Partido dessa Comissão, que acho o relatório, de certo modo, até omissos. Ele deveria conter coisas indispensáveis que não contém, inclusive a responsabilidade do Senhor Presidente da República.

O Deputado Luís Eduardo dizia, com sua inteligência aguda, que toda vez que Governo e Oposição se conciliam quem perde é a Nação. Acho que é verdade, fica cedendo aqui um trecho, cedendo lá outro trecho, e, na realidade, não se tem o relatório verdadeiro dessa situação de descalabro que a CPMI dos Correios apurou. A própria CPI dos Bingos, de que V. Ex^a participa e diverge, às vezes até com propriedade, outras não, tem prestado relevantes serviços à Nação.

Os mais recentes fatos – que não gosto de abordar – demonstram claramente que as CPIs são indispensáveis ao Congresso e ao País.

Não posso dar conselhos à CPMI, até porque posso ser repellido por seus membros, até os do meu Partido. Se pudesse dizer alguma coisa ao Deputado ACM Neto e ao Senador César Borges, que dela participam, eu lhes diria para não transigir em coisa alguma. Se não deixarem votar, não deixem votar; façamos nós, os partidos e os membros da CPMI, uma representação ao Ministério Público com aqueles fatos que estão lá e os que não foram apurados porque o Governo não deixou. Ainda hoje, aqui está: “Governo censura movimentação bancária de Okamoto”.

Quem censura? Foi ato do Tribunal? Não, da Coafi. Pergunto aos constitucionalistas da Casa se a Coafi tem o poder de fazer essa censura. O **Jornal do Brasil** coloca muito claramente os pontos censurados. Para confirmar tudo o que digo – vejam – estão com as mãozinhas dadas o pagador e o beneficiário: Okamoto e o Presidente Lula. Mãozinhas dadas! É inacreditável a coragem, pois, depois de tudo o que está acontecendo, ele se apresenta em público dessa forma.

Sr. Presidente, temos que lutar pela sobrevivência democrática. A democracia não vai sobreviver, tenha V. Ex^a certeza – e V. Ex^a é bem mais moço do que eu, já

vivi bem mais do que V. Ex^a –, se essas coisas continuarem a acontecer. Um dia chegará alguém – pode ser civil, pode ser militar – que não vai aceitar nem mesmo o funcionamento do Congresso como ele está fazendo. Tem de ser mais ativo. Não vai aceitar que as medidas provisórias interrompam o trabalho da Câmara e do Senado, como estão interrompendo. Ainda hoje nada se faz de sério. Promete-se fazer o Orçamento impositivo para evitar a corrupção e nada disso acontece. O Orçamento virá, e eu vou pedir verificação no Congresso Nacional todos os dias, todas as vezes que eu puder. É preciso trabalhar; é preciso dar à Nação exemplos da eficiência do Congresso Nacional. Não há somente um culpado; são todos culpados, sobretudo os omissos diante da triste realidade em que vivemos.

Quero dizer a V. Ex^a que fiz questão de vir a esta tribuna hoje para convocar o PT a largar o passado, a esquecer todo o seu passado, e construir um presente e um futuro diferentes, para que nós possamos ter paz e eleições corretas em 1º de outubro.

Já temos candidato? Temos. O nosso candidato é o Sr. Geraldo Alckmin, que fez um grande governo em São Paulo, mas que vai ser maculado, miserável e injustamente, pelo Partido dos Trabalhadores.

Já vi isso no passado, e, infelizmente, as técnicas não mudaram. Enquanto isso, a GDK continua, as outras empresas continuam. A Petrobras tem que ser investigada, mas não o é porque não deixam.

É quase indispensável, Sr. Presidente, que posamos, dentro em pouco, ter outro aspecto da vida nacional. Não podemos aceitar o Brasil viver o que está vivendo. A agricultura está falida. E tem um grande Ministro: o Dr. Roberto Rodrigues é capaz, mas não lhe dão o direito de acabar com a fome dos brasileiros, porque eles querem matar todos de inanição!

Os outros setores da administração são todos desmoralizados inteiramente pelas atuações dos seus ministros. Agora, se os ministros derrotados saíram agora, o reserva do ministro é que ocupa o lugar. Estamos a conviver agora com um ministério que o Parlamento não conhece e muito menos a Nação brasileira.

Uma coisa eu tenho de dizer: esse Lula é corajoso, porque só um homem com muita coragem colocaria tantos analfabetos e desonestos no governo.

O Brasil não pode continuar assim, Sr. Presidente. Se eu perguntar a V. Ex^a – não vou fazê-lo – o nome de alguns ministros, V. Ex^a não saberá dizer e, se algum Senador souber, eu mudo o meu nome. E o que dirá esse grande público que vive e que vota no Brasil e que aqui está neste instante? Ninguém conhece os ministros. Vai conhecer, dentro em pouco, os malfeitos do ministro. Isso é grave, porque o Presidente devia colocar pessoas idôneas, capazes, que pudessem melhorar a situação do Brasil.

Não há hoje nenhum jornal que não fale sobre o assunto. Ainda ontem o editorial de **O Globo** chamava a atenção do Governo, como o fez a **Folha de S. Paulo** – ainda há tempo –, e os resultados, infelizmente, foram muito ruins para o Governo, que até hoje amarga os problemas recentemente ocorridos.

Eu quero pedir a V. Ex^a, Sr. Presidente, não como membro do PT nem mesmo como Vice-Presidente da Mesa, para fazermos um trabalho neste País para saneá-lo moralmente e para dar ao País um Presidente à altura da época em que vivemos. É preciso um choque de gestão. Ainda há pouco, o Senador César Borges falava, com tanta propriedade, sobre a falta de caráter do Presidente em ir à minha terra, outra vez, para não inaugurar coisa alguma, e, sim, obras do Estado, das quais eles sequer permitem que o Governador participe porque fazem uma onda em torno do Presidente para evitar que o povo lhe faça justiça com as vaias.

Por tudo isso, estou aqui hoje, mais uma vez, chamando a atenção do povo brasileiro. O dia 1º de outubro chegará. Não desejamos o *impeachment* do Presidente da República fora da época. Queremos o *impeachment* nas urnas. E as urnas vão dizer: chega de imoralidade!

O Brasil terá um grande Presidente, e este Presidente será Geraldo Alckmin.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

A seguir, terá a palavra o Senador Arthur Virgílio, como orador regularmente inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão e Vice-Presidente da Mesa Diretora, Senador Tião Viana; Sr^s e Srs. Senadores presentes na Casa; brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Heráclito Fortes, estivemos no nosso Piauí. Vou dar uma notícia boa; outra ruim. A boa, Senador Efraim Morais, não tem nada a ver com o Governo.

Temos aqui um Senador maçom, o Senador Mozarildo Cavalcanti. Na minha cidade de Parnaíba, festejaram os 100 anos da primeira loja maçônica lá instalada, a Fraternidade Parnaibana. Realmente, Senador Tião Viana, como estudiosos da evolução do mundo, temos que meditar que uma instituição que persiste tem muito valor. Se lá em minha cidade a instituição tem 100 anos, no mundo tem muitos 100 anos.

A Revolução Francesa tinha por trás os líderes maçônicos. Aqui, nos grandes movimentos da Pátria, foi Gonçalves Ledo, um líder maçônico, que infundiu no Brasil a inspiração da independência. Quero aplaudir essa instituição que, em minha cidade, possui quatro lojas. Falo com muita emoção porque o nome de uma

delas é Francisco Correia, que foi meu tio, irmão de meu avô. Ele foi jurista, político e líder maçônico. E o líder dessa festividade também tem laços de família comigo, o Professor Israel Correia.

Então, quero cumprimentar a beleza de festa. Lá, outorgaram comendas, e eu fui agraciado por uma comenda da loja maçônica. Ao longo dos anos, tenho visto aquela instituição que acho que devia proliferar, porque vejo que eles sempre falam lá aquilo que é mais sagrado. Senador Efraim, eles cultivam o amor à família, à pátria e à humanidade. São os valores fundamentais.

Nossos aplausos para aqueles que há 100 anos fizeram nascer, na minha cidade Parnaíba, no Piauí, essa instituição. Quero, então, nomear os que lá lideram: a loja centenária tem hoje como dirigente Israel Correia, Venerável Mestre; Ribamar Prado, 1º Vigilante; Cláudio Ciarlini, 2º Vigilante; Aurélio Freitas, Orador; José Medeiros, Secretário; Roger Jacob, Tesoureiro; Clodoaldo Medeiros, Chanceler; Carlos da Silva, Mestre-de-Cerimônias; João Batista Tomaz, Hospitaleiro; Airton Loiola, 1º Diácono; Higino Aguiar, 2º Diácono; Espedito Cândido, Porta-Bandeira; Bosco da Silva, Porta-Estandarte; Sebastião Fortunato, Mestre da Harmonia.

Mas, agora, com tristeza, Senador Tião Viana, lamento dizer que o Brasil vai muito mal – V. Ex^a está bem nesta Presidência.

Talvez, se houvesse uma oxigenação no cérebro de Lula – o que é raro... Não se ilustrando nos estudos, porque ele diz e repete que negócio de ler não dá futuro, não. Ele diz que ler uma página de livro, Arthur Virgílio – atentai bem! – é pior do que fazer uma hora de esteira. Aí ele sai da esteira, Antonio Carlos Magalhães, a dizer besteira Brasil a fora.

Lá na minha Parnaíba, chegou a essa festa amazônica, um Coronel reformado, o Coronel Campelo, da gloriosa Polícia Militar, no Atalaia Hotel. E digo, Heráclito, que, graças a Deus, esse Arthur Virgílio, esse louro, é lá do Amazonas, porque, se ele fosse do Piauí, nós já éramos!

Mas o Coronel Campelo me disse: “Senador Mão Santa, eu não quero...”. Eu disse: “Eu sei que você não quer. Eu não quero é que você me prenda, pois você é Coronel. Eu conheço”. Ele disse: “É, mas estou aposentado”. Ele está na praia, Heráclito Fortes, o Campelo. Ele disse: “Olha, eu assisto à TV Senado, você e o Heráclito defendendo o Piauí, mas bom mesmo é aquele do Amazonas. Eu queria votar nele para Presidente da República”.

Meu amigo, bote-me ao menos de vice nessa chapa. Eu sei que você tem um fã-clubes feminino enorme, mas agora, Arthur, tem este aqui: um coronel reformado, o Campelo. E anotei o telefone dele. Ele disse: “Eu queria dizer isso para ele, para lhe dar coragem”. Eu disse: “Coragem você não vai dar, não. Quem deu foi o pai dele”.

Isso é só para mostrar a independência do povo do Piauí.

Então, está aí. É Campelo! Ô Senador Arthur Virgílio, é 8633231529. Então, V. Ex^a está maior do que o Amazonas; está do tamanho do Brasil.

Está vendo, Heráclito Fortes? Vamos prender o título dele lá, porque, se ele for para o Piauí, perdemos nossos eleitores. Aliás, nós o apoiamos.

Olha, Heráclito, verdade não se tira. Padre Antonio Vieira disse que todo bem nunca vem só, é acompanhado de outro bem. Mas, por analogia, toda desgraça é acompanhada de outra desgraça: Presidente do PT e Governador do PT! Esse é o caso do nosso Piauí

Heráclito Fortes, V. Ex^a tem ciência de que a carcinicultura do Piauí caiu de US\$ 20 milhões de exportação para US\$3 milhões. Quer dizer, é um Governo... Se tivesse caído para US\$ 18 milhões ou para US\$17 milhões, seria compreensível, mas para US\$ 3 milhões? São uns descerebrados!

Carcinicultura é o cultivo do camarão. O Piauí exportava... De toda exportação, do cultivo de camarão, nós éramos 19,6%. Baixou para 2,6%.

É. A ignorância e a incompetência do PT. Não sei qual é a maior se a corrupção ou a incompetência. Aí, é páreo duro.

Fábrica de Castanha. Senador Heráclito Fortes, Deus me permitiu governar o Piauí, onde instalei 27 fábricas de castanha. A maior, uma multinacional: Europa. Senador Heráclito, foram demitidos 300 funcionários. Esse é o Governo do PT. Quem trabalha está perseguido. Agora a mentira...Não é? O Duda Mendonça "Goebbels" – É do Hitler.

Fechada a Europa. Heráclito, que orgulho nós tínhamos na Europa, nos Estados Unidos, uma fábrica de castanha do Piauí. O nosso companheiro Gil Borges... A fábrica está se... Essa é a realidade.

O mel está embargado. A apicultura. O mel. O doce mel – e esse Governo é de fel. Embarga aí. Eles não sabem nada. É uma ignorância! Embarga, embarga. Em vez de colocar os técnicos para tirar o problema, não tem mais o nosso doce mel na Europa.

Heráclito, seu sogro, que está lá perto de Londres, não vai mais comprar o mel do Piauí que está embargado.

A soja! A soja. Estão aqui os depoimentos. A soja. Eu vou dar só um aqui. Está aqui o jornal: "Dólar fraco reduz a expansão de soja no Piauí e no Maranhão". Uma reportagem diz que reduziu... a soja.

O Piauí tem onze milhões de hectares de cerrado. É a última fronteira agrícola. Três milhões banhados pelo Rio Parnaíba, com água muita.

Senador Heráclito, V. Ex^a sabe que nós trouxemos muitos gaúchos. Santa Catarina, povo de cultura, de agricultura; europeus, cujos netos não tinham mais

terra e foram para o Piauí; só num dia entraram 300 famílias para plantar soja. Só num dia. E diminuiu.

Senador Tião Viana, lamento dizer o seguinte. Pela estimativa de Valério – é um criador – o rendimento deve cair para 40 a 45 sacas de soja, contra 65. Quer dizer, no ano anterior quatro hectares era 65 sacas, agora só dá 40.

Outro gaúcho, de Cruz Alta, já reduziu sua área de soja em 400 hectares, para 1.100 hectares.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Me permite um aparte, Senador?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quer dizer, outro gaúcho que foi lá... Só a conta de Rosa que entrou no meu Governo eram 300 famílias. Ele diminuiu – está aqui o gaúcho dizendo. Mas vai já.

Ele podia... Bortolozzo, amigo do Heráclito – o Bortolozzo, eu o apelidava de ministro da soja, pioneiro da soja, é lá, paulista, Uruçuí, plantou 2.500 hectares. Bortolozzo diz que a sua intenção é crescer 500 hectares por ano, mas reconhece que o ritmo do avanço na região deve sofrer uma "brecada".

Quer dizer, todos produtores. É tudo mentira o que estão dizendo. Agora, atentai bem, Arthur Virgílio, essa aqui é boa. É um depoimento do PT, um depoimento do PT: "O descontentamento com o Governo Lula está estampado nos pára-brisas dos carros nas regiões de produção do Piauí e do Maranhão, onde se pode ver adesivos com inscrições como "Lula, a pior praga da agricultura" ou "Lula, a nova praga da agricultura".

Um desses adesivos, Senador Heráclito Fortes, está na caminhonete do produtor de Nova Santa Rosa, na região de Uruçuí, o gaúcho José Elói Schaefer. Trata-se de um caso emblemático, já que Schaefer foi secretário de agricultura de uma gestão petista na cidade de Santo Cristo, Rio Grande do Sul, entre 1993 e 1999, ano em que o produtor migrou para o Piauí.

É o seguinte: Enquanto dirige por uma estrada de terra no meio do cerrado piauiense, que leva de Nova Santa Rosa a Uruçuí, o pedetista – brizolista – acusa o Governo da "falta de capacidade administrativa" e não poupa nada do Governo. Diz: "Não está fazendo nada".

E mais, não é só a soja... A Ipecea... Chegou o Senador Alberto Silva... A Ipecea, no Governo de V. Ex^a se sucedeu. Problema sempre houve. Eu governei. Muitos governaram. Nunca fechou. Fechou em Luiz Correia, lá onde o Lula sujou a praia.

Fechou. Aquilo é uma ignomínia. O maior empregador era a Prefeitura, o segundo era essa. Passou por... e preso. Problema da energia... Sem sensibilidade e incapaz de negociar. Bastava diminuir uns mensalões que tem por aí e negociar. Paul Matei, um francês, a instalou.

Então, esse é o retrato.

Com o aparte o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Para agradecer a V. Ex^a e pedir-lhe que transmita a esse ilustre coronel da Polícia Militar meus agradecimentos sinceros pela opinião positiva que faz a respeito da minha vida pública. E agradecer a lealdade, a generosidade que V. Ex^a sempre dirige a este seu companheiro de Oposição e a este seu admirador aqui do Senado Federal. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, não... eu transmiti e vou lhe entregar o cartão do Coronel Campelo, aposentado... Disse que o maior prazer era votar em Arthur Virgílio para Presidente

Essa é a realidade. No mais, tudo é mentira. O aeroporto é a maior – que registrem as taquígrafas – mentira e canalhice da história do Brasil. As taquígrafas, botem o nome: CA-NA-LHI-CE. Olha, eu era menino: é preciso entender a história! Lá na minha cidade, Senador Efraim Moraes, atentai bem – e olhe ali tudo aplaudindo, são piauienses –, Efraim Moraes, nos anos da década de 40 houve a seca no Ceará – e a nossa região tem muitos rios. O rio Parnaíba, antes de se lançar no mar, não é como o seu Amazonas, Senador Arthur Virgílio, uno e único. Ele se abre, lembrando a letra grega “delta”. Ele é mais ou menos, ô Senador Efraim Moraes... Ele se abre em cinco rios, lembrando uma mão – nós não sabemos grego, delta, letra. É uma “mão”, e com certeza santa porque forma 78 ilhas.

Então, em 1940, com a seca, alguns cearenses foram para Parnaíba. Atentai bem para este fato histórico. Aí, dois jovens estavam acompanhando a estrada de ferro para ver o mar – nunca tinham visto – passaram pelo aeroporto. Naquele instante, pousava, em 1940, um avião – e o Lula disse que foi inaugurar. Aqueles jovens ficaram extasiados, ô Senador Efraim Moraes, pois nunca tinham visto um pássaro de ferro pousando. E vinha um trem que seguia para a cidade praiana de Parnaíba. O maquinista diminuiu a velocidade para 20 quilômetros, dez quilômetros, apitando. Ele diminuiu até cinco quilômetros, entendendo que aqueles pedestres jovens iriam sair. Não! Foram esmagados. Hoje, há um mito de que eles fazem milagre. É o Cemitério de Dois Irmãos. Então, os túmulos têm essas prendas religiosas. Isso foi em 1940.

No ano de 1974, o Ministro João Paulo Reis Velloso levou aquele aeroporto, como dezenas há, é igual ao de Teresina, igual a dezenas que a revolução fez. Eu, estudando no Rio – não sei se o Senador Heráclito Fortes pegou-o – mas peguei muito avião para o Rio de Janeiro. Aí conheci as capitais. Em Fortaleza, a gente saltava, tomava um cafezinho e dizia que conhecia a cidade. Havia Natal, João Pessoa, Recife, Aracaju e Salvador, que era a última. E chegávamos no Rio de Janeiro. De Salvador eram quatro horas no Avião Douglas. Havia a Cruzeiro, a Pan Air, ouvia-se até uma Paraense Trans-

porte Aéreo – PTA, que diziam ser a sigla de “Prepara Tua Alma”, porque, de vez em quando, caía.

Mas existia avião. Agora, é a mentira, o descaramento. A única vez na vida em que não há um vôo, uma linha nacional, é neste governo parado, mentiroso e desgraçado do PT!

Aprendi com o maior líder do meu Piauí, de Petrônio Portella, Senador Heráclito Fortes, e passo a V. Ex^a, que merece, ele sempre trazia muitos ensinamentos. A frase que Petrônio Portella mais dizia, Senador Arthur Virgílio, era: “Não agrida os fatos”. O fato, atentai bem, Senador Antonio Carlos Magalhães, é que ele chegou, havia canhões, a ditadura, e ele, então, repetia sua frase. Hoje, o fato é que o Brasil está dividido: de um lado, o que quer o PT, o que quer o Lula, e, do outro lado, nós, que não queremos.

Eu me orgulho de ser o piauiense que aqui disse: há três coisas que a gente só faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT. Salve a democracia, que é do povo e que oferece a alternância do poder pelo Brasil.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio por 10 minutos, com a tolerância costumeira deste Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, comunico que o horário da liderança do PSDB será ocupado nesta tarde pelo Senador Leonel Pavan.

Sr. Presidente, vejo algumas manifestações extremamente preocupantes. O Ministro Ciro Gomes, da Integração Regional, fez afirmações que considero da maior gravidade. Tirando essas coisas todas, como chamar a OAB de grupo de burguesóides, ele fala como se ele tivesse sido uma figura de esquerda, coisa que nunca foi. Sempre foi da Arena, do PDS, sempre foi um homem da direita. Essa é que é a verdade. Olhem o que disse Ciro Gomes: “Se o Presidente Lula tivesse usado o poder moral e político de pedir apoio à população para garantir o respeito à sua figura, ele acha que teria havido uma coisa muito grave no País. Ele não fez isso. A nossa sorte é que ele é sereno e contido.” Ou seja, Senador Heráclito Fortes, a democracia brasileira não é nada para o Sr. Ciro Gomes. A sorte, segundo ele, é que o Presidente Lula é contido, é sereno. Se não fosse, o Congresso Nacional, o Tribunal Federal, nada disso teria importância.

O General Albuquerque, que já cometeu aquele deslize grave da carteirada do avião, a meu ver, exage-

rou na dose das comemorações. Eu não vejo por que essa data do 31 de março devesse ser comemorada. Eu considero justo um comunicado breve, algo parecido com o que, nos últimos anos, se vinha fazendo. Mas, estranhamente, o General Albuquerque repete o equívoco daquela vez que redundou na demissão do Ministro Viegas. Não aceito que se tente transformar o 31 de março em 7 de setembro. Não aceito! É algo que eu repudio como brasileiro, como democrata e como Parlamentar. Eu não aceito!

Aí, temos esse episódio, que é o pano de fundo de tudo que acontece de grave no País hoje, da quebra do sigilo do caseiro Francenildo e da quebra do sigilo do seu suposto pai, o empresário piauiense. Os culpados, todos, de “A” a “Z”, terão de aparecer. Está começando a ficar mal o Presidente da República dizer que não sabe de nada, nunca. Palocci teria dado a ordem para a quebra de sigilo de um gabinete ao lado daquele do Presidente da República. O Presidente alega sempre que de nada sabe.

O Ministro Márcio Thomaz Bastos já tem, a essa altura, explicações a prestar. Eu não faço aqui nenhuma acusação a S. Ex^a. Mas S. Ex^a já tem explicações a prestar. Assessores próximos de S. Ex^a, o Sr. Ministro da Justiça, estão dando depoimentos que se contradizem entre si, se contradizem com o que tem sido publicado na imprensa com os fatos que vão chegando ao nosso conhecimento.

O fato é que não se trata, como pensa certo segmento da imprensa, de dizer que a Oposição vai, agora, mirar no Ministro. Não, vai mirar em quem quer que esteja trabalhando em dissonância com a democracia brasileira. Não pode é ficar impune um fato grave como o da quebra de sigilo, como o da violação do sigilo. A quebra do direito civil à privacidade é algo imperdoável que a Oposição não pode deixar barato.

Sr. Presidente, vejo ainda outro fato extremamente grave. A falência moral do Governo Lula está demonstrada em todos os seus gestos. Abro um parêntese para advertir que tenho informações de que a Sr^a Maria Fernanda Ramos Coelho*, que tomou posse às escondidas, em uma sessão fechada na Caixa Econômica Federal, não passaria mesmo de um pau mandado do Sr. Mattoso, ou seja, nem o chefe de gabinete mudaria, e que ela, militante do PT, é mais aparelhismo; militante do PT, estaria lá para não deixar as coisas avançarem do ponto de vista das mudanças que se têm que implementar na Caixa Econômica agora. Estou de olho na gestão da Sr^a Maria Fernanda. Eu fecho o parêntese.

Estou propondo a convocação do Sr. Márcio Thomaz Bastos ao plenário do Senado Federal. Proponho que S. Ex^a venha ao plenário do Senado Federal. Pela regra regimental, o meu requerimento será votado pelos meus Pares. Por que não fiz a proposta para que ele vá para a CPI dos Bingos, Presidente Efraim Mo-

rais, que preside esta sessão para muita honra minha e preside a CPI dos Bingos? Porque não estou sentindo que deva tratar o Ministro como réu. Não acho que esse seja o nível, não acho que seja esse o seu *status*. Estou propondo a vinda do Ministro ao Plenário, por entender que aqui ele já tem o que dizer, sim. Aqui ele já tem de que prestar contas porque quero saber se houve omissão dele, se houve omissão do Presidente Lula, se houve omissão dos dois ou se não houve omissão de nenhum dos dois. Quero saber, sim, do Sr. Ministro, tintim por tintim, tudo aquilo que ele sabe, olhando nos olhos da Nação, através dos olhos do Senado Federal, sobre este caso.

O meu requerimento chega às mãos de V. Ex^a dentro de poucos minutos, Sr. Presidente.

Hoje vi uma peça extremamente bonita, do filósofo Denis Lerrer Rosenfield*, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele se refere a Kalashnikov* e ao Presidente Lula. É muito interessante porque Kalashnikov é o famoso inventor do fuzil AK-47. Ele era filho de pequenos agricultores que foram deportados para a Sibéria, naquele movimento de suposta reforma agrária, que, na verdade, era a negação do direito à propriedade privada sobre o campo, no período de Stalin, durante as trevas do stalinismo. Então, diz Rosenfield que Kalashnikov – fazendo algo que, enfim, eu não faria – driblou a sua vida passada, renegou seus pais com muita habilidade, não deixando nunca que o poder soviético tomasse conhecimento de que ele era filho de quem era, e cresceu tanto dentro da ditadura soviética que, enquanto seus pais foram vistos como inimigos do povo, Kalashnikov chegou a receber um prêmio. A ditadura adora dar prêmios para os outros, no fundo, para se manter. Ele ganhou o Prêmio Stalin e o Prêmio de Herói Socialista. Diz Rosenfield que, ao renegar seus pais, esse cidadão optou por uma servidão voluntária diante do poder.

Rosenfield compara isso com todo esse imbróglio em torno da Caixa Econômica e da quebra do sigilo do caseiro. Todos procuram encobrir a possível participação do Presidente da República exatamente como se Stalin ele fosse. Diz Rosenfield:

Essa sucessão de mentiras, própria de um governo que revela seu DNA autoritário, voltado para a perseguição de um trabalhador que ousou dizer a verdade, tinha um propósito específico: encontrar um bode expiatório, de preferência um funcionário menor desse banco estatal.

A revista **Veja** fala que chegaram a oferecer R\$1 milhão para alguém assumir a culpa. Imaginaram que, com R\$1 milhão, iam comprar a vida, a felicidade, a dignidade de um cidadão, de um ser humano. A que ponto chegou este Governo lulista!

Da mesma forma que Kalashnikov resolveu, por comodidade, não culpar Stalin, mas culpar os funcionários locais do stalinismo, também aqui o Governo Lula

queria encontrar bodes expiatórios locais, os funcionários locais, para pouparem o chefe, para pouparem aquele que não é um ditador porque temos uma democracia, mas que revela a propensão para o autoritarismo e o desejo de governar por *diktates*, como se a nossa sociedade não fosse capaz de se autodeterminar e de encontrar seus próprios meios de explicitar suas contradições e avançar na direção do melhor destino, do melhor compromisso com o seu futuro.

Diz, também, Rosenfield:

Quando ficou claro que Nildo, o caseiro da mansão também denominada República de Ribeirão Preto, tinha tido o seu sigilo violado, a sua vida privada invadida e estava sendo investigado pela Polícia Federal, o Governo, achando que poderia ainda escapar do autoritarismo que escancarava, “decidiu” investigar. Essa “decisão”, assaz estranha, só foi manifesta pelo presidente Lula na quarta-feira, quando na quinta anterior o então ministro Palocci já tinha recebido em sua casa o extrato bancário do caseiro, entregue em serviço expresso e personalizado pelo ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso.

Adiante, ainda Rosenfield:

O Presidente, mais uma vez, finge nada saber, encobrindo a sua responsabilidade e fazendo como se nada lhe dissesse respeito.

Sr. Presidente, vamos até o fim nisso. Volto a anunciar a V. Ex^a que em minutos estará chegando a suas mãos o requerimento que faço de convocação ao plenário do Senado do Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Nada de mais grave aconteceu. Levando-se em conta que, no caso da violação do sigilo, há também corrupção – porque na verdade o sigilo foi quebrado para encobrir a corrupção – e levando-se em conta que há uma violação constitucional, chego a crer que a quebra do sigilo do caseiro é talvez um fato mais grave do que essa coisa abjeta e torpe que é o mensalão. É certamente mais grave.

Há algo que me chama a atenção: um debate inteligente, mas que mostra, por outro lado, o caráter do Governo.

O jornalista Merval Pereira, do jornal **O Globo**, vem debatendo de maneira muito lúcida com o Sr. Tarso Genro, que agora substituiu Jaques Wagner na articulação política do Governo. E tem sido muito clara a posição de Tarso Genro, que é um homem de nível, de gabarito, com quem dá gosto conversar, mas que demonstra que o Governo gostaria de tutelar a imprensa brasileira por meio dos seus conselhos – uma forma soviética de encarar a liberdade de imprensa.

Está sendo muito interessante tudo isso. A pergunta que faço é: como seria o tratamento da imprensa a todos esses escândalos do Governo Lula se houvesse um conselho em cima da consciência e da pena dos jornalistas e das editorias deste País? Estou muito preocupado. Assus-

tado não estou, já passei da idade de me assustar. Mas estou muito preocupado com o caráter autoritário de um Governo que não se revela cultor da democracia.

Sr. Presidente, peço que V. Ex^a mande inserir nos Anais o artigo de Denis Lerrer Rosenfield e também a declaração do Ministro Ciro Gomes dizendo tolices, referindo-se a “burguesóides” da OAB, enfim, como se tivesse sido uma figura de esquerda, e não foi, pertenceu à Arena, pertenceu ao PDS. É bom o Ciro amadurecer de uma vez e acabar com essas histórias, não tentar viver uma vida que não foi a dele.

Na matéria “Golpe alicerçou democracia, diz Exército”, há uma nota que deplorei. É de autoria do General Albuquerque, exaltando o 31 de março. Essa é uma data da qual eles podem, inclusive, a meu ver, com discrição, fazer lá a comemoração deles, mas não tentar impingir ao Brasil como se fosse um 7 de setembro, porque isso não aceito. Não aceito! Isso é algo que agita todos aqueles que fizeram muito pela anistia. Anistia é esquecimento, portanto, é bom esquecermos de uma vez essa data. Essa data não é 13 de maio; essa data não é 7 de setembro; essa data não é 15 de novembro. Essa data não é algo nem para ser cultuado, nem para servir de exemplo para o povo brasileiro, porque ela representou um período de treva ditatorial que temos obrigação de repudiar.

Portanto, Sr. Presidente, esperamos que, brevemente, tão logo a pauta esteja destravada, momentaneamente livre das medidas provisórias vorazes do Presidente Lula, possamos votar aqui a convocação do Ministro Márcio Thomaz Bastos para que preste contas à Nação, por meio do Senado Federal, desse episódio sobre o qual S. Ex^a tem de ter muita ciência. Espero que S. Ex^a não tenha culpa não o estou acusando, espero sinceramente que S. Ex^a venha para cá de peito aberto e diga tudo que sabe sobre esse episódio torpe, cínico e absolutamente incompatível, Senador Cristovam Buarque, com a democracia que queremos construir. Há uma agravante: essa violação constitucional foi feita para proteger corrupção.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Arthur Virgílio, como conhecemos o passado do Ministro, fico esperando que S. Ex^a, tomando conhecimento do seu discurso, seja capaz de ligar agora para cá, oferecendo-se para atender a esse seu convite. Penso que, se fizesse esse gesto, S. Ex^a daria prova de respeito ao Congresso Nacional e de consciência da gravidade dessas últimas notícias e tomaria uma decisão sintonizada com a sua biografia. Se S. Ex^a não o fizer, vamos ficar preocupados.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O normal seria que ele o fizesse. V. Ex^a tem toda a razão. Se não o fizer, estará se portando de maneira anômala.

Se não o fizer, é porque talvez esteja com medo de alguma coisa. Se estiver com medo de alguma coisa, é porque não deve ser Ministro da Justiça. E se porventura sua consciência estiver absolutamente tranqüila, o Ministro Márcio Thomaz Bastos deve fazer aquilo que Paulo Brossard faria. Paulo Brossard viria aqui agora e diria: "Há quantos Senadores? Dez, doze? Vamos conversar agora". Paulo Brossard o faria.

Tenho dito ao Ministro Márcio Thomaz Bastos que S. Ex^a deve olhar sempre dois parâmetros e procurar ficar com o do gaúcho Paulo Brossard. Não deve ser Armando Falcão, mas Paulo Brossard. Paulo Brossard viria aqui e não ficaria dando desculpas eternas e permitindo que se tirassem ilações de que sua pasta estaria prestando desserviço à democracia brasileira. Mas S. Ex^a virá aqui por bem ou pela convocação do Senado Federal, o que também seria por bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Que vergonha, Lula! De perseguido a perseguidor do caseiro Francenildo, nas asas corruptas do Poder! Que vergonha, Lula!

Foi isso o que senti, com estupefação, ao ler em **O Estado de S.Paulo** de hoje a notícia reveladora de como o SNI seguia os passos de Lula, quando ele ainda era militante sindical e dirigente do PT.

Se não é surpreendente – pois o Brasil vivia em Estado de Exceção – a notícia provoca repulsa. É a história da ação subterrânea do Serviço Nacional de Informações, por seus agentes no Rio Grande, no encalço do então líder sindicalista.

O Estadão publica pormenores de documento secreto do SNI, intitulado *Atividades de Luiz Inácio da Silva, Lula, no interior do Rio Grande do Sul*. A notícia está incluída neste pronunciamento.

Seria de dar pena se Lula tivesse rasgado esse episódio de triste memória. E o tivesse como exemplo do que não se deve fazer.

Não. Não foi o que houve.

Ele, o perseguido de então, virou, agora que é Presidente, o perseguidor nesse episódio igualmente triste da arapongagem patrocinada pelo Governo petista contra o caseiro da *República de Ribeirão Preto*.

De nada valeu, Lula.

Quem não aprende é porque não quer aprender.

Encerro, repetindo o que disse ao iniciar este pronunciamento:

Que vergonha, Lula! De perseguido a perseguidor do caseiro Francenildo, nas asas corruptas do Poder! Que vergonha, Lula!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, odeio Lula porque faz uma glamourização da ignorância (...). Num país carente de conhecimento, ele não pode ter esse procedimento. É um imbecil, um idiota, um ignorante. Quando ia ao cinema, ia com o cachorrinho no colo. Para quê?"Lima Duarte, ator, em entrevista ao jornal **Folha de S.Paulo**.

Eis o dilema: ser inteligente, honesto e do PT

"(...) Será possível (no PT) ser os três ao mesmo tempo?

O PT é inapelavelmente burro (incompetente, incapaz de ação eficiente no governo...), além de desonesto" (Fábio Wanderley Reis, cientista político, professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais

As frases que acabo de ler não são minhas. Saíram na imprensa, ontem. A primeira, de Lima Duarte, está na **Veja**. As outras são do Caderno *Aliás*, de **O Estado de S.Paulo**.

Lima Duarte é ator, de notória percepção dos fatos da vida brasileira. É o depoimento de quem vive e sente como o povo.

Fábio Wanderley Reis é cientista político e professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais. Suas frases são científicas e técnicas. Correspondem a uma visão decorrente de análises e estudos acadêmicos.

Da arte e da ciência político, passo para o noticiário policial, com mais frases que, como as primeiras, dão o que pensar. Leio, também na imprensa, de hoje:

Ex-ministro da Fazenda ordenou à CEF violação do sigilo do caseiro Francenildo Costa

Avisado sobre Palocci, Lula só o demitiu após uma semana

KENNEDY ALENCAR, DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

CRISE NO GOVERNO/CERCO AO EX-MINISTRO

Assessores de Márcio Thomaz Bastos estavam na casa de Palocci quando extrato de caseiro foi entregue pelo ex-presidente da CEF

Oposição mira agora o ministro da Justiça (**Folha de S.Paulo**, 3/março/06)

PF vai indiciar Palocci por abuso de poder e quebra de sigilo funcional

Ex-ministro é esperado na quarta-feira para prestar depoimento ao delegado Rodrigo Carneiro Gomes – (**O Estado de S.Paulo**, João Domingos, Brasília)

Fazenda é alvo do MST pela 5.^a vez em dois meses (**O Estado de S.Paulo**, Elder Ogliari PORTO ALEGRE)

PF deve indiciar Palocci em pelo menos três crimes
Fernanda Odilla do **Correio Braziliense** (3-4-06)**Bra-**
sil)

(Veja, 3-4-06)

Feita a leitura, cabe uma pergunta. Minha. Mas, sem dúvida, refletindo também o que o povo pensa:

– *Lula merece mais um mandato?*

São tantas as trapalhadas. Tantas são as provas da mais lavada corrupção no Governo petista, que a resposta já está pronta: *Não! Não, mesmo!*

Volto às frases do professor da UFMG, que li no começo deste pronunciamento:

– Os requisitos para governar o País são três: inteligência, honestidade e competência.

Os dois primeiros inexistem no meio petista. E o terceiro, este, então, passou longe do Governo petista do Presidente Lula. Que já acabou. Uma administração falha e que vai encerrar o quadriênio perdido sem uma obra importante para o País. Só deu propaganda e nisso o Governo Lula se esmerou!

Deixo no ar a pergunta, que, encerrando, repito:

– *Lula merece um segundo mandato?*

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º do Regimento Interno.)

Eis o dilema: ser inteligente, honesto e do PT

Será possível ser os três ao mesmo tempo? Para os inimigos dos petistas, o partido é burro e desonesto

Fábio Wanderley Reis, cientista político, professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais

Dez anos atrás, evoquei em artigo de jornal conhecida piada italiana dos tempos do fascismo. Diz ela que qualquer cidadão pode ser inteligente, honesto e fascista. Só que as três coisas não vão juntas: se ele é inteligente e honesto, não é fascista; se é fascista e inteligente, não é honesto; se é honesto e fascista, não é inteligente.

A piada era lembrada a propósito de opções "realistas" do presidente Fernando Henrique, que, criticado, dissera havia pouco que "não é preciso ser burro para ser de esquerda". Como ele com certeza admitiria que tampouco é preciso ser burro para ser honesto, o artigo explorava certas dificuldades, para um líder peessedebista com a sua trajetória, de juntar a um tempo a honestidade, a inteligência requerida pela acuidade realista e as convicções socialdemocráticas que cabia atribuir-lhe. O que se propunha como idéia central era que o equilíbrio no uso do realismo é o que permitiria distinguir o socialdemocrata honesto do político desonesto ou do que busque, mesmo honestamente, valores ou fins que pareçam inaceitáveis ao primeiro ou a seus adeptos: em algum ponto haverá o "soco na mesa", cessarão as espertezas e se optará simplesmente pela reafirmação das convicções e pela ação exemplar - até pela necessidade de reconhecer o papel que esta tem a cumprir, mesmo de um ponto de vista instrumental ou na busca "realista" de eficiência, para a obtenção dos fins maiores.

Temos agora o PT, de maneira bem mais dramática, posto diante dos mesmos dilemas: será realmente impossível, como sugere reiteradamente o noticiário, ser, a um tempo, inteligente, honesto e petista? No entendimento dos inimigos do PT, não há dúvida de que o partido seria inapelavelmente burro (incompetente, incapaz de ação eficiente no governo...), além de desonesto: não só os fins maiores (socialistas) e supostamente generosos e nobres do partido seriam inaceitáveis, mas, mais que isso, a retórica referida a tais fins apenas ocultaria a vileza dos fins verdadeiros. Naturalmente, isso está longe de ser consistente com o temor da eficiência na promoção dos "verdadeiros" fins petistas, de onde brotam as denúncias da "ameaça totalitária" e quejandos.

Já no entendimento de setores importantes do próprio PT, como ficou claro em 2005, a arrogância ideológica levava à idéia de que o partido podia ser "inteligente" ("realista", buscando eficácia por meios pouco virtuosos) justamente porque seria honesto, ou pela singular nobreza

de seus objetivos. Se é impossível aderir à visão dos antagonistas do partido, estendendo sem mais a todos os que de alguma forma se ligaram a ele o carimbo de desonestos e ineptos ou otários, é também impossível deixar de ver os efeitos burrificadores daquela arrogância.

Mas o episódio Palocci versus caseiro mostra uma face nova da burrice, de nível talvez ainda mais reles. Após 2005, já não cabe, naturalmente, o soco na mesa, nem se trata mais da tensão entre objetivos ambiciosos ("revolucionários") e meios realistas. E o ministro Palocci, o principal personagem governamental do episódio, na verdade aparece aos olhos de muitos como a encarnação da capitulação do partido e do governo quanto aos fins ambiciosos. De todo modo, num quadro em que o que se acha em jogo são antes de mais nada as chances de saltar de alguma forma sobre os escombros da crise, talvez alcançando a reeleição, e em que o que resta como capital político é pouco mais que o apelo popular de Lula, o que vemos é o governo, na pessoa de sua segunda autoridade mais importante, confrontado miudamente com a figura modesta de um caseiro. E como se dá o confronto? Em nome da aposta numa incerta história de compra pela oposição das denúncias do caseiro, recorre-se a um ato patentemente criminoso, que não poderia senão surgir de imediato como tal diante do público - e de maneira a tornar em parte irrelevantes, ou a colocar em segundo plano, os próprios fatos cuja ocorrência o caseiro corrobora.

De acordo com informações ainda imprecisas que circulam na imprensa, haveria pesquisas recentes segundo as quais as intenções de voto em Lula não teriam sido afetadas pelo episódio, o que se deveria, na interpretação do instituto responsável por elas, à dissociação que o eleitorado faria entre a figura de Lula, de um lado, e o governo e o partido, de outro. Corretas ou não tais informações, é certo que, não obstante o escândalo e a reiteração da inépcia e da disposição pouco ética que representa, é preciso cautela, a esta altura, com respeito ao seu possível impacto eleitoral. É importante reconhecer, porém, contra certas idealizações encontradas sobretudo em meios de esquerda, que a razão principal a recomendar cautela tem a ver com as deficiências do eleitorado popular brasileiro quanto à "consciência" política e ao envolvimento nas questões políticas. O grande desafio é como fazer do realismo relativamente a este aspecto particular dos muitos traços negativos de nossa realidade algo que lideranças de grandeza moral e estatura política autêntica possam processar num esforço de construção institucional na faixa político-partidária, tal como o que se viu abortado, ao que tudo indica, na experiência petista. Infelizmente, à parte os inimigos do PT, muitos de nós temos ido de frustração em frustração, numa caminhada melancólica em que os candidatos a herói ou estadista se apequenam.

Mas cabe um alerta mais urgente. As circunstâncias do afastamento de Palocci têm ensejado um endurecimento suspeito do tom de vários comentaristas, que assumiu forma mais atrevida na indagação de um deles sobre quem, na ausência de Palocci, poderá negociar o "acordo com os mercados" que "mantém o PT no poder" - como se a ligação entre o PT no poder e o resultado de eleições democráticas, sejam quais forem as qualificações do eleitorado, fosse irrelevante. Opus-me claramente a interpretações que apontaram "golpe" no eventual encaminhamento de um processo de impeachment de Lula conduzido pelos meios legais. Mas falar de acordo de poder e sua eventual ruptura à margem do processo institucional e eleitoral é brincar com o golpismo. Oxalá não seja mais que brincadeira inconseqüente.

* Fábio Wanderley Reis é cientista político, professor emérito da Universidade Federal

de Minas Gerais e autor do livro Mercado e Utopia (Edusp), entre outros

São Paulo, segunda-feira, 03 de abril de 2006

brasil

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CRISE NO GOVERNO/CERCO AO EX-MINISTRO

Ex-ministro da Fazenda ordenou à CEF violação do sigilo do caseiro Francenildo Costa

Avisado sobre Palocci, Lula só o demitiu após uma semana

KENNEDY ALENCAR
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Uma semana antes de demitir Antonio Palocci Filho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ouviu diretamente do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que ele considerava o então colega da Fazenda o principal suspeito de ter quebrado o sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa.

Segundo auxiliares de Lula, ele cobrou diretamente explicações de Palocci depois de ter sido alertado por Thomaz Bastos na mesma segunda-feira, 20 de março, mas ele negou envolvimento. Na semana que antecedeu

sua queda (dia 27 de março), Palocci dizia em reuniões do governo estar tranqüilo e não ter nenhuma ligação com a violação do sigilo.

O ministro da Justiça não tinha prova da culpa de Palocci, mas a convicção de sua responsabilidade porque conversara com seus dois assessores que estiveram em contato com o então ministro da Fazenda em 16 de março, a quinta-feira em que houve a quebra do sigilo, e no dia 17, a sexta na qual o segredo foi divulgado pelo blog da revista "Época".

Mais: os auxiliares lhe disseram que o então presidente da Caixa, Jorge Mattoso, estivera na casa de Palocci na noite de 16 de março. Em depoimento à PF em 27 de março, Mattoso selou o destino de Palocci ao dizer que lhe entregara em mãos no dia 16 o extrato bancário de Francenildo.

Os auxiliares de Thomaz Bastos que se reuniram com Palocci foram o secretário de Direito Econômico, Daniel Goldberg, e o chefe de gabinete da pasta da Justiça, Cláudio Alencar. Ambos depuseram ontem à PF (Polícia Federal).

Goldberg e Alencar relataram que Palocci pedira que a PF investigasse Francenildo, dizendo ter informação de que o caseiro recebera soma de dinheiro incompatível com a

renda mensal de R\$ 700 e que suspeitava que ele estava a soldo da oposição. Goldberg estava na casa de Palocci quando Mattoso chegou e se reuniu com Palocci. Na sua versão, ele diz que não viu o extrato bancário de Francenildo nem foi informado por Palocci ou Mattoso da violação do sigilo. Os relatos dos auxiliares levaram Thomaz Bastos a considerar o então ministro da Fazenda o principal suspeito. A partir dessas informações, o ministro da Justiça determinou ao diretor-geral da PF, Paulo Lacerda, no domingo, dia 19, que abrisse um inquérito para apurar o crime de violação do sigilo do caseiro. E no dia seguinte, deu ciência ao presidente da sua suspeição sobre Palocci. Lula, porém, teria preferido que a PF obtivesse uma prova concreta antes de julgar Palocci. Isso aconteceu no dia 27, quando o então presidente da Caixa, Jorge Mattoso, disse que entregara o extrato a Palocci. De acordo com um auxiliar direto do presidente, ele deu crédito à negativa de Palocci, então o principal ministro de seu governo e responsável por uma gestão que ele considerava vitoriosa na área econômica. Por essa versão, Lula demorou uma semana a demitir Palocci para evitar cometer uma eventual injustiça e para seguir o ritual legal - as provas.

Enquanto isso, o presidente passou a trabalhar com a hipótese de demitir Palocci e avaliou quais seriam suas opções. No meio da semana, por exemplo, sondou o então presidente do BNDES, Guido Mantega, para a Fazenda.

Procurando um culpado

Além de ter tentado convencer Mattoso a levar a culpa sozinho pela violação do sigilo de Francenildo, como fez até a última hora do dia em que caiu, a Folha apurou que Palocci propôs a seu assessor de imprensa, Marcelo Netto, que assumisse responsabilidade no caso. Netto recusou-se.

Palocci ordenou diretamente a Mattoso a violação do sigilo em reunião no Palácio do Planalto na tarde de 16 de março. Está previsto para depois de amanhã o depoimento do ex-ministro da Fazenda à PF.

São Paulo, segunda-feira, 03 de abril de
2006

brasil

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

CRISE NO GOVERNO/CERCO AO EX-MINISTRO

Assessores de Márcio Thomaz Bastos estavam na casa de Palocci quando extrato de caseiro foi entregue pelo ex-presidente da CEF

Oposição mira agora o ministro da Justiça

ADRIANO CEOLIN

FÁBIO ZANINI

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Com as novas revelações sobre o episódio da quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro que fazia acusações ao ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci Filho, a oposição mudou o tom e já fala abertamente que o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) é a bola da vez do escândalo.

PFL, PSDB e PPS ontem bateram na tecla de que a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa foi uma decisão do governo Luiz Inácio Lula da Silva como um todo e teve, no mínimo, a omissão de Bastos.

"As informações de envolvimento de assessores do ministro da Justiça na quebra do sigilo mostram que há corrupção sistêmica no governo. Todos os que estão ao redor de Lula estão contaminados", disse o líder da oposição na Câmara, José Carlos Aleluia (PFL-BA). Dois assessores de Bastos foram procurados por Palocci para que a Polícia Federal investigasse o caseiro, embora eles neguem ter tido conhecimento da quebra ilegal do sigilo de Francenildo.

Bastos, ao longo de mais de três anos de governo Lula, sempre foi poupado em razão de sua trajetória de criminalista, que já serviu inclusive a pefelistas no pas-

sado.

Agora, não mais. "Eu mesmo defendi o ministro no passado quando foi acusado pelo doleiro Toninho da Barcelona. Mas nesse caso não pode ter trégua. Ele tomou conhecimento da quebra do sigilo e só se opôs quando viu o resultado", afirmou Aleluia.

O PPS apresentou na quarta-feira um requerimento para que a Câmara convoque Bastos a dar explicações ao plenário. O depoimento precisa ser colocado em pauta pelo presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP), e aprovado por maioria simples.

Segundo o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), está claro que a violação do sigilo do caseiro foi uma decisão política do governo. "Até agora, está implícito que o presidente Lula tinha conhecimento."

Para Dias, o maior indício é o fato de Palocci ter dado expediente numa sala a poucos metros do presidente na semana em que a crise foi deflagrada-entre os dias 17 e 27 de março. "Isso nos dá o direito de fazer a ilação de que Lula pelo menos ficou sabendo do que havia acontecido", disse.

O presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais (PFL-PB), afirmou que a comissão vai avançar nas investigações sobre o caso. Mas, por ora, só há planos para convocar o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso para depor. Amanhã, deverá ser colocado em votação requerimento para que Mattoso fale à CPI.

"Ele [Mattoso] é uma fonte importante para contar toda essa história. Ainda não concordo com a convocação

do Palocci. Só vou pensar nisso depois que ele falar na Polícia Federal", afirmou Efraim, referindo-se ao depoimento do ex-ministro marcado para quarta-feira. O relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), espera que Mattoso fale à CPI ainda nesta semana. "É ideal que ele [o ex-presidente da Caixa] preste depoimento o mais rápido possível para a gente conseguir avançar sobre os fatos novos."

Os governistas antecipam uma ofensiva em cima do ministro. "Perderam o respeito, perderam a vergonha ao falar do ministro da Justiça. Estão com o mesmo "modus operandi" que tiveram com o Palocci. Passam meses falando bem do ministro e de repente vão ao ataque", disse a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC).

Além da votação da convocação de Mattoso, a agenda da CPI dos Bingos prevê para nesta semana a acareação entre o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, e o ex-militante petista Paulo de Tarso Venceslau, que o acusa de arrecadar recursos irregulares em prefeituras do PT na década de 90.

Na CPI, Okamoto-ex-tesoureiro do PT-é também investigado por afirmar ser o responsável pelo pagamento de uma dívida de R\$ 29,4 mil do presidente Lula com o partido. Ele diz que usou recursos próprios, mas a oposição suspeita que o dinheiro pode ser oriundo de corrupção.

Na acareação com Venceslau, Okamoto poderá negar-se a falar sobre a dívida de Lula com o PT.

Documento revela como SNI seguia passos de Lula

Em maio de 1981, viagem do então líder sindical ao Rio Grande do Sul foi monitorada por agentes federais, segundo registro obtido pelo 'Estado'

Marcelo de Moraes

Vannildo Mendes

BRASÍLIA

Papéis secretos dos arquivos militares comprovam que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi vigiado clandestinamente pelo serviço de informações do governo quando era líder sindical e dirigente do Partido dos Trabalhadores. Agentes da Polícia Federal do Rio Grande do Sul acompanharam cada passo de uma das passagens do futuro presidente da República por aquele Estado, em 1981, de acordo com um documento confidencial do Serviço Nacional de Informações (SNI), com a data de 22 de maio daquele ano. O documento faz parte dos arquivos secretos do governo militar que foram transferidos para o Arquivo Nacional, em Brasília, e aos quais o Estado teve acesso com exclusividade.

Com o título Atividades de Luiz Inácio da Silva, Lula, no Interior do RS, o relatório de três páginas, acompanhado por recortes de jornais gaúchos, é minucioso. Começa dizendo que "aos 12.05.81, às 14.30 horas, o epigrafado chegou a Rio Grande/RS, onde foi recepcionado com um almoço no Clube Ipiranga".

Na reprodução das conversas e discursos de Lula a que tiveram acesso, os agentes assinalaram que ele não via com boas perspectivas o ano de 1982. "O quadro político e econômico é sombrio", teria dito. Mesmo assim acreditava na possibilidade de eleições diretas para a Presidência da República - o que só ocorreria em 1989.

Lula foi acompanhado por todas as cidades gaúchas por onde passou: "Em Pelotas, na Praça Coronel Pedro Osório, reuniu-se com líderes sindicais e integrantes do PT e após discursou fazendo sérias críticas ao governo e ao Regime, o qual disse ser de corruptos e ladrões."

Em Santa Maria, Lula "tentou conseguir adeptos para o PT, sem sucesso". Diz o relatório: "Não foram conseguidas as adesões esperadas no meio operário e estudantil."

Em Ijuí, o líder petista discursou para cerca de 800 pessoas. "Criticou o uso de terras pelo Exército, que, no seu entender, 'não servem para nada', e o apoio dado pelos demais partidos políticos da oposição por ocasião do episódio das bombas do Riocentro", prosseguiu o texto. "Concluiu fazendo um apelo aos trabalhadores para que se filiassem ao PT."

Outro discurso de Lula em São Borja também está registrado. "Fez uma retrospectiva de sua atuação desde quando iniciou no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, até quando provocou a greve da história do Brasil, ela que conseguiu paralisar 145 mil trabalhadores', segundo suas próprias palavras, e a posterior intervenção 'quando foi tirado da direção' pelo governo."

Os agentes anotaram ainda que Lula criticou os outros partidos de oposição: "Quando chega a hora de falarem pelo povo, eles se omitem."



FOLHA DE S. PAULO

Data: 21/04/05 Pág. _____

HERANÇA MILITAR 42 anos após tomar poder, Força afirma orgulhar-se do passado; quem assina nota é general que parou avião

Golpe alicerçou democracia, diz Exército

PEDRO DIAS LEITE
ALTO COORDENADOR DE ASSUNTOS

No aniversário de 42 anos do golpe militar de 1964, a ordem do dia do Exército, lida para cerca de 200 mil soldados em quartéis de todo o país inteiro, exalta sua atuação ao dizer que "esse Exército orgulha-se do passado". Diz ainda que o golpe ajudou a "alicerçar, em cada brasileiro, a convicção perene de que preservar a democracia é dever nacional".

O 31 de Março insere-se, pois, na História pátria e é sob o prisma dos valores imutáveis de nossa Força e da dinâmica conjuntural que o entendemos. É memória, dignificado à época pelo incontestável apoio popular, e um ícone, vigorosamente, aos demais acontecimentos visíveis, para alicerçar, em cada brasileiro, a convicção perene de que preservar a democracia é dever nacional", diz o final do texto, assinado pelo co-

mandante do Exército, general Francisco Albuquerque.

Antes, em seis pontos começados sempre com "Esse Exército, o seu Exército", a nota destaca o que considera "valores" da Força. "Esse Exército, o seu Exército, orgulha-se do passado, porque nele os valores e postulados da instituição, que se confundem com os da própria nação brasileira, nasceram e se consolidaram", diz o primeiro dos pontos.

O novo ministro da Defesa, Waldir Pires, nomeado ontem para o cargo, disse respeitar a posição de cada um, ao comentar a ordem do dia do Exército. Pires foi um exilado político justamente pelo golpe militar de 1964.

"Não tenho nada a contestar à posição de quem interprete dessa forma a exaltação ao golpe militar. Penho que respeitar a posição de cada um", afirmou.

Segundo ele, "na história temos que consolidar a soberania popu-

lar, a ideia de liberdade e a garantia dos direitos dos cidadãos".

Em outro trecho, a nota de ontem diz que o Exército "considera que esse passado pertence à história e volta-se para o futuro, trabalhando pelo desenvolvimento nacional e empregando a mão amiga de sua gente toda vez que necessidades, urgências e emergências clamam por sua presença".

A nova manifestação do Exército ocorre num momento delicado, já que seu signatário, o comandante Albuquerque, foi alvo de críticas nas últimas semanas, depois de ter supostamente usado o cargo para conseguir embarcar em um avião lotado que já se preparava para decolar. Ele nega e diz que agiu como um cidadão.

Mas não é a primeira vez, já depois da redemocratização, que o Exército utiliza a ordem do dia para defender o golpe. Em 2000, a ordem do dia afirmava que o movimento militar de 64 foi um ato

de "coragem moral" para "restaurar a democracia". Contra a "insensatez" e o "destempero", dizia a nota, os militares mantiveram-se "ao lado da razão".

No ano passado, porém, o Exército adotou, no ano passado, tom bem mais ameno sobre o golpe em sua ordem do dia de 31 de março. Uma nota de meses antes, de outubro de 2004, exaltava a atuação do Exército no golpe e tentava justificar a violência dos militares contra grupos que se opunham à ditadura. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva obrigou o general Albuquerque a se retratar, mas o militar ficou. Quem caiu foi o então ministro da Defesa, José Viegas.

Escaldado com a repercussão da nota de apenas seis meses antes, em 2005 o Exército disse apenas que, quando chamado a agir, "sempre o fez objetivando exclusivamente os mais elevados interesses nacionais".

Nota do general Albuquerque exalta Força

PARTE DA

Leia abaixo a íntegra da nota divulgada ontem pelo comandante do Exército, general Francisco de Albuquerque.

Uma nação amadurece, se aprimora e se afirma quando consegue construir, por vontade própria, sua História. E História só se escreve com maiscula quando acontecimentos marcantes se afastam das paixões do momento e passam pelo crivo da imparcialidade e da equidistância das partes envolvidas.

A trajetória de nosso país pós-independência é plena de acontecimentos que contribuíram, de forma direta ou indireta, para o processo de solidificação das instituições. O tempo e o espírito cívico de nossa gente permitiram que crescéssemos em busca de um futuro mais justo.

Nos cenários de cada época, do Império até os dias atuais, podemos assistir à construção de um Exército que é parcela ativa da sociedade brasileira, representado em suas fileiras por todos as camadas sociais, segmentos raciais, credos religiosos e totalmente afinado com os

empregando a mão amiga de sua gente toda vez que necessidades, urgências e emergências clamam por sua presença.

Esse Exército o seu Exército recebeu e recebe, de braços abertos, em suas casernas, sucessivas graças, para lhes transmitir, de forma inigualável, lições de patriotismo e exemplos de servidão cívica, de abnegação irrestrita, de ética e de probidade.

Esse Exército o seu Exército, juntamente com Marinha e Aeronáutica, sabiamente garantiu e garante a soberania e a integridade nacionais, em clima de paz e tranquilidade, baseado no respeito aos vizinhos e na autoderminação dos povos, mas também na dissuasão silenciosa, na eficácia evidente e na competência reconhecida.

Esse Exército o seu Exército emprega diariamente aquilo que possui de mais valioso, a energia e a dedicação de seus integrantes, soldados e servidores civis, homens e mulheres, em prol da construção de um amanhã melhor.

Esse Exército o seu Exército conciliador sem perder a altivez, generoso com os vencidos, nobre nas atitudes, respeitador da lei, avesso aos ressentimentos, humilde legítimo que é do Duque de Caxias, nosso Patrono maior, o Pacificador.

Nesse contexto, o 31 de Março insere-se, pois, na História pátria e é sob o prisma dos valores

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 21/04/05 Página: _____

Ciro deixa o cargo acusando oposição e 'burguezóides' da OAB de golpismo

Leonáncia Nossa
BRASÍLIA

Ciro Gomes deixou o Ministério da Integração Nacional ontem do jeito que mais gosta. Rodeado de funcionários da pasta e aliados, ele acusou os "amigos e inimigos" da oposição e "seis burguezóides" da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de tentarem criar um clima de golpe. O ex-ministro e candidato a deputado pelo PSB do Ceará disse que preferia nem visualizar o ce-

nário político se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tivesse usado o poder "moral" e "político" de pedir apoio à população para garantir o respeito à sua figura. "Ele não fez isso. A nossa sorte é que ele é sereno e contido", afirmou. "A agenda do País não pode ser monopolizada por esse enfrentamento moralista e picareta, não perdoo mesmo."

Pela primeira vez, Giro reconheceu erros políticos. O ex-ministro confessou ter errado na eleição presidencial passada.

"Se eu fosse esse monstro, maluco que construíram na campanha, e quero confessar que ajudei nisso, pois cometi erros, jamais teria essa vida."

Depois, atacou, como de costume, os tucanos. "O PSDB de São Paulo quer me calar pela chantagem dos processos", disse. "Tudo que eu falo o senhor Fernando Henrique e o senhor José Serra entram com processo sem pé nem cabeça."

Ciro relatou ter enviado carta a Lula para ressaltar que fez par-

te de um governo "com um compromisso ético intransigente". Lembrou que o presidente demitiu o "homem mais poderoso", referindo-se a Antonio Palocci, ao perceber que houve "transgressão" no governo.

Na avaliação de Giro, 80% dos ataques sofridos pelo governo tiveram caráter eleitoral, 10% foram por causa de problemas reais e outros 10% por vingança. Afirmou que a OAB promoveu uma exposição demagógica ao convidar o caseiro Francenildo dos Santos Costa para um evento em defesa da ética. "Eles chamam o Francenildo de caseiro como tática." Mas ressaltou que o "poderoso" que violou seu sigilo bancário demonstrou falta de estudo e burrice. ■

O GLOBO

Data: 03/04/06 Página: _____

Kalachnikov e Lula

DENIS LERRER ROSENFELD

Kalachnikov, o célebre inventor do fuzil AK 47, era filho de pequenos agricultores, que foram deportados para a Sibéria, naquele grande movimento de "reforma agrária", que foi "solucionado" pelo envio à Sibéria e ao Gulag, aos campos de trabalhos forçados, de milhões de pessoas que lá morreram. Ele mesmo, criança, foi deportado com sua família. Seu pai morreu de exaustão e seu irmão foi para um desses campos de trabalhos forçados. Contudo, toda a sua vida de sucesso enquanto projetista de armas se baseou no esconder o seu passado de "evadido", de "inimigo do povo", pois poderia voltar para onde tinha saído. Sua "culpa" residia em ser filho de pequenos agricultores, que acreditavam na propriedade privada.

Ardilosamente, conseguiu se impor graças a seu gênio, ocultando a sua história pessoal e familiar. Chegou a ganhar o Prêmio Stalin e o de Herói Socialista, numa curiosa situação em que um "servo" opta por se colocar a serviço do seu "senhor", daquele que era, inclusive, responsável pela morte de seu pai. Temos um caso que poderíamos denominar de "servidão voluntária", para retomarmos esse termo de La Boétie e, também, de Lutero. Tão profunda foi essa renúncia à liberdade que ele chegou a declarar: "Nunca liguei a tragédia que atingiu nossa família à pessoa de Stalin. Achava que a culpa cabia aos pequenos funcionários locais" ("Rajadas da história". Jorge Zahar Editor, 2005). A mentalidade stalinista tinha nele se enraizado.

Quando ficou claro que Nildo, o caseiro da mansão também denominada República de Ribeirão Preto, ti-

nha tido o seu sigilo violado, a sua vida privada invadida e estava sendo investigado pela Polícia Federal, o governo, achando que poderia ainda escapar do autoritarismo que escancarava, "decidiu" investigar. Essa "decisão", assaz estranha, só foi manifesta pelo presidente Lula na quarta-feira, quando na quinta anterior o então ministro Palocci já tinha recebido em sua casa o extrato bancário violado do caseiro, entregue em serviço expresso e personalizado pelo ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso. Seguindo suas respectivas cartas de renúncia, a "legalidade" teria sido preservada, salvo se for, evidentemente, a "legalidade socialista" que eles teriam gostado de ver implementada.

O presidente, mais uma vez, finge nada saber, encobrendo a sua responsabilidade e fazendo como se nada lhe dissesse respeito. O ministro, naquele momento, continuava dizendo que desconhecia o extrato do saldo bancário e o presidente da Caixa, por sua vez, pedia 15 dias para a averiguação, quando ele tinha sido o próprio autor da violação. Uma esquizofrenia real adotava a forma da "normalidade" administrativa, como se a sociedade brasileira ainda acreditasse na pureza ética do PT.

Essa sucessão de mentiras, própria de um governo que revela o seu DNA autoritário, voltado para a perseguição de um trabalhador que ousou dizer a verdade, tinha um propósito específico: encontrar um bode expiatório, de preferência um funcio-

nário menor desse banco estatal, encontrar o "funcionário local", pois o governo dos "trabalhadores" jamais poderia fazer uma coisa dessas.

Talvez o mais importante que esteja acontecendo é que a mudança petista e governamental está sendo vista e julgada.

A própria cobertura dos meios de comunicação mostra que esse governo está fazendo exatamente o contrário do que apregoou durante décadas. O positivo da situação atual consiste em que a sociedade reage, mostra desgosto e indignação, manifesta a sua perplexidade e abre cami-

A sociedade reage,
mostra desgosto
e abre caminho
para que o Brasil
possa ser outro

nho para que o Brasil possa ser outro. Os parâmetros morais foram autonomizados, passaram a pertencer a toda a sociedade, que a partir deles julga, não sendo mais de propriedade partidária. Graças a eles, o governo, depois de procurar durante dias um bode expiatório pelo crime da violação, teve de se curvar a uma opinião pública

que clamou pela indicação dos responsáveis por tal crime.

Se os meios de comunicação não tivessem tido uma participação tão firme, lutando pela concretização das liberdades democráticas, o governo teria mais uma vez se utilizado de subterfúgios para se desresponsabilizar daquilo que fez. O autoritarismo teria dado um grande passo. Agora, a democracia se afirma em nosso país.

DENIS LERRER ROSENFELD é professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vivemos a era dos sobressaltos. A cada dia que passa, novas e sempre chocantes notícias envolvendo o poder público e suas instituições vêm à tona, assustando e deprimindo a cidadania. Quem lê as manchetes dos jornais dos últimos três dias supõe que a política brasileira passou definitivamente à esfera policial. Um a um, Senador Heráclito, vêm caindo os principais personagens do Governo Lula, envolvidos em escândalos que depreciam a República e desgastam a já de si combalida imagem dos homens públicos.

Já no primeiro ano de Governo, tivemos o escândalo Waldomiro Diniz, flagrado achacando um empresário da jogatina. Não se tratava de um funcionário público qualquer. Waldomiro Diniz era simplesmente o subchefe da Casa Civil da Presidência da República, petista histórico, braço direito do Ministro José Dirceu, que, àquela época, era uma emulação do próprio Presidente Lula.

Waldomiro era chamado no Congresso – onde agia como articulador político da Presidência da República – de ministro, tal sua proximidade com o Ministro José Dirceu. Depois do flagrante, vieram a demissão e as juras do Ministro e do Presidente da República de que nada sabiam. Nem mesmo conheciam direito Waldomiro Diniz, apesar de um convívio de mais de duas décadas.

Já naquele primeiro episódio estavam presentes todos os ingredientes que compareceriam nos escândalos posteriores: o procedimento reativo do Governo, tentando barrar as investigações; a alegação de desconhecimento por parte das autoridades responsáveis; e a tentativa de depreciar os acusadores.

Como todos se recordam, a Maioria governista barrou nesta Casa a CPI do Waldomiro Diniz (que é a CPI dos Bingos), o que nos obrigou a recorrer ao Supremo Tribunal Federal para garantir esse direito inalienável da Minoria.

Quando o Supremo deferiu nossa postulação, um ano depois, já estávamos em pleno escândalo decorrente das denúncias do ex-Deputado Roberto Jefferson. Duas outras CPIs já funcionavam – a dos Correios e a do Mensalão. Desde então, e até este presente momento, o noticiário político tem estampado

todo o lamaçal que corre, submerso, pela Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes.

De nossa parte, à frente da CPI dos Bingos, temos enfrentado as mais duras resistências a que a verdade seja apurada – quer por parte da Bancada governista no Congresso, quer por parte do próprio Governo, que chegou ao requinte de ir ao Supremo Tribunal Federal para barrar o depoimento do caseiro Francenildo Costa.

A reação do Presidente Lula, em cada um desses casos, tem sido patética. Inicialmente, defende o auxiliar acusado, garantindo que o manterá a qualquer custo. A seguir, diante da evidência de culpa, demite-o e diz que nada sabia. Em alguns momentos, diz que foi traído, mas não aponta os nomes dos traidores.

Foi assim com José Dirceu. Foi assim com Antonio Palocci. Foi assim com a cúpula do PT, composta por gente de sua mais estrita intimidade e confiança: José Genoíno, Delúbio Soares e Sílvio “Land Rover” Pereira.

Com Luiz Gushiken, que integrava o núcleo duro palaciano, foi um pouco diferente: perdeu inicialmente o **status** de ministro, tornou-se secretário e, por fim, assessor. Sr. Presidente, é possível que, ao final do Governo, Gushiken ainda acabe contínuo do Palácio. A cada acusação, um rebaixamento.

A bola da vez, segundo informam os jornais, é agora o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. E isso é assustador! Quando o Ministro da Justiça, chefe da Polícia Federal, está no centro de graves suspeitas relacionadas a um crime de Estado, a quem iremos recorrer, Senador Pavan? Será que teremos de recorrer ao bispo?

Usando palavras do Senador Mão Santa, atentai bem! Tenho aqui em mãos um texto do *site* da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, com os subtítulos: “Crise ética” e “Na ante-sala de Thomaz Bastos”. Diz o texto:

Depois de fazer ruir a cúpula da equipe econômica, a crise bate agora na porta do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. No final da manhã de ontem, dois funcionários de confiança do ministro prestaram depoimento na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília.

Atentem bem: “No final da manhã de ontem”, ou seja, domingo!

Por cerca de quatro horas, o Delegado Rodrigo Gomes ouviu o Secretário de Direito Econômico, Daniel Krepel Goldberg, e o chefe-de-gabinete do ministro, Cláudio Alencar. Os dois confirmaram que estiveram na casa de

Antonio Palocci, no dia em que ele recebeu o extrato do caseiro Francenildo Costa.

Pois bem, mais adiante o próprio *site* da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal diz o seguinte:

Perguntas.

A resposta da dupla não veio de imediato. Na manhã seguinte, eles voltaram à casa de Palocci para avisar que não poderiam investigar o caseiro. Assim o caso foi relatado ao delegado Rodrigues Gomes, ontem. Dono de uma fixa limpa na polícia e na Justiça, até aquele momento não pesava nada contra Francenildo.

O texto levanta as seguintes hipóteses:

A versão relatada por Alencar e Goldberg protege o Ministério da Justiça, mas, ao mesmo tempo, guarda pelo menos dois pontos de interrogação. O primeiro: Palocci pediria investigação contra o caseiro sem mostrar a movimentação financeira de Francenildo?

Essa é a primeira pergunta. Na presença dos dois assessores do Ministério, questiona-se se o Ministro Palocci pediria a abertura dessas investigações contra o caseiro se não estivesse com o extrato, com a quebra do sigilo do caseiro.

Segunda pergunta:

E, depois: a dupla poderia tomar uma decisão como essa sem consultar o ministro Márcio Thomaz Bastos?

Essa é a pergunta que não está respondida. Temos de tentar descobrir esses fatos, responder essas perguntas, na hora exata, na CPI dos Bingos.

Eu, pessoalmente, não acredito que os dois assessores do Ministro tivessem autonomia para abrir essa investigação sem conhecimento do Ministro. Eu, pessoalmente, não acredito.

Senador Heráclito Fortes, é a credibilidade pública que está em jogo. Vamos analisar o seguinte: a cidadania brasileira ainda se recuperava do impacto da demissão do Ministro da Fazenda e do Presidente da Caixa Econômica Federal, quando a imprensa começou a reconstituir os bastidores daquele crime: a quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, conterrâneo do Senador Heráclito Fortes. E me parece que também quebraram o sigilo bancário – estamos investigando – do pai biológico de Francenildo. É o que informa, agora, a revista **Veja**: a quebra do sigilo bancário do pai biológico de Francenildo, o empresário piauiense Eurípedes Soares da Silva. Aí

não, Senador! Foram dois crimes, em vez de um: o do pai e o do filho.

Há aí, segundo a imprensa, uma aliança operacional espúria, vinculando o então Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e seus assessores, ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e seus assessores, na operação criminosa de quebra ilegal de sigilo bancário. É o que afirma a revista **Veja** do último final de semana.

É a credibilidade pública do sistema financeiro brasileiro que esses personagens estão pondo em risco. E isso é gravíssimo, pois o que dá sustentação ao sistema financeiro é, antes de mais nada e acima de tudo, a credibilidade.

Que garantias tem agora o cidadão contribuinte brasileiro de que seus direitos de sigilo bancário serão preservados? Como diz o ditado, quem faz um cesto, faz um cento. Se é possível, num estalar de dedos, quebrar o sigilo de dois cidadãos, então todos nós estamos em risco.

O mais grave, segundo a revista **Veja**, é que esses senhores, diante da repercussão negativa da operação criminosa, tentaram subornar funcionários de escalões subalternos para que assumissem publicamente a responsabilidade.

A oferta, segundo a revista **Veja**, era de R\$1 milhão. Pagariam R\$1 milhão ao funcionário que se dispusesse ao papel de bode expiatório.

De onde sairiam esses recursos? Da própria Caixa Econômica? Da verba do mensalão? De empresários da jogatina? Do Sr. Paulo Okamoto, o doador universal? Alternativas, ao que parece, não faltam.

O importante é que nenhum funcionário se dispôs ao suborno, não obstante a expressividade do prêmio, o que mostra que, neste momento, há mais gente qualificada moralmente na base do serviço público que propriamente em seu comando.

Volto a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: a cidadania está assustada. Que mais falta nos acontecer?

Soube, pelos jornais, que o Sr. Paulo Okamoto, cuja resistência ao depor na CPI dos Bingos já equivale a uma confissão de culpa, vai recorrer ao Supremo para que, na sua oitiva, seja poupado de responder perguntas a respeito de suas relações com o Presidente Lula.

Não creio que o Supremo acataria tal aberração. E devo dizer que não acatou. Acabei de receber a informação de que o Supremo não acatou essa decisão. O Ministro Sepúlveda Pertence, Relator, foi claro e disse que não podia prever o que perguntariam os Srs. Senadores, e não poderia cometer esse tipo de aberração.

Parabenizo S. Ex^a. Às vezes, venho aqui e critico; mas, no momento de parabenizar, eu também o faço.

Sr. Presidente, o Supremo não acataria tal aberração. Nesse rumo, acabaremos interrogando o Sr. Okamoto a respeito da escalação da Seleção Brasileira para a próxima Copa do Mundo. Enfim, coisas dessa natureza é o que íamos fazer na CPI, mas, graças a Deus, o Supremo, mais uma vez, tomou uma decisão, e agora, tenho certeza, poderemos fazer a nossa acareação amanhã, às 11 horas e 30 minutos. Já está marcada por este Presidente, na CPI dos Bingos.

Lamentavelmente, é este o ambiente político que precede as próximas eleições gerais, festa máxima da democracia, hoje vista como uma cerimônia fúnebre.

Constato...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Peço a V. Ex^a que conclua, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Constato que até figuras historicamente vinculadas ao PT já não conseguem esconder sua indignação e perplexidade.

Cito, a propósito, o jurista Dalmo de Abreu Dallari, em entrevista ao **Estado de S. Paulo** deste domingo. Depois de lembrar que jamais vira um partido com tamanho alicerce na população, Dallari constata que o PT abandonou completamente aqueles vínculos. E cita o episódio que resultou na expulsão da nossa companheira Senadora Heloísa Helena, frisando que era ela quem estava coerente com os princípios do programa partidário – e não o partido.

Outro personagem respeitável, o Professor Leôncio Martins Rodrigues, em entrevista à **Folha de S. Paulo**, afirma que “o grau de corrupção foi bem mais elevado, mais extenso e organizado no Governo Lula do que em governos anteriores”. Sua explicação para esse fenômeno coincide com o que pessoalmente penso.

Diz ele:...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, para concluir.

“O PT foi mais voraz e ambicioso porque tinha também um projeto de continuar no poder por mais alguns mandatos e tinha que amealhar mais recurso”.

É disso que se trata, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores: um botim organizado ao Estado para perpetuar-se em seu comando.

Essa a síntese de todo esse lamaçal, que transformou o Congresso e as instituições republicanas numa delegacia, e deu ao noticiário político o tom clássico – e deprimente – das reportagens policiais.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, o Sr. Alberto Silva, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan, do PSDB, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, na verdade, eu gostaria de ter feito um aparte ao brilhante pronunciamento do Senador Efraim Morais, mas, por consideração ao tempo de S. Ex^a, não o fiz.

Tenho aqui um pronunciamento referente ao transporte em nosso País.

É de senso comum, entre todos nós, que este País tem condições de crescer muito mais do que as taxas que vem obtendo nos últimos anos.

Gigante adormecido, amargando erratically décadas perdidas, o Brasil padece, ainda, de graves e diversos problemas que nos impedem de ver afirmada a sua pujança econômica, nestes tempos de acirrada disputa econômica internacional.

E um deles, Sr. Presidente, com toda a certeza, é a nossa precária infra-estrutura de transportes de cargas. Construída com base em escolhas modais equivocadas, sofrendo paralisia de investimentos e manutenção claudicante, a malha brasileira encarece nossos produtos e prejudica a competitividade deles lá fora.

Apesar de possuímos um imenso litoral com mais de nove mil quilômetros de extensão, o transporte marítimo em nosso País ainda é subutilizado, a despeito do crescimento verificado nas últimas décadas. Sua participação no movimento de carga registrado no Brasil está por volta de 12%, número bastante aquém para as potencialidades naturais de nosso território, cuja população litorânea representa 80% do total nacional.

Oral, tal modalidade representa muito menos riscos e custos para a escoamento de nossa produção, seja ela exportadora ou voltada para o mercado interno. Acidentes, roubos de carga, poluição e a má conservação das estradas nos obrigam a refletir sobre o porquê de não incentivarmos mais a utilização de nossos por-

tos, inclusive para cabotagem, em vez de insistirmos em sobrecarregar o transporte rodoviário.

A verdade é que, se somos, atualmente, uma potência agrícola, com ambições de nos tornarmos, efetivamente, o celeiro do mundo, não há outra saída senão investirmos na modernização e adequação de nossos portos. O custo do frete no Brasil, por vezes, chega a mais de 100% do valor da mercadoria, enquanto em países europeus tal proporção raramente ultrapassa a casa dos 40%. É claro que fica absolutamente difícil competirmos dessa forma, tendo em vista que ainda enfrentamos a concorrência desleal dos produtos subsidiados.

A inadequação de nossa infra-estrutura portuária engloba a falta de armazéns e equipamentos de transbordo, deficiência de áreas para a movimentação retroportuária, mão-de-obra desqualificada e frota insuficiente e ultrapassada, notadamente na navegação de cabotagem.

E se nada for feito nos próximos anos, meus caros colegas, para mudar o atual quadro, correremos seriamente o risco do chamado “efeito pororoca”, ou seja, do produto sair do campo, chegar ao porto e ter de voltar por falta de condições para o seu despacho.

Cálculos feitos por empresas do setor indicam que as deficiências portuárias de armazenamento e transporte resultaram em perdas de até 13% da safra de grãos entre 1997 e 2003, o que equivale a mais de 81 milhões de toneladas. Ora, imaginem quantos programas “Fome Zero” poderiam ser feitos com essa quantidade de alimentos!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, moramos em um país de dimensões continentais, e nossa carga, de forma geral, é pesada e possui baixo valor agregado, costumando rodar grandes distâncias. Por isso, a falta de investimento gera sérios prejuízos, prejudicando nosso País. Portanto, não nos parece minimamente sensato que continuemos negligenciar os investimentos nos modais de alta capacidade, como ferrovias e hidrovias, e a sobrecarregar nossa já extenuada e esgotada malha rodoviária.

O Governo precisa sair do palanque, parar de fazer *marketing* eleitoral com ridículas operações “tapaburacos” e agir seriamente, para que não tenhamos comprometida, por deficiências em infra-estrutura de transportes, nossa escalada no comércio mundial.

Sr. Presidente, estamos vendo, pela mídia do *marketing* político do Senhor Presidente, que se está investindo nos portos do nosso País, mas, na verdade, existe muita mídia, existe realmente uma falácia por parte do Governo de que há os investimentos devidos nos portos. No entanto, estamos vendo os nossos empresários reclamarem que o Governo precisa aplicar

com mais seriedade pelo menos o que existe no Orçamento, para que tenhamos condições de usar nossos portos, usar toda a capacidade oferecida por eles.

Sr. Presidente, eu gostaria de relatar que recebemos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, eu pediria que V. Ex^a encerrasse, por gentileza.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para encerrar.

Eu gostaria de relatar que recebemos inúmeros documentos enviados por empresários do nosso País, de empresas que exportam para o mundo afora. Eles nos dizem que, lamentavelmente, o Governo usa uma mídia e um *marketing* de que existem realmente investimentos para os portos do Brasil inteiro. O que existe é o direcionamento para um ou dois portos – quanto àqueles que recebem benefícios, agradecemos. No entanto, existe falta de vontade política por parte do Governo para realmente colocar os recursos aprovados no Orçamento nos portos do nosso País. Fazemos esse chamamento a pedido dos próprios empresários que exportam.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, eu pediria a compreensão de todos, pois a previsão de encerramento da nossa sessão é às 18 horas e 30 minutos e estão inscritos ainda o Senador Ney Suassuna, que vai falar agora; o Senador Alvaro Dias, que não estava presente; o Senador Edison Lobão, que está ao meu lado; o Senador Leomar Quintanilha; a Senadora Ana Júlia Carepa, que se inscreveu depois; o Senador Heráclito Fortes; o Senador Cristovam Buarque, que veio aqui e pediu a inscrição; e o Senador Alberto Silva. São esses os inscritos. Se todos nós obedecermos ao horário, evidentemente vamos ter condições de dar a palavra a todos.

Assim sendo, vamos ser um pouco rigorosos com o horário.

Concedemos a palavra ao Senador Ney Suassuna, do PMDB da Paraíba, por dez minutos improrrogáveis.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns pela medida! É muito bom que V. Ex^a aja assim porque hoje li vários jornais falando sobre a queda de audiência da TV Senado, em face dos discursos repetitivos, poucas propostas e muita briga. Enfim, cada jornal dizia uma coisa diferente. Temos é que falar mais ainda sobre os problemas que afligem o nosso povo.

Acabamos, como dissemos ainda na semana passada, de fazer uma pesquisa qualitativa em nosso Estado e, nesse final de semana, percorremos não só bairros da capital, mas também cidades do interior e nos impressionamos como a pesquisa qualitativa coincide com o pedido dos cidadãos que se aproximam de nós, que conversam conosco e com as Lideranças.

O primeiro item solicitado, seja no interior, seja na capital, é emprego. São as mães de família que pedem. São os jovens, os mais velhos, cada um olhando para uma ótica diferenciada. Alguns dizem: "Não tenho como arrumar emprego porque já passei dos 40. Outros dizem: "Estou atrás do meu primeiro emprego e não consigo porque não tenho experiência". Enfim, a situação emprego é calamitosa em todo o Nordeste. E não é para menos. Perdemos a nossa Sudene, que hoje é só o arremedo do que foi. Não mais gera a alavancagem que precisávamos para novas empresas.

Algumas prefeituras, como é o caso de João Pessoa e Campina Grande, estão fazendo microempréstimos. Buscamos os convênios dessas prefeituras com o BNDES, com bancos sociais, para ver o que podemos fazer para promover o desenvolvimento.

Estamos brigando para a instalação do biodiesel para gerar mais recursos na área rural porque perdemos a cultura do algodão, que praticamente sumiu, a do agave e até mesmo a do abacaxi; mas apesar da força que estamos fazendo para o pólo calçadista, o pólo cerâmico e o de confecções, é insuficiente a oferta de empregos. Estamos brigando para ter empresas de maior porte, algo que possa gerar mais empregos, como é o caso, por exemplo, desse pólo petroquímico; estamos brigando para que a Paraíba tenha, mesmo que seja pequeno, mesmo que seja um embrião. Precisamos criar uma mudança para que os que querem trabalhar tenham esperança de conseguir um emprego.

O segundo item de maior clamor, Senador Heclito, é o da educação. Para nossa alegria e surpresa, todas essas cidades querem hoje uma expansão da universidade. Além de quererem a melhoria dos antigos primeiro e segundo graus, querem também a interiorização da universidade. Estamos brigando por isso. É pena que hoje eclodiu uma greve do professorado estadual da Paraíba, o que atrapalha um pouco a nossa área de ensino. Mas, em relação à expansão universitária, já foi implantado o Campus de Cuité, conseguimos os professores para Sumé, Mamanguapi, Rio Tinto e Pombal. A universidade está se interiorizando, mas o clamor é grande para que vá para outras cidades como Itaporanga, como Piancó, como Souza, como Cajazeiras e assim por diante.

O terceiro item de maior clamor é o da saúde. Na saúde, Sr^{as} e Srs. Senadores, está havendo uma coisa interessante: começou a funcionar em todas as Prefeituras o PSF – Programa Saúde da Família. Em conseqüência, muito mais doentes tiveram diagnósticos corretos de sua doença; e os hospitais especializados, por exemplo, o de oncologia, passaram a receber levas de doentes, um aumento de 15% a 20% em média. Foi por essa razão que tivemos o problema sério do Hospital Laureano com aquela famigerada lista da morte: 160 pessoas estavam na lista para receber remédios, mas não os obtiveram.

Vejam, o SUS não tem sido mal, embora pague muito pouco aos médicos: hoje, uma receita médica está valendo R\$2,50; hoje, uma cesariana, que tem que ter pré e pós-parto, está custando R\$100,00; só mesmo os tratamentos mais sofisticados é que têm pagamento razoável. Fora isso estamos sem dinheiro para atendimento e para medicamento. Por quê? Porque o PSF passou a funcionar como um descobridor e um indicador dos doentes para a especificidade nos hospitais. É incrível o que está acontecendo na área da saúde. E, numa hora como essa, estamos vendo vulnerabilidades também incríveis. Por exemplo, o nosso hospital de oncologia em João Pessoa, o Napoleão Laureano, não tem dosímetro; as doses para quimioterapia são laboradas em São Paulo e remetidas de volta para a Paraíba. Esse é um equipamento caro, mas não impossível de se comprar. Não tem no Rio Grande do Norte, não tem em Pernambuco, não tem na Paraíba.

O quarto item mais preocupante é a segurança, a violência nas cidades, os assaltos nas estradas, isso está grassando em todo o Nordeste e em todo o Brasil. Até mesmo seqüestros, que não tínhamos, já começam a aparecer no Nordeste; ataques a bancos estão sendo corriqueiros.

Esses são os quatro itens que mais afligem a nossa população. Estamos extremamente preocupados em atender a demanda, principalmente na área da educação, que está indo bem, e na área da saúde; mas não vemos esperanças, de curto prazo, na área dos empregos.

Fora isso, o clamor que ouvi no interior do meu Estado foi por água. Em certa região, Sr. Presidente, ainda no Curimataú não temos água e os carros-pipas estão fazendo falta. Deixo o registro, estou indo hoje ainda ao Ministério da Integração Regional para pedir, por exemplo, para cidades como Algodão de Jandáira, onde falta água completamente. Na verdade, em relação a todo o Curimataú.

Outro ponto são as sementes, que não chegaram a tempo e a hora. As áreas molhadas do Estado ainda

não receberam as sementes; falta rapidez nessa distribuição. E essa famigerada dívida agrícola que precisamos resolver aqui, no Senado, ou seja, no Congresso rapidamente. Mas precisamos que o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, que devem depor nesta semana na Comissão de Agricultura, suspendam as execuções, que continuam. Eu fiquei muito mal impressionado, Senador Antonio Carlos, quando ouvi do Presidente do Banco do Nordeste nesse final de semana na cidade de Guarabira: “Estou entre a cruz e a espada porque forças, poderes acima de mim me deram uma diretiva. Qual é? Se eu não cobro, o banco paga uma multa de 3% sobre a dívida cheia”. E nós vimos um exemplo que nos arrepiou. Qual é o exemplo? Uma dívida de R\$14 mil, feita uma dezena de anos atrás, hoje está em R\$12 milhões. Qual é o agricultor que pode pagar isso? E os 3% que o banco vai ter de pagar de multa é sobre os 12 milhões. Isso é inusitado e nos faz arrepiar. Então toma-se uma terra que não vai produzir nada, porque na mão do banco, faz-se o quê? Será que os bancários vão lá arar a terra, plantar e colher? É óbvio que não. Vão vender? Vender pra quem? Essa é uma distorção que precisa ser corrigida.

Quero cumprir o prazo, Sr. Presidente, por isso paro por aqui, dizendo que essas foram as necessidades básicas que mais causam aflição em meu Estado, e nós estamos agora buscando ações para cada uma. Eu só não vejo no curto prazo, e com tranqüilidade, a solução mais urgente quanto aos empregos, porque isso demanda um prazo maior, a não ser na agricultura, que gera empregos com mais rapidez. Mas para isso não estamos tendo as sementes a tempo e hora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Sousa. PMDB – MA) – Voltando à lista, concedo a palavra ao Senador Edison Lobão. S. Ex^a era o quarto da lista de oradores e falará apenas por cinco minutos.

Em seguida, de acordo com a lista, concederei a palavra ao Senador Alvaro Dias, que também não vai ultrapassar o seu tempo.

Com a palavra o Senador Edison Lobão, do PFL do Maranhão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores foi recentemente divulgado que o BNDES criou uma nova linha de financiamento que atenda a problemas logísticos que estão entrando o planejamento das ferrovias que se implantam no Brasil. Três das concessionárias já foram enquadradas pelo Banco para empréstimos que totalizam 650 milhões de reais.

Nessa problemática ferroviária, jamais me conformei com o abandono a que foram relegados os nossos

trens. Recorde-se que, historicamente, o Brasil distinguiu-se no Século XIX e primeiras décadas do Século XX por se incluir entre os países que acreditaram na força econômica das ferrovias.

Infelizmente, em má hora abandonou essa diretiva.

Sr. Presidente, sempre me pareceu um crime a retirada de trilhos, em solos e túneis já assentados em longas datas, nos inúmeros e tradicionais trechos aleatoriamente definidos como anti-econômicos. Crime de lesa-pátria não terem sido energicamente combatidas as invasões desses trechos e de outros imóveis da então Rede Ferroviária Federal, paralelamente aos furtos de material e à desativação das suas oficinas de manutenção.

À época da sua privatização, a Rede Ferroviária ainda ostentava um formidável patrimônio de bilhões de dólares, o que dá uma idéia da soma incalculável perdida pelo país por descuidar, durante décadas, da sua conservação. Não soubemos sequer manter o patrimônio ferro-carril, que começou a ser construído pelo Barão de Mauá com as duas primeiras ferrovias inauguradas em 1854 – ligando o Rio de Janeiro a Petrópolis, com 51,7 quilômetros – e em 1889, com a Estrada de Ferro D. Pedro II, dando início mais tarde aos trilhos da inesquecível Central do Brasil.

Creio que data de 1988 o meu primeiro discurso, no Senado, em torno desse assunto. E inúmeros outros se têm seguido, muitos dos quais demonstrando a importância fundamental da ferrovia Norte-Sul para o nosso País.

Sempre insisti que ainda era tempo de se investir no sistema ferroviário; debruçar-se sobre as pesquisas e procurar as soluções ferroviárias brasileiras para as condições brasileiras, pois delas necessitamos para alavancar o desejado e tão difícil desenvolvimento.

Num dos debates que aqui travamos sobre esse tema, recebi apartes que muito valorizaram minhas reflexões. Entre eles, o do Senador Ramez Tebet, que, referindo-se à Rede Ferroviária Federal, disse da sua decepção com o exemplo do trecho entre Bauru, São Paulo e Corumbá, em Mato Grosso do Sul, então já privatizado. Informou que tal trecho estava inteiramente sucateado. Denunciou que, naquele trecho ferroviário, não se zelava sequer pelo patrimônio ali existente. Confirmou que os dormentes estavam sendo roubados, os vagões apodreciam e as velhas locomotivas, abandonadas. Um patrimônio que em pouco tempo acabaria por desídia.

Todos sabemos que o saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, no seu inesquecível governo, conferiu prioridade à política rodoviária cujo êxito, ligando os

principais centros econômicos, deu um enorme impulso ao nosso desenvolvimento.

Acontece que o Brasil, à época, já tinha o seu sistema ferroviário, deficiente, mas produtivo. E urgia, portanto, a ação rodoviária, sem o abandono da ferrovia.

Por outro lado, era freqüente a informação de que JK, em um segundo mandato para o qual se preparava, iria conferir, entre as novas metas, prioridade para a atualização da nossa malha ferroviária.

Durante anos, vimos caminhando na contramão da história. Trens europeus e norte-americanos, em equipadas composições de cargas e de passageiros, movimentam riquezas e passageiros em segurança, conforto e rapidez. Um dos mais novos e audaciosos empreendimentos europeus foi a notável construção do Eurotúnel, que une a França à Inglaterra. Enquanto isso ocorria, a nossa rede ferroviária federal afogava-se em dívidas. Suas locomotivas eram desativadas e “canibalizadas”, dando-se curso à arrancada de trilhos e às invasões de bens públicos.

Sr. Presidente, em atenção às recomendações de V. Ex^a, concluo aqui o meu discurso, pedindo-lhe a gentileza de receber o restante dele como lido.

Muito obrigado.

SEGUE CONCLUSÃO DO DISCURSO DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Nos dias atuais, quando renasce a óbvia conclusão de que o Brasil precisa de um sistema ferroviário, as novas empresas defrontam graves problemas de engenharia e de logística que não existiriam se nossas autoridades tivessem tido, a tempo e a hora, a responsabilidade de zelar por nosso patrimônio ferroviário.

Aliás, entre as atuais empresas concessionárias, há uma (a Brasil Ferrovias) que está à beira da falência e outras, negociadas para terceiros interessados. Falta-lhes o apoio oficial mais consistente, a começar pelo ônus tributário, que esgota seus capitais.

No que se refere à citada linha de financiamentos do BNDES, que se destina a soluções logísticas, dirigentes ferroviários já alegaram em entrevistas à imprensa que “os gargalos não são de responsabilidade das concessionárias”, mas do poder público. Em muitos trechos fincados em cidades, por exemplo, barracos de invasores sediam-se a poucos metros das linhas férreas. E caberia ao poder público deslocá-los.

Ainda agora, a 27 de março, o “Jornal do Brasil” dá destaque à notícia de que duzentas mil famílias moram em torno de ferrovias no Brasil, em situação de risco. Há favelas em que funcionários de ferrovias fazem manutenção dos trilhos a poucos centímetros das

janelas de casas. É uma situação que suscita fundadas preocupações dos dirigentes de concessionárias, obrigando a redução de velocidade das composições e a outros cuidados que comprometem a entrega segura das cargas conduzidas. O poder público não pode se isentar da responsabilidade de deslocar para outros locais os núcleos familiares que ali se instalaram indevidamente.

A 23 deste mês de março, em audiência pública promovida pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, para ouvir dirigentes do setor ferroviário, o eminente senador Delcídio Amaral registrou sua preocupação com a possibilidade da venda iminente das empresas Ferrobán, Ferronorte e Novooeste, o que poderia ocasionar graves prejuízos para a população dos estados servidos por essas redes. Sua Excelência tocou num ponto fundamental para o êxito do soerguimento de nossas ferrovias, qual seja o da sua inclusão no processo das parcerias público privadas (PPP). E anunciou o senador Delcídio Amaral que iria requerer a audiência de autoridades do governo federal para que explicassem por que ainda não saíram do papel as PPP, quando já existem 14 projetos de PPP em âmbito estadual, e nenhum em nível federal.

Talvez esteja aí, Senhor Presidente, o encaminhamento otimista do nosso problema ferroviário, que precisa de vultosos aportes para alcançar a estabilidade que lhe permita enfrentar as dificuldades próprias de todo começo.

Os nossos pecados em política de transportes não se resumem às ferrovias. Estendem-se à falta de manutenção das estradas e, embora pouco se fale dele, ao transporte aquaviário, para o qual o nosso imenso território está plenamente vocacionado. Ora, Portugal e Espanha, superando enormes dificuldades geológicas, domaram o rio Douro, tornando-o navegável. Com a instalação de eclusas ao longo do curso do rio, o Douro permite, hoje, a navegação fluvial desde a cidade do Porto até a Espanha.

As ferrovias, rodovias e hidrovias, integradas em eixos intermodais, são um fator preponderante de desenvolvimento de novas e vastas regiões brasileiras. Num país gigantesco como o nosso, não podemos prescindir – cedo ou tarde – dessas modalidades de transporte.

É o desafio que devemos enfrentar, Senhoras e Senhores Senadores, num esforço devotado que sempre contará com o mais total apoio do Congresso Nacional.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a será atendido.

Agradeço-lhe a colaboração, Senador Edison Lobão.

Senador Heráclito Fortes, o Senador Alvaro Dias está me pedindo insistentemente para falar, pois S. Ex era o sétimo da lista. Assim, falaria o Senador Alvaro Dias e, em seguida, V. Ex^a.

O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

Senador, dispõe V. Ex^a da palavra por dez minutos, improrrogáveis, por gentileza.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí, por até dez minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por mais que se queira tratar, desta tribuna, de um outro assunto, o episódio que envolve o caseiro piauiense é recorrente.

A Revista **Veja** deste final de semana traz novos dados, faz novas acusações. Não se tem conhecimento, até o momento, de que nenhum dos citados tenha tomado qualquer providência, legal ou jurídica, contra os fatos de que são acusados.

Senador Antonio Carlos Magalhães, ninguém acredita que o Sr. Goldberg, no furacão de uma crise, tenha ido à casa do Ministro Palocci, àquela hora da noite, para jogar paciência, crapô ou pôquer. Ninguém acredita que ele e o chefe de gabinete do Ministro da Justiça tenham ido fazer uma visita de cortesia ou tomar um drinque com S. Ex^a, o Sr. Ministro. Essa história, mais uma vez, está mal contada. E essa suspeita publicada na revista **Veja** de que houve uma tentativa de encontrar um funcionário da Caixa disposto a receber um milhão para assumir totalmente o episódio já não cheira mal, fede.

O Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos, que espero seja um homem ágil nessa ação, ou demite os secretários e os assessores que estiveram indevidamente naquela noite na residência do Ministro Palocci, ou

entrará no rol dos suspeitos. Lamentavelmente, essa é a grande verdade. Não justifica um homem de estreita amizade, considerado pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos um pré-gênio, como o Sr. Goldberg, ter sido conselheiro e mantido silêncio, porque, se não fosse o Sr. Mattoso ter logo avisado que tinha testemunha na conversa, esse fato estaria encoberto num manto de silêncio.

Concedo, com o maior prazer, um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Não desejo de modo nenhum fazer retificações na sua explanação. Entretanto, é preciso alguma coisa concreta em relação ao Ministro Márcio Thomaz Bastos para acusá-lo. A presença de assessores dele lá pode ser um indício, mas também pode não ser. Pode ser por conta própria. Qualquer pessoa que quisesse prestar, naquele momento, solidariedade ao Palocci, que estava sofrendo isso, aquilo outro e tal – por culpa dele próprio, é claro. Mas acusar diretamente o Ministro Márcio Thomaz Bastos, acho que ainda não é hora. Eu mesmo estou pronto para assinar qualquer requerimento para a vinda do Ministro Márcio Thomaz Bastos ao plenário. Na CPI, não. Acho até que ele pode se adiantar nesse sentido. Mas quero dizer a V. Ex^a que, conhecendo como conheço o Ministro Márcio Thomaz Bastos, eu não posso acreditar que ele tenha participado desse caso. Entretanto, as razões que V. Ex^a apresenta são indícios que devem ser esclarecidos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos, eu tive exatamente a preocupação de dizer que o Ministro deveria, ou deverá, tomar providência para fazer esclarecimentos rápidos sobre a presença de seus assessores na residência do Ministro Palocci. Exatamente tive essa cautela porque não estou no rol dos que acusam sem provas.

Agora, o Ministro, pelas circunstâncias, não pode silenciar nesse assunto. Aliás, existe uma série de omissões – que são, ou por conviência, ou por má fé – que estão exatamente quebrando nas costas do Presidente da República.

Nesse episódio, é preciso que fique bem claro se o sigilo do pai do caseiro foi quebrado na cidade de Teresina. Há quem defenda, Presidente João Alberto, que, ao primeiro indício de movimentação financeira, usou-se o expediente de, primeiro, acessar a conta do pai do caseiro. Os fatos estão aí, cronologicamente, mostrando participações de pessoas que ainda estão conseguindo, Senador Arthur Virgílio, se manter no anonimato.

Mas tenho a certeza de que aquela vinheta, Senador José Jorge, do PFL, na qual o dominó cai lentamente, vai caindo o primeiro, o segundo e lá na frente

fica apenas o Presidente balançando, tem que ser refeita, porque o número dos que caíram está dobrando. Como o tempo da propaganda é limitado, é preciso que se imprima uma velocidade maior àquela queda dos dominós. Aliás, profética a idéia do publicitário que colocou aquele dominó. Felizmente a tecnologia já criou dominós com quantidade de peças dobrada, triplicada e até quadruplicada, porque o dominó tradicional de 28 peças já está ficando pequeno para o tamanho de escândalo com que o PT brinda o Brasil.

É lamentável! E essas questões estão acontecendo... O que acontece na esfera federal acontece na proporção devida nas esferas estaduais. Aliás, isso não é de agora não, Senador João Alberto. Se analisarmos prefeituras e alguns governos de Estado geridos pelo PT em passado recente, vamos ver que o procedimento foi exatamente o mesmo: denúncias, escândalos.

Há ex-governadores do PT e ex-prefeitos dos quais ninguém lembra mais que passaram por administrações municipais ou que governaram grandes Estados, tamanho o arraso que fizeram nessas administrações. Agora, esse exemplo que vemos na administração federal é uma amostra de que o PT mantém a coerência pelo menos nessa prática, que é a prática do desrespeito à coisa pública.

O PT teve muita sorte quando estourou o caso Waldomiro, porque naquele momento, Senador Antonio Carlos, eles estavam derivando para a vertente da jogatina no País. Tramitava no Palácio um projeto regulamentando jogos de várias espécies. O Brasil inteiro ia ser formado de pequenos cassinos estrelados, onde teríamos uma verdadeira máquina de arrecadar moedas para esse Partido. Aliás, eu, por diversas vezes, nos três primeiros meses de Governo, dizia que, se as coisas continuassem marchando como estavam, ao final de quatro anos o PT seria o Partido mais rico do planeta – e eu fazia uma pequena conta da contribuição dos participantes...

(O Presidente faz soar a campainha)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Conclua, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou concluindo.

... a contribuição dos participantes e essas arrecadações que vinham aí.

O Senador Antonio Carlos é discreto em algumas coisas, não pode contar, mas é testemunha de um atrito que presenciou com um jornalista em São Paulo três anos atrás, exatamente quando se comentava já a sofreguidão e a volúpia com que alguns representantes do PT arrecadavam dinheiro de empresários que se

preparavam apenas para dar suas ajudas nas campanhas eleitorais. E eles voltavam com conta nova, igual, igual ao que o Sr. PC Farias fez.

Só que, no caso em tela, em vez de um arrecadador, eram cinco. E o que estava irritando o empresariado paulista, Senador Cristovam, é que a desorganização do PT fazia com que, na mesma casa, na mesma empresa, passassem dois, três arrecadadores. E aí nós estamos vendo o que está acontecendo.

Esperamos, Senador João Alberto, que a CPI dos Correios tenha amanhã um relatório que a Nação entenda e que a CPI dos Bingos, tão bem presidida pelo Senador Efraim Morais, ainda dê satisfações ao povo brasileiro, que tanto está a esperar por resultados e por clareza nos fatos que foram denunciados à Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, também.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a minha inscrição como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Ministra Dilma Rousseff dirigiu-se de maneira extremamente desrespeitosa em relação ao Congresso Nacional, em declarações de hoje nos jornais do País. Aspas para a Ministra: “Se não houver entendimento, serão usados todos os meios jurídicos e legais – que não quis revelar – para que a administração pública possa funcionar”.

Ou seja, mais ou menos, vai aprovar o Orçamento de qualquer jeito. Eu não sei de que jeito pode ser. É o dedo autoritário de um governo, Sr. Presidente. Mas, muito bem! E ela tenta jogar o Congresso contra a opinião pública, dando a entender que o Congresso atrasa a aprovação do Orçamento por culpa do Congresso e não por culpa da desarticulação e da falta de

compromisso com a palavra empenhada do próprio Governo Lula.

Sr. Presidente, no ano passado, eu estava sentado aqui na terceira ou quarta cadeira desta fileira, quando votavam aqui os créditos. Eu percebi que, em um crédito de 141 milhões de reais, desviaram do gasoduto Coari-Manaus, desses 141 milhões desviaram 110 milhões para outros objetivos. Deixaram R\$ 31 milhões que sequer foram executados, evidentemente.

Pedi verificação de **quorum**. Pediram-me que retirasse o pedido de verificação de **quorum**. Disseram-me que iriam consertar isso ao longo da discussão do orçamento. E eu disse: muito bem, vai passar o crédito aqui, não vou obstaculizar. Mas, se não devolverem os R\$ 110 milhões que tungaram do gasoduto Coari-Manaus, não permitirei que passe o orçamento, a depender de mim.

Sr. Presidente, ouça aqui agora: em 2005, a proposta aprovada para o gasoduto Coari-Manaus foi de 129 milhões. Lá, a propaganda é tão mentirosa e tão deslavada, que a impressão que dá é de que o gasoduto já está funcionando. E eu lhe diria mais, em função até dessa mentira – sem medo de errar –, que o Estado do Amazonas, o meu Estado, é aquele onde o Presidente Lula talvez seja mais forte eleitoralmente.

Desses 129 milhões, em 2005, autorizaram 19 milhões e executaram apenas 8 milhões, ou seja, não tiraram o gasoduto do papel. Para 2006, ao invés de devolverem os 110 milhões que tungaram daquele crédito de final de ano, eles vieram com a proposta de apenas R\$ 16 milhões, ou seja, o Presidente Lula falha no seu compromisso com o Estado do Amazonas, e eu não vou falhar com meu compromisso com o povo que me elegeu.

Pura e simplesmente está aqui o aviso, para quem queira ouvi-lo. A depender de mim, não passa o orçamento deste ano antes de devolverem os R\$ 110 milhões que tungaram do povo do meu Estado, atrasando as obras do gasoduto Coari-Manaus. Farei o possível e o impossível; vou falar setecentas vezes; vou interromper a sessão mais vinte mil vezes; não vou permitir que passe o orçamento enquanto não honrarem o compromisso que eles têm que manter com o povo do Estado do Amazonas.

Está feito o aviso e vou, pura e simplesmente, fazer diferente do Presidente Lula. Ele diz tudo levianamente e não cumpre coisa alguma. Eu, serenamente, vou cumprir a palavra que empenhei no final de dezembro. Passam, se passarem por cima de mim. Como não vão passar por cima de mim, não vão passar com o orçamento no prazo que querem, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, PFL, do Rio Grande do Norte, pela liderança do Partido, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo manifestar a minha estupefação diante do que estamos assistindo no âmbito do Presidente Lula. Não sei se V. Ex^a se lembra quando, por ocasião da crise do mensalão, foi feita uma reforma ministerial e o Presidente disse: “Esse é o Ministério que vai comigo até o fim do Governo”.

Assistimos agora, Senador Leonel Pavan, a uma debandada como nunca visto. Saíram oito de uma assentada. Sair ministro é um fato próprio da democracia. O que está por trás da saída desses ministros é o que quero analisar.

Ministro Antonio Palocci, da Fazenda. Todo-poderoso. Há pouco mais de uma semana, o Presidente Lula dizia que o País deve muito, deve muito, deve muito ao Ministro Palocci... Há uma semana, o Presidente Lula dizia: “Palocci fica, Palocci fica, Palocci fica...”.

De repente, a fotografia de Lula, chamando Palocci de irmão, com a face crispada, e com a mão na face de Palocci, despedindo-se.

Eu me lembrei, Senador Leonel Pavan, do episódio da substituição do José Dirceu, outro irmão de sangue do Presidente Lula, que foi tardiamente demitido diante de evidências, como as evidências de Palocci.

O Presidente Lula, para mim, está passando uma idéia que eu gostaria de dividir com este Plenário. Ele tem um sentido de autopreservação monumental. Ele é irmão dos amigos até enquanto a cabeça dele não esteja a prêmio. Quando as evidências ficam claras, ele descarta na hora.

Tenho a impressão de que, porque se percebeu o que aconteceu com o José Dirceu, com o Delúbio, com o Genoio, com todos os amigões do Presidente Lula, e agora com Palocci, é que as pessoas resolveram cuidar de suas vidas. Senador Alberto Silva, o Ministro Rossetto, em um Governo forte, confiando no Chefe, ficaria para completar a tarefa dele à frente da reforma agrária. Deixou-o. O Ministro da Pesca, Fritz, se tivesse confiança no Chefe e na reeleição do Chefe, ficaria. Pediu demissão. Agnelo Queiroz, Saraiva Felipe, Ciro Gomes, Alfredo, Jacques Wagner, todos saíram. Senador Arthur Virgílio, foi uma debandada geral!

V. Ex^a já fez uma avaliação sobre os pilares do Governo Lula? Quebraram-se todos. Só resta um. Só resta um: Márcio Thomas Bastos. E, na minha opinião, Sr. Presidente, está trincado. O último bastião

de credibilidade do Governo do Presidente Lula está sob acusações que têm que ser esclarecidas e quero, Senador Arthur Virgílio, de plano, concordar com a proposta de V. Ex^a e dizer por quê.

Não tem nada que levar Márcio Thomaz Bastos para a CPI, para lá termos que explicar que fugiu de foco, está no foco, está no meio foco. Não, não vamos discutir nada disso. Traga-o ao plenário, de forma respeitosa, e vamos fazer o questionamento que a sociedade deseja que façamos ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, aqui, no plenário do Senado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concluindo, por gentileza, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Presidente, a nação está estupefata diante daquela terrível coincidência e, aqui, nesta tribuna, na quarta-feira ou quinta-feira, falei, dizendo da minha indignação pelo fato de o caseiro Francenildo ter entregue à Polícia Federal o cartão de sua conta bancária da Caixa Econômica. A Polícia Federal não tem vinculação nenhuma com a Caixa Econômica, tem vinculação com o Ministério da Justiça, e, em seguida, noticia-se que, quando a quebra de sigilo foi entregue ao Ministro Palocci, ele estava ao lado do Dr. Goldberg, que é assessor de Direito Econômico, e do Dr. Alencar, que é chefe de gabinete do Ministro da Justiça. Estavam fazendo o quê?

Senador Arthur Virgílio, a ilação é terrível. Será que o Ministro da Fazenda e o Ministro da Justiça estavam praticando, usando o Estado, um ato de agressão ao cidadão brasileiro?

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já concluo.

Será que, em os dois estando acordes, o Presidente Lula não estaria sabendo de tudo? Ele vai negar, ele vai dizer que não, que não sabia de nada.

Então, por isso tudo se impõe o esclarecimento aqui, nesta Casa, para que esse último bastião se preserve ou não, porque, na minha opinião, o Governo Lula já se foi; já se foi no rol da incompetência e da incredibilidade.

Quero dizer a V. Ex^{as} que a minha preocupação precisa ser dissipada, e o grande momento que vamos viver – e levarei o meu voto à aprovação – é o requerimento de presença do Ministro Márcio Thomaz Bastos ser aprovado para que S. Ex^a venha ao Plenário do Senado, para que, com moderação e com equilíbrio, façamos as perguntas que o País quer fazer e para obter as respostas que todos temos o direito de obter.

Se V. Ex^a permitir, ouço o Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O tempo de V. Ex^a está esgotado, por gentileza, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Resta-me, então, agradecer, Sr. Presidente, e renovar que votarei a favor do requerimento de comparecimento do Ministro Márcio Thomaz Bastos para que os esclarecimentos aqui sejam dados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco, pela Liderança da Minoria, por cinco minutos.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na realidade, minha idéia era falar aqui sobre a questão da quebra do sigilo do caseiro porque é o assunto da semana. Há três semanas, tratamos desse assunto, que é da maior gravidade.

Acabei de ler agora, Srs. Senadores, as declarações que o Presidente Lula acaba de fazer na posse dos novos Ministros. O Presidente Lula hoje deu posse a nove Ministros, aparentemente sem maior repercussão. Normalmente, quando ia haver mudanças nos Ministérios, Sr^s e Srs. Senadores, especulava-se, por duas a três semanas, quem iriam ser os novos Ministros. O Presidente Lula criou tanto Ministério, colocou tanta gente incompetente, tanta gente despreparada, que, hoje em dia, muda o Ministro, e ninguém presta atenção. Hoje, foi preciso que o Presidente dissesse o que disse para merecer destaque na mídia amanhã.

Em relação à posse do Ministro Tarso Genro, ele disse textualmente: “Eu vou torcer para que ele” – no caso, o Tarso Genro – “faça mais do que Jaques Wagner fez”. Dirigindo-se a Wagner, continuou: “Você já fez a trilha que foi aberta no primeiro momento pelo José Dirceu e pelo Aldo Rebelo” – atual Presidente da Câmara e ex-Ministro da Coordenação Política. “O Tarso está pegando o caminho meio asfaltado”.

Portanto, Sr. Presidente, o Ministro José Dirceu, o primeiro Ministro da Casa Civil, tido como todo-poderoso, desde que assumiu, meteu-se em uma série de problemas e terminou sendo demitido. O segundo Ministro, o Ministro Aldo Rebelo, passou um curto espaço de tempo e também foi demitido por pressão dos demais Ministros porque, efetivamente, não estava conseguindo realizar a coordenação política. Veio o Ministro Jaques Wagner, que ficou por um período curto e saiu agora. Agora, o Presidente Lula diz que o caminho está meio asfaltado.

Lembrei-me, Senador Alberto Silva, da Operação Tapa-Buraco. Na realidade, o asfalto de que o Presidente Lula falou é exatamente a chamada Operação Tapa-Buraco.

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Com a permissão de V. Ex^a, Senador José Jorge, vou inserir, em seu discurso, aparte que eu tencionava acrescentar à fala do Senador José Agripino. A linha é a mesma, a de V. Ex^a, a minha, a de S. Ex^a, a da Oposição. É um absurdo que o Ministro Márcio Thomaz Bastos não tenha se oferecido para vir ao Senado. Nos noticiários *on line* está que considera não ter o que dizer. Outro absurdo! Não se ter apresentado é um absurdo; imaginar que só viria aqui o Ministro da Justiça implicado em alguma coisa é o terceiro absurdo. Vem aqui o Ministro da Justiça prestar esclarecimentos sobre um tema de uma gravidade reconhecida por todas as pessoas responsáveis do País: o caso da quebra do sigilo do caseiro. Depois, parece que depende só de S. Ex^a mesmo vir ou não. Depende da maioria. Se o Senado disser que deve vir, S. Ex^a virá. Vai fazer o quê? Terá que vir. Vai ter que atravessar a rua e vir depor. Mas creio que o Governo está invertendo tanto os valores da República Brasileira, que já parece a S. Ex^as uma aberração cobrarmos a satisfação a que temos direito. O Presidente Lula, com essa série de *nonsenses*, com essa série de tolices que protagoniza todos os dias, vai criando um quadro de estupefação na sociedade brasileira. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Também agradeço a V. Ex^a.

Eu também gostaria de ler o que o Presidente Lula disse sobre o Ministro Waldir Pires. Disse o seguinte: “A sociedade brasileira ainda não foi informada pela imprensa do trabalho feito na Controladoria-Geral.” Faço um apelo para que a imprensa brasileira destaque o trabalho que o Ministro Waldir Pires fez na Controladoria-Geral, porque...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA. Fazendo soar a campanha.) – Peço que conclua, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Eu também não sei, Senador, qual foi o trabalho que ele fez. Então, creio que a culpa deve ser da imprensa. Na verdade, ninguém sabe, nenhum Senador sabe, a não ser que ele perseguia os prefeitos, por sorteio. Disso realmente sei. Fora isso, em todos os escândalos que ocorreram, ele não aprovou nem viu nada.

Para encerrar, quero também dizer que o Ministro Waldir Pires foi nomeado Ministro da Defesa. Imaginem! O Ministro Waldir Pires, aparentemente,

não tem vocação para defender nada. Então, sendo Ministro da Defesa o Sr. Waldir Pires, haverá um alto risco, se houver uma invasão, de alguém tomar conta do nosso País.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Desculpe-me, Sr. Presidente, mas o Senador Antonio Carlos Magalhães é *hors-concours*.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Quero apenas dizer que V. Ex^a tem absoluta razão. Há muito não vejo um ato tão desastroso quanto esse. Tenho medo. Felizmente, a paz mundial vai ocorrer, porque, numa guerra, o Waldir Pires comandando as Forças Armadas...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – BA) – Vai ser alto risco.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Seria uma vitória do inimigo de ponta a ponta. Vamos rezar para que não haja nunca um conflito, nem interno nem externo, com o Dr. Waldir no Ministério da Defesa, senão o pobre do Lula...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – BA) – Pobres dos brasileiros!

Sr. Presidente, para encerrar, eu gostaria de dizer que, em relação a essa questão do caseiro, mesmo que não fique provada a participação do Ministro Márcio Thomaz Bastos, ele deveria vir ao Congresso, porque a gravidade da situação é muito grande. Vindo aqui, ele poderia esclarecer não só a participação dele, dos seus auxiliares...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – BA) – ...o que efetivamente aconteceu no Governo.

Estou encaminhando requerimento na CPI dos Bingos, da qual sou titular, convocando para que venham depor a fim de esclarecer essa questão do caseiro o Sr. Daniel Goldberg e o Sr. Cláudio Alencar, os dois assessores do Ministro Márcio Thomaz Bastos que participaram diretamente dessa questão. Então, já dei entrada a esse requerimento, que deverá ser votado na quarta-feira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, do PDT, do Distrito Federal, por dez minutos improrrogáveis.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu gostaria de pedir aos Senadores que, quan-

do pedissem a palavra pela ordem, o fizessem em relação à ordem dos trabalhos. Senão, peçam a palavra pela liderança para não haver problema.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu falarei após as palavras do Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Em seguida, será a vez do Senador Alberto Silva.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nos lembramos que o Governo do Presidente Lula começou sob a ótica de fazer uma inversão nas prioridades. Lamentavelmente, o que estamos vendo é uma inversão nos valores.

Muitos aqui têm analisado os eventos das últimas semanas na perspectiva política. Eu quero dizer que, na minha obsessão, estou preocupado, Senador Alberto Silva – V. Ex^a também tem essa obsessão –, com as conseqüências de tudo isso sobre a educação das nossas crianças. Como está chegando à cabeça das crianças brasileiras a idéia de que os Ministros mentem? De que o Presidente da Caixa Econômica abre um inquérito dando quinze dias para apurar quem fez algo que ele tinha feito? Como fica na cabeça dos nossos jovens – não falo mais de crianças apenas – o conhecimento de que altas autoridades fazem uma brincadeira, uma leviandade, um jogo e uma mentira dessas? Como é que fica o fato de um ministro da importância do Ministro da Fazenda dizer que não foi a uma casa e depois ficar comprovado que foi? E, para tentar desmentir quem provou que ele foi, feriu o sigilo bancário de maneira absolutamente ilegal e negou que o fez durante bom tempo, até que se prova que o fez.

Isto está acontecendo agora. Mas, se retrocedermos o tempo, observaremos uma sucessão de erros, banalização da mentira por parte de autoridades brasileiras. E essa banalização vai ter um custo duradouro na imaginação dos nossos jovens e das nossas crianças, que tendem a imitar naturalmente esses personagens ou encontrar neles a justificativa para fazer o mesmo, mentindo a seus colegas no processo educacional.

Mas não é essa a única banalização que vemos no Brasil de hoje. Cada vez que, na noite de domingo, se assiste ao Programa Fantástico, percebe-se a banalização de uma tragédia. Há dias, vimos a banalização de uma guerra civil que o Brasil vive sem dizer que vive. É outra mentira que se tem visto no Brasil: o silêncio diante do fato de estarmos vivendo uma guerra civil, com 800 mil mortos nos últimos 25 anos. E vemos isso todos os dias na televisão. Ou, em um domingo, no programa Fantástico, vemos o noticiário de crianças no

tráfico, usando da violência, como vimos na referência ao livro e ao vídeo **Falcão – Meninos do Tráfico**, que amanhã, aliás, será apresentado e debatido, com a presença dos autores, na Comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Pensávamos já ter visto tudo, mas, ontem, vimos crianças e adolescentes de 10 a 15 anos alcoólatras no nosso País, no nosso Brasil. Depois, vemos manchetes no jornal falando da prostituição infantil, do trabalho infantil e do fracasso da educação no Brasil. E vamos acostumando-nos de tal maneira com a banalização da tragédia, como estamos acostumando-nos com a banalização da mentira no processo político brasileiro.

Pergunto-me: quando e como é vamos romper com essa banalização? Quando e como vamos despertar para retomar a indignação nacional com esses fatos? Este País viveu uma indignação com o regime militar, durante anos e anos, que mobilizou a sociedade e criou aqui um grupo de autênticos lutando pela democracia, porque, felizmente, não deixamos que os crimes da Ditadura fossem banalizados na opinião pública; felizmente, não deixamos que aqueles atos autoritários se transformassem em um processo tão banal que nos deixaríamos de indignar. Nós nos indignávamos com as prisões arbitrárias, nós nos indignávamos com a censura, nós nos indignávamos com o exílio, mas não nos indignamos com a prostituição infantil, com o trabalho infantil, com o alcoolismo infantil, com as mentiras de políticos.

Por que perdemos, Senador Alberto Silva, a capacidade de indignação? O que aconteceu na cabeça de nós todos que passamos a ser tolerantes com o pecado, tolerantes com a maldade, tolerantes com as perversões do processo social brasileiro? Onde erramos nós todos? Em que momento começamos essa virada da tolerância com o pecado, com o crime, com a mentira, com a tragédia social e com a guerra civil que o Brasil vive?

Não sei qual foi o momento. Não sei se algum historiador chegou a fazer um trabalho para identificar em que momento o Brasil saiu da indignação para a tolerância, saiu da resistência para a conivência com que hoje assistimos a tudo de mal que acontece no País. Como não sei em que momento isso ocorreu, prefiro perguntar-me quando vamos mudar isso.

Da mesma maneira que esse Congresso mostrou, com as CPIs, a indignação diante dos absurdos que vimos no processo eleitoral; da mesma maneira que a CPI dos Correios – está aqui o Senador Efraim – manifestou-se com clareza e firmeza, com indignação diante de todos esses fatos, precisamos começar a indignar-nos também, sem precisar de CPIs, porque já sabemos as causas da tragédia social, mas nos in-

dignarmos com o alcoolismo infantil, com a prostituição infantil, com o trabalho infantil, com o retrocesso que o Brasil vive em relação aos outros países em matéria de educação, porque, até quando melhoramos, o fazemos muito mais devagar do que os outros países, que estão nos deixando para trás.

Faz duas semanas, falei aqui sobre um programa do Fantástico, em relação à violência nas e das crianças, com o racismo implícito ali porque todas as crianças vítimas e causadoras de violência eram negras, e todos que foram chamados à televisão para analisar os fatos, como doutores, eram brancos. Duas semanas atrás eu falei sobre isso. Hoje volto com o mesmo assunto. Sou capaz de, daqui a uma semana ou duas ou três, acreditar que esse tema não merece mais ser comentado. Sou capaz de também entrar na banalização dos fatos e na aceitação dos fatos trágicos da sociedade brasileira.

No entanto, creio que, quando este Congresso cair, de uma maneira irreversível, na aceitação da banalização do mal e perder, de uma vez por todas, a capacidade de indignar-se, ele vai dar prova de que não merece mais existir; vai passar para a opinião pública que esta Casa é um Ente desnecessário de tão tolerante. Nesse momento, o pior é que o que virá será pior ainda, porque mesmo um Congresso tolerante ainda é capaz de despertar, mas um Congresso fechado por um regime ditatorial, de militar ou de civil, não abre por ele próprio.

Por isso, volto a afirmar – enquanto a banalização não me corrompe naquilo que julgo de mais fundamental, que é a capacidade de indignar-me com o que está errado –, insistir, cobrar e manifestar a minha impotência de transformar palavras em ações concretas, no que se refere à construção de um grupo de Senadores que se rebele não contra o Governo apenas, não contra o modelo econômico apenas, mas que se rebele contra a incapacidade de indignação diante do mal, dos erros e de todas as perversões sociais...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Conclua, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – ... que vimos todos os dias e que, de tanto ver, estamos aceitando como algo impossível de ser modificado.

Ainda é possível mudar. Ainda é possível corrigirmos essas falhas. O primeiro passo é não aceitarmos que elas continuem, é não deixarmos que a indignação vá embora, porque a perda da capacidade de indignar-se é a pior de todas as corrupções de um homem público. Por isso, espero que não deixemos que a banalização nos corrompa.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer, dentro dos exatos dez minutos que V. Ex^a me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Senador e ex-Governador Alberto Silva, do PMDB do Piauí, por dez minutos, por gentileza.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, expectadores da TV Senado, as palavras do Senador Cristovam Buarque agora proferidas atingem profundamente a cada um de nós. Estamos assistindo ao que as televisões estão mostrando sobre a prostituição, sobre os crimes, sobre o alcoolismo, sobre tudo que está acontecendo de ruim neste País. Diz S. Ex^a que a pior coisa é acostumarmos com a banalização. E usa uma expressão, dizendo que temos de reagir, mas que isso não significa regirmos contra o Governo, e sim contra a banalização, ou seja, não aceitarmos o que está acontecendo.

S. Ex^a fala, como grande Ministro da Educação que foi, que temos de começar pela educação, que temos de atuar mais na educação. Como? Seria o Governo que teria de começar ou nós poderíamos ajudar? O Senador defende que ajudemos todos nós, para não cairmos também na banalização.

Eu diria também, Senador Cristovam Buarque, que só não existe jeito para a morte na sociedade. Para o resto, se houver boa-vontade, se houver interesse, se houver aquilo em que acreditamos quando temos religião, ou seja, que Deus dá a cada um de nós a capacidade de poder ajudar o seu próximo, se assim o fizermos, estaremos sendo dignos de estarmos neste Planeta, e vivos.

Digamos que eu não sei quanto tempo Ele me dará de vida, mas, se me deu até aqui, quero, juntamente com o Senador Cristovam Buarque, dizer ao Brasil que não entendo que este Congresso morreu, pelo amor de Deus! Vamos nos colocar numa posição. Se é a de ajudar, vamos criar um grupo de trabalho. O que falta? O desemprego é realmente o item mais importante. Com desemprego e sem educação não iremos a lugar algum.

Temos que trabalhar pela produção de emprego. Como? Já dissemos algumas vezes. Se não podemos proporcionar, nas grandes cidades, grandes oportunidades de trabalho, comecemos pelo campo.

Dizem, em todo lugar, que sou o pai do biodiesel. Claro, há 30 anos, quando dirigi a Empresa Brasileira de Transporte Urbano, chegamos ao biodiesel, investindo recursos da EBTU. Pois bem, o biodiesel foi lá, veio cá, mas hoje é possível que seja uma mola construtora de

geração de renda e emprego no campo. Estamos tentando, por meio de um programa organizado, implantar um modelo na minha cidade de Parnaíba, no Piauí, em que os lavradores, organizados em associações, terão sua própria usina para produzir o óleo a partir da mamona e, daí, o próprio biodiesel.

Encontra-se em minha mesa uma proposta do Senador Osmar Dias a respeito da comercialização. S. Ex^a propõe que os próprios produtores, de preferência da produção familiar, vendam o combustível a preço competitivo capaz de gerar emprego e renda.

Nesta tarde, ouvimos muita coisa que nos assombra e nos entristece ao mesmo tempo; mas, no fundo, somos criaturas de Deus, e não vamos entregar a nossa capacidade de trabalhar em favor do próximo, da sociedade e do País.

Senador Cristovam Buarque, comece o grupo. V. Ex^a diz que não quer cair na banalização. Eu digo que também não. E creio que toda esta Casa também não. Então, digamos: companheiros desta Casa, vamos nos unir! V. Ex^a diz que não quer cair na banalização criticando ou jogando tudo em cima do Governo. Temos que fazer alguma coisa. Vamos fazer?

Estou aqui, com esta idade, mas com a energia que Deus me deu e com os conhecimentos que adquiri. Devemos ter um pouco de vontade, de patriotismo e de respeito aos brasileiros que estão nos ouvindo neste instante. A reação de indignação de que V. Ex^a fala é contra o crime, contra a exploração das crianças e contra o que está acontecendo. Mas ser contra e apenas falar não adianta. Vamos agir? Estou aqui, nesta idade, mas com o coração de alguém bem mais jovem, crendo que Deus nos dará força para ajudar o País a sair desta encrenca.

Ouçó V. Ex^a, Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Alberto Silva, em primeiro lugar, parabeno V. Ex^a pelo seu empenho por um País melhor, independentemente de cor partidária, e principalmente de idade. V. Ex^a é um grande exemplo à Nação, aqui, do alto de seu conhecimento, defendendo um País melhor. No entanto, V. Ex^a tocou num assunto que me parece muito controverso, que é o problema da mamona para o biodiesel. O programa foi lançado, com pompas e circunstâncias, como sendo algo que seria a redenção do Nordeste. E, sem sombra de dúvidas, o Nordeste é o melhor local para o plantio da mamona. Todavia, lamentavelmente, aqui veio o Presidente do Banco do Nordeste e disse que não há viabilidade econômica para a produção de biodiesel via mamona. Não existe ainda a tecnologia adequada, e o preço seria muito alto. Quer dizer, o óleo da mamona teria um uso mais nobre do que o do biodiesel. Seria um biodiesel inviável, do ponto de

vista econômico. E nós argumentamos com ele que o Presidente Lula lançou, com pompa e circunstância, o que seria a redenção econômica, principalmente da agricultura familiar do Nordeste. Ele disse: “É, esses programas de redenção eu já vi muitos, e não acontece nada”. O Presidente do Banco do Nordeste, Roberto Smith, disse isso. Portanto, não vejo ainda a rota da mamona como geradora de emprego e renda. Como V. Ex^a é um profundo conhecedor do assunto, coloco essa dúvida, até para que V. Ex^a possa esclarecer.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Se o Presidente me permitir, por um pouco mais, já que estamos neste final de tarde, eu diria: desafio esse homem do Banco do Nordeste a dizer que, por meio da mamona, nós não chegaremos à geração de emprego e renda. Não farei qualquer crítica. Estou me referindo ao que V. Ex^a acaba de dizer. Prefiro dizer o que estamos fazendo.

Quanto ao óleo da mamona, da maneira como se pensa fazer, isto é, mandar os lavradores plantarem e depois pagar uma ninharia pela baga que custou o trabalho deles, o Banco do Nordeste, dizendo que não é viável, não conhece o outro lado da moeda.

O que queremos é que os lavradores, organizados em associações, plantem com a tecnologia que já existe. Vou citar um exemplo: um hectare plantado de mamona, com adubo e semente adequados, produz de uma tonelada a mais por hectare. Se eu tiver uma unidade fabril pertencente aos lavradores, isso é fácil.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Permita-me, Sr. Presidente, porque, já que o nosso companheiro solicitou um esclarecimento...

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Mas o Banco não financia, Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Eu direi como. Já fiz uma proposta ao Banco do Nordeste, e um gerente que tem cabeça e inteligência compreendeu. Digamos que eu tenha 3 mil lavradores que retiraram R\$1 mil do Pronaf para plantar. Propus que o Banco empreste do Pronaf C, que se paga em 10 anos, R\$ 3 mil a cada lavrador, para pagar em 3 anos.

Assim, construo uma fábrica de grãos, senhores. Invisto esse dinheiro no preparo da terra, na colocação daquela terra em condições de plantar, e vamos plantar mamona com tecnologia. Desse modo, os lavradores...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Permita-me, Senador Alberto Silva.

Prorroga a sessão por 20 minutos.

O último orador é o Senador Garibaldi Alves Filho. Concedo mais dois minutos a V. Ex^a, Senador Alberto Silva, e dez minutos para o Senador Garibaldi Alves Filho. Se V. Ex^a ultrapassar, estaremos entrando no tempo do Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Nos dois minutos restantes, digo que, com essa unidade fabril, plantando mamona e feijão, eu colho uma tonelada de feijão e vendo na Bolsa a R\$ 2,50 o quilo. Mil quilos dão R\$ 2,5 mil. Produzo mil quilos de mamona, que espremo na fábrica do lavrador, e obtenho 450 litros de óleo de mamona. Se eu transformar em biodiesel – tenho um acordo com a ANP de vender o biodiesel do lavrador, o biodiesel verde, a R\$ 2,50 o litro –, aí, vou para R\$ 1,25 mil.

O que o Presidente do Banco do Nordeste não sabe vai aprender agora: pego a casca da mamona, a casca do feijão, a torta da mamona e o pé da mamona, e tenho oito toneladas. Aplicando uma bactéria sobre isso, em uma unidade fabril, produzo oito toneladas de adubo orgânico, a R\$ 300,00 a tonelada. São R\$ 2,4 mil. Somando tudo, são mais de R\$ 5 mil por ano, ou seja, mais de R\$ 400,00 ao mês, com um hectare. Usando dois hectares, é a salvação.

Sr. Presidente do Banco do Nordeste, estou à sua disposição, se quiser saber como se produz renda no campo plantando mamona e feijão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Como último orador inscrito, concedo a palavra ao Senador e ex-Governador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte, por dez minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Senador João Alberto Souza.

Domingo, 2 de abril, completou-se um ano da morte do Papa João Paulo II. Foi um dia de homenagens reiteradas da Igreja Católica, bem como dos homens de boa vontade no mundo inteiro, pois sua memória permanece venerada por toda a humanidade.

Eleito Papa em 16 de outubro de 1978, o polonês Karol Wojtyła governou a Igreja por mais de 25 anos, deixando uma marca indelével na história recente. Por tal razão, associo-me a esse momento de recordação que atraiu multidões à Praça de São Pedro e para o qual creio poder agregar todo o Senado.

Homem do povo, viveu o jovem Karol Wojtyła todas as vicissitudes do nosso tempo. Interrompidos os estudos, pela ocupação da universidade que frequentava pelas forças nazistas, trabalhou como ope-

rário em mineração e em fábricas. Aos 22 anos, senti o chamado ao sacerdócio e foi estudar em seminário clandestino de Cracóvia. Recebendo a ordenação sacerdotal em 1946, foi mandado a Roma para completar seus estudos, emprestando sua invulgar inteligência aos estudos de filosofia e teologia.

Eleito Papa, seu pontificado foi um dos mais longos da história da Igreja. Homem de seu tempo, tem lugar marcado para sempre na luta contra o totalitarismo político, sendo decisivo seu apoio moral e seu incentivo corajoso para a queda dos regimes comunistas na Europa.

Com ideal missionário, empreendeu inúmeras viagens, três delas ao Brasil, dedicadas à caridade e abertas à humanidade inteira.

Com especial atenção e amor pelos jovens, iniciou as Jornadas Mundiais da Juventude, que têm atraído milhões de jovens em vários lugares do mundo.

Estimulando o ecumenismo, João Paulo II promoveu com sucesso o diálogo com os judeus e com os representantes das outras religiões, sendo de realçar os encontros ecumênicos, especialmente em Assis, na Itália, à sombra de São Francisco.

Foi por iniciativa de João Paulo II que se alargou notavelmente o Colégio dos Cardeais, com representação do mundo inteiro, tendo sido escolhido por ele nada menos que 231 Cardeais. Durante seu Pontificado, houve 15 assembleias do Sínodo dos Bispos, sendo de destacar, igualmente, a criação de muitas novas dioceses, em particular no Leste Europeu.

Incansável operário do magistério da Igreja, expediu 14 Encíclicas, 45 Exortações Apostólicas, 11 Constituições Apostólicas, 45 Cartas Apostólicas, além das incontáveis lições expostas nas audiências gerais em Roma e nos discursos e homilias pronunciadas em todas as partes do mundo durante suas viagens.

Concedo um aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Garibaldi, nós governamos nossos Estados no mesmo período. A maior emoção que passei foi a convite da Igreja Cristã do Piauí. Eu com Adalgisa, acompanhado do meu Secretário de Indústria e Comércio, João Vicente Claudino – que é hoje forte candidato ao Senado da República pelo Piauí –, fomos abençoados juntos por Sua Santidade o Papa. É importante salientar que, na hora em que ele concedia essa benção – não a mim, mas a todo o Piauí, que eu representava –, ele lembrava que tinha acabado de nomear o Bispo do Piauí, Arcebispo Dom José Freire Falcão, para servir Brasília. Então, foi uma Santidade que abençoou o mundo, que é grande, em que ele andou, em que ele beijou o

chão. Isso é que empolga. Na hora, ele perguntava por quanto andava o Piauí e dizia que tinha homenageado o Piauí desta maneira: tirou o Arcebispo do Piauí – que nos deixou saudade, mas nos engrandeceu – para que ele fosse servir Brasília. Ainda hoje, Dom José Freire Falcão reside aqui, já estando afastado da Igreja pela idade. Eu me lembro muito bem de que....

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quis Deus que estivesse presente um homem cristão, que é o nosso Senador do Maranhão, Senador João Alberto Souza. Foi uma das vezes em que o Piauí teve grandeza, porque, na primeira viagem, ele passou pelo Aeroporto de Teresina. Era Governador do Estado do Piauí Lucídio Portella, irmão de Petrônio Portella, que foi também Senador da República. Eu era Deputado Estadual. Ele nos abençoou. O Maranhão em peso foi ao Piauí para receber as bênçãos do representante de Deus no nosso mundo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Mão Santa, que relembra um dos feitos do Papa João Paulo II: percorrer o mundo inteiro, dedicando-se à missão peregrina da Igreja.

Senador João Alberto, que ora preside a sessão, assim, Sua Santidade esteve no Piauí, como descreveu o Senador Mão Santa, e no Rio Grande do Norte, quando o Governador era o hoje Senador José Agripino.

Ao prestar esta homenagem à honrada e santa memória de João Paulo II, recorde suas palavras pronunciadas em 30 de junho de 1980, aqui em Brasília, na sua primeira saudação ao povo brasileiro em nosso território. Dizia, então, Sua Santidade:

Este País de imensa maioria católica traz evidentemente em si uma vocação peculiar no mundo contemporâneo e no concerto das nações. Em meio às ansiedades e incertezas e, por que não dizê-lo?, aos sofrimentos e agruras do presente, poderá gestar-se um país que amanhã ofereça muito à grande solidariedade internacional.

Queira Deus que esta perspectiva ajude o Brasil a construir um convívio social exemplar, superando desequilíbrios e desigualdades, na justiça e na concórdia, com lucidez e coragem, sem choques, nem rupturas.

Sr. Presidente, no primeiro ano da morte de João Paulo II, faço ecoar no Plenário do Senado da República essas palavras ditas no Brasil e sobre o Brasil pedindo a sua permanente interseção junto a Deus, para que a força da sua palavra profética torne-se realidade em nossa terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agora que todos falaram, 30 segundos, por favor. O PSDB me incumbiu de deixar registrado nos **Anais** da Casa a nota publicada pelo jornalista Ancelmo Gois, em sua coluna no jornal **O Globo** do dia 1º de abril, intitulada “Dia da Mentira”.

Leio a nota em seu inteiro teor:

Lula, na reforma ministerial do ano passado, lembra, disse que só ficaria no Governo quem topasse permanecer até o fim do seu mandato e não fosse candidato em 2006. Agora saíram oito ministros, e ficou o dito pelo não dito.

Essa é nota de Ancelmo Gois que eu gostaria que V. Ex^a encaminhasse para os **Anais** desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a será atendido.

Pela ordem, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador João Alberto, quero dar uma informação muito importante ao Senado. Acabei de participar, e o nosso Secretário Executivo também, de uma solenidade que homenageava indiretamente o Senado. O Senador Ramez Tebet acaba de receber o título de Cidadão Brasiliense concedido pela Câmara Distrital. Uma solenidade muito bela, comovente e que traduz o respeito que Brasília e o País têm pelo Senador do nosso Partido Senador Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Luiz Pontes, Arthur Virgílio, a Sra. Lúcia Vânia, os Srs. Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Juvêncio da Fonseca e Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como primeiro assunto, quero dizer o seguinte:

Na semana passada, após um longo e inexplicável período de passividade, a Petrobras resolveu assumir uma postura combativa diante das ameaças da Bolívia. A guerra do gás foi deflagrada. A Petrobras, por intermédio do seu atual presidente, o senhor José

Sérgio Gabrielli, resolveu reagir à ameaça boliviana, lamentavelmente, de modo tardio. Nesse contexto, as atitudes do Governo Lula acontecem e aconteceram “a hora tardia”.

É de causar estranheza que só agora a Petrobras passe a esboçar reação à forma como a Bolívia está tratando os negócios da empresa no setor de gás e refino. A interrupção das negociações por parte do governo Evo Morales ganhou contornos de ameaça.

O Ministro de Hidrocarbonetos – o equivalente ao titular das Minas e Energia – além de desferir duras críticas à Petrobras acusou o Brasil de dispensar tratamento de “semicolônia” ao seu país.

Não podemos focalizar os investimentos brasileiros na Bolívia sem considerar que o assunto foi ou deveria ter sido objeto de negociação entre o Presidente Lula e o seu colega Evo Morales.

Vejamos o histórico dos encontros: em 18 de novembro de 2005, o senhor Evo Morales esteve com o Presidente Lula, ainda na condição de candidato a presidência da Bolívia. Retornou em 13 de janeiro de 2006, exatamente nove dias antes de tomar posse, e se avistou demoradamente no dia 14 de janeiro com o Presidente Lula. Na agenda dos referidos encontros, os investimentos da Petrobras devem – presume-se – ter prevalecido, afinal não seria a troca de amenidades a tônica das conversas.

Pela forma como a Bolívia vem conduzindo as negociações, a Petrobras deixará de ser uma empresa produtora de gás e será reduzida à condição de mera prestadora de serviços.

O governo boliviano já declarou sua intenção de nacionalizar as reservas e de apenas remunerar pela exploração e produção de gás as empresas estrangeiras que operam em seu território.

A interlocução com o governo local é precária. A Petrobras já investiu mais de us\$1,5 bilhão naquele país nos últimos 12 anos.

O Itamaraty preferiu silenciar diante da crise, até o momento é uma incógnita o teor do decreto que deverá regulamentar a lei de hidrocarbonetos. Deve ser ressaltado que a Petrobras foi a única empresa estrangeira a não recorrer ao judiciário contra a aprovação da lei de hidrocarbonetos.

A defesa intransigente dos interesses e investimentos brasileiros não pode estar subordinada a aspectos pessoais ou de identidade ideológica entre o Presidente Lula e o seu colega Evo Morales.

A postura e as declarações do senhor Andrés Soliz não podem ser ignoradas. Trata-se de um minis-

tro de Estado que ocupa uma das mais importantes pastas setoriais.

A Petrobras se dirige à sua congênera – a YPFB – Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos. O Itamaraty interage com o ministério das Relações Exteriores da Bolívia e os chefes de estado dialogam entre si.

O Itamaraty prefere se manter à distância da crise e não se pronuncia. O Presidente Lula, ao que tudo indica, não priorizou o tema nos seus encontros com o senhor Evo Morales.

É importante ressaltar que contratos estão em plena vigência e existem regras balizando a situação. Aliás, o contrato da Petrobras vigora até o ano de 2019.

A regulamentação da lei de hidrocarbonetos e todo o arcabouço de um novo quadro regulatório estão imbricados com a eleição para uma assembléia constituinte em junho próximo.

A Bolívia é uma nação irmã, suas decisões internas são soberanas, mas é inconcebível que a nossa ação diplomática seja neutralizada em razão de eventuais laços de afinidade entre o Presidente Lula e o líder das populações indígenas que democraticamente foi alçado à chefia de estado.

Contratos não podem ser rasgados e os investimentos da Petrobras naquele país constituem patrimônio do povo brasileiro. Não podemos perder de vista essa perspectiva.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “Agência do setor aéreo decola sem verba definida”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 20 de março do corrente.

Segundo a matéria, mesmo antes de sua primeira diretoria tomar posse, já há críticas. Nos bastidores, militares e civis dizem que a nova diretoria é composta por “pilotos sem brevê”. Há outros 394 cargos comissionados a serem preenchidos com salários que chegam a R\$8.300,00 e ainda assim a Agência não tem dotação específica. De onde virão os cerca de R\$250 milhões para a Anac?

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O ESTADO DE S. PAULO

20 mar. 06

Economia

REGULAMENTAÇÃO

Agência do setor aéreo decola sem verba definida

Anac nasce sob críticas de que seus diretores são 'pilotos sem brevê'

Tânia Monteiro
BRASÍLIA

Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva empossar, nesta segunda-feira, a primeira diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o todo-poderoso Departamento de Aviação Civil (DAC) estará em fase de extinção, depois de 75 anos de criação, sendo 65 anos sob o comando da Aeronáutica.

A mudança, embora gradual, é alvo de críticas veladas, já que ninguém quer se indispor publicamente com a nova diretoria e nem com o diretor da mais nova agência reguladora do País, Milton Zuanazzi, indicado diretamente pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Ainda mais que existem 394 cargos comissionados a serem preenchidos, com salários que chegam a R\$ 8.300,00. Mas, nos bastidores, militares e civis ligados à aviação dizem que a nova diretoria é composta por "pilotos sem brevê".

"Recebo as críticas com humildade, mas todos os novos diretores têm perfil ligado ao setor aéreo", declarou Milton Zuanazzi ao Estado, ao apresentar seus planos para o novo posto e assegurar que haverá uma transição "pelo tempo que for necessário" entre a atual diretoria do DAC, composta apenas por militares, e a nova, da Anac, formada, até agora, por três civis e um militar da reserva. Pela legislação da Agência, todos os militares deverão deixar a Anac num prazo de até cinco anos, sendo, no mínimo, 20% a cada ano. Hoje são 2200 funcionários no ór-

gão, dos quais 1400 são militares.

"A Anac é um organismo colegiado. Vamos trabalhar em equipe", justificou Zuanazzi. "Não vejo mudanças radicais a curto prazo. O setor aéreo está ficando cada vez mais competitivo, mas necessita de regulação, não pode ficar ao sabor do mercado."

Dentre as preocupações do novo diretor está a questão do *overbooking*, prática de vender um número de bilhetes superior a oferta de assentos e que atraiu a atenção do governo depois do episódio envolvendo o Comandante do Exército, Francisco Albuquerque, que conseguiu parar um avião para que ele e a mulher pudessem embarcar, no lugar de outros dois passageiros. "O *overbooking* é matéria de preocupação e não pode ser tratado passionadamente", disse. "Se o problema começar a virar prática, ao invés de exceção, a Anac terá meios de punir." Como exceção, diz ele, o *overbooking* é permitido e existe em todos os países do mundo. Na sua opinião, porém, o *overbooking* não pode ser tratado isoladamente, pois ele é uma decorrência do *no show* (passageiros com bilhete que não comparecem para o embarque). "Seria punir as empresas, sem punir os usuários."

Overbooking, no show, atrasos em vôos serão temas, de acordo com Zuanazzi, de "preocupação constante". "Toda vez que o usuário tiver algum prejuízo, teremos que fazer ajustes. É a qualidade da prestação de serviço que está em jogo."

ORÇAMENTO

O diretor de Relações Governamentais do Sindicato das Empresas Aéreas (SNEA), José de Anchieta Helcias, prefere falar sobre a sua preocupação com o fato de não haver dotação específica para a nova agência trabalhar. "Como você pode instalar uma agência sem fonte de recursos?", criticou.

O setor aguarda a assinatura de uma medida provisória pelo presidente Lula que prevê o repasse de R\$ 250 milhões para a

Órgão terá poderes para punir casos de abusos com *overbooking*

Anac. No entanto, o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, apresentou pedido de crédito suplementar de apenas R\$ 104 milhões, verba considerada o mínimo necessário para fazer a Anac começar a funcionar. Mas a Fazenda ainda não deu sinal verde para nenhuma liberação de recursos da nova agência, que terá sua sede em Brasília, ao contrário do antigo DAC, que nunca se conseguiu transferir do Rio de Janeiro para a capital do País.

Além de Zuanazzi, tomam posse hoje na Anac, Leur Lomanto, ex-deputado, relator do projeto de criação da Anac durante o governo Fernando Henrique, o coronel da reserva Luiz Carlos Veloso, chefe-interino do subdepartamento técnico operacional do DAC, e Denise Ayres Cunha, ex-assessoria jurídica da Casa Civil. O titular da quinta vaga, alvo de enormes disputas políticas, ainda não foi escolhido por Lula. ●

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Corretor diz ter visto Palocci com lobistas”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 19 de março do corrente, e que mostra que uma terceira testemunha afirmou ter visto o Ministro Palocci na companhia de seus ex-assessores da Prefeitura de Ribeirão Preto na casa alugada por eles para funcionar como uma “central de negócios”.

Depois do motorista Francisco das Chagas e do caseiro Francenildo dos Santos Costa, surge agora o corretor de imóveis Carlos Magalhães, que intermediou, em 2003, a locação de uma casa para o grupo

conhecido como “República de Ribeirão Preto” e que afirmou ter encontrado com Palocci no imóvel.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“REPÚBLICA DE RIBEIRÃO PRETO” PALOCCI EM APUROS

Nova testemunha alugou casa para “república de Ribeirão” e relata encontro que teve com ministro; dona rompeu contrato quando soube de “farras”

Corretor diz ter visto Palocci com lobistas

ANDRÉA MICHAEL
LEONARDO SOUZA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
Uma terceira testemunha apareceu e afirmou ter visto o ministro Antônio Palocci na companhia de seus ex-assessores da Prefeitura de Ribeirão Preto em um imóvel alugado em Brasília.

Em 2003, o corretor Carlos Magalhães intermediou a locação de uma casa no Setor de Mansões Dom Bosco, bairro nobre de Brasília, para o grupo hoje conhecido como “república de Ribeirão”: Rogério Buratti, Ralf Barquete e Vladimir Poeto.

“Só sei que ele [Palocci] me cumprimentou, falou ‘boa noite’. Eu falei: ‘Boa noite’. Nem quis falar ministro para não chocar”, disse Magalhães ao descrever seu único encontro com Palocci no imóvel. Segundo o corretor, o aluguel da casa (R\$ 9 mil mensais) e uma parcela de R\$ 22 mil que seria destinada à construção de uma quadra de tênis foram pagos pela empreiteira Leão Leão, da qual Buratti foi vice-presidente. Leia a seguir trechos da entrevista.

Folha - Como a casa foi alugada?

Carlos Magalhães - Essa outra casa foi alugada na época pelo Rogério Buratti e pelo Ralf Barquete. Só que o contrato estava em nome de Osvaldo, que eu não sei o sobrenome, da Telecom Cinco Estrelas. Eram US\$ 3,5 mil, uns R\$ 9 mil e pouco por mês.

Folha - Com quem foi firmado o contrato de aluguel?

Magalhães - Não me lembro mais o nome do proprietário. Sei que a mulher dele se chamava Elza e ele não sei o que Kadri [embaixador Jorge Geraldo Kadri]. Eu até dei uns papéis [relativos a esse contrato] à imprensa, com a letra desse Vladimir Poeto.

Folha - Mas o Poeto entra formalmente no negócio?

Magalhães - Entra porque era do grupo. Era o Vladimir Poeto, Rogério Buratti, que queria fazer uma quadra de tênis. Mas a proprietária não permitiu porque ele mandou a metade do dinheiro e depois não mandou o resto.

Folha - Mandou para quem?

Magalhães - Para a proprietária. A quadra ia ficar em R\$ 44 mil. Buratti mandou a metade para a dona e depois não mandou mais nada. Ai ela não aceitou porque achou que eles não iam pagar.

Folha - Durante quanto tempo ficaram na casa?

Magalhães - Acho que ficaram uns seis meses lá, até alugarem essa outra, na QI1.

Folha - O sr. tem contato com o caseiro que trabalhou lá na época?

Magalhães - Não tenho. Ele foi mandado embora e eles trouxeram um lá de São Paulo. Eles não quiseram o menino lá mais não porque ele estava focando, falando que o Palocci estava indo lá, que eles estavam levando mulheres. Era uma confusão. Ai, no dia em que chegou uma mudança de São Paulo, com uns quadros, obras de arte, num domingo, o irmão da dona da casa barrou porque não agüentava mais a farras que eles estavam fazendo na casa.

Folha - O que o caseiro falava?

Magalhães - Ele disse que todo dia de noite chegava lá o Rogério Buratti, esse Ralf, o Vladimir e mais um monte de gente de São Paulo, de Ribeirão Preto, e o ministro ia lá com frequência. O caseiro dizia, mas uma vez eu cheguei a ver o ministro lá.

Folha - Quando?

Magalhães - Faz tempo já. Em 2003, não me lembro bem da data. Eu fui lá medir a quadra, mas o espaço não dava para fazer a quadra que eles queriam. Eu vi o ministro lá umas sete e meia da noite. Eu estava lá e ele chegou.

Folha - Como pagavam a casa?

Buratti diz que não alugou casa com o corretor

DA REPORTAGEM LOCAL

O advogado Rogério Buratti diz que nunca assinou nenhum contrato com o corretor Carlos Magalhães. Confirma que visitou uma casa no setor de mansões Dom Bosco com o corretor, que uma minuta do contrato chegou a ser redigida, mas o negócio não foi adiante.

“Nós não chegamos a alugar formalmente a casa. Foi um negócio que não prosperou”, conta Buratti. O ministro Antônio Palocci nunca foi até o

Magalhães - Pagavam direitinho. Mandavam o dinheiro para a dona da casa. Mandaram dinheiro para mim só nos dois primeiros meses, depois mandaram para ela. Quando ela rescindiu o contrato, ela devolveu os dois últimos meses pagos, mas não devolveu o dinheiro da quadra. Para mim foi uma surpresa desagradável saber que o Ralf tinha falecido. Ele é quem mandava e disse: “Nós não queremos ficar perto do ministro”. Eu tinha casa para eles na península [dos ministros, local de residências oficiais, inclusive a de Palocci]. “Não. Pertinho assim do ministro não é bom.”

Folha - Como foi o dia em que o sr. viu o ministro?

Magalhães - Eu vi ele chegando com esse Ralf. Ele foi conhecer a casa. É uma casa bem afastada. Lá eles podiam fazer a festa que eles queriam, mas o caseiro focou.

Folha - O que o caseiro contou?

imóvel, diz o advogado.

O plano inicial, de acordo com ele, era ter um escritório em Brasília a ser compartilhado pela Leão Leão e o empresário Roberto Carlos Kurzweil. Kurzweil confirma a existência do projeto e a ideia de que o contrato fosse assinado em nome de um funcionário seu, mas diz não se lembrar se o documento foi assinado. “O que eu sei é que a casa não foi alugada nem por um dia”, afirma.

Segundo ele, não faz sentido que o pagamento tenha sido feito pela Cinco Telecom, empresa da qual é sócio. “O que nunca faria o pagamento por meio da Cinco Telecom porque ele tinha outros sócios, que não tinham nada a ver com a ideia de ter essa casa em Brasília”, diz.

Magalhães - O caseiro ganhava R\$ 500. Eles ofereceram R\$ 1.000 para ele, para ele não conversar fiado. Ai eu ia lá, antes de entregar a casa para eles, e o caseiro já estava falando. Ai chegou no ouvido do Rogério Buratti, que me disse: “Olha lá, esse homem já está conversando fiado e nós queremos sigilo”. Ele mandava o dinheiro da Leão Leão para mim, lá de Ribeirão Preto. Um dia eu liguei para ele no celular para falar sobre a quadra. Ele estava em Paris. Disse para eu passar um fax que a secretaria dele liberaria o dinheiro. Eles mandaram R\$ 22 mil, que caiu na conta da dona Elza. Como a quadra não deu o tamanho que eles estavam querendo, disseram que não iriam mais fazer. Ela não quis devolver o dinheiro, para ficar como garantia do aluguel.

Folha - Como eram feitos os pagamentos do aluguel no começo?
Magalhães - Enquanto dona El-

za estava morando no Brasil os pagamentos eram feitos diretamente para ela. Depois que ela foi morar no Paraguai com o dr. Jorge, aí não tinha mais como. Mas, nos últimos dois meses, ela não queria mais porque eles não arrumaram avalista. Ai aconteceu isso aí: o Rogério Buratti queria colocar o contrato no nome dele e da ex-mulher dele, que se chama Elza também. A proprietária não aceitou. Eu disse: “Dona Elza, deixa eles aí, porque eles estão pagando direitinho”. Ela respondeu: “Mas o meu caseiro me contou umas coisas, eu não estou satisfeita. Está levando mulher para lá, fazendo baderna”. Eles chegaram com uma conversa que a casa ia ser para o ministro.

Folha - O caseiro...

Magalhães - Mas não era esse caseiro [Francenildo dos Santos Costa] que falou bobagem, não. O Francenildo eu acho que não mentiu. Muitas das coisas que eu estava ouvindo ontem [no depoimento de Francenildo à CPI dos Bingos] bateram igualzinho... O Ralf é que mandava neles todos, porque é amigo do ministro.

Folha - O sr. se lembra em que carro o ministro chegou à casa?

Magalhães - Não sei. Acho que era um Omega. Sê sei que ele me cumprimentou, falou “boa noite”. Eu falei: “Boa noite”. Nem falei ministro para não chocar. Ele falou: “Boa noite, como vai o senhor?”. Foi muito educado. Ai eles entraram na casa e eu fiquei do lado de fora, com um outro rapaz, medindo a quadra.

Folha - O sr. recebeu pagamentos, então?

Magalhães - Só esses últimos dois, mas ela não queria eles, não.

Folha - Como foram pagos esses meses?

Magalhães - Eles mandaram na minha conta. A secretária do Buratti é que mandava pra nós.

FRASES

Só sei que ele [Palocci] me cumprimentou, falou ‘boa noite’. Eu falei: ‘Boa noite’. Nem quis falar ministro para não chocar

Ele [Barquete] é quem mandava e disse: “Nós não queremos ficar perto do ministro. (...) Pertinho assim do ministro não é bom

Eles não quiseram o menino [caseiro] mais lá porque ele estava falando que o Palocci estava indo lá, que eles estavam levando mulheres. (...) No dia em que chegou uma mudança de São Paulo, o irmão da dona da casa barrou porque não agüentava mais a farras que eles estavam fazendo na casa.

CARLOS MAGALHÃES
corretor de imóveis em Brasília

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial do jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 25 de março de 2006.

“A tática da confusão”, texto objetivo, claríssimo, esclarece o modo típico como o governo Lula age, aliás, não age. O governo Lula “reage”, quando muito. “Confirma-se que confundir o público tem sido a tática deliberada de defesa do governismo”. Também esclarece que a intenção da CPI dos Bingos não é saber da vida familiar do Ministro Palocci mas sim se ele mentiu ao negar ter freqüentado uma casa em Brasília, mantida por lobistas e “escroques de Ribeirão Preto”.

O jornal arremata: “O destino de Palocci não pode ser confundido com a condução da macroeconomia. O fiador da política econômica é o Presidente da República”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

A TÁTICA DA CONFUSÃO

São mais do que precárias as condições políticas de um ministro de Estado obrigado a se isolar como um foragido. Antonio Palocci Filho há quase duas semanas *impõe-se uma espécie de auto-exílio, furtando-se a dar expediente na Fazenda. Ontem escudou-se em um cerrado esquema de segurança para não ser questionado pela imprensa durante cerimônia na capital paulista. Na Câmara Americana de Comércio, livre para falar sem ser interpelado, Palocci fez um desabafo. Afirmou que tem mantido distância dos jornalistas porque se julga vítima de uma disputa política que não poupa a sua intimidade nem a sua família; que não responde às últimas acusações por serem baixas e ofensivas; e que a economia vai caminhar bem mesmo com a política conturbada.*

Confirma-se que confundir o público tem sido a tática deliberada de defesa do governismo nesse lamentável episódio. O estratagema ficara patente quando o PT apelou ao Supremo para sustar -em nome do resguardo da intimidade- o depoimento na CPI do caseiro que contradiz Palocci, quando o presidente da República advertiu que “resolveram mexer na economia” e no kafkiano episódio do uso do Estado para intimidar uma testemunha.

A intimidade e a vida familiar do ministro Palocci não estão em jogo. O que se quer saber é se o ministro mentiu, em atitude incompatível com o exercício do cargo, ao negar ter freqüentado uma casa mantida em Brasília por lobistas e escroques de Ribeirão Preto. Três testemunhas contestam a informação transmitida por Palocci à CPI de que ele, como ministro, não visitou a mansão do Lago Sul. É seu dever dirimir essa contradição.

Além disso, o destino de Palocci não pode ser confundido com a condução da macroeconomia. O fiador da política econômica é o presidente da República, e é dele que deve ser cobrado o compromisso de manter o arranjo atual, seja qual for o desfecho do escândalo que se abate sobre o seu auxiliar da Fazenda.

A SR^a. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “No labirinto”, da jornalista Mirian Leitão, publicada na coluna Panorama Econômico do jornal **O Globo** de 23 de março de 2006.

O artigo destaca a trajetória do jovem Paulo Eduardo que, com 18 anos, perdeu as duas pernas e cinco anos depois recebeu o prêmio Faz Diferença do Globo quando subiu, andando, os degraus do palco. Esse jovem em seu discurso falou da luta dos 25 milhões de brasileiros com deficiência e com isso mostrou o quanto nosso País está atrasado no que diz respeito

à concessão de cidadania a essa parcela de nossa sociedade.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PANORAMA ECONÔMICO

MIRIAN LEITÃO

No labirinto

“O jovem Paulo Eduardo tinha 18 anos quando ouviu de um paramédico: “Você perdeu as duas pernas e terá que viver com isso.” Esta semana, cinco anos depois, ele subiu, andando, os degraus do palco do Copacabana Palace para receber o Prêmio Faz Diferença do GLOBO. Num discurso forte e emocionado, falou da luta de todos os brasileiros com deficiência: “Somos 25 milhões.”

Há muita notícia ruim nas páginas do jornal. Não é preferência nossa pelo errado, é este o nosso ofício e há abundante oferta desta matéria-prima: a má notícia. No prêmio que damos para os que fazem diferença em cada área, somamos o certo numa noite só. Fica uma sensação de que o país avança pela força de seus cidadãos, a despeito dos percalços e erros.

Se duvidar, faça as contas: uma mulher sozinha, que a imprensa batizou de dona Vitória, com 80 anos, decide gravar durante dois anos os crimes que aconteciam diante de sua janela, e isso leva à prisão 29 traficantes, entre eles 9 policiais cúmplices. Um deputado, Fernando Gabeira, do seu microfone no plenário, alerta o presidente da Câmara que ele está em contradição com o Brasil, e o presidente cai. Duas atrizes, Marieta Severo e Andréa Beltrão, pressionadas pela falta de espaço teatral no país, alimentam o sonho de construir um teatro, e constroem mesmo. Um médico, Drauzio Varella, decide usar novos meios para cumprir seu papel de salvar vidas e consegue, ao mesmo tempo, informar e fazer boa televisão. Um ginasta, Diego Hipólito, fratura a tibia, fica seis meses sem treinar, recupera-se e volta a disputar com garra campeonatos mundiais. No último

Jorge Gerdau. Premiou também um fenômeno de marketing, as sandálias Havaianas que, com 42 anos de existência, renovaram-se, viraram moda e são exportadas para 80 países. Delas, por ano, produzem-se 150 milhões de pares. E outra empresa, a Natura, que abraçou de tal forma a causa ambiental que a atitude agregou valor à sua marca, mostrando uma mudança de valores do próprio consumidor.

Dois conjuntos musicais ganharam prêmio: o Rappa e o Afroreggae. Ambos agradeceram ao poeta Waly Salomão por lhes dar força, orientação, apoio em momentos de dificuldade: um poeta baiano passou pelo Rio e fez toda a diferença no seu curto tempo de vida. Os dois grupos, que hoje vão muito além da música e mudam a perspectiva de vida de milhões de jovens, tiveram no nosso doce Waly uma força que eles não esqueceram.

Quando o Airolata entrou, com o Afroreggae no palco, com seus instrumentos de percussão feitos de lata, com uma energia inquietante, na entrega do Personalidade do Ano, os tapetes do Copacabana Palace começaram a sair do lugar, a força transbordava. Era o fim de uma noite de muita emoção. Paulo Eduardo Aagaard, o Pauê, foi incrível: o rosto menino, a

domingo, recebeu duas medalhas. Um pensador, Adauto Novaes, conseguiu montar ciclos de palestras com temas profundos e inquietantes e pôs 10 mil cabeças para pensar. Um cineasta, Breno Silveira, fez um filme simples, a saga de um brasileiro comum, que virou a maior bilheteria em 20 anos, batendo as produções estrangeiras. E ele já está de olho em outras sagas, histórias de pessoas, de brasileiros. Uma cientista, Mayana Zatz, que vai à luta, tentando convencer deputados de que era fundamental permitir a pesquisa com células embrionárias, e é bem-sucedida em seu desafio. E avisa à imprensa — que ela chamou de aliada — que vai nos convocar para outras brigas. Um epidemiologista, Luiz Loures, mergulha no programa brasileiro contra a Aids e vira o diretor de Iniciativas Globais, um dos postos mais altos do Programa de Aids das Nações Unidas. No discurso, contou que o Brasil fez diferença no mundo neste assunto: fez um programa pioneiro de combate à epidemia que virou modelo mundial, copiado por vários países. Mas alerta que a luta contra a Aids é a luta contra outras mazelas: a violência contra a mulher, por exemplo.

Na economia real, terreno tão repleto de más notícias, o jornal premiou o presidente de uma empresa que tem mais de 100 anos, vai muito bem de saúde e virou empresa globalizada, mantendo-se brasileira: a Gerdau, de

força inesperada e um discurso claro comoveram. Depois do acidente, ele virou um desportista, ganhou o campeonato mundial de triatlo para biamputados no México e se prepara para a mais difícil prova do gênero no Havaí. Sua fala é clara, ele estende sua visão aos outros milhões que precisam de apoio para vencer.

Dona Vitória, uma pessoa da qual não sabemos nome nem rosto, não pôde ir, pois está no Programa de Proteção à Testemunha, mas mandou um impressionante depoimento gravado por ela mesma. A personagem, descoberta pelo repórter Fábio Gusmão, do “Extra”, dá uma lição que vai além até da prisão de 29 pessoas. Ela disse que não é fácil viver o que está vivendo, que não se sente heroína, apenas fez o que era natural e espera que outras pessoas façam também a sua parte; no fim, lembra que o Brasil não tem que aceitar o que aceita, porque não é uma colônia, é um país livre. Sua mensagem ficou mais forte porque dita por aquela voz com misturador, por uma pessoa que tem que se esconder por ter feito a coisa certa. O Brasil tem andado de baixo astral pelos inúmeros erros dos políticos e das instituições, pelo crime que se alastra parecendo invencível, mas quem faz a soma dos atos de pessoas, comuns ou famosas, velhas ou jovens, fica com a doce sensação de que a gente vai encontrar a saída deste labirinto.

E-mail para esta coluna: paneco@oglobo.com.br

COM DÉBORA THOMÉ

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Casa Civil veta acesso a gastos do Planalto”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 23 de março do corrente.

A matéria mostra que “A Presidência da República decidiu suspender o acesso do Senado aos comprovantes de despesas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva efetuadas com dinheiro sacado das contas dos cartões corporativos.” O parecer, assinado pela Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, negou o acesso às despesas efetuadas com o Presidente da República “por se tratarem de informações sigilosas”.

Concordo com o Senador Alvaro Dias: “É um absurdo impedir o Congresso Nacional de realizar seu papel constitucional de fiscalizar o Executivo”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

BRASIL

FOLHA DE S. PAULO

ESCALAFÃO DO “LUSOBRASÃO”/PRESIDENTE NA MIRA

Análise em saques de cartões corporativos foi proibida por questões de segurança, diz ministério; técnico do TCU fiscalizava a pedido do Senado

Casa Civil veta acesso a gastos do Planalto

RUBENS VALENTE
DA SECURSA DE BRASILIA

A Presidência da República decidiu suspender o acesso do Senado aos comprovantes de despesas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva efetuadas com dinheiro sacado das contas dos cartões corporativos da Casa Civil.

Após a aprovação de um requerimento apresentado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a Mesa do Senado credenciou um técnico do TCU (Tribunal de Contas da União) para analisar as prestações de contas.

A oposição queria averiguar as suspeitas de uso indevido dos cartões, além da idoneidade das notas fiscais apresentadas como

comprovante dos gastos daqueles que têm a prerrogativa de utilizar os cartões. Já surgiram suspeitas de notas fiscais sem contrapartida na utilização dos cartões corporativos. A Casa Civil já realizou sindicância sobre o caso.

O técnico foi aos arquivos da Presidência por cerca de 20 dias. Quando a pesquisa avançou para os gastos do presidente, contudo, a Casa Civil resolveu intervir. O técnico foi proibido de ter acesso aos documentos, o que causou revolta entre alguns senadores.

“Deve-se negar imediatamente acesso do servidor a serviço do

Senado aos processos de prestação de contas relativos ao uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), mormente aqueles relacionados a despesas efetuadas com o presidente da República, por se tratar de informações sigilosas”, afirmou, em parecer assinado pelo assessor Fernando Luiz Faria e datado do último dia 10 de março, a Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil.

Segurança

No parecer, a Casa Civil argumenta razões de risco para a segurança de Lula e de seus familiares.

“Sobre o prisma da segurança do presidente, de seus familiares e de chefes de Estados e governos estrangeiros em visita ao país, a possibilidade de acesso a essas informações deve ser examinada com prudência, pois com as simples informações contidas em ex-

tratos das faturas dos cartões, tais como locais de estadia, gastos com alimentação e despesas com transporte, pode-se estimar o número de pessoas destinadas à segurança das mencionadas autoridades, o percurso, o local de hospedagem e os meios de transporte

comumente utilizados”, diz o parecer feito pela Casa Civil.

“É absurdo impedir o Congresso Nacional de realizar seu papel constitucional de fiscalizar o Executivo”, reagiu Alvaro Dias, ao saber do teor da justificativa para impedir o acesso do funcionário.

Na última segunda, o primeiro-secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), enviou ofício a Dias para afirmar que “não há irregularidade nenhuma a sanar a tramitação do requerimento”, sendo, portanto, improcedente o parecer da Casa Civil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “A republiquetista de Lula”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 25 de março do corrente.

O autor destaca que “a sanha com que o governo Lula se atira sobre o caseiro Francenildo não é apenas coisa de gânsters, como diz o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato. É também coisa de republiquetista bananeira, dessa em que todo

o aparelho de Estado está a serviço não do público, mas dos ocupantes de turno do poder”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

A republiqueta de Lula

SÃO PAULO - *A sanha com que o governo Lula se atira sobre o caseiro Francenildo não é apenas coisa de gâsters, como diz o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato. É também coisa de republiqueta bananeira, dessas em que todo o aparelho de Estado está a serviço não do público, mas dos ocupantes de turno do poder.*

Os Somozas faziam a mesmíssima coisa. No Brasil, só faltam o poder absoluto e as violências que o acompanham, porque o resto, especialmente o deboche, está presente.

Investiga-se o caseiro por suposta suspeita de lavagem de dinheiro, mas não se tem notícia de investigação parecida sobre “os mensaleiros”, embora alguns até tenham confessado o crime do caixa dois (“coisa de bandido”, segundo o ministro da Justiça).

Aliás, o caseiro teve o azar de cair na magérrima cota de 0,5% das investigações efetivamente feitas sobre as 85 mil comunicações de supostas irregularidades nesse campo.

Ou seja, “para os amigos tudo, para os inimigos todo o rigor da lei, quan-

do possível”, frase que se atribui a Benedito Valladares (1892/1973), condestável da República Velha.

Na republiqueta lulo-petista, “coisa de bandido”, como o caixa dois, vira apenas “erro dos companheiros”. Mentira, em depoimento à CPI, vira, na novílingua da republiqueta, “imprecisão terminológica”. Crime de violação do sigilo bancário vira “divulgação indevida”.

Maquiam cotidianamente a podridão com o caixa dois do idioma.

Eu, que achava que a corrupção e a desfaçatez do governo Collor seriam imbatíveis para todo o sempre, começo a desconfiar que estava completamente equivocado.

Não sei, ninguém sabe, se a corrupção é maior agora, com Collor ou no governo Fernando Henrique. Ninguém investiga a sério, a não ser caseiros. Mas não me lembro de nenhum “collorido” ter bancado Carmen Miranda de republiqueta no plenário, como fez Ângela Guadagnin, obviamente do PT.

@ → crossi@uol.com.br

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE) Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Palocci fica no cargo, mas oposição eleva o tom das críticas”, publicada no jornal Valor Econômico de 20 de março do corrente.

A matéria comenta a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. O “vazamento” das informações, como o governo insiste em chamar, revoltou a oposição. “Há meses a CPI dos Bingos tenta quebrar o sigilo bancário de Paulo Okamoto (Presidente do SEBRAE) e não consegue”, observou o líder Arthur Virgílio.

O Deputado Roberto Freire acrescentou: “Fazem essa devassa ilegal porque trata-se de um trabalhador humilde, que presenciou fatos que abalam, desmascaram o governo”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Congresso Ministro tem o apoio do governo e do PT para permanecer no ministério até fim do mandato

Palocci fica no cargo, mas oposição eleva tom das críticas

**Cristiano Romero
e Paulo de Tarso Lyra**
De Brasília

A oposição decidiu questionar o governo sobre a quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Informações publicadas no fim de semana pela revista "Época" mostram que o caseiro, que testemunhou semana passada contra o ministro Antonio Palocci na CPI dos Bingos, teria recebido R\$ 38.860 em depósitos feitos, nos últimos três meses, em sua conta na Caixa Econômica Federal. O governo desconfia que Francenildo recebeu o dinheiro para fazer acusações a Palocci.

O vazamento das informações bancárias do caseiro revoltou a oposição. O presidente do PPS, deputado Roberto Freire (PE), informou ontem que seu partido entrará com representação criminal, no Ministério Público, em Brasília, contra a quebra ilegal do sigilo bancário de Francenildo. A CPI dos Bingos exigirá, por sua vez, explicações da Caixa Econômica Federal, banco estatal que é vinculado ao Ministério da Fazenda. Senadores da oposição prometem ir hoje à tribuna interpellar o governo.

"Hoje é o direito do caseiro a ser

todo o ministério e do PT. "Se depender do presidente, enquanto as denúncias estiverem no campo pessoal, não há qualquer hipótese de Palocci deixar o ministério", assegurou o ministro da coordenação política, Jaques Wagner.

O governo continua com o discurso ensaiado de que os ataques da oposição têm um viés eleitoral. "Eles estão vendo que as pesquisas nos colocam à frente. Se continuarmos assim e com as perspectiva de crescimento da economia, o que resta a eles é tumultuar. Arrumaram um jeito agora", acusou Wagner. Para o ministro, se "eles

violado. Amanhã pode ser o de qualquer outro cidadão. Basta ser inimigo do governo para se tornar alvo de um Estado cujas instituições estão sendo usadas para perseguir, como ocorre em regimes ditatoriais", afirmou o deputado Roberto Freire em nota oficial. "Estamos ou não em um estado de direito? Como é que uma instituição financeira do governo, como a Caixa, e quem sabe o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), ambos subordinados ao ministro que é alvo do desmentido de Francenildo, quebram sorrateiramente o sigilo bancário de um trabalhador e repassam toda a sua movimentação bancária à imprensa? A intenção óbvia é desqualificar um homem que desmentiu o ministro Palocci. Para isso se ultrapassaram todos os limites do respeito aos direitos individuais, rasgaram as leis, desprezaram a democracia; usaram o Estado para cometer crime em prol de um ministro, de um partido."

"Há meses a CPI dos Bingos tenta quebrar o sigilo bancário de Paulo Okamoto (presidente do Sebrae) e não consegue", observou o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). No início de 2003, Okamoto pagou quase R\$ 30 mil

baterem três, quatro, cinco dias e Lula deixar claro que não vai mudar o ministro, vão acabar parando". "No meio dessa guerra toda, estamos nos reagrupando", celebrou ontem um ministro. "Vamos para a guerra!"

Ir para a guerra, segundo esse ministro, é jogar com as supostas armas da oposição. Para o governo, o depoimento do caseiro contra Palocci foi uma "armação" feita pela oposição. Como Francenildo alegou que o dinheiro depositado em sua conta veio de seu pai, o empresário piauiense Eurípedes Silva, o governo suspeita que um políti-

co daquele Estado estaria por trás da suposta manobra.

de uma dívida do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o PT. A CPI tentou, sem sucesso, quebrar o sigilo de Okamoto, que é amigo do presidente, para saber como ele conseguiu o dinheiro. "Com que cara ficam os correntistas da Caixa depois desse vazamento de dados bancários?", indagou Virgílio.

"Fazem essa devassa ilegal porque trata-se de um trabalhador humilde, que presenciou fatos que abalam, desmascaram o governo", acrescentou Freire. Na representação criminal, o PPS também exigirá explicações da Polícia Federal, que teria, segundo o partido, soliciitado o cartão bancário do caseiro quando ele esteve na sede da instituição para depor.

No governo, a ordem do presidente Lula é defender Palocci. O ministro permanecerá no cargo. Segundo dois ministros ouvidos pelo Valor, Palocci descartou a possibilidade de se desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições deste ano. Pelas regras, ele teria que fazer isso até o próximo dia 31.

Ao contrário do que aconteceu nas crises anteriores que o atingiram, o ministro desta vez não pediu demissão do cargo. Pela primeira vez, tem também o apoio de

O que complica a tese do governo é que, em entrevista ao jornal "O Estado de São Paulo", a mãe do caseiro, Benta Maria dos Santos Costa, teria confirmado que Eurípedes Silva é pai de seu filho e que ele teria depositado o dinheiro por ter fechado um acordo, reconhecendo a paternidade e, assim, evitando sofrer uma ação judicial. "É uma guerra. Não vai parar. A oposição não vai recuar. Eles querem nos tirar do poder à tapa, mas ninguém ganha eleição só jogando lama", disse um ministro.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Um assessor sob suspeita”, publicado no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 21 de março do corrente.

O artigo destaca que quatro pessoas, de setores distintos do governo, disseram ontem ao jornal **Correio Braziliense** que as informações bancárias do caseiro Francenildo dos Santos Costa foram divulgadas por um assessor do ministro da Fazenda Antonio Palocci. Segundo essas pessoas, o assessor dá expediente a poucos metros do gabinete do chefe, está com ele

desde o início do governo e tem acesso a todas as informações da área na “jurisdição” da Fazenda.

Senhor Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CORREIO BRAZILIENSE

CRISE ETICA

Surgem indícios de que o vazamento de informações bancárias de Francenildo dos Santos partiu de funcionário do Ministério da Fazenda. O extrato teria sido retirado quando o caseiro estava na PF

UM ASSESSOR SOB SUSPEITA

LÚCIO YAZ, UGO BRAGA,
VICENTE NUNES E
LILIAN TAHAN
DA EQUIPE DO CORREIO

Quatro pessoas, de setores distintos do governo disseram ontem ao **Correio** que as informações bancárias do caseiro Francenildo dos Santos Costa foram divulgadas por um assessor do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Este assessor dá expediente a poucos metros do gabinete do chefe, está com ele desde o início do governo e tem acesso a todas as informações de qualquer área na “jurisdição” da Fazenda.

A informação é grave porque os dados bancários do caseiro fo-

ram vazados com o propósito de desacreditá-lo como testemunha. Ou seja, alguém de dentro do gabinete de Palocci teria divulgado uma informação resultante de quebra ilegal de sigilo bancário de um cidadão que não é investigado em nenhuma instância policial ou judiciária com o único objetivo de difamá-lo e, com isso, reduzir a credibilidade de seu testemunho.

Lobistas

Na última quinta-feira, Francenildo foi à CPI dos Bingos e reafirmou ter visto Palocci na casa da Q1 01 do Lago Sul alugada em 2003 pelo economista Vladimir Poleto. O imóvel serviu de base para o grupo de lobis-

tas acusado de extorquir R\$ 6 milhões da multinacional Gtech, na renovação de um contrato de R\$ 650 milhões com a Caixa Econômica Federal assinado em abril de 2003. Palocci disse que jamais foi à mansão. Francenildo o desmentiu, reconhecendo-o como frequentador da residência.

Na noite do mesmo dia, o site da revista *Época* reproduziu na internet informações do extrato de uma conta-poupança mantida por Francenildo na Caixa Econômica Federal. Os dados mostravam depósitos totalizando R\$ 38 mil feitos nos últimos dois meses por um empresário do Piauí. A partir daí, aliados do governo passaram a sugerir que o depoi-

mento do caseiro fora comprado e, portanto, não merecia crédito.

O extrato bancário de Francenildo foi tirado às 20h58 da quinta-feira. Na ocasião, o caseiro estava dentro da Polícia Federal, inscrevendo-se no programa de proteção a testemunhas. Ele já informou ter entregue todos os seus documentos — inclusive o cartão do banco — a um agente da corporação, que teria passado 20 minutos com eles fora de sua vista.

O **Correio** procurou o assessor suspeito de ter vazado os dados do caseiro, mas ele não respondeu os contatos da reportagem. Como todos os informantes pediram anonimato, o jornal decidiu resguardar o nome do assessor do ministério.

ENTENDA O CASO

Lobistas na mansão do Lago Sul

Em 2003, ano da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um grupo de lobistas veio de Ribeirão Preto (SP) se instalar em Brasília tentar intermediar negócios com o governo. Este grupo era formado pelo advogado Rogério Burattti, pelo economista Vladimir Poleto e pelo empresário Roberto Carlos Kurzweil. Todos são ligados ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, desde a época em que ele administrou a cidade de Ribeirão Preto.

No início daquele ano, Poleto alugou uma mansão na Q1 01 do Lago Sul. Lá, fazia reu-

nidades com empresários, dava festas e churrascos. Recebia Ralf Barquette e Ademirson Ariovaldo da Silva, ambos ligados a Palocci. O primeiro era assessor especial da presidência da Caixa. O outro, secretário particular do ministro.

Quatro meses depois da posse, a Caixa e a Gtech negociaram a renovação de um contrato de R\$ 650 milhões referente aos serviços de controle e processamento das loterias federais. Este contrato é uma das linhas de investigação da CPI dos Bingos. Para examiná-lo, a

comissão quebrou os sigilos fiscal, bancário e telefônico do grupo apelidado de “República de Ribeirão Preto”.

E descobriu uma frenética troca de ligações entre os personagens nos dias críticos da negociação. O celular do secretário pessoal do ministro participa dessas conversas. Chamados a se explicar, todos eles se disseram amigos e afirmaram que falavam apenas amenidades nos telefonemas. Palocci negou até mesmo que sequer tenha ido à mansão onde o grupo se orga-

nizava e se confraternizava.

Em janeiro, o **Correio** publicou reportagem mostrando que os dados do sigilo telefônico de Ademirson contém indícios de que o aparelho era usado de fato pelo chefe dele. No início deste mês, a CPI ouviu o motorista Francisco das Chagas Costa, que trabalhou para Poleto e afirmou que Palocci foi sim à casa. Na semana passada, o caseiro Francenildo dos Santos Costa compareceu à comissão e confirmou a informação: Palocci não foi à casa umas poucas vezes, mas frequentou-a.

Troca de acusações

A violação do sigilo abriu uma nova frente de crise no Congresso. O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou um requerimento à presidência do Senado pedindo que a Casa solicite a quebra do sigilo da conta corrente, da poupança e de operações com cartão de crédito de Francenildo. Na justificativa, o senador petista diz que o Senado encontra-se em uma encruzilhada: "O depoimento prestado foi fidedigno ou contaminado por favorecimentos?", questionou. A CPI dos Bingos, o caseiro afirmou que o

ministro da Fazenda, Antonio Palocci, frequentava a mansão do Lago Sul conhecida como "República de Ribeirão". A casa era ponto de encontro de ex-assessores do ministro envolvidos em irregularidades.

A atitude de Tião Viana provocou uma reação de Francenildo, que à noite telefonou para o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) colocando à disposição o seu sigilo bancário completo. Segundo o senador, o caseiro disse que "espera que os ricos investigados façam o mesmo".

Constrangendo ainda mais o PT, a oposição contra-atacou e resolveu requisitar ao plenário do Senado dados que a CPI dos Bingos ainda não obteve. O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresentou requeri-

mento pedindo a quebra do sigilo, nos últimos cinco anos, do filho do presidente Lula Fábio Luís. Ele é acusado de se beneficiar em contratos firmados com a empresa Telemar.

Os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) decidiram apresentar um requerimento nos mesmos moldes, exigindo a quebra de sigilo do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, que teria pago uma dívida pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), reagiu: "Isso é inadmissível". Os pedidos vão agora para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Dificilmente serão acatados. Já ontem, muitos senadores reagiram, argumentando que os pedidos são ilegais. (LT e LS)

Jobim: "Afronta à Constituição"

LILIAN TAHAM E
LETICIA SANDER

DA EQUIPE DO CORREIO

A divulgação dos dados bancários de Francenildo dos Santos também provocou a desaprovação do Poder Judiciário. Ontem, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, considerou a quebra de sigilo de Francenildo "uma afronta à Constituição" e disse que atitudes como essa devem ser evitadas a qualquer custo: "Não podemos conviver com esse tipo de situação, porque senão isso não pára", alertou.

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, repriminou a divulgação da movimentação bancária do caseiro. "É necessário que haja a cabal investigação desse episódio. Do contrário, vamos parar num clima de vale-tudo político, de selvageria que não interessa a ninguém", avaliou Mendes.

A Ordem dos Advogados do

Brasil (OAB) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) também reagiram à quebra de sigilo de Francenildo. O presidente da OAB, Roberto Busato, classificou o episódio como gravíssimo e qualificou os responsáveis pela quebra do sigilo de gangsters. "Uma coisa é procurar desqualificar a acusação. Isso faz parte do jogo político. Mas desqualificar quem faz a acusação, como o que ocorreu é trabalho de gangster".

Blindagem

Busato associou o caso de Francenildo à providência do governo de blindar o presidente do Sebrae e amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Paulo Okamoto. Ele é acusado de usar dinheiro de caixa dois para pagar dívidas pessoais do presidente e seus familiares. Mas apesar dos indícios de corrupção, Okamoto está protegido por uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que impede a quebra de sigilo bancá-

rio, telefônico e fiscal. "A quebra ou não de sigilo é usada acima da lei, de acordo com a necessidade. No caso de Okamoto, foi preservado o sigilo, ele é amigo do presidente Lula e era acusado de usar a conta bancária para pagar despesas nebulosas do presidente", compara.

Busato diz que na hipótese de que seja confirmada a participação de órgãos federais na divulgação dos dados, o caso se torna potencialmente mais grave. "Demonstra que governo persiste na falta de ética que envergonha a nação, rodando a ciranda de delitos, crimes e quebras de direito para se dar bem", critica. "Isso é um típico recado de intimidação e de que o Estado pode estar serviço de interesses políticos quebrando até mesmo garantias constitucionais antigas. Uma atitude como essa acaba gerando clima de insegurança total no país", completou o presidente da AMB, Rodrigo Collaço.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Moral torta”, publicada na revista **Veja** em sua edição de 29 de março do corrente.

A matéria destaca a grotesca atitude da deputada petista Ângela Guadagnin, que depois da absolvição do deputado petista João Magno ensaiou uma dança comemorativa no plenário da Câmara dos Deputados. O escândalo que foi a absolvição do deputado deveria ser recebido em silêncio, mas a deputada achou por bem

festejar. Isso ilustra bem o grau de degradação moral do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

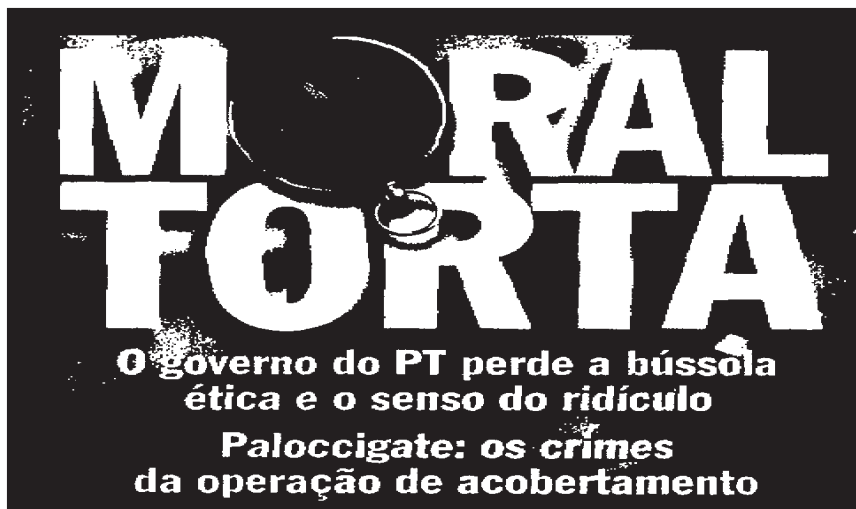
Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



Se são maus os exemplos, mais as pessoas vão se sentir liberadas para recorrer a “jeitinhos” e “tirar vantagens”.

Na semana passada, o Ibope divulgou os resultados de um estudo intitulado “Corrupção na política: eleitor vítima ou cúmplice?”. Duas mil pessoas foram entrevistadas ao longo do mês de janeiro, e as conclusões são incômodas. Quase 90% dos entrevistados declararam que os políticos brasileiros agem pensando apenas em seu próprio benefício, e 82% dizem que a classe política brasileira em geral é corrupta. Para 95% dos entrevistados, superfaturar obras públicas ou desviar recursos do governo para fins próprios são práticas inaceitáveis, e 89% consideram o caixa dois igualmente inadmissível. As coisas se confundem na segunda parte do levantamento. De maneira abstrata, o brasileiro se acha melhor do que os políticos que o representam: 64% consideram que o povo, em geral, é honesto. Ao mesmo tempo, 75% dos entrevistados admitiram que, se eleitos para um cargo público, poderiam “cair na tentação” de se locupletar. E 98% afirmaram que pessoas de suas relações já praticaram pelo menos um ato condenável — como pagar suborno para escapar de uma multa, apresentar atestados médicos falsos ou consumir produtos piratas. Os resultados da pesquisa revelam uma dicotomia: a população repudia firmemente a corrupção, mas comete e tolera desonestidades.

Constatações desse tipo não são propriamente uma novidade. As ciências so-

A DANÇA DA IMPUNIDADE

Na semana passada, depois que seu colega petista João Magno escapou da cassação, a deputada Ângela Guadagnin ensaiou uma dança comemorativa no plenário da Câmara. Magno recebeu mais de 400 000 reais do valerióduto. O escândalo que foi sua absolvição deveria ser recebido em silêncio, mas Ângela actuou por bem festejar. Foi um retrato grotesco do cinismo na política

O vídeo da comemoração em www.veja.com.br

ciais brasileiras têm uma longa tradição de análise desse paradoxo. No clássico *Raízes do Brasil*, de 1936, Sérgio Buarque de Holanda usou a expressão “homem cordial” para designar a tendência do brasileiro de se guiar sempre por princípios familiares e afetivos, mesmo no trato de questões que deveriam exigir uma postura distanciada e abstrata. O antropólogo Roberto DaMatta retoma e atualiza esse raciocínio ao falar de uma “ética da casa”, que coloca os interesses privados à frente de tudo o mais e só reconhece direitos a quem é parente, amigo ou companheiro. A implicação mais evidente dessa tendência a tratar o Estado como se fosse uma ex-

tenção da própria casa é o nepotismo. Mas, em certa medida, a corrupção também é determinada por ela. O escritor argentino Jorge Luis Borges, em um ensaio irônico sobre seus compatriotas, deixou uma nota que poderia valer para o Brasil: “O Estado é impessoal; o argentino só concebe uma relação pessoal. Por isso, para ele, roubar dinheiro público não é crime”.

A pesquisa do Ibope e argumentos desse tipo parecem dar razão aos que pensam que o público e o privado estão numa relação inextricavelmente doentia no Brasil. O antídoto contra o pessimismo é a história recente de conquistas institucionais do país. Contrariando o que disse Sérgio Buarque de Holanda numa das passagens mais amargas de *Raízes do Brasil*, a democracia já deixou de ser um mero “mal-entendido” no país. Até as tradições do homem cordial vão sendo, aos poucos, derrotadas — o fim do nepotismo no Judiciário é um bom exemplo disso. Numa democracia, além disso, a ideia de que sociedade e governo são a mesma coisa não se sustenta. Ela pertence a outras realidades.

O mais chocante nas transgressões atuais do governo é o fato de que elas são um ataque organizado à ética pública. “O partido que prometia ser republicano e anunciava um governo transparente reitera os velhos costumes dos coronéis. É um escândalo”, diz o filósofo Roberto Romano, da Unicamp. Na infame entrevista de Paris, o presidente Lula tentou desculpar o caixa dois com o argumento de que essa contabi-

lidade alternativa é uma praxe antiga no Brasil. Diante dos fatos que vão derrubando seus auxiliares mais próximos, ele mantém o discurso de que nunca soube da corrupção. Os deputados pegos com a mão no valerioduto defendem-se com a teoria de que "só tomaram o dinheiro para pagar dívidas de campanha", como se a finalidade dada a recursos ilícitos de algum modo os tornasse menos sujos. E o argumento é aceito no Congresso. O cinismo diante dos descabros políticos ganhou sua imagem exemplar na semana passada, com a grotesca dancinha com que a deputada Angela Guadagnin comemorou a não-cassação do seu colega mensaleiro João Magno.

Não há argumento que permita desculpar as contravenções que os brasileiros cometem no dia-a-dia — muito menos o de que o mau exemplo vem de cima. Assim como os desmandos petistas, as sonegações, as trapaças e mesmo aqueles gestos que não são contra a lei, mas quebram a civilidade, são um atraso para o país. Mas imaginar que em algum momento futuro os dilemas éticos vão sumir é irreal. Os conflitos de moralidade são um dos grandes temas do pensamento contemporâneo. Sua expressão mais dramática está nas falas do papa Bento XVI. Em sua carreira de teólogo, ele sempre atacou o relativismo — a teoria de que não existem critérios éticos absolutos. "Caminhamos para uma ditadura do relativismo, que faz do ego e dos desejos de cada indivíduo a medida de todas as coisas", disse ele pouco

antes de ser eleito sucessor de João Paulo II. Bento XVI gostaria de restaurar a lei divina como parâmetro da justiça, mas as alternativas à doutrina religiosa são inúmeras no mundo atual.

Em meio ao cipoal de teorias, realizar escolhas éticas é ainda problemático. O jornal americano *The New York Times* criou uma seção semanal, meio séria, meio humorística, dedicada a discuti-las. "Se todas as pessoas consultassem o jornal antes de cometer uma estripulia, o mundo ficaria bem melhor", brinca Randy Cohen, titular da coluna O Eticista. Na ética cotidiana, chegar ao certo ou ao errado depende da reflexão contínua. Alguns temas, como o do aborto, da eutanásia, do casamento homossexual e da clonagem, são verdadeiros campos de batalha. Mas a concordância em torno de muitos valores também cresce. A discriminação por sexo ou raça, por exemplo, é hoje universalmente condenada — e não era assim há menos de um século. Não há por que acreditar que o fim do mundo está à vista. A seguir, VEJA propõe quarenta questões éticas do cotidiano e arrisca-se a dar as respostas. Leia-as como nossa opinião, baseada no senso comum e na orientação de filósofos e professores de ética. Divirta-se.

ÉTICA COTIDIANA

Todos os dias, no noticiário, lêem-se denúncias de corrupção e atos criminosos por parte de políticos e governantes. Essa situação torna desculpáveis as pequenas transgressões que os cidadãos cometem no dia-a-dia?

De forma nenhuma. É execrável que figuras públicas ou eleitas pelo voto popular não sejam nem a sombra do exemplo ético e moral que se espera que elas sejam. O fato de haver criminosos ou suspeitos em altos postos da hierarquia política só aumenta a responsabilidade pessoal dos cidadãos de bem.

Pedir ao avô ou a uma amiga grávida que compre ingressos na fila preferencial é passar os outros para trás?

Sim. O avô ou a amiga grávida, a seu pedido, estará aumentando o número de pessoas em uma fila que, de outro modo, seria menor.

Pagar a alguém para ficar na fila no seu lugar ou pedir esse favor a um amigo prejudica os demais?

Não prejudica. O que conta em uma fila é o número de pessoas que estão nela. A troca de uma pessoa por outra não altera o resultado final do incômodo.

Consumir produtos importados de países que comprovadamente usam mão-de-obra escrava equivale a aprovar essa prática?

Pior do que isso. Equivale a financiar essa prática. Evitar esses produtos é a coisa certa a fazer — mesmo que isso não sirva para punir economicamente o explorador —, pois outras pessoas vão continuar a comprá-los.

Um motorista profissional que precisa da carteira de habilitação para sobreviver e alimentar mulher e filhos recebe uma multa que implica a perda do direito de dirigir. É ético ele pedir à mulher que assuma a responsabilidade pela multa?

Eis um dilema. Mas a resposta é não. O acúmulo de multas, assumindo que os guardas de trânsito agiram corretamente, mostra que ele não é um motorista responsável. Portanto, do ponto de vista do bem comum, o certo é impedi-lo de dirigir. O ideal seria que, nesses casos, o Estado tivesse mecanismos de amparo à família do motorista e oferecesse um curso de reeducação para o trânsito no prazo máximo de uma semana após a perda da habilitação.

Uma gravadora anuncia que não tem planos para lançar no Brasil determinado DVD. Esse mesmo DVD é vendido em cópias piratas. Nesse caso, é ético recorrer ao mercado negro?

É quase irresistível, mas a resposta é não. Comprar o DVD em questão estimula a pirataria, atividade que concentra renda nas mãos de bandidos, destrói empregos formais e empobrece as pessoas honestas.

Os brasileiros trabalham quatro meses por ano para pagar impostos que serão desperdiçados por gestores incompetentes ou vão parar, em parte, no bolso de corruptos. Portanto, obter um desconto no consultório médico aceitando a proposta de pagar “sem recibo” é não apenas uma vantagem pessoal, mas também vingança contra o governo. Certo?

Certamente é as duas coisas. Mas é também um claro atentado à ética. Não se combate a corrupção com corrupção. A maneira de protestar contra governos que gastam demais e políticos desonestos é nas urnas. Pode demorar e ser pouco eficiente, mas é assim que se constrói um país.

Mas o valor que se paga em impostos não é devolvido na forma de benefícios. Não é realmente legítimo buscar atalhos para diminuir a carga tributária pessoal?

Não, porque o Estado vai obstinadamente buscar a quantia de que precisa para pagar o serviço de sua dívida e financiar seu funcionamento. Portanto, quem paga menos vai sobrecarregar quem paga corretamente. Vai penalizar a vítima e não o culpado, o Estado. Procurar atalhos legais para diminuir o valor do imposto a pagar é correto.

Registrar um imóvel por um valor mais baixo para escapar dos impostos é prática corriqueira no Brasil. Isso é aceitável?

O certo é pagar os impostos pelo valor exato da transação. Proteste nas urnas escolhendo candidatos com planos viáveis de baixar tributos. Organize passeatas contra os impostos altos, junte-se a grupos que já protestam...

Avançar o sinal vermelho à noite, quando quase não há movimento, aumenta a segurança contra assaltos. Isso é correto?

Sim. Como lembra Ubirajara Calmon Carvalho, professor de filosofia da Universidade de Brasília,

“as regras foram feitas para o ser humano, e não o contrário”. Nesse caso específico, fica a critério do motorista proceder da maneira mais segura para ele e para os outros.

É certo avançar na faixa mesmo quando não há pedestres passando?

De dia, não. De madrugada, diminua a marcha, observe com cuidado redobrado e atravesse.

Usar o telefone da empresa para interurbanos particulares é uma maneira de economizar. Mas isso é aceitável?

Isso é furto. Equivale a abrir o cofre da empresa e enfiar a mão em um maço de dinheiro. Salário baixo, mesquinhez patronal ou más condições de trabalho não justificam esses pequenos expedientes.

É melhor ter meninos malabaristas, engolidores de fogo e vendedores

CONTRA O CONHECIMENTO

Há duas semanas, o Movimento de Mulheres Camponesas — um braço do Movimento dos Sem Terra — invadiu um centro de pesquisas da companhia Aracruz, em Barra do Ribeiro (RS), e destruiu cerca de 1 milhão de mudas de eucalipto geneticamente modificadas. O MST proclama-se como um movimento revolucionário e, como tal, quer romper com a ordem institucional. A princípio, portanto, reprovações éticas são inúteis, já que as mascaradas não reconhecem direitos “burgueses” como a propriedade privada. Em um ponto, porém, o vandalismo dessas mulheres extrapola qualquer sistema ético — até os revolucionários. As mudas destruídas eram fruto de uma década de pesquisa. Foi um atentado não só à propriedade, mas também ao conhecimento.

de balas nos cruzamentos das grandes cidades do que tê-los assaltando, certo?

Não. As duas coisas não são excludentes. O mais útil para a sociedade é que os meninos e meninas estejam na escola estudando, sendo alimentados e orientados. Mas a caridade individual não deve ser regulada por uma ética coletiva. Ela pertence àquela região interior em que manda a convicção pessoal.

Quem consome drogas ocasionalmente está ajudando o crime organizado e financiando, sem querer ou saber, latrocínios, seqüestros e chacinas?

Sim. Sem o dinheiro dos consumidores, o tráfico de drogas desapareceria. O “ocasionalmente” não torna o consumo mais aceitável. É o mesmo que aceitar que uma pessoa cometa no máximo dois ou três assassinatos por ano.

“Eu apanhei dos meus pais e me tornei um adulto psicologicamente normal, um bom marido e um profissional correto. Isso me diz tudo e que preciso saber sobre dar umas palmadas nos meus próprios filhos.” Certo?

Não. Castigos físicos deseducam.

Um amigo relapso, de péssimo desempenho escolar e vida desregrada contava a todos que conseguira um emprego exagerando suas qualidades no curriculum vitae. Desde que começou a trabalhar, ele se endireitou e hoje pede a todos que não contem a seu patrão o “desfize” inicial da carreira. É certo ajudar o amigo a esconder o embuste?

Não, mas, se o sujeito se endireitou, deixa pra lá.

Na dúvida sobre quem roubou uma prova, o professor decide punir igualmente toda a classe. Para a maioria, a punição terá efeitos superficiais. Para dois alunos pobres, porém, ela significará a perda da bolsa de estudos e a expulsão do colégio. O professor deveria relevar o erro coletivo para salvar os dois alunos pobres?

Sim. Injusto é permitir que um mesmo erro ou suspeita produza punições tão díspares, atingindo violentamente alguns, enquanto outros se safam com apenas uma admoestação.

Um colega de classe invariavelmente leva “cola” em dias de prova.

O correto é delatá-lo?

Não. Na cultura brasileira delatar é pior do que colar.

Permitir que filhos adolescentes procedam de maneira errada na escola e em sociedade sob a desculpa de que eles — os pais — também fizeram suas bagunças é certo?

É cômodo, mas não é certo. O aprendizado se faz com base nas experiências, boas ou ruins, de gerações passadas. “Sorte dos filhos cujos pais aprenderam com os erros da adolescência”, diz o filósofo Alípio Casali, da PUC de São Paulo.

Os ativistas de defesa dos animais jogam tinta nos casacos de pele das pessoas no Hemisfério Norte. Isso é correto?

Não. Essas agressões não inibem a matança de animais. O mais eficiente é mostrar imagens de filhotinhos submetidos a sofrimentos indizíveis.

Estacionar em fila dupla é proibido, mas dar uma paradinha rápida para comprar um remédio ou entregar uma encomenda é um delito menor, não?

A parada só é rápida para quem parou. Para as outras pessoas, dependendo da pressa, essa manobra pode significar um incômodo gigantesco.

Uma das professoras da pré-escola decidiu contar a um menino que Papai Noel não existe. A justificativa dela foi que os coleguinhas já não acreditavam e faziam troça dela. Ela agiu corretamente?

Não. A escola ensina, os pais educam. Caberia à professora alertar os pais para a situação incômoda do filho.

Um médico propõe dar dois recibos com datas diferentes de modo que o valor de cada um fique dentro da quantia coberta pelo seguro-saúde. Assim, o paciente conseguirá ser reembolsado pelo valor total da consulta. É errado aceitar a oferta?

Sim. Os custos dos planos médicos particulares são calculados sobre toda a sua base de clientes. Com sua economia, você acabará tornando as mensalidades mais altas para quem age de acordo com as regras.

Uma pessoa tem certeza de que tolera muito bem a bebida e se sente apta a dirigir mesmo depois de tomar três doses de uísque. A lei não deveria prever esses casos?

Não. O limite alcoólico estabelecido em lei é aquele a partir do qual a maioria dos seres humanos tem sua capacidade de julgamento comprometida. Deixar esse limite ser estabelecido caso a caso não funciona.

Você acredita que um amigo de seu filho adolescente é uma má influência. Não transmitir os recados que esse amigo deixa com a intenção de proteger seu filho é uma boa idéia?

Não. Além de ser uma tática pouco eficaz, ela tem uma dose de desonestidade e tira do jovem um direito que é dele — o de escolher seu grupo. É melhor expor suas dúvidas e conversar a respeito, para que ele possa, quem sabe, repensar as amizades.

A GREVE DOS PRIVILEGIADOS

Na semana passada, o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu o teto salarial do Judiciário nos estados e no âmbito federal. A decisão causou chiadeira entre os juizes, visto que muitos deles, em todo o país, recebiam gratificações que faziam com que seus rendimentos ficassem muito acima dos valores estabelecidos. A manifestação mais extremada veio de Minas Gerais, onde os desembargadores do Tribunal de Justiça decretaram greve – e deixaram a população sem seus serviços legais (foto). Foi um mau exemplo vindo de cima: uma greve para resguardar privilégios.

Um professor de tênis sabe que seu pupilo não tem potencial para ser um bom jogador. Ano após ano ele continua cobrando as aulas do garoto. O correto é dizer a verdade, perder o aluno e o dinheiro das aulas?

Depende. Se a criança tem a ilusão de que se tornará tenista profissional, sim, é obrigação dele ser claro a respeito de seu julgamento. Se o aluno só quer se divertir, o professor pode continuar dando as aulas.

Anular o voto na próxima eleição em protesto pela má conduta dos políticos é um procedimento correto?

Pode não funcionar como protesto, mas anular o voto não fere a consciência individual de ninguém. O americano Alasdair MacIntyre, autoridade em

filosofia moral, defendeu o voto nulo na última eleição americana: “Quando nos é oferecida a opção entre duas alternativas políticas intoleráveis, é importante não escolher nenhuma”.

Alguém ouve música em alto volume, mas ainda dentro do limite legal de decibéis para aquela região. O vizinho reclama. Quem tem razão?

Ao contrário do limite alcoólico, o grau de incômodo sonoro deve, sim, ser regulado caso a caso. Quem reclama deve ter suas razões (um bebê recém-nascido em casa, por exemplo).

Recorrer a despachantes para apressar o andamento de documentos é ético?

Esse é um caso em que se está em um limite nebuloso da lei e da ética. A atividade de despachante é legal, mas esses profissionais frequentemente recorrem a propinas e “jeitinhos” que alimentam a máquina da corrupção.

Um casal de amigos adotou uma criança e não pretende revelar que ela não é filho natural. Você sabe que essa omissão pode prejudicar a criança mais tarde. É certo contar a ela sua real situação familiar?

Não. O adotado que descobre a verdade acidentalmente ou por outras pessoas sofre mais do que aquele que recebe a notícia dos pais. O mais correto é convencer o casal de amigos a dizer a verdade quando e como eles quiserem.

Quando a estrada está vazia e não há radar à vista, ultrapassar o limite de velocidade não traz maiores conseqüências, correto?

O limite de velocidade é imposto justamente para evitar acidentes em circunstâncias imprevistas. Além disso, o desrespeito à lei é desrespeito mesmo quando não há ninguém olhando.

O.k., mas circular no próprio bairro em dias que o rodízio proíbe não coloca ninguém em risco...

Certo, mas a lei é feita para todos e, se todos seguirem essa mesma lógica, o rodízio perderá sua eficácia. Se o rodízio for para conter a poluição, sair de carro é ainda mais errado.

É certo usar uma foto em que você nem parece ter barriga para se propagandar em um site de paquera na internet?

Pela etiqueta da internet, isso não é certo nem errado. É quase uma obrigação. Como 99% das conversas on-line não passam da fase virtual, não há problema algum em se mostrar virtualmente diferente.

66 29 de março, 2006 veja

AGARRADO AO NEPOTISMO

A recente decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de proibir a contratação sem concurso de parentes de juízes nas cortes do país despertou reações naqueles que se agarravam à prática arcaica do nepotismo. O presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Benito Figueiredo (foto), foi um personagem emblemático: ele adiou quanto pôde a exoneração de 85 servidores com parentesco com juízes e desembargadores em Salvador.

O carro sofreu batidas fortes, mas foi totalmente recuperado e parece em ótimo estado. Ao vendê-lo, é honesto não dar todos os detalhes sobre a gravidade das batidas?

Alguns religiosos americanos dizem que, se Jesus vivesse entre os mortais hoje, jamais dirigiria um utilitário, pois esses carros consomem muito combustível e, por isso, prejudicam todo mundo. É correto ter um carro grande para uso individual?

É permitido pela lei. Pode ser ecologicamente incorreto, mas ninguém deve se sentir mal por isso.

Um médico tem na mesa de cirurgia uma criança que só pode ser salva com uma transfusão de sangue. Os pais proibem a intervenção sob o argumento de que isso vai contra a religião deles. O médico deve fazer a transfusão de sangue e salvar a criança?

Em uma emergência, sim. Ele seria protegido pela lei e pela ética médica. Havendo tempo, deve procurar o amparo legal de um juiz.

Pegar "carona" na rede sem fio de vizinho que seu computador capta é errado?

Sim. O usuário que está pagando pelo serviço terá menos banda disponível para trafegar pela internet.

Um pássaro de comercialização ilegal está exposto em uma feira de animais em condições de

OS DILEMAS DA DIREÇÃO

O trânsito é uma das situações em que os brasileiros mais se deparam com dilemas éticos — como parar no farol vermelho de madrugada ou andar nos limites de velocidade numa estrada deserta. Uma pesquisa do Ibope sobre ética, divulgada na semana passada, explorou o tema. Setenta e seis por cento dos entrevistados acreditam que os brasileiros tentam corromper o guarda para livrar-se de uma multa sempre que podem. Outros 33% acham que a população costuma fraudar o seguro do carro.

evidentes maus-tratos. É correto desrespeitar a lei, comprar o passare e dar-lhe uma vida melhor?

Não. Da mesma forma que com o tráfico de drogas, é o fato de haver consumidores que alimenta o tráfico cruel de animais silvestres. Sem compradores, ele deixa de existir. O melhor é fazer uma denúncia à polícia.

Se a maioria dos vizinhos se cotiza para pagar um guarda-noturno para o quarteirão, é justo que um morador se recuse a contribuir?

Não. Mesmo que alegue não fazer questão do serviço, ele se beneficiará dele.

Não. Omitir esse tipo de informação é inaceitável do ponto de vista ético. Além disso, agindo assim, o antigo proprietário se torna juridicamente acionável em caso de danos futuros conseqüentes das avarias não relatadas ao comprador.

Vejo que muitos motoristas jogam o toco de cigarro pela janela, em vez de apagá-lo no cinzeiro do carro. Isso é aceitável?

Não. Você jogaria uma bituca no chão de sua própria casa? Pois então não existe desculpa para sujar o chão dos espaços públicos, que são a casa de todos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto de Souza. PMDB – MA) – Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto de Souza. PMDB – MA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.

PRAZO FINAL: 25.4.2006

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que

abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.

Prazo final: 26-4-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá.

PRAZO FINAL: 28.4.2006

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator revisor: Senador Jefferson Péres.

Prazo final: 28-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Aelton Freitas.

PRAZO FINAL: 1º.5.2006

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §
6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica.* (Apoio à população atingida pela febre aftosa)

Relator revisor: Senador Osmar Dias.

Prazo final: 18-5-2006

7

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à

Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

11

**EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 70, DE 2003**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2003 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que *inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria.*

Parecer favorável, sob nº 200, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wellington Salgado.

12

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 12, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (nº 1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 189, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

13

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 44, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2006 (nº 1.154/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 199, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

14

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 14, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000
(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria

do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

16

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

18

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto de Souza. PMDB – MA) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 54 minutos.)

(OS Nº 11905/06)

Ata da 34ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 4 de abril de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Efraim Moraes,
João Alberto Souza, Rodolpho Tourinho, César Borges e Mão Santa

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 4/4/2006 11:03:09 até 4/4/2006 20:50:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X		PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X		PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X		PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X		PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X		PMDB	AL	RÊNAN CALHEIROS	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X		PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLIÇY	X		PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X		PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X						
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MÓTTA	X						
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X						
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
PSDB	CE	LUIZ PONTES	X						

Compareceram: 67 Senadores

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 69 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 370, DE 2006
(Requerimento nº 8, de 2006 – CRE)

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, e considerando denúncias feitas sobre irregularidades contábeis na empresa binacional Itaipu, requeiro sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, as seguintes informações:

1) A partir de pareceres feitos pela Eletrobrás para o Conselho de Administração da Itaipu, ou feitos por este e encaminhados à Eletrobrás, há dados sobre irregularidades contábeis na Itaipu? Se positivo, quais seriam tais irregularidades?

2) O que seriam, no mecanismo contábil da Itaipu, a Unidade de Correção Monetária, a Nota de Débito, a Correção Monetária por Atraso de Pagamento, o Crédito de Contas a Pagar e o Arquivo de Bloqueados?

3) Quais foram as gestões feitas por este Ministério para implementar a Decisão nº 279/95, do plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), sobre modificação dos atos normativos da Itaipu, a fim de permitir plena fiscalização desta empresa binacional?

Justificação

Foi denunciado na grande imprensa, por exemplo, na revista **IstoÉ** do dia 15 de janeiro de 2006, que a Itaipu movimentava irregularmente US\$2 bilhões anuais, sem fiscalização do Tribunal de Contas da União, da Receita Federal e do Poder Judiciário brasileiro e congêneres paraguaios.

Para viabilizar essa blindagem contra fiscalização externa, Itaipu lançaria mão de seu status de organismo internacional na forma do Tratado bilateral Brasil-Paraguai, de 26 de abril de 1973. Esse tratado constitutivo da Itaipu, além de fornecer isenção de impostos, taxas e empréstimos compulsórios (art. 12), não menciona modo de os mecanismos nacionais de controle agirem sobre a contabilidade da empresa binacional.

Apesar dessa lacuna, o art. XXI, do Tratado constitutivo, afirmar que a responsabilidade civil e/ou penal dos Conselheiros, Diretores, Diretores Adjuntos e demais empregados brasileiros ou paraguaios da Itaipu

por atos lesivos aos interesses desta, será apurada e julgada de conformidade com o disposto nas leis nacionais respectivas. Portanto, não pode o Estado brasileiro se omitir de fiscalizar a contabilidade da Itaipu e analisar denúncias de que essa empresa teria moeda própria (Unidade de Correção Monetária), nota fiscal exclusiva (Nota de Débito) e mecanismo de burlar credores isento de controle.

Há divergência sobre a necessidade ou não de renegociação imediata do tratado do Itaipu para viabilizar a fiscalização por órgãos internos. A Decisão nº 279/95 – do TCU, sobre a fiscalização da Itaipu Binacional, apontou a impossibilidade do exercício de qualquer controle diante o regime internacional estabelecido, fazendo-se imperiosa, nessas circunstâncias, a modificação das normas estatutárias e regimentais da Itaipu, em comum acordo com o Governo do Paraguai, com vistas a incluir esse procedimento de fiscalização. Restaria, apenas, a possibilidade de auditoria sobre a Eletrobrás, sobre os controles por ela exercidos sobre a administração da Itaipu.

Com a opção de revisar o acordo internacional, alguns defendem que isso somente poderia ser feito em 2023, nos termos do art. VI do Anexo C (sobre bases financeiras e de prestação dos serviços de Eletricidade da Itaipu) do Tratado de 1973, o que agravaria ainda mais o impasse gerado pela ausência de controle contábil.

É, portanto, do interesse da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal tomar ciência exata desses fatos e de outros similares.

Sala da Comissão, 23 de março de 2006.

Senador ROBERTO SATURNINO

OF. nº 58/2006 – CRE

Brasília, 23 de março de 2006

Assunto: Encaminhamento

Senhor Presidente,

Encaminho o Requerimento nº 8, de 2006 – CRE, de minha autoria, aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 23 de março do corrente, nesta Comissão, para as medidas cabíveis.

Respeitosamente, – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente.

Identificação: Decisão 279/1995– Plenário

Numero Interno do Documento: DC-0279-26/95-P

Ementa: Representação formulada pela 9ª SECEX. Fiscalização da Itaipu Binacional.

Impossibilidade por estar a entidade submetida ao regime de direito internacional. Autorizar a realização de auditoria na Eletrobrás para avaliar os controles exercidos sobre a administração da Itaipu Binacional. Conhecimento às autoridades para as providências cabíveis.

Assunto: Representação formulada pela 9ª SECEX sobre a fiscalização da Itaipu Binacional

Dados Materiais

Decisão 279/95 – Plenário – Ata 26/95

TC 003.064/93-O

Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO

Entidade: ITAIPU BINACIONAL

Relator: MINISTRO HOMERO SANTOS

Representante do Ministério Público: não atuou

Unidade Técnica: 9ª Secretaria de Controle Externo

Especificação do **quorum**:

Ministros presentes: Marcos Vinícius Rodrigues Vilaça (Presidente),

Fernando Gonçalves, Carlos Atua Álvares da Silva, Romero dos Santos (Relator), Paulo Affonso Martins de Oliveira, Olavo

Drummond, Iram de Almeida Saraiva e o Ministro-Substituto Bento

José Bugarin.

Ministros com voto vencido: Fernando Gonçalves e Carlos Átila Álvares da Silva.

Relatório do Ministro Relator

GRUPO II – CLASSE VII – Plenário TC 003.064/93-0 Apenso: TC 021.479/94-1 XC 013.207/91-1 Natureza: Representação/98 SECEX Entidade: Itaipu Binacional Ementa: Fiscalização da ITAIPU BINACIONAL. Constituída pelo Tratado celebrado entre Brasil e Paraguai, ITAIPU está submetida ao regime de direito internacional, não se lhe aplicando as normas de direito interno dos países contratantes. Impossibilidade de ser fiscali-

zadas as contas nacionais, em processos autônomos, dado o critério igualitário que norteia a administração da Binacional. Ciência da situação ao Senhor Presidente da República visando a possível alteração dos atos normativos da Empresa, bem assim ao Senhor Presidente do Congresso Nacional para as medidas cabíveis. Encaminhamento da Decisão ao Controlador Geral do Paraguai. Realização de auditoria na ELETROBRÁS para avaliação dos controles. Sobrestar os estudos decorrentes do art. 38 da IN/TCU nº 06/94, no tocante à ITAIPU. Este Tribunal, na Sessão de 21.03.90 (Ata nº 10/90, Anexo VII – TC 014.423/88-0), determinou à CACE na realização de estudos, de modo que o Tribunal possa oportunamente regulamentar, por ato normativo próprio, a competência conferida pelo art. 71, inciso V, da Constituição Federal, ou submeter a matéria à consideração do Congresso Nacional.” Pela Ordem de Serviço no 009/93, o então Presidente, Exmo. Sr. Ministro Carlos Átila Álvares da Silva, determinou à 9ª SECEX “a adoção das providências necessárias à apresentação das contas da Itaipu Binacional, em processos autônomos de prestação de contas e não mais em conjunto com as contas da ELETROBRÁS”, assim como a oportuna apresentação de normas complementares ao disciplinamento da matéria para a conseqüente formalização das contas da mencionada empresa e das demais entidades supranacionais. Constituída a Comissão, em –3-3-93, no âmbito da 9ª SECEX, para realização dos estudos pertinentes à matéria, concluiu-se, após exame dos atos e normas relativas à mencionada Instituição, que, dada a complexidade do assunto e diante da ausência dos subsídios necessários ao completo deslinde da questão, fazia-se imperioso, em caráter preliminar, promover auditoria na Eletrobrás, extensiva à Itaipu, para se colher todos os elementos com vistas à definição das normas de fiscalização a cargo do Tribunal, bem como para se verificar a forma de controle exercida pela ELETROBRÁS. Com relação às contas da Itaipu, sugeriu a Comissão que, provisoriamente, fosse apresentada na forma autorizada na Sessão de 21-3-90, “só que agora em processo autônomo e com algumas adaptações às peculiaridades da ITAIPU”, arrolando, ao propósito, os elementos pertinentes. O Titular da 9ª SECEX, Dr. Elsie Jeová dos Santos, endossou as conclusões oferecidas, inclusive quanto à realização da auditoria proposta. Encontrase apenso a este processo o XC 021.479/94-1 que se refere aos resultados dos trabalhos realizados, em novembro de 1994, neste Tribunal, pelos servidores designados para desenvolver os estudos de que trata o art. 38 da Instrução Normativa TCU nº 06/94 e pelos representantes da Controladoria Geral da República do Paraguai, oportunidade em que foram debatidos os

aspectos constitucionais, legais e regulamentares que afetam a fiscalização da Itaipu Binacional, relativos a ambos os países. Segundo consta da Representação formulada pela Comissão do Tribunal, acostada aqueles autos, com base na Ata da Reunião assinada em conjunto com os representantes paraguaios, foram as seguintes as constatações e conclusões resultantes do encontro: “I – CONSTATAÇÕES: 1 – tanto a Constituição brasileira como a Constituição paraguaia conferem às respectivas Entidades de Controle, a prerrogativa e responsabilidade de fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais, nos termos dos respectivos tratados constitutivos; 2 – pelo artigo IV, parágrafo único, do tratado constitutivo de Itaipu, a Administração da funcional é realizada de forma paritária entre o Brasil e o Paraguai, o que impossibilita a existência de contas nacionais separadas e distintas; 3 – o Tratado, Estatuto e demais normas de Itaipu Binacional não prevêem os mecanismos de fiscalização direta por parte das EES de ambos os países; 4 – os procedimentos de controles praticados pelas Entidades Fiscalizadoras Superiores são diferentes, tendo em vista que a Controladoria do Paraguai exerce o controle através de auditorias e exames especiais e o Tribunal de Contas do Brasil, além dessas atribuições, tem também a faculdade Constitucional e legal de julgar as contas dos entes públicos; e 5 – que a Declaração nº 14/94 da Câmara de Senadores do Paraguai (cópia às fls. 02) instou a Controladoria Geral visando o cumprimento de suas responsabilidades Constitucionais e legais, no sentido de realizar o controle das Entidades Binacionais daquele país, a Itaipu (Brasil x Paraguai) e Yacretá (Argentina x Paraguai); II – Conclusões 1 – que existe vontade e intenção das duas Entidades Superiores de Controle de realizar estudos, na brevidade possível, para viabilizar a fiscalização da Itaipu Binacional e outra entidade supranacional ou multinacional que seja criada no futuro, conforme o disposto nas Constituições já citadas; e 2 – que para viabilizar essa fiscalização é necessário buscar as soluções políticas, diplomáticas e administrativas para modificar os estatutos e regulamentos da Itaipu Binacional, o que para tanto foi sugerido.” As sugestões apresentadas pelos dois Grupos e transcritas na citada Representação foram, entre outras: “1 – a formalização de uma carta de intenção entre o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral do Paraguai, no sentido de que ambas as Entidades realizem as gestões necessárias entre os governos dos respectivos países, para a troca de cartas reversais, conforme prevê o Tratado Institutivo da Itaipu, com vistas a modificação do Estatuto e Regimento Interno da mesma; 4 – depois de concretizadas as modificações sugeridas, ser analisa-

da a possibilidade de ser firmado um acordo entre as duas EFS no sentido de dar cumprimento aos preceitos constitucionais do Brasil e Paraguai;”. Finalizando, a Comissão de servidores do TCU entende que, para esta Casa realizar a fiscalização da Itaipu Binacional, “faz-se necessário a adoção de medidas que visem a modificação do Estatuto Social da mesma, na forma sugerida na Ata’. O então Secretário-Geral de Controle Externo, ao submeter os autos à consideração da 1. Presidência, propôs, além do encaminhamento do processo a meu Gabinete para juntada a este TC 003.064/93-0, que fosse autorizada a elaboração de anteprojeto de instrução normativa, dispondo sobre a forma de fiscalização a ser exercida, no tocante às contas nacionais das empresas supranacionais. A Presidente à época, Exm^a. Ministra Élvia Lordello Castello Branco, entendendo que a normatização alvitrada só poderia ser efetivada após o Tribunal fixar as diretrizes pertinentes, objeto do processo em exame, encaminhou aqueles autos ao meu Gabinete, como subsídio à análise do assunto. E o Relatório.

Voto do Ministro Relator

Defronta-se mais uma vez este Colegiado com matéria de extrema complexidade no campo do ordenamento jurídico, decorrente da competência atribuída ao Controle Externo, nos termos do art. 71, inciso V, da Constituição Federal, que assim estabelece: “Art. 71 O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: v – fiscalizar as Contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;” Cumpre relembra, preliminarmente, que a ITAIPU Binacional foi criada pelo artigo III do Tratado celebrado em 26 de abril de 1973 entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, objetivando a realização, em comum, do “aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencente em condomínio aos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Rio Iguazu” (artigo I do mencionado Tratado). Conforme ainda pactuado, a referida Instituição foi constituída pela Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S/A e pela ANDE – Administración Nacional de Electricidad, do Paraguai, com igual participação, tendo como princípio norteador do empreendimento a igualdade de direitos e obrigações. A respeito da natureza jurídica da entidade binacional Itaipu, bem como quanto ao cabimento dos controles, previstos na legislação brasileira, sobre suas atividades, o então Consultor-Geral da República, posteriormente Ministro do Supremo Tribunal Federal, Doutor Luiz Rafael Mayer, exa-

rou brilhante Parecer (L-208), aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República e publicado no Diário Oficial de 19-10-78, em que, especificamente sobre a primeira questão, assim preleciona: “Ainda que silentes as cláusulas, Itaipu se evidencia como uma pessoa jurídica, pois a tanto induzem, necessariamente, a sua capacidade jurídica, apta a torná-la centro de imputação de direitos e obrigações, bem como a correlata capacidade administrativa e financeira, inerindo-lhe, de conseguinte, atos, vontade e patrimônio próprios, identificáveis, como tais, e perfeitamente distintos dos pertinentes aos Estados que a criaram ou das entidades administrativas, Eletrobrás e Ande, que, como instrumentos daqueles, participam formalmente da sua organização e capital social. A sua existência e forma têm fonte no âmbito internacional, enquanto resultado da vontade expressa e concorde de sujeitos de direito público internacional, agindo como tais. Logo, é uma pessoa jurídica emergente no campo do direito internacional público, primeira significação da locução entidade binacional, em que binacional é qualificativo da dualidade de vontades originantes, mas ao mesmo tempo espécie do gênero internacional. Nessa condição jurídica, a entidade é recebida e reconhecida no ordenamento interno, como automática decorrência da ratificação do Tratado, autorizada a, nele, atuar, nos limites da sua aptidão e finalidades, independentemente de submissão às normas da lei nacional conferidoras de existência e personalidade jurídicas. Não é preciso insistir em que a entidade em causa se submete, primordialmente, a um regime internacional. O seu grau de internacionalização se revela em coordenadas de um máximo de intensidade quanto à natureza dos seus atos formativos, e de um mínimo de extensão quanto ao número de sujeitos de direito participantes de sua instituição. Se a sua criação se deveu a um ato internacional entre Estados que, em comum, e no exercício das respectivas soberanias, lhe conferiram a personalidade jurídica, toda a sua dinâmica decorre, igualmente, da mesma fonte normativa, isto é, o seu objetivo, capacidade e responsabilidade, recursos, procedimentos e estrutura são aqueles disciplinados e delimitados no Tratado” Observa-se, portanto, que, constituindo-se em urna empresa juridicamente internacional, posto que criada pelo Tratado entre Brasil e Paraguai, Itaipu está submetida ao regime de direito internacional, e, dessa forma, está sujeita tão-somente às disposições pertinentes dos atos que a regem, não se lhe sendo aplicáveis as normas de direito interno dos países contratantes. Ainda no tocante a essa mesma questão, pronunciou-se também o eminente jurista Miguel Reale, que inclusive participou da elaboração do anteprojeto dos atos constitutivos de Itaipu, e, portanto, pôde tratar do assunto com absoluta autoridade e co-

nhecimento, em especial sobre a estrutura jurídica da mencionada Empresa, assim destacando: “Como essa personalidade jurídica, dotada de amplo espectro de poderes, se destina à exploração de um bem público, outorgado conjuntamente pelos dois Estados ‘condôminos’, resulta mais do que caracterizada a existência de uma pessoa jurídica de caráter internacional. Daí a proposta que fiz no sentido de constituir-se uma ‘empresa pública binacional’, o que era possível fazer-se mediante Tratado, pois, este, uma vez aprovado por decreto legislativo do Congresso Nacional, adquire força de lei, prevalecendo as suas normas especiais sobre quaisquer outras anteriores pertinentes à matéria.” Nesse sentido, cumpre assinalar o entendimento manifestado pela Advocacia-Geral da União, constante do Parecer nº AGU/LS-02/94 (Anexo ao Parecer GQ-16, publicado no **DOU** de 9-5-94), no sentido de que Itaipu “não se submete às regras ínsitas na Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e sim às normas gerais de licitações, aprovadas pelo seu Conselho de Administração”. De forma análoga, no Parecer da antiga Consultoria Geral da República de nº FC-27, de 8-3-90 (**DOU** de 13-3-90), foi dirimida a divergência suscitada entre a Secretaria da Receita Federal e a própria Itaipu a respeito da cobrança das contribuições do PIS/Pasep, ficando assente que, por força do Tratado, não cabe cobrar tributos sobre o faturamento da aludida Empresa. Seguindo essa linha de raciocínio, depreende-se da leitura que se faça das normas estatutárias e regimentais da mencionada Empresa, que foram definidos mecanismos de controle interno e externo com vistas a garantir a fiscalização dos dois Governos, a saber: controle interno, exercido pelo Conselho de Administração, responsável pelo parecer sobre os demonstrativos contábeis elaborados pela Diretoria Executiva (art. 9º, § 1º, do Estatuto e art. 19, alínea j, do Regimento Interno), bem como pela Auditoria Interna, subordinada àquele Conselho (art. 23, § 5º, do Estatuto e art. 64 do Regimento Interno); e o controle externo, a cargo da Eletrobrás e da Ande (art. 26 do Estatuto e art. 95 do Regimento Interno), como também da auditoria independente, contratada para verificação periódica do Balanço Geral e da Demonstração da Conta de Resultados (art. 98, § 3º, do Regimento Interno). Como se vê, inexistente dispositivo, quer sela no Tratado ou nas demais normas que regem a referida Binacional, prevendo a submissão daquela Empresa ao controle externo exercido pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal, omissão essa que impede, à luz do ordenamento jurídico internacional, a ação jurisdicional desta Corte. Como bem acentuou o então Consultor-Geral, Dr. Luiz Rafael Mayer, no Parecer a que me referi anteriormente: “Itaipu não está sujeita, de conseguinte, às normas aplicáveis a

agentes públicos e entidades públicas nacionais, sob formas de inspeção administrativa ou supervisão hierárquicas, e de controle interno ou externo, constantes do direito constitucional ou administrativo brasileiro, mesmo que os seus agentes não possam, de modo algum, ser considerados funcionários internacionais. Aliás, as previsões do texto constitucional e das leis administrativas, com relação a entes, responsabilidades e processos sujeitos aos mecanismos de controle, não se compadecem com realidades e conceitos do ordenamento jurídico binacional, que, por distintos e peculiares, àquelas não se subsomem. O controle exercido pela jurisdição nacional somente se estenderá até o momento administrativo e financeiro e a entidade responsável, compreendidos no seu espaço jurídico, cessando necessariamente desde quando transpostos os seus lindes.” Também acerca da matéria e já à luz da nova ordem constitucional, o citado jurista Miguel Reale emitiu o seguinte pronunciamento, constante do Parecer datado de 15.01.90, sob o título “Natureza Internacional da Itaipu Binacional – Impossibilidade de Controle Unilateral de seus Atos por Entidades ou Órgãos Internos do Brasil ou do Paraguai”: “Dir-se-á que o Parecer da Consultoria Geral da República, aprovado pelo Presidente Ernesto Geisel, é anterior à atual Constituição de 5 de outubro de 1988, mas, a meu ver, o novo Estatuto Político brasileiro veio, **in casu**, excluir expressamente o controle externo, pelo Brasil, das entidades binacionais, não podendo tal diretriz deixar de ser aplicada ao Paraguai, em razão das normas que presidem as relações internacionais, máxime em se tratando da Itaipu Binacional, cujo espírito é da mais absoluta paridade entre os dois Países participantes.” Diferentemente, a Advocacia-Geral da União, no Parecer sobre a aplicação da Lei nº 8.666/93 às licitações realizadas pela Entidade, anteriormente mencionado, expressa o entendimento de que a mencionada Empresa só encontra “como fronteira à sua liberdade as limitações constitucionais, como são aquelas previstas no inciso V do art. 71, isto é, submissão à fiscalização do Edfício Tribunal de Contas da União, as contas nacionais das empresas supranacionais, de cujo capital a União participe, nos termos do Tratado Constitutivo.” Em que pese o mencionado Parecer da AGU não ter se detido, com profundidade, nessa questão particular, há que se considerar esse posicionamento e, sobretudo, a vontade política e a intenção dos Governos brasileiro e paraguaio em exercer, fundamentados em disposições constitucionais de cada país, a fiscalização sobre Itaipu, a qual seria assumida diretamente por este Tribunal e pela Controladoria Geral da República, pelo lado paraguaio. Entretanto, para tornar possível essa ação de controle, necessário se fará que seja incluído no Estatuto, que é

parte integrante do Tratado, e no Regimento da Empresa, dispositivo prevendo a fiscalização a cargo das respectivas Entidades Fiscalizadoras Superiores, inclusive para que haja uma perfeita compatibilização com as normas constitucionais de cada um dos países. Referida pretensão estaria ao abrigo do disposto no art. 31 das normas estatutárias que assim reza: “Artigo 31º. Os casos não previstos neste Estatuto, que não puderem ser resolvidos pelo Conselho de Administração, serão solucionados pelos dois Governos, com prévio parecer da Eletrobrás e da Ande.” Assim sendo, entendo que, para viabilizar esse intento, e considerando ainda que os atos em questão só podem ser modificados de comum acordo pelos Governos, deva a matéria ser levada ao conhecimento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República para adoção das providências que Sua Excelência entender cabíveis à espécie. Outra questão que emerge dos autos e decorre do exercício do controle externo refere-se à forma de fiscalização a ser exercida na Entidade, face à atribuição constitucionalmente conferida a esta Corte no citado art. 71, inciso V, de “fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais”. Como já ressaltado, a administração da Itaipu é conduzida de forma paritária entre Brasil e Paraguai, por meio do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, “integrados por igual número de nacionais de ambos países” (art. IV, § 1º, do Tratado). Dessa igualdade de direitos e obrigações estabelecida também no art. III do Tratado, que se traduz numa unidade gerencial, resulta a impossibilidade, apregoadas por ilustres juristas, de se decompor os atos do corpo diretivo da Itaipu em brasileiros e paraguaios. A propósito, sou obrigado a me socorrer novamente do entendimento contido no sempre citado Parecer do Dr. Luiz Rafael Mayer, já referido neste Voto: “Desde que se trata de empreendimentos e recursos postos em comum, de tal modo a resultar uma unidade orgânica e personificada, é juridicamente impossível admitir dissociá-los, ou supor uma partilha abstrata, para fazer incidir procedimentos unilaterais. E por ser, de fato, impossível, toda e qualquer medida unilateral, de direito interno, tendente ao controle da atuação de Itaipu, confrontaria, ao arrepio das normas de direito internacional instituídas no Tratado, os interesses consubstanciados de uma soberania distinta.” Destarte, em decorrência ainda do aspecto igualitário que norteia a administração da aludida Empresa, exsurge a questão da inexistência de contas nacionais, uma vez que não seria possível a demonstração das operações financeiras e patrimoniais realizadas tão-somente por administradores brasileiros. Em tal contingência, cumpre também dar ciência ao Congresso Nacional da situação ora exposta, encaminhando para maior compreensão do assunto, cópia

deste Voto e da Decisão respectiva. Por outro lado, cabe ainda destacar que, diferentemente das atribuições conferidas a este Tribunal, a Controladoria Geral da República, no Paraguai, não detém a competência de julgar as contas das entidades públicas, exercendo a sua ação jurisdicional somente por meio de auditorias e exames especiais, conforme informações contidas no TC 021.479/94-1, em apenso. Logo, considero pertinente que, após a concretização da modificação dos atos constitutivos da Itaipu Binacional, na forma alvitada, sejam promovidas gestões junto à Controladoria Geral do Paraguai, no sentido de estabelecer, conjuntamente, a fiscalização a ser exercida sobre ITAIPU, ante a administração paritária presente na aludida Empresa, e em respeito à soberania dos dois países, levando em conta ainda que, em razão desses aspectos, Itaipu não pode se sujeitar a controles unilaterais. Com referência à elaboração de anteprojeto de instrução normativa, dispondo sobre a forma de fiscalização a ser exercida, relativamente às contas das empresas supranacionais, consoante o art. 38 da Instrução Normativa TCU nº 06/94, entendo que, no tocante à Itaipu, e ante as especificidades a ela inerentes, os estudos naquele sentido devem aguardar a efetividade das medidas ora previstas (alteração dos atos constitutivos), bem como os resultados das reuniões a serem oportunamente realizadas com a Controladoria do Paraguai, conforme já mencionado. De outra parte, e considerando as circunstâncias evidenciadas neste Voto, verifico que quaisquer iniciativas, no âmbito do Tribunal, com vistas a se requisitar as contas da ITAIPU ou realizar auditoria na mencionada Entidade, encontram-se destituídas de amparo legal, uma vez que tais procedimentos não foram definidos nos atos que regem a Binacional, nos termos referenciados. À vista de todas essas considerações, observo que, quanto à Ata da reunião dos servidores do Tribunal e da Controladoria Geral do Paraguai, mencionada no Relatório que antecede este Voto, as sugestões ali apresentadas serviram de subsídio ao exame do assunto, não se constituindo, em nenhum momento, numa manifestação oficial do Tribunal sobre a matéria. Por derradeiro, cumpre consignar, para conhecimento dos eminentes Pares, que o Tratado que instituiu Itaipu estabeleceu, em seu art. XXI, a forma de apuração da responsabilidade civil e penal do corpo diretivo e de seus empregados, sejam brasileiros ou paraguaios, por atos lesivos aos seus interesses, a qual se processará de conformidade com o disposto nas leis nacionais respectivas. Face a essa previsão e à vista da prerrogativa conferida à Eletrobrás de decidir acerca dos demonstrativos contábeis da Binacional, entendo de todo pertinente a realização de auditoria na Eletrobrás, objetivando verificar os controles exercidos sobre Itaipu. Dian-

te do exposto, e acolhendo em parte os pareceres, Voto por que o Tribunal adote a Decisão que ora submeto a este Colegiado. Decl – Voto Ministro Carlos Átila Álvares da Silva Considerando que o inciso V do art. 71 da Constituição incumbe o TCU de “fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo”; considerando que a União participa, na proporção de 50%, do capital da empresa Itaipu Binacional; considerando que o respectivo tratado constitutivo não impede nem exclui a fiscalização, pelo TCU, das contas nacionais referentes à participação da União naquela empresa e às responsabilidades dos diretores, nomeados pelo Governo Brasileiro para a empresa; considerando que o Estatuto da Itaipu Binacional é omissivo a respeito dessa fiscalização; considerando que o art. 31 do mesmo Estatuto delega ao Conselho de Administração da Empresa a competência para resolver os casos omissos; considerando que, pela expressão “fiscalizar as contas nacionais” o que se tem em vista é o julgamento de responsabilidade dos dirigentes de empresa supranacional nomeados pelo Governo Brasileiro, e que por isso respondem perante o TCU por seus atos de gestão; considerando que a matéria é, portanto, passível de definição e disciplinamento mediante a adoção de regulamentação e de procedimentos administrativos e contábeis adequados ao caso; considerando que a adoção dos procedimentos referidos, para permitir essa fiscalização de atos dos diretores brasileiros, em nada prejudica os interesses de outra Alta Parte Contratante do tratado respectivo, nem altera os compromissos perante ela assumidos pelo Brasil, pois respeita integralmente a soberania paraguaiá; considerando que o Governo Brasileiro, pela mesma razão, igualmente não poderá objetar, caso o Governo Paraguai tencione estabelecer sua própria regulamentação para exercer a mesma fiscalização sobre os atos dos diretores paraguaios por ele nomeados; considerando que tal regulamentação, no caso do Brasil, pode assim ser instituída pelos Membros brasileiros integrantes do Conselho de Administração da empresa supranacional, os quais, por serem nomeados e demissíveis pelo Poder Executivo, devem acatar a orientação dos Ministérios supervisores competentes; considerando, finalmente, que pelas razões acima expostas o exercício da fiscalização prevista no art. 71, inciso V, da Constituição, depende exclusivamente da adoção das iniciativas requeridas para instituição daquela regulamentação, por parte dos órgãos competentes do Poder Executivo; Divergindo do Ministro Relator, com as vênias de praxe, Voto por que o Tribunal adote a seguinte redação para os itens 8.1. e 8.2., na Decisão submetida à aprovação do Plenário: “8.1. fixar o prazo de 120 dias

para que o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro das Minas e Energia adotem as medidas necessárias para que os mandatários da União no Conselho de Administração da Itaipu Binacional implementem, nos termos do art. 31 do estatuto daquela empresa binacional, todas as providências requeridas para possibilitar o exercício da fiscalização, pelo TCU, das contas nacionais referentes à participação brasileira na mesma entidade, conforme previsto no art. 71, inciso V, da Constituição; 8.2. dar ciência da determinação anterior ao Senhor Presidente do Congresso Nacional.” Decisão de Voto Ministro Paulo Affonso Martins De Oliveira Sr. presidente, com vênias ao Ministro Carlos Átila, penso de forma diferente, porque a norma existente é uma norma constitucional. Diz aqui expressamente: “fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe”, qualquer que seja o capital, não precisa ser majoritária” – de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.” (art. 71, inciso V). Portanto, do tratado constitutivo é que demandam, que surgem, todas as formas de fiscalização e todos os procedimentos a serem adotados. Há, ainda, um ponto relevante destacado no Relatório do Relator, esclarecendo que pelo artigo 4º, parágrafo único do tratado constitutivo de Itaipu, a administração binacional é realizada de forma paritária entre o Brasil e o Paraguai o que impossibilita a existência de contas nacionais separadas e distintas. Isto significa que as contas são representadas num único documento, não havendo como fisicamente se examinarem os recursos, lucros ou prejuízos, e fiscalizar com a participação do Brasil na exploração dessa usina hidrelétrica. Fico com o princípio constitucional. O Governo Brasileiro juntamente com o Governo do Paraguai, como também sugere o Relator, através, por exemplo, de notas reversais trocadas entre os dois países, podem estabelecer a forma de fiscalização, ou através dos respectivos órgãos fiscalizadores, ou através de outro órgão. Mas a verdade é que a expressão constitucional “nos termos do tratado constitutivo” tem relevo interno e externo porque é dispositivo de Direito Internacional, que o Ministro Carlos Átila, como antigo diplomata conhece muito melhor do que eu, fazendo com que o assunto seja examinado e regido pelo direito internacional e não pelo Direito interno.

Decisão

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, Decide: 1. levar ao conhecimento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para adoção das providências que Sua Excelência entender cabíveis à espécie, que o Tribunal de Contas da União encontra-se impossibilitado de exercer a ação jurisdicional sobre a empresa Itaipu Binacional, em cumprimento ao dis-

posto no art. 71, inciso V, da Constituição Federal, ante a ausência de previsão nesse sentido nos atos que a regem, considerando a submissão da mencionada Empresa ao regime de direito internacional, fazendo-se imperiosa, nessas circunstâncias, a modificação das normas estatutárias e regimentais da Itaipu, em comum acordo com o Governo do Paraguai, com vistas a incluir esse procedimento de fiscalização, o qual também está previsto na Constituição daquele País; 2. dar ciência ao Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional, para as providências cabíveis à espécie, que a competência atribuída ao Tribunal, nos termos do art. 71, inciso V, da Constituição Federal, relativamente à fiscalização das contas nacionais da empresa Itaipu Binacional, encontra-se prejudicada, uma vez que a administração dessa Entidade é conduzida de forma paritária entre Brasil e Paraguai, encaminhando-se-lhe, para maior compreensão da matéria, cópia desta Decisão, bem como do Relatório e Voto respectivos; 3. autorizar a realização de auditoria na Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S/A, com o objetivo de verificar e avaliar os controles exercidos sobre a administração da Itaipu Binacional; 4. deixar assente que os estudos alusivos à forma de fiscalização a ser desenvolvida na empresa Itaipu, ante o disposto no art. 38 da Instrução Normativa TCU nº 06/94, devem aguardar a modificação dos atos normativos daquela Entidade, conforme o tem 8.1., supra, como também os resultados das reuniões a serem oportunamente realizadas com a Controladoria Geral do Paraguai, tendo em vista o aspecto igualitário que norteia a administração da mencionada Entidade e as conseqüentes especificidades inerentes à matéria; 5. deixar consignado ainda que as considerações e propostas constantes da Ata da Reunião dos servidores deste Tribunal e da Controladoria Geral do Paraguai não se constituem em manifestação oficial desta Corte de Contas sobre o assunto; 6. remeter cópia da presente Decisão, bem assim do Relatório e Voto que a fundamentam, ao Titular da Controladoria Geral do Paraguai, responsável pela fiscalização da Itaipu, e ao Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores para ciência e adoção das medidas pertinentes, notadamente em razão do contido no item precedente.

Publicação

Sessão 21-6-1995 – DOU 10-7-1995 – Página 10177

Indexação

Representação; SECEX 09; Controle Externo; TCU; Fiscalização Financeira e Orçamentária; Empresa Supranacional; Eletrobrás; Competência do TCU; Estudo Técnico.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica; e
- Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Flávio Arns, que dispõe sobre a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadorias aos segurados portadores de deficiência filiados ao Regime Geral de Previdência Social, conforme determina o §1º do art. 201 da Constituição Federal.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 114, de 2006** (nº 201/2006, na origem), de 30 de março último, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até cento e seis milhões duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado do Tocantins e o MCCS.P.A. *Capitalia Gruppo Bancário – MCC*, da Itália, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento – Pontes Tocantins – Fase II.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência recebeu o seguinte aviso:

- Aviso nº 6, de 2006 – CN (nº 366 – GP/TCU, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório das Atividades daquele Tribunal, referente ao exercício de 2005.

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 21/2006-CCS

Brasília, 3 de abril de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Levo ao conhecimento de V. Exª que, em obediência ao disposto no art. 18 do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, foi realizada, hoje, na 2ª Reunião de 2006 deste Colegiado, a eleição de nosso Vice-Presidente, sob a presidência do Exmº Senhor Senador Tião Viana.

Comunico a V. Exª que o Conselheiro João Monteiro de Barros Filho foi eleito Vice-Presidente do Conselho, por aclamação.

Em atenção ao parágrafo único do citado art. 18, solicito que seja dado conhecimento do resultado desta eleição às Mesas do Congresso Nacional e das Casas que o compõem.

Respeitosamente, – **Arnaldo Niskier**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 30/2006

Brasília, 4 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Antero Paes de Barros para integrar a CPMI dos Correios, como membro suplente, em substituição ao Senador Almeida Lima, que ocupa a vaga por cessão da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 2006

Estabelece punições para as violações às diretrizes e normas concernentes às pesquisas que envolvem seres humanos e determina a co-responsabilidade do pesquisador, do patrocinador e da instituição pela indenização devida aos sujeitos das pesquisas por eventuais danos ou prejuízos.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Esta lei estabelece punições para as violações às diretrizes e normas concernentes às pesquisas que envolvem seres humanos, sem prejuízo das sanções civis e penais pertinentes.

Art. 2º As pesquisas que envolvem seres humanos devem atender às exigências éticas e científicas previstas nas normas emanadas dos órgãos responsáveis e respeitar prioritariamente os direitos e valores dos sujeitos da pesquisa.

Art. 3º O pesquisador, o patrocinador e a instituição realizadora são co-responsáveis nos aspectos éticos e legais concernentes à pesquisa e obrigam-se a dar assistência integral aos sujeitos da pesquisa em todas as fases de sua realização, além de indenizá-los, por danos e prejuízos decorrentes de riscos previstos e imprevisos, sendo vedada a renúncia a esses direitos.

Art. 4º O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) institucional que aprovou o projeto é co-responsável nos aspectos éticos concernentes à pesquisa.

Art. 5º Cabe à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) manter acompanhamento e avaliação permanente de todas as pesquisas realizadas em território nacional e aplicar as sanções administrativas previstas nesta lei.

CAPÍTULO II

Da Responsabilidade Administrativa

Art. 6º Considera-se infração administrativa toda ação ou omissão que viole as normas vigentes e aquelas das quais o País for signatário, concernentes às pesquisas que envolvem seres humanos.

Parágrafo único. As infrações administrativas serão punidas, na forma estabelecida no regulamento desta lei, e sem prejuízo da obrigação de proceder às intervenções ambientais ou sanitárias pertinentes, com as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – modificação da pesquisa;

IV – obrigação de dar continuidade à pesquisa;

V – suspensão, temporária ou definitiva, da pesquisa e apreensão do material;

VI – suspensão de registro, licença ou autorização do pesquisador, do patrocinador, da instituição ou do CEP;

VII – cancelamento de registro, licença ou autorização do pesquisador, do patrocinador, da instituição ou do CEP;

VIII – perda ou restrição de incentivo e benefício fiscal concedidos pelo governo;

IX – perda ou suspensão do recebimento de recursos repassados por estabelecimento oficial de fomento à pesquisa.

Art. 7º Compete à CONEP definir critérios e valores e aplicar multas de R\$2.000,00 (dois mil reais) a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), proporcionalmente à gravidade da infração.

§ 1º As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas no art. 6º.

§ 2º No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

§ 3º No caso de infração continuada, caracterizada pela permanência da ação ou omissão inicialmente punida, será a respectiva penalidade aplicada diariamente até cessar a sua causa, sem prejuízo da paralisação imediata da atividade ou da interdição da instituição responsável.

§ 4º Os recursos arrecadados com a aplicação de multas serão destinados à CONEP.

§ 5º Quando a infração constituir crime ou contravenção, a CONEP representará junto ao órgão competente para apuração da responsabilidade penal.

CAPÍTULO III

Dos Crimes e das Penas

Art. 8º Conduzir pesquisa que envolve seres humanos em desacordo com o termo de consentimento ou o protocolo aprovado:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, e multa.

Art. 9º Causar ou permitir que ocorram danos ou prejuízos injustificados a qualquer sujeito da pesquisa:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

§ 1º Agrava-se a pena:

I – da metade até 2/3 (dois terços), se resultar lesão corporal de natureza grave no sujeito da pesquisa;

II – de 2/3 (dois terços) até o dobro, se resultar a morte do sujeito da pesquisa.

CAPÍTULO IV Das Disposições Finais

Art. 10. Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação oficial.

Justificação

Este projeto de lei foi motivado pelos eventos – denunciados pela imprensa e constatados por mim – relacionados à utilização de moradores de comunidades ribeirinhas como cobaias humanas em uma pesquisa sobre a malária, conduzida no Estado do Amapá.

O Brasil, a rigor, não dispõe de uma lei sobre a matéria, que é regida sobretudo pela Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde – que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos –, complementada pelas resoluções emanadas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Essas normas são consideradas abrangentes e redigidas em conformidade com as recomendações internacionais, especialmente a Declaração de Helsinque, da Associação Médica Mundial, e as Diretrizes internacionais propostas para a pesquisa biomédica em seres humanos, do Conselho de Organizações Internacionais de Ciências Médicas (CIOMS) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A despeito disso, com base nos relatos ouvidos em visitas à Região Amazônica, fiquei convencido de que a nossa legislação necessita de um aprimoramento que forneça os instrumentos legais para a reparação social do erro, mediante indenização devida aos sujeitos das pesquisas por eventuais danos ou prejuízos e, quando for o caso, a punição dos pesquisadores, patrocinadores e instituições envolvidas em pesquisas antiéticas.

Essas são as razões que nos levaram a apresentar este projeto de lei, para o qual esperamos contar com o apoio de nossos Pares.

Sala das Sessões, 4 de abril de 2006. – **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – RESOLUÇÃO Nº 196/96

O Conselho Nacional de Saúde, no uso da competência que lhe é outorgada pelo Decreto nº 93.933 de 14 de janeiro de 1987, resolve:

Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos:

I – PREÂMBULO

A presente Resolução fundamenta-se nos principais documentos internacionais que emanaram de declarações e diretrizes sobre pesquisas que envolvem seres humanos: o Código de Nuremberg (1947), a Declaração dos Direitos do Homem (1948), a Declaração de Helsinque (1964 e suas versões posteriores de 1975, 1983 e 1989), o Acordo Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ONU, 1966, aprovado pelo Congresso Nacional Brasileiro em 1992), as Propostas de Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos (CIOMS/OMS 1982 e 1993) e as Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos (CIOMS, 1991). Cumpre as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Legislação brasileira correlata: Código de Direitos do Consumidor, Código Civil e Código Penal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Saúde nº 8.080, de 19-9-90 (dispõe sobre as condições de atenção à saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes), Lei nº 8.142, de 28-12-90 (participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde), Decreto nº 99.438, de 7-8-90 (organização e atribuições do Conselho Nacional de Saúde), Decreto nº 98.830, de 15-1-90 (coleta por estrangeiros de dados e materiais científicos no Brasil), Lei nº 8.489, de 18-11-92, e Decreto nº 879, de 22-7-93 (dispõem sobre retirada de tecidos, órgãos e outras partes do corpo humano com fins humanitários e científicos), Lei nº 8.501, de 30-11-92 (utilização de cadáver), Lei nº 8.974, de 5-1-95 (uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados), Lei nº 9.279, de 14-5-96 (regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial), e outras.

Esta Resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

O caráter contextual das considerações aqui desenvolvidas implica em revisões periódicas desta Resolução, conforme necessidades nas áreas tecnológica e ética.

Ressalta-se, ainda, que cada área temática de investigação e cada modalidade de pesquisa, além de respeitar os princípios emanados deste texto, deve cumprir com as exigências setoriais e regulamentações específicas.

II – TERMOS E DEFINIÇÕES

A presente Resolução, adota no seu âmbito as seguintes definições:

II.1 – Pesquisa – classe de atividades cujo objetivo é desenvolver ou contribuir para o conhecimento generalizável. O conhecimento generalizável consiste em teorias, relações ou princípios ou no acúmulo de informações sobre as quais estão baseados, que possam ser corroborados por métodos científicos aceitos de observação e inferência.

II.2 – Pesquisa envolvendo seres humanos – pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais.

II.3 – Protocolo de Pesquisa – Documento contemplando a descrição da pesquisa em seus aspectos fundamentais, informações relativas ao sujeito da pesquisa, à qualificação dos pesquisadores e à todas as instâncias responsáveis.

II.4 – Pesquisador responsável – pessoa responsável pela coordenação e realização da pesquisa e pela integridade e bem-estar dos sujeitos da pesquisa.

II.5 – Instituição de pesquisa – organização, pública ou privada, legitimamente constituída e habilitada na qual são realizadas investigações científicas.

II.6 – Promotor – indivíduo ou instituição, responsável pela promoção da pesquisa.

II.7 – Patrocinador – pessoa física ou jurídica que apóia financeiramente a pesquisa.

II.8 – Risco da pesquisa – possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase de uma pesquisa e dela decorrente.

II.9 – Dano associado ou decorrente da pesquisa – agravo imediato ou tardio, ao indivíduo ou à coletividade, com nexos causal comprovado, direto ou indireto, decorrente do estudo científico.

II.10 – Sujeito da pesquisa – é o(a) participante pesquisado (a), individual ou coletivamente, de caráter voluntário, vedada qualquer forma de remuneração.

II.11 – Consentimento livre e esclarecido – anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária na pesquisa.

II.12 – Indenização – cobertura material, em reparação a dano imediato ou tardio, causado pela pesquisa ao ser humano a ela submetida.

II.13 – Ressarcimento – cobertura, em compensação, exclusiva de despesas decorrentes da participação do sujeito na pesquisa.

II.14 – Comitês de Ética em Pesquisa – CEP – colegiados interdisciplinares e independentes, com “**munus público**”, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

II.15 – Vulnerabilidade – refere-se a estado de pessoas ou grupos, que por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido.

II.16 – Incapacidade – Refere-se ao possível sujeito da pesquisa que não tenha capacidade civil para dar o seu consentimento livre e esclarecido, devendo ser assistido ou representado, de acordo com a legislação brasileira vigente.

III – ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

As pesquisas envolvendo seres humanos devem atender às exigências éticas e científicas fundamentais.

III.1 – A ética da pesquisa implica em:

a) consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (autonomia). Neste sentido, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-lo em sua dignidade, respeitá-lo em sua autonomia e defendê-lo em sua vulnerabilidade;

b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos (beneficência), comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;

c) garantia de que danos previsíveis serão evitados (não maleficência);

d) relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (justiça e equidade).

III.2 – Todo procedimento de qualquer natureza envolvendo o ser humano, cuja aceitação não esteja ainda consagrada na literatura científica, será considerado como pesquisa e, portanto, deverá obedecer às diretrizes da presente Resolução. Os procedimentos referidos incluem entre outros, os de natureza instrumental, ambiental, nutricional, educacional, sociológica, econômica, física, psíquica ou biológica, sejam eles

farmacológicos, clínicos ou cirúrgicos e de finalidade preventiva, diagnóstica ou terapêutica.

III.3 – A pesquisa em qualquer área do conhecimento, envolvendo seres humanos deverá observar as seguintes exigências:

a) ser adequada aos princípios científicos que a justifiquem e com possibilidades concretas de responder a incertezas;

b) estar fundamentada na experimentação prévia realizada em laboratórios, animais ou em outros fatos científicos;

c) ser realizada somente quando o conhecimento que se pretende obter não possa ser obtido por outro meio;

d) prevalecer sempre a probabilidade dos benefícios esperados sobre os riscos previsíveis;

e) obedecer a metodologia adequada. Se houver necessidade de distribuição aleatória dos sujeitos da pesquisa em grupos experimentais e de controle, assegurar que, a priori, não seja possível estabelecer as vantagens de um procedimento sobre outro através de revisão de literatura, métodos observacionais ou métodos que não envolvam seres humanos;

f) ter plenamente justificada, quando for o caso, a utilização de placebo, em termos de não maleficência e de necessidade metodológica;

g) contar com o consentimento livre e esclarecido do sujeito da pesquisa e/ou seu representante legal;

h) contar com os recursos humanos e materiais necessários que garantam o bem-estar do sujeito da pesquisa, devendo ainda haver adequação entre a competência do pesquisador e o projeto proposto;

i) prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de auto-estima, de prestígio e/ou econômico-financeiro;

j) ser desenvolvida preferencialmente em indivíduos com autonomia plena. Indivíduos ou grupos vulneráveis não devem ser sujeitos de pesquisa quando a informação desejada possa ser obtida através de sujeitos com plena autonomia, a menos que a investigação possa trazer benefícios diretos aos vulneráveis. Nestes casos, o direito dos indivíduos ou grupos que queiram participar da pesquisa deve ser assegurado, desde que seja garantida a proteção à sua vulnerabilidade e incapacidade legalmente definida;

l) respeitar sempre os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes quando as pesquisas envolverem comunidades;

m) garantir que as pesquisas em comunidades, sempre que possível, traduzir-se-ão em benefícios cujos efeitos continuem a se fazer sentir após sua

conclusão. O projeto deve analisar as necessidades de cada um dos membros da comunidade e analisar as diferenças presentes entre eles, explicitando como será assegurado o respeito às mesmas;

n) garantir o retorno dos benefícios obtidos através das pesquisas para as pessoas e as comunidades onde as mesmas forem realizadas. Quando, no interesse da comunidade, houver benefício real em incentivar ou estimular mudanças de costumes ou comportamentos, o protocolo de pesquisa deve incluir, sempre que possível, disposições para comunicar tal benefício às pessoas e/ou comunidades;

o) comunicar às autoridades sanitárias os resultados da pesquisa sempre que os mesmos puderem contribuir para a melhoria das condições de saúde da coletividade, preservando, porém, a imagem e assegurando que os sujeitos da pesquisa não sejam estigmatizados ou percam a auto-estima;

p) assegurar aos sujeitos da pesquisa os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retomo social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;

q) assegurar aos sujeitos da pesquisa as condições de acompanhamento, tratamento ou de orientação, conforme o caso, nas pesquisas de rastreamento; demonstrar a preponderância de benefícios sobre riscos e custos;

r) assegurar a inexistência de conflito de interesses entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa ou patrocinador do projeto;

s) comprovar, nas pesquisas conduzidas do exterior ou com cooperação estrangeira, os compromissos e as vantagens, para os sujeitos das pesquisas e para o Brasil, decorrentes de sua realização. Nestes casos deve ser identificado o pesquisador e a instituição nacionais co-responsáveis pela pesquisa. O protocolo deverá observar as exigências da Declaração de Helsinque e incluir documento de aprovação, no país de origem, entre os apresentados para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição brasileira, que exigirá o cumprimento de seus próprios referenciais éticos. Os estudos patrocinados do exterior também devem responder as necessidades de treinamento de pessoal no Brasil, para que o país possa desenvolver projetos similares de forma independente;

t) utilizar o material biológico e os dados obtidos na pesquisa exclusivamente para a finalidade prevista no seu protocolo;

u) levar em conta, nas pesquisas realizadas em mulheres em idade fértil ou em mulheres grávidas, a avaliação de riscos e benefícios e as eventuais interferências sobre a fertilidade, a gravidez, o embrião ou o feto, o trabalho de parto, o puerpério, a lactação e o recém-nascido;

v) considerar que as pesquisas em mulheres grávidas devem, ser precedidas de pesquisas em mulheres fora do período gestacional, exceto quando a gravidez for o objetivo fundamental da pesquisa;

x) propiciar, nos estudos multicêntricos, a participação dos pesquisadores que desenvolverão a pesquisa na elaboração do delineamento geral do projeto; e

z) descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que a aprovou.

IV – CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.

IV.1 – Exige-se que o esclarecimento dos sujeitos se faça em linguagem acessível e que inclua necessariamente os seguintes aspectos:

a) a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa;

b) os desconfortos e riscos possíveis e os benefícios esperados;

c) os métodos alternativos existentes;

d) a forma de acompanhamento e assistência, assim como seus responsáveis;

e) a garantia de esclarecimento, antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia, informando a possibilidade de inclusão em grupo controle ou placebo;

f) a liberdade do sujeito se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado;

g) a garantia do sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa;

h) as formas de ressarcimento das despesas decorrentes da participação na pesquisa; e

i) as formas de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

IV.2 – O termo de consentimento livre e esclarecido obedecerá aos seguintes requisitos:

a) ser elaborado pelo pesquisador responsável, expressando o cumprimento de cada uma das exigências acima;

b) ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa que referencia a investigação;

c) ser assinado ou identificado por impressão dactiloscópica, por todos e cada um dos sujeitos da pesquisa ou por seus representantes legais; e

d) ser elaborado em duas vias, sendo uma retida pelo sujeito da pesquisa ou por seu representante legal e uma arquivada pelo pesquisador.

IV.3 – Nos casos em que haja qualquer restrição à liberdade ou ao esclarecimento necessários para o adequado consentimento, deve-se ainda observar:

a) em pesquisas envolvendo crianças e adolescentes, portadores de perturbação ou doença mental e sujeitos em situação de substancial diminuição em suas capacidades de consentimento, deverá haver justificativa clara da escolha dos sujeitos da pesquisa, especificada no protocolo, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, e cumprir as exigências do consentimento livre e esclarecido, através dos representantes legais dos referidos sujeitos, sem suspensão do direito de informação do indivíduo, no limite de sua capacidade;

b) a liberdade do consentimento deverá ser particularmente garantida para aqueles sujeitos que, embora adultos e capazes, estejam expostos a condicionamentos específicos ou à influência de autoridade, especialmente estudantes, militares, empregados, presidiários, internos em centros de readaptação, casas-abrigo, asilos, associações religiosas e semelhantes, assegurando-lhes a inteira liberdade de participar ou não da pesquisa, sem quaisquer represálias;

c) nos casos em que seja impossível registrar o consentimento livre e esclarecido, tal fato deve ser devidamente documentado com explicação das causas da impossibilidade e parecer do Comitê de Ética em Pesquisa;

d) as pesquisas em pessoas com o diagnóstico de morte encefálica só podem ser realizadas desde que estejam preenchidas as seguintes condições:

– documento comprobatório da morte encefálica (atestado de óbito);

– consentimento explícito dos familiares e/ou do responsável legal, ou manifestação prévia da vontade da pessoa;

– respeito total à dignidade do ser humano sem mutilação ou violação do corpo;

– sem ônus econômico financeiro adicional à família;

– sem prejuízo para outros pacientes aguardando internação ou tratamento;

– possibilidade de obter conhecimento científico relevante, novo e que não possa ser obtido de outra maneira;

e) em comunidades culturalmente diferenciadas, inclusive indígenas, deve-se contar com a anuência antecipada da comunidade através dos seus próprios líderes, não se dispensando, porém, esforços no sentido de obtenção do consentimento individual;

f) quando o mérito da pesquisa depender de alguma restrição de informações aos sujeitos, tal fato deve ser devidamente explicitado e justificado pelo pesquisador e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa. Os dados obtidos a partir dos sujeitos da pesquisa não poderão ser usados para outros fins que os não previstos no protocolo e/ou no consentimento.

V – RISCOS E BENEFÍCIOS

Considera-se que toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco. O dano eventual poderá ser imediato ou tardio, comprometendo o indivíduo ou a coletividade.

V.1 – Não obstante os riscos potenciais, as pesquisas envolvendo seres humanos serão admissíveis quando;

a) oferecerem elevada possibilidade de gerar conhecimento para entender, prevenir ou aliviar um problema que afete o bem-estar dos sujeitos da pesquisa e de outros indivíduos;

b) o risco se justifique pela importância do benefício esperado;

c) o benefício seja maior, ou no mínimo igual, a outras alternativas já estabelecidas para a prevenção, o diagnóstico e o tratamento.

V.2 – As pesquisas sem benefício direto ao indivíduo devem prever condições de serem bem suportadas pelos sujeitos da pesquisa, considerando sua situação física, psicológica, social e educacional.

V.3 – O pesquisador responsável é obrigado a suspender a pesquisa imediatamente ao perceber algum risco ou dano à saúde do sujeito participante da pesquisa, conseqüente à mesma, não previsto no termo de consentimento.

Do mesmo modo, tão logo constatada a superioridade de um método em estudo sobre outro, o projeto deverá ser suspenso, oferecendo-se a todos os sujeitos os benefícios do melhor regime.

V.4 – O Comitê de Ética em Pesquisa da instituição deverá ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo.

V.5 – O pesquisador, o patrocinador e a instituição devem assumir a responsabilidade de dar assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos.

V.6 – Os sujeitos da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização.

V.7 – Jamais poderá ser exigido do sujeito da pesquisa, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. O formulário do consentimento livre e esclarecido não deve conter nenhuma ressalva

que afaste essa responsabilidade ou que implique ao sujeito da pesquisa abrir mão de seus direitos legais, incluindo o direito de procurar obter indenização por danos eventuais.

VI – PROTOCOLO DE PESQUISA

O protocolo a ser submetido à revisão ética somente poderá ser apreciado se estiver instruído com os seguintes documentos, em português:

VI.1 – folha de rosto: título do projeto, nome, número da carteira de identidade, CPF, telefone e endereço para correspondência do pesquisador responsável e do patrocinador, nome e assinaturas dos dirigentes da instituição e/ou organização;

VI.2 – descrição da pesquisa, compreendendo os seguintes itens:

a) descrição dos propósitos e das hipóteses a serem testadas;

b) antecedentes científicos e dados que justifiquem a pesquisa. Se o propósito for testar um novo produto ou dispositivo para a saúde, de procedência estrangeira ou não, deverá ser indicada a situação atual de registro junto a agências regulatórias do país de origem;

c) descrição detalhada e ordenada do projeto de pesquisa (material e métodos, casuística, resultados esperados e bibliografia);

d) análise crítica de riscos e benefícios;

e) duração total da pesquisa, a partir da aprovação;

f) explicação das responsabilidades do pesquisador, da instituição, do promotor e do patrocinador;

g) explicitação de critérios para suspender ou encerrar a pesquisa;

h) local da pesquisa: detalhar as instalações dos serviços, centros, comunidades e instituições nas quais se processarão as várias etapas da pesquisa;

i) demonstrativo da existência de infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da pesquisa para atender eventuais problemas dela resultantes, com a concordância documentada da instituição;

j) orçamento financeiro detalhado da pesquisa: recursos, fontes e destinação, bem como a forma e o valor da remuneração do pesquisador;

l) explicitação de acordo preexistente quanto à propriedade das informações geradas, demonstrando a inexistência de qualquer cláusula restritiva quanto à divulgação pública dos resultados, a menos que se trate de caso de obtenção de patenteamento; neste caso, os resultados devem se tornar públicos, tão logo se encerre a etapa de patenteamento;

m) declaração de que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não; e

n) declaração sobre o uso e destinação do material e/ou dados coletados.

VI.3 – informações relativas ao sujeito da pesquisa:

a) descrever as características da população a estudar: tamanho, faixa etária, sexo, cor (classificação do IBGE), estado geral de saúde, classes e grupos sociais, etc. Expor as razões para a utilização de grupos vulneráveis;

b) descrever os métodos que afetem diretamente os sujeitos da pesquisa;

c) identificar as fontes de material de pesquisa, tais como espécimes, registros e dados a serem obtidos de seres humanos. Indicar se esse material será obtido especificamente para os propósitos da pesquisa ou se será usado para outros fins;

d) descrever os planos para o recrutamento de indivíduos e os procedimentos a serem seguidos. Fornecer critérios de inclusão e exclusão;

e) apresentar o formulário ou termo de consentimento, específico para a pesquisa, para a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, incluindo informações sobre as circunstâncias sob as quais o consentimento será obtido, quem irá tratar de obtê-lo e a natureza da informação a ser fornecida aos sujeitos da pesquisa;

f) descrever qualquer risco, avaliando sua possibilidade e gravidade;

g) descrever as medidas para proteção ou minimização de qualquer risco eventual. Quando apropriado, descrever as medidas para assegurar os necessários cuidados à saúde, no caso de danos aos indivíduos. Descrever também os procedimentos para monitoramento da coleta de dados para prover a segurança dos indivíduos, incluindo as medidas de proteção à confidencialidade; e

h) apresentar previsão de ressarcimento de gastos aos sujeitos da pesquisa. A importância referente não poderá ser de tal monta que possa interferir na autonomia da decisão do indivíduo ou responsável de participar ou não da pesquisa.

VI.4 – qualificação dos pesquisadores: “Curriculum Vitae” do pesquisador responsável e dos demais participantes.

VI.5 – termo de compromisso do pesquisador responsável e da instituição de cumprir os termos desta Resolução.

VII – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

Toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa.

VII.1 – As instituições nas quais se realizem pesquisas envolvendo seres humanos deverão constituir

um ou mais de um Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, conforme suas necessidades.

VII.2 – Na impossibilidade de se constituir CEP, a instituição ou o pesquisador responsável deverá submeter o projeto à apreciação do CEP de outra instituição, preferencialmente entre os indicados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/MS).

VII.3 – Organização – A organização e criação do CEP será da competência da instituição, respeitadas as normas desta Resolução, assim como o provimento de condições adequadas para o seu funcionamento.

VII.4 – Composição – O CEP deverá ser constituído por colegiado com número não inferior a 7 (sete) membros. Sua constituição deverá incluir a participação de profissionais da área de saúde, das ciências exatas, sociais e humanas, incluindo, por exemplo, juristas, teólogos, sociólogos, filósofos, bioeticistas e, pelo menos, um membro da sociedade representando os usuários da instituição. Poderá variar na sua composição, dependendo das especificidades da instituição e das linhas de pesquisa a serem analisadas.

VII.5 – Terá sempre caráter multi e transdisciplinar, não devendo haver mais que metade de seus membros pertencentes à mesma categoria profissional, participando pessoas dos dois sexos. Poderá ainda contar com consultores **ad hoc**, pessoas pertencentes ou não à instituição, com a finalidade de fornecer subsídios técnicos.

VII.6 – No caso de pesquisas em grupos vulneráveis, comunidades e coletividades, deverá ser convidado um representante, como membro **ad hoc** do CEP, para participar da análise do projeto específico.

VII.7 – Nas pesquisas em população indígena deverá participar um consultor familiarizado com os costumes e tradições da comunidade.

VII.8 – Os membros do CEP deverão se isentar de tomada de decisão, quando diretamente envolvidos na pesquisa em análise.

VII.9 – Mandato e escolha dos membros – A composição de cada CEP deverá ser definida a critério da instituição, sendo pelo menos metade dos membros com experiência em pesquisa, eleitos pelos seus pares. A escolha da coordenação de cada Comitê deverá ser feita pelos membros que compõem o colegiado, durante a primeira reunião de trabalho. Será de três anos a duração do mandato, sendo permitida recondução.

VII.10 – Remuneração – Os membros do CEP não poderão ser renumerados no desempenho desta tarefa, sendo recomendável, porém, que sejam dispensados nos horários de trabalho do Comitê das outras obrigações nas instituições às quais prestam serviço, podendo receber ressarcimento de despesas efetuadas com transporte, hospedagem e alimentação.

VII.11 – Arquivo – O CEP deverá manter em arquivo o projeto, o protocolo e os relatórios correspondentes, por 5 (cinco) anos após o encerramento do estudo.

VII.12 – Liberdade de trabalho – Os membros dos CEPs deverão ter total independência na tomada das decisões no exercício das suas funções, mantendo sob caráter confidencial as informações recebidas. Deste modo, não podem sofrer qualquer tipo de pressão por parte de superiores hierárquicos ou pelos interessados em determinada pesquisa, devem isentar-se de envolvimento financeiro e não devem estar submetidos a conflito de interesse.

VII.13 – Atribuições do CEP:

a) revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas;

b) emitir parecer consubstanciado por escrito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, identificando com clareza o ensaio, documentos estudados e data de revisão. A revisão de cada protocolo culminará com seu enquadramento em uma das seguintes categorias:

– aprovado;

– com pendência: quando o Comitê considera o protocolo como aceitável, porém identifica, determinados problemas no protocolo, no formulário do consentimento ou em ambos, e recomenda uma revisão específica ou solicita uma modificação ou informação relevante, que deverá ser atendida em 60 (sessenta) dias pelos pesquisadores;

– retirado: quando, transcorrido o prazo, o protocolo permanece pendente; não aprovado; e

– aprovado e encaminhado, com o devido parecer, para apreciação pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP/MS, nos casos previstos no Capítulo VIII, item 4.c.

c) manter a guarda confidencial de todos os dados obtidos na execução de sua tarefa e arquivamento do protocolo completo, que ficará à disposição das autoridades sanitárias;

d) acompanhar o desenvolvimento dos projetos através de relatórios anuais dos pesquisadores;

e) desempenhar papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência;

f) receber dos sujeitos da pesquisa ou de qualquer outra parte denúncias de abusos ou notificação sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo, decidindo pela continuidade, modificação ou

suspensão da pesquisa, devendo, se necessário, adequar o termo de consentimento. Considerar-se como antiética a pesquisa descontinuada sem justificativa aceita pelo CEP que a aprovou;

g) requerer instauração de sindicância à direção da instituição em caso de denúncias de irregularidades de natureza ética nas pesquisas e, em havendo comprovação, comunicar à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP/MS e, no que couber, a outras instâncias; e

h) manter comunicação regular e permanente com a CONEP/MS.

VII.14 – Atuação do CEP:

a) a revisão ética de toda e qualquer proposta de pesquisa envolvendo seres humanos não poderá ser dissociada da sua análise científica. Pesquisa que não se faça acompanhar do respectivo protocolo não deve ser analisada pelo Comitê.

b) Cada CEP deverá elaborar suas normas de funcionamento, contendo metodologia de trabalho, a exemplo de: elaboração das atas; planejamento anual de suas atividades; periodicidade de reuniões; número mínimo de presentes para início das reuniões; prazos para emissão de pareceres; critérios para solicitação de consultas de experts na área em que se desejam informações técnicas; modelo de tomada de decisão, etc.

VIII – COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP/MS)

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP/MS é uma instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, independente, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde.

O Ministério da Saúde adotará as medidas necessárias para o funcionamento pleno da Comissão e de sua Secretaria Executiva.

VIII.1 – Composição: A CONEP terá composição multi e transdisciplinar, com pessoas de ambos os sexos e deverá ser composta por 13 (treze) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 05 (cinco) deles personalidades destacadas no campo da ética na pesquisa e na saúde e 08 (oito) personalidades com destacada atuação nos campos teológico, jurídico e outros, assegurando-se que pelo menos um seja da área de gestão da saúde. Os membros serão selecionados, a partir de listas indicativas elaboradas pelas instituições que possuem CEP registrados na CONEP, sendo que 07 (sete) serão escolhidos pelo Conselho Nacional de Saúde e 06 (seis) serão definidos por sorteio. Poderá contar também com consultores e membros **ad hoc**, assegurada a representação dos usuários.

VIII.2 – Cada CEP poderá indicar duas personalidades.

VIII.3 – O mandato dos membros da CONEP será de quatro anos com renovação alternada a cada dois anos, de sete ou seis de seus membros.

VIII.4 – Atribuições da CONEP – Compete à CONEP o exame dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, bem como a adequação e atualização das normas atinentes. A CONEP consultará a sociedade sempre que julgar necessário, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

a) estimular a criação de CEP institucionais e de outras instâncias;

b) registrar os CEP institucionais e de outras instâncias;

c) aprovar, no prazo de 60 dias, e acompanhar os protocolos de pesquisa em áreas temáticas especiais tais como:

1 – genética humana;

2 – reprodução humana;

3 – fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos novos (fases I, II e III) ou não registrados no país (ainda que fase IV), ou quando a pesquisa for referente a seu uso com modalidades, indicações, doses ou vias de administração diferentes daquelas estabelecidas, incluindo seu emprego em combinações;

4 – equipamentos, insumos e dispositivos para a saúde novos, ou não registrados no país;

5 – novos procedimentos ainda não consagrados na literatura;

6 – populações indígenas;

7 – projetos que envolvam aspectos de biossegurança;

8 – pesquisas coordenadas do exterior ou com participação estrangeira e pesquisas que envolvam remessa de material biológico para o exterior; e

9 – projetos que, a critério do CEP, devidamente justificado, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP;

d) prover normas específicas no campo da ética em pesquisa, inclusive nas áreas temáticas especiais, bem como recomendações para aplicação das mesmas;

e) funcionar como instância final de recursos, a partir de informações fornecidas sistematicamente, em caráter ex-offício ou a partir de denúncias ou de solicitação de partes interessadas, devendo manifestar-se em um prazo não superior a 60 (sessenta) dias;

f) rever responsabilidades, proibir ou interromper pesquisas, definitiva ou temporariamente, podendo requisitar protocolos para revisão ética inclusive, os já aprovados pelo CEP;

g) constituir um sistema de informação e acompanhamento dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos em todo o território nacional, mantendo atualizados os bancos de dados;

h) informar e assessorar o MS, o CNS e outras instâncias do SUS, bem como do governo e da sociedade, sobre questões éticas relativas à pesquisa em seres humanos;

i) divulgar esta e outras normas relativas à ética em pesquisa envolvendo seres humanos;

j) a CONEP juntamente com outros setores do Ministério da Saúde, estabelecerá normas e critérios para o credenciamento de Centros de Pesquisa. Este credenciamento deverá ser proposto pelos setores do Ministério da Saúde, de acordo com suas necessidades, e aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde; e

l) estabelecer suas próprias normas de funcionamento.

VIII.5 – A CONEP submeterá ao CNS para sua deliberação:

a) propostas de normas gerais a serem aplicadas às pesquisas envolvendo seres humanos, inclusive modificações desta norma;

b) plano de trabalho anual;

c) relatório anual de suas atividades, incluindo sumário dos CEP estabelecidos e dos projetos analisados.

IX – OPERACIONALIZAÇÃO

IX.1 – Todo e qualquer projeto de pesquisa envolvendo seres humanos deverá obedecer às recomendações desta Resolução e dos documentos endossados em seu preâmbulo. A responsabilidade do pesquisador é indelegável. Indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais.

IX.2 – Ao pesquisador cabe:

a) apresentar o protocolo, devidamente instruído ao CEP, aguardando o pronunciamento deste, antes de iniciar a pesquisa;

b) desenvolver o projeto conforme delineado;

c) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;

d) apresentar dados solicitados pelo CEP, a qualquer momento;

e) manter em arquivo, sob sua guarda, por 5 anos, os dados da pesquisa, contendo fichas individuais e todos os demais documentos recomendados pelo CEP;

f) encaminhar os resultados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico participante do projeto;

g) justificar, perante o CEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

IX.3 – O Comitê de Ética em Pesquisa institucional deverá estar registrado junto à CONEP/MS.

IX.4 – Uma vez aprovado o projeto, o CEP passa a ser co-responsável no que se refere aos aspectos éticos da pesquisa.

IX.5 – Consideram-se autorizados para execução, os projetos aprovados pelo CEP, exceto os que se enquadrarem nas áreas temáticas especiais, os quais, após aprovação pelo CEP institucional deverão ser enviados à CONEP/MS, que dará o devido encaminhamento.

IX.6 – Pesquisas com novos medicamentos, vacinas, testes diagnósticos, equipamentos e dispositivos para a saúde deverão ser encaminhados do CEP à CONEP/MS e desta, após parecer, à Secretaria de Vigilância Sanitária.

IX.7 – As agências de fomento à pesquisa e o corpo editorial das revistas científicas deverão exigir documentação comprobatória de aprovação do projeto pelo CEP e/ou CONEP, quando for o caso.

IX.8 – Os CEP institucionais deverão encaminhar trimestralmente à CONEP/MS a relação dos projetos de pesquisa analisados, aprovados e concluídos, bem como dos projetos em andamento e, imediatamente, aqueles suspensos.

X – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

X.1 – O Grupo Executivo de Trabalho-GE, constituído através da Resolução CNS 170/95, assumir as atribuições da CONEP até a sua constituição, responsabilizando-se por:

a) tomar as medidas necessárias ao processo de criação da CONEP/MS;

b) estabelecer normas para registro dos CEP institucionais;

X.2 – O GET terá 180 dias para finalizar as suas tarefas.

X.3 – Os CEP das instituições devem proceder, no prazo de 90 (noventa) dias, ao levantamento e análise, se for o caso, dos projetos de pesquisa em seres humanos já em andamento, devendo encaminhar à CONEP/MS, a relação dos mesmos.

X.4 – Fica revogada a Resolução 1/88.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e à Comissão de Educação, cabendo a última a decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2006

Autoriza o Poder Executivo a criar campi avançados da Universidade Federal de Sergipe (UFS) nos Municípios de Estância, Lagarto, N. Sra. da Glória e Propriá, no Estado de Sergipe.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar **campi** avançados da Universidade Federal de Sergipe (UFS), nos Municípios de Estância, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Propriá, no Estado de Sergipe, bem como os cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 2º Os **campi** de que batam esta lei terão por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas e promover a extensão universitária, institucionalizando, dessa forma, a interiorização do ensino de graduação da UFS.

§ 1º Serão criados nos **campi** avançados dez novos cursos de graduação, que serão estabelecidos pela própria UFS e previstos em seu plano de expansão universitária.

§ 2º A distribuição das vagas será equitativa entre os turnos matutino, vespertino e noturno, visando a uma mais eficiente utilização da infra-estrutura física e à justa oportunidade de viabilizar a matrícula universitária ao cidadão trabalhador.

Art. 3º As instalações dos **campi** avançados de que dispõem esta lei subordinam-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O plano de expansão da Universidade Federal de Sergipe (UFS) 2003-2008 prevê: a criação de 60 novos cursos, sendo 35 de graduação, 18 de mestrado e 7 de doutorado. Dez dos novos cursos de graduação serão implantados nos Pólos Regionais de Estância, Itabaiana, Lagarto, N. Sra. da Glória e Propriá, institucionalizando, dessa forma, a interiorização do ensino de graduação da UFS. A distribuição das vagas será equitativa entre os turnos matutino, vespertino e noturno, visando a uma mais eficiente utilização da infra-estrutura física e à justa oportunidade de viabilizar a matrícula universitária ao cidadão trabalhador. Cabe ressaltar que, nesta questão, a UFS tem feito o melhor possível: cerca de um terço de seus alunos estudam em cada um dos três turnos. O corpo docente necessário para viabilizar esse projeto terá que contar com o preenchimento das 122 vagas docentes atualmente existentes e com a criação de 775 novos postos docentes ao longo dos próximos quatro anos. Com isso, a UFS alcançará os 1.358 pos-

tos docentes necessários ao atendimento dessas projetadas 24.452 matrículas. Cabe destacar que, com o preenchimento dos novos postos docentes, como já esclarecemos, a UFS deixará de depender da mão-de-obra de professores temporários que, no momento já alcança um total de 262 docentes, excetuando-se as contratações previstas em lei tais como afastamento para capacitação e licenças médicas”.

Considerando que já existe o **campus** de Itabaiana com dez cursos de graduação ofertados (Bacharelados em Administração, Ciências Contábeis e Sistemas da Informação, e Licenciaturas em Matemática, Física, Química, Ciências Biológicas, Normal Superior, Letras-Português e Geografia), resta, pois, a expansão para os Municípios de Estância, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Propriá, conforme previsto no plano de expansão universitário da UFS, dando início, definitivamente, à interiorização da UFS, comprovando o compromisso social dessa instituição.

As razões da imperiosa necessidade de expansão e interiorização da UFS são ofertadas pela própria universidade, no referido documento e, em síntese, nos seguintes termos: o Estado de Sergipe possui uma população de 1,93 milhão de habitantes, enquadrada no padrão social típico do povo nordestino. O Nordeste brasileiro, como é bem conhecido, possui indicadores sociais muito abaixo dos indicadores correspondentes das regiões Sudeste e Sul do Brasil. Uma das conseqüências políticas do injusto tratamento desigual da União é que, no tocante ao ensino superior, apenas unia parcela, da ordem de 100 o das matrículas, tanto de graduação quanto de pós-graduação **stricto sensu**, em universidades públicas federais está no Nordeste, mesmo tendo a região uma população da ordem de 30% da população brasileira. A manutenção de processos de ampliação de desigualdades inter-regionais no Brasil é injusta, danosa e perigosa para a necessária harmonia social do país. Urge uma tomada de decisões que promovam a correção dessas desigualdades inter-regionais. Neste plano enfocamos a questão da expansão da Universidade Federal de Sergipe como um meio seguro de contribuir para a diminuição das citadas desigualdades sociais inter-regionais e de fazer justiça social.

Os números da UFS e a história sergipana mostram que a nossa universidade tem sido uma universidade eficiente, produtiva, dinâmica, fator decisivo de inclusão e de desenvolvimento social do Estado de Sergipe. É necessário expandir a UFS para torná-la ainda mais eficiente, mais produtiva e mais dinâmica, para fortalecê-la como agente indutor de desenvolvimento do nosso Estado, para fazer justiça social e para contribuir para a correção das desigualdades inter-regionais.

Outra razão para a sua expansão é que o sistema estadual público de ensino médio recentemente passou a atender a todos os 75 municípios do Estado de

Sergipe. Como conseqüência, a demanda por vagas no ensino superior público no nosso Estado passou a níveis muito acima da capacidade de atendimento da UFS. Nos últimos anos, cerca de 20 mil candidatos – como já demonstrado anteriormente – têm disputado as duas mil e dez vagas anualmente oferecidas no vestibular da UFS. A relação de cerca de 10 candidatos por vaga e desesperadora para a maioria de nossos jovens, que aspiram, através do curso superior, a uma ascensão social e cultural.

Portanto, rogo apoio dos meus pares para a aprovação deste Projeto de Lei, que no âmbito do Senado Federal, a admissibilidade de projetos autorizativos fundamenta-se na interpretação consubstanciada no Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa. O referido parecer, de autoria do Senador Josaphat Marinho, estabelece que “(..) as leis autorizativas administrativas, orçamentárias e tributárias têm apoio doutrinário, jurídico e legal encontrando confirmação jurisprudencial quanto à sua essência, à sua formação (...)”

Sala das Sessões, 4 de abril de 2006. – **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB nº 100/2006

Brasília, 4 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Gilvam Borges, como membro suplente, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 101/2006

Brasília, 4 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Gilvam Borges, como membro suplente, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional CRE, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência designa o Sr. Senador Gilvam Borges para compor, como membro suplente, as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos dos Ofícios que acabam de ser lidos.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 289, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2003, tendo como 1º Signatário o Senador Sibá Machado, que altera o art. 189 da Constituição Federal, suprimindo a expedição de título do domínio aos beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária.

Relator: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

A Comissão passa a examinar a Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2003, dirigida ao art. 189 da Carta Federal, que tem o seguinte teor:

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Consoante a proposta, deixarão de existir as concessões de títulos de domínio, mantendo-se os títulos de concessão de uso.

Na justificção, o ilustre autor da Proposta expressa indignação pela distribuição de títulos de domínio de terras rurais, por não existir estrutura para acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pelos beneficiários, de modo a consolidar o compromisso firmado com o Poder Público.

II – Análise

A Proposta de Emenda à Constituição Federal (PEC) nº 59, de 2003, atende aos preceitos do art. 60 da Carta de 1988, aos requisitos de juridicidade e à técnica recomendada na Lei Complementar nº 95, de 1998.

No mérito, altera substancialmente o atual procedimento de destinação de terras rurais para fins de reforma agrária, ao suprimir a doação de títulos de domínio.

No que concerne ao Poder Público, faltam fiscais que acompanhem a implementação das condições pactuadas nos títulos de domínio. Também não existem, em número suficiente, equipamentos e veículos para o monitoramento dos processos subseqüentes ao da titulação de domínio.

E, no que diz respeito ao homem do campo, a verdade é que esse benefício não tem gerado o retorno que dele se espera, haja vista serem as glebas negociadas tão logo recebidas, mediante a venda sem artifícios ou, de modo simulado, pela cessão de direitos, o que, em qualquer caso, representa acinte à Constituição, que fixa prazo mínimo de dez anos para a alienação.

Evidentemente, a conduta alienante frustra os objetivos da reforma agrária, desestimula a produção agrícola, deixa de fixar as famílias no campo, perpetua o vazio de vínculo entre o homem e a terra e onera os cofres da Nação, que, para cumprir o comando do art. 189 da Constituição, realiza desapropriações milionárias.

Todo o processo se desvirtua no ato de alienar a terra mediante a tradição do título de propriedade. Vender ou ceder a gleba implica proveito mais imediato para o beneficiário do título que fazer a terra produzir.

Para que produzir? Para que adquirir implementos agrícolas, sementes e equipamentos? Para que contrair empréstimos e aplicar-se ao trabalho contínuo, com sacrifício da família, se é mais fácil “passar adiante” a terra recebida? A resposta seria: para manter a própria família, e mantê-la com a dignidade que só o trabalho pode oferecer.

Após mais de quinze anos de desapropriações e titulações de domínio, o que se percebe é que a muitos beneficiários de títulos de domínio falta a compreensão de que a terra, de graça recebida, é, na verdade, custeada por toda a sociedade, e que os custos de desapropriação, que propiciam o título de doação, devem gerar retorno. Falta-lhes, enfim, ciência do paradoxo vivido pela sociedade brasileira, que experimenta a fome em país rico de solos e de água.

No mérito, portanto, assim como nos aspectos de juridicidade e técnica, assentimos com o teor da PEC nº 59, de 2003.

III – Voto

Com fundamento nas considerações expendidas, manifestamo-nos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2003.

Sala da Comissão, 15 de março de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 59 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/03/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE : <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
RELATOR: <i>Senador Pedro Simon</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE) <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	1-ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES <i>Maria do Carmo Alves</i>
DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i>	3-JOSÉ AGRIPINO <i>José Agripino</i>
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	4-JORGE BORNHAUSEN <i>Jorge Bornhausen</i>
JOSÉ JORGE <i>José Jorge</i>	5-RODOLPHO TOURINHO <i>Rodolpho Tourinho</i>
JOÃO BATISTA MOTTA <i>João Batista Motta</i>	6- TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>
ALVARO DIAS <i>Alvaro Dias</i>	7-EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i>	8-LEONEL PAVAN <i>Leonel Pavan</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA <i>Juvêncio da Fonseca</i>	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	1-DELCÍDIO AMARAL <i>Delcídio Amaral</i>
EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo Suplicy</i>	2- PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>
FERNANDO BEZERRA <i>Fernando Bezerra</i>	3-SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>
MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i>	4- PATRÍCIA SABOYAGOMES <i>Patrícia Saboyagomes</i>
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5-SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i> ^(SINATÁRI)
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
SERYS SLHESARENKO <i>Serys Slhessarenko</i>	7-MARCELO CRIVELLA ⁽³⁾
PMDB	
RAMEZ TEBET <i>Ramez Tebet</i>	1-LUIZ OTÁVIO <i>Luiz Otávio</i>
MAGUITO VILELA <i>Maguito Vilela</i>	2-GERSON CAMATA <i>Gerson Camata</i>
JOSÉ MARANHÃO <i>José Maranhão</i>	3-SÉRGIO CABRAL <i>Sérgio Cabral</i>
ROMERO JUCÁ <i>Romero Jucá</i>	4- ALMEIDA LIMA <i>Almeida Lima</i>
AMIR LANDO <i>Amir Lando</i>	5-LEOMAR QUINTANILHA ⁽⁴⁾ <i>Leomar Quintanilha</i>
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i> (Relator)	6-GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi Alves Filho</i>
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>Jefferson Péres</i>	1-OSMAR DIAS <i>Osmar Dias</i>

Atualizada em: 09/02/2006.

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).
 (2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.
 (3) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.
 (4) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 04/10/2005 (Vaga cedida pelo PMDB).

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

SUBSEÇÃO II
Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
 DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do ad. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição que a Comissão passa a examinar está dirigida ao art. 189 da Carta Federal, que, com a redação atual, tem o seguinte teor:

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Consoante a proposta, as concessões limitar-se-ão ao uso, e não mais ao domínio, e não haverá menção ao prazo em que os imóveis rurais serão inegociáveis.

Na justificação, seu autor expressa a indignação que causa a distribuição de títulos de domínio de terras rurais, porquanto não há estrutura para acompanhar as obrigações dos beneficiários e nem se consolida o compromisso dos beneficiários com o Poder Público, devendo, por isso, em seu lugar, ser concedido título de concessão de uso.

II – Análise

Assiste razão ao autor da proposta. De fato, por muitos anos tem-se visto que esse quadro de recepção de título de domínio de terras rurais é benefício que não gera o esperado retorno, na forma compromissada, pois os títulos são renegociados quase imediatamente ao seu recebimento, seja pela venda direta da gleba recebida, malgrado a exigência constitucional de dez anos para a alienação, seja mediante simples cessão de direitos que, na prática, afasta o preceito constitucional quanto ao prazo e frustra a finalidade da doação, que é a de estimular a produção agrícola.

A verdade é que o Poder Público não dispõe de pessoal, estrutura, equipamentos e veículos para monitorar os processos subseqüentes ao da titulação de domínio da terra. Com isso, repete-se a história que se arrasta desde as capitanias hereditárias, onde im-

pera a ausência de vínculo entre o homem e a terra; onde reina a busca imediatista de lucros sem compromissos; e onde prepondera o desdém pelo solo que merece e espera outro tratamento, mas que não alcança esse tratamento porque é mal avaliado pelos beneficiários.

O que se pode constatar é que as doações de terras pelo Poder Público oneram sobremaneira os cofres da Nação, porquanto são milionárias as desapropriações que iniciam o procedimento, até efetivar-se a entrega de títulos. Esse procedimento, portanto, se reconhecido, deveria culminar com a realização do objetivo de intensa produção agropecuária nas glebas. Todavia, todo o processo se desvirtua a partir do momento em que o ato de alienar a terra, mediante a tradição do título de propriedade, mostra-se individualmente ato mais proveitoso que o de fazer produzir o solo, ainda que esse ato represente prejuízo para toda a sociedade.

Então – questionam-se muitos dos beneficiários – para que produzir? Para que lutar por insumos e implementos agrícolas, sementes, equipamentos, empréstimos bancários, em trabalho contínuo que envolve toda a família? Ora, exatamente para isso: para manter a própria família. E mantê-la com a dignidade que o trabalho produtivo oferece. Mas por faltar a compreensão de que a terra de graça recebida é custeada por toda a sociedade, os beneficiários da doação de terras também deixam de compreender que, na verdade, esses altos custos devem gerar retorno.

Se é certo que a história acontece duas vezes, a primeira como tragédia, depois como farsa, no sistema de desapropriação destinada à doação, que deixa de alcançar a efetiva produção, a sociedade brasileira experimenta tanto a tragédia quanto a farsa, simultaneamente. Tragédia, porque em país rico em solos não deveria haver fome. Farsa, porque as contínuas doações de terras, mediante título de domínio – e não de posse e uso – não têm conduzido o seu ocupante a comprometer-se com o solo. Não há conquista nesse processo, logo nele não há interesse, razão das sucessivas alienações e da contínua improdutividade.

Dissentimos, porém, da Proposta, não no aspecto de mérito ou de formalização, que nos parecem inatacáveis, mas quanto ao limite da concessão, porque os papéis familiares do homem e da mulher diferem na medida em que esta, mais que aquele, se cerca da prole e a mantém coesa sempre que existam os meios de sobrevivência. Não são raras, aliás, as mu-

lheres que assumem o comando da entidade familiar quando não podem contar com a ajuda do marido ou companheiro. Diante dessa circunstância, parece-nos razoável, mediante emenda, dar preferência à mulher na ocupação e uso da terra.

E voltamos a dissentir da Proposta, desta feita no que tange ao prazo de dez anos, que, por emenda, deve ser mantido, para que os títulos concedidos, ainda que de uso e não de domínio, estimulem o vínculo que deve existir entre a terra e os seus ocupantes, vínculo progressivo, medido na prosperidade das pessoas e nos frutos dos trabalhos ali realizados.

III – Voto

Com fundamento nas considerações expendidas, manifestamo-nos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2003, com as seguintes emendas.

EMENDA Nº 1-CCJ

Dê-se a seguinte redação ao **caput** do art. 189 da Constituição Federal, nos termos da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2003;

“Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.(NR)”

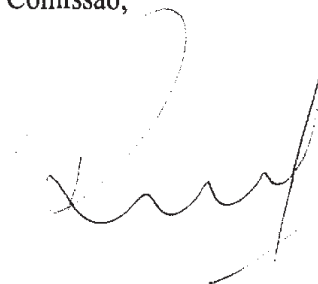
EMENDA Nº 2-CCJ

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 189 da Constituição Federal, nos termos da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2003:

“Art. 189.

Parágrafo único. Os títulos de concessão de uso serão conferidos preferencialmente à mulher, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.(NR)”

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

PARECER Nº 290, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça E Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como 1º signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

Relator: Senador **Juvêncio da Fonseca**

I – Relatório

Encontra-se em exame nesta comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

A PEC nº 50, de 2005, contém apenas dois artigos. O primeiro atribui a cada um dos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e dos Municípios (FPM) dez por cento da receita das seguintes contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico: contribuição para o financiamento da seguridade social (Cofins); contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL); contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF); e quaisquer contribuições sociais ou de intervenção no domínio econômico criadas a partir do ano de 2005.

O segundo artigo contém a cláusula de vigência, que fixa o primeiro dia do exercício posterior ao da publicação da emenda como data inicial para que as novas regras produzam efeitos financeiros.

II – Análise

A proposição em apreço tem como intuito reverter, ainda que parcialmente, a tendência concentradora apresentada pelo sistema tributário brasileiro na última década.

É inegável o processo acelerado de reconcentração das receitas tributárias na esfera federal, em especial após o Plano Real. Esse fenômeno contraria o próprio espírito da Constituição Federal de

1988, que, ao reinstalar a democracia no País, sabiamente fez com que o novo regime se assentasse sobre uma firme base federalista. Coerentemente, a Constituição buscou formas de repartir as receitas tributárias, que, por obra do regime autoritário, haviam-se acumulado na esfera federal. Exemplos eloqüentes do espírito da nova Carta foram a ampliação da base de incidência do ICM, que passou a chamar-se ICMS, e a significativa elevação da parcela da receita dos impostos sobre a renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) destinadas aos estados e municípios por meio dos respectivos fundos de participação.

A descentralização, uma conquista do povo brasileiro, propicia maior proximidade entre o cidadão e as instâncias municipais e estaduais de governo, que tendem a compreender melhor e atender mais prontamente os anseios da população.

Por isso, a reconcentração é uma afronta à Carta de 1988 e ao amplo pacto social sobre o qual ela se baseou. A instituição sucessiva do Fundo Social de Emergência (FSE), do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e, finalmente, da Desvinculação de Receitas da União (DRU) permitiu ao Governo Federal distorcer o sistema tributário nacional, valendo-se da ampliação das contribuições sociais como mecanismo de geração de recursos não compartilhados com estados e municípios nem vinculados à seguridade social.

Como resultado desse processo, hoje testemunhamos, se não a falência, ao menos as imensas dificuldades de caixa de estados e municípios, que estão de mãos atadas para realizar os investimentos e oferecer os serviços que a sociedade reclama. A escalada de violência nas cidades brasileiras, por exemplo, é fruto, ao menos em parte, da escassez de recursos para aparelhar as polícias estaduais. Na redenção do princípio federativo é que reside o grande mérito da PEC.

No entanto, o texto da PEC merece alguns pequenos reparos. O primeiro diz respeito à redação da sua ementa, que faz referência a um suposto “Fundo de Participação de Estados e Municípios”, ao qual destinaria dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico. Ora, nem existe o mencionado fundo, nem a proposta é de destinar-lhes dez por cento da receita de contribuições. De fato, há dois fundos diferentes, que receberão, caso a PEC seja

aprovada, o total de vinte por cento da receita dos tributos nela mencionados, como, aliás, fica claro no próprio texto da proposição.

O segundo reparo diz respeito à inserção, no corpo permanente da Constituição, de referências a datas específicas e tributos provisórios. O texto da Constituição tem como objetivo fixar regras gerais e perenes, o que contrasta com a redação conferida à alíneas *c* e *d* do inciso IV que a PEC propõe inserir no art. 159 da Carta Magna. Além disso, a totalidade da receita da CPMF já conta com destinação fixada no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a saber: dos trinta e oito centésimos por cento de sua alíquota, vinte centésimos por cento são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde (FNS); dez centésimos ao custeio da previdência social; e oito centésimos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Por isso, sugerimos que a referência à CPMF seja suprimida do texto, e a referência às contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico a serem futuramente criadas seja desdobrada em duas partes: no corpo permanente da Constituição seria inserido dispositivo prevendo a repartição das receitas das contribuições, enquanto que comando incluído no ADCT excluiria da incidência dessa regra as contribuições criadas até 31 de dezembro de 2004, ressalvadas a Cofins e a CSLL.

Um rápido cálculo ajudará a revelar o alcance da proposta que esta Comissão ora aprecia. A receita de Cofins atingiu, em 2004, R\$76,6 bilhões; a de CSLL montou a R\$19,6 bilhões; e a de CPMF chegou a R\$26,4 bilhões. Com isso, a receita total dessas contribuições sociais alcançou R\$122,6 bilhões. Vinte por cento desse total teriam representado, naquele ano, R\$24,5 bilhões. Deduzido o valor desvinculado pela DRU, restariam ainda R\$19,6 bilhões – quase o equivalente ao montante distribuído aos estados e ao Distrito Federal por meio do FPE naquele ano.

Mesmo que não se compute a parcela relativa à repartição da CPMF, o montante adicional a ser transferido a estados e municípios teria atingido, em 2004, R\$15,4 bilhões, dos quais R\$7,7 bilhões para os estados e o Distrito Federal e montante igual para os municípios.

Esses valores seriam suficientes para resgatar o espírito da Constituição Federal de 1988, no que ela representou de descentralização da atividade go-

vernamental e, conseqüentemente, de aproximação entre a população brasileira e o seu governo.

III – Voto

Em virtude do exposto, o voto é favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1-CCJ (Substitutivo)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005

Acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para destinar ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios parcela do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

Art. 159.

IV – do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, dez por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e dez por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, ressalvadas as contribuições mencionadas nos arts. 177, § 4º, e 195, I, **a**, II, III e IV.

Art. 2º Acrescente-se o seguinte art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 95. O disposto no art. 159, IV, não se aplica às contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico criadas até 31 de dezembro de 2004, ressalvadas as mencionadas no art. 195, I, **b** e **e**, da Constituição.

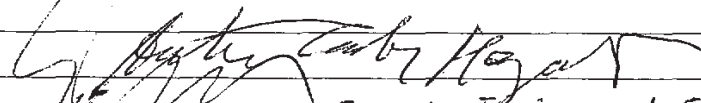

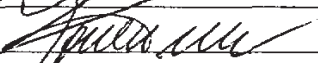
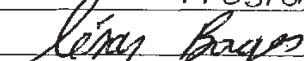


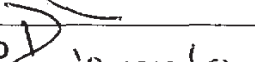
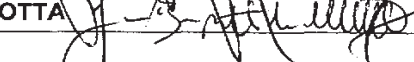

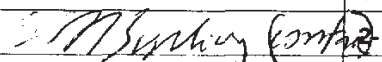
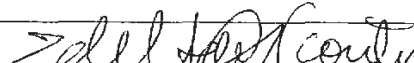
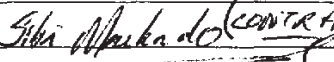

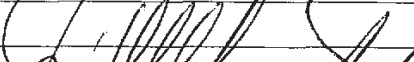

Art. 3º Esta emenda constitucional entra em vigor a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente ao de sua publicação.

Sala da Comissão, 15 de março de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 50 DE 2005

ASSINAM O PARÉCER NA REUNIÃO DE 15/03/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : 	
RELATOR:  <i>Senador JUVÊNCIO da Fonseca</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEU TUMA 
CÉSAR BORGES 	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO 	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE 	5-RODOLPHO TOURINHO 
JOÃO BATISTA MOTTA 	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (Relator)	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾ 
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY  <i>contra</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYAGOMES
IDELI SALVATTI  <i>contra</i>	5-SIBÁ MACHADO  <i>CONTRA</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESARENKO	7-MARCELO CRIVELLA ⁽³⁾
PMDB	
RAMEZ TEBET 	1-LUIZ OTÁVIO
MAGUITO VILELA	2-GERSON CAMATA
JOSÉ MARANHÃO 	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4- ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA ⁽⁴⁾
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS  <i>PRIMEIRO SINA-TARAVCA</i>

Atualizada em: 09/02/2006.

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(4) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005 (Vaga cedida pelo PMDB).

**ASSINAM O PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005,
NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15/03/2006, COMPLEMENTANDO AS
ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO
ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

- 1 – FLEXA RIBEIRO**
- 2 – DEMÓSTENES TORRES**
- 3 – RELATOR (JUVÊNIO DA FONSECA)**
- 4 – EDUARDO AZEREDO**
- 5 – DUPLICIDADE (DEMÓSTENES TORRES)**
- 6 – AUGUSTO BOTELHO**
- 7 – SÉRGIO CABRAL**
- 8 – ALVARO DIAS**
- 9 – DUPLICIDADE (JOSÉ JORGE)**
- 10 – WELLINGTON SALGADO**
- 11 - JOSÉ AGRIPINO**
- 12 – LEOMAR QUINTANILHA**
- 13 – GARIBALDI ALVES FILHO**
- 14 – JEFFERSON PÉRES**
- 15 – TASSO JEREISSATI**
- 16 – AMIR LANDO**
- 17 – LUIZ OTÁVIO**
- 18 – PEDRO SIMON**
- 19 – EFRAIM MORAES**
- 20- JOÃO ALBERTO SOUZA**

**VOTO EM SEPARADO
DA SENADORA IDELI SALVATTI**

I – Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição do ilustre Senador Osmar Dias modifica o art. 159 da Constituição Federal acrescentando um inciso para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação

das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

O art. 1º da PEC nº 50/2005 aponta as contribuições referidas no projeto, quais sejam, (I) contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), (II) contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), (III) a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF), (IV) a contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE); destinando ao Fundo

de Participação dos Estados e Município dez por cento (10%) das receitas, O art. 1º determina ainda que as novas contribuições sociais ou de intervenção no domínio econômicas criadas a partir do ano de 2005, também terão 10% de toda a arrecadação direcionada ao mesmo destino.

O art. 2º do projeto apenas define a cláusula de vigência, estabelecendo o primeiro dia após a publicação como data inicial para a vigência, mas com efeitos financeiros somente a partir do dia 10 de Janeiro do ano subsequente à aprovação.

A PEC foi relatada pelo ilustre Senador Garibaldi Alves que se manifestou favoravelmente à matéria na forma do substitutivo apresentado. A PEC substitutiva corrigiu uma imprecisão do projeto original, na medida em que destinou 10% ao Fundo de Participação dos Estados e 10% ao Fundo de Participação dos Municípios, uma vez que não existe um tendo único de participação dos Estados e dos Municípios como estava definido no projeto original. A PEC substitutiva sugere a retirada da CPMF do texto do projeto por se tratar de uma contribuição provisória e pelo fato de que a contribuição já conta com a destinação de suas receitas definida no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (dos 0,38%, 0,20% para o Fundo Nacional de Saúde (FNS), 0,10% para o custeio da previdência social, e 0,08% para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza). Com o objetivo de precisar a questão das novas contribuições em relação à Constituição, a PEC substitutiva propõe um novo artigo que determina a não aplicação do disposto no art. 159 para as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico criadas até 31 de dezembro de 2004, ressalvadas a COFINS e a CSLL. A emenda substitutiva altera também o artigo sobre a vigência, determinando a entrada em vigor da Emenda Constitucional a partir de 1º de Janeiro do ano subsequente à sua publicação.

II – Análise

Embora sejam louváveis os objetivos do nobre Senador que propôs a matéria, e os objetivos do relator que apresentou emenda substitutiva, a proposta não merece prosperar. Vejamos os motivos.

A matéria trata de um grave problema da federação brasileira, qual seja a repartição das verbas arrecadadas. A Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio do Federalismo e ressaltou não só a importância dos Estados, mas também dos Municípios. Essa consagração não envolveu somente as tarefas a serem realizadas pelos entes federados, mas também uma divisão dos tributos que dariam sustentação ao modelo federativo. Desde então, ins-

talou-se um conflito democrático permanente entre União, Estados e Municípios sobre a destinação dos recursos.

A PEC nº 50/2005 tem o objetivo de aumentar as fontes de receita do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios com a introdução, entre as fontes de receitas dos Fundos, definidas no art. 159 da CF, as receitas provenientes das contribuições sociais e das contribuições de intervenção sobre domínio econômico.

Cabe observar que não houve redução da receita dos entes federativos como consta na Justificativa da PBC nº 50/2005, mas sim aumento do número de Municípios. A proliferação de municípios não tem sido associada, **pari passu**, a um planejamento efetivo do desenvolvimento e de sustentabilidade econômico-financeira. A maioria dos municípios criados passou a compor o rol de unidades federativas com grande dependência das transferências da União e dos Estados. Aumentaram os recursos utilizados no pagamento de despesas com o Legislativo (e, provavelmente, as despesas administrativas em geral, ou seja, os custeios de gabinetes de prefeitos, câmaras de vereadores e administrações municipais), ao mesmo tempo em que reduziu, em termos relativos, o montante de recursos que o setor público dos governos municipais tinha disponível para aplicar em programas sociais e em investimento. Conclui-se, portanto, que a divisão ou desmembramento ou a criação de novos municípios, sem o devido planejamento, é responsável por menor crescimento de receitas municipais e aumento indesejado de suas despesas.

Os Fundos de Participação tiveram sua origem na reforma tributária de 1967. Numa perspectiva histórica, pode-se observar que durante as décadas 80 e 90 ocorreu um movimento de descentralização econômica e política no Brasil em contraste com anos anteriores.

No Brasil, observa-se que, embora a arrecadação tributária seja descentralizada, o Fundo de Participação dos Municípios – FPM fortaleceu-se absorvendo uma posição importante como modelo de transferência intergovernamental. Com 20 anos de regime militar e uma forte supremacia do governo central sobre os Estados e Municípios, a Constituição Federal promulgada em 1988 determinou o aumento dos poderes e dos recursos desses entes, na tentativa de alcançar o desejo de muitos anos de uma sociedade que sempre ansiava por maior participação, descentralização dos poderes e por um sistema federativo mais forte.

O resultado das mudanças com a CF de 1988, do ponto de vista institucional, foi a transformação da federação brasileira num sistema bastante descentralizado, pois enquanto na federação tradicional só há dois centros de poder político – a União e o Estado-membro, no Brasil há um terceiro – o Município. Fato que pode ser reconhecido com mais clareza quando se observa o crescimento do percentual destinado para todos os Estados e Municípios assim como a verificação do aumento considerável de volume de recursos em decorrência do aumento da carga tributária.

Apesar de os Municípios terem sido os principais beneficiários da descentralização de recursos, que se avolumaram com a ampliação das transferências constitucionais, os Estados também receberam maior volume de recursos. No entanto, o aumento da receita governamental dos governos subnacionais foi acompanhado por aumento de dívida pública.

Cabe destacar, que os recursos arrecadados por meio de contribuições sociais já tem como destino a sustentação da Seguridade Social no país. O próprio relator da matéria excluiu a CPMF do rol de contribuições a serem repartidas pelo projeto por entender que o destino dos recursos da CPMF já estaria definido nos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é o que também ocorre com a Cofins e com a CSLL. – A Cofins está regulamentada pela Lei Complementar nº 70 de 1991, e o art. 1º é claro em relação à destinação das receitas.

“Art. 1º Sem prejuízo da cobrança das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), fica instituída contribuição social para financiamento da Seguridade Social, nos termos do inciso I do art. 195 da Constituição Federal, devida pelas pessoas jurídicas inclusive as a elas equiparadas pela legislação do imposto de renda, destinadas exclusivamente às despesas com atividades-fins das áreas de saúde, previdência e assistência social.”

Da mesma maneira também está definida a destinação da CSLL, na lei 7689 de 1988.

“Art. 1º Fica instituída contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, destinada ao financiamento da seguridade social.”

Os problemas em relação ao financiamento da Seguridade Social são grandes e todos sabem o tamanho do desafio. Diante dos seguidos déficits previdenciários e à necessidade de mais verbas para o atendimento à Saúde e assistência social, não faria sentido a retirada de uma parcela dos recursos onde já há um grande déficit. (lembrando que a DRU, aprovada ainda no governo passado, já retira parte dessas verbas).

É importante destacar o intenso debate que o Congresso Nacional e a sociedade tem enfrentado em relação à questão da reforma tributária. Se há consenso em relação às críticas ao volume da carga tributária e a estrutura regressiva dos tributos no Brasil, infelizmente, não há o mesmo entendimento quando se trata de dar respostas efetivas à esses problemas.

O debate sobre a reestruturação geral dos impostos no Brasil, sobre a instituição de um imposto de valor agregado em substituição ao IPI e ao ICMS, sobre as compensações entre estados produtores e estados consumidores são temas polêmicos e que precisam de uma reflexão apurada e global e não de respostas parciais.

Destaque-se também os impactos macroeconômicos que a medida poderia gerar. Vivemos um momento de franca recuperação da economia brasileira. Essa recuperação, que busca aliar a estabilidade econômica a uma política de crescimento sustentável, necessita de recursos para o pagamento de compromissos do governo central e investimentos nas áreas de infraestrutura e na área social, a perda de recursos poderia frear esse movimento de recuperação.

É preciso ressaltar que os pagamentos previdenciários e as verbas destinadas ao SUS são responsáveis pela geração de renda e pelo atendimento à saúde em muitos municípios brasileiros. Retirar vinte por cento da receita das contribuições destinadas à previdência e à saúde pode gerar o efeito contrário ao desejado pela proposição, por conta do agravamento da crise do sistema previdenciário e pela diminuição dos recursos destinados à saúde. Finalmente, em que pese a preocupação com a situação dos Estados e Municípios, a distribuição de novos recursos não pode ser feita com a retirada de recursos de contribuições sociais.

III – Do Voto

Diante dos argumentos expostos acima, nos posicionamos contrariamente à Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, de autoria do Senador Osmar Dias.

Sala das Comissões, Senadora **Ideli Salvatti**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....
SUBSEÇÃO II
Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º – A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....
Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade

dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, **c**, do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004).

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003).

.....
Art. 177. Constituem monopólio da União:

.....
§ 4º A lei que instituir contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível deverá atender aos seguintes requisitos: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001).

I – a alíquota da contribuição poderá ser: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001).

a) diferenciada por produto ou uso; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001).

b) reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo, não se lhe aplicando o disposto no art.

150, III, **b**; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001).

II – os recursos arrecadados serão destinados: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001).

a) ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001).

b) ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001).

c) ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001).

.....

Art. 195 A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I – do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

b) a receita ou o faturamento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

c) o lucro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

II – do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

III – sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV – do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003).

.....

PARECER Nº 291, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como 1º signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal,

para determinar a transferência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de parte do produto da arrecadação do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.

Relator: Senador **Arthur Virgílio**

Relator **ad hoc**: Senador **João Batista Motta**

I – Relatório

Submete-se à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 58, de 2005, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que propõe alterações no art. 159 da Constituição Federal, para estabelecer a obrigatoriedade de a União transferir aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios parcela do que arrecada com o Imposto de Importação (II) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de forma proporcional ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.

A PEC nº 58, de 2005, composta de dois artigos, tem por objetivo compensar a perda de arrecadação sofrida por Estados e Municípios com a desoneração tributária de produtos e serviços destinados ao mercado internacional.

Na época atual, em que o Brasil exporta mais do que importa, os Estados que mais contribuem para as exportações e, conseqüentemente, têm saldos positivos maiores em sua balança comercial com o exterior, são os mais prejudicados pela desoneração dessas transações comerciais. A nova distribuição do II e do IPI proposta pela PEC nº 58, de 2005, leva em conta essa realidade e procura fazer justiça ao estabelecer como critério para rateio dos recursos o saldo positivo anual das balanças comerciais dos Estados e do Distrito Federal com o exterior, individualmente considerados.

II – Análise

O art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal fixa a competência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para analisar propostas de emenda à Constituição.

A legitimidade da iniciativa para a propositura da PEC nº 58, de 2005, tem fundamento constitucional no inciso I do art. 60 da Lei Maior, visto que é apoiada por mais de um terço dos membros do Senado Federal.

A PEC em exame não fere nenhum dos institutos arrolados como cláusulas pétreas no § 4º do art. 60 da Constituição e não conflita com nenhum princípio supraconstitucional ou disposição do Regimento Inter-

no do Senado. E passível, portanto, de ser objeto de deliberação pelo Poder Legislativo.

No que diz respeito à técnica legislativa, não há reparos a fazer.

O art. 1º traz as alterações na Carta da República e o art. 2º contém a cláusula de vigência da emenda à Constituição em que se converter a proposta em exame.

Para se discutir o mérito da proposta, convém fazer um breve histórico dos dispositivos modificados.

O art. 159, que se pretende modificar, não havia sofrido alteração em seu texto até a edição da Emenda Constitucional (EC) nº 42, de 2003. A redação original do artigo era a seguinte:

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

A EC nº 42, de 2003, incluiu o inciso III e o § 4º no caput do art. 159, em decorrência da criação, no § 4º do art. 177, da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível, conhecida como Cide-combustíveis. As inclusões foram as seguintes:

Ar. 159.

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, vinte e cinco por cento para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que refere o inciso II, c, do referido parágrafo.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.

A EC nº 44, de 2005, alterou a redação do inciso III para ampliar de vinte e cinco por cento para vinte e nove por cento a participação dos Estados e do Distrito Federal na Cide-Combustíveis.

Art. 159.

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo.

Agora, o art. 1º da PEC nº 58, de 2005, propõe nova redação para o inciso II e os §§ 3º e 4º do caput do art. 159, bem como o acréscimo do inciso IV nesse dispositivo.

Antes de analisarmos o mérito da proposição, cabe uma observação ao texto proposto pela presente PEC ao § 4º do art. 159. Ao que parece, houve um engano de digitação, que encaramos como erro material. O § 4º atual dispõe que cada Estado destinará a seus Municípios, na forma da lei, vinte e cinco por cento da parcela que lhe couber da Cide-Combustíveis. Se for

modificada a redação do dispositivo conforme proposto pela PEC, a mencionada regra relativa à Cide-Combustíveis desaparecerá do texto constitucional. E de notar que, seja nos artigos da PEC, seja na sua justificação, inexistem menções a alterações na Cide-Combustíveis ou em sua distribuição. Isso nos faz crer que os subscritores da proposição não desejam nenhuma mudança nessa contribuição. Muito pelo contrário, não nos parece plausível que uma PEC cujo objetivo é exatamente garantir mais recursos para Municípios e Estados retire da Carta Política regra que determina a distribuição de parte da Cide-Combustíveis a Municípios. Por esse motivo, propomos emenda no final deste parecer, para que o referido § 4º seja transformado em § 5º a ser acrescido ao art. 159.

Com vistas ao melhor entendimento das alterações propostas, examinaremos a inclusão do inciso IV.

Esse dispositivo cria mais uma transferência obrigatória para os Estados e o Distrito Federal. A União deverá destinar a esses entes federativos trinta por cento do que arrecadar com o II e o IPI vinculado a importações. O critério adotado para o rateio desse montante é o saldo positivo anual das balanças comerciais de cada Estado e do Distrito Federal com o exterior. Cumpre frisar que a unidade federada cujo saldo for negativo não será contemplada na distribuição. A parte final do inciso estatui que cada uma delas não poderá receber mais do que dez por cento do saldo que produzir.

A medida é justa e oportuna. Se considerarmos que, na esteira de conceitos doutrinários modernos, o texto constitucional caminhou no sentido de exonerar as exportações de tributos, com base na idéia de que a competitividade de um país é seriamente afetada quando os produtos e serviços por ele exportados incorporam tributos em seu custo final, nada mais coerente do que premiar os que contribuem para o esforço de exportação, mas que, paradoxalmente, se vêem prejudicados em contrapartida. O paradigma para a retribuição não poderia ser outro que a contribuição de cada um para o saldo favorável que o País obtém em sua balança comercial.

Quanto ao limite para repasse dos recursos, é virtualmente impossível que sejam atingidos os dez por cento do saldo positivo produzido por cada Estado. Chegamos a essa conclusão considerando duas realidades claramente perceptíveis: 1) a tendência de redução da tributação sobre a importação, exigência do comércio globalizado; e 2) a vocação exportadora brasileira, suporte para a manutenção do saldo positivo na balança comercial.

Em face da inclusão do inciso IV, se fez necessário modificar a redação do inciso II, que consagra

parcela do IPI para os Estados e o Distrito Federal. A base de cálculo para aplicação do percentual do IPI a ser distribuído por conta do inciso II não pode contemplar a parcela que tem destinação prevista no inciso IV. A regra é acertada, pois senão essa parcela seria duplamente considerada.

O § 3º foi alterado de maneira a garantir aos Municípios um quinhão da nova receita que será percebida pelos respectivos Estados. O critério de rateio entre os Municípios é o mesmo utilizado para a distribuição da parte que lhes cabe do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). O dispositivo é procedente, pois consideramos justo e necessário assegurar aos Municípios parcela da receita.

Já tratamos da aparente desconexão entre os objetivos da PEC nº 58, de 2005, e a nova redação proposta para o § 4º. Por conseguinte, analisaremos o texto proposto como sendo do § 5º, a ser incluído no art. 159.

Impostos são, por regra, tributos não-vinculados, utilizados para os gastos gerais do poder público, isto é, os recursos obtidos por essa espécie de exação não têm destinação predeterminada. Por definição, apenas os demais tributos prestam-se a vinculações. Em que pese tais considerações, não há o que impeça estabelecer que os recursos transferidos por força do inciso IV sejam aplicados em infra-estrutura econômica destinada, preferencialmente, ao fomento das exportações, consoante prevê o referido parágrafo.

III – Voto

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Art. 1º Acrescente-se ao art. 159 da Constituição Federal, nos termos do art. 1º da PEC nº 58, de 2005, o seguinte § 5º, mantendo-se inalterado o atual § 4º do texto constitucional:

Art. 1º

 “Art. 159.

§ 5º Os valores de que trata o inciso IV serão aplicados em infra-estrutura econômica destinada, preferencialmente, ao fomento das exportações.” (NR)

Sala da Comissão, 15 de março de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 50 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/03/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
RELATOR AD HOC: <i>Senador João Batista Motta</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO <i>Rodolpho Tourinho</i>
JOÃO BATISTA MOTTA <i>João Batista Motta</i> (RELATOR AD HOC)	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA <i>Juvêncio da Fonseca</i>	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾ <i>Geraldo Mesquita Júnior</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB,⁽²⁾ PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo Suplicy</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYAGOMES
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5-SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESARENKO <i>Serys Slhessarenko</i>	7-MARCELO CRIVELLA ⁽³⁾
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO
MAGUITO VILELA <i>Maguito Vilela</i>	2-GERSON CAMATA
JOSÉ MARANHÃO <i>José Maranhão</i>	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4- ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA ⁽⁴⁾
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>Jefferson Péres</i>	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 09/02/2006.

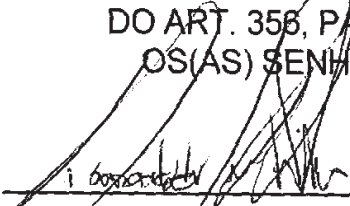


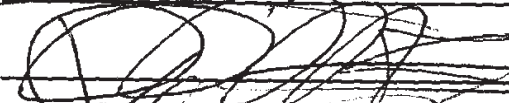
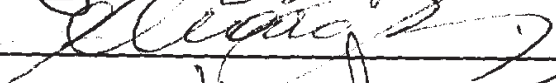
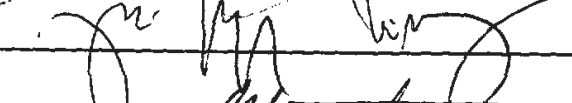

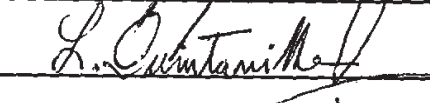
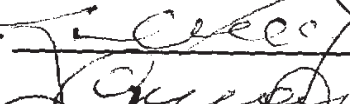
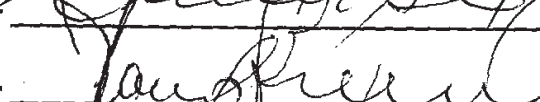

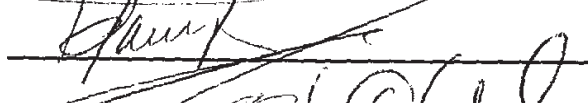
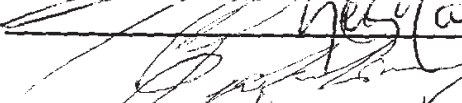
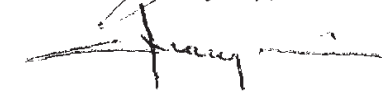


(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(4) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005 (Vaga cedida pelo PMDB).

ASSINAM O PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005,
NA REUNIÃO Ordinária DE 15/03/2006, COMPLEMENTANDO
AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS
DO ART. 358, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 1 -  _____ Senador Flexa Ribeiro
- 2 -  _____ Senador Eduardo Azeredo
- 3 -  _____ Senador Demóstenes Torres
- 4 -  _____ Senador Augusto Botelho
- 5 -  _____ Senador Aluano Elias
- 6 -  _____ Senador José Jorge
- 7 -  _____ Senador Wellington Salgado
- 8 -  _____ Senador José Azevêdo
- 9 -  _____ Senador Geomar Cavalcanti
- 10 -  _____ Senador Garibaldi Alves Filho
- 11 -  _____ Senador Osmar Dias
- 12 -  _____ Senador Tarso Genro
- 13 -  _____ Senador Amílcar Lando
- 14 -  _____ Senador Luiz Otávio
- 15 -  _____ Senador Sérgio Cabral
- 16 -  _____ Senador Pedro Simon
- 17 - _____ Senador Efraim Moraes

**ASSINAM O PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005,
NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15/03/2006, COMPLEMENTANDO AS
ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO
ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

- 1 – FLEXA RIBEIRO**
- 2 – EDUARDO AZEREDO**
- 3 – DEMÓSTENES TORRES**
- 4 – AUGUSTO BOTELHO**
- 5 – ALVARO DIAS**
- 6 – JOSÉ JORGE**
- 7 – WELLINGTON SALGADO**
- 8 – JOSÉ AGRIPINO**
- 9 – LEOMAR QUINTANILHA**
- 10 – GARIBALDI ALVES FILHO**
- 11 – OSMAR DIAS**
- 12 – TASSO JEREISSATI**
- 13 – AMIR LANDO**
- 14 – LUIZ OTÁVIO**
- 15 – SÉRGIO CABRAL**
- 16 – PEDRO SIMON**
- 17 – EFRAIM MORAES**

**VOTO EM SEPARADO
DO SENADOR SIBÁ MACHADO**

Adoto, de pronto, o bem elaborado relatório formulado pelo Senador Arthur Virgílio. Peço licença, todavia, para divergir de Sua Excelência, quanto ao tratamento a ser dado à matéria.

O objetivo da proposição é o de, modificando-se o critério constante do inciso II do art. 159, da Constituição Federal, criar, segundo a justificação da proposta, um mecanismo de compensação para os Estados da Federação que se destacam no esforço de exportação.

A matéria é, há muito, objeto de intensos debates políticos. O que não se compreende é a tentativa de dar um novo enquadramento à matéria, passados pouco mais de dois anos da promulgação da Emenda Constitucional nº 42, de 2003 (Reforma Tributária), ocasião em que, após exaustivas discussões, chegou-se a vo-

tação da questão, observado o **quorum** constitucional, na forma como se encontra regulada pelo art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Diz o **caput** do referido dispositivo constitucional que “a União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o montante definido em lei complementar, de acordo com critérios, prazos e condições nela determinados, – podendo considerar as exportações para o exterior de produtos primários e semi-elaborados, a relação entre as importações, os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do imposto a que se refere o art. 155, § 2º, inciso X, letra **a**”.

O mencionado art. 155, § 2º, inciso X, letra a, do Texto Constitucional trata exatamente da não-incidência do ICMS sobre operações que destinem mercadorias para o exterior; e sobre serviços prestados a destinatários no exterior. Os autores da proposta lembram que a desoneração de operações de exportação, ora

em foco, penaliza as unidades federadas “com perda expressiva de receita tributária em decorrência daquela desoneração, uma vez que parte considerável de sua produção a destinada ao mercado internacional fica impedida de ser tributada pelo imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, principal imposto estadual”.

O diagnóstico nos parece correto, mas inadequado o remédio sugerido. Com efeito, o Congresso Nacional deve-se empenhar ao invés de levar a efeito nova modificação no texto da Constituição o que, a rigor, enfraquece a sua força normativa em tomar aplicável norma constitucional de eficácia contida, prevista no art. 91 do ADCT. Isso exige um esforço conjunto dos membros do Congresso Nacional e dos governos, nos três níveis político-administrativos. Vale lembrar que, enquanto se discute aqui essa matéria, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) estuda como garantir, no orçamento de 2006, mais R\$1,8 bilhão para compensar os entes federados pelas perdas com as isenções tributárias a exportadores, para satisfação do disposto no § 3º do citado art. 91 do ADCT, que manteve o sistema de entrega de recursos previsto no art. 31 e Anexo da Lei Complementar nº 87, de 1996 (Lei Kandir), com a redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 2002.

A medida preconizada nessa proposta padece de alguns equívocos conceituais. Ao fixar o “saldo positivo anual das balanças comerciais” dos entes federados como parâmetro para o cálculo de repasse da arrecadação dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, os autores pretendem dar ao comércio internacional um tratamento sob prisma confederativo, em detrimento de sua consolidação como elemento de uma economia nacional integrada. O esforço exportador é um objetivo de toda a Nação e, portanto, o saldo da balança comercial deve expressar um resultado de ordem econômica que se articula no território nacional.

Além disso, ao mitigar o critério de repasse da arrecadação de IPI, nos termos do inciso II, do art. 159 – que leva em consideração valores proporcionais ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados, com a introdução da variante do inciso IV, a proposta acaba *por* estimular o fenômeno desindustrialização em duas pontas: favorece a concentração do esforço exportador em produtos de *menor* agregação de valor, tais como **commodities** agrícolas ou minerais e arrefece a importação de bens de capital voltados para a capacitação do setor secundário nacional, quer para atendimento do mercado interno, como do externo.

Não nos parece ser necessária maior **expertise**, para compreender que a opção pela integração

no comércio internacional a partir da exportação de produtos de baixo valor agregado e importação de produtos industrializados não gera impulsos desenvolvimentistas, mormente se o País se situa, em escala global, à margem do crescente setor de serviços e da produção de conhecimento.

Ademais, não se pode ignorar o papel do imposto de importação como instrumento regulatório de nossa política cambial, o que, aliás, explica a sua exclusão do princípio da anualidade, nos termos do § 1º do art. 150 da Constituição Federal. Assim, a arrecadação do imposto de importação pode apresentar fortes alterações sazonais, em prejuízo do objetivo pretendido. Por outros argumentos, aliás, o próprio relator da matéria alerta para essa possibilidade, que também pode ocorrer em relação ao imposto sobre produtos industrializados.

Por último, mas não de somenos importância, importa registrar que o §1º do art. 91 do ADCT também assegura o repasse aos municípios de cerca de vinte e cinco por cento do montante apurado a título de compensação pela exoneração do ICMS nas operações de exportação.

Por tais motivos, manifesto meu voto contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005.

Sala das Reuniões, de março de 2006. – Senador **Sibá Machado**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....

SUBSEÇÃO II
Da Emenda à Constituição

Art. 60 A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- II – do Presidente da República;
- III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I – a forma federativa de Estado;
- II – o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III – a separação dos Poderes;
- IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º – A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Seção VI

Da Repartição das Receitas Tributárias

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003).

III – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I – três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II – até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004).

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento

serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003).

.....
 Art. 177. Constituem monopólio da União:

§ 4º A lei que instituir contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível deverá atender aos seguintes requisitos: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001).

I – a alíquota da contribuição poderá ser: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001).

a) diferenciada por produto ou uso; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001).

b) reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo, não se lhe aplicando o disposto no art. 150, III, **b**; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001).

II – os recursos arrecadados serão destinados: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001).

a) ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001).

b) ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001).

c) ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001).

.....
O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of. nº CE/37/2006

Brasília, 4 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, substitutivo de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Flávio Arns, ao Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2003, de Sua Excelência o Senhor Senador

Álvaro Dias que, “Dispõe sobre o registro dos circos perante o Ministério da Cultura e sobre as medidas de proteção aos animais circenses e dá outras providências.”

A matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que ao **Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2003**, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício GLC nº 21/06

Brasília, 4 de abril de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Nos termos do § 2º do art. 4º do Regimento Comum, alterado pela Resolução nº 1, de 1995-CN, indico o senhor Deputado Walter Pinheiro, PT/BA, para o cargo de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional, em substituição ao Deputado Gilmar Machado, PT/MG, que assume a Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Na oportunidade manifesto a Vossa Excelência nossas homenagens de estima e consideração.

Atenciosamente, – **Fernando Bezerra**, Líder do Governo no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Há oradores inscritos.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex.^a está inscrito em primeiro lugar.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a inscrição de V. Ex.^a como segundo orador e a minha, como terceiro.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Defiro a minha inscrição e a de V. Ex.^a.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição pela Liderança do PT antes da Ordem do Dia, porque tenho que voltar à CPI.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa aguarda a delegação da Liderança para que V. Ex.^a possa usar da palavra em seu nome.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao eminente Senador, ex-Presidente da República, Marco Maciel, do PFL de Pernambuco, sem prejuízo da ordem de inscrição.

S. Ex.^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador João Alberto de Souza, Sras. e Srs. Senadores, Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Sibá Machado, eu desejo registrar a posse à frente do Governo do Estado de Pernambuco do Vice-Governador Mendonça Filho, em solenidade que transcorreu no dia 31 de março passado, na Assembléia Legislativa do Estado.

Início a minha manifestação fazendo uma justa referência ao ex-Governador Jarbas Vasconcelos, que durante sete anos e três meses governou com equilíbrio, honradez e competência o Estado de Pernambuco.

É bom lembrar que quando S. Ex.^a assumiu o cargo de Chefe do Poder Executivo estadual deparou-se com uma grave crise que vivia o Estado, sobretudo no seu campo econômico-financeiro.

Disse ele, a propósito, no discurso com que se despediu do cargo de Governador:

O nosso Estado, desequilibrado, até com salários em atraso, para dizer o mínimo, era uma nau sem rumo. Tomado pelo marasmo e pelo desânimo, vinha patinando em taxas de crescimento inferiores às do Nordeste e às do Brasil.

O primeiro passo foi resgatar a credibilidade do Governo. Iniciar, internamente, um rigoroso ajuste fiscal e empreender a reforma do Estado para corrigir o descalabro administrativo encontrado.

A seguir, diz S. Ex.^a:

A partir daí, apostamos em uma estratégia que deu lugar a um programa de ações; e após elaborá-lo, dedicamo-nos de corpo e alma a sua realização. Partimos do diagnóstico acertado de que as aspirações básicas da nossa população e a redução das nossas mazelas só poderiam ser alcançadas através de um verdadeiro choque de desenvolvimento.

Só assim poderíamos criar condições para operar a mudança de escala do nosso crescimento, possibilitando a disseminação ostensiva de seus benefícios pelos diversos segmentos da sociedade. Em suma, um choque de desenvolvimento para melhorar a vida dos pernambucanos.

Antes de encerrar a sua oração de despedida, o Governador Jarbas Vasconcelos fez também um elogio, extremamente procedente a meu ver, a seu Vice-Governador, Mendonça Filho:

Não tenho dúvidas, Mendonça Filho, na sua geração, é a pessoa mais preparada, pelo conjunto de atributos, sobretudo pela seriedade, honestidade e competência, para estar à frente do Governo do Estado.

A maior homenagem que Pernambuco pode fazer ao seu passado, o maior reconhecimento às glórias e tradições da nossa história, é nunca se permitir atitudes regressivas. Não andar para trás. E não permitir que se estimule o pessimismo, que outra coisa não é senão uma capitulação antecipada”.

Essas palavras do Governador Jarbas Vasconcelos bem expressam o sentimento do povo pernambucano com relação ao novo Governador Mendonça Filho.

Sr. Presidente, Mendonça Filho foi Vice-Governador de Jarbas Vasconcelos durante dois mandatos e, conforme o Governador tem afirmado com frequência, um Vice-Governador que se transformou num colaborador, um parceiro em todos os instantes do seu Governo e, por isso, mereceu o reconhecimento, por parte da União por Pernambuco, a coligação política que dá sustentação, no campo partidário, ao atual Governo, de ser escolhido nosso candidato a Governador.

A chapa da União por Pernambuco, que abarca um grande número de Partidos importantes – PFL, PMDB, PSDB, PPS, PV e outros –, é constituída de Mendonça Filho que concorre a Governador nas eleições de outubro próximo, competindo a Vice-Governador, um técnico pertencente ao PSDB, Evandro

Avelar, e, finalmente, disputa o cargo de Senador da República, na vaga a ser provida este ano, o ex-Governador Jarbas Vasconcelos, que acaba de realizar uma operosa administração à frente do Governo de Pernambuco.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para fazer menção também a palavras que foram proferidas pelo Governador Mendonça Filho, ao assumir o cargo, em cerimônia realizada na Assembléia Legislativa do Estado, com a presença de autoridades, cuja sessão esteve sob a Presidência do Deputado Romário Dias.

Disse, em bem elaborada fala, o Governador do Estado, Mendonça Filho:

... governar é não temer dificuldades; não desfalecer diante das adversidades; não desanimar diante da severa restrição da escassez de recursos. Governar é abrir caminhos; é perseverar na busca de objetivos compartilhados com a sociedade; é praticar a política do que parece impossível.

Mais adiante, Sr. Presidente, observou também:

Governar é fazer política com altivez; praticar a Democracia sem carecer adjetivá-la; submeter-se à Ética sem concessões. Governar é a missão espinhosa de fazer escolhas. Ao fazer escolhas, governar é ter o discernimento e a sabedoria de não cair na armadilha de falsos dilemas.

E, conclui o Governador Mendonça Filho:

Terei, neste rumo, a pressa que me permite a força dos jovens sem perder o equilíbrio e a prudência que a serena reflexão aconselha.

Pernambuco não pode vacilar quanto à oportunidade histórica de avançar [e avançar sempre], sem desvios, no sentido de um futuro promissor do qual, com muito trabalho e determinação, fincamos os alicerces.

Sr. Presidente, nobre Senador João Alberto, é bom salientar que Pernambuco vive um momento de viabilização de grandes projetos. Sem querer mencionar muitas dessas proposições em andamento no meu Estado, farei referência apenas a três delas. Em primeiro lugar, a refinaria de petróleo, sonho anelado por gerações de pernambucanos. Em segundo, o estaleiro, que vai permitir que utilizemos as possibilidades do Porto de Suape. E, finalmente, a Central de Poliéster, um investimento que não somente vai ajudar a alavancar a economia, mas

também vai gerar empregos e elevar a renda dos pernambucanos.

Ao lado dessas transformações econômicas e sociais que se operam em Pernambuco viceja uma nova geração de políticos talentosos e competentes. Sem poder citar a todos, o que seria impossível, mencionaria, mais uma vez, o Governador Mendonça Filho. S. Ex^a é a expressão dessa nova geração. Em Pernambuco, temos consciência de existir uma saudável interdependência e solidariedade das gerações. Ou seja, não temos conflitos geracionais. A chapa da União por Pernambuco abriga lideranças como Jarbas Vasconcelos, que é da minha geração, e candidatos a Governador e Vice-Governador, como Mendonça Filho e Evandro Avelar, respectivamente, de uma nova geração.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Conclua, Senador.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Antes de concluir, Sr. Presidente, ressalto que esses fatos são muito expressivos para Pernambuco e seu povo, uma vez que a democracia repousa na rotatividade dos quadros dirigentes.

Essa nova geração tem – a meu ver –, os pré-requisitos para bem governar o Estado, porque possui aquelas qualidades de que falava Max Weber no seu livro **A Política como Vocação**: senso de responsabilidade, isto é, a consciência do dever a cumprir; senso de proporção, que é ter a exata compreensão da administração do tempo na adoção das medidas que se impõem e, por fim, paixão, no sentido de dedicação integral à causa que se abraça, paixão no sentido construtivo do termo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, com a generosidade do Presidente João Alberto Souza...

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Concederei o aparte a V. Ex^a. Antes, porém, de encerrar, Sr. Presidente, considero ser necessário ao governante ter, repito, como lembrava Weber, paixão como consciência do desafio a ser vencido; não a paixão muitas vezes confundida como “agitação estéril”. São essas qualidades que ornaram a personalidade de Mendonça Filho. É lógico, que, antes de tudo, é necessário que o chefe de Estado possua também as qualidades primárias, se assim posso dizer, que são, basicamente, a honradez, a integridade e a competência.

Sr. Presidente, antes de concluir minhas palavras e de conceder o aparte, se possível, ao nobre Senador Mão Santa, aproveito o instante para registrar a posse como Governador de São Paulo o Vice-Governador Cláudio Lembo.

O Vice-Governador Cláudio Lembo sucedeu ao Governador Geraldo Alckmin, que se afastou para concorrer à Presidência da República. Não tenho dúvida em afirmar que a candidatura do então Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, empolgará o País por representar o novo, mas o novo competente, sério, trabalhador, honrado, que conhece os problemas do País e sabe como resolvê-los.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir mais um minuto, recorro que o afastamento do Governador Geraldo Alckmin da magistratura maior do Estado de São Paulo, assumiu o Vice-Governador Cláudio Lembo, que é, para usar uma expressão latina, um **vir probus**, um homem republicano, um cidadão que tem quase 50 anos de vida pública e se houve de forme digna em todas as funções que exerceu, quer como professor, jornalista, reitor da Mackenzie, Secretário Municipal e Vice-Prefeito da capital de São Paulo, Presidente Regional do PFL e Vice-Governador de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, leio um pequeno trecho do discurso de posse do Professor Cláudio Lembo:

Prometi solenemente cumprir a Constituição.

Obriguei-me a preservar o Estado de Direito.

Quem se submete à Constituição e compromete-se a manter o Estado de Direito sabe que assume, perante esta Casa, o parlamento dos paulistas, deveres irrevogáveis e obrigações irreversíveis.

Os direitos naturais das pessoas, em suas quatro dimensões, encontram-se entre estes deveres e obrigações ora assumidos.

E diz, ao final, S.Ex^a:

O Estado de Direito, a par de contemplar os direitos naturais das pessoas, como cerne de sua própria concepção, traz ainda em sua arquitetura a exigência dos três poderes clássicos.

E acrescentou:

Prometo a esta Assembléia Legislativa respeito e acatamento das suas funções fiscalizadoras e geradoras de normas legais.

Prometo ao Poder Judiciário submissão a suas decisões finais e reverência devida a seus integrantes.

Aos brasileiros de São Paulo peço a diuturna opinião e a análise dos meus atos como cidadão e administrador público.

Aproveito a ocasião para renovar as felicitações tanto ao Governador Mendonça Filho, que assume o Governo do Estado de Pernambuco, assim como ao ex-Governador Jarbas Vasconcelos pela administração que acaba de realizar. Desejo estender os meus cum-

primentos ao Governador Geraldo Alckmin pela exitosa administração à frente dos destinos de São Paulo, sucedendo, inclusive, o ex-Governador Mário Covas, e também manifestar ao Professor Cláudio Lembo votos de pleno êxito na missão que ora assume. A democracia brasileira, Sr. Presidente, se enriquece com os exemplos de civismo oferecidos pelos Estados de Pernambuco e de São Paulo.

Sr. Presidente, gostaria de conceder o aparte, se V. Ex^a me permitir, ao Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Tempo esgotado, Senador Marco Maciel. Por gentileza...

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, não podendo conceder, como gostaria, o aparte ao Senador Mão Santa, peço a V. Ex^a que permita juntar ao meu discurso os pronunciamentos do Vice-Governador Mendonça Filho e o do Governador Jarbas Vasconcelos, bem assim o do Vice-Governador Cláudio Lembo.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

DISCURSO DE JARBAS VASCONCELOS, NA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO PARA O GOVERNADOR MENDONÇA FILHO

Exm^{os} Srs, Exm^{as} Sras.

Meus amigos, minhas amigas, povo de Pernambuco,

Encerro, hoje, uma jornada. E devo dizer que para este momento, daqueles em que a biografia dos homens públicos ganha marcos dentro da cronologia da história, não poderia ser melhor e mais simbólico o cenário escolhido.

Aqui estamos diante dessa praça consagrada à República, de onde a vista alcança a arquitetura dos três poderes do nosso Estado. Na entrada do Palácio das Princesas, sede do poder Executivo; à nossa frente o Palácio da Justiça, sede do nosso Judiciário olhando na outra margem do rio, a Casa de Joaquim Nabuco, o Palácio do Legislativo. Devemos lembrar que neste cenário a sociedade civil também está representada. Afinal, o Teatro Santa Isabel representa o patrimônio cultural do nosso povo, onde estão fincadas as raízes do nosso sentimento libertário.

Todos vocês podem imaginar a emoção que nos toma em ocasiões como esta. Nestes últimos dias, a memória tem me transportado numa viagem ao passado, onde **flashes** se sucedem, pontuando o itine-

rário da formação de um homem público que hoje vê encerrada mais uma jornada.

Algumas cenas nos remetem ao Colégio Padre Félix; ao serviço militar, no quartel da Polícia do Exército, onde apreço ao horário, à disciplina e ao sentido do dever inoculou de vez a personalidade do jovem em formação. Nos remetem aos bancos da Universidade Católica, no curso de Direito; ao ingresso na atividade política no velho MDB que muitos anos depois, já transformado em PMDB, teria a honra de presidir, percorrendo o País ao lado do político extraordinário que foi Ulysses Guimarães; à primeira eleição para deputado estadual; às eleições para deputado federal; à eleição para o Senado em 1978, uma oportunidade de vitória política na adversidade eleitoral. Sem esquecer a campanha das Diretas; a emoção das duas eleições para a Prefeitura do Recife. E, anos depois, a construção da União por Pernambuco, engenharia política cuja relevância para o nosso processo político só a história irá descrever na devida dimensão.

Olhando para trás, vejo que havia desde o início da minha carreira política uma espécie de fio condutor, percorrendo as várias etapas dessa trajetória: um anseio permanente por mudanças. Anseio presente na luta pela transformação do regime; na luta pela anistia e na luta por eleições diretas, no decorrer do período autoritário; na luta pela retomada do papel político das capitais, pela democratização da gestão na administração do Recife; na luta pela Constituinte; e mais tarde na luta pelo **impeachment** de um presidente que desonrou o mandato. Uma vida política estimulada e mobilizada pela sintonia com as aspirações da sociedade.

E, então, chegamos ao Governo do Estado, com o passaporte carimbado em um pleito memorável que nos deu, pela diferença de mais de um milhão de votos, a vitória já no primeiro turno. Tal como havia ocorrido antes na disputa à Prefeitura do Recife e ocorreria novamente na reeleição de 2002.

Quando chegamos aqui, eu e Mendonça Filho, como resultado do trabalho irreparável da União por Pernambuco, dos seus mais graduados líderes aos mais humildes homens e mulheres militantes e simpatizantes, quase tudo havia sido tentado, após a redemocratização do País, para resgatar Pernambuco do imobilismo e paralisia.

O nosso estado, desequilibrado, até com salários em atraso, para dizer o mínimo, era uma nau sem rumo. Tomado pelo marasmo e pelo desânimo, vinha patinando em taxas de crescimento inferiores às do Nordeste e às do Brasil.

O primeiro passo foi resgatar a credibilidade do Governo. Iniciar, internamente, um rigoroso ajuste fis-

cal e empreender a Reforma do Estado para corrigir o descalabro administrativo encontrado.

A partir daí, apostamos em uma estratégia que deu lugar a um programa de ações; e após elaborá-lo, dedicamo-nos de corpo e alma a sua realização. Partimos do diagnóstico acertado de que as aspirações básicas da nossa população e a redução das nossas mazelas só poderiam ser alcançadas através de um verdadeiro choque de desenvolvimento.

Só assim poderíamos criar condições para operar a mudança de escala do nosso crescimento, possibilitando a disseminação extensiva dos seus benefícios pelos diversos segmentos da sociedade. Em suma, um choque de desenvolvimento para melhorar a vida dos pernambucanos.

Com essa visão, priorizamos três ações com significado estratégico.

De um lado, a ampliação e modernização efetiva da nossa infra-estrutura – de rodovias, portos e aeroportos, fornecimento de água e energia, fibra ótica e novas tecnologias de comunicação para interligar o Estado. De outro, um projeto de curto prazo para a capacitação de nossa força de trabalho e de melhoria efetiva da nossa base educacional em médio prazo, e de promoção e apoio à tecnologia, inovação e criatividade. E, concluindo a tríade, um trabalho minuciosamente planejado de atração de investimentos. Trabalho que exige a participação ativa do próprio Governador, demandando esforço, tempo e toda a capacidade de diálogo, dentro e fora do País, com o setor privado e com o setor público.

E os resultados começam a aparecer. Não vou fazer aqui um balanço contábil, citando números de quilômetros de estradas construídas ou recuperadas, número de empresas, números do abastecimento d'água ou da geração de energia. Porque os números, os pernambucanos os conhecem.

Menciono apenas as principais marcas. A duplicação da BR 232, Triplificação da PE 15, Construção do novo Aeroporto Gilberto Freyre, Estrada da Uva e do Vinho, Centros Tecnológicos, Agências do Trabalho, Pólo de Confecções, Pólo Gesseiro, Promata, Prorenor, Proresul... Buscando parcerias com o setor privado, com o Governo Federal, com as Prefeituras, sem buscar indagações acerca do DNA da responsabilidade pelas obras: se eram federais, estaduais ou municipais. A indagação era uma só: são ou não vitais para o nosso desenvolvimento?

Pernambucanos e Pernambucanas, permitam-me, entre outros projetos, destacar Suape. O trabalho diuturno de ampliação de Suape obedece à convicção do papel inestimável de sua modernização no nosso choque de desenvolvimento. E esse trabalho

já gerou resultados: foi reconhecidamente fundamental para assegurar a atração da Refinaria de Petróleo, uma planta disputada há 25 anos por 10 Estados, a ser construída pela PDVSA e pela Petrobras, com apoio do Governo de Pernambuco; para atrair o maior Estaleiro do Hemisfério Sul; para atrair o Pólo Petroquímico, e dezenas de novas empresas, abrindo um horizonte de centenas de milhares de novos empregos.

Suape nos diferencia em relação a outros estados. Seus benefícios não se resumem ao litoral onde está plantado.

O tempo irá mostrar que Suape está para Pernambuco, como elemento constitutivo da sua nova fase econômica, como grande porta para o mundo globalizado, como o Porto do Recife, em outra época, esteve para a viabilização e o crescimento na formação da nossa Capital.

Devemos lembrar que a estratégia traçada conta com um instrumento que nos ajudou a implementá-la, impulsioná-la e, em diversos momentos, a melhor calibrá-la. Refiro-me à consulta permanente à sociedade, ao diálogo contínuo, à interlocução com todos os segmentos sociais, do empresariado ao movimento popular. Reunimos empresários, técnicos e intelectuais no Pacto 21, discutindo a agenda do choque de desenvolvimento e deles recebendo até hoje contribuições de densidade e valor incalculável. Percorremos as diversas regiões do Estado em audiências públicas no programa Governo nos Municípios, definindo, com a sociedade e as lideranças locais, prioridades do desenvolvimento regional.

Essa interlocução permanente não se restringiu à área de desenvolvimento, estendeu-se por todo o Governo, onde Conselhos com representação da sociedade civil foram criados ou revitalizados.

A prática democrática, sabem todos que a exercitam, requer do homem público inesgotável paciência, mas, em troca, os ganhos são superlativos. Jamais saí de uma dessas reuniões sem registrar no mínimo um acréscimo na percepção dos problemas, um dado novo no equacionamento das questões.

Essa prática, trago comigo desde o início da lide política, e tive oportunidade de desenvolvê-la e sistematizá-la nas experiências de democratização que empreendemos nas duas gestões à frente da Prefeitura do Recife, em programas que até hoje revelam suas marcas, como o Prefeitura nos Bairros, o Fórum dos Prezeis e a concepção das Regiões Político Administrativas da cidade.

Por certo, definindo o foco principal, nosso governo não se resumiu a ele. Entre muitas outras ações, valorizamos a cultura e as artes, nos cam-

pos erudito e popular, porque aí reside a alma da nossa gente.

Com um objetivo especial, fomos ao encontro dos que mais precisam e não têm tempo para esperar a distribuição dos frutos do desenvolvimento. Todos aqui sabemos que nesse terreno – o social – os governos estaduais pouco podem o que é especialmente dramático, sobretudo em regiões marcadas pela pobreza como o Nordeste brasileiro. Mas não ficamos de braços cruzados. Fomos à luta e criamos programas como o Renascer, um conjunto de ações de estímulo e apoio ao micro e pequeno produtor; o mais consistente programa de combate à pobreza já realizado em nosso Estado. Fizemos o “Leite de Pernambuco” que, além de recuperar uma importante cadeia produtiva da vida rural, atende hoje milhares de nossas crianças. Com programas inovadores conseguimos reduzir a mortalidade infantil em 43%. Iniciamos uma revolução nas escolas, criando eleições diretas para os diretores; informatizando a gestão, criando bibliotecas e laboratórios de informática. E alfabetizamos cerca de 700 mil jovens.

Estamos fazendo o maior programa social da história do nosso estado.

Temos a satisfação de dizer que nosso trabalho já começou a apontar resultados, que Pernambuco e os pernambucanos, de nascimento ou adoção, podem e devem comemorar, ao mesmo tempo em que não podem cruzar os braços. Não podemos nos acomodar.

Se o nosso PIB vem crescendo mais que o PIB do Nordeste e – mais que o PIB do Brasil, se mais empregos são aguardados, se a renda da nossa população melhora se somos hoje, conforme aponta pesquisa recente, divulgada pela Imprensa Nacional, o Estado mais competitivo do Norte e Nordeste do País, deve isso aos nossos esforços de investimento em infra-estrutura, na formação de nossa mão-de-obra, na inovação e criatividade, na atração de investimentos, e às nossas políticas sociais.

Falamos do orgulho de conquistas asseguradas, a maioria delas fisicamente mensuráveis, mas quanta satisfação nos deu ver o trabalho de resgate da autoestima dos pernambucanos mostrarem seus frutos; ver o ânimo do nosso povo vestindo as cores da nossa Bandeira, cantando nas mas o estribilho do nosso hino, até na alegria do Carnaval. Isso não é mérito só de um governante, é realização de um povo.

Estou convencido de que percorremos um roteiro que nos leva a um futuro promissor. Todos os investimentos já previstos para o Estado nos próximos anos remetem à cifra de 35 bilhões de reais – um PIB inteiro do Estado em 10 anos – assegurando um novo patamar

de desenvolvimento, com crescimento sustentável em taxas superiores às previstas para o Brasil.

Tudo isso, no entanto, não nos faz esquecer da gravidade dos problemas que ainda enfrentamos; do muito que há por *ser* feito. Se alguém está lembrando das mazelas que persistem, permita-me dizer que delas, das mazelas, eu não esqueço um momento sequer.

Destaco o exemplo da violência. Com exceção das vítimas e seus familiares, as tristes notícias nessa área provavelmente me doem mais do que a qualquer outro. Mas duas coisas a respeito também devem ser refletidas. Em primeiro lugar, que essa questão é uma chaga que hoje assola todo o País e o que ocorre aqui, infelizmente, não é diferente do que ocorre no Rio, São Paulo, Salvador e em outras grandes cidades, e que por isso mesmo deve gerar uma ação nacional efetiva, uma Política Nacional de Segurança que o País inteiro reclama. A segunda reflexão é que, nessa luta, nunca esmorecemos, nunca nos acomodamos, nem deixamos de agir em busca de alternativas. E de investir o tempo todo. Não há notícia de governo em nosso Estado que tenha nessa área aplicado o montante de recursos que aplicamos.

Pernambucanos e Pernambucanas,

Nesta jornada que se encerra, colecionei muitas vitórias. Posso dizer que 80% das nossas metas foram ou estão sendo implantadas com sucesso. Tenho o reconhecimento da população, demonstrado em todas as pesquisas.

Acreditem, não há honra maior para um político que culminar sua carreira governando o seu Estado. E eu agradeço carinhosamente aos pernambucanos as duas oportunidades que me deram e que procurei honrar com toda a dedicação de que alguém pode ser capaz.

Vivo esse momento de despedida com tranquilidade, porque transmito o cargo a alguém da dimensão de Mendonça Filho. Tenho com ele total identidade política. Se são diferentes as nossas siglas partidárias, estamos juntos, contudo, desde a criação da União por Pernambuco, que em nosso estado é o verdadeiro partido das mudanças.

Já o conhecia antes da campanha e do Governo, já o admirava na maturidade precoce, no equilíbrio e ponderação de seus posicionamentos. Ao longo desses 7 anos e 3 meses minha admiração cresceu muito mais. Vi de perto a firmeza, observei a determinação sem prejuízo da sensibilidade, constatee a lealdade, experimentei a solidez do seu preparo técnico e a nitidez da sua agúcia política.

Não tenho dúvidas, Mendonça Filho, na sua geração, é a pessoa mais preparada, pelo conjunto de atributos, sobretudo pela seriedade, honestidade e competência, para estar à frente do Governo do Estado.

A maior homenagem que Pernambuco pode fazer ao seu passado, o maior reconhecimento às glórias e tradições da nossa história, é nunca se permitir atitudes regressivas. Não andar para trás. E não permitir que se estimule o pessimismo, que outra coisa não é senão uma capitulação antecipada.

A mudança real, ou é um processo permanente, contínuo, ou é mero simulacro, retórica adjetiva e não conquista substantiva. Sem o avanço constante ocorre a estagnação e, com ela, se torna inevitável o retrocesso.

Mendonça Filho,

Permita-me lhe dizer que o mandato que você hoje recebe é da mesma natureza do nosso, definido nas eleições que juntos participamos. Esse mandato aponta a continuidade, sim, mas aponta, também, para o seu papel no aprofundamento das mudanças, para a inovação, para a busca sem trégua de novas soluções para os problemas que perduram, para a ousadia, para o caminhar em frente sem hesitações, sem timidez. Afinal, como lembrei ao longo desta fala, a Bandeira de Pernambuco, aquela que nós empunhamos, aquela que, traduzida em hino, nos enche de orgulho e infla o peito do nosso povo, é, hoje, um estandarte de convocação permanente à construção inovadora do futuro.

Pernambucanos e Pernambucanas,

Ao final desta jornada, agradeço a todos a colaboração, a participação, o apoio, o estímulo, a torcida. Agradeço aos membros dos Poderes do Estado, que todo o tempo ofereceram sua parcela relevante de contribuição; aos integrantes do Judiciário; aos nossos representantes: senadores, deputados federais, deputados estaduais; aos Prefeitos e Vereadores, de todos os rincões do Estado, agentes fundamentais da aproximação de nossa ação junto à população. Às autoridades federais, por todo apoio que puderam dar aos nossos projetos, desde os dois presidentes no decorrer desse período, – o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – até os membros dos demais escalões da República. Um agradecimento especial aos meus colaboradores, aos secretários, aos que ocuparam cargos de confiança, aos funcionários do Estado que atendem diretamente aos cidadãos, e que procuram, apesar de todas as dificuldades, fazer andar essa complexa máquina administrativa. À minha família e aos pró-

ximos, que souberam compreender as limitações à vida privada impostas pelos imperativos do cargo; a todos os pernambucanos, enfim, muito obrigado pelo seu estímulo, pela sua compreensão e pelo carinho tantas vezes demonstrado.

Meus amigos e minhas amigas – permitam-me chamar assim a todo o povo do meu Estado,

Ao final desta jornada, não estou lhes dizendo adeus, e, sim, até logo. Todo o sentimento desta hora eu resumo em uma última mensagem. Eu sei que Pernambuco nunca me faltou. Estejam certos de que nunca faltarei a Pernambuco.

Muito Obrigado.

DISCURSO DE POSSE DO GOVERNADOR MENDONÇA FILHO:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO

Recife, 31 de março de 2006

“Sinto que foi ontem quando, aqui, entrei, há quase duas décadas, munido de votos e movido por todo idealismo do mundo: os votos, fonte primária e legitimadora do mandato de deputado estadual; o idealismo, fonte primeira e inspiradora dos que fazem opção pela vida pública.

Pois bem, de votos e idealismo, tenho construído o meu percurso, senhas de entrada para voltar a esta Casa e assumir, em ritual democrático, as elevadas funções de Governador do Estado de Pernambuco, sucedendo ao Governador Jarbas Vasconcelos, exemplar homem público que se tornou patrimônio da nossa história.

Estou atento, garanto aos pernambucanos, para o que significa tão expressivo momento na minha trajetória política: de um lado, a emoção forte de ingressar numa galeria de homens que fizeram uma história (e que história dignificante de integridade moral e inteligências marcantes tem Pernambuco!); de outra parte, a enorme responsabilidade de seguir a tradição de altivez desta terra, enfrentar os desafios contemporâneos e dar respostas às esperanças do povo.

Estou atento, reafirmo aos meus conterrâneos, para o que significa, antes de tudo, nascer pernambucano.

Nascer pernambucano é nascer com a visão do amplo; é ver o mundo em horizontes largos pelas poderosas lentes do rio e do mar; Também como ensinou o patrono desta Casa, Joaquim Nabuco, libertar e promover, é, sobretudo, assumir a condição de servo da gleba pernambucana. Pernambuco é berço e pátria.

Estou atento, repito, para o grande desafio que é governar Pernambuco. Recebo um legado de obras, conquistas, realizações, mudanças acatadas e admiradas pelo povo e, de forma muito especial, um aprendizado com lições que dão um sentido de permanência à gestão de Jarbas Vasconcelos. E que lições são estas? A primeira é que valeu a coragem de conciliar e unir homens de boa-fé, de boa vontade, de bons princípios e dos melhores propósitos para realizar um projeto de transformação do nosso estado.

A União Por Pernambuco é mais que uma legenda; tem sido a base e a força que move energias sociais na busca do desenvolvimento do nosso povo; uma engenharia que une mais do que separa obra da democracia, este bem indispensável para o progresso da humanidade.

A consistência desta União é a contrafação do conchavo de ocasião e faz cair por terra a crença mítica nos homens providenciais. Sou, pois, produto desta união e de uma aliança política que tem no compromisso com Pernambuco seu objetivo maior; quero ser seu intérprete e continuador.

Tenho convicção de que o povo pernambucano que elegeu e reelegeu o Governo Jarbas percebe a dimensão e a profundidade do que representou perseguir o rumo certo; compreenderá, sem dúvidas, a necessidade de persistir e prosseguir na direção de avançar nas mudanças e realizar novas conquistas.

Terei, neste rumo, a pressa que me permite a força aos jovens sem perder o equilíbrio e a prudência que a serena reflexão aconselha. Pernambuco não pode vacilar quanto à oportunidade histórica de avançar e avançar sempre, sem desvios, no sentido de um futuro promissor do qual, com muito trabalho e determinação, ficamos os alicerces.

Faz uma década, registra a memória histórica, a gente pernambucana estava olhando para o chão, encurvada pelo peso de um imaginário povoado de perdas. O coração pernambucano era abrigo de persistente baixa auto-estima.

Hoje, este coração bate em ritmo de justificado otimismo e hospeda um Pernambuco redescoberto, habitado pelo pernambucano renascido.

Pernambuco redescoberto nas potencialidades da nova economia que tem por base o conhecimento e como patrimônio a qualidade de sua gente. Dos homens e mulheres de pensamento, dos homens e mulheres de sentimento;

Pernambuco redescoberto pelas vantagens estratégicas que possui, acena para as oportunidades do vasto mundo do século XXI;

Pernambuco redescoberto na sua vocação original de ser universal pode olhar e ser olhado, além de suas fronteiras; Pernambuco redescoberto no dinamismo da tecnologia, do comércio, dos serviços especializados, da logística, dos pólos industriais, da agricultura irrigada, da agroindústria, da atração turístico-cultural, dos pólos regionais de desenvolvimento;

Pernambuco redescoberto pela mensagem dos indicadores que dizem o seguinte: nosso Estado, o mais competitivo da região, cresce mais do que o Nordeste e o Brasil. Definitivamente, Pernambuco entrou na rota dos grandes investimentos nacionais e internacionais. Surge deste fato real, no tempo em que foi possível muito semear e muito colher, um pernambucano renascido com orgulho renovado, não pela nostalgia do que foi, mas pela consciência do que é e do que pode vir a ser.

Uma herança de tal porte recria oportunidades, retempera ânimo e, ao mesmo tempo, aumenta responsabilidades, orienta esforços e impõe compromissos a quem cabe a tarefa de governar. E sobre a tarefa de governar e os compromissos a ela inerentes que quero dizer o que penso.

Governar é liderar um processo permanente de mudanças com espírito universalista a inspirar a ação transformadora da vida local. Liderar um processo de mudança não se esgota na gestão eficiente da máquina do governo. É preciso atentar que fora dela está a força política da cidadania que é o povo consciente, organizado, desejoso e disposto a participar de um projeto capaz de abrir novos horizontes para todos; é preciso reconhecer que o vigor da cidadania ativa e participante, notável emergência da democracia brasileira, é o mais potente e o mais adequado recurso para enfrentar as demandas crescentes da própria sociedade.

Nesta perspectiva, governar é não temer dificuldades; não desfalecer diante das adversidades; não desanimar diante da severa restrição da escassez de recursos. Governar é abrir caminhos; é perseverar na busca dos objetivos compartilhados com a sociedade; é praticar a política do que parece impossível.

Governar é, obstinadamente, buscar convergências entre pessoas, organizações, instituições; entre os poderes instituídos – o Legislativo, o Judiciário – no funcionamento do Estado Democrático de Direito, no controle recíproco do exercício do poder e na proteção da cidadania.

Governar é fazer política com altivez; praticar a Democracia sem carecer adjetivá-la; submeter-se à

Ética sem concessões. Governar é a missão espinhosa de fazer escolhas. Ao fazer escolhas, governar é ter o discernimento e a sabedoria de não cair na armadilha dos falsos dilemas.

Neste sentido, chamo a atenção para outra importante lição do legado e da experiência que vivi participando de tão importante obra de governo.

Promover crescimento econômico e distribuir os benefícios do progresso não são propostas excludentes nem se implementam por meio de políticas públicas estanques. São faces da mesma moeda, a moeda do desenvolvimento que somente é pleno quando amplia a liberdade e democratiza as oportunidades para que as pessoas possam prosperar.

Com efeito, a recuperação do dinamismo econômico de Pernambuco – obra do governo Jarbas –, ao criar emprego e renda, tornou-se elemento constitutivo das políticas sociais; por sua vez, os expressivos investimentos em políticas sociais reverteram em benefícios para a economia cuja produtividade repousa na qualidade dos recursos humanos. E isto só foi possível a partir da crença segundo a qual a política governa a economia e a ética governa as duas, assegurando respeito ao que é público e justiça social ao que é desigual.

Minhas senhoras e meus senhores,

Ao assumir o Governo de Pernambuco, tomo como referência este marco de realizações a que me foi dado o privilégio da co-autoria ao lado de dedicada e competente equipe. Marco de realizações que, neste momento, me é transmitido e me impõe o dever de guarda e zelo, me atribui o compromisso que vai além da continuidade: o compromisso de continuar avançando nas conquistas, aprofundando as mudanças, renovando esperanças, recriando, em cada dia, o futuro de Pernambuco.

Tenho clara noção do tamanho desta tarefa. Aliarei continuidade e avanço.

Sei que não me faltará o apoio do povo de Pernambuco a quem conclamo como razão e fim do esforço coletivo para construir um mundo melhor para nossos filhos. Sei que terei ao meu lado todos os que, solidários e generosos, me ajudaram nesta longa e difícil caminhada.

Homem de sentimentos, serei para sempre escravo da gratidão e da lealdade. Homem de palavra, estarei pronto para ouvir e dizer verdades ao povo, firmando um pacto de confiança, o sólido alicerce sobre o qual é possível governar com eficiência.

Homem de fé, rogo a Deus que me dê força e sabedoria para cumprir a honrosa e difícil missão que é governar o Estado de Pernambuco.

Cláudio Lembo toma posse como governador do Estado de São Paulo

Sexta-feira, 31 de Março de 2006 as 10:50

Cláudio Lembo tomou posse na manhã desta sexta-feira, dia 31, como governador do Estado de São Paulo. A solenidade foi realizada na Assembléia Legislativa do Estado.

Leia abaixo o discurso de posse do governador

"Prometi solenemente cumprir a Constituição.

Obriguei-me a preservar o Estado de Direito.

Quem se submete à Constituição e compromete-se a manter o Estado de Direito sabe que assume, perante esta Casa, o parlamento dos paulistas, deveres irrevogáveis e obrigações irreversíveis.

Os direitos naturais das pessoas, em suas quatro dimensões, encontram-se entre estes deveres e obrigações ora assumidos.

Na primeira dimensão dos direitos naturais das pessoas, se encontram os direitos liberais clássicos.

Estes proclamam a autonomia de cada pessoa e a importância da liberdade para o progresso individual e da comunidade.

Os direitos de liberdade impedem a autoridade de agir sem limites e, assim, ofender as pessoas e seus atributos.

Prometo preservá-los e cumprí-los.

Os direitos liberais históricos soam como palavras ocas, sem a presença da segunda dimensão dos direitos das pessoas.

Esta segunda dimensão contempla os direitos sociais.

Estes permitem que a igualdade entre as pessoas não se apresente

Os direitos sociais possibilitam a todos o acesso aos bens necessários à subsistência individual, das famílias e das entidades familiares.

São direitos de prestação do Estado.

Prometo torná-los eficazes, na medida das possibilidades.

A terceira dimensão dos direitos naturais da pessoa arrola os direitos coletivos e difusos.

São os direitos de grupos determinados ou da universalidade de pessoas.

Os direitos de todas as pessoas apontam para os bens da natureza, do patrimônio histórico e cultural comum.

Prometo acatá-los e tê-los como preocupação permanente.

A quarta e última dimensão dos direitos naturais das pessoas remonta à idéia de fraternidade e invoca a exigência de solidariedade, dois elementos essenciais para a vida e a criação de laços indispensáveis à sã convivência social.

Prometo incentivá-los e cooperar para a sua efetiva inserção em nossas práticas cidadãs.

Poucos serão os meses de minha presença como governador do Estado.

Uma ação firme e decidida, neste espaço de tempo, pode servir de estímulo a todos os brasileiros de São Paulo a compreenderem, ainda com maior intensidade, a importância de viver em um efetivo Estado de Direito.

O Estado de Direito, a par de contemplar os direitos naturais das pessoas, como cerne de sua própria concepção, traz ainda em sua arquitetura a exigência dos três poderes clássicos.

Prometo a esta Assembléia Legislativa respeito e acatamento às suas funções fiscalizadoras e geradoras de normas legais.

Prometo ao Poder Judiciário submissão a suas decisões finais e a reverência devida a seus integrantes.

Aos brasileiros de São Paulo peço a diuturna opinião e análise dos meus atos como cidadão e administrador público.

Daqui até dezembro, minha dedicação às tarefas do Estado será plena. Sucedo a um administrador, o governador Geraldo Alckmin, que pautou seu governo por profundo respeito à lei e à ética. Seu exemplo é indelével e perdurará, na História de São Paulo, em registro maiúsculo.

Ainda e por derradelo, porque creio nos postulados da democracia, prometo servir com abnegação e firmeza a São Paulo.

Obrigado."

Cláudio Lembo

Governador do Estado de São Paulo

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, ex-Governador do Paraná.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, como 1º suplente, tendo em vista que já foram feitas as três inscrições.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador Valdir Raupp está inscrito como 1º suplente para uma comunicação inadiável.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias, por dez minutos. Peço a S. Ex^a que conclua o seu pronunciamento no prazo estipulado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Rigorosamente, Sr. Presidente, atendendo à determinação de V. Ex^a e do Regimento.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, neste momento, a CPI dos Bingos realiza acareação entre o Sr. Paulo Okamoto e o Dr. Paulo de Tarso Vasconcelos, ex-militante do PT, que foi expulso do Partido há algum tempo em razão de denúncias relativamente ao comportamento ético de dirigentes daquela agremiação.

Mais uma vez, ficamos sem explicações sobre a origem dos recursos destinados ao pagamento de uma dívida do Presidente Lula junto ao Partido dos Trabalhadores. A forma foi inusitada. Durante um mês, o Sr. Paulo Okamoto teria sacado recursos de sua conta bancária em Brasília e os guardado em sua residência. Um mês após, efetuou o pagamento em São Paulo, em espécie, em quatro agências bancárias diferentes, em nome do Presidente Lula, embora o Presidente não estivesse em São Paulo naquelas oportunidades.

Portanto, procedimento inusitado. Não há explicação para esse tipo de procedimento. Nós evoluímos bastante na informática. Há a possibilidade de transferência eletrônica de recursos. Mas verificamos, neste caso, que o Sr. Paulo Okamoto preferiu os procedimentos antigos, que não se justificam e não se explicam mais.

Mas isso se fez depois de uma viagem de Paulo Okamoto com o Presidente Lula a Garanhuns, no aerolula; certamente, ocasião em que houve o entendimento sobre a versão que se daria à imprensa sobre aquele pagamento anteriormente denunciado e sem nenhuma explicação, até então, da parte do Partido dos Trabalhadores. Depois de efetivado esse pagamento, houve a explicação de que o Sr. Paulo Okamoto pagou uma dívida da qual o Presidente Lula não sabia.

Não é mais novidade o Presidente não saber. Não sabe de muita coisa, segundo declara; não sabe de tudo o que ocorreu no seu Governo; não sabia que tinha

um débito com o seu Partido e também não sabia que esse débito foi pago. Então, o Presidente Lula não sabia de nada, mais uma vez. O Sr. Paulo Okamoto pagou essa dívida sem dizer ao Presidente da República. O Presidente da República recebeu esses recursos do PT e não sabia que os recebera do PT. Somos obrigados a acreditar em tudo isso. Se desejamos isentar de responsabilidade o Presidente da República, temos de acreditar nisso tudo. E como é difícil, Senador Juvêncio da Fonseca, acreditar nessas histórias!

O Sr. Paulo de Tarso está lá, apresentando denúncias. Relativamente a essas, o Sr. Paulo Okamoto não quis responder; disse que nada tinha a dizer, que não diria nada a respeito. Mas também não autoriza a quebra de seu sigilo bancário. Ora, se os procedimentos adotados foram honestos, não há razão para impedir a quebra do sigilo bancário.

A experiência ensina que todo aquele que vai ao Supremo Tribunal Federal na busca do deferimento de uma liminar que impeça quebra de sigilo bancário o faz por temer a investigação. Aquele que não tem receio porque seu comportamento é de correção absoluta, aquele que não tem medo porque sua movimentação financeira é honesta não adota esse procedimento. O Sr. Paulo Okamoto fica em silêncio quando questionado a respeito. Diz que seu sigilo fiscal foi quebrado, que seu sigilo telefônico foi quebrado, mas não admite, em hipótese alguma, que se quebre seu sigilo bancário. Portanto, estamos autorizados a concluir que há algo desonesto em sua movimentação financeira e, sobretudo, que isso pode comprometer o Presidente da República.

É ético o presidente do Sebrae, nomeado por livre provimento, homem de confiança do Presidente da República, pagar contas do Presidente da República e de seus familiares? É evidente que isso fica sob suspeição e exige esclarecimentos, esclarecimentos que estão sendo negados pelo Sr. Paulo Okamoto.

Mas não ficamos nisso. Se não tivermos revelações a respeito desse incrível pagamento de dívida do Presidente, pelo menos tivemos outras revelações importantes. Por exemplo, o fato novo é que o Presidente Lula era sócio ou associado – não importa a forma – do Sr. Delúbio Soares, do Sr. José Dirceu e do Sr. Paulo Okamoto, entre outros, em uma tevê, denominada TV dos Trabalhadores, e essa tevê obtinha recursos públicos sem licitação, inclusive da Prefeitura de São José dos Campos, administrada pela atual Deputada Angela Guadagnin que ficou muito conhecida no País depois do triste espetáculo que ofereceu, dançando no plenário da Câmara dos Deputados para comemorar a absolvição de um dos seus colegas que recebera recursos do mensalão.

Portanto, Sr. Presidente, a relação do Presidente Lula com Delúbio Soares, com José Dirceu, com Paulo Okamoto é antiga e múltipla. Relação de amizade, relação na militância partidária, relação aproximada por convicções políticas semelhantes e relação de sociedade em empreendimentos, em negócios, utilizando-se inclusive de recursos públicos, sem respeito à legislação, já que concorrência pública não se realizou. Não tivemos a contestação do Sr. Paulo Okamoto referente a esses procedimentos adotados a favor da TVT – TV dos Trabalhadores.

Então, Sr. Presidente, como podemos nós, hoje, ao votarmos o relatório da CPML dos Correios, isentar o Presidente da República dos atos praticados pelo Ministro José Dirceu, pelo Sr. Delúbio Soares, pelo Luiz Gushiken, pelo José Genoíno e outros? Como, sinceramente, podemos propor o indiciamento de Delúbio Soares, de José Dirceu, entre outros, e não propor o envolvimento do Presidente da República? Como acreditar não ter tido o Presidente conhecimento de tudo o que ocorreu no seu Governo relativamente a esse projeto de poder de longo prazo que foi arquitetado no Palácio do Planalto?

A partir dessa constatação, devemos declarar que o Palácio do Planalto foi matriz desse esquema complexo, sofisticado e organizado de corrupção que estabeleceu a relação de promiscuidade entre o Executivo e o Legislativo e que levou Parlamentares ao envolvimento indissociável, com a participação ativa ou passiva naquilo que se denominou mensalão. Como podemos isentar o Presidente da República de responsabilidade, se ele foi comunicado inclusive pelo Deputado Roberto Jefferson em mais de uma oportunidade, com autoridades testemunhando?

Não estou questionando o crime eleitoral sequer, porque, em um primeiro momento, o Presidente Lula confessou e tentou restringir à questão eleitoral o escândalo de corrupção que se investigava. Por essa razão, nem estou considerando, neste momento, o crime eleitoral praticado, contaminando o mandato do Presidente da República. Refiro-me à questão maior da existência do valerioduto, da existência do mensalão, da participação ativa ou passiva do Presidente da República em todos os episódios que nos levaram a esse grande escândalo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador e ex-Governador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos para fazer pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Alberto Souza, que preside esta sessão de 4 de abril; Sras. e Srs. Senadores; brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado, quando o Senador Marco Maciel se pronunciava, pedi-lhe um aparte, e V. Ex^a, Senador João Alberto, era o Presidente naquele momento. Deus escreve certo por linhas tortas. V. Ex^a, agora, permite-nos usar da tribuna e, com certeza, vai ampliar nosso tempo.

O Senador Marco Maciel abordou um tema muito importante sobre o Governo de Pernambuco. V. Ex^a, Senador João Alberto, governou o Maranhão com muita coragem e com muita firmeza e foi um exemplo. Adotou o que está escrito na Bandeira Nacional: “Ordem e Progresso”. Esse homem prendeu todos os bandidos da região, que tinham medo dele. Só não gostei, porque alguns bandidos fugiram para o Piauí por isso. S. Ex^a foi um Governador exemplar, e seria bom aproveitá-lo hoje nesse clima de violência.

Preocupado com Pernambuco, o Senador Marco Maciel trouxe ao Senado um tema muito importante. Entendo sua preocupação.

Senador Pedro Simon, esta Casa serve para fazer leis boas e justas, para controlar os outros Poderes, para equilibrar a situação e, sobretudo, para realizar o debate, a fim de usarmos as palavras em defesa do povo e da Pátria. Pedi um aparte ao Senador Marco Maciel, porque o tema era importante. S. Ex^a falava em governo. Pernambuco tem muita inspiração, desde Maurício de Nassau e todos os outros bons governantes, inclusive o que está deixando o cargo agora e o próprio Senador Marco Maciel.

Senador Juvêncio da Fonseca, atentai bem: eu não ia perder esta oportunidade para ensinar o Lula, porque ele tem de aprender. Eu dizia que aquele negócio de núcleo duro não ia dar certo. E, quando, no começo, eu dizia que ninguém do núcleo duro iria entrar aqui, o Senador Paulo Paim ficava incrédulo. O núcleo duro acabou, e eu disse que nenhum deles viria a ser Senador da República!

Quanto à forma de governar, gostaria apenas de passar ao Lula rapidamente que Átila, o Rei dos Hunos, foi um grande administrador, ao contrário daquilo que dizem dele. Estudai o livro **Segredos de Liderança de Átila, o Huno!** Ele era o líder, Senador Pedro Simon, dos nômades, que eram ciganos. Então, era difícil, mas ele os unificou. Ele estudou em Roma e era bondoso e generoso. Havia aquele negócio que diziam dele: “Átila, flagelo”. Não! Era para atemorizar os romanos, a fim de que respeitassem os hunos. Ele dialogou com o Papa, unificou os seus e deu um ensinamento: “Go-

vernar é fácil!”. Ah, se o Lula aprendesse! Isso é antigo. Ó Senador Gilvam Borges, ele disse: “É fácil. Premiais os bons e punis os maus!”. Pronto! Devemos premiar os bons e punir os maus – esse seria o aparte. Ah, se Lula, ao menos, seguisse os princípios de liderança de Átila! O que vemos? Estão sendo premiados os maus. Premiaram-se os maus, as más-companhias, os traquinas.

Mas o que tenho preparado para trazer aqui, Senador Gilvam Borges, é algo sobre a luz e os impostos, para uma reflexão desta Casa.

Senador Valdir Raupp, quando governei o Piauí, fiz um programa que chamaram de “Luz Santa”. Senador Gilvam Borges e Senador Aelton Freitas, a luz de Deus, o Sol, é igual para todos! Gostaria que a luz dos homens fosse igual para todos. No meu Governo, então, esse programa permitia que o serviço social do Estado, dirigido por minha esposa, Adalgisa, pagasse as contas dos pobres, aquelas de até 30kw, de quem tem um, dois, três, quatro bicos de luz. Esse programa garantia luz aos que não tinham dinheiro, a fim de que os mais velhos se deleitassem com uma música e de que os mais jovens estudassem. Eram pagas 160 mil contas às famílias dos pobres! Uma família do Nordeste, Senador Gilvam Borges, tem, em média, cinco pessoas, cinco filhos. Atendiam-se, portanto, quase 800 mil, um terço da população. E isso deveria ser feito nessa Eletrobrás aí. Eu o fiz no Piauí; por isso, estamos aqui.

Mas atentai bem! Com minha experiência, li um trabalho, Senador Aelton Freitas, de uma consultoria. Fui Prefeitinho e Governador do Estado, e, infelizmente, Lula não o foi. Quer dizer que é mais caro do que isso. Atentai bem, Senador Juvêncio da Fonseca! A consultoria BDO Trevisan acaba de concluir uma pesquisa sobre impostos e taxas embutidos nas contas de energia elétrica no País. Quer dizer, é mais do que eles estudaram. Eles dizem que são 37,7%, mas vou dizer outro de que eles se esqueceram. Então, na prática, Senador João Alberto Souza, o pobre não pode pagar a luz. Quantos rezam hoje por mim, porque eu tinha esse programa social! Eram 30kw, apenas para beneficiar os pobrezinhos. Mas quanta felicidade, João Alberto Souza, por nós, do Nordeste, possibilitarmos um, dois, três, quatro bicos de luz no interior, na zona rural dos que trabalham e produzem! Isso foi possível no Piauí.

Segundo a pesquisa, 37,7% – acredito ser mais do que isso – do que é pago pela população constitui-se de impostos.

Basicamente tem-se o ICMS (estadual) e também o PIS, Contribuição para o Programa de Integração

Social (federal), e ainda a Cofins, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (federal).

Para cada R\$100,00 pagos na conta de luz, diz a consultoria, 37,7% são impostos. Por isso a energia é cara.

Há mais. Descobri um pela minha experiência de prefeito, experiência que os consultores não têm.

Além dos impostos, uma série de encargos são repassados para as tarifas:

- 1) TFSEE – Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – 0,5% (destina-se à cobertura de despesas da Aneel, a Agência Nacional de Energia Elétrica);
- 2) RGR – Reserva Global de Reversão (criada para prover recursos destinados à expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica);
- 3) T. Itaipu – Transporte Itaipu (serve para ratear entre todos os consumidores, mesmo os que não recebem energia de Itaipu, os custos do transporte da eletricidade a partir da usina binacional);
- 4) CCC – Conta Consumo de Combustíveis (usada para pagar o combustível utilizado nas usinas térmicas que abastecem de energia os consumidores do Norte e parte do Nordeste do País);
- 5) Proinfa – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (serve para ratear entre os consumidores os custos de investimentos em novas fontes de energia);
- 6) ESS – Encargos de Serviço do Sistema (usado para cobrir custos gerados por problemas de restrição de operação das empresas e das receitas autorizadas);
- 7) CDE – Conta de Desenvolvimento Energético (criada para financiar a universalização dos serviços de energia);
- 8) CFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (pagos pelas usinas hidrelétricas para garantir a exploração das águas);
- 9) Taxa ONS e taxa MAE (usadas para pagar custos do Operador Nacional do Sistema Elétrico, ONS, e do Mercado Atacadista de Energia, MAE);
- 10) P&D – Pesquisa e Desenvolvimento (as empresas são obrigadas a destinar recursos para pesquisa e desenvolvimento. Esses investimentos são repassados para a tarifa).

Este é o Governo. Pagamos 76 impostos no Brasil. E aqui ainda tem um: todas as prefeituras colocaram taxa de iluminação. Chega-se, portanto, a 77. Este é o País que mais explora quem trabalha: a cada ano, o brasileiro trabalha cinco meses para o Governo e um mês para os banqueiros. É assim que o brasileiro é escravizado, explorado pelo Governo do PT.

A democracia nos oferece a saída: a alternância do Poder.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Com a aquiescência do Senador Gilvam Borges, vou conceder a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, do PSDB de Mato Grosso do Sul, por cinco minutos, já que S. Ex^a tem um compromisso inadiável.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nossos agradecimentos ao Senador Gilvam pela benevolência com nossa palavra.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, no Senado Federal tenho reiteradamente feito advertências sobre a delicadeza da questão indígena no meu Estado, Mato Grosso do Sul.

No final da semana passada, aconteceu aquilo que todo mundo antevia em função do agravamento da situação decorrente de invasões de terras por indígenas e, ao mesmo tempo, da não solução dos problemas dos índios por parte da Funai: foram assassinados dois agentes policiais.

E onde foram assassinados? Justamente em um acampamento indígena. V. Ex^a já viu um acampamento indígena? Nós conhecemos acampamentos de sem-terra, que são mobilizados para a cobrança da reforma agrária, mas não acampamentos de indígenas, mobilizados pela Funai e armados, em frente às fazendas que prometem invadir – e, quando invadem, ficam em acampamento dentro da própria fazenda. É a perturbação completa e total do sistema fundiário de qualquer Estado.

O que aconteceu? Houve um assassinato em Dourados, e os agentes policiais se dirigiram à região rural, passando pelo acampamento indígena. No acampamento indígena, aconteceu o entreviro. Os indígenas massacraram dois dos agentes policiais, e um terceiro saiu ferido. Tomaram, inclusive, as armas dos policiais e com elas acabaram de matá-los.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, população do Brasil inteiro: vamos olhar para a questão indígena. É possível que a Funai continue a manter o índio em acampamento em beira de estrada, em frente a fazendas, na iminência de praticar uma invasão, sem solucionar o problema indígena neste País? E as ONGs, aquelas que, dizem, trabalham intensamente a favor dos indígenas, que recebem muito dinheiro de organizações internacionais, mas não o faz chegar aos indígenas? O que estão fazendo essas ONGs, que permitem esses acampamentos fora do aldeamento?

As aldeias, algumas superlotadas, são verdadeiros confinamentos de indígenas em terra pouca para sua sobrevivência, mas isso não pode justificar o

incitamento desses indígenas para a invasão de propriedades particulares. Isso é o que está acontecendo no Estado de Mato Grosso do Sul, mas o nosso povo está atento, posicionando-se contrariamente a essa atitude da Funai.

Peço aos membros do Ministério Público Federal, àqueles que são os tutores dos indígenas – é iminente a ocorrência de situações mais graves do que essa, e mortes outras poderão advir rapidamente –, que tomem uma atitude não somente em defesa do índio, de sua incolumidade, de sua cultura, mas também no sentido de defender o índio em sua aldeia e não incitar, como alguns membros do Ministério Público fazem, a invasão de terras de particulares, justificando a dívida secular que nós temos com os indígenas.

Mato Grosso do Sul está de luto, o Brasil está de luto por causa dessas mortes selvagens de dois agentes policiais, praticadas por indígenas que estão sendo incitados à violência. É necessário que se dê o basta a essa situação, porque vidas estão tombando diante de uma luta miserável, uma luta que não terá, de forma alguma, vitoriosos, e os derrotados serão sempre os índios e toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu é que agradeço a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, Sras. e Srs. Senadores, lamento ter que fazer o seguinte comunicado:

O Senador Arthur Virgílio cumpre o doloroso dever de informar o falecimento de sua mãe, Sra. Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, ocorrido esta manhã no Rio de Janeiro, em virtude de parada cardíaca e falência múltipla de órgãos.

Informa que o corpo de Dona Isabel será velado a partir das 15 horas de hoje, na Capela do Hospital Samaritano, na Rua Bambina, nº 98, Botafogo, Rio.

O sepultamento ocorrerá amanhã, 5/04, às 16 horas, no Cemitério São João Batista, também no Rio.

Lamentamos, mas, na certeza da eternidade, acreditamos que ela se encontre hoje não mais como Isabel, mas como Santa Isabel, ao lado do ex-Sena-

dor Arthur Virgílio, que honrou este Senado, como seu filho.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Mão Santa, informo a V. Ex^a que há sobre a mesa um requerimento assinado pelos Senadores Alvaro Dias, Antero Paes de Barros, José Jorge, José Agripino, Romeu Tuma, João Alberto Souza, com voto de pesar pelo falecimento da Sra. Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro. Oportunamente, será lido e discutido em plenário.

Todos lamentamos o passamento da senhora mãe do nosso Líder Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, PMDB do Amapá, por permuta com a Senadora Ideli Salvatli, por dez minutos. Em seguida, vamos ouvir o Senador Paulo Paim.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o que me traz hoje a esta tribuna é um assunto de grande importância para o Estado do Amapá e para o Brasil. Trata-se do Projeto de Lei nº 2.403, de 2003, de autoria do Senador José Sarney, que estende os benefícios fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus para a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana e a outras áreas na Amazônia Ocidental, restringindo as isenções fiscais aos bens elaborados com matérias-primas animais, vegetais, minerais, agrosilvopastoris, agroindustrial, da biodiversidade, máquinas e implementos agrícolas, cerâmicas e vidros originários da Região Amazônica. O projeto encontra-se na Câmara dos Deputados.

Fico surpreso e estarecido quando verifico alguns posicionamentos divergentes, não pela divergência em si, mas pelas justificativas dela decorrente.

Somos uma democracia. O Brasil é uma República Federativa formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. E a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza, da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Nós, do Amapá, Sr. Presidente, estamos buscando a redução da desigualdade econômica e social, pretendendo fazer valer determinação de ordem constitucional por meio de elementos que o Estado brasileiro dispõe e pode aplicar.

O Amapá, ou melhor, a Amazônia é focalizada em todos os cantos do mundo por sua importância ecológica para todo o planeta. No Amapá, temos 96% da vegetação intacta. Sessenta e quatro por cento do território amapaense é composto por áreas de pro-

teção ambiental sob o domínio da União e por terras indígenas regularizadas. Além disso, senhoras e senhores, 34% das terras amapaenses integram o patrimônio da União.

Nossa evolução econômica somente deu alguns passos com a instalação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. A Suframa, gerenciadora das áreas de exceção fiscal na Amazônia, investiu na infra-estrutura do Amapá, visando ao incremento do turismo.

Por meio da Suframa foi construída a orla da frente da cidade, o balneário do Curiaú, o Porto de Contâners, pavimentação de rodovias e vários outros investimentos, todos visando a estruturação para o avanço econômico.

O que sustenta a economia amapaense são o comércio local e os contra-cheques do funcionalismo público.

Mas a aprovação da extensão dos benefícios fiscais constantes no Decreto-Lei nº 288/67 deu-nos um horizonte promissor, pois o Amapá é privilegiado por sua posição geo-estratégica, que o torna mais próximo da América do Norte, da Europa e adentra os países do Caribe. E essa realidade não pode ser olvidada por se constituir em elemento de contribuição para a macroeconomia do País, por intermédio de micro pólos de desenvolvimento fomentados pelo investimento fiscal.

Devo lembrar que a Zona Franca é considerada como a mais bem-sucedida política de desenvolvimento regional do País, que tem permitido ampliar a produção econômica da Região Amazônica, gerando empregos e renda, atraindo tecnologia externa em valores inigualáveis, que espraia dinamismo econômico para regiões fronteiriças carentes da presença do Estado e possibilita a proteção ambiental.

O desafio da Suframa de ser um agente de promoção do desenvolvimento sustentável regional passa pela compreensão da importância estratégica do investimento permanente em infra-estrutura, recursos humanos e cultura em Ciência, Tecnologia e Inovação.

Essas são palavras da superintendente da Suframa, Flávia Grosso, que vem fazendo cumprir os objetivos institucionais da Suframa com competência e tenacidade.

A surpresa a que me referi, Excelências, relaciona-se aos posicionamentos contrários que têm gerado uma grande batalha no âmbito do Congresso Nacional para a consecução de um bem para o País, pois ao Estado brasileiro interessa que o Amapá cresça, se desenvolva, cumpra sua função econômica e social dentro da nossa República.

Que ameaça podemos ser para São Paulo ou para o Amazonas? Que direito teria outra unidade da

Federação em impedir, por questão de concorrência, que a União, por intermédio de política econômica e fiscal absolutamente lícitas, concorra para a efetivação da redução de desigualdades historicamente estabelecidas?

Àqueles que argumentam sobre evasão fiscal, solicito que observem a invasão de produtos estrangeiros nas ruas de todo o País, o volume de recursos enviados ilegalmente para o exterior, o contrabando de produtos de informática, que gera prejuízos incalculáveis à Nação, numa rápida e ínfima exemplificação.

Concedo um aparte ao Senador Valdir Raupp, que não o pediu, mas senti seu desejo de se pronunciar.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Muito obrigado, Excelência. V. Ex^a faz um pronunciamento debatendo um tema da mais alta relevância para os Estados da Amazônia Ocidental. Tirando o Amazonas, que tem a capital Manaus com 400 indústrias, que geram de 400 a 500 mil empregos, o que causa inveja a todos nós, sobram os quatro menores Estados do norte do País: Amapá, Roraima, Acre e Rondônia. Como Roraima está fora da Suframa, então ficaria o Amapá, o Acre e Rondônia mais o Estado do Amazonas, e nossas capitais são pobres, do que reclamo muito. Portanto, esse projeto que o Presidente Sarney tanto defendeu nas Comissões desta Casa, estendendo esses incentivos aos produtos regionais, à industrialização dos produtos regionais que saiam dessa região, é muito importante, já que não temos o mesmo privilégio de Manaus ou de São Paulo, que é um grande centro industrial. Que pelo menos haja a extensão desses incentivos, o que já seria muito bom para a industrialização dos produtos regionais, porque atrairia algumas indústrias para as nossas capitais – no caso do Amapá, Acre, Rio Branco e Porto Velho – e geraria emprego para uma população carente e empobrecida devido à falta de geração de renda e de emprego. Parabenizo V. Ex^a e somo-me ao desejo de realização desse pleito. Muito obrigado.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senador Valdir Raupp.

A carência de aprimoramento e expansão do controle da rede fiscalizadora e arrecadadora estatal não pode servir de obstáculo à implantação do desenvolvimento amapaense.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, prevalece o egoísmo, prevalece uma política paroquial. Não venho defender apenas os interesses do Estado do Amapá; defendo o interesse do Brasil. Somos uma Federação, uma República! Por que não desenvolver o Maranhão, o Acre, toda essa Região? O País precisa se levantar também por Mato Grosso.

Temos de estabelecer uma política de incentivos, abrir esses mercados para que tenhamos condições de atrair investimentos e indústrias. Essa política é importante!

É lamentável quando um Parlamentar de São Paulo diz que isso é um absurdo, que isso não pode ser feito. Sr. Presidente, venho aqui protestar contra esse tipo de política xenófoba, mesquinha, sem visibilidade, sem compromisso com a integração nacional.

O País precisa desenvolver com urgência uma política séria de desenvolvimento. O Amapá tem um projeto que beneficia outras regiões. Por que não o Estado do Pará? Acho que precisamos abrir novos mercados, sim, e atrair investimentos, para gerar empregos e riqueza. O País só ganha com isso.

Antes que a Amazônia seja internacionalizada, antes que a Amazônia seja dominada, é preciso que o Estado brasileiro, os Estados irmãos possam abrir mão da política paroquial, da política regional, que não engrandece o País. A Amazônia precisa disso com urgência.

Temos de começar pelo Amapá, Roraima, Rondônia, Acre, Mato Grosso, Maranhão! Por que não? Este País precisa crescer! É hora de avançar!

Por esse motivo, conclamo os Senadores de todos os Estados para unirmos forças. Precisamos dar um basta, estancar essa visão ofuscada, sem compromisso de desenvolvimento com a Pátria. Aqui está o Amapá defendendo o desenvolvimento de toda a região amazônica e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, por dez minutos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu me inscrevo para falar em nome da Liderança do PSDB logo após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência aguarda a comunicação da Liderança, Senador.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, do PDT do Paraná.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me inscrevo para falar pela Liderança do PDT antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito antes da Ordem do Dia.

Tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vim à tribuna, na semana passada, falar da importância da BR-116, uma das principais vias que ligam o nosso interior à capital, Porto Alegre. Eu poderia destacar o eixo Caxias do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Sebastião do Caí, Esteio e Sapucaia do Sul.

Essa via, Sr. Presidente, precisa ser modificada, pois a dificuldade para as cerca de três milhões de pessoas que a usam é muito grande. Eu falava que, além da alteração do nome para Rodovia do Parque, evitaremos um projeto anterior que calcava toda a sua transformação sobre os pedágios.

Sr. Presidente, volto à tribuna, devido ao grande número de correspondências que recebi, para falar sobre as obras anunciadas recentemente pelo Governo Lula para a BR-116 e a decisão do Governo de revogar aquilo que chamavam de Projeto Polão. Por essa obra, ligada diretamente ao interesse de mais de três milhões de gaúchos, circulam, com certeza, mais de 80% do PIB do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, entre as obras divulgadas está previsto o início dos estudos técnicos para a construção da BR-448, conhecida pelos gaúchos como Rodovia do Parque, que receberá investimentos de R\$275 milhões. O conjunto de obras vai desafogar o trânsito da BR-116 e terá investimentos da ordem de R\$109,2 milhões.

A notícia acaba de vez, repito, com o Polão, sepultando definitivamente a possibilidade do pedágio da rodovia. Não haverá pedágio, Sr. Presidente. As obras de infra-estrutura que serão desenvolvidas no próximo período transformarão a BR – 116 em via expressa, sem pedágio, repito.

A combinação da mobilização da região do Vale dos Sinos, da região metropolitana e da região da serra, com os esforços dos Ministros da área, Alfredo Nascimento e Dilma Rousseff, do Coordenador da Comissão de Representação Externa, que trabalhou muito nesse projeto, Deputado Estadual do meu Partido Ronaldo Zulke, do Deputado Federal Tarcísio Zimmermann, que inclusive esteve presente a uma audiência que fiz aqui no Senado, e também do Prefeito de São Leopoldo, Ary Vanazzi, foram importantíssimos na articulação

dessas grandes obras, o que sensibilizou em muito o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sem sombra de dúvidas, não quero personalizar o mérito, essa é uma vitória de toda a população do Rio Grande, que, por ter-se mobilizado, foi capaz de anular a pressão exercida, num primeiro momento, do chamado Projeto Polão, onde estavam contemplados os pedágios.

Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, se a obra não fosse mudada para Rodovia do Parque, um proprietário de um carro de passeio teria de pagar, diariamente, em torno de R\$11,60 no deslocamento entre Novo Hamburgo e Porto Alegre.

Digo aqui, Sr. Presidente, sem medo de errar, que o Governo Lula começa a reorganizar a estrutura viária da região metropolitana da nossa querida capital, Porto Alegre.

E faço isso, Sr. Presidente, dizendo que, em abril de 2005, um ano atrás, desta mesma tribuna, fiz um apelo para que os Poderes Legislativo e Executivo encontrassem uma solução para os graves problemas viários do Vale dos Sinos a região metropolitana.

Falo com segurança, Sr. Presidente João Alberto, porque tenho meu escritório na cidade de Canoas, que fica exatamente no meio dessa extensão que liga as cidades de Canoas, Novo Hamburgo, Esteio, Sapucaia a nossa capital, Porto Alegre.

Terminei meu pronunciamento naquele dia, em abril, com uma frase de um dos empresários da região que coordenavam o movimento, o Sr. Mário Gusmão. Disse ele quando visitou o meu gabinete: “A responsabilidade é nossa, e a solução deve ser urgente”.

No final de 2005, os trabalhos realizados pela Comissão de Representação Externa, coordenados pelo Deputado Estadual Ronaldo Zulke, apontava para uma solução sem pedágios e com recursos públicos, pela divisão de responsabilidades entre o Governo Estadual e o Governo Federal. A comissão acompanhou o tema na Assembléia Legislativa por meio de audiências públicas e nas reuniões nas cidades envolvidas.

Cumprimento todos os Deputados estaduais e federais que caminharam juntos rumo à construção dessa proposta. Parabéns a todos os envolvidos nessa vitória. Um longo caminho foi percorrido. Parabéns a todos os Parlamentares de todas as Bancadas, Prefeitos, lideranças empresariais, lideranças dos trabalhadores de toda a região do Vale dos Sinos e região metropolitana e da serra.

Essa é uma conquista para todos nós, gaúchos. A Rodovia do Parque é um sonho realizado que trará grandes benefícios para nossa gente.

Sr. Presidente, tenho certeza de que o solo gaúcho, nesse momento, sente-se contemplado por essa

decisão, que era um sonho antigo da nossa gente e que dependia de investimentos do Governo Federal, o que ora está a acontecer.

Sr. Presidente, solicito que V. Ex^a considere meu pronunciamento como lido na íntegra, já que, devido ao tempo, não pude concluí-lo.

E, para finalizar, informo que a Comissão Mista que está a discutir uma proposta definitiva de valorização do salário mínimo e dos benefícios dos aposentados e pensionistas concluiu o seu primeiro ciclo. Fizemos treze audiências públicas, ouvimos todos os setores da sociedade: prefeitos, trabalhadores, empresários, governo, aposentados e pensionistas. Hoje mesmo, ouvimos cientistas da área da economia, do campo da política e, todos, por unanimidade, deixaram seu recado na Comissão de que o salário mínimo é o melhor distribuidor de renda da história deste País.

A partir da semana que vem, visitaremos os Estados. No dia 10, estaremos na Capital do Paraná, Curitiba, no Museu Central. Teremos um encontro com o Sr. Governador, os Deputados Estaduais e a sociedade organizada na Assembléia Legislativa. No dia 24, estaremos em São Paulo; depois, na Bahia; e, em seguida, no Pará, no Mato Grosso, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro. Enfim, visitaremos dez Estados.

Concluo dizendo que 1º de abril já passou. Tudo bem que o Congresso não tenha podido deliberar sobre o salário mínimo. O Governo edita uma medida provisória, mas não está resolvida a situação dos aposentados e pensionistas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está havendo uma grande mobilização no País, junto à qual estou caminhando, fazendo um debate muito sério. E gostaria de lembrar a todos que não se esqueçam da mobilização pelos 147%.

Temos conversado muito com todos os setores ligados aos aposentados e pensionistas, na esperança de que o Governo aponte uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas, que não sabem ainda qual será o seu reajuste a partir de 1º de abril próximo passado.

Espero que não seja reajustado apenas pela inflação, como vem acontecendo, infelizmente, na última década. Que seja assegurado também aos aposentados e pensionistas um incremento real, não que seja um crescimento real, mas um incremento acima da inflação, como instrumento de recuperação das perdas acumuladas ao longo dos últimos dez anos, que chega, para os idosos, a algo em torno de 70%, se for concedido um reajuste com base somente na inflação.

A inflação, este ano, deve ficar em torno de 4%, enquanto o reajuste do salário mínimo – e, reconhecemos, é o maior dos últimos 25 anos – ficou em torno de 17%. Calculem se essa lógica permanecer! Para os aposentados, 4%, e para o salário mínimo – que eu gostaria que fosse até maior – 17%. Se concedermos somente esse percentual, daqui uns dias, todos os aposentados e pensionistas estarão ganhando um salário mínimo.

E lembro que os aposentados e pensionistas são mais de 20 milhões. A força política que representam, eu diria, sem medo de errar, é de, no mínimo, 60 milhões de votos.

Era isso.

Muito obrigado, Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, tendo em vista o recebimento nos últimos dias de milhares de e-mails, cartas e telefonemas, volto a esta tribuna para falar sobre uma grande vitória alcançada pela população gaúcha, especialmente da Região Metropolitana de Porto Alegre e Região do Vale dos Sinos.

Falo aqui do conjunto de obras que foram anunciadas recentemente pelo governo Lula para a BR-116 e a decisão do governo de revogar o projeto Polão. Essas obras estão ligadas diretamente a mais de 3 milhões de pessoas e onde circula 80% do PIB gaúcho.

Entre as obras divulgadas está o início dos estudos técnicos para a construção da BR 448, conhecida como “Rodovia do Parque”, que terá investimentos de R\$ 275 milhões, e o conjunto de obras para desafogar o trânsito na BR 116, com investimentos de R\$ 109,2 milhões. A notícia acaba de vez com o Polão e com ele, sepulta definitivamente a possibilidade de pedágio na rodovia.

As obras de infra-estrutura que serão desenvolvidas no próximo período transformarão a BR 116 em via expressa sem pedágio.

A combinação da mobilização da Região do Vale dos Sinos e Região Metropolitana, com os esforços dos ministros Dilma Rousseff e Alfredo Nascimento, do ex-ministro Miguel Rosseto, do coordenador da Comissão Representação Externa, deputado estadual e meu companheiro de partido, Ronaldo Zulke, do deputado federal Tarcísio Zimmermann, e do prefeito de São Leopoldo, Ary Vanazzi, foram importantíssimos na articulação dessas obras, o que sensibilizou em muito o presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Sem dúvida, essa é uma vitória extraordinária porque a mobilização popular foi capaz de anular a

forte pressão exercida até o último momento pelos grupos interessados nos altos lucros proporcionados pelo Projeto Polão. Para se ter uma idéia, pelo projeto Polão, o proprietário de um carro de passeio teria de desembolsar aproximadamente R\$ 11,60 entre Novo Hamburgo e Porto Alegre. Digo aqui sem medo de errar que o Governo Lula começa a reorganizar a estrutura viária da Região Metropolitana.

Sr. Presidente, em abril de 2005, 1 ano atrás, desta mesma tribuna, fiz um apelo para que os poderes Legislativo e Executivo encontrassem uma solução para os graves problemas viários do Vale dos Sinos e Região Metropolitana. Terminei o meu pronunciamento com uma frase do senhor Mário Gusmão: “A responsabilidade é nossa e a solução deve ser urgente”.

No final do ano de 2005, os trabalhos realizados pela Comissão de Representação Externa e coordenado pelo deputado estadual Ronaldo Zulke, apontavam para uma solução sem pedágio e com recursos públicos, através da divisão de responsabilidades entre os governos estadual e federal. A Comissão acompanhou o tema na Assembléia Legislativa através de audiências públicas e nas reuniões nas cidades envolvidas.

Parabéns a todos envolvidos nessa vitória. Um longo caminho foi percorrido. Parabéns aos parlamentares de diferentes bancadas, prefeitos, lideranças empresariais, lideranças de trabalhadores de toda a Região do Vale dos Sinos e Região Metropolitana.

Esta é uma grande conquista para todos nós gaúchos, é um sonho realizado que trará grandes benefícios para nossa gente.

O povo gaúcho merece esta vitória!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, do PDT do Paraná, como Líder, para uma comunicação urgente e de interesse partidário.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quando ligamos a televisão e assistimos às propagandas do Governo, vemos o sucesso das políticas sociais: jovens nas escolas, no emprego, cidadãos felizes com um Governo que lhes dá oportunidades de acesso ao trabalho e principalmente à escola. Mas quando assistimos aos noticiários, vemos que há uma brutal diferença entre o que os Governo falam que estão fazendo para resolver os problemas sociais do País e aquilo que vem acontecendo realmente.

Se eu ler uma manchete como esta da **Gazeta do Povo**, jornal de Curitiba, as pessoas pensarão que se refere à Rocinha e vão se lembrar do seriado que abalou o País inteiro, “Falcão – Meninos do Tráfico”, que apresentou cenas reais do tráfico e a inclusão

do jovem no mundo das drogas. Aqui está: “Tráfico recruta ou vicia 1.700 jovens por ano”. Não se refere à Rocinha, mas a Curitiba. Vou repetir a manchete: “Tráfico recruta ou vicia 1.700 jovens por ano em Curitiba.” São 1.965 jovens que, por algum motivo, no ano passado, passaram pelas mãos da polícia – quase 2 mil jovens. Desses, 375 eram reincidentes e 113 jovens foram assassinados, em Curitiba. É o mundo das drogas que toma conta de cidades e não escolhe Estado nem local.

Quando se abre a outra página da **Gazeta do Povo**, o mesmo jornal, no outro dia, lê-se uma pesquisa, realizada pela Paraná Pesquisas, que mostra o seguinte: “22% dos jovens de Curitiba não estudam nem trabalham”. Vinte e dois por cento dos jovens entre 16 e 24 anos estão fora da escola ou não tem emprego. Vinte e dois por cento é mais do que um quinto, é quase um quarto da população. Ou seja, de cada cinco jovens, praticamente um não tem emprego. Sessenta e sete por cento desses jovens que não têm emprego estão procurando trabalho; os outros 33%, não. Então, ou estão na escola, ou já partiram para o mundo da marginalidade. Sem escola e sem emprego, o caminho fica muito curto para o jovem trilhar, o que o possibilita a chegar até a esse horroroso mundo das drogas.

Quero, aqui, lembrar a manchete do jornal **O Estado de S. Paulo**, que critica os programas sociais do Governo Lula. Diz a manchete: “Não basta dar dinheiro”. Não basta, por exemplo, colocar em prática o Bolsa-Família, que deveria dar o dinheiro e fiscalizar se estão cumprindo o requisito principal, que é colocar o jovem na escola. Dão dinheiro e não fiscalizam nada! Muita gente deixou o emprego para fazer parte desses programas assistenciais do Governo, que não oferecem nenhuma solução duradoura para o cidadão brasileiro, porque a solução duradoura é o emprego, o trabalho e a escola.

(Interrupção do som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – O noticiário está farto de notícias sobre o que ocorre na França. Lá, os jovens combatem a polícia e o governo nas ruas, porque querem uma política que realmente resolva o problema do desemprego, que é crônico nessa faixa de idade. Aliás, uma outra pesquisa brasileira mostra que metade das pessoas desempregadas têm entre 16 e 24 anos.

Então, dá para afirmar sem nenhum medo de errar: não existem políticas públicas voltadas para os jovens brasileiros; se existem, não estão funcionando, porque metade dos desempregados deste País são jovens. Vinte e dois por cento dos jovens da cidade

de Curitiba, considerada capital universitária, não têm nem emprego...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, concedo-lhe mais um minuto para V. Ex^a concluir, por gentileza.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – ... nem estão na escola.

Como paranaense, fiquei estarecido ao tomar conhecimento desses números, principalmente porque, nos finais de semana, quando estou em casa, ligo a televisão e vejo as propagandas dos Governos; e, por meio das propagandas, pode-se concluir que não é esse o cenário que vamos encontrar em Curitiba, em Maringá, em Cascavel, em Londrina, em Foz do Iguaçu, em Ponta Grossa, em Umuarama, em Paranavaí, enfim, em todas as cidades do Paraná. Segundo as propagandas do Governo, a situação é outra: os jovens estão empregados ou na escola. Mas a realidade dura é que os jovens, no Paraná, na capital paranaense, principalmente, estão nas ruas, e uma boa parte deles está se drogando ou servido ao tráfico, o que é muito pior, porque a droga não garante o futuro dessas crianças e desses jovens.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia, por cinco minutos, em virtude de um compromisso inadiável de S. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prometo cumprir o tempo fielmente, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, desde o início do meu mandato, tenho vindo a esta tribuna reclamar, reivindicar a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, obra essa que vai trazer economia ao Brasil e dar segurança energética ao povo de Rondônia e do Acre, porque há uma térmica instalada em Porto Velho há mais de três anos, queimando um milhão e meio de litros de óleo *diesel* por dia, além de outras pequenas térmicas das Centrais Elétricas do Norte, a Eletronorte; e a Ceron, Centrais Elétricas de Rondônia.

Depois de muita luta, muita batalha, de idas e vindas, de licenças concedidas pela metade, licenças prévias cassadas pela Justiça, até que enfim, na semana passada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, recebemos a ótima notícia de que o Ibama teria licenciado integralmente essa obra. Porém, depois de muita demora dessa licença, os preços subiram, o dó-

lar caiu, e houve uma descompensação entre o valor inicial dessa obra e os valores atuais.

Naquela época, há mais de três anos, a obra estava orçada em US\$330 milhões. Pelo valor do dólar à época, o custo seria em torno de R\$1 bilhão. Hoje, com o dólar cotado a pouco mais de R\$2,00, o custo não chegaria a R\$600 milhões. Portanto, uma defasagem de mais de R\$300 milhões. E a Petrobras diz que não faz! Se esse gasoduto custar hoje mais de US\$400 milhões, ele se torna inviável. E diz o Presidente da Petrobras, Dr. Gabrielli, que o gasoduto de Manaus pode custar em torno de R\$3 bilhões, mas o de Rondônia, acima de R\$1 bilhão, tornar-se-ia inviável.

Então, veio como um alento a notícia da liberação da licença ambiental, quando pensávamos que isso seria tudo, que iria resolver definitivamente o problema e que essa obra seria construída para gerar emprego, renda e resolver o problema energético de Rondônia e do Estado do Acre. Agora, deparamo-nos com mais esse impasse, esse óbice de natureza financeira que a Petrobras está criando.

Faço aqui um apelo. Estive recentemente com o Presidente da Petrobras, Dr. Gabrielli, inicialmente com a Deputada Marinha, depois com toda a Bancada, discutindo a situação.

Portanto, faço, aqui, de público, esse apelo, ao mesmo tempo em que me regozijo, juntamente com a população de Rondônia, pela notícia da licença ambiental concedida na semana passada: peço encarecidamente ao Governo Federal, ao Presidente Lula, ao Ministro Silas, das Minas e Energia, e ao Presidente da Petrobras que se sensibilizem com o Estado de Rondônia, com a população do Estado e que liberem o recurso o mais rápido possível, já que essa obra deveria estar pronta. Se houvesse essa licença ambiental há três ou quatro anos – como deveria ter acontecido –, a obra estaria pronta, porque a sua duração é dois anos. No entanto, mesmo com a licença em mão, verificamos que a obra não vai sair.

Apelo às autoridades federais mencionadas, que têm poder para permitir a viabilização da mesma. Creio que mesmo que o custo chegue a mais de US\$400 milhões, vamos gastar este ano, só de CCC, na Amazônia, R\$4,6 bilhões. Então, com dois anos de geração de energia a gás, substituindo-se o óleo *diesel*, seria pago o gasoduto de Coari-Manaus, que vai custar em torno de R\$3 bilhões; e o de Rondônia, que poderia custar R\$1,2 bilhão.

Portanto, mesmo com os preços do aço, dos tubos, da mão-de-obra especializada, que estão muito elevados, justifica-se, sim, a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho. É isso o que Rondônia espera,

esse gesto de boa vontade do Governo Federal para com essa obra tão importante para a sua população e para a do Acre.

Era isso o que eu queria dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra ao nobre Senador e ex-Governador do Estado de Sergipe Antonio Carlos Valadares, do PSB, pela Liderança do Partido, por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um pedido da Liderança do meu Partido, para que eu fale.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a falará em seguida ao Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Acho até que faço um favor, porque o plenário está muito vazio. Qualquer orador vai ser bom.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Antonio Carlos Magalhães, se V. Ex^a desejar falar primeiro, concederei a minha vez, com muito prazer. (Pausa.)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, sabemos que a extensão de uma universidade, ou seja, o fato de levar os benefícios de uma escola de nível superior para os Municípios do interior de qualquer Estado, significa, sem dúvida alguma, grande possibilidade de melhoria da qualidade de ensino, de criação de oportunidades insubstituíveis para aqueles estudantes que não podem arcar com as despesas de um deslocamento de sua cidade para onde funciona a escola de nível superior. Isso traduz uma oportunidade ímpar, para que possamos, pelo menos na área educacional, fazer a inclusão social, integrar à universidade o estudante de segundo grau que deseje prosseguir em sua carreira; com isso, podemos dar-lhe a possibilidade de cursar, em sua própria cidade, uma escola de nível superior.

Falo isso a propósito, Sr. Presidente, de um projeto autorizativo ao qual estou dando entrada nesta Casa, que será encaminhado às Comissões competentes e que significa, antes de tudo, uma sugestão que já está em discussão em meu Estado.

A Universidade Federal de Sergipe (UFS), há poucos dias, interiorizou a educação superior. O Presidente Lula esteve em Itabaiana, onde foi inaugurado um novo **campus** universitário, ou seja, uma extensão da Universidade Federal de Sergipe, que irá funcionar a partir ainda deste ano, com a aprovação do Governo Federal.

A Universidade Federal pretende criar 60 novos cursos, sendo 35 de graduação, 18 de mestrado e sete de doutorado. Dez dos novos cursos de graduação serão implantados nos pólos regionais de Estância, de Itabaiana, de Lagarto, de Nossa Senhora da Glória e de Propriá, institucionalizando, dessa forma, a interiorização do ensino de graduação da Universidade Federal de Sergipe.

Sr. Presidente, considerando que já existe o **campus** de Itabaiana, com dez cursos de graduação ofertados (Bacharelados em Administração, em Ciências Contábeis e em Sistemas da Informação e Licenciaturas em Matemática, em Física, em Química, em Ciências Biológicas, em Normal Superior, em Letras-Português e em Geografia), resta, pois, a expansão para os Municípios de Estância, de Lagarto, de Nossa Senhora da Glória e de Propriá, conforme previsto no plano de expansão universitário da UFS, dando início, definitivamente, à interiorização da UFS, comprovando o compromisso social dessa instituição.

Sr. Presidente, eu gostaria de enfatizar que um **campus** universitário tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas e promover a extensão universitária, institucionalizando, dessa forma, a possibilidade de levar aos diversos rincões do interior do Brasil a educação superior.

Sr. Presidente, eu gostaria de, neste instante, dar entrada neste projeto autorizativo junto à Mesa, para que o Senado Federal se pronuncie, quem sabe, sobre a extensão universitária no Estado de Sergipe, também enfocando a possibilidade de que esse serviço da mais alta magnitude e objetividade venha a ser implantado em todo o território nacional, como já o foi em vários Estados do Brasil: Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe. Enfim, em quase todos os Municípios de quase todos os Estados do Brasil, a extensão universitária aconteceu. Logicamente, é um trabalho de muitos anos que, para ser concretizado, precisa do apoio das autoridades constituídas: do Congresso Nacional, com o seu Orçamento, e do Governo Federal, no Ministério da Educação.

Era essa a comunicação que eu gostaria de fazer a V. Ex^a, Sr. Presidente, e ao Plenário desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, ex-Presidente desta Casa e ex-Governador da Bahia, pela Liderança do PFL, por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sras. e Srs. Senadores aqui presentes, que são poucos, hoje, eu iria falar, como sempre, sobre Lula e seu Governo. Entretanto, notícias procedentes da minha terra me obrigam a vir à tribuna para fazer um protesto – direi, mesmo, uma reclamação.

Denunciei escândalos, e a OAB também, do Judiciário da Bahia. E porque denunciei, enviei ao Conselho Nacional de Justiça, criado por nós para examinar o Judiciário no País, a minha reclamação, e já existia uma da Ordem dos Advogados da secção baiana.

Na Bahia, quase todos os dias, Prefeitos são afastados arbitrariamente pelo Tribunal, sem nenhuma satisfação ao Legislativo local, por juízes moralmente incompatíveis com a Magistratura.

O Conselho Nacional de Justiça começou uma votação que foi interrompida com um pedido de vistas e, até hoje, não decidiu sobre o assunto. O Ministro Jobim declarou que iria à Bahia com uma comissão para examinar as coisas do Tribunal.

Na Bahia, o Judiciário só cuida de ganhar mais. Aliás, isso, talvez, seja uma coisa comum no Brasil, o que irá arruinar muitos Estados. Chegaram a um teto salarial de mais de R\$22 mil em Salvador, sem contar com as outras vantagens que recebem, inclusive alguns juízes do Tribunal Eleitoral, e criaram uma câmara de três desembargadores para tirar os prefeitos dos cargos, prefeitos eleitos livremente pelo povo, e não desembargadores nomeados, muitas vezes por favor, para o Tribunal.

Quando há recursos, eles se unem para vencer inclusive os Deputados, que, temendo represálias, se acovardam e votam os recursos em vez de terminar com essa câmara.

Há um juiz – que, infelizmente, tem o mesmo nome de um grande poeta latino, Rubem Dário – que é uma vergonha nacional, não apenas estadual, e é responsável por muitos desses fatos. Esse juiz, que já foi inclusive acusado de estuprar funcionários, está no Tribunal, comandado por um Desembargador que, por gostar tanto de viver alcoolizado, é chamado de Johnnie Walker. O Desembargador Johnnie Walker manda realmente nesse Tribunal. Ele já foi Presidente do Tribunal de Justiça e do Tribunal Eleitoral e ameaça a todos com a demissão de parentes ainda existentes

lá, lotados em lugares diferentes, não cumprindo com a resolução do próprio Conselho Nacional de Justiça.

A Bahia tem um Desembargador, Carlos Alberto Dutra Cintra, que, além de ser uma pessoa vingativa, tem uma moral duvidosa, pois na sua administração vários escândalos se sucederam, tais como a nomeação de muitos parentes e contratações sem licitação. Ele tem uma empresa que cuida do Tribunal há mais de doze anos, sem licitação nenhuma. Não respeita sequer o cargo que ocupa, pois, à noite, no próprio carro oficial, vai para as farras naturais nos restaurantes baianos.

Tudo isso se passa, e o Conselho Nacional de Justiça, que já deveria ter ido há mais de mês à Bahia, não tomou ainda as providências necessárias.

Hoje, foi afastado o Prefeito do Município Luís Eduardo Magalhães, o Município que mais prospera na Bahia. Ele foi afastado exclusivamente porque o Município tem o nome do meu filho, e o foi por um desembargador canalha, que é esse Rubem Dário.

Amanhã, entrarei no STJ e espero obter justiça nessa Corte; mas, se isso não acontecer, irei pessoalmente também ao Conselho Nacional de Justiça para que acabe com essa coisa de desembargador e Tribunal Eleitoral tirar prefeitos capazes, competentes, só porque o Desembargador bêbado quer impedir... Isso não vai continuar. Este Conselho de Justiça tem que dizer para que veio.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muito prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Antonio Carlos, estou abismado com as denúncias que V. Ex^a faz. São denúncias gravíssimas, inclusive no Município com o nome de Luís Eduardo Magalhães, aquela pessoa com quem convivemos aqui, que foi nosso amigo durante tanto tempo; mas acho que deve ser feita uma representação individual contra cada um desses juízes no Conselho Nacional de Justiça, porque acredito que, a partir daí, se poderá ter punições individuais para aqueles que as merecerem. Estou disposto inclusive a ajudar V. Ex^a, a ir lá e assinar tudo o que for preciso para que possamos fazer justiça não só na Bahia, mas que a Bahia sirva de exemplo para outros Estados do Brasil. Para isso foi criado o CNJ, com o apoio de V. Ex^a, com o meu apoio e com o apoio de todos nós. Minha solidariedade!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço muitíssimo a V. Ex^a, que foi sem dúvida uma mola mestra para se criar esse conselho e para a reforma do Judiciário. Mas a reforma do Judiciário só existe para aumentar salários, criando um

desnível muito grande com o resto do funcionalismo no Brasil, porque desembargadores chegam a ganhar R\$30 mil, R\$40 mil – R\$22 mil oficiais e, por fora, uma porção de dinheiro. Na Bahia – vejam só! –, até bem pouco tempo, o desembargador ganhava uma gratificação por ter nível universitário, como se pudesse evidentemente não ter nível universitário e ser desembargador! A falta de respeito é total. Mas não será com o meu silêncio nem intimidado por tribunal nenhum que vou me calar.

Venho aqui defender o Município Luís Eduardo Magalhães. Venho chamar a atenção para todos, na Bahia, inclusive para o Desembargador Johnnie Walker, para que ele entre no caminho da razão e da justiça. Para isso ele está lá, e não para mentir e fazer injustiças, como as que pratica, dominando inclusive o Tribunal Eleitoral. Além disso, há essa “câmara de gás”, como são chamados esses três desembargadores comandados por esse Desembargador que é uma vergonha nacional, o Sr. Rubem Dário, que não merecia ter o nome do grande poeta, o seu nome devia ser outro bem ligado à ladroagem do País.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador João Alberto Souza, PMDB do Maranhão, sem prejuízo da lista de oradores.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero hoje exaltar um acontecimento que considero em fina e perfeita sintonia com os novos tempos: saúdo a criação e a instalação da Academia de Letras, Ciências e Ecologia do Leste Maranhense, com sede na cidade de Timon.

Quero também cumprimentar e parabenizar a atuação da ex-Deputada e hoje Prefeita Sra. Socorro Waquim, personalidade empreendedora, dotada de profunda sensibilidade pelas necessidades de seu povo e uma das idealizadoras da Academia, cuja inauguração é descrita como “evento que abrirá as cortinas de uma nova era na cultura maranhense”.

Sras e Srs. Senadores, essa iniciativa não é uma realidade apenas da cidade de Timon, ou tão somente do leste do Estado do Maranhão. A Academia assume também um aspecto de simbologia para as comunidades brasileiras, na medida em que traduz uma visão nova, de profundo sentido para o homem moderno, cujo comportamento em relação ao meio ambiente

deve distinguir-se por uma visão nova, integrada, interdependente e auto-sustentável.

A Academia é como uma escola onde se aprendem e se adquirem valores. No caso da Academia do Leste Maranhense, nela cultivar-se-ão não somente os sublimes valores literários da prosa e da poesia, que elevam o espírito e aprimoram a sensibilidade humana, enobrecendo os sentimentos e o prazer diante do belo, não somente as surpresas de descobertas científicas novas, capazes de tornar mais confortável a existência humana; cultivar-se-ão também os valores que a natureza encerra, cuja importância a humanidade há pouco tempo descobriu.

Academia de ecologia é coisa nova, é escola nova, é, como bem disse o seu Presidente Nicolau Waquim Neto:

Celeiro de anseios, idéias e realizações; é fonte de inspiração, aprendizado e educação; é Flâmula ardente de tudo quanto é belo, verdadeiro e humano.

Nela as idéias nascem, tornam-se eternas e transformam os homens e as sociedades.

Na pessoa do Presidente da Academia, o Sr. Nicolau Waquim Neto, enalteço a brilhante e inovadora iniciativa, com os votos de pleno sucesso e profícua atuação para benefício não apenas na região do Leste maranhense, mas também para todo o Estado do Maranhão e do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Seguindo a lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ontem, fiz uma intervenção desta tribuna, e, hoje, lendo as notícias de jornal, verifiquei que a intervenção não foi muito bem entendida pela imprensa, ao que parece, uma vez que saiu uma nota dizendo que eu estava reclamando da Presidência do Banco do Nordeste do Brasil e lhe fazendo críticas. Pelo contrário, o Banco do Nordeste do Brasil, hoje, é a única alavanca de desenvolvimento que temos no Nordeste; é um banco que, sob a presidência do Dr. Roberto Smith, tem feito um trabalho incrivelmente bom, que tem alavancado a economia do Nordeste, tanto que o Nordeste tem progredido muito mais, em termos de percentual, do que o restante do Brasil.

Esse Banco tem o FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento – com R\$4,5 bilhões, Sr. Presidente, que estavam paralisados há muito tempo. Lembrome, quando eu era Ministro, de que não era só esse o volume; era bem maior, porque muitas ações e outras coisas não eram válidas – e o seu valor foi tornado

realidade. E todo o mundo dizia que era um dinheiro paralisado, estagnado. O Banco tinha um percentual sobre o movimento do Fundo. Pois bem, o Dr. Roberto Smith não só aplicou todo o dinheiro que tinha, como, para este ano, tem uma perspectiva de aplicação de R\$6 bilhões, R\$1,5 bilhão a mais do que havia de recursos no Fundo. Ele está correndo atrás desse dinheiro, que está sendo aplicado em pequenas indústrias no Nordeste; não são coisas gigantescas. Talvez um dos maiores projetos feito ultimamente tenha sido o das Alpargatas, na Paraíba, um projeto de quase R\$120 milhões e que está gerando aproximadamente seis mil empregos.

Assim, longe de mim, criticar o Banco do Nordeste! Nós, nordestinos, temos de proteger esse banco, que está fazendo um papel, como disse, muito bonito e que tem contribuído para melhorar a *performance* da economia nordestina.

Reclamei ontem e continuo a reclamar, porque, infelizmente, os dados sobre as dívidas agrícolas não só dos agricultores, mas também dos pequenos pecuaristas, estão cheios de informações desencontradas. Isso não é culpa do Banco. Nós recebemos do Tesouro uma informação que falava em 70 mil devedores, entre Banco do Brasil e Banco do Nordeste. Só no Banco do Nordeste são cerca de 80. Ora, como o Banco do Brasil tem outro tanto, esse dado não está correto. As federações de agricultura informam que esse número talvez chegue a 600 mil.

Também não são fidedignas as informações que nos foram passadas pela equipe econômica, de que o nível de inadimplência era pequeno, ficando difícil, portanto, fazer acordos, pois isso seria um acinte para aqueles que pagam em dia. Isso também não é verdade, pois o nível de inadimplência é altíssimo. Por essa razão, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal convocou o Presidente do Banco do Nordeste para que nos desse as informações mais corretas possíveis.

Pasmem Sras. e Srs. Senadores: o que me causou mais espécie foi que o Presidente do Banco do Nordeste, Roberto Smith, nesses últimos dias, foi de Estado em Estado ultimando os contratos existentes tanto com a agricultura familiar quanto com essas grandes empresas, como a que acabei de citar, de um dos maiores projetos que foi o das Alpargatas – em torno de R\$120 milhões –, seja para a melhoria de rebanho, seja para artesanato. Na Paraíba, ele foi a quatro cidades: Catole do Rocha, Monteiro, Guarabira e Sapé, só dessa vez. Na conversa que tivemos em Guarabira, aí, sim, é que me revoltei, pois me causou espécie: uma diretiva da equipe econômica dizia que tanto o Banco do Brasil quanto o Banco do Nordeste

deveriam efetuar a cobrança e a execução desses pequenos agricultores. Pior: se os bancos não o fizessem com rapidez e dentro das metas e dos prazos determinados, pagariam sobre a dívida cheia. Entenda-se por dívida cheia a tomada de valor original, com as correções monetárias, as multas, os juros, o que torna uma coisa estratosférica.

Dei um exemplo ontem: uma dívida da década de 90, de R\$14 mil, hoje, representa alguma coisa como R\$12 milhões. E referia-me ao pequeno agricultor, que tomou R\$14 mil, não pagou porque não pôde, por causa das estiagens... Imagine, Senador Antonio Carlos Magalhães, lá, no semi-árido da Bahia, alguém tomar emprestado R\$14 mil e, dez anos depois, dever R\$12 milhões! Quando vai arrumar dinheiro para pagar isso? Nunca.

Esta foi a minha revolta: sobre essa dívida cheia, o banco tem de pagar uma multa de 3%, ou seja, R\$360 mil para o Tesouro, se não cobrou a dívida. Ora, estamos aqui negociando, a Câmara e o Senado votaram, mesmo sabendo que ia ser vetado, a fim de dar um indicativo ao Governo de que queríamos uma solução para esse assunto. É duro ver essas execuções ocorrerem numa hora em que fazemos esse indicativo, sabendo que seria vetado e que estamos aguardando a medida provisória, que está chegando, quando estamos negociando entre nós e discutindo. Agora, mais duro ainda é saber que os bancos oficiais, Banco do Brasil e do Nordeste, sem quererem, têm de cobrar, pois, do contrário, recebem uma multa de 3% sobre a dívida plena.

Foi contra isso, ontem, que reclamei. E é exatamente essa a minha colocação. O Banco do Nordeste está cumprindo o seu dever, o presidente está zelando pelo patrimônio, trouxe grandes melhorias aos negócios do banco, que está fazendo bonito, seja em relação ao Sebrae, às prefeituras ou às confederações e federações. Lamentavelmente, porém, ele tem de cumprir ordens, e uma ordem como essa nos deixa, a nós do semi-árido, revoltados.

Em dezesseis anos, nós tivemos mais de oito anos de estiagem e com todas essas multas plenas... Isso é outra irracionalidade. Manda-se que se faça a punição, que apliquem multa, correção monetária, juros e tudo mais. Na hora em que isso é inscrito na dívida ativa, não há mais como voltar atrás, o banco não pode mais fazer negociação. Que negociação é possível se está inscrito na dívida ativa? E muitas dessas contas já estão na dívida ativa sendo executadas, com as correspondências sendo enviadas pela Secretaria da Receita.

São essas questões que nos deixam preocupados, nordestinos e do semi-árido, mas preocupam-se

também os funcionários do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, porque a ordem chega para ser executada e eles têm de cumpri-la.

O que nós fizemos? Nós requeremos à Comissão de Agricultura que oficiasse ao Ministério da Agricultura, ao Banco do Brasil, ao Banco do Nordeste e ao Tesouro e solicitasse que não tivessem curso essas ações. Nós não sabíamos naquela data, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que havia essa diretiva da equipe econômica.

Agora que a equipe econômica mudou, veementemente renovo meu apelo. Vou oficiar ao Ministro da Agricultura e ao Ministro da Fazenda para que mudem essa norma, porque ela é marcada pela não-solidariedade e pela desumanidade, é uma norma impiedosa que trata pessoas como números, que trata a mais vulnerável das categorias produtivas do País, os pequenos produtores do semi-árido, os pequenos agricultores e os pequenos pecuaristas do semi-árido, como se fossem só um número e os crucificam de modo impiedoso. Daí o apelo que estamos fazendo para que se revogue essa norma dos 3% sobre a dívida cheia cuja execução está sendo cobrada dos bancos oficiais com impiedade nazista. Que seja revogada essa norma, porque ela não condiz com a situação de um país como o Brasil, principalmente se compararmos o que se faz com os pequenos agricultores no Japão, na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos e o que se faz com o pequeno produtor daqui. É insensível e dura a forma pela qual essas pessoas são tratadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Rodolpho Tourinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, ex-Governador de Pernambuco, membro do PFL de Pernambuco.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Nunca fui Governador de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Presidente.

O Presidente Lula precisa refletir melhor antes de anunciar publicamente apoio a seus companheiros.

Em passado recente, o Presidente declarou que daria um cheque em branco para o Deputado Roberto Jefferson. Demonstrou total confiança em José Dirceu antes de ele ser defenestrado pelo governo e pela Câmara.

Mobilizou todo o seu governo para a defesa de Antonio Palocci. Mesmo com todas as evidências contrárias, o Presidente Lula preferia acreditar que o ministro estivesse falando a verdade. Foi necessário um honrado caseiro para fazer desmoronar a máquina estatal montada na defesa do então todo poderoso Ministro da Fazenda.

Em vez de vir a público para se desculpar pelo fato de ter sido enganado mais uma vez por seus amigos, o presidente Lula se derramou em elogios ao ministro demissionário na cerimônia de transmissão de cargos.

Agora Sua Excelência, por meio de seus ministros, sai a público para defender o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, quando começam a se avolumar indícios de que a máquina estatal foi utilizada na tentativa de esconder a verdade e intimidar o caseiro Francenildo Costa.

A imprensa brasileira, sempre muito combativa, está demonstrando como os órgãos públicos foram usados, e continuam sendo, para tentar esconder a verdade sobre a agressão dos direitos individuais de um cidadão brasileiro e as demais afrontas aos cofres públicos.

À medida que avançam as apurações da imprensa sobre os bastidores da operação de ocultamento da quebra de sigilo, os atos vão ficando cada vez mais próximos do presidente Lula.

No quadro que se descortina, fica claro que o Presidente da República foi, no mínimo, omissivo, já que, pela versão oficial, o ministro Thomaz Bastos teria alertado Lula de que os indícios confirmavam que o Ministro Palocci era o responsável por um crime contra o caseiro.

Transcorreram dez dias até que o Presidente Lula ameaçasse demitir o Ministro da Fazenda.

A obrigação de um Chefe da Nação que tivesse um mínimo de compromisso com a ética pública seria o de demitir sumariamente um subalterno que lhe faltasse com a verdade, mas Lula nada fez. Ao contrário, preferiu culpar a oposição pela queda do companheiro, como se os fatos já amplamente apurados não fossem suficientes para afastá-lo imediatamente. O Ministro Palocci foi afastado do Ministério por meio de um singelo “pedido de demissão”.

E agora o quadro atual dá indícios de que o Ministério da Justiça também foi, pelo menos, omissivo diante de um crime.

Como já disse, a própria versão oficial confirma que, dez dias antes da demissão de Palocci, o Ministro da Justiça e o Presidente da República já tinham informações seguras de que Palocci estava envolvido na agressão ao caseiro. E o ministro da Justiça nada fez. Sem esquecer que há muito tempo já se sabia que o ministro Palocci tinha freqüentado a chamada “casa de

Ribeirão Preto”, já que isso foi confirmado por Buratti, pelo motorista, pelo corretor e, posteriormente, pelo caseiro. No entanto, o presidente preferiu desacreditar em todo mundo para acreditar no ministro Palocci.

A presença de dois assessores do Ministério da Justiça na Polícia Federal, neste final de semana, confirma que o Ministério da Justiça esteve mais envolvido na manobra para ocultar o crime de Palocci do que dizia.

Os assessores confirmaram o pedido de Palocci para que a Polícia Federal abrisse uma investigação contra o caseiro. Os assessores disseram que Palocci pediu à Polícia Federal que abrisse uma investigação contra o caseiro, mas que esta se recusou, dizendo que não havia como abrir uma investigação contra o caseiro. Na realidade, porém, a Polícia Federal abriu uma investigação contra o caseiro no dia 23. Está aqui: “Após quebra ilegal, a Polícia Federal e o Coaf passam a investigar o caseiro”.

Quando o caseiro foi depor na Polícia Federal, já o fez não como testemunha, mas como investigado, por conta de um pedido do Coaf, que é um órgão subordinado ao Ministro da Fazenda. Na realidade, o caseiro, que foi a testemunha que permitiu esclarecer todas essas irregularidades ou dar encaminhamento a essas irregularidades, foi depor na Polícia Federal como investigado por iniciativa do Ministro Antonio Palocci e, certamente, com o conjunto inteiro do governo ajudando-o nesse processo.

Quer dizer, é muito difícil que a população brasileira, que a sociedade brasileira acredite que o ministro Antonio Palocci agiu sozinho nesse processo. Na realidade, o Ministro Antonio Palocci agiu com o apoio de todo o governo. O Ministro Palocci, durante esses dias em que se fez essa operação, estava trabalhando dentro do Palácio do Planalto, na sala vizinha à do Presidente Lula. O Ministro Márcio Thomaz Bastos conversou diversas vezes com ele sobre esse tema, e ele conversou com outros membros do Governo. É impossível, portanto, que nós acreditemos que o presidente Lula não estivesse também sabendo dessa tentativa de proteger o Ministro Palocci – castigando o caseiro, o que é mais grave.

Eu acho – já disse isso aqui uma vez e vou dizer novamente – que esse foi o fato mais grave desde o início do governo, mais grave do que o “mensalão”. Por quê? Porque foi utilizada a máquina pública, de uma forma não-republicana, de uma forma não-democrática – Polícia Federal, Coaf, Ministério da Fazenda, Caixa Econômica Federal –, contra um simples caseiro do Piauí, terra do nobre Senador Mão Santa.

Mas o absurdo dos absurdos foi o pedido de Palocci para que os inquiridos a que ele responde pelas fraudes na prefeitura de Ribeirão Preto saíssem das celas da

Justiça do Estado – no caso, de São Paulo – e fossem transferidos para o âmbito federal, na esperança de conter o ímpeto das investigações da Polícia e do Ministério Público paulistas, inquiridos esses que já chegaram à conclusão e vão permitir que Ministro Palocci também seja processado por desvio de recursos na Prefeitura de Ribeirão Preto, principalmente, em relação à questão da varrição que todos já conhecem.

Em relação à postura do Ministro Márcio Thomaz Bastos, nesse escândalo do Governo Lula, dá sinal de que ele precisa ser examinado pelo Congresso Nacional. O órgão de classe a que pertence o Ministro, a Ordem dos Advogados do Brasil, manifesta a mesma preocupação. Segundo o Presidente da OAB, Roberto Busato, o envolvimento de um ex-Presidente da entidade no escândalo constrange a Ordem, disse ele. “Ninguém está acima da lei. Ninguém está acima da quebra de princípios éticos e morais. Se até mesmo o Ministro tiver envolvimento, ele deverá também sofrer as conseqüências da lei e da suposta falta de ética”.

Quer dizer, na realidade, ainda não sabemos qual o envolvimento do Ministro Márcio Thomaz Bastos. Não podemos acusá-lo. Mas penso que seria muito bom que ele se oferecesse para vir ao Congresso Nacional prestar os devidos esclarecimentos, porque há uma série de questões, Senador Mão Santa, que ainda precisam ser esclarecidas: em primeiro lugar, saber de onde vieram os primeiros sintomas de que esse caseiro tenha recebido esse dinheiro? Será que foi no banco onde foi feito o depósito? Será que foi o tal jardineiro que falou? Isso ninguém sabe. Quem pediu ao Presidente da Caixa Econômica Federal para quebrar o sigilo bancário? Foi o próprio Antonio Palocci ou não foi? Tudo isso precisa ser esclarecido. E qual o papel que os dois assessores do Ministério tiveram na hora em que foi entregue o sigilo bancário do caseiro?

Isso porque, mesmo quando saem em defesa do Governo, os Ministros se traem e reconhecem que se trata de um Governo cercado de corrupção. Senão vejamos a declaração do coordenador político do Governo, o Ministro Tarso Genro, que disse: nenhum Governo foi tão investigado, inclusive pela sua própria polícia, a Polícia Federal. De fato, nenhum outro Governo da República foi tão investigado, e se o foi é porque há fortes razões para que a polícia faça essas investigações.

Ao concluir, quero dizer que, para aprofundar as investigações desenvolvidas no âmbito do Congresso Nacional, apresentei, na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, um requerimento convocando o General Jorge Armando Félix, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional; e o Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, Márcio Paulo Buzanelli; para que prestem os devidos esclarecimentos

sobre o suposto pedido do Ministro Palocci de utilização das estruturas da inteligência brasileira na tentativa de incriminar o caseiro Franceniildo Costa.

Sr. Presidente, além de termos de verificar esse pedido do Ministro Palocci – como foi administrado –, temos de saber o que a Agência Brasileira de Inteligência investigou sobre esse caso, que está há mais de 15 dias no Congresso e na mídia; portanto, a Agência Brasileira de Inteligência deve ter investigado também. É necessário que saibamos quais as informações que a Agência Brasileira dispõe para que possamos concluir as nossas investigações.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas, do PL de Minas Gerais, por cinco minutos. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, pela Liderança da Minoria.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem.) – Solicitei a minha inscrição para falar pela Minoria após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a falará pela Liderança da Minoria após a Ordem do Dia.

Com a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, Sras. e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para cobrar providências efetivas e mais enérgicas contra os entraves que vêm condenando o Brasil à estagnação e ao atraso, se comparado à situação de outros países de economia similar. O excesso de burocracia e a infra-estrutura deficiente, ao lado da política de juros altos, estão entre os principais pontos a serem atacados para obtermos índices de prosperidade. É preciso fazer ganhar corpo a consciência de que um País de tanto potencial de crescimento não pode ficar refém absoluto de arrochos fiscais.

Além da lógica ampliação dos volumes de investimentos, a solução para a retomada de crescimento passa também pela garantia de maior qualidade na aplicação do gasto.

A falta de infra-estrutura adequada, por exemplo, faz com que os custos de logística em nosso País sejam, em média, 9% mais altos que no resto do mundo.

Apesar dos recentes esforços do Dnit, que apoiamos, a maior parte dos 1,7 milhões de quilômetros de rodovias do País está longe do ideal, e os portos e as ferrovias são deficientes. Uma recente reportagem do jornal **Estado de Minas** revelou que o investimento do Governo Federal em infra-estrutura caiu de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1989, para apenas 0,4%, em 2003.

Além disso, Sr. Presidente, nos últimos anos, apenas cerca de 20% dos recursos arrecadados com a Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico – Cide – foram aplicados nas rodovias. Com as estradas carentes de investimentos, combustíveis em alta e fretes caros, o produto nacional é vítima de limitações que impedem muitos setores de crescerem.

O leque de preocupações inclui ainda a atual conjuntura do dólar e de juros altos. Ela afeta gravemente o desempenho do setor industrial, que hoje não responde mais por um terço do PIB, como há 20 anos. Dados do IBGE mostram que, em 2004, a indústria movimentou 22,99% de todas as riquezas do País, valor ainda considerável, mas aquém das reais potencialidades da atividade. Setores como o têxtil, por exemplo, e o de vestiário perderam espaços importantes, e só no primeiro mês deste ano, as vendas de calçados para o exterior caíram 7%.

Segundo pesquisa do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), o Brasil deve adotar uma espécie de política de “reindustrialização”, para que alcance crescimento econômico mais acelerado, pois o investimento em indústria também gera impactos, e impactos significativos!, sobre a dinâmica de outros setores. Cabe ao Governo desonerar mais os investimentos e definir prioridades na produção industrial que atendam adequadamente demandas internas e externas mais urgentes.

Outra medida fundamental, Sr. Presidente Renan Calheiros, é reduzir mais as exigências burocráticas para quem compra, produz e vende. Conforme levantamento do Banco Mundial (Bird), enquanto o processo para exportar um produto dura em média seis dias em países como Suécia, Alemanha e Dinamarca; no Brasil são necessários, nada mais, nada menos, do que 39 dias. As opções já existentes em nosso País para agilizar esse processo ainda são insuficientes para garantir prazos condizentes com a dinâmica da economia global.

Precisamos ainda, Sr. Presidente, garantir mais facilidade para o pequeno e médio empresário que não raras vezes se sente desestimulado diante das condições burocráticas impostas na regularização do negócio.

O campo de pesquisas em biotecnologia requer reajustes, pois mesmo com a regulamentação da Lei de Biossegurança em novembro de 2005, o passivo acumulado de pesquisas sobre transgênicos aguardando

autorização faz com que investimentos multinacionais deixem de vir para o nosso País.

A verdade é que não dá para aceitar com tranquilidade que um País como o Brasil, com um parque industrial diversificado, privilegiadas condições naturais e forte vocação produtiva, participe de apenas com 1,13% do comércio industrial e amargue índices de crescimento econômico que não cheguem à metade dos registrados em países do leste da Ásia, do Pacífico e até em alguns vizinhos sul-americanos.

No Congresso Nacional, temos a responsabilidade de cobrar – e cobrar continuamente – soluções do Governo e buscar alternativas legais para que sirvam de alicerce a fim de que os investimentos, sobretudo em infra-estrutura, sejam retomados e possam puxar um crescimento econômico consistente nos próximos anos. Certamente, Sr. Presidente, com um pouco mais de arrojo na condução econômica, temos condições de estar, dentro de alguns anos, em posição bem melhor do que aquela que ocupamos atualmente no mercado mundial, bem como melhor também em relação aos problemas sociais que enfrentamos, especialmente o desemprego.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros.

Durante o discurso do Sr. Aelton Freitas, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte:

Ofício nº 171/2006-GSMC

Brasília, 4 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, valho-me do presente instrumento para comunicar a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 7º, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme cópia de certidão expedida pelo TSE anexa.

Sendo o que há para o momento, despeço-me. Cordialmente, – **Marcelo Crivella**, Líder do PRB.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

LINDA MARIA LIMA DE OLIVEIRA, Secretária Judiciária, usando das atribuições que lhe são conferidas, **CERTIFICA**, a requerimento da Senhora **LUCIA BRASIL NUNES PASSOS**, que foram consultados nesta Secretaria os autos da Petição nº 1727 da qual é requerente o Diretório Nacional do **Partido Municipalista Renovador - PMR**, e verificado que este Tribunal, na sessão de 14.3.2006, deferiu, por unanimidade, o pedido de **alteração da denominação e sigla para Partido Republicano Brasileiro – PRB**, assunto votado e aprovado em sua Convenção Nacional realizada na data de 25 de outubro de 2005. O referido é verdade e dou fé, reportando-me ao que consta nesta Secretaria, Brasília/DF, Secretaria Judiciária do Tribunal Superior Eleitoral, Coordenadoria de Registros e Informações Processuais - CRIP. Aos vinte e sete dias do mês de março de 2006, às quatorze horas e quinze minutos. Eu, *Esau Bacelar* (Esau Bacelar), Chefe Substituto da Seção de Registros de Partidos Políticos, lavrei esta certidão, que vai visada por *Esau Bacelar*, Coordenador da CRIP, e, adiante, subscrita pela Secretária Judiciária.

Linda Maria Lima de Oliveira
LINDA MARIA LIMA DE OLIVEIRA
Secretária Judiciária

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 371, DE 2006

Requeremos Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido hoje, dia 4 de abril de 2006, no Rio de Janeiro, da exmª Sra Isabel vitória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.

Requeremos, nos termos do art. 218, Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido hoje, 4 de abril de 2006, da Exmª

Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.

Requeremos mais que este Voto seja levado ao conhecimento do Senador Arthur Virgílio e, por seu intermédio, aos familiares Dona Isabel.

Justificação

Faleceu esta manhã, no Rio de Janeiro, a Exmª Sra. Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do nosso colega, Senador Arthur Virgílio e viúva de outro ilustre Senador Amazonense, Arthur Virgílio Filho, que, como o filho, tanto honrou o Parlamento do Brasil. O Voto de Pesar que requeremos é, pois, um preito de homenagem à ilustre Senhora e de condolências aos familiares, especialmente ao Senador Arthur Virgílio, que conosco convive, honrando o Senado da República.

Sala das Sessões, 4 de abril de 2006. – Senador **Alvaro Dias.**

[Handwritten signatures and notes on the left side of the page, including names like "F. A. M.", "Alvaro Dias", and others.]

[Handwritten signatures and notes on the right side of the page, including a prominent signature for "Senador ALVARO DIAS" and others.]

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Presto a minha solidariedade ao Senador Arthur Virgílio pela morte de sua genitora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Tem a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um registro com muito sentimento. Tenho pelo Senador Arthur Virgílio uma relação muito próxima da fraternidade. Julgo-me amigo pessoal de S. Ex^a, tenho grandes identidades pessoais e políticas com S. Ex^a. Partilho da dor de Arthur Virgílio já há algum tempo, pelo fato de D. Izabel vir adoentada há bastante tempo.

Não foram poucas as vezes que ele se deslocou para o Rio de Janeiro, nesses últimos três anos, para estar ao lado da mãe, que era internada, entrava na UTI, saía da UTI, voltava à UTI, retornava para casa. Um calvário sem fim.

Hoje estávamos reunidos, no gabinete da Liderança do PFL, companheiros Deputados e Senadores do PFL e do PSDB, e chegou a triste notícia do falecimento de D. Izabel. Ele não comunicou a ninguém, saiu da sala. Um minuto depois, tomei conhecimento do fato e fui ao seu encontro. Encontrei o amigo trans-tornado e disse a ele: “Arthur, eu já perdi o meu pai e sei que a gente, por mais que se prepare para esse tipo de notícia, se engana porque nunca se está preparado para receber a notícia ou o fato da morte do pai ou da mãe”. Dividi com o amigo Arthur Virgílio a emoção da morte de D. Izabel.

Desejo manifestar à Casa, em nome do meu Partido, o mais profundo sentimento de pesar pelo falecimento de D. Izabel e pela dor do companheiro, do colega Arthur Virgílio, que está no Rio, com quem pretendemos – muitos dos nossos – encontrar-nos amanhã, por ocasião das exéquias de D. Izabel, a quem peço a Deus que guarde em paz.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Comunico à Casa que vamos realizar sessão deliberativa amanhã pela manhã, para que todos os que desejarem possam comparecer ao sepultamento da mãe do Senador Arthur Virgílio, que ocorrerá às 16 horas no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

Portanto, a sessão ocorrerá pela manhã, para que possamos comparecer ao sepultamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Comunico à Casa que não há acordo para que possamos votar as medidas provisórias que estão sobrestando a pauta.

Há pouco, conversei muito com os Senadores José Agripino e Antonio Carlos Magalhães para que pudéssemos avançar com relação à votação, desde que possamos fazer um acordo com relação ao mérito dessas medidas provisórias. Repito: seis medidas provisórias estão sobrestando a pauta.

Portanto, está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.
Prazo final: 25-4-2006

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente

da Medida Provisória nº 273, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador **João Ribeiro**.
Prazo final: 26-4-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que *acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador **Romero Jucá**.
Prazo final: 28-4-2006

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que *altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.*

Relator revisor: Senador **Jefferson Péres**.
Prazo final: 28-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador **Aelton Freitas**.
Prazo final: 1º-5-2006

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica.* (Apoio à população atingida pela febre aftosa)

Relator revisor: Senador **Osmar Dias**.
Prazo final: 18-5-2006

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005
(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como pri-

meiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

11

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2003

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2003 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que *inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria.*

Parecer favorável, sob nº 200, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wellington Salgado.

12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (nº

1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 189, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2006 (nº 1.154/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 199, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

14

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de des-*

pesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

18

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio

Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos convocar sessão deliberativa para amanhã, pela manhã, para que possamos comparecer ao sepultamento da mãe do Senador Arthur Virgílio e vamos convocar também sessões deliberativas para segunda-feira, terça-feira e quarta-feira da próxima semana, Semana Santa, para, quem sabe, avançarmos na nossa pauta.

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, talvez já esteja fora de hora – não sei –, e o Líder do nosso Partido já representou todas as nossas vozes pelo falecimento da genitora do Senador Arthur Virgílio, mas fui colega do seu pai – hoje sou seu colega –, e acho do meu dever também trazer a minha palavra de solidariedade ao amigo, ao Parlamentar e, sobretudo, ao filho devotado que ele era, conforme assinalou o Senador José Agripino.

Arthur Virgílio, mesmo com seu temperamento que pode desgostar a muitos e trazer alegrias a outros tantos, é um homem bom, muito preso aos valores paternos e maternos, daí por que entendo do meu dever levar-lhe neste instante o meu abraço de solidariedade, a minha palavra de amizade, sobretudo para que ele possa suportar essas dores que, infelizmente, são comuns na vida de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, soube há pouco do falecimento da genitora do Senador Arthur Virgílio, meu colega de Bancada no Amazonas, meu amigo. Fui amigo do seu pai, Senador Arthur Virgílio Filho. Acompanhei a preocupação e o sofrimento do Arthur Neto com a penosa doença da sua mãe, no Rio de Janeiro. Ele se deslocava freqüentemente para lá, pois ela estava em idade avançada com uma doença degenerativa grave.

De forma que não há muito a dizer quando se perde a mãe, a não ser expressar nossa total solidariedade e levar, tanto quanto possível, o nosso conforto ao colega de Senado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, em relação à nossa pauta de votação, gostaria de elogiar a iniciativa da Presidência de estabelecer a sessão ordinária de caráter deliberativo amanhã pela manhã. Seguramente teremos matérias para votar. Estamos concluindo a negociação da medida provisória com o Senador Sérgio Guerra. Trata-se de uma matéria bastante complexa, mas estamos chegando, finalmente, a um bom termo para iniciarmos o processo de votação.

Neste momento, quero, sobretudo, externar a minha solidariedade e as minhas condolências a toda a família do nosso Senador Arthur Virgílio que, todos conhecem, é uma figura extremamente afetiva, que possuía um vínculo muito profundo com sua mãe, D. Izabel Victoria.

Ela já estava doente há algum tempo e ele, recorrentemente, ia visitá-la no Rio de Janeiro. Ela sofria de uma doença grave, de uma evolução previsível, mas, ainda assim, isso sempre teve um impacto muito grande em relação ao Senador Arthur Virgílio.

Por isso, nossa solidariedade, nosso apoio a S. Ex^a. Acho uma bela homenagem do Senado Federal à história do Senador Arthur Virgílio não realizar sessão amanhã à tarde para que todos possam estar presentes amanhã no sepultamento.

A todos os familiares, o nosso abraço e as nossas condolências.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Heloísa Helena, concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, igualmente, quero prestar solidariedade a toda a família do Senador Arthur Virgílio e, de forma muito especial, a ele. Tenho dito várias vezes aqui, Senador Jefferson Péres, que, se fosse brigar fisicamente com alguém no Plenário, eu escolheria o Senador Arthur Virgílio, porque ele é faixa preta em jiu-jitsu.

Ele brinca comigo. É uma pessoa carinhosa, muito carinhosa, muito especial. Representa uma visão de mundo completamente distinta da minha. Minhas convicções ideológicas e minha concepção programática, bem como minha visão de mundo, como um abismo,

separam-me do Senador Arthur Virgílio. Todavia, eu não poderia deixar de enviar, neste momento, nosso carinhoso beijo e nosso abraço, em meu nome e em nome do meu filho, que tem por ele um carinho muito especial, como por Goreth.

Todas as vezes em que ele estava no Rio de Janeiro e ia à UTI visitar a mãe, eu ficava sabendo, porque, a cada melhoria de um quadro gravíssimo como é o de uma doença crônico-degenerativa como o Mal de Alzheimer, a cada detalhe que ela respondia de alguma forma ou que deixava de responder, ele me ligava e contava com todo o amor profundo e carinho de um filho maravilhoso que ele é.

Portanto, deixamos aqui nosso abraço apertado, nossa solidariedade ao nosso querido companheiro Arthur Virgílio. Neste momento, quem o conhece mesmo, quem conhece seu coração sabe o quão profundamente ele está sofrendo. Mesmo sabendo que era uma doença crônico-degenerativa, mesmo sabendo exatamente o prognóstico de uma doença como essa, em muitos momentos, quando ele estava lá visitando a mãe, quando ele tinha notícia, ele se enchia de esperança pela melhoria da saúde dela.

Portanto, deixo aqui nosso abraço carinhoso para ele, especialmente, e para toda a família.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também, em meu nome pessoal e em nome do meu Partido, associar-me a todos que aqui se solidarizaram com nosso companheiro Arthur Virgílio, diante da dor pela perda de Dona Izabel Victoria.

Gostaria de subscrever o requerimento desta Casa, no sentido de apresentar condolências a toda família, e o faço pessoalmente. Eu também, como todos aqui, tenho um carinho muito especial pelo Arthur Virgílio, uma figura humana muito rica, uma companhia extremamente agradável, um homem de muitas lutas. Certamente, entre tantas qualidades, há a qualidade de um bom filho, que deve estar sofrendo muito hoje. Sei o tamanho dessa dor, porque por ela já passei.

Por isso, também trago minha palavra de solidariedade.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou reiterar de público o apelo que lhe fiz em particular.

Este Senado está paralisado há semanas, não por nossa culpa, mas devido às medidas provisórias. Creio que só votamos matérias em duas sessões este ano. O Congresso já é incompreendido, malvisto pela sociedade, porque, dizem, só trabalhamos dois ou três dias na semana, porque o recesso é muito prolongado. É que, neste País, se tem o mau hábito – isso é cultural, infelizmente – de estender o feriadão. A próxima semana é Semana Santa, Sr. Presidente, mas o feriado mesmo é na sexta-feira da Paixão. Faço um apelo veemente: não vamos ficar paralisados na próxima semana, Sr. Presidente!

Se V. Ex^a já falou sobre isso, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já comuniquei a Casa, depois de uma conversa que tive com V. Ex^a, com o Senador Arthur Virgílio, com o Senador José Sarney e com o Senador Antonio Carlos Magalhães, que convocaríamos o Senado para segunda-feira, para terça-feira e para quarta-feira, quando haverá sessões deliberativas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Então, desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Jefferson Péres, a intervenção de V. Ex^a foi fundamental para que isso acontecesse. Da mesma forma, convocamos sessão deliberativa para amanhã, às 9 horas, com a Ordem do Dia começando, impreterivelmente, às 10 horas, a fim de que possamos pessoalmente comparecer ao enterro da mãe do querido Senador Arthur Virgílio, que ocorrerá às 16 horas, no Cemitério São João Batista.

Concedo a palavra o Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo juntar-me à Senadora Heloísa Helena e aos Srs. Senadores que expressaram seu pesar pelo falecimento de Dona Izabel Victoria, mãe do Senador Arthur Virgílio.

Como o Senador Antonio Carlos Magalhães, conhecemos o pai dele e com ele convivemos ainda no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro. Era um lutador, um grande orador, um homem marcado pela vontade de lutar pela sua participação política. Seu filho, portanto, é de outra geração. Mas, nem por isso, deixamos de ter uma convivência muito estreita.

O Senador Arthur Virgílio foi Vice-Líder do meu Governo, quando fui Presidente da República. Com ele, tenho mantido sempre, ao longo da vida, as melhores e mais cordiais maneiras de convivência.

Hoje, sem dúvida, o Senador Arthur Virgílio deve estar preso a um sentimento que, por mais que seja esperado, nunca deixa de atingir a cada um de nós com uma profundidade extrema com a perda de nossas raízes, com a perda daquele ser que, ao nosso

lado, marcou a vida de cada um de nós em todos os instantes. Por mais que as pessoas tenham idade, essa não é justificativa para diminuir o sentimento de nenhum de nós.

Há dois anos, passei por esse transe e sei perfeitamente o que ele significa. Até hoje, não compreendo o mundo sem a presença da minha mãe. É algo diferente. É um sentimento que temos cada um de nós. Por isso, calculo como deve estar o Senador Arthur Virgílio.

Ao mesmo tempo, quero transmitir a ele outro sentimento que também tive: o da graça de Deus. Deus nos permitiu acompanhar nossas mães até a velhice, tratá-las com carinho, dar-lhes tudo o que poderíamos, para que terminassem suas vidas em paz, cercadas do afeto da família e dos filhos.

Quero expressar não somente ao Senador Arthur Virgílio, mas a toda sua família – que já se desdobra também em seus netos – um pesar que não é só meu, mas de toda a Casa.

Acompanhei, muitas vezes, o sofrimento do Senador Arthur Virgílio com o estado de saúde de sua mãe, principalmente quando era Presidente desta Casa. Sei perfeitamente como ele deve sentir-se. Sem dúvida alguma, sua solidariedade e o brilho com que tem exercido sua vida pública constituíram motivo de orgulho e de alegria para sua genitora.

São essas as palavras que gostaria de dizer, modestamente, ao lado de pessoas tão brilhantes que se expressaram a respeito do falecimento de Dona Izabel Victoria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, na mesma linha da fala do Senador Sarney, eu gostaria de estar próximo ao Senador e amigo Arthur Virgílio. A Bíblia diz que existem amigos que são mais chegados do que irmão, e esse é o sentimento que tenho para com o Senador Arthur Virgílio. Eu gostaria de estar perto dele neste momento para abraçá-lo, para acompanhar o seu choro, a sua dor. Sem dúvida alguma, ele tem motivos de sobra para chorar, e chorar muito, porque perde o seu próprio sangue, a sua própria carne, e é dura essa separação.

Quando minha mãe, Dona Dadá, partiu para a eternidade, aos 57 anos de vida, este mundo ficou menor, Sr. Presidente, perdeu o brilho. Foi como se tudo ficasse mais triste e, por um momento, eu entendesse que o mundo havia desabado sobre a minha cabeça. Só sabe a dor de perder mãe quem mãe já teve e perdeu. E só vai saber essa dor, quem nos ouviu neste momento, no dia em que se separar da sua genitora.

Não existe dor maior, Senadora Heloísa Helena, do que perder mãe.

Por isso, Sr. Presidente, abraço meu amigo Arthur Virgílio e sua família. Eu gostaria de estar próximo para abraçá-lo mesmo, porque sei que este foi e vai continuar sendo o momento mais difícil da vida dele. Vai ser sua mais dura lembrança, durante toda a sua vida, a separação da sua mãe. Em nome da minha família, abraço esse amigo, seus irmãos, parentes, neste momento de dor e de sofrimento.

Dizia o Senador José Sarney que só temos a agradecer a Deus o privilégio de com elas termos convivido. Para mim, foi um grande privilégio ter convivido com esse bojo de sabedoria que foi Dona Dadá. Embora analfabeta, dela herdei as maiores riquezas: amor a Deus, vergonha...

Por isso, nesta hora, posso sentir a dor do meu grande amigo Senador Arthur Virgílio, a quem abraço e com quem me solidarizo neste momento de tanto sofrimento pessoal e de toda a sua família.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Alvaro Dias e, em seguida, V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também manifestar o meu profundo pesar pela perda da mãe do companheiro Arthur Virgílio. Pude testemunhar, nos últimos meses, o sofrimento do Senador Arthur Virgílio, acompanhando o drama vivido pela sua mãe.

Certamente, todos nós podemos salientar, com muita convicção, as virtudes herdadas pelo Senador Arthur Virgílio dos seus pais. Virtudes, sobretudo, de lealdade, de companheirismo, de postura ética imbatível, de valores fundamentais de respeito à pessoa do cidadão mais simples, mais humilde, de entender bem a responsabilidade pública que assume com o mandato eletivo para corresponder às expectativas daqueles que, delegando a missão parlamentar, exigem respostas. Essa formação oriunda da sua família faz do Senador Arthur Virgílio um político exemplar, um líder que, sem dúvida, pela sua conduta de honradez, decência e dignidade, é espelho para todos nós.

É por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que nós compartilhamos o sofrimento do Senador Arthur Virgílio no dia de hoje. A dor que sente nesta hora é a dor que nós também, em parte, sentimos por reconhecer em S. Ex^a a figura do líder exemplar que é, mas sobretudo o filho que, amando a mãe como sempre amou, sofre as conseqüências dessa perda irrecuperável.

Ao Senador Arthur Virgílio, aos seus filhos, à sua família, a nossa solidariedade fraterna, os nossos sentimentos de solidariedade, Sr. Presidente, e a certeza de que Deus a terá no melhor dos lugares. Certamente, Arthur Virgílio recebe o conforto da convicção de que, se ela partiu, foi para algo melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Leomar Quintanilha. Em seguida, darei a palavra ao Senador Leonel Pavan, ao Senador Luiz Otávio, ao Senador Mão Santa e ao Senador Geraldo Mesquita também.

Senador Leomar, com a palavra V. Ex^a.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, já vi casos de mulheres que morrem ao dar à luz, e a criança sobrevive sem o leite materno, sem o calor e sem o carinho da mãe. Imagino como deve ser difícil e duro para uma pessoa crescer, sobreviver, construir sua vida sem o carinho, a proteção, o amparo e a orientação da mãe. O sofrimento deve ser grande. Mas será incomparável esse sofrimento ao daquele que experimentou tudo isto – foi amamentado, senti o calor, o carinho e a proteção de quem dá a vida pelo filho, de quem lhe é solidário em todos os momentos da vida, sobretudo nos momentos de angústia, dificuldade e sofrimento – e o perdeu. Perder a mãe, seguramente, é perder um dos maiores tesouros que qualquer ser humano pode ter. Avalio isso porque tenho na minha mãe, realmente, o maior tesouro que possuo na minha vida. Fico até apreensivo, procurando compreender o dia em que ela faltar.

Portanto, quero somar-me às homenagens e à solidariedade que o companheiro e colega Arthur Virgílio tem recebido neste momento de angústia e de sofrimento, porque perde um dos entes mais queridos da sua família, que é sua mãe. Espero que Deus, na sua generosa bondade, dê a ele e a seus familiares o conforto para compreender essa situação, aceitar essa dor e essa perda irreparável, Sr. Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também deixar aqui meus votos de pesar ao meu amigo Arthur Virgílio pelo desaparecimento de sua mãe. Fico imaginando o quanto o Arthur está sofrendo, já que, ao longo desses meses, acompanhou quase todos os dias o sofrimento de sua mãe; ele ficava um pouco no Rio, um pouco em Brasília, mas sempre orando para que ela recuperasse sua saúde.

Quando Deputado Federal, conheci Arthur Virgílio; não conheci apenas um homem aguerrido, um político daqueles que lutam diariamente por melhores dias para o povo brasileiro; conheci um homem de família, um homem que orgulha a classe política. Também tive o prazer de recebê-lo em minha casa, em Balneário Camboriú, Santa Catarina. Falávamos muito dos filhos, das mães, da minha e da dele. Ele falava com emoção, com muita emoção. Quero dizer que estou sentindo, da mesma forma, muito a perda de sua querida mãe.

Por isso deixo aqui o meu pesar. Espero que Arthur Virgílio volte aqui com a mesma coragem, com a mesma determinação porque a sua mãe se orgulhava do seu jeito de lidar com os fatos, do seu jeito de trabalhar, da sua luta em prol de melhores dias ara o Brasil. Ele vai voltar, com toda certeza, com a mesma determinação.

Por isso ficam aqui também os meus votos de pesar, pela perda da mãe, ao meu querido amigo Arthur Virgílio.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do nosso Partido, o PMDB, que tem maioria nesta Casa, queremos apresentar ao Senador Arthur Virgílio os votos de condolência, os votos de solidariedade. Não é sem dor que as pessoas vêem os amigos passarem por um momento como esse, todos nós que já passamos por essa experiência sabemos como é dolorido.

Por isso a nossa solidariedade. Sabemos que hoje o Senador Arthur Virgílio, apesar de ser um guerreiro sempre combativo, deve estar passando momentos em que a solidariedade é muito importante. Por isso, manifesto a solidariedade do nosso Partido a esse companheiro de longa data. Um abraço.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Luiz Otávio, pela ordem.

Darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sras. e Srs. Senadores, faço apenas o registro, neste momento, do falecimento de D. Izabel Victoria, mãe do Senador Arthur Virgílio, meu vizinho, pois sou do Pará e ele do Amazonas. Em nome da Bancada do meu Estado, portanto, em meu nome e no nome do Senador Flexa Ribeiro, do PSDB, e da

Senadora Júlia Carepa, do PT, registro os nossos votos de pesar, o sentimento desta Casa e do Congresso Nacional, tendo em vista que o Senador Arthur Virgílio foi também Deputado Federal. Se Deus quiser, amanhã, acompanharemos os funerais da genitora de S. Ex^a, no Rio de Janeiro, como, há poucos dias, fomos ao Ceará, para representar esta Casa no féretro da mãe do Senador Tasso Jereissati.

Em nome do Governo do Pará, do Governador Simão Jatene; da Prefeitura de Belém, do Prefeito Duciomar Costa; e em nome do povo do Pará, registro o sentimento do povo paraense pelo passamento da genitora do Senador Arthur Virgílio, D. Izabel Victoria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Mão Santa...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, na seqüência, também desejo falar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Flávio Arns. V. Ex^a já está inscrito. Estão inscritos, além do Senador Mão Santa, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Geraldo Mesquita, o Senador Edison Lobão e o Senador Flávio Arns.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, quis Deus que eu estivesse aqui com a Bíblia na mão.

Senadoras e Senadores, uma das partes mais interessantes do livro de Deus está no **Eclesiastes**, que significa o pregador, **Qohéleth** em hebraico. Senador Renan Calheiros, **Qohéleth**, ao falar, segundo a **Bíblia**, disse que ninguém tem mais entendimento do que ele, que é neto de Davi, filho de Salomão. Ele aprendeu com o avô, com o pai e com os outros que na vida tudo é vaidade. Tudo. Ele teve todas as riquezas, Senador Geraldo Mesquita. Ninguém interpretava as coisas melhor do que ele pela sua origem, pelo seu entendimento. Ele dizia que tudo é vaidade – vamos ser breves – e que o homem iria acreditar nisso não numa festa, numa boda, num carnaval, mas quando fizesse uma reflexão diante do falecimento de uma pessoa amiga.

Fazemos essa reflexão por ocasião do falecimento da Sra. Izabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro. E mais ainda, Senador Renan Calheiros, como comecei com o Livro de Deus, com ele terminarei. Aqui fica a assertiva: a árvore boa dá bons frutos. A convivência com esse fruto extraordinário do Senador Arthur Virgílio com a Sra. Izabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, nosso Arthur Virgílio Neto. Tenho certeza de que ela passou de senhora a santa Izabel, a proteger a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero externar ao caro Senador Arthur Virgílio os meus sentimentos pelo falecimento de sua mãe, a Sra. Izabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, uma vez que todos nós aprendemos a respeitar a combatividade, o espírito público e o senso de patriotismo com o qual, muitas vezes, de forma apaixonada o Senador Arthur Virgílio expõe suas idéias. Certamente recebeu de sua mãe muitos dos exemplos e valores que hoje defende para o Brasil.

Assim, o nosso sentimento fraterno e de pesar a ele e a toda a sua família.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, há algum tempo acompanhávamos com aflição e preocupação a evolução do quadro de saúde da mãe do Senador Arthur Virgílio, que se agravava paulatinamente.

Quando nos relacionamos com homens públicos, com políticos, como o Senador Arthur Virgílio, temos o dever de colocar essa relação acima de quaisquer Partidos. Quero aqui, de público, dizer da minha tristeza e do meu pesar.

Quero dizer também que devo ao Senador Arthur Virgílio respeito, consideração, carinho, e agora solidariedade.

Peço a Deus que conforte ele e seus familiares e que receba a alma da sua mãe e que faça com que a família encare esse fato com pesar, é claro, com tristeza, mas também com serenidade.

Como muitos colegas aqui já disseram, o mínimo que devo ao Senador Arthur Virgílio é o meu modesto e humilde comparecimento amanhã por ocasião do final do velório e do sepultamento de sua mãe, o que devo fazer com pesar, mas com sentimento de solidariedade a um grande amigo, a um grande companheiro, uma das pessoas que mais respeito na vida pública brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a palavra que trazemos nesse momento é a de solidariedade a um filho que perdeu a mãe. Só tem noção do sofrimento de um filho em circunstâncias semelhantes, aquele que já perdeu a sua própria mãe. É o meu caso.

Ainda há pouco, o Senador Mão Santa mencionava episódios da **Bíblia**. Todos sabemos o quanto Maria era carinhosa com Jesus, mas, por igual, Jesus era carinhoso com sua mãe.

Acho que a ligação entre filho e mãe é de tal natureza forte que deveria o filho nascer sem o sofrimento da perda da própria mãe.

Por isso, Sr. Presidente, trago aqui neste instante a minha solidariedade profunda ao Senador Arthur pelo sofrimento que S. Ex^a está passando em razão da perda de sua mãe, D. Izabel Victória.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Da minha parte, Sr. Presidente, gostaria também de externar a minha solidariedade ao Senador Arthur Virgílio, certamente um sentimento compartilhado por todos os demais Senadores e Senadoras. Os votos não são só meus, mas também do Partido dos Trabalhadores, no sentido de transmitir de fato um abraço e amizade neste momento sempre difícil da vida.

Quando pensamos no papel da mãe, de qualquer mãe pelo Brasil, particularmente no papel de uma mãe, sempre pensamos naquela figura amiga afetuosa, amorosa, encaminhando os filhos nos caminhos da vida, preocupando-se com a felicidade dos filhos, com o respeito e a dignidade dos filhos, preocupada sempre com os caminhos que os filhos vão seguir na vida em termos de trabalho, educação, saúde, relacionamentos, amizades.

Desejamos, neste momento em que externamos solidariedade ao Senador Arthur Virgílio pela morte da mãe, D. Izabel, lembrar o papel fundamental que as mães têm em nosso País e que recebam de todos nós, do Congresso e da sociedade, o apoio na luta delas para que os filhos se realizem plenamente na vida. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Heráclito Fortes, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero me juntar a esta Casa nesta homenagem justa que faz ao Senador Arthur Virgílio no dia em que perde a sua mãe.

Quero dizer do meu apreço pessoal pelo Senador. Tive a oportunidade de conviver inclusive com o seu pai no período das Diretas Já; depois, ele como membro da equipe do Presidente Tancredo Neves, e, posteriormente, da de José Sarney. Tenho pela sua família o maior carinho e o maior apreço.

Portanto, eu me uno aos Senadores e peço a esta Casa que, por V. Ex^a, seja comunicado a toda a

família do Senador Arthur Virgílio o pranto que esta Casa derrama pela perda da sua mãe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romeu Tuma, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, agradeço a V. Ex^a esta oportunidade que dá aos pares do Senador Arthur Virgílio de se manifestarem prestando solidariedade nesta hora de tanta tristeza.

Nós sabemos, Senador Tião Viana, que às vezes sentimos falta do Arthur Virgílio na tribuna, aguerrido, lutador, brigador. Hoje, entristecido e amargurado, deixou esta Casa em razão de ter recebido a notícia – foi o Senador Efraim quem nos comunicou – do falecimento de sua querida mãe. Não falou com ninguém. Baixou a cabeça, retirou-se e foi, provavelmente, fazer sua despedida final àquela que o educou, que o trouxe ao mundo e fez dele um homem correto e tranquilo no seu comportamento. Estudou, foi orientado e lutou.

Acho que esta coisa de mãe é algo maravilhoso. Todas as histórias recentes que a imprensa tem trazido – e pouco importa a origem do cidadão ou o seu comportamento – mostram a importância da ligação de um filho com a mãe. É sempre uma coisa maravilhosa.

Nós, Presidente, quando estamos em uma hora de aflição, apelamos: mãe, minha querida mãe! Mesmo que ela esteja fisicamente ausente, apelamos ao seu espírito para nos guiar e nos orientar.

Os nossos pêsames e os nossos sentimentos ao querido colega Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, também quero levar as minhas condolências à família do nosso estimado Líder, companheiro Arthur Virgílio. Como disse muito bem o Senador Romeu Tuma, estávamos hoje, pela manhã, reunidos, discutindo matérias de interesse do País, quando chegou a triste notícia. O nosso querido Arthur se retirou, e sentimos muito a dor do Senador Arthur, porque só quem não tem mãe como eu é que sabe o valor de uma mãe.

Então, quero dizer a V. Ex^a que deixamos aqui o preito de saudades e de condolências a Dona Izabel e também à família do Senador Arthur Virgílio, em nome de quem abraço a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito breve, até para não repetir o que os meus colegas Se-

nadores já disseram. Aproveito também para externar o sentimento de tristeza pela a perda da mãe do amigo Senador Arthur Virgílio.

Nós, cristãos católicos, por termos as convicções da ressurreição, sabemos que o que importa agora é a oração que se pode fazer por ela, pelo conforto da família, para que não sofra, compreenda e tenha as melhores lembranças e imagens da convivência materna e, ao mesmo tempo, ter a certeza de que a vida espiritual dela está numa caminhada presente e, seguramente, sob o conforto de Deus.

Então, os meus sinceros sentimentos ao amigo Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Mais uma vez, expressando o sentimento da Casa, sobretudo daqueles Senadores que não compareceram a esta sessão, eu gostaria de apresentar ao querido amigo Senador Arthur Virgílio a solidariedade, o voto de profundo pesar pelo falecimento de sua mãe, Dona Izabel Victória, e comunicar a todos que a sessão de amanhã ocorrerá a partir das 9 horas, com o Ordem do Dia começando, impreterivelmente, às 10 horas, para que possamos, pessoalmente, comparecer ao sepultamento da Dona Izabel Victória.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Presidente Renan Calheiros, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Marco Maciel, pela ordem.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, eu gostaria apenas, em rápidas palavras, expressando o sentimento generalizado da Casa, de manifestar também meu pesar ao Senador Arthur Virgílio e a toda sua família pelo falecimento de sua pranteada mãe, Dona Izabel Victoria. Como disse certa feita Jó, varão considerado pela bíblia de conduta irrepreensível, a vida é um sopro, mas o desaparecimento de uma mãe sempre nos comove e muito nos entristece.

Por isso, associo-me às manifestações aqui feitas no abraço solidário ao Senador Arthur Virgílio e a toda sua família.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedimos a V. Ex^a autorização para que o Prefeito de São Joaquim, Stélio, apresente as Rainhas da Festa Nacional da Maçã, que irá ocorrer nos dias 19 a 23 de abril de 2006. O Presidente Sarney já esteve lá. É um lugar fantástico.

As rainhas gostariam de presentear os demais Senadores com uma maçã. V. Ex^a permite, Presidente? Como é que elas fazem?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu pediria a V. Ex^a que recomendasse às rainhas que, da tribuna de honra, entreguem pessoalmente o convite aos Senadores, de modo a não interrompermos a sessão do Senado.

Com muito prazer, nós as recebemos e ao Sr. Newton Stélio Fontanella, Prefeito de São Joaquim, Santa Catarina, onde acontecerá a Festa Nacional da Maçã.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero usar estes três minutos para fazer uma homenagem à cidade de São Joaquim.

Um antigo adágio popular, de origem britânica, diz: “Coma uma maçã por dia e ficará longe dos médicos”. E não é que, ao longo das últimas décadas, exaustivos e fundamentados estudos científicos comprovaram as benesses advindas da ingestão regular de maçãs?

Tão antiga quanto a história da humanidade, presente até na representação do paraíso de Adão e Eva, podemos dizer que o pecado, agora, é não comê-la. Rica em nutrientes, vitaminas e dotada de propriedades reguladoras únicas, sem falar do seu sabor inigualável, a maçã acabou por tornar-se um verdadeiro símbolo de saúde à mesa.

Seu consumo diário – afirmam os especialistas – ajuda a reduzir o colesterol, melhora o fluxo digestivo, aumenta a resistência orgânica e protege o sistema cardiovascular.

Por tudo isso e pela grande importância econômica de seu cultivo para o Brasil, notadamente para a região do Sul do País, é com grande orgulho que Santa Catarina celebra a cultura da maçã como uma de suas principais atividades produtivas.

No mês passado, a cidade de Fraiburgo comemorou a sua “Festa da Maçã”, apresentando grandes atrações e excelentes oportunidades de negócio. Agora é a vez de São Joaquim, que, a partir do dia 19 até o dia 23, abrirá a temporada turística do frio com a sua tradicional “Festa Nacional da Maçã”, também com grande pompa e circunstância.

Trata-se, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, de eventos que mobilizam toda aquela região. E não poderia ser de outra forma: a maçã é a base da economia de Fraiburgo, cidade responsável por cerca de 40% da colheita nacional, e de São Joaquim, que conta com mais de 600 pequenos produtores da fruta cadastrados. Vale lembrar que Santa Catarina responde, hoje, por algo em torno de 60%, ou quase dois terços, da produção total de maçãs em nosso País.

Historicamente, o *boom* no cultivo da maçã em Santa Catarina deu-se em meados da década de 60, quando grupos europeus chegaram à região do Alto Vale do Rio Peixe e constataram que o local reunia condições climáticas e topográficas excelentes para a produção da fruta.

A partir de então, novas técnicas no manejo dos pomares foram desenvolvidas e implementadas, e os níveis de produtividade alcançaram padrões internacionais invejáveis.

A economia local desenvolveu-se, e os seus habitantes, profundamente gratos aos benefícios que a cultura da maçã já pôde lhes proporcionar, não se cansam de enaltecer o extraordinário valor da fruta.

Sr. Presidente, desta tribuna, parabênzo os produtores de maçã de Fraiburgo, de São Joaquim e de todo o Estado de Santa Catarina por mais uma bela safra de maçãs – mais de dois bilhões de frutos – que já embelezam e dão um aroma todo especial às feiras e aos mercados espalhados por todo o Brasil.

Quero também encorajar a todos, principalmente as crianças, para que comam pelo menos uma maçã por dia. Essa dose diária de saúde, com toda a certeza, trará uma vida longa e ativa para aqueles que a adotarem.

Cumprimento a rainha e as princesas, o Prefeito e toda a sua comitiva. Parabéns, São Joaquim.

E, antes de terminar, quero citar o que nos contou hoje, aqui, o Senador José Sarney. Numa época em que S. Ex^a esteve em São Joaquim, tamanho era o frio que o Senador não teve condições de concluir o pronunciamento que fazia, pois não conseguia segurar o papel nas mãos.

Então, aqui estão as belas princesas e rainha do Município de São Joaquim. Parabéns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Leonel Pavan?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Infelizmente, o Senador Leonel Pavan não pode conceder apartes.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Infelizmente, não posso. Entretanto, aquilo que acabei de falar certamente é a mensagem de todas as Senadoras e de todos os Senadores aqui presentes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, solicito a palavra para fazer uma comunicação urgente a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Rodolpho Tourinho e depois o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje traz uma matéria, ainda não desmentida por ninguém, que sustenta que o Ministro Antonio Palocci pediu à Agência Brasileira de Inteligência – Abin – que investigasse o caseiro Francenildo Costa. Segundo o jornal, o General Jorge Armando Félix, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, a quem a Abin está subordinada, não atendeu ao pedido do então Ministro, alegando que só questões de Estado são investigadas.

A coluna do jornalista Cláudio Humberto de ontem publica matéria que seria um informe da Abin atribuindo a minha pessoa a presença de Francenildo na casa freqüentada pela conhecida República de Ribeirão Preto. Diz que o caseiro teria sido plantado lá por mim, para espionar aquela alegre turma, embora ele estivesse lá há oito anos e os amigos do ex-Ministro Antonio Palocci tenham ficado a partir de 2003.

O tal informe chega a listar como cúmplices dois dos meus auxiliares em Teresina e um de Brasília, apesar de alguns erros que não precisariam de tanto para todas essas informações, que são públicas.

Sr. Presidente, ou eu me tornei questão de Estado, ou eu não posso admitir ser objeto de investigação apenas para dar forma aos sucessivos e fracassados álibis do Ministro e do Governo.

Eu já havia denunciado aqui desta tribuna várias tentativas de me envolver nesse episódio. Lamentavelmente, percebi digitais petistas em algumas delas, justo de pessoas as quais eu tinha em grande conta.

Tive informações de que até minha movimentação bancária havia sido vasculhada, embora não divulgada publicamente como a de Francenildo. Dever ter grampeado os meus telefones, é claro, além de terem enviado agentes para investigar a minha vida, no Piauí, e também de outros companheiros.

Como não encontraram nada de concreto a respeito, passaram então a criar histórias para ver se algumas delas colavam. Uma hora dizia-se que eu tinha enviado dinheiro para o pai biológico do Francenildo. Depois, que eu tinha visitado o hospital e que paguei o hospital onde o pai esteve internado três ou quatro anos atrás. Que paguei passagem para o Francenildo ir a Teresina. Que o empreguei na tal casa para que funcionasse como espião. Que a mãe do Francenildo teria sido empregada da minha casa, o que também não é verdade.

Usaram os jornais do meu Estado – e os estão usando até hoje. E um Deputado Federal, desses ligados à igreja e que se escondem nas sacristias, o Deputado Nazareno Fonteles, passou a disseminar a

dúvida e a suspeição até mesmo em colunas jornalísticas, o que deixa claro se tratar de uma armação.

Sr. Presidente, o que quero pedir a V. Ex^a e ao Corregedor desta Casa é que mande examinar se estou sendo espionado, porque, investigado, em nenhum momento. Quero saber por que a Abin investiga a vida de um Senador da República apenas pelo fato de ser natural do mesmo Estado do caseiro.

Afirmo aqui e continuo a afirmar que não conheço o caseiro. Não o conhecia. Vim a conhecer aqui no dia depoimento dele na CPI. Não conheço seu pai, nunca o vi, tampouco a sua mãe. Esses fatos, Sr. Presidente, são graves, e é preciso que o Senado da República escute o chefe dessa agência. Está bem claro aqui que essa agência só pode fazer investigações que envolvam questões de Estado. E quero saber desde quando passei a comprometer o Estado Brasileiro.

Ouçó o Senador Romeu Tuma.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Permite-me um aparte também Senador Heráclito?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Sr. Presidente, não queria nem pedir aparte, mas, como ele invocou a Corregedoria, pediria a V. Ex^a permissão para pegar as notas taquigráficas e tomar todas as providências cabíveis, se for de acordo, acredito eu e deseja V. Ex^a ver esclarecido esse assunto de suma gravidade. Acredito e tenho até razões para achar que isso não foi feito pela Abin. Seria uma decepção maior ainda do que a quebra de sigilo do Francenildo, da forma como foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Heráclito, a recomendação que faço exatamente ao Senador Romeu Tuma, como Corregedor da Casa, é que requisite todas as informações necessárias a fim de que, da melhor possível, respondamos ao que V. Ex^a acaba de informar.

Isso é absurdo, inadmissível e V. Ex^a não só conta com a minha solidariedade, se isso tiver de acontecer, como com tudo que o Senador puder fazer para que isso evidentemente venha a ser estancado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ouçó o Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Nobre Senador Heráclito Fortes, ouvindo o depoimento de V. Ex^a, quero, primeiro, externar também o total respeito à condição de Senador da República, à imunidade, que deve ser uma prerrogativa fundamental de V. Ex^a, para ir e vir e cumprir todas as obrigações constitucionais que o mandato lhe assegura. O seu direito individual tem de estar preservado como um pilar fundamental da democracia e do Estado de direito. V. Ex^a tem agido

com absoluta responsabilidade política no tratamento de qualquer questão envolvendo Governo e Oposição. Portanto, ainda gostaria de acrescentar que, da lembrança que tenho da convivência de V. Ex^a com o Ministro Palocci, o então Ministro Palocci, hoje ex-ministro, é do respeito e do apreço que ele lhe tem pela maneira respeitosa como V. Ex^a sempre considerou todo e qualquer debate político que envolvesse a condição de Ministro de Estado dele e as acusações que lhe eram feitas. V. Ex^a sempre mediou o equilíbrio e a responsabilidade política sem fazer parte de qualquer conluio ou de qualquer escudo de proteção ao Ministro Palocci. Por isso encontrou respeito na figura dele. E, por essa razão, não acredito que sairia dele qualquer ato antiético ou qualquer ato ilegítimo ou ilegal que pudesse pôr em dúvida a honradez e a dignidade de V. Ex^a. Da minha parte, V. Ex^a merece, sim, estar em paz e tranqüilo de que ninguém o está molestando ou criando qualquer dificuldade a sua biografia e a sua honra de homem público. Em V. Ex^a, eu tenho visto nesta Casa, sempre, a responsabilidade política e a correção e não qualquer desvio de conduta que mereça qualquer tipo de dúvida. Fiquei tranqüilo ao ler a matéria quando vi apenas uma hipótese, apenas uma notícia que dizia que teria havido um pedido, e o Ministro disse que não faria isso. Então, tenho certeza de que o Ministro Palocci saberá manifestar uma resposta escrita a V. Ex^a, pelo respeito que lhe deve como pessoa e pela consideração que ele tem por V. Ex^a. Só não acho justo que o ministro – já não diz respeito a V. Ex^a –, combatido como está por tanta acusação e tanto ataque a sua pessoa, fora da condição de Ministro de Estado, ainda esteja sendo vítima de um certo udenismo contra sua honra e sua dignidade. Não estou dizendo isso com relação a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Na verdade, não fiz nenhuma ilação que atribuísse culpa ao Ministro Palocci, porque, na realidade, a Abin atua com os seus mecanismos próprios. O que me causou espécie é exatamente isso. E um documento que chegou às minhas mãos, onde está elencado um funcionário meu, de 75 anos de idade, e que, inclusive, seu pai é citado. O pai desse meu assessor morreu há pelo menos 40 anos. De forma que é uma coisa muito esquisita a maneira como o fato está sendo colocado, Senador Efraim. Eu, absolutamente, estou tranqüilo com relação a isso. Sou uma pessoa que não perde o sono; abro o meu sigilo, se quiserem. Aliás, eu acho que o nosso sigilo já não existe há muito tempo. Essa questão é uma coisa que não me move.

Agradeço a V. Ex^a, de coração.

Ouço o Senador José Jorge. Agradeço a V. Ex^a, de coração.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Sr. Senador Heráclito Fortes, em primeiro lugar, eu gostaria de me solidarizar com V. Ex^a com respeito ao que está colocando e, em segundo lugar, gostaria de anunciar, e já o fiz no meu discurso, que acabei de fazer um requerimento à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Trata-se de uma comissão mista que existe no Congresso, da qual fazem parte os Líderes do Governo, o Líder da Minoria e os Presidentes da Comissão de Relações Exteriores da Câmara e Senado. São apenas seis membros que se reúnem em sessões secretas para acompanhar essas atividades de inteligência. Fiz esse requerimento convocando o General Jorge Armando Félix, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, e Márcio Paulo Buzanelli, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência. Acho que, com essa convocação, poderemos saber desse pedido do Ministro Palocci, como é que ele foi conduzido, e também saber, sobre essa questão do caseiro e da divulgação de seu sigilo, se a Agência Brasileira de Inteligência fez também investigações, porque, na realidade, se ela o fez, eram diversos órgãos públicos que estavam envolvidos, a Caixa Econômica Federal, o Coaf, a Polícia Federal, o Ministério da Justiça, e instituições privadas, jornais, políticos, senadores etc. Então, como havia muita gente envolvida, pode ser que a Agência Brasileira de Inteligência tenha feito alguma investigação, que tem que ser repassada formalmente para essa Comissão. Então, já fiz o requerimento e espero que o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senador Roberto Saturnino, amanhã mesmo faça uma reunião para que possamos não só aprovar o requerimento quanto ouvir, o mais rapidamente possível, tanto o General quanto o Presidente da Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço as informações de V. Ex^a. Sei que será muito proveitosa a vinda do Ministro-Chefe da Abin a esta Casa.

Senadora Heloísa Helena, ouço V. Ex^a com prazer.

A Sra. Heloísa Helena (PSOL – AL) – Senador Heráclito Fortes, eu também quero me solidarizar com V. Ex^a. Sei que essa medida, esse requerimento apresentado pelo Senador José Jorge – à época em que eu representava a minoria nesta Casa, ainda no governo passado, também tive oportunidade de fazer parte dessa Comissão –, objetivamente sabemos que um requerimento como esse é muito mais importante para deixar claro ao Executivo, à Abin ou a quem quer que seja que estamos alertas do que, de fato, alguém vir aqui se responsabilizar por um procedimento investigatório absolutamente ilícito. Então, cada vez que vejo

algum Parlamentar ir à tribuna desta Casa fazer uma denúncia de perseguição política, fazer uma denúncia de grampo ou do que quer que seja, fico cada vez mais impressionada, porque a cada dia tenho mais certeza de que, infelizmente, no mundo da política, às vezes, conquistam-se adversários, que adversários ideológicos e políticos apenas não são. Comportam-se como inimigos e, comportando-se dessa forma, são capazes de matar, roubar, mentir, caluniar e tentar liquidar qualquer um que lhes passe pela frente, ameaçando-lhes o projeto de poder. Eu apenas fico, cada vez mais, arrepiada, imaginando o que pode acontecer com os que são considerados menores nesta Casa, que não têm estruturas partidárias fortes, como V. Ex^a tem e, mesmo assim, eles são capazes disso! Assim, eu tenho mesmo é de me arrepiar com medo do que pode me acontecer ou acontecer a qualquer outro Parlamentar ou pessoa mais simples da Casa. Portanto, a minha solidariedade a V. Ex^a, que já fazia esse alerta desde o início. V. Ex^a, desde o início, na Comissão e aqui no Plenário, já fazia o alerta, deixando claro que não era justo, nem lícito, nem sustentável eticamente esse tipo de procedimento e acabou sendo vítima de uma forma como essa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena, agradeço seu aparte e o fato de V. Ex^a ter tido a sensibilidade de abordar um problema que considero fundamental, Senador Romeu Tuma, para essa questão. V. Ex^a disse que eu vinha fazendo esse alerta já há algum tempo. E é aí exatamente onde mora a questão, Senador Tião Viana. Penso que, no meu caso e no de alguns que estão aqui, a origem dessas bisbilhotices em nossas vidas vem da atuação nas CPIs. Podem até estar aproveitando o momento para realizar desejos até então nunca confessados.

Portanto, Senador Romeu Tuma, quero pedir a V. Ex^a que, como Corregedor da Casa, solicite ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica, da data de início das CPIs até o dia de hoje, as vezes em que minhas contas bancárias foram acessadas e de quais terminais, porque, para mim, será muito estranho ocorrer algo de que fui avisado: se eu estiver sendo acessado de outras agências que não a de meu uso comum. Solicito isso a V. Ex^a, até porque, quando é acessada uma conta com o cartão do titular, fica registrado, e quando é acessado com outro mecanismo, como aconteceu com esse rapaz, o registro é outro.

Portanto, peço a V. Ex^a encarecidamente que use o expediente que considerar melhor, mas é importantíssimo que se faça isso.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu estava ao telefone falando com o General Jorge Armando Félix, que é praticamente o chefe da Abin. Expliquei o fato a ele, que está pronto a receber a minha solicitação para prestar a informação necessária. Hoje ele está fazendo também uma nota sobre o que o jornal **O Estadão** publicou a respeito da visita do Ministro. São casos separados. Sobre o caso de V. Ex^a eu quis agendar para não procrastinarmos. Mas dos Bancos vamos pedir oficialmente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a. Mas penso que é importante e vou sugerir a mais alguns companheiros que estão no fogo cruzado e que contrariaram o fundo de pensão e outros interesses corporativos deste Governo que tomem a mesma providência. Tenho certeza de que poderemos ter surpresas com relação a isso.

Feito isso, Sr. Presidente, agradeço, aguardando que esta Casa tome as providências e não permita que um Senador da República tenha a sua vida bisbilhotada por quem quer que seja. Se há processo ou justificativa é outra coisa.

Ouçó o Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, eu estava só ouvindo aqui V. Ex^a falar e estou indignado. Eu estava conversando com o Senador César Borges e agora que estou percebendo que V. Ex^a está trazendo uma denúncia que é absolutamente descabida. É inimaginável a audácia desse povo. Eu não quero nem interpretar quem são eles. Mandar investigar um Senador da República porque está cumprindo com o seu dever de promover esclarecimentos a bem das instituições do Brasil, a bem do processo democrático, a bem de uma Nação madura? V. Ex^a tem o mais absoluto protesto do Partido pelo que denuncia e a mais absoluta cobertura e solidariedade dos seus companheiros de Partido. Olhe em frente, proteste e conte conosco, porque nós estaremos ao seu lado para defender as instituições democráticas neste País. Pode abrir a boca, Senador Heráclito Fortes. Denuncie no limite máximo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador José Agripino, por conta das posições que venho adotando, que começaram na CPI do Banestado, eu quero lembrar a esta Casa um fato que até hoje não ficou devidamente esclarecido. Na cidade de Barreirinha, na véspera das eleições, eu fui abordado e tive uma mala aberta com a suposição de que eu estaria levando recurso para financiar uma campanha do Estado do Maranhão. Foi um caso altamente esquisito e que ainda hoje vem sendo produto de investigação.

Esses fatos estão acontecendo, e é preciso que se apure. Eu só quero que se apure. Se o Corregedor quiser alguma informação minha, sigilosa, de banco, do que S. Ex^a quiser, eu estou à inteira disposição. Apenas penso que temos que esclarecer esses fatos para que a Nação possa reconhecer que estamos vivendo num Estado de Direito.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, quero aqui prestar a minha solidariedade e de todo o Piauí. Conhecemos a vida pública de V. Ex^a. Somos de Partidos opostos, mas agradeço a Deus ter tido um adversário como V. Ex^a, com o Partido de V. Ex^a, quando governei o Estado; um líder extraordinário que é V. Ex^a, de uma riqueza de caráter, que sempre fez uma política de alto nível. Pertencemos a Partidos diferentes; eu pertencço ao PMDB e V. Ex^a é o maior líder do PFL. Mas o Piauí tem toda a admiração e o reconhecimento de que V. Ex^a é um dos políticos de melhor caráter não só do Piauí, mas do Brasil. V. Ex^a tem todo o direito a essa indignação, porque outro jornal de Fortaleza, do Lustosa da Costa, também publicou um tópico que envolvia o nome de V. Ex^a e o meu, dizendo que nós arquitetávamos isso contra o Governo. Isso não é do nosso perfil. O fato é que estamos cumprindo o nosso mandato com a grandeza e a tradição da gente do Piauí, gente cristã, que busca a verdade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a. Fica o registro dos esclarecimentos.

Sr. Presidente, aguardando que o caso seja apurado, agradeço a V. Ex^a e aos companheiros a tolerância.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a tem a palavra pela Minoria, por vinte minutos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me juntar a todos os Srs. Senadores que vieram prestar solidariedade ao querido amigo Arthur Virgílio pelo falecimento de Dona Izabel. Hoje, todos nós estamos ao lado do nosso querido Arthur Virgílio. Neste

momento em que sabemos da sua dor, compreendemos o que S. Ex^a está passando. Eu, principalmente, porque passei por esta dor recentemente e conheço o sentimento, a sensibilidade e a relação que o Senador Arthur Virgílio tinha com a sua querida mãe e o que significa para S. Ex^a o dia de hoje e a sua família.

Tenho certeza absoluta de que S. Ex^a hoje está passando por um momento muito difícil, mas, junto com todos os seus amigos, pedimos a Deus que S. Ex^a tenha forças bastantes para superá-lo. Que Deus o ilumine e lhe dê forças para que compreenda o momento. Que S. Ex^a tenha a fortaleza suficiente para poder suportar a dor que sente. Muito mais do que amigo e correligionário, sinto-me como seu irmão, e aqui estou irmanado a S. Ex^a nesta dor.

Em nome também do meu Partido, o PSDB, estendo nossa solidariedade e nosso voto de pesar a toda a sua família. Pedimos a Deus que os ajude a suportar a dor imensa que sentem neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, associo-me também a esse sentimento. Ao mesmo tempo, agradeço a Deus por ainda ter, em meu convívio pessoal, minha mãe. Eu perdi meu pai, mas acredito que os sentimentos sejam absolutamente iguais. É difícil encontrar qualquer palavra que conforte neste momento.

Pessoalmente, tenho uma convicção em função da minha crença e da minha fé: não acredito na morte. Acredito na vida. A morte é um nascimento, e Dona Izabel viverá outro modo de vida.

Dirijo nossa solidariedade ao Senador Arthur Virgílio. Estaremos com S. Ex^a pessoalmente amanhã no Rio de Janeiro, motivo pelo qual – aproveito para antecipar – estarei ausente nesta Casa. Neste momento, nosso dever é estar ao lado do amigo e do irmão que é Arthur Virgílio para todos nós do PSDB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como amigo e Senador do Amazonas, quero expressar ao Senador Arthur Virgílio, aos seus familiares, aos seus irmãos, minha solidariedade diante desse golpe que acaba de sofrer. É certo que será um descanso para sua genitora, mas é um motivo de tristeza para todos

nós. Ao Senador Arthur Virgílio, minha solidariedade, meu apoio e, especialmente, minha amizade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trago também minha palavra de solidariedade ao Senador Arthur Virgílio. Como o Senador Antero Paes de Barros mencionou, esperamos, amanhã, poder fazê-lo pessoalmente.

Acompanhamos, há vários meses, toda a via-crúcis do Senador Arthur Virgílio. S. Ex^a é o nosso Líder no Senado, e este é um momento em que todos nós, seus liderados, estamos ao seu lado, não só como liderados, mas evidentemente como amigos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Agradeço a V. Ex^a. Será registrado.

Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a dispõe de 16 minutos, mais quatro, além da tolerância costumeira deste Presidente.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero iniciar, inclusive, hipotecando também minha solidariedade ao querido amigo e Senador Arthur Virgílio pela perda de sua mãe. Deixo a S. Ex^a um grande abraço.

Quero tratar novamente do gás natural. Trago a opinião de outras pessoas sobre essa questão que é tão importante para o País.

A colunista Miriam Leitão escreveu hoje, no jornal **O Globo**, sob o título “Muy Compañeros”:

A Petrobras está enfrentando problemas nos países sul-americanos. Além da Bolívia, que ameaça a empresa brasileira de lhe tomar os ativos, a Venezuela está impondo goela abaixo da Petrobras mudanças de contratos nos vários ativos de exploração e produção. Ontem, o governo venezuelano expropriou os ativos da Total e da Eni. Na conversa ontem com o presidente Evo Morales, tudo o que ficou combinado é que não haverá mais uma discussão pública entre os dois países.

O que acontece hoje na Venezuela é que o país decidiu, no ano passado, que a PDVSA – empresa correspondente à Petrobras aqui – teria maioria no capital de todos os ativos petrolíferos e que essa seria uma participação comprada pela PDVSA. Nos últimos dias, ela assumiu o controle dos campos de petróleo operados pela Eni, italiana, e pela Total, francesa. A Exxon, que não concordou com os termos dessa mudança de contrato, já deixou aquele país. A Petrobras só não teve a mesma sorte porque aceitou todas as condições impostas pelo Governo venezuelano. O

controle de todos os ativos lá terá passado para a PDVSA, e a Petrobras terá que aceitar bolívares em vez de dólares como pagamento de sua participação. Isso, por si só, já é um fato grave.

Mais grave ainda, quando verificamos a questão com a Bolívia, é que o Presidente Evo Morales trava neste momento uma guerra grande pela exploração do gás natural. O Presidente boliviano quer negociar, mas sob algumas condições, e afirma categoricamente que não quer patrões, mas sócios. Esse é o tipo de declaração que alguns diretores da Petrobras têm tentado minimizar, mas o problema é muito sério, Senador José Jorge, tendo em vista que a Petrobras detém investimentos grandes na Bolívia e que metade do gás consumido hoje no País vem daquele país.

Com isso e com os problemas que antevemos pela frente, em relação a uma crise energética, sobretudo no Nordeste, a partir de 2008, penso que temos de nos preocupar.

Recentemente, a Bolívia baixou um decreto de nacionalização do gás, em que estabelecia, entre outros itens, que a comercialização do gás seria feita pelo Estado boliviano e que seria a retomada da propriedade das refinarias. Quase toda a capacidade de refino da Bolívia está atualmente nas mãos da Petrobras.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Claro, Senador José Jorge, com muito prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a tem imensa razão em ficar preocupado com essa situação. Efetivamente, o Brasil, na área de petróleo, desde alguns anos, vem aumentando os investimentos da Petrobras nos países da América Latina e em outros países do mundo, para que ela se transforme em uma empresa internacional, para diminuir o chamado risco-Brasil. Uma empresa que está somente em um país tem mais riscos que essas grandes multinacionais, que têm investimentos em todos os países. Quanto à questão ocorrida primeiramente na Venezuela e agora na Bolívia, está-se implantando uma irracionalidade. A Petrobras tem esses recursos investidos, e é necessário que o Governo brasileiro defenda os investimentos da estatal. O Governo brasileiro é, na realidade, aliado do Governo boliviano. O Presidente Lula tem ido à Bolívia e dado todo o apoio ao novo Governo. Evidentemente, a Bolívia deve defender seus interesses, mas não em detrimento dos interesses brasileiros. O Brasil apresenta dependência de gás boliviano – metade do consumo brasileiro provém da Bolívia –, mas paga por isso, e paga um preço por um contrato assinado que está em vigor. Portanto, isso deve ser garantido pelo Governo boliviano. Temos

que prestar atenção nesse assunto, que V. Ex^a traz, muito justamente, a debate hoje.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador José Jorge. Inclusive, entendo que quem tem que tratar desses problemas com a Bolívia não é a Petrobras, mas o Governo brasileiro. Este assunto tem sido relegado, em alguns momentos, à diretoria da Petrobras. Mas se trata de uma questão nacional, uma questão de Estado e que não pode ficar em nível de diretoria de Petrobras. É bom lembrar novamente que metade do gás consumido neste País hoje provém da Bolívia.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Rodolpho Tourinho, confesso que não tenho a visão de V. Ex^a para discutir este importante assunto, mas tenho lido muito a respeito, na mídia. Não sei se fiquei assustado ou revoltado com as declarações do Ministro da Bolívia e de Evo Morales, que foi abertamente o candidato do Presidente brasileiro. Lula foi à televisão dizer que apoiava Evo Morales, intervindo no processo eleitoral da Bolívia, porque pensava que era o irmão que estaria pronto para fazer a coligação entre a Venezuela, a Bolívia e os países que nos circundam. E, agora, as ameaças feitas ao Brasil são a consequência do que foi levantado por V. Ex^a. Por que a Petrobras tem que discutir um assunto de Estado? Hoje, virou assunto de Estado. Parece que a Petrobras investiu mais de um bilhão.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Um bilhão e meio de dólares.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Fora o que estava pronto para investir, é o que tenho lido nos jornais econômicos. Penso que deve haver uma reação, porque, se existe um contrato, a denúncia unilateral desse contrato não pode prevalecer. Eu cumprimento V. Ex^a, e agradeço por permitir que intervenha em um assunto que me aflige, sem ter a competência e a visão de V. Ex^a.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Na verdade, o que a Bolívia e a Venezuela estão fazendo, Senador César Borges, é rasgar contratos. E é com essa Venezuela que se pretende construir um grande gasoduto, que vai da Venezuela até a Argentina. A Pedvesa, que é a correspondente da Petrobras na Venezuela, já declarou que aquele preço de comadre e de compadre – US\$1,00 por milhão de BTU – não existe. Se cairmos na realidade de preço, que é o que tem que ser feito nesse caso, o gás chegará aqui a uma preço absurdo.

É curioso também que a Petrobras já saiba qual é o custo desse gasoduto de nove mil quilômetros, quando, para o gasoduto Coari-Manaus, até hoje, não conseguiu implementar o trecho de cerca de 500 quilômetros.

A questão da quebra de contratos leva sempre à questão regulatória. Quando tratamos da questão regulatória, lembramos que existe um projeto a respeito das agências reguladoras que esta há algum tempo parado na Câmara dos Deputados, sem que haja uma solução. E os pontos que poderiam ser discutidos hoje são muito poucos. São pontos que o Governo teria que retirar a fim de que haja um marco mais confiável para as agências reguladoras.

O primeiro diz respeito aos contratos de gestão, o que é uma grande bobagem. Já existe em relação a Aneel, nunca adiantou para nada nem foi seguido. Quanto a estabelecer uma Ouvidoria-Geral, subordinada ao Ministro da área e não ao próprio órgão regulador, também é outra grande bobagem, pois não pode haver um ouvidor externo para interferir na agência reguladora subordinada ao Ministro da área. Não há como imaginar isso. Além disso, existe o problema de onde fica o poder de concessão e o do não contingenciamento de recursos.

Se formos analisar um problema tão grande como o das leis das agências reguladoras, encontraremos quatro pontos bastante simples de serem atendidos. A questão do marco regulatório, da não existência de uma lei em relação às agências reguladoras, leva também à questão do marco regulatório para o gás natural.

Apresentei um projeto regulando o transporte do gás natural, sem alterar a área de produção, a área de desenvolvimento e a área de exploração, e sem alterar também a área de distribuição, visto que, no primeiro caso, a questão está tratada, e muito bem tratada, na Lei do Petróleo, a Lei nº 9.748. E no que diz respeito à distribuição, é monopólio dos Estados, e não precisa ser regulado.

O projeto de lei de minha autoria trata única e exclusivamente do transporte. Vínhamos negociando com o Líder do Governo, o Senador Aloizio Mercadante, e com o Presidente da Petrobras. Nessa negociação, fomos surpreendidos por um projeto encaminhado pelo Governo, sem qualquer aviso, projeto que aparentemente suspende o tipo de negociação que apresentamos ao Senador Aloizio Mercadante e aquilo que era solicitado pela Petrobras, e até o momento não obtivemos resposta.

O que queremos são coisas muito simples, e não existe razão para perder tempo com isso. Queremos, nesse projeto de lei, que o acesso aos gasodutos seja regulado pela Agência Nacional de Petróleo, assim

como as tarifas. O que a Petrobras quer é que ter o direito de estabelecer a tarifa e também as condições do acesso regulado.

Portanto, a nossa proposta é muito mais racional. Precisamos de investimentos para atrair a iniciativa privada; que isso seja feito pela Agência Nacional de Petróleo, e não pela Petrobras.

Existe, ainda, um outro ponto muito simples de entender. A Petrobras quer que o sistema jurídico dos gasodutos seja de autorização, e eu entendo que deve ser de concessão. Com a concessão, criaremos a Lei das Concessões, que regulará essa questão. E mais, por essa lei, assegura-se à iniciativa privada o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, o que não acontece na autorização. O equilíbrio econômico e financeiro dos contratos é que permite que a iniciativa privada tenha interesse e a garantia de que pode investir em determinado empreendimento. Portanto, há muito pouco a ser discutido. E quando vejo o próprio Líder do Governo colocar que o assunto necessita de uma discussão maior, penso que é empurrar o problema com a barriga, pois existe um problema sério a resolver hoje, e não podemos esperar mais.

Ouçõ o aparte do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a está tratando, com a seriedade que lhe é própria, de um assunto importantíssimo para o Brasil. Infelizmente, hoje ouvi uma declaração do Líder Mercadante; aliás, logo contestada pela brilhante jornalista Miriam Leitão. Nela, o Senador Mercadante claramente diz que vai postergar o seu projeto, dizendo que ainda tem – além desse acordo, se for, por acaso feito – mais duas Comissões para que esse projeto passe. E, daí, para ser aprovado em Plenário, vai passar muito tempo. V. Ex^a é um homem experimentado, e não vai ser ingênuo. Vamos botar isso no Plenário, de qualquer maneira, não só na Comissão como aqui. E quem quiser, que fique com o Governo, contra o Brasil e contra os pontos de vista de V. Ex^a, que correspondem aos interesses de todo o País.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Agradeço muito, Senador Antonio Carlos Magalhães, a colocação de V. Ex^a, que tem auxiliado muito nessa discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A colaboração de V. Ex^a em relação à discussão do projeto é fundamental.

O momento de se estabelecer um marco regulatório para o gás natural é agora. Basta analisar o que citamos aqui – os problemas da Bolívia e da Venezuela –, e o que isso pode afetar: não apenas a questão energética, mas também as empresas e indústrias

brasileiras que hoje dependem do gás natural para melhorar a sua competitividade.

Finalmente, voltando ao que o Senador Antonio Carlos Magalhães citou, gostaria de ler o que disse a jornalista Miriam Leitão, no telejornal Bom Dia Brasil, de hoje:

A regulamentação do transporte do gás é uma necessidade. Sem isso, nenhuma empresa vai investir na área, exceto a estatal que tem hoje todas as regras do jogo a seu favor.

A proposta do senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA) não expropria nada da empresa. Apenas regula o direito de passagem. É assim mesmo no mundo inteiro. Quando há uma empresa que detém o monopólio de transporte, por exemplo, o país quer aumentar a participação de empresas no setor e criem-se as regras claras para que a estrutura de transporte possa ser usada também por outras empresas.

A Petrobras receberá por isso, mas não estará perdendo nada.

(Interrupção do som.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Concluindo, Sr. Presidente.

O grande risco do gás é de desabastecimento, porque sem regras claras como na Bolívia, a Petrobras não fará investimentos lá – e se não fizer, não haverá aumento da capacidade de oferta.

Na Petrobras, me disseram que não há risco de desabastecimento. Por enquanto, não há, mas se a crise com o vizinho continuar, no futuro pode, sim, pode faltar gás.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Rodolpho Tourinho, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. César Borges e Mão Santa, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Consultando a lista de oradores...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador César Borges, do PFL da Bahia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, permitam-me fazer um rápido registro de um resultado extremamente favorável, obtido pelo próprio Senado Federal. Trata-se do resultado alcançado pela Coordenação de Transportes aqui da Casa, criada em janeiro de 2005, e que já consegue redução

substancial nos custos de manutenção dos veículos de propriedade do Senado Federal.

Ao assumir, em abril de 2005, a nova Diretoria iniciou um rigoroso processo de controle de gastos, com a adoção de inúmeras medidas em vários setores daquele órgão.

O marco nesta direção, no entanto, ocorre em novembro de 2005. É neste mês que as principais mudanças são implementadas. É nele, por exemplo, que são assinados novos contratos de fornecimento de peças e serviços em que foram incluídas cláusulas mais vantajosas para a Administração Pública, entre elas a garantia para a qualidade de peças, maior percentual de descontos, pesos diferentes para descontos de peças e serviços, rapidez no atendimento, seleção de empresas idôneas e comprometidas com o bom atendimento.

Sr. Presidente, o resultado final é bastante significativo. Se compararmos os últimos cinco meses com os cinco meses imediatamente anteriores, notamos que houve redução de custos em 74%. Em números absolutos, o Senado economizou R\$ 675 mil – algo significativo.

Portanto, Sr. Presidente, a Coordenação de Transportes do Senado Federal preocupa-se ainda com a racionalização de todos os demais gastos. Há, por exemplo, em fase de conclusão, o projeto de reutilização da água usada na lavagem de veículos. E por aí vai. São vários os projetos que procuram racionalizar os custos.

Este é um exemplo do Senado Federal em diversas áreas. Faço este registro para enaltecer o esforço da própria Casa – o que muitas vezes deixamos de fazer –, que deveria ser de toda a Nação, na redução de gastos, principalmente gasto de custeio.

O Senado dá esse exemplo, e aproveito para parabenizar o Diretor-Geral da Casa, Dr. Agaciel Maia, que coordena esses trabalhos e também o nosso 1º Secretário, Senador Efraim Morais, que os comanda. Que esse exemplo sirva para todos aqueles que tentam utilizar melhor os recursos públicos, sagrados no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos a comunicação, ao tempo em que a Presidência louva a competência do nosso 1º Secretário, Senador Efraim Morais, que traz austeridade à coisa pública.

De acordo com a lista de oradores, está inscrito o Senador Leomar Quintanilha, do PCdoB, do Estado de Tocantins, a quem concedo a palavra.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, assomo à tribuna, nesta tarde, para tratar novamente de um assunto recorrente, mas que aflige sobremodo a população do norte do Tocantins e do sul do Pará, em razão de misteriosa doença que tem acometido diversas pessoas, sobretudo crianças. Uma doença nos olhos que, muitas vezes, provoca cegueira irreversível. Isso tem causado enorme preocupação na população daquela região em razão de não se ter identificado até hoje sua causa.

Diversos profissionais altamente qualificados, técnicos de outras regiões, da Universidade Federal de Goiás, da Universidade Federal de Minas Gerais, além da Secretária de Saúde do próprio Estado de Tocantins e outros técnicos têm se interessado em desvendar a inusitada doença.

Estive recentemente com um dos profissionais mais destacados em oftalmologia deste País, Dr. Marcos Ávila, Professor da Universidade Federal de Goiás, que se interessou pelo assunto e já esteve no local, buscando uma solução. Estive também com o Presidente da Fundação Nacional de Saúde, que decidiu criar uma força-tarefa. Essa, sim, buscaria solução definitiva, porque permaneceria no local com profissionais altamente qualificados, com técnicos experimentados e equipamentos necessários para desenvolver pesquisas e identificar a causa da doença, que tem provocado cegueira.

Essa força-tarefa ainda não foi constituída. Temos que vencer os trâmites burocráticos do Ministério da Saúde, particularmente da Fundação Nacional de Saúde, cujo Presidente, Dr. Paulo Lustosa, demonstrou interesse muito grande pela questão. S. Ex^a certamente vai contribuir conosco, para que possamos, com essa força-tarefa permanentemente no local, pesquisar e buscar identificar a causa de uma doença que tem incomodado e provocado pavor nos habitantes das margens do Rio Araguaia.

Já foram identificados focos da doença nas cidades de Araguatins e de Xambioá, no médio Araguaia. A doença tem trazido também problemas de outra ordem que não os de saúde, pois essa região vive basicamente da força da agropecuária, da pesca, da navegação pequena e incipiente do Rio Araguaia e, sobretudo, do aproveitamento das praias belíssimas do Rio Araguaia, que, nos meses de junho, julho e agosto, acabam atraindo inúmeras pessoas para desfrutar das maravilhas que o Rio pode propiciar. Seguramente, essa situação acabará afugentando pessoas que visitariam esses locais, o que traria então enorme prejuízo para a economia de Araguatins, de Xambioá, enfim, das cidades à margem do Rio Araguaia, onde a discussão sobre essa doença tem se acentuado.

Outro fato tem merecido destaque é a quase paralisação da construção de uma obra importante: a ponte sobre o rio Araguaia, na divisa do Tocantins com o Pará, na BR-230, ali conhecida como Transamazônica. Trata-se de um trecho em que essa rodovia é efetivamente muito importante, muito demandada. Lá, está acontecendo um fato curioso. A empresa que ganhou a licitação está retirando parte do material acumulado para a construção dessa obra, com visível constrangimento para os moradores, sobretudo do Tocantins, de Marabá e da Palestina, os principais Municípios próximos à ponte.

É estranho que a obra, que estava em andamento, sofra essa paralisação e que o material ali acumulado, como ferragem, brita, cimento, talvez esteja sendo retirado para tocar obras em outra região. Estamos procurando saber para onde estão sendo levados esses materiais, Sr. Presidente, porque isso não pode acontecer.

A finalização dessa obra também é muito importante; sua interrupção afetará sobremodo a economia da região. Isso não pode acontecer. É importante que o novo Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, tome conhecimento dessa situação, pois se trata de uma obra federal e desvios dessa natureza não podem ocorrer, sobretudo na gestão dele. S. Ex^a assume a Pasta já com enormes desafios: recuperar a malha viária brasileira, evitar desvios possam afetar a economia de Municípios importantes no norte de Tocantins e sul do Estado do Pará.

Era o que eu queria registrar nesta tarde, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos V. Ex^a, que foi sintético e não usou todo o tempo a que tinha direito.

Concedo a palavra, como Líder do PSDB, ao Senador Juvêncio da Fonseca, do Estado do Mato Grosso do Sul.

Regimentalmente, após a Ordem do Dia, V. Ex^a, como Líder, pode usar a tribuna por vinte minutos, mas por mim jamais a palavra de V. Ex^a será cortada.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a é liberal, democrata. Isso é muito importante para a Mesa e para que aqueles que talvez tenham menos projeção política não sejam cortados pela Mesa. V. Ex^a nos dá essa garantia, e isso é importante.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quanto à projeção, não está se referindo a V. Ex^a.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Não. De forma nenhuma.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a é maior do que o Mato Grosso do Sul e do que o Brasil. V. Ex^a representou muito bem este Senado na justa homenagem ao nosso Senador Ramez Tebet. Fiquei orgulhoso com a sensibilidade do pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, incumbi-me o nosso Líder Arthur Virgílio de registrar aqui um fato. Mesmo estando ao lado do corpo de sua mãe, S. Ex^a não deixa de trabalhar e delegou-me esta tarefa que faço com muito orgulho.

Antes, junto minhas palavras àquelas de pesar ditas aqui hoje, em razão do passamento da sua genitora.

Uso da palavra para fazer o registro de mais um capítulo da violência que se vai ampliando no Governo do Presidente Lula. Desta vez, no Estado do Pará.

Pela manhã, o Senador recebeu um telefonema do Governador Simão Jatene informando que houve uma operação policial no Hospital Abelardo Santos, no Distrito de Coaracy, em Belém. Pela descrição, a operação mais parecia uma ação de bandidos mascarados, apreendendo computadores e lacrando salas e armários. Da invasão não foi avisado nem mesmo o Governador Jatene, embora o hospital pertença à rede da Secretaria de Saúde do Estado do Pará. Os policiais federais chegaram abruptamente e, posteriormente, alegaram que estavam em busca de documentos relativos a uma auditoria realizada há seis anos, em 2000, com base em denúncia de que o hospital havia efetuado irregularmente 102 pagamentos a médicos que ali serviam. De lá para cá, embora a Secretaria de Saúde do Estado tivesse levado a denúncia ao conhecimento do SUS, nada mais se falou nem mesmo por iniciativa do órgão que realizou a auditoria.

Não entro no mérito dos motivos alegados para a invasão, mas tenho o dever de alertar o Governo Lula da crescente escalada de violência que caracteriza a administração petista. Esquece o Presidente Lula que violência gera violência. Quanto mais cresce a violência, mais cresce a resistência.

Fica aqui o nosso protesto. O Governo Lula está ampliando um regime de terror no Brasil. A quem convém a violência?

Em razão desse registro, não me furto de rememorar o que disse aqui hoje, na parte da manhã...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Concedo aparte ao Senador Flexa Ribeiro, do Pará.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Juvêncio da Fonseca, estou chegando agora do meu

Estado. Agradeço a V. Ex^a por fazer o registro da truculência do Governo Federal no Estado do Pará. Há muito tempo, o Governo Federal vem tomando medidas para prejudicar a Administração de Simão Jatene. O que se viu hoje pela manhã, foi uma ação da Polícia Federal em um hospital de pequeno porte no Estado do Pará. Foram apreendidos, como V. Ex^a bem mencionou, computadores e arquivos em função de uma ação ocorrida no ano de 2000, de uma denúncia que envolvia folhas de plantonistas que teriam sido contratados em 2000. Em nenhum momento, o Governo do Pará, o Governo de Simão Jatene, se furtaria a fornecer as informações para esclarecer, se houvesse algo para ser esclarecido. Não havia necessidade de uma ação da forma como foi feita, com policiais e delegados armados, com força, para obter informações que poderiam ser colocadas à disposição do INSS e do SUS. Quero agradecer a V. Ex^a, porque eu ia fazer ainda hoje um pronunciamento a respeito do assunto que V. Ex^a tão bem apresentou agora há pouco.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Senador Flexa Ribeiro, meu pronunciamento é um pedido da Liderança do PSDB. Que fique bem claro. Falamos em nome de todos os Parlamentares do PSDB no Senado, que não toleram a violência que está imperando em nosso País.

Concedo, novamente, a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a e à Liderança e também quero registrar, como V. Ex^a fez, os sentimentos pelo falecimento da genitora do nosso Líder, Senador Arthur Virgílio.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Senador Flexa Ribeiro, Sras. e Srs. Senadores, vejam a preocupação imensa do Governo Federal em fazer rapidamente uma operação policial, abafando uma irregularidade simples verificada em 2000, com policiais mascarados entrando num hospital de pequeno porte. Enquanto isso, o Governo Federal cruza os braços diante da violência que grassa no campo, principalmente com referência ao MST, que é de conivência do Governo Federal, seja por omissão, seja por negligência ou até mesmo por incentivo, o que vem trazendo a intranqüilidade no País inteiro não somente para os homens do campo, mas também para a sociedade brasileira.

A propósito, trago um portal da revista **Exame** publicado sob o título “MST mostra a sua face real”

A invasão armada à empresa Aracruz demonstra que Stedile e sua turma abriram mão da reforma agrária e optaram pela delinquência organizada

Essa delinquência organizada do MST está na consciência de todo brasileiro. Existe inclusive um cruzar de braços do Governo Federal ao deixar que isso aconteça.

Diz o editorial da revista **Exame**:

(...) Está comprovado, há muito tempo, que o MST baseia sua atuação na prática continuada de crimes – invasão de propriedades, roubo à mão armada, furto qualificado, extorsão, cárcere privado, destruição de bens públicos e privados, agressão física, formação de quadrilha e por aí afora. O que ficou definitivamente claro, com o ataque à instalação da Aracruz e o que ocorreu logo depois dele, é que já não existe mais nenhuma preocupação, por parte do MST, em esconder o que é na vida real: uma organização que utiliza a política de “causas” para se dedicar a uma nova modalidade de delinquência organizada. Faz isso porque sabe perfeitamente bem que o Estado brasileiro, por fraqueza ou conivência, não tem mais nenhuma autoridade sobre suas ações.

Faço um registro também sobre o MST em Mato Grosso do Sul. No mês passado, fecharam as estradas de Naviraí, no sul do Estado, por treze horas. Cometaram todos os atos de violência. Praticamente destruíram carros e caminhões; a estrada ficou intransitável por quase um dia inteiro. A Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Estadual e a Polícia Federal, de mãos amarradas, por conivência ou por negligência, nada fizeram. Depois que essa agressão acabou, nada foi feito no sentido de coibir a violência.

Prossegue a revista **Exame**:

Fica entendido de forma definitiva, assim, que a briga real do MST não é contra a injustiça, a pobreza ou o atraso no campo – e sim contra o que dá certo na agricultura. O agronegócio brasileiro que o MST coloca agora como grande adversário a ser eliminado, é precisamente isso. Em apenas 20 anos, fez uma completa revolução na agricultura brasileira; transformou o Brasil num dos maiores produtores de alimentos do mundo e colocou na esfera da eficácia e da vida econômica útil milhões de hectares que haviam passado séculos sem proveito algum. Nada disso se fez com verbas da reforma agrária, acampamentos de lona ou declarações da Comissão Pastoral da Terra, mas com capitalismo: trabalho, investimento, tecnologia, mecanização, sistemas de produção e o conceito pelo qual o que vale

mesmo na terra, hoje, não é a sua propriedade, e sim a eficácia na sua utilização. Deu certo, e quanto mais der certo menos espaço sobra para a “reforma agrária” – clássica, como diz Stedile, ou seja lá de que tipo for. Nada mais lógico do que a ofensiva contra o agronegócio. O sucesso da agricultura brasileira é o pior inimigo do MST.

O interessante é que o sucesso da agricultura brasileiro, do agronegócio, é feito ao arrepio de toda e qualquer política agrícola ou pecuária existente neste País. Não há um projeto de desenvolvimento. Há, sim, esse vandalismo contra o melhor projeto que existe neste País: o do agronegócio, insensível para o Governo Federal. E o MST tem feito essas barbaridades e praticado violência de maneira irreprovável por parte do Governo Federal.

Prossegue o portal da revista **Exame**:

Da mesma forma que não quer a reforma agrária, parece pouco provável que o MST esteja realmente empenhado em seu outro objetivo declarado, que é fazer uma revolução para acabar com o sistema capitalista no Brasil. Quem já ouviu de revolução feita com cesta básica, verbas do Banco do Brasil e doações de ONGs? O que diria Lênin ou Fidel Castro de uma revolução financiada com dinheiro público, de líderes que andam de braços dados com altas autoridades da República e de atos revolucionários como extorquir do Governo lonas para montar barracas ou ajuda para alugar ônibus?

O objetivo que sobra para o MST, hoje, é garantir o sustento de seus líderes e militantes com recursos obtidos por meio de atividades criminosas. Como outros grupos que vivem assim, não tem registro na Junta Comercial, nem inscrição no CNPJ e, portanto, não presta conta sobre sua contabilidade. Serve-se do PT para impedir que suas atividades financeiras venham a ser investigadas no Congresso, como ocorreu na fracassada tentativa da CPI da Terra.

Sras. e Srs. Senadores, faça este registro para comparar essas violências que ocorrem neste País. Ela não ocorre no foco certo, mas, contra um hospital de pequeno porte, ela ocorre de maneira tão grande, desproporcional, invertendo os valores e as referências nacionais.

Concedo o aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Juvêncio da Fonseca, eu gostaria de fazer um pequeno

aparte para parabenizá-lo pela oportunidade do seu pronunciamento. Quero dizer também da nossa preocupação com o quadro de intranquilidade que, cada vez com mais intensidade, começa a permear nossa sociedade no campo, de maneira geral, onde as movimentações do MST ficam cada vez mais impunes. Cada dia que passa fica mais clara certa cumplicidade entre o Governo Federal e esses atos. Se não há cumplicidade, há omissão clara do Governo Federal em relação a esses atos de vandalismo — já não são invasões —, que deixam intranquilo esse segmento que foi o grande motor da recuperação da atividade econômica brasileira, hoje em crise. V. Ex^a sabe melhor do que todos nós que aqui vivemos uma crise profunda, muito profunda, que terá repercussões na economia brasileira, não agora, mas já, já, deixando, aí sim, uma herança maldita para quem vem aí. O mais grave é que isso gera um clima de intranquilidade, que vem aumentando porque aquele que devia dar-nos tranquilidade, o aparato governamental, ora aparece como cúmplice de atividades como essa, ora como omissor, ora como parceiro em atividades como essa. Agora, quando ouvimos o relato do que aconteceu com o caseiro, percebemos claramente a participação ostensiva do Estado brasileiro, interessado em atuar na defesa do poder de um partido, ou melhor, na manutenção do poder por um partido, que violou de maneira violenta a privacidade de um caseiro, de um pai, de um cidadão lá no Piauí. Agora vem essa notícia de que a Polícia Federal invadiu um simples hospital estadual numa pequena cidade do Pará, munida de verdadeiro aparato de guerra para investigar um fato ocorrido, para apreender papéis relativos a um fato ocorrido em 1999, um pretense pagamento irregular de médicos de plantão. E a Polícia Federal, ao contrário do que acontece quando existe uma invasão do MST, quando o MST destrói todo um laboratório de pesquisa científica, quando o MST destrói toda a tranquilidade da comunidade produtora de riqueza agrícola no País, se arma como se em guerra estivesse, entra em um hospital em uma pequena cidade e faz um verdadeiro terrorismo político. Estamos vivendo um clima que cada vez fica mais intranquilo, às vésperas de uma eleição em que o Governo demonstra que não tem nem maturidade nem visão de Estado para segurar este País. O pronunciamento de V. Ex^a me impressiona pela propriedade e por transmitir um sentimento que eu venho sentindo cada vez mais. Tivemos notícias, vindas do Pará, do que aconteceu. E há um clima de muito intranquilidade. O Governo agora gera no Pará um clima de incompreensão e intranquilidade muito grande porque ninguém sabe como vai agir a Polícia Federal e como vai ser o clima eleitoral no Pará. O Governo está dis-

posto a fazer de tudo para garantir que todos os seus adversários sejam iguados em matéria de corrupção, considerando que vale tudo e usando todas as armas que puder usar, usando o aparato público.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Senador Tasso Jereissati, é primoroso o aparte de V. Ex^a. Ele complementou o meu raciocínio. Imagine V. Ex^a se o Governo do PT estivesse dando certo, plenamente certo! Como disse Geddel Vieira, Deputado da Bahia: “Nós já estaríamos todos no paredão”. Tal o autoritarismo do PT no exercício do poder. É evidente, mesmo ele estando nessa situação difícil, quando a população está reprovando esses atos, que não abre mão do autoritarismo, sempre exercendo a força para governar. Imagine V. Ex^a o que aconteceria se não existisse neste País o agronegócio para dar um pouco de força a esse Governo. Mesmo assim ele não reconhece a importância do agronegócio. Mas se ele tivesse feito uma política agrícola para este País, dando força a esse setor da economia, estaria muito bem. Mas nós poderíamos estar numa situação difícil, vendo o exercício autoritário do poder, sem nenhum objetivo social, comandando este País que é cristão, que é solidário, e que a todos nós não convence a idéia da violência.

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Juvêncio da Fonseca, quero agradecer ao nobre Senador Tasso Jereissati o aparte que fez a V. Ex^a, abordando o acontecimento tão lamentável que ocorreu hoje, pela manhã, em meu Estado. E eu gostaria de pedir à Mesa informações ao Ministro da Justiça sobre a ação no Estado do Pará, como ela foi autorizada e o motivo da sua autorização. Sobre o pronunciamento que V. Ex^a faz a respeito do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, tive oportunidade, Senador Juvêncio, na quinta-feira passada, de fazer um pronunciamento. E quero repetir aqui, lamentando mais uma vez, que o MST agora não se contenta em fazer as invasões. Ele anuncia que vai fazer, faz...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Senador Juvêncio, eu pediria permissão para, regimentalmente, prorrogar a sessão por mais uma hora, e V. Ex^a continua o seu discurso com toda tranqüilidade.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Muito obrigado.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) –

Como eu dizia, Senador Juvêncio, o MST hoje diz que vai fazer, faz, e não acontece nada. Depois de ter feito a invasão e a destruição das mudas da Aracruz, no Rio Grande do Sul, ele invadiu há quinze dias – a mídia nacional veiculou imagens da invasão – a fazenda Peruano, uma fazenda de ponta, com alta tecnologia na criação de

gado nelore. Eles queimaram a casa sede, destruíram o laboratório de genética com seiscentos recipientes com sêmen congelado, e, não contentes, destruíram todos os equipamentos, como tratores. Antes, há mais de um ano, eles já tinham invadido esta mesma fazenda Peruano, tomaram um reprodutor de mais de um milhão de reais e fizeram churrasco do animal, um reprodutor de alta linhagem. Não é possível, Senador Juvêncio, que a sociedade brasileira possa ficar inerte diante da ação do MST, que invade uma propriedade produtiva. V. Ex^a citou um artigo da revista **Exame** e é exatamente isto: o grande inimigo hoje, o alvo principal do MST é o agronegócio. Como o agronegócio sustenta a economia brasileira, o MST quer desestabilizá-lo para poder desestabilizar a Nação brasileira. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Juvêncio da Fonseca, também há alguns dias ocupei a tribuna para falar sobre questões ligadas à área rural e as apreensões que existem, entre elas a questão da violência. Mas também quero trazer aqui um fato ocorrido ontem, na mesma linha da violência que grassa pelo País: a tentativa de invasão do prédio da Cemig (Centrais Elétricas de Minas Gerais) por um movimento intitulado Movimento dos Atingidos por Barragens, mas que, na verdade, era a CUT que estava por trás, sem nenhuma relação maior com essa questão de assentamento de alagados. Na verdade, é porque está se realizando em Belo Horizonte um grande encontro internacional, a reunião do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – e, para poder obter divulgação, a CUT patrocinou essa invasão, com quebra de vidros, quebra de computadores, uma questão de vandalismo puro. Mais uma demonstração de que essa união que, às vezes, acontece entre o Governo Federal e essas entidades que estão agindo fora da lei, como o MST e a própria CUT, não tem trazido tranqüilidade para o País. Pelo contrário, traz prejuízos e intranqüilidade ao Brasil. O que precisamos é de paz. Paz para que o brasileiro possa trabalhar normalmente, em respeito à legislação e à ordem instituída.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Obrigado, Senador Eduardo Azeredo, pelo belíssimo aparte que enriquece nossos argumentos.

Terminando minhas palavras, torno a informar aquele assunto que coloquei aqui como comunicação inadiável hoje, no início da sessão. Olhem bem a cópia que está sendo feita das atividades do MST pelos índios. Os índios já estão acampando na porta das fazendas ou na faixa de domínio das estradas, lá em

Mato Grosso do Sul, fazendo reivindicações. Saem das suas aldeias para ficarem acampados nas estradas, sofrendo as agruras do clima, da chuva, do sol, e as crianças inclusive passando necessidade.

Isso é a exemplificação do MST, é o trabalho conjunto do MST com esses movimentos, justamente em busca de uma intranqüilidade, principalmente no campo, que é onde temos hoje a razão de ser da nossa prosperidade.

Sr. Presidente, agradeço muito a democrática decisão de V. Ex^a de me conceder mais cinco minutos. Espero que a Nação brasileira, tomando conhecimento dessas informações, possa formar o seu juízo do que seja a verdadeira paz social e econômica deste País. Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Obediente ao Regimento, chamamos para usar a palavra como Líder, por ter prioridade regimental, a Senadora Líder do PSOL Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, parabeno o Senador Cristovam pela audiência pública realizada hoje com várias pessoas, entre as quais crianças e jovens, que fizeram parte daquele vídeo extremamente doloroso chamado Falcão. Esteve presente o Senador Mão Santa, mas, infelizmente, eu não soube a tempo e acabei tendo conhecimento apenas depois que a reunião tinha sido encerrada.

Já pedi a fita para ver. Espero que toda essa história de dor, sofrimento e miséria não seja apenas o instrumento para nossa sensibilização momentânea, quando estamos vendo a reprodução da filmagem, mas que ela seja um mecanismo permanente na nossa alma e no nosso coração, para que lutemos pelas mudanças estruturais profundas para que o Poder Público, o poder político seja capaz de estabelecer os mecanismos necessários para adotar, acolher as crianças brasileiras, a juventude brasileira, antes que a marginalidade e o narcotráfico sejam capazes de fazê-lo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, são 18 horas e 37 minutos. Desde as 14 horas, deveríamos estar discutindo o Relatório da CPMI dos Correios. Sabem todos a polêmica que está criada pela base bajulatória do Governo para apresentar um parecer, um relatório paralelo, ou um substitutivo global, ou para retalhar o parecer apresentado pelo Deputado Osmar Serraglio, para impedir a aprovação.

Então, faço um apelo. Eu sei que o povo brasileiro já cansado e indignado profundamente está. Não tem quem agüente essa vexatória, infame, vergonhosa

promiscuidade relação Palácio do Planalto/Congresso Nacional. Não adianta o atual Governo reivindicar a promiscuidade estabelecida pelo Governo Fernando Henrique com o Congresso Nacional para justificar os seus crimes contra a Administração Pública, porque pouca validade há. Importante e essencial é que, onde estejam os crimes contra a Administração Pública, seja no Governo passado ou no atual Governo, o Congresso Nacional tenha a responsabilidade política de cumprir o que manda a Constituição do País, a legislação em vigor, a ordem jurídica vigente e estabeleça as penalidades que são necessárias a esses senhores delinqüentes de luxo, ilustres excelências. Confiantes na impunidade, a arrogância os cega a ponto de quererem, ou derrotar o relatório, ou ficar obstaculizando a discussão e a votação, ou fazer qualquer acordo promíscuo para impedir que os ajustes ao relatório sejam feitos.

Reconhecemos o esforço que foi feito pelo Deputado Osmar Serraglio, mas, mesmo assim, sabem V. Ex^{as}, Senador Romeu Tuma, Senador César Borges, que muitas coisas importantes não foram incluídas no relatório do Deputado Osmar Serraglio. Não foi incluído, por exemplo, aquilo que significa estabelecer o que é necessário em relação ao crime de responsabilidade, à participação do Presidente da República, aos atos ilícitos que envolveram seu filho na Game Corp, às questões relacionadas aos banqueiros.

Ficou de fora tudo aquilo que precisaria ser aprimorado e, mesmo assim, o Governo, com sua Base Bajulatória, ainda acha muito o que foi aprovado na CPI, o que foi aprovado pelo Deputado e ainda está tentando, de todas as formas, obstaculizar a discussão e a votação e impedir a aprovação do parecer ou de tal forma transformá-lo num monstro deformado que absolutamente nada possa significar de investigação para o povo brasileiro.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Desculpe-me, Senadora Heloísa Helena. V. Ex^a tocou em dois assuntos que nos trazem bastante angústia. O primeiro foi a audiência pública do Senador Cristovam Buarque com os dois autores daquela filmagem dos falcões das tropas. Fui surpreendido pela pergunta de um jornalista, mas eu não leio todos os jornais do dia porque é difícil. Um dos jornais queria a responsabilidade criminal dos dois autores por terem assistido, e acompanhado, à prática de alguns crimes. Eu disse: – “Você está me perguntando como delegado, como cidadão ou como Senador? Eu quero responder como homem, como alguém que está preocupado com o que acontece na sociedade”. Não acredito que haja autoridade policial

que determine a apuração de alguém que está levantando a razão por que de esses meninos estarem envolvidos em crime e o que faltou para que eles realmente tivessem um caminho correto. Veja, Senadora, que uma criança diz: – “A minha mãe me prometeu levar ao circo e não conseguiu me levar”; e outra diz que se recuperará no dia que puder ser um palhaço de circo. A propósito, Senadora, hoje votamos autorização para funcionamento do circo registrado no Ministério da Cultura. Não sei se V. Ex^a sabe, mas esse projeto foi aprovado por unanimidade e sua aprovação aplaudida. Provavelmente terá a imagem desse garoto que esteve nos programas de televisão e representará a necessidade de alguma coisa diferente daquela vida de promiscuidade e marginalidade em que eles nascem. Lembram aquela cena de uma mãe mostrando uma criança de três anos para quem não sabia explicar como não se envolver no meio do crime? Então, como vêm me perguntar se se deve ou não processar os dois autores por trazer à sociedade conhecimento das mazelas e de tudo o que acontece e que traz como consequência o aumento da criminalidade? A criminalidade só diminuirá quando conseguirmos reduzir a promiscuidade social e a falta de assistência. Esse era um tema do aparte. O outro é sobre o Deputado Osmar Serraglio, que foi ovacionado na USP – Universidade de São Paulo, pela sua coragem de enfrentar a questão. Como todos os membros da CPMI, S. Ex^a participa de todas as oitivas e das votações dos requerimentos. Não vejo como mudar o relatório, Senadora Heloísa Helena. Não consigo entender. A não ser que se façam adequações ao que falta colocar. Jamais devemos subjugar um relatório, rasgá-lo e fazê-lo de acordo com o interesse do Governo. O próprio Governo não deveria aceitar isso. Fiz um apelo dramático para que a sociedade, pelo amor de Deus, reagisse, ligando para cada membro da CPMI e pedindo a S. Ex^{as} que votassem de acordo com o relatório do Deputado Osmar Serraglio e que só aceitassem as modificações que mostrassem as ligações de promiscuidade entre várias autoridades e os Parlamentares que receberam o mensalão. O mensalão não é um pagamento mensal, mas é a corrupção expressa em outro termo: mensalão. Falam que confundiram corrupção com concussão. Negativo! A concussão é um crime praticado pelo funcionário público. A população sabe o que é corrupção. Se colocar concussão, ele vai se atrapalhar. O Ministério Público se encarrega de corrigir o enquadramento criminal de quem participou disso. Desculpe-me, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Agradeço o importantíssimo aparte de V. Ex^a, Senador Romeu Tuma. No mínimo, é preciso ser tomado pelo

cinismo e pela arrogância. É uma sociedade que ousa estabelecer um procedimento investigatório para identificar duas personalidades que filmaram a vida cotidiana de crianças e jovens brasileiros, mas não tem a coragem política de abrir procedimentos investigatórios em relação a alguns delinquentes de luxo, ilustres excelências!

O mais grave, Senador Romeu Tuma, é que o cinismo da Base Bajulatória vai ao ponto... Há casos que são mais graves do que o do mensalão. Não era por mês, mas por semana. Em sete dias, havia duas, três, liberações de recurso. É mais grave. O mais grave é que, quando precisaram, aprovaram aquele relatório parcial que apresentava o mensalão com o nome de mensalão, por unanimidade, para retirar o debate da CPI dos Correios e jogá-lo para a CPMI do Mensalão, onde já sabiam que teriam maioria. Acabaram por liquidar a CPMI do Mensalão impedindo, pela promiscuidade com o Congresso e o Palácio do Planalto, a prorrogação e o relatório. Se havia um questionamento sobre o mensalão, como é que foi aprovado por unanimidade o relatório parcial que deixava clara a existência do mensalão?

Agora que se detectou o cronograma de liberação de recursos sujos à luz dos projetos que eram considerados prioritários pelo Governo, cria-se essa celeuma toda.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a que, desde o primeiro momento, participou ativamente dessas atividades da CPI Mista dos Correios, sabe como difícil o trabalho ao longo de dez meses: quantas mentiras, quantas negativas tivemos que ouvir ali pacientemente; quantas liminares foram obtidas para que as pessoas se calassem naquela Comissão. Mas eu até poderia lembrar um pouco antes: como foi difícil a implantação, como o PT foi contra, como jogou o Presidente da República aqui no Congresso para que não houvesse a CPMI dos Correios, dizendo que não havia necessidade e foi se quedando diante dos fatos. Lembra V. Ex^a como foi a eleição para a Presidência. Foi eleito o Senador Delcídio Amaral, porque era Líder do PT no Senado Federal, e ele escolheu o Deputado Osmar Serraglio para ser o Relator. Muito bem. Tínhamos a maior suspeição...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Que sempre votou com o Governo aqui. O Deputado Osmar Serraglio sempre votou com o Governo.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Sempre votou com o Governo. Foi escolhido a dedo pelo Governo; pelo Senador Delcídio Amaral, escolhido Presidente

que escolheu o Relator. Faz o Relator um trabalho que, como disse muito bem V. Ex^a, se não é o ótimo, é bom. Se não tem tudo que deveria conter, pelo menos é algo que do ponto de vista político pode ser aprovado porque estamos cumprindo com a nossa obrigação com a sociedade e ele, provavelmente, com a sua consciência e a sua reputação. Pois bem. O Governo não aceita. O PT não aceita. O Presidente Lula está por trás disso tudo, dizendo que nada sabe. Parece que de tudo o que acontece neste País, desde o início do seu Governo – e sabemos quantas coisas acontecem –, ele não tem conhecimento de nada.

É a desfaçatez completa dele e do PT. Penso que cabe a nós a responsabilidade, neste momento, de fazer a denúncia à Nação brasileira. O que V. Ex^a está fazendo hoje pretendo fazer amanhã na tribuna, para que a Nação brasileira saiba que não estamos compactuando com isso. Estamos defendendo o Relator que foi escolhido pelo Governo! Essa é a grande contradição que estamos vivendo neste momento: o Governo quer queimar uma grande *pizza* para servir à Nação brasileira e nós não vamos aceitar essa situação. Então, parabênzo V. Ex^a por sua denúncia. Espero que essas pressões, que serão enormes sobre os membros da CPI, principalmente aqueles dos Partidos que compõem a Base do Governo, não tenham sucesso sobre a consciência dos Parlamentares que fazem parte da Comissão. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Agradeço o importante aparte de V. Ex^a.

E testemunho: o que nós trabalhamos! Sei que estávamos cumprindo a nossa obrigação constitucional. Sei que nada de heróico há em participar de Comissão Parlamentar de Inquérito, em cumprir obrigação e em dar dias de serviço aqui. Nada de heróico há nisso. Porém, foi um trabalho exaustivo! Quem queria realmente investigar trabalhou muito. É verdade que não foi ato heróico pessoal, é verdade que apenas cumprimos as nossas obrigações, mas não foi uma coisa qualquer. Tinha de se derrubar uma muralha por dia, construída pelo cinismo, pela arrogância, pela relação promíscua do Governo aqui. Não era uma coisa qualquer, não foi um trabalho qualquer!

Agora, utilizar todos os estratagemas e todas as manobras ou para impedir a aprovação de qualquer relatório, para, mais uma vez, acobertar e impedir os procedimentos investigatórios feitos, o que significa começar tudo de novo, do zero no Ministério Público, na Polícia Federal, no Poder Judiciário, onde quer que seja, ou simplesmente criar um monstro a serviço da promiscuidade do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional.

O povo brasileiro já não agüenta o mundo da política. Não sei como é que as pessoas não conseguem ver isso! Sei que a confiança na impunidade é grande. Sei que há confiança de que nada do que foi investigado penalizará alguém, porque vivemos num país onde o pobre menininho que diz que quer ser bandido quando crescer certamente poderá ter como destino uma cela malcheirosa, um presídio. Aos delinqüentes de luxo, às ilustres Excelências, com certeza, nada lhes irá acontecer. Então, talvez a confiança na impunidade, a arrogância seja tanta que não estão dando conta de interpretar o sentimento da sociedade, que odeia o mundo da política, a qual promove uma generalização perversa, que cada vez mais fragiliza a já fragilizada democracia representativa brasileira. E eles realmente não estão nem aí.

Espero que consigamos iniciar e terminar a discussão. Sei também que eles preferem a “sessão-bacurau”, a “sessão-madrugada”, para que a população não esteja vigilante, embora muitos continuem vigilantes, fiscalizando e monitorando o que está sendo discutido na CPMI, o que vai ser discutido nas votações e as emendas a serem apresentadas.

Fica aqui o meu protesto, com a autoridade moral de quem não se vendeu e que trabalhou muito, cumprindo sua obrigação constitucional naquela Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Consultando a lista de oradores inscritos, convidamos para usar a tribuna o Senador Romeu Tuma, PFL, do Estado de São Paulo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Peço a palavra pela ordem. Desculpe-me, Senador Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senadora. O tempo é todo seu.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é somente para dizer que a informação que sendo disponibilizada é de que a votação só acontecerá amanhã. Estou aqui para votar a qualquer hora: de manhã, à tarde, à noite, de madrugada. Não há nenhum problema.

Mas, já que transferiram, do mesmo jeito que uma noite é muito importante para os negócios sujos, para a pressão sem-vergonha para comprar, tirar votos e coisas mais, espero que a população esteja fiscalizando, monitorando, enchendo as caixas de mensagens, o 0800 do Senado, da Câmara, a fim de que, amanhã, ao menos, possamos discutir e votar um relatório, que, se não é a expressão daquilo que exige a lei e a so-

cidade, que possibilite que façamos o complemento necessário.

Portanto, desculpo-me com V. Ex^a, Senador Romeu Tuma. Mas os dias e as madrugadas aqui são momentos de muitos negócios putrefatos. Assim sendo, é importante também que a sociedade fique vigilante, monitorando, fiscalizando porque, infelizmente, existem muitas mercadorias parlamentares que são capazes de qualquer coisa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, pediria à Senadora Heloísa Helena, se S. Ex^a permitisse, dentro do apelo que fez, que todos nós guardássemos o texto original que foi distribuído para podermos analisar as alterações, não do Deputado Osmar, porque acredito e tenho fé nele.

Sabe o Senador César Borges, que tem acompanhado como representante do PFL, dia e noite, a Comissão, participando ativamente, discutindo, votando, que nós confiamos no Osmar Serraglio, mas devemos guardar a minuta que ele distribuiu e a anterior também, sobre aquele relatório da relação dos Deputados que receberam o mensalão, porque aí caracteriza o que querem retirar do relatório, ou seja, a expressão mensalão. Quer dizer, ela já existe; isso já foi comprovado, já foi para Comissão de Ética e algumas pessoas já foram cassadas por isso. Então, Senador, ajude-me, vamos ver se guardamos carinhosamente esse procedimento para que realmente possamos amanhã olhar para o povo, para aquele que votou em nós, com a cabeça erguida, sem sentirmos vergonha por trair o nosso País com colocações que fujam à verdade que se busca emprestar à Nação.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Tuma, penso que o Senador Serraglio, Deputado por enquanto, foi de uma competência, de uma responsabilidade na condução dos seus trabalhos. Achei que aquela Comissão, pela polêmica interna, não chegaria a uma conclusão. Se V. Ex^a olhar o Presidente, o Relator, as próprias Lideranças tiveram a grandeza de uma atuação que permitiu que a Comissão chegasse aonde chegou. Todas as partes recuaram, a Oposição não foi até onde queria, o PT não foi até onde queria. Agora, o parecer... Fico emocionado porque a equipe que trabalhou, com o Relator à frente – e vê-se que ele fez o máximo para manter uma imparcialidade... Olha, em qualquer lugar do mundo, viram o que aconteceu. Permite-me, mas acho que vou abusar um pouquinho.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, prefiro que V. Ex^a ocupe todo o meu tempo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Vendo o que aconteceu, o Relator deixar de lado o nome do Presidente foi uma concessão, cá entre nós, imensa. Como também deixar de lado e não citar o nome do filho do Presidente. E são demonstrações que nem essas que o PT deveria entender. O PT deveria entender! Citar o nome do Presidente no manifesto é uma coisa; não citar é outra coisa. Agora, o que essas pessoas, e V. Ex^a sabe melhor do que eu, não estão entendendo é que o relatório da CPI não é sentença condenatória; é uma decisão política dos membros da CPI encaminhada ao Procurador, que vai ver as providências que vai tomar. Então, quando eles dizem que para ser aprovado o nome no parecer tem que ter prova, provada matematicamente, não é verdade. Prova que esses jovens do PT não estão acostumados. Não é verdade. A prova matemática, como um mais um são dois, quem vai ter é a Procuradoria e os órgãos da Justiça. Aqui, nós temos a análise de que, juridicamente, politicamente, nós chegamos à conclusão de que isso é errado. Agora, tem algo que é muito importante, para o que o Relator está chamando a atenção: uma coisa é falar no mensalão, que teve o mensalão, e que não dá para saber se o Presidente da República soube ou não soube. Outra coisa é falar em caixa 2 de campanha. Porque, se houve caixa 2 de campanha, se concluiu pelo caixa 2 de campanha. Lá teve o Sr. Duda Mendonça, que diz que teve o caixa 2 e que usou o caixa 2 da campanha do Lula. Então, o Lula estava metido no meio. Então, o nome do Lula tem de estar no parecer, tem de estar no relatório. Porque está lá, todo o Brasil assistiu pela televisão quando se noticiou que aquilo foi dinheiro usado nessa última campanha do Presidente da República. Então, o caixa 2 atingiu o Presidente. Então, eu acho que o relatório que o PT quer apresentar traz uma conclusão: o PT está botando o nome do Presidente. Pode não ter posto, mas a conclusão do fato que eles estão apresentando conclui que o Presidente está dentro do relatório. Com todo respeito, em primeiro lugar, se a CPI não votar nada é um absurdo. Um absurdo! O que pode acontecer é a CPI votar. Eu votaria o parecer do Relator. E pode colocar como adendo o parecer do PT. Quer dizer, mandam os dois para o Procurador. Vota-se o parecer do Relator, que está em votação e que está aprovado, Sr. Presidente, pedindo que, como adendo, para ser encaminhado para a Procuradoria a fim de que ela tome conhecimento, se vota também o parecer do PT. Eu não quero ser Salomão. Coitado de mim, sou um pobre-diabo! Mas seria uma solução salomônica. Em vez de preferirmos um, daríamos o voto ao parecer

oficial e permitiríamos que fosse encaminhado, anexo, o parecer do PT. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador, eu vim à tribuna para falar sobre outra coisa, mas V. Ex^a suscita um ponto que nos angustiou hoje o dia inteiro. O Senador José Agripino está aqui e sabe o sofrimento que estamos tendo para que não maculem o relatório do Deputado Osmar Serraglio. V. Ex^a levanta um ponto importante. V. Ex^a tem ido a várias reuniões, falado com convicção, com clareza, até aconselhando algumas autoridades, e disse muito bem: o relatório é uma peça informativa que vai ser levada ao Ministério Público, que pode ou não aceitá-la, pode ou não modificar todo o contexto. Então, querem macular alguma coisa para desmoralizar o trabalho desenvolvido pela CPI. Não há outro objetivo. Se se fizer constar que “se praticou crime de corrupção” e não se colocar a concussão, o reenquadramento o Ministério Público faz, porque a sociedade, aqueles que estão nos vendo, Presidente Mão Santa, sabem o que é corrupção, mas não chegou ao pobre morador da periferia o que é concussão porque ninguém contou para ele que é crime do funcionário público.

Então, se se falar em corrupção, todos entendem: é o pagamento de propina. Não se pode desmoralizar um relatório por estar fora dos padrões do Código de Processo Penal ou do Código Penal. V. Ex^a foi promotor e sabe disso. O promotor vai ter a qualidade, Senador José Agripino, de analisar, de saber aprofundar e buscar as provas, como V. Ex^a diz. Os indícios estão lá. A prova material poderá vir depois, ou já está dentro do que foi coletado em todas as informações e quebras de sigilo feitas.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permita-me um aparte, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Concedo o aparte, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Eu pretendo, daqui a pouco, ir à CPMI dos Correios para dizer algumas poucas coisas que adianto agora no aparte que faço ao oportuno pronunciamento de V. Ex^a. Veja como são as coisas. V. Ex^a se lembra do processo de votação que determinou a escolha do Presidente da CPMI dos Correios, o Senador Delcídio Amaral. Disputamos e perdemos por dois votos, quando apresentamos o nome do Senador César Borges. Votamos contra o Senador Delcídio, que escolheu o Deputado Osmar Serraglio. S. Ex^a não foi, portanto, escolhido pelo nosso voto. Eu tive a oportunidade de, naquela tribuna, ontem – suponho que ontem ou no fim da semana passada –, fazer um pronunciamento manifestando claramente minha posição de apoio ao relatório do Deputado Osmar Serraglio, claramente à atitude adotada pelo Senador

Delcídio Amaral, fazendo com que todos ouvissem o meu mea-culpa. Veja bem! O PFL decidiu que vai apoiar o relatório do Deputado Osmar Serraglio. Nós, que votamos contra o Deputado Osmar Serraglio, vamos votar a favor do relatório do Deputado Osmar Serraglio. Agora, o que quero ver é se aqueles que votaram a favor do Deputado Osmar Serraglio vão votar contra o relatório. Por que vamos votar a favor? Por que é um relatório que consulta, que respeita, que sintoniza com a opinião pública. É um relatório em que se dá respeito por três pontos fundamentais: primeiro de tudo porque confirma claramente que houve mensalão, e não apenas caixa dois. Houve mensalão, sim. Mensalão abastecido por quem? Abastecido com recursos públicos, sim senhor. Então, ele é completado por uma terceira afirmativa do relatório, que é o reconhecimento de que houve corrupção ativa praticada por algumas pessoas, por alguns ministros de Estado. Por essa razão e pelo fato de as investigações, ao longo desses nove meses, conduzirem para essa constatação é que vamos votar a favor. O relatório é perfeito e acabado? Não é nem perfeito nem acabado, mas é suficiente. Agora, votar contra esse relatório é como V. Ex^a coloca, com propriedade de quem foi xerife do Brasil. Esse relatório vai ser encaminhado ao Ministério Público, que vai ter por base aquilo que ele vai sugerir, vai apontar. Ele não vai indiciar ninguém e sim propor indiciamentos que o Ministério Público e os órgãos de investigação vão aprofundar e indiciar ou não, processar ou não. Quem aprovar um relatório fajuto, enganador, estará dando um bofetada na opinião pública e enganando a si próprio, porque vai entregar ao Ministério Público um fato que ele vai retocar, prejudicando a imagem do Congresso Nacional, de Deputados e Senadores. Nós não vamos permitir que isso aconteça. Daqui a pouco, em nome do nosso Partido, vou recomendar que votemos o relatório como ele está. Não vamos negociar nem inclusão nem exclusão. Vamos votá-lo como está, aprovando o relatório de um Relator em quem não votamos. Mas vamos agora garantir o voto para que o seu relatório, consultando o interesse nacional e respeitando a sociedade do Brasil, resgate a imagem do Congresso Nacional.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presto a minha homenagem ao meu Líder, José Agripino. Tenho certeza de que a defesa de V. Ex^a será ouvida pelos demais componentes.

Não sei se temos maioria ou minoria. O que importa é saber a consciência da maioria dos que estão na Comissão. Isso é que é importante. Não é a representação partidária, mas o que sente cada um dos participantes que acompanharam todos os atos que se desenvolveram durante a investigação da CPI. Não é possível modificar o pensamento deles, Senador, nesta

altura dos acontecimentos, porque estiveram presentes nas discussões, na oitiva dos convocados, dos convidados, nas quebras de sigilo. Houve uma participação ativa, então não dá para negar. As cópias de todos os documentos foram abertas para aqueles que queriam fazer um exame mais profundo dos depoimentos.

Tenho fé, Senadores José Agripino e Pedro Simon. V. Ex^{as} me apartearam e me deram a alegria de estar nesta tribuna hoje para poder, realmente, verificar que os homens de bem deste Congresso, deste Senado, demonstram claramente a importância e o valor desse trabalho da CPI.

Ouçó o aparte do Senador Garibaldi Alves Filho, meu relator querido.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Obrigado, Senador Romeu Tuma. Quero apenas lembrar a V. Ex^a o exemplo que foi dado pela CPI dos Bingos, que aprovou um relatório parcial sobre o contrato milionário da Caixa Econômica com a GTech, o qual foi aprovado por unanimidade, restando apenas algumas pendências. Mas aquilo que foi proposto foi respeitado, de modo que não houve, como disse o Senador José Agripino, retirada de nenhum nome. Foi sugerido o aprofundamento das investigações em torno de nomes do Governo anterior e do atual Governo, como, por exemplo, o atual Presidente da Caixa, Sr. Jorge Mattoso, e Presidentes anteriores, como Emílio Carazzai e, se não me engano, Sérgio Cutolo. Então, estou muito confiante diante do relato e da palavra do Senador Pedro Simon, de V. Ex^a e do Senador José Agripino. Estou muito confiante de que teremos um capítulo importante com a aprovação do relatório do Deputado Osmar Serraglio.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Senador Garibaldi Alves Filho, só tenho aqui que o cumprimentar e ser testemunha da forma com que V. Ex^a conduz a relatoria da CPI dos Bingos, com equilíbrio, com a consciência tranquila e com elementos para a sabatina aos convocados, intimados ou convidados, sempre os tratando com respeito, mas os questionando objetivamente sobre o comprometimento de quem quer que seja.

Creio que chegou a hora de votarmos o que foi aguardado dentro do relatório. Há parcelas que têm que ser votadas para serem enviadas ao Ministério Público, a fim de que se complemente o relatório do caso GTech e de que continuemos com as investigações de outros fatos.

Sr. Presidente, não vou tomar mais tempo. Vim à tribuna contando com o apoio do Consultor Legislativo Joanisval Brito Gonçalves. Fizemos um estudo sobre a legalidade da ação do Exército na busca e apreensão das armas furtadas do quartel. Consultamos o Ministério Público Militar, o Superior Tribunal Militar, e todos foram

unânicos em dizer que o Exército não desrespeitou, em momento algum, a decisão judicial. Todas as ações foram autorizadas pela autoridade competente.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, se possível, que autorize a publicação do meu discurso referente a dados legais sobre a ação do Exército no combate à criminalidade, que atingiu diretamente a força terrestre porque não havia alternativa.

Senador Maguito Vilela, V. Ex^a foi da Guarda Presidencial e sabe que, como militar, não se intervém em procedimentos civis, a não ser quando se atinge a honra e a dignidade da Força, como no caso da invasão de um quartel. Existe o Código Penal Militar exatamente para que se tome providência e se determine abertura de IPM (Inquérito Policial Militar), que tem o respaldo do Ministério Público Militar, assim como do Superior Tribunal Militar.

Portanto, não há que se criticar a legalidade da ação do Exército na busca do armamento surrupiado das Forças Armadas. Tanto o é que, infelizmente, a marginalidade está conseguindo infiltrar bandidos nas Forças Armadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, foi grande a polêmica levantada, em todo o País, acerca do desencadeamento e do desenvolvimento da assim chamada “Operação Asfixia”, ação executada pelo Exército Brasileiro visando a busca e apreensão de armas roubadas a uma unidade militar, no Rio de Janeiro.

O tema, talvez em função de suas óbvias repercussões no campo político, foi largamente explorado, sendo que utilizados, por vezes, no debate, argumentos e informações que não respeitaram, em alguma medida, a razão ou os fatos.

É por isso que me parece importante, mesmo que de forma breve, recuperar a lógica interna dos acontecimentos, privilegiando uma abordagem que respeite com rigor os aspectos fáticos e a análise das questões legais envolvidas.

O primeiro ponto a destacar, Sr. Presidente, é que possui o Brasil, tal como vários outros países, uma Justiça Militar, que funciona em articulação com o Ministério Público Militar e sob os mandamentos de um corpo de normas legais relativas aos crimes militares, inclusive de um Código de Processo Penal Militar específico.

Não se tratam, evidentemente, de instituições e de normas legais de ordem excepcional; muito pelo contrário, configuram – isso sim! – um conjunto de órgãos e um corpo de leis regularmente definido e

legalmente instaurado sob as premissas do Estado Democrático de Direito.

Foi assim que, ocorrido o crime – a subtração de 10 fuzis e de uma pistola ao Estabelecimento Central de Transporte do Exército, unidade militar sediada no bairro de São Cristóvão, no Rio –, foi instaurado, em total conformidade com as disposições legais aplicáveis ao caso, o competente Inquérito Policial Militar, que teve por objetivo apurar as circunstâncias do crime e encaminhar os procedimentos necessários à sua elucidação.

No decurso do IPM, ainda conforme os ritos legais, foram analisados e autorizados pelo Doutor Marco Aurélio Petro de Mello, Juiz-Auditor da 4a Auditoria da 1a Circunscrição Judiciária Militar, os Mandados de Busca e Apreensão Domiciliar que determinaram – e, ao mesmo tempo fundamentaram – as ações do Exército no âmbito da “Operação Asfixia”.

O Exército Brasileiro agiu, portanto, sob mandado judicial, exercendo, naquela oportunidade, o papel de polícia judiciária militar que lhe reservam, justamente nessas circunstâncias, os artigos 7o e 8o do Código de Processo Penal Militar.

Para ilustrar a minha afirmativa, cito que cabe à polícia judiciária, conforme o Código, “apurar os crimes militares”, “cumprir os mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar”, representar acerca da prisão preventiva e “solicitar das autoridades civis as informações e medidas que julgar úteis à elucidação das infrações penais” que estejam sob sua investigação.

Não resta, portanto, Senhor Presidente, a menor dúvida quanto à absoluta conformidade legal dos atos judiciários que autorizaram a operação, e da competência formal do Exército Brasileiro em executá-la.

Mesmo as revistas corporais executadas no decurso das ações – fato muito evidenciado em notas da imprensa e na fala de autoridades e de especialistas – possuem, também elas, adequada fundamentação legal. Cito, mais uma vez, o Código Militar que, em seus artigos 181, 182 e 183, estabelece a busca pessoal como a procura material feita nas vestes, objetos portados e no próprio corpo do revistado. As revistas, portanto, são absolutamente legais, embora decerto incômodas para os cidadãos, que oferecem, dessa forma, mesmo que a despeito de eventual desconforto pessoal, sua preciosa colaboração ao bom andamento da Justiça.

Mais ainda: definem os mesmos artigos que a revista é permitida sempre que houver fundada suspeita de que alguém carregue consigo instrumento ou produto de crime, ou elementos de prova, independentemente até mesmo de mandado quando se suspeitar da posse de corpo de delito.

É importante destacar, na linha de raciocínio que empreendo, a concordância do próprio Ministério Público Militar no que se refere à correção com que o Exército vem se portando na incumbência recebida do Judiciário. Declarou aquele órgão, em nota oficial, que não só cumpria o Exército sua função constitucional de polícia judiciária, como também contava, no decurso das ações, com o acompanhamento de três membros da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro.

Não descarto, evidentemente, que possa haver, no âmbito da “Operação Asfixia”, episódios isolados de abuso de autoridade. Essa é uma possibilidade que existe nessa ou em qualquer outra missão policial de busca e apreensão. Para esses casos, a Lei reserva mecanismos preventivos e de proteção ao cidadão, inclusive por intermédio do próprio Ministério Público. Esses mecanismos, não custa dizer, estão – todos eles! – absolutamente disponíveis ao público, para efeito de denúncia, apuração e punição dos responsáveis.

A articulação com os setores de segurança pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro – embora essa iniciativa não constitua, em si mesma, uma obrigação legal – foi implementada, tendo sido avaliada positivamente tanto pela Secretaria de Segurança estadual, na pessoa do Secretário Marcelo Itagiba, quanto pela Governadora Rosinha Garotinho, que declarou, inclusive, haver determinado à Polícia Civil e à Polícia Militar colaborarem com o trabalho das tropas federais, tanto no provimento de apoio tático às ações quanto nas iniciativas de inteligência e informação.

As armas roubadas, por sua vez, já foram localizadas, segundo declarou o Comandante do Exército, General Francisco Albuquerque, e deverão ser periciadas pela Polícia Federal, por determinação judicial. Sob o aspecto finalístico, portanto, a operação pode ser considerada bem sucedida.

Instada pelo meu Gabinete, a Consultoria Legislativa do Senado Federal avaliou a situação sob o ponto de vista legal, havendo concluído que “o Exército agiu de acordo com suas competências de Polícia Judiciária Militar ao desencadear a Operação Asfixia (...) e instruir o IPM em curso. Ademais, a ação fundamentou-se em Mandado Judicial e esteve sob fiscalização do Ministério Público Militar”.

Vejam, Sras. e Srs. Senadores, que – ao contrário do painel de abusos constitucionais e de infringência legal que muitos quiseram ver – a “Operação Asfixia” foi cercada, desde seu início, de todos os requisitos e mandamentos que constam do nosso ordenamento jurídico. Da mesma forma, o desenvolvimento das ações tem sido acompanhado e fiscalizado pelo Ministério Público Militar, o que, por si só, já representa

significativa prevenção ao cometimento de abusos e de arbitrariedades.

Penso também falar a favor da atuação militar a significativa quantidade de armas ilegais e de drogas apreendidas, bem como as prisões efetuadas no decurso da ação, nos morros cariocas. Creio que todos devemos nos alegrar ao contabilizarmos, até este momento, mais de duas centenas de armas ilegais fora de circulação, no Rio de Janeiro.

Esse conjunto de avaliações, sob a minha ótica, encerra a polêmica que o assunto suscitou.

Mais que tudo, entretanto, me pareceu importante remarcar, para além de qualquer dúvida, a estrita legalidade que, como se viu, cercou e – quero crer – continua a cercar a “Operação Asfixia”. Entendo ser esse desagravo uma medida de justiça da qual se fez credor, no decurso de todo esse episódio, o Exército Brasileiro.

Espero, de minha parte, haver colaborado para reparar qualquer hiato de compreensão acerca do tema que, eventualmente, ainda assombre o espírito de meus colegas, Senadoras e Senadores, ou do público, em geral.

Reafirmo, nesta oportunidade, a confiança que tenho nas Forças Armadas brasileiras, que servem, hoje, para qualquer outra instituição pública nacional, de modelo de correção no acatamento de seus limites constitucionais e legais de atuação institucional.

É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Receba os nossos aplausos. V. Ex^a usou vinte minutos, mas os melhores vinte minutos da tarde de hoje. Somos oficial da reserva não-remunerada e manifestamos nossa solidariedade ao Exército. Lá existe o Risg (Regulamento Interno e dos Serviços Gerais), o RDE (Regulamento Disciplinar do Exército) e outros.

Concedemos a palavra, confiados no espírito de síntese desse extraordinário Líder do meu Partido, o PMDB, do Estado do Rio Grande do Norte...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Rio Grande do Norte, não. O Senador Pedro Simon é do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Refiro-me ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Ontem, o Senador Pedro Simon fez o discurso mais belo da História – melhor que os de Demóstenes e Quintiliano –, homenageando Ramez Tebet, que, por lei, tornou-se Cidadão Honorário de Brasília.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Sr. Presidente, declino da palavra e cedo meu tempo ao Senador Maguito Vilela ou mesmo ao Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Mais uma vez, esse é o caráter gentil do extraordinário Líder do nosso Partido, Garibaldi Alves Filho.

Consulto aos Senadores Maguito Vilela e Pedro Simon sobre quem falará primeiro.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Usarei somente dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, agradeço a compreensão do ilustre Senador Pedro Simon e também ao ilustre Senador Garibaldi Alves Filho por ter-nos cedido este espaço.

Sr. Presidente, para mim, é importante prestar hoje mais uma homenagem à minha cidade, Jataí, no sudoeste goiano. Exatamente hoje, dia 4 de abril, estamos comemorando 51 anos da célebre pergunta do Toniquinho JK, Antônio Soares Neto, a Juscelino Kubitschek.

Há 51 anos, exatamente no dia 4 de abril de 1955, Juscelino descia em Jataí, onde faria um grande comício na Praça Tenente Diomar Menezes. Uma chuva torrencial que caiu sobre a cidade e impediu que o maior estadista brasileiro fizesse o seu pronunciamento. Mas Juscelino, com a sua determinação, com a sua firmeza, disse que iria fazê-lo. E o fez, realmente, em uma oficina mecânica da Studebaker, local ainda intacto na cidade de Jataí.

Foi durante esse pronunciamento, aproximadamente às 11h30min, que o Toniquinho (Antônio Soares Neto) fez aquela célebre pergunta: se Juscelino, quando eleito, cumpriria os Dispositivos Transitórios da Constituição brasileira que determinavam a transferência da Capital para o Planalto Central. Juscelino parou por um instante, pensou e respondeu ao Toniquinho – que estava no meio da multidão – que, se eleito, cumpriria a Constituição. A partir daquele dia histórico, 4 de abril de 1955, Juscelino comprometeu-se, não só com Toniquinho e com Jataí mas com todo o Brasil, a transferir a Capital, o que realmente fez, cumprindo com sua palavra.

É importante que o político cumpra com sua palavra; que assuma compromissos e depois os cumpra religiosamente, rigorosamente.

Coincidentemente, Sr. Presidente, o Toniquinho (Antônio Soares Neto) é meu cunhado, marido de minha irmã mais velha. Toniquinho completou, agora, 81 anos de existência. Está extremamente bem fisicamente, lúcido e, inclusive, escrevendo um livro em que vai contar toda a realidade ocorrida no dia 4 de abril de 1955. Toniquinho é uma das pouquíssimas testemunhas vivas desse acontecimento, e será importante para o Brasil que deixe escrito em suas memórias tudo o que aconteceu, com a máxima fidelidade possível.

Já ouvi vários pronunciamentos no Senado da República, já li alguns livros sobre a história da mudança da capital, assisti à minissérie JK, e todos, sem exceção, erraram em alguma coisa. Na minissérie, por exemplo, o principal ator chama o Toniquinho de “Branquinho da Farmácia”. Ele nunca atendeu por esse apelido e nunca teve farmácia. Quer dizer, foi um erro que a história não pode registrar. Já li livros em que o nome do Toniquinho, que é Antonio Soares Neto, está como Antonio Soares Carvalho.

Enfim, Toniquinho é a pessoa preparada, extremamente lúcida, competente, a pessoa talhada para escrever, com toda a fidelidade, o que aconteceu naquele 4 de abril de 1955, em Jataí, em uma oficina mecânica da Studebaker, quando Juscelino fez um pronunciamento na carroceria de um desses caminhões Studebaker, e assumiu esse compromisso.

A minha cidade, Jataí, comemora hoje os 51 anos da célebre pergunta feita a Juscelino Kubitschek. Jataí, no sudoeste goiano, naquela época, era uma cidade pequena e, hoje, é uma cidade de médio porte, com 120 mil eleitores. Sem dúvida alguma, Jataí comemora hoje os 51 anos da visita do maior estadista brasileiro àquela cidade.

Por que Juscelino escolheu Jataí? Porque ela era o maior reduto pessedista do Brasil naquela época. A História também não retrata com fidelidade esse aspecto. Por que Juscelino escolheria uma cidade pequena do sudoeste goiano ao invés de escolher uma cidade de Minas Gerais, seu Estado, ou outra cidade qualquer, uma capital como São Paulo, Rio de Janeiro ou Belo Horizonte? Por que escolher Jataí? Porque, proporcionalmente, ela era o maior reduto pessedista do Brasil. É importante que a História registre esse fato.

Foi por isso, Sr. Presidente, que fiz questão de vir a esta tribuna comemorar, com a minha cidade de Jataí e com meus conterrâneos, os 51 anos desse feito histórico que foi a pergunta de Antônio Soares Neto, o Toniquinho, que esteve recentemente aqui conosco, relatando esse fato.

Sr. Presidente, agradeço muito a oportunidade que V. Ex^a nos deu. Agradeço também ao Senador Garibaldi Alves Filho e ao Senador Pedro Simon.

Tratarei novamente do assunto, desta tribuna, com maiores detalhes ainda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador Pedro Simon, do PMDB do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero também trazer o meu abraço solidário ao nobre Senador Arthur Virgílio pelo falecimento de sua querida mãe, a Sra. Izabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro.

Faz tempo que o Senador Arthur Virgílio passava parte do seu tempo aqui, parte em Manaus e parte no Rio, aonde ia sempre visitar sua mãe. E era triste quando perguntávamos a ele, e ele dava a resposta de que a realidade era uma: o quadro era irreversível.

Digo que o Senador estava preparado, e sua mãe descansou. Pela vida que teve, tenho certeza de que terá a recompensação merecida. Conheci sua mãe muito tempo faz, ao lado de seu pai, Arthur Virgílio Filho, um Senador brilhante, digno, competente, liderança de primeiríssima grandeza, que honrava os quadros de nosso Partido, uma das pessoas que aprendemos a respeitar lá no Rio Grande do Sul, porque, vindo da Amazônia, nas horas mais amargas e mais difíceis que aconteceram aqui nesta cidade, ele provou a sua coragem, a sua dignidade e a sua bravura. Seu nome constou na lista daqueles que foram atingidos pelos atos de exceção, na lista daqueles que nunca o movimento de 64 pôde justificar, porque não tinha uma linha nem uma vírgula contra a honra, contra a dignidade e contra o patriotismo do Senador.

Dona Izabel resistiu, sofreu, levou adiante seus filhos e sua educação. Tenho certeza do orgulho que deve ter tido do seu filho Arthur Virgílio, que é uma amostra do pai, que herdou as características de firmeza e de seriedade do querido Senador Arthur Virgílio Filho, mas que tem o sentimento de bondade e de carinho de Dona Izabel. É por isso que até me parece, olhando – e eu com o meu curso de Psicologia, embora seja um psicólogo mais com mania do que com conhecimento –, eu diria que, olhando a brilhatura do Arthur Virgílio Neto, a sua ação, a sua garra, a sua luta, mas, ao mesmo tempo, logo depois, a sua gentileza, a sua grandeza, o seu carinho, eu diria que Arthur herdou a bravura e a garra do pai, mas a bondade e a elegância da mãe.

Eu dizia, outro dia, na Comissão de Relações Exteriores, quando uma proposta estava sendo discutida com relação ao Brasil romper, protestar, ou coisa parecida, com relação ao Presidente da Venezuela e as atitudes que o Congresso daquele país estava tomando por iniciativa dele, eu disse: “Olha, Arthur, você não deve fazer

isso não. Você, antes de ser um Senador, é um diplomata, brilhante diplomata. Algum passarinho me disse que se o PSDB ganhar esta eleição, eles não têm outro nome para o Itamaraty senão o teu. Vai ser muito importante alguém do Amazonas, alguém formado em diplomacia pelo Instituto Rio Branco, alguém que já foi prefeito de uma cidade como Manaus e excepcional Senador nesta Casa ser um grande chanceler. E V. Ex^a tem de ter cuidado porque, se V. Ex^a for o chanceler, o que estamos votando agora pode cair no seu colo ano que vem. Por isso, talvez seja mais interessante mudar os termos, usar termos mais harmoniosos. Em vez de levar para lá, devemos nos aproximar, nos entender. E ele, com muita elegância, aceitou e concordou plenamente, não que possa vir a ser chanceler, embora eu ache que pode, mas concordou que o requerimento devia ser mudado.

Eu levo meu abraço muito carinhoso ao Arthur Virgílio Neto, minha reza muito profunda à Dona Izabel. Claro que sentimos a morte da mãe, mas creio que o Arthur, ao lado do conforto de tê-la atendido durante todo o tempo, sabe que Dona Izabel tinha o direito de descansar. Depois de um longo martírio, de uma doença sem cura e sem volta, ela descansou. E ao Arthur, o meu abraço.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me conceder mais um tempinho, queria dizer...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A V. Ex^a eu consigo o tempo que quiser. Mas eu quero lhe dizer que acho muito difícil V. Ex^a se superar do discurso que fez ontem em homenagem a Ramez Tebet.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Nós caminhando para o final desse tumulto que se avolumou e tomou conta do Congresso Nacional e à política brasileira desde o segundo semestre do ano passado. Não dá pra gente dizer porque chegou até aqui. Por que nós não paramos antes? Não dá para dizer que alguém é o grande e único responsável. Cristo já dizia para atirar a primeira pedra quem não tivesse culpa nenhuma. Eu não atiro! Não atiro porque devo ter a minha parcela. Eu, o mais experiente, o mais tarimbado, o mais velho.

Um brilhante membro do PT candidatou-se ao Senado: Olívio Dutra. Ele, que foi um grande Vice-Governador, um grande Ministro da Reforma Agrária, foi lançado candidato ao Senado para ocupar a minha vaga. Ele diz em seu primeiro pronunciamento que ele é candidato para terminar com os 24 anos do Pedro Simon. E eu recebo com carinho essa afirmação. Eu diria que ele é candidato para continuar a luta dos brasileiros e dos rio-grandenses-do-sul. Terminar com os vinte e quatro anos de Pedro Simon, não vejo qual é o mérito! Mas é um grande nome. Posso anunciar aqui. Talvez V. Ex^a, Senador, poderá, ano que vem, apartear-lo e dizer:

“Bem que o Senador Simon disse que o senhor era um grande nome e que poderíamos ficar tranquilo”.

Mas a grande verdade é que não dá para atirar a primeira pedra, num problema como esse, em que os responsáveis vêm em cadeia... Eu vejo hoje a imprensa de São Paulo dizendo que o número de Comissões Parlamentares de Inquérito pedidas pela Oposição, na Assembléia Legislativa de São Paulo, é interminável – e não conseguiram instalar uma CPI! Então, o PSDB de lá é como o PSDB daqui, do tempo de Fernando Henrique, quando também não conseguimos aprovar pedidos para instalação de CPIs. Lutamos, nos esforçamos, mas não conseguimos aprovar CPIs importantes, como a da corrupção das empreiteiras – importante, de minha autoria; CPI da corrupção da compra de votos na emenda da reeleição, CPI das privatizações – a começar pela Vale do Rio Doce, que foi dada de presente. Nesses oito anos de Fernando Henrique, nesta Casa, que bravura do PT! Que garra!

Quando fui governador, o PT elegeu deputados estaduais no Rio Grande do Sul pela primeira vez. Eu tenho dito a um desses Deputados: “Vocês têm de me pagar **royalties** pelo que me fizeram nos meus quatro anos de Governo, com experiências nunca vistas. E eu tinha de aguentar!”

Eles achavam que tinham sido enviados por Deus à Terra, para um tal de corrupto Pedro Simon não praticar absurdos. Eles eram os donos da verdade. Com o tempo, foram se acalmando, foram se preparando e melhoram.

Aqui é a mesma coisa. Ah! a bravura do PT. O PT vinha da sacristia com a benção de D. Evaristo às comunidades de base. A gente achava que realmente era uma pessoa preparada, que eles estavam preparados. Mas quando víamos o Lula anunciando o nome dos técnicos, dos tecnocratas, dos estrangeiros que se reuniam para debater cada plano de Governo, eu disse: “Chegou a nossa vez!”

E como eles cobraram do Governo Fernando Henrique! Como eles cobraram! Mas, agora, vivemos uma reunião fantástica. O PSDB cobra – e cobra corretamente, mas sem olhar para trás – fatos gravíssimos do PT, mas sem olhar para trás.

Vejo uma grande Deputada que, se não for se tornar Governadora, deveria vir para o Senado. Nunca me esqueço que esta nobre Deputada foi a primeira mulher que teve coragem e garra de, como juíza, no Rio de Janeiro, mandar para a cadeia todos os deuses do jogo do bicho, endeusados por todos. E todos tinham medo. Dona Denise Frossard, a senhora é extraordinária!

A senhora não acredita o carinho e o respeito que o Rio Grande do Sul tem por V. Ex^a, os que assistem a TV Câmara e a TV Senado têm por V. Ex^a. Eu, que tenho a felicidade de conhecê-la pessoalmente e privar de sua

amizade, posso dizer aos senhores que ela é muito mais do que aparenta. Ela, como juíza, tem sentimento, não julga só observando a lei e a frieza da lei. Ela julga olhando o fato e a realidade das pessoas. Como Deputada, ela é a política que não é dona da verdade, mas que analisa os fatos e decide com a sua consciência.

Como seria bom se na nossa CPI tivéssemos meia dúzia de pessoas como a senhora. Se a nossa CPI tivesse aceitado as orientações de Denise Frossard, imparciais, frias, absolutamente dentro do fato, tendo a genialidade de se colocar na posição de juíza – que ela é – mas, de Deputada. Como juíza, vendo o fato, analisando com frieza e, como Deputada, sentindo os dois lados que devem buscar o entendimento.

O Estado lhe deveria pagar *royalties* pelo que a senhora está ensinando a todos nós. V. Ex^a deveria ter sido a Relatora – e na hora falei nesse sentido –, embora seja sincero ao dizer que tivemos um bom Relator. O que ele não tem da sua cultura jurídica ele teve de inspiração divina, de firmeza; ele teve que aceitar seus conselhos e suas orientações, e de outros tantos que lá estão, e com serenidade fez um relatório com a firmeza de não agradar ninguém. Vê-se que o relatório não tem a preocupação de agradar, muito mais desagradar. Serraglio é o grande nome que sai nesta hora deste Congresso.

Eu não tenho voto. Estou há 24 anos aqui e pertenci a todas as CPIs, mas agora o Senador Ney Suassuna tem novos conceitos, para isso estudou o Parlamento americano, o Parlamento europeu; ele tem novos conceitos e, baseado neles, ele entende que eu não tenho condições. Portanto, não estou lá e não vou votar. Mas, se eu pudesse, daria um voto de louvor para o Serraglio e votaria o relatório. Quero dizer publicamente que eu votaria o relatório; por isso não estou lá, porque o meu Líder vai colocar lá pessoas que não vão votar ou que vão votar o substitutivo do PT. Eu votaria o relatório. Eu daria um voto de louvor ao Relator. Não sei. V. Ex^a é Jurista, mas eu votaria. Em adendo, que vá junto o parecer do PT; que vá junto; que vá para a Procuradoria o parecer do PT. Por que não? Mandamos o voto, o parecer e mandamos, em conjunto, o substitutivo.

O PT está cometendo um erro dramático. O PT está saindo sem entrar. Ele não sabe o que é uma CPI. Ele diz que tem de ter prova provada, tem de ter a prova provada, como um mais um são dois, para se incriminar. E não tem prova provada, como um mais um são dois, de que o cidadão está lá. Então, não pode estar na CPI. É uma pena! Estão dando uma demonstração de incapacidade tremenda!

A CPI não faz denúncia! Quem denuncia é o procurador, é o promotor. A CPI elabora um documento político, uma posição do contexto geral. Mas é claro que

a CPI não pode ter conclusão final. Mas ela não abriu a conta de tantas pessoas? Ela não fez o que podia fazer? Ela não teve, diante de si, os dados, os fatos, as testemunhas? É evidente que não pode; ela julga um fato político. Para nós, essas pessoas são responsáveis. E o que acontece com o parecer? As pessoas saem dali e vão para a cadeia? As pessoas saem dali e vão responder a processo no dia seguinte? Nada disso! O processo vai para a Procuradoria.

Nos oito anos do Sr. Fernando Henrique, todos os processos de todas as CPIs foram para a gaveta. Um escândalo! Um escândalo dos escândalos! Provas e mais provas, criminosos e mais criminosos fizeram horrores, e está na gaveta do Sr. Procurador.

Se o parecer não oferece nem denúncia, quanto mais condenação!? Vamos votar. Votado o parecer, vai ao Procurador-Geral da República; o Procurador-Geral da República vai analisar caso a caso e apresentará denúncia no caso que merecer. Daí o cidadão vai se defender. Aí será o momento em que terá que se provar, prova provada! E o cidadão vai se defender.

Agora, o PT que passou 23 anos, desde que foi criado, atirando pedra no telhado de todo mundo, brincando com a honra e com a dignidade de todo mundo, cobrando de todos – pareciam uns enviados de Deus, os novos cruzados a soterrar a podridão e a escravidão –, esse PT, que não perdoava ninguém, agora quer colocar tudo para debaixo do tapete, colocar tudo para debaixo do tapete. E repito: se há fatos que envolvem outro Partido, e o Relator não colocou, e o PT quer que se coloque, sou a favor. Acrescente-se e coloque. Mas tirar os nomes dos Deputados do PT, tirar os nomes das pessoas que estão ali, acho que não pode.

Será triste, muito triste, não votarmos o parecer. Já tivemos a Comissão do Mensalão, cujo Presidente, um querido amigo meu, me deixou magoado com o resultado. O tempo passou, e não se preocuparam nem em pedir prorrogação da Comissão, que morreu sem missa de sétimo dia. Agora temos essa outra Comissão. É claro que temos o Plenário da Câmara. Com toda franqueza e sinceridade, sou a favor do voto secreto, mas acho que nesse caso, como na Câmara, o voto deveria ser aberto porque é o corporativismo que está em jogo. Se é uma votação contra o Presidente da República, contra uma entidade, se é uma votação minha com relação a um projeto aqui ou acolá, o voto secreto é muito importante. Mas é importante nesses determinados casos; nesse tipo de votação, o voto deve ser aberto. A Câmara ficou muito desgastada junto à opinião pública.

Quanto àquela querida Deputada, tenho muito respeito por ela, e acho que lhe estão fazendo uma grande injustiça. Ela, alegre e feliz com absolvição do seu companheiro, levantou-se e deu uns passos para lá e outros para

cá para, de repente, a **Veja** colocá-la na capa e apresentá-la como símbolo do mal. Eu até vou ser muito sincero: acho que ela tem razão quando diz que, por ser gorda e disforme, aparece daquele jeito. Se ela fosse uma morena bonita e com formas, ela já teria sido convidada para posar nas páginas de revistas especializadas.

A verdade, a verdade é que o conceito da Câmara ficou muito aquém do necessário. O Congresso está saindo muito mal desses episódios. Não vamos nos iludir: é todo o Congresso. Esse Deputado mais do que aquele, esse Partido mais do que aquele, mas, no fundo, é todo o Congresso. Quando ouço, somente ouço “os políticos”; quando ouço, somente ouço “aquele Congresso”. É tudo igual! Triste será se não votarmos o parecer na Comissão; triste e dramático será se não votarmos o parecer.

Temos sido muito ajudados, Sr. Presidente. No auge da repressão, o Supremo Tribunal Federal – acho isto fantástico – interromper o testemunho de um jovem no meio da declaração... E pedimos para ouvi-lo de novo e nos foi negado: não pode ser ouvido porque pode falar coisas feias sobre o Ministro da Fazenda. Pelo amor de Deus, onde estamos? Onde é que nós estamos? E não vem um ato, Sr. Presidente! Esse rapaz sai daqui e é chamado para depor na Polícia, e acaba indiciado. Ele, que se apresenta como testemunha, passa a indiciado. Deus existe, e o que traz aos nossos caminhos, às vezes, é imprescritível.

De repente, o jardineiro falou com o Deputado; o Deputado falou com o Senador. Chegou ao Governo que aquele caseiro, que ganha R\$300,00, R\$400,00 por mês, tinha um monte de dinheiro e estava comprando uma casa lá na vila. O Ministro da Fazenda ficou sabendo. O homem tem uma montanha de dinheiro, está denunciando; é um vigarista. Alguém está por trás dele. Veio lá do Piauí. O que é isso? Não se lembraram de V. Ex^a; lembraram do Senador Heráclito Fortes. “É coisa do Heráclito Fortes!”

Mandaram ver a conta, e o dinheiro estava lá. O dinheiro estava lá. O cidadão com R\$25 mil, R\$35 mil, um cidadão que ganha R\$300 reais por mês. Não tiveram nenhuma dúvida. Põe na revista. Faz um estardalhaço na revista dizendo que vão implodir esse pobre-diabo que pensa que é gente e vamos implodir a Oposição, que forçou o que está acontecendo. E estavam certos. Se, de repente, aparecesse na conta algo enviado pelo Senador Heráclito Fortes, ou pelo Senador Mão Santa, ou por sei lá quem, realmente esse homem tinha implodido.

Mas pessoas honestas existem, ainda que pobres. Pessoas decentes existem, ainda que sem cultura. E o dinheiro era legítimo. Seu pai, ainda que não o tenha reconhecido legalmente, enviou-lhe o dinheiro. E foram

lá procurar o seu pai, uma criatura humilde, singela, que fala com dificuldade. Mas ele disse com todas as letras: “Eu mandei o dinheiro. Pois é, 25 anos atrás, a fulana veio falar, não me lembro”.

No fundo, acho que ele está correto. Uma aventura que ele teve há 25 anos, ele não se lembrava se era ou se não era. Mas ficou provado que era e que o dinheiro ele mandou.

Mas, de quem foi a idéia de liberar as contas? De quem foi a idéia de entrar nas contas do fulano? E a sorte virou contra ele. O que era para ser uma segunda-feira explosiva, com aquele pobre-diabo exposto, nu, perante a sociedade, deixou o Ministro da Fazenda sem ter o que dizer.

Eu disse desta tribuna de quinta-feira para sexta-feira: “Ministro, renuncie até segunda-feira, porque segunda-feira vai começar a campanha. O PSDB está lançando, e lançou hoje, quinta-feira, seu candidato, o Governador de São Paulo. O PMDB fará domingo a sua prévia e vai ter o seu candidato. Segunda-feira a campanha estará na rua. Vai ser muito ruim para nós todos se a campanha começar em cima da figura do Ministro da Fazenda, uma figura que merece respeito pela posição que tem.”

Ele renunciou na segunda-feira. Só que até agora ainda não se sabe por que o Presidente da Caixa Econômica Federal declarou à Polícia Federal: “Eu entreguei o extrato da conta nas mãos do Ministro da Fazenda”. Por quê? Isso tem algum significado. Por que o Presidente da Caixa Econômica Federal, na Polícia Federal... E ali não há pressão de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, eu somente gostaria de lembrar que o discurso de V. Ex^a completa trinta minutos, embora sejam os trinta minutos mais brilhantes da história deste Senado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já encerro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O discurso de V. Ex^a se iguala ao de ontem, quando fez o mais belo pronunciamento em homenagem a Ramez Tebet, que engrandece a política, assim como V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Por que ele ia fazer isso, se não tivesse algo atrás?

Caiu o Ministro da Fazenda. O assunto está esclarecido. O que resta é esta Casa e a decisão na comissão especial sobre o parecer do Deputado Osmar Serraglio. Faço um apelo a todos os Líderes: vamos ter grandeza, vamos deixar claro que o fato de votar não significa que estamos a favor de todas as coisas. Vamos até dar declaração de voto no sentido de que estamos

votando porque o assunto ultrapassou o tempo que podia ficar nesta Casa. Deve ir para a Procuradoria-Geral da República. Lá se buscará toda a verdade.

Não estou de acordo com tudo o que está aqui, mas voto para que termine o assunto, para que haja um feliz sinal da Comissão para esta Casa. Faço um apelo nesse sentido. Estarei lá na Comissão e, se me derem oportunidade, pedirei na Comissão que, independentemente de sermos Oposição ou Governo, votemos todos a favor desta Casa.

Muito obrigado pela gentileza de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, com todo o apreço e amizade que lhe tenho, eu lembraria que o homem considerado o maior orador da história da humanidade – o Senador Pedro Simon ainda não tinha nascido –, Cícero, disse: “Nunca fale depois de um grande orador”. Então, acho que V. Ex^a deve refletir e desistir de usar da palavra, pois o Senador Pedro Simon é melhor do que Cícero, Demóstenes, Quintiliano; mas V. Ex^a é ousado.

Concedo a palavra a esse corajoso orador do Pará, Senador da República pelo PSDB.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa...

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO DIA 04 DE ABRIL DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu queria adverti-lo. Abraham Lincoln ficou célebre porque um orador, antes dele, falou muito tempo e ele, em cinco minutos, fez um dos grandes discursos da história da humanidade.

V. Ex^a em qualidade empatou com o Senador Pedro Simon. Perdeu por um minuto. Acho que foi em respeito ao que o Senador representa.

Quis Deus que eu estivesse presidindo esta sessão hoje, quando o Piauí tem algo a lamentar. Quis Deus que estivesse presente o Senador Heráclito Fortes. Um médico, Dr. Leônidas – não um médico comum, mas um que deixou um grande exemplo –, clínico de várias cidades, aquele médico clínico tradicional, mas o que há de comum é que me lembro de que, quando Governador de Estado, visitei-o no Hospital Getúlio Vargas, quando lhe era amputada uma perna. Recentemente, numa visita ao Piauí, ele, que servia as cidades de Guadalupe, Jerumenha, Canavieira, Uruçu e Bertolina, tinha ampu-

tada a outra perna. Ainda servia aquelas cidades onde lideravam os Prefeitos Chico Filho, Zé Nordeste.

Dr. Leônidas fazia da ciência médica a mais humana das ciências. Foi um grande benfeitor da humanidade. Hoje foi enterrado na cidade de Guadalupe. Então, eu e o Senador Heráclito Fortes apresentamos os nossos pêsames à família do Dr. Leônidas, que foi, sem dúvida, um exemplo de profissional no Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 372, de 2006

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação conjunta do PLS nº 291/2005, que “altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte” com o PLS nº 129/2003, que “acrescenta § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES) às pessoas jurídicas que especifica” e com o PLS nº 183/2003, que “altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), incluindo como beneficiário da lei os representantes comerciais” por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 4 de abril de 2006. – Senadora **Fátima Cleide**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 373, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto

de Aplauso para o Senhor Eder Jofre, pela passagem de seu 70º aniversário.

Requeiro ainda, que o voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Éder Jofre nasceu em 26 de março de 1936. Único brasileiro a obter a impressionante marca de, em 81 lutas, 75 vitórias, com 53 nocautes, apenas 2 derrotas e 4 empates. Com o feito extraordinário de ter conquistado os títulos mundiais de peso pena e peso galo, num período em que o Box era um esporte que demandava do boxeador força, inteligência e determinação, pois não contava com a atuação tecnologia e **marketing** tão evidentes nos dias atuais.

É um exemplo de brasileiro que devemos reverenciar pela sua história, pelas suas lutas no ringue e na vida pessoal.

É um cidadão que merece o aplauso de todo o País, em especial desta Alta Câmara.

Sala das Sessões, 4 de abril de 2006. – Senador **Magno Malta**.

REQUERIMENTO Nº 374, de 2006

Requer Voto de Pesar a Sra. Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento interno e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, as seguintes homenagens pelo falecimento da Sra. Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Excelentíssimo Senador Arthur Virgílio:

- a) Inserção em ata de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento;
- b) Apresentação de Condolências à família.

Sala das Sessões, 4 de Abril de 2006. – Senador **Flexa Ribeiro e Paulo Paim**.

REQUERIMENTO Nº 375, de 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento, em 29 de março de 2006, do ciclista goiano Wanderley Magalhães.

Requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido em 29 de março de 2006, em Goiânia, do ciclista Wanderley Magalhães, de Goiânia, GO.

Requeiro, também, que esse Voto seja levado ao conhecimento dos familiares do ciclista.

Justificação

Wanderley Magalhães, de apenas 39 anos, morreu no final do mês de março de 2006. Ciclista, ele participou dos principais torneios da modalidade, entre 1980 e 1994, inclusive a Volta da França. É detentor de Medalha de Bronze, conquistada no Campeonato PanAmericano de Havana, Cuba.

Sala das Sessões, 4 de abril de 2006. – Senadores **Arthur Virgílio – Líder do PSDB e Maguito Vilela**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Alvaro Dias, Jefferson Péres, Valdir Raupp, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes, a Sra. Senadora Lúcia Vânia, os Senadores João Batista Motta, Juvêncio da Fonseca e Luiz Pontes para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, mais um triste episódio desse governo. Mais um espetáculo do desrespeito. Em breve o presidente Lula poderá sair, não mais em campanha, mas sim em turnê. O show de mau gosto terá número de dança estrelado pela deputada petista Ângela Guadagnin.

A coreografia petista foi lamentável. Que vergonha.

Sr. Presidente, é nesse triste contexto que requeiro que a matéria “Ângela diz que dança da pizza não foi deboche, e se desculpa”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 25 de março do corrente, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o segundo assunto é para dizer que a ex-embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Donna Hrinak, está de passagem por aqui, para uma palestra em São Paulo. Chegou, contando que Washington vê com tranquilidade as eleições de outubro no Brasil.

Na avaliação da diplomata, em entrevista ao jornal Valor Econômico, as eleições presidenciais de 1º de outubro são encaradas com tranquilidade. Em primeiro lugar, porque, a seu ver, há ao menos uma dúzia de bons nomes, qualificados, portanto, para o exercício da Presidência.

A palestra de Donna Hrinak versará sobre o tema Para o Brasil, o futuro é agora. O título, explicou, mostra que o País já não pode protelar, muito menos com a famosa frase de que o Brasil é o país do futuro.

Ela entende que há no Brasil condições mais do que suficientes para o desenvolvimento. O Brasil já não pode esperar mais tempo. E não vai aguardar.

A diplomata baseia essa afirmativa na convicção pessoal de que a política econômica do atual Presidente é acertada e tem como base as idéias de programas iniciais do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Estou anexando a este pronunciamento a íntegra da entrevista de Donna Hrinak ao jornal Valor, para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O ESTADO DE S. PAULO

CONGRESSO

Ângela diz que dança da pizza não foi deboche, e se desculpa

Deputada alega que apenas manifestou alegria pela absolvição de colega

Simone Menocchi
ESPECIAL PARA O ESTADO
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Considerada a defensora mais feroz dos políticos petistas denunciados no esquema do mensalão, a deputada Ângela Guadagnin se arrependeu de ter dançado no plenário da Câmara, logo depois da absolvição do deputado João Magno (PT-MG) em processo de cassação. "Não faria de novo, com certeza." Em São José dos Campos, cidade onde foi prefeita, ela alegou que "estava apenas comemorando o fato de que seria a primeira a dar um abraço" no deputado. "Na verdade, eu não sai dançando. O que houve foi uma manifestação de alegria porque meu amigo não tinha sido cassado."

Ângela também pediu desculpas às pessoas que encararam a dança como um ato de escárnio às denúncias contra o partido e os políticos envolvidos. "Que me perdoe quem encarou como deboche. Foi um ato humano, diante da situação de um amigo. Eu sou humana, agi espontaneamente, com o coração", argumentou. "Em nenhum momento quis gozar ou tripudiar."

No Vale do Paraíba a coreografia petista foi amplamente debatida nas ruas e nos meios de comunicação. "Lamentável", disse o ex-prefeito Paulo Maluf (PP) em entrevista a uma emissora de rádio. "Aqui ali é a melhor imagem que Ângela tem de si mesma, foi a verdadeira boba da corte", opinou o economista Paulo de Tarso Venceslau, ex-petista, expulso do partido depois de denunciar o caso CPEM. "Foi um vexame, estamos ruborizados de vergonha da defen-

ra dos mensaleiros", disse o advogado Luiz Paulo Costa, do diretório municipal do PSDB em São José dos Campos.

CIRCO

Como deputada, Ângela quer proibir a distribuição da pílula anticoncepcional do dia seguinte na rede pública de saúde e a apresentação de animais em circos. É também contra pesquisas com células-tronco.

Para o prefeito José Serra, a reação da deputada é um sinal do risco de desmoralização pelo qual o Congresso passa. "Uma desmoralização com samba, como nós vimos", ironizou. "É realmente algo empobrecedor da política brasileira e prejudica a democracia." •

Em S. José, enfrentou três pedidos de cassação

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Eleita prefeita de São José dos Campos em 1993, a deputada federal Ângela Guadagnin (PT-SP), que também é pediatra, administrou a cidade, de cerca de 500 mil habitantes, até 1996. Foi eleita com grande parte dos votos dos católicos.

Depois perdeu as eleições duas vezes para o atual secretário estadual de Habitação de São Paulo, Emanuel Fernandes (PSDB). Foi alvo de três pedidos de cassação que não se concretizaram. Um deles chegou ao plenário da Câmara, mas acabou rejeitado. Entre os motivos, irregularidades apontadas pelos partidos de oposição e pelo próprio Ministério Público. Uma das acusações estava relacionada à empresa CPEM (Consultoria Para Empresas e Municípios), contratada sem licitação para incrementar a arrecadação de ICMS, que acabou cobrando cerca de R\$15 milhões pelos serviços.

Fraudes foram descobertas pelo economista e então secretário municipal de Finanças, Paulo de Tarso Venceslau, que acabou demitido em seguida. O Ministério Público entrou na briga questionando por que a empresa tinha sido contratada sem licitação. Neste ano, a Justiça acabou validando o contrato da CPEM com a prefeitura de São José, que agora deve cerca de R\$10 milhões à empresa.

Outra mácula da gestão de Ângela na prefeitura de São José dos Campos foi a contratação da empresa de comunicação Contexto por cerca de R\$10 milhões. A Contexto fazia o material institucional da prefeitura. Um deles, conhecido como as novelinhas, era produzido pela TVT (Rede de Comunicação dos Trabalhadores), cujo diretor de rádio era, na época, Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT. De acordo com a prefeitura, além dos programas de TV e rádio, não há nenhuma documentação que comprove o serviço prestado pela Contexto.

A desapropriação da área onde hoje é o Parque da Cidade - que custou aos cofres públicos quase R\$30 milhões - também foi alvo de denúncias ao Ministério Público e de processos de cassação. Para a assessoria de Ângela, "tudo por perseguição política de opositores". • S.M.

Ex-embaixadora americana afirma que país amadureceu sem recorrer a alternativa populista

Para Donna, corrupção pede resposta firme

Marília de Camargo Cesar

De São Paulo

Do ponto de vista americano, as eleições presidenciais no Brasil em novembro são as menos preocupantes dentre as diversas sucessões em curso na América Latina neste ano. A crise política no Brasil e a corrupção afetam um pouco o olhar do investidor estrangeiro interessado na região, mas as interferências do Judiciário no processo político causa mais temor do que a corrupção propriamente dita. A avaliação é de Donna Hrinak, ex-embaixadora dos Estados Unidos no Brasil (2002-2004), que participará, em São Paulo, na quinta-feira, de um dos painéis do Fórum Econômico Mundial. O tema do debate é "Clima de investimentos diante da agenda eleitoral".

Donna tem dado muitas palestras sobre o Brasil nos Estados Unidos ultimamente. Na última quarta-feira, por exemplo, ela disse aos estudantes da Universidade do Estado de Michigan, onde graduou-se em ciências sociais em 1972, que o "futuro do Brasil é agora".

Para Donna, uma prova de que o país amadureceu é o fato de que "agora mesmo tem dez a doze pessoas aí que seriam bons presidentes da República. Há poucos países na América Latina onde você pode identificar uma dúzia de pessoas qualificadas para a Presidência."

Mesmo assim, Donna concorda que ainda é difícil chamar a atenção do mundo para o que acontece na América Latina. Na Universidade de Michigan — a mesma em que o senador petista Eduardo Suplicy fez o seu mestrado em economia — existe uma orientação de expandir o intercâmbio com o Brasil, bem como com China e Índia. "Todos os quatro BRICS são igualmente importantes.", afirma Donna, referindo-se aos destaques do momento (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

A ex-embaixadora concedeu a seguinte entrevista ao **Valor**:

Valor: Qual foi a mensagem que a senhora passou para os estudantes e funcionários que estavam presentes a sua palestra sobre o Brasil na Universidade de Michigan?

Donna Hrinak: O tema da minha apresentação foi "Para o Brasil, o futuro é agora". Partindo dessa frase famosa, de que o Brasil é o país do futuro e sempre será, mostrei como o Brasil está dando passos importantes e já tem a base para que o futuro seja agora. Não pode aguardar mais tempo e não vai aguardar.

Valor: Essa convicção sua está baseada nos fundamentos da economia ou em outro tipo de avanço? O que a leva a ter tanta certeza?

Donna: Tem vários elementos. A política econômica é um deles. Mas também acho que o fato de que alguns programas do governo Lula terem a sua base nas idéias de programas iniciais do governo Fernando Henrique mostra uma maturidade entre os políticos de que não se tem que começar tudo de novo sempre. Pode-se construir um programa contínuo e não se tem que ficar reinventando a roda sempre. Também admiro a liderança política do Brasil. Uma diferença importante entre o Brasil e os outros países da América Latina é que agora mesmo tem dez a doze pessoas aí que seriam bons presidentes da República. Eles nem serão candidatos, mas seriam bons presidentes. Tem poucos países na América Latina onde você pode identificar uma dúzia de pessoas qualificadas para a Presidência.

Valor: Cite alguns desses nomes.

Donna: Não vou lançar a candidatura de ninguém. Tem vários. Mas podemos começar com os dois candidatos principais para as eleições de novembro. Se ganhar o Lula de novo ou o (Geraldo) Alckmin, o país sabe que eles farão uma boa administração. Não é razão para pânico nem motivo para preocupação dentro nem mesmo fora do país. Acho que isso mostra também

maturidade do povo brasileiro.

Valor: Mas existe uma percepção de aumento da corrupção no governo brasileiro. Essa percepção pode ter um efeito sobre o interesse do investidor internacional que esteja considerando colocar dinheiro na América Latina?

Donna: É um dos fatores que eles consideram, obviamente. Mas talvez mais importante que a existência da corrupção é a resposta para a corrupção. Se vão esconder tudo ou se as pessoas vão ter que responder por suas ações. Toda essa cobertura que tem saído, o fato de alguns deputados estarem sendo cassados, isso mostra que o povo brasileiro já não agüenta tanto a corrupção como antes.

Valor: Mas temos visto inclusive uma grande interferência do Judiciário sobre o Legislativo nessa crise política que o país atravessa. Isso não é algo que preocupa os empresários estrangeiros?

Donna: O sistema Judiciário é muito importante para quem tenta fazer investimento, se dá ou não para confiar nesse sistema. E parte da credibilidade que o sistema tem vem da percepção de que não entre na política. Estamos fazendo as mesmas perguntas aqui também nos Estados Unidos, não exatamente na economia ou na política, mas com relação a algumas questões sociais. O papel certo do Judiciário não foi resolvido nem aqui nos EUA. Isso tem que ser debatido.

Valor: Temos observado o surgimento de um movimento populista na América Latina. Existe um fator socioeconômico comum por trás disso que poderia inibir o avanço da região?

Donna: No grupo em que estive debatendo em Michigan me perguntaram qual era a mensagem do Brasil com respeito a esse populismo. Perguntaram se o que o governo Lula tem logrado no Brasil poderia ser até certo ponto uma resposta e um outro modelo. Durante a campanha de 2002 sempre falávamos que se Lula pudesse combinar uma política econômica razoável

com atenção séria aos problemas sociais do Brasil seria uma mensagem forte para o hemisfério. E se não pudesse, teria sido uma mensagem importante para o hemisfério. Acho que o governo realizou muito, em realidade, nesse tempo. Quando o Rodrigo Ratto esteve no Brasil para receber o pagamento da dívida com o Fundo Monetário Internacional disse que o índice de pobreza havia caído 11% durante três anos da administração Lula. É um resultado importante, mas ainda não tem sido divulgado o suficiente na América Latina. Para demonstrar que há outras maneiras, que não o populismo, para aliviar os problemas da pobreza. É preciso mostrar que essas respostas fáceis não são a solução e que há outras soluções que funcionam.

Valor: *Esses movimentos populistas vão prejudicar as relações regionais com os Estados Unidos?*

Donna: Depende de como os políticos na América Latina avançam a agenda deles e também de as pessoas aqui no governo dos EUA pensarem com sensatez.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a pesada carga tributária é um dos fatores inibidores ao crescimento econômico do País. O problema, o entrave representado pela alta incidência de impostos ao setor do produtivo é antigo. Contudo, no atual governo, os números foram ampliados ainda mais.

Nesse contexto, gostaria de trazer à tribuna do Senado um competente estudo de autoria dos economistas José Roberto Afonso e Beatriz Barbosa Meirelles. O referido estudo indica que o Brasil já atingiu a média da carga tributária dos países mais ricos do mundo. A comparação toma como base o recente anuário fiscal do Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo o qual os 21 países industrializados pesquisados apresentaram entre 2003 e 2004 uma carga tributária de 38,8% do Produto Interno Bruto – 0,1 ponto abaixo do nível brasileiro em 2005.

Nesse grupo de nações ricas, há várias que têm carga inferior à brasileira, como os Estados Unidos (25,77%), Japão (26,28%) e Austrália (30,68%).

Valor: *A senhora tem algum palpite para o resultado das eleições presidenciais no Brasil?*

Donna: Para mim é algo muito gratificante ver a diferença da reação aqui nos Estados Unidos sobre as eleições este ano. Quando eu estava no Brasil, em 2002, houve muita preocupação aqui especialmente com a probabilidade de uma vitória de Lula. Agora aqui esta é a eleição do hemisfério que menos nos preocupa. Acho que isso é um desdramatamento importante.

Valor: *Que recado a senhora trará aos participantes do Fórum Econômico Mundial?*

Donna: A mensagem que vou tentar passar é que existe uma tendência de se falar da esquerda da América Latina e das eleições na região como se tudo fosse uma coisa só. É necessário ver cada país individualmente e olhar para os problemas de cada país e as soluções que cada um está oferecendo.

É na Europa, principalmente no Norte, que subsistem as cargas tributárias maiores que as nossas: Suécia (51,35%), Dinamarca (49,85%), Bélgica (46,85%) e França (45,04%), entre outros. Esses países, como bem destacam os estudiosos em epígrafe, preservam uma estrutura estatal pesada, com saúde e educação públicas de qualidade, e vários programas de proteção social aos desempregados.

Na América Latina, essa média chega a cair a 16% do PIB – caso do Chile, por exemplo, com 18,72%, e da Argentina, com 25,93%. O mesmo ocorre na Ásia, onde países como Cingapura têm carga de apenas 12,49%.

A média das economias emergentes só não é mais baixa por causa dos países oriundos do antigo regime comunista, como é o caso da Bielorrússia, que sobrevive com uma carga de 44,8% do PIB, e da Croácia, com 41,5%.

Sr. Presidente: como ressaltam os economistas José Roberto Afonso e Beatriz Barbosa Meirelles a carga tributária brasileira é um importante diferencial na disputa de competitividade internacional, principalmente

se comparada com as economias latinas e asiáticas. Os impostos sobre bens e serviços (incluindo tributos que incidem sobre as exportações e os investimentos) chegam a sugar 18,04% do PIB no Brasil, enquanto nos demais países em desenvolvimento não passam dos 10,82% em média.

É importante destacar, conforme o estudo dos economistas em tela, que o Brasil apesar de possuir uma carga semelhante aos países ricos, o sistema tributário brasileiro não apresenta o mesmo padrão de justiça social dos europeus. Um indicador disso é a tributação sobre a renda e os lucros, que no Brasil representa apenas 7,9% do PIB, semelhante aos 6,71% dos demais emergentes e bem inferior aos 14,47% do mundo industrializado, com destaque para a Dinamarca, onde chega a 29,59%.

A tributação sobre a propriedade também é pouco significativa no Brasil, se descontarmos a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF): representa apenas 1,23% do PIB, ante 2,08% nos ricos e 1,05% nas outras nações em desenvolvimento.

A conclusão dos estudiosos, que reproduzo é que a principal diferença com os países de mesmo nível de desenvolvimento, portanto, está na tributação sobre bens e serviços, principalmente a decorrente das contribuições que foram criadas ou ampliadas para dar suporte aos programas de ajuste fiscal no Brasil.

Sr. Presidente: voltarei a esta tribuna oportunamente trazendo o tema econômico e uma análise apurada da economia nacional elaborada por respeitada consultoria.

Eu gostaria de parabenizar os economistas José Roberto Afonso e Beatriz Barbosa Meirelles pela lucidez e riqueza do estudo apresentado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o segundo assunto é para dizer que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao dar posse ao seu novo ministério, diga-se de passagem um time de “nove reservas” desconhecidos, recorreu como de hábito a suas metáforas surreais, as quais nem sempre guardam coerência e adequação com a fala de uma figura investida da chefia de Estado. Nessa oportunidade, Sua Excelência, numa referência às eleições de outubro, comparou hoje o seu futuro político a uma Copa do Mundo. Ele recomendou humildade à sua equipe, que deve evitar o clima de já ganhou.

Ao trazer a esta tribuna o tema referente aos disparates verbais do presidente Lula, gostaria de fazer referência a um ponto específico do discurso proferido ontem na cerimônia de posse do seu novo 1º escalão. O contexto de minha observação, Sr. Presidente, aconteceu quando o presidente da República se dirigiria ao novo coordenador político do governo, o ministro de Relações Institucionais, Tarso Genro, momento em que fez uma alerta mais do que óbvio, salientando que as

relações com o Congresso Nacional não são fáceis. “A convivência com o Congresso, por mais democrática que seja, é sempre muito difícil, porque são difíceis as relações políticas num mundo democrático, em qualquer país do mundo.”

Foi exatamente nessa seqüência que há um trecho sobre o qual peço atenção deste plenário:

“Eu só peço a Deus que nosso companheiro Tarso Genro consiga fazer o que você fez [Jaques]. Vou torcer para ele fazer mais e melhor do que você até porque ele já tem a trilha que foi aberta, num primeiro momento pelo José Dirceu, depois pelo Aldo [Rebello], depois por você. Tarso está pegando um caminho asfaltado” (sic!).

Sr. Presidente: a que “pavimentação” promovida pelos antecessores na função de coordenador político se referiu Sua Excelência?

É mister ressaltar que durante o período do ex-deputado José Dirceu, as relações entre o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto foram capitaneadas pelo referido parlamentar cassado, tendo com auxiliar o senhor Waldomiro Diniz.

Nesse contexto, considero temerária qualquer referência a um pretenso trabalho de “terraplanagem” visando o “azeitamento” das relações entre o Parlamento e o Poder Executivo, em período anterior, levando em conta que recursos públicos desviados na implantação do chamado “valerioduto” foram irrigados justamente para “pavimentar” essas relações.

Sras. e Srs. Senadores, nos causa perplexidade que o presidente da República faça uso de expressão que traduz o “ato de pavimentar” num cenário no qual prevaleceu a quebra do decoro em todos os níveis da administração federal, envolvendo setores do Legislativo e da iniciativa privada. É lamentável que o presidente Lula, na ausência de ações que ofereçam uma obra consistente à nação, deixe como herança um acervo de desatinos verbais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o terceiro assunto é para falar sobre a questão concernente aos juros é crucial para a retomada do desenvolvimento econômico sustentável. Nesse contexto, os relatórios trimestrais do Banco Central do Brasil são aguardados com muita expectativa pelo mercado e pelos analistas financeiros internacionais. Na maioria das vezes, eles balizam os próximos passos e revelam nas suas entrelinhas indicações sobre a visão da autoridade monetária em torno dos aspectos relevantes da economia nacional. O último relatório divulgado pela referida instituição foi recebido com cautela, considerando algumas observações abrigadas no documento. O trecho que mais suscitou apreensão diz respeito às perspectivas não só dos preços mas também da taxa de juros.

Considero que o Editorial do Jornal **Folha de S. Paulo** desta segunda-feira, dia 03 de abril de 2006, com muita propriedade e equilíbrio oferece uma criteriosa análise sobre o horizonte de médio prazo a ser trilhado pela estratosférica taxa de juros de nosso País. Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência a transcrição na íntegra nos Anais da Casa do Editorial da **Folha de S. Paulo** intitulado “Otimismo em Dúvida”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em ano de pleito no âmbito federal e estadual os riscos de que o Tesouro seja utilizado para fins eleitorais é sempre presente. As formas e pretextos utilizados para driblar o controle dos gastos públicos exercido com rigor até a véspera do ano de eleições, ganham contornos verdadeiramente surreais. Nesta segunda-feira, o jornalista Carlos Alberto Sardenberg nos oferece um bom artigo publicado no Jornal **O Estado de S. Paulo**, cujo teor e a tônica são justamente os meandros e tortuosos itinerários percorridos pelos recursos oficiais em ano de disputa eleitoral. Nesse contexto, Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a transcrição na íntegra do mencionado artigo jornalístico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria também de fazer o registro da matéria intitulada “O MST mostra a sua face real”, publicada na revista **Exame** em sua edição de 29 de março do corrente.

A matéria destaca, mais uma vez, a invasão promovida por militantes da Via Campesina a uma propriedade da empresa Aracruz no Rio Grande do Sul. De acordo com a matéria, “o que ficou definitivamente claro, com o ataque às instalações da Aracruz e o que ocorreu logo depois dele, é que já não existe mais nenhuma preocupação, por parte do MST, em esconder o que é na vida real: uma organização que utiliza a política de ‘causas’ para se dedicar a uma nova modalidade de delinquência organizada”. Ainda segundo a matéria, o MST adota esse comportamento porque o atual governo do presidente Lula, “por fraqueza ou conivência, não tem mais nenhuma autoridade sobre suas ações”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, outro assunto que eu gostaria de abordar é que o Editorial de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo** deveria ser lido por toda a nação brasileira. Sob o título de “A montagem de uma vilania”, o referido artigo, que exprime a opinião desse prestigioso órgão da imprensa nacional, traça com retidão e, acima de tudo, isenção o itinerário e todos os desdobramentos ocorridos desde a eclosão do escândalo da “Caixa”, quando a revista *Época* divulgou, 18 dias atrás, os extratos bancários do caseiro Francenildo Santos Costa.

O jornal **O Estado de S. Paulo**, desde o primeiro momento em que o fato delituoso veio à tona, sustentou a tese de que o crime de violação do sigilo

bancário do cidadão Francenildo não havia sido um ato solitário de um funcionário subalterno ou de uma instância isolada de governo. Na visão realista do credenciado veículo de imprensa, havia sido o governo o “responsável pela torpe tentativa de desmoralizar o caseiro que afirmou ao Estado” – na verdade à jornalista Rosa Costa – ter visto “umas 10 ou 20 vezes” o então ministro Antonio Palocci na “casa de má fama onde ele nunca teria posto os pés”.

Como tão bem salienta o editorial do *Estadão*, nesta terça-feira, dia 04 de abril de 2006, a dinâmica e o escopo no qual o triste episódio está inserido é a tradução da folha corrida do sistema de poder petista, ou seja, “da ética dos fins que justificam os meios”.

São muitas as passagens e os trechos do editorial em tela sobre os quais gostaria de tecer alguns comentários.

Sem dúvida, toda a operação urdida na Esplanada dos ministérios evidencia que a tônica da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como conceitua o Jornal é, nada mais, nada menos, que a liberação do “uso do Estado para o acobertamento de ilícitos de toda sorte e para a perpetuação, no seu comando, do partido e de sua figura máxima”.

Um aspecto relevante da trama montada para desqualificar e fragmentar a cadeia de comando que perpetrou o crime é ressaltado com propriedade pela editoria do **Estadão**. Qual seja, “entre a denúncia de Bastos e o desmentido de Palocci, Lula ficou com este último, pelo menos em público”.

O discurso proferido por S. Ex^a na solenidade de transmissão de cargo de Antonio Palocci para o senhor Guido Mantega inegavelmente personificou o que o editorial qualifica de “prodígio de hipocrisia”.

O tratamento dispensado pelo primeiro mandatário ao ministro, que se despedia sob suspeitas gravíssimas da prática de inúmeros delitos, foi de “grande irmão”, pasmem Sras. e Srs. Senadores. A seqüência de erros crassos do atual governo parece não ter fim. Aliás, já me referi ao governo que aí está, em artigo jornalístico recente, como o “governo do fim do mundo”.

O editorial do *Estadão* é uma peça importante para análise e reflexão. Nesses termos, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a a transcrição na íntegra desse importante e corajoso editorial, registro vivo do atual momento histórico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, outro assunto é sobre a importância do trabalho desenvolvido pela Transparência Brasil é preponderante para o Estado Democrático de Direito. A referida Organização Não-Governamental – ONG – é um braço da **Transparency International**, criada em 1993. Como é do conhecimento de todos, a entidade desenvolve diversas ações orientadas para a transformação do

ambiente visando reduzir a incidência da corrupção, como orientação aos leitores sobre os políticos.

Na atual conjuntura nacional o papel de entidades como a Transparência Brasil ganha relevo e proporciona ao cidadão mais uma instância de controle da sociedade sobre os atos e ações dos governos e dos Poderes da União.

É mister ressaltar que o monitoramento e a vigilância da autoridade de Estado – digamos assim – nem sempre encontram uma boa acolhida por parte do agente investido de função pública. Contudo, devemos reconhecer que todo o trabalho de natureza fiscalizatória contribui sobremaneira para aprimorar a governança em nosso País.

Reconheço e louvo o esforço empreendido pela Transparência Brasil na busca do restabelecimento da ética e da moral no ambiente institucional do Brasil.

Nesse contexto, Sr. Presidente, gostaria de me referir especificamente ao pedido de esclarecimento feito pelo Diretor Executivo da entidade em epígrafe, Dr. Cláudio Weber Abramo, dirigido ao então presidente do BNDES, Guido Mantega, no sentido de esclarecer os financiamentos desse Banco de fomento para a realização de projetos de infra-estrutura em diversos países, notadamente Angola, Argentina, Bolívia, Uruguai, Venezuela, Moçambique, Namíbia e Paraguai.

Sou autor de requerimento que ainda aguarda deliberação e votação do plenário desta Casa, de um requerimento de informações dirigido àquela instituição cujo teor é similar ao enviado pela Transparência Brasil. Na minha avaliação a ausência de transparência nos critérios adotados pelo BNDES na concessão desses empréstimos externos é gritante. É inconcebível que instituição financeira com as características de um banco de desenvolvimento seja uma verdadeira “caixa-preta”.

Os esclarecimentos solicitados pela Transparência Brasil foram encaminhados ao Banco em 04 de outubro de 2005. O BNDES só respondeu no dia 1º de fevereiro de 2006, depois que foi protocolada reclamação junto à Ouvidoria da instituição.

Sr. Presidente, em face da exigüidade do tempo, solicito a Vossa Excelência a transcrição na íntegra de primoroso estudo de conformidade da legislação e do ambiente brasileiros à Convenção Interamericana Contra a Corrupção da Organização dos Estados Americanos. O mencionado estudo foi apresentado na semana passada por representante da Transparência Brasil, o senhor Pedro Lehmann Baracui, em Washington.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do inciso I e § 2º
do art. 210 do Regimento Interno.)*

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

OTIMISMO EM DÚVIDA

O RELATÓRIO trimestral do Banco Central a respeito da inflação, divulgado na quinta-feira, trouxe indicações relevantes sobre a visão da autoridade monetária das perspectivas não só dos preços mas também da taxa de juros. Em particular, põe em dúvida o relativo otimismo de analistas do mercado financeiro quanto à probabilidade de uma redução substancial e quase ininterrupta da taxa de juros básica entre o presente e o final de 2007.

O trecho do relatório que suscita essa impressão é o em que o BC apresenta os resultados do seu modelo matemático de projeção de inflação. Trata-se de uma das principais ferramentas a orientar decisões sobre a taxa de juros básica.

Um dos exercícios de projeção realizados supõe que a cotação do dólar e a taxa Selic evoluirão, até o final do ano que vem, em conformidade com a expectativa média de bancos e consultorias que informam suas projeções ao BC. Quando da elaboração do relatório, essa média apontava para uma elevação progressiva mas moderada do dólar, para R\$ 2,38 no

quarto trimestre de 2007, e para uma redução também progressiva dos juros básicos, atingindo 13,57% no trimestre final do próximo ano.

Assumindo esses valores, o modelo do BC estima que em 2007 a elevação do índice de preços que baliza a política de metas de inflação o IPCA seria de 5,4%. Ocorre que a meta de inflação para 2007, definida pelo Conselho Monetário Nacional em junho de 2005, é de 4,5%, admitindo-se divergência de até dois pontos percentuais para mais ou para menos. Uma taxa de 5,4% não caracterizaria um descumprimento da meta, por situar-se dentro do intervalo de tolerância. Mas o BC tem sinalizado sistematicamente que busca levar a inflação à meta central.

Em outras palavras, admitindo-se que a partir do presente a cotação do dólar evolua de modo similar ao esperado pelos analistas e que o Banco Central siga a orientação recomendada por seu modelo de projeção, muito dificilmente ele continuará, ao longo do tempo, a reduzir os juros na proporção que esses mesmos analistas hoje esperam.

Quem vai dizer não aos pedidos justos?⁹⁰

Pedro Malan, da experiência de seus oito anos como ministro da Fazenda, dizia que rejeitar pleito injusto é fácil. Difícil é dizer não para pleito justo. Ora, ninguém chega ao gabinete da Fazenda pedindo recursos para instalar uma banheira de hidromassagem na sauna ministerial. Os colegas vão ali pedir dinheiro para comprar vacina e livros escolares. Como as demandas sempre excedem as verbas disponíveis, o ministro da Fazenda dirá não a projetos bons e prioritários. Vai daí que ele não se pode comover. Se fraquejar o coração, vai-se o orçamento.

Todos os gastos do governo federal passam pela Secretaria do Tesouro, uma das pernas do Ministério da Fazenda. Faz par com a Receita, que arrecada os impostos, taxas e contribuições. O gasto precisa, primeiro, constar do orçamento da União. Depois, o órgão encarregado do programa precisa passar pelo Ministério do Planejamento, que atesta a legalidade do projeto. E daí vem a parte mais difícil - a liberação do dinheiro pelo caixa do Tesouro.

Note-se, portanto: quando o programa chega ao Tesouro, já tem os carimbos de bom, prioritário e autorizado. Resultado: o secretário do Tesouro deve ter enorme autoridade - além de capacidade, é claro - para ordenar e selecionar os gastos. Vai dizer não muitas vezes.

É óbvio, por outro lado, que a autoridade do secretário depende da força política do seu chefe, o ministro da Fazenda. Este tem um álibi. Por lei, precisa cumprir a meta do superávit primário - a economia que o go-

verno faz para pagar a conta de juros. Trata-se de meta mensurável. Algo como R\$ 50 bilhões neste ano, dinheiro a ser juntado mês a mês. Além disso, as circunstâncias podem exigir que, em determinado momento, o governo faça economia maior que a estipulada no orçamento. Isso ocorre, por exemplo, quando as taxas de juros permanecem altas por um longo período, como aconteceu no ano passado, aumentando a despesa financeira do Tesouro - os juros que paga sobre a dívida pública.

Mas a meta e o resultado são avaliados anualmente. O número final de 2006 só se saberá no início de 2007, de modo que há sempre margem para ir acertando as contas ao longo do ano. Ou seja, o presidente da República ou um ministro mais forte sempre podem dobrar o ministro da Fazenda com o argumento de que se gasta hoje e se economiza amanhã.

É justamente o que o governo federal está fazendo desde o final do ano passado, quando a ministra Dilma Rousseff enterrou a proposta de Antonio Palocci e do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que pretendiam lançar um projeto de médio prazo de redução do gasto público. Não só não emplacaram isso, como a ministra convenceu Lula de que a área econômica estava economizando mais do que o necessário.

Para resumir: o superávit primário feito pelo governo federal nos dois primeiros meses deste ano é menos da metade do obtido no mesmo período de 2005. As despesas aumentaram 17%, muito mais que a inflação e o crescimento da economia.

Tudo bem que este é um ano eleitoral, em que as regras limitam muito o gasto público no segundo semestre. Assim, os governos tratam de iniciar obras e tocar programas no começo do ano, até para mostrar serviço aos eleitores. Mesmo conside-

rando esse fator, entretanto, o gasto do governo federal está em forte aceleração.

A entrada em vigor do salário mínimo de R\$ 350 aumentará ainda mais essa despesa, de modo que não basta o ministro Guido Mantega dizer que não é gastador. Ele precisará, na verdade, ser "cortador".

Ora, o problema é que Mantega, além de não ter a mesma força política de Palocci nem a mesma ascendência diante de Lula, se alinha entre os economistas do PT que vêem no gasto público um dos principais motores do crescimento. Na polêmica Palocci x Dilma, Mantega estava claramente do lado da ministra. E há poucos dias, antes de ser designado ministro, disse que estava errado um estudo oficial do então secretário do Tesouro Joaquim

Se o coração do ministro fraquejar, lá se vai o orçamento

Levy apontando o aumento do salário mínimo como uma das causas da deterioração das contas públicas.

Mantega disse, então, que havia compromisso de Lula com o gasto social. Ora, nos debates anuais sobre o mínimo, que tem, sim, enorme impacto sobre as contas da Previdência Social, o ministro da Fazenda precisa sempre começar a conversar de um valor lá embaixo, pois todos os demais e o presidente, qualquer que seja, vão querer mais.

É verdade que uma coisa é criticar a política econômica de fora, outra é ser responsável por ela. Autoridade econômica tende ao conservadorismo, por convicção, por prudência ou ainda por medo. A primeira decisão do Conselho Monetário Nacional sob a direção de Gui-

do Mantega foi mais para o lado do conservador. Na sexta-feira, a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), cobrada nos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), caiu de 9% ao ano para 8,15% - um número meio esquisito.

Que a taxa cairia, não havia dúvida. Pelo Banco Central (BC), se esperava um corte de 0,75 ponto porcentual. Já Mantega, quando presidente do BNDES, dizia que essa TJLP poderia ser de 7%. Para os analistas, ele iria sugerir uma queda para 8%, conforme comentavam grandes empresários, os clientes do BNDES.

Saiu 8,15% - numa fração inédita. Parece uma acomodação com o BC. E, por falar nisso, na mesma sexta-feira, o presidente do BC, Henrique Meirelles, fez uma enfática defesa da política monetária, afirmando que os juros caem de maneira organizada e consistente, sem voluntarismos.

Dias atrás, já designado ministro, Mantega dissera que o Brasil precisava de juros civilizados, o que levou Meirelles a se queixar a Lula, segundo informam diversas fontes. Certo ou errado, o fato é que Meirelles esteve com Lula e saiu de lá dizendo que a autonomia do BC e sua política estavam garantidas.

Foram movimentos para dar garantias ao chamado mercado. A política do BC está preservada. Mantega, como ministro, é mais conservador que o Mantega do BNDES e, sobretudo, o Mantega do PT. Mas permanece a essencial questão fiscal: o governo federal está torcendo dinheiro e não se sabe se Mantega tem força política e convicção para dizer não. Por enquanto, parece que não. ●

*Carlos Alberto Sardenberg é jornalista
Home page: www.sardenberg.com.br

O MST mostra a sua face real

A invasão armada à empresa Aracruz demonstra que Stedile e sua turma abriram mão da reforma agrária e optaram pela delinquência organizada

NADA MELHOR QUE UM BOM FATO, COM IMAGENS GRAVADAS ao vivo, exibido sem disfarces ao público em geral e acima de quaisquer dúvidas quanto à autoria, para desfazer trapaças ideológicas e mostrar as coisas como elas realmente são. É o que acaba de ser demonstrado, mais uma vez, com a invasão armada de uma propriedade da empresa Aracruz no Rio Grande do Sul, onde militantes de uma das seitas políticas controladas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) destruíram 1 milhão de mudas de eucalipto, um laboratório de pesquisa e todo o trabalho resultante de quase 20 anos de investigação científica. Está comprovado, há muito tempo, que o MST baseia sua atuação na prática continuada de crimes — invasão de propriedades, roubo à mão armada, furto qualificado, extorsão, cárcere privado, destruição de bens públicos e privados, agressão física, formação de quadrilha e por aí fora. O que ficou definitivamente claro, com o ataque às instalações da Aracruz e o que ocorreu logo depois dele, é que já não existe mais nenhuma preocupação, por parte do MST, em esconder o que é na vida real: uma organização que utiliza a política de “causas” para se dedicar a uma nova modalidade de delinquência organizada. Faz isso porque sabe perfeitamente bem que o Estado brasileiro, por fraqueza ou conivência, não tem mais nenhuma autoridade sobre suas ações.

A vantagem disso tudo é que vai se tornando cada vez mais difícil manter de pé a fantasia segundo a qual o MST é um grupo de gente idealista que luta pela justiça no campo, e cada vez mais fácil comprovar o que o MST não é. Não é, positivamente, um movimento em prol da reforma agrária. Nunca foi, mesmo porque reforma agrária, entendida como distribuição de terras improdutivas, é uma idéia morta diante das realidades da agricultura moderna — serve apenas para distribuir mais miséria na zona rural e ajudar os governos a fingir que estão fazendo alguma coisa. Nunca foi, também, porque as ações concretas do MST pouco têm a ver com a idéia de transformar agricultores sem terra em proprietários dedicados à produção. Na

prática, em que a destruição de mudas e sementes, o bloqueio de pedágios ou a invasão de agências do Banco do Brasil ajudam a “reforma agrária”? Mas agora é o próprio MST quem diz, em público, que não está interessado no assunto. O líder Stedile, logo depois do ataque à Aracruz, disse que a reforma agrária “clássica” não é mais possível hoje em dia e que nenhum modelo de acesso à terra tem condições de funcionar numa economia “neoliberal”. Revelou também que o inimigo verdadeiro do MST não é mais o latifúndio, e sim o agronegócio.

É UM ALÍVIO que Stedile fale afinal essas coisas; até agora, quem ousava dizer que o latifúndio deixou há muito tempo de ter qualquer relevância no Brasil, ou que os invasores de terras estavam pouco ligando para a “reforma agrária”, era acusado das piores coisas pelos chefes do MST. Fica entendido de forma definitiva, assim, que a briga real do MST não é contra a injustiça, a pobreza ou o atraso no campo — e sim contra o que dá certo na agricultura. O agronegócio brasileiro, que o MST coloca agora como o grande adversário a ser eliminado, é precisamente isso. Em apenas 20 anos, fez uma completa revolução na agricultura, transformou o Brasil num dos maiores produtores de alimentos do mundo e colocou na esfera da eficácia e da vida econômica útil milhões de hectares que haviam passado séculos sem proveito algum. Nada disso se fez com verbas de reforma agrária, acampamentos de lona ou declarações da Comissão Pastoral da Terra, mas com capitalismo: trabalho, investimento, tecnologia, mecanização, sistemas de produção integrada e o conceito pelo qual o que vale mesmo na terra, ho-

Manifestantes do MST mostram suas armas (*acima*), e o presidente Lula com o boné da organização: sem punição

je, não é a sua propriedade, e sim a eficácia na sua utilização. Deu certo, e quanto mais der certo menos espaço sobra para a “reforma agrária” — clássica, como diz Stedile, ou seja lá de que tipo for. Nada mais lógico que a ofensiva contra o agronegócio. O sucesso da agricultura brasileira é o pior inimigo do MST.

É por isso que o movimento deixou de lado qualquer preocupação em saber se uma propriedade rural é improdutiva ou não, como critério para invasões ou outros atos de agressão. O que se quer agora é causar prejuízo material ao empreendimento rural eficiente. Como a destruição de mudas e laboratórios de pesquisa, embora sem nenhum risco de punição, pode impressionar mal, o MST passou a desenvolver a idéia de que é ele, e não qualquer órgão oficial, que tem o direito de decidir quais são as propriedades rurais que não cumprem sua “função social” e, portanto, devem ser atacadas. Por exemplo: plantação de eucaliptos, na decisão de Stedile, é terra improdutiva, pois “não produz alimento”. Produz celulose, sem o que não se pode ter papel — produto que os líderes do MST, aparentemente, julgam desnecessário. Fica complicado, também, entender a noção de que só é aceitável a propriedade que produza comida. E as plantações de café — o MST permitiria ou não? A cana destinada à produção de álcool poderá continuar sendo cultivada? Como fica a mamona, que tanto parece impressionar o presidente da República? Não foram fornecidas informações a respeito, nem serão.

Da mesma forma que não quer reforma agrária, parece pouco provável que o MST esteja realmente empenhado em seu outro objetivo declarado, que é fazer uma revolução para acabar com o sistema capitalista no Brasil. Quem já ouviu falar de revolução feita com cesta básica, verbas do Banco do Brasil e doações de ONGs? O que diria Lênin, ou Fidel, de uma revolução financiada com dinheiro público, de líderes que andam de braços dados com altas autoridades da República e de atos revolucionários como extorquir do governo lonas para montar

barracas ou ajuda para alugar ônibus? Que revolução fica discutindo operações de crédito bancário ou tem uma escola para formar revolucionários, com professores, currículos e notas de aprovação? É difícil imaginar que alguma coisa concreta possa sair dessa salada. Ela serve para gerar tumulto e ferir direitos individuais, mas fica mais ou menos nisso. Amontoar gente em favelas rurais à beira de estradas, cortar arame de cercas ou roubar gado para fazer churrasco são coisas de baixa eficácia para derrubar regimes. Atrapalham, fazem muito barulho, mas não resolvem as limitações do MST, que por mais cara brava que faça continua sendo minoria num país que tem 6 milhões de propriedades agrícolas.

O OBJETIVO que sobra para o MST, hoje, é garantir o sustento de seus líderes e militantes com recursos obtidos por meio de atividades criminosas. Como outros grupos que vivem assim, não tem registro na Junta Comercial nem inscrição no CNPJ e, portanto, não presta contas sobre sua contabilidade. Serve-se do PT para impedir que suas atividades financeiras venham a ser investigadas no Congresso, como ocorreu na fracassada tentativa da CPI da Terra, em 2004. E sobrevive porque entendeu perfeitamente que o Estado brasileiro não tem vontade nem força para se opor às suas ações. O PT, aí, está longe de ser o único responsável. Os líderes do MST descobriram há muito tempo que nada aterroriza tanto um tucano quanto ser chamado de “direita” — o que lhes forneceu um passe livre para agir à vontade durante os oito anos do governo anterior,

quando fecharam com chave de ouro sua atuação invadindo a fazenda do próprio presidente da República. Na ocasião, tiveram direito a imagens ao vivo, tempo no horário nobre da TV e garantia de nenhuma punição. O PMDB que governa o Rio Grande do Sul não faz melhor — até a invasão da Aracruz, doava verbas do Erário estadual ao MST. Com a campanha presidencial que agora se abre, nada disso está com jeito de mudar. O PT já avisou que não vai permitir a “criminalização” do MST — ou seja, fica proibido dizer que um movimento que comete crimes tem de ser responsabilizado pelos crimes que está cometendo. Quem vai encarar? É tiro e queda.

NOTAS & INFORMAÇÕES

A montagem de uma vilania

Desde a primeira hora do escândalo da Caixa, quando uma revista semanal divulgou, 18 dias atrás, o produto da violação do sigilo bancário do correntista Francenildo Santos Costa, esta página sustenta que o governo - e não uma solitária autoridade excessivamente zelosa ou um funcionário subalterno mais realista do que o rei - foi o responsável pela torpe tentativa de desmoralizar o caseiro que afirmou ao Estado ter visto "umas 10 ou 20 vezes" o então ministro Antonio Palocci na casa de má fama onde ele nunca teria posto os pés.

Não foi por clarividência nem pela posse de informações reservadas que se chegou a tal avaliação. Ela tem o respaldo de uma massa de antecedentes de conhecimento público - a folha corrida do sistema de poder petista - e na certeza, disso derivada, de que a armação contra Francenildo resultou, como tantas outras, da ética dos fins que justificam os meios. É o que libera o uso do Estado para o acobertamento de ilícitos de toda sorte e para a perpetuação, no seu comando, do partido e de sua figura máxima.

As revelações dos últimos dias sobre a mon-

tagem da versão sórdida de que Francenildo teria acusado Palocci por estar a soldo da oposição não apenas confirmam que se cometeu um crime de governo - a mando do seu mais reverenciado ministro -, mas evidenciam que a trama foi além da Fazenda e da Caixa. Para destruir a reputação do caseiro, Palocci mobilizou assessores diretos do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Queria que aticassem a Polícia Federal contra o seu denunciante. Chamou-os à sua casa na noite em que o presidente da Caixa, Jorge Mattoso, lhe entregou os extratos de Francenildo.

Quando os assessores - o chefe de gabinete Cláudio Alencar e o secretário de Direito Econômico Daniel Goldberg - repassaram a Palocci a informação da autoridade policial de que não havia base para a sua pretensão, este recorreu a outro golpe baixo. Acionou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do governo para que declarasse Francenildo suspeito de "lavagem de dinheiro", obrigando assim a polícia a investigá-lo. A cúpula do Coaf poderia ter se recusado, mas preferiu compactuar com a violên-

cia. O mesmo já haviam feito Mattoso, um consultor e dois funcionários da Caixa.

Depois de mentir sobre o esquema torpe, Mattoso entregou o ministro, ao depor na PF. E fez vaziar a história de que reagiu com um palavrão quando Palocci quis que ele aceitasse ser o bode expiatório do escândalo. Essa também teria sido a reação do ministro da Justiça

quando Palocci cobrou dele mais dureza da polícia contra Francenildo. A conduta de Thomaz Bastos no caso parece ambígua. Mesmo alertado por seus assessores das ações delituosas de Palocci, cobriu-o de elogios numa entrevista e declarou não haver motivo para a Polícia Federal apurar a quebra de sigilo do caseiro. Mudou de idéia dois dias depois.

E no domingo, quando a revista *Veja* e o jornal *Folha de S. Paulo* publicaram novos detalhes da trama de Palocci, deu ordem a seus auxiliares Daniel Goldberg e Cláudio Alencar para que fossem à Polícia Federal, "entregar" Palocci - para "limpar sua barra".

Foi nessas reportagens de domingo que se revelou que Bastos advertira Lula, antes da decisão de demitir o ministro, de que o seu colega

da Fazenda era o provável mandante da invasão da conta do caseiro. (Um dos mais próximos colaboradores de Palocci, jornalista Marcelo Netto, por sua vez, teria sido o divulgador dos extratos.) O que põe em causa o comportamento do chefe de governo. Admita-se, à falta de prova em contrário, que ele não soube dos fatos antes, embora tenha sido no Palácio do Planalto, a pouca distância do seu gabinete que Palocci determinara a Mattoso o arrombamento da conta de Francenildo.

Mas, entre a denúncia de Bastos e o desmetido de Palocci, Lula ficou com este último, pelo menos em público. Efetivamente, à luz de seus fatos incontestados, o discurso do presidente na transmissão de cargo de Palocci para Guido Mantega foi um prodígio de hipocrisia.

Lula não só o chamou de "grande irmão" espetacularmente alheio ao sentido que se pode aplicar ao termo nesse contexto - como investiu no papel de vítima de achincalhes leviandades. Mais compostura não teria feito mal ao presidente. No caso de Palocci, menos truculência teria preservado o seu mandato. Mas, sendo o que é este governo, quando se pensa que os seus "erros" e a sua soberba esgotaram, sempre tem mais.





Rua Francisco Leiteiro 339 cj. 122 05414-025
São Paulo SP Brasil
Tel: 55 11 30623436
e-mail: tbrasil@transparencia.org.br
www.transparencia.org.br

Estudo de conformidade do ambiente brasileiro com a Convenção Interamericana Contra a Corrupção da OEA

Março/2006

Pedro Lehmann Baracui

Introdução

O presente Estudo tem por objetivo novo exame de conformidade da legislação e do ambiente institucional brasileiro com a Convenção, em especial de alguns artigos e incisos, segundo consideração do Comitê dos Expertos da MESICIC (Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana de Combate à Corrupção). Os artigos selecionados para revisão são: artigo III, pontos 1, 4, 9 e 11, e artigo XIV pontos 1 e 2.

A Transparência Brasil já havia realizado um Estudo de Conformidade da legislação e do ambiente institucional com a Convenção Interamericana de Combate à Corrupção em abril de 2003,¹ no qual se examinaram todos os pontos do instrumento de forma a determinar a conformidade da legislação brasileira e das instituições encarregadas de implementá-las, até aquele momento.

Agora, procuramos avaliar o ambiente institucional em seu aspecto formal, legislado, mas também na sua atuação prática. Trata-se de um aspecto difícil de ser analisado, fundamentalmente em razão da falta de informações e estatísticas sobre a atuação dos órgãos de controle. Buscamos o máximo de informação possível, e as que foram localizadas estão incluídas neste Estudo. A identificação das legislações que dão cumprimento às exigências da Convenção significa que as condições formais para a conformidade são dadas; contudo, isso não implica que haja conformidade prática em todos os casos. De pouco adianta a vontade expressa na lei se o Estado não organizar os meios materiais para realizar o que é determinado pelas normas.

Isso é válido em relação às obrigações contidas nos artigos que estarão em exame e principalmente para a análise dos artigos III.1 (Normas de conduta para um desempenho correto, honrado e adequado das funções públicas), III.4 (Sistemas para declaração das receitas, ativos e passivos por parte das pessoas que desempenham funções públicas) e III.9 (Órgãos de controle superior, a fim de desenvolver mecanismos modernos para prevenir, detectar, punir e erradicar práticas corruptas).

Federação

Em primeiro lugar, é necessário ter em mente, ao se analisar o que tem feito o **Brasil** (a nação, em contraposição ao governo federal) no tocante ao combate à corrupção, algumas características essenciais do Estado brasileiro. Trata-se de um Estado federal extremamente

1 Leovegildo Moraes e outros: "Estudo de conformidade do ambiente institucional brasileiro com a Convenção Interamericana Contra a Corrupção da Organização dos Estados Americanos, 2003". Transparência Brasil, 2003 (<http://www.transparencia.org.br/docs/OEA.html>).

descentralizado, fato que se evidencia por existirem três níveis de entes federados: a União, 27 estados-membros e 5561 Municípios.²

Cada um dos estados possui uma Assembléia Legislativa e cada um dos municípios possui uma Câmara de Vereadores – com competências próprias definidas na Constituição Federal. Além disso, há um órgão do poder executivo para cada estado e para cada município. E existe uma Justiça Estadual em cada estado, para a generalidade dos casos, e uma Justiça Federal para os casos em que a União e suas entidades estejam vinculadas.

A descentralização e divisão de competências tornam árdua a tarefa de estabelecer políticas uniformes de combate à corrupção, pois as competências são partilhadas em grande medida pelos entes políticos dos três níveis de governo. As alternativas para se estabelecer regras uniformes estão na legislação penal ou civil, por exemplo, que são da competência exclusiva da União e a todos obriga, ou mediante alterações na própria Constituição Federal. Este último caminho, porém, demanda enormes esforços políticos para debelar resistências, o que é difícil quando se trata de matérias impopulares no meio político como é o combate à corrupção – operação em que o beneficiado é sempre alguém que controla a estrutura do Estado.

Para se ter uma idéia do que implica tal descentralização para o esforço envolvido no tema deste estudo, basta mencionar que o maior Produto Interno Bruto (e, conseqüentemente, o orçamento) da federação é, obviamente, o da União³ (R\$ 1,556 trilhão); o segundo e terceiro PIBs são dos dois maiores estados (São Paulo: R\$ 494,814 bilhões; Rio de Janeiro: 190,384 bilhões); mas o quarto maior PIB do país é o de um município (Município de São Paulo: R\$ 146,855 bilhões).

O orçamento do estado de São Paulo, segundo maior do país, foi de R\$ 69,6 bilhões para 2005⁴ enquanto que o da cidade de São Paulo, quarto maior do país, atingiu R\$ 16,7 bilhões⁵. Pode-se imaginar que os problemas com a corrupção afligirão a administração federal de forma não muito diversa da que atinge os estados e grandes municípios. Todos são dotados de competência para adotar leis e medidas administrativas em suas esferas de poder, no controle de seus procedimentos e funcionários.

Para se aferir a autonomia municipal no Brasil, por exemplo, basta observar que é elevada (maior que 90%) a proporção de municípios que possuem os quatro instrumentos financeiros legais obrigatórios: a Lei Orgânica do Município, o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual.⁶

Duas pesquisas realizadas pela Transparência Brasil entre empresas privadas em 2002 e 2003

2 CENSO IBGE, 2000 (<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>).

3 IBGE, “Contas regionais do Brasil 2003”

(<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003/tabela02.pdf>) e (<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2003/tab02.pdf>).

4 Conforme notícia no sítio Internet do Governo do Estado de São Paulo: (<http://www.saopaulo.sp.gov.br/sis/lenoticia.php?id=59680>).

5 Conforme o sítio internet da Prefeitura de São Paulo: (http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=4803).

6 IBGE, “Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2001” (<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12112003munic2001html.shtm>)

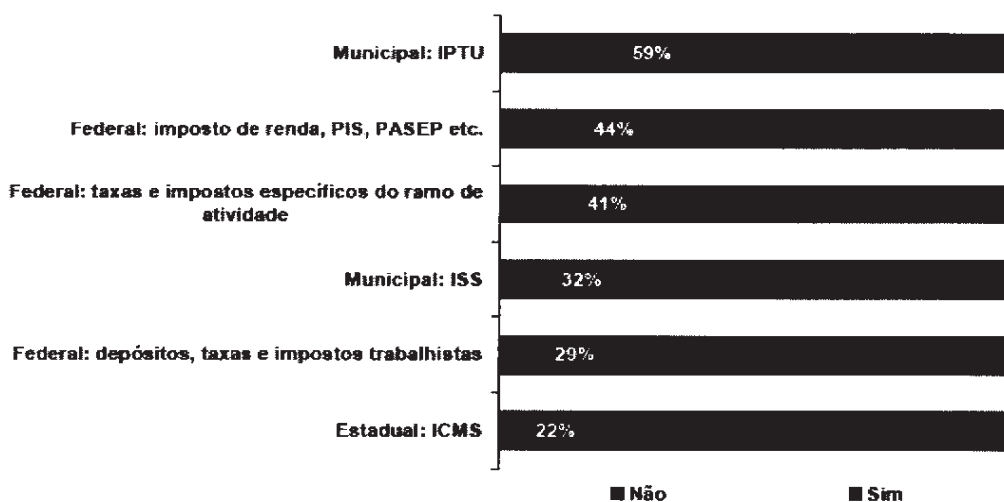
mostraram que problemas com corrupção em licitações públicas são avaliados como mais graves no plano estadual do que no federal. Os resultados da pesquisa de 2003 foram:

Em sua experiência, a corrupção em licitações é um problema grave no plano

	<i>Municipal</i>	<i>Estadual</i>	<i>Federal</i>
<i>Não</i>	10%	3%	8%
<i>Sim</i>	90%	98%	93%

Igualmente, a corrupção na arrecadação tributária revelou-se mais presente no plano estadual.⁷ Note-se ainda a vulnerabilidade do Imposto Sobre Serviços (municipal), o terceiro da lista.

Tributos mais vulneráveis

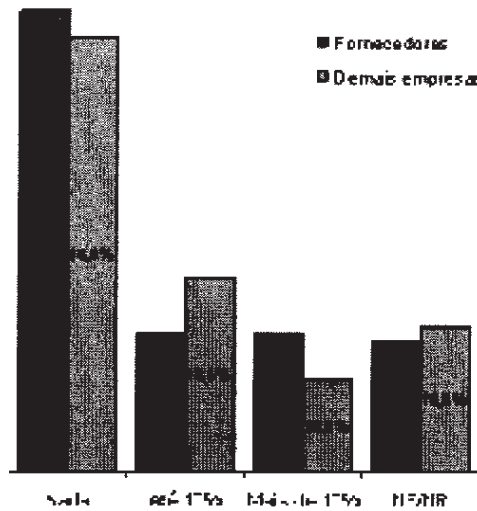


Todos os dados empíricos disponíveis apontam para a gravidade do problema da corrupção nas três esferas. Uma extensa pesquisa realizada no município de São Paulo em 2002 no âmbito de parceria entre a Prefeitura, o Banco Mundial e a Transparência Brasil ajudou a exibir onde e como a corrupção afeta as relações entre a administração e a comunidade. Por exemplo, indagou-se das empresas sediadas na cidade o montante em recursos – em tempo e valor proporcional despendidos – que firmas investem na obtenção de favorecimentos particulares no trato com a Prefeitura. Os gráficos seguintes resumem a situação reportada:⁸

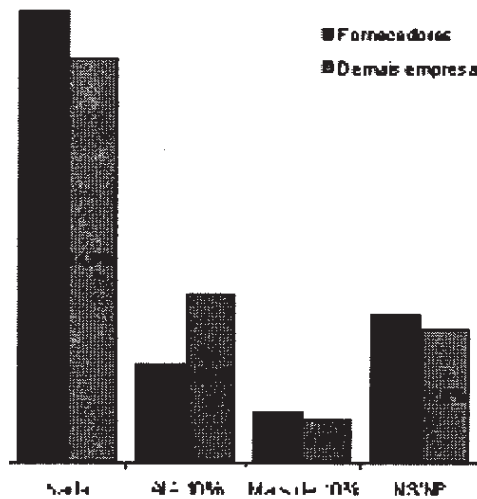
Porcentagem do tempo gasto em atenção a funcionários públicos

7 Claudio Weber Abramo: “Corrupção no Brasil: A perspectiva do setor privado, 2003”. Transparência Brasil e Kroll (abril de 2004). <http://www.transparencia.org.br/docs/perspec-privado-2003.pdf>

8 Bruno Wilhelm Speck e Claudio Weber Abramo (coords.): “Corrupção na municipalidade de São Paulo – Levantamento de percepções, experiências e valores”. PMSP, Banco Mundial e Transparência Brasil, 2003. (<http://www.transparencia.org.br/docs/PMSP.pdf>; também disponível no site do Instituto do Banco Mundial).



Porcentagem do faturamento gasto em atenção a funcionários públicos



Se é assim na prefeitura de São Paulo, que recebe atenção sistemática da imprensa, imagine-se no restante das municipalidades brasileiras, que são muito menos sujeitas a escrutínio.

Conhecer a configuração descentralizada do Estado brasileiro e saber que a conseqüente dispersão traz dificuldades para a implementação de qualquer política em nível nacional, é fundamental para se analisar os programas e políticas adotadas contra a corrupção.

Deve-se mencionar a existência de um esforço legislativo recente, concentrado nos últimos cinco anos ou um pouco mais, no sentido de estabelecer uma estrutura formal mais adequada para o controle dos atos da Administração federal e de alguns governos regionais ou locais.

Desse esforço fazem parte, por exemplo, no governo federal, o “Sistema de Correição do Poder Executivo Federal”, estabelecido por decreto presidencial em 2005, e o “Código de Conduta da Alta Administração”, publicado por decreto em 2000. Essas são regras de apenas um dos níveis de governo – o Federal; e de apenas um dos poderes – o Executivo.

Regras que não afetam as administrações dos 27 estados, nem dos mais de 5 mil municípios existentes no país e que tampouco obrigam os agentes dos poderes legislativo (existente nos três níveis) e judiciário (federal e estaduais).

Uma ação de fiscalização da CGU nos municípios, definidos por sorteio, demonstra a dimensão do desafio: dentre os sessenta municípios pesquisados no 17º sorteio (16/08/2005), há indícios de desvios em trinta relatórios analisados pela Transparência Brasil – em licitações públicas, na forma de estocar medicamentos ou merenda, na destinação das verbas repassadas pelo governo federal etc.⁹

Assim, podemos afirmar que às três esferas do Executivo brasileiro incumbe fazer mais do que tem feito para estabelecer mecanismos para a prevenção da corrupção. O que não quer dizer, necessariamente, que o governo federal, de estados ou municípios específicos tenham deixado de editar normas de conduta ou de implementar mecanismos burocráticos voltados para efetivá-las na sua esfera de poder. Esta aparente contradição resolve-se ao se compreender que a forma do Estado brasileiro é complexa, e que demanda ações complexas na mesma medida.

Apesar de a responsabilidade do governo federal não poder ser estendida às demais esferas, cabe-lhe propugnar pela completa implementação da Convenção junto aos demais entes federados (estados e municípios) e poderes (legislativo e judiciário), mesmo não sendo responsável direto por sua implementação nos outros níveis de governo e nos outros poderes – especialmente considerando-se que o ente que se obriga internacionalmente pela Convenção é a União Federal.

Neste sentido é auspiciosa a criação, em janeiro de 2006, da Secretaria Nacional de Prevenção à Corrupção e de Informações Estratégicas, que faz parte da estrutura da Controladoria-Geral da União. Entre suas competências estão o incremento da transparência na administração, o fomento ao controle social, a prevenção dos conflitos de interesse e o tratamento de inteligência a informações estratégicas, além do acompanhamento da evolução patrimonial dos agentes públicos federais. Com isso, inicia-se o tratamento do combate à corrupção como uma questão estratégica – posição sempre defendida pela Transparência Brasil.

Outras ações ainda são necessárias. Com incentivos financeiros aos entes que providenciarem instrumentos de combate à corrupção nos moldes preconizados pela Convenção Interamericana, por exemplo, poderia a União esclarecer a sociedade e os agentes públicos do país sobre as responsabilidades de cada ente sobre o tema e favorecer a implementação da Convenção no país todo, facilitando a adoção, inclusive, de uma política mais uniforme de combate à corrupção.

Normas

9 Ver em: <http://www.cgu.gov.br/index.htm>

De maneira geral, muitas das leis mais importantes para dar cumprimento à Convenção foram promulgadas e estão em vigor. De fato, há normas gerais, aplicáveis à totalidade dos agentes públicos de todos os entes federados e de todos os poderes, que prevêm normas de conduta para o correto desempenho das funções públicas; e há outras tantas aplicáveis aos servidores da Administração federal que merecem menção.

As mais importantes normas válidas para qualquer agente público no Brasil podem ser identificadas:

→ o Código Penal, que tipifica os crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, entre os quais as condutas de apropriação indevida de recursos de que tem a posse em razão da função (artigo 312, crime de peculato), de exigir vantagem indevida em razão da função (artigo 316, crime de concussão), e o de solicitar ou receber, em razão da função pública, vantagem indevida (corrupção passiva, artigo 317), de deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente (condescendência criminosa, artigo 320), de patrocinar interesse privado perante a administração (advocacia administrativa, artigo 321) etc.

Importante mencionar que o governo federal encaminhou, em junho de 2005, projeto de lei ao Congresso – ainda não aprovado – tipificando a conduta de enriquecimento ilícito como crime contra a Administração, inserindo o artigo 317-A no Código Penal:

(Art. 317-A. Possuir, manter ou adquirir, para si ou para outrem, o funcionário público, injustificadamente, bens ou valores de qualquer natureza, incompatíveis com sua renda ou com a evolução de seu patrimônio: Pena - reclusão, de três a oito anos, e multa. Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas o funcionário público que, embora não figurando como proprietário ou possuidor dos bens ou valores nos registros próprios, deles faça uso, injustificadamente, de modo tal que permita atribuir-lhe sua efetiva posse ou propriedade.)

→ A Lei da Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), que define e comina punição aos atos de enriquecimento ilícito no exercício da função pública, os atos que causam prejuízo ao erário e os atos que violam os princípios (valores) constitucionais da administração pública – que podem ser praticados por qualquer agente público, em qualquer condição.

→ E a Lei Complementar 101, de 2002, denominada “Lei de Responsabilidade Fiscal”, que estabelece obrigações de transparência, controle e fiscalização da gestão fiscal e, entre outras medidas, exige que as contas apresentadas pelo Chefe do poder executivo fiquem disponíveis, durante todo o exercício, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade (artigo 49).

→ Ainda merece referência o antigo Decreto-Lei nº 201, de 1967, que estabelece os crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais e “ilícitos político-administrativos” desses mandatários, prevenindo conflito de interesses entre outras faltas.

Há, ainda, muitas normas aplicáveis aos servidores da Administração federal:

→ o estatuto do servidor público (Lei nº 8.112, de 1990) previne diversas formas de conflitos de interesses, classificando-os como falta grave do servidor federal e ensejando demissão;

- o Código de Conduta da Alta Administração (de 2000), *código de adesão* que estabelece regras básicas para evitar o conflito de interesses públicos e privados e limitações às atividades profissionais posteriores ao exercício de cargo público;
- o Código de Ética do Servidor Público Civil Federal (Decreto nº 1.171/1994);
- por fim, pode-se mencionar o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos em exercício na Presidência e Vice-Presidência da República (Decreto 4.081/2002).

Instituições de controle

Para controlar todo esse arcabouço ético-normativo imposto aos servidores federais, há um sistema burocrático de controle interno na administração federal. A Comissão de Ética Pública, criada por Decreto em 26 de Maio de 1999, controla 1.312 autoridades de primeiro e segundo escalões, por meio de suas declarações de bens e rendas, feitas para esse fim.

A Ouvidoria-Geral da União, criada pelo Decreto nº 4.490/2002 na estrutura regimental da então Corregedoria-Geral da União (que passou a ser denominada Controladoria-Geral da União), tem a incumbência de emitir parecer sobre representações relacionadas com procedimentos e ações de agentes públicos, órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; propor a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões dos responsáveis pela inadequada prestação do serviço público; produzir estatísticas indicativas do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Federal, a partir de manifestações recebidas; contribuir com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos; congrega e orienta a atuação das demais unidades de ouvidoria dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

No ano passado foi estabelecido o “Sistema de Correição do Poder Executivo Federal” (Decreto 5480, de 2005), encabeçado pela Controladoria-Geral da União (criada pela Medida Provisória nº 2.143-31, de 2001) e corporificado por uma corregedoria em cada Ministério, sendo que os corregedores serão indicados pelo Ministro de Estado do Controle e da Transparência.

O Decreto 5.483, de 2005 regulamentou a Sindicância Patrimonial, prevista na Lei 8.429 de 1993, um procedimento de controle que visa apurar os casos de enriquecimento ilícito de servidores públicos, a partir de sinais exteriores de riqueza. Confronta a remuneração do servidor e de seus parentes e seu patrimônio ou o padrão de vida, a fim de verificar incompatibilidades. Esse trabalho será possível por meio de convênio a ser firmado entre a Controladoria-Geral da União e a Secretaria da Receita Federal, assim como da identificação de operações financeiras suspeitas, realizadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), unidade de inteligência financeira do Brasil.

Em janeiro de 2006, o governo federal criou por decreto uma Secretaria Nacional de Prevenção à Corrupção e de Informações Estratégicas, que faz parte da reestruturação da Controladoria-Geral da União.

Há ainda outras iniciativas no âmbito federal que devem ser mencionadas:

A Controladoria-Geral da União está iniciando um trabalho de elaboração dos critérios para definir as “Pessoas Politicamente Expostas”, que estarão sob fiscalização mais atenta dos bancos e órgãos de controle, especialmente quanto às suas movimentações financeiras. A ação está no âmbito de aplicação da Convenção da ONU contra a Corrupção e da Recomendação nº 6 do Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro¹⁰ (GAFI) e abrangerá funções e cargos dos três poderes e dos três níveis da federação, inclusive parentes dos agentes. Corresponde à meta nº 1 da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos (ENCLA), que envolve toda a estrutura estatal federal de prevenção e combate ao crime, dos três poderes, e algumas entidades da sociedade civil.¹¹

Em janeiro, conforme mencionado, foi criada a Secretaria Nacional de Prevenção à Corrupção e de Informações Estratégicas (Decreto 5.683, de 24 de janeiro de 2006) na estrutura da CGU. Entre suas competências estão o incremento da transparência na administração, o fomento ao controle social, a prevenção dos conflitos de interesse e o tratamento de inteligência a informações estratégicas, além do acompanhamento da evolução patrimonial dos agentes públicos federais, com vistas a observar a existência de sinais exteriores de riqueza e identificar eventuais incompatibilidades com sua renda declarada. No processo de estruturação da nova Secretaria, a Transparência Brasil participará como consultora, cooperando na definição dos seus objetivos estratégicos e na sua configuração institucional. Um dos focos do trabalho conjunto da CGU e da Transparência Brasil, no bojo da nova estrutura burocrática, será o desenho de um “mapa de risco da corrupção nas instituições públicas”, a partir do qual ações prioritárias poderão ser identificadas e implementadas.

Complementa a estrutura do governo federal o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI - criado por meio do Decreto n.º 4.991, de 18 de fevereiro de 2004), subordinado à Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) do Ministério da Justiça. O Departamento tem como principais funções definir políticas e desenvolver a cultura de combate à lavagem de dinheiro. Objetiva a recuperação de ativos enviados ao exterior de forma ilícita e de produtos de atividades criminosas, tais como as oriundas do tráfico de entorpecentes, do tráfico ilícito de armas, da corrupção e do desvio de verbas públicas. Além disso, o DRCI é responsável pelos acordos internacionais de cooperação jurídica internacional, tanto em matéria penal quanto em matéria civil, figurando como autoridade central no intercâmbio de informações e de pedidos judiciais por parte do Brasil

10 O GAFI - Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro (ou FATF - Financial Action Task Force on Money Laundering) foi criado em 1989 pelo G-7, no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, com a finalidade de examinar medidas, desenvolver políticas e promover ações para combater a lavagem de dinheiro. Para detalhes, acessar (<http://www.fatf-gafi.org>).

11 Para ter acesso à estratégia da ENCLA, acessar: (<http://www.mj.gov.br/drci/documentos/ENCLA%202006.pdf>).

Estruturas constitucionais de controle

As estruturas constitucionais de controle são compostas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Ministério Público (MP).

O TCU auxilia o Congresso Nacional no controle externo da Administração direta e indireta, exercendo fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas (conforme o artigo 70 da Constituição Federal). Os estados e municípios serão fiscalizados por Tribunais de Contas dos estados, conforme determina a Constituição: “As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios”. Só há Tribunal de Contas exclusivo de um município no Rio de Janeiro e em São Paulo; nos estados do Pará, Goiás e Bahia há um Tribunal de Contas dos municípios; nos demais estados, o Tribunal de Contas do Estado verifica as contas dos municípios.

Os Tribunais de Contas, no entanto, apresentam problemas relacionados à sua metodologia, ultrapassada, que verifica apenas as contas apresentadas pelos entes públicos e não os processos. Portanto, quando a corrupção é feita com alguma competência, ela não aparece nas contas e não será detectada pelo Tribunal de Contas, sendo vão o seu esforço.

Demonstração disso é o Cadastro de Responsáveis com Contas Julgadas Irregulares¹² – CADIRREG – publicado pelo TCU e que identifica as pessoas físicas e jurídicas cujas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas tenham sido julgadas irregulares pelo Tribunal. São publicadas duas listas: uma com os nomes dos cidadãos inabilitados para a função pública e outra com as empresas inidôneas para participar de licitações públicas. Com atualização até 09/02/2006, a primeira lista conta com 42 pessoas inabilitadas e a segunda, com 11 nomes de empresas. O TCU consumiu pouco mais de R\$ 782 milhões no ano de 2005.¹³

O Ministério Público complementa as estruturas constitucionais de controle. É uma instituição permanente da República, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (conforme o artigo 127 da Constituição Federal). É titular da ação penal pública e das ações cíveis contra interesses públicos, coletivos ou individuais indisponíveis.

Iniciativas locais

Há exemplos de iniciativas regionais e locais que podem ter impacto significativo. Um exemplo é o “Programa Anti-corrupção nas Subprefeituras de São Paulo”, resultado de uma parceria entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Transparência Brasil¹⁴. Dentre as diversas ações previstas, algumas já elaboradas, encontram-se: um sistema de Disque-Corrupção; a estruturação de um sistema de Ouvidorias; o levantamento do mapa de riscos de

12 Ver (www.tcu.gov.br/CADIRREG.htm).

13 Ver a Lei Orçamentária Anual para 2005 em (http://www.camara.gov.br/intemet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2005/Red_Final/vol3/VOL3-TCU.pdf).

14 Para conhecer o programa, acessar: (<http://www.transparencia.org.br/miscelanea/subpref.html>); para ter acesso ao termo de parceria: (<http://www.transparencia.org.br/docs/TERMO.pdf>).

corrupção e outras ineficiências nas atividades e processos conduzidos nas Subprefeituras; a obrigatoriedade de uso de sistemas informatizados de compras por parte das Subprefeituras e o planejamento de sistemas de informação; desenvolvimento de mecanismos de ampliação da participação de empresas e da crítica de licitações realizadas no âmbito das Subprefeituras; instrumentos de informação detalhada sobre a execução orçamentária das Subprefeituras; e um sistema integrado de informações sobre a gestão e o controle das Subprefeituras, disponibilizado na Internet.

Efetividade

Pelo que se constata, não faltam instituições de controle e regras de conduta para os agentes públicos no Brasil, especialmente para aqueles da Administração federal.

Surpreendente, porém, é a verificação de que a efetivação dessas normas no Brasil ainda percorre um caminho árduo. Não fosse assim, o Congresso Nacional e o Governo Federal não teriam ficado meses paralisados, desde junho de 2005, diante de uma série de investigações policiais e parlamentares sobre denúncias que envolvem corrupção em uma dezena de empresas públicas e órgãos de governos, perpetradas por Deputados Federais, membros dos partidos políticos do governo e até da oposição e dirigentes das empresas estatais. Esquemas de corrupção que drenaram cifras bilionárias, em grande parte instalados nos últimos três anos. Eloqüente é o fato de que os esquemas em investigação não foram descobertos pelos mecanismos de combate à corrupção estatal, mas denunciado por um dos envolvidos, um Deputado Federal.

Então, quais fatores determinam a ineficácia parcial das leis já promulgadas?

Fim da improbidade administrativa para os agentes do 1º escalão

Antes de aprofundarmo-nos nos defeitos que apresentam os mecanismos de combate à corrupção, deve ser mencionado o risco iminente que corre a Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429, de 1992), um dos mais abrangentes e efetivos instrumentos.

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) até hoje e segundo seus próprios termos alcança agentes públicos de qualquer perfil e relação com a Administração direta ou indireta, em qualquer nível da federação, e com órgãos dos três poderes e de qualquer entidade de que participe o erário público com mais de 50% ou que receba subvenção, benefício ou incentivo fiscal ou creditício de órgão público – ou seja, essa lei gera responsabilização civil por improbidade sempre que há recurso público envolvido, em qualquer grau. As denúncias de improbidade podem ser feitas por qualquer pessoa à autoridade administrativa competente ou representar diretamente ao Ministério Público ou Tribunal de Contas. Caso haja indícios de irregularidade, caberá a propositura da ação de improbidade pelo Ministério Público ou pelas Procuradorias dos órgãos afetados.

Essa legislação tem enorme importância, dada a amplitude do seu alcance subjetivo e a previsão de punições para meras violações aos princípios da administração e para o enriquecimento ilícito, que não é crime no Brasil.

Não obstante, ela está prestes a perder grande parte de sua força, por decisão do Supremo Tribunal Federal. Há uma ação em julgamento (Reclamação 2138) que já obteve 6 votos favoráveis (como o Tribunal conta com 11 Ministros, somente a mudança de posição de pelo

menos um Ministro pode alterar seu resultado) à tese segundo a qual os “agentes políticos” não podem ser julgados com base nessa lei (Presidente da República, Ministros de Estado, Ministros do Supremo Tribunal Federal, Procurador-Geral da República, Governadores de estado e Secretários de estado). Os “agentes políticos” só poderão ser responsabilizados com fulcro em uma outra lei, de 1950, que define os chamados “crimes de responsabilidade” (lei nº 1.079 de 1950). Crimes esses que não são crimes, mas “infrações político-administrativas”, julgadas politicamente pelo Poder Legislativo de cada esfera. O mesmo poderá ocorrer com Prefeitos, para quem são previstas infrações da mesma natureza no Decreto-Lei nº 201, de 1967

Se confirmada a decisão, os agentes públicos mais expostos à corrupção de grande escala estarão protegidos da sociedade e do Ministério Público, que não os poderá processar em caso de improbidade. Terão que solicitar ao poder legislativo da esfera respectiva que os processe e condene, o que é mais difícil, dada a natureza das relações nesse poder, essencialmente políticas – o que resultará em decisões políticas, não técnicas.

Dito isso, voltemos à questão central, sobre as questões que influenciam negativamente a implementação dos mecanismos de combate à corrupção.

Falta de informação e controle nos órgãos de controle

O percurso que vai de uma denúncia ou ação de controle até, eventualmente, uma punição e recuperação dos recursos públicos deve ser ele próprio transparente, mas ainda não é, no Brasil.

As estruturas burocráticas de controle estabelecidas no Brasil, aí incluídas as ouvidorias, apóiam-se nas leis existentes para reduzir o espaço em que há possibilidade do agente público corromper-se. Para isso, recebem denúncias (ouvidorias e controladorias), tomam providências (como o controle da renda e patrimônio dos agentes, abertura de sindicâncias etc), diretamente (controladoria) ou por meio dos órgãos superiores de controle (como o Ministério Público e o Tribunal de Contas). Se este processo não for aberto e transparente, corre-se o risco de o sistema ser efetivo em algumas ocasiões (controle, identificação e punição), leniente em outras e, quem sabe, acobertar a corrupção em outras, ainda – a depender de circunstâncias políticas – o que é tão ou mais grave do que não ter controle algum.

As informações que se consegue acessar sobre todo o sistema de combate à corrupção no governo federal, por exemplo, não são suficientes para conhecer seu funcionamento. Segundo dados a que se tem acesso pela Internet no Relatório de Gestão da CGU, desde 2000, data dos primeiros registros, até fevereiro de 2006, 1.580 funcionários foram punidos com alguma das penalidades possíveis, sendo que 1.254 foram punidos com demissão. Pode-se saber quantos foram punidos com cada penalidade. Não sabemos quantas denúncias foram encaminhadas, de onde vieram e sobre o que versavam (o “banco de denúncias” na Internet está fora do ar). Não sabemos quantos procedimentos deram origem a inquéritos policiais ou processos judiciais etc.

Para se ter acesso aos dados que demonstram as atividades realizadas pela Ouvidoria-Geral da União no ano de 2005, por exemplo, a Transparência Brasil contactou o órgão durante sete dias úteis consecutivos. Quatro agentes públicos se negaram a enviá-los sob pretexto de não ter competência para decidir se podiam fornecer os dados – e quais dados poderiam ser enviados

– inclusive o assessor de imprensa e a responsável pela comunicação do órgão. A Ouvidoria-Geral interina foi a última a ser contatada. Pediu que enviássemos o questionário do MESICIC sobre a Convenção da OEA para que, então, fornecesse os dados. No oitavo dia de contato os escassos dados finalmente foram disponibilizados.

A Ouvidoria-Geral da União recebeu em 2005 o total de 1.625 “manifestações”; menos da metade do volume recebido no ano anterior, de 3.454, (segundo a Ouvidoria, em razão de o ano ter sido “atípico”, pois parte das manifestações de 2004 referiam-se aos anos anteriores) e mais do que no ano de 2003, que foi de 1.446. A grande maioria das “manifestações” foi enviada via correio eletrônico (92%). Segundo o órgão, 95% das “manifestações” recebidas em 2005 haviam sido “concluídas”, 2% haviam sido “sobrestadas” e 3% estavam em processamento. Essas eram as informações relevantes do relatório anual¹⁵.

Nenhum dado agregado sobre eventual padrão de incidência das reclamações (em quais órgãos, em que circunstâncias). Tampouco algo é dito sobre quais as providências tomadas para solucionar problemas reincidentes nas estruturas estatais que deram origem aos problemas.

Até agora, pode-se dizer que a Ouvidoria-Geral da União cumpre parcialmente seu papel, servindo de correia de transmissão em um sentido (da “manifestação” do público para a instituição sob exame, via ouvidoria), mas não no outro (em que as “manifestações” indicariam correções a serem feitas na estrutura institucional sob exame, dando-se uma satisfação ao público).

Estudo realizado pela Transparência Brasil sobre o funcionamento das ouvidorias do estado de São Paulo constatou que, na quase totalidade dos casos, os objetivos desse instrumento são apenas parcialmente atingidos. O estudo conclui que “alguns órgãos publicam números genéricos sobre seu atendimento (por exemplo, quantidade de atendimentos), informações essas que nada esclarecem sobre o efeito da Ouvidoria sobre o organismo que deveria controlar. Essa é uma atitude bastante comum, que revela uma preocupação maior com o desempenho da própria Ouvidoria enquanto receptora de reclamações do que com a resolução dos problemas apontados. Nesse tipo de relatório, o objeto é a própria Ouvidoria, e não a eficiência da repartição na qual se insere. Assim, apesar da superficialidade da presente abordagem, este estudo permite concluir que, no que tange a informação do público a respeito de suas atividades, as Ouvidorias do estado de São Paulo deixam de cumprir parte de seu papel.”¹⁶

Portanto, percebe-se que as Ouvidorias examinadas servem para canalizar reclamações e outras manifestações em relação aos serviços prestados no órgão que se queira vigiar, mas não completam seu trabalho, pois não apontam para os defeitos a serem corrigidos no organismo controlado. Para isso precisariam organizar os dados coletados, consolidando-os, para expor, como decorrência da experiência do cidadão, as deficiências da estrutura burocrática em questão.

15 No sítio da CGU (<http://www.cgu.gov.br/index.htm>) tem-se acesso aos relatórios de 2002, 2003 e 2004 da Ouvidoria-Geral da União. O de 2005 nos foi enviado diretamente.

16 Cláudio Weber Abramo e Helena Petridis: “Ouvidorias do Estado de São Paulo – Primeiras impressões”, Transparência Brasil, (Dezembro de 2005). (<http://www.transparencia.org.br/docs/ouvidorias-sp.pdf>).

Como organizar as ações de controle e combate à corrupção efetivas, em um sistema não sujeito a controle?

Se imaginarmos que algumas das ações de corrupção são denunciadas; que algumas denúncias feitas são averiguadas; que algumas denúncias averiguadas formam um processo de correção; que alguns processos administrativos chegam a uma decisão, alguns deles com punição; que alguns processos administrativos decididos vão ao Ministério Público para se averiguar a ocorrência de crimes ou ilícitos de improbidade; que algumas notícias chegadas ao Ministério Público tornam-se processos judiciais; que alguns processos judiciais levam a condenação; que algumas condenações recuperam o prejuízo ao erário etc. – como então aferir a eficiência deste sistema de controle? Com base em que dados? Como melhorar a eficiência dos atos administrativos que se pretende controlar? Enfim, para quê controlar?

O Brasil ressent-se de problemas interligados no que se refere ao acesso à informação. Por um lado, faltam informações sobre todas as etapas, em todos os níveis, dos diversos sistemas de controle e combate à corrupção. Por outro lado, falta uma lei que obrigue o Poder Público a fornecer, em prazo razoável, informações de interesse pessoal, coletivo ou público.

A falta de controle e informação sobre os mecanismos de combate à corrupção tem por origem e pano de fundo um fator cultural arraigado. Observa-se no país a dificuldade generalizada de apreensão da categoria do que é “público” – significando interesses e bens gerais, da maioria ou de todos os brasileiros. Esta característica decorre em parte do “patrimonialismo” – traço cultural fundador e unificador da sociedade no Brasil, que se firma desde o período colonial, tempo em que tudo era das “famílias” ou da “burocracia estatal”. Como alternativas à categoria raramente reconhecida do que seja “público”, são reconhecidos o “privado” e o (aparentemente) “sem dono”, que é, por isso mesmo, apropriado (pelo particular/família). A apropriação simbólica e real do recurso público pelos mandatários, neste passo, é uma decorrência trágica mas natural desse traço cultural; assim como é natural que, em uma sociedade que não reconhece o bem “público”, não haja prestação de contas – não prestam contas porque o recurso é deles ou não tem dono (não é público).

Lei de acesso a informação pública

Por outro lado, a inexistência de uma lei que obrigue o Poder Público a fornecer, em prazo razoável, informações de interesse pessoal, coletivo ou público, deixa de dar aplicação ao princípio constitucional do acesso à informação (CF, 5º, XXXIII). Há um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional (PL 219/03) já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça que regulamenta o texto constitucional. Um segundo projeto está sendo elaborado no âmbito do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, órgão colegiado e consultivo vinculado à Controladoria-Geral da União, de que participa a sociedade civil.

A questão do acesso à informação pública, se solucionada, significaria o início do deslinde daquela outra questão (falta de informação específica sobre o combate à corrupção). No entanto, pode-se resolver o acesso às informações sobre o combate à corrupção como parte do próprio processo de controle, por uma regulamentação adequada, que fixe obrigações específicas quanto à publicidade dos atos de controle, e sanções.

A falta de transparência das iniciativas de combate à apropriação do recurso público pelo setor privado existentes no Brasil apresentam à sociedade um esforço que não resulta em controle efetivo. Isso retira credibilidade das ações, que realimentam o ceticismo com o trato

do que é público. Sem acesso público completo e contínuo às informações sobre denúncias e processos de correição e combate à corrupção nunca se poderá avaliar a efetividade de um tal sistema.

Informação e judiciário

Um exemplo eloqüente da indisposição da burocracia estatal com o controle de seus atos é o Poder Judiciário. No Brasil, esse poder passou a ser “controlado” externamente a partir da criação, pela Emenda Constitucional nº 45 de 2005, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), composto por juizes, juristas e membros do Ministério Público¹⁷. A esse órgão compete exercer o controle administrativo da magistratura em todos os níveis, inclusive “elaborar e publicar semestralmente relatório estatístico sobre movimentação processual e outros indicadores pertinentes à atividade jurisdicional em todo o país”.

A idéia de controle externo sempre foi combatida pelos magistrados, e ainda o é¹⁸, apesar do CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro, ter sido criado recentemente. O seminário sobre “A Justiça em Números” realizado pelo Supremo Tribunal Federal em 2005, com base em estudos do Banco Mundial de 2003, é bastante eloqüente neste sentido¹⁹. Nele, a apresentação de dados confirma o congestionamento – e conseqüente ineficácia – do judiciário: na Justiça Estadual, a cada ano entram quase 2 mil processo e são julgados, em média, algo em torno de 1.400; na Justiça Federal, entram aproximadamente 1.300 processos e são solucionados pouco mais de 650. A conclusão apresentada no seminário pelo Presidente do STF é a de que, *verbis*, “os bancos de dados dos sistemas de andamento é a melhor fonte de informações” e que “a coordenação e centralização dos dados facilita o cálculo de estatísticas e indicadores da qualidade da justiça para o cidadão e para o governo judicial”.

Porém, utiliza-se o argumento – que delimita o âmbito de validade das conclusões, aparentemente corretas – de que “estatísticas tradicionais estão concentradas no estudo de ‘caso’ e na procura da ‘justiça do caso concreto’ num universo muito diverso de conflitos, onde **não existem dois casos iguais**”. Em seguida, afirma o estudo, apresentado pelo Presidente do Poder, que as seguintes dimensões **não são mensuráveis**: “seguridade jurídica, garantias processuais, igualdade perante a lei, o impacto econômico e social das decisões judiciais, a independência judicial, a imparcialidade, o acesso à justiça, a celeridade e a eficiência”.

Ora, se não há uniformidade nas informações, elas não informam nada além do seu próprio conteúdo – então, precisaríamos analisar cada sentença, cada processo e cada inquérito para levantar alguma hipótese válida sobre a justiça. Conclusão que, apesar de absurda, é proposta

17 Os Conselhos da magistratura (CNJ) e do Ministério Público (CNMP) são parte da estrutura do chamado “controle externo” da magistratura e MP, e figuram agora nos recém criados artigos 103-B e 130-A da Constituição Federal. O CNJ é composto por 9 magistrados, além de dois representantes do MP, dois representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e dois representantes da sociedade indicados um pelo Senado da República e outro pela Câmara dos Deputados – estes dão o caráter “externo” à carreira no órgão de controle.

18 Para ser um exemplo, o CNJ vedou, no Poder Judiciário, a contratação de parentes – o nepotismo. Ato contínuo, os servidores/parentes acionaram a Justiça para garantir seus empregos. Que foram garantidos, por meio de decisões liminares prolatadas, por óbvio, pelos magistrados de segundo grau, nos Tribunais – os grandes defensores de seus próprios privilégios familiares (mais de 400 liminares, segundo a imprensa). Decisão do Supremo Tribunal Federal (espécie de corte constitucional) confirmou a competência do CNJ para tais decisões e a conseqüente vedação ao nepotismo nesse poder.

19 (www.stf.gov.br/seminario/pdf/banco_mundial.pdf)

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, com sua resiliência, adaptabilidade e poder de reinvenção, o capitalismo, há séculos, se esmera em desmoralizar profecias sobre o seu colapso final.

Sem dúvida, um desses vaticínios mais famosos, devidamente refutado por posteriores realidades, foi propalado por Karl Marx. Em obras como o manifesto comunista, de 1848, escrito em parceria com Friedrich Engels, previa ele a destruição da classe média por força da polarização da luta de classes entre uma burguesia cada vez mais opulenta e diminuta, de um lado, e um proletariado cada vez mais numeroso e miserável de outro.

Menos de um século depois da publicação do manifesto, o que se viu, nos centros dinâmicos do capitalismo mundial, foi exatamente o oposto, com a ampliação e o fortalecimento econômico, social e político de uma vigorosa classe média, mais do que nunca habilitada para cumprir o papel histórico de equilibrador do sistema, o qual lhe fora atribuído por pensadores tão distanciados entre si no tempo quanto Aristóteles, Montesquieu, Tocquville e Raymond Aron.

Mas, ao deslocar o foco deste raciocínio para o nosso Brasil de hoje em dia, fico pensando se até mesmo a classe média deste lado de baixo do Equador não estaria submetida aos caprichos da síndrome da jabuticaba, fruta que só medra no Brasil.

A reflexão vem a propósito da divulgação recente de estudo da Universidade de Campinas (Unicamp), conduzido pelo economista e ex-secretário da prefeitura paulistana, Márcio Pochmann. O texto já se encontra disponível em forma de livro intitulado *Classe Média (desempenho e crise)*, da editora Cortez.

Os números extraídos do relatório Pochmann são alarmantes: nos vinte anos que vão de 1980 a 2000, nada menos que 10 milhões de brasileiros foram excluídos dessa classe, em sua esmagadora maioria caindo na proletarização. Melhor, aliás, seria dizer pauperização, já que, no mesmo período, o proletariado industrial brasileiro também encolheu significativamente, em razão de fatores entrecruzados e simultâneos, tais como a abertura comercial, a conseqüente onda de enxugamento de custos e reestruturação das empresas industriais, as quebras em séries das firmas incapazes de se readaptar aos novos tempos, o enxugamento do Estado via privatizações – e assim por diante.

De fato, o processo foi mais complexo, compreendendo um remanejamento para baixo entre os contingentes dos estados médio-alto, médio-médio e médio-baixo da classe média.

A renda da chamada classe média, integrada por quadros técnicos nos setores privado e público, levou um tombo de 32,2%, em 1980, para 23,1% em 2000, tendo como referência o total de renda dos membros assalariados urbanos da classe média.

Também decresceu a renda da classe média-alta, composta por gerentes e administradores: uma queda de 23,3% para 22,8% no mesmo período de duas décadas.

Já a renda da chamada classe média-baixa (professores, comerciários) subiu de 44,5% para 54,1%. Nas palavras do professor Pochmann, tais “dados mostram claramente o empobrecimento da classe média nos últimos anos”.

Em 1980, sempre de acordo com a pesquisa da Unicamp, 31,7% das famílias brasileiras eram de classe média. Duas décadas depois, somente 27,4% dos lares encaixavam-se nesse perfil, com renda entre um mil e meio e 17 mil reais mensais.

Não por coincidência, senhor presidente, foi este também o período de mais raquítico crescimento da economia brasileira.

Não é necessário ter lido o relatório Pochmann para conhecer de perto os dados dessa dolorosa equação. As pessoas da minha geração afligem-se diariamente com o futuro profissional dos filhos e mesmo dos netos, agora que conquistar (e manter) um bom emprego é um desafio muito mais difícil do que há vinte ou trinta anos. A oferta de candidatos academicamente qualificados é muito superior às vagas existentes, reflexo da ampliação do acesso à educação e à explosão de matrículas no ensino superior.

Para muitos rapazes e moças de classe média, as opções reduzem-se às alternativas do concurso público e do êxodo para o exterior. Dois entre dez graduados da universidade já procuram oportunidades fora do Brasil.

A opção do emprego estável via concurso público, por sua vez, esbarra não apenas no número limitado de vagas como nos limites à expansão da máquina estatal nos três níveis federados, impossibilitando a reprodução do fenômeno do florescimento de uma classe média cartorial, expressão cunhada pelo cientista político Hélio Jaguaribe para explicar a diversificação da estrutura social brasileira até meados do século passado.

Aliás, Sr. Presidente, a total retirada do Estado ou a degradação da qualidade dos serviços por ele prestados em áreas-chave como saúde, segurança e educação foi e continua sendo um sério fator de comprometimento da renda das famílias de classe média.

Nem mesmo a expansão recente das exportações foi capaz de inverter a tendência, pois a concentração

da pauta em commodities de baixo valor agregado criou 1,2 milhões de postos de trabalho em 2005 que em sua esmagadora maioria pagam um salário mínimo apenas.

Na realidade, quem tem maior escolaridade está mais vulnerável a ameaça do desemprego. Mais uma vez, a palavra está com o economista Pochmann: “O índice de desempregados com menos de um ano de escolaridade aumentou 188%, no decênio 1989-1998, enquanto o número de desempregados com oito anos ou mais de instrução formal triplicou, crescendo espantosos 620%. Ao mesmo tempo, o exército de desempregados com quatro a sete anos de estudo experimentou crescimento de 268%”.

Arrisco-me a acrescentar que a proliferação nos contingentes a serviço do crime organizado é, em grande medida, reflexo da crescente dificuldade de milhares de jovens para manter o status de classe média desfrutado por seus pais ou para a ele ascender a partir de uma situação de pobreza.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, sob o ângulo da política, a pauperização da classe média já abriu, em países vizinhos, como Venezuela, Argentina e Bolívia, a porteira para o neopopulismo demagógico, cevado na miséria das massas. Qual a capacidade que a ainda jovem democracia brasileira teria para contornar esse tipo de impasse?

O melhor é não pagar para ver e reconhecer que uma das tarefas mais árduas e urgentes do próximo governo, quem quer que seja o presidente da República a sair das urnas em outubro, será a retomada e o aprofundamento de uma agenda de reformas, principalmente voltadas à redução das despesas não-financeiras do Estado (que cresceram substancialmente no governo Lula), à redução da carga tributária (algo impossível sem esse corte de gastos públicos) e à modernização da legislação trabalhista de maneira a reduzir a informalidade e estimular a oferta de postos de trabalho de qualidade para a classe média brasileira, estimulando a mobilidade ascendente entre seus estratos e incrementando oportunidades de acesso a egressos da classe trabalhadora.

Era o que eu tinha a comunicar, Sr. Presidente. Muito obrigado!

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, no atual contexto da economia globalizada, a concorrência acirra-se em níveis sem precedentes, tornando-se um portentoso desafio, para as empresas, manter-se competitivas, especialmente em face de suas concorrentes espalhadas pelo mundo.

A par da sempre difícil concorrência dos estabelecimentos instalados nos maiores centros do capitalismo mundial, a indústria brasileira precisa preocupar-se – e muito –, nos dias que correm, em não ser sobrepujada na competição com os produtos oriundos de uma série de países emergentes, como China, Índia, Rússia, Coreia, Malásia ou Cingapura. Apresentando uma sólida trajetória de crescimento econômico ao longo dos últimos anos, diversos desses países consolidaram posições muito favoráveis no mercado mundial, logrando oferecer seus produtos a preços altamente competitivos para os consumidores dos mais diversos quadrantes do globo terrestre.

Nesse empenho diuturno para superar a concorrência – que significa, em última análise, uma luta pela própria sobrevivência da empresa –, um elemento essencial que o empreendedor sempre precisa ter em mente é a busca por ganhos de produtividade, o que passa, entre outros fatores, pela inovação de técnicas e métodos produtivos, bem como pelo desenvolvimento de novos produtos, preferivelmente produtos que agreguem tecnologia cada vez mais avançada.

Por isso mesmo, não poderia deixar de vir a esta tribuna para congratular-me com a alta direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por sua decisão de reduzir o *spread* de seus empréstimos para investimento, principalmente em inovação das empresas.

Independentemente da expectativa pela adoção de medidas de ordem macroeconômica capazes de incentivar a produção, a diretoria daquela agência governamental de fomento tomou a iniciativa de fazer algo que estava ao seu alcance, atitude que merece todo o nosso apoio.

Para 2006, a política operacional do BNDES prevê juros subsidiados com recursos próprios para investimento em inovação, que passa a ser prioridade. A instituição derrubou em 30% as taxas básicas de *spread*, que passam de 2% para 1,4%. Isso significa que o BNDES subsidiará em 15 milhões de reais a redução do *spread* para o crédito de 500 milhões de reais destinados ao desenvolvimento de “novos produtos”.

Os empresários que estiveram presentes à cerimônia em que foi anunciado o corte nos juros do BNDES enfatizaram seu reconhecimento ao avanço representado pela nova decisão da diretoria daquele banco estatal, embora tenham registrado, também, sua expectativa por um ritmo mais acelerado de corte na Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP), definidora do custo do dinheiro destinado à produção. Afinal, em dezembro, depois de uma imobilidade de 21 meses, a TJLP foi reduzida pelo Conselho Monetário Nacional

(CMN) em 75 centésimos de ponto porcentual, ficando em 9% ao ano.

De fato, considerando-se que o “risco Brasil” encontra-se em seu mais baixo patamar desde que começou a ser calculado e que o Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPC–A) vem recuando, o conjunto dos analistas e dos agentes econômicos entende que a Taxa de Juro de Longo Prazo já poderia ter sofrido uma redução mais acentuada, haja vista serem esses os dois componentes da fórmula de cálculo da taxa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ao anunciar a queda nas taxas básicas de **spread** da instituição, o Presidente do BNDES, Guido Mantega, foi enfático em garantir que essa redução não representava uma medida aleatória, estando vinculada a um projeto de desenvolvimento do Brasil.

Devemos esperar que sim, que a medida do BNDES esteja, de fato, inserida numa perspectiva mais ampla de política industrial e de desenvolvimento, pois está correta a percepção manifestada, na mesma solenidade, pelo Diretor de Planejamento da instituição. Como afirmou o economista Antônio Barros de Castro, as alternativas com que se defronta o produtor nacional são: atualizar-se, ou ser suplantado e sufocado pela concorrência dos demais países emergentes, ou, ainda, regredir para a produção de produtos primários.

O setor produtivo nacional já está bem cômico de que inovação é elemento fundamental para competir. Sobre esse ponto, não há dúvida. As novas medidas do BNDES mostram que o banco está sintonizado com essa percepção do empresariado. A política operacional do banco visa a adequar instrumento de apoio financeiro às diretrizes da política industrial e de comércio exterior do Governo. O apoio à inovação resume a atual política industrial, que privilegia os setores de alta tecnologia. Importa, agora, transformar esse privilégio em intenção de investimento. E projetos não faltam. Afinal, existem 125 bilhões de reais “em consulta” na carteira do banco.

A redução do *spread* anunciada pelo BNDES – que será realizada com capital próprio do banco – é medida de grande relevância. É desejável, porém, que sejam adotadas medidas com o mesmo sentido no âmbito da política fiscal e monetária, pois só assim conseguiremos impulsionar decisões empresariais de realização de investimentos de grande porte.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a condução segura que o Governo tem persistido em dar à nossa economia vem produzindo bons frutos. Os diversos índices que medem o comportamento da inflação mostram-na, consistentemente, sob controle. Os títulos de nossa dívida encontram ótima aceitação

nos mercados. O “risco Brasil” situa-se nos seus mais baixos patamares históricos. Todas essas conquistas consolidam as condições para que, a partir de agora, o País se lance numa trajetória mais veloz de crescimento. Debelada a inflação, estabilizados os fundamentos da economia nacional, o Brasil poderá, daqui para frente, crescer num ritmo mais intenso.

E é importante, com efeito, que não percamos o momento histórico. Muitos dos demais países emergentes – nossos concorrentes mais diretos, aqueles que têm características similares às nossas – têm crescido, nos últimos anos, a taxas superiores àquelas que a economia brasileira tem conseguido alcançar. Precisamos, nós também, assegurar um melhor espaço na economia global. Avançar em produtividade e competitividade.

Para isso, é fundamental criar condições mais favoráveis aos investimentos produtivos. Merece, portanto, todo o nosso apoio, nossa irrestrita solidariedade a decisão do BNDES de reduzir o *spread* de seus empréstimos para investimentos, principalmente em inovação das empresas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para, mais uma vez, registrar o episódio que culminou com a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, numa tentativa do governo de desqualificar suas revelações que comprometem diretamente o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

A revista **Veja**, em sua edição de 29 de março do corrente, publicou a matéria “O ‘Palocccigate’ e a morte da ética”, mostrando que esse procedimento “é um estupro constitucional como poucas vezes os governantes ousaram cometer no Brasil”. Ainda sobre a questão da violação do sigilo bancário do caseiro, a revista continua: “O governo Lula veio em um crescendo de ousadia. Primeiro, calou o caseiro com uma medida judicial, depois estuprou-lhe o sigilo bancário para tentar desmoralizá-lo diante do país, em seguida, desencadeou uma operação para acobertar os responsáveis pelo crime e, por fim, abriu uma investigação contra o caseiro”.

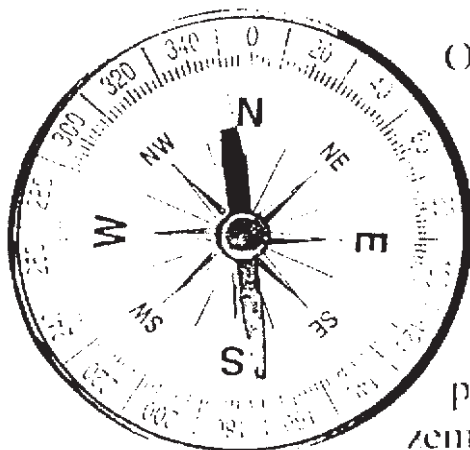
Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

O “PALOCCIGATE” E A MORTE DA ÉTICA

Julia Duailibi e Otavio Cabral



O ministro Antonio Palocci pode ficar no governo até amanhã. Ou depois de amanhã. Ou até 31 de março, o último prazo para os candidatos na eleição de outubro deixarem seus cargos públicos. Ou até 31 de dezembro, quando termina o mandato do presidente Lula. Mas desde as 20h50min25s do dia 16 de março, uma quinta-feira, o ministro Antonio Palocci começou a perder aceleradamente as condições — políticas, éticas, administrativas — de manter-se no cargo de ministro da Fazenda do Brasil. Naquela hora daquela quinta-feira, os computadores da Caixa Econômica Federal, banco estatal sob o comando do Ministério da Fazenda, foram bisbilhotados ilegalmente para emitir um extrato da conta bancária de Francenildo Costa, o caseiro que disparou um petardo contra o ministro ao jurar “até morrer” tê-lo visto “dez ou vinte vezes” no célebre casarão do Lago Sul onde a turma de Ribeirão Preto se esbaldava em festas e negócios.

A quebra do sigilo bancário do caseiro, praticada com o intuito de defender Palocci e desqualificar seu acusador, é um estupro constitucional como poucas vezes os governantes ousaram cometer no Brasil. O resultado da ação é um vendaval ainda em formação mas que já pode ser considerado o pior escândalo do governo depois do mensalão.

Pior do que roubar dinheiro público e, com ele, comprar a cumplicidade, o silêncio ou o apoio de deputados no Congresso? Sim, pior. Quebrar o sigilo bancário de um inocente para amedrontá-lo e impedir que continue acusando um potentado é mais grave constitucionalmente do que cada uma das ações miúdas reunidas sob o rótulo de "mensalão". Este foi orquestrado em cima, mas executado por asseclas secundários em operações de ilegalidade presumida porém não flagrante. Ou pelo menos não flagradas em pleno vôo. O sigilo do caseiro foi quebrado por um braço do Estado que se colocou a serviço dos interesses de um grupo político. Essa ação desperta os mais sombrios presságios sobre os atos autoritários que ainda podem vir por aí. "Quem faz isso faz qualquer coisa", diz Paulo Brossard, de 81 anos, ex-ministro da Justiça e membro da galeria dos grandes juristas do país. "A violação do sigilo tem caráter absolutamente ilícito, irregular e intolerável. É uma afronta ainda mais grave à lei porque parece envolver autoridades que deveriam conhecer minimamente seus deveres cívicos e públicos."

Não há sinal de que o ministro Palocci tenha tido um envolvimento direto no caso, mas existem suspeitas de que o rastro dessa violação constitucional chega à soleira da porta de seu gabinete. A CPI dos Bingos, que investiga o caso, trabalha com a informação de que a Caixa mandou um fax do extrato do caseiro ao jornalista Marcelo Amorim Netto, assessor de imprensa de Palocci, que se encarregou de fazê-lo chegar à redação da revista *Época*, que publicou o caso como "denúncia" contra o caseiro, e não como imoralidade patrocinada pelo governo. Netto trabalha com Palocci desde os tempos da transição de governo, em 2002. Tem sala contígua à do ministro e, à exceção dos assessores econômicos, é seu auxiliar mais próximo. Não se conhecem ainda os meandros da operação nem o papel exato do jornalista, mas já se sabe que, na noite de quinta, Palocci tinha

a informação de que o caseiro recebera somas altas na sua conta bancária.

Até a noite de sexta-feira passada, a operação ilegal permanecia sem culpados claros. A CPI soube que a ordem para violar o sigilo do caseiro partiu do gabinete da presidência da Caixa, ocupada pelo petista Jorge Mattoso, mas não obteve nenhuma confirmação disso. O que se sabe é que a conta do caseiro foi bisbilhotada durante dezesseis minutos. A invasão ao computador começou às 20h50min25s e foi encerrada às 21h06min12s. Quem vasculhou os dados fez questão de ampliar a pesquisa, conferindo as informações bancárias do caseiro desde julho de 2005 — quando o escândalo do mensalão mal completara um mês de vida. Os governistas empenham-se em dar curso à versão de que o extrato foi emitido legalmente por gente com acesso autorizado aos dados. Não explicam, porém, como o papel saiu do banco para ser entregue à imprensa. A narrativa oficial é cheia de falhas. O indício mais eloquente de que a bruxaria estava encomendada desde o início reside no fato de que o funcionário que entrou no computador tomou o cuidado de apagar seu rastro, eliminando do extrato a sua matrícula, ou seja, o número pessoal que serve para identificá-lo.

O que se tem agora é uma situação muito parecida com o conhecido escândalo de Watergate, a invasão da sede do Partido Democrata nos Estados Unidos por bandidos a soldo dos republicanos, o que levaria o presidente Richard Nixon à renúncia, em 1974. Tanto em Watergate quanto agora no "Palocci-gate" é muito mais grave a cadeia de crimes cometidos para esconder a transgressão inicial do que ela própria. Em Watergate o crime inicial foi um arrombamento seguido do roubo de papéis sem importância. O Palocci-gate começou com a investigação das ligações do ministro da Fazenda com uma turminha da pesada formada por ex-amigos e colaboradores dos tempos em que ele foi prefeito da cidade de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo. Os amigos gostavam de farras sexuais e ansiavam por arrastar o ministro para seu

meio novamente e, assim, fazer negócios lucrativos com

o governo Lula. Existem evidências claras da volta do ministro ao convívio da turminha da pesada. A mais forte delas é o depoimento do caseiro Francenildo. Sobre os negócios que teriam produzido esses encontros, existem apenas suspeitas sem a mínima comprovação.

Permanece, portanto, o mistério de por que Francenildo passou a ser tratado como o inimigo número 1 do governo. O que levou o governo do PT, esse partido que chegou a fazer da ética sua ideologia, a assemelhar-se tanto com os momentos de vale-tudo dos estertores da era Collor? O escândalo atual é um emblema da ruína moral deste governo. Sua gravidade, porém, não está nos aspectos mais comentados. Não está no passado de sombras de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto, nas suas visitas furtivas ao casarão do Lago Sul, nas suas afirmações reiteradamente desmentidas em público ou mesmo nas acusações do caseiro Francenildo Costa. Não está na novidade mais recente — a de que a turma de Ribeirão, com Palocci à frente, também frequentava uma casa em Angra dos Reis, no litoral do Rio de Janeiro, para onde se deslocaria a bordo do helicóptero de um bingueiro angolano. A gravidade do caso está mesmo é na inacreditável cadeia de ações criminosas patrocinadas pelo governo nas duas últimas semanas.

O sigilo bancário e fiscal é um dos pilares das nações civilizadas. Ele protege os cidadãos. Nem Fidel Castro e seus barbudos assassinos buliram com o sigilo bancário nos primeiros momentos da Revolução Cubana. O governo Lula veio em um crescendo de ousadia. Primeiro, calou o caseiro com uma medida judicial, o que esteve perfeitamente dentro da lei, mas não deixa de ser truculento. Por que não deixar o caseiro falar e processá-lo por qualquer calúnia ou mentira? Depois disso, o governo estuprou-lhe o sigilo bancário para tentar desmoralizá-lo diante do país, agora atuando flagrantemente ao arrepio da lei. Em seguida, o governo desencadeou uma operação para acobertar os responsáveis pelo crime da quebra do sigilo bancário, com o intuito óbvio de proteger a cúpula da Caixa Econômica Federal. Por fim, o governo, talvez no seu movimento mais aterrador, abriu uma investigação contra o caseiro no âmbito da Polícia Federal, a pedido do Coaf, o

órgão que fiscaliza as atividades financeiras no país. Sim, o caseiro, por incrível que pareça, de acusador passou a investigado. Ele é oficialmente suspeito de lavagem de dinheiro porque recebeu depósitos de 25 000 reais na sua conta. O caseiro diz que os depósitos foram feitos por seu pai biológico, o empresário Eurípedes Soares, do Piauí. O empresário confirma os depósitos, mas nega a paternidade.

“É coisa de gangster, de sindicato do crime”, disse o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, sobre a perseguição ao caseiro. “Não é possível que persista essa retaliação a essa pessoa que teve a coragem de testemunhar contra a segunda figura mais importante da República.” A investigação contra o caseiro começou a pedido do Coaf, mas toda a sua gênese é reveladora de que se trata de uma perseguição sórdida. Os bancos são obrigados a informar o Coaf sobre as movimentações financeiras atípicas de seus correntistas. Como o caseiro recebe 700 reais por mês, os depósitos de 25 000 reais feitos entre janeiro e fevereiro poderiam mesmo sugerir algo estranho. A Caixa informou o Coaf na sexta-feira, o Coaf informou a Polícia Federal na segunda e, três dias depois, já se investigava com o inquérito formalmente instaurado a suspeita de “lavagem de dinheiro” pelo caseiro. A rapidez e o empenho seriam elogiáveis se fossem a regra, mas são a exceção. Em 2004, os bancos fizeram mais de 85 000 comunicados de movimentações atípicas ao Coaf, mas o Coaf só se interessou por menos de 500 casos — ou seja, 99,5% dos comunicados foram ignorados. No escândalo dos bingos, o advogado Valter Santos Neto, suspeito de pagar propinas a autoridades, recebeu 5 milhões de reais da GTech, empresa acusada de subornar a Caixa. O advogado retirou parte do dinheiro em moeda sonante. Chegou a levar um carro-forte até o banco e não soube explicar como gastou o dinheiro. Foi investigado pelo Coaf? O Coaf diz que não pode comentar...

Se, como afirma Brossard, “quem faz isso faz qualquer coisa”, o que se pode esperar para o país quando o pior exemplo vem de cima? (É esse o tema da reportagem seguinte.) No Congresso, as absolvições de mensaleiros, inclusive dos confessos, estão virando uma rotina de deboche e acinte à opinião pública. No Judiciário, são freqüentes as intromissões na vida do Legislativo e os sinais de que

ELES QUERIAM FECHAR A CASA

O advogado Rogério Buratti foi o primeiro integrante da turma de Ribeirão Preto a fazer revelações públicas sobre o envolvimento do ministro Antonio Palocci com irregularidades administrativas e também com a arrecadação clandestina de dinheiro para a campanha de Lula. Preso, ele revelou que Palocci, quando era prefeito, recebia 50 000 reais de uma empresa de recolhimento de lixo, a Leão&Leão, que superfaturava contratos. Depois, afirmou que Palocci, durante a campanha de Lula, negociou uma doação clandestina com donos de bingos. Por último, contou ter levado a Palocci uma proposta de suborno feita pela multinacional GTech para renovar um contrato com a Caixa. De lá para cá, Buratti já prestou depoimento em CPI em Brasília, já foi interrogado pelo Ministério Público e sempre acrescentou um ou outro detalhe às suas denúncias originais. Na semana passada, Buratti deu uma entrevista a VEJA e, desta vez, apresenta mais do que simples acréscimos ao que já dissera antes. Ele mantém sua decisão de não falar sobre a passagem do ministro Palocci pela casa que abalou a República — “eu, pessoalmente, nunca vi”, diz ele —, mas revela que o casarão foi tragado pelo seu próprio sucesso. Buratti conta que, em outubro de 2003, procurou Palocci para sugerir a desativação da casa porque, criada para ser centro de referência para quem quisesse fazer negócios atravessados com o governo, ela acabou ficando pública demais. Havia um movimento excessivo e, naturalmente, muita gente passou a conhecer seus segredos. A seguir, as novas revelações de Buratti.

■ Palocci sabia que a mansão era mantida por seus antigos auxiliares de Ribeirão Preto, que desembarcaram em Brasília logo depois de sua posse em busca de negócios. Em outubro de 2003, o ministro conversou com Rogério Buratti sobre a possibilidade de desativação da casa. Ambos estavam preocupados com o intenso assédio de lobistas e empresários interessados em participar da confraria. “O ministro concordou que

há magistrados mais interessados em fazer política do que em fazer justiça. Para a sociedade em geral, o que deixa a sensação de que o país entrou no reino da bandalheira é o show ininter-

a casa tinha se transformado em uma coisa perigosa”, conta Buratti.

■ As despesas da casa eram pagas pela Leão&Leão, empresa acusada de superfaturamento de contratos e corrupção durante a gestão do então prefeito Palocci em Ribeirão Preto. Buratti, ex-secretário de Palocci, foi contratado como executivo da empresa. Investigações da polícia mostram que a Leão&Leão pagava uma espécie de mesada aos petistas de Ribeirão. Agora, descobre-se também que ajudava a manter a casa em Brasília. “Usei a verba de representação da empresa para custear algumas despesas. Em média, 2 000, 2 500 reais por mês.”

■ Os negócios tramados na casa sempre se cruzavam com o Ministério da Fazenda. Para se ter uma idéia do calibre de quem procurava os lobistas e dos interesses envolvidos, uma das propostas feitas à turma da casa foi intermediar o fim da intervenção no Banco Mercantil de Pernambuco. O Banco Central, responsável pelo processo, é subordinado a Palocci. Buratti diz que achou estranha a maneira como o assédio aconteceu. “O presidente da Confederação Nacional da Indústria é filho do dono do banco, tem acesso direto ao ministro. Era evidente que a idéia embutia coisas escusas.”

O lobby pelo fim da intervenção, como se sabe hoje, acabou nas mãos do empresário Marcos Valério e do tesoureiro petista Delúbio Soares. O Banco Rural, pagador do mensalão, é um dos controladores do Mercantil de Pernambuco.

■ Depois que a casa foi desativada, Palocci e seus ex-assessores passaram a ser vítimas de chantagem. Pessoas que conheciam a rotina do grupo em Brasília começaram a pedir dinheiro e favores em troca do silêncio. O ministro pagou 100 000 reais aos chantagistas no ano passado para evitar que seu nome fosse envolvido no escândalo. “Tive a informação de que foram pagos 100 000

reais a um advogado de São Paulo. Ouvi isso de pessoas muito próximas ao ministro. Não sei maiores detalhes, mas não tenho dúvida de que a história é verdadeira, até porque eu também fui chantageado.” Esses 100 000 reais podem ser o prêmio que a agenciadora de recepcionistas Jeany Mary Comer diz ter recebido da turma de Ribeirão Preto para ficar quieta, segundo revelou VEJA há duas semanas. A CPI dos Bingos pode convocar Buratti para prestar um novo depoimento.

Policarpo Junior

rpto de hipocrisia promovido pelo governo, materializado na sucessão de desmentidos peremptórios diante de evidências acachapantes. O presidente Lula não se encabula de dizer

que o mensalão nunca existiu. Palocci disse que nem conhecia Rogério Buratti direito. Os dólares na cueca eram apenas renda de um modesto agricultor. Até hoje, o governo chega ao ponto de defender a inocência de Waldomiro Diniz, flagrado em vídeo — *imagem e som, portanto* — achando um empresário de jogos!

É lamentável, mas os últimos governos no Brasil, todos eles, deixaram sua marca em violação de direitos na forma da exploração ilegal de dados bancários. No governo de Fernando Collor, o então presidente do Banco do Brasil, Lafaete Coutinho, usou informações bancárias de oposicionistas — políticos e empresários — para conter a maré pró-impeachment. No primeiro mandato de Fernando Henrique, uma lista com dados bancários de nove parlamentares do PPB, produzida dentro do Banco do Brasil, foi usada para constranger os políticos a votar conforme o desejo do governo. Em nenhum dos casos anteriores, porém, houve uma violação tão explícita de sigilo bancário como a atual, que conta até com a emissão de extrato, e em nenhum se usou o imenso peso do Estado para esmagar uma vítima tão desproporcionalmente mais fraca como um caseiro — o que, além do pendor totalitário, revela uma boa dose de covardia. No governo do PT, o abuso autoritário de agora não soa como caso isolado, acidental, mas parece integrar um todo ameaçador devido a outras atitudes autoritárias cometidas no passado recente, como as ameaças de controlar a imprensa, a televisão e o cinema.

Mergulhada no epicentro do escândalo, a direção da Caixa adotou um comportamento suspeito, próprio de quem está mais empenhado em esconder do que em revelar. Seu presidente, Jorge Mattoso, nem sequer apareceu em público para dirigir uma palavra de tranquilidade aos corren-

tistas do banco. Ao silêncio se juntaram tentativas canhestras de acobertar o crime e ocultar os responsáveis. De início, a direção do banco pediu quinze dias de prazo para identificar os culpados — informação que se pode obter no sistema de informática do banco em quinze minutos. Ao receber uma comissão de senadores da CPI dos Bingos na terça-feira, a vice-presidente da área de tecnologia, Clarice Coppetti, uma petista casada com um assessor do Palácio do Planalto, apresentou uma lista de dificuldades para apurar o caso e chegou a insinuar que talvez fosse impossível encontrar os responsáveis. No dia seguinte, a Caixa anunciou que divulgaria uma nota com o nome de dois possíveis responsáveis. Mas acabou cancelando a divulgação da nota. Por quê? Soube-se que os dois supostos culpados não se encaixavam no perfil: um estava viajando na quinta-feira da violação do sigilo e o outro, na mesma hora, acompanhava um familiar no hospital.

Com a crise engrossando, além da suspeita de que seu braço-direito participou da difusão de uma ilegalidade, Palocci teve uma conversa delicada com o presidente Lula na quarta-feira passada. VEJA reconstituiu o diálogo com três interlocutores do presidente que souberam de detalhes do encontro. Eles contam que, em tom de desabafo, Palocci aventou deixar o governo, mas não chegou a apresentar carta de demissão. Falou de seu abalo emocional com as denúncias, disse que sua permanência no ministério estava prejudicando o governo e reclamou de seu crescente isolamento — na verdade, uma senha para dizer que gostaria

de ficar no cargo. Entre os tucanos, em cujas fileiras Palocci sempre obteve mais apoio do que entre os petistas, a coisa mudou completamente. Na semana passada, o deputado Alberto Goldman entrou com um pedido de impeachment contra o ministro por crime de responsabilidade — ao mentir na CPI e, depois, ao omitir-se no caso da violação do sigilo bancário do caseiro. Na conversa com Palocci, porém, Lula pediu-lhe que se mantivesse firme no cargo e prometeu defendê-lo. “Eu sou a estaca que vai te apoiar. Vamos enfrentar essa crise juntos”, disse. O presidente quer segurar Palocci no governo porque está convencido de que, na ausência do ministro, a oposição se voltará contra ele próprio. “Você é o último na linha de tiro. Se sair da batalha, os alvos passam a ser eu e a minha família”, disse Lula. A preocupação do presidente é com Fábio, seu filho de 31 anos cuja empresa — um modesto negócio de games — conseguiu atrair, sabe-se lá como, investimentos de 15 milhões de reais da Telemar, uma empresa concessionária de serviço público.

Não pode ser bom um governo que gasta a maior parte de seu tempo e sua energia negando crimes, driblando suspeitas, incitando uns a mentir, constrangendo outros a ficar calados. Não pode ser bom um governo cujo líder máximo, o presidente Lula, insiste em usar seus inegáveis carisma e prestígio para amortecer os impactos dos escândalos mais patentes. Ao negar, negar e negar o que os olhos vêem, os ouvidos escutam e as bocas falam cada vez com maior clareza, Lula está impedindo que os escândalos passem pelo metabolismo natural que vai da denúncia à apuração até desaguar nas eventuais punições. Sem esse calvário, só Lula ganha. O país perde. ■

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “TCU detecta superfaturamento de US\$23 milhões na Petrobras”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 20 de março do corrente.

A matéria mostra que “Auditoria do Tribunal de Contas da União num dos contratos da Petrobras com a GDK aponta superfaturamento de US\$ 23 milhões e fortes indícios de favorecimento na licitação vencida pela empresa”. O relatório, contido pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, recomenda a suspensão dos pagamentos

restantes à GDK e a aplicação de multa ao presidente da estatal, Sérgio Gabrielli.

A matéria lembra, ainda, que em 2004, logo após o contrato ter sido celebrado, o ex-secretário-geral do PT, Sílvio Pereira, ganhou um jipe Land Rover de presente do dono da GDK.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria citada passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

JORNAL

O ESTADO DE S. PAULO

DIA/MÊS/ANO:

20 mar. 06

EDITORIA:

Nacional

CADERNO:

A

PÁGINA:

46

INVESTIGAÇÃO

TCU detecta superfaturamento de US\$ 23 milhões na Petrobrás

Auditoria aponta irregularidades em contrato da estatal com a GDK, que presenteou petista com Land Rover

Diego Escostegny

BRASÍLIA

Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) num dos contratos da Petrobrás com a GDK aponta superfaturamento de US\$ 23 milhões (aproximadamente R\$ 48 milhões) e fortes indícios de favorecimento na licitação vencida pela empresa. O relatório é sigiloso, mas o Estado teve acesso ao documento, que recomenda a suspensão dos pagamentos restantes à GDK e a aplicação de multa ao presidente da estatal, Sérgio Gabrielli, por criar dificuldades à investigação do tribunal.

Obtida pela CPI dos Correios, a auditoria foi feita no contrato 899.2.001.04.4, firmado entre a Petrobrás Netherlands B.V. (PNBV), uma subsidiária internacional da estatal, e a GDK, em 2004. Orçado em US\$ 89 milhões (cerca de R\$ 184 milhões), previa obras de reforma na plataforma P-34. O contrato estava sob a responsabilidade do diretor de Serviços da estatal, Renato Duque, que comanda a área de engenharia.

Por intermédio do ex-secretário-geral do PT Silvío Pereira, Duque foi indicado para o cargo pelo ex-deputado José Dirceu (PT). Em 2004, logo após o contrato ter sido celebra-

Relatório sigiloso recomenda multa ao presidente e fim dos pagamentos

do, Silvío ganhou um jipe Land Rover de presente do dono da GDK, César Oliveira. A CPI não aprofundou as investigações sobre os indícios de tráfico de influência do petista. A comissão também não apurou as gestões do lobista Fernando Moura, amigo de Dirceu, com fornecedores da Petrobrás que manti-

nham contratos nas diretorias controladas por indicações do ex-chefe da Casa Civil.

Segundo o relatório do TCU sobre o contrato da P-34, há evidências de que a GDK soube do orçamento da licitação antes da abertura dos envelopes. Esse orçamento é o preço-base que a estatal estimava desembolsar com os serviços. Os auditores chegaram a essa conclusão após cruzar o orçamento de referência com a proposta inicial da GDK. Descobriram que eles diferiam em apenas 0,4%. "Essa 'coincidência' é observada em outros contratos firmados com a GDK, em que foram iden-

tificadas irregularidades no orçamento da Petrobrás", afirmam os técnicos no documento interno do tribunal.

De acordo com o documento, a PNBV foi criada para permitir uma redução nos gastos com impostos em contratos como o da GDK. Mas, segundo os auditores, isso não aconteceu. "Todos esses tributos estão incidentes no orçamento (preparado pela Petrobrás para funcionar como referência), o que o elevou, juntamente com as demais irregularidades apontadas, em US\$ 23.120.551,56", explicam os peritos do TCU.

"Depreendemos que o orçamento utilizado pela Petrobrás constitui uma mera peça no processo para justificar uma contratação (...), podendo até mesmo ter servido para justificar uma contratação superfaturada." Segundo os auditores, outra evidência de que a GDK teve informação privilegiada é o fato de a empresa ter apresentado uma proposta muito próxima ao preço orçado, mas sem incluir os impostos estranhamente embutidos pe-

la estatal no orçamento. Os técnicos afirmam que a estatal deveria ter desclassificado a GDK ou renegociado.

Eles também descobriram que 21 dos 28 funcionários responsáveis pela elaboração desse tipo de orçamento na área de engenharia da empresa são terceirizados, o que não é recomendável.

Os peritos do tribunal contam na auditoria que foram pressionados por um advogado da Petrobrás a devolver os arquivos com informações sobre o orçamento da licitação - justamente os dados que permitiram a descoberta do suposto favorecimento à GDK. "Esses arquivos foram imprescindíveis para apuração e identificação das inconsistências, do sobrepreço e de superfaturamento apontados na auditoria", afirmam os técnicos. Pela "falta de transparência" da estatal, os auditores recomendam multar Gabrielli.

De acordo com o relatório do tribunal, a Petrobrás superfaturou o pagamento do bônus aplicado ao contrato e itens como ferramentas e equipamentos. Também foram detectados "pagamentos indevidos" na execução de reparos no casco da P-34, no valor de US\$ 2.988.471,68, por serviços desnecessários e não executados. ●

JORNAL O ESTADO DE S. PAULO	DIA/MES/ANO: 20 mar. 06	EDITORIA: Nacional	CADERNO: A	PAGINA: 41A
---------------------------------------	-----------------------------------	------------------------------	----------------------	-----------------------

As irregularidades detectadas no contrato da Petrobrás com a GDK



- Superfaturamento de US\$ 23.120.551,56
- Fortes indícios de favorecimento à GDK
- Duplicidade de valores destinados à mão-de-obra
- Inclusão indevida de impostos nos valores pagos
- Serviços desnecessários
- Serviços pagos e não-executados
- Não-celebração de seguro de risco
- Falta de capacidade técnica da GDK para executar o serviço



FONTE: AUDITORIA DO TCU

ARTESTADO

Ex-secretário do PT admitiu ter recebido jipe

... As suspeitas sobre o então secretário-geral do PT Silvio Pereira foram lançadas em junho pelo ex-deputado Roberto Jefferson (PTB), que o apontou como um dos operadores do mensalão e o acusou de negociar nomeações de cargos em estatais. No dia 4 de julho, Silvio pediu afastamento do cargo.

No dia 8 de julho, em depoimento à Polícia Federal (PF), disse possuir um apartamento em São Paulo - avaliado em R\$ 180 mil -, uma casa em Ilhabela (lito-

ral paulista) de R\$ 400 mil e um jipe Land Rover financiado. A PF considerou haver discrepâncias entre o rendimento, que ele afirmava ser de R\$ 9 mil mensais, e o valor do patrimônio, declarado como próximo de R\$ 650 mil.

Onze dias depois, Silvio Pereira depôs à CPI dos Correios e recusou-se a dizer se o Land Rover havia sido presente da GDK Engenharia, prestadora de serviços da Petrobrás. Amparado por habeas-corpus dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que

impedia que fosse preso, Silvio não falou sobre seu patrimônio mesmo depois que o deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA) citou reportagem do *Jornal Nacional* que apontava o funcionário da GDK José Paulo como comprador do carro, pelo qual pagou R\$ 73,5 mil.

No dia 22 de julho, Silvio admitiu ter recebido o Land Rover da GDK. Em carta ao PT, afirmou que cometera um erro e pediu sua desfiliação. ●

Estatual nega ilegalidade no negócio; GDK não comenta

BRASÍLIA

Por meio de nota, a Petrobrás afirmou que já apresentou sua defesa perante o Tribunal de Contas da União (TCU). "Os procedimentos adotados foram corretos e não houve superfaturamento na contratação da adaptação da Plataforma P-34", defendeu-se a estatal. "Não houve qualquer tipo de favorecimento à GDK, que na mesma época disputou - e perdeu - licitações para contratos de maior valor na Petrobrás", conclui a empresa.

"A GDK foi contratada mediante processo licitatório, em regime de preço global, com va-

lor 11% inferior ao da segunda colocada, o que significou uma redução de US\$ 10 milhões", informou a empresa. A estatal disse discordar dos cálculos dos auditores do TCU. "A diferença entre os valores apontados pelo TCU e o orçamento da Petrobrás decorre da adoção de metodologias de cálculo diversas", alegou a estatal. "O TCU calcula o valor final do contrato a partir da análise de item por item, o que não se aplica ao orçamento da Petrobrás, que neste caso específico utilizou a modalidade de preço global." A estatal afirmou ainda que abriu procedimentos internos para investigar os contratos com a GDK. "Nos casos em que foi considerado necessário, a Petrobrás adotou medidas administrativas para ajustar os mecanismos de controle, chegando a destituir e suspender funcionários", completou a empresa.

Em nota, a GDK afirmou que mantém cláusula de confiden-

cialidade com a Petrobrás e, por isso, não poderia fornecer informações sobre o contrato objeto de auditoria do TCU. "Neste momento, a empresa não possui nenhum esclarecimento a respeito das questões relativas ao Tribunal de Contas da União, já que o processo se encontra em tramitação", informou a empresa. "A GDK aproveita a oportunidade e informa que os questionamentos do Tribunal de Contas da União foram prontamente respondidos e esclarecidos no fórum competente." ● D.E.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Solenidade no Planalto teve clima de velório”, de autoria do jornalista Sérgio Gobetti, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 29 de março do corrente.

A matéria destaca que a última passagem do ex-ministro Antonio Palocci pelo Palácio do Planalto, para transmitir o cargo ao novo titular da Fazenda, Guido

Mantega, teve ares de homenagem póstuma. A cerimônia foi rápida e de tímidos aplausos.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

QUARTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 2006
O ESTADO DE S. PAULO | NACIONAL | A5

REPÚBLICA DE RIBEIRÃO: A QUEDA DE PALOCCI

Solenidade no Planalto teve clima de velório

Nem Lula conseguiu disfarçar mau humor na despedida de Palocci

Sérgio Gobetti
BRASÍLIA

A última passagem do ex-ministro Antonio Palocci pelo Palácio do Planalto, para transmitir o cargo ao novo titular da Fazenda, Guido Mantega, teve ares de homenagem póstuma. A cerimônia foi rápida e de tímidos aplausos.

Nem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguia disfarçar o mau humor diante da

situação e do enfadonho discurso de despedida do ex-ministro da Fazenda. Em menos de um ano, o presidente perdeu os dois principais sustentáculos de seu governo: Palocci na área econômica e José Dirceu na coordenação política.

Enquanto Dirceu se despediu do governo – em meados do ano passado, bombardeado pelo ex-deputado Roberto Jefferson (PTB) – com um discurso emotivo, prometendo “deixar

o Planalto para lutar na Planície”, o ponderado Palocci disse que saía do governo sem levar mágoas. Mal disfarçava o constrangimento.

O desconforto no PT é tão grande que nem os mais fervorosos críticos da ortodoxia da política econômica arriscavam ontem mostrar os dentes, mesmo que fosse para festejar a saída do ex-ministro.

Novamente, para afastar os temores do mercado, a pala-

vra de ordem no governo é prometer austeridade e continuidade nos rumos traçados pelo ex-ministro e sua equipe. Ninguém acredita que, com apenas nove meses de governo, às vésperas das eleições, seja possível promover algo diferente na política econômica.

PARENTES

“O Palocci não saiu por problemas na política econômica, mas pelas circunstância que

envolveram a quebra do sigilo bancário de um cidadão”, reforçou o líder do governo Lula no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Os principais assessores de Palocci no Ministério da Fazenda estiveram presentes na cerimônia, do ex-secretário-executivo Murilo Portugal, ao secretário da Receita, Jorge Rachid, que ficou na função.

Quatro assentos foram reservados para os familiares do ministro, na primeira fila da platéia, mas apenas o irmão Ademar Palocci compareceu. A mulher e a filha do ministro estavam em Brasília, mas preferiram permanecer em casa.

Quando o ex-ministro retornou à residência oficial, no final do dia, as duas saíram sozinhas de carro, deixando Palocci recolhido.

A maioria dos ministros decidiu fazer silêncio sobre a queda de Palocci. Ciro Gomes, mi-

nistro da Integração Nacional, foi um dos poucos a falar. Admitir que ficou decepcionado com as revelações da participação de Palocci na abertura e vazamento dos dados bancários do caseiro Francenildo dos Santos Costa.

“Vou ter que pedir desculpa para muita gente pela defesa que fiz sobre algumas pessoas”, ressaltou Ciro, em tom de constrangimento, ao explicar a defesa que ele e alguns colegas fizeram do ex-ministro da Fazenda.

Durante a solenidade, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, não quis comentar a investigação contra o ex-colega. Um jornalista chegou a pedir a opinião dele como advogado criminalista, mas o ministro desconversou.

“Aí terei que dar uma consulta”, brincou Bastos. “E, como ministro, não posso cobrar.” ●

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, volto mais uma vez a esta Tribuna para fazer o registro da matéria intitulada “E agora, Petrobras?”, publicada na revista **Veja** em sua edição de 29 de março do corrente ano.

A matéria destaca os resultados de um extenso trabalho de auditoria realizado pelo Tribunal de Contas da União sobre o contrato celebrado entre a Petrobras e a empresa GDK para a realização de obras de adaptação na plataforma P-34. Sobre esse contrato, o TCU chegou à conclusão de que ele exibia “graves, inaceitáveis e inúmeras irregularidades”.

A matéria lembra, ainda, que a revista publicou matéria em julho do ano passado que relatava “como o

ex-secretário do PT Silvio Pereira, em parceria com o lobista Fernando Moura, havia usado de sua influência no governo para defender interesses de empresas privadas junto à Petrobrás, entre elas a baiana GDK – a mesma que presenteou Silvinho, como é conhecido o ex-secretário, com um Land Rover no valor de R\$73.500,00”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

E AGORA, PETROBRAS?

Auditoria do TCU confirma que a estatal beneficiou a GDK, ligada a “Silvinho Land Rover”

A Petrobras publicou, em julho do ano passado, um anúncio nos principais jornais do país cujo título era: “A revista VEJA mentiu”. O anúncio se referia à reportagem “O petróleo é deles”, publicada na semana anterior. Nela, VEJA relatava como o ex-secretário do PT Silvio Pereira, em parceria com o lobista Fernando Moura, havia usado de sua influência no governo para defender interesses de empresas privadas junto à Petrobras, entre elas a baiana GDK — a mesma que presenteou Silvinho, como é conhecido o ex-secretário, com um Land Rover no valor de 73 500 reais. A revista afirmava que, entre outras falcatruas, a dupla havia atuado para que a GDK ganhasse a concorrência para realizar obras de adaptação na plataforma P-34 — um contrato de 88 milhões de dólares. VEJA disse que a proposta da GDK era irregular e que, por esse motivo, deveria ter sido descartada. No anúncio que fez publicar, a Petrobras negou a existência de falhas no contrato e disse que VEJA fazia acusações “sem o respaldo de provas e com base em fontes protegidas pelo anonimato”.

Pois bem. Na semana passada, veio a público um relatório que apresenta os resultados de um extenso tra-

balho de auditoria, realizado por técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU), sobre o tal contrato. A conclusão a que chegaram foi que ele exibiu “graves, inaceitáveis e inúmeras irregularidades”. Dentre os principais problemas identificados no relatório estão a antecipação, feita pela estatal à empreiteira, de pagamentos por serviços “não necessários, não realizados e superfaturados” e a existência de indícios de favorecimento à GDK no processo de licitação, tal como VEJA havia descrito. Ao fim do relatório, os auditores recomendam a retenção de 17 milhões de dólares que a Petrobras ainda deve à GDK. São 74 páginas de análises e conclusões devastadoras para a estatal, que, na semana passada, novamente tentou negar o inegável por meio de anúncios em jornais.

Quando veio a público a informação de que Silvio Pereira ganhara um carro de luxo de presente de uma empresa privada que prestava serviços a uma empresa do governo, o então se-

cretário-geral do PT divulgou uma nota lacrimosa. No texto, admitia ter cometido um “erro” ao aceitar o presente da empreiteira, mas afirmava que nada oferecera, ou lhe havia sido pedido, em troca. Afinada com o discurso de Silvinho, a Petrobras, no anúncio publicado no ano passado, dizia ser “mentirosa” a afirmação de VEJA de que o petista, assim como o lobista Fernando Moura (que, estranhamente, jamais foi chamado para depor sobre o assunto), influiu em decisões da estatal visando a beneficiar empresas amigas. Após ser desmentida pelos auditores do TCU, a Petrobras terá de enfrentar nesta semana a divulgação de mais um documento que a compromete: o relatório final da CPI dos Correios. Os parlamentares redigiram um capítulo inteiramente dedicado ao caso do ex-secretário petista e suas andanças pela Petrobras/GDK. O título é auto-explicativo: “Silvio Pereira/GDK: caso exemplar de tráfico de influência”.

Quem foi mesmo que mentiu? ■

Camila Pereira

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo “Uma rede para nossa tribo”, da professora de Ciência Política e Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, Maria Helena Guimarães de Castro, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 23 de março de 2006.

O artigo critica como nossa sociedade trata nossas crianças e cita um exemplo vergonhoso que transcrevo aqui.

“Aconteceu em São Paulo há poucos anos. O homem branco tentava explicar ao grupo indígena por que na cidade tão rica havia crianças morando nas ruas. A lógica dos visitantes exigia parar o carro e levá-las para casa. O anfitrião tentou justificar a impossibilidade. Inconformados, os índios insistiam: “Mas não é o seu povo?” O homem branco, que sempre lutou pelos direitos das crianças, morreu de vergonha.

para casa. O anfitrião tentou justificar a impossibilidade. Inconformados, os índios insistiam: Mas não é o seu povo?” O homem branco, que sempre lutou pelas crianças, morreu de vergonha.

De minha parte lamento que nesse governo não tenha havido avanços no sentido de erradicarmos a miséria e, assim, garantir um futuro as nossas crianças.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

Uma rede para nossa tribo

Maria Helena Guimarães de Castro

Aconteceu em São Paulo há poucos anos. O homem branco tentava explicar ao grupo indígena por que na cidade tão rica havia crianças morando nas ruas. A lógica dos visitantes exigia parar o carro e levá-las para casa. O anfitrião tentou justificar a impossibilidade. Inconformados, os índios insistiam: “Mas não é o seu povo?” O homem branco, que sempre lutou pelos direitos das crianças, morreu de vergonha.

As populações indígenas desconhecem a existência de meninos de rua porque repartem comida e cuidados com os indiozinhos, inclusive os órfãos. E seu povo. Toda a aldeia se sente responsável pela futura geração.

São Paulo, 26 de março de 2003. Nesse dia, inúmeras tribos decidiram assumir a responsabilidade pela futura geração, numa parceria inédita: a Rede Social São Paulo.

Pela primeira vez, governo, empresários e organizações não-governamentais (ONGs), articulados pela Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, assumiram o compromisso de trabalhar juntos para proteger a infância e a juventude de São Paulo. O grupo nasceu fortalecido por 31 institutos, associações e fundações empresariais de reconhecida responsabilidade social. Atiramos hoje 60 integrantes, entre oito secretarias de Estado, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente.

São Paulo dispõe de uma oportunidade imperdível para mobilizar em escala estadual o Judiciário, o Executivo, prefeituras, ONGs, empresas de atuação social, clubes de serviço e as próprias lideranças jovens. Temos a chance de otimizar recursos humanos e financeiros e apontar caminhos a outros Estados, integrando tecnologias sociais para promover mudanças efetivas. Independentemente dos partidos que venham a se alternar no poder. Aliás, é a pluralidade dessa rede que nos permite sonhar com políticas públicas enraizadas e sob o controle da sociedade.

Não poderia ser de outra forma no século 21. O trabalho integrado entre o primeiro, o segundo e o terceiro setores é o caminho para políticas públicas mais eficientes. Ainda que nem sempre o mais fácil. Venida a maratona de reuniões, inúmeras atas e horas e horas de trabalho, a Rede Social decidiu superar os entraves ao funcionamento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Aprovado há 16 anos, o ECA é desconhecido por muitos dos responsáveis pelo cumprimento da lei. Enquanto em alguns municípios a carência é de serviços, em outros faltam pessoas ou elas trabalham de forma desarticulada. Conselhos tutelares e de direitos nem sempre têm condições de cumprir o seu papel. Há desperdício de tempo e de recursos.

A Rede Social elegeu, então, o Projeto Envolver para identificar, mobilizar e capacitar as pessoas envolvidas no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente em cada município. São eles os secretários municipais de Educação, Assistência e Saúde, os juizes, promotores de Justiça, delegados, defensores públicos, educadores, assistentes sociais, agentes de Saúde, conselheiros tutelares e de direitos, advogados, líderes comunitários e lideranças empresariais envolvidos na defesa dos direitos das crianças.

Mais de 2.500 desses atores locais foram identificados e capacitados em 48 municípios, num projeto piloto, em 2005. Um Termo de Convênio entre o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Associação Comercial de São Paulo, representante da Rede Social São Paulo, tornou viável o financiamento do Projeto Envolver, com recursos captados pelo empresário. E a Oficina de Ideias foi a consultoria escolhida para aplicar o Envolver, após um rigoroso processo de seleção.

Sorocaba, Mogi das Cruzes e Santos foram pólos onde ocorreu a capacitação, que adota uma metodologia inédita do Unicef. Ela coloca na mesma roda os que trabalhavam pelo direito da criança, sem se conhecerem: o juiz, a professora, o policial, a assistente social, o líder comunitário, o presidente do Rotary ou do Lyons. Eles passam a falar

a mesma língua. Olho no olho, descobrem afinidades, superam preconceitos e descobrem formas de tornar o ECA uma lei para valer. Ao final da capacitação, identificaram os problemas mais graves de cada região e, ao mesmo tempo, elaboram planos de ação que podem executar.

Foi o que começou a acontecer em Cesário Lange, Alumim-

O futuro do País depende de como cuidamos da infância

nio, São Roque, Ferraz de Vasconcelos e Guararema, entre outros municípios incluídos no projeto piloto. Em Mogi das Cruzes, as faculdades se comprometeram a incluir no currículo de todos os cursos de graduação uma disciplina sobre o Estatuto. Itanhaém implantou os Centros de Referência de Assistência Social.

A Rede Social está agora mobilizada para estender, nos próximos meses, o Projeto Envolver aos 231 maiores municípios do Estado. Depois, a parceria entre profissionais e instituições deve continuar nas Rodas de Proteção, em que governo e sociedade civil se propõem a superar divergências e validades em defesa das crianças e dos adolescentes.

O futuro do País depende de como cuidamos da infância. Das crianças que crescem protegidas, amadas, desde a gestação, com acesso a boas escolas, médicos, esportes, cultura e lazer. E mais ainda das que são maltratadas, vítimas do abandono, da violência doméstica, da falta de alimento e de afeto. Todas pertencem à nossa tribo. São nosso povo. Quem mais poderia cuidar delas?

Maria Helena Guimarães de Castro, professora de Ciência Política, é secretária estadual de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo

Estado S. Paulo 23/03/06

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A ironia da história”, de autoria do jornalista André Petry, publicado na revista **Veja** de 22 de março de 2006.

O jornalista, em seu artigo, trata do comportamento do governo na CPI dos Bingos quando, por meio de um Mandado de Segurança, não permitiu que o caseiro da mansão ocupada pela chamada “República de Ribeirão” prestasse seu depoimento, que certamente complicaria bastante a situação do atual ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Segundo André Petry, “Eis a ironia da história: o partido com fortes raízes populares elege o primeiro presidente saído das camadas mais populares e, para manter o governo em pé, precisa calar e desmoralizar uma testemunha do povo. É emblemático”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

ANDRÉ PETRY

A ironia da história

Há exatamente dois anos, em março de 2004, o governo fez festa para um humilde trabalhador brasileiro. Era Francisco Basílio Cavalcante, faxineiro do aeroporto de Brasília. Ele encontrara uma carteira com 10 000 dólares esquecida num banheiro do aeroporto e entregou-a ao seu chefe, sem surrupiar um tostão. A carteira foi devolvida ao dono, um turista estrangeiro, e Francisco Cavalcante virou uma celebridade de quinze minutos. O presidente Lula falou dele em discursos e chegou a recebê-lo no Palácio do Planalto, onde conversaram e tomaram um cafezinho. Francisco Cavalcante saiu empolgado do encontro. Ganhará um autógrafo de Lula em seu macacão de faxineiro. Votara em Lula. Admirava Lula. Estava feliz.

É o que acontece agora?

Agora, exatos dois anos depois, o governo se empenha em impor silêncio e achincalhar um humilde trabalhador brasileiro. É Francenildo dos Santos Costa, o caseiro da mansão que o ministro Palocci jura — em público — que não frequentava. O caseiro não pôde falar tudo o que sabe na CPI dos Bingos porque um senador governista conseguiu amordaçá-lo a tempo com um pedido judicial. E a polícia, com uma rapidez impressionante, descobriu uns depósitos em sua conta, deixando prosperar tenebrosas insinuações de que o rapaz recebeu dinheiro para falar... A polícia obteve acesso a dados bancários de um sujeito que não é investigado nem acusado de nada. (Ah, se essa mesma polícia tivesse essa eficiência para revelar a vida bancária de um Paulo Okamoto!) Em apenas dois dias, o governo

conseguiu massacrar o caseiro em sua celebridade de quinze minutos: mandaram-no calar a boca e vazaram a suspeita de que não passa de larápio vendilhão. Mas ninguém, nem os governistas, se arrisca a dizer que o caseiro mentiu.

É óbvio que o governo não faria festa para um caseiro que lhe faz acusações devastadoras, embora não fosse preciso tentar moê-lo na máquina da desmoralização, mas a diferença de tratamento dado a um e outro humilde trabalhador brasileiro é dramaticamente ilustrativa da trajetória que o governo Lula percorreu nos últimos dois anos. Eis a ironia da história: o partido com fortes raízes populares elege o primeiro presidente saído das camadas mais populares e, para manter o governo em pé, precisa calar e desmoralizar uma testemunha do povo. É emblemático.

Emblemático, também, porque a biografia do caseiro que abalou o governo é bastante parecida com a do presidente da República. Francenildo nasceu no povoado de Nazária, no interior do

Piauí. É um retirante nordestino. Aos 13 anos, na companhia da mãe, pegou um ônibus para Brasília. Estudou até a 5ª série. Diz que trabalha desde que se conhece por gente. Ele gosta de Lula. Votou em Lula. “Vi que ele era bem votado no Nordeste e, como sou nordestino, resolvi votar nele.” E pretende repetir seu voto. “Voto de novo no Lula. Fazer o quê? Não conheço os outros.”

Esse é o monstro que conspira contra o governo.

“O partido com fortes raízes populares elege o primeiro presidente saído das camadas populares e, para manter o governo em pé, precisa calar e desmoralizar uma testemunha do povo”

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Petista queria seguir passos de Nildo”, de autoria da jornalista Rosa Costa, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 22 de março do corrente.

A matéria destaca que a líder do PT no senado, senadora Ideli Salvatti (SC), pediu ao presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), acesso às fitas do sistema interno de segurança para confirmar se o caseiro Francenildo dos Santos Costa apareceria

nas dependências da Casa nos últimos 15 dias. No requerimento, de apenas sete linhas, ela não explicou o motivo do pedido.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

QUARTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2006 | ESTÁGIO DE S. PAULO | NACIONAL | A5

REPÚBLICA DE RIBEIRÃO: A CASA DO LAGO SUL

Petista queria seguir passos de Nildo

Ideli apresentou pedido para acessar imagens do sistema de segurança do Congresso, mas foi levada a retirá-lo

Rosa Costa

BRASÍLIA

No que foi entendido pelos parlamentares da oposição como mais uma tentativa de intimidação contra o caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, a líder do PT no Senado, senadora Ideli Salvatti (SC), pediu ao presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), acesso às fitas do sistema interno de segurança nas quais ele apareça nas dependências da Casa, nos últimos 15 dias. No requerimento de apenas sete linhas, ela não explicou o motivo do pedido.

Ideli foi chamada de “bisbilhoteira” e de “patrulhadora da KGB”. Seu gesto foi também interpretado como uma tentativa de fiscalizar os próprios colegas. A senadora se defendeu, dizendo que seu pedido era “obviamente singelo” e não tinha intenção de atingir ninguém. Mas não explicou por que queria saber os locais onde Francenildo esteve.

A senadora Heloisa Helena (PSOL-AL) atacou duramente a iniciativa da petista: “Tirem as patas do pobre caseiro, que nada mais fez do que dizer a verdade. Se ele se calar, aparecerão outros para contar o que sabem”, afirmou. A pedido do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), Ideli concordou em retirar o pedido e transferir a investigação da “idoneidade” do caseiro à Polícia Federal.

BISBILHOTEIRA

A discussão começou quando o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) pediu explicações a Renan. Foi seguido por vários apertes contrários à iniciativa da líder petista. “É lamentável que a líder do partido do governo peça que se bisbilhote a vida dos gabinetes. É lamentável que o governo escolha como líder uma bisbilhoteira, e não uma pessoa que venha cá estabelecer a verdade”, criticou o senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

Amir Lando (PMDB-RO) disse que nunca tinha visto nada parecido no Congresso. “Não aceitamos patrulhamento, aqui não é a KGB”, protestou, referindo-se à polícia política da antiga União Soviética, encarregada de espionar e reprimir os opositores do regime.

No plenário, prosseguiram os protestos da oposição pela violação do sigilo bancário de Nildo. O senador José Jorge (PFL-PE) disse que pode acionar a Comissão de Ética Pública do governo contra o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que afirmou que “o caseiro foi inventado e treinado.” José Jorge disse que, de tão “inconsequente”, a declaração dá razão à mãe de Francenildo, que, em entrevista ao **Estado**, apelou ao presidente Lula: “Não faça nada com meu filho e mande-o de volta para o Brasil”.

Caseiro abre sigilo bancário, telefônico e fiscal para CPI

“O advogado Wlício Chaveiro do Nascimento, que defende o caseiro Francenildo Santos Costa, entregou ontem à tarde ao presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Moraes (PFL-PB), um documento em que coloca à disposição da comissão os dados bancários, fiscais e telefônicos de seu cliente.

A iniciativa de Francenildo antecipou-se ao requerimento apresentado na véspera pelo senador Tião Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado, solicitando a quebra do sigilo bancário do caseiro. No momento em que Viana apresentou o requerimento, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ironizou a medida, dizendo que, como as contas do caseiro já haviam sido violadas, cabia agora a Tião “arrebentá-las de uma vez por todas”.

O advogado explicou que, de fato, Nildo tomou a decisão depois de Tião Viana ter anunciado que iria pedir a abertura de suas contas. O caseiro, que revelou que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, frequentava a casa alugada pela chamada república de Ribeirão Preto no Lago Sul, recebeu ontem o apoio do PFL e do PPS. e r.c.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Orçamento tem rombo de R\$15,6 bilhões”, publicada pelo jornal do **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 19 de março do corrente.

A matéria do jornal **O Estado de S. Paulo** aponta o descompasso das contas do governo federal para este ano. Constatou uma diferença de R\$15,6 bilhões entre o que a Receita Federal espera arrecadar e o total das despesas do Orçamento da União de 2006, que o Congresso Nacional pode aprovar esta semana.

O mais preocupante foi identificar que pelo menos R\$7,7 bilhões desse desequilíbrio, porém, não são

fruto das possíveis barganhas dos parlamentares. É resultado de “bondades” eleitoreiras do governo Luiz Inácio Lula da Silva depois que a sua proposta de Orçamento foi enviada ao Congresso.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)

JORNAL O ESTADO DE S. PAULO	DIA: 19	MÊS/ANO: Março/06	EDITORIA: Economia	CADERNO: B	PÁGINA: 01
---------------------------------------	------------	----------------------	-----------------------	---------------	---------------

POLEMICA ECONÔMICA

Orçamento tem rombo de R\$ 15,6 bi

E R\$ 7,7 bilhões desse total vêm de 'bondades' do governo Lula incluídas após envio da proposta ao Congresso

Lu Alko Otta
Vânia Cristina
BRASÍLIA

As contas deste ano do governo federal não fecham. Há uma diferença de R\$ 15,6 bilhões entre o que a Receita Federal espera arrecadar e o total das despesas do Orçamento da União de 2006, que o Congresso Nacional pode aprovar esta semana. Pelo menos R\$ 7,7 bilhões desse desequilíbrio, porém, não são fruto das barganhas feitas por deputados e senadores. É resultado de “bondades” do governo Luiz Inácio Lula da Silva depois que a sua proposta de Orçamento foi enviada ao Congresso.

“Vamos ter de correr atrás desses R\$ 15,6 bilhões à custa de sangue, suor e lágrimas”, disse ao Estado o secretário-adjunto da Receita Federal Ricardo Pinheiro. Ele admitiu que o governo arrecadará pouco além do previsto (R\$ 440 bilhões de receitas líquidas), mas não chegará ao total fixado pelo Congresso, de R\$ 455,6 bilhões.

A principal “bondade” sem cobertura orçamentária criada pelo governo foi o reajuste do salário mínimo para R\$ 350 a partir de 1º de abril. A proposta orçamentária enviada acomodava um mínimo de R\$ 321. O valor mais alto criou uma despesa extra de R\$ 4 bilhões, segundo cálculos de técnicos da área.

Ao mesmo tempo em que ampliou as despesas da Previdência, o governo adotou várias “bondades” que reduziram a arrecadação, agravando ainda mais o problema do cobertor curto. A correção de 8% na tabe-

la do Imposto de Renda das pessoas físicas fará com que a Receita recolha R\$ 2,5 bilhões a menos do que o previsto.

O governo também resolveu cortar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 13 itens de material de construção. Pelas contas dos técnicos da Receita, essa medida representará R\$ 1,1 bilhão a menos de arrecadação este ano. Para piorar, eles questionam se os benefícios desse corte tributário chegarão ao consumidor. Segundo informaram, não há nenhum dispositivo obrigando o comércio a repassar ao preço final o efeito da redução do imposto.

Outra “bondade” adotada recentemente pelo governo que também não constava do Orçamento foi o corte do Imposto de Renda nos investimentos estrangeiros em títulos públicos. Esse, porém, deverá provocar pouco impacto tributário. Pelos cálculos da Receita, a perda deverá ser de R\$ 100 milhões.

A mais recente das “bondades” de Lula, a possibilidade de abater do IR os gastos com contribuição previdenciária dos trabalhadores domésticos, só terá efeito sobre as contas públicas em 2007. Isso porque o abatimento só poderá ser feito na declaração do ano que vem, ano-base 2006. A perda estimada pelos técnicos é de R\$ 300 milhões. A rigor, as contas públicas deverão ser beneficiadas este ano com a medida, pois alguns patrões começarão a recolher a contribuição ao INSS para poder abatê-la em 2007.

“Fomos chamados a resolver problemas que não são do Con-

GASTOS PÚBLICOS

Cobertor curto

Os custos das bondades criadas pelo governo que não estavam previstos no Orçamento

Total: R\$ 7,7 bilhões



Elevação do salário mínimo para R\$ 350,00

R\$ 4,0 bilhões



Correção da tabela do IRPF em 8%

R\$ 2,5 bilhões



Redução do IPI sobre material de construção

R\$ 1,1 bilhão



Eliminação do IR sobre investimentos estrangeiros em renda fixa

R\$ 0,1 bilhão

O processo orçamentário

1. No dia 31 de agosto de 2005, o Executivo mandou um projeto de lei ao Congresso propondo o Orçamento de 2006. Ele previa receitas de R\$ 440 bilhões

2. O Congresso, como faz todo ano, elevou a estimativa de arrecadação, desta vez para R\$ 455,6 bilhões, e usou o dinheiro para acomodar novas despesas (inclusive as bondades). A diferença é de R\$ 15,6 bilhões

3. O Executivo acha que a arrecadação poderá ficar um pouco acima dos R\$ 440 bilhões inicialmente previstos, mas não chegará ao montante estimado pelo Congresso. Nesse caso, a saída é bloquear parte das despesas e só liberá-las se a arrecadação ficar acima do previsto. O bloqueio, ou contingenciamento, deverá ser algo entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões

FONTE: SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

ARTESTADO

gresso, são do Executivo”, reclamou o deputado Luiz Carrera (PFL-BA), da Comissão Mista de Orçamento. Ele acha que o governo blefa ao dizer que não terá como arrecadar os R\$ 15,6 bilhões extras, pois nos anos anteriores as projeções de receita do Congresso foram mais precisas do que as do Executivo.

Ao mesmo tempo em que resolveu problemas fiscais criados pelo Planalto, o Congresso também ajudou a criar novas despesas cujo financiamento custará o suor da Receita. É o caso da “MP do Bem”, já transformada na Lei 11.196.

Originalmente, o governo federal queria cortar R\$ 1,5 bi-

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Por fim, registro a gratidão do Senado da República ao Secretário-Geral da Mesa, Sr. Raimundo Carreiro da Silva, que permite que o Senado, com 182 anos de existência, seja um exemplo de instituição democrática a servir o País.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às nove horas, a seguinte

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.
Prazo final: 25-4-2006

2**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente

da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.
Prazo final: 26-4-2006

3**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá.
Prazo final: 28-4-2006

4**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator revisor: Senador Jefferson Péres.

Prazo final: 28-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Aelton Freitas.
Prazo final: 1º-5-2006

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa)

Relator revisor: Senador Osmar Dias.
Prazo final: 18-5-2006

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à

Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

12

**EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2003**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2003 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que *inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria.*

Parecer favorável, sob nº 200, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wellington Salgado.

13

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2006**

(Discussão adiada para esta data em virtude de requerimento de adiamento aprovado em 21.2.2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

14

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 12, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (nº 1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 189, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

15

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 44, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2006 (nº 1.154/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Sede entre o*

Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 199, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Marco Maciel.

16

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

18

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

20

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 29 minutos.)

(OS Nº 11959/06)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 14 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o jornal **O Estado de S. Paulo**, publica hoje matéria resultante de um furo jornalístico, de autoria da competente jornalista Rosa Costa, sob o título “Caseiro desmente Palocci e revela partilha de dinheiro em mansão”. Depois do depoimento do Delegado Benedito Antonio Valencise e do motorista Francisco das Chagas Costa à CPI dos Bingos, uma nova testemunha desmente o Ministro Palocci. Conhecido como Nildo, Francenildo Santos Costa foi caseiro da mansão alugada no Lago Sul, bairro nobre de Brasília, por amigos e assessores que acompanham o Ministro desde que ele era prefeito de Ribeirão Preto.

Nildo contou ao jornal **O Estado de S. Paulo** que a casa alugada por Vladimir Poletto, ex-assessor da Prefeitura de Ribeirão, era usada para a partilha de dinheiro. Segundo o caseiro, Palocci era frequentador assíduo do imóvel, onde todos o chamavam de chefe. Também aparecia por lá, com assiduidade até maior que a do Palocci, seu secretário particular no Ministério, Ademirson Ariosvaldo da Silva*. O caseiro, corajosamente, conta com riqueza de detalhes como funcionava esta mansão onde se instalava rotineiramente a chamada república de Ribeirão Preto, para tratar de negócios e partilha daquilo que o caseiro denominou de verba, que tinha origem em São Paulo e era transportada para distribuição nesta mansão onde se reuniam os integrantes da denominada república de Ribeirão Preto.

Estamos encaminhando à CPI dos Bingos requerimento para a convocação do caseiro. Fica difícil desacreditar quem apresenta, com detalhes, informações que desmontam afirmativas do próprio Ministro à CPI dos Bingos.

Nesta entrevista, o caseiro fala detalhadamente de como funcionava esta mansão a serviço dos amigos do Ministro Palocci oriundos de Ribeirão Preto.

Diz o caseiro que o dinheiro vinha da empresa de São Paulo e que o chamavam de verba.

“Não chamava de Palocci, achavam ruim. Tinha que chamar de chefe.” Ele conta detalhadamente como o Ministro Palocci chegava a esta mansão alugada aqui, em Brasília, e que os recursos eram distribuídos sempre em moeda. Não relata o caseiro quem se beneficiava desses recursos, mas afirma que via as notas, pacotes de cem e cinquenta, na mala de Vladimir.

Diz ele:

“Ele trazia muito dinheiro. Eu sabia que tinha muito dinheiro porque ele saía do quarto e fechava a porta do quarto”. Era Vladimir quem pagava as contas? a repórter pergunta. “Era Vladimir. Vinha uma verba lá de São Paulo. Vinha da empresa do doutor Rogério. Era ele quem pagava as despesas, os empregados. Ele passava o dinheiro para Vladimir.”

Enfim, o relato minucioso do caseiro sobre as atividades desenvolvidas nesta mansão alugada por Vladimir Poletto, em Brasília.

Há uma atmosfera de suspeição, comprometendo, portanto, o cerne do comando da política econômica do Governo, e não há alternativa, neste momento, para a CPI dos Bingos a não ser adotar determinados procedimentos: primeiramente, a convocação do caseiro para que ele confirme ou não as informações veiculadas pelo jornal **O Estado de S. Paulo**. Obviamente, do seu depoimento oficial à CPI, a decorrência imediata é a adoção de providência, ou seja, se a CPI entender convocar novamente o Ministro Palocci, ou não.

Mas, certamente, quando ligamos um fato a outro, quando somamos as informações, chegamos à conclusão de que é irrecusável citar no relatório final da CPI o Ministro Palocci. Não há como isentá-lo, diante de tantas provas testemunhais e documentais desde os episódios de Ribeirão Preto. É claro que não são só esses episódios, já que essa equipe que se reunia em Brasília operava junto ao Governo Federal – e a CPI tem revelado com riqueza de detalhes os fatos que ocorreram depois da posse do Ministro Palocci.

Portanto, não se trata apenas de um relato sobre fatos antigos, referentes à gestão de Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto. O relato do caseiro e de tantos outros decorrentes dos depoimentos da CPI dos Bingos dizem respeito à gestão de Palocci como Ministro do Governo Lula.

Assim, imaginamos que cabe ao Presidente da República, neste momento, adotar as providências cabíveis, porque este ambiente moral turvo produz consequências que, sem dúvida, redundam na perda de credibilidade do País, sobretudo no concerto internacional.

Como encarará o investidor estrangeiro esse cenário de dúvidas, de suspeitas, de denúncias, de escândalos, de comprometimento visível do Ministro Palocci?

O investidor estrangeiro e o mercado financeiro não estão indiferentes a esse cenário instalado no Ministério da Fazenda e até mesmo no Banco Central, já que o Presidente do Banco Central também é alvo de denúncias. *

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou conceder um aparte a V. Ex^a, Senador Flávio Arns. Antes, gostaria de acrescentar que são graves os indícios de ilícitos de todos os matizes que se avolumam a cada dia em torno da figura do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Entre os vários núcleos da estrutura de poder instalada após a posse do Presidente Lula, essa chamada República de Ribeirão Preto é, sem dúvida, um dos lixos mais obscuros. Os representantes dessa chamada República de Ribeirão Preto foram muito ousados e, certamente, apostaram na impunidade e na perpetuação de um projeto de poder.

A Embaixada da República de Ribeirão Preto, de fundamentos “nada republicanos”, instalada numa mansão na área nobre de Brasília, é, sem dúvida, a prova cabal de que esse grupo era estruturado e agia com desenvoltura nos bastidores da Administração Pública Federal.

O Presidente do Banco Central...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) –... é investigado pela suposta prática de crimes fiscais, eleitorais e de evasão de divisas.

Um “elenco” com essas características não pode capitanear a economia da República Federativa do Brasil. Com que autoridade e credenciais os próceres da equipe econômica do Governo Lula podem se apresentar diante da comunidade financeira internacional?

Enfim, o verdadeiro e necessário debate sobre as alternativas existentes para superar os dilemas do crescimento pífio da economia brasileira estão sendo postergados.

Ontem, por exemplo, o economista-chefe do Banco Mundial, François Bourguignon*, em visita ao Brasil, fez críticas muito construtivas à política macroeconômica do atual Governo. Será que alguém da equipe econômica tomou pelo menos conhecimento das críticas do representante do Banco Mundial? Ou será que a equipe do Ministro Palocci está mobilizada num *bunker*, preparando a defesa do Ministro?

“O Brasil precisa criar políticas macro-econômicas que lhe permitam liberar recursos para a promoção do gasto público”, defendeu o economista do Banco Mundial.

São escabrosos os indícios da prática de crimes de corrupção na gestão do Presidente Lula.

Sr. Presidente, antes de concluir o pronunciamento e de apresentar mais uma denúncia, relativa à

Lightpar, que é subsidiária da Eletrobras, vou conceder o aparte ao Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PA) – Eu só gostaria, Senador Alvaro Dias, de ponderar com V. Ex^a que tem havido, na história recente do Brasil, muitos “furos” nos furos de reportagem. Basta lembrar aquilo que ocorreu – e V. Ex^a conhece – em relação à Itaipu e que foi publicado por revistas nacionais. Na verdade, depois, houve uma entrevista coletiva do Presidente da Itaipu, que é do Partido dos Trabalhadores; do Dr. Euclides Scalco, que é do PSDB; do Dr. Francisco Gomide, que é de outro partido político, que, em conjunto, suprapartidariamente, rebateram, desmentiram, mostrando provas das inverdades que haviam sido relatadas nos furos de reportagem. Penso que é muito importante, para nós, como sociedade, investigarmos o que existe de verdadeiro. V. Ex^a, como eu, sem dúvida, pensa dessa forma. Agora eu diria, como um alerta à sociedade brasileira, para investigarmos quem está manipulando todas essas notícias, quem está por trás dessa criação e também, por outro lado, de um clima de desestabilização em nosso País. Investigar? Sem dúvida alguma. Mas também irmos atrás de quem vem plantando notícias – não digo em relação a essa, que terá de ser investigada – notícias não verdadeiras. Penso que é essa a precaução que temos de tomar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Meu caro Senador Flávio Arns, apenas as seguintes considerações. Primeiramente, quanto à reputação da jornalista, é inquestionável a postura ética dessa profissional do jornalismo. Quanto à qualidade jornalística da matéria, é uma entrevista que aprofunda, com riqueza de detalhes, todas as informações, fazendo-as acreditadas exatamente pela profundidade delas. Não há superficialidade nas declarações do caseiro, em que pese a sua simplicidade. É evidente sua humildade, mas ele apresenta com muita convicção as informações que são veiculadas pelo jornal **Estado de S. Paulo**, o que nos leva a cumprir o dever de convocá-lo para um depoimento oficial à CPI dos Bingos. E certamente não nos faltará esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O tempo de V. Ex^a está esgotado. Por gentileza, eu solicito que conclua.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu concedo, antes de concluir, se V. Ex^a me permitir, o aparte ao nobre Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O tempo de V. Ex^a está esgotado. Não tem mais tempo V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – MA) – Não permite V. Ex^a a ...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PSDB – MA) – Eu gostaria que V. Ex^a concluísse.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – MA) – Senador Tião Viana, desculpe-me. Nós temos aqui no Senado Federal, nos últimos tempos, a adoção de dois pesos e duas medidas. Depende de quem preside a sessão. Eventualmente o critério é um; quando é outro que preside, o critério é outro.

Eu creio que essa desorganização precisa ter um fim no Senado Federal. Nós precisamos estabelecer rigor em relação ao cumprimento do Regimento. É por isso que nós respeitamos a decisão do Presidente em exercício neste momento.

Concluo dizendo que há neste momento mais um escândalo que envolve a Lightpar, que é subsidiária da Petrobrás. A estatal, acusada de ser um cabide de empregos de pessoas ligadas ao PT e outros Partidos da base de apoio ao Governo, está nas manchetes do dia, desta vez em função do extravio de dois livros com informações financeiras da estatal.

A própria existência dessa estatal é questionada. A empresa foi criada para controlar a Eletronet, que faliu em 2003.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a começou o seu pronunciamento às 14h48min, por dez minutos. V. Ex^a já extrapolou em mais da metade desse tempo. Darei mais um minuto para V. Ex^a concluir, por gentileza.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente. Para concluir: hoje, a Eletronet é administrada pelo síndico da massa falida, o advogado Isaac Zveiter, que, por sinal, desmente o próprio Presidente da Lightpar.

O Presidente da Lightpar afirma que a empresa ainda existe para cuidar da falência da Eletronet.

O ex-Presidente da Lightpar, Joaquim Carvalho, afirma que a empresa deixou de ter razões para existir e que ela atua hoje apenas para garantir salários e funcionários fantasmas.

Com salários superiores a R\$14 mil e outras gratificações, essa empresa é exemplo do descalabro que impera no atual Governo.

Quem integrou o Conselho de Administração da Lightpar, em passado recente, foi Marcelo Sereno, ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República; são os mesmos personagens e protagonistas desse sofisticado esquema de corrupção implantado no Governo da República.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 31 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRADO

PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PÚBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Com revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa. É uma honra que valoriza nossa presença aqui essa participação constante de V. Ex^a nos debates da Casa, sobretudo, no que me diz respeito, prestigiando os meus pronunciamentos.

Eu gostaria, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, de destacar a importância do que o Congresso Nacional vai viver na próxima semana, quando deveremos deliberar sobre o relatório final da CPMI dos Correios, elaborado com tanta dedicação, entusiasmo e competência pelo Deputado Osmar Serraglio, do PMDB do Paraná. Sem dúvida, queremos aprovar esse relatório, porque ele é importante, porque é competente, é duro, porque é um relatório de profundidade, que desvendou os mistérios dos escândalos de corrupção que provocaram tanta indignação no País. Mas queremos ainda melhorá-lo. E é possível aprimorá-lo. O próprio Deputado Osmar Serraglio está disposto a aceitar alterações e apoiá-las.

Quero, desta tribuna, fazer um apelo ao Presidente da CPMI dos Correios, Senador Delcídio Amaral, para que mantenha a prática adotada em outras CPIs no Congresso Nacional: a possibilidade da apresentação de emendas, para evitar relatório paralelo, o qual pode culminar com a radicalização e o impasse. Portanto, o caminho mais adequado, a prática mais inteligente para a aprovação de um relatório que corresponda às expectativas do Congresso e da Nação é, sem dúvida, a apresentação de emendas, como pretendemos fazer.

É inevitável neste momento, ao fim dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, debruçarmos sobre os elementos que comprovam o conhecimento do Presidente Lula quanto à prática do mensalão e a ausência de atitudes para coibi-lo.

Essa é uma das emendas que pretendemos propor. Ficou clara a participação do Presidente, imiscuindo-se na imoralidade política perpetrada por seu Governo sob suas ordens e comando. É fundamental que esses fatos sejam desnudados, ao fim dos trabalhos desta Comissão, sob pena de nos associarmos a essa rede de corrupção política.

Constam, dos Arquivos da Comissão, o depoimento de diversas autoridades, inclusive de ex-integrantes do próprio Governo, os quais atestam as ocasiões em que o fato foi comunicado ao Presidente da República. Disso não há dúvidas, e o próprio Presidente, em nenhum momento, desmentiu ter sido comunicado da prática espúria perpetrada por seu Governo.

Esta Comissão recolheu farta prova testemunhal que deixa indubitável a leniência presidencial. Afirmou peremptoriamente Roberto Jefferson em depoimento à CPI, em 30 de junho de 2005:

Leio parte do depoimento do ex-Deputado Roberto Jefferson:

(...) Mas o Mensalão não parou. Continuou esse Mensalão sem parar. A primeira reunião que eu pude despachar com o Presidente Lula foi em janeiro deste ano. Janeiro deste ano. Fui com o Ministro Walfrido Mares Guia, do PTB – a nossa entrevista durou uma hora –, e o Ministro Walfrido Mares Guia, durante uma hora, conversou economia, turismo, com o Presidente; eu ouvi em silêncio. Aí o Presidente bateu na minha perna e me disse: “Roberto, e o PTB?” Eu digo: “Não está bem, não, Presidente. Infelizmente tudo que é tratado aqui não é cumprido. O Zé Dirceu não tem palavra, o que ele diz não cumpre, e eu tenho contra mim essa tentação do Mensalão, que é um negócio que está enfraquecendo o senhor na Casa.” Ele falou: “Mas que é Mensalão, Roberto?” Quando eu contei – eu sou um homem vivido, tenho mais de 200 júris feitos na minha vida, tenho uma trajetória, tenho 23 anos de mandato –, a reação do Presidente foi de facada nas costas. “Que é isso?” Eu contei, as lágrimas desceram dos olhos dele. Ele levantou, me deu um abraço e me mandou embora. (...)

O Presidente foi alertado mais uma vez. O ex-Deputado Roberto Jefferson relatou um segundo encontro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no qual tentou alertar novamente o que estava ocorrendo. Nesta oportunidade, esteve em companhia do Deputado José Múcio, Líder do PTB, que confirmou o teor da conversa em depoimento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, em 14 de junho de 2005:

Disse o Deputado José Múcio:

(...) Fui testemunha, em março, no segundo encontro, quando o Presidente Roberto Jefferson disse ao Presidente da República, em uma audiência que tivemos no início de março: “Presidente, o senhor precisa ver essa questão do mensalão, porque isso pode atralhar o seu Governo”. (...)

Em depoimento de 13/09/2005 do Deputado Aldo Rebelo ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara, que à época dos fatos ocupava o cargo de Ministro da Coordenação Política do Governo do Presidente Lula, relatou e corroborou o fato anteriormente descrito:

O Sr. Deputado Júlio Delgado pergunta:

Quando V. Ex^a ouviu falar em proposta de recebimento de dinheiro para apoiar o Governo pela primeira vez? Em que circunstâncias? Poderia dizer alguma coisa a respeito disso para nós do Conselho de Ética, Sr. Deputado?

[O Deputado Aldo Rebelo responde:] A primeira vez, Deputado Delgado, eu não ouvi; a primeira vez, eu li. Foi uma matéria publicada no **Jornal do Brasil**, se não me engano, no mês de setembro. E, em seguida, já no mês de março, ouvi – embora a reunião já estivesse no fim, já houvesse um clima de dispersão – o Deputado Roberto Jefferson fazer referência a essa questão em uma reunião com o Presidente Lula, já no mês de março. Portanto, o Deputado Aldo confirmando.

(...) e, em nenhuma dessas reuniões, o assunto de pagamento de parlamentares foi abordado. Quando foi em março, em reunião da qual participamos eu, o Líder Múcio, o Ministro Mares Guia, o Líder Arlindo Chinaglia, o próprio Deputado Roberto Jefferson e, naturalmente, o Presidente Lula, nós tratamos dessa perspectiva [é o Deputado Aldo relatando], (...) tratamos dos assuntos políticos e, no fim, a reunião já terminando, algumas pessoas já de pé, o Deputado Roberto Jefferson levantou a questão do pagamento, do hipotético pagamento a Parlamentares dentro do Congresso Nacional.

Três testemunhas, portanto. Três depoimentos em ocasiões diferentes. Uma só versão para o fato de que o Presidente Lula foi alertado naquela ocasião sobre a existência do mensalão. Quaisquer dúvidas eventualmente existentes quanto ao conhecimento do Presidente sobre o fato foram estancadas.

Assim, mesmo que se admitisse, numa estreiteza de raciocínio destinada exclusivamente a beneficiar o Presidente, na base do “*in dubio pro réu*”, que Sua Excelência não conhecia os fatos anteriormente; ainda que quiséssemos crer que naquele momento não havia todo esse sistema de pagamento a parlamentares e a partidos para garantir seu apoio e comprar suas consciências, ainda assim, é indubitável afirmar que a partir daquele momento, relatado pelas três testemunhas o Presidente tomou conhecimento do assunto “mensalão”.

Ressalte-se que esse relatório demonstrou à exaustão a ocorrência do pagamento a parlamentares com fins políticos. Não cabe mais negar a existência do mensalão, não só devido aos depoimentos que confirmam os fatos, bem como em face das provas documentais irrefutáveis.

Suponha-se que, em um fato inusitado, fosse ignorada a possibilidade de que o Presidente, como

autoridade máxima da Nação, não soubesse o que seus auxiliares diretos faziam para dar-lhes sustentação no poder. O que em si já constitui fato muito grave. Imagine-se, pois, que, somente naquela circunstância, o Presidente tivesse tomado conhecimento dos fatos. Circunstância essa que, de acordo com o que o Deputado Roberto Jefferson afirma, já seria a segunda ocasião em que ele pessoalmente levava o caso ao Presidente. Admitindo, com todas essas ressalvas, que somente naquela ocasião, naquela reunião, o Presidente tivesse tomado conhecimento dos fatos, apuremos suas providências, pela voz de um dos seus mais próximos auxiliares:

Disse o Deputado Aldo Rebelo:

(...) e o Presidente pediu que eu e o Líder Arlindo informássemos sobre essa questão levantada pelo Deputado Roberto Jefferson. E o Líder Arlindo consultou aqui, a Câmara dos Deputados, com base na notícia veiculada pelo **Jornal do Brasil** e nos informou que de fato a Câmara teria iniciado um procedimento de investigação, não sei se na Corregedoria, uma mensagem do Presidente João Paulo teria sido enviada ao Ministério Público, e a matéria fora arquivada na Corregedoria, porque aquele que teria sido a fonte do jornal mandara um documento ao próprio jornal e à própria Câmara dizendo que não era a fonte da denúncia veiculada pelo jornal. Eu transmiti isso ao Presidente da República, ele disse que qualquer outra informação sobre essa questão ele queria tomar conhecimento, e o episódio foi superado a partir daí. (Depoimento do Sr. Aldo Rebelo ao Conselho de Ética, em 13 de setembro, de 2005.)

Ou seja, segundo afirmou o próprio ex-Ministro de Articulação Política, a única providência que Sua Excelência tomou foi “pedir que fosse informado sobre o caso.”

Pedir que fosse informado sobre o caso?

Ora, ser informado... [basta ao Presidente?] o Presidente demonstrou uma desídia, uma tamanha ausência de tenacidade dada a gravidade dos fatos que sua atitude sequer pode ser tomada como uma providência. Foi inerte. Por analogia, pode-se imaginar igual ordem dada por alguém a sua secretária para toda sorte de assuntos triviais: “mantenha-me informado sobre a condição do tempo”; “mantenha-me informado sobre o andamento da reunião”; “mantenha-me informado sobre o trânsito”...

Tratava-se de uma séria denúncia trazida pelo presidente de uma importante agremiação partidária da base de sustentação do próprio Governo! E mais, denúncia essa formulada na presença de altas auto-

ridades da República. Uma denúncia gravíssima, que envolvia suborno a parlamentares para mantê-los na base do governo ou atraí-los para ela.

Ou seja, denúncia que atentava contra os pilares da democracia, violando, de forma indelével, toda a ordem jurídica do País e a própria essência da Constituição Federal. Enfatize-se, portanto, que não se tratava de uma denúncia corriqueira sobre o funcionamento da administração política do Brasil. Não se trata de saber se um funcionário de terceiro ou quarto escalão está cometendo algum crime contra a Administração pública, situação que tem suas instâncias de acompanhamento e fiscalização apropriadas.

Trata-se de o Presidente ter conhecimento de algo que estaria ligado à própria essência do seu governo. Não existe governo em uma democracia que não tenha como um de seus mais importantes elementos a governabilidade junto ao Legislativo.

Ora, o Presidente da República é informado de que todo o relacionamento com sua base de apoio político está corrompido, destruindo a própria essência do processo eleitoral, que, a partir do voto popular, assenta-se sobre a autonomia dos parlamentares.

A responsabilidade maior do Presidente da República é garantir o que está previsto no art. 1º da Constituição Federal, qual seja, o Estado Democrático de Direito. A denúncia atingia o âmago do funcionamento das instituições políticas de nosso País. No entanto, o Presidente não perguntou por mais detalhes ao Deputado Roberto Jefferson, não acionou o seu Ministro da Justiça nem seu Ministro-Chefe da Casa Civil, não colocou a Polícia Federal no caso, não requisitou os serviços da Agência Brasileira de Inteligência, enfim, não tomou qualquer providência efetiva. Ou seja, não exerceu as prerrogativas de seu cargo, função delegada pelo povo, aceitando implicitamente a corrosão das instituições basilares da democracia, atentando contra o próprio Estado.

Como um ausente do seu próprio governo, comandante de uma nau à deriva, na versão dada pelos membros de sua base aliada e de seu próprio gabinete, desconsiderou todo o ordenamento jurídico do País. Violou frontalmente o compromisso de seu juramento feito ao Congresso Nacional no dia de sua posse:

Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar as suas leis, promover o bem geral do Brasil, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência.

Esse compromisso representa a essência do pacto social que se inaugura...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorroguei o tempo de V. Ex^a por mais cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sempre tenho participado nos pronunciamentos de V. Ex^a com apartes, agora contribuo com tempo para que isso seja esclarecido à Nação com sua voz.

O SR. ALVARO DIAS (PMDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Esse compromisso assumido pelo Presidente no ato de sua posse, Sr. Presidente, representa a essência do pacto social que se inaugura quando um governante recebe um mandato popular. É bem mais que um evento protocolar, que uma formalidade revestida de pompa institucional. É um solene juramento de cumprir as regras do jogo, de manter nos trilhos a Nação que lhe é confiada a dirigir. É comprometer-se com uma gestão séria no caminho dos progressos prometidos, sob as regras criadas pelo processo democrático. É o encargo de evitar que descalabros como os analisados nesse Relatório possam ocorrer. Mas o Presidente não honrou seu juramento, menosprezando a importância de seu cargo e toda a sociedade brasileira.

Antes, contentou-se com a lassitude das providências tomadas por seu Ministro, que disse não haver mensalão simplesmente porque meses antes um outro Parlamentar, o Deputado Miro Teixeira, não houvera assumido a autoria da primeira denúncia ao **Jornal do Brasil**.

Ou seja, não se investigou nada. Simplesmente se buscou um desmentido anterior e fora de contexto para desacreditar uma denúncia explícita e formulada pessoalmente mais de uma vez pelo Deputado Roberto Jefferson e testemunhada por outros. A fragilidade das conclusões do Ministro era tão evidente que o mínimo que se poderia esperar do Presidente era que determinasse uma investigação formal – e oficial – sobre o caso.

Mas o Presidente preferiu acomodar-se num mero desmentido à imprensa, repousando sua consciência num disse-me-disse relativo a uma antiga denúncia esvaziada, quando tinha uma nova denúncia concreta à sua frente. Preferiu fechar os olhos, preferiu deixar as coisas como estavam.

Ficou comprovado o desinteresse e a ausência completa de iniciativa no sentido de buscar preservar a probidade de seu governo.

Mas não param por aí os elementos que atestam a gravidade da postura presidencial. Já se fez referência ao fato de que, segundo o Deputado Roberto Jefferson, teriam sido duas as ocasiões em que alertou o Presidente Lula sobre o mensalão. Admitindo-se,

no entanto, por ausência de outros testemunhos, que somente existira a segunda conversa, e que somente ali o Presidente ouvira falar sobre o mensalão, como não perguntou por mais detalhes ao Deputado Roberto Jefferson? Segundo o Deputado, ele teria feito isso na primeira conversa, mas não há outros depoimentos que confirmem a existência desse primeiro encontro. Então, só nos restam duas alternativas:

a) Ou ele soube da existência do mensalão no momento daquela reunião com os Deputados Roberto Jefferson, José Múcio, Arlindo Chinaglia e o então Ministro Aldo Rebelo e, nesse caso, não se interessou sequer em entender um pouco mais profundamente o que seria o mensalão e como funcionava (pois a brevidade com que se tratou do assunto é unânime entre as testemunhas);

b) Ou, de fato, houve um primeiro alerta ao Presidente da parte do Deputado Roberto Jefferson, em que ele teria explicado os detalhes do funcionamento do mensalão, e, nessa hipótese, agrava-se ainda mais a postura do Presidente, pois mesmo a pífia medida por ele tomada só o foi após um segundo alerta. Ou seja, após tomar conhecimento dos fatos pela primeira vez, ele nada teria feito; numa segunda oportunidade, deu uma preguiçosa, displicente e nada efetiva ordem ao seu auxiliar mais próximo naquele momento, mais à mão, e despreocupou-se com o assunto.

Em qualquer dos dois casos, caracterizou-se a omissão do Presidente da República em tomar providências concretas.

Por mais confiança que o Presidente Lula tivesse em seu Ministro e em seu líder de bancada, aquela ordem não era suficiente diante da gravidade das acusações. Por que, após a resposta do Ministro Aldo Rebelo dizendo que a investigação que outrora fora levada a cabo na Câmara havia sido arquivada, o Presidente não voltou a indagar o Deputado Roberto Jefferson sobre o tema? Por que não fez questão de mostrar que o seu governo era probo e sério? Por que não demonstrou indignação diante das suspeitas de que seu governo ou seu partido compraria apoios no Congresso? Porque era confortável manter as coisas como estavam.

Fica evidente que o Presidente, ainda que não houvesse sabido antes da existência do mensalão (o que já se demonstrou ser pouco crível), ao ser informado, achou que não deveria interferir naquilo que estava funcionando ou, para usar as expressões futebolísticas que tanto agradam à Sua Excelência, não deveria “mexer em time que estava ganhando”.

A absolutamente lamentável e revoltante postura de irresponsabilidade do mandatário maior da Nação evidentemente compromete qualquer condição sua de permanecer no cargo. Neste momento em que se chega ao fim dessa CPI com a clara evidência de que

houve, sim, mensalão e que o seu propósito serviria justamente para manipular votações no Congresso...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vou conceder a V. Ex^a mais dois minutos. V. Ex^a já falou 22 minutos, mas são 22 minutos muito importantes para o Parlamento e para a Pátria.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

...para tanto utilizando-se de favores do Estado, com prejuízo ao Erário, a fim de favorecer pessoas e empresas que pudessem, por vias transversas, garantir o pagamento aos Parlamentares, não há mais escapatória, não há como evitar constatar os fatos que se põem diante dos nossos olhos.

As normas vigentes no Brasil não deixam dúvidas sobre o enquadramento de tais fatos. A começar pela Constituição Federal, que prevê as hipóteses de responsabilização do Presidente da República:

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

V – a probidade na Administração;

O parágrafo único do art. 85 da Constituição Federal remete expressamente para a lei que regula o crime de responsabilidade do Presidente da República, que vem a ser justamente a Lei 1.079, de 1950. Ali se pode encontrar a seguinte disposição expressa... Aí vem o elenco dos crimes contra a probidade na Administração, entre eles “proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.

Condescendência criminosa:

Art. 320. (Código Penal). Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

Ainda, ratificando a ofensa à probidade na Administração, exigida por norma constitucional, a Lei de Improbidade Administrativa enquadra em várias de suas hipóteses normativas a conduta do Presidente da República. Elenco os artigos dessa lei, Sr. Presidente, para registro nos Anais desta Casa.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, considere lido “Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário”. Vou con-

cluir, mencionando o trecho final da emenda que estou apresentando, nesta data, ao relatório final da CPMI dos Correios:

“Diante da clareza da normativa aplicável, não restam dúvidas quanto à incidência das normas sobre a conduta displicente, irresponsável e, por que não dizer, colaboracionista do Presidente da República, em face da gravidade das condutas praticadas sob os auspícios de seu governo e apeladas de “mensalão”.

Por todo o exposto, é forçoso concluir que Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva cometeu crime de responsabilidade contra a probidade na administração, previsto nos incisos 3 e 7 do art. 9º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Cometeu ainda o crime de condescendência criminosa, previsto no art. 320 do Código Penal. Por fim, incorre nos delitos tipificados na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 1992), especialmente em seus arts. 11, inciso II, e 10, incisos I, X e XII.

Em virtude desses fatos, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito recomenda a imediata abertura, pela Câmara dos Deputados, de procedimento visando a apurar a ocorrência de crime de responsabilidade do Presidente da República, com fundamento na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.

ANEXO II

Ainda em virtude da comprovada negligência em apurar os fatos de que tomou conhecimento, omitindo-se de determinar aos órgãos competentes a investigação formal e profunda sobre as denúncias que lhe foram trazidas, esta CPMI recomenda o indiciamento e a apuração de responsabilidade política de Sua Excelência o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva pelos delitos previstos nos incisos III e VII do art. 9º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 (*crime de responsabilidade contra a probidade*[...])

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

[...]na Administração Pública), no art. 320 do Código Penal (crime de condescendência criminosa) e nos delitos tipificados na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 1992), especialmente em seus arts. 11, inciso II, e 10, incisos I, X e XII.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que há indícios de autoria e materialidade de delito. Essas duas

circunstâncias bastam. Aliás, tal ato processual, Senador Mão Santa, é corriqueiramente utilizado contra os pobres e desamparados, como diz o meu amigo, advogado de Curitiba, o Dr. Abdala.

Portanto, na próxima semana, essa discussão se estabelecerá. Evidentemente nós nos submeteremos à vontade da maioria dos integrantes da CPMI dos Correios. Mas é do nosso...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... dever apresentar essa proposta, que tem por objetivo a responsabilização da autoridade maior, com base em todos os fatos e, sobretudo, em razão do conjunto da obra de corrupção que se erigiu na República, com sustentação na obrigação de saber, no fato de que a autoridade maior é responsável pelos atos dos seus subalternos, com a sustentação jurídica aqui apresentada; é do nosso dever apresentar à CPMI dos Correios, na próxima semana, essa proposta de responsabilização do Presidente da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 3 DE ABRIL DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, amanhã a CPMI dos Correios viverá um momento decisivo, quando o relatório do Deputado Osmar Serraglio será apreciado e, espero, alvo de deliberação da parte dos Srs. Congressistas.

Está em jogo a imagem do Congresso Nacional. Está certamente em jogo a esperança da população brasileira de ver este País mudando eticamente; a esperança daqueles que acreditam na possibilidade de erigirmos sobre esses escombros provocados pelos escândalos de corrupção uma nova instituição pública no Brasil, mais acreditada pela população brasileira.

Não nos agrada a hipótese suscitada de que um relatório paralelo deverá ser aprovado por força da maioria governista. Seria frustrante, deplorável se isso viesse a ocorrer; uma decepção enorme certamente, porque desfigurar de forma completa o relatório do Deputado Osmar Serraglio é desejar que a CPI acabe verdadeiramente em pizza, excluir do relatório aqueles que foram os artífices desse esquema sofisticado, organizado de corrupção é negar a realidade investigada.

Ouçõ que pretendem os Parlamentares petistas que se reúnem no Congresso Nacional a exclusão da

listagem de indiciados de alguns nomes já emblemáticos, como o do ex-Ministro José Dirceu, do ex-Ministro Luís Gushiken, do Sr. Sílvio Soares, do Sr. Delúbio Soares e outros, além do que pretende concluir os trabalhos da CPMI com um relatório que exclua a hipótese da existência do mensalão. Não há relatório capaz de desfigurar a realidade do mensalão. Ele existiu. Está mais do que comprovado. O relatório do Deputado Osmar Serraglio desvendou os mistérios desse esquema de corrupção que foi arquitetado na relação espúria entre o Executivo e o Legislativo.

Essa foi a prática sustentada, lamentavelmente, por recursos de origem escusa, recursos oriundos do Poder Público. Essa tentativa de excluir do relatório a existência do valerioduto, de tentar impor que o valerioduto não é coisa deste Governo ou de tentar fazer com que acreditemos que houve somente o crime eleitoral – o crime do caixa dois –, tudo isso coloca o Congresso Nacional muito mal. O desgaste será, certamente, muito grande.

O correto, Sr. Presidente, o que nós imaginamos para a reunião de amanhã, é a adoção da prática que se tornou tradição em CPs no Congresso Nacional: a possibilidade, por meio de votos em separado, de se alterar o relatório oficial apresentado.

Nós da Oposição desejamos, prioritariamente, aprovar o relatório do Deputado Osmar Serraglio e, se possível, aprimorá-lo com alterações que estamos propondo, com o objetivo de torná-lo ainda mais próximo da expectativa da população brasileira

Na última sexta-feira, desta tribuna, apresentamos nossa proposta de alteração do relatório do Deputado Osmar Serraglio, com base na Constituição, no Código Penal, na Lei de Improbidade Administrativa: o indiciamento do Presidente, que participou direta e indiretamente do esquema de corrupção investigado pela CPI e, de outro lado, a recomendação para que se apure responsabilidade, missão que caberia à Câmara dos Deputados, já que houve, por prevaricação, o crime de responsabilidade. Não há como negar as evidências e não há como isentar a autoridade maior de responsabilidade.

Este, sem dúvida alguma, é o objetivo da Oposição: aprovar o relatório competente do Deputado Osmar Serraglio e, se possível, acrescentar alterações que possam torná-lo ainda mais eficaz no sentido de atender às expectativas de todo o povo do País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, no último final de semana, surgiram novas revelações sobre o escândalo do crime praticado contra o caseiro Francenildo.

A cronologia dos acontecimentos e a participação de figuras emblemáticas da estrutura de poder deste

Governo no episódio que atenta contra o próprio Estado de direito democrático evidenciam que o apagão ético transformou em trevas a gestão do Presidente Lula.

Como hoje afirmou, com toda propriedade, o Presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Roberto Busato, “ninguém está acima da lei, acima da quebra de princípios éticos e morais.” Nesse contexto, Busato defendeu a investigação do suposto envolvimento do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, na violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa.

Hoje, após o lançamento da Campanha de Combate à Corrupção Eleitoral em conjunto com a CNBB, o Presidente da OAB declarou: “Se até mesmo o Ministro estiver envolvido, ele deverá também sofrer as consequências da lei e da sua suposta falta de ética.”

O próprio Roberto Busato assinalou o constrangimento para a entidade diante dos novos fatos. Afinal, o atual Ministro da Justiça foi Presidente da OAB no período de 1987 a 1989.

O que externou o Presidente da OAB é o sentimento reinante na própria sociedade brasileira. A perplexidade tomou conta de todos nós, diante dos desdobramentos da crise política e moral que se abateu sobre o País:

“Nós protestamos desde o início e continuamos lamentando essa situação, que exterioriza a crise moral e política por que o Governo está passando: foi a segunda maior autoridade da República, o condutor da política econômica, envolvida numa quebra de princípio ético tão grave.”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, estamos diante de revelações importantes que exigem apuração. O que se revelou neste final de semana coloca o Ministro da Justiça diante de alguns questionamentos inevitáveis. A presença de dois assessores credenciados do Ministro da Justiça, coincidentemente no momento em que era entregue pelo Presidente da Caixa Econômica, o Sr. Mattoso, ao Ministro Palocci o documento com a movimentação financeira do caseiro Nildo, coloca o Ministro diante da responsabilidade de oferecer explicações. É evidente que assessores tão acreditados do Ministro, assessores competentes, naturalmente leais ao Ministro, não poderiam deixar de comunicá-lo naquele exato momento o que estavam presenciando. E, certamente, o mínimo que deveria fazer o Ministro era interromper aquele procedimento, impedindo que aquelas informações fossem veiculadas pela imprensa, porque a veiculação daquelas informações significaria uma violência ao direito individual do caseiro, uma afronta à Constituição, um crime perpetrado contra o cidadão.

E o que é mais grave, Sr. Presidente, é o fato de o Ministro Palocci estar, naqueles dias, despachando diretamente do Palácio do Planalto, ao lado do Presidente da República. Estava o Ministro recluso, exilado no Palácio do Planalto, despachando, obviamente, ao lado do Presidente. Não há como não admitir soubesse o Presidente da República dessa decisão de quebrar o sigilo bancário do caseiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO DIA 22 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna, após participar, no dia de ontem, de mais uma reunião infrutífera da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, denunciar à Nação a responsabilidade do Governo do PT pela não aprovação, até hoje, do Orçamento da União para 2006.

A história é bem diferente, Senador José Agripino, da contada pelo Presidente Lula na Bahia. A culpa, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não é do Congresso, mas do Governo do PT e de sua base aliada.

Afirmo que matéria é de responsabilidade do Governo, como muito bem disse hoje, em aparte ao nobre Senador Heráclito Fortes, o nobre Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, afirmando isto que agora digo da tribuna. O Governo tem ampla maioria entre os 84 membros da Comissão, mas pratica o que hoje é chamado na Comissão de “o jogo do faz-de-conta”. Finge estar interessado na votação do orçamento de 2006, mas, na verdade, cria embaraços para impedir sua aprovação. Quando não falta pede verificação de quórum. Ontem, terça-feira, a sessão da Comissão Mista de Orçamento aconteceu graças à competência e firmeza do nobre Senador Gilberto Mestrinho, tendo em vista que, Senador Demóstenes Torres, a base aliada do Governo, por meio de seus representantes e encabeçada pelo Líder do Governo, Deputado João Leão, pediu verificação de quórum para derrubar a sessão na qual tínhamos a possibilidade de aprovar o orçamento de 2006.

Estamos na segunda quinzena de março de 2006, após uma convocação extraordinária que se iniciou em 16 de janeiro. O orçamento continua travado na Comissão Mista de Orçamento à espera da votação de cerca de três mil destaques (DVS), apresentados no relatório final do Relator, número superior a cerca de

50% do número de destaques apresentados no orçamento do exercício do ano passado.

O Presidente Lula enviou ao Congresso Nacional uma proposta orçamentária capenga – é bom que a nação brasileira tome conhecimento. Deixou de incluir os recursos para o aumento do salário mínimo e seus benefícios. A proposta do Governo trouxe o salário mínimo de R\$321,00. Para atender à proposta do Governo, de R\$350,00, foi necessário que o Congresso encontrasse os recursos por meio da Comissão Mista de Orçamento. Destinou recursos irrisórios para o reajuste dos salários dos servidores públicos, além de não prever recursos para compensar as perdas dos Estados exportadores decorrentes dos incentivos da Lei Kandir.

Com relação à ausência dos recursos para compensação dos Estados, registro que o Relatório Setorial, elaborado pelo Deputado Anivaldo Vale (PSDB/PA), garantiu R\$3,4 bilhões, por acordo das Lideranças com o Relator Geral, Deputado Carlito Merss (PT – SC), e mais R\$1,8 bilhão, totalizando R\$5,2 bilhões, valor igual ao do exercício anterior, de 2005, Senador João Motta.

Os Parlamentares, na tentativa de solucionar o impasse criado pela não-compensação das perdas da Lei Kandir aos Estados exportadores, por meio de seus líderes, acordaram a inclusão de R\$1,8 bilhão, sendo que R\$900 milhões seriam retirados por um corte linear de 12,5% dos recursos das emendas de comissões e de bancadas estaduais, acordo convalidado pelo Plenário da Comissão. Acordo esse, Senador Mão Santa, que o Governo agora não reconhece e não quer honrar, Senadora Serys. Peço ao Presidente, Senador João Motta, que faça inserir nos Anais a cópia do acordo – que vou encaminhar à Mesa, para mostrar que o acordo referendado pelo Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, e pelo Relator-Geral, Deputado Carlito Merss – está assinado por todos os Líderes representantes das Bancadas na Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Acordo, Presidente Lula, é para ser cumprido, muito mais quando está assinado também por todos os Líderes do seu Governo.

Tenho aqui, como disse, uma cópia do acordo, que peço seja inserida nos Anais da Casa.

Os recursos totalizariam R\$974 milhões, tendo o Relator-Geral concordado em usar os R\$74 milhões excedentes para atender os destaques. Os outros R\$900 milhões seriam oriundos do excesso de arrecadação.

Senador Demóstenes Torres, é muito fácil o Presidente Lula resolver esse problema da Lei Kandir. É só Sua Excelência autorizar, por meio de uma medida provisória, que os Estados exportadores, principalmente, aqueles que exportam *commodities*, insumos,

matérias-primas, tributem essas exportações, porque o Governo Federal quer usar o tributo sobre o ICMS, que é estadual, para promover incentivo à balança de exportação, o que é correto. Só que ele tem que compensar. E aí, para não prejudicar os exportadores – porque imposto não se exporta –, seria feita a compensação direta por esses exportadores, que estariam tributados no ICMS e compensados nos impostos federais. Então, haveria compensação em tempo real, não haveria necessidade de dar continuidade à Lei Kandir, que é um direito desses Estados, que têm sob sua responsabilidade o atendimento das necessidades de educação, saúde, segurança e outros, incentivadas pelo incremento das exportações.

A tática do Governo é simples. Complica a aprovação do Orçamento de 2006 para concentrar ainda mais no Executivo a gestão dos recursos arrecadados, desprezando o mais importante instrumento de interlocução entre os Poderes Executivo e Legislativo. Comete, ainda, o agravante de pretender ignorar a atribuição do Congresso de discutir, aprovar, fiscalizar e controlar o Orçamento.

O expediente utilizado é comprovado pela enxurrada de medidas provisórias, que, somente em seis edições, alcança o valor superior a R\$1,7 bilhão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Relator-Geral do Orçamento de 2006 tem apresentado propostas nada usuais. No relatório final, destinou R\$900 milhões para “Outros Atendimentos Relator-Geral” (anistiados, soldado cidadão, etc.), bem como R\$5,1 bilhões para o reajuste de militares e servidores civis. Sem a aprovação do Orçamento – o Executivo sabe –, a verba para o reajuste se constituirá em um verdadeiro engodo para os servidores.

Então, há necessidade de se aprovar o Orçamento imediatamente, para que se possa fazer o reajuste tão necessitado pelos servidores federais.

A Comissão Mista de Orçamento não pode ser responsabilizada pela discórdia que “a peça orçamentária” enviada pelo Executivo implantou no Congresso Nacional e na Nação Brasileira.

A oposição brasileira da atualidade em nada se assemelha à velha oposição petista. É uma oposição responsável, que grita pela governabilidade e quer a aprovação do Orçamento de 2006, respeitados os acordos celebrados pelas Lideranças do Parlamento.

Tem toda razão, Senador José Agripino, a colunista Danuza Leão, quando afirmou que “daria um Oscar ao PT, eles fingem muito bem. Me sinto uma débil mental por acreditar no que acreditei.”

Quero, com a generosidade do Presidente, Senador João Batista Motta, usar dos minutos que me restam para fazer aqui uma saudação às Organizações

Romulo Maiorana, do meu querido Estado do Pará, na pessoa da sua Presidente, Sra. Déa Maiorana, do seu Vice-presidente, Sr. Romulo Maiorana Júnior, de um dos seus Diretores, Ronaldo Maiorana, e de toda a família Maiorana pela comenda que receberam, ontem, da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas. Senador José Agripino, pela 21ª vez, em 26 anos, esta comenda é entregue pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas ao jornal de meio impresso do Estado de maior credibilidade e de maior divulgação.

Então, quero aqui parabenizar os colaboradores e toda a direção das Organizações Romulo Maiorana e o faço, Senador José Agripino, no momento em que **O Liberal** está prestes a inaugurar uma nova rotativa, em fase de montagem, e que até final de maio deve estar em operação, colocando o jornal **O Liberal** na ponta da área de tecnologia de impressão da América do Sul. É um jornal do Pará, Senador João Motta, que faz um investimento pesado, da ordem de quinze milhões de dólares americanos, para dar à sociedade, ao povo paraense, um jornal com a configuração, com a impressão de **O Liberal**. Parabéns à família Maiorana.

E, por último, quero aqui fazer um pedido à nobre Senadora Ana Júlia, do PT do meu Estado do Pará. Completa, hoje, uma semana que pedi a V. Exª que trouxesse, por parte do Governo Federal, um compromisso de abertura do hospital da Rede Sarah em Belém, no qual o Governador Simão Jatene está disposto, como já disse isso, publicamente, de investir os R\$14 milhões, Senadora Serys, necessários para equipar e treinar o pessoal. Só fará isso se houver concordância do Governo Federal, do Presidente Lula, do Ministro da Saúde e da Fundação Rede Sarah de que, tão logo sejam feitos esses investimentos pelo Governo do Estado, com recursos do Tesouro, o Governo Federal o colocará em funcionamento, abrindo o Hospital da Rede Sarah em Belém.

É importante que o povo do Pará, que me assiste pela TV Senado e me ouve pela rádio Senado, saiba que, hoje, completa uma semana que o Governador Simão Jatene aguarda – e eu peço novamente à Senadora Ana Júlia que traga este compromisso do Governo Federal, para que o povo do Pará, que tanto necessita dos serviços e dos atendimentos do Hospital da Rede Sarah, tenha esse pleito da maior importância para o nosso Estado atendido o mais breve possível.

Agradeço a generosidade do meu nobre Presidente, Senador João Motta.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

FROM : SCARILLATE FLORES

PHONE NO. : 011 3064 9935

Mar. 10 2006 07:02PM

03/10/2006 14:28

61-3113137

JORNAL DO SENADO

PAGE 02

*Acordo
for aprov.*



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PL N.º 40, DE 2005 - CN - PLOA 2006

Proposta de alteração do PLOA 2006

Os representantes de partidos abaixo assinados vêm propor à Comissão Mista acordo no sentido de viabilizar a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para 2006, particularmente no que tange ao equacionamento das questões relacionadas aos repasses do Governo Federal aos Governos Estaduais à título de compensação pelas perdas tributárias decorrentes da desoneração das exportações e de bens do ativo permanente.

Com esse intuito, estamos propondo:

*Acordo
for aprov.
RSDB*

- 1) A especificação dos recursos alocados no relatório geral, no valor de R\$ 3,4 bilhões, apropriados na "reserva para atendimento do art. 91 do ADCT", observados os seguintes critérios:
 - a) 50% de acordo com os coeficientes da Lei Kandir (Lei Complementar nº 115/2002);
 - b) 50% de acordo com os coeficientes da Lei nº 11.131/2005 e Medida Provisória nº 271/2005;
- 2) Acréscimo no valor de R\$ 1,8 bilhão, a ser programado nas mesmas proporções do item anterior, da seguinte forma:
 - a) R\$ 900 milhões, com recursos decorrentes de cancelamentos na despesa conforme critérios constantes do anexo 1: *(?) pode liberar assim q' for for*
 - b) R\$ 900 milhões, em reserva específica de natureza financeira (não-primária), paralelamente à inclusão no texto da lei orçamentária de autorização para suplementação nas programações específicas, desde que verificado excesso de arrecadação da receita do Tesouro Nacional no decorrer do exercício de 2006 (anexo 2).

Para viabilizar tais mudanças, estamos propondo, em anexo, as respectivas proposições.

Esta proposta, uma vez aprovada, integrará o ADENDO Nº 1 AO RELATÓRIO FINAL DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2006 - PL Nº 40/2005 - PLOA 2006, como seu item nº 1.

Sala da Comissão, em 9 de março de 2006.

Handwritten signatures and initials of the commission members, including names like PFL, PTB, and others.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ata da 35ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 5 de abril de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Efraim Moraes, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Garibaldi Alves Filho, José Maranhão, Paulo Paim e da Srª Ana Júlia Carepa

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 09:00 HORAS

Período : 5/4/2006 07:40:57 até 5/4/2006 20:03:35

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PFL	SC	JORGÊ BORNHAUSEN	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X		PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X		PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	MT	ANTÉRIO PAES DE BARROS	X		PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X		PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X		PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X		PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X		PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X		PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X		PSDB	AP	PAPALEO PAES	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X		Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X		PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X		PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
Bloco-PT	PI	FLAVIO ARNS	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X		PFL	BA	RODOLFO TOURINHO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X		PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PMDB	AP	GILVANI BORGES	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PERES	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
Bloco-FL	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						

Compareceram: 70 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Senador Leonel Pavan, consulto se V. Ex^a poderia fazer uma permuta com o Senador Paulo Paim em razão de uma viagem urgente que S. Ex^a tem de realizar. (Pausa.)

Com a concordância do Senador Leonel Pavan, Senador Paulo Paim. V. Ex^a tem a palavra.

Agradeço ao Senador Leonel Pavan.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para falar de três programas que estou acompanhando e cuja repercussão social é muito importante.

Com o objetivo de levar luz para todos, para todas as residências do País até 2008, o Programa Luz para Todos, inegavelmente, é um sucesso, Sr. Presidente. V. Ex^a sabe da minha posição, a de elogiar aquilo que entendo estar dando certo. Em todo o País já foram atendidos 534.535 domicílios rurais, beneficiando mais de 2.650.000 pessoas.

O Programa Luz para Todos emprega – isso é importante destacar – recursos do Governo Federal, dos Estados e também dos Agentes Executores.

Com o Governo Federal já foram contratados mais de R\$2 bilhões, tendo sido liberado mais de 50% desse montante.

Quero falar do meu Estado. No Rio Grande do Sul, a meta é concluir o atendimento em toda a zona rural até o final deste ano.

Até esta semana, o Estado gaúcho já atendeu 17.238 (dezessete mil, duzentos e trinta e oito) domicílios, beneficiando cerca de 86 (oitenta e seis) mil gaúchos. Na conclusão do programa, terão recebido energia mais de 29 mil residências só no Estado do Rio Grande do Sul.

Tenho certeza de que a disponibilidade de energia é de vital importância para o nosso desenvolvimento, para a melhoria da qualidade de vida de toda a população, principalmente a mais pobre, pois o mais

rico tem como levar a energia para a área rural. Trata-se também de meio de inclusão social da população mais carente.

Sr. Presidente, meus pais moravam no interior, em Bom Jesus. Por isso, sei o que é morar num sítio, numa fazenda sem luz. Sei o que representa aquilo que era um sonho agora tornar-se realidade; ou seja, a luz chegar lá no domicílio mais simples da nossa área rural.

Destaco outro programa que, no meu entendimento, tem cumprido a sua função social: o Bolsa-Família, um programa ambicioso – eu sei – que pretende combater a fome e a miséria em nossa sociedade por meio da concessão do benefício mensal em dinheiro para as famílias que possuem renda **per capita** inferior a R\$100,00.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome promoveu, com seus programas, a inclusão de 50 milhões de cidadãos e cidadãs brasileiros, investindo mais de R\$31 bilhões em ações sociais. A estimativa é de que, no presente ano, sejam investidos mais de R\$21 bilhões nos programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O programa Bolsa-Família tem procurado enfrentar um dos maiores desafios da sociedade e do Governo brasileiro, que é combater a miséria e a exclusão social, promovendo a diminuição da desigualdade social. O Bolsa-Família – é bom destacar – unifica todos os benefícios sociais (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação e Auxílio-Gás) que vinham do Governo anterior. A medida trouxe mais agilidade na liberação dos recursos, proporcionando um controle mais eficaz e promovendo maior transparência e possibilidade de fiscalização, para que, efetivamente, o programa atenda aos mais pobres.

Sr. Presidente, diante das notícias de que, no Brasil, a área plantada deverá ser reduzida em 10 milhões de hectares devido à crise que afeta a agricultura no País, não posso deixar de trazer a esta tribuna, no dia de hoje, o debate sobre outro tema: o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF). Esse programa, criado em 2004 e implantado na última safra agrícola, revelou-se um importante apoio aos agricultores que registraram prejuízos devido à estiagem.

A última seca – retorno ao Rio Grande do Sul – atingiu 80% dos municípios do meu Estado, 30% de Santa Catarina e 10% do Paraná. O seguro-agrícola pagou um total de R\$673,4 milhões em indenizações, beneficiando 203,7 mil agricultores que tiveram prejuízos com a lavoura de verão. Sem o apoio dado pelo Seguro da Agricultura Familiar, os nossos pequenos produtores estariam em uma situação muito ruim!

Vale lembrar que esse é um programa permanente que cria maior estabilidade e maior segurança para o pequeno agricultor, trazendo tranqüilidade ao produtor e a sua família.

Para participar do Seaf, Sr. Presidente, o agricultor deve contribuir com 2% do valor do financiamento, ficando a lavoura com cobertura em caso de seca, granizo, vendavais, geada, chuvas torrenciais, chuvas fora de época, além de pragas e doenças que não tenham métodos difundidos de controle.

O seguro pode ser contratado para as culturas zoneadas (algodão, arroz, feijão, maçã, milho, soja, sorgo e trigo), para banana, caju, mandioca, mamona e uva, e, também, para cobrir prováveis prejuízos nas culturas consideradas consorciadas, como feijão e milho, e milho e soja.

A intenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário é aprimorar cada vez mais o programa, buscando experiências de outros países, como, por exemplo, a bem-sucedida experiência adotada na Espanha, que implantou o seguro-agrícola há 25; agora, estamos com ela aqui no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos que os desafios são muitos, e os sonhos maiores ainda, mas não podemos parar de sonhar e acreditar em um Brasil mais justo, mais igual, com menos pobres, naturalmente, e muito mais cidadão.

Por isso, elogio as iniciativas desses programas que, passo a passo, estão redesenhando um novo País para todos os brasileiros.

Ao encerrar este pronunciamento, Sr. Presidente, faço questão de registrar que a minha caminhada aqui no Senado é no sentido de elogiar ações do Governo Federal, Estadual ou Municipal que, no meu entendimento, sejam positivas, como essas que aqui acabei de citar. No entanto, criticarei sempre, de forma firme, construtiva e propositiva as ações das quais discordar.

Quero com isso deixar claro, Sr. Presidente, que pauto a minha caminhada pela coerência. Elogio, sem sombra de dúvida, ações como essas que citava, que são importantes e cumprem a sua função social. Ao mesmo tempo, critico aquelas que, no meu entendimento, não cumprem o seu objetivo.

Concluo com essas palavras, Sr. Presidente, e afirmo que elogiei, sim, os três programas aqui: Luz para Todos, Bolsa-Família e Seguro-Agrícola, que cumprem, efetivamente a sua função social.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Obrigado a V. Ex^a.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 116, DE 2006

(Nº 206, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, com vistas ao encaminhamento à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa do Congresso Nacional, envio a Vossa Excelência a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2006.

Brasília, 3 de abril de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 7/2006-BCB

Brasília, 31 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho à consideração de Vossa Excelência, de acordo com o que estabelece o art. 6º, da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a anexa Programação Monetária para o 2º trimestre de 2006, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 31 de março de 2006, para que seja enviada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Respeitosamente, – **Henrique Campos Meirelles**, Presidente.

Diretoria Colegiada
Departamento Econômico - DEPEC

Programação Monetária

2006

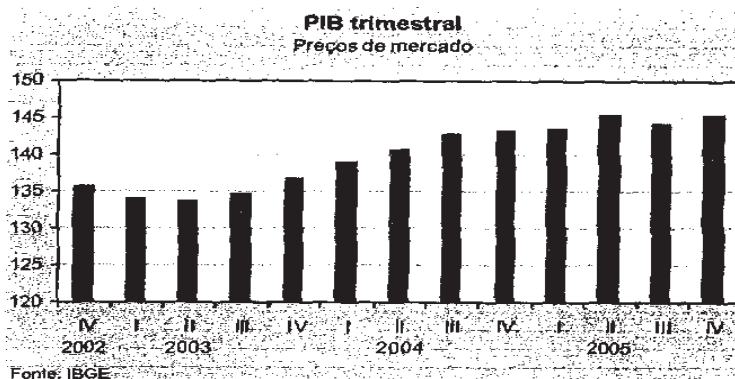
Março - 2006

BANCO CENTRAL DO BRASIL

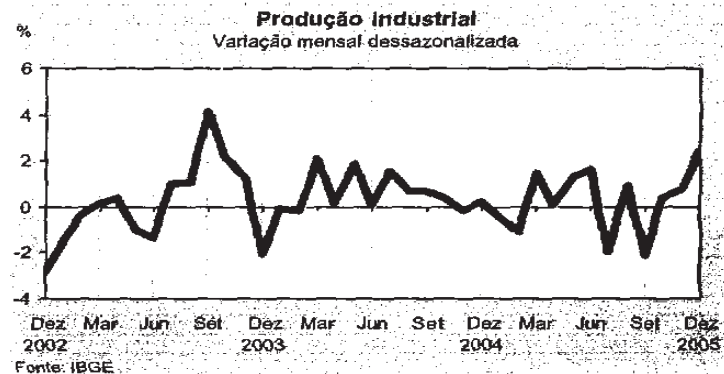
Programação Monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2006

A. A economia brasileira no primeiro trimestre de 2006

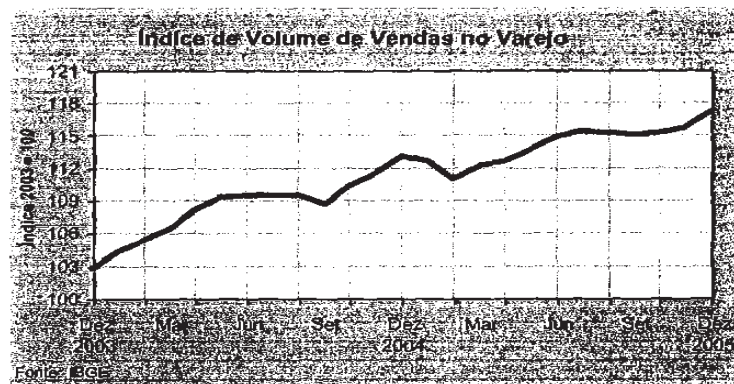
1. O Produto Interno Bruto (PIB) apresentou elevação de 0,8% no quarto trimestre de 2005, em relação ao anterior, de acordo com dados dessazonalizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A produção agropecuária cresceu 0,8%, enquanto nos setores industrial e de serviços registraram-se aumentos de 1,4% e 0,7%, respectivamente, na mesma base de comparação. A análise pela ótica da demanda indica um quadro mais favorável que o sugerido pela ótica da oferta, registrando-se aumentos trimestrais de 1,3% no consumo das famílias e de 1,7% na formação bruta de capital fixo. Relativamente à demanda externa, as exportações elevaram-se em 0,7% e as importações recuaram 1,3%. O desempenho da demanda, superior ao do produto agregado, mostrou-se consistente com o movimento de ajuste de estoques efetuado nos dois últimos trimestres do ano. O PIB cresceu 2,3% em 2005, refletindo o aumento da demanda interna, em função das melhores condições de crédito e da recuperação gradual dos rendimentos reais e do emprego, e o bom desempenho do comércio exterior. Nesse contexto, o consumo das famílias cresceu 3,1%; as exportações, 11,6%; e as importações, 9,5%, no período. Adicionalmente, a formação bruta de capital e o consumo do governo elevaram-se, igualmente, em 1,6%. Considerando os setores, a taxa de crescimento da agropecuária atingiu 0,8%, enquanto os segmentos industrial e de serviços cresceram 2,5% e 2%, respectivamente, em 2005.



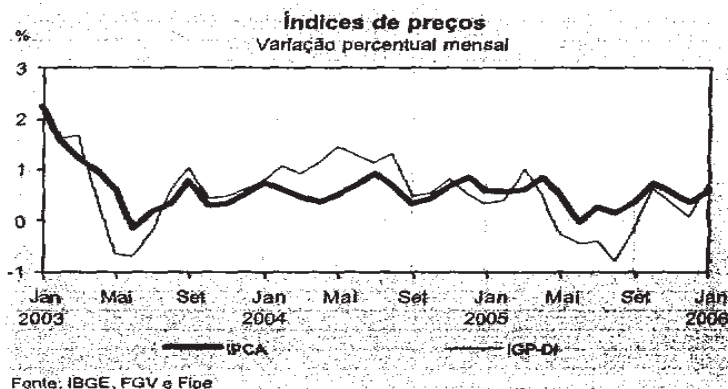
2. O setor industrial retomou trajetória de expansão nos meses finais de 2005, especialmente em dezembro, quando voltou a registrar níveis recordes de produção. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – PIM-PF, do IBGE, a atividade industrial cresceu 0,9% no último trimestre do ano, em relação ao trimestre encerrado em setembro, segundo dados dessazonalizados. No ano, a produção industrial cresceu 3,1%, resultado de aumentos de 10,2% na indústria extrativa e de 2,8% na indústria de transformação. A evolução da indústria ao longo de 2005 esteve condicionada pelo dinamismo da produção de bens de consumo, impulsionada por melhores condições de crédito e de renda. A produção de bens de consumo durável aumentou 11,4% e a de bens de consumo semidurável e não durável, 4,6%, em relação ao ano anterior, superando pela primeira vez, desde 1999, a taxa de crescimento geral da indústria. Adicionalmente, a fabricação de bens de capital cresceu 3,6% e a de bens intermediários, 1%.



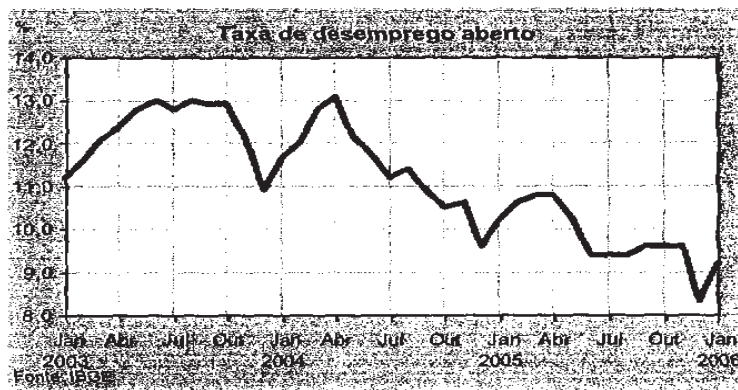
3. Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as vendas do comércio varejista aumentaram 0,7% no último trimestre de 2005, ante o trimestre encerrado em setembro, de acordo com dados dessazonalizados. Assinalem-se as elevações de 0,8% nas vendas de tecidos, vestuário e calçados e de 0,5% nas relativas a móveis e eletrodomésticos. As vendas de combustíveis e lubrificantes recuaram 0,7% nessa base de comparação, mas apresentaram recuperação nos dois últimos meses de 2005, registrando taxas positivas de 0,4% em novembro e de 1,8% em dezembro, em relação aos meses imediatamente anteriores. O Índice de Volume de Vendas no Varejo cresceu 4,8% em 2005, registrando-se aumento das vendas em todos os segmentos, com exceção de combustíveis e lubrificantes, no qual o recuo de 7,4% esteve associado à elevação dos preços. As vendas do segmento automóveis, motocicletas, partes e peças, que não integram o índice geral, elevaram-se em 1,6% em 2005. Esse resultado evidenciou o aumento de 3,7% ocorrido no último trimestre do ano, em relação ao trimestre encerrado em setembro, segundo dados dessazonalizados. A continuidade de melhoria nas condições de crédito à pessoa física deverá favorecer as vendas deste segmento nos próximos meses.



4. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) variou 1,22% em 2005, menor resultado anual desde a criação do índice, em 1944. O Índice de Preços por Atacado – Disponibilidade Interna (IPA-DI) recuou 0,97% no ano, refletindo a redução de 6,32% nos preços dos produtos agrícolas e a elevação de 0,88% nos preços dos produtos industriais. O IPA-DI aumentou 0,91% no trimestre encerrado em janeiro, comparativamente ao recuo de 0,54% observado no trimestre agosto a outubro de 2005. Essa aceleração refletiu a reversão na trajetória dos preços dos produtos agropecuários, que após recuarem 4,81% no período agosto a outubro de 2005, elevaram-se 1,88% no trimestre encerrado em janeiro. Na mesma base de comparação, a variação dos preços dos produtos industriais mostrou redução de 0,88% para 0,62%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE, aumentou 5,69% em 2005, registrando-se elevações de 8,96% nos preços dos bens e serviços monitorados e de 4,32% nos preços livres. As variações mensais do IPCA, refletindo pressões pontuais, situaram-se em níveis relativamente elevados após setembro de 2005. No trimestre encerrado em janeiro de 2006, o índice acumulou 1,51%, comparativamente a 1,27% no trimestre agosto a outubro. Essa aceleração foi determinada, fundamentalmente, pela elevação de 1,31% nos preços livres, segmento cuja participação na composição do índice é de cerca de 70%, comparativamente à elevação de 0,43% no trimestre encerrado em outubro.

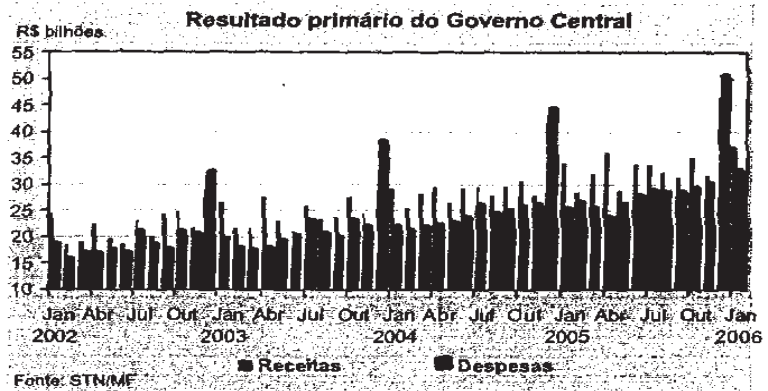


5. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas, a taxa de desemprego atingiu 8,3% em dezembro, com recuo de 1,3 p.p. em relação a dezembro de 2004. Essa é a menor taxa registrada desde a introdução da nova série, em outubro de 2001. Em janeiro de 2006, refletindo as influências sazonais do período, a taxa elevou-se para 9,2%, situando-se 1 p.p. abaixo da relativa a janeiro de 2005. A taxa média de desemprego situou-se em 9,8% em 2005, ante 11,5% em 2004. O número de ocupados aumentou, em média, 3% nesse período, registrando-se a criação, em 2005, de 474 mil vagas, comparativamente a 646 mil novos postos de trabalho em 2004. Ressalte-se que, embora a criação de postos



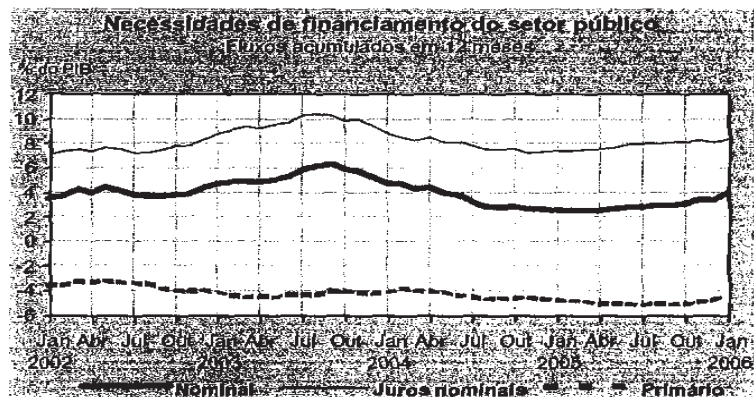
de trabalho em 2005 tenha sido inferior à registrada no ano anterior, ocorreu melhora na qualidade da geração de emprego, na medida em que foram registrados 315 mil novos postos com carteira assinada em 2004 e 466 mil, em 2005, representando aumentos de 4,2% e 6%, respectivamente.

6. Em 2005, o superávit primário do setor público não financeiro alcançou R\$93,5 bilhões, 4,84% do PIB, comparativamente a 4,59% do PIB, em 2004. Os superávits registrados nos governos regionais e nas empresas estatais elevaram-se em 0,11 p.p. e 0,21 p.p. do PIB, respectivamente, enquanto o relativo ao Governo Central recuou 0,08 p.p., refletindo o crescimento do déficit no INSS. O superávit do Governo Central atingiu R\$55,7 bilhões em 2005, resultante de superávit de



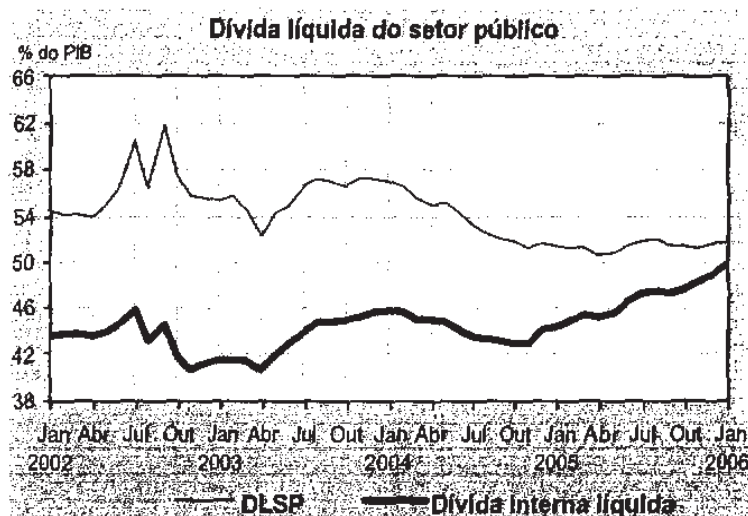
R\$93,6 bilhões no Governo Federal e de déficits de R\$312 milhões do Banco Central e de R\$37,6 bilhões do INSS. Em janeiro de 2006, o superávit primário do setor público não financeiro atingiu R\$3,1 bilhões, com o governo central e os governos regionais apresentando superávits de R\$3,3 bilhões e R\$2,6 bilhões, respectivamente, e as empresas estatais, déficit de R\$2,9 bilhões. Em janeiro do ano anterior, o superávit primário totalizou R\$11,4 bilhões, resultante de superávits de R\$8,5 bilhões do governo central e de R\$3,3 bilhões dos governos regionais, e de déficit de R\$0,4 bilhão das empresas estatais.

7. Os juros nominais, incorporados pelo critério de competência, totalizaram R\$157,1 bilhões, 8,1% do PIB, em 2005, comparativamente a R\$128,3 bilhões, 7,3% do PIB, no ano anterior. O crescimento da taxa Selic acumulada no ano, que passou de 16,3%, em 2004, para 19,1%, em 2005, constituiu-se no principal determinante do aumento no volume de juros incorporados. O resultado nominal do setor público não financeiro, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$63,6 bilhões em 2005, superando o déficit registrado no ano anterior em 0,62 p.p. do PIB. Os juros nominais apropriados por competência alcançaram R\$17,9 bilhões e o déficit nominal do setor público, R\$14,9 bilhões, em janeiro

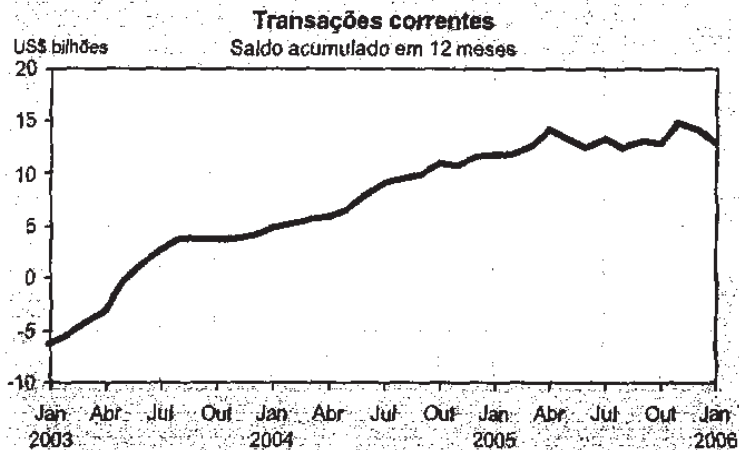


de 2006, comparativamente a R\$0,9 bilhão, em janeiro de 2005. Assinale-se que o crescimento da parcela de juros incorporada em janeiro de 2006 em relação a dezembro de 2005, quando atingiu R\$10,7 bilhões, decorreu, basicamente, da trajetória da taxa de câmbio observada nesses dois meses. Assim, a apreciação de 5,3% apresentada pelo real em janeiro, após a depreciação de 6,1% observada em dezembro, ocasionou a reversão dos ganhos financeiros registrados naquele mês. O comportamento dos juros nominais será favorecido, em 2006, pela continuidade da flexibilização da política monetária, iniciada em setembro de 2005.

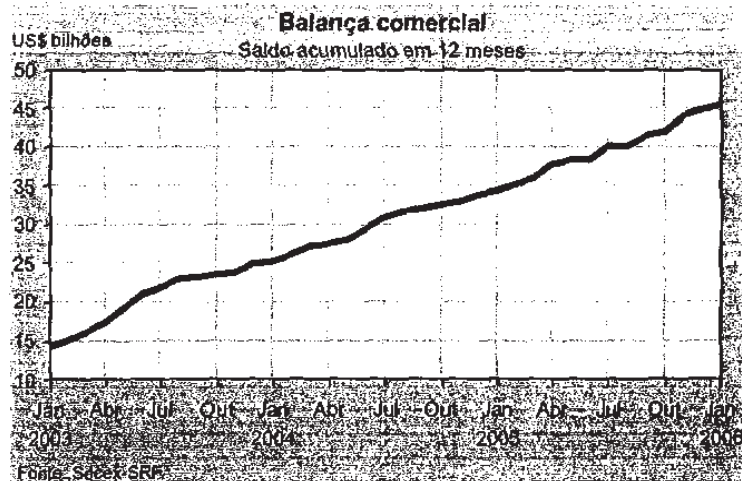
8. A dívida líquida do setor público totalizou R\$1.014,4 bilhões em janeiro, 51,6% do PIB, comparativamente a R\$1.002,5 bilhões, 51,6% do PIB, em dezembro de 2005, e a R\$957 bilhões, 51,7% do PIB, em dezembro de 2004. O resultado alcançado em 2005 refletiu, por um lado, o superávit primário de 4,84% do PIB, assim como o crescimento do PIB valorizado e a apreciação cambial registrados no ano, que contribuíram para a redução da relação com 2,4 p.p. e 0,9 p.p. do PIB, respectivamente. Em sentido contrário, concorreram as apropriações de juros nominais e de dívidas, com impactos de 8,1 p.p. e 0,2 p.p. do PIB, respectivamente. Ao longo do ano, prosseguiu o processo de melhoria no perfil da dívida, com a participação da dívida indexada ao câmbio recuando de 16,8% do total da dívida líquida, em 2004, para 5,6% em 2005, enquanto a representatividade da dívida pré-fixada aumentou de 17% para 27,2%, no mesmo período.



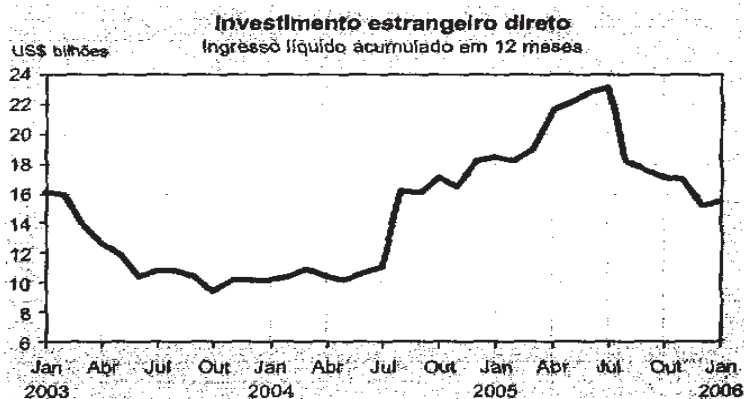
9. O superávit em transações correntes acumulado em doze meses totalizou US\$12,9 bilhões em janeiro de 2006, ante US\$11,8 bilhões no período correspondente do ano anterior, representando 1,62% do PIB. Embora o desempenho em transações correntes permaneça significativo, apresentou relativa desaceleração em relação ao recorde de US\$14,8 bilhões registrado em novembro de 2005. Essa trajetória está associada ao comportamento das remessas líquidas nas contas de serviços e rendas, que se elevaram em 40,3% na mesma base de comparação. Em janeiro, as transações correntes apresentaram déficit de US\$452 milhões.



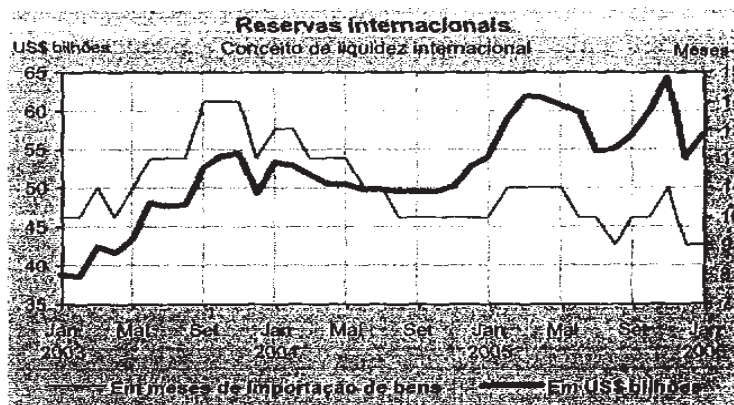
10. Em janeiro, as exportações totalizaram US\$9,3 bilhões e as importações, US\$6,4 bilhões, valores recordes para o mês. A média diária das vendas externas cresceu 18,9% e a das compras, 16,7%, em relação ao mesmo mês do ano anterior. O superávit atingiu US\$2,8 bilhões, maior valor já registrado para meses de janeiro, situando-se US\$657 milhões acima do valor ocorrido no mesmo mês de 2005. A corrente de comércio cresceu 23,7% nessa base de comparação, somando US\$15,7 bilhões. Segmentando as exportações por fator agregado, as três categorias registraram vendas recordes em janeiro, com ênfase para a média diária das exportações de produtos básicos, com crescimento de 47,8% em relação a janeiro de 2005. As importações também apresentaram aumento generalizado no período, sobressaindo os crescimentos de 32,9% nas compras de bens de consumo e de 23,5% nas relativas a combustíveis e lubrificantes, mesmo com a redução de 18,5% registrada no item petróleo.



11. A conta financeira do balanço de pagamentos apresentou remessas líquidas acumuladas em doze meses de US\$7,8 bilhões, em janeiro de 2006, ante US\$9,9 bilhões no período correspondente em janeiro de 2005. Na mesma base de comparação, os ingressos de investimentos estrangeiros diretos líquidos recuaram 15,8%, para US\$15,5 bilhões, evidenciando a operação de aquisição de empresa vinculada ao setor de produtos alimentícios e bebidas, no valor de US\$4,9 bilhões, ocorrida em agosto de 2005.



12. As reservas internacionais, no conceito de liquidez internacional, totalizaram US\$56,9 bilhões, em janeiro de 2006. As compras líquidas do Banco Central no mercado à vista de câmbio somaram US\$2,4 bilhões no mês. Relativamente às operações externas, destacaram-se as amortizações de US\$3,1 bilhões, sendo US\$2,3 bilhões relativos a bônus soberanos, incluindo US\$774 milhões referentes à operação de recompra de títulos da dívida externa, e US\$815 milhões decorrentes de pagamentos realizados junto ao Clube de Paris. Ocorreram, ainda, lançamento de US\$1 bilhão em bônus da República e despesas líquidas de juros de US\$758 milhões, advindas da receita de US\$167 milhões com a remuneração das reservas e das despesas de US\$866 milhões relativas a bônus e de US\$59 milhões relativos a pagamentos ao Clube de Paris. As liquidações de compras do Tesouro Nacional somaram US\$3,2 bilhões, enquanto as demais operações geraram receita de US\$310 milhões.



B. Política Monetária no quarto trimestre de 2005

13. Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos, nos conceitos M1 e M4, situaram-se nos intervalos estabelecidos pela Programação Monetária para o quarto trimestre de 2005.

14. A base monetária restrita, no conceito de média dos saldos diários, atingiu R\$98,3 bilhões em dezembro, expansão mensal de 15,5% e anual de 12,6%. As reservas bancárias expandiram-se 9,6% em relação ao mês anterior e 11,5% em 12 meses, situando-se em R\$29,2 bilhões. Nas mesmas bases de comparação, o saldo de papel moeda emitido registrou crescimentos de 18,1% e de 13%, respectivamente, atingindo R\$69,1 bilhões.

15. A base monetária ampliada, que inclui a base restrita, os depósitos compulsórios e os títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, expandiu-se 2,3% em dezembro, alcançando R\$1,15 trilhão. A expansão de 17,9%, em 12 meses, refletiu aumentos nos saldos de títulos do Tesouro Nacional, 20%, na base restrita, 14,1%, e nos depósitos compulsórios, 11%, e recuo de 50% no saldo de títulos do Banco Central.

16. Os meios de pagamento (M1), mensurados pela média dos saldos diários, atingiram R\$142,5 bilhões em dezembro, com aumentos de 14,4% no mês e de 12,1% em 12 meses. Consideradas as mesmas bases de comparação, o saldo de papel-moeda em poder do público elevou-se 18,9% e 11,8%, respectivamente, atingindo R\$57,0 bilhões, e os depósitos à vista, 11,6% e 12,2%, alcançando R\$85,4 bilhões.

17. O agregado monetário M4 totalizou R\$1,31 trilhão em dezembro, registrando expansões de 2,5% no mês e de 18,3% em 12 meses.

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no quarto trimestre de 2005 ^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	124,4-168,4	15,2	142,5	12,1
Base restrita ^{3/}	86,5-117,1	16,6	98,3	12,6
Base ampliada ^{4/}	970,0-1312,3	16,5	1154,1	17,9
M4 ^{4/}	1103,0-1492,3	17,0	1312,5	18,3

^{1/} Refere-se ao último mês do período.

^{2/} Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

^{3/} Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

^{4/} Saldos em fim de período.

18. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, proporcionaram expansão monetária de R\$12,4 bilhões no quarto trimestre. Registraram-se emissão líquida de US\$8,7 bilhões no mercado primário, resultado da colocação líquida de R\$14,1 bilhões em títulos do Tesouro Nacional e do resgate líquido de R\$5,4 bilhões pelo Banco Central, e compra líquida de R\$20,9 bilhões, no mercado secundário.

19. Nas reuniões de outubro, novembro e dezembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) avaliou que a elevação da inflação no curto prazo estava sendo determinada, em grande medida, pelos efeitos do reajuste dos preços domésticos dos combustíveis implementado na primeira quinzena de setembro, bem como pela reversão parcial da dinâmica favorável dos preços dos alimentos observada em meses recentes. Tendo em vista a expectativa quanto ao caráter transitório de tais pressões, o Copom considerou que a manutenção da flexibilização da política monetária não iria comprometer as importantes conquistas dos últimos meses no combate à inflação e na preservação do crescimento econômico com geração de empregos e aumento da renda real. Diante disso, o Copom decidiu, por unanimidade, reduzir a meta para a taxa Selic para 19% a.a., sem viés, em outubro, e para 18,5% a.a., sem viés, na reunião subsequente. Em dezembro, embora a magnitude da inflação tenha superado as expectativas, o Copom decidiu pela continuidade do processo de flexibilização da política monetária, deliberando a redução da meta para a taxa Selic para 18% a.a., sem viés. Assinalou que permanecerá acompanhando atentamente nos próximos meses a evolução da inflação, as diferentes medidas de núcleo e adequando prontamente a postura da política monetária às circunstâncias.

C. Política monetária no bimestre janeiro-fevereiro de 2006

20. A base monetária restrita, calculada pela média dos saldos diários, somou R\$92,5 bilhões em fevereiro, implicando contração de 4,3% no mês e expansão de 11,5% em 12 meses. As reservas bancárias contraíram 7,1% em relação a janeiro e expandiram 8,0% em 12 meses, situando-se em R\$28,5 bilhões. O saldo de papel-moeda emitido atingiu R\$63,9 bilhões, apresentando recuo mensal de 3% e aumento anual de 13,1%.

21. A base monetária ampliada totalizou R\$1,19 trilhão em fevereiro, com aumentos de 0,5% no mês e de 17,5% em 12 meses. O resultado anual refletiu crescimentos de 11% no saldo de depósitos compulsórios, de 11,5% na base restrita e de 17,8% no saldo de títulos públicos do Tesouro Nacional, paralelamente à redução de 53,6% no saldo de títulos do Banco Central.

22. Os meios de pagamento (M1), avaliados pela média dos saldos diários, alcançaram R\$131,8 bilhões em fevereiro, decrescendo 4,5% no mês e expandindo-se 9,2% em 12 meses. O saldo do papel-moeda em poder do público atingiu R\$52 bilhões, apresentando contração de 4,6% no mês e expansão de 11,2% em 12 meses, e os depósitos à vista totalizaram R\$79,7 bilhões, com redução mensal de 4,4% e crescimento anual de 7,9%.

23. O agregado monetário mais amplo (M4) totalizou R\$1,36 trilhão em fevereiro, registrando aumentos de 2,1% no mês e de 19,7% em 12 meses.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o primeiro trimestre de 2006 e ocorridos no período janeiro/fevereiro^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	111,8-151,3	9,8	131,8	9,2
Base restrita ^{3/}	78,1-105,6	12,8	92,5	11,5
Base ampliada ^{4/}	1090,9-1280,7	14,9	1190,9	17,5
M4 ^{4/}	1138,7-1540,6	16,2	1355,6	19,7

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldo em fim de período.

24. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, resultaram em contração monetária de R\$23 bilhões no bimestre janeiro-fevereiro. O Tesouro Nacional efetuou colocações líquidas de R\$8,3 bilhões no mercado primário, enquanto, no mercado secundário, as operações com títulos públicos exerceram impacto contracionista de R\$14,8 bilhões.

25. Em janeiro de 2006, o Copom avaliou que o cenário externo permanece favorável, particularmente no que diz respeito às perspectivas de financiamento para a economia brasileira, e que os dados referentes à atividade econômica sugerem a consolidação progressiva de uma trajetória de expansão em ritmo condizente com as condições de oferta, de modo a não resultar em pressões significativas sobre a inflação. Foi considerado, adicionalmente, que a elevação da inflação observada no início de 2006 se deve a fatores de caráter predominantemente sazonal, que deverão apresentar arrefecimento ao longo do tempo. Diante disso, foi decidida, por unanimidade, a redução da meta para a taxa Selic para 17,25% a.a, sem viés. Na reunião realizada em março, o Copom considerou a permanência do cenário benigno que fundamentou a decisão tomada na reunião anterior quanto ao prosseguimento ao processo de flexibilização da política monetária. Nesse contexto, a meta para a taxa SELIC foi fixada em 16,5% ao ano, sem viés.

Reunião da Copam	Aplicação do viés de baixa	Meta para a taxa Selic (% a.a.) ^{1/}
21.01.2004	-	16,50
18.02.2004	-	16,50
17.03.2004	-	16,25
14.04.2004	-	16,00
19.05.2004	-	16,00
16.06.2004	-	16,00
21.07.2004	-	16,00
18.08.2004	-	16,00
15.09.2004	-	16,25
20.10.2004	-	16,75
17.11.2004	-	17,25
15.12.2004	-	17,75
19.01.2005	-	18,25
16.02.2005	-	18,75
16.03.2005	-	19,25
20.04.2005	-	19,50
18.05.2005	-	19,75
15.06.2005	-	19,75
20.07.2005	-	19,75
17.08.2005	-	19,75
14.09.2005	-	19,50
19.10.2005	-	19,00
23.11.2005	-	18,50
14.12.2005	-	18,00
18.01.2006	-	17,25
08.03.2006	-	16,50

1/ Vigência a partir do primeiro dia útil seguinte à reunião ou à aplicação do viés.

D. Perspectivas para o segundo trimestre e para o ano de 2006

26. A retomada da atividade econômica registrada no quarto trimestre de 2005 ocorreu de forma generalizada e em um cenário de maior solidez dos fundamentos econômicos. Todos os componentes da demanda e os subsetores da atividade registraram expansão, destacando-se o desempenho do consumo das famílias, que cresce de forma sustentada por três trimestres consecutivos, e dos investimentos, favorecendo, em um contexto de continuidade do ajuste fiscal e de consolidação das contas externas, o fortalecimento das condições necessárias para o crescimento sustentado da economia.

27. As expectativas para os primeiros meses de 2006 combinam um movimento residual de ajuste de estoques e uma conjuntura mais favorável para o consumo, sustentada pela consolidação dos aumentos da massa de rendimentos reais, das melhores condições de crédito e do fortalecimento da confiança dos consumidores. Dessa forma, o cenário esperado é de expansão da atividade econômica.

28. A evolução das operações de crédito do sistema financeiro no trimestre encerrado em janeiro refletiu as características sazonais do período. Nos últimos dois meses de 2005, a demanda das empresas registrou crescimento mais acentuado, acompanhando o ciclo de negócios, enquanto as operações contratadas com as famílias sofreram desaceleração,

tendo em vista a complementação de renda determinada pelo recebimento do décimo terceiro salário. No início do ano, por outro lado, a redução dos empréstimos por parte das empresas, associada ao menor volume de negócios, foi acompanhada pela maior contratação nas diversas modalidades de crédito às famílias, tendo em vista a concentração de compromissos financeiros nesse período do ano.

29. A demanda por crédito por parte das famílias tem evidenciado a consolidação do processo de migração para modalidades menos onerosas, com destaque para crédito consignado e financiamento de bens de consumo. Em relação às empresas, o moderado crescimento registrado nas diversas modalidades deve ser associado, em parte, ao acesso a fontes alternativas de crédito não bancário por parte das grandes empresas. As expectativas quanto ao canal de crédito, diante do processo de flexibilização monetária em curso, são de manutenção do patamar de demanda por parte das famílias e aceleração por parte das empresas, em linha com as perspectivas de aceleração do ritmo de atividade da economia.

30. Os resultados registrados na esfera fiscal seguem favorecendo a sustentabilidade da dívida pública, processo que deverá persistir em 2006 com a consecução da meta de superávit primário de 4,25% do PIB, fixada para o ano na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

31. Os resultados expressivos proporcionados pela balança comercial permanecem sustentando os superávits em transações correntes e provendo financiamento estável e de qualidade ao balanço de pagamentos. Ressalte-se que as perspectivas para a economia mundial em 2006 seguem favoráveis, não sendo prevista redução acentuada no resultado da balança comercial, mesmo em um cenário de retomada da atividade econômica doméstica.

32. O desempenho das contas externas em 2005 permitiu não apenas o financiamento do balanço de pagamentos, como a antecipação de pagamentos referentes a 2006 e 2007. O programa de captações via bônus emitidos pela República antecipou, em 2005, a captação de US\$3,5 bilhões referentes às necessidades de 2006. As condições do mercado internacional e da economia brasileira têm possibilitado a antecipação de financiamento, corroborando o cenário positivo projetado para o balanço de pagamentos.

33. A manutenção de condições favoráveis permitiu ao longo dos últimos meses a melhoria expressiva das condições de risco país. Destaque-se a contínua redução do nível de risco Brasil, que atingiu 228 pontos em 14 de fevereiro, o nível mais baixo desde o início da série, em 1994. A adoção de política duradoura e consistente para a administração do passivo externo contribui para o processo estrutural de fortalecimento do balanço de pagamentos brasileiro.

34. Em 2006, permanece em vigor a política de recomposição de reservas, via compras líquidas do Banco Central. Adicionalmente, continuaram a ser implementadas medidas com o objetivo de melhorar o perfil da dívida externa, com destaque para a decisão de efetuar recompras de bônus de vencimentos mais curtos e de antecipar a liquidação dos *bradies*, passivo vinculado à dívida reestruturada.

35. Os indicadores de sustentabilidade das contas externas, influenciados tanto pela elevação das exportações quanto pela expansão do conjunto de ativos externos em poder da Autoridade Monetária, refletem o quadro favorável das contas externas brasileiras, e reforçam a evolução positiva dos níveis de risco Brasil.

36. A inflação ao consumidor situou-se em patamar relativamente elevado desde outubro de 2005, evidenciando a ocorrência de fatores pontuais, que acarretaram maiores riscos em relação à convergência para as metas estabelecidas pelo CMN. A perspectiva para os próximos meses é de manutenção de uma trajetória benigna para a inflação, em um contexto de recuperação da atividade econômica. Essa perspectiva favorável resulta, fundamentalmente, da política monetária implementada ao longo dos últimos anos, que reagiu de forma tempestiva e consistente às pressões inflacionárias existentes, criando as condições necessárias para que a economia mantenha um crescimento sustentado nos próximos anos.

E. Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o segundo trimestre e para o ano de 2006.

37. A programação dos agregados monetários para o segundo trimestre de 2006 considerou o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio e outros indicadores pertinentes, além de ser consistente com o atual regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação.

Quadro 3. Programação monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2006^{1/}

Discriminação	R\$ bilhões			
	Segundo Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}
M1 ^{3/}	112,8-152,7	12,4	135,5-183,4	11,9
Base restrita ^{3/}	76,7-103,7	12,4	93,8-126,9	12,3
Base ampliada ^{4/}	1144,2-1343,2	18,1	1222,3-1434,9	15,1
M4 ^{4/}	1205,7-1631,3	19,8	1291,8-1747,7	15,8

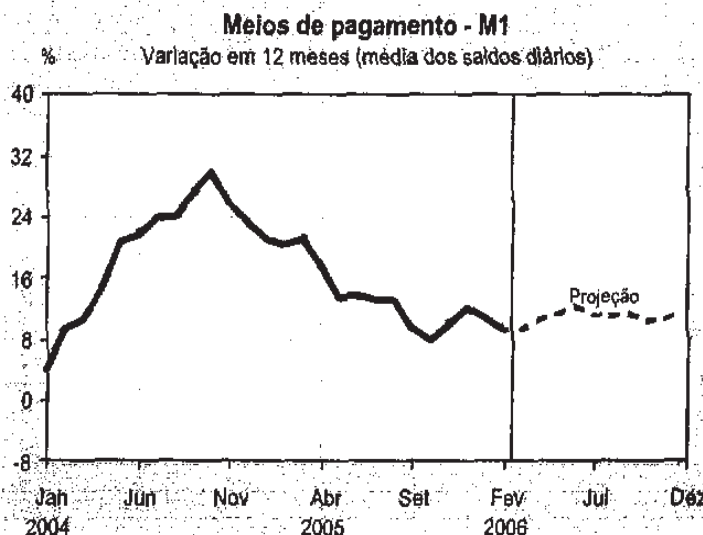
1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

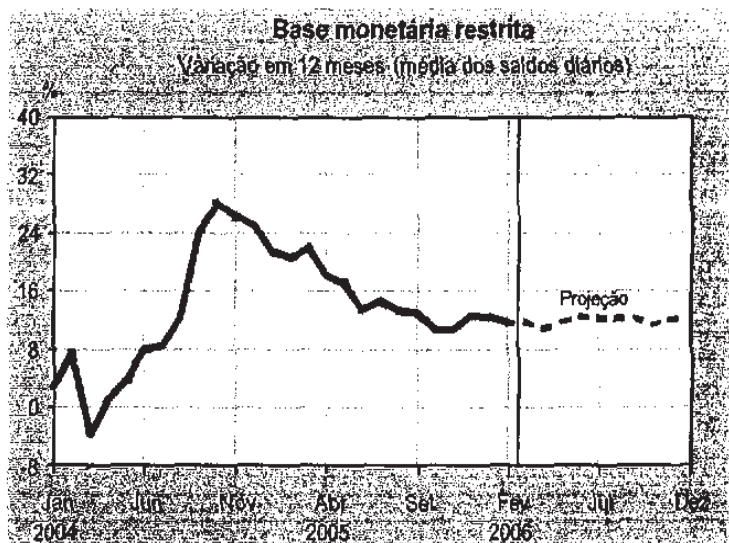
4/ Saldos em fim de período.

38. As projeções dos meios de pagamento foram efetuadas com base em modelos econométricos para a demanda por seus componentes. Considerou-se ainda o crescimento esperado do produto, a trajetória esperada para a taxa Selic e a sazonalidade característica daqueles agregados. Em decorrência, a variação em 12 meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento foi estimada em 12,4% para junho e 11,9% para dezembro de 2006.

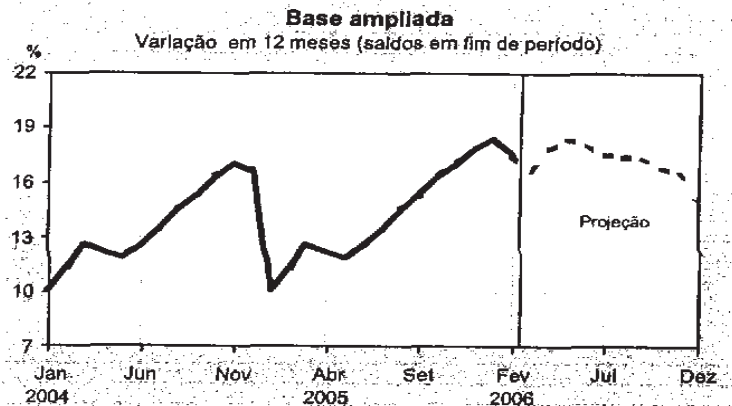


39. Considerou-se ainda, para a projeção dos meios de pagamento, além da expansão das operações de crédito do sistema financeiro, como variáveis exógenas, a elevação do salário mínimo, as restituições do imposto de renda e as liberações do FGTS, ao amparo da Lei Complementar nº 110, de 29.6.2001.

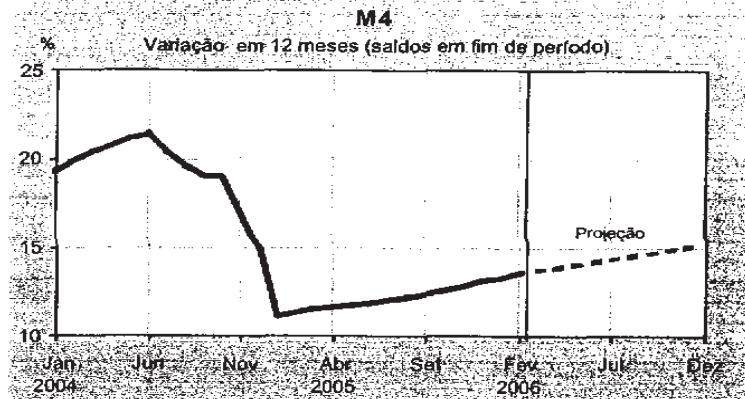
40. Tendo em vista a projeção feita para a demanda por papel-moeda e por depósitos à vista, que são relacionadas à demanda por meio circulante e por reservas bancárias, e considerando-se a atual alíquota de recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista, projeta-se elevação em 12 meses para o saldo médio da base monetária de 12,4% em junho e 12,3% em dezembro de 2006.



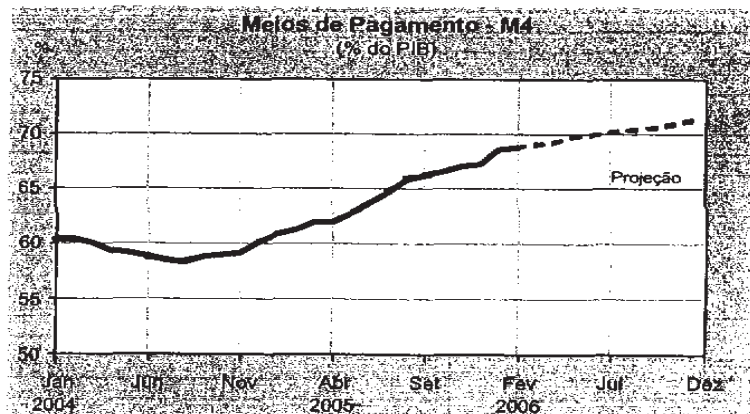
41. As projeções da base monetária ampliada, que consiste de uma medida da dívida monetária e mobiliária federal, foram efetuadas adotando-se cenários para resultados primários do governo central, operações do setor externo e emissões de títulos federais, assim como estimativas de taxas de juros e de câmbio para projetar a capitalização da dívida mobiliária federal. Os resultados indicam variação em 12 meses de 18,1% em junho e 15,1% em dezembro de 2006.



42. Para os meios de pagamento ampliados, as previsões estão baseadas na capitalização de seus componentes e nos fatores condicionantes de seu crescimento primário, que correspondem às operações de crédito do sistema financeiro, aos financiamentos com títulos federais junto ao setor não financeiro e às entradas líquidas de poupança financeira externa. Em decorrência, o crescimento em 12 meses esperado para o M4 corresponde a 19,8% em junho e 15,8% em dezembro de 2006.



43. A proporção entre o M4 e o PIB não deverá apresentar expansão significativa ao longo de 2006, consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis.



44. A evolução dos agregados monetários é resumida no quadro a seguir, onde são apresentados os valores ocorridos no bimestre janeiro/fevereiro de 2006, bem como os valores previstos para o segundo trimestre e para o final de 2006.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2006		2006 ^{2/}			
	Janeiro - Fevereiro		Segundo Trimestre ^{3/}		Ano ^{3/}	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	131,8	9,2	132,8	12,4	159,4	11,9
Base restrita ^{4/}	92,5	11,5	90,2	12,4	110,4	12,3
Base ampliada ^{5/}	1190,9	17,5	1243,7	18,1	1328,6	15,1
M4 ^{5/}	1355,6	19,7	1418,5	19,8	1 519,7	15,8

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês

5/ Saldos em fim de período.

45. A evolução dos diversos multiplicadores, implícita na programação monetária, é resumida no quadro a seguir:

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2006		2006 ^{2/}			
	Janeiro - Fevereiro ^{1/}		Segundo Trimestre		Ano	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,425	-2,1	1,472	-0,1	1,445	-0,3
Res.bancárias / dep.vista ^{3/}	0,358	0,0	0,348	0,0	0,341	0,0
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,395	1,8	0,381	-1,3	0,400	0,0
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,138	1,9	1,141	1,5	1,144	0,6

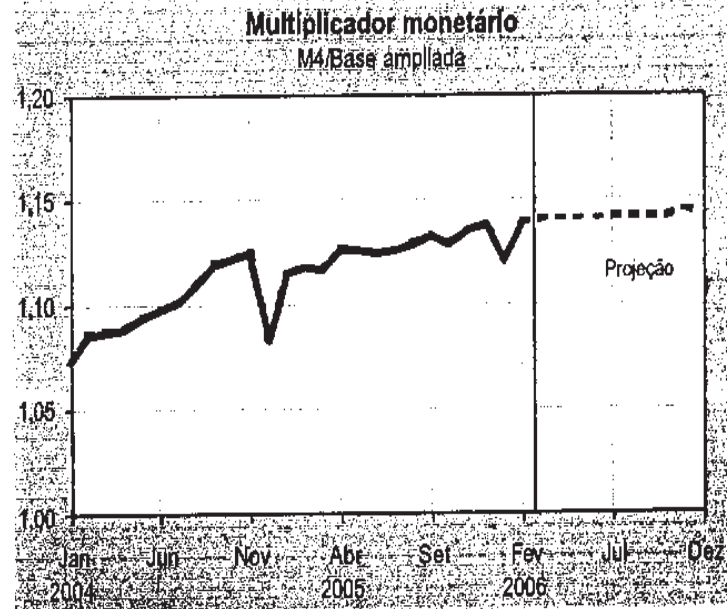
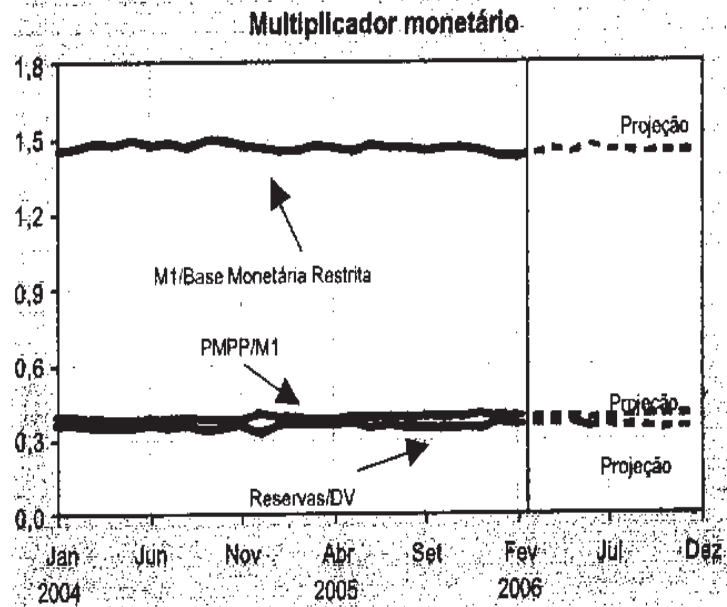
1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

46. Os multiplicadores da base monetária restrita e da base monetária ampliada não deverão apresentar tendência pronunciada em qualquer direção ao longo de 2006.



Resumo das projeções

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no quarto trimestre de 2005 ^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	124,4-168,4	15,2	142,5	12,1
Base restrita ^{3/}	86,5-117,1	16,6	98,3	12,6
Base ampliada ^{4/}	970,0-1312,3	16,5	1154,1	17,9
M4 ^{4/}	1103,0-1492,3	17,0	1312,5	18,3

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o primeiro trimestre de 2006 e ocorridos no período janeiro/fevereiro ^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	111,8-151,3	9,8	131,8	9,2
Base restrita ^{3/}	78,1-105,6	12,8	92,5	11,5
Base ampliada ^{1/}	1090,9-1280,7	14,9	1190,9	17,5
M4 ^{4/}	1138,7-1540,6	16,2	1355,6	19,7

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 3. Programação monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2006^{1/}

Discriminação	Segundo Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}
M1 ^{3/}	112,8-152,7	12,4	135,5-183,4	11,9
Base restrita ^{3/}	76,7-103,7	12,4	93,8-126,9	12,3
Base ampliada ^{4/}	1144,2-1343,2	18,1	1222,3-1434,9	15,1
M4 ^{4/}	1205,7-1631,3	19,8	1291,8-1747,7	15,8

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2006		2006 ^{2/}			
	Janeiro - Fevereiro		Segundo Trimestre ^{3/}		Ano ^{3/}	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	131,8	9,2	132,8	12,4	159,4	11,9
Base restrita ^{4/}	32,5	11,5	30,2	12,4	110,4	12,3
Base ampliada ^{5/}	1190,9	17,5	1243,7	18,1	1328,6	15,1
M4 ^{5/}	1355,6	19,7	1418,5	19,8	1 519,7	15,8

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldo em fim de período.

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2006		2006 ^{2/}			
	Janeiro - Fevereiro ^{1/}		Segundo Trimestre		Ano	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,425	-2,1	1,472	-0,1	1,445	-0,3
Res.bancárias / dep.vista ^{4/}	0,358	0,0	0,348	0,0	0,341	0,0
Papel-moeda / M1 ^{2/}	0,395	1,8	0,381	-1,3	0,400	0,0
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,138	1,9	1,141	1,5	1,144	0,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldo em fim de período.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com referência à **Mensagem nº 116, de 2006**, que acaba de ser lida, a Presidência comunica ao Plenário que a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência, tendo em vista o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, que preceitua: “O Congresso Nacional poderá, com base em parecer

da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o **caput** deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 115 DE 2006

(Nº 198/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, submeto à apreciação

de Vossas Excelências o nome do Senhor Victor de Souza Martins para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Brasília, 30 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

VICTOR DE SOUZA MARTINS**DADOS PESSOAIS**

Nome: Victor de Souza Martins

Filiação: Mario de Souza Martins e Dinah Almeida de Souza Martins

Data de nascimento: 01/09/1953

Naturalidade: Rio de Janeiro – RJ

Endereço: Rua Alberto de Campos, nº 101/701 Ipanema
Rio de Janeiro, RJ CEP 22.411-030

C. P. F. : 282.995.667-20

ATIVIDADES ATUAIS

- Diretor Técnico da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, desde 20 de maio de 2005, atualmente respondendo pelas Superintendências de Refino e Processamento de Gás Natural; de Comercialização e Movimentação de Petróleo e seus Derivados e Gás Natural; de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos; de Definição de Blocos e pelas Coordenadorias de Defesa da Concorrência; e de Tecnologia e Formação de Recursos Humanos.

FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO

- 1974. Diploma de Administrador de Empresas (Universidade Federal do Espírito Santo).
- 1975. Diploma de Língua e Civilização Francesa (Universidade de Paris, Jussieu).
- 1975/1976. Pós-Graduação em Nutrição e Saúde Pública no Processo do Desenvolvimento Econômico (Universidade de Paris V).
- 1979. Curso de Comunicação Social (Universidade Federal do Espírito Santo, 1979 - incompleto)
- 2000. Pós-Graduação Executiva em Petróleo - MBP (COPPE/UFRJ).

PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Um dos fundadores do PMDB do Estado do Espírito Santo;

Um dos fundadores da Associação Capixaba de Proteção ao Meio-Ambiente;

Membro do Comitê Regional ES do PROMINP - Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural;

Membro do Conselho de Energia, do Conselho de Petróleo e Gás e do Comitê de Infra-Estrutura da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo - FINDES;

Membro do Comitê de Petróleo, Gás, Energia e Química do Movimento Espírito Santo em Ação;

Membro do Comitê Organizador do Congresso Vitória Oil & Gas 2005;

Victor de Souza Martins – Curriculum Vitae

Ex-representante do Estado do Espírito Santo nos Comitês de Assuntos Tributários e de Competitividade Industrial da ONIP;

Ex-membro do Conselho da Autoridade Portuária do Porto de Vitória-ES;

Ex-secretário executivo da Câmara Estadual de Logística e Comércio Exterior;

Ex-membro do Conselho Consultivo da ONIP.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP** Diretor Técnico (maio/2005-presente momento).
- Sócio-Gerente da empresa Análise Consultoria e Desenvolvimento Ltda, atuando na estruturação de políticas de desenvolvimento municipal e regional, na articulação de investimentos públicos e privados, na implantação de mecanismos de controle de recursos de royalties de petróleo e gás natural, e na elaboração de estudos e projetos de desenvolvimento econômico.
- Superintendente da Organização Nacional da Indústria do Petróleo – **ONIP** – no Espírito Santo.
- Representante do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás Natural – **IBP** – no Espírito Santo.
- **Agência de Desenvolvimento em Rede do Estado do Espírito Santo S/A – ADERES** Assessor Especial (1998-2001) e Diretor Técnico (2001-2002) atuando nos setores de turismo, logística, desenvolvimento regional e industrial, com ênfase nas áreas de petróleo e gás natural. Coordenador dos estudos visando ao recálculo da parcela capixaba do Campo de Roncador e à implantação dos mecanismos regulatórios envolvendo a distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo.
- **Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo S/A – BANDES** – (1995 – 1998) Assessor da Presidência e Secretário Executivo da Câmara Estadual do Corredor Centro-Leste, participando da realização de diversos estudos visando à expansão da movimentação de cargas no complexo portuário do Estado do Espírito Santo.
- **Secretaria de Comunicação Social do Estado do Espírito Santo - SECOM** – (1994) – Coordenador de Divulgação e Promoção.

Victor de Souza Martins – Curriculum Vitae

- **Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Espírito Santo – SEDES** – Assessor de Imprensa – (1991-1993).
- **Empresa Capixaba de Turismo S/A - EMCATUR** – Diretor-Presidente (1987-1989).
- **Comissão de Turismo Integrado da Região Sudeste** – Presidente (1988-1989)
- **Banco do Estado do Espírito Santo S/A – BANESTES** – Diretor Vice-Presidente (1985-1986).
- **Empresa de Processamento de Dados do Estado do Espírito Santo S/A – PRODEST** Diretor-Presidente (1983-1985).
- **Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Processamento de Dados** – Diretor (1984-1985)
- **Prefeitura Municipal de Vitória – PMV** – Prefeito Interino nomeado (março/1983).
- **Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST** – Adjunto Administrativo na Assessoria de Comunicação (1981-1983).
- **TV Gazeta do Espírito Santo** – Chefe de Reportagem e Editor (1978-1981).
- **Jornal do Brasil S/A no Espírito Santo** – Correspondente (1978-1981).
- **Revista Espírito Santo Agora** – Diretor (1977-1978).
- **A Gazeta S/A** – Redator (1973-1974).
- **Meta Propaganda Ltda** – Redator (1972).
- **O Diário** – Repórter (1971).

PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS

- **Marsanto Imóveis Ltda** – sócio-quotista e diretor.
- **Guaxindiba Empreendimentos Ltda** – sócio-quotista e diretor.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2006.



VICTOR DE SOUZA MARTINS

Aviso nº 299-C.Civil

Brasília, 30 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual
Excelentíssimo Senhor Presidente da República sub-

mete à consideração dessa Casa o nome do Senhor
Victor de Souza Martins para ser reconduzido ao cargo
de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás
Natural e Biocombustíveis – ANP.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de
Estado chefe da Casa Civil da Presidência da Repú-
blica.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil



SEÇÃO 2

Ano XLVI - Nº 90

Brasília - DF, quinta-feira

Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Executivo.....	1
Presidência da República.....	1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	3
Ministério da Ciência e Tecnologia.....	6
Ministério da Cultura.....	6
Ministério da Defesa.....	6
Ministério da Educação.....	9
Ministério da Fazenda.....	20
Ministério da Justiça.....	23
Ministério da Previdência Social.....	25
Ministério da Saúde.....	27
Ministério de Minas e Energia.....	30
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	30
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	30
Ministério do Meio Ambiente.....	31
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	32
Ministério do Trabalho e Emprego.....	33
Ministério do Turismo.....	34
Ministério dos Transportes.....	34
Ministério Público da União.....	35
Tribunal de Contas da União.....	36
Poder Judiciário.....	36
Editais e Avisos.....	39

Atos do Poder Executivo

MINISTÉRIO DA FAZENDA DECRETO DE 11 DE MAIO DE 2005

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XIV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e nos arts. 2º e 6º do Decreto nº 4.300, de 12 de julho de 2002, resolve

NOMEAR

PEDRO OLIVA MARCILIO DE SOUSA, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para cumprir mandato até 31 de dezembro de 2009.

Brasília, 11 de maio de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Antonio Palocci Filho

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

DECRETO DE 11 DE MAIO DE 2005

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XIV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 11, §§ 2º e 3º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, resolve

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R\$ 0,30	R\$ 2,80
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 3,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 3,50
de 160 a 200	R\$ 1,00	R\$ 4,40
de 204 a 500	R\$ 3,50	R\$ 8,00
de 504 a 824	R\$ 6,20	R\$ 8,70

Atos de até 24 páginas e página única, não autuados de página multiplicada por R\$ 0,0000

NOMEAR

VICTOR DE SOUZA MARTINS, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Brasília, 11 de maio de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Dilma Vana Rousseff

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

DECRETO DE 11 DE MAIO DE 2005

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, de acordo com os arts. 84, inciso XVI, 107, caput, inciso II, da Constituição, e 3º, § 2º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007691/2004-14, do Ministério da Justiça, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA,

a partir de 2 de setembro de 2004, ao Doutor HENRY BIANOR CHALU BARBOSA, no cargo de Juiz do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, incluindo a vantagem do inciso II do art. 184 da Lei nº 1711, de 28 de dezembro de 1952, em razão do direito adquirido consagrado no inciso XXXVI do art. 5º da Lei Fundamental.

Brasília, 11 de maio de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DA CULTURA

Exposição de Motivos

Nº 11, de 9 de maio de 2005. Alteração do afastamento do País do Ministro de Estado da Cultura, publicado no Diário Oficial da União de 4 de maio de 2005, com destino a Luanda, Canões, Montpellier e Estocolmo, para fazer constar que a viagem ocorrerá no período de 11 a 19 de maio de 2005, com êxodo, e de 20 a 27 de maio de 2005, sem êxodo, mantidas as demais condições. Autorizo. Em 11 de maio de 2005.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Processo nº 08650.000056/2005-34. Recurso interposto por CLAUDENIER DIRVAL JACCOUD, no sentido de que seja anulada a penalidade de demissão que lhe foi imposta nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 08658.0035302001-86, efetivada pela Portaria nº 1.074, de 20 de abril de 2004, do Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de abril de 2004. Seção 2, página 19. Em face das informações, nego provimento. Em 11 de maio de 2005.

Processo nº 08657.012601/2004. Recurso interposto por MÁRCIO DA SILVA TEIXEIRA, no sentido de que seja anulada a penalidade de demissão que lhe foi imposta nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 08657.001211/1998-25, efetivada pela Portaria nº 2.699, de 22 de setembro de 2004, do Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União do dia seguinte, Seção 2. Em face das informações, julgo prejudicado o exame do recurso. Em 11 de maio de 2005.

CASA CIVIL

PORTARIAS DE 11 DE MAIO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto de 7 de abril de 2005, que institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de acompanhar a execução das ações integrantes do Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social, resolve

Nº 346 - DESIGNAR

LEVY LEITE, do Ministério da Previdência Social, para integrar, como membro titular, o referido Grupo de Trabalho Interministerial, em substituição a Liêda Amaral de Souza.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto nº 4.734, de 11 de junho de 2003, resolve

Nº 347 - NOMEAR

PUBENZA LÓPEZ CASTELLANOS, para exercer o cargo de Diretor de Programa da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, código DAS 101.5.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA

DESPACHOS DO MINISTRO

Processo nº 00150.001247/2005-96. Afastamento do País de ALE XANDRE ZANANIRI CORDEIRO, Assessor Técnico na Secretaria Especial de Agricultura e Pesca, código DAS 102.3, matrícula SIAPE nº 1365290, no período de 21 de maio a 11 de junho de 2005, inclusive trânsito, com êxodo limitado, com destino aos Estados Unidos da América para participar do programa de intercâmbio técnico denominado "International Visitor Program - Part II. Autorizo. Em: 11 de maio de 2005.

Processo nº 00100.000238/2005-20 - Afastamento do País dos servidores RICARDO LUIZ DE MIRANDA VALLE, matrícula SIAPE nº 1235426, Coordenador-Geral de Operações, código DAS 101.4 e MARCELO THOMPSON MELLO GUIMARAES, matrícula SIAPE nº 1448581, Procurador-Chefe, código DAS 101.4, do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, com êxodo, no período de 17 a 21 de maio de 2005, inclusive trânsito, para participar do 2º Seminário Mercosul de Certificação Digital e dar continuidade às atividades relacionadas à elaboração da

BAHIA É O QUARTO ESTADO A REVEREND
OS DIÁRIOS OFICIAIS

Depois do Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul, agora a Empresa Gráfica da Bahia também venderá os Diários Oficiais editados pela Imprensa Nacional. Em breve a revenda avulsos dos Diários Oficiais chegará aos estados do Rio de Janeiro e Piauí.

EGBA - Empresa Gráfica da Bahia - Rua Nilo Morais Filho, 189 - Favelada Grande do Retiro, Salvador - BA - CEP 40246-906 - www.egba.ba.gov.br

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 52 Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....
f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....
LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

.....
Art. 11. A ANP será dirigida, em regime de colegiado, por uma Diretoria composta de um Diretor-Geral e quatro Diretores.

§ 1º Integrará a estrutura organizacional da ANP um Procurador-Geral.

§ 2º Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação dos respectivos nomes pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

§ 3º Os membros da Diretoria cumprirão mandatos de quatro anos, não coincidentes, permitida a recondução, observado o disposto no art. 75 desta lei.

.....
(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– A matéria vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2005**, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 376, DE 2006

Requeiro, nos termos do Art. 71, Inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o Art. 216, Inciso I, do Regimento Interno, informações Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre o Contrato de locação de imóvel firmado com a empresa imobiliária “Irmãos Sarkis”, para isto solicito resposta aos seguintes questionamentos:

1 – O valor do aluguel do referido imóvel?

2 – Houve estudos para a tomada de decisão na locação do referido imóvel?

3 – Quais foram os procedimentos adotados para a Locação?

4 – Houve oferta de imóveis de outras imobiliárias?

5 – O que Motivou a dispensa do imóvel oferecido no Edifício Toufic no Setor Comercial Sul, onde foram oferecidos os 1º, 2º e 3º andares e o subsolo?

Justificação

O presente requerimento tem por objetivo obter informações, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a respeito do contrato de locação de imóvel firmado com a imobiliária “Irmãos Sarkis”, a fim de dirimir dúvidas levantadas por ocasião da análise do Ofício “S” nº 1 de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Com base nestas informações poderemos dar melhores encaminhamentos, relativos à Fiscalização e Controle exercidos por esta Casa Legislativa, no caso desta locação imobiliária. Desta forma traremos maiores esclarecimentos ao processo, tão necessários para que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, possa se pronunciar com total responsabilidade.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2006. – **Serys Silhessarenko**, Senadora da República.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 377, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado do Pla-

nejamento, Orçamento e Gestão as seguintes informações:

1) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES tem sob sua responsabilidade a alocação de recursos a estados e municípios, bem como a entes privados para o desenvolvimento de projetos voltados especialmente para infra-estrutura do País. Solicito o encaminhamento das normas que regulam o aporte dos recursos orçamentários do BNDES e que porventura estabeleçam limites e/ou setores de atuação;

2) Qual o volume de recursos destinados a projetos pelo BNDES nos exercícios de 2000 a 2005 por região e por estado;

3) Do total de volumes destinados à execução de projetos detalhar segmento econômico beneficiado, por estado e esclarecer se o agente beneficiário é público ou privado;

4) Quantos funcionários compõem o quadro do departamento responsável pela análise de projetos, incluindo formação acadêmica, tempo de serviço prestado ao departamento, tempo de serviço no BNDES, quanto tempo até a aposentadoria?

Sala das Sessões, 5 de abril de 2006. – **Luiz Pontes**, Senador.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 378, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno, que seja inserido em ata, voto de pesar pelo falecimento de Luiz Carlos Calachi Moraes, ocorrido 3 de março de 2006, Luiz Calachi, nos seus 59 anos de permanência entre nós se tornou notável pelo seu perfil humanitário, afável e solidário. Homem de qualidade ímpar, deu enorme contribuição para a criação e solidificação do Partido dos Trabalhadores no contexto nacional, ofereceu suas qualidades não só ao Brasil mas, também em toda a América Latina e ainda no México e República Tcheca quando lá esteve, líder nato, que se empenhou como poucos para promover a igualdade social. Este voto de pesar deve ser enviado para a Vereadora e esposa Margarete Mo-

raes na Câmara de Vereadores de Porto Alegre/RS sito à Avenida Lourenço da Silva, 255, Cidade Baixa/RS, CEP 90013-901 e sua mãe Alba Calachi Moraes, com endereço sito à Rua João Neves da Fontoura, 1382, Bairro São Miguel, Cidade de São Leopoldo/RS, CEP 93025-650.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 379, DE 2006

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, solicito a Vossa Excelência autorização para viajar ao exterior, mais precisamente a Portugal e Espanha, no período de 21 de abril a 30 do mesmo mês, a fim de participar, a convite da Confederação Brasileira das Cooperativas Habitacionais, e também da FENACHE (Federação Portuguesa de Cooperativas Habitacionais) e da UAGACОВI (União de Cooperativas de Habitação da Espanha), instituições sociais daqueles dois países, de eventos como palestras, visitas, reuniões, e da abertura do Congresso da FENACHE e dos jogos Cooperativos de Portugal, quando terei oportunidade, na condição de representante do Congresso Nacional Brasileiro junto aos Parlamеntos Português e Espanhol, de proferir, palestra a respeito do que o Brasil já fez até agora na área habitacional e na de cooperativismo, e, mais ainda, de conhecer os programas adotados por aqueles dois países europeus para proporcionar moradia própria ao seu povo.

Certo de contar com a costumeira atenção de Vossa Excelência, aguardo uma sua manifestação urgente, para que eu mande providenciar os documentos necessários à viagem.

Com os meus agradecimentos, subscrevo-me,
Atenciosamente,

Sala das Sessões, 5 abril de 2006. – Senador **Jonas Pinheiro**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 2006**Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir ao contribuinte pessoa física deduzir do Imposto de Renda parcela do valor pago no ano-calendário para a aquisição de imóvel residencial mediante financiamento.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos e parágrafos:

Art. 12.

VIII – até trinta por cento dos valores pagos no ano-calendário, inclusive a título de entrada, para aquisição financiada, em nome do contribuinte, de imóvel residencial, novo ou usado.

§ 1º A soma das deduções a que se referem os incisos I a IV não poderá reduzir o imposto devido, antes de considerada a dedução do inciso VIII, em mais de doze por cento.

§ 4º A dedução a que se refere o inciso VIII não poderá reduzir o imposto devido, antes de consideradas as deduções dos incisos I a IV, em mais de cinco por cento.

§ 5º Para usufruir a dedução prevista no inciso VIII, o contribuinte deverá comprovar que não foi proprietário de nenhum imóvel urbano, residencial ou comercial, nos últimos dez anos anteriores à data do contrato de aquisição do imóvel residencial mediante financiamento.

§ 6º Para os efeitos do inciso VIII, consideram-se financiamentos os realizados diretamente com as empresas construtoras, os obtidos junto a instituições financeiras, bem como por intermédio do sistema de consórcios de imóveis ou do sistema financeiro de habitação. (NR)

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta lei, bem como fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos à aludida renúncia.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O art. 1º desta lei produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Justificação

A carência de habitações no País e as grandes dificuldades que o brasileiro enfrenta para adquirir um imóvel para abrigar sua família são notórios.

A medida objeto desta proposição tem por fim atender a um dos objetivos da justiça social — o direito à moradia — e amenizar as barreiras que muitos cidadãos de nosso País devem vencer para obter casa própria para si e para os seus. Nosso propósito é auxiliar homens e mulheres, solteiros ou chefes de família, que não possuem nenhum imóvel para morar, garantindo-lhes uma habitação condigna.

Não se trata de dar algo gratuitamente a alguém, muito menos beneficiar quem não precisa. E antes de tudo uma medida de justiça social, como já dissemos. Quem pode comprar imóvel à vista não faz financiamento. O limite para isenção não estimulará a compra financiada do imóvel por quem não precisaria dela. As taxas de juros não compensariam essa opção. Lembremos ainda que, para fazer jus à dedução, o contribuinte não pode ser nem haver sido proprietário de nenhum imóvel, de qualquer espécie, nos últimos dez anos. Os únicos beneficiados com a lei serão aqueles que realmente necessitam de financiamento para conquistar o sonho da casa própria. Ou seja, quem efetivamente necessita de ajuda.

O beneficiário não é somente o mutuário, pois o ganho social com a geração de emprego e renda no setor imobiliário será tão significativo e benéfico como os efeitos da redução de custos tributários decorrentes da “MP do Bem”, dinamizando o mercado imobiliário e estimulando o financiamento de imóveis e a construção de novas unidades.

Ante o exposto, cedo do alcance social da proposição que ora apresento a esta Casa Legislativa, peço o apoio dos ilustres Senadores para sua aprovação.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2006. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

.....
 § 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e dá outras providências.

.....
 Art. 12. Do imposto apurado na forma do artigo anterior, poderão ser deduzidos:

I – as contribuições feitas aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II – as contribuições efetivamente realizadas em favor de projetos culturais, aprovados na forma da regulamentação do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, instituído pelo art. 1º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

III – os investimentos feitos a título de incentivo às atividades audiovisuais, na forma e condições previstas nos arts. 1º e 4º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993;

IV – (VETADO)

V – o imposto retido na fonte ou o pago, inclusive a título de recolhimento complementar, correspondente aos rendimentos incluídos na base de cálculo;

VI – o imposto pago no exterior de acordo com o previsto no art. 5º da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965.

§ 1º A soma das deduções a que se referem os incisos I a IV não poderá reduzir o imposto devido em mais de doze por cento.

§ 2º (VETADO)

.....
 LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
 DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....
 Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias, e com as normas desta lei Complementar:

Art. 12 As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário – financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou condições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, como orador inscrito, concederei a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela

ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, sujeito, entretanto, dada a situação criada pela... Se porventura chegar a meu nome na lista normal, eu desistiria da inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Eduardo Suplicy, V. Exª já está inscrito como o número dois. Tendo em vista que o Senador Paulo Paim já falou, V. Exª passa a ser o primeiro inscrito para uma comunicação inadiável.

Senador Leonel Pavan, V. Exª tem a palavra por dez minutos.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Desculpe-me. Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE.

Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Exª já está inscrita, Senadora Maria do Carmo.

Senador Leonel Pavan, na prorrogação, farei um desconto do seu tempo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia

o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, no dia de hoje, queria cumprimentar os moradores do Município de Camboriú. Em Santa Catarina, existem as cidades de Balneário Camboriú e de Camboriú. Camboriú completa, hoje, 122 anos. Depois, um bairro de Camboriú tornou-se a grande Balneário Camboriú.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– É a vedete do turismo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É a vedete do turismo do Brasil.

Camboriú é governada pelo Prefeito Edson Olegário, o Edinho, que, inclusive, está realizando inúmeras obras naquele Município. Então, meus cumprimentos a toda a população de Camboriú pelos 122 anos de emancipação política!

Mas o que eu queria falar hoje aqui segue mais ou menos a linha do discurso do Senador Paulo Paim. Falarei também sobre agricultura.

Ouvimos, todos os dias, o Senador Osmar Dias falar sobre agricultura, o Senador Jonas Pinheiro falar sobre agricultura. Hoje, foi a vez do Senador Paulo Paim. Eu, que sou de uma região turística – resido em um Município voltado para o turismo –, tenho, não obstante, um compromisso, um vínculo muito grande com a agricultura familiar. Vim do oeste do Estado de Santa Catarina, de Ponte Serrada, uma região também agrícola.

Eu queria, Sr. Presidente, falar sobre alguns e-mails que recebemos, sobre ofícios de inúmeras Câmaras de Vereadores de nosso Estado, para os quais chamo a atenção, referentes à produção de arroz em nosso Estado.

A agricultura brasileira sempre desempenhou um papel histórico em nosso processo de desenvolvimento. Houve tempo em que o setor agrícola respondia pela quase totalidade do setor produtivo, mas, ainda agora, em estágio de plena industrialização, os agricultores têm uma função básica e, mais do que isso, estratégica para a economia nacional.

Os elogios à pujança e à competitividade do setor agrícola tornaram-se lugar-comum. De fato, os agricultores brasileiros, embora enfrentando condições adversas, notadamente em relação aos pesados subsídios agrícolas praticados nos países desenvolvidos, logram alcançar invejáveis índices de produtividade, o que contribui decisivamente para o equilíbrio da economia, para a estabilização dos preços, para a geração de empregos e de superávit na balança comercial e, sobretudo, para a garantia da normalidade no abastecimento interno.

Entretanto, o Poder Público, que deveria atuar em conjunto com o setor agrícola nessa caminhada rumo ao desenvolvimento e aos ganhos de produtividade, tem-se revelado um parceiro ingrato. As nossas autoridades festejam, a cada ano, os sucessivos recordes de produção e os recorrentes superávits da balança comercial, a competitividade da agricultura brasileira, mas são incapazes de estabelecer uma política agrícola consistente, com créditos em volume suficiente e

preços mínimos capazes de evitar o prejuízo e o endividamento dos produtores.

Por todos esses motivos, Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que endosso integralmente as reivindicações dos agricultores brasileiros que se sentem relegados a segundo plano pelas autoridades federais. É por esses motivos que trago também ao conhecimento deste egrégio Plenário ofícios que recebi recentemente das Câmaras de Vereadores de Itajaí e de Joinville, do meu querido e belo Estado de Santa Catarina. Ambos descrevem as dificuldades enfrentadas pelo setor orizícola de suas respectivas regiões e reivindicam providências para minimizar a dramática situação por que passam aqueles produtores.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Santa Catarina é um dos Estados que mais produz arroz e é um dos grandes responsáveis pela produção e pela exportação desse produto. Itajaí, Joinville, Agrolândia, Corupá, Guarimirim, a região sul, a região do Alto Vale do Itajaí, a região norte do nosso Estado – agrônômica, por sinal – têm um dos produtos de melhor qualidade, reconhecida no mundo inteiro. Mas os Srs. Vereadores de Itajaí e de Joinville dizem que essas dificuldades devem-se principalmente aos baixos preços praticados pelo mercado de arroz, entre R\$15 e R\$17 a saca, “valores estes inferiores aos custos de produção”, conforme relata um dos documentos, com base em estimativas de órgãos oficiais e de entidades representativas do setor.

Os ofícios reportam-se também às medidas emergenciais reivindicadas pelos produtores de arroz catarinenses, assim elencadas: suspensão de todas as dívidas vincendas por meio de moratória de curto prazo, uma vez que, na safra 2004/2005, esses produtores já haviam contabilizado prejuízos e foram obrigados a renegociar seus compromissos financeiros; concessão de uma nova linha de crédito para garantir o plantio da safra 2006/2007; utilização dos mecanismos existentes para garantir que o produto não seja adquirido por valores abaixo do preço mínimo; disponibilização dos recursos da Companhia Brasileira de Abastecimento – Conab – para absorver o estoque de passagem de arroz, como forma de reduzir a pressão de baixa de preço no mercado; garantia, pela Conab, de acesso de todos os produtores aos programas de Aquisições do Governo Federal (AGF) e de Empréstimo do Governo Federal (EGF), os quais, na safra passada, atenderam a um número reduzidíssimo de orizicultores; isenção do ICMS sobre os insumos utilizados, em especial o óleo *diesel*, considerando que esse tributo já é recolhido quando da comercialização do arroz beneficiado pelas indústrias.

O ano de 2005 foi um dos piores das últimas décadas para os agricultores brasileiros. A Companhia

Nacional de Abastecimento estimou a queda real do preço médio do milho em 17,5%; do algodão, em 28%; da soja, em 33%; e, do arroz, em 36%. A comercialização da presente safra vem ocorrendo mediante as mais diversas dificuldades, com destaque justamente para a descapitalização do setor e, como é do conhecimento geral, para os patamares de juros elevadíssimos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao endossar os ofícios que recebo da Câmara Municipal de Itajaí e de Joinville, apelo às nossas autoridades para que atendam às justas reivindicações dos produtores de arroz catarinenses, pois, caso contrário, a descapitalização dos produtores de arroz e a redução da área de plantio, já em curso, podem comprometer o desempenho do setor e, com certeza, prejudicar muito o abastecimento interno.

Sr. Presidente, permita-me apenas utilizar mais dois minutos para dizer que li dados aqui fornecidos por Vereadores de Itajaí e de Joinville, que reivindicam ao Governo Federal que atenda aos produtores de arroz. Isso é importante, porque o arroz é um dos principais pratos na mesa dos brasileiros, nas mesas do mundo – o arroz e o feijão são a comida dos mais pobres. E não há mais condição de os produtores continuarem produzindo dessa forma.

Sabemos que, se subir o preço da saca de arroz, poderá aumentar o preço da comida na mesa do mais pobre. No entanto, se isso não for feito, faltará arroz e a situação piorará, pois o preço aumentará muito no futuro e criaremos mais um foco de pobreza.

Mais uma vez, Sr. Presidente, teremos de procurar o Governo para evitar o êxodo rural, para encontrar alternativas para atender ao homem do campo, ao agricultor, ao produtor. O Governo precisa ter uma política mais séria voltada à agricultura, a grande responsável pelo nosso superávit. Temos um País imenso, é claro que há o turismo litorâneo, mas o dia em que a agricultura parar, o mundo irá parar. É o que fazemos todos os dias: alimentamo-nos daquilo que vem da terra.

Os Senadores Osmar Dias, Paulo Paim, Jonas Pinheiro e tantos outros, diariamente, usam a tribuna do Senado para chamar a atenção do Governo para que crie uma política consistente voltada aos agricultores. Vamos ter sérios problemas, logo, logo, aí à frente, se não olharmos para esse setor!

Permita-me, Sr. Presidente, conceder um aparte a este grande homem público do Estado do Paraná e do nosso Brasil, que defende a agricultura, o Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – É um aparte rápido, Senador Leonel Pavan. Cumprimento V. Ex^a, que representa um Estado que também tem na agricultura uma das principais fontes de renda e de emprego e

sabe da gravidade da situação que o campo vive neste momento. No meu Estado, o Paraná, 42 mil produtores foram chamados recentemente pela Receita Federal, porque as dívidas do Banco do Brasil foram transferidas para o Tesouro Nacional, que subiu os juros, que eram de 3%, para 17,5%, de acordo com a taxa Selic, e está protestando os produtores; mas não há como eles pagarem, a não ser que entreguem suas propriedades à União. O Governo deveria editar uma medida provisória hoje – e aí não tem pressa quando se trata de um assunto urgente como esse –, mas adiou a solução dos problemas dos agricultores. Não só no meu Estado, mas no seu, no Rio Grande do Sul e em todos os Estados brasileiros, os produtores que não conseguiram colher uma safra capaz de pagar o custo de produção estão desesperados. V. Ex^a tem toda razão. Receba os meus cumprimentos pelo discurso que faz nesta manhã.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Osmar Dias, passam dificuldades os produtores de arroz, feijão, milho, soja, alho, cebola, batata. Enfim, todos estão passando dificuldades.

Sei que o tempo se vai, Sr. Presidente, mas, com sua permissão, concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Rodolpho Tourinho, pois o tema é importante.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Leonel Pavan, é muito próprio o seu discurso, a defesa dos agricultores, dos produtores rurais. Temos viajado por todo o Estado da Bahia e verificado o grande desencanto dos produtores, em função sobretudo daquele ato tão ruim cometido pelo Governo Federal, de vetar o projeto de renegociação que havia sido aprovado no Senado por todos nós, com muita responsabilidade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O projeto foi aprovado na Câmara, e o Presidente vetou-o.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Foi vetado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas estava na Câmara!

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – É veto, é veto mesmo. Então, nesse caso, estão enviando uma medida provisória que, de forma nenhuma, repõe aquelas condições que havíamos aprovado aqui. Além de ser um desrespeito à Casa, é também, não tenho dúvida, um desrespeito ao produtor rural. Hoje, a grande maioria deles não tem a menor condição de pagar aquelas dívidas e, por isso, estão sendo executados. Não é admissível uma coisa dessas! Eles vão perder suas propriedades. Não tem sentido! E, no caso da Bahia, houve períodos de seca que impediram a produção. De forma que louvo V. Ex^a pela posição muito

lúcida em defesa dos agricultores, dos produtores rurais. Quero me associar a V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Presidente Lula dizia em seus pronunciamentos: “Com os agricultores, eu me entendo. É dali que surgiu a minha candidatura. É dali que surgiu minha base de votos. Esses são os meus filhos”. Mas os filhos do Presidente eram os invasores, que continuaram invadindo propriedades pequenas, inclusive. Eu pensava que estivesse se referindo aos agricultores, mas Sua Excelência protege os invasores, que usam as invasões comercialmente. Lamentavelmente, acontece isso.

O Presidente Lula deveria encerrar esse seu mandato pelo menos com um prejuízo menor, criando uma alternativa para atender à agricultura do nosso País.

Espero que o próximo Presidente seja Geraldo Alckmin, até pelas ações que implementou na agricultura de São Paulo, mas que a proposta seja melhorada, ampliada, que atenda a todos os rincões e grotes do nosso Brasil, atingindo todos os agricultores do nosso Brasil.

Espero que o próximo Governo tenha uma política consistente e eficaz para a agricultura brasileira.

Se não investirmos na agricultura, teremos problemas nos centros urbanos, nas metrópoles, porque o agricultor vai embora, abandona a sua terra, em busca de melhores dias, de melhores caminhos, que, por fim, acaba não encontrando, já que o que ele conhece é a terra, o seu ofício, que é agricultura.

(Interrupção do som.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Já encerro.

Sr. Presidente Romeu Tuma, a preocupação básica de V. Ex^a é a segurança, mas a agricultura também representa segurança. Se não investirmos na agricultura, haverá pessoas desassistidas por esse Brasil afora, que acabarão caindo na marginalidade, atingindo exatamente o setor de segurança, que é a sua área. Se não investirmos na agricultura, na produção, no homem da terra, no colono, estaremos criando bolsões de pobreza, de miséria, criando novos marginais. Lamentável e infelizmente, isso ocorre.

Agradeço a todos os Senadores que me apartearam, e, principalmente, ao grande Presidente, homem público de São Paulo, que cuida da segurança, Senador Romeu Tuma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Osmar Dias, se V. Ex^a permitir, desejo informar ao Senador Leonel Pavan que, no meu primeiro mandato, eu aprendi o que é segurança alimentar com o Senador Osmar Dias, que é autor de um traba-

lho a esse respeito. Então, eu sei que V. Ex^a quis se referir ao fato de que a garantia de alimentação vai melhorar o sistema de segurança pública, mas não podemos deixar de lado a segurança alimentar, pela qual V. Ex^a sempre tem lutado. Então, eu queria deixar registrado isso.

Eu também gostaria de dizer ao Senador Rodolpho Tourinho e aos demais que temos de aprender a devolver o veto e começar a pressionar para que seja colocado em discussão e votação, porque, às vezes, fica semanas sendo discutido aqui e, de repente, é vetado, sem termos meios de trazê-lo de volta para rediscutir se o Governo tem ou não razão em vetar o projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite uma questão de ordem em trinta segundos?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, eu não estava no plenário ontem à tarde e não pude deixar registrada a minha solidariedade ao Senador Arthur Virgílio. Por isso, quero fazê-lo agora, de forma muito carinhosa e respeitosa, lembrando que foi o Senador Arthur Virgílio, quando faleceu a minha mãe, quem encaminhou à Mesa o voto de pesar enviado a toda a minha família.

Então, eu não poderia, por vários motivos, inclusive pelo respeito e pelo carinho que tenho pelo Senador, deixar de registrar a minha total solidariedade ao nosso colega e amigo, Líder da Oposição, Senador Arthur Virgílio, pelo falecimento da sua mãe.

Era isso, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Convido V. Ex^a a assinar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Assina-rei com muito carinho e muita vontade e agradeço a V. Ex^a o convite.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

V. Ex^a tem a palavra por dez minutos. Se não for suficiente, faremos a prorrogação, mas sei que V. Ex^a é sempre conciso e objetivo nos seus pronunciamentos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, realizamos, na reunião de ontem na CPI dos Bingos, a tão prorrogada acareação envolvendo o ex-Secretário Municipal de Campinas e de São José dos Campos nas administrações petistas Paulo de Tarso Venceslau

e o atual Presidente do Sebrae, Sr. Paulo Okamoto, amigo íntimo do Presidente Lula.

O filiado ao Partido dos Trabalhadores veio protegido por liminares do Supremo – se não me engano, ele já tem três liminares –, que lhe davam a possibilidade de contornar as perguntas que considerasse inconvenientes, mas perguntas astuciosas de diversos Senadores acabaram arrancando informações surpreendentes e contraditórias, como a de que ele não cuidava das contas pessoais do Presidente ou de quaisquer outras pessoas, contrariando o que dissera no depoimento anterior.

Ao ser questionado sobre o pagamento de um empréstimo de R\$29,4 mil de Lula com o PT e de uma dívida de R\$26 mil da filha do Presidente, Lurian Cordeiro Lula da Silva, o acareado recusou-se a responder, sob alegação de que estava protegido por liminar do Supremo Tribunal Federal. E para desautorizar o amigo Okamoto, o novo Ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, veio a público para dizer que o Presidente Lula nunca reconheceu ter qualquer dívida com o PT. “O Presidente Lula jamais reconheceu ter qualquer dívida com o Partido que tivesse que ser paga.” – disse o ex-Presidente o Partido dos Trabalhadores.

Se não há dívida, então por que o amigo Okamoto correu para saudá-la? E o fez em dinheiro vivo, como confessou à CPI em outro depoimento. Há muitas histórias mal contadas e até mentiras que precisavam ser apuradas.

Numa declaração contraditória com seus atos anteriores, Okamoto disse que “se tiver alguma acusação grave contra mim, estou disposto [a abrir o meu sigilo].”

Claro que acusações graves existem. Mais do que acusações existe a quebra do sigilo bancário determinada por uma CPI do Senado Federal. Se a disposição de ser transparente fosse verdadeira, o Sr. Okamoto teria autorizado a abertura de suas contas, para o exame responsável da CPI.

Mas essa liberalidade deve ser mais uma das atitudes dúbias do Presidente da Sebrae, como foi o condenável incidente envolvendo o escrivão da Polícia Federal, que o flagrou tentando enganar a CPI do Bingos.

Ao ser confrontado com as afirmativas seguras do ex-Secretário Municipal Paulo de Tarso Venceslau, o amigo de Lula não demonstrou firmeza em sua contestação, tendo por diversas vezes sido confrontado com citações do relatório da Comissão de Sindicância do PT que apurou as denúncias ainda no ano de 1992.

Uma das passagens que demonstram a inconsistência do discurso de Okamoto foi quando foi confrontado por Paulo de Tarso com a afirmativa de que

ele percorria as prefeituras petista pedindo a lista de fornecedores.

V. Ex^a estava lá, Sr. Presidente.

Ao responder, Okamoto confirmou que pediu à então Prefeita de São José dos Campos, a Deputada Ângela Guadagnin, tão famosa hoje como a Deputada da dança da pizza, “uma agenda de apoiadores”. Não foi a lista de fornecedores que ele pediu, mas a agenda de apoiadores – mais ou menos a mesma coisa. Segundo ele “o nosso objetivo era conseguir uma participação maior em setores da sociedade – provavelmente esses setores seriam os fornecedores da Prefeitura – onde o Partido não era muito vigoroso”.

Ele lembrou ainda que o PT já tinha participação forte nos movimentos sociais e sindicais, mas precisava criar sua área de influência em setores da classe média.

Eu, que estava participando da acareação, não consegui entender o que uma coisa tem a ver com a outra. O que têm a ver setores da classe média com a relação das prefeituras? Atingir novas fatias do eleitorado é uma ação eminentemente política, mas uma listagem de fornecedores só pode ter motivação de financiamento partidário.

Uma das afirmativas de Okamoto diante da CPI deverá entrar para o anedotário das Comissões de inquérito. Segundo o petista: “É difícil imaginar alguém pedir uma lista de fornecedores da Prefeitura para obter recursos para um Partido político” – antes de Delúbio, porque depois dele isso ficou claro.

O que será que queria o dirigente petista com uma lista dessa? Uma lista de endereços para mandar santinhos no período eleitoral?

Quando essa denúncia surgiu, no início da década de 90, pode ter soado inconsistente, já que o PT se vangloriava de ser o defensor da moralidade pública, mas, hoje, depois dos “delúbios”, dos “marcos valérios”, dos “mensalões” e de outros neologismos, a acusação de Paulo de Tarso Venceslau parece fazer todo sentido.

Eu gostaria de considerar, ainda, a atitude do Sr. Okamoto de não abrir seu sigilo bancário para exame da CPI dos Bingos. Com essa atitude, o Presidente do Sebrae está deixando o seu amigo, o Presidente Lula, em situação muito desconfortável, pois a desconfiança sobre as origens dos recursos são muitas, e a dúvida deverá ter sérias repercussões na campanha da reeleição do Presidente.

A pergunta que não quer calar é: por que Okamoto não acaba com essas dúvidas e libera o seu sigilo? É lícito pensar que, se está escondendo, é porque há algo de errado com suas finanças pessoais.

Ao fazer opção por ter uma vida pública, a tipo de pessoa deve saber que deverá estar disposta a todo indagação e dúvida. A contabilidade de Okamoto está sob suspeita de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e ele se nega, por meio de manobras no Supremo Tribunal Federal, a abrir suas contas.

Penso que chegou o momento de o Presidente Lula pedir a substituição do seu amigo Okamoto no Sebrae. Como disse Sua Excelência, em passado recente, é preciso “cortar na própria carne”. Se o Presidente do Sebrae não dá sinais da transparência exigida dos agentes públicos, é preciso substituí-lo. Se o Presidente da República não tomar essa providência, competirá ao Conselho Deliberativo do Sebrae fazê-lo.

O Sebrae é uma sociedade civil sem fins lucrativos, mas que sobrevive às custas de recursos paraestatais, que são as contribuições sobre a folha de pagamento das empresas.

A indicação do Presidente do Sebrae é atribuição do Conselho Deliberativo Nacional. Esse Conselho é composto de representantes da iniciativa privada, como: CNI, CNA, CNC, CACB, Anpel, entre outras instituições públicas.

Ao concluir, gostaria de solicitar a essas entidades que, se o Presidente Lula não afastar o Sr. Okamoto, tomem essa iniciativa saneadora, em respeito aos beneficiários finais do Sebrae, que é a população brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, como uma pessoa física qualquer, acredito que o Sr. Okamoto possa não querer que a CPI investigue seu sigilo bancário. Ele recorreu ao Supremo Tribunal Federal para conseguir isso e, como pessoa física, ele está no seu direito, apesar de que, pelas dúvidas que se tem hoje...

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – O que acho muito estranho nesse caso todo é que esses conceitos de gravidade acabaram ficando muito flexíveis, porque o Paulo Okamoto diz que não abre o sigilo, mas que o abriria se houvesse uma coisa grave. Coisas graves aconteceram com ele, que pagou a conta do Presidente, pagou a conta da filha do Presidente. Trata-se daquele mesmo conceito que surgiu durante a apuração das CPIs, no sentido de que o caixa dois não era nada de mais, era “dinheiro não-contabilizado”. Creio que isso é para enganar o povo, e V. Ex^a tem muita razão em trazer esse assunto agora para todo o Brasil.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

Inclusive, ontem, na CPI, houve um apelo do próprio Senador Tião Viana, um dos principais Senadores do PT – praticamente o que lidera a representação do PT na CPI dos Bingos –, para que o Sr. Paulo Okamoto abrisse o seu sigilo bancário, a fim de que ele pudesse inclusive ficar livre dessa acusação.

Na realidade, creio que esse é o caminho correto, porque a quebra do sigilo dele já foi aprovada pela CPI. Há até um outro requerimento, de minha autoria, que solicita a quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto. Creio que deveremos conseguir isso rapidamente.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Jorge, as ponderações que V. Ex^a faz me levam, primeiro, a um raciocínio. V. Ex^a observou que, ontem, tanto eu quanto o Senador Tião Viana ponderamos ao Sr. Paulo Okamoto que seria importante a reflexão que ele está fazendo no sentido de tomar a decisão de abrir a informação que está sendo solicitada, inclusive nos termos em que o próprio Líder do PLF, Senador José Agripino, sugeriu. Ou seja, não é que se deseje que ele revele, por um longo tempo, sua movimentação bancária, mas naquele período...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...para se esclarecer a entrada dos recursos que viabilizaram aquela contribuição que ele fez para o Presidente Lula. Isso ficou claro, e é uma demanda que me parece razoável. Quem sabe ele possa, inclusive dialogando com o Presidente, permitir a abertura dessa informação, o que desanuvriaria muito todo esse clima. Eu queria também ponderar uma outra questão, a partir e à luz de tudo o que ocorreu, não apenas com o meu Partido, pois V. Ex^a sabe que fatos relativos...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...à não-contabilização de recursos em campanhas eleitorais é algo que permeia o sistema político brasileiro já há muito tempo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Acontece que o Partido de V. Ex^a é que está no poder agora. Então, tudo o que ocorre com ele é mais grave.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas o PFL também está no poder em diversos Estados e Municípios. E haverá eleições.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu até considero importante a iniciativa do PFL – e de todos a aprovarmos unanimemente no Senado –, no sentido de que, a partir de agora, tenhamos o registro completo das receitas e despesas de campanha registradas na rede mundial de computadores, na Internet, para que, em tempo real, possam a Justiça Eleitoral e os eleitores saber como é feita a campanha.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a já está há mais de quatro minutos com a palavra, Senador, mais de 20% do tempo do orador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Portanto, Senador José Jorge, ainda que a Câmara não tenha aprovado essa matéria, aprovada pelo Senado, avalio que será próprio que todos os nossos Partidos – e é a sugestão que nós, os doze Senadores fizemos para o PT – venham a adotar esse procedimento, ainda que isso não tenha sido uma exigência legal, aprovada pelo Congresso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço ao Senador Suplicy o aparte e vou encerrar, Sr. Presidente.

Em resumo, creio que é incompatível o Sr. Paulo Okamoto se recusar, por meio de medida no Supremo, a abrir seu sigilo bancário, como bem falou o Senador Suplicy e o Senador Tião Viana, e continuar presidindo o Sebrae. Creio que se ele quiser utilizar-se desse artifício jurídico, ele pode, já que é um brasileiro igual a qualquer outro. Mas ele não pode recusar-se a abrir seu sigilo bancário e ocupar um cargo público – quase público, semipúblico –, como é a presidência do Sebrae, com tantos recursos para aplicar e com tantas coisas para fazer.

Portanto, faço um apelo ao Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae para que dê um prazo ao Sr. Paulo Okamoto autorizar a quebra do seu sigilo bancário. Caso contrário, que ele deixe a Presidência do Sebrae.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador José Jorge, uma coisa que me surpreendeu muito ontem, levando-se em conta a inteligência demonstrada por Paulo Okamoto, foi quando Paulo de Tarso leu o depoimento da Deputada Ângela Guadagnin sobre a lista. Paulo Okamoto disse que ela confundiu “lista” com “relação”! Isso realmente me deixou um pouco surpreso. Não consegui saber se essas palavras eram sinônimas ou se cada uma representava algo diferente.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

Tem S. Ex^a a palavra por dez minutos. Em seguida, eu a concederei ao Senador Gilvam Borges, por cessão do Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de longos meses de muito trabalho, de muita discussão, de muito suspense, inclusive, estamos chegando ao final dos trabalhos da CPMI dos Correios.

Essa Comissão, Sr. Presidente, como todos sabem, nasceu de uma pressão da sociedade brasileira, da opinião pública, diante de denúncias que envolviam funcionários dos Correios e Telégrafos, como o Sr. Marinho.

O Governo, na sua contumácia, simplesmente minimizou o fato, diminuiu a importância daquilo de que toda a Nação tomou conhecimento, por meio da gravação do recebimento de uma propina de R\$3 mil, e pressionou os Srs. Senadores e Deputados, ameaçando aqueles da Base que eventualmente dessem apoio à criação da CPMI dos Correios com a retirada de qualquer possibilidade de liberação de verbas do Orçamento Geral da União. Todo o País viu a pressão que o Presidente da República e as Lideranças do Partido dos Trabalhadores fizeram sobre a Casa, sobre os Parlamentares.

Felizmente, a CPMI foi criada, e veja, Sr. Presidente, de quantas coisas o País tomou conhecimento a partir dela.

Como o Partido dos Trabalhadores e o Governo são contumazes, volto a dizer, em, primeiramente, negar. Disseram que não havia nada, que era invenção da Oposição, a qual queria desgastar o Governo. Aí, os fatos foram se sucedendo e aparecendo paulatinamente.

Depois daquela fita dos Correios, o Deputado Roberto Jefferson resolveu falar e mencionou o mensalão. Aí, apareceu o Marcos Valério, o “carequinha”, que, num primeiro momento, não falou. O Governo disse: “Está vendo? Não há nada”. No entanto, num segundo momento, veio uma versão de que tudo era resultado de um caixa dois. Contudo, a história mostrou que se tratava de um mensalão, efetivamente; um grande esquema de transferência de recursos públicos e privados para a compra de consciências de Parlamentares, a fim de que fossem aprovados, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, projetos em que o Governo tinha interesse, ou seja, o grande beneficiário foi o Governo, o Presidente Lula, sem sombra de dúvida.

As investigações foram se sucedendo, e, muitas vezes, fomos surpreendidos com a presença de pessoas que não foram convocadas, como o publicitário Duda Mendonça, que veio espontaneamente. Pressionado,

talvez, pelos seus familiares e pela opinião pública, ele resolveu falar e disse: “Eu recebi dinheiro de caixa dois, inclusive no exterior”. Isso configurou diversos crimes, como sonegação fiscal e evasão de divisas.

Pois bem, Sr. Presidente, ficou claro que havia caixa dois pagando despesas do Presidente da República da campanha de 2002 e, também, da campanha de 2004.

Sr. Presidente, o mensalão existiu. Isso ficou também claro pela lista de beneficiários, de Deputados e Lideranças dos Partidos da Base do Governo, que receberam, sim, recursos vultosos, que eram redistribuídos. Isso ficou bastante claro! Os membros da CPMI, principalmente o seu Relator, Deputado Osmar Serraglio, começaram a formar uma convicção da existência do mensalão, porque os depoimentos e as provas documentais os levavam a isso.

Avançamos, Sr. Presidente, nas investigações. Foram criadas Sub-relatorias; Deputados e Senadores empenharam-se nelas. O resultado final da CPMI é o relatório que está sendo apresentado pelo Relator Osmar Serraglio.

Quem escolheu o Deputado Osmar Serraglio foi a Oposição? Não. A escolha foi feita por intermédio do Presidente da Comissão, Senador Delcídio Amaral, eleito numa disputa inclusive comigo. Perdemos por um voto, apenas. E quem era Delcídio Amaral, naquele momento? Era o Líder do Partido dos Trabalhadores.

Assim, não houve interferência na escolha do Relator, o Deputado Osmar Serraglio. Foi escolhida uma pessoa que o Governo, o Planalto, considerava como de confiança para conduzir essas investigações. Ele o fez, eu diria, Sr. Presidente, até sob a nossa suspeição de que não iria produzir um relato próximo da realidade. No entanto, para surpresa nossa, que não é de agora, mas já de algum tempo, mostrou o Deputado Osmar Serraglio ter muito mais compromisso com a verdade e com sua história de vida pública do que com o Planalto. S. Ex^a começou a atuar de forma correta, e eu já vim a esta tribuna penitenciar-me por aquela dúvida sobre a sua participação.

Pois bem, o Deputado Osmar Serraglio, agora, apresenta um relato que não é ótimo, pois o ótimo seria se houvesse realmente coragem para nele se colocar a culpa no Presidente Lula, dizendo que ele era o beneficiário que estava por trás de tudo. O ideal seria que S. Ex^a abordasse, em seu relatório, o envolvimento do filho do Presidente Lula com a questão da Gamecorp, pois todo o País sabe que o Lulinha ganhou R\$15 milhões.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador César Borges, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muito prazer, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador César Borges, V. Ex^a está indo ao centro da questão. Efetivamente, essa operação para transformar em *pizza* a CPMI dos Correios envergonha o Congresso Nacional. Durante meses e meses de trabalho, o Relator, Deputado Osmar Serraglio, sempre se revelou ponderado. S. Ex^a foi escolhido, como disse V. Ex^a, pelo próprio Governo. Foi a Base do Governo que derrotou a candidatura de V. Ex^a, que apoiamos, e colocou o Senador Delcídio, o qual, por escolha da Base do Governo no Congresso, indicou o Deputado Relator. E S. Ex^a foi ponderado, não fez um relatório completo, como V. Ex^a está citando, mas fez um relatório razoável e que mostra aquilo que, efetivamente, aconteceu. Querem derrotar esse relatório por um voto, ou por meio voto, para poderem apresentar um outro que é uma peça de ficção e que a sociedade não vai aceitar. Se eles conseguirem derrotá-lo, vamos, todos juntos, entregar o relatório do Deputado ao Ministério Público; vamos para as ruas; vamos publicá-lo; vamos vendê-lo nas livrarias, para que a população possa saber o que realmente aconteceu. Vamos continuar e terminaremos por aprovar esse relatório. Eles têm muita coragem, mas não sei se a têm para tanto. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu agradeço a V. Ex^a, que foi muito preciso.

O relatório do Deputado Osmar Serraglio reflete o que S. Ex^a viu ao longo desse período e está muito próximo de toda a verdade. Não é que lá haja algo que não seja verdadeiro. Tudo é verdadeiro. Poderia, talvez, estar mais próximo ainda daquilo que nós sabemos que é a verdade pura e absoluta, ou seja, que o Governo Federal, por intermédio do seu principal líder, o Presidente da República, está envolvido. No entanto, o relatório é razoável – eu diria bom –, e nós o estamos aprovando, dando apoio ao Deputado Osmar Serraglio.

O Governo, contudo, tenta desmoralizar o Relator Osmar Serraglio ao dizer que não houve mensalão, que não há provas, que ele está fazendo ilações.

Ora, ilações, para um relato sério como exige essa questão desmoraliza quem o está fazendo. E é o que o PT está procurando fazer, Sr. Presidente.

Concedo um aparte ao Senador Rodolpho Tourinho, meu companheiro da Bancada da Bahia, com muita satisfação.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Quero apoiar V. Ex^a, Senador César Borges, pelo pronunciamento lúcido e muito verdadeiro. No caso do relatório, podemos até discordar, digamos assim, de coisas periféricas. Talvez alguma coisa devesse ser acrescentada;

outras, tiradas. Mas o que considero importante é que a espinha dorsal do relatório, como o próprio Deputado Osmar Serraglio assim chama, não seja modificada de forma alguma, porque ela traduz a verdade, ainda que não tenha traduzido tudo e indicado todos os envolvidos, certamente. Mas a questão é que existiu o mensalão, efetivamente. Sabemos que o problema não foi de caixa dois, e mais, que empresas estatais alimentaram esse valerioduto. Essas duas questões são absolutamente essenciais, e nós, da Oposição, não podemos abrir mão de que isso conste efetivamente no relatório. Parabéns a V. Ex^a por sua destacada atuação em todo esse processo. Lamento termos perdido por aquele voto, mas creio que as coisas teriam sido bem diferentes não fosse a atuação de V. Ex^a. Gostaria de dizer também que a sua posição é a correta. Estamos juntos aí!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado!

Nós, a Oposição desta Casa e os Parlamentares que têm compromisso com a verdade, não vamos tergiversar na votação do relatório, que se deve dar, hoje, às 16 horas. Seremos firmes! Se o Governo quiser, que assuma a responsabilidade de derrotar o relato do Deputado Osmar Serraglio. Não seremos nós. Ouvimos de tudo, Sr. Presidente: que vão tirar o Vice-Presidente, o Deputado Asdrubal Bentes, que vão modificar, tirar ali um membro ou outro. A pressão está vindo de todos os lados para que se aprove um relatório que é história da carochinha, o relatório paralelo do PT, segundo o qual o PT foi iludido, seduzido e envolvido por Marcos Valério.

Ora, Sr. Presidente, ninguém é criança, e o que está em jogo é a respeitabilidade do Congresso Nacional, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados. Nós, que estamos com a figura e a imagem desgastada perante a opinião pública, não podemos dar mais uma demonstração de falta de luta, falta de esforço, falta de perseverança para aprovar um relatório, que é correto. Vamos lutar até o final.

Tenho a certeza de que todos os membros da CPMI que compõem a Oposição nesta Casa estarão presentes. E espero que os partidos da base, como o PMDB, que certamente será fundamental nessa votação, possam, neste momento, cumprir o que a Nação espera dos seus parlamentares que compõem aquela Comissão.

Não vamos ceder a esse tipo de malversação da história e da verdade que o Partido dos Trabalhadores quer fazer, porque o Partido dos Trabalhadores tem efetivamente a culpa de ter trazido à Nação um momento tão triste para as nossas instituições republicanas. Foi o Partido dos Trabalhadores que criou o mensalão e

dele se utilizou para aprovar matérias do interesse do Presidente da República, comprando consciências de parlamentares. Isto tem de ser denunciado, aprovando-se esse relato e fazendo com que aqueles que têm culpa efetivamente e que estão indiciados possam responder na Justiça. Esperamos que o Ministério Público cumpra o seu papel, porque o nosso papel nós cumprimos na CPMI. E não vai ser agora, no final, que o PT vai enlamear um trabalho sério retratado no relatório do Deputado Osmar Serraglio realizado pelos componentes daquela Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador César Borges, ontem, durante os noticiários jornalísticos, um desses analistas políticos equilibrados disse que o Governo tem de ter cautela, porque o povo já aprovou o relatório e tem conhecimento de todos os dados que nele contém. Então, o povo já o aprovou. Se houver rejeição ao relatório, significará rejeição ao povo brasileiro, segundo um analista político. E acredito que ele está correto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Se me permite V. Ex^a, Sr. Presidente Romeu Tuma, acompanhei esta Comissão com toda a acuidade necessária – talvez mais do que uma novela das oito de grande sucesso – pela TV Senado, que está de parabéns pelo trabalho, pela cobertura; aliás toda a imprensa brasileira mostrou os trabalhos da CPMI à população. E, como V. Ex^a arremata, é a população que julga; ela está vendo e sabe a verdade. Não é o PT que vai impor a verdade ao País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, por permuta com o Senador Heráclito Fortes. Em seguida, na intercalação, o Senador Gilvam Borges, como inscrito.

V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Vou ser breve, Sr. Presidente. Obrigado pela cessão da palavra. Obrigado, Senador Heráclito Fortes, pela permuta.

Sr. Presidente, cada final de semana que vou ao meu Estado recebo uma enxurrada de perguntas sobre o Orçamento. O Orçamento hoje domina corações e mentes de todos os prefeitos, governadores e, por que não dizer, até mesmo do Governo Federal. O Governo está-se paralisando. E não creio que seja este o interesse da Oposição nem tampouco dos membros do Governo.

Horas há em que o Governo é acusado pela Oposição de estar paralisando o Orçamento; horas há em que o Governo acusa a Oposição de estar paralisando o Orçamento. Ontem, o Presidente Lula, em um de seus discursos, disse: “Votem contra, mas votem. Votem o Orçamento”. Este tem sido o pedido de todos os prefeitos. São muitas as obras em curso, são muitas as obras por iniciar; são investimentos importantes para empresas que estavam trabalhando e contratando pessoas pelo País afora. Enfim, essa é uma engrenagem econômica que, se um paralisa essa catraca tão importante, paralisa muitos setores da economia.

Devíamos ter convocado o Congresso para votação esta semana, mas vários fatos se sucederam e atrapalharam essa convocação: fechamento de CPIs, as famigeradas medidas provisórias que estão bloqueando a nossa pauta, assuntos que, na Câmara dos Deputados, têm criado problemas internos em partidos importantes, como o PMDB; enfim, foram muitos os assuntos. O nosso dever era ter votado o Orçamento até o final de novembro, mas já estamos entrando no mês de maio e, até esta data, não tivemos ainda a finalização dessa votação. Na terça ou na quarta-feira próxima, o Presidente pretende convocar o Congresso para a votação do Orçamento. Não é o Orçamento dos sonhos de ninguém – está muito complicado: faltam verbas para os governadores, para fulano e para sicrano –, mas ele precisa ser votado. E espero que consigamos fazer isso.

Mas não é só esta a decepção que estou vivendo. Também vejo um Senado e uma Câmara onde a política predominou e as obrigações deixaram de ser cumpridas, em que todo dia se sucedem discursos repetitivos e, nesse afã político, nessa guerra política, não conseguimos cumprir as nossas obrigações tradicionais – o Orçamento é uma delas.

E não é só no Congresso que isso está acontecendo; o mesmo está acontecendo na Justiça. Um exemplo triste para nós é que Estados como Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará aguardam o desfecho – sim ou não – da transposição do São Francisco. Está tudo pronto para sair, mas a Justiça paralisou o projeto, porque ainda não saiu a decisão se pode ou não continuar, porque houve vários pedidos de bloqueio pela Justiça que estão lá para serem julgados. Tudo isso faz com que o homem comum, o cidadão que está neste momento no Curimataú, no Cariri, na Paraíba, clamando por água, o Prefeito que está querendo fazer a pavimentação ou o esgotamento sanitário ou querendo concluir uma pequena ponte, com que todos digam: “O Congresso não trabalha? O que aconteceu com o Congresso?”. Nossa visão fora desta Casa está sendo cada vez mais dura; o julga-

mento está sendo cada vez pior. Estou muito preocupado com isso e gostaria muito que conseguíssemos superar essas crises e passar adiante, vencendo esses obstáculos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Ney Suassuna, o Presidente Gilberto Mestrinho, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ameaçou abandoná-la pelos conflitos que têm havido dentro da própria Comissão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Permita-me, Sr. Presidente, dizer que não é só isso. S. Ex^a tem sido um gigante, aturando bloqueios, bloqueios, e bloqueios. Na semana retrasada, o Senador Gilberto Mestrinho já queria entregar a Presidência, e pedimos que não o fizesse, pois a crise seria ainda maior. Nesta semana, estava um pouco mais sorumbático, um pouco mais triste, um pouco mais decepcionado. E, realmente, está sendo difícil. Já fui Presidente daquela Comissão e sei da dificuldade: é do tamanho do Senado, com 81 membros. É muito difícil, e S. Ex^a está coberto de razão. Realmente, é difícil. É difícil para os Líderes, e está faltando motivação da parte de todos. Concordo com V. Ex^a que temos de louvar o papel do Senador Gilberto Mestrinho, que está “comendo um dobrado”, pois está sendo muito complicada a condução de algo que não anda, que emperrou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a dispõe da palavra por dez minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Gilvam Borges chega à tribuna, peço minha inscrição como Líder do PSDB. Encaminharei já o documento necessário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a falará após o Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, por dez minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Congresso Nacional tem pautado as discussões de seus Parlamentares, tanto nesta augusta Casa como na Câmara dos Deputados, em dois temas que têm chamado a atenção do País: CPIs e Orçamento Geral da União.

Li pelos jornais que Hugo Chávez, Presidente da Venezuela, país vizinho da América do Sul, em uma ação totalitária, resolveu exonerar todos os juizes de 1º grau e contratar juizes **pro tempore**. A América do Sul já viveu turbulências de regimes autoritários. Agora, há um novo tom, em que a lei, em que o Congresso Nacional, representação maior do povo brasileiro, dá o pilar e a garantia do funcionamento das instituições.

Nas CPIs, observamos as acareações, os apartes feitos por Parlamentares de Situação e de Oposição. Então, marchamos, por acreditar em um País de dimensões continentais, de cultura heterogênea, de criatividade fabulosa. Acredito no meu País. Creio que falta muito pouco. É muito importante tirar o lixo que estava debaixo do tapete, para que possamos trabalhar e para que o Brasil encontre sua verdadeira vocação: o desenvolvimento, a dança, o carnaval, o trabalho de nossas indústrias, a produção de nossos cientistas, a pesquisa de nossas universidades. Este País tem um futuro garantido e promissor. Não é uma catástrofe, uma visão apocalíptica em que mergulhamos. É preciso levantar o ânimo!

Sr. Presidente, a história está aí: a presença de Pol Pot na Ásia; a presença de Mao Tse-tung, queimando livros; a quebra da nova ordem; a busca pela ideologia de um novo mundo. Agora, o mundo vive uma nova realidade. Experiências foram vivenciadas, o Muro de Berlim foi quebrado, a União Soviética está em processo de reavaliação, a China comunista é mais capitalista do que a própria América do Norte, do que os Estados Unidos, e o Brasil marcha em grande velocidade, apesar da aparente turbulência, apesar das dificuldades que vivemos, pela grave crise moral.

Mas, Sr. Presidente, vim aqui também para comunicar ao meu querido Município de Mazação que liberamos R\$72 mil para a estruturação de unidades de saúde. É pouco dinheiro, mas penso que o Congresso e os Parlamentares têm essa obrigação de caminhar para os Ministérios e não só de compor o Orçamento da União, colocando recursos orçamentários. Creio que essa é outra etapa complexa.

O Brasil não imagina, quando seus Parlamentares aqui chegam, a concorrência e as dificuldades que enfrentamos. São várias Bancadas aqui defendendo os interesses regionais e do País, de um modo geral. Grande parte fica aqui, dia e noite, de plantão nessas cadeiras, discursando, defendendo idéias, e parte considerável – esta é outra etapa da ação parlamentar – está batendo na porta dos Ministros, visitando técnicos, ligando para os Prefeitos e buscando a elaboração dos projetos. Assim, na cidadezinha lá na ponta, poderá ocorrer o progresso, com a chegada do posto

médico, do hospital, da escola, da pavimentação, do saneamento básico.

Eu me entusiasmo sempre, apesar de ver um estado de apreensão, um estado letárgico, em grande parte dos colegas, que têm pautado a grande discussão nessas CPIs, para dizer que este País precisa levantar-se, que esta crise moral precisa ser debelada. No entanto, ainda acredito que, com pequenos passos, com gestos de trabalho, possamos contribuir definitivamente para este País.

Orgulho para nós foi quando nosso astronauta estava naquela tripulação mostrando a Bandeira brasileira. Aquilo nos emociona! Há quantos anos não esperávamos por isso?!

Portanto, conclamo os colegas, para que possamos objetivar, com urgência, a aprovação do Orçamento, uma colcha de retalhos de interesses completamente divergentes. Os Líderes precisam mobilizar-se e dar suporte para o Presidente viabilizar e aprovar, com urgência, o Orçamento. As Forças Armadas, os Ministérios, todas as Pastas, as Prefeituras e os Governos estaduais dependem da aprovação do Orçamento. Acredito que será possível aprová-lo na próxima semana.

Entendo que o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, muito competente, e o Presidente da Câmara dos Deputados têm a condição de se juntar com o Presidente da Comissão de Orçamento, se reunir com os Líderes, aparar, ou pelo menos amaciar, as divergências e partirmos para a aprovação do Orçamento.

Vejo, Sr. Presidente, que o nosso País está marchando muito bem, apesar dos pesares. Acredito que todos nós, trabalhando para o desenvolvimento da Pátria, temos condições de fazer um País cada vez melhor. Temos problemas gravíssimos nas áreas sociais, problemas de segurança – estamos beirando 200 mil presidiários –, problemas seriíssimos na área educacional. Lembro que o Japão, depois da Segunda Guerra Mundial, fez um plano estratégico e investiu maciçamente na educação; e ele, detentor de uma cultura milenar, conseguiu se levantar de uma forma tal que hoje é uma das maiores potências do mundo.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Eu gostaria de um aparte, Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Concedo um aparte a V. Ex^a, com o maior prazer.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento. V. Ex^a está certo. Temos que nos reunir e termos a responsabilidade, como Congresso, de aprovarmos este Orçamento. Já estamos no mês de abril e tudo depende do Orçamento. Entendo que nós, do Congresso Na-

cional, Senadores e Deputados Federais, temos que dar velocidade a este País, temos que ajudar a implementar as ações necessárias e importantes. E, sem Orçamento, tudo fica mais difícil. Acho que poderíamos nos debruçar na questão do Orçamento, aprová-lo o quanto antes, demonstrar a nossa parceria com o Brasil ajudando este País a se desenvolver em todos os sentidos. Portanto, o pronunciamento de V. Ex^a é oportuno e acho que todos temos que nos preocupar com a velocidade com que anda este País e com a velocidade em que ele deveria estar andando para responder às grandes demandas do povo brasileiro. Meus cumprimentos!

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte, Senador Maguito Vilela.

Já para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que nós, do Amapá, estamos convictos do desenvolvimento. A ponte sobre o rio Jari já começa, já se inicia; o nosso aeroporto está em plena construção; recentemente, estivemos inaugurando um trecho de quase 200 quilômetros da BR-156; a nossa ponte sobre o rio Oiapoque, em relação à parte da burocracia pelo Brasil, já foi aprovada por esta Casa e brevemente será iniciada. A idéia do Portal da Amazônia, para encurtar a distância até Belém e diminuir o custo operacional do transporte das mercadorias que chegam ao Brasil via Amapá, também já está lançada. Portanto, o Amapá se mobiliza e acredita.

Quero, pois, levar uma mensagem a todos os Colegas do Congresso Nacional: é preciso revitalizar. É verdade que estamos dormindo cansados, mas, quando amanhece o dia, a energia vem e retomamos a disposição. Apelo ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, e ao Presidente da Câmara dos Deputados, junto com o próprio Presidente da República; Lideranças do Governo e da Oposição: o Orçamento precisa ser aprovado.

Um grande abraço a todos os brasileiros. Estamos trabalhando firme. Não se impressionem com os discursos que ocupam a maior parte do tempo nesta Casa, sobre CPIs, sobre corrupção, sobre escândalos. Faz parte! Mas o País está com suas fábricas funcionando; as universidades, com as próprias dificuldades, também funcionando; o Poder Judiciário funcionando; as instituições estão sólidas. Agora, é preciso avançar! Que as lições das CPIs instaladas neste período sirvam de exemplo para a Nação! E que a lei funcione, prevaleça. Somente ela dá o equilíbrio e a segurança da democracia. E é neste País revitalizado, disposto, alvissareiro que acreditamos. Vamos para frente! Vamos enfrentar agora a Copa! Vamos ser campeões! Acredito muito que iremos realmente ter, nesta próxima década, um País que irá surpreender o mundo por sua

capacidade produtiva. Vamos investir maciçamente na educação; somente ela poderá fazer a grande revolução que todos esperamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, meus queridos Colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Muito obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Ramez Tebet, por dez minutos. Em seguida, como Líder, o Senador Alvaro Dias.

Senador Heráclito Fortes, no momento em que V. Ex^a achar conveniente, por favor, peça a palavra.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de abordar o assunto que me incentivou a comparecer a esta tribuna, quero juntar a minha voz de consternação a todas as vozes desta Casa, da Câmara dos Deputados, da classe dirigente do País pelo falecimento da progenitora do Senador Arthur Virgílio.

Sr. Presidente, o Senador Arthur Virgílio e eu nos tornamos amigos porque, no passado, trabalhávamos juntos – ele era Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso na Câmara dos Deputados e eu era o Presidente do Congresso Nacional. Mantivemos uma relação de tamanha proximidade em que eu pude constatar o que todo o Brasil sabe: Arthur Virgílio é um homem público de acendrado amor cívico. É um homem devotado, é um homem franco, é um homem leal, é um homem aberto, um homem que fala imediatamente aquilo que está pensando. Muitos desta Casa irão ao Rio de Janeiro hoje. Infelizmente, não poderei comparecer para lá abraçar o meu amigo, mas, aqui, desta tribuna, empresto-lhe a minha comovida solidariedade.

Sr. Presidente, estamos vivendo os últimos capítulos, vamos assim dizer, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar os atos de corrupção nos Correios, e tamanhos foram os atos subsequentes relacionados uns aos outros que estamos há longos meses a trabalhar – Deputados, Senadores, componentes ou não das Comissões Parlamentares de Inquérito e, especificamente, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. Agora, quase ao término dos nossos trabalhos, cumpre fazer um apelo, Sr. Presidente, pois é impossível ficar contido: parece inacreditável que paire no ar a ameaça de não termos um relatório, que os partidos políticos não se entendam para fazer aquilo que é fundamental nas Comissões Parlamentares de Inquérito: ouvir testemunhas, ouvir investigados, quebrar sigilos bancários, telefônicos, fiscais, exercitar todos os atos de investigação. Ao final, elabora-se um relatório, que muitos pensam ser de condenação, mas é um relato

dos acontecimentos verificados durante os trabalhos, que deve ser remetido ao Ministério Público. É esta a missão das Comissões Parlamentares de Inquérito: elas não julgam; elas apuram.

E, nesse poder de apuração, é verdade, o seu poder é mais amplo que o do Ministério Público, para quem as comissões terão de enviar as suas conclusões, o seu relatório. É essa, portanto, a finalidade da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Neste momento, mais do que em qualquer outro da história republicana, acredito eu, a sociedade brasileira está estarelecida, indignada e, em determinados instantes, parece paralisada, inebriada, diante de tantos acontecimentos inacreditáveis, com sucessão de fatos que arrepiam o mais frio dos brasileiros.

Sr. Presidente, não vamos admitir essa situação. Quem pode imaginar que um homem público se negue a abrir suas contas para a população? Muitos se negam a fazê-lo. Muitos vão ao Poder Judiciário – uns ganham a causa, outros não – por se negarem a mostrar sua conta bancária, um dever indeclinável do homem público, a ser transparente e a ter uma vida conhecida de todos. Infelizmente, esse fato ocorre.

Numa democracia, o direito de mentir foi sustentado e eu diria até que foi praticamente garantido pelo Poder Judiciário. Muitos vieram aqui e zombaram das Comissões Parlamentares de Inquérito. Riram sarcasticamente diante das indagações dos Srs. Senadores e Deputados. Zombaram da boa-fé da sociedade brasileira, sim, Sr. Presidente. Por que não confessar a verdade? Zombaram da boa-fé da sociedade brasileira. Pareciam viver em outro mundo, quando estavam diante dos holofotes de uma sociedade que outra atitude não quer senão a verdade.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que não há razão. Os partidos políticos, Senador Tião Viana, devem ter um momento de grandeza e deixar de lado essas questões partidárias, porque sem o pensamento da sociedade não existe partido político forte.

O Congresso Nacional precisa sair desse embate fortalecido, engrandecido. É preciso que se diga que o Congresso Nacional, tão aviltado diante de todos e recebedor de severas críticas da sociedade, cumpriu o seu dever. Há em seus quadros homens que trabalharam dia e noite em favor da ética, da moralidade pública, da transparência. Não se pode, ao apagar das luzes, deixar um ponto de interrogação na sociedade. Não se pode brigar por questões de detalhes do relatório final, quando tudo é aberto e sabemos qual é a conclusão de todas as CPIs: remeter não só o relatório que condensa os acontecimentos, mas todas as peças colhidas ao Ministério Público.

E aí eu lembrei que não adianta brigar. Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a tem sido um combatente altivo nas comissões parlamentares de inquérito e neste plenário. Presidi comissão parlamentar de inquérito. A primeira delas, para apurar irregularidades do Poder Judiciário. Havia até a ameaça de uma briga institucional, o que acabou não ocorrendo. E a Comissão apontou responsáveis e indicou soluções para uma reforma do Poder Judiciário, das quais algumas foram acatadas posteriormente na reforma que fizemos na nossa Casa e que ainda está em andamento.

Com base nessa modesta experiência e em outras, como o cargo de Presidente do Conselho de Ética do Senado, questioneei o que adianta tudo isto: o Congresso Nacional trabalha, trabalha, quebra sigilos bancários, telefônicos, promove acareações, remete os dados ao Ministério Público, e o que acontece?

Senador Paulo Paim, tive a oportunidade de apresentar um projeto de lei que ajudará a resolver esse problema. Se os partidos políticos atentarem para o fato de que um projeto de lei de minha autoria foi aprovado no Senado da República, na Câmara dos Deputados e sancionado pelo Presidente da República, com um substitutivo do Senador Pedro Simon que diz que as conclusões das Comissões Parlamentares de Inquérito serão remetidas imediatamente ao Ministério Público – e até aqui não há novidade alguma, pois se repetiu o que estava na legislação – mas lá terão um andamento preferencial... Nenhum processo poderá tomar a frente dos relatórios, das conclusões de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, salvo, evidentemente, aqueles processos que dizem respeito às garantias individuais. E foi aí que entrou a grande contribuição do Senador Pedro Simon ao meu projeto: “Ressalvados os **habeas corpus**, os mandados de segurança e os **habeas data**”.

Dessa forma, não haverá mais esta interrogação: será aprovado o relatório de um Relator que foi fiscalizado pela sociedade, trabalhou arduamente, com humildade, característica da sua personalidade, como o Senador Osmar Serraglio? A Comissão foi presidida por um conterrâneo,...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – ...o Senador Delcídio Amaral, que trabalhou muito. E a pior coisa que pode acontecer é não ser apresentado o relatório, ou ele não ser aprovado, ou ser aprovado depois de muito enxugamento. O que a sociedade vai dizer?

O nosso projeto de lei facilitará o entendimento entre os membros da Comissão para a apresentação do relatório.

Não vou encerrar, Senador Paulo Paim, sem antes conceder-lhe um aparte que muito me honra.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Ramez Tebet, farei um rápido aparte. Primeiramente, cumprimento V. Ex^a pelo projeto que considero relevante, importante e que tenho certeza será aprovado por unanimidade por esta Casa. Aproveito a oportunidade de dizer que recebi, com muita alegria, em meu gabinete, o convite para a homenagem em que V. Ex^a recebeu o título de Cidadão Brasileiro. Poucos são os brasileiros não nascidos aqui em Brasília que recebem esse título pelo relevante trabalho prestado ao País. Como não tive a oportunidade de estar lá, faço, aqui, da tribuna do Senado, a homenagem que V. Ex^a merece, pelo seu passado, pelo seu presente, pela história, pelo futuro e pelo homem público que V. Ex^a é. Parabéns, Senador Ramez Tebet, cidadão brasileiro!

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, recolho, com muita emoção, o seu aparte. O dia de anteontem foi um dia rico de emoção para mim e para minha família.

Costumo dizer que sorte existe, porque uns não fazem nada e recebem; outros fazem muito e não recebem nada; e outros fazem pouco e recebem muito. Eu prefiro ficar no meio. E devo isso à generosidade da Câmara Distrital e, em especial, à Deputada Eliana Pedrosa.

Agradeço a V. Ex^a o aparte. Essa homenagem me envia, mas também me enche de responsabilidade e faz com que eu continue no mesmo lugar, pode V. Ex^a ter a certeza. É um título altamente honroso, eu não tenho a menor dúvida, por querer honrar e por ser um cidadão de Brasília, um cidadão do Brasil. Todos nós somos um cidadão do Brasil. A Pátria começa no torrão natal e se prolonga e se esvai. A Pátria, para mim, é o meu torrão natal e depois vai por esse Brasil afora.

E olhando e contemplando esse Brasil todo, a nossa sociedade, a sua população e a sua gente, retomo o meu discurso. Se os Líderes pensarem que existe um projeto de lei desses, mandem logo tudo. Não conversem, mandem logo a papelada para o Ministério Público, porque este, Senador Heráclito Fortes – a quem já concederei um aparte –, terá a obrigação de dar preferência e apontar os indiciados, apresentando denúncias contra aqueles que entender existam indícios de terem atentado contra a ética, contra a moral, contra a dignidade e, por que não dizer, contra o sofrido povo brasileiro, porque dinheiro de corrupção é dinheiro surrupiado das necessidades maiores da nossa gente, do nosso povo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Ramez Tebet, parabênizo a Câmara Distrital de Brasília

por ter-lhe concedido essa honraria. E parablenizo-a exatamente porque, ao conceder a V. Ex^a esse título que tantos méritos possui para tal, mostra que não quer vulgarizar homenagens dessa natureza. Vemos pelo País afora alguns casos em que títulos são dados a pessoas que pouco ou nada fizeram. Neste caso, a Câmara faz justiça, e V. Ex^a pode colocar no rol dos seus troféus e das suas comendas que é cidadão de Brasília, portanto, um cidadão do Brasil. Congratulo-me com V. Ex^a e com a sua família por essa merecida homenagem.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Agradeço de coração a V. Ex^a, que sabe o apreço...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – ...e a amizade que nos une, pelos cumprimentos de V. Ex^a.

Vou encerrar, Sr. Presidente, na firme convicção de que o resultado dessas Comissões Parlamentares de Inquérito, auxiliadas por essa lei, e com a vontade que o Ministério Público naturalmente está demonstrando de zelar pelos interesses da sociedade brasileira, tenho certeza...

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – ...de que, em breve, essa sociedade vai verificar, Senador Antonio Carlos Valadares, que o Congresso Nacional não trabalhou em vão.

Tem V. Ex^a o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Ramez Tebet, peço licença a V. Ex^a para informar que prorrogarei tantas vezes quantas V. Ex^a necessitar, mas eu pediria que os apartes fossem breves para darmos a vez aos outros. V. Ex^a continua com a palavra.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Ramez Tebet, em primeiro lugar, congratulo-me com a Câmara Distrital de Brasília, o Poder Legislativo de Brasília, pelo fato de conceder, com muita justiça, o título de cidadania a V. Ex^a pelos relevantes serviços prestados a Brasília e, notadamente, ao Brasil nos cargos que ocupou com muita lisura, muita competência e muito brilhantismo por V. Ex^a ao longo de sua carreira política. E posso dar o meu testemunho, para mim muito honroso, por ter participado – como participei – ativamente do processo legislativo na legislatura passada. V. Ex^a, como Presidente do Congresso Nacional, eleito pelos Senadores como Presidente desta Casa, demonstrou, no exercício de função tão relevante para a vida de um parlamentar, acendrado amor ao Brasil, engajamento com a ética, com a honestidade, com a honradez. Não se ouviu falar um milímetro que pudesse atingir a administração de V. Ex^a, na coordenação dos

trabalhos desta Casa, seja na parte administrativa, seja na parte legislativa e política, V. Ex^a agiu como verdadeiro magistrado. Também pude acompanhar de perto a sua atuação como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, depois como Ministro de Estado. V. Ex^a é um espelho, é um padrão que deve ser seguido pelos jovens do Brasil. Por isso, não só pela forma como agiu como Presidente e nas demais funções, mas também como legislador, sempre atuante nas Comissões – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e demais Comissões –, congratulo-me e felicito V. Ex^a por essa homenagem que, acima de tudo, é uma homenagem ao Senado Federal e ao Brasil que a Câmara Distrital fez com muita justiça.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Senador Antonio Carlos Valadares, sou profundamente agradecido a V. Ex^a pela sua manifestação. V. Ex^a sabe o quanto estamos unidos por laços fraternos, de verdade, e pela compreensão que temos dos problemas desta Casa e do Brasil.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, eu não me demorarei nada no aparte que farei, porque os que me antecederam já foram claríssimos. A autoridade dos argumentos usados por V. Ex^a no que diz respeito à CPI, a responsabilidade partidária, a responsabilidade política com o País, afeta a todos os que estão ouvindo-o neste momento. Isso porque é com absoluta autoridade e boa intenção que aborda um tema dessa natureza. Trata-se de chamar à responsabilidade o representante público, o agente político. Por isso, associo-me inteiramente às suas palavras. A única ponderação que gostaria de fazer para ouvi-lo por alguns segundos é sobre a ação que deve estar indissociável, sempre, de tudo que disse, do nosso apreço e obediência à Constituição Federal e ao Regimento da Casa. Assim, seremos completos no que diz respeito à responsabilidade, à ação política e à defesa de um novo País. Muito obrigado e minha admiração absoluta a V. Ex^a pela autoridade dos seus argumentos.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Eu é que agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Marcelo Crivella (PRB – RJ) – Senador Ramez Tebet, se V. Ex^a me permitir, eu não poderia, estando presente neste plenário, deixar de homenagear V. Ex^a, que é um vitorioso, um homem que luta na vida pessoal com problemas de saúde. Esses problemas de saúde são oriundos da sua preocupação diária e constante com os problemas nacionais. Cada vez que podemos vê-lo na tribuna, nos enche o coração de alegria. É a certeza de que Deus cuida da saúde dos homens bons. Parabéns pelo título que V. Ex^a recebeu de Brasília e que representa o amor,

o carinho e a admiração que todos temos por V. Ex^a. Deus o abençoe, Senador!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Crivella, agradeço a V. Ex^a de coração, volto a dizer.

Ouçõ o aparte do Senador Antonio Carlos Magalhães

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Esse esforço que V. Ex^a faz pelo Senado e a sua atuação são dignos realmente do aplauso do País, traduzido pela Câmara Distrital. Seus colegas ficam muito felizes por vê-lo em forma, lutando contra tudo e contra todos. Assim vivem os homens que querem vencer. V. Ex^a está vencendo com o seu esforço, com a vontade de viver; e viver para seus conterrâneos do Mato Grosso e também para os brasileiros. Quero juntar-me aos colegas no aplauso a V. Ex^a por sua luta vencedora.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Senador Romeu Tuma, encerro meu pronunciamento dizendo o seguinte: Senador Antonio Carlos Magalhães, um dos momentos gratificantes para mim foi ouvi-lo ontem, da minha casa, quando ocorria a acareação na CPI dos Bingos. V. Ex^a disse a um dos acareados: “Eu abro o meu sigilo. V. Ex^a abre o seu?” Com isso, V. Ex^a dizia ao País que quem ocupa função pública realmente tem de ter uma vida transparente e aberta. V. Ex^a, ali, em poucas palavras, retratou aquilo que a sociedade brasileira está esperando de nós. No mais, Sr. Presidente, é aguardar, com ansiedade mesmo, que as Comissões Parlamentares de Inquérito, ao encerrarem os seus trabalhos, façam-no realmente dentro do Regimento, dentro da Constituição, porque – volto a repetir, para lembrar a lei de minha autoria, em parceria com o Senador Pedro Simon – o Ministério Público tem de dar preferência às conclusões das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Ramez Tebet, com certeza, até do fundo da alma, eu jamais poderia deixar de prorrogar o tempo de V. Ex^a, até porque as homenagens que os colegas lhe prestam são justas, corretas, honestas e, com certeza, vêm do fundo da alma de cada um de nós.

Quero me incorporar a essa homenagem que, com tanta justiça, V. Ex^a recebeu do povo de Brasília e, acredito, como disse Paulo Paim, de todo o Brasil. Que Deus abençoe a sua luta!

Concedo a palavra ao Senador João Alberto Souza, por dez minutos. Em seguida, ao Senador Alvaro Dias – espero que não haja mais trocas.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Baixada Ma-

ranhense é uma região de características inigualáveis. É rica de história e riquíssima no que diz respeito aos mananciais de água doce. Do ponto de vista histórico, a baixada foi palco das primeiras tentativas de colonização dos portugueses do norte do Brasil. Ali, foram implantadas fazendas pelos padres jesuítas, onde, além da criação de gado, produzia-se farinha de mandioca; sedentarizavam-se os índios, que perambulavam nessa área, e fundavam-se povoações, onde os índios eram iniciados em trabalhos artísticos e recebiam os rudimentos da indústria de transformação dos produtos das matas, da terra, dos rios e dos lagos.

Infelizmente, a expulsão dos jesuítas interrompeu o processo de desenvolvimento iniciado pelos missionários, e as populações ficaram entregues a si mesmas e a todo tipo de exploração, sem perspectiva de crescimento e de aperfeiçoamento, particularmente no que se refere à aprendizagem para ultrapassar a fase de caça e de coleta da economia.

Ainda hoje, percorrendo o interior, é comum ver as mulheres “quebradeiras” – mulheres pobres que se dedicam à quebra do coco de babaçu, uma atividade extremamente desconfortável, perigosa e de baixíssima remuneração. Mas é a atividade disponível. Dela, a mulheres tiram a sua subsistência e a da própria família.

O Município de Viana, cuja sede surgiu em 1709, por ação de jesuítas e de índios Guajajaras, com a denominação de aldeia Maracu, tem em seu território cinco lagos: Viana, Itans, Aquiri, Maracassumé e Cajari. O território é também banhado por três rios: Mearim, Pindaré e Maracu, este tem origem dentro do Município, no lago Aquiri.

Os lagos sempre foram muito fartos de peixes, principal fonte de alimento da população local. Hoje, no entanto, todos esses mananciais encontraram-se ameaçados por sérios problemas de assoreamento. Recentemente estive em Viana e vi a preocupação do Prefeito Rivas, do ex-prefeito e ex-deputado Djalma Campos, do ex-prefeito e Deputado Walber Duailibe.

Há necessidade urgente de ação governamental para se evitar o crescimento do problema, com sérias conseqüências para a população ribeirinha de lagos e rios, que depende dos recursos lacustres e fluviais para sua sobrevivência e sobrevivência do próprio rebanho pecuário, razoavelmente abundante na região.

As intervenções consistiriam basicamente da construção de barragens para disciplinar a vazão das enchentes dos rios e outras ações voltadas para a defesa do solo e a preservação do meio ambiente.

O lago de Viana é muito bonito; e Viana, uma cidade centenária, está destinada a ser um bom programa turístico.

Faço este pronunciamento em tom de alerta para os graves problemas que advirão para a Baixada Maranhense caso as autoridades governamentais não realizem adequadas intervenções preventivas contra o agravamento do problema da Baixada Maranhense.

O Governo do Estado está consciente do problema, mas pedimos a intervenção do Governo Federal, porque, se formos esperar pelo Governo Estadual do Maranhão, nada se fará para beneficiar a Baixada Maranhense.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador João Alberto?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Senador Lobão, concedo-lhe um aparte, com muito prazer.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Desde logo, cumprimento V. Ex^a pela iniciativa que adota de trazer ao Plenário do Senado, a mais alta Casa do Congresso Nacional, um assunto que, para alguns Senadores, até pode parecer menor, mas não é. Trata-se de uma região de fundamental importância para o Estado do Maranhão. A Baixada Maranhense constitui-se num território de grandes dimensões e de grande tradição política no Estado. V. Ex^a se refere mais especificamente a Viana, um dos mais importantes Municípios da região. O lago de Viana constitui-se numa das maiores belezas de todo o Estado do Maranhão. Na medida em que os governos se sensibilizassem, formariam ali um núcleo turístico de grande envergadura, porque belezas exuberantes existem para isso. Os ex-prefeitos – V. Ex^a citou dois, mas há muitos – lutaram pela transformação desse lago, realmente, nesse ponto turístico que todos desejamos. Quero-me juntar a V. Ex^a nessa luta que propõe, junto ao Governo Federal, no sentido de ajudar a Baixada Maranhense. Essa é uma obra que, de fato, transcende a ação e a responsabilidade do Governo do Estado, que deve cuidar dela, sim, mas com a ajuda do Governo Federal. V. Ex^a tem minha solidariedade no sentido de ajudar toda a Baixada e, basicamente, o Município mencionado.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, agradecendo o aparte do ilustre Senador Edison Lobão, que conhece muito bem o problema da Baixada Maranhense, quero que determine a sua incorporação em meu pronunciamento. Espero, um dia, ver o Governo Federal fazer uma intervenção na Baixada Maranhense, para minorar as dificuldades daquele povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, como Líder, por cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito bem, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar 30 segundos para pedir a V. Ex^a a transcrição de um ofício circular do Diretor-Geral da ANP, nosso ex-companheiro, Deputado Haroldo Lima, em relação à diretoria daquele órgão.

A Diretoria da ANP deve ser composta por cinco diretores e apenas pode tomar decisões com três deles. Havia somente três diretores, porque o Governo ainda não encaminhou ao Senado o nome dos outros dois. Agora, descobriram algo que já vínhamos dizendo: um dos diretores está sem mandato. Portanto, o número de diretores baixou para dois, o que significa que a Agência não pode decidir coisa alguma; a Agência Nacional de Petróleo, com o petróleo a US\$60, não pode decidir coisa alguma.

O que o Presidente da Agência fez? Expediu uma circular para todos os funcionários, dizendo que eles deveriam continuar fazendo seu trabalho, menos aqueles que dependessem da aprovação da Diretoria Colegiada – o que, praticamente, na ANP, são todas as decisões.

Então, é aquilo que venho dizendo há muito tempo: o Governo não indica os membros das Agências. A Aneel está com três diretores apenas, como também a Anatel. Agora, a ANP também está com dois diretores. Isso significa que, na prática, a ANP fechou. A ANP está fechada.

Sr. Presidente, quero pedir a transcrição deste documento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Comunicação
Lula/Lula

XPara:
Xcc:
cco:

01/04/2006 15:11

Assunto: ENVIADA PÓDI: Haroldo B. R. Lima

Caros Senhores da ANP,

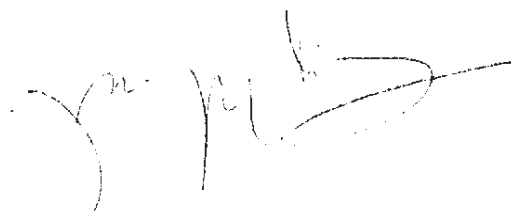
O Diário Oficial da União do dia 31/3/2006 publicou a Mensagem número 198, assinada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, encaminhando ao Senado Federal o nome do Dr. Victor Martins para ser reconduzindo à Diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Isto significa, inclusive de acordo com o parecer da Progestessa Agência, que "o mandato atual que cumpria o Dr. Victor Martins está terminado".

Enquanto o encaminhamento da recondução do Dr. Victor está em processamento, a Diretoria da Agência conta efetivamente com dois membros, o que não lhe permite a tomada de decisões que dependam do Colegiado.

Sendo assim, tendo escutado apreciações da Proge, recomendo a todos os superintendentes, todos os chefes de escritórios e todos os funcionários dessa Casa que mantenham o funcionamento regular da Agência, praticando todos os atos necessários que lhes couber, salvo apenas aqueles que dependam de aprovação da Diretoria Colegiada. Ainda assim, Propostas de Ação podem ser encaminhadas à Diretoria Geral, desde que refiram-se a necessidades inadiáveis e previnam prejuízos insanáveis, caso em que devem ser suficientemente bem justificadas, e em que o Diretor Geral poderá despacha-la "ad referendum" de próxima reunião da Direção Colegiada.

Por último, transmito informações que tenho de que será rápida a tramitação em Brasília da recondução aludida do Dr. Victor Martins, restabelecendo-se então a plenitude da normalidade da ANP.

Com saudações de
Haroldo Lima
Diretor-Geral



O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador José Jorge, V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Hoje, lemos aqui já a comunicação da indicação de um membro da ANP.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas, assim mesmo, isso não resolve.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Não preenche aquilo que V. Ex^a está reclamando. Está havendo dificuldade de quadros.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, para uma comunicação inadiável. Por cinco minutos, S. Ex^a poderá usar da tribuna.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal **O Popular**, diário de maior circulação do meu Estado, Goiás, completa esta semana 68 anos de fundação. O que é hoje um dos mais importantes jornais regionais do País nasceu do sonho de três irmãos: Jaime Câmara, Joaquim Câmara e Vicente Rebouças Câmara. Em 3 de abril de 1938, apostando no progresso da nova Capital em construção, Goiânia, os irmãos lançaram o jornal **O Popular**.

Inicialmente, **O Popular** era um jornal bissemanário, com tiragem de três mil exemplares. Hoje, a tiragem diária é mais de vinte vezes maior. **O Popular** é lido e respeitado em Goiás, em Tocantins, no Distrito Federal e em vários outros Estados e faz parte de um grande conglomerado de comunicação, a Organização Jaime Câmara, presidida pelo competente jornalista Jaime Câmara Júnior.

Da Organização Jaime Câmara, além do jornal **O Popular**, faz parte mais de uma dezena de emissoras de televisão, retransmissoras da Rede Globo em Goiás e em Tocantins. Dela fazem parte também o **Jornal do Tocantins**, o maior e mais importante jornal naquele Estado, e diversas emissoras de rádio.

Antes de essa Organização se transformar nessa grande potência de comunicação, os irmãos Câmara cumpriram uma longa e heróica jornada. Oriundos do Rio Grande do Norte, chegaram a Goiás nos anos 20. Foram verdadeiros empreendedores que acreditaram na interiorização do desenvolvimento; foram e são vencedores.

O crescimento vertiginoso de **O Popular** e, depois, de toda a empresa que geraria outros veículos de comunicação se confunde com o crescimento de Goiânia e de Goiás. Os grandes avanços do Estado ao longo das últimas décadas foram acompanhados e retratados com clareza e precisão pelo Jornal.

Mas a participação de **O Popular** e da família Câmara no desenvolvimento de Goiás vai além: é marcada tanto pelo empreendedorismo empresarial, como pela participação política. O crescimento notável que o Estado alcançou nas últimas décadas, certamente, teve uma participação destacada dessa família que honra e dignifica os goianos.

A preocupação da Organização Jaime Câmara com os problemas e com o progresso de Goiás é notada a cada dia. Ao longo de todo o ano passado, por exemplo, o jornal **O Popular** desenvolveu o projeto Agenda Goiás, que discutiu os problemas e que apresentou soluções para demandas em cada região do Estado.

O projeto do Jornal acabou configurando um perfeito e completo raio X da situação econômica e social do Estado, que, certamente, irá contribuir para a elaboração e para a implementação de projetos de desenvolvimento.

A mesma brilhante idéia, agora, foi transposta para a Capital. O Agenda Goiânia está traçando uma radiografia completa dos problemas da Capital. É um trabalho de fôlego, que irá embasar projetos para o desenvolvimento sustentado da Cidade de Goiânia.

Nesta semana importantíssima, quero cumprimentar toda a Organização Jaime Câmara, especialmente seus comandantes Jaime Câmara Júnior, Tadeu Câmara e Tasso Câmara. Cumprimento também todos os diretores, jornalistas e demais funcionários daquela importantíssima empresa de comunicação.

O Estado de Goiás e o Centro-Oeste se orgulham do trabalho competente realizado pelo jornal **O Popular**. E todos nós, goianos, renovamos nossos votos de que o Jornal continue contribuindo com a democracia e com o progresso de Goiás e do Brasil, fazendo um jornalismo sério, independente, honesto e comprometido com a sociedade goiana.

Parabéns ao jornal **O Popular**!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado, Senador Maguito Vilela.

Pela Liderança da Minoria, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por cinco minutos, de acordo com o art. 14, inciso II, aliena **a**, do Regimento Interno. Em seguida, farão seus pronunciamentos o Senador Tião Viana e o Senador Cristovam Buarque, pela Liderança do PDT.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela

Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espero que este meu pronunciamento agrade em cheio ao Senador Tião Viana, que marca sua atuação política pela coerência e que vem reclamando muito de que a CPI dos Bingos foge ao seu objeto. Mas trago um assunto para o qual peço a S. Ex^a, de imediato, apoio: uma investigação que está exatamente dentro do âmbito da CPI dos Bingos.

Ministério Público Federal entra com ação para proibir Tenta Ganha.

O Procurador da República Tranvanvan Feitosa ingressou com Ação Civil Pública contra o Estado do Piauí, a Loteria do Estado do Piauí – LOTEPI – e a empresa Tenta Ganha Ltda., para cessar imediatamente com o bingo Tenta Ganha. Segundo o Procurador, a concessão dada à empresa Tenta Ganha Ltda. para a exploração dos serviços de “loteria de bilhete tradicional” é ilegal. O Decreto Estadual nº 11.435/2004, que autoriza a exploração do jogo no Estado, afronta a Constituição Federal, pois os estados federados não possuem competência para legislar sobre “sorteios”, sendo esta uma atribuição privativa da União.

Aqui está todo o arrazoado que levou o Sr. Tranvanvan Feitosa a tomar essa atitude.

E há mais:

O Ministério Público objetiva o reconhecimento judicial da inconstitucionalidade e ilegalidade do Decreto Estadual nº 11.435/2004 e de toda a legislação que rege a Loteria do Estado do Piauí – Lotepi – e, conseqüentemente, a invalidade e a decretação da nulidade dos credenciamen-

tos, permissões, concessões, autorizações, contratações e demais atos efetivados em matéria de sorteios, na modalidade de bingos e lotéricas, com base naquele decreto ou em qualquer outra legislação no âmbito estadual.

Sr. Presidente, tive o cuidado de recorrer aos arquivos e vi, por meio de um *site* do dia 9/8/2005, uma matéria que traz declarações do diretor da Loteria, com a seguinte afirmação: “O contrato de concessão seguiu um rigoroso processo legal, sendo aprovado inicialmente pela Procuradoria-Geral do Estado, lançado em edital, licitado através da Central de Licitações do Estado, que adotou um sistema de concorrência pública para o caso”.

É exatamente isso que o Sr. Tranvanvan quer saber, até porque a empresa Tenta Ganha é privada e o negócio foi terceirizado.

Aliás, não quero fazer nenhuma ilação, mas o período em que esse assunto foi tratado é muito próximo ao do sucesso que o Waldomiro fazia no Brasil com o instituto do jogo: aquela recreação, com Parlamentares amigos nossos, tentando inclusive apresentar projeto para a discussão do jogo no Brasil. Penso que a CPI tem de esclarecer isso.

O Ministério Público do Piauí, ao tomar essa atitude, avaliou exatamente as conseqüências desse ato, necessário até para preservar o Governador, que é um homem da legalidade. O Governador Wellington Dias é um homem que está sempre ao lado da lei.

Para tanto, estou apresentando um requerimento, e quero contar com o seu apoio, para convocar à CPI dos Bingos o Procurador, para dar as explicações do seu ato, bem como o presidente da Loteria. Estou tentando conseguir saber quem são os sócios ou quem faz parte da sociedade desse Tenta Ganha, para que possamos também convidá-los e, evidentemente, poupar o Governador, pois não fica bem trazê-lo para um caso desses, pelo menos nessa primeira fase.

Ouçó o aparte do Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Meu caro Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a cumpre de maneira notável essa função de agente fiscalizador da vida pública brasileira, que é função do nosso mandato.

É um Senador da maior qualidade e traz um tema do interesse público, sem dúvida alguma, que diz respeito à loteria estadual no Estado do Piauí. Portanto, estaria, sim, vinculado ao objeto formal da CPI dos Bingos e ao fato determinado. Então, ninguém em sã consciência e em coerência poderia deixar de concordar com a manifestação de V. Ex^a. É fato que existem problemas sérios em loterias no Rio de Janeiro – e alguns já vieram depor –, em São Paulo, em Goiás, em Minas Gerais, no Paraná e em outros Estados, mas não tenho nenhuma dificuldade em assinar com V. Ex^a, porque considero uma atitude completamente adequada à função fiscalizadora do mandato. Então, da minha parte, absoluta concordância com o que V. Ex^a está propondo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a. Para mim, foi surpresa tomar conhecimento pela imprensa do meu Estado de que o Procurador da República estava tomando essa atitude. Temos de apurar, porque, na realidade, é preciso que se saiba para que serve essa loteria ou essa modalidade de jogo em se tratando de benefício social: quem atende, como atende e quais os percentuais. Só quero clareza, e tenho certeza de que o Governador concordará com isso e será a primeira pessoa a abrir as contas da Loteria – pelo menos é essa a minha expectativa. O Sr. Tranvanvan é tido como um Procurador duro, e tenho certeza de que não tomaria essa atitude, porque aqui, Senador Tião Viana, inclusive impõe multas para o não-cumprimento da sua decisão; é uma liminar, mas impõe penalidades duríssimas.

Cabe-nos a preocupação com os empregados, que poderão ser penalizados sem ter nada a ver com o processo. Então, temos que ver isso. O Governador é sempre exagerado na questão de números. No lançamento, anunciou que empregaria quatro mil pessoas, de acordo com o jornal que tenho aqui. Depois, há outro pronunciamento em que fala em duas mil pessoas. Assim, importa analisar realmente quantas pessoas estão sendo empregadas. Preocupam-me muito os números que o Governador lança, porque, em 2003, S. Ex^a disse que, em 2005, 20 mil pessoas estariam sendo empregadas no Piauí, na região de Capitão Gervásio Oliveira, pela Vale do Rio Doce. Trata-se de uma mina desativada que a Vale do Rio Doce tem lá. Essa mina seria ativada e 20 mil pessoas

seriam empregadas. E lançou *outdoors* bonitos, parecidos com os de Santa Catarina, que cobrem todo o Estado: “O Piauí agora vale”. Não sei quanto custou. Não me interessa. Só sei que, por esse *outdoor*, o Piauí não está valendo nada, porque a Vale do Rio Doce não moveu uma palha, Sr^{as} e Srs. Senadores. Ela mantém a sua lavra, como reserva de mercado, mas é uma empresa privada e só vai se instalar lá se tiver vantagens.

O Governador quer comer o ovo antes de criar a galinha.

O que seria necessário? Trabalhar pela Transnordestina para possibilitar o escoamento da nossa produção. Querer que a Vale do Rio Doce se instale no Estado sem ter como escoar a riqueza que ali poderá ser produzida é um sonho das mil e uma noites.

Tenho certeza de que S. Ex^a, que é muito cuidadoso com as questões sociais, irá facilitar a vida – digo facilitar no sentido de antecipar, para que ocorra o mais rápido possível, já que se trata de uma convocação, se aprovada for, com o seu apoio – para que esse caso seja esclarecido.

Há cerca de 20 dias, foi recebido no Palácio, com tapete vermelho – aquele mesmo tapete que recebeu Delúbio naquela visita em que ele prometeu recursos para uma estrada no Piauí, não sei se falando em nome do Governo ou de empreiteiras –, o Presidente da Associação Nacional de Loterias, que se ufanava, por ser paraibano – aí não discuto, é a Constituição da Paraíba –, de que o seu Estado também tinha jogo do bicho. Felizmente, o Governador não está defendendo a tese da instalação do jogo do bicho no Piauí, embora lá funcione, como no resto do Brasil, de maneira ilegal. Como tenho certeza de que é um homem que gosta das coisas claras, gostaríamos de que esse assunto não ficasse debaixo do tapete.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tenta Ganha realiza a primeira extração da Lotepi

Contribuir com o desenvolvimento do Piauí, proporcionando a geração de mais emprego e renda. Esse é o objetivo do *Tenta Ganha*, um projeto que incorpora, através de uma concessão, a Loteria do Estado do Piauí (Lotepi), que depois de anos com suas atividades paralisadas, voltou a funcionar, neste último domingo (31), com o sorteio de cinco televisores de 14 polegadas com controle remoto.

A primeira extração do jogo foi considerada um sucesso pelo grupo *Tenta Ganha*, representantes da Lotepi e convidados que puderam comprovar a segurança que dispõe o sistema. É o caso do perito Vital Araújo que foi convidado para conferir em detalhes todas as bolas, globo e sistema de informática que garante o sorteio. "É uma aposta de sucesso. Realizamos todos os procedimentos periciais no globo, nas bolas, em todo o sistema de mecanismo que garante o sorteio. Com detalhes no peso da bola e a pressão do ar. Não detectamos nada que pudesse atrapalhar o sorteio. Além disso, já contávamos com a aprovação do Instituto de Meteorologia do Estado do Piauí (Imepi)", garantiu o perito Vital Araújo.

O primeiro sorteio atraiu a atenção do público. Foram 100 mil "tirinhas" distribuídas, através dos postos de vendas e dos caminhões do Tenta Ganha. Cinco televisores foram devidamente sorteados, através de cinco números, cada. Todo o sistema de sorteio foi acompanhado por um representante da Lotepi, Ubirajara de Almeida, que fez o serviço de fiscalização. "A cada sorteio estaremos presentes para verificar a segurança e a credibilidade do mesmo", ressalta Ubirajara.

O programa de informática feito exclusivamente para o Tenta Ganha possibilita de imediato saber se o número da "tirinha" foi vendido, caso contrário, um novo sorteio de imediato é realizado. Quem explica é o especialista em informática, Esio Cordeiro. Segundo ele, a cada sorteio o programa aponta se existe ganhador para aquele número. "É importante frisar que o sistema não possibilita haver dois ganhadores para um só prêmio. Todos os bilhetes vendidos são conferidos até a meia noite de sábado, logo após o recolhimento dos postos de vendas. Assim, todas as informações são repassadas para o programa e de imediato, a cada sorteio, temos a numeração conferida. Já para os próximos sorteios, teremos a garantia de um controle ainda maior. Digitado o número sorteado, já teremos o nome da área e posto de venda onde o bilhete foi comercializado", garante Esio Cordeiro. Nesta primeira extração foram sorteados os seguintes números, seguindo a ordem: **Primeiro prêmio nº 74742, segundo prêmio nº 60549, terceiro prêmio nº 87357, quarto prêmio nº 19902 e quinto prêmio nº 84394.**

O diretor geral da Lotepi, Marcos Amorim, participou do primeiro sorteio e confirmou a satisfação em ter a loteria estadual de volta. "Todas as nossas expectativas foram confirmadas. Garantimos uma boa recepção do povo piauiense que aposta no sucesso do bilhete lotérico. É importante enfatizar que a Lotepi foi fundada em 1959 e que durante muitos anos, premiou das mais diferentes formas milhares de piauienses, quando repetia pelas ondas do rádio de então o seu slogan inesquecível: *Insista, Persista, não Desista - o Seu Dia Chegará.* Estamos resgatando essa história de sucesso com a credibilidade do povo do Piauí", enfatiza Marcos Amorim.

Através do *Tenta Ganha*, agora a Lotepi volta com força total. O *Tenta Ganha* não é um bingo. É um bilhete tradicional de loteria, regulamentado pelos Decretos-Leis Federais 6.259/44 e 204/67 com as alterações posteriores; pela Lei Estadual nº 1.825/59; e pela Resolução nº 001/2005. É autorizado pelo Contrato de Concessão nº 001/2005, publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí nº 121, de 29/06/2005.

Prêmio de R\$ 15 mil

O sorteio do *Tenta Ganha* é semanal, aos domingos. No próximo dia 7 de agosto, a segunda extração do *Tenta Ganha* vai sortear R\$ 20 mil. Os três primeiros prêmios darão direito a R\$ 1 mil cada, o quarto prêmio R\$ 2 mil e

Lotepi aposta no bilhete Tenta Ganha

O primeiro sorteio, de caráter promocional, ocorreu no dia 31 de julho deste ano, transmitido *ao vivo* pelas emissoras de TV Meio Norte e Antena 10 e por uma rede de rádios espalhadas pela capital e interior. Trata-se do bilhete lotérico *Tenta Ganha*, que começa a ser explorado pela Lotepi (Loteria do Estado do Piauí), através de um contrato de concessão à empresa Tenta Ganha Ltda., que explorará o bilhete por 60 meses.

Segundo o diretor geral da Lotepi, Marcos Amorim, o Governo do Piauí está muito otimista quanto à exploração do produto lotérico *Tenta Ganha*, considerando o respectivo aspecto da geração de oportunidades de trabalho e de tributos estaduais. Marcos Amorim disse que a aceitação da população quanto ao lançamento do novo produto lotérico está superando as expectativas. "A aceitação está sendo a melhor possível", avalia.

O diretor geral da Lotepi acrescenta que a satisfação do Governo do Piauí é baseada não apenas na boa aceitação popular, mas também no caráter de legalidade no qual está envolvido todo o processo de exploração desse serviço. O *Tenta Ganha* é uma atividade na modalidade de loteria de bilhete tradicional, regulamentada pelos decretos leis federais nº 6.259/44 e 204/67, pela Lei Estadual Nº 1.825/59 e ainda pela Resolução Nº 001/05 da Lotepi.

O contrato de concessão seguiu um rigoroso processo legal, sendo aprovado inicialmente pela Procuradoria Geral do Estado, lançado em edital, licitado através da Central de Licitação do Estado (CEL), que adotou o sistema de concorrência pública para o caso. A empresa vencedora do processo licitatório, portanto, a *Tenta Ganha*, estabelecida em Teresina, está operando de forma totalmente regular e já prestando bons serviços por meio da exploração do produto lotérico.

A estimativa da Lotepi é que o bilhete lotérico *Tenta Ganha* deverá gerar cerca de 4.500 oportunidades de trabalho, incluindo pontos cadastrados, ambulantes, revendedores regionais etc. Também haverá incremento na arrecadação do Estado através da geração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). De acordo com Marcos Amorim, 70% da arrecadação do *Tenta Ganha*, através da comercialização dos bilhetes, serão destinados ao custeio da premiação.

Os 30% restantes do arrecadado serão revertidos ao custeio da empresa Tenta Ganha Ltda., incluindo a remuneração dos postos de trabalho proporcionados. O *Tenta Ganha* consiste no sorteio semanal de bilhetes premiados, fracionados em seis partes destacáveis, que custam R\$ 3,00 cada. O bilhete completo custa R\$ 18,00. Para cada fração comprada o apostador concorre a cinco prêmios semanais. Quem compra o bilhete inteiro tem seis vezes mais chance de concorrer aos prêmios.

As extrações acontecem sempre aos domingos, às 9h30, sendo transmitidos, além das duas emissoras da capital, por uma emissora local que opera em Parnaíba e por uma rede de 30 rádios. Os prêmios podem ser conferidos em dinheiro ou em bens duráveis. Os prêmios em dinheiro podem acumular de uma semana para outra, o que já ocorreu no primeiro sorteio comercial do *Tenta Ganha*. No próximo domingo, o acumulado chegará aos R\$ 35 mil.

Os resultados são igualmente divulgados nos três principais jornais do Estado e no site www.tentaganha.com.br. Todas as semanas serão emitidos 16.667 bilhetes.

O procurador da República Tranvanhan Feitosa ingressou com Ação Civil Pública contra o Estado do Piauí, a Loteria do Estado do Piauí - LOTEPI, e a empresa Tenta Ganha LTDA, para cessar imediatamente com o bingo Tenta Ganha. Segundo o procurador, a concessão dada à empresa Tenta Ganha Ltda para a exploração dos serviços de "loteria de bilhete tradicional" é ilegal. O Decreto Estadual nº 11.435/2004 que autoriza a exploração do jogo no Estado afronta a Constituição Federal, pois os Estados Federados não possuem competência para legislar sobre "sorteios", sendo esta atribuição privativa da União.

Para o MPF o Estado do Piauí exerceu indevidamente competência legislativa privativa da União ao legislar sobre "sorteios", causando prejuízos à moralidade, à impessoalidade, à legalidade e à coletividade consumidora dos serviços de "jogos de bingo", com violação das normas de direito federal e em desprestígio da empresa pública federal responsável pela fiscalização e concessão de autorizações, a Caixa Econômica Federal.

Segundo Tranvanava Feitosa, qualquer espécie de sorteio apenas poderá ser oferecida ao público consumidor com base em legislação federal, sendo inconstitucional lei ou ato administrativo estadual ou municipal, que disponha sobre o assunto. No caso, não houve a autorização da Caixa Econômica Federal para a realização de jogos de bingo através da LOTEPI ou da empresa Tenta Ganha Ltda. O funcionamento do Tenta Ganha é, portanto, ilegal, já que baseada em autorização concedida por órgão da administração pública estadual, em flagrante usurpação de atribuições da União Federal.

O MPF objetiva o reconhecimento judicial da inconstitucionalidade e ilegalidade do Decreto Estadual nº 11.435/2004 e de toda a legislação que rege a Loteria do Estado do Piauí-LOTEPI e, conseqüentemente, a invalidade e a decretação da nulidade dos credenciamentos, permissões, concessões, autorizações, contratações e demais atos efetivados em matéria de sorteios, na modalidade de bingos e lotéricas, com base naquele decreto ou em qualquer outra legislação no âmbito estadual.

Na ação é pedida liminar para determinar: 1) que o Estado do Piauí e a Loteria do Estado do Piauí-LOTEPI, se abstenham imediatamente de renovar a autorização de qualquer espécie de sorteio, na modalidade de bingos e lotéricas, com base no Decreto Estadual mencionado ou em qualquer outra legislação estadual, bem como revogue e anule a autorização já efetivada; 2) que a empresa TENTA GANHA LTDA cesse, imediatamente, a distribuição e comercialização de todos os bilhetes existentes e estocados nas suas sedes e nos distribuidores, proibindo-se a realização dos sorteios de bingo, eletrônico ou não; 3) suspendam imediatamente os eventuais anúncios publicitários e a divulgação dos jogos de bingos, nos veículos de comunicação, em todas as suas formas (jornal, rádio, televisão etc.), enquanto perdurarem os efeitos da liminar; 4) a restituição aos adquirentes dos valores dos bilhetes comercializados, cujo sorteio se encontrar pendente de realização, mediante devolução dos mesmos pelos consumidores; 5) a fixação de multa diária de R\$ 10.000,00 em caso de deferimento da liminar e descumprimento da decisão.

No mérito, pediu a procedência dos pedidos formulados na presente ação, tornando-se definitiva a liminar concedida, reconhecendo a invalidade e decretando a nulidade dos credenciamentos, o reconhecimento da invalidade e a decretação da nulidade dos credenciamentos, permissões, concessões, autorizações, contratações e demais atos efetivados em matéria de sorteios, na modalidade de bingos e lotéricas, com base no Decreto Estadual nº 11.435/2004 e demais atos dele decorrente ou em qualquer outra legislação no âmbito estadual, bem como revogue e anule todos os credenciamentos, permissões, concessões, autorizações já efetivadas pelo primeiro réu ao outros réus, para explorarem jogo de bingo (ou loteria de bingo), qualquer que seja a definição ou nomenclatura conferida à atividade, condenando o Estado do Piauí e a Loteria do Estado do Piauí-LOTEPI na proibição de todo e qualquer novo credenciamento, permissão, concessão ou autorização em matéria de bingos, no âmbito da competência da Justiça Federal, com base em legislação estadual que não esteja de acordo com a Constituição nem encontre amparo na legislação federal, bem como condenando a empresa Tenta Ganha Ltda a abster-se da exploração de toda e qualquer atividade de sorteios, na modalidade de bingos e lotéricas ou outra denominação similar;

O procurador pediu ainda ao Juiz Federal que proíba a ação, a dissolução da sociedade TENTA GANHA LTDA, porque constituída para a prática de atividades não sendo autorizada por lei, declarando a nulidade de seus atos constituintes e o encerramento, em definitivo, de suas atividades. Bem como ainda seja aplicada multa diária de R\$ 20.000,00 pelo descumprimento de cada uma das partes da sentença, tendo em vista os prejuízos causados aos usuários e consumidores do serviço de loteria e bingo econômico dos requeridos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Heráclito Fortes, apenas para ficar claro, V. Ex^a se referiu a comer o ovo antes de a galinha botar?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Antes de criar a galinha.

O SR. PRESIDENTE (Senador Romeu Tuma. PFL – SP) – Era a galinha dos ovos de ouro.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana. Em seguida, falará o Senador Cristovam Buarque.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, Senador.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para dizer da minha alegria de passar o tempo da Liderança do PDT para o Senador Cristovam Buarque, que falará, então, em nome do PDT. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pensei que já estava autorizado, mas agradeço o cuidado de V. Ex^a para que a Mesa não cometa nenhum erro. Obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago ao plenário do Senado Federal um tema atual, que diz respeito ao grave problema da obesidade infantil no Brasil, um problema mundial que a sociedade enfrenta e que julgo ser muito importante...

O SR. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Tião Viana, vou sair do plenário por dois motivos: primeiro, pelo tema que V. Ex^a vai abordar, que não é apropriado para mim; segundo, penitencio-me aqui com o Senador Sibá Machado, que é piauiense e é da Comissão, pois esqueci de pedir-lhe que também seja signatário desse requerimento. Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a contará com o apoio unânime da Bancada.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Gostaria de um aparte, Senador, para perguntar se o Senador já era gordinho desde pequeno, porque V. Ex^a vai falar sobre gordura de criança, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Hoje, a imprensa se ocupou muito desse tema, a manhã inteira.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – É verdade. Então, Senador Romeu Tuma, apresentei, no ano de 2003, uma matéria, um projeto de lei estabelecendo regras e demonstrando os fatores que agravam, expõem e tornam muito vulnerável a criança brasileira a desenvolver a obesidade, que são exatamente a propaganda e a alimentação inadequada. Foi um projeto

devidamente estudado, em profundidade. Procurei ouvir especialistas das associações brasileiras especializadas em obesidade, de Endocrinologia e outras entidades ligadas ao tema, e elaborei o projeto de lei que está tramitando no Senado e já tem Relator designado. E as emissoras de comunicação – estou relatando porque julgo importante – me procuraram e fizeram a ponderação de que é um movimento econômico da ordem de 2,5 bilhões com tal atividade, portanto deveríamos tentar um entendimento. Eu disse que o papel do Parlamento era estar maduro a respeito da decisão da sociedade. Se a sociedade já estivesse completamente preparada para esse tema, eu não teria qualquer dificuldade em aprovar o projeto, mas, infelizmente, a sociedade ainda não tem um nível de percepção e interação com o Parlamento que assegure a aprovação de uma matéria desta natureza por pressão, por solicitação, por uma busca positiva de sensibilidade dos Senadores, e entendo também o lado econômico das emissoras de comunicação.

Então, que resposta podemos estabelecer? Eles apresentaram como contrapartida propagandas que pudessem ser educativas, preventivas para desvios de conduta na hora da alimentação da criança, na hora da venda e da escolha do produto.

Estamos vendo que a Rede Globo, notadamente, está fazendo uma belíssima campanha em horário nobre, uma propaganda voluntária, que diz respeito à educação e cuidado com a obesidade infantil. E mais, conversando com setores da comunicação, eles me disseram que estão muito preocupados – repito, notadamente a Rede Globo – e querendo estender para todas as escolas brasileiras o que já é feito hoje, por exemplo, em Florianópolis, para que as crianças possam ter acesso, na hora da merenda escolar, a uma alimentação saudável, natural, sem guloseimas, sem óleo e açúcares em excesso, sem componentes que são efetivamente nocivos à saúde.

Acredito que esse tipo de entendimento deve nortear sempre o Parlamento, a capacidade de dialogar, de ouvir, de não ter um projeto acabado e ser ético. Se a sociedade está madura, vamos de maneira intransigente naquilo que é uma convicção. Mas se a sociedade ainda não entende, não se apropria da tese e leva adiante, vamos negociar no campo ético. E o resultado é bom para a sociedade.

Assim, não tenho dúvida que, se na conseqüência desse projeto tivermos uma campanha massificada de orientação e educação para a prevenção da obesidade infantil nos meios de comunicação e a certeza de que, no Brasil, as escolas não terão mais alimentos incorretos colocados na merenda escolar das crianças, o avanço foi extraordinário para a criança brasileira.

Estou relatando isso como um preâmbulo daquilo que pretendo falar no tema da obesidade infantil.

Cresce, de forma acentuada, no Brasil, o número de pessoas que sofrem de obesidade – distúrbio do metabolismo energético que leva a um ganho excessivo de gordura corporal. Desde os anos 80, as estatísticas indicam que o contingente de obesos supera o de desnutridos no País. A obesidade, por sua velocidade de expansão em nossa sociedade, já é considerada um sério problema de saúde pública. A sociedade moderna, cada dia mais automatizada, criou um ambiente particularmente propício à geração de indivíduos obesos, pois é grande tanto a oferta de alimentos hipercalóricos quanto o incentivo ao sedentarismo.

Temos que ter a compreensão de que a prevenção e tratamento precoces são imperativos, vez que cerca de 70% das crianças obesas se transformarão em adultos obesos. O risco da obesidade é tanto maior quanto mais velha for a criança, mais intensa for a doença e quando seus pais também são obesos. Além disso, o adulto cuja obesidade iniciou-se na infância apresenta maior dificuldade em relação à perda de peso.

Os fatores genéticos são os grandes determinantes da doença, mas ela pode ser decorrente também de fatores culturais e psicossociais.

Os crescentes índices de obesidade têm sido motivo de muita preocupação entre os médicos, face às graves consequências sociais, psicológicas e orgânicas que ela engendra. Na vida adulta, ela se traduz em males como a hipertensão arterial, diabetes, doenças cardiovasculares e, ainda, a apnéia do sono, alterações ortopédicas e dermatológicas e, como colúrio, um quadro psicológico conturbado com a diminuição da auto-estima.

Estudos realizados nos Estados Unidos demonstram uma prevalência entre 10 e 30% de obesidade infantil, com um aumento de 50% nos últimos 20 anos, enquanto que no mesmo período, no Brasil, o número de crianças obesas cresceu cinco vezes. Mais de 15% de nossas crianças já são obesas e 50% estão acima do peso ideal. Menos de 3% dessas crianças apresentam alguma alteração endócrina ou metabólica, sendo que mais de 95% sofrem com a obesidade devido a causas exógenas, como o excesso de alimentação e/ou falta de atividade física.

Entre julho de 2003 e junho de 2004, os pesquisadores do IBGE estiveram em 48.470 domicílios, um em cada mil, de todas as regiões do País. A pesquisa colheu dados sobre gastos do orçamento doméstico, peso e altura dos entrevistados. O tal levantamento antropométrico foi o primeiro a ser realizado no Brasil

e permitiu o cálculo do Índice de Massa Corporal das pessoas pesquisadas. Os pesquisadores do IBGE concluíram que o Brasil vive atualmente a mesma situação que países desenvolvidos, onde o ganho de peso da população está fortemente ligado ao crescente processo de urbanização.

No mundo, as estimativas são alarmantes: um terço das crianças enfrenta problemas com obesidade, algo em torno de 700 milhões de crianças. A vida nas cidades trouxe novos hábitos, nem sempre saudáveis, como as refeições altamente calóricas e feitas de forma rápida; e a troca das brincadeiras tradicionais, como o pique e a queimada, por jogos de computador ou programas de televisão.

Como médico, reitero: prevenir a obesidade é de suma importância para o desenvolvimento da criança. Caso chegue à fase adulta com excesso de peso, ela tenderá a permanecer nessa condição e apresentará propensão a uma série de outras doenças.

Existem vários índices para avaliar a obesidade infantil, mas durante uma simples consulta de rotina pode-se estimar uma tendência precoce à doença e iniciar condutas de prevenção, que se baseiam, sobretudo, na conscientização de todos os membros da família sobre a necessidade de mudanças no estilo de vida e apoio solidário àqueles que estão sob dieta.

Registro com muita satisfação duas boas notícias: o Governo de São Paulo sancionou, em 22 de fevereiro último, a Lei 12.283/2006, que institui a Política de Combate à Obesidade e ao Sobrepeso, denominada “São Paulo Mais Leve”, originada do Projeto de Lei 312/2004, do Deputado Simão Pedro, do PT, que determina, entre outras, o combate à obesidade infantil na rede escolar e a adoção de medidas no sentido de disciplinar a publicidade de produtos alimentícios infantis, em parceria com entidades da área da propaganda, empresas de comunicação, representantes da sociedade civil e do setor produtivo. A lei dispõe, ainda, que as comunidades de menor desenvolvimento econômico e social devem ser priorizadas.

A outra boa nova foi a campanha lançada pela Rede Globo de Televisão dedicada ao combate da obesidade infantil, nos intervalos da programação. O filme chama a atenção para os riscos associados à obesidade na infância e estimula a adoção de hábitos saudáveis, tais como a alimentação à base de frutas, verduras, legumes e carnes magras e a prática de atividades físicas, lembrando que comer bem não é comer muito. É louvável a decisão dessa importante emissora, de vir se associar a entidades, como, por exemplo, a Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade

(ABESO) e a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), que têm uma história de luta no sentido de reverter os índices da obesidade no Brasil. Felicito a Rede Globo pela bonita campanha.

Minha satisfação é ainda maior pelo fato de que, em ambos os casos, vejo ecoar projetos de minha autoria que tramitam na Casa.

Um é o projeto a que já me havia referido – o de nº 25, de 2003 – que *dispõe sobre a propaganda comercial de alimentos*, que propus para sanar uma lacuna. O Brasil não possui uma legislação específica de regulamentação de propaganda comercial de alimentos, como já se faz em muitos outros países. Segundo especialistas em alimentação e nutrição, as indústrias do ramo, aproveitando-se da frequência e do tempo excessivo que as crianças gastam diante da TV, investem pesado na veiculação de propagandas de alimentos para sugerir e incentivar o consumo de seus produtos, muitas vezes de valor nutritivo reduzido e alta concentração calórica, devido a grandes quantidades de gordura saturada, colesterol e açúcar.

Sr. Presidente, já estou concluindo. Peço a V. Ex^a um minuto a mais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sem problema. Espero que as escolas estejam ouvindo V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a sensibilidade de V. Ex^a.

Sabemos que a formação dos hábitos alimentares tem início na infância. Os costumes, bons ou ruins, adquiridos nesta fase, tendem a ser mantidos ao longo de toda a vida. O objetivo é não apenas o sobrepeso nessa faixa etária, como também a prevalência da obesidade na população brasileira adulta.

O outro projeto de lei de minha autoria, a qual me refiro, é o de nº 26, de 2003, que altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir atribuição de destaque às declarações de qualidade e de característica nutritivas, tanto nas embalagens quanto na publicidade de alimentos, segue na mesma direção.

Os últimos acontecimentos nos animam, afinal podemos dizer, contrariando Erich Maria Remarque*, que há algo de novo no horizonte.

Sr. Presidente, quero agradecer a V. Ex^a e espero que haja o reconhecimento dessa sensibilidade das emissoras de comunicação social, notadamente a Rede Globo, e que outras possam fazer o mesmo pelo bem do futuro da saúde das crianças do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, pela Liderança do PDT, por cinco minutos.

Em seguida, terá a palavra a Senadora Maria do Carmo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para falar pela Liderança do Governo assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesses últimos dias, o Presidente Lula tem dito que, por causa da não-aprovação do Orçamento pelo Congresso Nacional, está impedido de fazer gastos e tem citado, inclusive, o problema da educação.

Em primeiro lugar, é lamentável que nós, Parlamentares, não tenhamos conseguido aprovar o Orçamento no prazo correto. Mas o que o Presidente está falando não é a verdade. É preciso lembrar que não é a primeira vez que o Congresso Nacional demora a aprovar o Orçamento. Em 1996, o Orçamento só foi aprovado no dia 9 de maio; em 2000, no dia 11 de maio; em 1994 – a gente esquece as coisas rapidamente –, pasmem, em novembro.

É um fato que o Congresso Nacional deveria ter cumprido a sua função de aprovar o Orçamento até o final do ano passado. Mas não é fato que a não-aprovação seja culpa dos Parlamentares que aqui estão, porque isso já ocorreu no passado, nem é isso que está impedindo o Governo de cumprir suas funções.

A prova, Senador Augusto Botelho, é que, em 1995, no primeiro trimestre, o Governo tinha gasto R\$1,028 bilhão com investimentos. Um bilhão! Este ano, mesmo sem Orçamento, já gastou R\$1,5 bilhão. Então, não é a falta de aprovação do Orçamento que está impedindo o Governo de gastar os seus recursos. O Governo tem a possibilidade de gastar até 92% sem necessidade do Orçamento.

Para se ter uma idéia, no caso da educação, que tem cerca de R\$21 bilhões, é possível gastar R\$16 bilhões sem o Orçamento. É claro que algumas rubricas ficam prejudicadas, mas são menores. Não é a merenda, não é o salário dos professores das universidades, não são os investimentos.

Há uma coisa mais grave na fala do Presidente: está colocando a culpa no Congresso pelo fato de o

Fundeb não estar sendo aprovado na velocidade que Sua Excelência queria.

Primeiro, devo dizer que, se o Governo queria aprovar a matéria com pressa, deveria tê-la mandado para esta Casa no começo de 2004, porque o projeto Fundeb já estava pronto em dezembro de 2003, entregue à Casa Civil. Por que esperou dois anos?

Segundo, o Fundeb não salvará a educação brasileira – precisamos fazer este alerta – como o Fundeb não salvou. É claro que é melhor com o Fundeb do que sem ele, mas não são esses R\$1,9 bilhão que vão mudar o Brasil.

Se chover dinheiro no terreno da escola, o dinheiro vira lama. O dinheiro apenas se transforma em educação, se definirmos os canais para isso, como salário de professor vinculado à formação; definição de padrões mínimos para todas as escolas brasileiras. Entretanto, isso o Governo não quer fazer e mantém a municipalização, apenas dando um pouco mais de recursos.

O Governo e o Presidente não estão dizendo ao povo brasileiro a verdade de que o Fundeb vai trazer apenas R\$1,9 bilhão e não R\$4,5 bilhões como têm dito. Serão R\$4,5 bilhões daqui a quatro anos. Apenas em 2010 serão R\$4,5 bilhões, como diz a propaganda pela televisão e como o Presidente está dizendo e repetindo, Senador Osmar Dias, quase todos os dias. Alguém precisa dizer a Sua Excelência que isso não é verdade, porque eu não acredito que o Presidente, sabendo que não é verdade, diria algo assim, apesar de que muitos fatos ocorreram sigilosamente no Palácio, e ninguém sabe o que é verdade ou não.

Finalmente, dentro dos meus cinco minutos, quero dizer que o Fundeb, aprovado como está, vai trazer ameaça e até retrocesso a alguns assuntos, como os gastos com ensino fundamental. Ao se unificarem os ensinamentos pré-escolar, fundamental e médio, não há dúvida de que o médio terá mais força. Felizmente, os nossos jovens do ensino médio já se mobilizam e cobram. Os pais dos jovens que estão no ensino médio já têm mais força. Os professores são mais ativos e poderão facilmente pressionar por mais recursos para o ensino médio de que o Brasil precisa, mas que não pode tirar do ensino fundamental.

Por isso, há uma emenda para se constituírem três fundos e trazer os R\$4,5 bilhões para este ano e não para daqui a quatro anos. Essas medidas, ainda que demorem alguns meses – e não impedem que sejam aplicados os recursos de que a educação precisa –, irão melhorar o projeto que chegou aqui.

Então, Sr. Presidente, vim aqui dizer que lamento muito que façam parte do discurso do Presidente afir-

mações que estão tentando manipular o povo contra o Congresso, dizendo – vou cuidar da palavra e do adjetivo – não verdades plenas.

E concluo dizendo que, na segunda-feira, vim aqui falar que estamos banalizando tudo o que há de perverso neste País, inclusive mentiras. Quando o Presidente da Caixa abre um inquérito e dá 15 dias para apurar quem foi que vazou o extrato de contas de um cliente, sendo que tinha sido ele, fica clara para a opinião pública a mentira. E essas mentiras criam uma perversão na imaginação de nossos jovens, nossas crianças e nossa população. Se os que estão lá em cima mentem, por que os outros não vão mentir também?

O Presidente precisa tomar cuidado com as suas afirmações e não dizer coisas que não correspondam exatamente à verdade, como essa que denunciei aqui.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, estou encaminhando à Mesa ofício para falar pelo horário da Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Paulo Paim, com a aquiescência da Senadora Maria do Carmo, recebo o expediente de V. Ex^a.

Com a palavra a Senadora Maria do Carmo.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dos dias 28 a 31 de março, tive a honra de participar, designada por esta Casa, em Valência, na Espanha, do 5º Fórum da Aliança Mundial de Cidades contra a Pobreza, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

Essa Aliança surgiu em 1997, ano em que também foi proclamada, pelas Nações Unidas, a Década Internacional de Erradicação à Pobreza (1997-2006).

O ano de 2006 foi então escolhido para reunir representantes de governos, ONGs e outras entidades da sociedade civil envolvidos no combate à pobreza, em nível municipal e estadual.

No que diz respeito às intervenções municipais, ouvimos as experiências de representantes da Eu-

ropa (Roma, Genebra e Lisboa); da África; da Ásia; da América Latina (Bogotá, Cidade de Guatemala e Montevideo); e do Brasil. Deste último, foram convidados o Governador de Sergipe, João Alves, e o ex-Prefeito de Curitiba, Cássio Tanigushi, para falar sobre a implementação, em nível local, dos objetivos de desenvolvimento estabelecidos pela ONU, no ano de 2000.

Na oportunidade, também foi assinado um Acordo de Cooperação entre o Pnud e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional.

Sr. Presidente, foram vários os eventos e os painéis que compuseram o Fórum. Para não me estender muito, quero apenas citar alguns, que foram amplamente discutidos, como por exemplo: parcerias entre as Nações Unidas e as cidades no combate à Aids; adesão a redes regionais e Internacionais de cooperação em gestão de catástrofes; formação e desenvolvimento de recursos locais para reforçar a capacidade de gestão; e acesso da população aos serviços essenciais.

Contudo, o evento que mais me chamou a atenção foi a Mesa Redonda da Organização Mundial da Família, que mostrou com clareza e precisão a importância da família não apenas como um catalisador para o fortalecimento do desenvolvimento social, mas, sobretudo, como um dos principais instrumentos no combate à pobreza.

Como se vê, Sr. Presidente, já há uma mobilização mundial no combate à pobreza. Os exemplos são vários, dos mais simples aos mais complexos. Os organismos de financiamento estão sensíveis ao problema, que já é mundial. Precisamos, pois, urgentemente multiplicar os programas de sucesso. Os programas de sucesso em todo o mundo. Os programas de sucesso aqui no Brasil. Programas, como, por exemplo, o que temos em Sergipe, coordenado pela Secretaria Estadual de Combate à Pobreza, o Pró-Mulher/Pró-Família, onde levamos aos povoados mais longínquos do Estado estrutura para exames e consultas ginecológicas, oftalmológicas e odontológicas e do câncer de próstata, atendendo às famílias carentes. Esse programa, até 2005, atendeu a cerca de duzentas mil pessoas, e teve presente em todos os setenta e cinco municípios do Estado.

Por conta desses resultados, a Organização Mundial da Família, entidade vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), reconheceu o mérito e a importância dessa iniciativa para melhoria da qualidade de vida da população sergipana, denominada o programa como "Uma história de sucesso".

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, exemplos como o deste fórum fortalecem os nossos conceitos,

edificam a nossa conduta, corrigem os nossos erros, apontam novos caminhos e, o que é mais importante, nos dá a certeza de que, assim, estaremos caminhando para um mundo melhor.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Comunico à Casa que ainda perdura o impasse, não havendo, portanto, acordo com relação à Medida Provisória sobre a Geap.

Tenho envidado esforços para que possamos desobstruir a pauta sobrestada. Seis medidas provisórias estão trancando a pauta, e ainda há outras matérias igualmente importantes.

Ontem, tive a oportunidade de conversar pessoalmente com alguns dos Srs. Líderes, ainda porque, lamentavelmente, tivemos que conviver com o falecimento da mãe do Senador Arthur Virgílio, e não foi possível avançarmos rumo a um consenso para a votação das matérias constantes da nossa Ordem do Dia.

Para tanto, já convoquei sessões deliberativas para segunda-feira, às 18 horas, para terça-feira e para quarta-feira, tendo em vista que, na próxima semana, teremos os feriados de Páscoa.

Voltarei a conversar com os Srs. Líderes, pois é importantíssimo resolver esse impasse. Há pouco eu conversava com servidores públicos, beneficiários da Geap, e essa é uma questão que precisa ser resolvida pelo Senado Federal.

Ainda ontem, também, tive a oportunidade de dizer às televisões que, sem dúvida, nós vivemos, no Brasil, uma crise política, mas não uma crise institucional. As instituições continuam tendo uma relação intocada. Na democracia, os Poderes, como todos sabem, se completam. Cada Poder tem o direito de reclamar quando entende que a sua demanda não está tendo a suficiente celeridade. Isso é natural. Tenho feito isso todos os dias. Ontem mesmo, na Ordem dos Advogados do Brasil, cobrei o abuso de edição de medidas provisórias pelo Governo Federal.

Lembro que votamos, aqui no Congresso Nacional, uma proposta que modifica o rito, a edição e a tramitação das medidas provisórias.

O importante é que mantenhamos a harmonia e a independência dos Poderes. Ninguém, absolutamente ninguém, vai abalar a solidez que esta Casa deseja para o Poder Legislativo. Este, o compromisso que tenho cumprido e faço questão de cumprir até o fim.

São as seguintes as matérias sobrestadas:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.
Prazo final: 25-4-2006

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.
Prazo final: 26-4-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá.
Prazo final: 28-4-2006

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator revisor: Senador Jefferson Péres.

Prazo final: 28-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos

Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Aelton Freitas.

Prazo final: 1º-5-2006

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica.* (Apoio à população atingida pela febre aftosa)

Relator revisor: Senador Osmar Dias.

Prazo final: 18-5-2006

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar*

membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos 6 meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

12

**EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2003**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado

nº 70, de 2003 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que *inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria.*

Parecer favorável, sob nº 200, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wellington Salgado.

13

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2006**

(Discussão adiada para esta data, em virtude de Requerimento de adiamento aprovado em 21-2-2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília em 07 de março de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

14

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE
2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (nº 1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 189, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

15

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE
2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2006 (nº 1.154/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação*

Amazônica – OTCA, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 199, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

16

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que es-*

pecifica.

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).*

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

18

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005
– COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006
(*Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.*)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

20

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Tião Viana, V. Exª tem a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, concordo integralmente com o que diz V. Exª, que tem firmado – e esta é a sua maior característica à frente desta Casa – posicionamento quanto à autoridade que o Parlamento deve ter perante a Nação, a responsabilidade com a implementação de políticas públicas e o respeito pelas instituições.

No que diz respeito às medidas provisórias, V. Exª tem sido completamente transparente, defendendo que cada instituição exerça o seu papel, reduzindo com isso o impulso no sentido da edição de medidas provisórias por quem quer que seja.

Sou testemunha do esforço de V. Exª para que a pauta seja desobstruída e as matérias sejam votadas. E, nesse sentido, alertaria para a importância dessa matéria sobre a Geap, a Fundação de Seguridade Social. Essa matéria é da maior relevância, porque encontrou um impasse no Tribunal de Contas da União; impõe-se a ela, como saída, um Projeto de Lei de Conversão. Senão, haverá um grave prejuízo em um dos mais belos exemplos de seguro saúde a servidor público da história do Brasil. É uma entidade da maior respeitabilidade, da maior admiração por parte de todos os seus usuários, de toda a comunidade médica, e só uma disputa de mercado poderia prejudicar a Geap e milhares de brasileiros que têm nesse modelo um exemplo a ser seguido, inclusive por outras instituições privadas.

Então, o apelo que faço aos Líderes, por intermédio de V. Exª, é que possamos votar essa matéria porque ela tem prazo. Temos poucos dias para que haja a solução definitiva. Meu apelo é, pois, no sentido de que possamos entender a dimensão que essa matéria tem como modelo de seguro saúde, nos moldes em que o Brasil pode ter entre a sociedade e o Sistema Único de Saúde.

Agradeço o empenho de V. Exª no mesmo sentido.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço eu a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão e, em seguida, ao Senador Osmar Dias.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho acompanhado com todo interesse o posicionamento de V. Exª no que diz respeito ao Congresso Nacional, em defesa da instituição.

Ontem mesmo, numa declaração, o Presidente da República criticava o Congresso pela lentidão

nas suas decisões, notadamente no que diz respeito ao Orçamento da República. V. Ex^a reconheceu que o Presidente, de algum modo, tinha certa razão, e acrescentou que o Governo Federal é também responsável por essa lentidão nas decisões, na medida em que nos envia tantas e tantas medidas provisórias, que acabam por obstruir a pauta de votação do Congresso Nacional.

Estamos votando, no Poder Legislativo, uma Proposta de Emenda à Constituição que altera o rito das medidas provisórias. Trata-se de proposição de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, da qual fui relator aqui no Senado, pondo cobro a essa situação. Mas, até que se vote em caráter final na Câmara dos Deputados e seja essa PEC promulgada, teremos de amargar esses dias de pouca ação do Congresso Nacional – ação no sentido legislativo –, em virtude exatamente da presença abusiva das medidas provisórias.

Portanto, compreendo a posição e a angústia de V. Ex^a no sentido de votar projetos em andamento e até mensagens do próprio Governo; porém, não podemos ir muito longe enquanto não alterarmos o rito de tramitação das medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Lobão.

Senador Osmar Dias, Líder do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de testemunhar o esforço que V. Ex^a tem feito para colocar o Senado em pleno funcionamento, votando matérias importantes. As dificuldades têm sido impostas principalmente pelo número exagerado de medidas provisórias. E é exatamente pelo fato de termos tantas medidas provisórias que não conseguimos votar ainda a PEC que estabelecerá novas regras e, dessa forma, tornará mais dinâmico o trabalho do Congresso Nacional.

Apóio integralmente a decisão de V. Ex^a no que se refere à pauta da próxima semana, possibilitando, assim, que tenhamos sessões deliberativas na segunda-feira, na terça-feira e na quarta-feira, em função dos feriados, e aproveitemos, então, esses três dias para votarmos.

Há, inclusive, uma PEC de minha autoria, que já foi votada em primeiro turno e aprovada por unanimidade, que é da maior importância, pois ela regulamenta, na Constituição, os serviços de água, meteorologia e climatologia no País. Isso é importante para que todos os cidadãos brasileiros possam usufruir, de uma forma mais direta, desses importantes serviços, tanto para a defesa civil quanto para a agricultura, enfim, para a proteção do próprio cidadão.

Há também uma promessa do Governo de que haveria hoje a edição de uma medida provisória. Este Governo, que edita tantas medidas provisórias, não editou uma que é urgente, sobre a solução para os problemas da agricultura. Só no meu Estado, 42 mil produtores estão sendo protestados pelo Governo e poderão perder suas propriedades, caso o Governo não reveja sua posição. Havia a promessa de que hoje seria editada uma medida provisória, e essa promessa não foi cumprida.

Sr. Presidente, o PDT apóia a decisão de V. Ex^a e diz mais: em relação ao Orçamento – o Senador Cristovam Buarque mostrou isto hoje, da tribuna –, é possível o Presidente da República liberar recursos para áreas importantes sem depender da votação do Orçamento no Congresso Nacional, embora o Congresso já devesse ter votado, sim, a matéria. Mas não é culpa do Congresso o fato de ele não estar investindo em setores fundamentais, como o da educação, da saúde e, agora, para socorrer a agricultura brasileira.

Apóio a decisão de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço-lhe muito a intervenção, Senador Osmar Dias.

Senador José Sarney, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apóio V. Ex^a e estou de acordo com as palavras que proferiu aqui, no sentido de que a luta política não deve, de maneira alguma, prejudicar as instituições nem o trabalho do Senado.

V. Ex^a tem sido um Presidente exemplar para esta Casa. Está fazendo um trabalho extraordinário, louvado por todos os seus colegas, por todas as correntes políticas desta Casa. Compreendo a angústia de V. Ex^a neste momento em que nossos trabalhos encontram-se totalmente paralisados.

Aproveito este instante para juntar-me a V. Ex^a no apelo que faz a todas as forças políticas, no sentido de que, acima dos Partidos e das nossas divergências, tenhamos condições de atender, comparecer e votar as questões importantes.

Agora, por exemplo, há um caso concreto na Casa: a medida provisória que trata da Geap. Já tive oportunidade de falar aqui sobre essa instituição, que data de 1945 e que tem prestado, ao longo do tempo, tão grandes serviços, sobretudo àqueles que mais necessitam. São os funcionários os que mais precisam de seguro de saúde barato, são os trabalhadores associados. Com essa política do mercado soberano, a Geap está ameaçada de ser submetida a um truncamento que a deixa imobilizada, não podendo mais ter segurados senão por meio de leilões.

Realmente não podemos aceitar isso. Esse impasse, criado pelo Tribunal de Contas, a medida provisória resolve. E estamos aqui paralisados! Os funcionários da Geap, os segurados da Geap estão todos perplexos no Brasil inteiro, esperando uma solução da nossa Casa. Portanto, aproximando-nos do fim da validade da medida provisória, não podemos deixar que eles sejam frustrados e que não tenhamos condições de resolver esse problema. Essa é uma questão que transcende a luta política. Não podemos prejudicar, por meio da luta política, as instituições e o andamento da Casa, sobretudo prejudicando os que mais necessitam.

V. Ex^a tem o apoio de todos nós. Acredito que o apelo de V. Ex^a vai sensibilizar as Lideranças da Casa, de modo que possamos, antes de expirar o prazo, votar essa medida provisória que diz respeito à Geap.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Sarney, V. Ex^a tem absoluta razão. O pior de tudo é o que V. Ex^a disse, que o prazo da medida provisória expira no dia 25. E ainda haverá a Semana Santa. Estamos fazendo um esforço para votar na segunda, na terça e na quarta-feira. Esse é um preço que, sinceramente, o Senado não deveria pagar – pelo menos, no que depender de mim, ele não pagará.

Senador Efraim Morais, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Renan Calheiros, pelo mesmo motivo, sou solidário a V. Ex^a pela forma como conduziu a situação do Congresso Nacional, instituição da qual V. Ex^a é Presidente. Para mim, é uma honra trabalhar com V. Ex^a, com a Mesa comandada por V. Ex^a. Na condição de 1º Secretário, sei da forma democrática com que V. Ex^a trabalha com todos os membros da Mesa.

Quero dizer a V. Ex^a que estranho as declarações do Presidente da República de que a culpa é do Congresso. A culpa sempre é do Congresso! Será que o Presidente Lula também não sabe que a Base do seu Governo é maioria na Comissão Mista de Orçamento? Será que o Presidente da República também não sabe que a maioria da Câmara e do Senado é da Base do Governo, conseqüentemente do Congresso? E tenta responsabilizar o Congresso? É como se dissesse: “Façam as acusações!” Estamos fazendo o nosso papel institucional, na condição de Oposição. E é tão nobre ser Oposição como ser Governo, desde que se trabalhe com seriedade, transparência e honestidade.

O Presidente Lula tem problemas de corrupção dentro do seu Governo. Ontem, o todo-poderoso ex-

Ministro Palocci fugia da imprensa, enganou até a imprensa. Para quê? Para ter privilégio?

Senador Renan, somos do Nordeste, sabemos das dificuldades do nosso Nordeste, e o Brasil inteiro não admite esse tipo de privilégio. Parece-me que o próprio delegado da Polícia Federal foi enganado pelo Sr. Palocci, para que ele pudesse ir à sua residência prestar um depoimento VIP, diferentemente do que aconteceu com o caseiro, que é um cidadão do povo, um cidadão comum, o Francenildo, que foi à Polícia Federal se identificar como testemunha e saiu de lá investigado.

Não! Sinceramente, o Presidente Lula deve estar com a cabeça em outro lugar. Ele que responsabilize a incompetência do seu Governo, ele que responsabilize a falta de quem comande aqui os seus aliados e que não venha tentar jogar para o Congresso Nacional a responsabilidade de não votar o Orçamento. E V. Ex^a tem razão: se o Presidente Lula enviasse menos medidas provisórias para este plenário, votaríamos mais matérias.

O Senador e Presidente Gilberto Mestrinho – e S. Ex^a tem condições de continuar na Presidência – dedicou-se todos os dias àquela Comissão para tentar votar o Orçamento. Sou testemunha disso, como membro da Comissão, mas o que faltava era vontade do próprio Governo de votar o Orçamento.

Deixo este registro de solidariedade a V. Ex^a e digo que V. Ex^a nos comanda com sabedoria, com competência e com transparência.

O Governo que cuide de resolver seus problemas internos para ter condições de responsabilizar o Congresso Nacional. Essa desculpa do Governo já existe há muito tempo. Quando ele começa a cair, quando ele começa a despencar por causa da corrupção do seu Governo, ele costuma responsabilizar o Congresso Nacional.

Mais uma vez, estão mentindo para a sociedade brasileira; mais uma vez, o Presidente Lula, com a incompetência que é característica do seu Governo, está mentindo para a sociedade brasileira, quando responsabiliza o Congresso Nacional.

Espero que o Presidente saiba, pelo menos desta vez, que ele tem maioria. Ou será que perdeu a memória? Num passado recente, as votações aconteciam com tanta tranquilidade! Não sei, mas descobriram o tal do mensalão, lamentavelmente para o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Eu, inclusive, cheguei a dizer, no momento em que parabenizo o Senador Mestrinho pelo grande trabalho que faz à frente da Comissão Mista de Orçamento. Cheguei a lamentar a morosidade do Con-

gresso na aprovação da peça orçamentária. Hoje, eu soube do Senador Mestrinho que há uma preliminar que precisa ser resolvida: o PPA. Não há como se votar o Orçamento sem se votar, primeiramente, o PPA. Além da publicação necessária para a convocação do Congresso Nacional – e só posso convocá-lo para votar o Orçamento depois de este ser publicado –, devemos votar, primeiramente, o PPA. Ainda há esse entrave, porque, na verdade, o Orçamento não pode ser votado sem o PPA. Seria uma votação desautorizada pelo próprio PPA.

O Presidente tem o direito de fazer críticas. Eu mesmo as faço ao Executivo, com independência, toda semana, todos os dias, quando entendo ser necessário, mas considero injusto, muito injusto – V. Ex^a tem razão –, acusar o Congresso Nacional num momento como este, em que ele está fazendo sua parte.

O Congresso não deixou que a crise política se transformasse em crise institucional. Fizemos, durante todo o ano que passou, co-existir o funcionamento normal da Casa até com três investigações parlamentares de inquérito. A sociedade toda acompanhou esse processo.

Ontem, fiz questão de reunir os Líderes para dizer que pode acontecer tudo, menos a CPMI dos Correios não apresentar um relatório. Não vamos repetir o que aconteceu com a CPI do Banestado. Não vou discutir o mérito, não quero fazê-lo. Toda vez em que intervimos nos trabalhos da Comissão foi para ajudar na investigação, no seu aprofundamento – todas as vezes, sem exceção –, mas não vamos, neste caso, deixar de produzir um relatório. Vamos ter um relatório! Não vamos repetir a CPI do Banestado, porque isso desgastará muito a instituição, o Congresso Nacional.

Acertamos um procedimento: começamos a discutir ontem, discutimos até meia-noite, vamos continuar a fazê-lo hoje durante todo o dia e, impreterivelmente, a partir das 17 horas, vamos votar o relatório, ou os relatórios, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

A expectativa da sociedade, todos sabem, é a de que o relatório pelo menos reflita os fatos, o que aconteceu, o que se investigou, o que foi apurado. É o mínimo que o Congresso pode fazer. A única maneira de o Congresso retomar a credibilidade, a confiança, a legitimidade é fazendo exatamente isto: investigando, esclarecendo e punindo. Eu, desde o primeiro momento, tenho procurado me pautar por essa independência, por essa isenção, e vou, como todos sabem, continuar agindo dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado. Em seguida, falarão o Senador Romeu Tuma e o Senador Romero Jucá. É rápido.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obrigado. Primeiramente, quero falar a V. Ex^a da admiração que transmite a todos nós na condução dos trabalhos, que dispensa maiores comentários. Tenho a certeza de que as negociações são feitas, as votações acontecem e assim por diante.

Nessa matéria sobre o Orçamento, fui incumbido de relatar a revisão do PPA.

Na vez passada, tínhamos uma peça pormenorizada em seu debate, cujo Relator era o Senador Saturnino Braga, e o ponto que fez com que o relatório fosse derrotado imputava apenas uma pequena mudança. Eu, digamos assim, tive um trabalho muito curto naquele momento, mas, agora, neste processo de revisão, o procedimento adotado foi o de que aguardaríamos as mudanças que caberiam dentro da peça orçamentária e o de que, tão logo se concluísse o processo de votação do Orçamento, faríamos essa adaptação e a projeção para o próximo ano.

Sr. Presidente, o que me deixou surpreso foi que o programa que utilizamos para procedermos à confecção do relatório está sendo utilizado pela primeira vez. Então, até desconheço a probabilidade de erro. Não sei se a probabilidade é maior ou menor e confesso a V. Ex^a que, de ontem para hoje, tomei a atitude de fazer o trabalho praticamente à mão. Assim, nossa equipe está trabalhando artesanalmente.

Meu esforço é para que entreguemos hoje esse relatório do PPA, a fim de que corra o tempo necessário e de que, na próxima terça-feira, ele seja apreciado no âmbito da Comissão Mista de Orçamento. Quero apresentar um relatório o mais próximo possível da realidade, para que evitemos qualquer tipo de erro.

Tomo, aqui, diante de V. Ex^a, a seguinte decisão: apresento o relatório em qualquer circunstância; caso se detecte alguma nova alteração, teremos tempo daqui para segunda-feira...

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pois não.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador, não vou culpar V. Ex^a, apenas vou repetir ao Presidente da República, que não está sabendo: um dos motivos pelos quais o Orçamento não foi votado é que o PPA também não foi votado. Quero comunicar ao Presidente da República que o Relator é V. Ex^a, que é do Partido dele e que não apresentou o relatório. Então, esse é mais um motivo para que o Presidente não reclame do Congresso Nacional.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não posso aceitar. Acabei de fazer minha explicação, Sr. Presidente, e espero que ela seja justa.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – V. Ex^a recebeu orientação do Palácio para isso?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Recebi orientação de aguardar as modificações do Orçamento dentro da minha Bancada.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Ah, então, a culpa é do PT!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Dentro da minha Bancada. Aguardamos a votação do Orçamento, que era a parte de maior interesse também dos Congressistas, e apresento esse relatório hoje à tarde, Sr. Presidente. Espero que, na próxima terça-feira, tenhamos chegado a um acordo de votação e que seja, ainda no mesmo dia, possível uma reunião do Congresso, para votação das duas matérias.

Quanto aos outros fatos, também concordamos com V. Ex^a, que tem feito esforço para que possamos trabalhar em maior velocidade, desobstruindo a pauta e assim por diante. É claro que, se desobstruirmos a pauta até a próxima quarta-feira, será melhor para todos nós – Governo, Congresso e toda a sociedade.

Então, também me congratulo com V. Ex^a.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Sr. Presidente, desculpe-me, mas esse é um assunto que deve ser esclarecido. Parabenizo o Senador Sibá, que assume que não concluiu o relatório do PPA – sem sua votação, não se pode votar o Orçamento – porque recebeu determinação da sua Bancada para que aguardasse. Isso é o que foi dito. Então, a responsabilidade é do PT! V. Ex^a acabou de dizer que não votou o PPA porque recebeu determinação para que não apresentasse o relatório. Perguntei: “De quem?”. E V. Ex^a disse: “Da minha Bancada”. E o Presidente da República vem, agora, reclamar do Congresso? Devia estar reclamando da Bancada do seu Partido, o PT, que escolheu V. Ex^a – que, com competência, está fazendo seu trabalho, pois disse V. Ex^a que o relatório está pronto e será entregue hoje –, mas lhe pediu que não apresentasse o relatório. Então, mais uma vez, o Presidente não sabia que sua Bancada, do seu Partido, determinou que não apresentasse o PPA. V. Ex^a acaba de dizê-lo. Então, reitero que o Presidente deve colocar a cabeça no lugar, apresentar os fatos verdadeiros à nossa sociedade e não sair atirando contra o Congresso Nacional. Não há responsabilidade do Congresso Nacional. Está tecnicamente justificado por que não se votou o Orçamento. Aqui está o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, que foi claro: não se pode votar o Orçamento sem se votar o PPA. O Relator do PPA, que é do PT e que está aqui, é o Senador Sibá, que tem trabalhado

com competência e com transparência, conversando com todos. O Relator do Orçamento também é do PT e está aqui, por coincidência: o nosso querido Deputado Carlito Merss, que tem feito sua parte. Mas não me venha dizer o Presidente da República que somos os culpados porque não votamos! Há uma determinação, segundo o próprio Relator do PPA, para que aguarde para apresentar seu relatório. Conseqüentemente, não podemos votar o Orçamento. Lamento dizer que o Governo atirou errado mais uma vez. Devia cuidar da corrupção do seu Governo em vez de atirar pedras contra o Congresso Nacional.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Sibá, eu queria um aparte para esclarecer essa questão.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pois não.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Penso que podemos esclarecer e acabar com essa celeuma, porque o que interessa mesmo é a votação do Orçamento. É claro que é importante votarmos o PPA. Em um nível de precedência, normalmente, ter-se-ia o PPA para, depois, ter-se o Orçamento, porque o PPA são as diretrizes que precisam nortear todo o trabalho a ser feito no Orçamento, mas quero registrar que, necessariamente, não se precisa aprovar o PPA para se votar o Orçamento. Isso não é preciso. No ano passado, fui Relator e coloquei, no Orçamento, um dispositivo.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Mas está errado! Está errado, sim.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Isso foi aprovado. Incluí um dispositivo estabelecendo que todos os investimentos previstos no Orçamento fariam parte do PPA. Essa foi a forma que encontramos para votar rapidamente o Orçamento.

Então, se houver decisão política, se houver uma construção e um interesse comum, pode-se, independentemente da votação do PPA, votar o Orçamento com esse dispositivo votado no ano passado. Temos defendido isso para que, efetivamente, se vote o Orçamento com urgência. O PPA é uma discussão de diretrizes e precisa ser compatibilizado com o Orçamento, porque, se não o for, muitas emendas de Parlamentares incluídas no Orçamento serão invalidadas por conta de um PPA malfeito.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB.) – Não há problema. Quero deixar registrado, Sr. Presidente, que quem vem pedindo verificação de **quorum** é a base do Governo. Foi o Deputado João Leão, que representa o Governo na Câmara, quem pediu verificação de quórum. Não foi a Oposição, não. Não se votou o Orçamento porque o Governo não quis. O Deputado João Leão, na última reunião, pediu verificação de quórum e não deixou que se votasse o Orçamento. É

bom que se registre isso, para não fazerem o que querem fazer com os Ministros, que estão caindo dia-a-dia neste Governo, ou seja, tentar enganar a sociedade. Vamos contar a verdade. O fato verdadeiro é esse e deve ser esclarecido. Nós não queremos aqui nada mais que a verdade.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Sibá Machado, antes de conceder a palavra a V. Ex^a, vamos ouvir o Senador Romeu Tuma, a quem peço que seja sucinto, porque todos estão falando pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, depois eu gostaria de falar, pela Liderança do PSB, sobre esse assunto.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A palavra está comigo ou com o Senador Romeu Tuma?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A palavra foi dada ao Senador Romero Jucá e agora ao Senador Romeu Tuma. Depois, voltarei a V. Ex^a. Todos estão falando pela ordem, não é possível conceder apartes.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero testemunhar dois fatos neste Senado, no Congresso. Primeiramente, a elegância, a lhanza de V. Ex^a ao conduzir os trabalhos deste Senado. É claro que temos desespero para aprovar o Geap, porque policiais federais, gente que recebe salário básico, praticamente, estão sofrendo sem assistência médica. Então, é importantíssimo para aqueles que tiverem problema de saúde ter alguma coisa que lhes dê a confiança de que vão ser cuidados. Isso é importante, e V. Ex^a tem conduzido exemplarmente os trabalhos.

Sobre as CPIs, quero dizer que V. Ex^a é o ponto de equilíbrio, é o ponto da balança. Quando há constrangimentos, lutas quase que inexplicáveis, trazendo tumultos violentos às CPIs, V. Ex^a interfere na hora certa para manter o equilíbrio, sem intervir no processo. Eu queria ser testemunha disso perante a sociedade brasileira.

Sobre o Orçamento, quero informar que sou membro da Comissão de Orçamento. É claro que não me dão o relatório. Já reclamei ao Presidente, mas estou presente e vejo o esforço, a angústia do Presidente Mestrinho para tentar aprovar, chegando ao ponto de dizer que ia entregar a Presidência. O Carlito Merss está lá lutando para tirar verba daqui e pôr ali, para tentar atender a todo mundo. Algumas coisas realmente têm impedido a votação.

O Presidente Lula pode reclamar, mas deve identificar quem são os responsáveis pela falta de votação

do Orçamento. O País não pode ser gerenciado por medidas provisórias para alocação de verbas em razão da falta do Orçamento.

E, quanto ao PPA, se V. Ex^a entregar hoje, Senador Sibá Machado, vamos, na Semana Santa, à igreja acender uma vela para que possa ser votado o Orçamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Eu gostaria de destacar a presença neste debate do Deputado Carlito Merss, Relator do Orçamento, que muito nos honra.

Vou ouvir o Senador Antonio Carlos Valadares e o Senador Sibá Machado, mas, antes, pela precedência, eu gostaria de ouvir o Senador Gilberto Mestrinho, que é o Presidente da Comissão.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, efetivamente, nós que pertencemos à base do Governo temos acompanhado vários fatos, vários pronunciamentos e várias declarações que mostram que o Presidente da República, muitas vezes, é muito mal informado por seus Ministros, que chegam até a mentir para Sua Excelência. Sei de casos assim. Não vou citá-los, porque não é elegante, mas sei que Ministros mentem para o Presidente, que fica certo de que as coisas foram feitas, e não foram. Essa é a realidade!

Na questão do Orçamento, este foi para o Congresso com um determinado valor, mas não previu medidas que seriam tomadas depois, pelo Governo, de benefícios, de benesses, de coisas novas da sociedade. Então, foi previsto um salário mínimo de R\$321,00 (trezentos e vinte e um reais) e se aumentou para R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais). Foram alguns bilhões nisso, que o Congresso teria de encontrar meios para cobrir.

A Lei Kandir é uma obrigação do Estado, porque a União não pode fazer saudação e conceder benefícios aos outros com o chapéu alheio. Isso porque os Estados abrem mão do ICMS, deixam de arrecadar esse imposto para dar divisas à União, e a União não quer ressarcir os Estados – isso não é de agora, já é uma luta de dez anos, mas o Governo este ano não previu nada da Lei Kandir. Sou testemunha do esforço, da luta terrível do Deputado Carlito Merss na busca de encontrar meios para atender a essa reivindicação. Foram mais R\$3,4 bilhões alocados, quando, no ano passado, foram pagos aos Estados R\$5,2 bilhões.

Veio mais a questão da indenização dos anistiados, que não constava nada no Orçamento; e víamos

no auditório a quantidade grande de pessoas, já visivelmente vencidas na vida, querendo alguma coisa com essa anistia. O Deputado Carlito Merss conseguiu colocar no Orçamento um recurso para isso.

E por aí foi. No total, foram mais de R\$14 bilhões que o Deputado teve que inventar, corrigir, com muita responsabilidade, para compor o Orçamento.

Enquanto isso, sentíamos – e várias vezes denunciei isso na Comissão mesmo – e cheguei a declarar que, se até o dia 30 de março a Comissão não aprovasse o Orçamento, eu renunciaria à Presidência, porque não era possível! Chegou a ponto de a base do Governo – repito, à qual pertencço e tenho sido leal – pedir verificação de quórum para não se votar. Isso é a coisa pior que pode acontecer. O máximo que pode acontecer de ilegalidade partidária, vamos dizer, de ilegalidade política.

Até que enfim conseguimos votar. Com muito trabalho, com muita luta do Relator Carlito Merss, dos assessores, para que se pudesse ter um Orçamento, foi votado, então, na semana passada. Mas precisava do PPA. Por que precisa, efetivamente, do PPA? Porque aquilo que não constar no PPA não pode ser objeto de atenção na execução do Orçamento. Pode-se votar depois quando é dentro do mesmo exercício; nesta altura, já não se pode mais. Então, o Orçamento tem que ser votado, mas o PPA também.

O Relator do PPA é o Senador Sibá Machado, que recebeu essa instrução de aguardar. S. Ex^a, que é leal ao seu Partido, à sua base, à sua Liderança, tem feito isso. S. Ex^a tinha me prometido que, hoje, à tarde, terminaria esse relatório. Se S. Ex^a apresentar hoje à tarde, vai à publicação, e é possível que, na terça-feira, dados os prazos regimentais, proceda-se à votação. Do contrário, não se poderá votá-lo efetivamente, passando para a outra semana, porque é regimental. Temos de obedecer ao Regimento.

Então, Sr. Presidente, a realidade é esta: informam mal ao Presidente da República. Essa é a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Nunca é demais lembrar que precisamos mudar o Orçamento. O Orçamento no Brasil é uma peça de ficção porque é meramente autorizativo. Para se ter uma idéia, no ano passado, somente 30% dos investimentos previstos no Orçamento foram liberados, num ano em que houve elevação da receita, além da prevista no Orçamento, de mais de R\$20 bilhões.

Isso não pode continuar. Precisamos de um planejamento óbvio, e o Orçamento tem que ser consequência desse planejamento. Necessitamos de alguns programas estruturantes, que podem vir por emenda coletiva ou individual, não importa. O que importa é que

esses programas estruturantes fiquem fora da regra do contingenciamento.

O que acontece na verdade? O Congresso recebe o Orçamento no dia 31, passa dois, três meses elucidando a peça orçamentária, porque não sabe o que vem, diferentemente do que acontece no mundo, em que os Congressos participam da formulação do Orçamento. Aqui é diferente: há um prazo exíguo para apreciação do Orçamento e vota-se paralelamente o PPA. Depois desse esforço todo, o Governo contingencia tudo e fica com arbítrio de liberar o que entende ser necessário liberar.

Sinceramente, isso não pode acontecer, pois ocorre em detrimento da competência do Poder Legislativo. Tomamos várias medidas, fizemos o dever de casa, cortamos despesas, pagamos o reajuste dos servidores com o remanejamento dos nossos recursos orçamentários, não houve a utilização da medida provisória que o Governo editou. Fizemos a nossa parte, dando qualidade e transparência ao gasto público, e isso precisa ser feito em todos os lugares.

Vou continuar dizendo isso e pedindo aos Líderes que, a exemplo do que fizemos com as medidas provisórias, priorizemos também as mudanças no Orçamento, que, como sabe o Senador Gilberto Mestrinho, precisam ser feitas urgentemente. Votar o Orçamento não basta. É preciso que tenhamos programas estruturantes fora da regra do contingenciamento; do contrário, o Governo sempre terá o arbítrio de liberar o que quiser, segundo o critério que quiser, e isso não é bom para a relação que deve ser harmônica e independente entre os dois Poderes.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, ainda...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Gilberto Mestrinho, V. Ex^a dispõe da palavra para complementar o seu pronunciamento.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, V. Ex^a colocou bem o problema que existe em relação ao Orçamento da República, que não é de hoje; é antigo. A elaboração orçamentária é feita de maneira, vamos dizer, desatualizada pelo Ministério do Planejamento. Então, o Orçamento chega aqui no Congresso totalmente desatualizado, e os Ministros ficam pressionando os Relatores da Comissão para suprirem as deficiências do Executivo, querendo mais dinheiro; pressionam o Relator e os Relatores setoriais. Esse passou a ser o papel da Comissão.

Em segundo lugar, a Comissão tem 84 membros – é maior do que o Senado. Então, é difícil trabalhar com tanta gente assim. É difícil.

Em terceiro lugar, fala-se muito em Orçamento impositivo e em Orçamento não impositivo, autorizativo

somente. Enquanto não tivermos uma economia estabilizada – não está estabilizada nossa economia, há muita conversa fiada –, é impossível o Orçamento impositivo total. O Orçamento deve ser misto: 80% impositivo e 20% dependendo do comportamento da receita. O Congresso precisa ter um órgão, uma comissão, o Senado e a Câmara, de acompanhamento da elaboração do Orçamento, com poderes para verificar a execução e o comportamento. Também há outro defeito: os créditos são insuficientes. O Governo pede crédito a menos na proposta e, quando chega o dia 15 de novembro, entope a Comissão com pedidos de créditos suplementares, e a Comissão, na época em que tem de votar o Orçamento, vai cuidar dos créditos suplementares.

Neste ano, muita coisa foi votada pela comissão final do Senado; não foi votada pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, porque não houve tempo.

Assim, todas essas medidas têm de ser tomadas, mas é preciso discuti-las efetivamente, no interesse de se fazer o melhor e não de beneficiar grupos, partidos e Governo. É preciso fazer uma resolução que atenda o Orçamento da República e não o orçamento de “a”, “b” ou “c”.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gilberto Mes-trinho, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, aqui já foi enfatizada por diversos Senadores a relevância da aprovação da Lei de Meios e do nosso Orçamento. Apesar de ser uma peça meramente autorizativa, e até ser considerada uma peça de ficção, o Orçamento Federal, no entanto, faz previsões que, se concretizadas, poderão mudar a face da infra-estrutura do nosso País. São as emendas coletivas ou de bancadas, as emendas individuais e os programas de Governo fixados nessa peça que vão determinar a direção de nosso País em relação aos investimentos e às aplicações na área social.

Portanto, Sr. Presidente, é fundamental que aprovemos o Orçamento. Corroboro essa preocupação do Presidente do Senado, que é de todos nós, evidenciando-se não apenas pelos pronunciamentos que aqui são feitos. O próprio Poder Executivo demonstra essa preocupação, e a comunidade sabe que o Orçamento é im-

portante. De nada adianta minimizar a importância do Orçamento, porque a sociedade brasileira tem, no seu consciente e no seu subconsciente, que o Orçamento, que traz as receitas e despesas da Nação, tem de ser aprovado. E é com base nele que o Governo vai agir.

Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá, Relator-Geral do Orçamento do ano passado, apresentou uma saída inteligente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, estou encerrando. Outros tiveram direito de falar sem previsão de tempo, mas serei breve e obedecerei à determinação de V. Ex^a e do Regimento. Estou encerrando.

O Senador Romero Jucá encontrou uma saída brilhante: incluir na lei do Orçamento um artigo que disponha que todos os programas previstos na Lei Orçamentária serão obrigatoriamente, religiosamente, cumpridos e fixados no PPA. Ora, se o Orçamento, por meio de um dispositivo do próprio Congresso Nacional, prevê que os programas são aprovados automaticamente, pode-se esperar um pouco que o PPA seja aprovado, mas, na realidade, a Lei do Orçamento já prevê e salva todos os programas do Governo.

Há um outro assunto, Sr. Presidente, que não pode deixar de ser levado em consideração neste debate: as medidas provisórias, que realmente atravancam e quebram a normalidade do funcionamento do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, sem dúvida alguma. Agora mesmo estamos com algumas medidas provisórias trancando a pauta.

Eu apresentei, por ocasião da PEC do Senador Antonio Carlos Magalhães, Sr. Presidente, nobre Relator da Comissão dos Bingos, homem eficiente, trabalhador e moderado, que já foi também Relator do Orçamento, também já foi Presidente da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Fui Relator das Diretrizes Orçamentárias.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Das Diretrizes Orçamentárias, portanto, V. Ex^a conhece, mais do que ninguém, como funciona o Orçamento Federal. Apresentei uma saída. Qual era? Que em três dias o Congresso Nacional passaria com a sua pauta trancada, aguardando os acordos para votação das medidas provisórias. Se esse acordo não se efetivasse, passaríamos os três dias subseqüentes votando as matérias próprias do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara. A nossa emenda, infelizmente, foi rejeitada. Isso, sem dúvida alguma, resolveria essa paradeira provocada pelas medidas provisórias.

E, por último, ninguém pode esconder e afirmar que a crise política também não esteja incidindo nessa

paradeira do Congresso Nacional. É um outro fator que está contribuindo, sem dúvida alguma, para a quebra da normalidade. Claro que é uma crise avassaladora, que abarca não só o Executivo, mas também o Poder Legislativo. E afirmar que a crise política não está interferindo, é não querer dizer a verdade. Está interferindo. Não quero dizer com isso que os partidos políticos estejam se reunindo nos gabinetes para colocar barreiras intransponíveis à votação do Orçamento. Não! É que a própria crise se encarrega disso, de parar a votação normal do Orçamento.

Sr. Presidente, agradeço a sua bondade. Quero afirmar que o Orçamento tem que ser aprovado e que existe uma saída, mesmo que o nosso Senador Sibá Machado não possa apresentar daqui para terça-feira o seu relatório, ou que ele apresente e não seja votado. A saída é o artigo apresentado, no ano passado, pelo Senador Romero Jucá, porque, mesmo que V. Ex^a e o Presidente queiram, muitas vezes a Comissão de Orçamento não encontra **quorum**, principalmente na Semana Santa. Mas podemos reunir o Plenário do Congresso Nacional e aprovarmos o Orçamento, na próxima semana, independentemente desses ajustes que serão feitos pelo Senador Sibá Machado.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Vou conceder a palavra ao Senador Sibá Machado e, com a sua fala, encerrar o debate sobre o Orçamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, às vezes as coisas são colocadas sem nenhuma preocupação de separar o que é político do que é meramente técnico. Eu me senti ofendido pela forma com que fui tratado aqui hoje.

Quero dizer a V. Ex^a que a minha Bancada orientou o “sim”, mas tive autorização formal da Comissão de Orçamento, porque apresentei a tese no Colégio de Líderes dizendo que eu não poderia fazer um PPA à revelia do que estava sendo debatido no Orçamento, porque não teria compatibilidade.

Em segundo lugar, apresentei a tese na plenária da comissão. Apresentei, por escrito, a norma regimental que deveria preceder o debate sobre PPA. E ficou entendido que eu só poderia tratar deste assunto depois de o Orçamento ser discutido e deliberado. E o tempo que me foi dado, tem um problema técnico, porque eu não posso em 24 horas fazer um relatório. Estou utilizando um programa, Sr. Presidente, pela primeira vez. Não sabemos a margem de erro que tem,

tanto é que as informações não estão batendo, e estão fazendo um trabalho artesanal.

Acertei com o Presidente da Comissão que vou entregar um relatório hoje, embora passível de erros, para que possamos na terça-feira votar um relatório, mesmo que eu tenha que apresentar uma série de adendos de correção ao texto que vai ser apresentado.

Por último, temos aqui uma nota técnica, que pedi ao Consultor, que eu gostaria de ler, para dar como encerrado definitivamente este episódio.

Citei a seguinte nota técnica:

1. a lei orçamentária deve ser compatível com o Plano Plurianual;

2. a Resolução nº 1/2001 estabelece prazos para apresentação de emendas, pareceres, entrega e publicação dos relatórios, etc., de forma que o PPA seja aprovado antes da LOA, buscando, desse modo, garantir a compatibilidade prevista na Lei Maior;

3. o Regimento, todavia, não garante a compatibilidade, uma vez que duas leis tramitando, paralelamente, recebendo emendas que, não necessariamente, estejam visando a compatibilidade entre elas, dificilmente estariam ainda compatíveis ao final do processo, que é o que está ocorrendo;

Veja o salário mínimo, a discussão que foi feita sobre a Lei Kandir e tantas outras novidades que surgiram no processo;

4. a CMO, para contornar essa dificuldade, tem aprovado normas de tramitação do PPA e suas revisões, cujo objetivo seria o de garantir a compatibilidade entre o PPA e LOA, ao final do processo. Entre essas normas está a de que o Relator-Geral do Orçamento e o Relator do PPA trabalhariam em consonância para garantir essa compatibilidade ao final;

Sabe o que ocorreu, Sr. Presidente? Ninguém deu a menor atenção ao PPA, porque os olhos estavam voltados para a peça que é mais fácil de ser levada a cabo.

5. a emissão do relatório final do PPA exigiria que as decisões da CMO, relativamente ao PLOA, fossem implementadas no SELOR para que, então, a equipe responsável pelo PPA pudesse incorporar as mudanças introduzidas pela LOA, analisar seus reflexos no exercício seguinte [que é o ano de 2007] e, finalmente, emitir e conferir os relatórios do PPA;

6. o prazo inicialmente proposto no dia 30/03 para a emissão do relatório do PPA, de

24 horas, era absolutamente impensável, tanto porque as decisões da CMO com relação ao PLOA ainda nem estavam implementadas no sistema, quanto porque as análises de seus impactos no exercício subsequente ainda não haviam sido elaboradas. As decisões da CMO com relação ao relatório final da LOA somente foram implementadas no sistema no dia 02/04, mas o relatório final também sofreu um processo normal e previsível de conferência, de modo que ainda não havia sido divulgado até 4-4;

7. a Lei de Diretrizes Orçamentárias veda a execução de ações orçamentárias que não estejam contempladas no PPA, o que permite entender que pode haver a aprovação da LOA antes do PPA, mas a execução ficaria suspensa exclusivamente nessas ações. A aprovação do PLOA antes do PPA, portanto, é uma questão política, que pode ser viabilizada. [Que pode ser votada sim, na terça-feira, sem meu relatório – mas espero que o meu relatório seja aceito, Sr. Presidente.] O que não poderia ocorrer é a incompatibilidade entre essas duas leis, o que inviabilizaria sua execução.

Desse modo, o prazo utilizado pelo relator da revisão do PPA [que sou eu], para a entrega de seu relatório final está absolutamente compatível com a complexidade da tarefa e com a tramitação pela qual optaram os membros da CMO.

Assim sendo, Sr. Presidente, eu gostaria que esta nota fosse dada como uma resposta que entendo possa tirar as dúvidas apresentadas aqui pelos demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, na qualidade de Líder do Governo; em seguida, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena e depois, já como orador inscrito, ao Senador Efraim Morais.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei rápido, mas gostaria de fazer nesta manhã um registro e uma sugestão ao Senado: semana passada, não estive presente ao Senado, e é por isso que faço esta manifestação somente esta semana. Há dias, o País todo tomou conhecimento e discutiu bastante o documentário “Falcão – Meninos do Tráfico”, que foi apresentado no Fantástico, da Rede Globo e, em decorrência dessa exposição e dessa colocação, muito se debateu e muito está se debatendo no País sobre a situação dos jovens vítimas de ambientes de delinquência, vítimas de falta de oportunidade e vítimas de muita dificuldade no encaminhamento de seu futuro.

Ontem, a Comissão de Direitos Humanos do Senado, por intermédio do Senador Cristovam Buarque, ouviu MV Bill, autor do documentário “Falcão – Meninos do Tráfico”, para se discutir formas de se buscar soluções para a questão.

Paralelamente, a Secretaria-Geral da Presidência da República, orientada pelo Presidente Lula, também começa a discutir quais ações complementares ao Projovem podem ser feitas para que se enfrente esse que é um dos maiores desafios do País.

Efetivamente, dar opção, visualizar um futuro, criar condições para que os jovens brasileiros possam ter esperança e possam sonhar são uns dos grandes desafios do País para hoje e para o futuro.

Temos uma grande experiência – e é por isto que trato deste assunto – na cidade de Boa Vista. Quando a Prefeita Teresa Jucá assumiu a Prefeitura há cinco anos, existiam mais de 35 “galeras” na cidade, Senador Paulo Paim, espalhadas nos bairros. Cada bairro tinha a sua galera, o seu grupo de jovens violentos, e esses jovens se matavam. Então, todos os finais de semana morriam de dois a três jovens esfaqueados, baleados, enfim, no confronto dessas galeras.

Nós nos debruçamos sobre essa questão, porque amamos Boa Vista e temos consciência de que esse era um grande desafio da cidade. Fez-se um censo desses jovens e analisou-se o que os levava a formar as galeras. Na verdade, era a desestruturação do lar, da família, a falta de referência dos jovens, a falta de oportunidade. Querendo fazer parte de alguma coisa, eles se juntavam a um grupo que os levava e os estimulava à prática da violência, porque, na regra da galera, o mais violento é o chefe. Então, na verdade, eles seguem uma escalada de violência para ver quem vai mais além, como se isso fosse prova de coragem.

A Prefeitura de Boa Vista buscou uma solução e enfrentou esse desafio. Quatro anos depois, podemos apresentar números. A Prefeitura lançou o Projeto Crescer, um modelo para o Brasil hoje. O número de galeras caiu de 35 para 5, e a violência juvenil em Boa Vista, atestada pela Polícia do Governo do Estado, que é adversário político da Prefeitura, caiu em 72%. Tanto que a cidade, em pesquisa feita pelo IBGE dias atrás, foi apontada como a segunda cidade mais tranquila do País, perdendo apenas para Brasília.

Então, essa questão é extremamente importante. Nós vivemos a experiência. O que vai resolver o problema da violência juvenil, da falta de oportunidade aos jovens, não é a construção de Febem, não é prender o jovem, nem construir escolas convencionais.

Em Boa Vista, Teresa construiu uma escola aberta, com outro tipo de currículo, com outro tipo de atrativo, com outro tipo de condição, deu carinho, deu atenção e,

efetivamente, recuperamos centenas de jovens. Jovens que eram delinqüentes, acusados de duas ou três mortes, hoje são instrutores, trabalham ajudando a cidade. Enfim, os jovens foram ressocializados de forma criativa.

Tivemos de discutir no Ministério da Educação até o funcionamento da escola, porque como ela era diferente, em tese, não queriam reconhecê-la como uma instituição de ensino formal. E hoje ela é um exemplo. A Escola Frei Agostinho é uma escola aberta que tem várias atividades. Aprende-se português, fazendo um jornalzinho da escola; há capoeiras e lutas de boxe. Quer dizer: direciona-se e traz-se para dentro de uma sala de aula diferente o jovem que, hoje, está perdido.

Registro a importância da discussão feita pela Comissão dos Direitos Humanos e ressalto que tínhamos de nos debruçar sobre essa questão, Senadora Heloisa Helena. Não tenho dúvida de que o grande desafio das médias e grandes cidades hoje é criar uma alternativa, criar programas que envolvam os jovens, que lhes dê esperança, que lhes dê outro tipo de referencial, para que não fiquem à mercê das galeras ou de traficantes. Eles estão buscando algum tipo de identidade, querem participar de alguma coisa. Que lhes proporcionemos participar da construção de alguma coisa boa.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Romero Jucá, faço um aparte muito rápido para não diminuir o tempo do seu pronunciamento. Assinei com o Senador Cristovam Buarque o pedido de realização da audiência pública ocorrida ontem. Devido à Comissão Mista do Salário Mínimo reunir-se no mesmo horário, não pude ficar lá todo o tempo. Mas por que o aparte? Para dizer a V. Ex^a que estamos promovendo, apoiados pelo Senador Renan Calheiros, um seminário internacional visando debater esse tema. Enquanto V. Ex^a falava, eu pensava que temos de procurar alguns exemplos lá fora e, é claro, aqui dentro. E gostaríamos de conhecer melhor o exemplo do trabalho realizado por sua esposa, Teresa Jucá, à frente da Prefeitura de Boa Vista. Quero, de público, pedir a V. Ex^a que possamos assegurar, como uma das panelistas desse seminário internacional, a presença da Sr^a Teresa Jucá, para que nos fale dessa experiência tão importante, porque, evidentemente, a preocupação de todos nós é tirar a nossa juventude dessa situação de desespero que o Senador Romero Jucá descreve com muita precisão. É o desespero que faz com que eles entrem nessa luta fratricida, causando uma morte após a outra na nossa juventude e atingindo principalmente a comunidade negra. V. Ex^a sabe da minha luta. Por isso, cumprimento V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Agradeço ao Senador Paulo Paim. Tenho certeza de que

Teresa ficará extremamente honrada em participar desse debate. É muito importante a interação de experiências nacionais e internacionais, porque, no caso de Boa Vista, não se deu apenas a educação. Há um processo de construção de entrada e de saída, porque a porta de saída da recuperação é o grande desafio na questão dos jovens.

Na Prefeitura de Boa Vista, há três tipos de tratamento: primeiro, a questão de produção e de convivência, porque os jovens precisam conviver; segundo, a questão pedagógica e educacional; e, terceiro, o núcleo de geração de renda com a cooperativa, que cria uma série de atividades para esses jovens começarem a obter renda e encaminhamento para o restante de suas vidas, porque também não podem ficar dependendo de programas públicos. Eles devem ser redirecionados, socializados e incluídos no mercado de trabalho.

Sem dúvida alguma, ficamos muito felizes com a iniciativa de V. Ex^a, do Senador Cristovam Buarque e do Presidente Renan Calheiros de discutir essa questão em um seminário. A experiência de Boa Vista está à disposição, e temos o maior interesse em demonstrá-la.

Senador Paulo Paim, é emocionante ver a mudança na maioria dos jovens. Não vou dizer que se recuperam 100% dos jovens – não se recuperam 100%. Mas que se recuperem 70%, 80%, que se recupere uma vida, já se ganhou muito. E a recuperação é muito grande.

Vemos crianças e jovens dizendo que, se não estivessem no Projeto Crescer, estariam mortos. Pessoas dizem isso, reconhecem o trabalho feito e ajudando os jovens que estão chegando. É uma roda; é uma engrenagem que não pára. Todo dia há mais crianças nas ruas; todo dia há mais crianças à mercê do tráfico. Quer dizer, os 17 meninos que participaram do documentário Falcão, que morreram, foram substituídos por outras crianças, que estão lá também.

Esse é um desafio muito grande, que, sem dúvida nenhuma, temos que enfrentar.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Romero Jucá, como o Senador Paulo Paim, saúdo V. Ex^a pelo pronunciamento. Sei que o problema da criança e do jovem no Brasil é muito grande, porque temos, como o Senador Paim disse, uma hierarquia perversa em relação aos negros, uma hierarquia maldita e perversa entre ricos e pobres, entre brancos e negros, homens e mulheres. A situação das nossas meninas, Senador Garibaldi, é gravíssima, porque são elas que vão para a prostituição, são as nossas meninas que perdem a adolescência e a juventude em função da gravidez. Os meninos estão sendo arrastados para a marginalidade e para o narcotráfico como

último refúgio. E muitas vezes aqui, trocando idéias com o Senador Cristovam Buarque, dizemos da necessidade do Estado brasileiro, porque a pobreza, a miséria, o desemprego e o sofrimento desagregam as relações familiares, provocam a perda de laços familiares tão importantes. Muitos dos meninos que estão nas ruas não têm referência familiar, mas muitos têm. Entretanto, quando ele volta para casa, sente a falta de expectativa por sua volta, por causa da miséria, das pessoas alcoolizadas e drogadas. É uma situação tão difícil que o Estado tem de adotar essas crianças antes que o crime organizado, a prostituição e a marginalidade as adotem. O Estado brasileiro tem de estar presente. Como V. Ex^a disse em relação à Prefeitura ou no acesso à cultura, à educação formal, ao lazer, ao esporte, tem-se realmente de preencher a vida da criança, porque uma criança ou um jovem tão esvaziados de amor, de sentimento, de compreensão, de acesso à dignidade acaba preenchendo sua vida com o mundo fácil; um mundo doloroso, maldito e sofrido, mas fácil, porque é o único que ele tem à sua porta. Saúdo o pronunciamento de V. Ex^a e espero que possamos discutir alternativas concretas e eficazes para minimizar o risco. Como bem disse V. Ex^a, a cada dia, uma criança está indo para a rua, por causa da família desestruturada, da ausência do Estado, porque não há ninguém para estabelecer e recompor os laços. Então, as crianças e os jovens vão mesmo para a marginalidade. Saúdo V. Ex^a e espero que possamos construir alternativas concretas e eficazes para, ao menos, minimizar os riscos de que as nossas crianças e jovens sejam arrastados para o narcotráfico e para a marginalidade como último recurso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Senadora Heloísa Helena, agradeço as palavras de V. Ex^a, que tocou em uma questão que é o desafio dentro do desafio: a questão das meninas e da gravidez na adolescência, de toda a desconstrução da condição de vida.

Resumindo, o Poder Público, o País tem de se importar, tem de olhar na direção de enfrentar, e não é fácil. Lembro-me de que, quando Teresa começou a fazer esse trabalho, ela passou a ser discriminada. Havia parlamentares que diziam: “A Prefeitura está trabalhando com bandido. A Prefeitura está dando a mão a bandidos”. E, na verdade, esse trabalho era realizado em nome da sociedade, das pessoas, mas havia todo um ranço da sociedade ou de parte dela, porque se estava olhando em direção dessas pessoas mais pobres, mais necessitadas e desestruturadas.

Para encerrar, Sr. Presidente, é importante que o País, que o Governo como um todo e a sociedade olhem em direção desses jovens e se importem com eles, que lhes dêem atenção e criem uma referência

para eles. É isso que procuramos fazer em Boa Vista, e tenho muito orgulho em dizer que lá conseguimos avançar bastante nessa questão. E coloco à disposição esse trabalho para ser visitado, porque, sem dúvida nenhuma, merece. É emocionante, volto a dizer. É emocionante ver o depoimento, ver as condições e ver a luta diária desses jovens em busca de uma oportunidade para resgatar a sua cidadania e a sua vida.

Muito obrigado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais, pela ordem.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encontrava-me inscrito para fazer um pronunciamento sobre o primeiro censo do Legislativo brasileiro e pediria a V. Ex^a que considerasse como lido na íntegra esse estudo inédito que, sem dúvida, ajudará a traçar uma radiografia completa sobre o trabalho e o perfil das Assembléias Legislativas.

Eu gostaria de me solidarizar com os cerca de 200 recenseadores que percorreram todas as Câmaras de Vereadores do País. Hoje, a partir das 19 horas, no Auditório Petrônio Portella do Senado Federal, terá início a Conferência Internacional do I Censo Legislativo Brasileiro, que contará com a presença de grandes estudiosos tanto de universidades brasileiras quanto de universidades estrangeiras.

Então, deixo aqui o convite a todos os Srs. Senadores e aos funcionários para que venham participar desse grande evento, que é, sem dúvida, o resultado de um trabalho do Interlegis, do qual tenho a honra de ser o Presidente Nacional, ao tempo em que parabeno toda a equipe do Interlegis, todos os nossos recenseadores por esse extraordinário trabalho.

Solicito a V. Ex^a que seja dado como lido este nosso pronunciamento, reiterando que a abertura será hoje, às 19 horas, no Auditório Petrônio Portella, e que haverá mesas-redondas nos dias 6 e 7 com professores tanto de universidades nacionais quanto de universidades internacionais.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Interlegis realiza estudo inédito sobre o Poder Legislativo

Um estudo inédito vai ajudar a traçar uma radiografia completa sobre o trabalho e o perfil das assembleias legislativas, câmaras municipais de todo o país e a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Trata-se do I Censo do Legislativo Brasileiro, a pesquisa mais completa sobre a atividade legislativa já feita no Brasil. Para a coleta dos dados, 180 recenseadores percorreram, em média, cinco mil quilômetros cada um, ao longo de três meses. Visitaram todos os 5.564 municípios brasileiros, utilizando automóveis, ônibus, aviões, motos, barcos e até em lombo de burro nos seus deslocamentos. Os resultados serão divulgados durante a Conferência Internacional do I Censo do Legislativo Brasileiro. O evento acontece em Brasília, entre os dias 5 e 7 de abril, no Auditório Petrônio Portela do Senado Federal, e reunirá grandes estudiosos de Ciência Política do Brasil e exterior.

O principal objetivo do I Censo do Legislativo – realizado em parceria do Senado Federal com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como parte de execução do Programa Interlegis – foi fazer um levantamento das qualidades, carências e deficiências do Poder Legislativo. O Censo servirá como ferramenta de grande valor para a definição de estratégias que possam contribuir para a melhoria do sistema legislativo, incrementando ações de qualidade, capacitando e modernizando as Casas, principalmente aquelas localizadas no interior brasileiro.

Dessa forma, assembleias e câmaras poderão cumprir seu papel constitucional de forma mais eficiente e adequada, desempenhando sua função de representar os interesses dos cidadãos brasileiros, fiscalizando os atos do Poder Executivo de forma mais consistente. Os dados do Censo também serão colocados à disposição de professores e estudiosos, que poderão, a partir das informações, conhecer melhor e buscar explicações para a realidade brasileira.

“A expectativa é de que, a partir desses estudos, surjam propostas de mudanças de procedimentos, posturas e até alterações legais mais coerentes com o processo de construção democrática”, explica o senador Efraim Morais, diretor nacional do Programa Interlegis. “O Censo servirá também como prestação de contas à sociedade brasileira, ao Legislativo brasileiro e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento das ações e resultados alcançados pelo Programa Interlegis.”

Metodologia – Em 2004 foi realizado um pré-teste – pesquisa de campo para auxiliar na elaboração do questionário que serviu como instrumento de coleta de dados para a realização do I Censo do Legislativo Brasileiro. Mais tarde, por meio de entrevistas com presidentes ou funcionários de assembleias e câmaras, os recenseadores do I Censo Legislativo reuniram informações fundamentais sobre infra-estrutura física e tecnológica das Casas Legislativas, quadro humano e parlamentar, migração partidária, produção legislativa (levando em conta grau de organização, mensuração e transparência do processo legislativo), características das Casas, capacidade financeira, perfil dos legisladores e suas relações interpessoais, e a abordagem sistêmica do desenvolvimento humano do ponto de vista da vereança.

Conferência Internacional – Está disponível na página do Interlegis (www.interlegis.gov.br) a ficha de inscrição para os interessados em participar da Conferência Internacional I Censo Legislativo Brasileiro. No dia 5 será feito o credenciamento dos participantes e abertura do evento. Nos dias 6 e 7, serão promovidas quatro mesas redondas, durante as quais serão divulgados os resultados do Censo Legislativo. Aqueles que não puderem viajar a Brasília poderão acompanhar as discussões por videoconferência, nas assembleias legislativas. Basta procurar os representantes do Interlegis em cada estado e fazer sua inscrição, que dará direito ao recebimento de certificado.

Para os dois dias de debates, o Programa Interlegis convidou especialistas em Ciência Política, de maior renome do País e exterior. A ocasião é única, afinal, houve poucas oportunidades no Brasil de reunir um grupo de notáveis como este para discutir questões relacionadas ao Legislativo.

Entre os que já confirmaram presença estão Argelina Cheibub (CEBRAP/IUPERJ - Rio de Janeiro), David Altman (Universidade do Chile), David Verge Fleischer, Henrique Carlos de Castro e Paulo Roberto da Costa Kramer (UnB - Brasília), José Francisco Sánchez López (Universidad de Salamanca - Espanha), Hélio Jaguaribe (IESPS - Rio de Janeiro), Louis Sandy Maisel (Colby College - Oakland, Estados Unidos), Maria de Fátima Junho Anastásia, Carlos Raulfo Félix de Melo e Fábio Wanderley Reis (UFMG - Belo Horizonte), Stephane Monclair (Universidade de Paris - Sorbonne), Timothy Joseph Power (Universidade de Oxford - Inglaterra), Wanderley Guilherme dos Santos (Universidade Cândido Mendes - Rio de Janeiro), Jens Borchert (Universidade de Berlim - Alemanha), Luis Gustavo Mello Ghohmann e Marcello Baquero (UFRGS - Porto Alegre), Ricardo Martins (Câmara dos Deputados), Alexandre Barros (Unieuro), Fabiano Guilherme Mendes Santos (IUPERJ), entre outros.

Conferência Internacional I Censo Legislativo Brasileiro

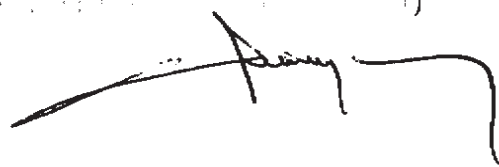
Data: 5, 6 e 7 de abril

Local: Auditório Petrônio Portela – Senado Federal, Brasília

Informações para a Imprensa: Mayla Largura (e-mail: mayla@senado.gov.br)

Adeline Delgado (e-mail: adeline@senado.gov.br)

Telefone: (61) 3311-4722



Expoentes da Ciência Política discutem resultados do I Censo do Legislativo, em Brasília, no começo de abril

Alguns dos mais renomados estudiosos em Ciência Política do Brasil e exterior estarão em Brasília, nos dias 6 e 7 de abril, numa conferência internacional, para discutir resultados apurados pelo I Censo do Legislativo Brasileiro. Realizado pelo Programa Interlegis (parceria entre o Senado Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID), o estudo é inédito no país. Apurou informações completas, aprofundadas e sem máscaras sobre o perfil dos legisladores e dados sobre as condições de funcionamento das Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas.

Pela importância e abrangência da pesquisa, a Conferência Internacional I Censo do Legislativo Brasileiro reunirá pesquisadores tão importantes quanto Argelina Cheibub (CEBRAP/IUPERJ – Rio de Janeiro), David Altman (Universidade do Chile), David Verge Fleischer, Henrique Carlos de Castro e Paulo Roberto da Costa Kramer (UnB – Brasília) e José Francisco Sánchez López (Universidade de Salamanca – Espanha). Também já confirmaram presença Hélio Jaguaribe (IESPS – Rio de Janeiro), Louis Sandy Maisel (Colby College – Oakland, Estados Unidos), Stephane Monclair (Universidade de Paris – Sorbonne), Timothy Joseph Power (Universidade de Oxford – Inglaterra), Wanderley Guilherme dos Santos (Universidade Cândido Mendes – Rio de Janeiro), Jens Borchert (Universidade de Berlim – Alemanha), entre muitos outros (*confira a programação abaixo*).

A entrada para a Conferência Internacional I Censo do Legislativo Brasileiro, que acontece no Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal, é gratuita. Os que não estiverem em Brasília poderão acompanhar as discussões por videoconferência, em espaços montados especialmente para isso nas assembléias estaduais. Em ambos os casos, os participantes que fizeram suas

inscrições pelo site do Interlegis (www.interlegis.gov.br) receberão certificados. Outra opção é acessar o site do Interlegis pela Internet, para assistir às discussões, em qualquer lugar do Brasil.

O público-alvo da conferência são, além de autoridades e políticos, estudiosos, professores e alunos das áreas de Ciência Política, História, Sociologia, Direito, Antropologia, e outros da área de Ciências Humanas.

Censo – O principal objetivo do I Censo do Legislativo foi fazer um levantamento das qualidades, carências e deficiências do Poder Legislativo. O estudo servirá como ferramenta de grande valor para a definição de estratégias que possam contribuir para a melhoria do sistema legislativo, incrementando ações de qualidade, capacitando e modernizando as Casas, principalmente aquelas localizadas no interior brasileiro.

Dessa forma, assembléias e câmaras poderão cumprir seu papel constitucional de forma mais eficiente e adequada, desempenhando sua função de representar os interesses dos cidadãos brasileiros, fiscalizando os atos do Poder Executivo de forma mais consistente. Os dados do Censo também serão colocados à disposição de professores e estudiosos, que poderão, a partir das informações, conhecer melhor e buscar explicações para a realidade brasileira. Para a coleta dos dados, 180 recenseadores percorreram, em média, cinco mil quilômetros cada um, ao longo de três meses. Visitaram todos os 5.564 municípios brasileiros, utilizando automóveis, ônibus, aviões, motos, barcos e até em lombo de burro nos seus deslocamentos.

Foram aplicados questionários que abordaram questões como infra-estrutura física e tecnológica das Casas Legislativas, quadro humano e parlamentar, migração partidária, produção legislativa (levando em conta grau de organização, mensuração e transparência do processo legislativo), características das Casas, capacidade financeira, perfil dos legisladores e suas relações interpessoais, e a abordagem sistêmica do desenvolvimento humano do ponto de vista da vereança.

Programação do I Censo do Legislativo Brasileiro

05 de Abril - Quarta-Feira

17h – Credenciamento

19h - **Abertura Oficial**

- Hino Nacional - Apresentação do Coral do Senado Federal

06 de Abril - Quinta-Feira

9h - Mesa de Abertura - “Apresentação da Metodologia de Coleta e Explicações sobre as Perspectivas das Análises”

- Márcio Sampaio (Diretor da Secretaria Especial do Interlegis)
- Telma Venturelli (Interlegis)

9:45h - Mesa 1 - Independência Entre os Poderes

Moderador: Jales Ramos Marques (Interlegis)

- Argelina Cheibub (CEBRAP/IUPERJ)
- David Altman (Universidade do Chile)
- David Verge Fleischer (UnB)
- José Francisco Sánchez López (Universidad de Salamanca)
- Hélio Jaguaribe (IESPS)
- Louis Sandy Maisel (Colby College)
- Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)
- Stephane Monclair (Universidade de Paris - Sorbone)
- Timothy Joseph Power (Universidade de Oxford)
- Wanderley Guilherme dos Santos (Universidade Cândido Mendes)

12h – Intervalo

14h - Mesa 2 - Capital Humano das Casas

Moderadora: Eleida Ribas Dutra – Interlegis

- Carlos Ranufo Félix de Melo (UFMG)
- Henrique Carlos de Castro (UnB)
- Jens Borchert (Universidade de Berlim)
- Luis Gustavo Mello Grohmann (UFRGS)
- Marcello Baquero (UFRGS)
- Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)
- Ricardo Martins (Câmara dos Deputados)

18h - Encerramento das atividades diárias

07 de Abril - Sexta-Feira**9h - Mesa 3 - Produção Legislativa****Moderadora: Débora Mescenberg Guimarães (UNB)**

- Alexandre Barros (UNIEURO)
- Argelina Cheibub (CEBRAP/IUPERJ)
- David Altman (Universidade do Chile)
- Fabiano Guilherme Mendes Santos (IUPERJ)
- Jens Borchert (Universidade de Berlim)
- Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)
- Paulo Roberto da Costa Kramer (UnB)
- Stephane Monclair (Universidade de Paris I–Sorbone)
- Wanderley Guilherme dos Santos (Universidade Cândido Mendes)

12h – Intervalo**14h - Mesa 4 - Partidos Políticos****Moderador: Paulo Roberto da Costa Kramer (UNB)**

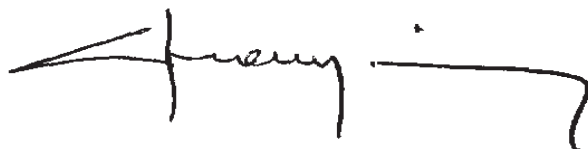
- David Verge Fleischer (UnB)
- Fabiano Guilherme Mendes Santos (IUPERJ)
- Fábio Wanderley Reis (UFMG)
- José Francisco Sánchez López (Universidad de Salamanca)
- Louis Sandy Maisel (Colby College)
- Luis Gustavo Mello Grohmann (UFRGS)
- Timothy Joseph Power (Universidade de Oxford)

17h - Mesa Especial - Constituição da Comissão de Técnicos e entidades que elaborarão o edital de acesso aos dados do Censo

- José Dantas Filho (Interlegis)
- Sergio Pires de Oliveira Penna (Senado Federal)
- Ricardo José P. Rodrigues (Câmara dos Deputados)

18h – Encerramento**Assessoria de Imprensa do Interlegis****Contatos:**Mayla Largura - maylalargura@interlegis.gov.brAdeline Delgado - adelinedelgado@interlegis.gov.br

Telefone: (61) 3311-4722



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento Interno.

Cumprimento V. Ex^a pelo trabalho desenvolvido pelo Interlegis.

Concedo a palavra, como Líder do Partido da Frente Liberal, ao Senador José Agripino.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para que eu possa me orientar aqui no plenário, gostaria de um esclarecimento.

Quando o Senador Renan Calheiros estava presidindo os trabalhos, eu solicitei a palavra pela liderança do Partido dos Trabalhadores e S. Ex^a me disse que me daria logo em seguida à Ordem do Dia. Isso faz mais ou menos umas duas horas. Claro eu vou esperar o Líder José Agripino falar, que, como sempre será uma alegria. Porém só quero me orientar e saber a que horas poderei falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, há uma precedência dada aos Líderes titulares. No caso, falará agora o Senador José Agripino, depois, a Senadora Heloísa Helena e, em seguida, V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estou contemplado. Só queria me orientar aqui. Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Fora do microfone.) – O Senador Paulo Paim pode falar antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Senadora Heloísa Helena está pedindo para que V. Ex^a se antecipe a ela.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei muito breve.

Preciso fazer um esclarecimento até em adendo às palavras que proferi ontem em relação à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que deverá votar hoje, no final da tarde, o seu relatório, até porque na segunda-feira encerra-se o prazo de vigência de seus trabalhos.

Faço esse esclarecimento, até porque as Bancadas do PFL e do PSDB na Câmara e no Senado se reuniram ontem no gabinete da Liderança do PFL no Senado e tomaram uma deliberação em conjunto. O Senador Efraim Morais estava lá presente, provavelmente votará hoje. E a deliberação tomada em conjunto é de prestigiar o relatório do Deputado Osmar Serraglio.

Ontem à noite, foi feito um entendimento, no gabinete do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, criando uma espécie de comissão de sistematização, encarregada de buscar algum entendimento ou o entendimento possível. Isso gerou algum **frisson**, alguma inquietação nas Bancadas do PFL e do próprio PSDB.

E quero deixar claro, Sr. Presidente, que a presença do Deputado ACM Neto ou de quaisquer dos membros do PFL e do PSDB nessa comissão de sistematização é uma pura manifestação de disposição ou diálogo, não de transigência com o que decidimos ontem. Não vamos confundir disposição ou diálogo com transigência com o que está deliberado de forma conjunta.

Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, veja o destino como é. Nós, do PFL, apresentamos a candidatura do Senador César Borges para a Presidência da CPMI e perdemos por um voto para o Senador Delcídio Amaral, que assumiu a Presidência e escolheu o Deputado Osmar Serraglio como Relator. Os trabalhos da CPMI dos Correios foram iniciados sob a nossa desconfiança. Eu não tinha nenhuma razão, de sã consciência, para confiar, porque ambos são da Base do Governo, que eles fariam um relatório absolutamente isento. **Mea culpa, mea culpa**, fizeram sim. O Relator Osmar Serraglio fez, sim, um relatório absolutamente isento e corajoso. Ele não tinha razão alguma, de ordem partidária, a não ser de ordem de compromisso com a sociedade e com a verdade, para, no seu relatório, escrever que houve, sim, mensalão. Não é que houve caixa dois, houve mensalão.

Foi instituída a prática da obtenção de dinheiro público – e aí entra o dinheiro do Visanet – para subsidiar um hábito mensal para a compra de consciência ou de partidos políticos. Quem diz isso é um membro de um partido da Base aliada. Eu não tinha razão nenhuma para acreditar que isso fosse capaz de acontecer, e aconteceu. Eu não tinha razão para confiar que o Deputado Osmar Serraglio, além de constatar a veracidade dos fatos, pelos argumentos que S. Ex^a expõe, fosse capaz de escrever que houve o mensalão e que o mensalão foi suprido por recursos públicos de fundos de pensão, de Correios, de Visanet, de Caixa Econômica, de lavagem de dinheiro em contrato de publicidade. Eu não tinha nenhuma razão para entender que S. Ex^a seria capaz de, em função da evidência dos fatos, escrever no seu relatório que houve corrupção ativa, sim, por parte do Sr. Delúbio Soares, do Sr. Luiz Gushiken, do Sr. José Dirceu. S. Ex^a disse isso tudo.

Então, os votos que foram negados ao Senador Delcídio, que escolheu o Deputado Osmar Serraglio,

os votos do PFL e do PSDB que foram direcionados para o Senador César Borges irão, todos eles, para o relatório do Deputado Osmar Serraglio.

A presença de companheiros nossos na Comissão de Sistematização pode envolver tudo, menos o compromisso de que esses três pontos, que são a coluna vertebral do Deputado Osmar Serraglio, sejam modificados. Não há nenhuma hipótese que leve nossos membros a votar contra o relatório do Deputado Osmar Serraglio, corajoso e verdadeiro como é.

Venho aqui afirmar a V. Ex^{as} que a presença do PFL na Comissão de Sistematização tem a clara intenção da disposição ao diálogo, mas não nos vergaremos, até em homenagem e em respeito à verdade e à coragem política do Deputado Osmar Serraglio, que é encampada pelo Senador Delcídio, que está ajudando no sentido de fazer aquilo que é nossa obrigação: apresentar e votar o relatório compreendido. Se não é perfeito e acabado, é pelo menos um relatório que se impõe à sociedade. Esse relatório merece o respeito da sociedade, porque mostra a verdade. Alguns até podem pensar que a verdade inteira não está nele, mas a essência da verdade está nesse relatório, que vai contar com nosso voto.

Senador Augusto Botelho e Senadora Heloísa Helena, estou intrigado, deveras intrigado! Há pouco, li na Internet uma notícia de última hora, em que se diz que o jornalista Marcelo Neto foi à sede da Polícia Federal prestar um depoimento. Ele foi à sede da Polícia Federal. Todos os “grandões”, ultimamente implicados em questões que mereçam explicações na Polícia Federal, vão à sede da Polícia Federal. Não sei se V. Ex^a leu a notícia de que o Ministro Palocci foi ouvido em casa pela Polícia Federal. Não entendo, não compreendo o porquê desse privilégio! Não é que eu queira mal ao Ministro, mas é que a sociedade é composta por iguais; perante a lei, todos são iguais. Por que esse privilégio de o ex-Ministro Palocci ser ouvido em casa?

Não compreendo isso e aqui protesto, em nome do direito dos cidadãos ricos, pobres, brancos, pretos, amarelos, sejam quais forem, porque são todos iguais perante a lei. Ainda bem que, no depoimento que o ex-Ministro Palocci prestou em casa, num privilégio descabido, ele não foi convincente! E ele vai ser indiciado pelos atos cometidos.

Ouçó, com prazer, a Senadora Heloísa Helena e já me despeço. (Pausa.)

Senador Eduardo Suplicy, eu pediria apenas a V. Ex^a que fosse rápido, porque tenho de me deslocar para o Rio de Janeiro, para participar das exéquias de Dona Izabel, mãe do Senador Arthur Virgílio.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Falarei rapidamente, até porque eu também queria estar lá com o nosso querido Senador Arthur Virgílio, mas, infelizmente, a votação do relatório final da CPMI dos Correios não permitirá que estejamos com S. Ex^a neste momento de tanta dor. Quero apenas compartilhar com V. Ex^a da preocupação que tenho com relação à Polícia Federal. Sempre defendi que houvesse flexibilidade no aparato de segurança pública, seja federal, seja da Polícia Militar ou da Polícia Civil. Em qualquer inquérito que fosse realizado, poderia até haver flexibilidade. Por exemplo: se a pessoa está doente, se está em situação física gravíssima, se está passando por uma doença crônico-degenerativa, se está em casa tomando soro ou se tem algum problema grave, penso que não haveria empecilho para que essa pessoa pudesse ser ouvida em sua casa. Entretanto, o que não é justo, o que não é ético, o que não é legal, o que não respeita a legislação em vigor no País é uma personalidade, pela condição de ex-Ministro, seja ouvida em casa. Não há justificativa para isso. Além do mais, parece que o advogado disse, para burlar a imprensa – não sei se é verdade –, que ele iria à Polícia, mas não foi; a Polícia o ouviu em casa. Não vejo nenhuma justificativa para isso. Essa atitude não é republicana, não é ética, não é constitucional, não é legal. É injusta, porque gera revolta na mãe de família pobre, no pai de família pobre, que, às vezes, vê seu filho encarcerado numa cela imunda, apanhando no presídio, dias, noites e anos, sem contar com um advogado, sem conseguir o respeito da legislação, vendo a lei e a jurisprudência serem rasgadas. Isso não é justo. O Ministro pode estar passando por um momento de dor e de sofrimento. Não há problema. Mas, infelizmente, não é ético, não é moral, não é legal, não é constitucional e não é respeitoso aos pobres e à legislação em vigor no País o que aconteceu.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, para encerrar, vou pedir a V. Ex^a e aos apartes antes que me compreendam, porque tenho de pegar agora uma carona, um vôo para ir ao Rio de Janeiro. Porém, quero apenas dizer em 30 segundos: os simbolismos têm de ser respeitados.

Quem não se lembra? A dona da Daslu foi à sede da Polícia Federal; o empresário da Schincariol foi à sede da Polícia Federal; os implicados “a”, “b” e “c”, por mais “grandões” que fossem, foram à sede da Polícia Federal. O ex-Ministro não vai à sede da Polícia Federal. São simbolismos. A sociedade não aceita isso.

Esse fato ocorreu dentro do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está, aos quatro ventos, declarando que a Polícia Federal é republicana – é e tem de ser, é respeitável, de minha parte.

Mas, na minha opinião, a Polícia Federal não fez uma coisa certa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador? Serei muito breve.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Digo uma última palavra: eu pediria aos que compõem a base do Governo que não abandonem o Deputado Serraglio. Vamos votar com o relatório de S. Ex^a! Não vamos abandonar aquele que foi, pelo voto, escolhido para fazer um trabalho à altura da expectativa da sociedade brasileira!

Ouçõ, em 30 segundos, o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Dou uma sugestão que poderá ser objeto, inclusive, de diálogo com os demais Senadores. V. Ex^a está se dirigindo ao Rio de Janeiro, e tenho um compromisso urgente agora à tarde. Portanto, não poderei participar do enterro da Sr^a Izabel, mãe do prezado Senador Arthur Virgílio. Eu gostaria que V. Ex^a, juntamente com os demais, ponderassem sobre uma iniciativa do próprio Senador Arthur Virgílio, de pedir que aqui fosse aprovado requerimento de sua autoria com respeito à vinda do Ministro Márcio Thomaz Bastos a esta Casa. Avalio que é bastante adequado aguardarmos a conclusão, que está bastante avançada, inclusive com respeito à notícia para a qual V. Ex^a nos chama a atenção: o depoimento do Sr. Marcelo Neto e dos demais, que já houve, como o do Jorge Mattoso e o do Palocci, ontem. Tenho confiança no Ministro Márcio Thomaz Bastos, no sentido de que, na condição de Ministro da Justiça, como responsável pela Polícia Federal, S. Ex^a está avançando de forma célere. Acredito que haverá oportunidade de ele próprio, espontaneamente, comparecer ao Senado, na forma de convite – quem sabe –, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ou algo assim. Quero apenas informar que confio no esclarecimento completo que obviamente S. Ex^a dará a V. Ex^a e aos demais Senadores.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço-lhe, Senador Suplicy, e darei seu recado ao Senador Arthur Virgílio.

Estou me deslocando neste momento para o aeroporto, vou pegar uma carona para participar das exéquias de Dona Izabel, falecida ontem, mãe do Senador Arthur Virgílio.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, pela Liderança do PT.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, eu poderia ter assoma-

do à tribuna para falar “pela ordem” – e tenho a certeza de que V. Ex^a atenderia ao meu pedido, devido ao documento que vou encaminhar à Mesa –, mas fiz questão de pedir a palavra pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Leio rapidamente, Sr. Presidente, o requerimento que está, creio eu, sobre a mesa e a que V. Ex^a, com certeza, dará o encaminhamento devido.

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno, que seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento de Luiz Carlos Calachi Moraes, ocorrido em 03 de março de 2006. Luiz Calachi, nos seus 59 anos de permanência entre nós, se tornou notável pelo seu perfil humanitário, afável e solidário. Homem de qualidade ímpar, deu enorme contribuição para a criação do Partido dos Trabalhadores no contexto nacional e ofereceu suas qualidades [de pensador] não só ao Brasil, mas também em toda América Latina e ainda no México e República Tcheca, quando lá esteve, líder nato, que se empenhou como poucos para promover a igualdade social. Este voto de pesar deve ser enviado para a Vereadora e esposa Margarete Moraes, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre (...), e sua mãe, Alba Calachi Moraes... [que reside em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul].

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, quero informar a V. Ex^a que o seu requerimento já está tramitando sob o nº 378/2006. Também quero me associar a esse requerimento de pesar e aos pêsames, pelo fato de se tratar de um homem, como diz V. Ex^a, de qualidade ímpar, que deu enorme contribuição para a criação e a solidificação do Partido dos Trabalhadores no contexto nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Garibaldi.

Fiz questão de vir à tribuna no horário da Liderança do PT. Se me permitir, Sr. Presidente, gostaria de dizer que eu era metalúrgico numa fábrica do grupo Tramontina, em Canoas – até hoje, tenho a minha carteira assinada –, e, um belo dia, na porta da fábrica, depois de participar de umas duas reuniões do sindicato, apareceram por lá o meu querido amigo Moraes, que era do PT e havia se tornado um advogado conceituado, Carlos Araújo, um outro advogado pertencente ao PDT na época, e Adair, um professor. Esses três, Sr. Presidente, convenceram-me de que eu devia concorrer à presidência dos metalúrgicos de Canoas. Assim, iniciei a minha vida pública como presidente da Cipa naquela empresa, depois fui para o sindicato e, hoje, estou no Senado Federal, depois de 16 anos como Deputado Federal.

Faço esta homenagem ao Moraes, Sr. Presidente, porque ele era um companheiro. Ele foi fundamental para organizar os trabalhadores em todo o Vale dos Sinos, no nosso Rio Grande do Sul. Ele era daqueles advogados que diziam o seguinte: “Eu tenho um lado. Defendo os trabalhadores da área pública e da área privada”. Assim ele escreveu a sua história, que é muito bonita, não só como advogado, mas também trabalhando muito na multiplicação de líderes, numa organização chamada Fase, juntamente com Adair, buscando fazer com que essa juventude, hoje tão perdida, começasse a ver luzes em seu caminho, para que houvesse um encontro na formação daqueles que poderiam, com certeza, conforme ele dizia, dirigir este País no futuro.

Por isso, Sr. Presidente, faço esta homenagem ao nosso Moraes, infelizmente falecido. Deixo um abraço carinhoso e respeitoso e minha total solidariedade a sua esposa, Margarete Moraes, e a sua mãe, Alba Moraes, que reside em São Leopoldo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Também quero expressar o sentimento, solidário a V. Ex^a, de pesar pelo falecimento do companheiro Moraes, enaltecendo a contribuição que deu para o fortalecimento do Partido dos Trabalhadores e todas as ações solidárias que empreendeu ao longo de sua vida. Prezado Senador, eu gostaria de também falar de outro assunto de iniciativa de V. Ex^a, do Senador Pedro Simon e de mim mesmo, como solidário à causa, diante do que estava para acontecer com a Petrobras, a Braskem/Odebrecht e a Petroquímica Triunfo, empresa do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul, em que poderia haver uma modificação do controle acionário por iniciativa da Petroquisa. Quero informar que, hoje, recebi um telefonema da Sr^a Elizabeth Bhom, assessora da Presidente da Petroquisa, Sr^a Maria das Graças Silva Foster, perguntando se iríamos dar continuidade ao requerimento que nós três apresentamos na Comissão de Assuntos Econômicos, para que sejam convidados para audiência os presidentes da Petrobras, da Petroquisa, do Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, e os representantes da Braskem, da Ipiranga Petroquímica e da Confederação Nacional dos Químicos, da CUT, para debaterem esse assunto, em virtude de que a Petrobras e a Petroquisa avaliaram que não irão mais realizar aquela operação. O prazo para opção que tinham era até o dia 31. Informou-me ela que, inclusive, já houve a audiência, promovida por V. Ex^a na Comissão

de Assuntos Sociais no dia 24, que em grande parte atendeu aos objetivos que eu, V. Ex^a e o Senador Pedro Simon havíamos colocado. Tendo isso em conta, eu gostaria de, depois de dialogarmos, hoje, com o Senador Pedro Simon, informar oficialmente ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Luiz Otávio, que, tendo em vista essas informações, não mais iremos insistir nesse requerimento. Ou seja, ele está atendido, inclusive pelas decisões que foram tomadas a partir da iniciativa de V. Ex^a na Comissão de Assuntos Sociais. Cumprimento-o pelo seu trabalho, mais uma vez olhando de perto os interesses do Rio Grande do Sul e dos trabalhadores que nos pediram que fosse tomada essa iniciativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, em primeiro lugar, agradeço a solidariedade de V. Ex^a.

Após ouvir seu aparte, poder-se-ia perguntar: “Que relação tem o Moraes com o pólo petroquímico?” Tem tudo a ver. Veja bem a coincidência do aparte de V. Ex^a: o advogado Moraes foi um incentivador da criação dos sindicatos. Foi dele, inclusive, na época em que estávamos no movimento sindical, o incentivo para que fosse criado o Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico de Triunfo.

V. Ex^a nos traz a notícia, que a mim também havia chegado, de que não vai haver mais a operação, porque ela traria um prejuízo enorme para o Pólo Petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul. Para se ter uma idéia, a planta para o mercado interno sairia do Rio Grande do Sul e só ficaria aquela destinada ao mercado exportador. Sabemos que, devido à Lei Kandir, a arrecadação do Rio Grande do Sul despencaria e haveria desemprego. Assim, houve uma grande movimentação por parte dos trabalhadores e da sociedade organizada do Estado, que evitaram que isso acontecesse.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, peço permissão a V. Ex^a para interrompê-lo a fim de prorrogar a nossa sessão por mais 40 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, termino esse breve raciocínio, até porque já falei sobre esse tema. Quero dizer, Senador Eduardo Suplicy, que foi muito interessante e muito importante a iniciativa de V. Ex^a, pois, quando houve a audiência, naquela sexta-feira à tarde – a Senadora Heloisa Helena, eu já registrei outro dia, ajudou a articular mas depois, por motivo de doença, não pode participar – eu já alertava que aquela não seria única reunião; terá outra, na semana que vem, capitaneada pelo Senador Eduardo Suplicy, que aprofundará esse debate.

A iniciativa de V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, na Comissão de Assuntos Econômicos, foi importante, como foi o apoio que V. Ex^a deu, assim como o Senador Pedro Simon e outros Senadores, para que a audiência ocorresse na Comissão de Assuntos Sociais. Felizmente, deu certo. Não estou fazendo crítica nenhuma àqueles que estavam nessa enorme discussão. O importante é que o assunto foi zerado e o pólo continua como estava no nosso Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, para concluir, tenho vindo todos os dias à tribuna falar sobre a importância do reajuste dos aposentados e pensionistas que ganham pouco mais que o salário mínimo e que não sabem, ainda, de quanto será o seu reajuste a partir de 1º de abril.

Recebi da Liderança do Bloco de apoio ao Governo uma notícia, para mim, importante. Haverá uma reunião, hoje, do Presidente Lula com os Ministros das áreas correspondentes, ou seja, saúde, previdência, trabalho e fazenda, para discutir como fica a situação dos aposentados e pensionistas.

A segunda notícia, para mim da mesma importância, é que, amanhã, haverá uma reunião com o Presidente da Cobap, o ex-Deputado Federal Marcílio, com o Presidente da Entidade dos Aposentados da CUT da Força Sindical, da CGT e de outras Lideranças para se discutir o reajuste dos aposentados e pensionistas.

Na próxima sexta-feira, dia 7, haverá também um ato público na Bahia em defesa dos reajustes dos aposentados e pensionistas, em que esperamos obter uma boa notícia para dizer que os nove milhões de aposentados e pensionistas que ganham mais de um salário mínimo, mas não mais de seis ou sete salários mínimos, receberão um reajuste acima da inflação. Além desse evento, na próxima segunda-feira, em Curitiba, haverá um debate que também trata da política permanente de recuperação do salário mínimo e dos benefícios de aposentados e pensionistas, e talvez possamos dizer que obtivemos uma boa notícia.

Senador Eduardo Suplicy, também realizaremos, no dia 24, um grande evento na mesma linha: política permanente de recuperação do salário mínimo e dos benefícios de aposentados e pensionistas.

Estou esperançoso de que esse movimento que está ocorrendo em todo o País sensibilize o Governo, para que haja o reajuste desejado. Não digo que ele atenda plenamente aos aposentados e pensionistas, mas que aponte uma política de recuperação gradual da perda acumulada dos aposentados e pensionistas, que é muito grande, Sr. Presidente.

Concluo dizendo que na reunião de amanhã com as lideranças dos aposentados estarão o Ministro da Previdência Social, Nelson Machado, do Trabalho e

Emprego, Luiz Marinho, da Saúde, Agenor Álvares, e ainda representantes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, da Cobap, como eu dizia antes, e representantes das centrais sindicais na área dos aposentados e pensionistas. A reunião ocorrerá no Ministério da Previdência, aqui em Brasília. A expectativa é grande.

Eu dizia, e agora concluo, Sr. Presidente, que estou muito bem impressionado com o povo francês. Quero voltar ao tema do povo francês. Não tem nada a ver com algumas pessoas que se infiltram no movimento e querem criar confusão para desqualificá-lo. Na França, três milhões de pessoas estão indo às ruas para protestar contra a possibilidade de aprovação de uma lei, pelo Congresso francês, encaminhada pelo Executivo, que diminui a força daqueles que estão trabalhando, ou seja, a política do primeiro emprego. Isso é muito bom.

A mobilização, para mim, é um instrumento que fortalece a própria democracia. Sempre digo que a mobilização não é contra ninguém. Ela é a favor de alguém. E é nesse sentido que os aposentados e pensionistas estão se mobilizando, e os idosos, em todo o País, buscando fazer com que as autoridades do País sejam sensíveis aos idosos.

Sr. Presidente, V. Ex^a sabe muito mais do que eu que a inflação para o idoso é muito maior do que para aqueles chamados mais jovens, porque na hora em que ele mais precisa de um salário decente para enfrentar as dificuldades naturais da velhice, o custo do remédio, planos de saúde, custo hospitalar e até de alguém que o acompanhe em alguns momentos, porque, infelizmente, como diz a música, “começa a caminhar mais lento”, que diz “velho, meu querido velho, já caminha lento o meu velho; eu sou o teu sangue, meu velho”, quando digo isso, que a juventude tem esse compromisso de levar essa caminhada de mãos dadas, abraçada com os mais velhos, é porque a causa é mais do que justa. O jovem de hoje com certeza, e se Deus quiser, é o idoso de amanhã, e o idoso de amanhã, com certeza, Sr. Presidente, é o jovem de hoje.

É nessa visão e nesse caminho que estamos, de público, mais uma vez, fazendo o apelo ao Presidente Lula que aponte para os seus Ministros uma política de recuperação dos benefícios dos nossos idosos. Era isso. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, previamente inscrito.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero deixar a minha mensagem de pesar pelo falecimento da genitora do Senador Arthur Virgílio, D. Izabel. Não foi possível integrar a grande comitiva de Senadores que se deslocou de Brasília para o Rio de Janeiro a fim de assistir ao sepultamento daquela senhora.

Quero, portanto, levar a minha mensagem de solidariedade ao Líder do PSDB nesta Casa, ao combativo, ao bravo, ao competente Senador Arthur Virgílio, que vive um momento difícil na sua vida pela perda de sua mãe.

Em seguida, quero enfatizar rapidamente a crise profunda que vive o homem do campo do Nordeste. O agricultor, o produtor do Nordeste nunca passou, Sr. Presidente, Senador José Maranhão que conhece tão bem essa realidade, por uma situação tão difícil como agora. Uma crise sobretudo que pune aquelas jovens gerações, aquelas novas gerações que vivem no campo, Senador Augusto Botelho, sem perspectiva.

Eu gostaria até de não dizer isso que vou dizer agora, mas, no campo, inverteu-se toda uma equação de vida: os jovens são sustentados hoje pelos velhos. Os benefícios pagos pela Previdência Social sustentam as famílias, porque os produtores das novas gerações não têm do que viver, pois não têm o que produzir; faltam-lhes condições de produção.

Há pouco, o Senador Paulo Paim falava aqui sobre os idosos e pedia, com muita justiça, o reajuste do que ganham os idosos. Nada mais justo, principalmente para o que representam para o campo no Nordeste, a zona rural, a área rural, esses benefícios pagos aos idosos.

Para que V. Ex^{as} tenham uma idéia, fui à inauguração, no Município de João Câmara, no Rio Grande do Norte, o meu Estado, nesse último fim de semana, de uma agência do INSS, a convite do Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, Dr. Carlos Eduardo Gabas. Foi dito, na inauguração, que os benefícios pagos, em nove Municípios da região do Mato Grande, representam quatro vezes o que os Municípios recebem do FPM. Quer dizer, isso mostra que a economia estagnou e que os próprios Municípios recebem muito menos. Ai se não fossem esses benefícios da Previdência Social!

Então, digo tudo isso desta tribuna sobre a economia rural do Nordeste. Sei que temos um permanente problema no que toca ao regime de chuvas, Senador Paulo Paim. O Rio Grande do Sul teve agora uma seca, que foi motivo de registro de calamidade. Temos falta de chuva permanentemente. Agora mesmo, as chuvas estão ocorrendo de forma esparsa. Não está chovendo neste período considerado de inverno. Não

há um regime de chuvas que leve o nosso agricultor a ter um certo alento.

Então, Sr. Presidente, é preciso se voltar para essa região. Há outra economia do Nordeste, muito mais dinâmica, sustentada hoje pelo turismo, pelo pólo de petróleo, em nosso Estado. Há uma economia, eu diria, até invejável. No entanto, há um contraponto de tudo isso, infelizmente, que é essa região que representa 90% do nosso território, que está inserido no semi-árido, onde se vive de uma agricultura de subsistência e, sobretudo, da Previdência Social. Senador Paulo Paim, V. Ex^a não sabe, não tem idéia – penso – da repercussão da luta de V. Ex^a junto ao homem do campo lá no Nordeste, que vive esse drama.

Portanto, vim aqui dizer essas palavras e, ao mesmo tempo, associar-me ao emergencial. Temos um problema emergencial que a Senadora Heloísa Helena conhece muito de perto, muito bem, que são as dívidas dos produtores do Nordeste, principalmente dos pequenos e médios produtores que estão sendo executados. Eles convivem com secas permanentemente – anos ruins, anos secos –, porque verdadeiramente se contam nos dedos os anos de inverno.

Concedo o aparte a V. Ex^a com todo o prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Garibaldi Alves Filho, faço esse aparte por uma questão de justiça. Fui a Natal, e quem me recebeu lá, Sr. Presidente, foi o Senador Garibaldi Alves Filho, que me mostrou a cidade e as praias, mas me mostrou também, efetivamente, a realidade daquele Estado. O meu testemunho do carinho e do apreço que o povo daquele Estado tem por V. Ex^a, o que é justo. V. Ex^a – e aqui vou terminar já – inaugurou na peça orçamentária a questão do PIB e do salário mínimo. Quando falou comigo sobre a proposta, V. Ex^a não queria o PIB **per capita**; queria muito mais, mas V. Ex^a deu a linha. Se, neste ano e no ano passado, já podemos dizer que o salário mínimo foi reajustado conforme a inflação e mais do que o dobro do PIB, V. Ex^a apontou o caminho. E é pelo caminho que V. Ex^a apontou que a Comissão Mista está também vendo que poderemos construir uma política definitiva para o reajuste do salário mínimo. Ninguém está lá discordando da tese primeira de V. Ex^a, que é o PIB; estamos discutindo o que poderia ser dado a mais: é um percentual, é o PIB em dobro, não é. A Senadora Heloísa Helena sabe, porque está lá acompanhando esse debate. Então, fiz o aparte por uma questão de justiça. V. Ex^a elogiou o meu trabalho. Não é “rasgação de seda”, mas sei o quanto V. Ex^a lutou para que, na peça orçamentária, comessem a pensar não só na inflação e assim também no PIB como instrumento de recomposição de perdas para o mínimo e para os aposentados e pensionistas. Por

isso, meus cumprimentos a V. Ex^a. Dou o testemunho porque estive no seu Estado e conheço o trabalho de V. Ex^a Parabéns, Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim. O seu depoimento é muito valioso para mim. O testemunho de V. Ex^a me dá uma satisfação muito grande, porque viu de perto tudo o que foi feito, o que pude fazer como Governador e como Parlamentar até agora. Peço desculpas a V. Ex^a, porque gostaria de estar presente a essa comissão que estuda uma política permanente para o salário mínimo, já que dei essa contribuição pequena, modesta, como Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias. No entanto, como sabe, a Relatoria da CPI dos Bingos tem tomado muito o meu tempo e não me tem deixado realmente participar como gostaria dessa Comissão, tão bem-inspirada por V. Ex^a.

Para encerrar minhas palavras, associo-me ao pronunciamento do Senador Ney Suassuna, que aqui defendeu justamente uma revisão ou uma paralisação dessas execuções que estão acontecendo. Elas estão acontecendo justamente numa hora em que se discute, aqui no Congresso Nacional, a recomposição desses débitos. Não se trata de dar com uma mão e tirar com a outra, porque o Governo não está dando nada; é uma questão de respeito ao Congresso Nacional, porque, como se está discutindo aqui uma política de recomposição, penso que se deveria aguardar um pouco e não desencadear as execuções.

Com a compreensão do Presidente, concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Garibaldi Alves Filho, quero me solidarizar com V. Ex^a. Tenho acompanhado os debates feitos por V. Ex^a e por vários outros Parlamentares como os Senadores José Maranhão, Osmar Dias, Jonas Pinheiro, Ramez Tebet, Paulo Paim e César Borges, que têm projetos que tratam tanto da correção das distorções do saldo devedor acumulado como de propostas alternativas, que vão desde a anulação da dívida dos produtores dos locais onde houve perda climática até o alongamento do perfil da dívida, comprometendo um percentual menor da produção a fim de que as pessoas possam pagar. Várias medidas provisórias passaram, vários debates foram feitos, e agora fiz como V. Ex^a e o Senador Ney Suassuna alertaram. Em Alagoas ocorre o mesmo. Houve um compromisso do Governo, inclusive com Parlamentares da sua própria Base na Casa, de que iria suspender a execução, mas não suspendeu. O pior é que, quando o Governo e suas instituições de crédito identificaram que havia força política no Congresso Nacional para aprovar alterações ou derrubar o veto, começaram a, de uma forma infame, com requinte de perversidade, colocan-

do os oficiais de Justiça – e o problema não é do oficial de Justiça, o problema não é do juiz, o problema é do banco, que está mandando fazer a execução – correndo atrás de pequenos e médios produtores rurais, tentando achar, de qualquer jeito, pequenos e médios produtores rurais em Alagoas, no Estado de V. Ex^a, em vários outros Estados, para fazer a execução. Agora, um País que não faz reforma agrária nem tem política agrícola para o pequeno e médio produtor, porque hoje, como é de conhecimento de todos, o último censo agropecuário mostrou uma situação gravíssima, em que o número de famílias assentadas consegue ser menor do que o número de pequenos proprietários que perderam suas terras. E, no Nordeste, isso é um problema gravíssimo: se, de um lado, não há reforma agrária, porque não há assistência técnica, infra-estrutura, crédito, não tem nada; é uma verdadeira favelização rural – só vai atrás de uma desapropriação quando já tem violência no campo, com mata-mata de todo lado –, de outro lado, não existe política agrícola. Então isso é um absurdo; é uma reação autoritária e infame do Governo de patrocinar, por meio de suas instituições de crédito, essas execuções, para amedrontar o proprietário e para amedrontar o Congresso Nacional, para não derrubar o veto, para não alterar a medida provisória. Isso realmente é um absurdo. Portanto, quero me solidarizar com V. Ex^a. E espero que o Congresso Nacional tenha vergonha na cara, tenha sensibilidade para derrubar o veto, para alterar a medida provisória, porque o que não pode é o agricultor familiar, o pequeno e médio produtor... E não é só ele e sua família que sofrem quando ele perde a sua propriedade, quando ele não planta nada, porque não tem crédito, não tem assistência técnica, mas também os trabalhadores que estão em torno, a própria família que está trabalhando na terra, sofre a cidade, porque a dinamização da economia local é vinculada ao pequeno e médio produtor. Realmente isso é um escândalo; é uma atitude desrespeitosa do Governo agilizar as execuções como um mecanismo de punição aos Parlamentares envolvidos nesse debate que querem derrubar o veto ou alterar a medida provisória. Portanto, quero saudar o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Agradeço a Senadora Heloísa Helena, que, usando tintas fortes, mas reais, pintou o quadro desse Nordeste sofrido e esquecido, que é o Nordeste do Semi-árido, que nos faz pensar que precisávamos urgentemente de uma política revolucionária no sentido de dar melhores dias ao homem do campo.

Agradeço a V. Ex^a e a tolerância do Presidente, e deixo a tribuna certo de que, como disse a Senadora Heloísa Helena, vamos votar contra o veto.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. José Maranhão, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Consulto a Senadora Heloísa Helena se deseja fazer uma permuta com o Senador José Maranhão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – V. Ex^a pode fazer a permuta, Sr. Presidente.

Como vamos ficar direto para acompanhar a discussão e aprovação da CPI, outros Parlamentares podem falar na minha frente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos então a palavra ao Senador José Maranhão.

Em seguida falará o Senador Sibá Machado, a Senadora Heloísa Helena e o Senador Eduardo Suplicy, que está inscrito como orador.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, antes de tudo, quero felicitar ao Senador Garibaldi Alves Filho por trazer hoje, como um dos temas principais do seu discurso, o drama que estão vivendo os agropecuaristas nordestinos, sobretudo aquelas da área do Semi-árido, impedidos de acessar os financiamentos para tocarem as suas lavouras, em virtude do impasse gerado entre o Congresso Nacional e o Executivo em relação à lei aprovada aqui, que abria uma pequena janela para a sobrevivência desse segmento tão importante para a vida econômica e, sobretudo, para a vida social do Nordeste brasileiro.

Na verdade, a situação dos agricultores e dos pequenos pecuaristas – pecuaristas das chamadas miunças, aqueles que se dedicam à pecuária de pequeno porte, a única adotada na região do Semi-árido, os caprinos e os ovinos – é dramática, porque, por um lado, se vê às voltas com as dificuldades inerentes a um setor permanentemente castigado pelos fatores climáticos, as secas que ocorrem com uma periodicidade inexorável no Nordeste, e, por outro lado, impedidos de acessar as linhas de crédito, que já são escassas e pouco eficientes, do Sistema Financeiro Nacional, especialmente dos bancos oficiais que operam na região – Banco do Nordeste e Banco do Brasil –, agora agravado por essa situação de impasse, lamentavelmente, agravada pela morosidade com que Governo e Congresso Nacional têm tratado dessa questão.

Então, quero felicitar ao Senador Garibaldi Alves Filho por mais uma intervenção sua, somando-se aos esforços da Senadora Heloísa Helena, do Senador Ney Suassuna, deste modesto orador que está aqui

e de tantos outros que, em nome da economia regional, em defesa da economia regional, têm clamado às autoridades do Executivo no sentido de abrir as suas mentes para discutir o problema com a grandeza e com a visão de estadista com que ele merece ser efetivamente discutido. Privar o setor agropecuário, especialmente os pequenos e médios proprietários, que, no Semi-árido, é a grande maioria – eu diria que 80% dos agropecuaristas do Nordeste estão na região do Semi-árido e são pequenos e médios –, de qualquer acesso aos meios bancários de financiamento é, sobretudo, uma atitude burra, uma atitude não-inteligente do Governo, porque, com isso, sacrifica a economia da região, leva-a a uma verdadeira falência – aliás, já está vivendo essa falência – e conseqüentemente diminui as possibilidades de arrecadação nessa área tão sofrida, que é o semi-árido nordestino.

Mas, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores...

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador José Maranhão, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Com todo o prazer, Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a as palavras que acaba de proferir. Já que somos pertencentes a Estados vizinhos, nossa realidade é semelhante, e V. Ex^a descreveu muito bem essa situação. Muito obrigado a V. Ex^a, que foi muito generoso comigo. Eu não mereço.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Fui apenas justo com V. Ex^a.

Quero, nesta sessão, dedicar algumas considerações ao Programa Espacial Brasileiro, iniciado em 1961, agora atingindo um dos tempos mais frutuosos de sua existência. Esse Programa merece todo o apoio da população brasileira e da classe política. A viagem, iniciada no último dia 31 pelo Tenente-Coronel da Aeronáutica Marcos César Pontes, a partir do Cosmódromo de Baikonur, no deserto do Cazaquistão, em direção à Estação Espacial Internacional, é não somente motivo de orgulho para os brasileiros, mas um tributo à perseverança e ao desafio daqueles que se dedicam a desbravar o espaço.

Participa o Brasil da vanguarda de um segmento tecnológico de ponta, resultado do avanço científico e tecnológico na área espacial. Fomos pioneiros no domínio da técnica da aviação, fruto da criatividade e do espírito desbravador de Santos-Dumont, inventor, construtor e piloto de provas que, há quase cem anos, conquistou os céus com o 14-Bis, no primeiro vôo tripulado de um “aparelho mais pesado que o ar”, percorrendo pequenos 60 metros, a quase 3 metros de altura, mas dominando, definitivamente, a técnica do vôo com um aparelho mais pesado que o ar. Até então, eram freqüentes, inclusive pelo próprio San-

tos-Dumont, os vôos em balões – primeiro os balões loucos e, depois, os balões dirigíveis.

A façanha do mineiro em céus europeus é comprovadamente legado pioneiro para a história e destronou a experiência dos irmãos Wright. Sabe-se que a tentativa de reprodução do chamado vôo pioneiro daqueles irmãos americanos não obteve êxito, mesmo sendo testado com a avançada tecnologia e conhecimento americano. Para não dizer trágica, foi ridícula a tentativa de reeditar o vôo do Flyer, o aparelho que teria sido usado pelos irmãos Wright, em nome do qual eles tentam usurpar a glória da conquista do mais pesado que é o ar.

No aniversário, para eles, da descoberta do princípio do vôo do mais pesado que o ar, o governo americano patrocinou a reconstrução de um aparelho igual em todos os aspectos: materiais, motor, técnicas. E, numa solenidade anunciada ao mundo inteiro, eles iam reeditar o que eles chamariam primeiro vôo do mais pesado que o ar. Foi um fiasco total. O Flyer deslizou em cima de uma plataforma de madeira e não levantou um milímetro do chão. O curioso é que esse experimento, ao contrário de servir para reforçar a pretensão americana de ter chegado primeiro nessa conquista que o brasileiro Santos-Dumont, serviu apenas para mostrar que aquele vôo, feito sem segredo há época, que não tem nenhum registro histórico, era impossível, porque aquela geringonça apresentada às próprias autoridades, inclusive ao Presidente americano, não voaria de forma nenhuma.

Não é por acaso que a expedição 13 foi denominada de Missão Centenário. A viagem espacial do astronauta brasileiro na nave russa (ex-soviética) Soyuz TMA-8, compartilhada com outros dois astronautas, o russo Pavel Vinogradov e o norte-americano Jeffrey Williams, deve nos encher de júbilo.

Rendemos nossa homenagem ao astronauta brasileiro e a todos que acreditam na indústria aeronáutica e na qualidade do pessoal dedicado à causa.

Os avanços tecnológicos no século XX, notadamente no segmento de pesquisa do espaço sideral que legaram ao mundo os lançamentos espaciais, não teriam sido possíveis sem a realização do sonho do nosso compatriota, Santos– Dumont.

A façanha hoje experimentada por mais um brasileiro, decorridos cem anos da nossa primeira incursão no domínio do espaço, são fruto de pesados investimentos na formação de recursos humanos e na geração de novas tecnologias pelos Estados Unidos, pela União Soviética, pelo Canadá, pelo Japão e países da Europa.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, que está disposto a contribuir com este discurso.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador José Maranhão, antes de mais nada, quero dizer que a Senadora Heloísa Helena estava admirada de saber

que V. Ex^a é piloto de aeronaves. Eu estava contando para S. Ex^a que estivemos juntos na Embraer, visitando a instalação de uma das mais belas indústrias brasileiras. S. Ex^a deixou um abraço e depois quer que V. Ex^a lhe conte como é o prazer de pilotar uma aeronave.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Por favor, transmita à Senadora Heloísa Helena o convite para fazermos um vôo panorâmico, de preferência sobre as praias de Alagoas, que são muito belas.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Com certeza. Ouvei o pronunciamento de V. Ex^a. A atual missão espacial conta com a presença de um brasileiro, o Tenente-Coronel Pontes. Algumas pessoas, de forma meramente provocativa, disseram que ele tem um papel secundário nessa missão, mas seja qual for o papel que o Tenente-Coronel estiver cumprindo na missão, para nós é um prêmio. É a participação oficial do País nessa missão. Acredito que hoje ele é para nós brasileiros o que Yuri Gagarin foi para os russos em 1960, se não me engano, quando, pela primeira vez, orbitou o nosso Planeta. Penso que realmente abresse um novo cenário para esse tipo de investimento. O nosso País, daqui para frente, indiscutivelmente, deve avançar cada vez mais em investimentos nessa área do conhecimento humano que é a tecnologia aeroespacial. Aproveito o momento para dizer que ninguém melhor que V. Ex^a para tratar do assunto, pois, entre nós, é um dos profundos conhecedores dessa matéria. Manifesto aqui, em nome desta Casa e por meio de V. Ex^a, a nossa alegria, o nosso abraço e a nossa admiração por esse novo Yuri Gagarin, o Tenente-Coronel Marcos Pontes. Se V. Ex^a tiver oportunidade, um dia, dê um abraço nele em nome de todos nós, Senador.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Agradeço a generosidade de V. Ex^a. Na realidade, sou um entusiasta não apenas da aviação, como de todos os segmentos que têm peso, que têm importância para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Sou daqueles que acham que o Brasil, lamentavelmente, em outros setores, sobretudo no setor de Ciência e Tecnologia, não ocupa ainda o espaço que, pela importância da sua economia, pela sua população, pelo seu território imenso, já devia estar ocupando.

Sinto-me realmente triste quando, comparando o Brasil, nesse campo da Ciência e Tecnologia, a pequenos países da Ásia, como Coreia do Sul e Taiwan, percebemos que o Brasil está atrasado pelo menos 30 anos. Por isso, vejo com entusiasmo iniciativas como esta do Governo de mandar um astronauta para participar de uma missão que não é, como muitos querem dizer, uma excursão, um passeio no espaço sideral. Sobretudo, essa é a ocupação de um espaço que é

importante para as definições e para o domínio dos conhecimentos técnicos e científicos.

O aperfeiçoamento da navegação aérea e da aviação para fins bélicos e também para fins civis, a geração de satélites armados com precisão e de engenhos aéreos não tripulados, o programa GPS – apelidado inapropriadamente de Guerra nas Estrelas – e as armas de energia dirigida são alguns dos avanços no último século. Não fossem todos os avanços obtidos, a contribuição da pesquisa espacial às áreas médicas, às telecomunicações, à eletrônica e à informática na vida das populações já seria suficiente para compensar os investimentos realizados.

Sr. Presidente, somos partícipes de um consórcio de 16 nações que desenvolvem programas espaciais, somos pioneiros no domínio da aviação, temos uma reputação solidificada pelo aperfeiçoamento tecnológico representado pela Empresa Brasileira de Aeronáutica – Embraer, além de contarmos com elevado e reconhecido padrão de serviços de transporte aéreo civil e militar. Agora, ingressamos no *ranking* dos países que enviaram astronautas ou cosmonautas ao espaço.

Tenho, em diversas ocasiões, deste plenário, requerido a atenção do Governo brasileiro para a questão dos investimentos em educação, em treinamento, em desenvolvimento científico e tecnológico. Reporta a edição de ontem do **Correio Braziliense** que o meio acadêmico questiona as aplicações de recursos financeiros da atual administração na área de pesquisa e inovação tecnológica, principalmente para a corrida espacial.

A proposta de alocação de recursos orçamentários para 2006, que era de R\$2 bilhões, foi reduzida para R\$800 milhões, e, além de tudo, não existem parâmetros aceitos para a mensuração dos gastos em Ciência e Tecnologia no País. Há divergência entre estudiosos e governo quanto à participação das despesas em Ciência e Tecnologia no Produto Interno Bruto. Para uns, trata-se de 1,4%; para outros, de 1%. Seja qual for o número, 1,4% ou 1%, estamos, na realidade, muito distantes, tanto em relações proporcionais, como em número absoluto, ao que se investe em Ciência e Tecnologia nos países desenvolvidos, como os Estados Unidos e a Alemanha, que têm um índice superior a 3,5% dos seus orçamentos colossais.

É como se o Brasil já tivesse caminhado tanto na direção do domínio da Ciência e da Tecnologia que não pudesse investir mais. Isso é lamentável, é triste, porque sabemos que a nossa realidade é outra, inteiramente diferente. Não importa quem está com a razão, o fato é que estamos a anos-luz de distância de outros países, sejam desenvolvidos ou em desenvolvimento.

A participação do setor privado nos investimentos em Ciência e Tecnologia também deve ser estimulada.

Aqui, geralmente, procura-se exaltar a participação da iniciativa privada em países desenvolvidos no mundo, especialmente nos Estados Unidos, nessa área de Ciência e Tecnologia. E chama-se como exemplo o caso dos Estados Unidos, onde as grandes corporações industriais e comerciais dispõem de fundações educacionais que utilizam as tecnologias mais avançadas, que têm laboratórios para realização de experimentos, que têm centros de produção científica e tecnológica que mantêm universidades. Ignora-se, no entanto, que as empresas americanas estão fazendo isso por duas razões: em primeiro lugar, pelo interesse de dominar essas tecnologias e, em segundo lugar, pelo fato de receberem incentivos fiscais para investir em fundações dedicadas ao ensino de Ciência e Tecnologia. Esse é o caso de todos os países desenvolvidos do mundo.

Aqui, não somente não existe uma política de incentivos fiscais para o investimento do setor privado nessa área, mas, sobretudo, faltam às universidades públicas ou privadas recursos orçamentários necessários para avançar no sentido da produção científica e tecnológica.

É preciso dizer que o Brasil poderia ser muito maior do que seu próprio território, do que sua própria população, do que seus recursos naturais mal utilizados – e, quando utilizados, eles o são de forma errada, pois o País funciona como mero exportador de matéria-prima, sem agregar mão-de-obra ou utilização industrial –, do que seus recursos materiais, se estivesse pensando como as demais nações.

Hoje, o poder econômico já não está centrado unicamente nos grandes ativos imobilizados em grandes fábricas.

Vale a pena lembrar o exemplo de um empresário americano, inteligente, que começou sua indústria fazendo-a funcionar na garagem da casa da família. Hoje, é uma das maiores fortunas do mundo e inunda mercados mundiais com equipamentos que estão sempre na ponta dos avanços tecnológicos. É um bom exemplo a ser seguido pelo Governo brasileiro. Aquela inteligência de Bill Gates, a quem me estou referindo, não teria despontado se ele não fosse a boa semente, mas, sobretudo, se o país não fosse terra fértil que estimulasse as inteligências e investisse nos cérebros humanos.

As universidades federais e órgãos governamentais ainda são o berço das principais linhas de pesquisa e inovações tecnológicas.

No âmbito da corrida espacial, o atual Centro Técnico Aeroespacial (CTA), criado há 60 anos, em 1946, vem seguindo os avanços internacionais no setor aeroespacial.

Sou um homem que tenho profundas restrições ao que chamo de militarismo, porque ele é responsável

pelo sofrimento da humanidade em todos os tempos da história universal.

Mas é preciso reconhecer aqui que essa iniciativa resultou da visão avançada da Aeronáutica brasileira, que foi, na realidade, o berço...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador José Maranhão, o pronunciamento de V. Ex^a está muito interessante, sem sombra de dúvida. É uma aula para todos nós. Mas esta Presidência lhe concedeu vinte e cinco minutos. Por mim, eu lhe concedo mais vinte minutos, desde que haja tolerância por parte dos outros oradores que estão inscritos. A orientação são dez minutos, mas eu lhe concedi vinte e cinco. Portanto, vou lhe conceder mais dois minutos para que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Faltou o poder da síntese, diante da magnitude do problema.

No âmbito da corrida espacial, o atual Governo realmente vem contemplando, com visão de futuro, um programa que é importante e que não resultou de um improviso de última hora. Há 60 anos, o Brasil se aplica nessa direção.

A criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), onde o nosso Tenente-Coronel foi inicialmente treinado, garante a capacitação e a formação de recursos humanos em áreas de tecnologia de ponta. O CTA, por meio do ITA e do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), exercem uma função indispensável à consolidação do programa espacial brasileiro.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Tenho lido na imprensa críticas ferrenhas ao dispêndio com a missão e com o treinamento do nosso representante. Esquecem os críticos que essa missão não é uma aventura, não é um passeio espacial ou um desperdício de recursos. Ao contrário, representa um investimento na escalada do conhecimento científico e tecnológico, no despertar de uma nova era.

O lançamento oficial pela Agência Espacial Brasileira de dois itens comemorativos à viagem espacial do primeiro astronauta brasileiro, um selo criado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e uma medalha de prata produzida pela Casa da Moeda, gera mais publicidade em torno do vôo. Tenho certeza de que, a partir dessas iniciativas, muitas mentes de jovens foram aguçadas e mais tarde decidirão trilhar pelo mesmo caminho, a se candidatar ao desenvolvimento da engenharia aeronáutica.

Estávamos, há dez anos – para este ponto que vou abordar, Sr. Presidente, V. Ex^a que tem sido um estudioso de questões sérias como essa, peço sua aten-

ção especial –, no mesmo patamar de conhecimento espacial dos chineses, para citar apenas um dos exemplos do que a falta de investimentos e de determinação de Governo no alcance de objetivos nos tem levado a estacionar nessa área. Os chineses enviaram, em 2003, uma missão tripulada e já se posicionam como o terceiro país em desenvolvimento espacial.

A viagem por si só seria relevante. Alegam os críticos que os experimentos realizados pelo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador José Maranhão, só mais um minuto para V. Ex^a concluir, porque há ainda quatro oradores. A sessão deveria ter terminado às 14 horas, mas V. Ex^a tem mais um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Alegam os críticos que os experimentos realizados pelo astronauta brasileiro não agregam muito. Esquecem os detratores que muitos dos oito experimentos associados a universidades no País e à Embrapa resultarão em maior compreensão dos fenômenos enzimáticos e dos seus efeitos no organismo com repercussões positivas para o tratamento da diabetes. Outros permitirão o aprimoramento de técnicas de preservação ambiental, de medicamentos de ação mais rápida, de controle de circuitos eletrônicos que apurem o controle térmico dos satélites, área que daria ao Brasil autonomia no setor e abertura de mercado de alta tecnologia.

Sr. Presidente, vou pular alguns tópicos, com a tolerância de V. Ex^a e dos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a já está há trinta minutos na tribuna. Os oradores já estão impacientes, e vai sobrar para esta Presidência!

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Vejo que, agora, o Plenário se enriqueceu mais ainda, pois, além dos luminares aqui presentes, chegou o Líder da base do Governo, Aloizio Mercadante, que é um estudioso de todos esses problemas. Eu gostaria de fazer aqui uma ligeira abordagem e contar com o contributo do Senador Aloizio Mercadante, que poderá acrescentar suas luzes a este modesto discurso.

Segundo informa o Ministério da Aeronáutica, o programa espacial, que, em 2005, teve um orçamento equivalente a US\$100 milhões, tem sofrido com a falta de verbas e foi quase abolido em anos anteriores. Chegou, em alguns anos, a contar com apenas US\$15 milhões.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a falta de visão dos nossos dirigentes contrasta com as excelentes condições geográficas do País para o lançamento de satélites e com a importância da indústria espacial, que mobiliza mundialmente mais de US\$20 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fazendo soar a campanha.*) – Concedo-lhe mais um minuto e faço-lhe o apelo derradeiro para que conclua.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Agradeço a generosidade de V. Ex^a, mais uma vez.

A base de Alcântara, no Estado do Maranhão, palco de uma das mais sérias tragédias ocorridas no País, em 22 de agosto de 2003, apresenta a melhor localização comparativa para a colocação de um satélite em órbita geoestacionária. A sua proximidade da linha do Equador é que nos dá essa vantagem.

O acidente, ocorrido momentos antes do lançamento do veículo espacial VLS-1 VO3, causou a morte de 21 técnicos de alta capacitação e contribuiu para a morosidade no desenvolvimento de novas tecnologias. Há menos de três anos do ocorrido, observa-se total omissão sobre o assunto – como se todos estivessem intimidados com aquele insucesso.

Acidentes dessa natureza já aconteceram nos Estados Unidos e na Rússia, na antiga União Soviética. Não obstante, os programas espaciais daqueles países não foram abandonados.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, vou concluir agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se V. Ex^a assim entender, pode dar como lido o restante do seu pronunciamento, que o publicaremos na íntegra.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Farei isso, seguindo a diretiva de V. Ex^a. Permita-me apenas alinhar alguns argumentos para não perder o embalo da palavra e, sobretudo, presenças tão ilustres em nosso plenário.

Dominamos a tecnologia de foguetes de sondagem utilizados para estudos, mas é primordial que desenvolvamos lançadores de satélites, inclusive porque essa atividade é, economicamente, de alta rentabilidade e ela financia as pesquisas em todo o mundo. É assim que se faz. Temos o exemplo de todos os países em que se aplicaram essas tecnologias.

Sabe-se que o primeiro satélite foi lançado em órbita pelos russos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Os russos deram o primeiro passo no domínio das tecnologias aeroespaciais com o Sputnik, primeiro satélite em órbita. Ganham o segundo *round*, colocando um ser vivo, um animal, a cadela Laika, no espaço; ganham o terceiro *round*, apesar de toda a potência industrial americana, de todo o peso político

americano, colocando um homem em órbita no espaço, o astronauta Yuri Gagarin, que Deus já levou. Depois, houve o pouso de um aparato aeroespacial no nosso satélite natural, a lua, cuja conquista tinha pouco interesse naquela época, Mas, logo em seguida, outra vitória da tecnologia, da ciência, da determinação do governo russo de investir na inteligência: conseguem montar a primeira estação aeroespacial internacional, a MIR, que foi projetada para durar cinco anos e terminou, pela sua grande eficiência, ultrapassando esse limite que os próprios fabricantes estabeleceram.

Esses exemplos de persistência são realmente edificantes e, neste momento, devemos dar parabéns ao astronauta brasileiro, por ter feito essa viagem, ao Ministério da Aeronáutica, que soube conduzir historicamente, com competência e determinação, o domínio dessas tecnologias, mas, sobretudo, ao Governo brasileiro, ao Presidente Lula, que pela sua vontade e determinação política garantiram a realização desse feito, sem dúvida nenhuma, de grande significação para a ciência brasileira.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR JOSÉ MARANHÃO

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Programa Espacial Brasileiro iniciado em 1961 merece todo o apoio desta casa e da população brasileira. A viagem iniciada no último dia 31 pelo Tenente-Coronel da Aeronáutica, Marcos César Pontes, a partir do Cosmódromo de Baikonur, no deserto de Cazquistão em direção à Estação Espacial Internacional é não somente motivo de orgulho para os brasileiros, mas um tributo à perseverança e ao desafio daqueles que se dedicam a desbravar o espaço.

Participa o Brasil da vanguarda de um segmento tecnológico de ponta, resultado do avanço científico e tecnológico na área espacial. Fomos pioneiros no domínio da técnica da aviação, fruto da criatividade e do espírito desbravador de Alberto Santos-Dumont, inventor, construtor e aviador, quem há quase 100 anos, conquistou os céus com o 14 Bis, no primeiro vôo tripulado de um “aparelho mais pesado que o ar”, percorrendo 60 metros, a quase 3 metros de altura.

A façanha do mineiro em céus europeus é, comprovadamente, legado pioneiro para a história, e destronou a experiência dos irmãos Wright, Sabe-se que a tentativa de reprodução do chamado vôo pioneiro daqueles irmãos americanos não obteve êxito, mesmo sendo testado com a avançada tecnologia e conhecimento americanos.

Não é por acaso que a expedição 13 tenha sido denominada de “Missão Centenário”. A viagem espacial do astronauta brasileiro na nave russa (ex-soviética)

Soyuz TMA-8, compartilhada com outros dois astronautas, o russo Pavel Vinogradov e o norte-americano Jeffrey Williams deve nos encher de júbilo.

Rendemos nossa homenagem ao astronauta brasileiro e a todos que acreditam na indústria aeronáutica e na qualidade do pessoal dedicado à causa. Os avanços tecnológicos no Século XX, notadamente no segmento de pesquisa do espaço sideral que legaram ao mundo os lançamentos espaciais não teriam sido possíveis sem a realização do sonho do nosso compatriota, Santos-Dumont. A façanha hoje experimentada por mais um brasileiro, decorridos cem anos da nossa primeira incursão no domínio do espaço são fruto de pesados investimentos na formação de recursos humanos e na geração de novas tecnologias pela União Soviética, pelos Estados Unidos, Canadá, Japão e países de Europa.

O aperfeiçoamento do tráfego aéreo e da aviação para fins bélicos, da geração de satélites armados com precisão e de engenhos aéreos não tripulados, do programa guerra nas estrelas e das armas de energia dirigida, são alguns dos avanços no último século. Não fossem todos os avanços obtidos, a contribuição da pesquisa espacial às áreas médicas, às telecomunicações, à eletrônica e à informática na vida das populações já seria suficiente para compensar os investimentos realizados.

Sr. Presidente, somos partícipes de um consórcio de 16 nações que desenvolvem programas espaciais, somos pioneiros no domínio da aviação, temos uma reputação solidificada pelo aperfeiçoamento tecnológico representado pela Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER, além de contarmos com elevado e reconhecido padrão de serviços de transporte aéreo civil e militar. Agora, ingressamos no ranking dos países que enviaram astronautas ou cosmonautas ao espaço.

Tenho, em diversas ocasiões, deste Plenário requerido a atenção do Governo brasileiro para a questão dos investimentos em educação, em treinamento, em desenvolvimento científico e tecnológico. Reporta a edição de ontem do Correio Braziliense que o meio acadêmico questiona as aplicações de recursos financeiros da atual administração na área de pesquisa e inovação tecnológica, particularmente para a corrida espacial.

A proposta de alocação de recursos orçamentários para 2006 que era de 2 bilhões de reais foi reduzida para 800 milhões e além de tudo não existem parâmetros aceitos para a mensuração dos gastos em ciência e tecnologia no País. Há divergência entre estudiosos e governo quanto à participação das despesas em ciência e tecnologia no produto interno bruto. Para uns trata-se de 1,4 por cento, para outros, 1 por cento. Não importa quem está com a razão, o fato é

que estamos a anos-luz de distância de outros países, sejam desenvolvidos ou em desenvolvimento.

A participação do setor privado nos investimentos em ciência e tecnologia também deve ser estimulada. As universidades federais e órgãos governamentais ainda são o berço das principais linhas de pesquisa e inovações tecnológicas.

No âmbito da corrida espacial, o atual Centro Técnico Aeroespacial (CTA), criado há 60 anos, em 1946, vem seguindo os avanços internacionais no setor aeroespacial. A criação do (ITA), onde o nosso Tenente-Coronel foi inicialmente treinado, garante a capacitação e formação de recursos humanos em áreas de tecnologia de ponta. O CTA, por meio do ITA e do (IAE), exercem uma função indispensável à consolidação do programa espacial brasileiro.

Tenho lido na imprensa críticas ferrenhas ao dispêndio com a missão e com o treinamento do nosso representante. Esquecem os críticos que esta missão não é uma aventura, não é um passeio espacial ou desperdício de recursos. Ao contrário, representa um investimento na escalada do conhecimento científico e tecnológico, no despertar de uma nova era.

O lançamento oficial pela Agência Espacial Brasileira de dois itens comemorativos à viagem espacial do primeiro astronauta brasileiro, um selo criado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e uma medalha de prata produzida pela Casa da Moeda gera mais publicidade em torno do voo. Tenho certeza que muitas mentes jovens foram aguçadas e mais tarde decidirão a trilhar pelo mesmo caminho, a se candidatar ao desenvolvimento da engenharia aeronáutica, da ciência geodésica, dos estudos prospectivos na área espacial.

Estávamos há dez anos, no mesmo patamar de conhecimento espacial dos chineses, para citar apenas um dos exemplos do que a falta de investimentos e de determinação no alcance de objetivos nos tem levado a estacionar nesta área. Os chineses, enviaram em 2003, uma missão tripulada e já se posicionam como o terceiro país em desenvolvimento tecnológico espacial.

A viagem por si só já seria relevante. Alegam os críticos que os experimentos realizados pelo astronauta brasileiro não agregam muito. Esquecem os detratores que muitos dos oito experimentos associados a universidades no País e à Embrapa resultarão em maior compreensão dos fenômenos enzimáticos e dos seus efeitos no organismo com repercussões positivas para o tratamento da diabetes. Outros permitirão o aprimoramento de técnicas de preservação ambiental, de medicamentos de ação mais rápida, de controle de circuitos eletrônicos que apurem o controle térmico dos satélites, área que daria ao Brasil autonomia no setor e abertura de mercado de alta tecnologia.

Segundo informa o Ministério da Aeronáutica, o programa espacial, que em 2005 teve um orçamento equivalente a US\$ 100 milhões, tem sofrido com a falta de verbas e foi quase abolido em anos anteriores. Chegou em alguns anos, a contar com apenas US\$ 15 milhões.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a falta de visão dos nossos dirigentes contrasta com as excelentes condições geográficas do País para o lançamento de satélites e com a importância da indústria espacial que mobiliza mundialmente mais de 20 bilhões de dólares. A base de Alcântara, no Estado do Maranhão, palco de uma das mais sérias tragédias ocorridas no País, em 22 de agosto de 2003, apresenta a melhor localização comparativa para a colocação de um satélite em órbita geoestacionária. A sua proximidade da linha do Equador propicia economia de combustível em até 30 por cento quando se compara os custos de lançamento em bases situadas em latitudes mais altas.

O acidente ocorrido momentos antes do lançamento do veículo espacial VLS-1 VO3 causou a morte de 21 técnicos de alta capacitação e contribuiu para a morosidade no desenvolvimento de novas tecnologias. Há menos de 3 anos do ocorrido observa-se total omissão sobre o assunto. A opinião pública foi, à época, bombardeada com notícias desencontradas, com especulações sobre possível boicote internacional ao programa, ou sobre a qualidade do combustível sólido usado. Entretanto, até o presente, muitas questões não foram esclarecidas. Urge que o Centro Espacial de Alcântara seja plenamente recuperado e entre em funcionamento, pelo menos até o final de 2006.

Esperemos que os próximos passos do programa espacial brasileiro sejam mais largos. Há notícias alvissareiras. O CTA e a Agência Espacial Brasileira (AEB) comunicaram, há poucos meses, o desenvolvimento de novos veículos lançadores com capacidade para transportar satélites e plataformas espaciais de pequeno, médio e grande porte a órbitas baixas, médias e de transferência geoestacionária.

O Programa denominado “Cruzeiro do Sul”, com custo estimado em US\$ 700 milhões e prazo de execução para 17 anos (2022), atenderá as missões espaciais propostas no Programa Nacional de Atividades Espaciais (Pnae) da AEB, além de missões de clientes internacionais. Congratulo-me com este Programa que propiciará ao País a independência no transporte espacial de satélites de vários portes.

Os ganhos de soberania nacional e de capacitação industrial com o desenvolvimento de satélites de veículos de lançamento ao espaço revestem-se de valor estratégico para qualquer país. Saliente-se que uma das grandes metas do país é o desenvolvimento de um satélite geoestacionário, que gira na mesma

velocidade da Terra, gerando imagens detalhadas sobre determinado ponto, facilitando o monitoramento de grandes áreas. Dominamos a tecnologia de foguetes de sondagem utilizados para estudos, mas é primordial que desenvolvamos lançadores de satélites.

Historicamente, a exploração espacial começou com o lançamento do satélite artificial pela União Soviética, no dia 4 de outubro de 1957, a partir da base de lançamento de foguetes de Tyuratam, no Cazaquistão. Este acontecimento provocou uma corrida espacial pela conquista do espaço entre a União Soviética e os Estados Unidos que culminou com a chegada do homem à Lua. O primeiro ser vivo no espaço foi a cadela russa da raça laika, Kudriavka, em fevereiro de 1957, a bordo da nave espacial Spútnik 1. Em 12 de abril de 1961, o russo Yuri Gagarin realizou o primeiro vôo orbital de 48 minutos, a bordo da nave Vostok I.

Mais uma vez congratulo-me com o astronauta brasileiro Marcos Pontes. Espero que o esforço e o sacrifício necessários à inclusão do Brasil no rol dos países dotados de conhecimentos aeroespaciais sejam reconhecidos e redundem em maiores avanços para a toda a sociedade brasileira. Parabéns a todos os colegas da aeronáutica, aos cientistas brasileiros e às suas famílias. O sonho de voar e de conquistar o espaço está vivo e deve ser perseguido pelas novas gerações.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Aloizio Mercadante, antes registrando a presença entre nós do Deputado Federal Philemon Rodrigues, da Paraíba, do qual eu tive a alegria de ser parceiro, por mais de uma década, na Câmara dos Deputados.

Senador Aloizio Mercadante, vou conceder a palavra por cinco minutos aos últimos três oradores – V. Ex^a, o Senador Sibá Machado e o Senador Eduardo Suplicy -, já que, conforme a assessoria da Mesa me informa, a sessão deveria ter sido encerrada às 13 horas e 30 minutos.

Portanto, prorrogo a sessão por mais meia hora.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero-me associar ao Senador José Maranhão e parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, porque vivemos, nesses últimos dias, um marco histórico para a sociedade brasileira, particularmente por esse imenso desafio que é a disputa do espaço.

O fato de ter um conterrâneo, paulista de Bauru, torcedor do time do Santos, que espero venha a ser campeão neste final de semana, no domingo próximo, presente nessa astronave e, agora, na estação orbital, e a homenagem que ele fez, hoje, a Santos Dumont, merecem todo esse destaque.

O Senador também fez o alerta de que o mercado de satélites e telecomunicações é da ordem de US\$32 bilhões e o Brasil tem um imenso potencial devido à localização da base de Alcântara. Temos uma economia de cerca de 30% no lançamento de foguetes dessa base. Portanto, temos uma plataforma moderna, eficiente, e o projeto do VLS (Veículo Lançador de Satélite) é estratégico para o Brasil. Devemos investir, pesquisar e superar as limitações que as experiências anteriores demonstraram, para podermos, de fato, dar esse grande salto tecnológico num mercado tão importante quanto é o desse segmento.

Eu queria, por outro lado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registrar a minha perplexidade, e acredito que de todos os paulistas, com as cenas a que assistimos, hoje pela manhã, de mais uma rebelião na Febem, onde houve, ao longo do ano passado, 35 rebeliões. Nada menos que 1.229 jovens fugiram, em massa, nessas rebeliões.

Essa é uma instituição que tem apenas 6.500 jovens reclusos e cerca de 16 mil em liberdade assistida. A Febem consome, hoje, meio bilhão de reais do orçamento do Estado de São Paulo. Cada jovem custa ao Erário do Estado, aos contribuintes, nada menos do que R\$22 mil por ano, na política absolutamente fracassada que foi essa instituição. Há 12 anos o Governo do Estado, do PSDB e do PFL, promete reformá-la, alterá-la e revertê-la, mas absolutamente nada ocorreu de substantivo. O mais grave é que nessas rebeliões sempre há vítimas machucadas e, algumas vezes, fatais. Hoje, houve mais de 41 feridos.

Pergunto-me como continuar assistindo, com essa passividade que temos visto por parte do Governo do Estado, à deterioração dessa instituição, cuja função essencial seria exatamente a de buscar recuperar jovens que estiveram envolvidos em situações de risco, de delito, numa política de medidas sócio-educativas para que pudessem retornar à sociedade na condição de cidadania plena.

Não há solução com a política atual do PSDB e do PFL. A solução para a Febem é, primeiro, ser desmembrada em duas instituições, como fez o Governo do PT no Rio Grande do Sul, uma para tratar do jovem recluso e outra para acompanhar a liberdade assistida. Há experiências, no Estado de São Paulo, absolutamente exitosas. Por exemplo, na cidade de São Carlos, governada pelo Prefeito Nilton Lima Neto, do PT, há uma parceria entre o NAI, a Igreja, a Prefeitura e a comunidade local, que cuida de jovens que precisam de acompanhamento na liberdade assistida por meio de uma política sócio-educativa. O nível de reincidência na experiência do NAI em São Carlos é inferior a 4%.

Portanto, os jovens são de fato recuperados, têm um processo de educação de qualidade, uma política de formação profissional, de reinserção produtiva na sociedade, com excelentes resultados, enquanto na Febem, volto a dizer, há rebeliões atrás de rebeliões e o crime organizado está infiltrado na instituição. Mais de 1.200 funcionários foram demitidos sem justa causa. Houve uma derrota por unanimidade no TRT e espero que o TST julgue esses funcionários. Aqueles que têm denúncias de maus-tratos devem ser definitivamente afastados e punidos, como exige a Constituição, mas os demais deveriam estar trabalhando, porque foi uma retaliação de natureza trabalhista, que trouxe grandes prejuízos, eu diria, à instituição.

Além disso, eu queria registrar também que a Bancada da Oposição na Assembléia Legislativa está fazendo, hoje, mais um ato para instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero advertir que, no caso de São Paulo, Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, houve 69 CPs engavetadas ao longo do Governo do PSDB. São muito graves as denúncias sobre a Nossa Caixa. O Ministério Público já abriu inquérito e várias irregularidades já foram identificadas.

Senador Sibá, veja que os contratos de publicidade são da ordem de mais de R\$44,8 milhões, sendo que R\$5 milhões não foram sequer documentados, portanto é um desvio de finalidade; Deputados dizem que lhes foram oferecidos recursos, o que é uma denúncia muito grave, além de ter ocorrido a compra de centenas de fogões sem também os procedimentos necessários.

O que me deixou mais estarecido, hoje, foi a quebra do sigilo bancários de funcionários da Caixa Econômica pela própria instituição.

Estamos discutindo aqui um problema de quebra de sigilo que jamais poderia ter acontecido e vemos hoje a quebra de sigilo de funcionários da Caixa, alguns inclusive com movimentações financeiras incompatíveis com o exercício da função, os quais não foram demitidos e cujo inquérito não foi iniciado.

Portanto, trata-se de um conjunto de irregularidades que não satisfaz a opinião pública e não é correto, com todo esse processo que estamos vivendo de apuração, de punição e de busca de ir até o fim nas investigações, que nenhuma CPI tenha sido instalada na Assembléia Legislativa ao longo do Governo do PSDB. Sessenta e nove CPs foram engavetadas e essa me parece muito grave, pelo conjunto de denúncias que se estão avolumando a cada dia, que mostram que não basta um secretário ou um diretor da Caixa pedirem demissão. As coisas devem ser apuradas com rigor.

Quero parabenizar o Ministério Público por estar abrindo o inquérito. Essa investigação deve ser feita no

âmbito do Ministério Público, mas não pode ser exclusivamente nesse nível. Os Deputados estão indignados com essa situação de sempre se obstruir, de sempre se jogar para baixo do tapete e nada ser apurado. É uma proposta com fato determinado, bastante objetivo, como exige a Constituição, e não se está propondo uma investigação sobre tantas e tantas denúncias que existem acumuladas na Assembléia Legislativa, mas uma denúncia bastante precisa e rigorosa sobre a Nossa Caixa, com todos esses indícios que estão surgindo a cada momento.

Ouçó o Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a registra um fato importante ocorrido em São Paulo que, infelizmente, tem-se repetido inúmeras vezes; uma outra rebelião da Febem que aconteceu na madrugada de hoje e novamente com pessoas que ali podem ter sido feridas. Mais uma vez, trata-se de uma situação muito grave para os adolescentes, rapazes de 14 a 20 anos, que muitas vezes, por falta de alternativas adequadas à sua própria sobrevivência, acabam seguindo o caminho da criminalidade e, na Febem, não encontram o devido ambiente para a sua recuperação, para estudar. Tenho visitado, de quando em quando, unidades da Febem, inclusive aquelas de atendimento inicial, onde percebo as pessoas ali, simplesmente, muitas vezes em ambientes superlotados, sem alternativa do que fazer durante o dia. Então, não é à toa, que as rebeliões se sucedem, se repetem. Considero muito importante que inclusive V. Ex^a, assim como a Sr^a Marta Suplicy, ambos disputando, num exemplo de prática democrática, qual vai ser aquela pessoa indicada para o Governo do Estado de São Paulo, que certamente ambos estão tendo que se debruçar sobre o tema para resolvê-lo, e todos nós do Partido dos Trabalhadores. Gostaria apenas de transmitir a V. Ex^a que três dias antes de o Governador Geraldo Alckmin ter deixado o seu Governo, tive oportunidade de ter um diálogo com ele por telefone, em razão de inúmeros pontos que, por vezes, sejam os movimentos sociais, sejam outros, me têm solicitado para dialogar com o Governador. Mas, nessa oportunidade, agradei a atenção que ele teve para comigo, enquanto Governador de São Paulo, mas que eu queria registrar que considerava importante o que estávamos notando, que, enquanto aqui, no nível do Governo Federal e do Congresso Nacional, há um enorme empenho da Oposição em realizar comissões parlamentares de inquérito e apurar todos os fatos, ali, na Assembléia Legislativa, sempre se procurou evitar a possibilidade de apuração dos fatos, a realização de CPIs. O Governador Alckmin disse que as decisões, na Assembléia, dependiam da própria Assembléia, não

tanto dele. E ilustrou isso com o fato de o seu candidato ter perdido a eleição última para a Presidência da Assembléia. Mas avaliei que era importante fazer esse registro, como Senador, para ele próprio.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Agradeço a V. Ex^a.

Eu queria concluir dizendo que a situação da segurança pública no Estado de São Paulo é muito grave. A Febem é apenas parte do exemplo do fracasso da política de assistência à juventude. Repito, meio bilhão de reais. São injustificáveis rebeliões sucessivas em uma instituição que trata apenas de 6.500 jovens reclusos e de 16 mil a 18 mil jovens – as estatísticas variam – em liberdade assistida. Não é possível que, com um custo de R\$22 mil por jovem em São Paulo, nós assistamos a rebeliões e rebeliões, violência atrás de violência, e 67% desses jovens voltem a praticar crimes quando saem da instituição. Após doze anos de experiência, esse é o mais completo fracasso!

Qual é a solução? Vou repetir. Primeiro, repartir em duas instituições, fazendo parceria com os Municípios, com as comunidades locais, com as igrejas, para realizar medidas socioeducativas para os jovens em liberdade assistida. E segundo, para os jovens reclusos, construir pequenas unidades que comportem de 40 a 45 pessoas, como exige o Estatuto da Criança e do Adolescente, porque, dessa forma, há o controle da instituição. Não é possível agrupar 1.200 jovens, como ocorria nessa unidade de Tatuapé. Estamos assistindo recorrentemente a essa situação de desmando e de descontrole. Por sinal, descontrole de todo o sistema prisional!

Senador Sibá Machado, existem 138 presídios em São Paulo e mais de 138 mil presidiários. Há um déficit de vagas de 30%. Entram três mil presos por mês no sistema e saem apenas 1.500. Portanto, o sistema está totalmente superlotado. Existem organizações criminosas, como o PCC, que quebraram a disciplina prisional e controlam parte da estrutura do regime prisional do Estado. Só esse mês tivemos, na semana passada, rebelião em sete presídios. Essa situação vem ocorrendo ao longo de todo o Governo do PSDB, por não ter firmeza no combate à criminalidade. O custo dos presídios de segurança máxima é de R\$40 mil por vaga, ou seja, é bastante caro. Porém, esses presídios são essenciais para quebrar essas organizações criminosas e introduzir, nos demais presídios, a idéia do presídio industrial, onde os presos trabalham; ao trabalhar, podem construir uma poupança. Uma parte vai para a sua família, a outra parte vai para uma caderneta de poupança, para que ele, aprendendo uma profissão e com a caderneta de poupança, possa sair do presídio e ser re-inserido na sociedade.

Por último, Sr. Presidente, eu pediria a tolerância da Mesa para dizer que não vejo, por parte do Governo do PSDB e, particularmente, do Governador Alckmin, uma solução para o problema da Febem, não só pela experiência de 12 anos, mas também pela concepção que ele apresentou quando era Deputado, comigo, na Câmara dos Deputados.

Qual foi o projeto de lei do então Deputado Geraldo Alckmin para resolver essa questão? Reduzir a maioria penal. Então vamos estabelecer que a partir dos 16 anos os jovens já podem ser presos no presídio comum, e vamos jogar esses jovens nesse sistema prisional colapsado, infiltrado e coordenado pelo crime organizado, como se isso viesse a resolver o problema.

O que o crime organizado vai fazer, se isso acontecer, se o projeto do Governador Alckmin for aprovado pela Câmara, é pegar os jovens com menos de 16 anos – e, recentemente, aquele vídeo do Falcão, debatido ontem na Comissão de Relações Exteriores, mostra que há jovens de 13, 14, 15 anos envolvidos com o narcotráfico. Por que a quadrilha quer o menor de idade? Porque quando a quadrilha é presa, o menor é o laranja, na gíria policial, e ele assume a responsabilidade pelo crime, para proteger os adultos.

Ora, se simplesmente reduzirmos a maioria penal, não vamos resolver esse problema. Vamos jogar nos presídios os maiores de 16 anos e vamos trazer mais jovens para a Febem e continuar assistindo esse quadro lamentável e inaceitável no Estado mais rico da Federação.

Qual foi a alternativa que ofereci e aprovei, por unanimidade, neste Senado Federal e agradeço a todos os Senadores, de todos os Partidos; espero que a Câmara agora conclua e aprove o projeto? Que em toda quadrilha que tiver menores de idade envolvidos os adultos paguem. Quem tem que ter o agravo da pena é o adulto que envolve o menor de idade no crime. Se é assalto, roubo, narcotráfico, a pena pode ser dobrada ou até triplicada para os adultos. Com isso, as quadrilhas não vão querer mais os envolvimentos dos menores de idade e vamos começar a proteger aqueles que estão expostos, hoje, especialmente frente ao narcotráfico. Com uma política preventiva como essa, vamos diminuir os problemas com a juventude, vamos proteger uma parte da juventude contra o crime organizado, para que, com isso, possamos reestruturar a Febem e criar, portanto, duas instituições, sendo uma delas voltada para a liberdade assistida, em parceria com as prefeituras, com as igrejas, com as entidades não-governamentais, que é muito mais eficiente – e temos excelentes experiências nessa direção – e com os reclusos em pequenas unidades.

Portanto, temos alternativas para o Estado, alternativas consistentes que já poderiam estar sendo implementadas, para que deixemos de assistir, todas as semanas, a rebeliões nos presídios, como na semana passada, e a rebeliões com tropas de choque invadindo, com jovens todos desnudos, sentados no cimento frio, no início da manhã, com helicópteros e bombas, como assistimos esta semana.

Que juventude estamos criando com esse tipo de política? Onde vamos recuperar esses jovens para serem cidadãos plenos, ingressarem no mercado de trabalho e poderem ter uma formação? Até quando vamos assistir a filmes como o que o Fantástico apresentou sobre o narcotráfico aliciando a juventude ou a instituições fracassadas pela omissão dos homens públicos que governam o meu Estado há tantos anos? Por isso, creio que seja possível reverter esse quadro. Acredito nisso!

Quero, sim, Senador Eduardo Suplicy, disputar no partido a minha pré-candidatura. Nunca disputei um cargo executivo; nunca disputei, Senador Sibá Machado! Pelo PT, só disputei cargo legislativo, mas, em 1990, nas eleições para Deputado Federal, fui o Deputado mais votado do PT; em 1994, deixei meu mandato para ser candidato a Vice-Presidente da República com o Presidente Lula; em 1998, fui o terceiro Deputado Federal mais votado no Brasil; e, como Senador da República, fui o mais votado da história do Brasil e tive, no meu Estado, 3 milhões de votos a mais do que o Governador Alckmin nas últimas eleições.

Com essa votação, com a minha história e com propostas concretas, espero poder trabalhar pelo meu Estado, não mais como Senador, como tenho feito nesta Casa, mas como Governador, no futuro.

Independente disso, sendo ou não candidato, creio que tinha a obrigação, como Senador pelo meu Estado, de vir a esta tribuna e protestar contra essa cena estarrecedora para qualquer cidadão que tenha sensibilidade. Imagino para as mães, para os pais, para os irmãos, assistirem às cenas que viram hoje: os jovens quebrando a instituição, os funcionários reféns, a polícia entrando de helicóptero, tropas de choque, fuzis sendo atirados para assustar 41 feridos! Isso não pode acontecer! Isso não pode se repetir! Não vamos recuperar esta Nação, se não olharmos para a educação como a política mais importante de Estado e se não protegemos a nossa juventude contra o crime organizado, particularmente contra o narcotráfico.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Concluo, Sr. Presidente.

Em cima desse alerta, que se vem repetindo com vídeos e com cenas como as de hoje, faço um apelo à

Câmara dos Deputados, para que aprove o meu projeto. Quando discutimos o Estatuto do Desarmamento, muitos diziam que não teria eficácia, que não resolveria o problema dos homicídios. Pois bem, os homicídios à mão armada no Brasil caíram em todos os Estados da Federação, e de forma expressiva, porque o Estatuto do Desarmamento foi uma política de prevenção, aliada à recuperação do emprego, do Bolsa Família, com outras políticas do Governo. Sobretudo o Estatuto do Desarmamento trouxe uma grande resposta à violência na juventude.

Portanto, se o projeto que apresentei for aprovado, e, em toda quadrilha onde houver um menor de idade, os adultos tiverem a pena duplicada ou triplicada, seguramente, estaremos dando um passo definitivo para proteger e, depois, recuperar, isto sim, os jovens que não podem estar expostos, como estão, às cenas que todos vimos, hoje, nas televisões de todo o Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Sibá Machado.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

A Presidência prorroga esta sessão para que possam fazer uso da palavra os demais Senadores inscritos: o nobre Senador Eduardo Suplicy e este Presidente, Eduardo Siqueira Campos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei um breve registro aqui, resultado da COP-8. Estava em dívida com esta Casa e pretendo fazê-lo por escrito para não deixar de mencionar os principais pontos do que foi um dos eventos mais importantes para os acordos multilaterais entre os países signatários de tão relevante tema mundial, que é o meio ambiente.

A COP-8, VIII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidades Biológicas, terminou no dia 31 passado com uma série de avanços em temas considerados relevantes para o Brasil e também para o mundo. O primeiro deles é a construção do regime internacional de acesso e repartição de benefícios. Os delegados decidiram, em Curitiba, adotar o texto apresentado pelo grupo de trabalho permanente sobre o tema na cidade espanhola de Granada, em fevereiro passado, como parte das negociações e estabeleceram o ano de 2010 como teto para a conclusão desses trabalhos.

Para continuar as negociações foram estabelecidos dois presidentes para o GT, um, de um país em desenvolvimento; o outro, de um país já desenvolvido. Também ficou decidido que serão realizadas duas reuniões antes da próxima conferência, que é a COP-9. Será criado, ainda, um grupo, composto de 25 especialistas e sete observadores, para elaborar opções para certificados de origem e procedência legal relacionados aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados. A idéia é que esse certificado seja emitido pelo país de origem e garanta o respeito às leis nacionais.

Os países foram convidados a aumentar o número de representantes de comunidades indígenas e locais em suas delegações oficiais, e a encontrar fórmulas de efetiva participação desses povos nas decisões da Convenção sobre Diversidades Biológicas. Os delegados decidiram criar um Fundo Voluntário para garantir essa participação, não apenas na construção do regime, mas em todas as discussões relacionadas ao conhecimento tradicional.

Nesse item, importantíssimo para nós da Amazônia e em especial para nossas populações da floresta, foram definidas diretrizes para orientar o desenvolvimento de um sistema **sui generis** de proteção ao conhecimento tradicional, bem como linhas para um código de conduta, que assegure o respeito à herança cultural e intelectual desses povos.

Na área de biodiversidade agrícola, o principal ponto positivo foi a manutenção da moratória imposta às sementes com Tecnologias Genéticas de Restrição de Uso, também conhecidas como estéreis. Os delegados decidiram que prevalece o texto original da Convenção sobre Diversidades Biológicas, que banuiu experimentos em campo e comercialização desses produtos. Eles optaram por promover e disseminar pesquisas sobre o impacto das sementes e reafirmaram a decisão de respeitar o conhecimento e as práticas tradicionais dos agricultores.

Também merece destaque a criação de uma iniciativa que norteará os países na implementação de ações transversais ligadas à biodiversidade, alimentação e nutrição.

Na COP-8, pela primeira vez, foi feito um esforço para engajar o setor privado na implementação dessa Convenção. O Brasil, por meio do Ministério do Meio Ambiente e do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, liderou essa iniciativa, em parceria com o Reino Unido e com a União Mundial para Conservação da Natureza (IUCN). A iniciativa foi referendada, e o setor conclamado a alinhar suas políticas e práticas aos objetivos e metas da CDB.

Com a presença recorde de 122 Ministros da área ambiental, o encontro do Segmento Ministerial também foi considerado um êxito em termos de participação e bastante inovador em seu formato. Houve, ainda, considerável aumento da presença do setor privado.

Durante o Dia Brasil, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente, foram realizadas seis mesas-redondas sobre diversos temas ligados à preservação e uso sustentável da biodiversidade, com a participação de 350 pessoas.

Segundo Ahmed Dioglaf, Secretário-Executivo da Convenção sobre Diversidades Biológicas, a reunião no Brasil foi histórica, com a participação de cerca de quatro mil delegados, cobertura de imprensa de 400 jornalistas do mundo inteiro e 200 eventos paralelos.

Os que acompanharam de longe não imaginam o trabalho hercúleo feito para organizar um evento como esse. Por isso, neste momento, quero parabenizar o trabalho do Itamaraty e do Ministério do Meio Ambiente, principalmente pelas posições avançadas defendidas pelo Governo brasileiro.

Sr. Presidente, o tema que mais se esperava na MOP-3 era a posição brasileira sobre a questão de rotular os produtos com a origem de modificados ou não-modificados geneticamente, e esta foi clara: os produtores e transportadores de cargas com produtos geneticamente modificados terão de identificar essas cargas como contendo tais produtos. Assim sendo, o consumidor saberá a origem, e também, é claro, todo o sistema comercial poderá colocar, se quiser, nas suas embalagens, a identificação desses produtos.

Então, Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Esta Presidência convoca o próximo orador inscrito, nobre Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo. (Pausa.)

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a não precisa correr. Tendo esquecido um papel, a Presidência aguardará calmamente a vinda de V. Ex^a à tribuna, tendo em vista que é um dos oradores prediletos, não só de nós, os Srs. Senadores, mas de todos aqueles que acompanham os trabalhos desta Casa.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Senador Eduardo Siqueira Campos, Senador Sibá Machado, Srs. Senadores, primeiro, quero enaltecer mais uma vez o documentário “Falcão – Meninos do Tráfico”, que ainda ontem, por

iniciativa do Senador Cristovam Buarque, foi exibido na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Trata-se de um documentário de grande importância. Na semana passada, encontrei o “mensageiro da verdade”, o MV Bill, por ocasião do lançamento do livro que ocorreu no instituto dirigido pelo jornalista Gilberto Dimenstein, na Vila Madalena, em São Paulo. Um grande público ali compareceu para dialogar com o *rapper* compositor de canções de *hip-hop*, que dizem muito da vida no cotidiano, sobretudo da vida nos bairros mais carentes do Rio de Janeiro, das favelas do Rio de Janeiro. Ele pôde retratar isso com um realismo extremamente forte que impressionou extraordinariamente os brasileiros quando, no Fantástico de domingo retrasado, apresentou a história de 17 rapazes, dos quais apenas um, depois de decorridos seis anos da reportagem, continua vivo, justamente o Sérgio Cláudio de Oliveira Teixeira, o Serginho Fortalece, hoje com 21 anos.

Na entrevista daquele documentário, Serginho disse que “essa vida do crime só acaba em cadeia, cadeira de rodas ou cemitério”. Ele acabou sendo o único sobrevivente dos 17 personagens porque ficou com a primeira opção. “Graças a Deus”, ele diz. Segundo reportagem da revista **Época** desta semana:

Foi preso em 2004 e condenado a cinco anos e quatro meses de detenção. “Rodei num 157” (artigo do Código Penal que se refere a roubo). Eu e mais um amigo tinha ido na praia. Tava voltando, ele viu um **playboyzinho** saindo do **shopping** com celular e carteira. Quando ele guindou o cara, eu peguei o celular e a carteira, mas a polícia já tava lá”. A avó morreu – “de tristeza” – uma semana depois da prisão do neto preferido. Antes da exibição de Falcão, Fortalece subiu até o alto da “comarca” (beliche de pedra), de onde se vislumbra uma fatia do morro, e rezou: “Deus, se tu é comigo mesmo, vai me tirar dessa solidão”.

Na quarta-feira passada, Serginho Fortalece deixou o complexo penitenciário de Gericinó, ex-Bangu, onde cumpria pena há um ano e sete meses. Em regime aberto, passou a dormir na Casa de Albergado Crispim Valentino, no Rio, e a trabalhar na Central Única das Favelas (CUFA), durante o dia. Sua nova arma é a câmara que aprende a usar com o cinegrafista do documentário, Felha. Quando a Justiça permitir, Serginho vai se mudar para Santa Catarina e fazer o curso de palhaço no circo de Beto Carreiro [pois ali, no filme, ele fala de seu sonho de, um dia, ser artista de circo, de poder trabalhar num circo].

Por outro lado, este documentário produziu os mais diversos tipos de reação, dentre as quais a reação do compositor de **rapper**, de **hip-hop**, o Ferréz que, hoje, no artigo publicado em “Tendências/Debates”, da **Folha de S. Paulo**, “Antropo(**hip-hop**)logia”, questiona um pouco o porquê do interesse da TV Globo em passar no Fantástico aquele documentário. E se pergunta:

Até que ponto a denúncia dá vida e legítima a atitude violenta de alguém? Acho que denunciar é o que sempre fizemos, mas também com muita arte e senso positivo, lutando para um dia isso mudar. No final do documentário, fica uma pergunta, que, tenho certeza, todo mundo se fez: “E daí?” [diz o Ferréz]

[...]

É, meus amigos, o efeito falando da seqüela. Ou será que a “dona Globo” daria 58 minutos para um documentário sobre o “hip-hop” enaltecendo os artistas do gueto? Não, acho que não.

O resultado é a vendagem de produtos com o nome “Falcão” e até piadas, como a do programa “Pânico”, “Falcatrua, os meninos do Planalto”.

Ferréz então faz uma referência aos seus companheiros de **hip-hop**:

Mano Brown, Consciência Humana, Gog, Realidade Cruel e eu mesmo conquistamos a favela pelo talento, não pelo escândalo. Você quer isso? Então, filma o maloqueiro com o fuzil em cima do morro, mas, no final, me dá uma dica sobre como não perpetuar isso.

Porque o telespectador já sabe que tá um caos mesmo, mas tá olhando só para o próprio umbigo, ou seja, se os problemas do morro não são parecidos com os meus problemas, então, não há problemas. Retratar o caos, pura e simplesmente, não é revolução. A nossa revolução é querer mudar, querer – de verdade – mudar. Sem essas de querer capitalizar em cima da miséria, que é o que muita gente tá fazendo, pensando que estamos dormindo, que estamos de chapéu.

Continua o Ferréz:

Não sou santo no bagulho, tenho defeitos – e muitos, por sinal -, mas vamos deixar claro um barato, tiozão, num vem jogar arroz em falso casamento, que, aí, é subestimar demais a rapaziada da favela. Para quem não sabe, há eventos aqui, quermesses, shows na rua,

teatros ao ar livre, saraus. Mas isso não atrai, felicidade não dá lbope.

Primeiro, quero registrar que achei positivo o documentário de MV Bill, e de Celso Athayde, “Falcão – Meninos do Tráfico”, e o seu livro que conheci e estou lendo. Acho muito importante, porque a força, o impacto da denúncia contida no seu documentário está fazendo as pessoas terem de pensar como transformaremos essa realidade tão dura e tão difícil. Mas gostaria de dizer que as reflexões de Ferréz também são importantes, porque ele faz um desafio, um convite à própria TV Globo para que esteja ali mostrando os eventos, como, por exemplo, os que ocorrem nos bairros da periferia de São Paulo. Como ele fala, há eventos como as quermesses, os **shows** nas ruas, os teatros ao ar livre, os saraus. Vou citar uma festa na favela Godoy, na área de Campo Limpo, onde justamente mora perto um dos mais importantes conjuntos de **hip-hop** no Brasil, os Racionais MC’s, o Mano Brown.

Em 7 de setembro do ano passado, fui convidado a participar da festa que dura desde o início da tarde até as 8 horas da manhã seguinte, e fiquei impressionado porque ali estavam mais de 5 mil pessoas, jovens. E não havia praticamente a presença do Poder Público, até mesmo da polícia. Todos organizaram aquele festival de **hip-hop**, a quermesse, com as próprias forças da organização daquela comunidade. E ali puderam ouvir as suas músicas preferidas. Tenho ficado impressionado como os jovens da periferia sabem cantar as longas letras das músicas, como as dos Racionais Mc’s, praticamente de cor, em função de elas dizerem muito do seu cotidiano.

Portanto, considero positivo que haja esse debate. Cumprimento o Senador Cristovam Buarque e a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que se empenharam para que pudesse aqui ser debatido e discutido o documentário “Falcões – Meninos do Tráfico”.

Sr. Presidente, eu iria ainda falar sobre outro tema, mas, em primeiro lugar, quero ouvir seu pronunciamento. Se houver espaço, falo do meu segundo tema. Posso continuar? (Pausa.)

Outros aqui foram contemplados com muita generosidade. Então, se eu puder falar do segundo tema, assim o farei.

Ontem, fiz uma visita ao novo Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e transmiti a S. Ex^a o diálogo que tive sobre alguns assuntos relacionados aos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com o ex-Deputado e Presidente do Incra, Plínio de Arruda Sampaio.

No último dia 17 de abril, publiquei uma carta na **Folha de S. Paulo** ao João Pedro Stédile, da Coordenação Nacional do MST, em que procurei ressaltar a

iniciativa do Movimento das Mulheres Camponesas e da Via Campesina de destruir as mudas de eucaliptos nas instalações do laboratório da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul. Então, transmiti a meus amigos do MST que seria sempre bom que resolvessem usar dos métodos da não-violência para conseguir ganhar muito maior apoio à justa causa da reforma agrária e da realização de justiça em nosso País.

Poucos dias depois, no dia 24 de março, Plínio de Arruda Sampaio escreveu-me a “Carta aberta ao Senador Eduardo Suplicy”, em que fala da longa amizade que temos e em que ressalta que somos ambos solidários do MST. Fala da invocação que fiz das ações de Gandhi e de Martin Luther King Jr. como exemplos de ações não-violentas que o MST deveria seguir. Diz ele:

No entanto, a ação das mulheres do MST, na Aracruz, se enquadra perfeitamente na tradição das lutas desses dois mártires dos oprimidos. O que elas praticaram foi um ato de desobediência civil – uma ação que desafia a lei, a medida ou a omissão injustas sem incitar agressão a pessoas.

Ressaltei que lá não houve agressão a pessoas. Em algumas ocasiões, tem havido agressões, inclusive a trabalhadores, mas ali houve agressão física ao que foi construído por alguns trabalhadores – talvez, o MST avalie que não deveriam ter ocorrido.

Por outro lado, Plínio de Arruda Sampaio fala de minha solidariedade à causa da reforma agrária. Inclusive, tive oportunidade de externar isso na minha visita, ontem, ao novo Ministro Guilherme Cassel, que substituiu o Ministro Miguel Rossetto, que se vinha desempenhando bem como Ministro do Desenvolvimento Agrário, e também hoje no diálogo que tive com Rolf Hackbart na Comissão de Agricultura.

Perguntei como está a execução das metas de reforma agrária, e o Ministro de Estado, Sr. Guilherme Cassel, informou-me que o Governo, certamente, até o final de 2006, irá assentar 400 mil novas famílias, conforme meta do Presidente Lula para este Governo. De 2003 a 2005, foram assentadas 245 mil famílias, e, em 2006, deverão assentar mais 155 mil famílias. Na carta que hoje me enviou, o Ministro Guilherme Cassel afirma ainda:

O cumprimento da meta dependerá basicamente de dois fatores: a suplementação dos recursos orçamentários para obtenção de terras (prevê-se 900 milhões e precisamos de mais 1 bilhão) e a atualização dos índices de produtividade que informam os processos de desapropriação de imóveis rurais para reforma agrária.

A atualização dos índices de produtividade é urgente e necessária, não apenas

por se tratar de uma exigência legal e de um compromisso de Governo é condição para a continuidade da reforma agrária na região centro-sul do País.

Ainda hoje, Sr. Presidente, a companheira Senadora Ana Júlia Carepa e eu fizemos indagações ao Presidente do Incra, Rolf Hackbart, sobre o assunto. Inclusive, propusemos que, em breve, haja um convite ao Ministro da Agricultura, Roberto Rossetto, e ao próprio Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, para ambos nos darem as informações sobre a atualização dos índices de produtividade.

Ainda nesta semana, na **Carta Capital**, o Deputado Federal Antonio Delfim Netto, no seu artigo intitulado “O Grave Problema Agrícola”, apresenta uma tabela sobre o desempenho da agricultura de 1992/1993 para 2005/2006, mostrando que a produção agrícola, em milhões de toneladas, evoluiu de 68,25 milhões, em 1992/1993, numa área de 35,62 milhões de hectares, com um índice de produtividade de 1,92%, e, em 2005/2006, a safra agrícola resultou em 124,40 milhões de toneladas, numa área de 46,80 milhões de hectares, correspondendo a um índice de produtividade de 2,66%. Portanto, nos últimos 14 anos, de 1992/1993 para 2005/2006, houve um acréscimo de produtividade no setor agrícola brasileiro de 1,92% para 2,66%, um aumento da ordem 80%.

Ora, se a economia brasileira teve um acréscimo tão significativo de produtividade, é mais do que de bom senso que haja uma nova definição dos índices de produtividade.

Sr. Presidente, requeiro que sejam transcritos como parte de meu pronunciamento a carta do Ministro Guilherme Cassel, as informações que anexou para mim sobre a atualização dos índices de produtividade, os três artigos a que me referi – a minha carta ao MST, a resposta de Plínio de Arruda Sampaio e a carta que publiquei respondendo ao Plínio de Arruda Sampaio, ao próprio MST e ao Governo, em que menciono, conforme sugere Plínio de Arruda Sampaio, a importância de serem definidos rapidamente, pelo Governo, os novos índices de produtividade – e o artigo que citei.

Espero que o Ministro Roberto Rodrigues, tão entusiasta do progresso da agricultura brasileira, avalie que seja adequado e de bom senso a nova definição dos índices de produtividade, que estão definidos desde 1980, levando-se em consideração o Censo de 1975.

Obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não representam a opinião do jornal. A publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Antropo(hip-hop)logia

FERRÉZ

NESSES dias, estava pensando ca com meus botões — pra falar a verdade, estou pensando num certo domingo e nos outros que vieram —, muitos sites, reportagens e programas estão simplesmente copiando o que papai global diz. A mídia convencional já faz isso, “clipa” as notícias e as distribui. E, agora, somos iguais, é a mídia do “hip-hop” imitando os grandes meios.

O assunto é o mesmo, o documentário que a Globo exibiu, a favela desnudada, exposta, aberta, e seu ingresso é somente um apertado de botão.

Mas, calma! Refrigera sua alma antes de tomar tal decisão. Faça isso porque o “hip-hop” e a nossa literatura sempre tiveram uma atitude diferenciada da atitude do resto das pessoas sem senso crítico. Ou não?

Mas, afinal, o que isso vai ajudar? Tupac morreria de novo, se realmente estivesse vivo, tendo um milhão de cor falando como branco na cara dura, compactuando com um dos programas televisivos (jornalísticos?) mais prejudiciais ao nosso povo.

Ultimamente tá assim, muita gente aceita tudo que vai rolar, como se fosse natural, e criticar virou um defeito. Acho que é um defeito quando você só critica e não faz nada, mas se faz, meu négo, então, pau no gato.

Me perdoem, mas desconfio de muita coisa. Todo mundo tá correndo pelo seu — e isso é um fato —, mas tem umas atitudes em que a favela, ou nossa periferia, ou a comunidade, seja como você a chama, tá em último plano.

Até que ponto um documentário que foi apresentado e rotulado como “furo jornalístico”, exibido em rede nacional, nos ajuda? Alguém já pensou nisso hoje? As críticas do então rapper MV Bill ecoavam por todos os jornais contra o filme “Cidade de Deus”. Segundo ele, o filme não voltaria nada para o lugar e denegriaria mais a imagem da Cidade de Deus. E fica a pergunta no ar: “E o documentário ‘Falcão’, não denigre essa comunidade e todas as outras por onde aconteceram as filmagens?”.

Até que ponto a denúncia dá vida e legitima a atitude violenta de alguém? Acho que denunciar é o que sempre fizemos, mas também com muita arte e senso positivo, lutando para um dia isso mudar. No final do documentário, fica uma pergunta, que, tenho certeza, todo mundo se fez: “E daí?”.

Os telespectadores desligam a televisão e vão dormir, os comentaristas que foram convidados são uma piada. Glória Perez e Manoel Carlos vão escrever suas novelas, que é o que dá dinheiro, mas contribui para tudo que passou em “Falcão”.

Até que ponto um documentário que foi apresentado como “furo jornalístico” nos ajuda? Alguém já pensou nisso?

É, meus amigos, o efeito falando da seqüela. Ou será que a “dona Globo” daria 58 minutos para um documentário sobre o “hip-hop” enaltecendo os artistas do gueto? Não, acho que não.

O resultado é a vendagem de produtos com o nome “Falcão” e até piadas, como a do programa “Pânico”, “Falcão, os meninos do Planalto”.

Mano Brown, Consciência Humana, Gog, Realidade Cruel e eu mesmo conquistamos a favela pelo talento, não pelo escândalo. Você quer isso? Então, filma o maloqueiro com o fuzil em cima do morro, mas, no final, me dá uma dica sobre como não perpetuar isso.

Porque o telespectador já sabe que tá um caos mesmo, mas tá olhando só pro próprio umbigo, ou seja, se os problemas do morro não são parecidos com os meus problemas, então, não há problemas. Retratar o caos, pura e simplesmente, não é revolução. A nossa revolução é querer mudar, querer — de verdade — mudar. Sem essas de capitalizar

em cima da miséria, que é o que muita gente tá fazendo, pensando que estamos dormindo, pensando que estamos de chapéu.

Graças ao meu pequeno dom, ganho meu \$ honestamente, vendo roupas, vendo livros, vendo minhas paicstras, mas nunca comercializei o gueto. O que está à venda é meu trabalho, não eu.

Não sou santo no bagulho, tenho defeitos — e muitos, por sinal —, mas vamos deixar claro um barato: tiozão, num vem jogar arroz em falso casamento, que, aí, é subestimar demais a rapaziada da favela. Pra quem não sabe, há eventos aqui, quermesses, shows na rua, teatros ao ar livre, saraus. Mas isso não atrai, felicidade não dá fôlego.

Meu povo não é só aquilo, imagens borradas, desesperança em todas as quebradas. Somos mais, muito mais.

Só quero dizer que temos que refletir, tantos meninos tiveram que morrer para alguém vender mais CDs, documentários etc. É isso? Apenas isso?

E a mudança? Orientar sobre gravidez precoce, sobre o uso de drogas, montar uma campanha real para nossos meninos e meninas desvalorizados, estigmatizados pelos olhos da elite, do próprio povo e por todos os meios de comunicação? Não podemos só mostrar a consequência, temos que mostrar a causa.

Nem tudo que você vê é nossa cultura, não somos antropófagos.

Pense nisso e não me fale, por favor, de discurso “hip-hopista”, que isso já deu no saco, não entrei no “hip-hop” pra ser reformista. Se não, me dá a conta que eu tô saindo fora, o nosso movimento é muito bom, todo mundo entra, talvez esse seja o problema, falar em nome dele é fácil, mudar a ideologia pode parecer fácil, mas, enquanto Deus colocar ar nos pulmões desse maloqueiro aqui, a dificuldade chega.

Porque da mãe que amamentá tantos ninguém pode ferir o peito. Só isso.

Reginaldo Ferréz, rapper e escritor, é autor de “Capão Pecado” (Labartexto, 2000), romance sobre Capão Redondo, bairro na periferia de São Paulo, onde vive o escritor, e de “Manual Prático do Gêio” (Objetiva, 2003).

De: Guilherme Cassel [guilherme.cassel@mda.gov.br]

Enviado em: quarta-feira, 5 de abril de 2006 12:43

Para: Sen. Eduardo Suplicy

Assunto: Fw: informações sobre Atualização dos Índices de Produtividade

Anexos: Nota Atualização Índices para Sem. Suplicy 4 abril 6.doc.

Original Message

From: Caio

To: Guilherme Cassel

Sent: Wednesday, April 5, 2006 12:41 PM

Subject: informações sobre Atualização dos Índices de Produtividade

Prezado Senador Suplicy

Inicialmente, gostaria de cumprimentá-lo pelas cartas enviadas ao MST e ao Plínio, em que com sinceridade, generosidade e extrema lucidez, alerta para as incompreensões que a ação realizada na Aracruz desencadeia e que, de forma, alguma, contribuem para o avanço da reforma agrária.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentado em novembro de 2003 à sociedade brasileira, em um evento inédito de unidade dos movimentos sociais do campo, expressa os compromissos e as diretrizes para a atuação do governo federal.

Nos quatro anos de governo o Plano prevê o assentamento de 400 mil novas famílias. De 2003 a 2005 foram assentadas 245 mil e para cumprir a meta deveremos assentar em 2006 mais 155 mil famílias. O cumprimento da meta dependerá basicamente de dois fatores: a suplementação dos recursos orçamentários para obtenção de terras (prevê-se 900 milhões e precisamos de mais 1 bilhão) e a atualização dos índices de produtividade que informam os processo de desapropriação de imóveis rurais para a reforma agrária.

A atualização dos índices de produtividade é urgente e necessária, não apenas por se tratar de uma exigência legal e de um compromisso de governo é condição para a continuidade da reforma agrária na região centro-sul do país.

A referência feita por V. Ex^a na última carta a este tema contribui para ampliar a visibilidade desta importante demanda pública.

Em anexo, envio-lhe algumas informações complementares sobre este tema.

Atenciosamente, – **Guilherme Cassel**, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

Informações sobre a Atualização dos Índices de Produtividade

O II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), apresentado em novembro de 2003, estabelece diretrizes e metas do governo federal. Entre os compromissos assumidos consta a apresentação de proposta de modificações de normas jurídicas e administrativas que regem o processo de obtenção de terras, inclusive as que visam aferir o cumprimento da função social da propriedade. Entre elas destaca-se a atualização dos índices de rendimento das lavouras e de lotação pecuária que informam o conceito de produtividade da propriedade rural previsto no art. 11 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

A Constituição Federal prevê a desapropriação para fins de reforma agrária do imóvel rural que não cumpre a função social (Art. 184) e define requisitos econômicos, ambientais e trabalhistas para cumprimento da função social (Art. 186).

A base legal para fixação dos índices de rendimento que informam o conceito de produtividade é o art. 6º da Lei nº 8.629/93, que considera produtiva a propriedade que, “explorada econômica e racionalmente atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente”

Para aferir o cumprimento da função social em relação à dimensão econômica a legislação estabelece critérios e graus de exigência para um imóvel ser considerado produtivo: Grau de Utilização da Terra — GUT e Grau de Eficiência na Exploração — GEE. Os índices de produtividade são utilizados pelo Incra nas vistorias dos imóveis passíveis de desapropriação para calcular o GUT e o GEE e avaliar se são produtivos ou improdutivos.

A legislação estabelece (Lei nº 8.629/93, artigo 11) que a atualização dos referidos índices deve ser feita “periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional pelos Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política de Agrícola” (redação dada pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001).

A legislação (Lei nº 8.629/93 e Incra 11/2003) deixa claro que no caso de intempéries, secas, inun-

dações o desempenho produtivo do imóvel será desconsiderado no momento da vistoria: “Não perderá a qualificação de propriedade produtiva o imóvel que, por razões de força maior, caso fortuito ou de renovação de pastagens tecnicamente conduzida, devidamente comprovados pelo órgão competente, deixar de apresentar, no ano respectivo, os graus de eficiência na exploração, exigidos para a espécie”.

Vale lembrar que apenas os imóveis rurais classificados como grande propriedade é que são passíveis de desapropriação. Estamos falando de cerca de 112 mil imóveis que corresponde a apenas 2,6% do total de imóveis rurais cadastrados.

O Incra é o órgão do Poder Executivo responsável pela execução da política de reforma agrária e pela fixação dos índices de rendimento e de lotação que informam o conceito de produtividade da propriedade. Esta competência é dada pelo art. 16 do ET e suas alterações e referendada por diversas decisões do Poder Judiciário, entre elas, as do Mandato de Segurança (MS) nº 22.478/PR, relator Min. Maurício Correia, e do MS nº 23.523/SC, relator Min. Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal.

Os índices atuais foram definidos pelo Incra em 1980, com base nos dados do Censo Agropecuário de 1975. Uma defasagem de mais de 30 anos, Apesar da exigência legal para a atualização dos índices, isso nunca aconteceu.

Atualizar os índices significa ajustar a exigência da manutenção de níveis satisfatórios de produtividade, um dos critérios para o desempenho da função social da propriedade, à nova realidade da agropecuária brasileira, utilizando-se de estatísticas de órgãos oficiais especializados que refletem o comportamento das lavouras e da pecuária.

Nos anos 90 o Incra realizou, em conjunto com a Unicamp uma série de estudos que produziram subsídios que teriam permitido que a atualização ocorresse ainda naquela década. A única modificação ocorrida neste período foi a alteração da unidade de medida utilizada para cálculo do GEE da atividade pecuária, substituindo a medida cabeça animal por hectare por unidade animal por hectare, e estabelecendo fatores de conversão para adaptar os valores constantes na IE Incra nº 19/80.

O art. 11 da Lei nº 8.629/03, modificada pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, atribui a competência do ajuste dos índices que informam o conceito de produtividade aos

Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário (MOA) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA).

Em 7 de abril de 2005 o MOA encaminhou, formalmente, ao MAPA uma proposta de Instrução Normativa com os novos índices a serem adotados. A partir de divergências identificadas, a Casa Civil conduziu uma série de reuniões com as respectivas equipes dos dois ministérios que resultaram em uma nova versão de Instrução Normativa que se encontra aguardando decisão presidencial.

A não atualização dos índices impacta negativamente a possibilidade do Incra obter terras para a reforma agrária, especialmente, nas regiões centro-oeste, sudeste e sul.

Carta ao MST

Eduardo Suplicy

Meu caro João Pedro Stédile, da Coordenação Nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra):

Com o sentimento de quem tem sido solidário ao MST desde a sua fundação, como amigo da causa da reforma agrária e da realização de maior justiça em nosso País, gostaria de externar minha sincera opinião sobre os últimos acontecimentos em Porto Alegre (RS). Acredito que o MST consegue obter muito mais apoio do povo brasileiro para sua causa sempre que utiliza meios pacíficos, não-violentos, e de respeito aos seres humanos e ao que tiver sido construído honestamente por outros.

“Acredito que o MST obtém muito mais apoio do povo brasileiro para sua causa sempre que utiliza meios pacíficos, não-violentos”

Falo isso por causa do episódio ocorrido na semana passada, quando as companheiras do Movimento de Mulheres Camponesas e da Via Campesina destruíram as mudas de eucaliptos e as instalações do laboratório da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul.

Bem sei que elas desejavam protestar contra um modelo de agronegócio que o MST tem criticado, uma vez que florestas homogêneas de eucaliptos para a produção de celulose podem prejudicar a biodiversidade. Também sei que essa atitude foi uma reação à destruição da aldeia indígena dos guaranis por trato-

res da Aracruz no Espírito Santo. Ou seja, agiram em solidariedade aos índios guaranis.

Reitero, entretanto, a recomendação que fiz quando, convidado pelo MST, em 10 de julho de 1999, administrei uma aula na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) para mais de mil jovens – de quase todos os Estados brasileiros – pertencentes ao movimento.

Dei de presente àqueles jovens a tradução que eu mesmo fiz de uma das mais belas orações da história da humanidade: “Eu tenho um sonho”, de Martin Luther King Jr., feita em 28 de agosto de 1963, em Washington, no dia em que foram comemorados os cem anos da abolição da escravidão nos EUA.

Naquela época, Luther King Jr. se preocupava com a necessidade premente da aprovação da Lei dos Direitos Civis e da Lei dos Direitos Iguais de Votação. Em muitos Estados do Sul dos EUA, não era permitido aos negros freqüentar os mesmos hotéis, restaurantes, escolas e banheiros ou usar os mesmos ônibus e calçadas que os brancos. Os negros nem sequer eram considerados cidadãos americanos, pois, em diversos Estados, não tinham o direito de votar, o que gerou movimentos de revolta, quebra-quebras e incêndios em inúmeras cidades.

Foi então que Martin Luther King Jr. conclamou seus compatriotas a seguirem os exemplos históricos de Mahatma Gandhi e outros, que realizaram movimentos assertivos não-violentos para alcançar objetivos importantes e difíceis, como o da independência da Índia, em 1947. Naquele dia, perante mais de 200 mil pessoas, disse Martin Luther King Jr.:

“Esse não é o tempo de nos darmos ao luxo de nos acalmarmos ou de tomar a droga tranquilizadora do gradualismo. Agora é a hora de tornar reais as promessas da democracia (...) agora é o momento de fazer da justiça uma realidade para todas as crianças de Deus. Seria fatal para a nação não perceber a urgência do momento”.

E, adiante, disse: “Não vamos satisfazer nossa sede de liberdade bebendo do cálice da amargura e do ódio. Precisamos sempre conduzir nossa luta no plano alto da dignidade e da disciplina. Nós não podemos deixar nosso protesto criativo degenerar em violência física. Todas as vezes – e a cada vez, precisamos

alcançar as alturas majestosas de confrontar a força física com a força da alma”.

Pouco tempo depois desse discurso, o Congresso norte-americano aprovou – e o presidente Lyndon Johnson sancionou – as Leis dos Direitos Civis e dos Direitos Iguais de Votação.

O MST tem sido muitas vezes criativo. E, assim, granjeou forte apoio do povo para a justa causa da reforma agrária – quando, por exemplo, organizou as marchas para Brasília em memória das vítimas do massacre de Eldorado do Carajás ou em memória da irmã Dorothy Stang, morta no ano passado pelos interesses do latifúndio.

Para mostrar sua solidariedade aos índios guaranis, tenho a convicção de que as mulheres da Via Campesina poderiam – e podem ainda – escolher uma forma pacífica, criativa, utilizando muito mais a força da alma do que a força física.

De outra forma, daremos razão aos que, em pleno século 21, preferem utilizar os instrumentos bélicos em vez dos instrumentos civilizatórios do bom senso e da inteligência.

Carta aberta ao Senador Eduardo Suplicy

24-3-2006

Por Plínio de Arruda Sampaio

Meu caro Eduardo Suplicy: Temos uma longa amizade e um longo companheirismo político. Não me esqueço e aproveito para agradecer publicamente do corajoso apoio que você deu a minha candidatura à Presidente do PT, numa hora em que isso iria lhe custar, como está custando agora, dificuldades com a oligarquia dirigente do partido.

Por isso mesmo, sei que você receberá estas palavras como uma contribuição sincera de um velho companheiro.

Levanto duas objeções á carta aberta que você enviou ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), publicada neste mesmo espaço na última sexta-feira, a propósito da destruição de mudas de espécies florestais em um centro de pesquisas da Aracruz, no Rio Grande do Sul.

A primeira é a invocação das ações de Gandhi e Martin Luther King Jr. como exemplos de ações não-violentas que o MST deveria seguir. No entanto, a ação das mulheres do MST, na Aracruz, se enquadra perfeitamente na tradição das lutas desses dois mártires dos oprimidos. O que elas praticaram foi um ato

de desobediência civil, uma ação que desafia a lei, a medida ou a omissão injusta sem incitar agressão a pessoas.

Em seus respectivos contextos, os atos de desobediência civil comandados por esses dois grandes líderes foram considerados inaceitáveis e escandalizaram as pessoas sérias, honestas, cumpridoras das leis.

Ora, o objetivo das ações de desobediência civil é precisamente este: desassossegurar consciências tranquilas, como um meio de fazê-las ver a responsabilidade que têm na manutenção de situações inaceitáveis, porém admitidas como normais e corretas. Trata-se de um gesto extremo para despertar sociedades anestesiadas, incapazes de ouvir os clamores do povo.

Vejamos, por exemplo, em que deu a marcha pacífica que os sem-terra realizaram em Brasília, no ano passado, a fim de pedir, de forma respeitosa e ordeira, a reforma agrária. Que resposta obtiveram do governo? Que solidariedade receberam da sociedade? Que noticiário deram os jornais?

A não-violência de Gandhi e Luther King não diz respeito às coisas, mas, sim, às pessoas humanas. Repare bem no próprio texto transcrito na sua carta aberta: Luther King diz que o protesto “não pode degenerar em violência física”. Não há menção a causar prejuízos ao capital. Por acaso, o boicote do sal e do tecido inglês na Índia, o dos ônibus segregacionista no Sul dos Estados Unidos e tantos outros movimentos de desobediência civil em todo o mundo deixaram de causar enormes prejuízos materiais aos capitalistas?

Violência física não houve no ato das mulheres. Houve a destruição de mudas destinadas a implantar a monocultura florestal no Rio Grande do Sul.

Sem falar nos danos que esse tipo de agricultura causa ao meio ambiente, é preciso que todos saibam que se trata de uma forma de agricultura extremamente nociva à pequena agricultura. Poucos sabiam disso. Agora, com a cobertura que a imprensa deu ao episódio, todos ficaram sabendo. Nisso consiste a desobediência civil. É selvagem porque a realidade é selvagem.

Minha segunda objeção a sua carta aberta se refere à falta de uma outra carta aberta: aquela que teria de ser enviada à Aracruz, reclamando da destruição da aldeia indígena dos guaranis no Estado do Espírito Santo e falando sobre a ameaça que representa atualmente a monocultura da celulose para os pequenos agricultores.

Essa forma de violência, sim, se volta contra a existência física das pessoas, na medida em que destrói o ambiente em que essas pequenas unidades familiares podem sobreviver. No entanto, isso se faz daquela forma disfarçada, asséptica, que o capitalismo usa para dar uma aparência de racionalidade à destruição dos grupos humanos que perturbam o “progresso”, o outro nome da sua fome insaciável de lucro e de acumulação de capital.

Prezado Eduardo, o MST vive uma hora difícilíssima, porque o governo depositário de suas esperanças não tem coragem de realizar a reforma agrária nem de enfrentar as forças políticas que tentam criminalizá-lo, como estamos vendo com a CPI da Terra.

Sei o quanto você já fez pelo movimento e sei também o apreço e o respeito que os sem-terra têm por você. Seu artigo, contudo, embora obviamente contra sua vontade, fornece munção aos adversários. Peço que o reconsidere e que venha somar conosco na defesa incondicional dos legítimos interesses dos trabalhadores rurais sem terra.

Por que não enviar uma carta aberta ao governo, a fim de exigir a publicação dos índices atualizados de produtividade da terra? Isso permitiria acelerar a reforma. Caso a reforma fosse acelerada – você o sabe tão bem quanto eu –, as pacíficas e extraordinárias mulheres do MST não seriam compelidas, como estão sendo a realizar gestos extremos a fim de chamar a atenção da sociedade para o drama que vivem há muito tempo.

*Plínio de Arruda Sampaio, 75, advogado, é Presidente da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) e diretor do **Correio da Cidadania**. Foi Deputado Federal pelo PT-SP (1985-91) e consultor da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação).

Diálogo com Plínio de Arruda Sampaio

Jornal do Brasil — 26-3-2006

Eduardo M. Suplicy
Senador (PT-SP)

A iniciativa do Movimento das Mulheres Camponesas e da Via Campesina de destruir as mudas de eucaliptos nas instalações do laboratório da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, no início de março, causou reações na opinião pública. Solidário ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra desde a sua fundação, em 1985, nas suas horas de dificuldade ou júbilo, transmiti a um dos seus coordenadores, João Pedro Stédile, meu sentimento

em uma carta aberta publicada no dia 17, na **Folha de S. Paulo**.

Como amigo da causa da reforma agrária e da realização de maior justiça no Brasil, escrevi que, na minha opinião, eles obtêm maior apoio do povo para a sua causa sempre que utilizam meios pacíficos, não violentos, de respeito aos seres humanos e ao que tiver sido construído honestamente por outros.

Compreendi que protestavam contra o modelo de agronegócio que hoje caracteriza grande parte da agricultura brasileira e, em especial, as florestas homogêneas de eucaliptos para a produção de celulose, que prejudicam a biodiversidade. As campesinas reagiam também à destruição da aldeia dos guaranis por tratores da Aracruz Celulose, no Espírito Santo. Foi também um ato de solidariedade aos índios guaranis.

Relembrei que em 1999 recomendei aos jovens do MST, quando lhes dei de presente a tradução que fiz de “Eu tenho um sonho”, a oração de Martin Luther King Jr. feita em 28 de agosto de 1963, perante mais de 200 mil pessoas em Washington. Preocupado com os movimentos dos que, pelas mais justas razões de revoltas, provocavam quebra-quebras e incêndios em diversas cidades norte-americanas, Luther King Jr. disse: “Esse não é o tempo de nos darmos ao luxo de nos acalmar ou de tomar a droga tranquilizadora do gradualismo (...). Agora é o momento de fazer da justiça uma realidade para todas as crianças de Deus. Seria fatal para a nação não perceber a urgência do momento.(...) Precisamos conduzir nossa luta no plano alto da dignidade e da disciplina. Não podemos deixar nosso protesto degenerar em violência física. Todas as vezes - e a cada vez -, precisamos alcançar as alturas majestosas de confrontar a força física com a força da alma”. Aquele movimento pacífico resultou na aprovação das leis dos Direitos Civis e dos Direitos Iguais de Votação nos Estados Unidos, ainda que também tenha provocado a tragédia do assassinato de Martin Luther King Jr., em 1968, quando ele ainda tinha apenas 39 anos.

Ponderei às mulheres da Via Campesina que elas terão maior sucesso se puderem sempre escolher formas criativas de protesto onde se utilizem muito mais da força da alma do que da força física.

Na última sexta-feira, Plínio de Arruda Sampaio publicou uma carta aberta muito amigável e sincera endereçada a mim, também na **Folha de S. Paulo**, onde

registra o seu temor de que a minha carta, ainda que involuntariamente, possa fornecer munição aos adversários. Relembrando as lições de Mahatma Ghandi e de Martin Luther King Jr., Plínio ressalta que “a desobediência civil é gesto extremo para despertar uma sociedade anestesiada, incapaz de ouvir os clamores do povo”. Argumenta que a ação das mulheres do MST, na Aracruz, se enquadra perfeitamente na tradição das lutas desses dois mártires dos oprimidos, pois elas praticaram um ato de desobediência civil, numa ação que desafia a lei, denuncia a omissão injusta sem que tenha havido agressão a pessoas.

O ato das mulheres de fato não se caracterizou por qualquer violência contra pessoas, o que considero positivo. Pode ter chamado a atenção, como gostariam, das consciências tranqüilas, como forma de fazê-las ver a responsabilidade que têm na manutenção de situações inaceitáveis, porém admitidas como normais.

Digo com toda a amizade ao Plínio e ao MST que foram muitas as pessoas que, como eu, são solidárias ao movimento e às suas causas, avaliaram que neste caso o MST foi um tanto além da conta. Estou de pleno acordo também com a necessidade de mostrar à Aracruz que sua ação no Espírito Santo contra a aldeia dos índios guaranis foi um ato condenável.

Somo minhas palavras ao apelo que faz Plínio de Arruda Sampaio, como Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), ao Governo do Presidente Lula sobre a importância de se atualizar os índices de produtividade da terra, que são de 1975, com o propósito de acelerar a reforma agrária. Houve um formidável aumento da produtividade da agricultura brasileira desde então, como, aliás, costuma saudar o Ministro Roberto Rodrigues, da Agricultura.

Em 1999, a Unicamp e a Embrapa, de maneira independente, prepararam novos índices e chegaram a resultados semelhantes. O Governo dispõe, desde então, dos estudos para regulamentar os novos patamares de produtividade das propriedades rurais.

A Constituição diz que a terra deve ser utilizada de maneira socialmente justa. Com razão os trabalhadores sem terra farão novas marchas, em 17 de abril, para lembrar as vítimas de Eldorado de Carajás e a necessidade de o Governo cumprir as metas de assentar 400 mil famílias nos quatro anos de mandato do Presidente Lula.

O grave problema agrícola

A agricultura brasileira está sofrendo mais uma crise, das tantas que se têm abatido sobre o setor nos últimos 20 anos, nos quais, quase que paradoxalmente, ela revelou um aumento de produtividade. Registramos na tabela Desempenho do Setor Agrícola a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas em milhões de toneladas.

Durante os 14 anos da tabela, o setor sofreu duros golpes que o submetem a um processo competitivo mais intenso (corte de financiamento, eliminação dos subsídios e sujeição a câmbio controlado) e o levaram a sucessivos e cada vez mais imaginativos mecanismos de negociação de suas dívidas com o sistema bancário nacional. No fundo, esses mecanismos foram apenas uma forma de sobrevivência, mesmo para os produtores mais aptos. Eles nunca chegaram a resolver completamente o problema pela falta de correspondência entre o ativo e o passivo criados no setor no governo Collor e no Plano Real:

1. O ajuste de preços no Plano Real foi feito por uma diminuição do valor do patrimônio, com a rápida e profunda redução do valor da terra e da propriedade

2. Enquanto o ajuste das dívidas foi feito pelo seu valor nominal (sem abatimento), com juros e correção monetária, o que elevou de forma exagerada a relação Encargos da Dívida/Receita Anual, que não foi inteiramente corrigida nem mesmo com a ampliação dos prazos de endividamento.

De qualquer forma (mesmo feito a machado!), o ajuste aconteceu e obrigou o setor agrícola a se adaptar às condições de competição, com a criação de novas formas tecnológicas e aproveitando os progressos genéticos gerados na Embrapa. Mais recentemente, o impulso veio do programa do Moderfrota, que revolucionou a produção de máquinas agrícolas e provou que vantagens comparativas podem ser criadas com programas adequados. Graças às economias de escala, o Brasil tornou-se um importante exportador de queles equipamentos, o que está agora em vias de liquidação pela insensata política de juros que praticamos desde 2004.

A estagnação da produção, durante o primeiro mandato da octetérde fernandista,

A supervalorização do câmbio tornou o real a commodity preferida na seara da especulação

revela o tremendo custo do ajuste e comprova o papel deletério que pode exercer a política de valorização cambial sustentada por altíssima taxa de juro real.

A safra 2005/2006, apesar das perdas produzidas pela estiagem (milho e soja, em Mato Grosso, Bahia e Minas Gerais), deverá ainda ser 10% maior que a anterior. Infelizmente, esse aumento será incapaz de compensar a queda da renda do setor, que foi produzida, basicamente, pela supervalorização do real, consequência da insensata política de juros reais escorchantes.

O paradoxal é que, graças à vigorosa resposta do setor agrícola, com o esforço produtivo para superar a crise, deveria mesmo haver uma valorização do real compatível com o equilíbrio da renda do setor. Mas a política monetária, permitindo a arbitragem entre os juros interno e externo, criou as condições para uma supervalorização do real, hoje a commodity preferida dos especuladores.

Para ter uma idéia do que a supervalorização do real causou em dois produtos, o milho e a soja, basta lembrar que, entre março de 2005 e março de 2006, os preços internos da soja caíram 26% e os do milho, 28%, sendo a causa principal a valorização do real em 23%. O setor pecuário também está sofrendo fortemente, com uma redução do preço da carne bovina da ordem de 30% e da carne suína, de 46%. O frango, ícone do real, anda hoje em torno de 96 centavos de real o quilo, com uma redução recente de 55%.

Não é a toa que um salário mínimo compra hoje e dobro do que comprava há três anos. E claro, entretanto, que isso excede muito os ganhos de produtividade que deveriam ser transferidos para os consumidores. A situação não é sustentável pela simples e boa razão de que a supervalorização do real não vai durar para sempre.

Dois subprodutos graves dessa valorização são: **1.** A desparização das finanças dos estados fortemente dependentes da produção agropecuária (Mato Grosso e Goiás, por exemplo), cuja receita própria se reduziu dramaticamente. **2.** A dificuldade de pagamento do salário mínimo pelo setor, particularmente no Paraná, onde o mínimo regional será da ordem de 23% maior que o nacional. ■

DESEMPENHO DO SETOR AGRÍCOLA

Safras	Total		
	Produção (A)	Área (B)	A/B
1992/93	68,25	35,62	1,92
1993/94	76,04	39,09	1,94
1994/95	81,06	38,54	2,10
1995/96	73,56	36,97	1,99
1996/97	78,43	36,57	2,14
1997/98	76,56	35,00	2,19
1998/99	82,44	36,90	2,23
1999/00	83,03	37,82	2,20
2000/01	100,77	37,85	2,65
2001/02	96,75	40,20	2,41
2002/03	123,17	43,95	2,80
2003/04	119,11	47,42	2,51
2004/05	112,86	48,88	2,31
2005/06	124,40	46,80	2,65

As fontes são: tabela de produção de produtos agrícolas e área para produção de cereais e leguminosas.

O vôo do falcão

Num depoimento exclusivo, Sérgio Fortalece único sobrevivente entre 17 meninos do tráfico, expõe o rosto da tragédia brasileira

ELIANE BRUM (TEXTO)
E MARCOS SERRA LIMA (FOTOS)

No princípio era Gênesis. O nome foi escolhida da mãe, a costureira Raimunda, testemunha-de-jeová. O pai, Sérgio, traficante, a enganou e impôs outro no cartório: o seu. Acrescentou, ainda, um Cláudio. Sérgio Cláudio nasceu de 7 meses "porque o pai era viciado", um menino minúsculo com orelhas enormes. Seu berço foi uma caixa de sapatos. Aos 10 anos, "entrou para o caminho errado" e ganhou um "vulgo": Fortalece. Foi seu segundo batismo. Sérgio Cláudio de Oliveira Teixeira, o Serginho Fortalece, ficou invisível por 21 anos. Emergiu há uma semana como o único sobrevivente do documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*. Único vivo num grupo de 17 garotos, ele se tornou visível porque contrariou as estatísticas. A regra para adolescentes como ele é morrer – e não viver. Chocado, o Brasil discute essa sentença há 15 dias, desde que o filme foi exibido em três blocos no *Fantástico*, atingindo 54% de audiência.

Não que o país não estivesse cansado de saber. A diferença é que foi obrigado a ver. A rotina das favelas invadiu os lares da "pista" – nome dado pelos favelados do Rio de Janeiro aos que vivem no Brasil de lá, na cidade. E invadiu pela tela da TV Globo, líder de audiência, em horário nobre, na noite de domingo, logo depois do jantar, quando as famílias de classe média se reúnem. Foi impossível sair da poltrona. E não há como seguir de braços cruzados. No documentário, Serginho Fortalece aparece empunhando um fuzil e dizendo: "Meu sonho é conhecer um circo. Minha mãe prometeu me levar no do Beto Carneiro, mas ela morreu antes. Meu sonho é ser palhaço". O menino que sonhava ser palhaço, enquanto defendia a "firma" (boca de fumo) de arma na mão, descobriu-se depois, era o único

vivo. E, nessa "condição de vivo", Serginho Fortalece se tornou não apenas um símbolo, mas um incômodo. Sem tarja preta, sem anonimato, a tragédia brasileira agora tem rosto, nome e sobrenome. Ficou mais difícil ignorá-la.

Nas palavras do rapper MV – mensageiro da verdade – Bill: "Ele se tornou um ponto de luz. Ajudar esse maluco é transformá-lo num marco de possibilidades, provar que essa história pode ser virada. O que mais se viu pelo Brasil foram garotos com sonhos adiados. Realizar o sonho de um deles é mostrar a possibilidade de todos eles". MV Bill e o empresário de hip-hop Celso Athayde, ambos da Cidade de Deus, favela carioca que ganhou fama com o filme de mesmo nome, do cineasta Fernando Meirelles, gravaram o documentário em periferias de todos os Estados brasileiros por oito anos. Não tiveram nenhum tipo de patrocínio, nem de governos nem de empresas. Venderam seus carros, uma casa e usaram o dinheiro de shows. Apanharam da polícia, foram presos, testemunharam seqüestros e execuções. Fizem um filme "de dentro". Pertencem ao mundo que escancararam. "O que chamava a atenção não

**Ele começou
no tráfico aos
10 anos.
Ganhava
R\$ 350 para
vigiar a favela
18 horas
por dia**

SERGIO CLAUDIO Na escola da favela, antes de empunhar o primeiro fuzil

eram as diferenças entre as regiões, mas as semelhanças. Podia mudar a arma, o fuzil ou a peixeira, e o sotaque, mas a história era a mesma", diz Bill. "O Rio virou modelo pelo destaque na mídia, porque muita celebridade vive nele. Então, tiroteio sem mortos em Ipanema tem mais destaque que uma chacina no Piauí. Mas o que existe são dois Brasis. E um deles está desgovernado, sem motorista e a mais de 200 por hora."

Serginho Fortalece afirma, recitando um bordão repetido à exaustão nas periferias: "Essa vida do crime só acaba em cadeia, cadeira de rodas ou cemitério". Ele está vivo porque, dos ►

NO OUTRO LADO Agora é Sérgio que está com a câmera na mão. Tornou-se o novo ídolo das crianças das favelas. Recebe abraços e distribui autógrafos

três destinos, ficou com o primeiro. "Graças a Deus", diz. Foi preso em 2004 e condenado a cinco anos e quatro meses de detenção. "Rodei num 157 (artigo do Código Penal que se refere a roubo). Eu e mais um amigo tinha ido na praia. Tava voltando, ele viu um playboyzinho saindo do shopping com celular e carteira. Quando ele quindou o cara, eu peguei o celular e a carteira, mas a polícia já tava lá." A avó morreu - "de tristeza" - uma semana depois da prisão do neto preferido. Antes da exibição de *Falcão*, Fortalece subiu até o alto da "comarca" (beliche de pedra), de onde se vislumbra uma fatia do morro, e rezou: "Deus, se tu é comigo mesmo, vai me tirar dessa solidão".

Na quarta-feira passada, deixou o Complexo Penitenciário de Gericinó (ex-Bangu), onde cumpria pena havia um ano e sete meses. Em regime aberto, passou a dormir na Casa de Albergado Crispim Venturo, no Rio, e a trabalhar na Central Única das Favelas (Cufa) durante o dia. Sua nova arma é a câmera que aprende a usar com o cinegrafista do documentário, Felha. Quando a Justiça permitir, Serginho vai se mudar para Santa Catarina e fazer curso de palhaço no circo de Beto Carneiro. Na primeira incursão ao centro, em companhia de MV Bill, foi parado e abraçado no Largo da Carioca. Deu autógrafos: "Fortalece um beijo em teu coração". Do ônibus, as pessoas gritam: "Quero te ver no circo!". Dona Sueli, da Ci-

dade de Deus, diz que vai botar seu autógrafa com o do jogador Ronaldo. Felipe, de 4 anos, e Mileme, de 7, crianças da favela, afirmam: "Quando a gente crescer, vai ser palhaço que nem o Fortalece".

Não é pouca a novidade. Não muito longe dali, na mesma favela ou em outra, as crianças não brincam de circo. Jogam "boquinha". Funciona assim, na transcrição literal do documentário. Um dos garotos explica a MV Bill e Celso Athayde: "A brincadeira que nós brinca todo dia, Mano, tem várias armas. Nós pega alcalipto e fala que é maconha. Moleque vai compra baguinho e diz que é pó". Começa então o jogo. São várias crianças. Parecem ter entre 7 e 10 anos. Começam oferecendo o produto da "firma":

- Pó de 10, pó de 10, vem cheirar, essa é da boa.

Depois brincam de subornar a polícia.

- Tu fala pra aquele tenente lá, daquele batalhão lá, que nós vai furar (baleiar) eles mesmo. Só 3 mil do arrego (suborno). Se quiser mais que isso, pode mandar entrar na favela que nós vai metê bala neles.

O passo seguinte é a descoberta de um X-9 (delator).

- Enheguei vocês - diz um menino, voz excitada.

- Bota fogo nele, meu, cadê os pneus?

- Não, pelo amor de Deus - grita o que faz o papel de X-9.

Vamos desovar (livrar-se do corpo) aqui mesmo. Embora, mano.

Muitos gritos. O X-9 está deitado em um buraco. Os amiguinhos enchem-no de balas. De brincado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Vou passar a Presidência dos trabalhos à Senadora Ana Júlia Carepa, para que eu possa usar da palavra. (Pausa.)

O Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Júlia Carepa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Srª Presidente Ana Júlia Carepa, Srªs e Srs Senadores, telespectadores da TV Senado que assistem aos trabalhos desta Casa, saúdo os populares que prestigiam, das galerias, os Senadores que hoje estão aqui cumprindo sua obrigação de representar o povo de seu Estado – no meu caso, o querido Estado do Tocantins, o mais jovem Estado da Federação.

Trago à tribuna desta Casa um assunto que está sendo por demais discutido no Estado do Tocantins e que envolve a gloriosa corporação da Polícia Militar do nosso Estado.

Preciso deixar claro, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o papel e a postura que adotou o Governo do Estado do Tocantins em relação aos direitos reclamados pela Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado do Tocantins, que, depois de uma árdua luta, conquistou no STJ, Superior Tribunal de Justiça, uma decisão, no Recurso Especial nº 137.884, que transitou em julgado, reconhecendo benefícios que atingiriam seis mil integrantes da corporação. Quando digo seis mil, estão aí incluídos pensionistas e outras pessoas envolvidas no direito a essa justa reivindicação.

Ora, Sr. Presidente, uma decisão tomada pelo STJ, a última instância a proferir decisão em uma ação dessa natureza, teria de ter o seu cumprimento imediato pelo Tribunal de Justiça do Estado. E foi assim

que procedeu a então Presidente em exercício, Dr^a Jacqueline Adorno, que meramente mandou executar a sentença transitada em julgado do STJ. Acolhendo a decisão terminativa do STJ, a então Vice-Presidente no exercício da Presidência determinou que se cumprisse a decisão do STJ.

Após essa decisão, o Estado do Tocantins entrou com um agravo regimental, e a Presidente do Tribunal de Justiça do Estado – não mais a Vice-Presidente, Dr^a Jacqueline, mas a Dr^a Dalva Magalhães – decide reformar a decisão já adotada na execução da sentença e acaba mudando o mérito da decisão do STJ.

Isso, Senador Eduardo Suplicy, fez com que uma decisão que iria abranger o direito de mais de seis mil integrantes – incluídos pensionistas e outros beneficiados, todos integrantes da corporação da Polícia Militar do Estado do Tocantins – se restringisse a apenas 183 integrantes!

Isso é muito grave, Senador Eduardo Suplicy. E ainda se torna ainda mais revoltante para os integrantes da Polícia Militar o fato de o Estado estar-se escondendo, afirmando que isso é uma decisão da Presidência do Tribunal de Justiça do nosso Estado e que ele tem apenas de cumprir.

Mas por que a Presidente do Tribunal de Justiça do Estado – e aqui externo o meu respeito à Dr^a Dalva Magalhães – fez isso, se quem interpôs um agravo regimental para questionar, para fustigar uma decisão transitada em julgado do STJ foi o próprio Estado? No meu entendimento, apesar de não ser advogado, creio que, uma vez transitada em julgado uma decisão do STJ, caberia à Presidente manter a decisão da então Vice-Presidente no exercício da Presidência e apenas executar a sentença. Mas não, ela transformou, ela inovou, ela alterou uma decisão adotada pelo STJ.

E o que faz o Estado do Tocantins agora, ao ver a revolta da tropa? Hoje, está percorrendo o Estado do Tocantins um Deputado que se elegeu para representar os policiais militares, e temos de respeitar a decisão da população que elegeu um representante, mas que deveria estar lá para representar efetivamente esse direito. No entanto, ele está num avião, com autorização dos comandos e de todos os batalhões da Polícia Militar do Estado do Tocantins, tentando convencer a tropa de que isso teria sido um pedido de outra pessoa do Governo passado, de alguém que está fora do poder, o ex-Governador José Wilson Siqueira Campos.

Estão dizendo isso aos policiais militares, tendo sido eles, do Governo atual, que entraram com o agravo regimental que acabou provocando na Presidente a alteração e a reformulação daquilo que o STJ já havia decidido.

É tão fácil entender o que aconteceu como é fácil entender o que está acontecendo no Estado do Tocantins. Quando perdemos os cento e tantos médicos cubanos – e já tivemos mais de 200 – que trabalhavam no nosso Estado, havia uma contenda sobre o reconhecimento de diplomas por parte do Conselho Regional de Medicina, que estava cumprindo o seu papel. Mas há o interesse público em atender a localidades sem médicos. Já naquela oportunidade, ficou clara a ação do Estado. Ao sairmos do Governo, havia médicos pelas cidades do interior. Não havia um Município sequer sem médico. Eram médicos de Cuba, um país que tem uma taxa de mortalidade infantil mais baixa do que a de certos Estados dos Estados Unidos da América do Norte. Isso serviu em muito à população do Estado do Tocantins. Mas, quando ocorreu essa decisão, o Estado não recorreu dela, cruzou os braços, e Fidel Castro mandou um avião para buscar esses médicos, que serviram ao Tocantins por mais de oito anos. Nessa hora, o Estado cruzou os braços. E, na hora do benefício dos policiais militares, ele entra com agravo regimental. Depois, se esconde, mente e paga um avião para disseminar pelo Estado que o Governo não tem culpa e que é uma decisão judicial.

O que fez novamente a Associação que representa os policiais militares? Ingressou com uma reclamação, porque não há outro instrumento. Reclamar de uma decisão do Tribunal de Justiça que reformou uma decisão terminativa de uma corte superior, que é o STJ.

E, ainda, se esconde atrás do sofisma claro de um Governador que se apresenta como humano. É humano perder todos os médicos que foram embora? É humano sabermos que, hoje, no Tocantins – e tenho aqui portarias dos hospitais – foram suspensas cirurgias eletivas por falta de médicos, de antibióticos, de luvas, de anestésicos? Assim estão vivendo os hospitais do nosso Estado.

E ele se diz humano e democrático!

Sr^a Presidente, o **Diário Oficial** do Estado do Tocantins traz, nos meses de janeiro, fevereiro e março, a contratação de 400, 600 e 800, num total de 1800 empregados em cargos comissionados, todos eles ex-prefeitos, ex-vereadores, ex-primeiras-damas, ex-candidatos a vereador, contratados para estarem à disposição da Secretaria de Governo num prédio em que não cabem mais do que cem pessoas.

Então, em pleno ano eleitoral, o Governo contratou – só este ano – 1800 funcionários que são, na verdade, gafanhotos, que não vão trabalhar em lugar nenhum, que não têm lugar para bater ponto e nenhuma cadeira para se sentar. Mas, nessa hora, o Governo moderno, democrático, humano, contrata cabos eleitorais para

fazer a sua campanha. E, na hora de cumprir a determinação dos benefícios em decisão prolatada e proferida pelo STJ, ele recorre e, depois, se esconde.

Este é o Governo democrático, que trocou todas as diretoras de escola, que está transferindo funcionários, que persegue prefeitos e, ainda, que avoca para si a condição de Governo democrático, de Governo humano, que deixa, sem cirurgias eletivas, nos hospitais de referência do Estado, milhares de pacientes.

Humano, democrático e moderno! Moderno em quê? Na velha prática de perseguir funcionários? De contratar milhares de servidores? Tenho absoluta convicção de que o Ministério Público Eleitoral e até este movimento bonito, que começou ontem, da CNBB, juntamente com OAB, acolherão. Ficarão claros para a população os absurdos que estão sendo cometidos.

Portanto, quero esclarecer aqui à gloriosa Polícia Militar do Estado de Tocantins: um governante deve ter a coragem de assumir os próprios atos, e não de se esconder deles, agindo na calada da noite e, depois, disseminando mentiras para a população do meu Estado. Mas tenho certeza de que, tendo sido esta uma decisão do STJ, o próprio STJ há de acolher a reclamação e há de reconhecer o direito dos policiais militares. A verdade prevalecerá, Sr^a Presidente.

(Interrupção do som.)

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Júlia Carepa. Vou assumir a Presidência para que V. Ex^a faça o seu pronunciamento.

Quero aqui reafirmar a minha indignação contra alguns fatos que estão ocorrendo no meu Estado.

Para finalizar, Senadora Ana Júlia Carepa, deixei um requerimento sobre a mesa com relação ao passamento da progenitora do meu admirado e querido amigo, o meu Líder, Senador Arthur Virgílio. Sei que todos os Senadores compareceram aos funerais. Não estou lá para dar um abraço no Senador Arthur Virgílio porque tenho uma audiência no Poder Judiciário, mas acompanho o caso de sua mãe há muitos anos. Sou solidário com a dor e com o sofrimento dele.

Portanto, quero estender ao Plenário, como outros Senadores o fizeram, esse requerimento que apresento de condolências pelos funerais da mãe do grande Líder desta Casa e do meu Partido, Senador Arthur Virgílio.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Eduardo Siqueira Campos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 380, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, sejam aprovadas as seguintes homenagens pelo falecimento, no último dia 4, ontem, da Senhora Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, cujos funerais ocorrerão hoje, às 16 horas, no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro:

- a) inserção em Ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das sessões, 5 de abril de 2006. – Senador **Eduardo Siqueira Campos**.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos para encaminhar o requerimento.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr^a Senadora Ana Júlia Carepa, tive oportunidade, por duas vezes, de representar o meu Estado como Deputado Federal; tive oportunidade de ser Prefeito da Capital e, posteriormente, cheguei a esta Casa, onde estou terminando os oito anos de mandato com que o povo do Tocantins me honrou, enviando-me para cá com 74,6%, em vaga única, numa disputa em 1998.

Tive o prazer de conhecer Arthur Virgílio Neto. Nós, que convivemos nesta Casa tão pequena, Senadora Ana Júlia Carepa, temos a oportunidade de conhecer as famílias, os filhos uns dos outros – a minha filha mais velha completa, este ano, 25 anos de idade.

Tendo chegado a esta Casa, após as eleições de 2002, eleito pelo Estado do Amazonas, e depois de ter sido Ministro e Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso, expresso a este Plenário que o Senador Arthur Virgílio tem uma das biografias mais completas da história da política brasileira, ainda que relativamente jovem, porque ele trouxe do seu pai, também parlamentar, cassado e perseguido, entre suas características, uma oratória extraordinária, uma capacidade de expressão inigualável, acompanhada de um conteúdo extraordinário, de quem é advogado, de quem é diplomata de carreira, de quem tem um profundo conhecimento da coisa pública – ele foi um grande Prefeito de Manaus e também é um grande Parlamentar nesta Casa.

Convivendo com Arthur Virgílio, com seus filhos, com suas filhas, com sua esposa, eu soube, já há alguns anos, que sua mãe, Dona Izabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, cujos funerais estão ocorrendo agora, às 16 horas, era portadora do

mal de Alzheimer. Por muitas vezes, Senadora Ana Júlia, Arthur Virgílio deixou este Plenário, dizendo: “Siqueira, mais uma vez minha mãe está numa terapia intensiva, e isso vem ocorrendo há mais de cinco anos”. A doença se arrastou ao longo de oito anos. Pude acompanhar de perto a dor desse nosso amigo, desse nosso irmão.

Quero registrar neste plenário o orgulho que, naturalmente, o Senador Arthur Virgílio deve ter da vida do seu pai. Agora, com a perda de sua mãe, que ele seja protegido e iluminado por Deus. Tenho certeza de que ele não perderá um só milímetro da sua tenacidade, da sua coragem, da sua verve, da sua competência. Que isso não o abata...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – ... e que, nesta hora, Sr^a Presidente, não haja barreiras partidárias. O sentimento é suprapartidário. Tenho certeza de que o mais apaixonado Líder do Partido dos Trabalhadores, os demais Líderes desta Casa, seus colegas, enfim, não há entre nenhum de nós aquele que não esteja sentindo a dor de Arthur Virgílio e que não lhe seja solidário.

Portanto, aqui, de longe, meu irmão Arthur Virgílio, sem poder estar ao seu lado, aí, no Rio de Janeiro, guarde de mim essas palavras, que saem do meu coração. Aliás, isso me lembra, Senadora Ana Júlia Carepa, o que está nos “Salmos” – se eu não estiver errado, no de nº 14 –, em que o salmista pergunta: “Ó, Senhor, quem habitará no teu tabernáculo? Quem baixará no teu santo monte?” E Ele responde, dizendo: “Aquele que viver na justiça e na dignidade e que, quando se expressar, trouxer as palavras que saem do seu coração”.

É tão-somente o que faço hoje para o Senador Arthur Virgílio: trago as palavras do meu coração em relação à sua dor e a esse momento difícil da sua vida.

Agradeço a V. Ex^a a tolerância.

Assumirei a Presidência para ouvir o seu pronunciamento.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Eu que lhe agradeço, Senador Eduardo Siqueira Campos.

Desta Presidência, faço minhas as suas palavras. Tive oportunidade de falar ao telefone ontem com o Senador Arthur Virgílio.

Sou Senadora do PT e conheço o Senador. Fui Deputada na mesma época que ele. Inclusive, éramos vizinhos de gabinete. Ele era Líder do Governo Fernando Henrique, e eu, Oposição ferrenha, nos anos de 1995 e 1996, já que, em 1997, fui eleita Vice-Prefeita de

Belém. Desde essa época, construí uma amizade com o Senador Arthur Virgílio, meu colega nesta Casa.

Em 1995, ainda era Deputado, o Senador ficou hospedado na casa dos meus pais para assistir ao Círio de Nazaré.

Quero também me solidarizar com S. Ex^a. Já o fiz por telefone.

Não pude ir ao Rio de Janeiro, Senador Arthur Virgílio, por causa da votação do relatório, que ocorrerá daqui a poucas horas, mas receba o meu abraço e a minha solidariedade. Espero que se chegue a um consenso na CPMI dos Correios.

Agora, o Senador Eduardo Siqueira Campos assumirá a Presidência para que eu também possa usar da palavra.

A Sra. Ana Júlia Carepa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa por cinco minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar as pessoas que estão no plenário, as que nos assistem e as que nos ouvem, em especial o povo do Pará.

É interessante como algumas pessoas conseguem ter dois pesos e duas medidas para situações absolutamente similares.

Ontem, neste plenário, foi criticada a ação da Polícia Federal, que cumpriu, na terça-feira, dia 04, um mandado de busca e apreensão no Hospital Abelardo Santos, instituição estadual localizada em Icoaraci, distrito do Município de Belém. Icoaraci é Belém, capital do Pará. Esse mandado foi assinado pelo Juiz Rubens Rollo, da 3ª Vara Federal.

Existe uma denúncia, no Ministério Público Federal, em que o hospital é acusado de pagamento indevido de plantões com verba do Sistema Único de Saúde, SUS. Assim, a Polícia Federal cumpriu ordem judicial a pedido do Ministério Público Federal, determinada por um juiz federal – e quem conhece o Dr. Rubens Rollo sabe ser ele um dos juizes mais sérios e honrados, que, com certeza, orgulha o povo do Pará e a Justiça Federal.

Portanto, o fato denunciado de desvio de verbas do SUS ocorreu entre 1999 e 2000 e ninguém foi preso nessa operação. A única coisa que aconteceu foi que a Polícia Federal cumpriu o mandado judicial de apreender documentos, até porque, pelas investigações, não se sabe quantas pessoas foram beneficiadas com esse pagamento indevido, nem qual o montante do di-

neiro envolvido. Segundo as palavras do Delegado Caio Bezerra, “a investigação ainda está em curso, mas podemos adiantar que pelo menos 40% desses plantões nunca existiram.”. Também há informações de que teriam sido pagos funcionários que sequer são da área de saúde.

É estranho que não se faça uma crítica, com a mesma ênfase, em relação ao que aconteceu no Estado do Pará no dia 27 de março de 2006, quando a Polícia Militar do Estado, cumprindo também ordem judicial do Juiz da Vara Agrária de Marabá, despejou famílias de trabalhadores rurais a pedido do Grupo Quagliato. A diferença é que a liminar concedida era para a Fazenda Rio Vermelho, que fica a 13km da área onde os trabalhadores estavam acampados.

Foram duas ordens judiciais. Uma delas foi cumprida de forma correta, para apreensão de documentação num hospital que está sendo investigado por pagamento indevido de recursos do Sistema Único de Saúde. A ordem foi do Ministério Público Federal, a Polícia Federal cumpriu o mandado e não prendeu ninguém, apenas apreendeu os documentos.

Às vésperas dos 10 anos do massacre de Eldorado dos Carajás, em que 19 trabalhadores rurais foram assassinados a mando do Governo do Estado, a Polícia Militar mais uma vez cumpre um mandado judicial em área indevida, pois os acampados não estavam em uma propriedade privada, mas numa área da União. O Incra constatou que as áreas são totalmente diferentes e tanto o oficial de Justiça como o aparato militar do Estado não verificaram os limites da fazenda Rio Vermelho.

As entidades alegam que a área onde estavam assentados os trabalhadores é da União, portanto, o Grupo Quagliato quer-se apropriar ilegalmente dessa área – aliás, como muitos no Estado do Pará, que são grileiros de áreas públicas.

As medidas têm suas similaridades. Ambas tiveram ordens judiciais, contudo existe uma diferença gritante. No segundo caso, a ação da Polícia Militar do Estado cumpriu, de forma ilegal e arbitrária, a ordem, retirando os trabalhadores de uma área que não era da Fazenda Rio Vermelho e, sim, um local público, da União, localizado a 13km. Treze quilômetros não são 13m, são 13km. Não dá para se equivocar.

Portanto, enquanto a ação da Polícia Federal cumpriu devidamente a ordem judicial dentro de um hospital que está sendo investigado, baseada em denúncia do Ministério Público acatada pelo Poder Judiciário, mais uma vez, o aparato do Estado do Pará foi colocado a serviço de fazendeiros como esses, do Grupo Quagliato, que agiu com má-fé na Justiça.

O juiz da Vara Agrária que deferiu a liminar poderia ter descoberto a manobra caso tivesse seguido o Código de Processo Civil no seu art. 928, onde as partes podem intervir, e tivesse feito uma audiência de justificação prévia.

Hoje, o Senador Suplicy citou que a orientação do presidente nacional do Incra, que veio a esta Casa atendendo convite da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, é de que, antes de qualquer mandado judicial ser cumprido, chamem-se as partes. S. Ex^a exemplificou que onde isso está acontecendo, 90% dos casos estão sendo resolvidos por meio do diálogo. Mas não foi esse o caso. Infelizmente, o juiz não ouviu, deferiu a liminar sem ter feito a audiência e o oficial de Justiça deu cumprimento ao mandado do juiz, com o apoio de mais de 200 policiais.

Ora, após uma semana do despejo ilegal, com mais de 200 homens aparelhados inclusive com helicóptero, por determinação do Governador do PSDB, que tristemente já governa aquele Estado há mais de 11 anos, e do Secretário de Defesa Social, Manoel Santino – que, apesar do nome do cargo, parece mais um “secretário de ataque”, principalmente aos excluídos da sociedade –, esses policiais continuam a serviço do Grupo Quagliato, protegendo suas fazendas. Enquanto isso, a população do sul e sudeste do Pará continua sofrendo com assalto nas estradas, nas ruas, nas residências, a comerciantes e a bancos, inclusive com assassinatos. A sociedade não tem segurança.

Esse grupo por três vezes já foi condenado por trabalho escravo, mas a Polícia o está protegendo. A Polícia não está indo atrás do Adilson Laranjeira Carvalho e do Vantuir Gonçalves de Paula. Sabem quem são? Mandantes do assassinato de João Canuto em 1980. O último recurso foi derrubado. Eles foram condenados em 24 de maio de 2003 e fugiram. O último recurso foi derrubado, agora, acerca de um mês. E a Polícia Militar do Estado do Pará está lá defendendo a fazenda do empresário. Como sempre, aliás, porque aquele Governo tem lado – o lado daqueles que praticam o trabalho escravo, o lado dos grileiros de terra, o lado dos que praticam o desmatamento ilegal. É esse o lado do Governo do Estado do Pará, infelizmente, do Governo do PSDB junto com o PFL.

Portanto, quero dizer que deveriam estar atrás do Adilson Laranjeira e do Vantuir Gonçalves de Paula que são os mandantes do assassinato do João Canuto, cuja viúva nós homenageamos nesta Casa, pelo 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Aquela mulher franzina recebeu o prêmio pela sua coragem e pela sua dedicação, porque, mesmo depois de ter

o seu esposo assassinado, covardemente, em 1980, cinco anos depois, três filhos seus foram seqüestrados e dois foram assassinados; um conseguiu sobreviver porque se fingiu de morto. E, mesmo assim, D^a Geraldina, viúva de João Canuto, homenageada com o Prêmio Bertha Lutz, continuou na luta e incentivou seu filho, que inclusive foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria.

Isso mostra, Srs. Senadores, aqueles que nos ouvem e que nos assistem, dois pesos e duas medidas. O protesto contra uma medida judicial que estava sendo cumprida pela Polícia Federal, um mandado judicial correto, mas a omissão, o silêncio total quando se trata de ações cumpridas de forma ilegal, mandados judiciais cumpridos de forma ilegal, com todo o aparato do Estado, com 200 policiais, que ficam na fazenda protegendo esse grupo que já foi flagrado três vezes praticando trabalho análogo ao trabalho escravo. É esse o retrato do PSDB, onde ele governa e onde ele faz oposição; são dois pesos e duas medidas. É isso que a sociedade não quer mais.

Portanto, vou mandar, como já estou mandando, para o Ministério Público, para o Inbra, hoje já entreguei na mão do Presidente do Inbra, solicitando que aquele órgão acompanhasse mais de perto esses despejos, vou mandar ao governo do Estado, ao Secretário de Defesa Social, mas confesso que estou cansada; estou com pilhas de ofícios que envio e nada acontece, a não ser mais violência contra os trabalhadores.

Infelizmente, este é o meu protesto e esta é a denúncia que faço ao País inteiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Os Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Leonel Pavan, Arthur Virgílio, Juvêncio da Fonseca, Alvaro Dias, Papaléo Paes, Sérgio Guerra, Luiz Pontes, João Batista Motta, Flexa Ribeiro e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para registrar artigo de Cláudio de Moura e Castro, publicado na revista **Veja**, edição nº 1949, de 29/03/2006. O artigo, intitulado “Em se plantando tudo dá”, ressalta experiências positivas em educação, implantadas nos Estados do Acre e Sergipe, tendo como exemplo o modelo vigente em Minas Gerais desde a década de 90.

No Acre, diz o articulista, o Governo reduziu a burocracia e focalizou as atenções na construção de novas escolas. Além disso, criou o Poranga, programa inovador para alunos repetentes. Como conseqüência, as matrículas cresceram e o Estado saiu das últimas posições no ranking do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Já em Sergipe, o Governador iniciou dois programas em parceria com o Instituto Airton Senna, experimentando novo método de alfabetização. Há também um sistema de avaliação para professores, e os melhores colocados são recompensados.

“Tais avanços confirmam os registrados em Minas Gerais, na década de 90, onde se originaram algumas das idéias adotadas pelo Acre e Sergipe. Por exemplo, dinheiro para as escolas, redução severa da burocracia central e um sistema pioneiro de avaliação”, diz o artigo. Por fim, Moura e Castro informa que, nas avaliações do Saeb, após oito anos, Minas saltou da nona para a primeira colocação. “Aí está a prova eloqüente de que é possível melhorar a nossa educação”, conclui.

Registro também a minha satisfação, como ex-governador de Minas, entre 1995 e 1998, com os resultados obtidos pelo meu Estado na área da educação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como segundo assunto gostaria de fazer o registro do artigo intitulado “TV digital: europeus entregam oferta”, publicado no jornal **O Globo** na sua edição de 25 de março do corrente.

O artigo destaca que a Unia Européia (EU) e a Coalizão DVB (Philips, Siemens, Thomson, Rohde&Schwarz e Nokia e ST Microelectronics) entregaram ao governo brasileiro o que chamaram de ampla oferta para a implantação de uma indústria de semicondutores no País. Os investimentos necessários e o porte da fábrica, a parte concreta de uma oferta, foram mantidos sob sigilo. Apenas uma carta de intenções (com quatro passos a serem seguidos antes de ser batido o martelo sobre a viabilidade da unidade) foi divulgada. A oferta, porém, está condicionada a que o Brasil adote o padrão europeu de tevê digital.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro que os artigos acima citados passem a integrar este pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Em se plantando dá

Ante o atraso enorme da educação brasileira, somos soterrados pelo pessimismo, sobretudo ao notar que as lideranças nacionais não têm sequer a consciência do problema. Nessas horas, é bom lembrar que vivemos em um país federativo, onde há um bom naco de responsabilidade na mão dos estados. E, se prestarmos atenção, alguns levaram a sério a decisão de tirar o atraso. Vejamos o exemplo de dois estados pouco lembrados: Acre e Sergipe.

No Acre, completam a segunda gestão um governador e um vice que puseram a educação no primeiro plano. Encontraram um estado conflagrado e com suas escolas degradadas. A primeira providência que tomaram foi melhorar a gestão e reduzir uma burocracia central inchada, emagrecendo-a de 1 200 para 400 funcionários. Em seguida, as atenções focalizaram a construção e a reforma das escolas. Escola bonita e cores alegres fazem subir o astral de todos. Recentemente, a escolha de diretores passou a ser feita em duas etapas: concurso e eleição.

Para os alunos repetentes, foi criado o Poronga, um programa inovador, utilizando a experiência e os materiais do Telecurso 2000. À medida que mais alunos de escolas públicas chegavam ao fim do ensino médio, o governo fez um acerto com a universidade federal, pelo qual o estado financia a expansão da sua rede em outras cidades.

Os resultados estão aí. A matrícula cresceu, tirando o estado da rabeira. Melhor ainda, os escores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) mostram expressivo aumento na pontuação em português (matemática ainda é um problema).

Faz poucos anos, Sergipe resolveu cuidar seriamente de seu ensino. O governador define a educação como sua prioridade. Iniciou dois programas com o Instituto Ayrton Senna, experimenta um novo método de alfabetização infantil e está implantando as fórmulas gerenciais do professor Vicente Falconi Campos.

As avaliações mostram quais são os professores com melhor desempenho, para recompensá-los com prêmios e um subsídio para que comprem o próprio computador.

Algumas escolas estão sendo convertidas em estabelecimentos-modelo, começando a receber estudantes selecionados por seu talento. Foram criados pré-vestibulares gratuitos para alunos da escola pública e são oferecidos prêmios aos mais bem colocados na universidade federal. Ainda é cedo para os resultados aparecerem no Saeb e no censo escolar. Mas, se o estado persistir nessa linha, é inevitável que os resultados sejam visíveis em breve.

Tais avanços confirmam os registrados em Minas Gerais, na década de 90, onde se originaram algumas das idéias adotadas pelo Acre e por Sergipe. Por exemplo, dinheiro para as escolas, redução severa da burocracia central e um sistema pioneiro de avaliação, de todas as escolas. Os diretores passaram a ser escolhidos por concurso seguido de eleição dentre os mais bem colocados. A fórmula mostrou resultados excepcionais. Nas avaliações do Saeb, após oito anos, Minas saltou da nona para a primeira colocação.

Esses três exemplos têm muitos traços comuns. O primeiro e mais decisivo é o comprometimento do governador e de sua equipe próxima. A educação melhora somente quando se torna o centro de gravidade do governo, e assim persiste por vários anos. Competência e pragmatismo são tudo. Partido não interessa.

A burocracia das secretarias precisa ser domada, pois é foco crônico de fisiologismo, reduz a capacidade do estado de oferecer educação de qualidade e sangra os orçamentos. As intervenções são poucas, cuidadosamente escolhidas e implementadas seriamente. É preciso que as ações mirem naquilo que aperfeiçoa a sala de aula. Mil penduricalhos e programinhas não resultam em nada.

Finalmente, todos tiveram uma pontaria certa para identificar e atrair as melhores cabeças do país, a fim de ajudar na concepção e na execução dos planos. Igualmente, são importados os programas mais inteligentes e eficazes, vários deles iniciativas da responsabilidade social de empresas. Os resultados tardam pouco. Se dois estados de pouca tradição prévia na área estão acertando, aí está a prova eloquente de que é possível melhorar a nossa educação.

“A educação melhora somente quando se torna o centro de gravidade do governo, e assim persiste por vários anos. Competência e pragmatismo são tudo. Partido não interessa”

TV digital: europeus entregam oferta

UE e empresas não divulgam investimento em fábrica de semicondutores

Mônica Tavares

BRASÍLIA. A União Européia (UE) e a Coalizão DVB (Philips, Siemens, Thomson, Rohde&Schwarz e Nokia e ST Microelectronics) entregaram ao governo brasileiro o que chamaram de ampla oferta para a implantação de uma indústria de semicondutores no país. Os investimentos necessários e o porte da fábrica, a parte concreta de uma oferta, foram mantidos sob sigilo. Apenas uma carta de intenções — com quatro passos a serem seguidos antes de ser batido o martelo sobre a viabilidade da unidade — foi divulgada. A oferta, porém, está condicionada a que o Brasil adote o padrão europeu de TV digital.

Segundo o embaixador da UE no Brasil, João Pacheco, parte do documento foi considerada confidencial porque, ao trazer projeções de pos-

síveis investimentos das multinacionais da coalizão, torna públicas informações estratégicas das companhias. O embaixador confirmou ainda que pelo menos duas das principais companhias que fabricam semicondutores no mundo, a STM e a Philips, têm disposição de montar a fábrica no Brasil:

— Mas para fazer uma fábrica precisam cumprir um certo número de etapas. E o que foi feito na carta foi dizer quais eram as etapas.

Empresas podem comprar produção do Brasil

Quanto à possibilidade de os estudos mostrarem que não é viável implantar a fábrica no Brasil, o embaixador preferiu não se pronunciar. Mas acenou com a perspectiva de o Brasil ter mercado garantido para seus produtos:

— Não só as empresas estão dispostas a criar a inteligência,

o conhecimento aqui no Brasil e desenvolver isso, como também estão dispostas a comprar a produção (dessas possíveis fábricas) do Brasil.

Ao ser perguntado se a proposta da UE tinha algum compromisso concreto sobre a fábrica, Pacheco disse que essa parte é confidencial.

O projeto da UE e da Coalizão prevê quatro etapas: a primeira é de preparação de mão-de-obra especializada; a segunda, de análise da viabilidade da fábrica; outra, de preparação das condições de infra-estrutura no país; e a última, de implantação das unidades produtoras.

Segundo Pacheco, pode começar imediatamente a primeira etapa, que é a de ajudar a criar um conhecimento próprio do Brasil nos centros de tecnologia e design. Os estudos de viabilidade podem começar ao mesmo tempo, se houver interesse do Brasil. Para a instalação das unidades é que é preciso ver se há viabilidade econômica.

Pacheco comentou o anúncio publicado na quinta-feira pelas emissoras de TV, na qual elas defendem uma televisão aberta e gratuita para o Brasil:

— Com o sistema europeu, podem não só ter uma televisão aberta e gratuita para o povo, mas podem ter uma televisão digital que chega a mais lares e que não chegue só aos que têm grande poder de compra. Uma televisão digital no sistema europeu é mais barata pela economia de escala. Com o sistema europeu seria possível, com o japonês, não.

A UE e as empresas também convidaram o governo a visitar as indústrias na Europa, depois que o ministro das Comunicações, Hélio Costa, anunciou que uma comitiva de ministros visitará a Coreia e o Japão. ■

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar as matérias intituladas “Sou criticado porque gasto com pobres” e “ONG pede investigação de cadastros”, publicadas no jornal **O Globo** do dia 22 de março do corrente.

A primeira matéria, de autoria de Heliana Frazão e Leticia Lins, destaca a viagem do Presidente Lula em clima de campanha a quatro municípios da Bahia, onde declarou: “Hoje não estou bem, a situação está má.” Comparou este momento de crise às dificuldades enfrentadas pelo presidente Juscelino Kubitschek ao construir Brasília.

A segunda matéria, de autoria de Guilherme Freitas, trata do pedido da ONG Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, pela abertura de inquérito civil para investigar irregularidades em programas

federais e estaduais de transferência de renda para a população carente. Segundo levantamento da ONG, diariamente são recebidas denúncias sobre famílias beneficiadas indevidamente. Baseado em dados do Governo Federal e de oito Estados, mais de 19 milhões de famílias são beneficiadas por estes programas, embora o IBGE calcule em 11 milhões o número de famílias em situação de pobreza.

Por fim, Sr. Presidente, venho requerer que as referidas matérias passem a integrar este pronunciamento, a fim de que constem dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Sou criticado porque gasto com pobres’

Lula, na Bahia, reconhece crise: ‘Hoje não estou bem, a situação está má’

Heliana Frazão e Leticia Lins

• SALVADOR, LAURO DE FREITAS, CACHOEIRA E CRUZ DAS ALMAS (BA). Em clima de campanha em quatro municípios da Bahia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acusou ontem os seus antecessores de só se lembrarem dos pobres em véspera de eleição e disse, sem citar a pesquisa da Unicamp, que nenhum governo nos últimos cem anos fez tanto quanto ele no campo social.

— Sou criticado porque dizem que estou gastando muito dinheiro com os pobres, quando deveria estar fazendo estradas e outras coisas. No Brasil, toda vez que a gente investe dinheiro em projeto industrial, que constrói ponte, viaduto, estrada, aquilo é tratado como investimento: Na hora que investe nos pobres, é gasto — disse Lula, durante discurso em Lauro de Freitas, a 30 quilômetros de Salvador, onde entregou 239 casas populares a famílias que residiam em regiões de risco.

Apolo de dona Canô

Em Cachoeira, a 120 quilômetros de Salvador, Lula visitou a Universidade Federal do Recôncavo e encontrou-se com dona Canô, mãe de Caetano Veloso,

que declarou voto no petista:

— Estou com ele e não abro. — Em Cruz das Almas, o tom de campanha ficou com o ministro da Cultura, Gilberto Gil, que fez um discurso em defesa do presidente. Lula fez duras críticas ao Congresso, por não ter aprovado o Orçamento para 2006.

— Enquanto o povo sofre, nós não conseguimos aprovar o Orçamento. O Congresso ainda não aprovou. Sem ele não podemos fazer os investimentos. A

maior desgraça do ser humano é a inveja — criticou Lula. — Eles não conseguiram fazer e não querem que a gente faça.

A última etapa da visita foi para a obra mais polêmica: o metrô de Salvador, projeto anunciado em 1999, que deveria ter sido concluído em 2003 e que parou por falta de recursos. O cronograma sofreu modificações e o projeto original de 12 quilômetros de extensão foi reduzido à metade. Lula prometeu que o

metrô não vai parar e disse que estão garantidos os recursos para concluir a primeira etapa.

Lula foi aplaudido várias vezes e festejado inclusive com bandeiras e slogans de campanha, como “Um dois três, Lula outra vez”. O prefeito de Salvador, João Henrique Carneiro (PDT), afirmou que Salvador quer ver Lula mais quatro anos no poder. O presidente comparou o momento de crise às dificuldades enfrentadas pelo presidente Juscelino Kubitschek ao construir Brasília:

— Aqueles que estão me atacando também atacavam JK. Na hora que a gente assume um mandato, não pode responder a todas as ofensas se é atacado. Gosto de uma briga, adoro uma briga e quem me conhece sabe que adoro uma briga. Agora eu sou presidente da República, não posso ficar respondendo a cada baixo nível contra mim.

“Sou um lutador e vou lutar para vencer”

Em seguida, Lula reconheceu a crise do seu governo:

— Hoje não estou bem, a situação está má, mas primeiro, acima de tudo eu creio em Deus. Segundo sou brasileiro e terceiro sou um lutador e vou lutar para vencer. ■

ONG pede investigação de cadastros

Guilherme Freitas

• A Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida pedirá hoje ao Ministério Público Federal a abertura de inquérito civil para investigar irregularidades em programas federais e estaduais de transferência de renda para a população carente. Segundo levantamento da ONG, baseado em dados do governo federal e de oito estados, mais de 19 milhões de famílias são beneficiadas por estes programas no país, embora o IBGE calcule

em 11 milhões o número de famílias em situação de pobreza.

— Recebemos diariamente denúncias sobre famílias beneficiadas indevidamente. O levantamento prova que o Brasil tem recursos para erradicar a miséria, mas a má distribuição e a falta de transparência impedem que isso aconteça — afirma o coordenador geral da ONG, Maurício Andrade.

Segundo ele, o número de beneficiários pode ser maior, já que 70% dos estados não tornam públicos os dados sobre

programas de transferência de renda. Para a Ação da Cidadania, o desvio de recursos públicos deve ser considerado crime hediondo. Assim, os que recebem irregularmente devem ser punidos por estelionato, e aqueles que fazem o cadastramento irregular, por formação de quadrilha.

Movimento tem telefone para receber denúncias

Na denúncia, a Ação da Cidadania recomenda que a divulgação das famílias beneficiadas

passa a ser obrigatória e sugere a criação de um Cadastro Único para todos os programas de transferência de renda do país.

— Precisamos de um cadastro com os beneficiários de todas as esferas públicas. O que não pode é cada um escolher seus pobres. Isso favorece o uso eleitoral dos programas — diz Andrade.

A Ação da Cidadania recebe denúncias sobre irregularidades nos programas de transferência de renda da população pelo telefone 0800 20 2000. ■

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Quero ir para bem longe do país, afirma Francenildo”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 26 de março de 2006.

A matéria destaca que a sucessão de eventos que atingiram Francenildo dos Santos Costa, após o seu depoimento prestado à CPI dos Bingos (a decisão da Justiça impedido que falasse, a violação da sua conta bancária e o pedido do governo para investigá-lo por “lavagem de dinheiro”) abalou a sua confiança

FOLHA DE S. PAULO

ESCÂNDALO DO DEPOIMENTO DE FRANCENILDO COSTA – PALOCCI EM APUROS

Caseiro que desmentiu Palocci diz que, após denúncias, não dormiu em casa nem foi ao supletivo

Quero ir para bem longe do país, afirma Francenildo

RUBENS VALENTE
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

A sucessão de eventos que atingiram Francenildo dos Santos Costa, 24, após o depoimento prestado à CPI dos Bingos (a decisão da Justiça impedindo que falasse, a violação da sua conta bancária e um pedido do governo para investigá-lo por “lavagem de dinheiro”) abalou sua confiança no país. Seu maior desejo hoje? “Ir para bem longe do Brasil.”

O caseiro está sem casa. Na última semana, dormiu num lugar diferente a cada noite. Equipes de TV rondam seu último endereço, em São Sebastião (DF), fazem perguntas aos vizinhos sobre seu dia-a-dia e querem saber “quem paga o aluguel”. Não voltou mais para lá. Numa noite, dormiu no escritório do advogado. Na maior parte das vezes, em casas de amigos. Por causa das pressões, teve problemas com sua mulher, Nelma, com quem vive há sete anos e tem um filho da mesma idade.

Parou de frequentar o supletivo (ele estudou até a 5ª série) assim que suas declarações vieram a público. Na noite do dia 17, quando foi revelada a violação de seu sigilo bancário, desabafou à **Folha**: “Minha avó está passando mal. Se alguma coisa acontecer com ela, eu me suicido”. Ela tem 67 anos e teria desmaiado ao ver na TV o neto sendo “desmentido”.

Uma semana depois, Francenildo descobriria ser alvo de um inquérito policial. Chorou com um amigo e disse que pretendia voltar para o Piauí, sua terra natal, que deixou aos 16 anos de idade, com

R\$ 30,00 no bolso e a mãe ao lado.

“Queria chorar um dia e uma noite seguidos”, disse logo após deixar o prédio da Procuradoria Geral da República, onde fixou a enésima narrativa de tudo o que disse ter visto na casa do Lago Sul alugada por ex-assessores do ministro Antonio Palocci (Fazenda).

O caseiro disse que não tinha a mínima idéia do que ocorreria a partir da decisão de procurar um amigo para dizer que queria narrar, na CPI, o que afixa ter presenciado na casa. Quando contou ao amigo o que pretendia fazer, o interlocutor antecipou a tempestade. “Ele me disse: ‘Tu quer chutar o balde mesmo?’”, lembrou-se o caseiro. Francenildo disse que sua principal motivação foi ver pela TV “as mentiras” dos frequentadores da casa. Disse ter ficado “indignado”.

“Eu pensava que o negócio era só falar no jornal e pronto. Foi totalmente diferente”, contou. Não esperava tornar-se um alvo da polícia e do governo. “Eles têm que investigar o [Vladimir] Poletto, o próprio [Antonio] Palocci.”

Francenildo Costa está no olho de um furacão muito diferente de sua pacata rotina de limpar a piscina, cortar a grama e aparar a cerca viva, pela qual recebe R\$ 700 mensais (agora está de licença, mas o patrão, o advogado Luiz Antônio Guerra, já avisou que vai mantê-lo no emprego).

O pai

Antes disso, Francenildo foi garçom e auxiliar de um mercado em Ceilândia (DF) e catador de milho e feijão na sua Nazaré (PI). Co-

meçou a trabalhar aos seis, sete anos de idade. Às vezes o trabalho avançava pela noite, por isso estudou tão pouco. Quando não conseguia carona num lombo de jé-gue, enfrentava uma caminhada de três ou quatro horas até a roça.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

meçou a trabalhar aos seis, sete anos de idade. Às vezes o trabalho avançava pela noite, por isso estudou tão pouco. Quando não conseguia carona num lombo de jé-gue, enfrentava uma caminhada de três ou quatro horas até a roça.

Só a partir dos dez anos é que Francenildo passou a se interrogar sobre a razão de não ter um pai por perto. Atribuía esse papel a seu avô, José Rosendo, 60.

Os amigos da família e conhecidos caçoavam dele, ao dizer que ele era filho de um homem chamado Eurípedes, dono de uma empresa de ônibus. “Faziam piadinhas, eu ficava chateado. Todo mundo tem pai, e os caras ficavam fazendo piadas.”

As brincadeiras começaram a lhe perturbar. Um dia, decidiu tirar o assunto a limpo, “só para jogar na cara dos ‘abestados’ que ele era realmente meu pai”. Interpelou sua mãe, Benta Maria dos Santos Costa, 42, para saber se o empresário de Teresina (PI) Eurípedes Soares da Silva era mesmo seu pai. Lavradora e lavadeira de roupa nas águas do rio Parnaíba, Benta confirmou. Francenildo reconstituiu a conversa: “‘Quem é meu pai mesmo?’ [Ela respondeu] ‘É o Eurípedes’, ‘E por que ele nunca assumiu?’, ‘Ah, é problema dele lá’”.

Ao responder o que sentiu ao ouvir o nome do pai, respondeu: “Eu me senti normal”. O garoto foi ter com o empresário. Não ouviu o reconhecimento da paternidade, mas recebeu 800 cruzeiros, tudo entregue à mãe, que lhe comprou uma rede de dormir e fez compras no mercado.

A mesma cena se repetiria cerca de 12 anos depois, em janeiro último. Dessa vez, Francenildo saiu com R\$ 10 mil em espécie e a promessa de mais R\$ 20 mil. Até agora, R\$ 25 mil chegaram à sua conta. O empresário já confirmou os depósitos, mas não a paternidade.

Reconhecimento

Para estar com o empresário de novo, Francenildo comprou uma passagem aérea a R\$ 420. Do total, R\$ 250 foram emprestados pelo patrão, Luiz Antônio Guerra, que confirmou ter feito um adiantamento salarial.

O caseiro contou ter pressionado seu suposto pai com a afirmação de que estava disposto a abrir uma ação judicial de investigação de paternidade. O empresário argumentou que não era necessário. Sem sucesso, resolveu dar o dinheiro ao caseiro. Estiveram juntos outras vezes naquele janeiro, na garagem da empresa. Em todos esses contatos, Eurípedes não chamou Francenildo de filho. Mas o abraçou, uma vez.

O reconhecimento que o caseiro não teve do empresário, contudo, tem chegado das ruas. Desde que prestou o depoimento à CPI, Francenildo experimenta certa notoriedade. As pessoas o reconhecem e o parabenizam.

O caseiro é um palmeirense doente. Um de seus orgulhos é ter uma camiseta autografada do goleiro Marcos. Na última sexta-feira, descobriu que um grupo de advogados quer recebê-lo em São Paulo, para lhe dar apoio. Ficou satisfeito com a possibilidade de conhecer o Parque Antártica.

O SR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o editorial intitulado “Coisa de gângster”, publicado na seção Notas&Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** de 25 de março do corrente.

O editorial comenta a atitude atípica do Coaf quanto a Francenildo dos Santos Costa, o caseiro que contradiu o depoimento do ministro Palocci. Até hoje o Coaf não repassou os dados sobre os R\$55 milhões de Marcos Valério, mas agora, com uma celeridade nunca vista, examinou as contas de Francenildo em três dias.

“Adicionando desfaçatez à vilania, o governo tenta convencer os executores do crime na Caixa a

assumirem a culpa por ele sem revelar a identidade dos mandantes do delito”.

Sr. Presidente, solicito que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Coisa de gângster’

Sabia o que dizia Benta Maria dos Santos Costa, mãe do caseiro Francenildo, quando, em entrevista a este jornal, apelou ao presidente Lula: “Não faça nada com o meu filho.” Pois ele, se não autorizou, tampouco impediu, ou se importou, que se fizesse o que o presidente da OAB, Roberto Busato, classificou como “coisa de gângster, de sindicato do crime”, referindo-se ao massacre a que está sendo submetido o empregado da casa de má fama onde operava a patota que o ministro Antonio Palocci importara de Ribeirão Preto. Francenildo entrou para a vexaminosa história do PT no poder ao desmentir – primeiro ao **Estado**, depois à imprensa em geral, em seguida à CPI dos Bingos, por fim à Polícia Federal – a versão do titular da Fazenda de que nunca pôs os pés na mansão usada por sua gente para tramar negociatas e promover farras.

Ele nem foi o primeiro a desmentir o ministro. Antes dele um motorista e depois dele o mesmo motorista e ainda um corretor também afirmaram tê-lo visto no lugar. Mas as minúcias que tornam absolutamente críveis as suas declarações e a segurança com que respondeu a todas as perguntas dos jornalistas, parlamentares e policiais eram devastadoras demais para ficar impunes. O Estado aparelhado pelo petismo abateu-se sobre ele com uma truculência sem precedentes no Brasil desde o fim da ditadura militar.

Primeiro, houve a violação do seu sigilo bancário e o “vazamento” de extratos da sua conta com o objetivo de “provar” que ele fora comprado para acusar Palocci. Fracassado esse golpe sujo, com a explicação convincente da procedência dos depósitos, o governo recorreu à baixeza de transformar a vítima em suspeito de lavagem de dinheiro.

Em vez de investigar as andanças e as negativas do ministro que passou uma semana eloqüentemente enfiado e quieto no Palácio do Planalto, a Polícia Federal investiga Francenildo. E, quando um inquérito parlamentar busca legitimamente apurar a verdade dos fatos, não só a apuração é travada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que interrompeu o depoimento de Francenildo (foi a 18ª intervenção do STF para tolher os trabalhos das CPIs), mas

a própria comissão legislativa é acusada de se transformar “em instrumento exclusivamente do processo eleitoral”. É isso dito por ninguém menos do que o presidente do Supremo, Nelson Jobim, cujas ambições eleitorais e cujas afinidades eletivas com os governantes de turno, de que partido forem, não poderiam ser mais notórias. Sobre a violência do poder petista contra o ex-caseiro – agora por meio de um órgão de vigilância financeira – nenhuma palavra.

Com uma celeridade nunca antes vista, entre a sexta-feira da semana passada e a segunda-feira seguinte, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que, assim como a Caixa Econômica, responde ao ministro da Fazenda, examinou a conta bancária de Francenildo de outubro de 2005 a este mês. Concluiu que a movimentação analisada não representa “necessariamente atividades ilícitas”, mas contém “atipicidades” suficientes para acionar a Polícia Federal.

Atípica é a conduta do Coaf. Como registrou a *Folha de S. Paulo*, em 2004 o órgão recebeu 85.152 avisos de movimentações bancárias possivelmente irregulares. Levou adiante apenas 453 casos, ou 0,5% do total. Por sua vez, o jornalista Ricardo Noblat lembrou que até hoje o Coaf não repassou a quem de direito os dados obtidos junto ao Banco Central sobre os vultosos e freqüentes saques do público Marcós Valério das contas irrigadas com R\$ 55,8 milhões para uso no mensalação.

Adicionando desfaçatez à vilania, o governo tenta convencer os executores do crime na Caixa a assumirem a culpa por ele sem revelar a identidade dos mandantes do delito.

Nada mais oportuno, diante de tanta infâmia, do que transcrever excertos do texto premonitório do anarquista russo Mikhail Bakunin (1814-1876), citado ontem no **Estado** pela colunista Sonia Racy: “O governo da imensa maioria das massas populares se faz por uma minoria privilegiada. Esta minoria, dizem os marxistas, compor-se-á de operários. Sim, de antigos operários, mas que, tão logo se tornem governantes, cessarão de ser operários; não mais representarão o povo, mas a si mesmos e suas pretensões a governá-lo. Quem duvida disso não conhece a natureza humana.”

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “Lula comanda o ataque ao caseiro”, de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no **Jornal do Brasil** em sua edição de 26 de março do corrente.

O artigo destaca que, desta vez, Lula não pode vestir a fantasia de estadista que, absorvido pela missão de salvar o Brasil, nem enxerga maracutaias rolando logo ao lado. O Presidente da República sabe de tudo desde o começo. Pior: concedeu ou autorizou sórdidas manobras para calar e, depois, castigar Francisco dos Santos Costa, caseiro da mansão alugada por pilantra amigos (e ex-assessores) do ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de prestar uma homenagem ao decano da crônica política brasileira, o inefável jornalista Villas-Bôas Corrêa. Sua acuidade ímpar está a serviço da leitura isenta e ética da conjuntura política nacional.

No ano passado, no marco dos seus 57 anos de carreira, o credenciado profissional se tornou sócio da ABI – Associação Brasileira de Imprensa. Os motivos que o levaram a solicitar o seu ingresso no quadro de associados da entidade, tardiamente, revelam uma das facetas de sua personalidade: a coerência mesclada pela independência. Segundo o combativo repórter, a atitude corajosa que a ABI adotou na ditadura militar, com Prudente de Moraes Neto e Barbosa Lima Sobrinho, conjugada à fase singular que a ABI atravessa, ensejaram o seu ingresso, ainda que tardio, nessa Associação.

Em tempos idos, o próprio Barbosa Lima Sobrinho, quando Presidente da ABI, por diversas vezes o convidou formalmente para que fizesse parte da diretoria, recebendo a recusa e a justificativa de que sua jornada de trabalho era muito atribulada e não permitia aceitar a honraria.

O jornalista Villas-Bôas Corrêa integra a geração que deu forma e consolidou um novo paradigma de reportagem política pautada pela independência e imparcialidade.

Vale aqui destacar que o combativo repórter político foi capaz de exercer o jornalismo com dignidade e isenção, mesmo atuando em contextos históricos os mais adversos, inclusive em momentos em que a imprensa assumiu caráter partidário.

O seu ingresso no jornalismo, ao contrário do que poderíamos supor, não foi motivado por uma veia vocacional. Ao concluir o seu curso de Direito na antiga Faculdade Nacional de Direito, Villas-Bôas Corrêa prestou concurso e ingressou no antigo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Em razão dos poucos recursos recebidos no SAPS e com o nascimento de seu segundo filho, ele acabou sendo atraído pelo sogro, Bittencourt de Sá, diretor de *A Notícia*, para a redação do jornal.

Num depoimento para o projeto Centro de Memória da Imprensa Carioca, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ao comentar o início da sua carreira, ele cita o antigo vespertino como a sua grande escola de jornalismo prático: “Comecei fazendo tudo. Com esse tudo quero dizer: chegava uma girafa para o Jardim Zoológico, o Villas ia cobrir; crimes, o Villas ia cobrir”.

O jornalista Villas-Bôas Corrêa trabalhou na *Notícia*, na redação de **O Dia**, que ajudou a criar, foi diretor da sucursal carioca de *O Estado de S. Paulo* e fez comentários políticos para as TVs *Manchete* e *Bandeirantes*. Em 1980, assumiu a Editoria de Política do **Jornal do Brasil**, onde, até hoje, mantém uma importante coluna de opinião.

Sr. Presidente: seria fora de propósito discorrer de forma exaustiva sobre o itinerário virtuoso desse digno profissional de imprensa. Para finalizar, eu ressaltaria a capacidade de repórter e redator inigualáveis, sua integridade e honradez pessoal irretocáveis.

Não poderia deixar, nesta oportunidade, de me referir ainda ao primoroso artigo de Villas-Bôas Corrêa publicado hoje no **Jornal do Brasil** sob o título “Solitário e Trapalhão”. Com o seu brilhantismo habitual e estilo inconfundível, o jornalista traça o perfil do presidente Lula no bojo da crise política em curso.

Nesse contexto, Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a transcrição na íntegra, nos Anais da Casa, do mencionado artigo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de dizer, como segundo assunto, que o vice-presidente do Instituto Internacional de Finanças (IIF) e vice-presidente sênior do Citigroup, William Rhodes, fez um alerta ontem que não pode ser desconsiderado. Na avaliação deste importante representante da comunidade financeira internacional, há um risco potencial considerável de redução do fluxo de capitais para a América Latina, ensejando uma postura de cautela aos investimentos nos mercados emergentes.

A recomendação de William Rhodes feita ontem na capital mineira, onde participou de um evento paralelo à 47ª reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi taxativa: “Estamos estimulando investidores e provedores de crédito a serem extremamente cautelosos ao avaliar cada um dos países”.

A importância da entidade dirigida por Rhodes é inegável. O IIF reúne os principais bancos privados e fundos de investimento internacionais.

O diagnóstico do vice-presidente do Instituto Internacional de Finanças destaca que o desequilíbrio no balanço em conta corrente global – elevadas reservas internacionais da China e o déficit dos Estados Unidos de cerca de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) – e as eventuais mudanças nas atuais políticas econômicas em decorrência de eleições presidenciais em vários países neste ano representam a possibilidade de novos riscos.

O governo federal não deveria ignorar as observações e recomendações advindas dos debates travados em Belo Horizonte. A mídia escrita deu amplo destaque às discussões e alerta feitos. O IIF prevê que o fluxo de capital para a América Latina deve desacelerar em 2006 para US\$ 43 bilhões, frente aos US\$47 bilhões alcançados em 2005.

Sr. Presidente, a nossa intenção ao trazer o tema econômico sob a perspectiva do risco imposto aos países emergentes é amplificar o alerta feito por uma das principais autoridades em dívida de países emergentes na comunidade financeira internacional. O senhor William Rhodes destaca que os **spreads** dos títulos dos países emergentes estão num patamar muito baixo, em função da enorme liquidez global, sendo assim, podem não refletir corretamente o risco de se investir nas economias emergentes.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu desejo deixar registrado nesta oportunidade que existem sinais evidentes de que o ambiente internacional de altíssima liquidez está próximo do fim, como atestam credenciados porta-vozes da mais alta cúpula financeira internacional. O governo do presidente Lula não se beneficiou dessa “onda” favorável e preferiu adiar investimentos públicos para atender ditames do Fundo Monetário Nacional, privilegiando superávits primários cada vez mais robustos.

Nesse contexto, é sensato que, pelo menos agora, o governo federal esteja atento para um novo cenário econômico internacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o último assunto, eu gostaria de trazer à Tribuna a notícia pu-

blicada nesta quarta-feira, dia 05/04/2006, no Blog do jornalista Josias de Souza. É sintomático que a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) esteja promovendo desde 2005 um debate interno sobre a conveniência de propor um processo de **impeachment** contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Conforme nos informa o referido jornalista o “assunto está sendo discutido por uma comissão de cinco advogados, designados pelo Conselho Federal da Ordem”.

Segundo informação colhida pelo jornalista Josias de Souza, há um relatório preliminar no qual a entidade admite que há condições técnicas para a abertura de uma ação por crime de responsabilidade contra o presidente da República.

De acordo com o Blog de Josias de Souza, o referido texto é de autoria do advogado Sérgio Ferraz – relator do grupo nomeado pela OAB para analisar a viabilidade técnica da proposição do **impeachment**.

O trabalho não foi divulgado porque a OAB concluiu que seria conveniente aguardar o término das CPIs dos Correios e dos Bingos.

Ao final das duas CPIs, diz o Blog, “o relator Sérgio Ferraz produzirá um segundo relatório. Em conversas realizadas entre quatro paredes, o advogado diz que manterá no texto final a opinião manifestada no primeiro documento. O coordenador Maluf Haddad afirma, também em diálogos privados, que o documento estará à altura das tradições da OAB.”

Conforme destaca a matéria jornalística em epígrafe, “se a sugestão de impeachment vier a ser aprovada num dos dois encontros nacionais da OAB, Lula arrisca-se a formalizar sua candidatura à reeleição em meio a um debate que tenta a todo custo evitar. O debate sobre a sua responsabilidade nos escândalos que atormentam a administração petista”.

Sr. Presidente: estou convencido de que a manifestação da sociedade, por intermédio de uma entidade da magnitude da Ordem dos Advogados do Brasil, é uma sinalização que nos inspira e baliza.

Era o que eu tinha dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula comanda o ataque ao caseiro

Desta vez Lula não pode vestir a fantasia de estadista que, absorvido pela missão de salvar o Brasil, nem enxerga maracutatas rolando logo ao lado. O presidente da República sabe de tudo desde o começo. Pior: concebeu ou autorizou sórdidas manobras para calar e, depois, castigar Francenildo Costa, caseiro da mansão alugada por pilantras amigos (e ex-assessores) do ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Há dias, o jovem nascido no Piauí revelou ao jornal *O Estado de S. Paulo* que o ministro frequentava regularmente o suspeitosíssimo clube. Só tinham acesso à mansão figuras que conheceram Palocci nos tempos de prefeito de Ribeirão Preto. Alternadamente, ali ocorriam reuniões entre lobistas interessados em tungar com os públicos e noites alegres. A CPI das Bingas resolveu ouvir Francenildo no dia 16. Lula acompanhou pela TV o começo

do depoimento. Aquilo, e o que viria, era dinamite pura.

O senador acreano Tião Viana, companheiro disciplinado, foi o escolhido para o trabalho sujo: solicitar ao Supremo Tribunal Federal a suspensão do depoimento. O ministro César Peluzzo estava lá para conceder a liminar.

Lula ficou feliz com o êxito da trama. Mais feliz ficaria com a notícia obtida com o estupro da sigla bancário do caseiro. Ele ganha R\$ 700 por mês. Mas tinha quase R\$ 30 mil depositados na Caixa Econômica Federal.

Só poderia ser dinheiro doado por oposicionistas baseados no Piauí, deduziram os cerebros do Planalto. O dinheiro fora remetido de Teresina, em três parcelas. De pronto, dezenas de agentes da Polícia Federal voaram para lá.

Com a naturalidade dos inocentes, o caseiro contou que recebera o dinheiro do pai biológico.

Dono de uma pequena frota de ônibus, sempre se recusara a assumir a paternidade. Para silenciar o filho, presenteou-o com a bolada. Para impedir que Palocci sofresse constrangimentos em casa, o governo estuprou também a privacidade familiar de Francenildo. Os agentes em Teresina nada tinham a apurar.

Quem praticou a ação infame? Cinco minutos seriam suficientes para identificar o responsável. O presidente da Caixa, Jorge Mattoso, pediu 15 dias de prazo. Enquanto procura algum bode expiatório, o governo tenta desqualificar Francenildo com mentiras delirantes. A mais recente: investigá-lo por lavagem de dinheiro.

"Queria que quebrassem meu sigilo eleitoral", sugere o caseiro. "Saberiam se um simples caseiro votou no simples operário que agora está lá em cima". Em vez de meditar sobre a frase, Lula só pensa em salvar Palocci. É um bom companheiro.

Solitário e trapalhão

VILLAS-BÓAS CORRÊA
REPORTER POLÍTICO DO J1B

A série de crises que stormenta o presidente candidato Lula acentua alogos traços da sua personalidade, expondo qualidades e defeitos na virine iluminada da ampla cobertura da mídia.

Se uma dose de azar e de imprevisto atenua a sua responsabilidade direta no esvaziamento do governo, que marcha como balão apogado de dependência do oêti, o despreparo do ex-reente na gerência da máquina estatal e a fraqueza dos quadros petistas e dos aliados ajudam a entender as trapalhadas que pporcam a cada dia, em inesgotável tormento.

Além das perdas dos principais titulares da equipe, atogadas nas encurruadas de escândalos, a mudança de ministros do monstro que se suporlota a Esplanada dos ministérios impôs o afastamento dos que se demomcorruptibilizaram para tentar melhor sorte nas urnas de 1º de outubro, pitoravam o que já estava ruim.

O toque final ficou por conta das indicações e dos equívocos do timoneiro caipora. Para o governo que foi obrigado a despedir o ex-todo poderoso José Dirceu da chefia da Casa Civil, com o desfalque do mais destacado articulador político desde a campanha, virtual presidente em exercício, a privar-se de Anésio Palocci, o ministro da Fazenda que era a referência do governo, papariado pelos empresários, minado pelo zozochad, blindado pela coleção de pesquisas, com índices que ecoavam êxitos no combate à inflação, em dize que com os modestos resultados do PIB — foi um desajo tampoucar os romalves, exorra previstos com data certa.

Mas o dedo presidencial agorou o embargo. De saída, a nomeação de Waldyr Pires para o Ministério da De-

Os cupinchas sussurram que o presidente sofra as agruras da solidão. Potoca que não paga. Lula não acredita na sabedoria do ditado que adverte que antes só do que mal acompanhado

fesa foi um erro em dose tripla. Na Controladora Geral da União (CGU), Waldyr Pires vinha mantendo um bom desempenho e recolhendo elogios de parlamentares e do zropreza. Por que bulir com quem está quieto e inventar moda? Depois a mudança da CGU para o Ministério da Defesa, nas circunstâncias, souo o anúncio nova provocação aos militares. A segunda, depois do intervalo. Não parece prudente a escolha do deputado Aldo Rebelo, hoje na presidência da Câmara, para a pasta que encara os artigos ministeriais das três armas. Fuzilaria, Marinha e Armada. Com habilidade e compreensão dos dois lados, o deputado do PCdoB no curto período de verbas insuficientes para a simples notina das Forças Armadas passou em branco. A substituição pelo vice-presidente José de Alencar foi bem recebida, embora sem resultados.

Lula parece que estava caucionado da afirmação da sua autoridade e respeito a dose. O azar fez o resto. O comandante do Exército, general Francisco de Albuquerque estava engasgado com o lamentável episódio, de larga e crítica repercussão, quando interrompeu a decolagem de avião, já na pista, para que ele e sua esposa embarcassem nos lugares cobides por passageiros. E os sucessos do ex-ministro Palocci não chegaram aos quartéis, sem recursos, com a previsão de um segundo semestre tormentoso.

Mas o general Albuquerque escolheu a oportunidade errada para a desforça. E arruou o sujeito com a emenda da lamentável ordem do dia para comemorar o aniversário do golpe militar de 1º de abril de 1964, que nos custou quase 21 anos de ditadura fardada com o rolão dos cinco generais-presidente. Não se comemora o que suplica o perdo do esquecimento. E que já

foi julgado pelo voto em uma eleição presidencial indireta e três vezes, sempre com a derrota do candidato governista e a vitória da oposição.

No caso dos erros sucessivos e de Lula, na escolha do ministro inadequado, com o general Albuquerque suscitando o adêver que tanto custamos a entender: Com a mudança do ministro, as crises só tendem a planejar. Entre os que pediram as contas para disputar os subalternos mandatos parlamentares, um dos melhores empregos do mundo, poucos deixaram saudades.

O que vem por aí, entre insinuos e titubeios, é a aventura a todo o risco da experiência com uma turma de desconhecidos nos Esportes, o Orlando Silva. Numa que não é possível o maior castor do Brasil, nos Transportes, para cuidar da baraqueira nas estradas, o Paulo Sérgio do Veloso Pires, na Integração Nacional, o Pedro Bicho Nascimento, com o desafio de incluir e incluir os obatos do projeto de irrigação do Nordeste, com os agnos do Ilho Itaipu cisco, a promessa de Lula que não saiu do papel.

Estes, os titulares. Entre os insinuos, as promessas de revelação de Guilherme Cassol, para o Ministério de Desenvolvimento Agrário, com a carga pesada de licenças e das investidas do MST, no delírio de dependência de fazendas, culturais e centros de pesquisas, Alencar Gregolin na Secretaria da Pesca e José Aguiar Almeida da Silva no Ministério da Saúde.

Os cupinchas sussurram que o presidente cupincheito sofre as agruras da solidão. Potoca que não paga. Lula não sabe ficar sozinho, está sempre cercado pela turma. Pelo visto não acredita na sabedoria do ditado que adverte que antes só do que mal acompanhado.

Adendo do pro nunciament
do Senador Alvaro Dias
05/04/05

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar o artigo “Fim de festa”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** do último dia 28 de março do corrente.

A jornalista destaca, em seu artigo, que “A queda de Palocci confirma uma combinação explosiva do governo Lula: desconhecimento, inexperiência e arrogância”. A jornalista destaca, ainda, que o atual governo achava que “podia tudo: calar a boca dos procuradores, da imprensa e dos funcionários públicos,

expulsar jornalista estrangeiro e estimular borbulhantes casas de lobistas”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo da jornalista Eliane Cantanhêde seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIANE CANTANHÊDE

Fim de festa

BRASÍLIA - *A queda de Palocci confirma uma combinação explosiva do governo Lula: desconhecimento, inexperiência e arrogância. Jogar o peso do Estado contra um caseiro que ousou desmentir um ministro já raiava a loucura. Como foi o presidente da CEF quem violou o sigilo bancário e quem entregou em mãos o troféu para o ministro da Fazenda, é pura loucura.*

Mas tem a ver com um governo que achava que podia tudo: calar a boca de procuradores, da imprensa e dos funcionários públicos, expulsar um jornalista estrangeiro e estimular borbulhantes casas de lobistas.

Antes, tudo era explicado como reação a um “golpe das elites” contra o operário que chegou à Presidência. Desta vez, não colou. Francenildo é um mero caseiro piauiense de 24 anos — pobre e eleitor de Lula.

A paciência e as opções estão mingando. Os homens do presidente, Dirceu, Gushiken, Genoio e Palocci, caíram, um a um, e só sobraram o senador Aloizio Mercadante e o presidente do BNDES, Guido Mantega.

Mercadante virou três-em-um: foi um dos dois nomes lembrados para a Fazenda, mas tem de negociar com PFL e PSDB e conter os arroubos do PT no Senado — e é quem está melhor para o governo de São Paulo, apesar do risco de perder para o tucano José Serra no primeiro turno.

Deu Mantega na Fazenda. Foi igualmente voz econômica do PT durante muitos anos, mas passa a impressão de que Lula tem de pescar no segundo escalão para concluir minimamente o primeiro mandato.

Já era voz corrente que os melhores ministros não são do PT, como Márcio Thomaz Bastos, Celso Amorim, Roberto Rodrigues e Luiz Fernando Furlan. Se houver novas baixas, a situação ficará crítica. Como hipótese: se Henrique Meirelles saísse, quem assumiria o BC? Lula, ao assumir, ainda com todo o gás e se comportando como se tivesse chegado para ficar 20 anos, tentou seis nomes, sem sucesso. Chegou ao tucano Meirelles por exclusão. Imagine hoje. Melhor: imagine um segundo mandato.

@ → elianec@uol.com.br

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “E prossegue a orgia dos gastos públicos”, de autoria do economista Roberto Macedo, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 23 de março do corrente.

O economista, em seu artigo, trata do agravamento do quadro fiscal observado no governo do Presidente Lula, e declara sua perplexidade e indignação “diante da expansão dos gastos federais no ano pas-

sado, bem como do novo aumento da carga tributária no mesmo ano”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

E prossegue a orgia dos gastos públicos

Roberto Macedo

Pretendia escrever farrá em lugar de orgia, mas concluí que seria pouco, tamanha a minha perplexidade e indignação diante da expansão dos gastos federais no ano passado, bem como do novo aumento da carga tributária no mesmo ano, agravando conhecidas tendências de crescimento das despesas e receitas governamentais.

O crescimento dos gastos deverá agravar-se novamente em 2006, um ano eleitoral em que o presidente-candidato Lula coleciona votos com o Bolsa-Família (ou Bolsa-Voto), com forte reajuste real para o salário mínimo, e há ainda a perspectiva de que o valor individual daquela bolsa também venha a ser ampliado. Isso afundará ainda mais a economia do País no precipício em que se encontra, pois o governo cada vez mais toma tributos e cada vez consome mais de tudo o que arrecada. Além de tanto imposto a adiar e estocar, quase nada se poupa para pontes, estradas, portos e outras obras públicas indispensáveis para escapar desse buraco. É

Virão mais impostos, novos ou aumento de alíquotas?

como se quase tudo vazasse pelo ralo que conduz ao crescimento econômico medíocre.

Nos o que destaque vai os para os ditos sociais (previdência e assistência social, saúde, educação e outros), adjetivo que no Brasil é usado para “justificar” toda sorte, ou melhor, todo azar de irresponsabilidade fiscal. Estudo do economista Fábio Giambiagi, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do governo federal (em uma versão ainda estudada e pesquisada nele!), mostra que esses gastos passaram de 12,56% do produto interno bruto (PIB), em 2002, para 13,9% em 2005, ano em que ocorreu o maior impulso, de 0,68% do PIB. Pode parecer pouco esse aumento de 1,34% do PIB em três anos, mas se aplique essa porcentagem a uma estimativa do valor deste último no ano passado (R\$ 1.920.000.000.000,00), e a conta desse aumento de gastos alcança dezenas de bilhões de reais e cerca de R\$ 23.428.000.000,00, no mesmo ano, com o maior crescimento ocorrendo nos itens em que pesam o “Bolsa-Voto” e o salário mínimo (assistência e previdência social, respectivamente).

Quanto à carga tributária total, que já subira de 35,8% do PIB, em 2002, para 36,7% em 2004, estudos preliminares que circulam entre pesquisadores indicam um novo aumen-

to em 2005, próximo de 1,5% do PIB, com a confirmação deste resultado dependendo apenas de o IBGE divulgar o valor nominal final do PIB do ano passado. O aumento da carga em termos absolutos, contudo, foi tão grande que é muito provável que esse resultado se confirme.

É 2006? Já estamos no fim de março e o governo federal ainda não tem sequer um orçamento aprovado pelo Congresso! O presidente Lula vem criticando deputados e senadores pelo atraso na aprovação da tal “peça orçamentária”. Contudo, com suas artes, ele mesmo já estourou o enredo enviado ao Congresso, conforme matéria deste jornal no último domingo, intitulada *Orçamento tem rombo de R\$ 15,6 bi*.

O texto diz que pelo menos metade desse valor decorreu de “bondades” que o governo Lula decidiu neste início de ano eleitoral, com o maior rombo decorrendo da elevação do salário mínimo, cujo valor na proposta orçamentária era de R\$ 321, e não os R\$ 350 posteriormente decididos depois de “negociação” com líderes sindicais.

Ainda nessa matéria, destaca-se a declaração do secretário-adjunto da Receita Federal, Ricardo Pinheiro, pois confirma a tese de que os contínuos aumentos da carga tributária vêm na esteira da ampliação dos gastos e que, se estes não forem contidos, o sufocante peso dos tributos será ainda maior. Disse ele: “Vamos ter de correr atrás desses R\$ 15,6 bilhões à custa de sangue, suor e lágrimas.” O que ele está dizendo é que a receita tributária está correndo atrás da despesa e que será preciso acelerar a arrecadação para acompanhar os gastos. Ignoro se o secretário-adjunto, ao se referir a esse conjunto de sangria e secreções, estava pensando no esforço dos técnicos da Receita Federal ou no dos contribuintes, mas do lado de cá é muito claro quem vai sofrer.

Virão impostos, no sentido de novos ou de aumento de alíquotas? Neste ano eleitoral, acredito que não, mas nele a carga tributária poderá crescer por meio de um filme que combine terror, aeróbica e drama em cima do contribuinte já exaurido. Para não assustar, esse filme poderá ser da série *Mais Eficácia na Administração Tributária*, e os prêmios irão para os advogados tributaristas que trabalharão na sua seqüência.

Ainda recentemente vi o jogador de futebol Dadá Maravinha na televisão – como sanfona, professoral – dizendo que, como helicópteros e beija-flores, ele parava no ar para cabecear, além de sua máxima de que, “diante da proble-

mática, o que interessa é a solucionática”.

Confesso que, em matéria de solucionática para os impostos que correm atrás dos gastos, não vejo nada pairando no ar, nem aqui, no chão, na forma de zagueiros e goleiros capazes de segurar os petardos de jogadores políticos fiscalmente irresponsáveis. Propor soluções é fácil, como, por exemplo, um adendo à Lei de Responsabilidade Fiscal para limitar aumentos reais do salário mínimo e do valor de programas como o Bolsa-Família apenas ao primeiro ano de mandato, de tal forma que o próprio mandatório sinta – e logo – o ardor da pimenta que jogar no orçamento. Mas não vejo na política brasileira um grupo forte e disposto a levar adiante propostas como essa.

Lamentavelmente, já cogito até de torcer pelo contínuo e ainda mais forte agravamento do quadro fiscal, até que isso gere uma revolta suficientemente forte e terapêutica dos que pagam a conta desse desastre nacional. ■

Roberto Macedo, economista (USP), com doutorado pela Universidade Harvard (EUA), pesquisador da Fipe-USP e professor associado à Faap, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Jogo de empurra”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 21 de março deste ano.

A matéria destaca que a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa provocou um jogo de empurra entre dois órgãos do Governo Federal que querem se livrar da responsabilidade pelo crime. O vazamento dos dados complicou ainda mais a situação já delicada do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. As duas instituições em questão, a Caixa Econômica Federal e a Polícia Federal, que são respectivamente subordinadas

aos Ministérios da Fazenda e Justiça, vêm sendo pressionadas pelo Palácio do Planalto para abafar o caso.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CORREIO BRASILIENSE

TEMA DO DIA // **CRISE ÉTICA**

JOGO DE EMPURRA

Caixa e PF são pressionadas para dar uma versão comum sobre a quebra de sigilo bancário do caseiro

VICENTE NUNES, UGO BRAGA E LÚCIO ZAZ
DA EQUIPE DO CORREIO

A quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa provocou um jogo de empurra entre dois órgãos do governo federal, que querem se livrar da responsabilidade pelo crime. O vazamento dos dados complicou ainda mais a situação já delicada do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. As duas instituições em questão — a Caixa Econômica Federal e a Polícia Federal — são subordinadas, respectivamente, aos ministérios da Fazenda e da Justiça. **Elas vêm sendo pressionadas pelo Palácio do Planalto para abafar o caso.**

Dois funcionários de alto escalão da Caixa Econômica Federal disseram ao **Correio**, depois de pedirem para não serem identificados, que a PF invadiu a conta do caseiro e transmitiu os dados para um assessor próximo de Palocci (leia mais na página 4). A PF veio à público negar que seus agentes tenham invadido a conta do caseiro usando um programa de computador específico para quebrar senhas de acesso pela internet. Extraoficialmente, uma fonte da PF confirmou a parte da história segundo a qual quem deu publicidade aos dados foi um assessor de Palocci — informação confir-

mada também por um funcionário do próprio ministério.

O presidente da Caixa, Jorge Mattoso, tem sofrido pressões ainda mais fortes. Mattoso foi obrigado a cancelar uma viagem a São Paulo para tratar pessoalmente da crise em que o banco se meteu. A conta do caseiro é da instituição. E o banco é o responsável legal pelo sigilo dos dados financeiros de seus clientes.

Ontem, o advogado de Francenildo, Wlécio Nascimento, entrou com queixa-crime pedindo à Procuradoria do Distrito Federal que abra inquérito para apurar a responsabilidade pela violação da movimentação financeira. O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC) afirmou que Mattoso pode responder por improbidade administrativa. O partido apresentará hoje à CPI dos Bingos um pedido de convocação do diretor da Caixa, para que ele preste esclarecimentos sobre o caso.

Mattoso ficou até o início da noite trancado em sua casa, no 2º andar da instituição, com o chefe de gabinete, Luiz Philippe Torelli. Depois de submeter várias vezes o texto de uma nota oficial ao Planalto, ficou acertado que a Caixa se limitaria a dizer que abrirá um procedimento interno para apurar o vazamento das informações do caseiro, o que foi feito num laconico texto de quatro linhas distribuído à imprensa.

Discurso afinado

O presidente da Caixa teve uma reunião com o ministro Márcio Thomaz Bastos, na pasta da Justiça, para discutir a crise e afinar o discurso do governo. O ministro determinou que a Polícia Federal apure com rigor a quebra de sigilo bancário do caseiro. Em entrevista coletiva, o coordenador-geral da Divisão de Defesa Institucional da PF, Wilson Damásio, afirmou que o órgão vai até as últimas consequências para apurar o fato. Ele chegou a dizer que a resposta para a incógnita sobre a autoria do fato está com a Caixa. “Quem acessou a conta deixou a senha no sistema e a Caixa tem condições de ter acesso a essa informação”, destacou.

Os dados bancários de Francenildo foram divulgados na sexta-feira na versão online da revista *Época*. Segundo a revista, de janeiro até hoje, o caseiro movimentou R\$ 38 mil. Francenildo disse que o dinheiro foi pago pelo empresário Eurípedes Soares, que seria seu pai biológico. O empresário confirmou os depósitos. O caseiro não está sob investigação e, portanto, o vazamento de seus dados viola a lei de sigilo bancário. A pena é de um a quatro anos de reclusão para o autor da quebra.

Em depoimento à CPI dos Bingos, Francenildo revelou que Palocci esteve em Minas Gerais para a inauguração da República de Ribeirão. Na casa, ex-assessores de Palocci, envolvidos em irregularidades, se encontravam para fazer festa e negócios.

MAIS UMA DERROTA DA CPI

A CPI dos Bingos continua proibida de tomar o depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Ontem, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, negou o pedido do Senado para suspender a liminar que, na quinta-feira, cancelou o depoimento do caseiro. A decisão é

mais uma derrota imposta pelo STF à comissão.

O recurso do Senado foi protocolado pelo advogado-geral da Casa, Alberto Cascais. Na ação, ele pedia que o STF sustasse os efeitos da liminar concedida pelo ministro Cezar Peluso alegando haver "risco de grave lesão a interesses públicos". Sustentava também que a decisão do ministro Peluso não havia sido devidamente fundamentada e que a manutenção da liminar afetaria o trabalho da comissão.

A liminar foi obtida na quinta-feira pelo senador Tião Viana (PT-AC). Concedida, ela interrompeu o depoimento do caseiro à CPI. Ele falou só por 40 minutos, em que revelou ter visto o ministro da Fazenda,

Antonio Palocci, na mansão do Lago Sul onde eram realizadas festas e negócios entre a chamada "República de Ribeirão Preto".

Jobim, entretanto, considerou o pedido do Senado "incabível". Para o ministro, a suspensão é medida excepcional de contra-cautela "com vistas a salvaguardar contra risco de grave lesão a interesses públicos privilegiados". E, na interpretação do presidente do STF, esse não seria o caso. Ele ressaltou que "nenhuma das referidas normas infraconstitucionais insere na competência monocrática do Presidente do Supremo, a competência para suspender decisões proferidas pelo próprio Tribunal". (Letícia Sander)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna na data de hoje para comentar o artigo intitulado "A esquerda diante do século 21", de autoria do professor Marco Aurélio Nogueira, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 25 de março deste ano.

O professor, em seu artigo, trata das dificuldades que a esquerda enfrenta para resistir à política atual. "A esquerda enfrenta desafios complicados".

A esquerda não pode abrir mão de sua identidade. "...Depende da sua capacidade de ser uma força democrática de transformação".

Sr. Presidente, requiero que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A esquerda diante do século 21

ainda que digam que esquerda e direita não têm mais sentido e que nem sempre se conseguem visualizar na prática as distinções entre elas, não há argumentos sólidos para sustentar que a esquerda desapareceu ou que a polarização direita-esquerda não tem presença decisiva na política atual.

Tanto que, quando as pessoas observam alguns recentes acontecimentos políticos na América Latina, logo alguém levanta a hipótese de que se estaria assistindo a uma guinada à esquerda no continente. Também é em termos de direita e esquerda que são avaliados os candidatos que disputarão as próximas eleições, aqui e alhures. Em *Direita e Esquerda* (Editora Unesp), que fez muito sucesso nos últimos anos e continua atualíssimo, o filósofo italiano Norberto Bobbio disse isso com todas as letras, de modo insuspeito.

Tal fato não significa, porém, que a esquerda esteja em ascensão ou no melhor da forma física e intelectual.

Ainda que não possam ter sua importância diminuída, a eleição de Evo Morales na Bolívia e a de Michelle Bachelet no Chile, a força de Chávez na Venezuela, os avanços democráticos na Argentina, no Brasil e no Uruguai se devem mais ao cansaço das pessoas com as políticas neoliberais e com a mediocridade da classe política tradicional do que a uma ascensão categórica da

esquerda. Reletem a permanência de antigos problemas, a esperança dos mais pobres e muitas lutas por reconhecimento, mais que vitórias de uma esquerda sustentável. Não podem ser lidos de modo unilateral.

O sucesso da esquerda depende da sua capacidade de ser uma força democrática de transformação e, portanto, de se auto-transformar o tempo todo: ter orgulho de suas tradições e de seus vínculos de classe, mas ser ágil e generosa para incorporar criticamente as novidades da vida e dialogar com as complexas realidades do século 21.

Para ela, não se trata de "chegar ao poder" ou de "tomar o Estado de assalto", mas de elaborar novas maneiras de organizar a convivência e compartilhar poderes. Trata-se de pensar em mudanças estruturais, numa nova economia, numa ordem social igualitária, mas também de dar o devido destaque aos direitos, às liberdades, à educação, à cultura, à vida concreta dos indivíduos, que é onde, muitas vezes, se ocultam as piores perversidades e as maiores resistências ao desenvolvimento democrático e social. Para isso é preciso confrontar os diferentes poderes que nos cercam e nos controlam: conceber um novo Estado, levar a política para todos os espaços onde pulsa a vida, se disputa e se sofre a dominação.

Hoje a esquerda é um campo teórico-político em crise. Está dividida entre a "responsabilidade fiscal" e o populismo, a ação e a institucionalização, o político e o social. Não tem um vetor programático consistente, um projeto para o século 21, uma identidade que corresponda às novas determinações do jogo social em condições de modernidade reflexiva e radicalizada. Nem sempre consegue dizer algo que sensibilize e mobilize os

mais pobres, os jovens, os cidadãos das distintas classes sociais. Ou seja, ainda não conseguiu traduzir em termos teóricos e de ação política as circunstâncias do capitalismo globalizado e da sociedade que está nascendo das novas conexões, da dissolução progressiva das formas tradicionais de vida.

A esquerda enfrenta desafios complicados. Dadas as condições de alta complexidade, precisa aprender a ser democrática e responsável sem perder a radicalidade. Ela existe para regular o mercado e combater as formas abusivas de propriedade privada, a concentração de renda, a exploração, a desigualdade. Mas seu coração não é estreitamente material, econômico-social, duramente coletivista: está aberto para todos os temas do humano, para os homens e as mulheres de carne e osso, para seus direitos e suas liberdades, suas carências e seus desejos. É um coração marcado pela pluralidade temática e pela recusa à simplificação.

A esquerda é mais que um estado de espírito, é uma força política. Por isso, precisa sempre agir para frear a corrente desilusão social com a política: recriar o modo de pensar e praticar a política, os partidos, os movimentos, as instituições representativas. Para ela, participação e representação, ação e institucionalização, movimento e gestão, "guerra" e "posição" não são termos antitéticos, mas complementares. Caminhos por fora da legalidade institucional não se mostram capazes de fazer com que as reformas avancem, mas o puro jogo parlamentar e eleitoral é limitado demais. A democracia - com seus tempos longos, suas regras, seu pluralismo, seus conflitos - conti-

nua a ser o principal companheiro de viagem da esquerda, sua primeira e mais importante peça, o centro de seu projeto.

Também por isso, a esquerda do século 21 precisa recuperar o

Ela precisa aprender a ser democrática e responsável sem perder a radicalidade

tema da reforma democrática do Estado, para assim recolocar o Estado no centro da vida social não como agente burocrático e aparato de intervenção, mas como garante e referência do contrato social. Uma sociedade "regulada pelo mercado" e pela livre competição dos agentes sociais não oferece uma imagem confiável do futuro, tanto quanto uma sociedade sufocada e dirigida pelo aparelho de Estado.

Tendo em vista a opacidade atual, a esquerda tem de descobrir como se diferenciar da direita e do centro; fazer política com identidade. Não superará sua crise se simplesmente caminhar para o centro, se se associar aos moderados em nome da governabilidade e aceitar a agenda dominante em nome da "cautela", da "estabilidade" ou do "desenvolvimento". Um capitalismo com rosto humano, o respeito às regras da democracia, a competência para ganhar eleições e a interpelação do social não bastam para relançar a esquerda, ainda que sejam compromissos fundamentais.

É por tudo isso que a esquerda se mantém viva e é indispensável.●

Marco Aurélio Nogueira, professor de Teoria Política da Unesp, é autor, entre outros, dos livros *Em Defesa da Política* (Senac, 2001) e *Um Estado para a Sociedade Civil* (Cortez, 2004). E-mail: m.a.nogueira@iglobo.com

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Saída de Palocci acaba com o núcleo duro do Planalto”, de autoria do jornalista Diego Escosteguy, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 29 de março do corrente.

A matéria destaca que a queda de Antonio Palocci pôs fim ao que restava do chamado núcleo duro do governo Luiz Inácio Lula da Silva, forjado no começo de 2003 pelo time que articulou a vitória de Lula nas eleições presidenciais. O trio formado por Palocci e pelos ex-ministros José Dirceu e Luiz Gushiken se tornou o dínamo do governo petista. “Três anos depois, a situação do trio mudou radicalmente: passou de força

motora da administração petista a fator de risco para a permanência de Lula no Planalto e para o seu projeto de reeleição”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Saída de Palocci acaba com o núcleo duro do Planalto

Ex-ministro da Fazenda era o último remanescente do grupo, formado ainda por José Dirceu e Gushiken

Diego Escosteguy

ERAS'1 A

A queda de Antonio Palocci pôs fim ao que restava do chamado núcleo duro do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Forjado no começo de 2003 pelo time que articulou a vitória de Lula nas eleições presidenciais, o trio formado por Palocci e pelos ex-ministros José Dirceu e Luiz Gushiken se tornou o dínamo do governo petista. Com o aval do presidente, o núcleo era responsável pela articulação política e pela condução dos principais programas do governo.

Três anos depois, a situação do trio mudou radicalmente: passou de força motora da administração petista a fator de risco para a permanência de Lula no Planalto e para o seu

projeto de reeleição. Durante esse espaço de tempo, todos foram alvejados por suspeitas e acusações de corrupção e se transformaram num fardo político para o governo do PT.

O primeiro sinal de que o tal núcleo duro não iria longe veio com o caso Waldomiro Diniz, em fevereiro de 2004, após a divulgação de uma fita de vídeo feita em 2002 – na qual o principal assessor do então chefe da Casa Civil, José Dirceu, cobrava propina de um empresário da área de loterias.

O escândalo fez o governo sangrar por dois meses. Principalmente devido às suspeitas de que Waldomiro teria participado da cobrança de propina para que a Caixa Econômica Federal renovasse o contrato de operação de loterias com a multinacional Gtech. Mesmo

pressionado, Lula manteve Dirceu no cargo, enquanto a tropa de choque do governo no Congresso abafava a criação de uma CPI.

O preço por essas decisões foi cobrado um ano depois, com as acusações do ex-deputado Roberto Jefferson, de que o chefe da Casa Civil teria montado um gigantesco esquema de corrupção, com o pagamento de mesadas a parlamentares para garantir ao governo o apoio da base aliada no Congresso – o chamado mensalão. Dessa vez, o Planalto não conseguiu conter a onda de denúncias e teve que assistir à criação de três CPIs simultâneas para apurar as acusações.

OSTRACISMO

Em poucas semanas, o escândalo provocou a queda de José

Dirceu e do então ministro da Comunicação Institucional, Luís Gushiken. Conselheiro de Lula desde o começo do PT, Gushiken comandava a publicidade do governo e não resistiu às acusações de irregularidades. Não chegou a sair do governo, mas foi rebaixado a um cargo sem relevância – operacional ou política – e hoje amarga o ostracismo.

Quando deixou o governo para a fracassada tentativa de salvar seu mandato no Congresso, Dirceu avisou: “O próximo alvo é Palocci”. Na época, o então ministro da Fazenda confidenciou a amigos que temia “se tornar um novo Dirceu”.

A profecia do ex-homem forte do governo e desafeto do ministro da Fazenda se concretizou. Palocci foi cercado por acusações de corrupção da época em que foi prefeito de Ribeirão Preto.

Apesar das denúncias, Lula adotou a mesma estratégia que não tinha funcionado com Dirceu: resolveu bancar o ministro. Foram seis meses de desgaste, até a queda do último remanescente do grupo que dava as cartas na gestão do PT. ●

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero destacar, hoje, um trabalho da mais alta relevância para o Brasil: um programa que vem sendo desenvolvido, há dez anos, pela nossa sempre eficiente Petrobras.

Refiro-me, Sr. Presidente, aos Centros e Redes de Excelência, por meio dos quais a empresa, que sempre exibiu padrões notáveis de competência, vem conseguindo melhorar ainda mais a qualidade de seus produtos e serviços.

A concepção do programa, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem a simplicidade das inovações bem-sucedidas: escolhe-se um tema ou tecnologia de grande importância para o setor do petróleo, e, a partir daí, formam-se redes permanentes e de vanguarda que conectam a Petrobras a outros órgãos de governo, empresas privadas, universidades e centros de pesquisa, do País e do exterior.

Isso permite o melhor aproveitamento dos recursos e das potencialidades de cada um dos setores envolvidos, num processo de rica sinergia.

A área governamental atua, por exemplo, na promoção do conceito de Centros e Redes de Excelência e na organização de programas de incentivo a projetos desse tipo; atua no estímulo à aplicação e desenvolvimento de novas tecnologias; atua na proposição de leis de incentivo à aplicação de recursos em tecnologia de ponta e no financiamento a projetos de boa ancoragem empresarial, social ou acadêmica; e atua, também, na negociação com organismos internacionais para a busca de recursos a serem aplicados em pesquisa e desenvolvimento.

Já os setores empresariais e acadêmicos, entre outras funções, desenvolvem tecnologias, equipamentos ou *softwares*; executam projetos de pesquisa e desenvolvimento por encomenda; comercializam produtos e serviços e prestam consultoria técnica, representando os Centros de Excelência nos mercados nacional e no mundial; publicam livros e artigos técnicos, promovem cursos, palestras e seminários; participam de **joint ventures** para a execução de projetos de cooperação tecnológica; buscam recursos junto aos fundos de fomento para a realização de pesquisas; e montam instituições e laboratórios de alta tecnologia.

Os resultados, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderiam ser melhores. O que se tem observado, nos Centros e Redes de Excelência já implantados, é uma gama significativa de vantagens: os recursos alocados à área de tecnologia cresceram de maneira significativa; os atores envolvidos passaram do *status* de clientes ou fornecedores para o de parceiros estratégicos; a utilização de recursos financeiros, humanos e físicos foi otimizada; a imagem das entidades participantes

foi engrandecida, na medida em que se apresentam como integrantes de uma rede de excelência; por fim, mas não menos importante, houve sensível redução no tempo despendido na elaboração de projetos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Petrobras lançou o seu primeiro Centro de Excelência em 1996. E um bom indicador do sucesso da iniciativa é o número de projetos que se viabilizaram desde então. De acordo com o documento Centros e Redes de Excelência – Integração, Inovação e Motivação para Promover o Desenvolvimento Empresarial e Nacional Sustentado, editado pela Petrobras em 2005, podemos comemorar a existência, somente com a liderança ou a participação da nossa empresa de petróleo, de oito empreendimentos já formalmente implantados e de outros quatro em fase de implantação.

Foram implantadas duas Redes de Excelência: Gás e Energia, e Tecnologia de Engenharia de Poços. Foram implantados, também, seis Centros de Excelência: Tecnologia do Gás, Engenharia Naval e Oceânica, Asfalto, Aplicativos de Automação, Qualidade da Terceirização, e Geoquímica.

De outra parte, estão em fase de implantação a Rede de Excelência em Petroquímica e os Centros de Excelência em Metal-Mecânica, Dutos e Ambiental da Petrobras na Amazônia.

Cada um desses projetos, Sr. Presidente, tem trazido benefícios inquestionáveis à Petrobras, ao País e, por extensão, ao conjunto de nossa sociedade. A todos os que trabalham nessa grande empresa, portanto, quero transmitir o meu reconhecimento, a minha admiração por seu profissionalismo e por sua competência.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se às 14 horas de amanhã, as matérias constantes da pauta de hoje.

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as

Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.
Prazo final: 25-4-2006

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.
Prazo final: 26-4-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medi-

da Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá.
Prazo final: 28-4-2006

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator revisor: Senador Jefferson Péres.
Prazo final: 28-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Aelton Freitas.
Prazo final: 1º-5-2006

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa)

Relator revisor: Senador Osmar Dias.

Prazo final: 18-5-2006

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
12, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos*

das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

12

**EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2003**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2003 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que *inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria.*

Parecer favorável, sob nº 200, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wellington Salgado.

13

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº

2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (nº 1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 189, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2006 (nº 1.154/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 199, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

16

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu

Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.

20

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Está encerrada a presente sessão.

(*Levanta-se a sessão às 16 horas e 4 minutos.*)

(OS Nº 11960/06)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 21 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar discutir. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu endosso todas as observações feitas pelo Presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen.

Na verdade, Senador Jorge Bornhausen, esses cargos criados para inchar a máquina e com objetivos

políticos, longe de representarem a geração de emprego, significam a subtração de empregos, porque eles atuam diretamente contra o dinamismo da atividade econômica.

Mas muito bem, Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 269, de 2005, ela cria 1.755 cargos na Agência Nacional de Aviação Civil – Anac – e 400 no Ministério das Relações Exteriores. Aí faço uma observação. Na maioria dos casos, Senador Geraldo Mesquita, para preencher vagas em embaixadas, que eu não criaria se fosse Presidente da República, porque significam gastos públicos sem devolver ao País o de que ele precisa, que é justamente dinamismo exportador. É ainda o sonho desmiolado do Presidente de obter no Conselho de Segurança da ONU. Basta trazermos à luz a recente postulação, noticiada também pela imprensa internacional do Presidente Chávez, grande parceiro do Presidente Lula, que até já se mete no carnaval do Rio. Eu só quero saber como veio o dinheiro. Já pedi isso ao Banco Central. Quero saber como transportaram o dinheiro de lá para cá. Não deve ter sido em cueca. Deve ter sido pela via do Banco Central, por uma operação de câmbio normal. O Presidente Chávez lançou a candidatura da Venezuela ao Conselho de Segurança da ONU, ou seja, o Brasil não conta nem com Chávez para apoiar a sua pretensão. E aí cria embaixadas em vários países, incha a máquina, infla a máquina e não conseguimos... Há 400 cargos no Ministério das Relações Exteriores, visando a isso. Trata-se de uma carreira de excelência, que está deixando de sê-lo, em função de medidas terrivelmente comprometedoras do bom senso.

São 440 cargos no Instituto Nacional de Propriedade Industrial; 580 no Instituto Nacional de Meteorologia, Normalização e Qualidade Industrial, no Inmetro; 1000 na Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. A Medida Provisória autoriza também o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, e as agências reguladoras dos serviços públicos – Anatel, Ancine, Aneel, ANP, ANSS, Antac; ANTT, Anvisa e ANA – a manterem até 31 de março de 2007 seus quadros temporários de servidores contratados sem concurso. Esses funcionários deveriam ter sido substituídos até o final de 2005. No entanto, o Governo alega que, com a prorrogação, cada agência terá tempo de contratar servidores por meio de concurso, sem risco de interromper suas atividades por falta de pessoal. As agências têm autonomia, lembro bem, para elaborar seus calendários de concursos.

Segundo o Governo, o objetivo da criação de cargos no INPI e no Inmetro é o de suprir a carência dos servidores nesses institutos, para permitir que o Governo fortaleça a sua atuação na área de ciência e

tecnologia. As vagas serão ocupadas por candidatos aprovados em concursos públicos já homologados e também em outros concursos que deverão ser abertos, concluídos até 30 de junho de 2006. No caso da Fiocruz, são 150 vagas para pesquisadores, 457 para tecnologistas, 180 para técnicos e 213 para analistas em ciência e tecnologia. Todos esses cargos serão preenchidos por meio de concursos públicos. Com isso eu concordo, evidentemente.

Assim, será possível substituir servidores terceirizados por ocupantes de cargos efetivos, que até podem ser terceirizados desde que tenham sido aprovados nos concursos a que me refiro.

No Ministério das Relações Exteriores, são criados 400 cargos efetivos na carreira diplomática. O objetivo é atender à necessidade de expansão das atividades desenvolvidas, em especial aquelas relacionadas com os países da África e da Ásia. Sobre isso ainda há pouco pude expender a minha opinião.

A Medida Provisória também reajusta de 35% para 75% do vencimento básico do servidor, a gratificação do desempenho de atividade de regulação – GDAR – das carreiras das agências reguladoras, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2006. A GDAR vale aos funcionários que executam a atividade fim das agências, ou seja, a regulação dos serviços públicos de diversas áreas, como telecomunicações, saúde, transportes e fornecimento de energia elétrica. Além disso, os funcionários dos setores de apoio administrativo das agências receberão a gratificação de atividade técnico administrativo em regulação – GDATR – no valor de até 35% dos vencimentos básicos. O objetivo, segundo o Governo Federal, é valorizar os quadros funcionais das agências. As gratificações serão concedidas com base em avaliações dos desempenhos individuais dos servidores e dos resultados institucionais.

Na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a MP 269 reajusta, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006, a Gratificação de Desempenho de Atividades de Informação (GDAI), que é dada a funcionários de nível superior e intermediário. A GDAI passa de 30% para 48% do vencimento básico do servidor, em decorrência os resultados da avaliação do desempenho individual, e de 25% para 43% do maior vencimento básico de cada cargo, a depender dos resultados da avaliação de desempenho institucional.

No âmbito da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), a medida provisória prevê a realização de concurso público, que não tem ainda data definida, para o preenchimento dos seguintes cargos: analista em regulação da aviação civil, 922 vagas; técnico em regulação de aviação civil, 394 vagas; analista administrativo, 307 vagas; e técnico administrativo, 132 vagas.

Além de serem aprovados nas provas de concurso, os candidatos terão de passar por cursos de formação específica para cada área de atividade. Esses cursos terão caráter eliminatório e classificatório.

No quadro efetivo da Anac, serão incluídos, além dos futuros concursados, servidores do Ministério da Defesa que já trabalham em entidades cujas atribuições foram transferidas para a Agência. Essa é a situação, por exemplo, de 270 empregados da Infraero que atuam no DAC (Departamento de Aviação Civil) e de militares da Aeronáutica que fazem parte do Centro Técnico Aeroespacial.

A MP cria 394 cargos comissionados na estrutura da Anac, com remunerações que variam de R\$699,86, para assistentes administrativos, a R\$8.300, para o diretor presidente da Agência. São fixadas ainda 209 gratificações exclusivas para oficiais gerais e para outros oficiais que ocupam cargos de gerência executiva e de assessoria na Agência.

Outra novidade no âmbito da Anac é a fixação da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil (TFAC), relativa ao poder de polícia decorrentes das atividades de fiscalização da Agência sobre as companhias aéreas, aeroportos e prestadores de serviços aéreos em geral.

A cobrança de taxa pela Anac está prevista na Lei nº 11.182, de 2005, mas ainda não haviam sido estabelecidos critérios como os de recolhimento de valores fora do prazo de parcelamento de débitos.

Sr. Presidente, eu sou completamente a favor, Senador Romero Jucá, da autonomia das Agências. Entendo que esse vácuo regulatório que ficou com a substituição das empresas estatais por empresas privadas – e elas, sim, significando o grande salto que o País deu na produtividade, refletindo isso nas exportações, na melhor qualidade das importações, na melhoria do nosso processo produtivo –, as agências seriam a regulação dessa nova situação de mercado que se formou. Eu sou claramente a favor disso.

Então, não posso obstaculizar aquilo que venha a fortalecer o poder das agências por entender que marcos regulatórios convincentes, Senador Luiz Pontes, são precisamente os que atrairão os investimentos que sustentarão o crescimento brasileiro por oito, dez, doze ou quinze anos, se houver conjuntura internacional favorável para isso.

Sem marcos regulatórios – e hoje nós não os temos de maneira confiável – teremos, sem dúvida alguma, limitações para o crescimento, crescimento medíocre, crescimento pequeno, crescimento tacanho, crescimento nanico, crescimento mesquinho, apesar da grandeza do momento internacional. Uma conjuntura que, nos últimos cinquenta anos, não se repetia.

E, agora, com economia de mercados globalizados – esse é o regime sob o qual vivemos –, é muito importante sabermos que o mundo está crescendo e que o Brasil cresce um pouquinho, podendo crescer muito mais. E cresce um pouquinho porque tem havido falta de competência e gerenciamento do Governo do Presidente Lula.

Muito bem. Criação de cargos comissionados, não posso endossar. Entendo que deveria haver um remanejamento. Deveriam demitir a “companheirada” – aqui para nós –, demitir um monte de companheiros, essa gente que aparelhou a máquina, essa gente que não constrói, essa gente que protagonizou até cenas típicas de jornalismo policial; demitir essa gente e preencher os cargos comissionados necessários – não estou nem pedindo a extinção dos cerca de vinte mil cargos existentes no País –, demitindo a turma da politicagem e preenchendo-os com técnicos que venham fortalecer o trabalho das agências e fazer o papel que o Governo enuncia neste projeto de conversão que deseja ver realizado.

Finalmente, há uma questão importante para a qual chamo a atenção da Relatora, Senadora Fátima Cleide, prezada, estimada e competente colega, que se debruçou, de maneira muito convincente, sobre essa matéria. Já chegamos a conversar sobre isso na reunião de Líderes, ainda há pouco, convocada pelo Presidente Renan Calheiros.

Eu preciso ver a explicação muito clara e o debate feito sobre essa taxa. Ou seja, não podemos ficar tolerando mais, a pretexto nenhum, aumento de carga tributária no País. Tem aquela cantilena: ah! mas, no tempo do Fernando Henrique, era sessenta bilhões e passou para seiscentos bilhões.... Primeiro, a estabilidade econômica cobrou um preço em termos de carga tributária, sim. Segundo, o Presidente Fernando Henrique resgatou, a preço de hoje, talvez R\$300 bilhões de esqueletos do passado: BNH, dívidas de Estados e Municípios, injetou várias vezes recursos no Banco do Brasil, na Caixa Econômica. Esqueletos que saíram do armário, ou seja, essa dívida não foi inventada pelo Ex-Presidente, foi trazida à luz e assumida por ele, em nome de uma economia mais transparente. Porque não pode haver a coexistência da falta de transparência com a estabilidade econômica. A estabilidade econômica exige, **a priori**, transparência.

Mas, muito bem. Chegamos aos tais R\$600 bilhões. O Presidente Lula herda R\$600 bilhões de dívida pública. Estamos com alguma coisa perto de R\$1,100 trilhão. E ele não resgatou esqueleto nenhum, não limpou área nenhuma de nenhum passivo que restasse no

País. Nada! Zero! Isso se deve a juros excessivamente altos, se deve a mecanismos, para os quais vamos encontrar a solução, a resposta, examinando o interior deste Governo que aí está. A dívida hoje, simbolicamente, ultrapassou – e bastante – R\$1 trilhão e não houve a quitação de nenhum esqueleto.

Ofereço à análise um dado extremamente significativo a V. Ex^a, Senador Gilberto Mestrinho. Daqui a dois ou três dias vai sair oficialmente a informação do IBGE. Até já comuniquei o fato ao Líder, Senador Aloizio Mercadante, que imagino deva receber também essas informações. Mas a verdade é que, pelo IBGE, quando vamos calcular a relação do que se recolheu de tributos com o PIB, vemos que é de quase 38% do PIB a carga tributária brasileira, em 2005. Isso significa que aumentaram, sim, a carga tributária. Significa que não cortaram despesas, porque o tempo inteiro ficaram criando cargos desnecessários, o tempo inteiro ficaram esbanjando recursos, que vão do aerolula a futilidades das contratações desnecessárias e das compras supérfluas dos cartões de crédito. Gastam o dinheiro que deveria ser empregado no investimento público, este, sim, o mais baixo desde o início da década de 90 para cá. O investimento público faliu, e os gastos correntes crescem à razão de 8%, 10% ao ano contra um crescimento do PIB, que no último ano foi 2,3% apenas.

Senador Gilberto Mestrinho, se formos agora fazer a decomposição do setor exportador com o setor interno, vamos ver que o setor exportador, que é isento, portanto, puxa para baixo a média da carga tributária; se excluirmos o setor, que não é isento, é bem mais isento, ele merece – e concordo com isso – muitas isenções. Mas, fazendo a decomposição, tira para lá o setor exportador, vamos examinar o peso da carga tributária sobre o produto gerado pelo mercado interno e aí vamos ver que a carga tributária é de mais de 41%.

Então, não é possível um país imaginar que vai crescer sustentavelmente assim. Não é. E se não é possível um país crescer sustentavelmente assim, então não passa de conto de uma noite de verão, não passa de lenda. Não passa de lorota política alguém ficar me dizendo que vai ter espetáculo de crescimento em algum momento, se não fazemos nós mais reformas estruturais e se não fazemos nós uma contenção de recursos que mostre que o Estado brasileiro, pelos seus governos, é capaz de aprender a gastar menos e a gastar melhor um recurso que deveria ser usado a favor do povo, do saneamento básico, das escolas, da educação, da saúde. E, no entanto, é gasto no su-

pérfluo, é gasto na loucura dessa espiral dos gastos correntes.

Portanto, Sr. Presidente, eu pretendo aprovar a medida provisória pelo que ela fortalece as agências. Mas nós temos vários destaques para votação em separado, um deles de autoria do nosso partido, do PSDB, que visa precisamente a questionar os cargos comissionados. Guardaria a Senadora Fátima Cleide discorrer sobre a taxa, porque tudo com o que não pode compactuar o PSDB nesta quadra histórica é com mais carga tributária. Acabei de citar números candentes que mostram que o Brasil está chegando a píncaros. Senador Tião Viana, segundo o IBGE, 41% é a carga tributária sobre o mercado interno, se excluirmos o setor exportador, que paga muito menos impostos. Que seja cada vez mais isento de pagar impostos é o que desejo do fundo do coração! Mas o fato é que está absurdo. Não dá para aturar mais isso. Então, é fundamental discutirmos com seriedade a questão.

Louvo o trabalho da Senadora Fátima Cleide, que eu percebi atenta, generosa e articuladora. Conversou com todos. A mim me consultou diversas vezes. Ouviu as opiniões e procurou harmonizá-las no relatório competente que está apresentando e que, com um pouco mais de debate, talvez possa ser arredondado até para merecer aprovação unânime desta Casa. Enquanto isso, gostaria que a Senadora explicasse essa questão da nova taxa, porque não podemos compactuar com mais cargos comissionados nem com aumento de carga tributária, porque o Brasil não agüenta mais, nem uma coisa, nem a outra.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO DIA 4 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, agora eu, com todo apreço e amizade que lhe tenho, lembraria que o homem considerado o maior orador da história da humanidade – o Senador Pedro Simon ainda não tinha nascido –, Cícero disse: “Nunca fale depois de um grande orador”. Então, acho que V. Ex^a deve refletir e desistir de usar da palavra, pois o Senador Pedro Simon é melhor do que Cícero, Demóstenes, Quintiliano; mas V. Ex^a é ousado.

Concedo a palavra a esse corajoso orador do Pará, Senador da República pelo PSDB.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu queria adverti-lo. Abraham Lincoln ficou célebre porque um orador, antes dele, falou muito tempo e ele em cinco minutos fez um dos grandes discursos da história da humanidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA.) – Eu, em hipótese nenhuma posso sequer me aproximar do nobre Senador Pedro Simon, até por que, além de ser um atento ouvinte dos brilhantes pronunciamentos de S. Ex^a, busco no seu exemplo o caminho a seguir aqui no Senado Federal. As referências do Senador Pedro Simon percorrem o Brasil como um todo. Os Senadores do meu querido Estado do Pará, e ressalto aqui o Senador e depois Governador Almir Gabriel, têm em V. Ex^a um exemplo a ser seguido e sempre me orientou no sentido de segui-lo.

Então, como disse o Presidente Mão Santa, tenho a ousadia de fazer um pronunciamento após esse grande orador, que é o Senador Pedro Simon. Mas não poderia perder essa oportunidade para relatar aqui, ao voltar à tribuna hoje, a viagem que fiz, no final de semana, aos municípios do interior do meu querido Estado do Pará. Tive a oportunidade de rever e abraçar os meus amigos e as minhas amigas do Pará que me assistem pela TV Senado ou me ouvem pela rádio Senado.

Quase todo final de semana nós nos deslocamos para o interior do nosso Estado, que tem dimensões grandiosas – 1 milhão 250 mil quilômetros quadrados, Senador Pedro Simon. De jato, tanto na direção oeste como na direção sul de Belém, viaja-se mais de uma hora e continua-se dentro do Estado, ou seja, são mil e tantos quilômetros ao sul, mil e tantos quilômetros a oeste. Para percorrer o Estado todo, para rever os amigos, estar presente, vendo as necessidades, levando os benefícios, como faz o Governador Simon Jatene, é preciso que se faça isso todo o tempo, senão não há como percorrer o Estado para estar presente, atendendo as suas necessidades.

Neste final de semana, estivemos no município de Conceição do Araguaia, ao sul do nosso Estado – duas horas e meia de turbo-hélice para chegarmos até lá. Fomos em companhia do ex-secretário de agricultura do nosso Estado, companheiro Wandenkolk Gonçalves, um grande secretário, Senador Motta, secretário atuante, que tem uma visão bastante real e concreta da potencialidade do Estado do Pará no agronegócio. Desenvolveu a sua missão à frente da

Secretaria com grande competência. Fomos até lá – é importante que se diga – que fomos recebidos no município pelo Prefeito Álvaro Britto, do Partido dos Trabalhadores. Já tínhamos estado lá há pouco mais de um mês, com o Governador Simão Jatene, levando benefícios a esse município. O Governador assinou vários convênios com o prefeito do PT, dando condições para que o prefeito construísse a sede da Prefeitura; repassando a ele, com recursos do Tesouro, um equipamento para usinagem de asfalto, e, mais do que isso, Senador Mão Santa, recursos para compra de emulsão e para serviço de terraplenagem, porque a Prefeitura está sem a mínima condição de fazer qualquer tipo de serviço.

O Governador do PSDB foi lá apoiar o Prefeito do PT, como já havia feito, anteriormente, em outro município do oeste do Pará, também com uma Prefeita do PT, a minha amiga Maria do Carmo. O Governador Simão Jatene investe mais de R\$150 milhões do Tesouro do Estado do Pará em Santarém.

Então, são esses exemplos que o Governador Simão Jatene dá que o Presidente Lula deveria tomar, para que não discriminasse os governos de Estados que não são de seu Partido. No ano passado, O Presidente Lula fez uma declaração, entre tantas que faz, dizendo que seu Governo não discrimina. Discrimina. Eu vim aqui à tribuna e digo que discrimina, sim, Presidente, porque o Estado do Pará, governado com competência e honradez pelo Governador Simão Jatene, não recebe nenhum recurso destinado às ações federais no Estado. Não existe, não há nenhuma obra do Governo Federal, nesses três anos e pouco, a não ser uma passagem de nível, obra da ordem de R\$30 milhões ou R\$ 40milhões, que está há três anos para ser feita e ainda não foi concluída. Há pouco tempo, o Presidente Lula esteve em Marabá para inaugurar uma obra na Vale do Rio Doce. Se tivesse alguma obra no Pará, ele teria ido inaugurar obra do Governo Federal e não inaugurar uma obra da Vale do Rio Doce, um conjunto de salas de aula.

Mas eu quero deixar aqui a alegria de ter revisto os meus amigos lá de Conceição do Araguaia: o ex-Prefeito, Alberto Branco, uma liderança incontestada do Sul e Sudeste do Pará; o nosso amigo, Vice-Presidente da Câmara dos Vereadores de Conceição, Vereador João José; o Presidente do Diretório Municipal do PSDB, Aurélio do Carmo, e várias outras lideranças que estiveram conosco, nos recepcionando, ao ex-Secretário Wandenkolk e a mim. Foi um dia bastante proveitoso. Quando o Governador esteve lá, houve um pedido para que melhorasse as condições de uma vicinal ao

assentamento do Bradesco, obra que deveria ser feita pelo Incra, pelo Governo Federal, e que não atende, Senador Pavan, às necessidades dos assentados. O Governador foi lá, recebeu o pedido, trouxe esse pleito a Belém, e nós levamos o convênio assinado para o prefeito, para que ele, mesmo sendo do PT, fizesse a recuperação da vicinal.

Então, são exemplos como esses, do Governador do Estado em Santarém e em Conceição, que o Presidente Lula deveria adotar como ação de governo para todos os brasileiros, para todos os Estados, mesmo aqueles governados por partidos que não são da sua base, como é o caso do meu querido Estado do Pará.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com muito prazer, Senador Pavan. Depois, o Senador Motta.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a, como Senador da República, está cumprindo um papel dos mais dignos, dos mais elogiáveis dentro do Senado Federal. Todos nós aqui sentimos que V. Ex^a trabalha não apenas pelo seu Estado do Pará, mas também para o Brasil inteiro. Suas colocações, mostrando o conhecimento que V. Ex^a tem do seu Estado, mostrando o perfeito entrosamento do seu Governador, do nosso Governador com os prefeitos do interior do Estado e de diferentes cores políticas, mostram o quanto V. Ex^a é responsável com o processo político nacional, principalmente com o Estado do Pará. Mas eu pedi o aparte pelo seguinte: V. Ex^a diz que há discriminação do Governo Federal. Há discriminação. Eu não consigo liberar recursos. Eu não consigo! Vou dar um exemplo. Amanhã, a cidade de Camboriú – não o Balneário de Camboriú, a qual conhece o meu querido Presidente Mão Santa –, ao lado do Balneário de Camboriú, faz cento e vinte e dois anos. E o Prefeito Edson Olegário, o Edinho: eu tinha um recurso de mais de seiscentos e poucos mil. A Caixa Econômica Federal chamou o prefeito, foi anunciado à comunidade que seriam lá investidos “x” valores em infra-estrutura, no bairro do Monte Alegre, em pavimentação de ruas. Apenas em última hora disseram que não havia mais condições de empenhar os recursos. O Presidente continua viajando o Brasil, batendo continência com o chapéu dos outros. Há poucos dias, ele foi a Itajaí inaugurar dois navios, dizendo que teriam sido construídos com os recursos do Governo Federal, com financiamento para a construção de navios. Um dos navios não tinha ainda o motor e não contou com quaisquer recursos do Governo Federal. O ou-

tro navio, a proprietária o financiou todo com dinheiro que ela própria levantou junto a um banco. E ela está esperando o financiamento federal. Ele foi lá e inaugurou, reunindo pouco mais de trezentas pessoas. Aliás, os seguranças, brutamontes, Senador Flexa Ribeiro, impediram que as pessoas fizessem manifestações, alertando o Presidente.

Presidente, viaje, mas, por favor, traga coisas concretas! Há discriminação. Há discriminação contra os governos que não são do PT; há discriminação deste Governo contra os Senadores que não apóiam o Governo. Eu estou sendo discriminado, não consigo recursos. Por mais que eu tenha atuado, por mais que eu aprove as minhas emendas, eu não consigo os recursos. Falei com o Tião Viana: Tião, eu não voto contra tudo aqui, voto a favor de muita coisa que precisa do apoio da Oposição, porque não somos daqueles do “quanto pior, melhor”. Somos do “quanto melhor, melhor”. Eu pedi ao Senador Tião Viana que me socorresse. E ele disse: – “Pode deixar, porque vai acontecer”. E eu sei, eu acho que vai acontecer. Confio no Senador Tião Viana. Falei com o Mercadante: Senador, V. Ex^a é o Líder. Não é possível, por que discriminar? Não estão discriminando o Senador Leonel Pavan; estão discriminando os pobres, cidades simples, pequenas, que não têm condições nenhuma de fazer investimentos. Não estão discriminando o Senador do PSDB; estão discriminando parte da sociedade brasileira que votou no Presidente Lula – muitos votaram no Lula. Lamentavelmente, este Governo não é democrático, não atende a todos da mesma forma como atende a base do Governo. V. Ex^a faz um excelente pronunciamento, falando do seu Estado e falando da discriminação do Governo Federal em relação ao Pará, a Santa Catarina, ao Rio Grande do Sul; discriminação contra os agricultores, discriminação contra o setor moveleiro, discriminação contra o setor calçadista. A discriminação é contra os pobres do nosso Brasil, porque não investem em agricultura, não investem no setor calçadista, no setor moveleiro; eles não estão repassando os recursos da Lei Kandir, gerando com isso desemprego e miséria neste País. Esse é o Governo Lula, que tinha uma base sólida aparentemente. É o que sempre falou aqui o Mão Santa: o núcleo duro, o núcleo que virou mole, evaporou, acabou, derreteu. O núcleo duro sumiu! Isso é o Governo Lula hoje. Sumiu! Lamentavelmente, o Brasil paga um preço por ter alguém no comando que não tem poder, não tem firmeza e não consegue gerenciar o Brasil da forma que merecemos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Leonel Pavan e incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento. O Presidente Lula quando diz que não discrimina, é porque tem certeza que discrimina, quando ele diz que não sabe, é porque tem certeza de que sabe. Quando ele foi ao Pará, nessa estada recente, para inaugurar as salas de aula da Vale do Rio Doce, ele disse que o Governo dele tinha, só em 2005, investido no Pará R\$5,5 bilhões – e eu já referi isso aqui, Senador Mão Santa. Onde o Governo Federal pode ter investido R\$5,5 bilhões no Estado do Pará? O Governador Simão Jatene já veio a público pedir que o Presidente mostre uma obra do Governo Federal no Estado. E esse valor daria para fazer a pavimentação da Santarém-Cuiabá, da Transamazônica, de centenas de eclusas e não existe nada no Estado. Mas ele vai lá e diz que investiu R\$5,5 bilhões no Estado do Pará.

Completando a narrativa da visita a Conceição do Araguaia, quero deixar um abraço às lideranças de outros municípios que foram até lá nos receber. Quero agradecer pela recepção calorosa que tivemos do Delvani dos Santos, o Prefeito X de Floresta do Araguaia, cidade que é grande produtora de abacaxi do meu Estado, ao Odacir Dal Santo, Prefeito de Santa Maria das Barreiras; ao João Dentista, Prefeito de Cumaru do Norte; ao Mario Osvaldo Silva, Prefeito de Pau D’Arco, ao Renan Souto, Prefeito de Água Azul do Norte e de todas as Lideranças que, com suas presenças, demonstraram reconhecimento e gratidão ao Governador Simão Jatene, pelo trabalho e dedicação a toda a região Sul do Pará.

Mas aí, Senador Motta, no domingo, dia dois, saímos de Conceição e fomos para Tucuruí, à Hidrelétrica de Tucuruí, onde tem uma “caveira de burro enterrada”, Senador Mão Santa. Não se consegue concluir as eclusas. É uma obra que já tem 25 anos. E o Presidente Lula foi lá e disse que iria executar no seu Governo. Foi o Governo em que menos a eclusa andou, porque não há recursos. Aliás, foram colocados recursos, no ano passado, de R\$200 milhões, do PPI, e o Governo do Presidente Lula retirou esses recursos, porque achou que a obra não era prioritária. Alocou em outra obra. Lamentavelmente, obra que nem no Estado do Pará fica.

Mas, ao chegarmos lá, nós nos deslocamos para um assentamento do Incra, o Projeto de Assentamento Angelim, que fica a 50Km de Tucuruí. E fomos, Senador Mão Santa, pela BR-422, que liga Tucuruí a Cametá. Esse assentamento fica a cinqüenta e poucos quilômetros de Tucuruí. Em uma estrada razoável levaríamos

uns quarenta minutos para percorrer. Senador João Batista Motta, nós levamos quatro horas para percorrer esses cinqüenta quilômetros, tal o estado da rodovia, se se pode chamar aquilo de rodovia.

Era bom até o Presidente Lula pedir para o Ministério dos Transportes tirar o nome BR, porque é lamentável que aquilo como está, que nem caminho de onça pode ser, seja chamado de BR, de rodovia.

Atolamos, Senador Mão Santa. O ex-Secretário Wandenkolk teve que tentar, com esforço, retirar os carros. Eram carros traçados, 4X4, caminhonetes e, nem elas conseguiram vencer os atoleiros. Estávamos em companhia do Prefeito de Tucuruí, o Cláudio Furman, dos Vereadores João Batista, Deja, Zé Bino, várias Lideranças de Tucuruí, os meus amigos Ueder e Alair, e vários companheiros na comitiva.

Na hora em que atolamos, vinha um assentado pela estrada, o Zé Antônio. Foi aí que vimos como esse Partido dos Trabalhadores faz a lavagem cerebral. O Governador Simão Jatene, em face da precariedade da estrada, mandou fazer um serviço emergencial, que está começando agora, pelo menos para manter a trafegabilidade no inverno. E, conversando com o nosso brasileiro assentado no Angelim enquanto desatolávamos o carro, ele disse que tinha informações que iria ser feito um serviço na estrada. Eu disse a ele:

– O serviço está sendo feito pelo Estado.

Ele disse:

– Não, mas foi o Governo Federal que mandou o dinheiro para o Estado fazer o serviço.

Olhem como as notícias chegam no assentamento do Angelim!

Chegamos ao assentamento, onde existem 254 famílias, e, com outras lideranças de outros assentamentos, soubemos que havia, no entorno da BR-422, três mil assentados.

Lá, fomos recebidos pelas lideranças do assentamento, pelo Genivaldo, para quem quero mandar um abraço. Ele nos recebeu porque o Governo do Estado estava levando, naquela ocasião, benefícios para o assentamento, entre eles, uma casa de farinha.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, em qualidade, o seu pronunciamento já se igualou ao do Senador Pedro Simon, e estava pensando que não iria, tanto o é que o Senador Heráclito Fortes saiu do seu gabinete para assisti-lo. V. Ex^a quer empatar também no tempo?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já estou concluindo, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não. Ainda quero cooperar. O Senador João Batista Motta pede um aparte.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, o Genivaldo nos recebeu, e no assentamento celebramos convênios para a construção de uma casa de farinha, para a conclusão de um escola e para abastecimento de água. Anteriormente, Genivaldo havia solicitado ao Presidente Lula que concluísse a colocação de luz para todos os assentados, iniciada e paralisada. Fiquei de verificar o motivo da paralisação e retornar ao assentamento, esperando dizer que a colocação da luz para aquele assentamento será concluída, sim.

Quero fazer um apelo ao Presidente Lula para colocar recursos na BR-422. Peça ao Ministro dos Transportes, ou melhor, determine ao Ministro dos Transportes que ele mande recursos de forma emergencial para que aquela rodovia possa ter condições de trafegabilidade pelo menos no inverno. Estamos em pleno inverno e, no Pará, na Amazônia, só se trabalha durante seis meses. Nesses seis meses, até maio, estamos em pleno inverno e é difícil fazer obras, mas é preciso fazer obras emergenciais para manter a trafegabilidade.

Concedo o aparte ao nobre Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Flexa Ribeiro, em primeiro lugar, parabênizo V. Ex^a pelo pronunciamento. Até eu, que, volta e meia, ando pelo Estado do Pará, estou orgulhoso pelo mandato que V. Ex^a está cumprindo nesta Casa. Hoje, realmente o Pará tem um Senador que defende seus interesses. Tenho certeza de que o povo do Pará hoje, assim como eu, está orgulhoso de ter V. Ex^a nesta Casa. Assim também o Piauí, que tem, na pessoa do Senador Mão Santa, aquele defensor de todas as horas, de todos os dias dentro desta Casa, lutando e brigando pelo Estado de S. Ex^a. No entanto, Senador Flexa Ribeiro, discordo de V. Ex^a em um ponto e, sobretudo, no que disse também o Senador Leonel Pavan, quando falam da discriminação do Governo Lula para com os Estados do Pará e Santa Catarina. Creio que não há discriminação com relação a esses dois Estados. A discriminação se dá com o povo brasileiro de uma forma geral. Se não há obras no Ceará, em Pernambuco, no Pará, em Santa Catarina, também não há no meu Espírito Santo, em Minas Gerais, em São Paulo ou em qualquer outro Estado deste País. Contesto quando o Senador Leonel Pavan fala do Governo Lula porque não há governo.

O que há é desgoverno. Não podemos equiparar o que está aí a nenhum governo que já passou por este País. Quando o Presidente vai ao meu Estado é para inaugurar obras da Aracruz Celulose ou da Companhia Siderúrgica de Tubarão. Quando convida, no palácio, para lançar uma ferrovia no meu Estado é um projeto, um mapa, um croqui feito pela Vale do Rio Doce. É só papel. Quando fez um convênio para construir, no Espírito Santo, um presídio, não cumpriu, não deu um centavo. Só amarrou a obra. Não há Governo de Lula, mas desgoverno. Não há discriminação contra esse ou aquele Estado, mas generalizada. Até o Zeca do PT quando, com recursos privados, quis construir três usinas de álcool, foi impedido pela Ministra Marina Silva, pelo Governo do PT, de fazer uma obra tão importante, produzindo um produto tão importante quanto o álcool. Poderia haver um vazamento na usina, o álcool poderia ir para o leito do rio, cair no Pantanal e um jacaré ficar bêbado. Nem o Governo do PT conseguiria trabalhar com o Governo Federal que temos hoje. Os Governos estaduais do PT não conseguem fazer nada. Duvido que haja algum Governo do PT em condições de se reeleger neste País. O Governo do PT, quando passou pelo Estado do Rio Grande do Sul, não deixou sequer a Ford montar uma fábrica lá. Eles impediram. Ela foi para a Bahia pelas mãos do grande Senador Antonio Carlos Magalhães, produz hoje dois produtos que são o orgulho da Ford, dois automóveis belíssimos, e o Rio Grande do Sul perdeu. Perdeu por quê? Porque tinha um petista no Governo. Quero apenas lhe agradecer pelo aparte e dizer que o Estado do Pará está de parabéns com esse mandato que o povo lhe outorgou. V. Ex^a é um Senador que honra seu Estado e que, por isso, é um orgulho nosso, orgulho desta Casa. Muito obrigado, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador João Batista Motta, e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento, que é da maior importância, porque V. Ex^a demonstrou à Nação brasileira que aquilo que acontece no Pará, quando o Presidente vai lá inaugurar obras que não são do Governo Federal, está acontecendo também no seu Estado, Espírito Santo, como diz o Senador Leonel Pavan, em Santa Catarina, ou seja, no Brasil inteiro. E quando o Presidente, como V. Ex^a bem o disse, discrimina esses Estados, está discriminando os brasileiros desses Estados que votaram e acreditaram também no discurso do Presidente Lula.

Para encerrar, Senador Mão Santa, para mostrar a forma de governar do Governador Simon Jatene, o vice-Presidente da Assembléia Legislativa do

Estado do Pará, Deputado José Megale, que estava conosco na comitiva ao Assentamento Angelim, no município de Baião, pelo caminho da Transcametá, face às dificuldades com os assentados, o ex-Secretário Wandenkolk, eu, enfim, todos solicitamos ao Governador Simão Jatene que fizesse um convênio com o Prefeito Cláudio Furman para ceder mil horas/máquina, para que os assentados pudessem também, assim como ele fez em Conceição do Araguaia, melhorar a trafegabilidade das vicinais, para que eles possam ter as mínimas condições de escoamento da produção. O Governador vai atender ao pedido. Na quinta-feira, vou pedir autorização ao Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, para estar com o Governador em Marabá e novamente em Tucuruí, levando novos benefícios a esses municípios que serão visitados.

Para encerrar, eu queria somente dizer que esta situação, que, lamentavelmente, não acontece somente no Pará, mas em todo o Brasil, não pode mais continuar. O Governo Lula não pode governar apenas por discursos. Chega! O povo do meu Estado não agüenta mais o desrespeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ata da 36ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 6 de abril de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias e Gilvam Borges

*ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES AS
SRAS. E OS SRS. SENADORES:*

REGISTRO DE COMPARECIMENTOS

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 6/4/2006 07:43:27 até 6/4/2006 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	DELTON FREITAS	X						
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
PMDB	RO	AMIR LANDO	X						
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X						
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X						
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	X						
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X						
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
PSDB	CE	LUIZ PONTES	X						
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
PFL	SP	ROMEU TUMA	X						
PDT	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X						
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X						
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						
PDT	DF	VALMIR AMARAL	X						
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X						

Compareceram: 57 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 57 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 27, de 2006**, de iniciativa da Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar a representação partidária nos colegiados, o acesso à palavra, a tramitação em conjunto de proposições e as decisões tomadas mediante acordo de lideranças*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas aos seguintes Projetos de Resolução:

– **Nº 28, de 2006**, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até vinte e três milhões, cento e cinqüenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura – FIDA; e*

– **Nº 29, de 2006**, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até noventa e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – PNAGE – Fase I.*

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, defere o **Requerimento nº 379, de 2006**, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, lido na sessão do dia 5 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 381, DE 2006

Sr. Presidente,

Tendo sido Presidente da Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 349/2005, destinada a acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de Demarcação Administrativa da terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima e tendo em vista que se encontra em Roraima, na terra na citada área indígena, Comissão de Desintrusão para a retirada dos habitantes não indígenas, REQUEIRO, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, a minha designação para representar o Senado e acompanhar a referida operação no período de 10 a 17 de abril.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2006. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 229/06/PS-GSE

Brasília, 5 de abril de 2006

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 1.640, de 1999, do Senado Federal (PLS 119/99), o qual “Dispõe sobre a inclusão nos locais indicados de aviso alertando sobre os malefícios resultantes do uso de equipamentos de som em potência superior a 85 (oitenta e cinco) decibéis”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 230/06/PS-GSE

Brasília, 5 de abril de 2006

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 5.908, de 2001, do Senado Federal (PLS 148/99), o qual “Dispõe sobre o fornecimento de transporte, alimentação e pousada

pelo Sistema Único de Saúde – SUS aos pacientes cujo tratamento se realizar fora de seu domicílio, em atendimento aos preceitos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os Ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 271/06-LPL

Brasília, 4 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V.Exª que o Partido Liberal indica o Deputado Sandro Mabel (PL/GO), na qualidade de titular, e o Deputado Miguel de Souza (PL/RO), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 288, de 30 de março de 2006 que “**Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006**”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luciano Castro**, Líder do Partido Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de inscrever-me para uma comunicação inadiável, da qual abrirei mão se, porventura, chegar a minha vez regular de me pronunciar, mas preciso garantir meu direito de falar hoje.

Informo que encaminhei à Mesa requerimento de pesar pelo falecimento de Carequinha, o palhaço, sobre quem gostaria de falar no horário regimental. Obrigado.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação de Liderança pela Bancada do PTB. Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável, caso não seja chamado como orador inscrito. Obrigado.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição pela Liderança do PL.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Exªs serão atendidos para o uso da palavra, por cinco minutos, para comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, primeiro orador inscrito.

S. Exª dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Srªs e Srs. Senadores, todos no Brasil temos estado estupefatos, como disse alguém recentemente, diante daquele famoso vídeo – já ficou famoso – que passou no Programa Fantástico, intitulado “Falcão – Meninos do Tráfico”. Eu mesmo já estive aqui falando sobre isso, assim como outros Srs. Senadores o fizeram.

Hoje, no entanto, Senador Paulo Paim, vim falar de outra violência que está clandestina, escondida, e que não aparece no Fantástico com tanta ênfase quanto o vídeo: é a violência nas escolas do Brasil, que acontece não daquela forma tão brutal, como vimos entre crianças vítimas do tráfico, mas que é igualmente grave.

Venho falar de um estudo recente do ano 2002 – é recente, mas alguma coisa já poderia ter sido feita nesse período – de uma pesquisadora muito importante chamada Miriam Abramovay, que participa da coordenação, fixem bem, do Observatório de Violência nas Escolas no Brasil; ou seja, assim como existe um observatório da violência na Palestina e no Iraque, há um observatório no Brasil para prestar atenção à violência nas escolas. E ela apresenta dados estarrecedores, tanto

quanto aqueles que vimos no documentário “Falcão”. A diferença é o público da violência, as características sociais e raciais e o fato de não chegar tão facilmente ao Fantástico, porque está diluído, não está concentrado, nem tem aquela brutalidade tão forte.

Veja os dados, Senador Paulo Paim. Ela fez uma pesquisa com 33 mil alunos em 14 capitais brasileiras, e a primeira conclusão é de que São Paulo e o meu Distrito Federal são as cidades que apresentam maior índice de violência nas escolas. Repito: as cidades onde há maior violência nas escolas são São Paulo o Distrito Federal.

Segundo esse documento, feito para a Unesco, o Brasil é o segundo país do mundo em número de mortes violentas entre os jovens, só perdendo para a Colômbia.

Se prestarmos atenção ao que diz essa pesquisa, no Brasil, a partir das estatísticas de óbitos conseguidas no SUS, um jovem entre 14 e 24 anos tem duas vezes mais chances de morrer de forma violenta do que alguém mais velho. E não se trata apenas de morte, pois ela também identificou em relação às escolas ameaças, roubos, violência física, depredação e estupro. E isso acontece, passa, não chega ao Fantástico, mas tem de chegar ao Senado Federal.

Por isso, estou trazendo para esta Casa uma pesquisa que só é lida por pessoas da área da educação, da violência, por acadêmicos, por organizações não-governamentais e institutos internacionais, como Unicef e Unesco. É uma tentativa, mais uma vez, de despertar para esse problema, apesar das frustrações que tenho sentido na dificuldade de mobilizar esta Casa.

Anteontem, o Senador Paulo Paim e eu, respectivamente Vice-Presidente e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, fizemos uma audiência para nós, Senadores, assistirmos juntos ao vídeo “Falcão – Meninos do Tráfico”. Só estávamos nós dois, o Senador Mão Santa, e alguns três que passaram por lá, assinaram e foram embora.

Ontem, havia uma audiência convocada para discutirmos o assunto da prostituição infantil no Brasil. Cinco Ministros foram convidados, mas nenhum deles se dignou telefonar para me dizer, como Senador e Presidente, que não viria. Nenhum deles fez isso. Um deles não mandou ninguém; outro mandou alguém do segundo escalão, e os outros mandaram pessoas de terceiro, quarto e quinto escalões. Na hora, eu cancelei a audiência, Sr. Presidente. Cancelei a audiência, primeiro, porque seria uma conversa entre pessoas que lutam contra o assunto e não com os Ministros, para podermos saber o que eles estão fazendo e o que vão fazer a respeito. Cancelei a audiência e vou levar o assunto à Comissão para fazermos outra. Na

próxima – conto com o habitual apoio de V. Ex^a como Vice-Presidente –, em vez de chamarmos Ministros, devemos chamar as meninas prostitutas para que falem pela televisão, para que digam pela TV Senado o que os Ministros não quiseram ouvir aqui de organizações não-governamentais.

Apesar dessa frustração, insisto mais uma vez que temos de despertar para a maneira como nossos filhos vivem hoje nas escolas que freqüentam. Aquelas crianças que aparecem no vídeo “Falcão” nem à escola vão, e nós esquecemos a violência que estão sofrendo as crianças que vão à escola.

Para termos maiores dados, uma escola Ciep, no Rio de Janeiro, extinguiu dez turmas por causa da violência; ou seja, fecharam as classes porque não era possível manter a educação diante da violência ao redor do aluno e não fora da escola.

Lembro-me de ter lido no jornal que, durante a guerra mais forte do Líbano, pelo menos na época das provas, as diversas facções faziam trégua, para que os meninos pudessem ir tranqüilamente fazer suas provas. No Brasil, não conseguem isso, nem nos dias normais de aula, nem nos dias de exame. Por isso, dez turmas foram extintas em uma escola.

Segundo esse estudo, a violência, somada ao trabalho infantil, aos problemas familiares, à gravidez precoce e à dificuldade de transporte público levou a uma taxa recorde de abandono. De dois mil alunos de 5^a a 8^a séries, no Rio de Janeiro, 42,6% abandonaram a escola. É um recorde – talvez, seja um recorde em escala mundial. Ou seja, metade dos alunos abandonou o estudo, por causa da violência, em algumas escolas do Rio de Janeiro.

E não só os alunos são vítimas, mas também os professores. A pesquisa mostra que 46% dos professores da rede oficial do Estado de São Paulo, isto é, quase metade dos professores, sofrem de algum tipo de depressão e de medo, porque já receberam ameaças verbais ou agressões físicas de alunos. Há alunos vítimas e alunos algozes, há os que são vítimas da violência e os que são indutores da violência.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque, peço a V. Ex^a que me conceda um aparte no momento que entender adequado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Pode falar, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque, só quero cumprimentá-lo, porque nós, que ficamos no plenário diariamente, assistimos à sua insistência propositiva, afirmativa e positiva de mostrar ao País que a saída passa pela educação. Quero só dar um depoimento: tive a alegria de ser o segundo signatário da sua brilhante iniciativa de trans-

mitir o vídeo “Falcão – Meninos do Tráfico” no Senado da República. Pela TV Senado, o Brasil todo assistiu ao vídeo. V. Ex^a está de parabéns! A repercussão é nacional. Mas quero só concluir, dizendo que fui convidado para um debate sobre educação na Bahia e que perguntei quem seriam os convidados. Não vou listar os nomes dos Senadores, mas fiquei muito feliz em saber que, entre as 16 pessoas, está V. Ex^a. Quando vi seu nome, confirmei minha presença. Vou a Salvador em maio para discutir a educação. O que me disseram? Serão intelectuais, pensadores, mas queremos também alguém mais ligado ao chão das fábricas. Estarei lá, com certeza, para aprender com V. Ex^a que a saída deste País é, de fato, a educação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço-lhe, Senador Paulo Paim, mas não tive nada a ver com seu convite. V. Ex^a, certamente, foi convidado não só pela sua visão de chão de fábrica, mas por algo de que também vou falar aqui: V. Ex^a tem-se preocupado muito – e também o Senador Romeu Tuma, que aqui está – com o problema das drogas. Depois da violência, a droga é que está destruindo as escolas no Brasil. E mais: a droga está provocando a violência.

Alguns dados dessa pesquisa são surpreendentes: com relação à presença de drogas dentro da escola, a comparação dos dados referentes a esses fatores mostra que o número de alunos que afirmam ter presenciado o uso de drogas é duas vezes superior ao que dizem os professores e os técnicos. Só para fechar essa questão, quero dizer que 23% dos alunos dizem que já viram drogas dentro da escola, ou seja, em cada quatro alunos, um já viu a droga ou já a usou. Essa é uma afirmação, uma percepção muito grave. O pior é que, no que toca aos pais, apenas 3% dizem que sabem disso. E, se os pais não têm conhecimento disso, não vamos conseguir corrigir o problema.

Digo isso ao Senador Paulo Paim, porque S. Ex^a convocou uma audiência para discutirmos o assunto da droga e levamos ao Presidente Renan Calheiros a proposta de uma audiência, no Senado Federal, de diversas Comissões juntas.

A droga e a violência não vão permitir uma boa educação, mesmo que destinemos dinheiro à escola e que formemos os professores. E não estamos percebendo isso ou percebemos no caso da gravidade chocante daquele vídeo. Fiz questão de falar sobre isso aqui e volto a dizer: aquilo é um pedacinho do *iceberg*.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me concede um aparte.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Cristovam Buarque, ainda ontem, fiz aqui um pro-

nunciamento enaltecendo sua iniciativa de convidar o MV Bill e o Celso Athayde para, aqui, estarem juntos na apresentação do documentário “Falcão – Meninos do Tráfico”, que considerei muito significativo e importante. Infelizmente, não pude assistir inteiramente à apresentação do vídeo e ao debate por causa da minha responsabilidade na CPI, que, naquela manhã, também se desenvolveu, até muito longamente. Mas conversei com o MV Bill, o Mensageiro da Verdade, por ocasião do lançamento do seu livro em São Paulo, e o fiz para dar força a esse trabalho. Conheci o MV Bill quando, há cerca de um ano e meio, fui a uma apresentação de *rap*, numa das áreas periféricas, perto de Pedreira, junto a Diadema, no Município de São Paulo. No lançamento de seu livro, ele meu deu a triste notícia de que o organizador daqueles festivais de *rap* da região fora assassinado, mais um, neste último carnaval. Também ontem comentei – e queria aqui refletir com V. Ex^a, que, possivelmente, tenha lido a matéria – que, na **Folha de S. Paulo**, saiu um comentário de outra das principais lideranças do *rap*, do *hip-hop*, o Ferréz, que apresentou a seguinte questão: “Será que a apresentação, no Fantástico, daqueles episódios de tamanha violência nos vão ajudar aqui, na favela?”. Respondi que achava muito saudável que pudesse ser apresentado aquele documentário, mas também as outras coisas positivas, como as feiras e os festivais de *rap*, que têm ocorrido nas grandes cidades, como no Rio de Janeiro, em São Paulo e também em Brasília. Mas cumprimento V. Ex^a por ter trazido essa reflexão. Precisamos estar conscientes da necessidade urgente de levar aos jovens a educação e também alternativa que não aquela de se tornarem membros, “aviõezinhos” ou “falcões”, das quadrilhas de narcotraficantes, quando seus pais não têm alternativa adequada do direito à vida, à sobrevivência. Meus cumprimentos, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, tenho de conceder apartes ao Senador Sérgio Zambiasi e ao Senador Romeu Tuma e gostaria, ainda, de fazer a conclusão e os comentários.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Estamos concedendo mais dois minutos a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Então, V. Ex^a terá 30 segundos, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vou ser rápido. Primeiramente, quero dizer que eu estava a caminho daqui quando ouvi a reclamação de V. Ex^a, com justa razão. Também me queixei da impossibilidade de a maioria dos Senadores comparecer a eventos importantíssimos como os que V. Ex^a descreveu da tribuna. É uma angústia profunda! Hoje, por exemplo, com a convocação do Senador Paulo Paim, das comunidades

índigenas, pedi licença a S. Ex^a, porque me estavam chamando na Comissão de Relações Exteriores, onde, secretamente, a pedido do Senador Eduardo Suplicy e do Senador Heráclito Fortes, estava o Embaixador que cuidou do desaparecimento do nosso engenheiro. Falei, outro dia, que temos de disciplinar os horários, porque há coisas importantes a serem tratadas, como a questão referente às crianças, aos “falcões”, à droga. Ontem, quando a Senadora Heloísa Helena falava, um jornal publicou que o MV Bill tinha de ser processado porque assistiu a um crime. Ninguém tem o alcance do que representa esse filme, como V. Ex^a descreve aí. V. Ex^a e o Senador Paulo Paim têm procurado dar uma dimensão, dentro do Senado, dos grandes problemas sociais do Brasil, e ficamos desesperados por não podermos acompanhá-los. Estou me justificando e pedindo perdão porque, depois, consultando as notas taquigráficas, consigo entender alguma coisa, mas não é como ouvir a pessoa ao vivo, com a vibração da alma, explicando todos os dramas por que passa. Cumprimento V. Ex^a pelo discurso. Gostaria que pudéssemos sentar para discutir o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a tem mais dois minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Reconheço, Senador, que temos dificuldade em muita coisa nesta Casa. Em seu caso, sem dúvida alguma, era outra a atividade, mas reconheço que há também uma primazia de atração do setor econômico, do setor de investigações sobre o setor social no Brasil. Há uma tendência a se preferir assistir aquilo que diz respeito à economia, ao Orçamento, à infra-estrutura, à agricultura, à indústria e, por último, ficam as meninas prostituídas. Não é seu caso, sei de sua sensibilidade para esses assuntos.

Sr. Presidente, nunca gosto de me estender, por isso peço ao Senador Sérgio Zambiasi que seja muitíssimo rápido ou, se preferir, deixe para me apartear em outra ocasião, pois voltarei a falar sobre o assunto oportunamente.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Cristovam Buarque, peço o aparte apenas para ler uma manchete da edição de hoje do jornal de Porto Alegre, **Diário Gaúcho**: “Tiros e Pânico na Escola”. Veja o quanto é atual o seu tema! Essa é a informação que está na capa do jornal. Essa escola está localizada em uma vila exatamente na linha de tiro da guerra entre traficantes de drogas. Apenas desejo me solidarizar com V. Ex^a em sua manifestação e mostrar que esse é um problema nacional – é de São Paulo, é de Brasília, é de Porto Alegre – que temos de combater.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço a V. Ex^a. Não posso deixar de reconhecer que o seu aparte enriqueceu o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, peço um minuto para responder ao Senador Eduardo Suplicy. Acho que temos, sim, de falar aqui das coisas boas que estão acontecendo, mas não podemos deixar de dizer que essas coisas boas se manifestam na mesma dimensão e na mesma velocidade do que vem se fazendo no Brasil desde o tempo da escravidão: são pequeníssimos os avanços. Não há uma manifestação clara, enfática e radical de que esses problemas serão resolvidos. Precisamos de uma afirmação: vamos resolver esses problemas. Será em um, dois, três ou cinco anos, mas não de pouquinho a pouquinho, esperando que um dia o problema desapareça, porque dessa forma já fazem as organizações não-governamentais há muito tempo. Precisamos de um Governo que diga, de fato, em quantos anos abolirá esse problema.

Sr. Presidente, vim aqui para levantar essa questão. Agradeço aos Srs. Senadores os apartes. Ainda há muito o que dizer, mas falar muito nem sempre agrega muita coisa.

Obrigado pela generosidade de prolongar o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra, pela Liderança do PFL, ao Senador Antonio Carlos Magalhães e, na seqüência, como Líder do PTB, ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, agradeço aos Senadores Demóstenes Torres e Sérgio Zambiasi por me darem a preferência deste horário, devido aos afazeres que tenho no Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, cada vez mais críticos com o des-governo atual, os editoriais cobram, inclusive do Congresso, providências enérgicas e imediatas.

A **Folha de S. Paulo**, no editorial “O Som do Silêncio”, publicado hoje, expressa o que é sentimento de todos, Parlamentares, imprensa e cidadãos em geral: “Avolumam-se as suspeitas de que Okamoto era um tesoureiro informal do PT, empregando recursos oriundos de fontes obscuras em benefício do Partido e de seus líderes”.

O Globo, por sua vez, traça um paralelo entre o ex-Ministro Antonio Palocci e a ética petista. Segundo o jornal, o ex-Ministro, pelo menos, revelou competência à frente da Pasta. O resto... O resto foi o resto.

Por fim, **O Estado de S. Paulo**, também de hoje – as três notícias são de hoje –, compara o Presidente Lula com o Chacrinha – muitos julgaram um desrespeito à memória do animador de auditórios – e encerra seu editorial com a seguinte frase: “Abra-se uma mentira e se encontrará outra, e assim sucessivamente, de alto a baixo do petismo no poder”.

Enquanto isso, acredite, Sr. Presidente – por favor, prestem atenção – o Presidente da República hoje inaugurou um edital. É o que ele fez hoje, no aeroporto de Viracopos, com um edital de licitação para empresas interessadas em projeto de ampliação do aeroporto.

O TSE não pode continuar ignorando essas viagens eleitoreiras do Presidente da República. Viagens pagas com o dinheiro público! Ontem, teve o cinismo de ir à Bahia para inaugurar uma fábrica de pneus Continental, cuja construção foi facilitada pelo Estado. Ele foi lá, cinicamente, inaugurar.

E, mais ainda, foi – lamento estar usando este tempo para dizer isto – inaugurar a fábrica da Ford, que já produz um automóvel em 80 segundos. O que ele devia fazer era levar o ex-Ministro Olívio Dutra, que pôs a Ford para fora do Rio Grande do Sul. Nós, baianos, a acolhemos, e hoje é o empreendimento de maior valor do mundo. Ele não podia ir à Ford sem levar Olívio Dutra, para que os baianos agradecessem a ele – e não ao Presidente, que nunca fez nada pela Bahia.

Aliás, o Governador Paulo Souto tem centenas de obras a inaugurar. Vou sugerir ao Governador – não sei se acatará, mas eu assim o faria – que faça um convite ao Presidente para assistir à inauguração de todas as obras do Estado. Já que ele não trabalha, já que ele não produz, ele deve ir ao Estado que está produzindo para verificar como se trabalha e qual é o resultado obtido.

Viajar para visitar obras que nós fizemos? Sei o quanto me custou, junto ao Presidente Fernando Henrique – até inimizado –, levar a Ford para a Bahia. O Governador César Borges, que estava no poder, executou essa obra, que Paulo Souto também havia pensado em realizar. A fábrica foi inaugurada. E o Presidente Lula ainda tem o cinismo de ir ao Estado para inaugurar obras nossas!

Há centenas de obras, Sr. Presidente, a serem inauguradas, e vamos fazer com que ele apareça no Estado, como fez hoje em Viracopos, para ver os nossos editais de licitação.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Um momento.

Na verdade, hoje, Lula falou durante quarenta minutos na solenidade de lançamento de um edital para ampliar o aeroporto de Viracopos. Fala sobre tudo e sobre todos. Fala sobre tudo o que o povo não quer mais ouvir dele porque já está cansado disso. Ele precisa falar sobre Okamoto, sobre Roberto Teixeira, sobre “Lulinha R\$15 milhões”. É sobre isso que ele precisa falar. É preciso saber por que a Telemar deu R\$15 milhões ao Lulinha. Ele precisa falar sobre isso. Todos se esquecem dos dólares na cueca do petista que os levava para o Ceará.

Senador Eduardo Suplicy, sei que V. Ex^a vai tratar desse assunto dos dólares que foram levados ao Ceará na cueca de um petista. Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, o Presidente Lula certamente foi convidado pela Ford não para inaugurar a obra; não teve esse sentido. Ele foi lá para externar – e eu ouvi as palavras de Sua Excelência – como será importante que o Brasil, tanto no Nordeste quanto no Norte, tenha mais fábricas como a que a Ford tem na região de Camaçari, porque ela está trazendo, na expressão que foi utilizada, uma verdadeira revolução do ponto de vista do conhecimento. Em Camaçari, hoje, está-se inclusive desenhando novos modelos automobilísticos. Não vou estender-me demais, mas pelo menos esse ponto eu queria abordar. Com respeito aos demais, acho que tivemos oportunidade, nesta semana, de ouvir o diálogo entre Paulo Okamoto e Paulo de Tarso Venceslau, que contribuiu, pelo menos num estágio adicional, para o esclarecimento de fatos. E é legítimo e importante que V. Ex^a – como todos nós – possa solicitar esclarecimentos. Isso é dever do Congresso Nacional.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a o seu aparte, hoje mais moderado, hoje mais Suplicy. Agradeço a maneira como V. Ex^a me apartou, bem diferente da vez anterior. Isso me agrada, porque V. Ex^a já está compreendendo a vida do seu Partido.

Concedo um aparte ao Senador Demóstenes Torres, Sr. Presidente. Depois, eu encerro.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a está fazendo um pronunciamento que chama a atenção para o estilo do Presidente Lula, porque, realmente, levar Olívio Dutra a Ford é uma desfaçatez terrível.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não, ele não levou. Ele foi injusto, porque se ele levasse, os baianos agradeceriam.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Mas queria dizer a V. Ex^a que o Presidente Lula está...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ele levou o Jaques Wagner, que foi contra também.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – ...se passando por portador do Mal de Alzheimer, aquele que perdeu a memória recente e só se lembra de fatos bem anteriores. Então, não quer saber mais de GTech, Palocci, Rogério Buratti e toda essa plêiade de delinquentes que acabaram o cercando por muito tempo. V. Ex^a faz um pronunciamento correto. O Presidente tem de falar sobre o que está acontecendo no Governo dele. Ele está...

(Interrupção do som.)

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – ...se fazendo passar por alguém que, na realidade, quer desconhecer, não o seu passado, mas o seu presente. Do seu passado glorioso ele se lembra perfeitamente. Sem nenhum demérito aos portadores de Alzheimer, ao contrário, mas o Presidente não pode se igualar a quem sofre. O Presidente é alguém que faz sofrer. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, sempre com a propriedade que tem, sobretudo é um dos grandes juristas desta Casa e sabe colocar bem as palavras no lugar certo.

Lula não sabe se colocar no lugar certo, que é o de Presidente da República. Ele se coloca no lugar daquele que sempre foi o demagogo, que enganou o operariado e que foi para o Governo para trair o povo brasileiro, traindo inclusive os operários, a quem ele deve tudo.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e solicito, se possível, que dê a palavra ao Senador Demóstenes Torres, porque eu falei antecipado a ele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra, como Líder do PTB, ao Senador Sérgio Zambiasi.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

Em seguida, falará o próximo orador inscrito, Senador Romeu Tuma.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias.

Chegar aos noventa anos com saúde, lucidez e ainda comemorar com festa é privilégio para poucos. Pois ontem à noite, no tradicional Theatro São Pedro, em Porto Alegre, a nossa querida atriz Carmen Silva celebrou seus noventa anos de vida na companhia dos amigos e da família generosa: uma filha, seis netos,

dez bisnetos e um trineto. A comemoração foi discreta e também serviu para comemorar os 67 anos de carreira da atriz gaúcha.

A trajetória artística de Carmen Silva iniciou-se na Rádio Cultura de Pelotas, em 1939, e se estendeu para o teatro, cinema e televisão. Após atuar em alguns teatros gaúchos, foi convidada para trabalhar em São Paulo, onde integrou o elenco da Rádio Tupi. Foi lá que ela conviveu com alguns dos nomes mais importantes para a história do radioteatro, como Walter Avancini, Geórgia Gomide, Laura Cardoso, Lima Duarte, Paulo Goulart, Lia Borges de Aguiar, Sarita Campos, Walter Foster, entre outros.

Os radioteatros e as radionovelas eram programas compostos por 60 a 100 capítulos, apresentados diariamente ao vivo, em auditório, com trinta minutos de duração. Carmen era bastante versátil nos personagens e o registro vocal era a característica mais marcante de sua interpretação.

Carmen também trabalhou na Rádio Record, primeiramente como radioatriz, ao lado de Janete Clair. Foi na Record que começou a escrever programas de rádio. Conselhos para mulheres, temas infantis, radionovelas e até um horóscopo bem humorado ganharam características femininas nas mãos da nossa querida Carmen Silva.

Com a chegada da televisão, em 1950, a atriz começou a interpretar algumas peças de teatro na TV Tupi. Com a instalação dos estúdios da TV na Record, Carmen permaneceu na emissora, trabalhando paralelamente no rádio e na televisão. Foi o começo de sua trajetória como atriz de televisão.

Em 1968, decidida a montar sua própria companhia de teatro, Carmen voltou ao Rio Grande do Sul, onde permaneceu um ano trabalhando como radioatriz na Rádio Gaúcha, ao lado de radioatores como Adroaldo Guerra, Aída Terezinha, Alma Castro e Walter Ferreira.

Logo depois, ela foi para o Rio de Janeiro, onde iniciou seu trabalho nas telenovelas. Na Globo, Carmem fez as novelas “Pigmaleão 70”, “A Próxima Atração”, “Minha Doce Namorada”, “Sinal de Alerta” e “Os Ossos do Barão”, além da minissérie “Primo Basílio”. Após um breve retorno a Porto Alegre, ela volta ao Rio de Janeiro, onde faz as novelas “O Ídolo de Pano”, com Tony Ramos, e “A Viagem”, com Eva Wilma.

Um de seus papéis recentes mais marcantes na televisão foi a interpretação da personagem Dona Flora, na novela “Mulheres Apaixonadas”, da Rede Globo, em 2003. Carmem Silva e Oswaldo Louzada emocionaram os brasileiros ao interpretar um casal de terceira idade que sofre os abusos da neta, divulgando na TV os maus tratos que acontecem na socie-

dade contra os idosos. Suas aparições mais recentes na televisão foram no programa humorístico da Rede Globo “Zorra Total”.

A trajetória artística de Carmem Silva enche de orgulho todos nós, gaúchos. Hoje, além de ser uma figura tradicional em nosso Estado, ela é uma pessoa querida por sua atitude cidadã. Além de nunca ter parado de trabalhar, ela é voluntária e dá aulas de teatro para grupos de terceira idade, sempre lutando pela melhoria da qualidade de vida dos idosos brasileiros.

Aproveito a oportunidade para registrar aqui meu apreço e minha admiração por essa ilustre gaúcha, que ontem chegou aos 90 anos dando um exemplo de vida para todos nós.

Parabéns, Carmen Silva!

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Sérgio Zambiasi. Associamo-nos aos seus votos e as suas homenagens.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

S. Ex^a dispõe de dez minutos para fazer o seu pronunciamento.

Na seqüência, concederei a palavra ao Senador Aelton Freitas, como Líder do PL.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, muito obrigado pela gentileza e carinho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Demóstenes, V. Ex^a fez referência e, ao final, pediu desculpas aos que sofrem do mal de Alzheimer. Sabemos o que representa essa doença não só para o doente como para a família que convive com ele.

O mal de Alzheimer traz, como conseqüência neurológica, principalmente, a falta de coordenação e de memória. Então, é difícil comparar, porque um faz por doença; o outro, por *marketing*.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Exatamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, é um esquecimento programado para faturar em favor da sua campanha.

Desculpe-me dizer isso, mas tenho um filho neurologista, que me ligou e disse: “Pai, é uma doença terrível”.

Mas V. Ex^a corrigiu ao final com muita clareza.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Por isso, Senador Romeu Tuma, fiz questão de dizer que o Presidente se portava como alguém que sofre, quando é alguém que faz sofrer, não é verdade?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É verdade.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Quantos não votaram no Presidente esperando dele um outro tipo de comportamento!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senador.

Senador Alvaro, V. Ex^a é do PSDB, Partido com o qual temos uma coligação. Tenho muito respeito pelo ex-Governador Geraldo Alckmin. Digo aqui para todo mundo ouvir que nunca recebi um cargo no Governo do Governador Geraldo Alckmin. Portanto, não lhe devo nada, como ele não me deve nada, a não ser o carinho e a amizade pelas nossas andanças em campanha e, posteriormente, pela visita que ele fez a cada região, a cada Município, não só para agradecer os votos, mas para assinar acordos e convênios com a maioria dos prefeitos sem olhar a origem político-partidária de cada um deles, Senador Aelton.

E, aqui, houve algumas críticas sobre a Febem. Não posso defender, em hipótese alguma, que a Febem seja elogiada da forma como está. Não, absolutamente! Essa foi uma clara preocupação do ex-Governador, cuja continuidade, acredito, será dada pelo Governador Cláudio Lembo.

O último ato do ex-Governador foi derrubar o muro da pior unidade da Febem, a de Belém, onde os conflitos têm sido gerados. Esta semana mesmo houve três conflitos graves, causados por jovens que habitam essas casas, que chamam de reformatório, e cujas atitudes são de alta periculosidade.

Mas o Governador, há mais de dois anos, Senador Demóstenes, tem lutado para criar pequenas unidades no interior do Estado. Até conseguir alguma coisa, as reações foram terríveis, dos municípios e dos prefeitos, porque não aceitavam a criação de unidades da Febem por medo, porque há circulação de famílias, de marginais, e isso poderia aumentar o índice de criminalidade nessas regiões, Senador Alvaro.

Hoje, ele já conseguiu uma parte e deve dar seqüência a esse projeto para que essas crianças tenham pequenas unidades – quarenta, cinquenta – porque, aí, sim, haverá capacidade de o Estado recuperar esses meninos.

Senador Cristovam, V. Ex^a acabou de falar da grande dificuldade dessas crianças, que não têm opção e, às vezes, são aprisionadas. Lá, recebem um tratamento pior do que aquele da vida cotidiana, do mundo da criminalidade.

Assim, essas pequenas unidades, que são um projeto do ex-Governador e as quais o novo Governador Cláudio Lembo deve dar continuidade, têm toda a infra-estrutura de reeducação, se é que se pode dizer isso, ou de educação, Senador Marco Maciel. Essas crianças têm de entender que o crime não oferece vantagens para o cidadão do amanhã.

Por isso, temos de criar condições de, por meio da educação, por meio da formação, tentar diminuir a

criminalidade – não sei se em cinco ou dez anos –, até essas crianças conseguirem entender que a vida, com ordem e com possibilidade de emprego, poderá trazer-lhes um futuro melhor.

Faço a defesa do Governador Alckmin porque ele jamais quis dar continuidade ao processo que recebeu. O Governador Mário Covas tentou, à época; o Governador Geraldo abraçou essa causa de tentar diminuir o número de detentos da Febem em reformatórios e procurou dar-lhes uma oportunidade por meio de pequenas unidades espalhadas pelo interior de São Paulo, tentando trocar com os prefeitos alguns tipos de investimentos, para que houvesse autorização para a construção dessas pequenas casas de recuperação.

Senador Alvaro, V. Ex^a é um homem muito preocupado – já ouvi discursos seus nesse sentido – com a necessidade de habitação dos brasileiros. O Governo tem de dar mais possibilidade de investimento, principalmente para essas milhões de pessoas que precisam de um teto – talvez se sentissem mais realizadas tendo um teto para morar e um pequeno terreno para produzir do que apenas receber o Bolsa-Família. O orgulho do cidadão, do homem, da família é ter meios para garantir sua sobrevivência com o suor do próprio rosto – esse foi o compromisso de Deus com aqueles que saíram do paraíso.

Recentemente, houve algumas discussões sobre esse assunto. Fui Relator da proposta do Senador Mauro Miranda, de Goiás, que fez um bom trabalho e que propôs a Emenda Constitucional nº 26, que inseriu o direito à habitação no art. 5º como direito constitucional de todo cidadão. É claro que está sendo difícil, não se está conseguindo alcançar esse objetivo. Cada unidade tem procurado, com um esquema reduzido de investimentos, Senadora Heloísa Helena, oferecer uma casa ao cidadão. Se ele tiver uma casa, um teto, uma pequena área para plantar, para ganhar o pão do dia-a-dia com o suor de seu rosto, o cidadão se sentirá muito mais orgulhoso do que se receber o Bolsa-Família ou algo que chamam de esmola. Eu não chamaria de esmola, mas é algo que a pessoa recebe por necessidade, e ela deve se sentir humilhada com essa necessidade, que a faz esperar para receber esses valores.

Pois não, Senadora!

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Romeu Tuma, quero, humildemente, contribuir com o pronunciamento de V. Ex^a em relação às políticas de assistência social. Entendo e concordo quando V. Ex^a diz isso. A Lei Orgânica da Assistência Social, que foi aprovada – eu ainda não estava aqui, no Congresso Nacional –, para o senhor ter idéia, ela estabelece os direitos para os pobres, os oprimidos, os marginalizados, ela se estende dos moradores de rua aos idosos,

àqueles que têm deficiências físicas, às crianças de rua, ou seja, ela é uma declaração de amor aos pobres, oprimidos e marginalizados. O problema é que existe um abismo entre o que foi conquistado na lei e a realidade objetiva da aplicação da legislação em vigor. Por isso que, muitas vezes, essas políticas de bolsas são importantes como uma política transitória, a partir do momento que a pessoa não tem nada. Nem estou me referindo ao Renda Mínima, que o Senador Eduardo Suplicy propõe, que é algo diferente, porque ele trata de algo como sendo universal. E, pelo caráter da universalidade, não separaria pobre do rico. Esse aí é um outro debate, com certeza, bem mais respeitável do que a outra discussão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Só para concluir, desculpe-me por me alongar, Senador Romeu Tuma, a política das bolsas é importante em que sentido? No sentido transitório, porque antes que a pessoa conquiste o emprego ou a dignidade, ela precisa de uma fase intermediária para comprar comida, para pagar transporte, para garantir um mínimo na sua casa. A partir do momento em que não há uma vinculação e uma fiscalização do Estado em relação a alguma atividade, isso gera, dentro da população pobre, quase a necessidade de continuar na pobreza e na miséria para que o Estado olhe para ela. Isso é que é escandaloso. Não vou nem falar na demagogia eleitoral, porque do mesmo jeito que os coronéis do sertão manipulavam a população pobre com a cesta básica, o Presidente Lula a manipula com as bolsas, que, por isso, acabam tendo a conotação da migalha. A população pobre não pode continuar sendo pobre para que o Estado olhe para ela. Do mesmo jeito que há o Bolsa-Escola, que o Senador Cristovam sempre defendeu muito, poderia haver uma bolsa para menina adolescente, para ela não engravidar, para ficar na escola e ter direito de se formar antes de ser mãe, menina e adolescente, porque quando há a vinculação existe o acompanhamento do Estado. Não pode a população pobre dizer: “Vou continuar pobre, preciso continuar pobre, porque se eu não continuar pobre, miserável, o Estado não me enxergará, o Estado não me verá. Se eu não tiver outra criancinha, o Estado não me verá, não me dará os 30, 40 ou 60 para eu poder sobreviver, até sob o ponto de vista da minha estrutura anatomofisiológica”. Então, se fosse para se cumprir o que foi estabelecido na Lei Orgânica da Assistência Social, haveria o caráter transitório até a pessoa estar integrada de fato, com acesso a saúde, a educação, a segurança pública, a emprego. Trata-se de uma política transitória porque as pessoas não podem esperar a revolução socialista

ou a democracia com justiça social, já que o seu corpo precisa do alimento e sua estrutura anatomofisiológica precisa dessa fase intermediária. Agora, não pode ser estabelecido que o único destino da população pobre deve ser continuar na pobreza e na miséria senão o Estado não vai enxergá-la.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senadora.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, permite-me um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque e ao Senador Suplicy.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senão, vou usar o artigo que permite a quem foi citado falar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com carinho, Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Ainda que tenha sido citado com carinho. Eu queria dizer, Senador e Senadora, que 11 anos depois da criação do Bolsa-Escola, ele ainda não foi entendido. A bolsa é escola. O que importa não é a bolsa, é a escola. No Distrito Federal, gastávamos um pouquinho com a bolsa e um tantão com a escola. O que vai tirar essa população da pobreza é a escola, não é a bolsa. E não vai haver emprego suficiente, com altos salários, se não educarmos essas crianças de hoje. Não há como existir. Então, volto a insistir: o Bolsa-Escola é uma coisa, o Bolsa-Família é outra. Ninguém reclama e diz que é esmola dar para quem já se formou uma bolsa para doutorado na França, mas consideramos esmola dar uma bolsa, para que permaneça na escola, a uma criança que estava trabalhando.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É obrigação, Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Agora, desde que exista escola e ela seja boa.

A Sr^a Heloísa Helena (PSOL – AL) – E que o Estado fiscalize se a criança está na escola.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – É claro, que o Estado fiscalize e a escola seja boa, porque se for ruim, não adianta a fiscalização, pois a criança não ficará nela depois de uma certa idade. Então, volto a insistir: Bolsa-Escola é uma coisa, Bolsa-Família é outra.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a conhece profundamente esse assunto e eu o agradeço, porque enobrece o meu pronunciamento.

Senador Demóstenes Torres, concederei o aparte depois do Senador Suplicy, que já o pediu, e se puder seja rápido, porque o Presidente tem o direito de cortar o tempo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, e o PFL, a partir do parecer de alguém que tão bem assimilou o conceito do Senador Francelino Pereira, do seu Partido, aprovaram, assim como todos aprovamos, a instituição gradual no Brasil, segundo a Lei nº 10.835, da renda básica de cidadania, que poderá superar os obstáculos que V. Ex^a está colocando. Na medida em que todo e qualquer brasileiro ou brasileira, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo sócio-econômica, passar a ter a renda básica, dentro do possível, suficiente para atender às suas necessidades vitais como um direito à cidadania, não será retirada a renda que a pessoa estiver obtendo se por ventura tiver qualquer progresso. É um direito universal de todos. Não quero me alongar demais, mas apenas colocar que, sobretudo com a renda básica de cidadania, superaremos inclusive o problema do estigma e da dependência, que, muitas vezes, acaba causando as armadilhas do desemprego e da pobreza.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não só o PFL, como os outros Partidos, Senador Eduardo Suplicy, nunca deixaram de reconhecer e elogiar sua iniciativa, que foi aprovada por unanimidade. Esperamos que a expectativa de V. Ex^a se realize o mais rapidamente possível.

Concedo um aparte ao Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador Romeu Tuma, quando o Ministro e hoje Senador Cristovam Buarque esteve aqui, tivemos oportunidade de desenvolver um belo debate na Comissão de Educação, onde ele defendia a adoção da escola em tempo integral o mais rapidamente possível, para que o Brasil pudesse evoluir. Quem deve adotar as nossas crianças, especialmente as mais carentes, é o próprio Estado. Ele deve oferecer um estudo de qualidade, que possa fazer com que as pessoas enriqueçam. Senador Romeu Tuma, favela só é bonita em música; fome só serve para dar grandes sambas. Na realidade, precisamos fazer com que a criança tenha um ganho dentro da escola para que ela não a abandone. A escola em tempo integral não pode ter um projeto aleatório – três, cinco, 10, 100, 200 escolas, todas as escolas de primeiro grau. Tive o prazer de apresentar, em 2003, uma proposta que antecipava para 2008 a adoção, nas escolas públicas brasileiras, do sistema integral. Infelizmente, a matéria não foi votada porque, bem sabe nosso ex-Ministro, um dos grandes problemas – que, aliás, o levou à sua queda – foi que reivindicava dinheiro para a educação, quando se queria aplicá-lo no superávit primário. Então, não há essa preocupação do Governo brasileiro com uma escola de qualidade. Agora, defendo, como fez o Senador Cristovam Buarque

que, a adoção de qualquer remédio que possa deixar a criança na escola e que esta seja de boa qualidade. Oxalá comecemos a implantar logo a nossa escola em tempo integral. Obrigado, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senador Demóstenes Torres. V. Ex^a passou por vários cargos e tem a dimensão exata da necessidade da educação, principalmente para os jovens do primeiro e do segundo grau.

Sr. Presidente, o meu discurso era mais voltado para a questão dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação.

Um grande número de pessoas acabou perdendo as suas propriedades por falta de dinheiro para pagar as diferenças de reajustes e houve progressão da dívida, como falei com V. Ex^a há pouco, Senador Aelton, que concordou comigo. Assim, o melhor caminho foi procurarem a Justiça, que está recalculando as dívidas e fixando a mensalidade em algo que possam pagar para não perderem a sua propriedade, que é o resultado do seu sonho.

Se V. Ex^a permitir que meu discurso seja publicado, eu o deixo aqui, assim como uma tese.

Conversei com o Senador Aelton, que se interessa pelo problema do reajuste e da luta dos agricultores inadimplentes, sobre se não valeria a pena que esse processo também fosse discutido dentro do projeto de colaboração com a área da agropecuária e da agroindústria, que tanto tem sofrido pela falta de financiamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, no início de fevereiro deste ano, subi a esta tribuna para falar de um drama que teima em se desenrolar no interior de muitos lares brasileiros. Não se trata de um problema menor, ou de caráter apenas transitório. Ao contrário, ele perturba diuturnamente o sono de milhares e milhares de famílias brasileiras. De há muito sabemos que o cidadão médio, em geral, sonha com a casa própria, um patrimônio que confere segurança às famílias, liberando-as do aluguel e proporcionando uma forte sensação de bem-estar e acolhimento.

Há muito tempo, por perceber a relevância de sua função social, eu tenho me preocupado com a questão habitacional em nosso País. Para ficar num único e bom exemplo, fui o relator da Proposta, de autoria do Senador Mauro Miranda, que resultou na Emenda Constitucional nº 26, de 2000. Esse dispositivo alterou a redação do art. 6º da Constituição Federal, incluindo o direito à moradia entre os direitos sociais.

Sr^s e Srs. Senadores, considero que a habitação de caráter social, destinada às famílias com renda inferior a três salários mínimos, deve ser priorizada pelo Governo Federal. Não nos esqueçamos, porém, que os setores da classe média capazes de contrair financiamento para aquisição ou construção de imóveis merecem igualmente a atenção do Governo – e de todos os parlamentares. É preciso lutar, no primeiro caso, para que a União, em parceria com os governos estaduais, tome para si a tarefa de instituir e desenvolver programas que supram o enorme déficit habitacional que existe em nosso País, estimado em sete milhões e duzentas mil moradias.

Por outro lado, urge tratar da situação de 50 mil famílias brasileiras, em sua maioria pertencentes à classe média, que ousaram sonhar com a casa própria e que hoje vivem um verdadeiro pesadelo. Seu nome: saldo devedor. O adquirente, de boa-fé, contratou um financiamento que virou uma bola de neve, requerendo uma constante ampliação da renda familiar destinada à amortização. Tarefa inglória, pois, ao cabo, os saldos remanescentes não param de crescer.

Em meu Gabinete, Sr. Presidente, muitas vezes me emociono ao deparar com a situação de um chefe de família que não sabe se, amanhã, seus dependentes terão sobre as cabeças a proteção de um teto. Cinco mil famílias já perderam seus imóveis nos últimos quatro anos. Outras dezenas de milhares estão com as dívidas em fase de execução judicial. Se isto não é um problema social da maior grandeza, então, não sei o que seja!

Não me canso de frisar que tenho o mais absoluto respeito pelos contratos livremente assumidos. Mas, é preciso considerar a natureza especial dos contratos de financiamento habitacional. Nestes, o princípio da boa-fé deve sempre prevalecer, com fundamento no respeito e na ética, visando à preservação da dignidade humana. São contratos de longa duração, nos quais há, em geral, uma gama de preciosismos técnicos e artimanhas que desequilibram a relação negocial. No lado forte, está o agente financeiro, o banco. No fraco, o mutuário. O que se defende é que se respeite a legítima expectativa do lado mais fraco, recompondo as condições originais de equilíbrio dos contratos.

Ocorre, Sr. Presidente, que as condições de equilíbrio financeiro foram mantidas, ao longo da história, pelo instrumento da correção monetária. Contudo, a Lei nº 8.177/91, instituiu a chamada Taxa Referencial (TR) como mecanismo para o reajuste do saldo devedor dos contratos de financiamento habitacional, o que, segundo muitos especialistas, tem gerado o fenômeno da capitalização de juros sobre juros. Em decorrência, surgiram enormes distorções e, via de regra, os agentes

financeiros lucraram com ela, e os mutuários, na outra ponta, tiveram de arcar com os prejuízos.

A revisão dos saldos devedores de acordo com os princípios que deram origem à criação do Fundo de Compensação das Variações Salariais, para quem tem contratos firmados nessa modalidade de financiamento virou letra morta. Na prática, os salários dos mutuários não acompanham a evolução dos saldos remanescentes e, no limite, muitos imóveis têm sido retomados pelos bancos. A própria Caixa Econômica Federal criou uma empresa – a EMGEA – para efetuar a compra de milhares de contratos firmados pelas instituições financeiras nacionais, ao longo dos anos de vigência do Sistema Financeiro da Habitação.

Aos mutuários somente restou a alternativa de se organizar e lutar por seus direitos. E, efetivamente, eles têm procurado as associações de mutuários em busca de orientação. Essas entidades, por sua vez, têm aconselhado o ingresso na Justiça para, com base no Código de Direito do Consumidor, requerer a redução dos valores teoricamente devidos.

Segundo o Sr. Mário de Almeida Costa, diretor regional da Associação Brasileira dos Mutuários do Sistema Financeiro Habitacional, “os contratos são

abusivos” e as decisões favoráveis do Poder Judiciário “resgatam o caráter social que os financiamentos habitacionais devem ter”.

O dirigente refere-se a duas decisões recentes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, já transitadas em julgado. Numa delas, o banco foi condenado a pagar o que recebeu a mais do mutuário. Em outra, o pleiteante conseguiu considerável redução no valor de sua prestação mensal: de 972 reais, ela caiu para R\$107,80.

Penso que decisões judiciais como as que mencionei compelem os agentes financeiros e o próprio Governo Federal a reconsiderarem a adoção da Taxa Referencial como mecanismo de correção monetária dos contratos de financiamento. Felicito, portanto, o Poder Judiciário pelas decisões de destacado alcance social; decisões que, sem dúvida, não ferem a mais neutra análise técnica.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado pela atenção!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

Diminuem os problemas de quem financia a casa própria. Decisões judiciais tomadas no Distrito Federal garantem a correção de encargos e do saldo devedor pelo Plano de Equivalência Salarial

Mutuários vencem na Justiça do DF

Para que o sonho da casa própria não acabe se tornando um pesadelo no final do financiamento, o consumidor busca apoio em associações. O objetivo é conseguir, judicialmente, a redução dos valores devidos. Duas recentes decisões da Justiça do Distrito Federal, já transitadas em julgado, reconhecem cláusulas abusivas nos contratos e se amparam no Código de Defesa do Consumidor (CDC). Em uma delas, o banco foi condenado a pagar o que teria recebido a mais do mutuário. Mas os agentes financeiros alertam que tais medidas judiciais desequilibram o sistema financeiro.

Nos últimos oito anos, o Superior Tribunal de Justiça vem decidindo a favor de mutuários que pleitearam a revisão dos encargos mensais e do saldo devedor dos financiamentos pelo Plano de Equivalência Salarial (PES). Nos contratos feitos pelos agentes financeiros, o índice para a correção é o da caderneta de poupança — Taxa Referencial (TR) mais 12% ao ano, no máximo. O indicador proporciona desequilíbrio no financiamento, pois a prestação mensal pouco diminui o saldo devedor, que ao final do contrato pode resultar em um valor astronômico.

Para evitar que isso acontecesse, a servidora pública Ranúzia dos Santos, 46 anos, e quatro vizinhos, procuraram a Associação Brasileira dos Mutuários do Sistema Financeiro Habitacional (ABMT-SFH) em 2001. Os mutuários ajuizaram ação declaratória, alegando abusividade no contrato firmado com o banco. Eles pediram no Tribunal de Justiça do DF (TJDF) a aplicação do PES na prestação e no saldo devedor. “Perdemos em primeira instância, mas há algumas semanas o advogado me ligou e foi uma grande surpresa”, conta Ranúzia. Ela havia financiado um apartamento no Sudoeste em 1997. Com pouco mais de três anos de prestações, já havia pago R\$ 50 mil, mas o saldo devedor chegou a R\$ 170 mil — o imóvel valia R\$ 120 mil na época. Pouco depois da derrota na primeira instância, resolveu se livrar do financiamento fazendo uma venda conjugada do apartamento. Mas como o contrato está em seu nome, ela deverá ser ressarcida. O valor está sendo calculado pelo Judiciário.

Já o aposentado Evaldo N. Inenes conseguiu na Justiça que o encargo mensal de seu imóvel na Asa Norte caísse de R\$ 972 para R\$ 107,80. O acórdão dos desembargadores do TJDF condena o banco a ressarcir o aposentado

pelo que foi pago a mais. A ABMT-SFH calcula que a restituição deve chegar a cerca de R\$ 169 mil. “O encargo estava ficando pesado demais e minha aposentadoria não aumentava. Nem procurei o banco porque não ia adiantar nada”, diz. Por meio de sua assessora, o banco Itaú, réu nos dois casos, não quis se pronunciar.

“Os contratos são abusivos e não queremos que os mutuários sejam massacrados pelos bancos. Essas decisões resgatam o caráter social que os financiamentos habitacionais devem ter”, explica Mário de Almeida Costa, diretor regional da ABMT-SFH.

Os agentes financeiros acreditam que as decisões não prevalecerão. O superintendente geral da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, Carlos Fleury, diz que a aplicação do PES nos encargos e no saldo devedor prejudica o sistema financeiro. “O banco vive da diferença de juros entre a captação e o financiamento. Quando se interfere num contrato unilateralmente, os dois lados se descasam e o sistema fica desequilibrado”, explica. Fleury discorda da visão do caráter social alegada pela ABMT-SFH. “Vale a pena dar direito ao mutuário de reduzir a prestação e não dar as condições para financiar imóveis para outras pessoas?”, questiona.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen, pela ordem.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito, na forma encaminhada à Mesa, a palavra em nome da Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela Liderança do PL, ao Senador Aelton Freitas. S. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

Na seqüência, falará a Senadora Heloísa Helena, por permuta com o Senador Valdir Raupp e, depois, o Senador Jorge Bornhausen.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^s e Srs. Senadores, a 47^a Reunião Anual dos Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada esta semana na nossa capital mineira, Belo Horizonte, encerrou-se ontem com importantes saldos positivos para a economia de Minas Gerais e do Brasil. O Governo do Estado, a Prefeitura da capital mineira e o Governo Federal certamente merecem todo o reconhecimento pelos esforços empreendidos para o evento, pois, a sua visibilidade, amplitude e resultados estão muito acima em importância do que os gastos exigidos.

Foram debatidos com dirigentes e especialistas nacionais e internacionais temas como a formulação de políticas públicas que associem inovação tecnológica e desenvolvimento social, a maior proximidade da estrutura de financiamento do BID com a iniciativa privada e o apoio do Banco aos projetos de desenvolvimento regional em curso no Brasil.

Quero me ater primeiramente aos eficientes resultados do encontro para Minas Gerais. Na última terça-feira, o Governo do Estado assinou protocolo de intenções com o Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC), que viabilizará um empréstimo de US\$50 milhões a Minas Gerais, com prazo de pagamento de 13 anos e meio e carência de três anos e meio.

Os recursos irão beneficiar diretamente 12 Municípios do Vale do Rio Doce, com obras do Programa Processo, que prevê pavimentação de estradas de terra que ligam cidades no interior de Minas.

Outros US\$100 milhões, Sr. Presidente, provenientes do BID, também serão destinados ao Proces-

so, em Minas, aguardamos apenas que o empréstimo seja aprovado aqui no Senado Federal, o que certamente ocorrerá em breve, tão logo nossa pauta esteja desobstruída.

Ainda foi acertado, durante a reunião do BID, a destinação de US\$45 milhões para obras em municípios mineiros que integram a área de atuação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. O recurso será investido em saneamento, infra-estrutura, proteção ambiental e patrimônio histórico nos três pólos estaduais do Prodetur: o Vale do Jequitinhonha, o norte do Estado e o São Francisco. Mais de 1,7 milhões de mineiros residentes nas 76 cidades participantes do Programa sentirão o impacto direto das futuras obras, o que dará às regiões condições de crescimento consistente a partir da adequada exploração turística.

Em linhas gerais, Sr. Presidente, a reunião do BID trouxe ainda alguns avanços importantes, como o comprometimento do Banco em ampliar a aplicação dos recursos para o setor privado, que atualmente chegam a 3% do seu orçamento. Segundo o Presidente do BID, Luis Alberto Moreno, o objetivo é flexibilizar as regras de financiamento para alcançar o percentual de 10% permitido para a regulamentação da instituição. O principal foco dessa ampliação do financiamento privado seriam os projetos de infra-estrutura e as pequenas e médias empresas.

Também avançaram bastante as discussões sobre a possibilidade de financiamento em moeda local e a criação de um comitê especial para estudar o perdão das dívidas dos países mais pobres da América Latina, que somam um débito de nada menos que US\$3,5 bilhões junto ao BID.

Em nível nacional, o BID confirmou que destinará US\$450 milhões para financiar investimentos de infra-estrutura em municípios de médio porte, ou seja, entre cem mil e um milhão de habitantes, em um programa denominado Procidades. A novidade é que justamente esse programa deve inaugurar o financiamento do Banco em moeda local no Brasil, segundo o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Essa nova linha será importante para contemplar nos próximos anos muitos municípios que nunca firmaram acordos com a instituição internacional, justamente em um momento em que a demanda por recursos nas prefeituras é muito grande, sobretudo para realizar obras viárias e de saneamento básico.

Além de ter gerado importantes perspectivas para futuros investimentos, o evento injetou aproximadamente R\$100 milhões na economia de Belo Horizonte, incluindo os gastos com hotéis, restaurantes, transportes, serviços e os salários pagos a cerca de 1.500 pessoas que trabalharam na organização do evento.

A verdade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que a realização do encontro anual dos governadores do BID no Brasil mostrou-se amplamente positiva; iniciativas dessa natureza devem se repetir para que, além de gerar receitas com o turismo, os órgãos públicos e as empresas privadas nacionais tenham melhores oportunidades de obter financiamentos necessários para dinamizar a nossa economia, tocando projetos estruturantes e de forte apelo social.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Aelton Freitas, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Ouço V. Ex^a, com prazer.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – O pronunciamento de V. Ex^a vem em hora bastante oportuna. O sucesso foi grande com a realização desse encontro do BID em Belo Horizonte, na Expominas. O novo centro de feiras realmente está uma beleza, podemos assim dizer – este é o termo correto –; está muito bonito, moderno, dotando Belo Horizonte de todas as condições para grandes eventos como este aqui referido. V. Ex^a também coloca a questão do empréstimo para Minas Gerais, já aprovado pelo BID e também pela Comissão de Assuntos Econômicos – aguardamos apenas as votações das medidas provisórias para que possamos votá-lo em plenário. Quero me congratular com V. Ex^a pela iniciativa de trazer ao conhecimento da Casa o sucesso do encontro do BID e a sua importância para Belo Horizonte e para a economia mineira.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Eu é que agradeço o aparte de V. Ex^a e peço à Mesa que ele seja incorporado ao meu pronunciamento, por muito enobrecê-lo.

Sr. Presidente, temos grandes demandas e desafios em setores de insumos básicos e em infra-estrutura, que, certamente, serão mais bem enfrentados com colaboração mútua entre o BID e o nosso Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Aelton Freitas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Trata-se de uma informação urgente e grave, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passo a ler um informe sobre um incidente grave ocorrido ontem nas fronteiras do Brasil com a Venezuela e com a Colômbia, portanto, área de fronteira de Cucuí, no Amazonas.

Por volta das 16 horas do dia 05 do corrente mês, um pelotão do Exército brasileiro, Guarnição do Pelotão de Fronteira de Cucuí, travou combate com um grupo armado de estrangeiros, provavelmente guerrilheiros das Farc-Colombiana.

A escaramuça foi concluída após 40 minutos de troca de tiros, com a captura de dois colombianos e a provável morte de um terceiro.

Foram arrecadados [Senador Alvaro Dias, que preside esta sessão e que tem-se preocupado com a nossa fronteira] US\$ 100 mil [das mãos de dois guerrilheiros ou marginais e de um terceiro que provavelmente tenha sido morto], 170 mil Euros, R\$100 mil, 1 bilhão e 100 mil Bolívares colombianos, três fuzis [provavelmente AR-15], uma pistola e um revólver, além de [farta] munição.

Sr. Presidente, faço um alerta para o fato de já haver invasão em território brasileiro de grupos armados, que tiveram a coragem de travar combate com o Pelotão. Um dos soldados do Pelotão tinha ido pescar e disse ter visto oito pessoas armadas. Imediatamente avisou ao Comandante, que determinou que o Pelotão se dirigisse ao local. Houve troca de tiros, ocasionando uma morte e dois presos portando todo esse material apreendido.

Penso que essa situação é gravíssima e não pode se repetir. A fronteira não pode ser desguarnecida, permitindo a entrada de colombianos, seja das Farc ou de qualquer outro grupo guerrilheiro existente na fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma, pela comunicação.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen, pela Liderança da Minoria.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo o espaço da Liderança da Minoria para fazer considerações a respeito do resultado final da CPMI dos Correios.

Na qualidade de Presidente do PFL, eu não poderia deixar de trazer considerações sobre a tramitação do processo, as audiências, as dificuldades e aquilo que ficou absolutamente esclarecido.

Lembro que a Oposição, de forma coerente, tão logo surgiram as denúncias do Deputado Roberto Jefferson, procurou buscar as assinaturas necessárias na Câmara e no Senado para constituir a CPI Mista

e, logo, teve à frente um Governo que, da mesma maneira que se tinha escondido na CPI dos Bingos, no caso Waldomiro Diniz, procurou de todos os modos e de todas as maneiras retirar assinaturas e impedir que os esclarecimentos fossem dados e que a verdade fosse conhecida da sociedade brasileira.

Colhidas as assinaturas e instalada a CPMI, o Governo mostrou-se intransigente no sentido de não cumprir a tradicional regra do Parlamento brasileiro em que dá à maioria a Relatoria e à minoria a Presidência de uma CPI Mista. Impôs uma solução unilateral que só poderia beneficiar aquilo que o Governo desejava, que era esconder a verdade.

Fomos à reunião, levando o nome do eminente Senador César Borges para a Presidência da CPMI, mas tivemos de nos render à maioria, que escolheu o eminente Líder do PT, na ocasião, nesta Casa, Senador Delcídio Amaral, que, por sua vez, dentro da base governista, chamou o Deputado Osmar Serraglio para ser o Relator.

A CPMI nos revelou, de forma clara e evidente, aquilo que, entre quatro paredes, no Parlamento Nacional, já se conhecia: a existência do mensalão; a compra de consciências, que nascia da corrupção do Poder Executivo para comprar consciências no Poder Legislativo; o troca-troca adotado pelo Governo para cooptar partidos, para cooptar parlamentares, para comprar suas consciências e para manter tudo em segredo perante a sociedade brasileira.

Vieram as verdades: o dinheiro do Banco do Brasil com a Visanet, o valerioduto, o dólar na cueca. Tudo isso apareceu perante a sociedade com muita transparência, e houve o acompanhamento, inclusive, do depoimento do Sr. Duda Mendonça, que foi o mentor da campanha do atual Presidente da República e que confessou que dinheiro havia conquistado do Governo do Presidente para pagar sua campanha anterior em 2002.

Os escândalos se somaram. Houve a luta pela prorrogação. Mais uma vez, o Governo quis abafar a CPMI; arrancou assinaturas. E aqui devo fazer uma declaração formal a favor do Presidente Renan Calheiros, que, com consciência, prorrogou o prazo da Comissão, porque aplicou a lei e as condições necessárias do Regimento para que isso ocorresse. E aí chegamos ao seu final.

Os Senadores da Oposição cumpriram com seu dever, como também as Senadoras. Quero louvar esse trabalho de todos aqueles que souberam, na Oposição, cumprir seu dever perante a sociedade. E o faço perante a Senadora Heloísa Helena, que teve um comportamento admirável e corajoso nessa CPMI, buscando sempre aquilo que todos nós brasileiros queríamos

saber. Vale isso para os companheiros do PSDB, para os Senadores do PFL. Louvo a presença naquela Comissão do Senador Alvaro Dias, que fez um extraordinário trabalho. Ressalto também o desempenho do Senador Heráclito Fortes, do Senador César Borges, do Senador Demóstenes Torres, do Senador Efraim Morais, do Senador Romeu Tuma, do Senador José Jorge, que, do meu Partido, souberam corresponder àquilo que todos queríamos saber, acompanhando, com destemor, os depoimentos, as averiguações e as conclusões.

Não posso deixar também de salientar a presença de dois jovens Parlamentares em primeiro mandato: o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, corajoso, inteligente e trabalhador, que buscou aquilo que existia de mais enlameado nos Fundos de Pensão para mostrar à sociedade brasileira; e o Deputado do Rio Grande do Sul que honrou o seu mandato, Onyx Lorenzoni, perseguido pelo PT, enxovalhado injustamente pelo ódio que foi lançado contra ele num pedido absurdo de cassação, com a falsificação da assinatura do Presidente do PT, o que foi agora reforçado pela falsa habilidade, pela falsa responsabilidade do atual Presidente do Partido dos Trabalhadores. O Rio Grande vai dar a resposta nas urnas, consagrando o Deputado Onyx Lorenzoni, que foi martirizado pelo PT, que não sabe como proceder e que quer perseguir e enxovalhar as pessoas, não deixando que elas cumpram com seu dever.

Há de se dizer aqui, Sr. Presidente, que há indícios profundos de crime de responsabilidade do Presidente da República. Ninguém pode negar que faltaram respostas do Presidente a questões que foram apresentadas. Está certo o jornalista Boris Casoy, no seu artigo na **Folha de S.Paulo**, quando diz que “é uma vergonha”. E é uma vergonha mesmo! O Presidente da República vê suas contas pagas por um amigo, e seu Ministro diz que ele não devia, nem que as contas foram pagas. Há indícios profundos de crime de responsabilidade, e o Sr. Okamoto, por meio de um pronunciamento judicial, esconde-se da responsabilidade.

E vai mais longe o Presidente, ao não responder ao pagamento das suas contas de campanha feito pelo Sr. Duda Mendonça, em confissão na CPMI, com contas em paraísos fiscais. São indícios claros de crime de responsabilidade que não podem ficar apenas navegando sobre a sociedade brasileira. Há muito que se ver, há ainda muito que se apurar.

Mas quero fazer uma referência muito especial ao Senador Delcídio Amaral, que saiu deste plenário como Líder do PT para ser Presidente da CPMI e que o foi com isenção, com responsabilidade. Firmou seu nome. Para mim, não foi novidade. Conhecia-o desde

os tempos em que foi Diretor da Eletrosul e sabia da sua integridade e da sua postura. Ontem, concluiu, com grandeza, com elevação e com coragem, o seu trabalho.

Quero também fazer referência ao Deputado Osmar Serraglio. Eu não o conhecia. Foi apresentado à sociedade como um representante da base governista, mas soube vencer a tudo e a todos e apresentar um relatório que mostrava as chagas do Governo Lula.

Digo isso, Sr. Presidente, porque esse retrato a que assistimos, de uma CPMI bem concluída, nos leva a reflexões muito sérias. É preciso que se tirem do episódio algumas conclusões indispensáveis às mudanças que devem ocorrer no Brasil. Não é mais possível deixarmos de fazer a reforma política. O troca-troca dos partidos foi a grande causa do mensalão. A falta de fidelidade partidária é que levou o Governo Lula, o próprio Presidente e o Sr. José Dirceu a agir sobre a consciência de Parlamentares. Isso tem que mudar!

Não fico apenas na advertência. Vou mais longe. Quando chegarmos a 2007, teremos de fazer uma reforma profunda. Temos de examinar o sistema de governo em que vivemos. Será ele o melhor? Não me parece. Precisamos de flexibilidade para encontrar soluções nas crises. O Parlamento, quando não se dá ao respeito, deve sofrer as consequências da sua dissolução. E os governos que não se dão ao respeito devem cair e ser substituídos de forma automática. Essa vai ser a grande discussão de 2007.

Sinceramente, Sr. Presidente, devo dizer aqui, até em tom de reflexão e de mea-culpa, que o sistema de reeleição se tornou um dos males da vida política do País. Os governantes não querem mais trilhar o caminho dos resultados e, sim, o caminho da comunicação, da venda de um produto muitas vezes não concretizado ou realizado. A reeleição é um fracasso no Brasil, mas ainda há tempo de corrigirmos isso.

O ano de 2007 iniciará um novo ciclo. O ciclo político que começou com Tancredo Neves e José Sarney termina melancolicamente no Governo Lula, mas teremos a oportunidade de reformá-lo, de melhorá-lo. O próximo Congresso terá uma extraordinária oportunidade – não ficará só nisso – e a responsabilidade de fazer a reforma do Estado. Se tudo isso ocorreu foi porque temos um Estado com uma dimensão absurda. Não precisamos do Estado mínimo ou do Estado máximo, mas do Estado necessário. Com as condições que o Brasil tem hoje, um mastodonte – falo da União, dos Estados e Municípios –, com gastos absurdos na administração pública, ele não responderá às necessidades da sociedade, principalmente daqueles menos favorecidos que precisam de oportunidades, daqueles

menos favorecidos que precisam de respostas sobre os direitos à educação, à saúde e à segurança. Esse Estado tem de ser reformado e reanalisado, porque assim, e só assim, poderemos tomar outro rumo.

A vergonha que vi a sociedade brasileira viver neste momento de indignação contra um Presidente incompetente, leniente com a corrupção, não basta. É preciso reformar, é preciso melhorar, é preciso ter um Brasil com menos impostos e mais empregos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Obrigado, Senador Jorge Bornhausen.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 382, DE 2006

Com fulcro no inciso I, do artigo 221, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, requero apresentação de condolências à família pelo falecimento de George Savalla Comes, o palhaço Carequinha.

Justificação

Carequinha marcou o picadeiro não só pela arte e carisma, mas por transmitir valores éticos e morais a três gerações de brasileiros. Pioneiro, comandou uma atração por 16 anos na TV Tupi e foi o primeiro artista circense a fazer sucesso na televisão e a criar um formato de programa de auditório para crianças que até hoje faz sucesso. Gravou 26 discos, participou de filmes e, mais uma vez demonstrando estar à frente, colocou sua marca nos mais variados produtos infantis, o que somente veio a acontecer com outros artistas depois da primeira metade do século passado.

A carreira de Carequinha no circo estava escrita desde seu nascimento. Os pais, Elisa Savalla e Lázaro Gomes, eram trapezistas do Circo Peruano, de seu avô, pai de sua mãe. Por coincidência ou premonição, ele nasceu no picadeiro, logo depois de uma apresentação de sua mãe. Com 5 anos, Carequinha estreou como palhaço, já com este nome, dado por seu padrao, Ozório Portilho, também artista circense. A seguir vieram atuações em diversos circos brasileiros e internacionais.

Ser palhaço, para Carequinha, era realmente um privilégio. Numa entrevista para televisão, na década de 60, contou que uma pessoa começou a brigar com ele e o chamou de palhaço. Sua resposta foi imediata: *“Tem razão”*. *Sou palhaço e com muita honra. “E o melhor do Brasil”*.

Pela perda irreparável desse ser humano exemplar, requero a esse Plenário a apresentação de con-

dolências à família, sua esposa Elpídia Teixeira Gomes e os filhos Tyrone, Wellington, Marlene e Sílvia.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2006.

Heloísa Helena
Senadora Heloísa Helena



REQUERIMENTO Nº 383, DE 2006

Requeiro, nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha, nesta quarta – feira de infarto, e apresentação de condolências a sua esposa Elpídia Teixeira Comes, a aos filhos, Tyrone, Wellington, Marlene e Sílvia Cristina; aos netos e bisnetos.

Justificação

George Savalla Comes, o palhaço Carequinha, morreu aos 90 anos, na manhã desta quarta-feira, após sentir falta de ar e dores no peito durante a madrugada. Ele estava em casa, em São Gonçalo, na região Metropolitana do Rio de Janeiro, e seria internado para exames no Hospital das Clínicas da cidade, que fica em frente à residência.

Filho da trapezista Elisa Savalla, Carequinha nasceu dentro de um circo na cidade de Rio Bonito, no Rio de Janeiro. Logo após o parto, seguindo a tradição circense, recebeu os primeiros aplausos dos artistas, o que se tornaria uma constante em sua vida. Aos cinco anos de idade, já em Minas Gerais onde sua família trabalhava no Circo Peruano, recebeu uma careca de presente do avô dando origem ao famoso apelido.

O palhaço mais querido do Brasil teve uma carreira de muito sucesso.

Na época de ouro do rádio, integrou o elenco do “Programa Barbosa Júnior”, na Rádio Mayrink Veiga e do **show** de César de Alencar, na Rádio Nacional.

Neste período trabalhou com nomes como Francisco Alves, Emilinha Borba e Ângela Maria.

Em 1964 recebeu a medalha Palhaço Moderno do Mundo, na Cidade de Campione D’Itália, disputando com palhaços de 20 países. Esteve em Portugal, nos EUA, na Argentina e no Reino Unido.

Carequinha gravou várias músicas infantis acompanhado pelo flautista Altamiro Carrilho e sua bandinha. No início da década de 80 marcou presença no primeiro disco da apresentadora Xuxa. No cinema protagonizou

diversos filmes entre eles, “Sai de Baixo” (1956), “Sherlock de Araque” (1958) e “É de Chuá!” (1957).

Na TV esteve presente no infantil “O Circo Alegre” em 1983, na extinta Rede Manchete, sob o comando da diretora Marlene Matos. Em 2001, a convite de Chico Anísio integrou o elenco fixo da “Escolinha do Professor Raimundo”, na Rede Globo, no horário vespertino. Sua última aparição em televisão foi na série Hoje é dia de Maria, onde representava um palhaço. Ou ele mesmo.

A partir do convite de Getúlio Vargas para se apresentar no Palácio do Catete, Carequinha passou a ser considerado o Palhaço dos Presidentes. Os seus **shows** eram quase que obrigatórios para todos os presidentes da República, desde Getúlio Vargas passando por JK incluindo os Generais do governo militar. O palhaço participou da inauguração da Praça dos Três Poderes, na então recém criada Brasília em 1960, convidado pelo amigo Juscelino Kubitschek.

Ser palhaço, para Carequinha, era realmente um privilégio. Numa entrevista para a televisão, na década de 60, ele contou uma história bem peculiar sobre a profissão. Disse que uma pessoa começou a brigar com ele e o chamou de palhaço. Sua resposta foi imediata:

– Tem razão. Sou palhaço e com muito honra. É o melhor do Brasil.

O humorista Renato Aragão que também se considera um palhaço Disse que “Carequinha foi um artista de valor inestimável para o Brasil”. Através de seu jeito simples e alegre, marcou diversas gerações de brasileiros e brasileiros por intermédio de sua mensagem de educação e cortesia. “Mesmo aos 90 anos, Carequinha mantinha sua alma infantil e ingênua”.

Já o cartunista e autor Ziraldo ao lembrar que Carequinha se achava um predestinado e acreditava que palhaço era uma raça, disse que Carequinha nasceu para isso e, junto com Fred, formou uma dupla adorada pela garotada.

No próximo dia 18, dia em que Carequinha completaria 91 anos, os artistas circenses que residem em São Gonçalo farão uma homenagem para ele na cidade. Segundo o palhaço Biturinha (Augusto Gutierrez), companheiro de Carequinha a homenagem é mais do que justa. Afinal, ele foi o pai, o mestre, o exemplo, para muitos que assumiram a profissão de palhaço. “Eu mesmo decidi seguir a carreira motivada por ele” afirma Biturinha.

Os picadeiros do Brasil vão ficar mais tristes a partir de agora. A ausência do palhaço das muitas gerações, o eterno “Bom Menino” como definiu Renato Aragão, vai deixar saudades.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2006. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy.**

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena para justificar o requerimento de sua autoria.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que o Senador Eduardo Suplicy também está coletando assinaturas. Vários Senadores que aqui estavam também apuseram suas assinaturas: os Senadores Tasso Jereissati, Romeu Tuma, José Agripino e Antero Paes de Barros. Foram vários os Senadores, e tenho certeza que seria por unanimidade...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Senadora Heloísa Helena, há também um requerimento de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Pronto, Sr. Presidente.

O Senador Romeu Tuma lembrava há pouco de uma criança que dizia que o seu sonho era superar a marginalidade para poder ser palhaço de circo.

Os nomes “palhaçada” e “palhaço” sempre têm toda aquela carga pejorativa. Muitas vezes, quando alguém quer esculhambar o Congresso Nacional, a política, ou quem quer que seja diz: “Isso é uma palhaçada! Isso é um picadeiro!” E eu nunca esqueço que, certa vez, numa contenda muito complicada que eu tive com o antigo partido de que eu era militante, eu saí de uma reunião e disse: Olha, eu só não digo que esta reunião é uma palhaçada porque respeito profundamente os trabalhadores do circo. E, aí, algumas entidades de trapezistas, profissionais do circo, palhaços, até mandaram uma cartinha muito delicada e muito bonitinha em relação a isso. De fato, o palhaço, aquele personagem do circo, quando põe a pintura, não está colocando a máscara para esconder o que tem de ruim; ele põe a máscara para que ela seja uma alegria para a criança, para quem vai ao circo, e, às vezes, até encobre a tristeza profunda que ele pode estar sentindo.

Então, neste momento, busquemos encontrar outro adjetivo para caracterizar as pessoas que não prestam, sem resgatar trabalhadores do circo, que, muitas vezes, mergulhados na tristeza, na angústia, no desemprego, no sofrimento, ainda assim se pre-dispõem a estar no picadeiro fazendo sorrir, fazendo a alegria das crianças.

Ontem, morreu George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha. Todos nós, na infância, acompanhamos as suas músicas ou o que ele dizia no picadeiro e nos circos espalhados pelo Brasil.

Carequinha marcou o picadeiro não só pela arte e carisma, mas por transmitir valores éticos e morais a três gerações de brasileiros. Pioneiro, comandou uma atração por 16 anos na TV Tupi e foi o primeiro artista circense a fazer sucesso na televisão e a criar um for-

mato de programa de auditório para crianças que até hoje faz sucesso. Gravou 26 discos, participou de filmes e, mais uma vez, demonstrando estar à frente, colocou sua marca nos mais variados produtos infantis, o que somente veio a acontecer com outros artistas depois da primeira metade do século passado.

A carreira de Carequinha no circo estava escrita desde o seu nascimento. Os pais, Elisa Savalla e Lázaro Gomes, eram trapezistas do Circo Peruano, de seu avô, pai de sua mãe. Por coincidência ou premonição, ele nasceu no picadeiro, logo depois de uma apresentação de sua mãe. Com cinco anos, Carequinha estreou como palhaço, já com esse nome, dado por seu padrao, Ozório Portilho, também artista circense. A seguir, vieram atuações em diversos circos brasileiros e internacionais. Ser palhaço, para Carequinha, era realmente um privilégio. Numa entrevista para a televisão, na década de 60, contou que uma pessoa começou a brigar com ele e o chamou de palhaço. Sua resposta foi imediata: “Tem razão. Sou palhaço e com muita honra. E o melhor do Brasil”.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pela perda irreparável desse ser humano exemplar, requeiro a este Plenário a apresentação de condolências a sua família, a sua esposa, Elpídia Teixeira Gomes, os filhos, Tyrone, Welington, Marlene e Sílvia Cristina, com certeza assinado por todos os Senadores da Casa.

Obrigada.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a morte do palhaço Carequinha, a passagem dele pela Terra, pelo seu grande grau de fazer divertir, tudo isso é muito querido para nós que temos entre 40 e 50 anos de idade.

Eu gosto muito de música popular brasileira desde menino e minha primeira manifestação, ao que me lembre, foi justamente um disco do Carequinha com todas aquelas músicas que educavam a gente, como “o bom menino não faz pipi na cama”, e assim por diante. O palhaço Carequinha era um palhaço que, como todos, fazia divertir, nem de longe lembra os versos de Ismael Silva, numa música gravada por Jards Macalé, que se chama “Contrastes”, que diz assim: existe muita tristeza na rua da alegria. Mais adiante, diz assim: “analisando essa história, cada vez mais me embaraço. Quanto mais longe do circo, mais eu encontro palhaço”.

Esses palhaços que encontramos por aí, com certeza, não são aqueles que, como Carequinha, tanto faziam divertir. Carequinha era um grande artista e um homem que fez divertir a muitos. Eu só esperava que nossa queridíssima Senadora Ideli Salvatti, conhecendo a música de Carequinha, pudesse dar essa voz maravilhosa a uma música dele para todos apreciarmos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Demóstenes Torres.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero somar minhas palavras às da Senadora Heloísa Helena e às do Senador Demóstenes Torres.

Como a Senadora Heloísa Helena já leu boa parte de episódios que eu aqui havia preparado, poderei sintetizar meu discurso: George Savalla Gomes, o Carequinha, que completaria 91 anos no próximo dia 18, faleceu nesta quarta-feira, depois de sentir falta de ar e dores no peito. Estava em casa, em São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, e seria internado para exames no Hospital das Clínicas da cidade.

Sua mãe, uma trapezista, Elisa Savalla, fez com que ele nascesse dentro do circo, na cidade de Rio Bonito, no Rio de Janeiro. Logo após o parto, seguindo a tradição circense, recebeu os primeiros aplausos dos artistas, o que se tornaria uma constante em sua vida. Aos cinco anos de idade, já em Minas Gerais, onde sua família trabalhava no Circo Peruano, recebeu uma careca de presente do avô, o que o levou a ter esse famoso apelido.

Trata-se de um dos palhaços mais queridos, se não o mais querido, do Brasil, ao lado de Arrelia, Piolim, Renato Aragão e tantos outros que vêm alegrando as crianças e os adultos do nosso País. Na época de ouro do rádio, integrou o elenco do “Programa Barbosa Júnior”, na Rádio Mayrink Veiga e do Show de César de Alencar, na Rádio Nacional. Carequinha trabalhou com nomes como Francisco Alves, Emilinha Borba e Ângela Maria.

Em 1964, recebeu a medalha Palhaço Moderno do Mundo, na cidade de Campione D’itália, disputando com palhaços de 20 países. Esteve em Portugal, nos Estados Unidos, na Argentina e no Reino Unido, sempre honrando a sua profissão.

Carequinha gravou inúmeras músicas infantis, acompanhado pelo flautista Altamiro Carrilho e sua bandinha. No início da década de 80 marcou presença no primeiro disco de Xuxa. No cinema protagonizou diversos filmes, entre eles, “Sai de Baixo”, em 1956, “Sherlock de Araque”, em 1958, e “É de Chuál”, em 1957.

Na TV esteve presente no infantil “O Circo Alegre”, em 1983, da extinta Rede Manchete, sob o comando da diretora Marlene Matos. Em 2001, a convite de Chico Anysio, integrou a famosa “Escolinha do Professor Raimundo”, na Rede Globo. Sua última aparição foi na série “Hoje é dia de Maria”, onde representava ele próprio, um palhaço.

A partir do convite de Getúlio Vargas para se apresentar no Palácio do Catete, Carequinha passou a ser considerado o Palhaço dos Presidentes. Os seus *shows* eram quase que obrigatórios para todos os Presidentes, desde Getúlio Vargas passando por JK e os Generais do Governo militar. Participou da inauguração da Praça dos Três Poderes, na então recém criada Brasília, em 1960, convidado pelo amigo Juscelino Kubitschek.

Renato Aragão disse que “Carequinha foi um artista de valor inestimável para o Brasil. Através de seu jeito simples e alegre, marcou diversas gerações de brasileiros e brasileiras por intermédio de sua mensagem de educação e cortesia. Mesmo aos 90 anos, Carequinha mantinha sua alma infantil e ingênua”.

Já o cartunista e autor Ziraldo, ao lembrar que Carequinha se achava um predestinado e acreditava que palhaço era uma raça, disse que Carequinha nasceu para isso e, junto com Fred, formou uma dupla adorada pela garotada.

Ainda hoje, Carlos Heitor Cony lembrou episódios de seu aniversário, quando sua filha enviou a canção de Carequinha cumprimentando-o. Contou como ambos se derramaram em lágrimas por aquela homenagem na bonita música de Carequinha.

No próximo dia 18, dia em que Carequinha completaria 91 anos, os artistas circenses que residem em São Gonçalo farão uma homenagem para ele na cidade. Segundo o palhaço Biturinha (Augusto Gutierrez), companheiro de Carequinha, a homenagem é mais do que justa: afinal, ele foi o pai, o mestre, o exemplo para muitos que assumiram a profissão de palhaço. “Eu mesmo decidi seguir a carreira motivado por ele”, afirma Biturinha.

Os picadeiros do Brasil vão ficar mais tristes a partir de agora. A ausência do palhaço das muitas gerações, o eterno “Bom Menino”, como definiu Renato Aragão, vai deixar saudades.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, sobre o mesmo tema.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem V. Ex^a a palavra, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem querer imitar o Senador Mão Santa, vou usar uma frase que é dele: quis Deus que V. Ex^a esteja presidindo a Casa neste momento e o Senador Flávio Arns seja o próximo orador inscrito, porque Carequinha, ao falecer, na verdade, rende uma grande homenagem a todos os trabalhadores do circo. Digo que, indiretamente, V. Ex^a homenageia Carequinha neste dia, pois exatamente no dia em que Carequinha morre, a Comissão de Educação aprova, de forma terminativa, o projeto de V. Ex^a que regulamenta a situação de todos os profissionais de circo. Por isso, parabéns a V. Ex^a. E parabéns, Senador Flávio Arns, que foi Relator do projeto.

Eu diria “Viva!” a todos os profissionais do circo e um “Viva, Carequinha!” Parabéns pela iniciativa de V. Ex^a e do Relator, Senador Flávio Arns.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Inicialmente, também quero me associar à menção que o Senador Paulo Paim faz a V. Ex^a, autor do projeto de lei que tive a satisfação de relatar, em que também se define o conceito de circo, cuja definição ainda não acontecia, e estabelece critérios que vão auxiliar a atividade circense nas suas apresentações pelo Brasil. Sem dúvida, também, os elogios a V. Ex^a pelo diálogo que manteve com toda a família circense.

Quero também me associar a tudo o que a Senadora Heloísa Helena já mencionou no conceito bonito do que seja um palhaço, do que seja a palhaçada e o respeito que temos de ter para com essa atividade, para com toda essa categoria de artistas. O circo, realmente, está dentro da nossa atividade de artes, do folclore, da vida artística brasileira. Precisamos respeitar essas duas expressões em razão da atividade que essas pessoas desenvolvem no Brasil.

Associo-me ao requerimento da Senadora Heloísa Helena e também ao requerimento e às manifestações do Senador Eduardo Suplicy, ressaltando que é realmente difícil pensarmos numa pessoa que tenha cativado tanto, como foi dito, gerações de brasileiros.

Como tenho uma netinha de um ano e cinco meses, tocamos permanentemente as músicas do Carequinha lá em casa. É uma festa para as futuras gerações que também se deliciam e se encantam com todo o palavreado, com as músicas e com a beleza daquela obra com que Carequinha presenteou a sociedade brasileira durante décadas.

Que bom que o estamos homenageando! Que muitas pessoas sigam o exemplo de Carequinha para

tornar a sociedade brasileira mais humana e mais justa por meio de uma atividade tão fundamental como a atividade do palhaço, a atividade circense. Que todos nós também saibamos, como sempre o fizemos, respeitar figuras como a de Carequinha.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Rendo também homenagens a V. Ex^a pela forma competente com que relatou o projeto que regulamenta a atividade circense no País.

Parabéns a V. Ex^a!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, eu também gostaria de associar-me a essa homenagem em virtude do falecimento do palhaço Carequinha, cuja atuação todos nós acompanhamos durante tantos e tantos anos.

Quero me associar ao requerimento da Senadora Heloísa Helena. S. Ex^a já falou aqui, mas eu gostaria de ressaltar, que o único sobrevivente daqueles 17 rapazes que participaram da filmagem que foi apresentada pelo programa Fantástico, há duas semanas, quer ser palhaço. Portanto, é uma profissão que ainda motiva a juventude. Acho que Carequinha serviu de exemplo para ele. Certamente ele viu muitas vezes o trabalho do Carequinha, o que serviu de inspiração para ele. Devemos lhe dar essa oportunidade.

Então, gostaria não só de dar o meu voto favorável ao requerimento como também de me solidarizar com a Senadora Heloísa Helena.

Aproveito a oportunidade para me inscrever como Líder da Minoria para falar depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador José Jorge fica inscrito para falar depois da Ordem do Dia.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, requeiro a minha inscrição para falar pela Liderança antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrita, portanto, para falar antes da Ordem do Dia.

Com a palavra, pela ordem de inscrições, o Senador Marco Maciel, por permuta com a Senadora Heloísa Helena.

Na seqüência, falará o Senador Antero Paes de Barros, pela Liderança do PSDB.

Senador Marco Maciel, apenas peço licença a V. Ex^a para despachar os requerimentos aprovados.

A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os Requerimentos irão para o Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 384, DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando que cerca de 1,5% da população acima de 40 anos é portadora de glaucoma, doença que se constitui em importante causa de cegueira em nosso meio, não obstante a possibilidade de prevenção, diagnóstico precoce, tratamento e acompanhamento especializado, requeiro sejam prestadas, pelo Exmº Sr. Ministro de Estado da Saúde, as seguintes informações:

1. Qual é a programação do Ministério da Saúde para o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma, instituído pela Lei nº 10.456, de 13 de maio de 2002?

2. Quais foram os resultados alcançados pelo Programa de Assistência aos Portadores de Glaucoma, instituído no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por intermédio da Portaria GM/MS nº 867, de 9 de maio de 2002, ou por seus sucedâneos?

3. Qual foi o resultado da Consulta Pública nº 2, da Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, publicada em 9 de maio de 2002, acerca de Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o Tratamento do Glaucoma, em termos da racionalização da prescrição de medicamentos para o tratamento do glaucoma e do seu fornecimento pelo poder público?

4. Que providências foram adotadas pelo Ministério da Saúde para assegurar o fornecimento de medicamentos aos portadores de glaucoma no âmbito do SUS?

5. Em que medida a introdução de medicamentos genéricos no mercado farmacêutico brasileiro promoveu a redução de custos no tratamento clínico do glaucoma?

Sala das Sessões, 6 de abril de 2006. – Senador

Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 222, **caput** e incisos, do Regimento Interno, **voto de aplauso** à iniciativa das Lojas Maçônicas e de seus representantes pela organização da Campanha Nacional “Doação de Medula Óssea”, lançada oficialmente no último dia 25 de março próximo passado.

Essa campanha é uma importante iniciativa que envolve membros de duas potências maçônicas: Grande Loja e Grande Oriente do Brasil-RS, que buscam conscientizar, nacionalmente, as pessoas sobre a importância da doação de medula óssea.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2006. Senadora **Helóisa Helena** – PSOL/AL

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Tem a palavra o Senador Marco Maciel por dez minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi inaugurado na cidade de São Paulo o Museu da Língua Portuguesa, o primeiro do mundo dedicado a um idioma. Presentes ao ato o então Governador Geraldo Alckmin, hoje pré-candidato a Presidente da República, os Ministros da Cultura do Brasil, Gilberto Gil, e de Portugal, Maria Isabel Peres de Lima, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Embaixador de Portugal no Brasil, Francisco Manuel Seixas da Costa, Dona Lilly Marinho, José Roberto Marinho, Presidente da Fundação Roberto Marinho, principal patrocinadora privada em parceria com o Governo de São Paulo, além de representantes de outras empresas públicas e privadas que se associaram ao empreendimento.

O Museu da Língua Portuguesa, Sr. Presidente, está instalado na antiga Estação da Luz, no centro histórico de São Paulo. Como se sabe a Estação da Luz foi inaugurada em 1901, ou seja, no primeiro ano do século passado. Por ela passou a maior parte dos imigrantes vindos para o Brasil no século XX; ali se ouviu pela primeira vez a língua portuguesa falada

por brasileiros. Parcialmente destruída por incêndio em 1946 e reconstruída na década de 1950, ainda hoje a Estação da Luz serve com seus trens a grande parte da população de São Paulo. Esse é um dos motivos pelos quais esse museu tem características inovadoras, não só na sua estruturação quanto na destinação direta aos usuários.

O projeto arquitetônico interno é de Paulo e Pedro Mendes Rocha, pai e filho; a museografia é de Appelbaum, com sua experiência internacional no Museu do Holocausto em Washington; a estruturação vocabular dos elementos eletrônicos móveis foi coordenada pelo Professor Alfredo Bosi, membro da Academia Brasileira de Letras. Marcelo Dantas exerce a direção artística da exposição permanente.

Estive presente à referida inauguração e diria que o texto definidor do projeto apresenta-o muito claro:

O principal objetivo do Museu da Língua Portuguesa é mostrar que a língua é elemento fundamental e fundador da nossa cultura. Ele é o lugar de celebração e valorização da língua portuguesa, um espaço dinâmico, lúdico, interativo, onde os falantes do português terão sua vivência de identificação cultural com sua língua materna.

“A minha pátria”, disse certa feita Fernando Pessoa, “é a língua portuguesa”. Para ele, também, Padre Antônio Vieira, cidadão de dois mundos – Portugal e Brasil – era o imperador de nosso idioma, pelo notável trabalho que desempenhou na difusão da língua que hoje reúne milhões de falantes em oito países.

No Centro do Museu está a Praça da Língua, com auditório moderno equipado por audiovisuais e multimídia eletrônica informatizada, com painéis coloridos iluminados e cambiantes, apresentando poemas de Camões, Fernando Pessoa e Carlos Drummond de Andrade, prosas de Machado de Assis, Euclides da Cunha e Guimarães Rosa, músicas de letras de Noel Rosa e Vinícius de Moraes. Seleções feitas por especialistas no assunto.

Na Grande Galeria, sempre na linha de modernidade, um telão de cento e dez metros de comprimento, exhibe sucessivos onze filmes com seis minutos cada um, sobre a presença da língua portuguesa na vida cotidiana do brasileiro. No primeiro pavimento, a artista Bia Lessa organizou uma amostra de homenagem aos cinqüenta anos da publicação de *Grande Sertão Veredas*, de Guimarães Rosa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos diante de uma iniciativa destinada à defesa, à promoção e ao incremento do idioma no Brasil e no mundo, conforme reconheceu Maria Isabel Peres de Lima, desde

o ponto de partida, que é justamente a preservação da língua, o nosso idioma. Aliás, a Ministra de Portugal, em seu discurso, citou o pensador português Virgílio Ferreira, que diz com muita precisão: “Uma língua é o lugar de onde se vê o mundo, e em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir”.

A língua portuguesa, Sr. Presidente, é uma só, com muitos falares: do português europeu originário ao português brasileiro e aos da África, Oriente e Oceania. Juntos formamos o bloco cultural – oxalá, também econômico e político – da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa. A estrutura gramatical apresenta-se a mesma, ainda quando inovados os vocabulários por Aquilino Ribeiro, em Portugal; Guimarães Rosa, no Brasil; Luandino Vieira, em Angola; Mia Couto, extraordinário poeta e pensador, em Moçambique. Somos uma só cultura, considerada como a mais rica do mundo por Gilberto Freyre, em virtude de sua miscigenação entre europeus, africanos, índios, orientais e até polinésios e malaios.

A alma da língua é um valor humanista em si e instrumental nos seus usos. Convém, assim, empenharmos num esforço maior pelo cumprimento do acordo ortográfico, não pretendendo, contudo, uniformizar em vão o idioma, porque ele é vida, e a vida não cessa de transformar-se. O que não podemos permitir é a conspurcação literária: devemos, porém, insistir no ensino rigoroso da língua a partir da primeira série do ensino fundamental, indispensável para o conversar e o escrever quotidianos.

Recordo que Machado de Assis, Lúcio de Mendonça, Joaquim Nabuco e tantos outros criaram a Academia Brasileira de Letras justamente por considerarem que a Academia devia buscar, em primeiro lugar, e ter até, talvez, como sua finalidade precípua, a defesa do idioma e, mais do que isso, a sua preservação, a sua promoção e a sua consolidação.

É por esses motivos que entendo que o Museu recentemente inaugurado em São Paulo deverá dar uma excelente contribuição para que continuemos a preservar a nossa língua e enriquecê-la pelo intercâmbio que se faz cada vez maior num Planeta que se mundializa.

Temos de exportar nossa cultura e importarmos o que de melhor se cria em Portugal e demais países lusófonos, e também na América hispânica, nossos vizinhos, e incrementarmos nosso intercâmbio cultural com a Espanha, berço de outro idioma próximo do nosso.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a Comunidade Ibero-americana de Nações cruzam interesses e ideais. Grande parte de nosso ser e de

nossa cultura provém da península ibérica, dali surgiu a nossa grande árvore mundial.

É imprescindível ter como meta, agora, considerar que a educação, desde as primeiras letras à cultura em geral, é o começo de uma caminhada que nunca tem fim. Daí se falar em educação permanente, conforme propõe há décadas a Unesco e ir, igualmente, até às chamadas universidades da terceira idade o grau para troca de saberes e experiências com os mais velhos, no mútuo aprendizado das gerações, utilizando inclusive bibliotecas e museus.

Sem cultura básica, saliente-se, não há ciência, pesquisa nem tecnologia, e, como corolário, não há também inovação. Daí a importância da língua e, sobretudo, de cuidar da nossa língua. A sua defesa, aceitando contribuições estrangeiras, apresenta-se como um dos pontos fundamentais da identidade nacional. Hoje em dia, ela não pode ser mais excludente, pois o mundo está cada vez mais integrado por trocas comerciais, informações e intercâmbio cultural.

Que o culto da língua portuguesa seja, portanto, o itinerário no qual as novas gerações devem inspirar-se, tendo como paradigma a ação do Museu da Língua Portuguesa, de São Paulo. Pela Internet, visto que se trata de um museu altamente interativo, é possível a articulação com instituições do Brasil e do mundo inteiro. A língua portuguesa precisa de instituições dessa natureza para projetar-se cada vez mais no circuito mundial, buscando seu lugar entre as culturas e línguas de grande perfusão.

Aliás, Portugal, anote-se, por oportuno, oferece um grande exemplo de difusão da cultura lusófona, tanto no singular quanto no plural, através de diversas instituições do nível dos admiráveis Instituto Camões e Fundação Calouste Gulbenkian, esta presente na construção do Museu da Língua Portuguesa em São Paulo.

Convém, por oportuno, Sr. Presidente, registrar que, hoje, foi aberta, aqui nesta Casa, no Salão Negro do Congresso Nacional, a Mostra Especial Portuguesa. Estiveram presentes, além de autoridades, o Embaixador Francisco Manuel Seixas da Costa, Embaixador de Portugal no Brasil, e o Diretor do Instituto Camões no Brasil, Sr. Adriano Eurico Nogueira Jordão.

Sr. Presidente, o Brasil e a lusofonia estão todos enriquecidos pela inauguração do Museu de Língua Portuguesa de São Paulo. Oxalá que ele sirva integralmente para tornar viável uma justa aspiração do nosso povo e de nossa gente de ter uma língua mais conhecida e preservada, e, assim, servir de instrumento norteador da nossa identidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem.) – Eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse pelo Bloco de Apoio ao Governo ainda durante a Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a ficará inscrito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a, Senador Demóstenes Torres, tem a palavra pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – É para consignar a permuta realizada com a Senadora Heloísa Helena.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição, ainda antes da Ordem do Dia, pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a estará inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, como Líder do PT, à Senadora Ideli Salvatti.

Em seguida, pela Liderança do PSDB, o Senador Antero Paes de Barros.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança do PT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, venho à tribuna, nesta tarde, depois de um episódio ocorrido no Congresso Nacional que considero de extrema gravidade, pelo seu significado e suas conseqüências.

O que se faz nesta Casa que não esteja amparado na Constituição Federal e no Regimento Interno cria precedentes e situações extremamente delicadas. Até porque, se bastasse tão-somente ter maioria e ter votos suficientes para se tomar uma decisão, nós não precisaríamos ter Regimento. O Regimento, tanto do Congresso, quanto do Senado ou da Câmara, é exatamente a regra, a lei que estabelece os procedimentos, previamente reconhecidos, sobre como se comportar durante todas as atividades inerentes à nossa função no Parlamento nacional.

Ontem, vários Parlamentares não puderam falar – a prerrogativa primeira de quem é eleito para o Parlamento. Portanto, *parlar*, falar, é a condição primeira de qualquer cidadão ou cidadã brasileira que chega à Câmara ou ao Senado.

Ontem, na reunião da CPMI dos Correios, apesar do princípio elementar de que o Parlamentar pode e deve falar, nem antes, nem durante, nem depois da votação, os Parlamentares puderam falar, fosse “pela ordem” ou “para uma questão de ordem”.

A segunda afronta diz respeito à ciência ou à publicidade. Apesar de não termos tido o direito de falar publicamente, porque não nos era dada a palavra nem “pela ordem”, nem “para uma questão de ordem”, nós não sabíamos o que estávamos votando. Não sabíamos como não sabemos até agora. Neste momento, está havendo uma coletiva – não sei se já terminou – do Presidente e do Relator da CPMI dos Correios, e talvez esteja sendo apresentado o texto, não um resumo.

Lerei um dos itens votados ontem: “Suprime parte do texto do item 5, alínea a, referente ao Sr. Marcos César de Cássio Lima, Diretor da Quality”. O que isso significa?

E mais: “Inclui parágrafo no final do texto que remete o conteúdo das investigações às autoridades competentes”. Esse é o resumo. O que está sendo incluído?

O que está sendo retirado? Ninguém sabia.

Mesmo não se podendo falar, porque não era dada a palavra nem “pela ordem” nem “para uma questão de ordem”, vários Parlamentares foram pessoalmente ao Presidente e ao Relator para poderem entender. O Sub-Relator de contratos, Deputado Cardoso, foi inúmeras vezes, porque houve várias alterações relativas à Sub-Relatoria do Deputado Eduardo Cardoso, falar com o Relator: “Por quê? O que está sendo modificado? Quero saber qual é o texto da modificação!” E lhe era apresentado única e exclusivamente esse resumo.

Portanto, ontem, estabelecemos dois gravíssimos precedentes: o de se votar com o resumo, e não com o texto, na íntegra, sem se saber na totalidade o que se estava deliberando; e o outro precedente gravíssimo é que, durante a votação, não se pôde fazer destaque. E vejam que já existem precedentes! Inclusive, à tarde, tive oportunidade de exemplificar até com votação de texto de relatório de CPMI – uma delas presidida pelo Senador Alvaro Dias, que agora preside a sessão –, em que, aprovado o texto do relatório, encaminhava-se a votação de destaque. Isso aconteceu a pedido de vários Senadores: Senadora Heloísa, Senador Suplicy, Senador Arthur Virgílio, Senador Pedro Simon. Houve o mesmo procedimento regimental em várias CPMIs: após a votação do relatório, sem prejuízo dos desta-

ques, fazia-se, em seguida, a votação dos destaques. Mas não pudemos utilizar esse expediente, que é regimental e sempre foi usual nas CPMIs ao longo da história deste Congresso.

O Regimento garante o direito à palavra, ao conhecimento, a tornar público o que está em processo de votação e à possibilidade de se votar o destaque, mas tudo isso foi eliminado ontem. Foi retirado o legítimo direito de qualquer Parlamentar recorrer ao Regimento da Casa.

Por isso, esse episódio tem conseqüências.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ontem, fui impedida de falar muitas vezes e, hoje, vou concluir o meu pensamento. Se me for permitido, depois de concluir todo o meu pensamento, concederei apartes, mas vou usar todo o meu tempo agora.

Esse precedente é de uma gravidade, porque poderá servir de exemplo. Assim como levei os exemplos das CPMIs, em que o direito de votação do destaque foi utilizado à exaustão, abrimos um precedente para que, agora, no Congresso Nacional, Parlamentar não possa falar; Parlamentar vote sem saber o que está votando e sem o direito de pedir votação de destaque.

Por isso, entendo que não é qualquer coisa o que aconteceu, e espero que tomemos alguma providência para que esse tipo de situação seja totalmente eliminado, porque, senão, o Regimento, que é a nossa lei, a nossa regra, não precisa mais existir.

Eu gostaria ainda de fazer uma indagação: quero saber, das pessoas que votaram, se elas têm conhecimento efetivo do que votaram, porque o texto foi modificado sem que houvesse sido apresentado o que estava sendo modificado. Não foi divulgado o nome de quem estava pedindo a modificação. A Bancada do PT e vários Parlamentares que apresentaram voto em separado foram expostos. Pelo menos o que apresentamos, o que foi considerado um substitutivo, um global, o que foi denominado paralelo, etc., foi público. Todo mundo sabia quem estava pedindo aquelas modificações, inclusões, alterações ou exclusões. Houve determinadas matérias, votadas ontem, que ninguém sabe quem as pediu, porque não foi dado texto, não foi divulgado o nome de quem pediu, nem houve justificativa do pedido. E não foi pouca coisa!

Quero aqui relatar pelo menos três votações feitas ontem que nos causaram muita estranheza. Muita! A primeira exclui todos os indiciamentos da comissão de licitação da concorrência nos Correios de outubro de 2000, concorrência que beneficiou o esquema...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou pedir a V. Ex^a, Sr. Presidente, que considere relevante o meu pronunciamento e que me permita concluí-lo. Tenho ainda alguns elementos importantes a expor.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É justo, Sr. Presidente. Creio que se deve dar o tempo necessário à Líder.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vou conceder mais tempo a V. Ex^a, a exemplo do que já fizemos com os oradores que a antecederam.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Ex^a.

Essa concorrência de outubro de 2000, para beneficiar o esquema Beta-Skymaster, tinha indícios de fraude e de vício escandalosos. E o relatório pedia as providências legais cabíveis pelas provas levantadas, mas foram retirados, foram excluídos todos os nomes, sem nenhuma justificativa. Sabe qual é o valor desse contrato, dessa licitação de outubro de 2000? Duzentos e oitenta milhões de reais! Era sobre esse valor que havia uma investigação contundente, com indícios fortíssimos, elementos, provas; e isso foi retirado.

Foram retirados também dois nomes nas franquias, num outro processo, do qual não foi possível quebrar todos os sigilos. Foi possível quebrar o sigilo de uma única franquia. Uma única! Nem chegou à CPMI toda a quebra do sigilo. Em relação à parte que chegou, ficou identificado saque na boca do caixa de oito milhões, além de inúmeros depoimentos de que os recursos tinham vinculação com políticos. Está tudo lá, testemunhado; comprovados os saques, os repasses, tudo! E é bom saber: franquia é um processo que houve nos Correios já há mais de uma década e, só para se ter a dimensão do dinheiro – porque é importante conhecer a dimensão do dinheiro que estava envolvido nessa investigação –, o faturamento/ano, isto é, só de um ano, de uma única franquia que teve quebra de sigilo, é da ordem de R\$144 milhões. Some-se isso, ao longo de muitos anos, aos R\$280 milhões da Beta-Skymaster e some-se isso ao terceiro item que quero aqui levantar, retirar ou modificar – não sabemos o que é, porque não acessamos o texto – a aplicação internacional, feita em outubro de 2002 pelo IRB, que, à época, era presidido pelo Sr. Demóstenes Madureira de Pinho Filho –, da ordem de US\$240 milhões, a qual deu um baita prejuízo ao IRB. Inclusive, há um processo de investigação, já avançado, no Tribunal de Contas da União.

Então, houve três modificações, e ninguém sabe o que foi feito, porque o texto não foi apresentado, foi votado e aprovado. Ninguém sabe por que, nos três casos, aparece o Deputado Osmar Serraglio. Não houve voto em separado, e ninguém sabe, efetivamente,

quem fez o pedido, porque foi diferente dos outros votos. Nós, a Senadora Heloísa Helena e vários Parlamentares apresentamos voto em separado. Isso se tornou público. Desses, não se sabe.

Mas somem o volume de recursos sob investigação: US\$240 milhões no caso do IRB; 280 milhões no caso da Skymaster e da Beta; 144 milhões/ano, no caso de uma única franquia. Ou seja, o que foi retirado ou modificado, sabe-se lá o que ou como, ultrapassa a casa de R\$1 bilhão, no mínimo, e ficamos todos achando que tudo isso é porque se quer investigar com profundidade e até as últimas conseqüências.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – A Bancada do Partido dos Trabalhadores na CPMI dos Correios deu uma coletiva e apresentou uma nota pública que lerei, para, dessa forma, encerrar meu pronunciamento:

1 – A bancada de parlamentares do PT na CPMI dos Correios reafirma seu compromisso de que tem por indispensável o encaminhamento do relatório desta investigação parlamentar ao Ministério Público e a outras autoridades competentes. O não-encaminhamento do relatório compactuaria com uma situação de impunidade inaceitável.

2 – São inverdadeiras as afirmações de que a bancada do PT tentou utilizar expedientes de obstrução à votação do relatório. Expedientes regimentais habituais para esse fim, como a tentativa de se evitar o encerramento da discussão, a apresentação de requerimentos de adiamento de votação, ou outros, não foram utilizados.

3 – O processo de votação do relatório do Deputado Osmar Serraglio, na reunião de ontem da CPMI, violou vários dispositivos constitucionais e regimentais, entre estes:

a) art. 37, **caput**, da Constituição Federal (princípio da publicidade);

b) art. 241 do Regimento Interno do Senado (obriga a leitura das proposições e, portanto, do texto das modificações propostas pelo Relator);

c) art. 312 do Regimento Interno do Senado (admite a apresentação dos destaques para a votação em separado);

d) art. 131 do Regimento Comum (permite a apresentação de questões de ordem).

4 – Estas violações legais e regimentais impediram aos parlamentares e à sociedade brasileira o conhecimento integral da matéria votada,

propiciando que o relatório tivesse texto diferente do divulgado e discutido. Por esta razão, foi interposto o recurso contra a decisão do Presidente da CPMI que impediu a votação de destaques e até mesmo o simples esclarecimento das modificações introduzidas pelo Relator momentos antes da votação, e sem a necessária publicidade dos textos alterados. É importante salientar que a interposição deste recurso não será por nós utilizada para obstar o encaminhamento do resultado da presente investigação parlamentar ao Ministério Público e às autoridades competentes. Também não serão propostas quaisquer medias judiciais com este objetivo.

5 – São ***inaceitáveis*** as modificações feitas pelo Relator no texto do relatório, ***minutos antes da votação***, e ***sem conhecimento do texto modificado***. As alterações e supressões injustificadas do encaminhamento ao Ministério Público do nome de suspeitos, particularmente nas conclusões propostas em relação às franquias, aos dirigentes dos Correios, do IRB e de corretoras, sem permitir que parlamentares indagassem a motivação do Relator ao fazê-las, é fato grave e ofensivo à transparência que deve orientar as investigações parlamentares. Causa espécie, inclusive, que ***até o momento o texto modificado ainda não tenha sido divulgado***.

6 – Para que omissões injustificadas nas investigações realizadas pela CPMI dos Correios sejam levadas ao conhecimento das instituições competentes, encaminharemos representação ao Ministério Público Federal e a outras autoridades, para que tomem ciência dos fatos delituosos lamentavelmente retirados e omitidos do relatório originalmente apresentado pelo próprio Relator.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a a gentileza com que me concedeu alguns minutos a mais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, embora não tenha sido citado nominalmente, mas sendo um dos votantes do resultado da CPMI, sinto-me altamente atingido pelas afirmações da Senadora Líder do PT. Portanto, peço a V. Ex^a, baseado no art. 14 do Regimento Interno, o direito do uso da palavra. Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Seria mais uma quebra do Regimento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Solicito ao Senador Heráclito Fortes apenas um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, essa seria mais uma quebra do Regimento, porque o art. 14 do Regimento Interno é explícito ao garantir a palavra apenas quando há citação nominal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, sinto-me atingido.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra por menos de um minuto, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não respondi sequer à solicitação do Senador Heráclito Fortes, e S. Ex^a já está na tribuna.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Sr. Presidente, quero-me inscrever também pelo art. 14 do Regimento Interno do Senado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, por um minuto, não mais que um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Evidentemente, vou atender a esse apelo da Senadora Heloísa Helena, que defende o direito de falar, e vou conceder, sim, pelo art. 14 do Regimento Interno, a palavra ao Senador Heráclito Fortes, mas depois da questão de ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Solicito menos de 30 segundos, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, também faço parte da CPMI...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a tolerância do Senador Heráclito Fortes por 30 segundos.

O Ministro Márcio Thomaz Bastos encaminhou-me cópia de um ofício enviado ao Senador Renan Calheiros, nos seguintes termos:

Senhor Presidente,

Em função de requerimentos apresentados por parlamentares manifestando interesse em meu comparecimento ao Congresso Nacional, considerando a importância do bom funcionamento das instituições democráticas, expresso na relação harmoniosa entre os Poderes da República, manifesto minha disposição em comparecer a qualquer uma das Casas do Parlamento, em data a ser marcada de acordo com a conveniência do Legislativo.

Respeitosas saudações. – **Márcio Thomaz Bastos**, Ministro de Estado da Justiça.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e ao Sr. Senador Heráclito Fortes.

Esse é o registro de um democrata e de um homem com absoluta responsabilidade política, o Ministro Márcio Thomaz Bastos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Tião Viana, pela boa notícia.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, também sou membro da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vou conceder a palavra ao Senador Heráclito Fortes pela ordem, porque, se lhe concedesse a palavra pelo art. 14 do Regimento Interno desta Casa, evidentemente, todos os integrantes da CPMI teriam de falar, de se pronunciar.

Então, concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem, Senador Heráclito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, meu pedido é pela ordem mesmo, porque fui citada nominalmente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a é a próxima oradora inscrita.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Mas vou pedir a palavra pelo art. 14 do Regimento, porque é para se cumprir o Regimento e vou tratar disso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a foi nominada.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Estou solicitando a palavra, após o Senador Heráclito, pelo art. 14 do Regimento. Depois, pelo direito regimental que tenho, mantenho minha inscrição como Líder e minha inscrição feita normalmente. Quero deixar claro que isso é regimentalmente legal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pelo Regimento, V. Ex^a tem o direito de requerer a palavra pelo art. 14, uma vez que foi citada pela Senadora Ideli Salvatti. V. Ex^a terá a palavra depois do Senador Heráclito Fortes, que falará pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço que me seja concedida a palavra pela ordem, em seguida, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a.

Como participante dessa CPMI, como um dos votantes nessa CPMI, quero esclarecer à Nação que não há fundamento nas palavras da Líder, hoje completamente movida por uma teoria conspiratória. A mania de perseguição que tomou conta de alguns setores do PT não tem cabimento, Sr. Presidente.

A mania de perseguição que tomou conta de alguns setores do PT não tem nenhum cabimento, Sr. Presidente! Vamos ser bem claros e justos! A Líder cita alguns votos, em separado, de autoria do Deputado Carlos Willian. Se S. Ex^a tivesse prestado atenção, o voto em separado de autoria do PT, assinado pelo Senador Sibá Machado, recebe também a assinatura do mesmo Deputado Carlos Willian. Quer dizer que o Deputado Carlos Willian tem dupla atuação? Para contrariar o PT não serve; para ajudar o PT é bom! Quando a Líder fala da questão do IRB, S. Ex^a faz a defesa pela metade. No entanto, não cita que o nome do Sr. Henrique Brandão – também do IRB –, acusado de conluio com o seu Partido, foi retirado!

Creio que conversas dessa natureza contaminam a CPI. Mas, se alguém procurou tirar nomes de membros ligados ao PT foram os membros do PT.

Agora, isso tudo fica muito ruim, Sr. Presidente, para a Nação. Aqui, a Senadora Ideli fala de unanimidade da Bancada do PT na CPI e omite o nome do Presidente, que é o Senador Delcídio Amaral, o que dá a impressão de que o Senador Delcídio está expulso ou, pelo menos, execrado do Partido. Fica muito ruim para o Partido dos Trabalhadores punir quem cumpriu o Regimento e omitir o nome dos que roubaram a Nação, que nunca foram ao Conselho de Ética, que nunca foram julgados e que não receberam nenhuma pressão do Partido dos Trabalhadores! Punir quem quis! Se a lei fosse cumprida – no caso do Senador Delcídio, não tenho nenhuma procuração para defendê-lo... E não se tomar nenhuma providência em relação aos que são absolvidos, a cascatas, e que participaram do mensalão! Acho que esta CPMI fez um bem ao PT quando não caracterizou o mensalão e aceitou a figura do caixa dois.

A Nação toda sabe que o dinheiro surrupiado da Nação foi após o período eleitoral; que o dinheiro tirado da Nação, dos cofres do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, dos fundos de pensão, não foi para a campanha do Sr. Lula – ele já estava eleito! –, foram saques feitos a empresários brasileiros. Portanto, essa fuga da Líder do plenário não nos surpreende! Virou investigadora de polícia, denunciando colegas, pedindo punição de funcionário desta Casa que se recusam a cumprir ordens que não são legais! Não reconhece que estamos em um Estado de Direito. Graças a Deus a Nação acordou a tempo, porque, senão, Senador Alvaro

Dias, se o PT continuasse arrecadando os dinheiros na marcha em que foi o seu primeiro ano, e continuasse forte junto à opinião pública, nós já estávamos, neste País, numa ditadura! O PT não gosta disto. Tem pavor a parlamento. Ele gostava era daquelas assembleias em que só o chefe e o poderoso falavam e todo mundo aplaudia. Democracia é outra coisa. Democracia é a arte de contrários terem opinião e ser respeitada!

Finalizando, Sr. Presidente, se nós retroagirmos no tempo, vamos nos lembrar que fomos, os da Oposição, derrotados na composição da CPI. Por quê? Porque o PT não cumpriu o acordo, e nós perdemos o direito de indicar o Presidente e o Relator. E agora o PT se volta exatamente contra quem elegeu. Por quê? Porque não quiseram cumprir as ordens emanadas do politburo! As ordens vindas de cima, que tinham de ser obedecidas: esquecerem-se dos culpados e acusarem os inocentes!

Sr. Presidente, falou-se, aqui, que votaram sem saber o que estavam votando. Pior exemplo deu a Líder, que fala de um relatório que sequer leu. Se ela for ver o relatório do PT, dos votos em separado – o PT sabe tanto que não tem convicção, meu caro Senador Geraldo Mesquita –, na maioria dos casos, ele não acusa diretamente, mas em tese. Diz: “em tese, fulano errou...”, “em tese, fulano pecou”. E V. Ex^a sabe que no Direito não há condenação em tese! Condena-se pelo crime, pelo erro; não existe essa condenação em tese! Infelizmente, a Senadora, qual peixe, morreu pela boca. Falou de quem votou sem saber, sem sequer ter lido o que o seu Partido mandou àquela Comissão!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR)

– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, pelo art. 14.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Sr. Presidente, o direito de pedir a palavra pela ordem, creio que eu também o tenho, uma vez que também sou membro da CPMI.

Eu só queria fazer uma colocação, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR)

– Pois não. Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quanto à colocação da Senadora Ideli Salvatti, de que nós não tivemos acesso às mudanças no relatório, que só nos entregaram na parte em que havia iniciado a votação, é pura verdade! Não votei porque não sabia o que estava sendo votado! E, se não sei o que estou votando, eu não vou votar. Não vou er-

rar por omissão. Então, enquanto eu e os outros dois membros do PMDB estávamos lendo, foi dado como encerrada a votação, e acabou. Isso me lembra muito o gol de mão do Maradona. Foi gol de mão, e a história vai mostrar isso. Agora, está valendo o gol. Mas, depois, com calma, vai-se mostrar que foi gol de mão o que aconteceu ontem, Sr. Presidente.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Wellington Salgado Filho.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos, regimentalmente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL. AL. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, eu até estava inscrita, e vou preservar a minha inscrição, como manda o Regimento, e, respeitosamente, possibilitando a permuta para alguns que precisem falar antes de mim, mas me sinto na obrigação, como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, de fazer algumas observações, inclusive do ponto de vista regimental.

Tive a oportunidade de apresentar o meu descontentamento em relação a parte do Relatório do Deputado Osmar Serraglio, como fez V. Ex^a também. É evidente que há fatos graves que não foram incorporados no Relatório do Deputado Osmar Serraglio. O fato da retirada dos nomes do Armando Cunha, do João Leite Neto, do Presidente dos Correios, os problemas relacionados à Beta, não apenas em relação a 2000, porque houve fraude da Beta em 2000, no Governo Fernando Henrique, e houve fraude da Beta no Governo Lula também, porque um dos donos da Beta, o Sr. Carlos Augusto, financiou a campanha do Presidente Lula. Existem problemas gravíssimos! Claro que eu queria que a CPI dos Correios tivesse quebrado os sigilos bancário, fiscal e telefônico de todos os beneficiários iniciais da operação fraudulenta do mensalão, porque o povo brasileiro não sabe quais Senadores ou Deputados foram beneficiados com o esquema do mensalão. O povo não sabe, porque não quebraram os sigilos bancário, fiscal nem telefônico, porque o Governo implodiu a CPI do Mensalão. Sabe apenas quem são os beneficiários iniciais. Claro que eu queria que estivesse no Relatório do Deputado Osmar Serraglio o banqueiro Daniel Dantas. Claro que eu queria que estivessem todos os problemas relacionados às franquias. Claro que eu não tenho nenhum compromisso com os crimes contra a Administração Pública – se foram identificados e se fossem para o relatório da CPI – do governo passado. Claro que eu queria que estivesse dentro do relatório, como principal responsável, comandante do esquema de corrupção, o Senhor Presidente da República. Claro que eu que-

ria que no capítulo da Gamecorp estivesse o filho do Presidente da República, o Sr. “Lulinha 15 milhões”, porque, se fosse o meu filho, ele estaria lá para ser desmascarado; e quem não botasse o meu filho para ser desmascarado estaria prevaricando! Claro que tudo isso é fato. Eu queria que o relatório fosse outro.

Agora, há algo que o Governo precisa responder. O recurso ao Plenário... Senador Tião, há muitas coisas importantes, eu reconheço. Sabe V. Ex^a como eu gosto do Regimento, como eu prezo pelo respeito ao Regimento, porque o Regimento é o instrumento da Minoria, mas o Regimento não pode ser usado para tapetão quando perde. Esse é o problema! Na quinta-feira passada, à noite, o Senador Delcídio encaminhou, por acordos com os Parlamentares, tudo isso aqui que eles estão agora dizendo que não pode mais. Por que aceitaram isso? Eu, de pronto, liguei ao Senador Delcídio e disse: Senador Delcídio, V. Ex^a acordou com todos os outros que até as 10 horas da manhã seria preciso mandar os votos em separado, e eu estou dizendo a V. Ex^a que, se durante a discussão, eu entender que quero apresentar voto em separado, eu o farei. O Regimento diz que até o final da discussão pode ser apresentado voto em separado. Combinou-se e se assinou com o Senador Delcídio – e a Base do Governo não reclamou – que o relatório não constitui proposição legislativa. Portanto, não caberia o requerimento de votação. Por que aceitaram isso? Existe uma decisão do Senado, da Comissão de Constituição e Justiça, que agora eles estão usando. Ou seja, aceitaram quinta-feira passada, porque talvez imaginassem que poderiam transformar algum Senador ou Deputado em mais uma mercadoria parlamentar, talvez imaginassem que iriam ganhar os votos necessários para o substitutivo; passaram todo o dia de ontem articulando com Parlamentares do PFL e do PSDB – não todos os Parlamentares –, mas passaram. Está lá, em todas as fotos de jornais, em cenas na televisão. O problema é que queriam trocar uma coisa por outra. O problema é que perderam a autoridade moral e regimental de questionar porque passaram o dia todo no submundo, nos subterrâneos, tentando fazer acordos políticos: “Tudo bem, você deixa de fora o fulano de tal, mas dê uma interpretação diferente ao mensalão...”

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Infelizmente, como a Senadora usa a palavra para explicação pessoal, meu caro Senador Heráclito Fortes, não cabe aparte.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Eu só tenho nove segundos, mas daqui a pouco eu vou

voltar porque estou escrita regimentalmente, protegida, e poderei falar.

Sr. Presidente, para deixar absolutamente claro, infelizmente, a Base do Governo foi cega pela arrogância. Não questionou os procedimentos encaminhados pelo Senador Delcídio Amaral na quinta-feira passada. Não questionou nada durante a discussão, nem durante o início da votação. Não apresentou requerimentos, não fez nada. Quando viu que iria perder, que a tática dos subterrâneos não iria conseguir tirar o que eles desejavam, resolveram fazer esse tipo de bravata regimentalista. Portanto, perderam a autoridade regimental e moral para fazê-lo porque priorizaram os esconderijos, os acordos políticos. E como não foram contemplados, agora estão questionando algo que quinta-feira passada não questionaram.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, como Líder, por cinco minutos.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somente enquanto S. Ex^a assume a palavra.

É para que a Nação, que ouve a TV Senado, tome conhecimento de que a Líder do PT no Senado fez provocação à Oposição sobre o relatório e fugiu do plenário. Puxou o debate, que é democrático – e a imprensa sabe que é um debate importante –, fez a provocação e retirou-se do plenário por falta de argumento.

Eu quero apenas que fique registrado, porque o Brasil inteiro nos está assistindo. Quem não pode com o pote não pega na rodilha. Quem não tem condições de discutir o que aconteceu ontem não deveria provocar o debate; mas, ao fazê-lo, precisaria estar aqui para sustentar a tese que defende e não fazer discurso e fugir do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador Antero Paes de Barros tem a palavra como Líder, por até sete minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Inicialmente, quero cumprimentar V. Ex^a, os Srs. e as Sras. Senadoras e dizer que, como Líder, também gostaria da isonomia, utilizar o mesmo tempo concedido pela Liderança da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco PT – AC) – Senador Antero Paes de Barros, o Secretário informa

que a Senadora usou cinco minutos mais dois minutos. V. Ex^a terá a devida compreensão da Mesa.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Sr. Presidente, quero hoje lamentar o comportamento do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Não agora se colocando à disposição para vir debater aqui no Senado. Acho que é importante. Sabendo que viria como convocado, foi inteligente e antecipou a sua vinda ao Senado da República. Não deixa de ser uma medida inteligente; aliás, nunca ninguém negou a inteligência dele.

O tratamento privilegiado dado ao Ministro Antonio Palocci pela Polícia Federal é inaceitável. Por que o Sr. Antonio Palocci, não mais Ministro da República, não foi ouvido na Polícia Federal? Por quê? Para desviar a atenção da imprensa, com aquela suposta bomba armada pelo advogado dos Maluf, hoje advogado do PT, para que a imprensa, num evento público, não pudesse ouvir, ver e fotografar o depoimento do Ministro Antonio Palocci.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, lendo parte do depoimento do Ministro Antonio Palocci, quero chamar a atenção desta Casa. O PT precisa de limites. Em determinado trecho do depoimento que está no *site* do jornalista Ricardo Noblat, ele diz o seguinte: “... que consultou o Sr. Daniel [o Daniel a que se refere é o assessor do Ministro Márcio Thomaz Bastos] sobre que medida jurídica o interrogando [ele] poderia adotar ou qual órgão de investigação jurídica deveria ou não procurar, tendo em vista a informação de que S. Ex^a, o Senador Antero Paes de Barros, estaria se reunindo com o caseiro para possível instrumentalização de uma pessoa humilde para atacá-lo politicamente”.

Canalhice pura! Ele foi lá procurar a Abin – está hoje nos jornais –, foi procurar a Polícia Federal, querendo transformar uma instituição séria da República numa *gestapo* de Lula; só faltou procurar o Exército brasileiro para ir atrás do caseiro. Coincidentemente, esses fatos ocorrem no dia 17, ao mesmo tempo em que, nesta Casa, se fazia requerimento para saber de fitas dos Srs. Senadores, para saber de imagens dos Srs. Senadores; ao mesmo tempo em que – constatou-se – as câmeras da televisão estavam direcionadas para o meu gabinete. Não aceito isso, como não aceito que o Senador Heráclito Fortes continue sendo alvo dessa loucura palaciana.

A invasão do sigilo do Sr. Francenildo não foi um ato isolado do Presidente da Caixa, não foi uma ordem isolada do Sr. Palocci. No depoimento do Sr. Palocci, ficaram claros alguns fatos. Política tem que ter lógica, Senador Cristovam. No dia 17, ele se encontrou com os assessores do Ministro Márcio Thomaz Bastos. Eles todos precisam vir à CPI dos Bingos. Ele falou, no dia 17, com os assessores do Ministro Márcio Thomaz Bastos. Em que data o Ministro soube que seus assessores

foram procurados para a prática dessa violência contra o caseiro e contra o Senado da República? Quando o Ministro soube? No dia 17. O Palocci só foi demitido, Senador Tasso Jereissati – aliás, a pedido – no dia 27, dez dias depois. Não é da boa lógica imaginar que os assessores do Ministério da Justiça não concordaram com a violência proposta pelo Palocci e não informaram o Ministro. Se informaram ao Ministro, ele informou ou não ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva? Esse é o âmago da questão! O Lula sabia ou não sabia? E, depois que soube, depois que tomou conhecimento dessa violência, por que Lula chama o Palocci de grande irmão? Por que, na demissão, o maior ato contra a democracia brasileira – depois do Golpe de 64, essa é a maior violência contra a democracia – por que depois de tudo isso, o Lula, não tendo coragem para demiti-lo e não podendo demiti-lo, se vira para o Palocci e diz: grande irmão, grande companheiro, grande isso, grande aquilo.

Grande irmão por quê? Por que precisa ficar calado como grande irmão e não revelar todas as entranhas do poder? Grande irmão por quê? Por quê, estando exilado no Palácio do Planalto, o Sr. Palocci não pode revelar se conversou ou não com o Lula nesses dez dias?

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Nesse tempo todo, Sr. Presidente, o Sr. Palocci esteve dentro do Palácio do Planalto, próximo ao Lula. E não conversou com o Lula?

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Melhor chamá-lo de grande comparsa, Senador.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – O grande cúmplice.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – O grande cúmplice!

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – É evidente que é isso. Não dá para deixar essa história pela metade. Há muitos furos nessa história, e ela precisa ser investigada à exaustão.

Hoje, começam a aparecer os jornalistas aqui. A jornalista Helena Chagas é citada no depoimento do Palocci. Palocci precisa ser, como cidadão, convocado para depor na CPI; o Presidente da Caixa, como cidadão, convocado para depor na CPI. A acareação é uma necessidade para repor a verdade histórica. Os que participaram da comemoração do aniversário de Jaques Wagner precisam ser convidados para esclarecer a história.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Os assessores precisam esclarecer quando informaram. O General Félix confirmou que foi procurado por Palocci. É para isso que serve a Abin?

Não dá mais, Sr. Presidente, para aceitar isso.

Ouçõ o aparte do Presidente, um dos grandes orgulhos do nosso Partido, Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Só peço ao nobre Senador Tasso Jereissati objetividade. Não concederei mais apartes em função do tempo do orador. Agradeço a V. Ex^a a compreensão.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Antero, cada dia que passa fico mais surpreso e mais perplexo diante do que está acontecendo. Agora, assisti ao pronunciamento da Líder do Governo. Ela, em resumo, indo ao mérito da questão – não vou entrar nos detalhes técnico-regimentais –, reclamava um requerimento, um relatório final da CPI que dissesse que não aconteceu nada, que não houve mensalão, que não houve corrupção, que não houve deputado recebendo nada; que, enfim, fôssemos coerentes com as votações que estão acontecendo na Câmara Federal, isentando deputados; que nós, do Congresso Nacional e a CPMI dos Correios, fôssemos cúmplices de uma grande farsa, e saindo a CPMI, assim como o Congresso Nacional, desmoralizada perante o País, fazendo parte de uma grande mentira nacional e assumindo a cumplicidade com o maior espetáculo não do crescimento, mas o maior espetáculo de corrupção a que este País já assistiu. Mas, se fosse só isso, já era demais, já era muito.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Sr. Presidente, desculpe-me, mas o pronunciamento da Senadora foi bem longo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Meu caro Senador Tasso Jereissati, a Secretaria informou que S. Ex^a usou oito minutos.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – A sua Secretaria lhe informou errado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Não. O Senador Antero já está com nove minutos, e vou conceder mais três minutos a V. Ex^a, sem problema.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Isso já era muito. Mas, mais do que isso, ela novamente fez uma acusação aos Senadores e Deputados que participaram dessa CPI e tiveram não a coragem, mas cumpriram com o seu dever, e fizeram um relatório minimamente correto. Acusou todos de incorreção, seus colegas Senadores e Deputados que trabalharam corretamente. Acusou todos por fazerem o trabalho correto

– mais grave ainda. Agora, mais grave ainda, porque ela já havia preparado aqui, nesta Casa, uma trama clara e pública contra V. Ex^a, num caso que depois se tornou, talvez, o maior escândalo de uso da máquina pública nacional desde, talvez, a ditadura militar, desde as torturas da ditadura militar, que foi o caso da quebra de sigilo do caseiro. Ela, desta tribuna, armou uma trama, querendo praticamente acusar V. Ex^a de um conluio, insinuando – antecipadamente, veja bem – que V. Ex^a tivesse um conluio com o caseiro e que este conluio tivesse a ver com o que o caseiro tinha feito, pedindo, aliás, que fosse investigada a vida de V. Ex^a, de uma maneira bastante pouco elegante e bastante pouco ética...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – ...tornando-se, portanto, já contumaz o hábito dessa Senadora de investigar e acusar, de uma maneira bastante pouco elegante, a vida dos seus colegas, pedindo a eles que se omitam diante da corrupção, que se omitam diante do uso cada vez mais ditatorial e autoritário que se está fazendo da máquina pública deste País, para encobrir a mentira e a corrupção. Vejo aqui, agora, V. Ex^a dizer que essa montagem que o Ministro Palocci fez na Polícia Federal tinha uma conexão direta com o discurso que ela fez àquela época aqui; portanto, parte de uma trama diretamente relacionada e concatenada para desmoralizar a denúncia que V. Ex^a fazia e concatenada, também, com a abertura do sigilo fiscal e, portanto, concatenada com o Sr. Jorge Mattoso, concatenada com toda a República, com o Poder e com o Governo. E aí eu chego ao Presidente Lula, que é o responsável por tudo isto, pela abertura do sigilo do caseiro e de desmoralização de V. Ex^a e – vou mais além – de desmoralização, agora, da CPI; desmoralização da CPMI; desmoralização do Senado Federal e desmoralização do Congresso Nacional, que é o objetivo final.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Secretaria-Geral da Mesa retifica, informando que a Senadora Ideli Salvatti usou 23 minutos. Então, V. Ex^a ainda tem direito a mais dez minutos, caso queira.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Estava esquisito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– É uma retificação da Secretaria, pois eu não estava presidindo à hora da informação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Sr. Presidente, este assunto tem que ser aprofundado na CPI dos Bingos, pois está longe de ser inteiramente apurado.

É difícil saber qual o melhor artigo da Jornalista Dora Kramer, mas o artigo de hoje, *Espetáculo Mambembe*, gostaria que constasse nos Anais do Senado da República. Ela faz uma homenagem ao Carequinha e relata a informação sobre esse espetáculo armado pelo PT, pelo Batochio, pelo Palocci, pelo Governo no sentido de evitar que a verdade por inteiro fosse descoberta ou que o Palocci fosse ouvido.

Essa trama para proteger o Palocci obriga o Senado a ouvir o ex-ministro. Não há como o Senado não ouvir o Palocci.

Uma outra informação é que, quando terminou a CPI do Banestado, Sr. Presidente, eu dizia aqui – e trago agora a informação à Nação – que estávamos corretos mais uma vez. Quando terminou a CPI do Banestado, apresentei um voto em separado, encaminhei-o ao Ministério Público, à Receita Federal, à Polícia Federal, ao Coaf, e o Ministério Público encaminhou-o, por meio da Procuradoria-Geral da República, ao Supremo Tribunal Federal.

Eu dizia que era preciso continuar a investigação sobre o Dr. Henrique Meirelles, porque os dados apurados pela CPI indicavam que ele havia utilizado uma das empresas do Banco de Boston para promover, via doleiro, lavagem de dinheiro.

O tempo passou e hoje o Supremo Tribunal Federal, por meio do Ministro Joaquim Barbosa, deu provimento ao recurso, deferindo o pedido da extensão de quebra de sigilo bancário do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Ministro Barbosa: “A Procuradoria-Geral da República investiga suposta prática de crime contra o Sistema Financeiro Nacional, evasão de divisas do País e crime eleitoral pelo Presidente do Banco Central”.

O Ministro Ricardo Lewandowski pediu vista e, com isso, o julgamento fica suspenso; mas é pelo menos confortável perceber que um dos Ministros do Supremo Tribunal Federal teve o mesmo entendimento que nós com relação ao processo do comportamento do Sr. Henrique Meirelles.

O que ocorre? Ocorre que encaminhamos relação dessa situação do Henrique Meirelles ao Dr. Robert Morgenthal, Procurador Distrital em Nova Iorque, e lá, nos Estados Unidos, o Dr. Robert Morgenthal, não só está fazendo as investigações naquilo que existe em território americano, mas também está pedindo apoio do Supremo Tribunal Federal para que possa investigar o Sr. Henrique Meirelles. Se essas coisas não tivessem embasamento, é evidente que a Promotoria de Nova Iorque não iria aceitar como aceitou, pedir como pediu a seqüência das investigações com relação ao Sr. Henrique Meirelles.

Portanto, o Sr. Henrique Meirelles pode ser, daqui a pouco, prevalecendo a lógica dos documentos acostados ao Poder Judiciário, mais um investigado do Governo do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

Para finalizar, quero dizer que, felizmente, a sociedade brasileira começa a perceber os fatos e, tenho absoluta convicção, não perdeu a capacidade de indignação.

Segundo pesquisa realizada em São Paulo, pelo Ibope, entre 1º e 3 de abril – pesquisa encomendada pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de São Paulo e região –, as intenções de voto em Geraldo Alckmin pularam de 32% na pesquisa de fevereiro para 46% no início deste mês, ou seja, mais 14 pontos percentuais; Lula caiu de 32% para 28%, menos 4 pontos percentuais; Anthony Garotinho está com 5%; Heloísa Helena, com 3%; e Enéas, do Prona, com 2%. Em um hipotético segundo turno, Geraldo Alckmin venceria com 55% das intenções de voto contra 31% de Luiz Inácio Lula da Silva.

A mesma pesquisa, o mesmo levantamento feito pelo Ibope a pedido do mesmo Sindicato para o Governo do Estado de São Paulo: o candidato do PSDB, José Serra, teria 51% das intenções de voto no primeiro turno contra 17% de Marta Suplicy e 8% de Orestes Quércia. Quando o candidato petista é Aloizio Mercadante, o Senador fica com 8% das intenções de voto; Serra, o candidato do PSDB, tem 55%; e Quércia, 11%. Numa lista com Paulo Maluf, este ficaria com 5%; Serra teria 52% contra 18% de Marta Suplicy.

No segundo turno, as simulações indicam – a mesma pesquisa Ibope: Serra 62% contra Marta com 23%; Serra 67% contra Mercadante com 16%; e Serra 63% contra 17% de Quércia. A margem da pesquisa Ibope é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos.

É a mobilização popular no sentido de que possamos reconquistar o Estado de Direito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Com prazer, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Como sabemos que é muito difícil o debate democrático, porque o Governo, sem razão nenhuma, foge de plenário, quero mostrar aqui à Nação os votos em separado apresentados pelo Sr. Carlos Willian. Aqui, onde ele tira exatamente o que, com muita justiça, a Senadora disse: “Tiram várias pessoas, mas tiram também Previ...” Bom; Senadora Heloísa Helena, todos esses votos em separado são do Deputado Carlos Willian, que, por sinal, chamado que foi, não declinou o seu voto ontem na CPI. E este aqui é o relatório do PT: o Voto em Separado nº 4. Pasmem, Senhores! Senador Tião Viana, para essas coisas não chamam V. Ex^a. Sabem que V. Ex^a não topa. Autores:

Senador Sibá Machado, Deputado Carlos Willian e outros. Carlos Willian é exatamente o campeão de votos em separado, que a Líder do PT acusou aqui. Campeão! Eu sugiro que esse fato seja visto com muita delicadeza. E quero chamar aqui a atenção de um outro fato: o objeto de desejo do Governo é o Sr. Daniel Dantas – até concordo –, mas, na hora de acusar o Sr. Daniel Dantas, o que é que diz o voto em separado do PT? “Pelo exposto, Dantas praticou, em tese – frise-se: em tese! – crime de tráfico de influência etc”. As três acusações que são feitas contra o Sr. Dantas, todas elas são “em tese”. Acho que o PT daria uma demonstração de coragem à Nação – e eu me submeto a isso. Vamos abrir uma CPI; vamos investigar o Sr. Daniel Dantas, os Fundos de Pensão e o Citibank nesta operação que tem dado prejuízo ao País; essa operação que é obscura e que envolve um banco que está metido em falcatruas em mais de dez países, que é proibido, inclusive, de atuação e é motivo de punição do próprio governo americano. Vamos abrir essa CPI. Eu acho que chegou o momento de clarear as coisas, porque se se denuncia,

durante uma CPI toda, um cidadão e depois pede que ele seja condenado “em tese”, não é séria uma acusação dessa maneira. Algum acordo houve por baixo dos panos e nós não estamos sabendo aqui, ou então faltou convicção de quem acusa. Era esse o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)
– Agradeço o aparte de V. Ex^ª.

Concluo meu pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo que esta Casa precisa aprofundar essas investigações. Ainda não está concluída a história do caseiro. Quem agiu contra o caseiro foi o Estado brasileiro. É preciso que isso fique absolutamente claro com as futuras convocações que vamos defender na CPI.

Era isso, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DORA KRAMER

dkramer@estad.o.com.br

Espetáculo mambembe

O estado de saúde do cidadão Antonio Palocci não explica, muito menos justifica, o elogio ao engodo perpetrado anteriormente pela Polícia Federal, o advogado José Roberto Batochio e o ex-ministro da Fazenda, sob o auspício do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, na condição de superior hierárquico da PF.

Palhaçada seria o termo mais próximo do adequado para definir a armação engendrada para proteger Palocci da imprensa e driblar o direito do público à informação, não representasse um insulto ao palhaço Carequinha falecido ontem, encerrando sua participação numa vida inteira dedicada à graça, à delicia, ao bem-estar, aos bons valores que um dia já preponderaram como objeto de admiração neste país.

Carequinha, as crianças de ontem lembram bem, ensinava que “o bom menino não faz pipi na cama”. Politicamente incorreto, mas um lema inofensivo diante da ausência de princípios e falta de pudor às faces apresentadas aos jovens de hoje como exemplo vindo de cima. Mais exatamente dos governantes, gente com responsabilidade não só sobre os rumos da administração, mas da formação (ou deformação) da mentalidade social.

As coisas andam de um jeito que, quando a gente pensa que já se chegou ao fundo do poço em matéria de vilanias, algo pior acontece para confirmar que de uns tempos para cá passamos a viver sob império da mais absoluta desfaçatez.

O espetáculo mambembe encenado durante cinco horas em um hotel de Brasília para manter a imprensa ocupada na expectativa de uma “bomba” que seria revelada pelo advogado Batochio, enquanto Antonio Palocci falava no delegado da PF em sua casa (funcional, ainda não devolvida), não destoou, diga-se, do festival de mentiras em cartaz no Brasil.

Compôs a perfeição o cenário de degradação moral onde já atuaram um subchefe do ex-Casa Civil, um advogado de estorção, partido – incluindo após o fim dos cursos (ilegais) para financiar campanhas, autoridades, dirigentes partidários,

parlamentares e profissionais de renome mentindo descaradamente em comissões de inquérito, presidente da República assinando cheque em branco para réus confessos, partidos de oposição fazendo acordos para absolvição de infratores do decoro parlamentar, o chefe da Na-

ção avançando a prática do caixa 2 (e, portanto, a sonegação), deputada emprestando o rebolado a festa da impunidade no plenário da Câmara e, no que se imaginava ser o limite, o Estado sendo usado para quebrar ilegalmente o sigilo bancário de um cidadão.

A lista é longa, não obstante incompleta.

Acerescente-se a ela o delito de corrupção cometido por um presidente da Câmara, as cenas de fisiologismo explícito para eleger seu sucessor, as relações incestuosas entre membros dos Poderes Executivo e Legislativo e integrantes do Poder Judiciário, os esforços de um partido que se propõe a derrotar o PT para salvar um correleio senador do rol de acusados pelo crime eleitoral de uso de caixa 2. Ainda assim não temos o quadro completo, dada a insuficiência da memória frente à abundância de ocorrências – no sentido policial mesmo.

O despiste de terça-feira não ficou nada a dever ao conjunto da obra. Palocci não queria ir à sede da PF para não ser fotografado à saída. Não queria também jornalistas rondando a porta de sua (nossa) casa oficial no Lago Sul de Brasília e, para evitar isso, escolheu fazer a imprensa – e por consequência a outra ponta do canal de comunicação, a sociedade – de tola.

Ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, o advogado Roberto Batochio – que se notabilizou por discursos grosseiros na presença de presidentes da República em solenidades no Supremo Tribunal Federal – não hesitou em recorrer à assessoria de imprensa da OAB, cujos profissionais emprestaram (voluntária ou involuntariamente) seus nomes a zelar para a montagem do espetáculo.

Os jornalistas foram convocados para ouvir do advogado a revelação de uma “bomba”.eram 17 horas quando correram todos atrás da notícia no lugar marcado.

Melhor seria dizer na arapuca onde cinco horas depois apareceu o advogado pleno de respide e irritação, a informar sobre o já ocorrido depoimento de Palocci.

Ou seja, a “bomba” era apenas uma armadilha para desviar a atenção. Correm versões de que era mais que manobra diversionista: teria também o condão de passar a quem de direito o “recado” de que outros depoentes deveriam tomar tenência, pensar duas vezes antes de complicar a vida de Palocci caso não quisessem ver algum artefato (no sentido figurado) explodir de fato.

No reino do vale tudo, esse episódio pode até parecer um golpe e impor reparos a ele soar como reação corporativista. Não é, os elementos que o compõem são os mesmos de sempre: privilégio (Francenildo Costa não contou com a prerrogativa da proteção), grosseria, desrespeito, abuso da boa fé ilibada, monumental bochecho para a fraude e um firme compromisso com a mentira. ●

Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Tião Viana 1º Vice Presidente, deixa a cadeira da presidência, que ocupa pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Diante das informações que foram aqui prestadas e sobretudo diante do ofício lido pelo Senador Tião Viana, encaminhado ao Senado Federal, segundo o qual o Ministro Márcio Thomaz Bastos se dispõe a comparecer a qualquer das duas Casas do Congresso Nacional para esclarecer inteiramente quaisquer episódios, eu primeiro quero enaltecer aqui o espírito democrático, o respeito pelo Congresso Nacional do Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, que assim se coloca inteiramente à disposição. Tenho a convicção de que, quando aqui vier, esclarecerá inclusive tudo o que foi objeto de apuração pela Polícia Federal sobre os episódios relacionados ao caseiro Sr. Francenildo dos Santos Costa.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para esclarecer um ponto relacionado ao Senador Tião Viana, pessoa que, sobretudo desde que aqui passamos a conviver, só tive razões para confiar no seu espírito público e na sua conduta ética. Procurando esclarecer esse episódio perante a Corregedoria, o que eu mencionei é que naquela manhã do dia 16, depois de eu próprio haver recebido uma informação de que teria havido pagamento ao Sr. Francenildo dos Santos Costa, sem saber como, e como naquela manhã o Senador Tião Viana disse ter recebido de terceira pessoa informação no mesmo sentido, eu próprio disse a ele que perguntaria ao Sr. Francenildo se porventura ele teria recebido um pagamento. Depois se verificou que o pagamento tinha ocorrido, de fato, por parte de seu pai por razões hoje bem conhecidas.

Quero aqui, Sr. Presidente, apenas esclarecer que considero que o Senador Tião Viana não teve qualquer responsabilidade sobre o vazamento de informações das contas do Sr. Francenildo. Ele teve uma informação que recebeu de maneira semelhante àquela, ou talvez com mais detalhe, que eu tinha recebido. Mas a pessoa que me informou foi uma senhora de São Paulo, que não tem qualquer relacionamento com a vida política; uma pessoa da vida religiosa. Não tem importância aqui quem falou. Pode ser que tenha ocorrido isso. Ela não tinha uma informação precisa; não me relatou como soube. Assim como, naquela manhã, o Senador Tião Viana também tinha recebido. Depois, ele me esclareceu, de mais de uma pessoa, a informação de que

Francenildo poderia ter recebido – como de fato acabou recebendo. Aconteceu o depósito.

Quero dizer, olho no olho, Senador Tião Viana, que V. Ex^a agiu de boa-fé. E se porventura o meu procedimento causou qualquer constrangimento a V. Ex^a, quero dizer, perante inclusive o Senador Heráclito Fortes – que quis mexer tanto comigo com relação a esse assunto, naquela manhã, na Corregedoria –, que reitero que V. Ex^a agiu de boa-fé. Confio no procedimento ético de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a Ordem do Dia?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não, sobre a citação feita aqui. Em nenhum momento, duvidei da intenção e da boa-fé do Senador Eduardo Suplicy. Sei que ele está abalado emocionalmente, porque está inclusive trocando o período, uma vez que a reunião não foi pela manhã, mas à noite. Acho que o esclarecimento prestado, que é pessoal, fez bem a ele, mas também fez um reparo público ao Senador Tião Viana que, naquele momento, passou a ser suspeito. Estava ausente, e V. Ex^a sabe a dificuldade.

Acho que essa questão encerra de uma vez por todas o problema. É um esclarecimento que V. Ex^a presta e o episódio, que já está esclarecido, deve ser dado por encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Demóstenes Torres.

É lido o seguinte:

Aviso nº 378-MJ

6 de abril de 2006

Assunto: Comparecimento ao Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Em função de requerimentos apresentados por parlamentares manifestando interesse em meu comparecimento ao Congresso Nacional, considerando a importância do bom funcionamento das instituições democráticas, expresso na relação harmoniosa entre os Poderes da República, manifesto minha disposição em comparecer a qualquer uma das Casas do Parlamento, em data a ser marcada de acordo com a conveniência do Legislativo.

Respeitosas Saudações, – **Márcio Thomaz Bastos**, Ministro de Estado da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O aviso que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quero agradecer o gesto do Exm^o Sr^o Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos. Oportunamente marcaremos a data do seu comparecimento a uma das Casas do Congresso Nacional. Para tanto, conversarei com as Sr^{as} e com os Srs. Líderes partidários.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fico feliz que o Ministro Márcio Thomaz Bastos tenha se oferecido para aqui comparecer, depois de termos dado entrada a um requerimento, solicitando a sua presença. Creio que, como Ministro da Justiça, S. Ex^a tem muito a esclarecer em relação a essa questão do caseiro.

Cada vez que vemos as investigações da Polícia Federal e os depoimentos... Ontem mesmo tivemos o depoimento do assessor de imprensa do Ministro Palocci, o jornalista Marcelo Neto, que é, pelo menos aparentemente, o principal suspeito do vazamento de informações sobre esse caso. E ele se recusou a responder a qualquer pergunta na Polícia Federal. Então, isso já deixa desconfiança na opinião pública. Os assessores do ministro, que estiveram na casa do Ministro Palocci...

Então, não haveria como concluirmos esse caso sem a palavra do Ministro da Justiça, que é um advogado experiente e competente. Por isso, S. Ex^a não vai ter nenhuma dificuldade em vir aqui dar as explicações. Nós, os Senadores, principalmente os da Oposição e alguns do Governo, como o Senador Eduardo Suplicy, que sempre nos ajuda aqui, é que teremos de estudar bem o assunto para fazermos as perguntas apropriadas ao Ministro da Justiça. Assim, vamos nos debruçar sobre as declarações, sobre os dias, sobre as horas, para que as perguntas ao Ministro sejam no nível do esclarecimento que S. Ex^a possa dar para acabar com esse caso e realmente sabermos quem foi o culpado pela quebra do sigilo do caseiro, porque até agora essa história não está completa. Está faltando saber uma porção de coisas em relação a esse fato.

Muito obrigado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, ouço V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para comunicar a V. Ex^a que, após a permuta de inscrição como oradora, feita pela Senadora Heloísa Helena com o Senador Demóstenes Torres, ela, por sua vez, fez novamente a permuta, a meu pedido, com o tem-

po de minha inscrição. Então, após a palavra do Senador Demóstenes Torres, que se encontra inscrito, a Senadora Heloísa Helena também fez a permuta com a minha inscrição, que vem logo depois.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Comunico à Casa que ainda não concluímos, com os Líderes partidários, o acordo para votar a Ordem do Dia. Seis medidas provisórias continuam sobrestando a nossa pauta, já há bastante tempo. É inconcebível que isso continue a acontecer. Desse modo, marcamos para segunda-feira sessão deliberativa – segunda, terça e quarta –, para quem sabe, havendo acordo, avançarmos na nossa pauta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, há previsão de votação do Orçamento para a próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tão logo haja a publicação do parecer da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, vamos convocar sessão do Congresso Nacional. Provavelmente para terça-feira de manhã. Estou planejando, não há ainda uma definição, porque depende dessa preliminar, ou seja, da publicação do parecer da Comissão de Orçamento. Se depender de mim, marcarei exatamente para terça-feira. Já recomendei à gráfica do Senado Federal absoluta prioridade, para que tenhamos impresso o relatório da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica

do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.
Prazo final: 25-4-2006

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.
Prazo final: 26-4-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá.
Prazo final: 28-4-2006

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, DE 2005
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em

função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator revisor: Senador Jefferson Péres.

Prazo final: 28-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Aelton Freitas.
Prazo final: 1º-5-2006

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa)

Relator revisor: Senador Osmar Dias.
Prazo final: 18.5.2006

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar

Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos 6 meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

12

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2003

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2003 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria.

Parecer favorável, sob nº 200, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wellington Salgado.

13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006

(Discussão adiada para esta data, em virtude de Requerimento de adiamento aprovado em 21-2-2006.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília em 7 de março de 2002.

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (nº 1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.

Parecer favorável, sob nº 189, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2006 (nº 1.154/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 199, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

16

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que es-*
pecifica.

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre*

os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

20

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Romeu Tuma

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, “O Presidente Lula e o Governo se deram conta de que há uma crise na agricultura”. Ministro Roberto Rodrigues.

No último dia 28 de março, o Ministro da Agricultura, Dr. Roberto Rodrigues, viu uma luz no fim do túnel da crise da agricultura brasileira. Cheio de esperança e alento, comemorou a ascensão do Ministro Guido Mantega e previu que em 15 dias seria editada uma medida provisória para cumprir duas finalidades importantes: a disponibilização de recursos orçamentários para a aquisição da safra com a garantia do preço mínimo e um amplo programa de revisão das dívidas do setor rural.

Desde fevereiro, o Dr. Roberto Rodrigues vinha negociando com a equipe econômica alternativas para tirar o setor do colapso, e a euforia momentânea despertou a confiança na chamada “MP do Bem” agrícola. Na ocasião, várias outras soluções foram discutidas para compor o pacote de bondades do Governo Lula, como a desoneração tributária da cadeia produtiva do agronegócio, a isenção dos insumos, a ampliação do crédito agrícola e a criação de um Fundo de Catástrofe. Foi um sonho em uma noite de verão.

Nesta semana, era esperada a edição da medida provisória, mas o Governo Lula retroagiu e acabou de decidir que não é o caso de MP nem de praticar o bem.

Os problemas que levaram o setor primário ao atoleiro podem ser resolvidos por resoluções técnicas. Mais que uma mera mudança de formalidade, a decisão significa que será anunciada uma verba específica para a comercialização da safra nos meses de abril e maio e que os agricultores se findem em suas próprias agruras. Mais uma vez o Dr. Roberto Rodrigues foi exposto ao vexame e se viu desmoralizado.

O Ministério da Agricultura anunciou que o Governo Lula havia encontrado motivação administrativa para gerenciar a crise do agronegócio, quando na verdade continuou a ignorar um segmento que experimentou uma perda de renda de R\$30 bilhões nos últimos dos anos. O fato é que o Presidente Lula sempre tratou o setor primário de forma pejorativa, como se o empresário rural fosse um agente opressor. Um capitalista selvagem pronto para espoliar o campesinato. Um oligarca que traz no sangue os vícios da aventura colonial desde as Capitanias Hereditárias. Não foi em uma só oportunidade que ecoaram do Palácio do Planalto considerações de que a pauta de reivindicações do setor primário brasileiro é um protocolo de caloteiros.

O desrespeito é tamanho que, no final de fevereiro, o Senado aprovou o Projeto de Lei nº 142, oriundo da Câmara dos Deputados, que dispunha sobre a repactuação das dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene. Simplesmente, o Presidente Lula vetou todo o projeto sob a alegação de que a matéria feria o interesse público. Ou seja, a Câmara dos Deputados e o Senado realizaram todo o ciclo do processo legislativo e aí vem o Presidente da República e fulmina com o veto integral dois anos de trabalho. Vejam que há algo mordaz na atitude palaciana. A intenção é de espezinhar o setor agrário, de humilhar o produtor, como se o PT estivesse realizando uma expressiva vingança contra um inimigo visceral. Por outro lado, a medida deu o prazer extra ao Governo Lula ao rebaixar o Poder Legislativo.

Sr. Presidente Renan Calheiros, o setor agrário exige de V. Ex^a que ponha na pauta esse veto para darmos um não ao Presidente Lula. Não podemos adiar mais que esse veto entre em pauta, porque o Presidente da República tem responsabilidades para com todo o Brasil, e esse veto diz respeito exatamente ao Nordeste brasileiro, local de menor produção e onde os agricultores ainda sofrem mais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a **Gazeta Mercantil** elaborou uma excelente reportagem em que os jornalistas situam com precisão e riqueza de detalhes a crise da agricultura brasileira. Nos últimos três anos, a safra apresentou quebras decorrentes de problemas climáticos, da redução dos preços das principais *commodities* agrícolas e da valorização de 18,5% do real frente ao dólar, só nos últimos 12 meses. As perspectivas não são nada boas ao setor primário. Para a safra 2005/2006, o IBGE estimou uma produção de 122,6 milhões de toneladas, mas a área plantada deve ter uma redução de 21% em relação a 2005, uma queda de 10 milhões de hectares, o que corresponderá à quebra de 25 milhões de toneladas de grãos.

A participação do agronegócio no Produto Interno Bruto encolheu no ano passado. Em 2004, foi de 10,1%. Já em 2005 em 8,4%. Em valores correntes, estamos falando de uma perda próxima de R\$14 bilhões. O Brasil não pode suportar uma situação desta. Conforme o próprio Ministro Roberto Rodrigues reconheceu, as conseqüências esperadas serão o aumento no preço interno de importantes *commodities* e até a importação de alimentos no médio prazo. Será a menor safra deste 1998. A cotonicultura brasileira é outro exemplo do que o Dr. Rodrigues qualificou de colapso. De acordo com estudos da Associação Brasileira de Produtores de Algodão, a se confirmar a quebra de 30% na produção da pluma na safra 2005/2006, o Brasil, que se tornou um exportador, vai ter de importar alguma coisa próxima de 200 mil toneladas de algodão ainda neste ano. O retrocesso que se anuncia como um círculo vicioso é terrível. O empresário rural encontra-se endividado e insolúvel. Sem renda, vai ter de reduzir a área de cultura, adquirir menos insumos e cortar os investimentos em tecnologia. As medidas vão trazer como resultado menos rentabilidade e mais endividamento.

Sr. Presidente, Goiás é uma das mais importantes estâncias do agronegócio brasileiro. Nos últimos 30 anos, construímos um dos maiores feitos da economia agrária nacional com o desenvolvimento do cerrado, tido até então como um ambiente imprestável para qualquer cultura. Tornarmo-nos competitivos, passamos a alimentar Brasil e a contribuir decisivamente para a pauta brasileira de *commodities*. Todo esse esforço foi jogado no lixo. Nesta semana, eu estive visitando o sudoeste de Goiás. Trata-se de uma região de altíssima produtividade de grãos, que um dia acreditou que o trabalho e a produção trariam o progresso e hoje se encontra arruinada, à bancarota e de joelhos.

Eu estou falando de homens, mulheres e famílias honradas que conheceram a inadimplência por falta de renda do agronegócio. Estou falando de trabalhadores honestos que passaram a plantar prejuízo e foram tragados pela incapacidade de amortizar os seus compromissos. Estou falando de uma brava gente reduzida à humilhação dos compromissos bancários vencidos. Estou falando de brasileiros que põem a comida na mesa deste País. Não se trata de caloteiros, como pronunciaram várias vozes do petismo, mas de pessoas de bem que há gerações fazem da agricultura o seu meio de vida e que estão quebradas e ao relento, pois o Governo Lula se recusa a pactuar uma saída para o setor.

O Município de Jataí, cujo Prefeito é o extraordinário Fernando da Folha, espelha a dimensão da crise

da agricultura brasileira. Maior produtor de milho do Brasil e de grãos do Estado de Goiás, a cidade onde o Presidente JK declarou que construiria Brasília é hoje a imagem do desalento e do desânimo. De acordo com estudos elaborados pelo Sindicato Rural de Jataí, a situação é drástica. A instituição que representa os produtores rurais do Município goiano apontou uma redução de 16,47% da safra de milho de verão, de 60,93% do algodão herbáceo e de 76,31% do arroz de sequeiro.

Estive em Jataí e pude testemunhar no rosto dos agricultores a frustração pela falência do agronegócio. São pequenos e médios proprietários rurais que, às centenas, têm em comum a desventura de terem acreditado no trabalho duro e de, de repente, serem obrigados até a entregar as suas terras para o pagamento de dívidas. Abandonados pelo Governo e expostos à agiotagem dos bancos, os agricultores de Jataí decidiram por uma medida extrema. Neste ano não será mais realizada a 36ª Expaja – Exposição Agropecuária de Jataí, festa anual destinada a comemorar os resultados obtidos no decorrer do ano e a mostrar a evolução desse setor tão importante para a estabilidade social do Brasil. Simplesmente, Sr. Presidente, não há ambiente para festejos, e toda a comunidade jataiense compreendeu a necessidade do cancelamento.

Conforme detalhou, com muito pesar, o Presidente do Sindicato Rural de Jataí, Dr. Mozart Carvalho de Assis, a exposição agropecuária, uma tradição de quase 40 anos, não pôde ser realizada em respeito aos sindicalizados, aos expositores e à comunidade do Município. De acordo com o Dr. Mozart, com o Secretário Municipal de Agropecuária, Roberto Peres, e com o Prefeito Fernando da Folha, os produtores de alimentos, os fabricantes de máquinas e implementos, as indústrias ligadas ao setor de sementes, de defensivos agrícolas, de fertilizantes e de rações animais, assim como trabalhadores do setor, ameaçados de desemprego, ninguém nada tem a comemorar. Ao contrário, somente a lamentar esse estado a que chegou a atividade primária brasileira. E ainda vem o Sr. Ministro da Agricultura, agora um homem francamente desacreditado, falar que o Governo Lula descobriu que há uma crise na agricultura brasileira. Eu recomendaria ao Presidente Lula que fosse ao Município goiano de Jataí ou de Rio Verde, por exemplo, onde se realiza a Agrishow, a maior feira do Centro-Oeste, para ver o desânimo em que estão os produtores. O número de desempregados é cada vez maior. Que vá até lá o Presidente Lula, para ver em que está dando a teimosia de Sua Excelência. Recomendo ao Presidente Lula que vá a esses Municípios ou a qualquer outro da região,

para conhecer o fundo do poço em que se encontra o setor produtivo agrário deste País, e ao Sr. Ministro Roberto Rodrigues que peça demissão, porque S. Ex^a, que é um homem tido como capaz, está sendo desmoralizado a cada dia por um Governo que acredita, ideologicamente, que o setor agrário é um mal para o País; bom é o movimento bandoleiro do MST.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Almeida Lima.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que há uma solicitação minha para usar a palavra pela Liderança do Governo, assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a já está devidamente inscrito. Pela ordem da lista que recebemos aqui, falará agora o Senador Almeida Lima; em seguida, falará o Senador José Jorge, como Líder; depois, será a vez de V. Ex^a. Depois, segue-se a lista.

Com a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pessoas de minha relação pessoal e outras de todo o País que lêem os artigos de minha autoria sob título, em série, “O vento das mudanças”, têm comentado que não serão simples ventos que vão provocar as mudanças nos costumes políticos e sociais demandadas pela maioria do povo brasileiro. Compreendo e sei que essas pessoas têm razão. Não que eu estivesse a imaginar o contrário; elas é que concluíram que eu imaginava que esses ventos tivessem o poder de promover as mudanças radicais que considero indispensáveis e que são objeto de minhas reflexões. Não!

Mas para que vocês que me enobrecem com a leitura desses artigos possam compreender melhor o meu pensamento, necessário se torna que eu exteriorize um pouco do meu ser, os meus sonhos e as minhas esperanças, pelos quais luto e continuarei lutando sempre, mesmo que me considerem um romântico sonhador, por representarem o alimento de minha alma, o néctar indispensável para que eu continue jovem e sempre vivo. Sem eles, a minha vida seria inútil e sem razão de ser. Vivo pelos meus sonhos, vivo pelos meus projetos, vivo pelas minhas esperanças de construir uma sociedade livre, igualitária e fraterna, símbolos maiores do Iluminismo, fundamento doutrinário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Revolução Francesa, que atendeu às expectativas da vida que se vivia, pelas circunstâncias da época, representada pela luta vitoriosa contra um sistema de poder político,

econômico e social de aliança entre a aristocracia rural, originada na Idade Média, e o poder dos absolutistas, que, juntos, oprimiam o povo que começava a sair do campo para viver nos burgos (arrabalde das cidades), e que veio a se constituir na chamada burguesia nascente, que era desprovida de qualquer direito ou bem além da própria vida, muito menos de liberdade e de igualdade, ou de tratamento fraterno.

Mas quero me reportar, nos dias de hoje, é a outra liberdade e igualdade, àquela que, além de ser um direito expresso nos textos das leis, representam possibilidade concreta de ter e de possuir para a própria felicidade, e não uma quimera impossível de ser sentida e vivida. Ser livre para ir e vir e ser igual diante da lei não representam o desejo; este deve estar explícito na liberdade como direito e na possibilidade de vivenciá-la, assim como a igualdade está não apenas no texto da lei, mas na possibilidade concreta de fazer uso dela, como freqüentar uma escola de qualidade e ter uma boa assistência à saúde, ter o direito à recreação e à moradia dignas.

Portanto, com 52 anos de idade, venho da geração dos anos 60, quando Martin Luther King proclamava: *I have a dream* – eu tenho um sonho. Venho de uma geração que lutou pela paz, que contestou e protestou contra a opressão e os opressores deste País e do mundo, que acompanhou a Revolta Estudantil na Europa, principalmente na França, e que viu a brutalidade americana contra o povo vietnamita. Sou da geração que ouvia as músicas dos garotos de Liverpool e que hoje, procurando ser contemporâneo do tempo – desculpem o pleonasma –, e não apenas um saudosista, continuo protestando e lutando com todas as forças e com todos os instrumentos de que disponho, inclusive com o mandato de Senador da República, contra todas as formas de opressão, mas, também, como no passado, ouvindo músicas que alimentam a minha alma e, nestes dias de início de um novo século, quarenta anos depois, não mais os Beatles, mas a banda Scorpions e a sua música *Wind of Change* – Vento das Mudanças –, de onde vem o nome e a inspiração para os artigos que escrevo. Ouça-a, vendo o clipe e fazendo a leitura de sua letra traduzida para o português. Aí você vai encontrar a minha alma. Faça assim e você compreenderá melhor o meu ser. Daí eu poder afirmar que tenho consciência de que não serão os ventos frescos de uma manhã de outono no Hemisfério Sul ou de primavera no Hemisfério Norte que nos farão alcançar as mudanças que todos nós precisamos para uma vida digna e fraterna, sem ódio e sem guerra.

Aprendi que para o deleite de um voo de cruzeiro, acima dos 10 mil metros de altura, temos que

enfrentar as turbulências da subida e que, muitas vezes, a paz, lamentavelmente, só é conquistada pela guerra. Que não cheguemos a tanto, mas necessário vai se fazer, com certeza, algumas tempestades, que não cheguem a ser *tsunamis*, mas que tenham a força necessária para arrebatam corações frios de gente sem alma e despudorada, criminosa até, e que usa o poder, e que concentra a riqueza não para a sua felicidade, mas para retirar a felicidade dos outros. Que se imponham as mudanças demandadas pela sociedade, de preferência de maneira que reedifique os ignóbeis para esse novo convívio, se possível for, mas, caso contrário, que sigam na correnteza para jamais servir de obstáculo à felicidade dos outros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos em um ano de eleições, momento propício para as mudanças. Já que a Câmara Federal, pela grande maioria de seus membros, não deseja obedecer à vontade que vem das ruas, que as ruas lhes carreguem na grande tempestade que deverá ser a avalanche de votos de todo o povo brasileiro. Se a maioria dos Deputados não opera as mudanças que a sociedade está a exigir, que a maioria do povo estabeleça a mudança radical pelo voto, levando para o limbo da história todos que continuam, insistentemente, a lhe agredir através de votos que não cassam corruptos confessos, de zombarias pelas danças debochadas, de mentiras que cometem iniquidades contra pobres caseiros e do mau uso do seu dinheiro em festanças e foguetórios que objetivam enganar os incautos com circo, mesmo sem dar o pão.

A maioria dos Deputados que compõem a nobre Casa Legislativa – a Câmara Federal – não conhece o processo histórico, não conhece o processo de mudanças. Parece que nunca sentiu a ira do povo, que nunca enfrentou uma avalanche – não a das tempestades, muito menos a das guerras; eu não me reporto a estas –, mas tenho certeza de que, nunca, em tempo algum, sentiu o processo social destruir as suas ambições e as suas pretensões de poder, poder político e poder econômico.

Mas tenho certeza, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadores e Srs. Senadores, que, em outubro próximo, esses Parlamentares sentirão o peso da vontade popular, por não atender aos seus desígnios e às suas vontades. Tenho a esperança de ver a Câmara dos Deputados renovada em mais de 70%, como decorrência da ignomínia que praticam diante da população brasileira, de quem são representantes.

Não há representantes sem representados. Nós temos os representados, que é o povo brasileiro. O que, na verdade, não pode existir são os representa-

dos cujos representantes não tenham a dignidade de cumprir aquilo que se constitui a vontade daqueles que outorgam o instrumento procuratório, o instrumento do mandato popular.

O que a Câmara dos Deputados vem fazendo não é apenas no sentido de aniquilar a atual legislatura pela sua não-reeleição, mas para dismantlar tudo que ainda resta da classe política deste País, diante da desonra que tem cometido contra o povo. Não é possível que assim continuem a proceder, acima de tudo, em função de um fundamento: o da necessidade, no Estado Democrático de Direito, em uma democracia representativa, de termos representantes. E os representantes não podem ser escolhidos senão por meio de partidos, em escrutínio secreto. Como se pode, então, querer destruir a classe política que está exatamente na base, ao lado do povo, na consecução desse processo de representação popular?

Os Srs. Deputados que agiram, no dia de ontem, de forma desrespeitosa à população brasileira, e que o fizeram em escrutínios secretos em relação a outros Parlamentares, não enxergam o mal que estão criando para eles próprios em seus Estados.

E trago o exemplo do que ocorreu em meu querido Estado de Sergipe. Um jornalista se dirigiu a um Deputado Federal e perguntou como ele votou na deliberação pela cassação ou não do Parlamentar “A” ou do Parlamentar “B”. O Deputado respondeu que o voto é secreto. Todos já sabem, e a população toma conhecimento, que esse “o voto é secreto” é o indicativo mais preciso e mais certo de que ele votou pela indignidade da representação popular, de que ele votou pela não-cassação daqueles que, de forma espontânea, sem qualquer pressão, confessaram que são “mensaleiros”, que receberam dinheiro de origem suja, confessaram que são corruptos.

Como é que podemos conviver então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora Heloísa Helena, numa sociedade em que o Parlamento passa a não ter o menor crédito diante da opinião pública?

Espero que a sociedade brasileira compreenda o momento em que nos encontramos; procure conhecer a história de cada um dos Srs. Parlamentares, tanto na Câmara Federal, como aqui no Senado da República, pois só conhecendo seu passado, sua história, de coerência ou de incoerência, que poderemos salvar aqueles que procuram representar com dignidade o povo brasileiro.

Não podemos tratar todos como farinha do mesmo saco, por isso, faço, neste instante, um apelo ao povo brasileiro. É preciso estabelecer a distinção, é preciso conhecer para poder distinguir. Ao distinguir, os senhores e as senhoras, brasileiros e brasileiras,

em outubro próximo, estarão garantindo, de forma consciente, cívica e patriótica, a continuidade da esperança neste País, para a convivência num Estado democrático de direito, que venha a se desenvolver em bases sólidas e de respeito à ética e à moral pública, e não nas condições em que vivemos nos dias de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, Líder da Minoria no Senado Federal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a manchete do **Jornal do Brasil** de hoje conseguiu sintetizar o sentimento nacional: “Mensalão existiu. PT saudações”. Uma mensagem muito bem montada com tão poucas palavras.

Apesar de todas as manobras e pressão da Base do Governo, em especial do Partido dos Trabalhadores, a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito dos Correios, aprovou ontem o relatório do Deputado Osmar Serraglio (PMDB – PR) por dilatado placar de 17 votos contra 4.

No relatório aprovado ontem, o Congresso Nacional reconhece oficialmente a existência do mensalão, criado pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Base de apoio ao Governo no Congresso fez de tudo para descaracterizar o relatório, e até mesmo rejeitá-lo, como fez na CPMI do Mensalão, que foi encerrada sem que o relatório final fosse aprovado.

Mas, desta vez, foi diferente. Tínhamos a figura de dois grandes Parlamentares: o Senador Delcídio Amaral e o Deputado Osmar Serraglio.

A bem da verdade e da justiça, gostaria de me penitenciar, pois, como membro da Comissão, duvidei inicialmente da imparcialidade dos indicados pelo Poder Executivo. Um era Líder do PT no Senado – no caso do Senador Delcídio, e o outro, membro de Partido aliado, no caso do PMDB.

Numa atitude típica de rolo compressor, a Base de apoio ao Governo não permitiu que a tradição desta Casa, de dividir entre Situação e Oposição os cargos de Presidente e Relator, fosse mantida. Mas o decorrer dos trabalhos da Comissão demonstraram a lisura e o espírito republicano de ambos.

O Relator pode não ter colocado todas as evidências que a Nação conhece, como, por exemplo, a omissão do mandatário da Nação, o Presidente Lula, no escândalo do mensalão. Mas não há como negar que

ele apontou com precisão a origem dos recursos utilizados para corromper Parlamentares no Congresso.

O Deputado Serraglio foi preciso quando desconstruiu a tese petista do Delúbio, do Marcos Valério, de que a fonte dos recursos do mensalão eram simples empréstimos do Banco Rural e do BMG. Segundo o Relator, se houve convivência de diretores de estatais e se as fontes dos recursos são públicas, fica definitivamente comprovado e carimbado que há corrupção no Governo do Presidente Lula!

Não é o Líder da Minoria ou os Partidos de Oposição que fazem essa afirmativa. É o Congresso Nacional, por meio de uma das suas Comissões Parlamentares de Inquérito, que trabalhou por mais de 300 dias.

O resultado da CPMI dos Correios é, sob todos os aspectos, útil para a sociedade, ao garantir o desnudamento de um sistema de corrupção do dinheiro público. Cento e nove pessoas foram indiciadas para apreciação do Ministério Público. Entre esses se destacam figuras proeminentes do Governo Lula, como o ex-Ministro José Dirceu, o ex-Ministro Luiz Gushiken, os diretores petistas José Genoino e Delúbio Soares, além de 19 Parlamentares, sem falar nos empresários Marcos Valério e Duda Mendonça.

O jornalista Jânio de Freitas, na edição de hoje do jornal **Folha de S.Paulo**, foi muito preciso ao escrever: “(...) Reconhecer a existência do mensalão como método para obter aprovações ou, o que seria o mesmo por outra forma, para ampliar o bloco governista na Câmara, leva à implicação do Executivo como beneficiário dos resultados do suborno no Congresso. Ou seja, leva ao chefe do Governo, assim passível de uma tentativa de *impeachment*”.

Não são as Oposições que farão o *impeachment* de Lula. Quem está cavando sua própria sepultura é o Governo e seus aliados, quando deixam que a corrupção da máquina estatal chegue a níveis nunca dantes presenciados.

Ao concluir, gostaria de elogiar o Relator, Deputado Osmar Serraglio, e o Presidente da CPMI, nosso colega Delcídio Amaral, pelo brilhante trabalho que desenvolveram nos últimos 245 dias.

Apesar da enorme pressão para amenizar e até mesmo corromper os fatos que a Comissão apurou e para livrar petistas e aliados de pedidos de indiciamentos, o Relator teve a sensibilidade e a honestidade intelectual de manter suas condições. O Senador Delcídio foi grande o suficiente para cortar na própria carne e garantir a votação do relatório de forma democrática e regimental.

Gostaria também de dar nossa solidariedade ao Senador Delcídio, que teve sua honra ofendida por um Deputado, que, exaltado, vendo que perderia a votação,

apelou a métodos não regimentais. Penso que aqui, no Congresso, isso não deveria mais acontecer, pois existe Regimento e o Presidente da CPMI, Senador Delcídio Amaral, era seu companheiro de Partido. O Senador Delcídio Amaral não é do PFL, do PMDB nem do PSDB, mas do PT. S. Ex^a não poderia ter sido ofendido como foi pelo Deputado do Rio de Janeiro.

Então, em solidariedade ao Senador Delcídio Amaral, gostaria de dizer que foi muito melhor, ontem, ele ter ouvido do Deputado aquelas palavras do que ouvi-las da opinião pública. S. Ex^a deve processá-lo e encaminhar reclamação ao Ministério Público e ao Conselho de Ética, para que isso não aconteça mais e o Deputado saiba até onde deve ir um comportamento parlamentar. Mas é muito melhor o Senador sair com a consciência tranqüila, ofendido mas tranqüilo, do que ouvir ofensas da opinião pública nos corredores, ônibus, aviões.

Sr. Presidente, ontem, o Deputado João Paulo foi absolvido. Considerarei isso um equívoco da Câmara Federal, porque S. Ex^a era um dos mais implicados. Recebeu dinheiro de Marcos Valério por meio do Banco Rural e mentiu ao dizer que a mulher tinha ido ao banco pagar uma conta. S. Ex^a também era implicado devido aos contratos que assinou como Presidente da Câmara dos Deputados e pelo mau uso que fez dos recursos.

O Conselho de Ética aprovou a cassação de S. Ex^a, mas a Câmara, por meio da coordenação feita pelo Governo e o PT, fez com que fosse absolvido. Hoje, seis Deputados estão pedindo para sair do Conselho de Ética, como uma reação ao que aconteceu ontem. Se de um lado houve esse aspecto negativo na Câmara, de outro houve um aspecto positivo na CPMI, que aprovou o relatório. Agora, o Ministério Público poderá investigar os implicados.

Foi um dia importante o que atravessamos ontem no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma rápida comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas para saudar Kaio Márcio, que se consagrou campeão mundial dos 100 metros nado borboleta em Xangai; ele ganhou medalha de ouro nesse Mundial.

O nadador brasileiro Kaio Márcio Almeida conquistou, nesta quinta-feira, a medalha de ouro nos 100 metros borboleta no Mundial de piscina curta, em Xangai, na China. Ele venceu a final da prova em 51s07décimos.

Ele, que já vinha ganhando inúmeras medalhas, agora é campeão mundial.

Principal favorito à vitória, pois havia feito o melhor tempo nas semifinais, o paraibano dominou a decisão desde o início. Virou na frente nos primeiros 50 metros, com pequena vantagem sobre o venezuelano Albert Subirats.

No início, Kaio Márcio não tinha nenhum patrocínio. Hoje a Eletrobrás e a Chesf dão um pequeno patrocínio a esse paraibano que tem se mostrado uma revelação e é hoje o campeão mundial. Por isso quero saudá-lo.

Comunico aos companheiros e ao Brasil, pela TV Senado, essa vitória brasileira e, com muita alegria, paraibana.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela Liderança do Governo, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje discutir uma questão específica do Estado de Roraima, mas que é emblemática para a política indigenista do nosso País.

Em 1998, no Governo do Presidente Fernando Henrique, foi demarcada a área indígena Raposa Serra do Sol, cuja homologação se deu recentemente. Com isso, definiu-se que, até o próximo dia 15 de abril, os ocupantes não índios dessa área deveriam ser retirados e colocados em outras áreas do Estado de Roraima. Isso tem levado muita preocupação à sociedade. No processo de demarcação, defendemos o tempo todo o encaminhamento e a negociação para que essa demarcação pudesse ser feita de forma harmoniosa, agregando-se todas as forças do Estado. Infelizmente, as nossas propostas não foram atendidas.

Posteriormente, defendemos que o Governo Federal cumprisse o definido no atendimento à população do Estado, ou seja, para a desocupação da área Raposa Serra do Sol é preciso, primeiro, indenizar aquelas pessoas que estão na área, depois reassentar aquelas que têm perfil de reassentamento. Temos explicitado isso ao Ministro Márcio Thomaz Bastos e ao Presidente da Funai.

Agora o Governo Federal toma a posição de montar um escritório em Roraima para realmente começar a discutir a indenização, para começar a discutir a relocação dessas pessoas. Portanto, a data 15 de

abril deixa de ser limite para ser a data da instalação da comissão que trabalhará com todos os interessados. A primeira previsão é de mais noventa dias para esses entendimentos e para o pagamento das indenizações, mas vamos ficar atentos para acompanhar se as indenizações e os reassentamentos serão feitos a fim de não prejudicar a população que hoje ocupa uma parte dessa área.

Faço este registro porque a condução harmoniosa e pacífica desse processo é muito importante para o nosso Estado. É fundamental que o Governo Federal – como está fazendo – reaja, acionando todos os mecanismos necessários para que seja cumprido o determinado no acordo do decreto de homologação da área indígena. Registro o nosso apelo e nosso compromisso de acompanhar o cumprimento dos acordos para que a população não seja penalizada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Valdir Raupp.

Em seguida, será a vez do Senador João Batista Motta.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, costumeiramente, ano eleitoral transforma os governos, não importa a esfera, em dinâmicas centrais de prodigalidades, suspeitos postos avançados de bondades. O que há um par de meses era inviável para que não se comprometessem as contas do Tesouro ou as metas inflacionárias, de repente, torna-se viável. Mais do que isso, tal proposta assume foros de desejável e perfeitamente realizável, como se fora uma antiga promessa do mesmo governo, agora na iminência de concretização em benefício de toda a sociedade.

Em verdade, quase vencido o tradicional ciclo quadrienal dos mandatos executivos, com a aproximação do salutar e indispensável julgamento popular pelo voto, vem à luz um conjunto de providências para satisfação instantânea dos eleitores. Isso, claro, deve passar ao largo de qualquer intenção de melhorar os prognósticos de eleição ou reeleição... Temas sensíveis, muitas vezes convenientemente esquecidos, voltam à agenda pública e tomam ares de “prioridade das prioridades”. Enfim, desenterrem-se as velhas promessas descontinuadas ou simplesmente não honradas e, num passe de mágica, cumpra-se imediatamente o prometido na última campanha.

Essa é uma prática bastante equivocada, para dizer o mínimo, e, depois de quase dois séculos de vida política autônoma, o Brasil já deveria tê-la superado.

O avanço da cultura política nacional deveria conduzir a administração do Estado em direção a programas de governo sérios e consistentes, concebidos previamente dentro de uma visão estratégica mínima, com a certeza de estarem voltados concretamente para as necessidades do País e da sua população.

Essas considerações me ocorrem com um ou outro traço de mordacidade e certo travo de amargura, devido à triste circularidade da prática política em nossos dias, o que enseja questionamentos dentro de uma sociedade que já não aceita estacionar na história. De forma recorrente, evidencia-se a incapacidade de prever problemas previsíveis, como foi o caso, por exemplo, do apagão há alguns anos e como hoje ocorre com a agricultura. A verdade é esta, Sr^{as} e Srs. Senadores: o campo pede socorro e tem urgência.

Há algumas semanas, o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, manifestou-se publicamente sobre a questão, vocalizando as crescentes inquietações do vasto segmento agropecuário que atua no País. Como solução, propõe-se a edição imediata de um conjunto de medidas capazes de estancar a série de perdas que se vem observando no setor em desfavor de toda a economia nacional. A idéia original é algo como a “Medida Provisória do Bem” para a agricultura.

Sr. Presidente, devo admitir e ressaltar: não se trata de oportunismo, nem sequer de pragmatismo. É uma necessidade evidente e auto-explicável, e a falta de ação oficial poderá comprometer uma atividade indispensável para o desenvolvimento e crescimento do País. Assim, uno-me ao coro daqueles que têm instado o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que socorra e estabeleça estímulos à atividade agropecuária, a exemplo do que foi feito recentemente em benefício de outros segmentos econômicos. Adiro a todas essas vozes porque o setor vive um momento francamente crítico.

O grito de alerta de Roberto Rodrigues, ontem e hoje, um dos mais sérios auxiliares do Presidente da República, apóia-se em inúmeras e fundadas razões, que recomendam mais recursos para o meio rural. É preciso dinheiro para sustentar os preços agropecuários, prorrogar vencimentos de empréstimos, destinar recursos para a safra de 2006/2007, bem como para implementar providências destinadas à redução de custos.

A idéia original, que repercutiu, mereceu e recolheu inequívocos apoios nesta Casa e na Câmara dos Deputados, pela voz autorizada de várias lideranças políticas, prevê, entre outros, a isenção de impostos para importação de insumos e a ampliação do crédito com juros mais baixos, bem como o estímulo à produção de biodiesel no Centro-Oeste, para aproveitamento

de excedentes – e também no Norte do País, na minha Região, em especial no Estado de Rondônia. Segundo o Ministro da Agricultura, a crise é real e estima-se que haverá uma significativa redução da área plantada nos próximos anos, o que, eventualmente, se fará sentir a partir de 2008.

Um exemplo claro, Sr. Presidente, é o da safra 2004/2205, plantada com o dólar a R\$3,00. Na colheita, a moeda norte-americana desvalorizou-se e estava em apenas R\$2,40, quando a expectativa dos produtores era no sentido contrário, de valorização do dólar. Hoje, o dólar está a pouco mais de R\$2,00, inviabilizando quase que completamente a produção agrícola em nosso País.

A proposta do Ministro Roberto Rodrigues contempla dezessete medidas, entre aquelas consideradas urgentes e diretamente dependentes da liberação de recursos monetários e as destinadas a ampliar e a baratear o crédito e a reduzir os custos de produção.

Entre as primeiras estão o aporte de R\$ 1,5 bilhão para o orçamento das Operações Oficiais de Crédito (OOC), destinadas à formação de estoques oficiais e ao financiamento de outras operações de comercialização; créditos de R\$5 bilhões para formação de estoques privados; prorrogação das parcelas do crédito de custeio da safra 2005/2006; prorrogação de parcelas vencidas em 2005 e em 2006 de vários programas, como Pesa, Securitização, Pronaf e Proger Rural, entre outros; manutenção dos R\$45 bilhões previstos no Orçamento para o seguro rural, livre da possibilidade de contingenciamento; e, para o Plano Agrícola 2006/2007, aumento do volume de recursos com juros.

Por outro lado, no que vem sendo chamado de MP do Bem da Agricultura, são postulados: permissão para bancos privados operarem com a caderneta de poupança rural; autorização para os bancos privados e cooperativos efetuarem o repasse dos recursos do FAT; equalização dos juros praticados pelos bancos privados, a exemplo dos federais e cooperativos; suspensão das tarifas de importação de fertilizantes e defensivos; isenção do PIS-Pasep e da Cofins dos insumos para a agropecuária; criação de um Fundo de Catástrofe, realimentável pelas operações de seguro; e, por fim, extensão aos produtores de soja do Norte e do Centro-Oeste dos benefícios fiscais do programa do biodiesel.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, decididamente, a agropecuária brasileira experimenta um momento adverso, encontra-se em baixa, como se depreende de inúmeros indicadores e da percepção de lideranças políticas e de todos aqueles brasileiros que atuam no setor. Nós não podemos permitir que um

segmento tão importante da nossa economia transforme-se em um negócio ruim, mas é por esse caminho que a agricultura envereda na atualidade.

A iniciativa do Ministro Roberto Rodrigues deve ser vista como uma efetiva oportunidade de alterar esse rumo pouco promissor. Deve, portanto, ser estimulada e apoiada.

Essas medidas, ainda que, eventualmente, não consigam sanar todas as sérias atribuições enfrentadas pelo campo brasileiro, representam uma decisiva iniciativa para sustar a decadência e deslanchar a reversão de um quadro que nos é amplamente desfavorável e estrategicamente comprometedor. Justo no momento em que o Brasil começava a despontar como uma das grandes potências agrícolas do mundo, não é possível, silenciosamente, admitirmos o retrocesso. Todos nós, Parlamentares, sabemos que o Brasil e o campo brasileiro merecem essa atenção, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, agradeço a presença aqui no nosso Parlamento do vereador conhecido como Espetinho, futuro Presidente do próximo biênio da Câmara de Vereadores de Espigão do Oeste, do meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Com a palavra o Senador João Batista Motta, próximo orador inscrito.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi atentamente os discursos do nosso irmão, Senador Demóstenes Torres, e, agora, do Senador Valdir Raupp, todos os dois de uma significativa importância, que tratam da crise no campo neste País, uma crise que estamos anunciando há muito tempo, denunciando que iria acontecer.

Meus Pares desta Casa sabem – e o povo brasileiro que assiste à TV Senado também sabe – quantos discursos fiz aqui, dizendo que chegaríamos ao caos no interior deste Brasil. Viajando ontem com o Senador do PT, Tião Viana, eu dizia a ele que o próximo governo vai encontrar problemas quase que insolúveis. Eu dizia a ele que era melhor o Presidente Lula renunciar ao seu mandato e, talvez, nem concorrer às próximas eleições. Ele não representa mais esperanças para o povo brasileiro. O povo brasileiro não tem mais nada o que esperar do Presidente Lula e de sua equipe de Governo. Por uma questão de reconhecimento pela situação dramática em que o povo se encontra hoje, deveria ele dar uma demonstração de desprendimento e fazer uma obra importante para este País, que seria

abandonar o campo da luta e sair, ir para casa. Não soube gerenciar, não soube conduzir o nosso País.

Falavam aqui os dois Senadores, Valdir Raupp e Demóstenes Torres, da desmoralização em que se encontra hoje o nosso Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, um homem conceituado no meio rural, um homem competente, mas que não conseguiu sensibilizar as autoridades monetárias deste País para que pudéssemos ter enfrentado os problemas da agricultura com galhardia, com determinação e com vontade de resolvê-los.

Há muitos meses eu disse aqui que era uma vergonha, era um absurdo o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, subir à tribuna para comemorar o arroz sendo vendido a R\$12,00 o saco. É como se comemorássemos hoje o frango a R\$ 0,90, porque no exterior não estão recebendo aquelas partidas que deveriam ser exportadas por causa da gripe aviária. Acho que comemorar a desgraça do agricultor brasileiro deveria ser caso de polícia, deveria ser caso de execução da vida pública.

Não cabe na cabeça de ninguém que uma pessoa que detenha em mãos um diploma de economista possa ter o entendimento de que a falência daqueles que produzem a nossa alimentação seja motivo de alegria.

Anteontem a **Gazeta Mercantil**, na primeira página, trouxe uma matéria redigida pelas jornalistas Lucia Kassai e Isabel Dias de Aguiar. Diz o seguinte:

Área plantada de grãos pode retroceder 7 anos.

Clima adverso e perda de competitividade pela desvalorização do dólar motivam a crise no campo.

A área plantada com lavouras de grãos no Brasil pode cair 21% neste ano, para até 36,9 milhões de hectares, a menor desde 1998. “A crise no campo indica que vamos voltar à área plantada dos anos do Governo Fernando Henrique Cardoso”, projeta o analista André Pessoa, da **Agroconsult**.

No interior do País se multiplicam histórias de agricultores devolvendo tratores, renegociando dívidas e demitindo funcionários. A atual situação da agricultura é resultado de uma equação que envolve três anos consecutivos de quebra da safra em razão de problemas climáticos, a redução dos preços das principais *commodities* agrícolas, como soja e milho, e a valorização de 18,5% do real frente ao dólar nos últimos 12 meses, tornando o agronegócio brasileiro menos competitivo frente a seus principais adversários, que são Argentina e EUA.

O termômetro da crise pode ser expresso em números. A recessão no campo mostra que o PIB do agronegócio encolheu 4,7% no ano passado e deve fechar com uma queda ainda mais expressiva neste ano.

Produtores agrícolas devedores do crédito rural deverão enviar em massa notificação aos bancos de que não poderão pagar suas dívidas. “Será a maior manifestação de insolvência dos tempos recentes”, afirmou o Presidente da Comissão Nacional de Crédito Agrícola da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Carlos Sperotto.

A matéria, Srs. Senadores, continua em outra página, mas eu vou parar por aqui e dizer que hoje o que existe no Brasil é mais ou menos o seguinte. Quando ladrões invadem edifícios em São Paulo, esses ladrões passam a ser procurados pela polícia, pois o crime é hediondo e essas pessoas, naturalmente, serão punidas com a prisão. Mas, no campo brasileiro, todas as pequenas propriedades têm sido invadidas. Estão entrando na casa do cidadão pobre que tem uma casinha no interior e estão colocando fogo nela. Se ele tiver um boi de raça para fazer a sua melhoria genética, eles fazem um churrasco do boi. Põem fogo no trator daquele cidadão. E aí não são bandidos ou ladrões. Fazem parte de um movimento social apoiado pelo Governo Federal.

Em meu Estado, tivemos a desapropriação da fazenda de um senhor chamado Arildo. Esse Sr. Arildo foi colocado para fora de sua propriedade pelo Governo Federal – ele juntamente com 28 membros da sua família –, e era uma propriedade de apenas 800 hectares de terra. Tiraram um descamisado para colocar outro no lugar. Isso não é reforma agrária. É desrespeito à lei, é desgoverno.

Meus caros Senadores, nós neste País temos feito reservas indiscriminadas, uma atrás da outra, sem lei; não se exige sequer um decreto presidencial. Estão desapropriando áreas, criando reservas em terras particulares apenas por meio de portarias. Qualquer funcionário subalterno está alienando terras, está proibindo o cidadão de trabalhar.

No meu Estado, há casos em que o cidadão tem uma propriedade pequena, de 50 ou 100 hectares e, em razão de uma cultura milenar, roça uma parte dessa propriedade e planta. Depois, deixa-a parada por um determinado tempo. Roça do outro lado. No ano seguinte, faz outra plantação para colher seu feijão e seu arroz. Esse cidadão – e estou falando de um velho de 70 anos que nasceu na propriedade – hoje está recebendo a visita de um empregado do Ibama, um garoto recém-formado, um garoto com diploma obtido há poucos dias que lhe oferece um par de algemas e o leva para a sede da Polícia Federal para responder a um inquérito.

Não sei mais onde este País vai chegar diante desses absurdos. Eu diria aos homens do interior que nos escutam neste momento que não incentivem mais seus filhos a trabalhar na lavoura, que não os ensinem a dirigir um trator ou um caminhão. É melhor mandá-los para a cidade para ver se conseguem um desses empregos junto ao Governo Federal, porque, do contrário, estarão fadados a morrer de fome.

Sr. Presidente, no meu Estado, no meu Município, com 18 quilômetros de mar, os pescadores não podem mais trabalhar. Aquela pequena rede, que alimentou seus filhos durante anos e anos, hoje é um crime. Essas redes estão sendo apreendidas, estão sendo levadas para as repartições devidas, e o cidadão está impossibilitado de trabalhar e querem criar mais, querem mais reservas, agora para proibir que o barco passe naquela região, para proibir as barcaças de transportarem mais eucalipto. Não sei o que essas pessoas estão entendendo.

Então, dizia eu ao Senador Tião Viana: Senador, no próximo Governo, se não houver uma dose de inteligência, de gerenciamento, teremos uma convulsão social neste País. As esperanças do povo brasileiro acabaram. Não há mais para quem apelar. Não há mais governo Senadora Heloísa Helena. Este País está à deriva, está abandonado, está entregue ao léu. O Governo perdeu autoridade, perdeu a moral. Seus agentes estão fazendo tudo o que podem para cada vez mais prejudicar a população e, muitas vezes, trabalhando cada vez mais para se locupletarem, tomando dinheiro, cobrando propina daqueles que desejam trabalhar neste País.

Quando os Senadores falavam aqui da tragédia por que o homem do campo atravessava, eu pensava naquelas medidas que sempre foram tomadas de última hora, de afogadilho, com as esmolas que o Governo sempre costuma dar, ora através da Bolsa-Família, ora através da securitização de dívidas, ora através do perdão de dívida de agricultores.

Não é disso, Presidente, que este País precisa, não. Este País precisa, repito, de gerenciamento, de garantia de preços para a nossa agricultura. O Governo precisa fazer um seguro para não ter prejuízo, nem deixar os nossos agricultores no prejuízo. O nosso Governo tem que tomar vergonha na cara e parar de dar isenção de tributo ao capital volátil, ao capital que entra de noite e vai embora de manhã, como aconteceu agora. Não se pagam mais “fins”, Cofins, Imposto de Renda, não se paga mais nada! A PEC do Bem permite que as multinacionais não paguem absolutamente nada na hora de exportar e também absolutamente nada na hora de importar, enquanto o povo brasileiro tem que pagar 50% de carga tributária em cima do arroz, do feijão e da camisa que veste.

Eu falava com o Senador Tião Viana que, mesmo com a vitória do candidato da Oposição, este candidato tem de fazer uma proposta para o povo brasileiro: uma proposta de reforma fundiária, uma reforma que faça com que os tributos deste País sejam cobrados de forma invisível, mais honesta, fazendo com o que a população brasileira possa sentir prazer de recolher impostos.

Eu dizia ao Senador Tião Viana que o futuro Governo – tenho fé em Deus – que irá instalar-se neste País olhe para os reclamos do povo e para isso é preciso gerenciamento.

Por essa razão, hoje, comemoro os índices das pesquisas, verificados em São Paulo, onde o Presidente Alckmin sai com 20% na frente do Presidente Lula, e o Serra, a mesma coisa com relação ao Governo do Estado de São Paulo. Para completar esse gerenciamento perfeito, que Deus nos dê, que esta Casa nos dê, que o PFL nos ajude, a que essa chapa seja composta por Geraldo Alckmin e José Agripino, do Rio Grande do Norte, outro grande gerente, outro homem respeitado pelo povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador João Batista Motta.

Concedemos a palavra ao Senador José Agripino, pela Liderança do PFL. Em seguida, o Senador Heráclito Fortes. Depois o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Só vou pedir a atenção de todos para, se possível, conseguirmos todos falar.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos atender ao apelo do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Até para atender ao apelo do Senador Eduardo Suplicy, pretendo ser muito rápido. Quero falar de um assunto sobre o qual muita gente já se manifestou, mas quero apresentar uma preocupação, Senador Heráclito Fortes.

Senador João Batista Motta, obrigado pela referência positiva e elogiosa, muito mais devido à nossa relação pessoal.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – V. Ex^a merece muito mais do que isso, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Motta.

Quero manifestar uma preocupação que me move. Presidente Alvaro Dias, o resultado da votação da CPMI dos Correios ocorrida ontem, às 19 horas e 30 minutos, resgatou a imagem do Congresso Nacional, porque a CMPI dos Correios é mista: Câmara e Senado.

A Câmara vem passando por seguidos momentos de desgaste. Ontem mesmo a votação do processo de cassação do ex-Presidente da Casa, Deputado João Paulo, gerou uma crise de megaproporções, porque S. Ex^a foi inocentado pelos seus Pares e, em seguida, oito membros do Conselho de Ética que haviam votado pela cassação de S. Ex^a, devido às evidências encontradas, renunciaram à titularidade no Conselho de Ética.

Esses fatos todos provocam a perplexidade na opinião pública e dúvidas na sociedade. Eu tenho receio de que a Câmara dos Deputados, na avaliação da sociedade, pague um preço muito alto na próxima eleição e poucos sejam os parlamentares que logrem êxito para retornar aos seus mandatos, principalmente se não os tiverem honrado com atitudes dignas e corretas, como as que Senadores e Deputados, na minha avaliação, praticaram ontem, ao aprovar o relatório do Deputado Osmar Serraglio, da CPMI dos Correios. V. Ex^a foi um dos que depositaram voto favorável à aprovação do relatório, que foi feito pelo Deputado Osmar Serraglio, do PMDB, da base aliada, relatório cuja votação foi comandada e presidida pelo Senador Delcídio Amaral, do PT do Mato Grosso do Sul.

Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, S. Ex^{as} tinham tudo para, naquilo que se esperava, fazerem um relatório ameno, que não desagradasse o governo. Mas, não. Eles consultaram a verdade, traduziram nove meses de trabalho árduo de investigações, o Deputado Osmar Serraglio escreveu e 17 parlamentares referendaram pelo voto a verdade dos fatos, o que as subrelatorias mostraram com relação às investigações do Visanet, do valerioduto, da Caixa Econômica Federal, dos fundos de pensão, das investigações do procedimento do ex-Ministro José Dirceu, do Sr. Luiz Gushiken, do Sr. Delúbio Soares, da prática da compra de votos que era sistemática e que o relator entendeu, com justificadas razões, que tenha havido o “mensalão.”

O Deputado Osmar Serraglio tinha tudo para não incriminar o governo de cuja base de apoio ele faz parte. Mas, contrariando, até muitas pressões, escreveu um relatório verdadeiro, corajoso. O Senador Delcídio Amaral tinha tudo para facilitar o entendimento daqueles que são a Base do Governo, para que se procrastinasse o processo de votação, para que se dificultasse e que se encontrasse um caminho de não incriminar o Governo. Ele não o fez. Ele preferiu ficar ao lado da verdade, ao lado do sentimento da sociedade.

O fato é que 17 bravos Parlamentares, Deputados e Senadores – e aqui vejo três deles; além de V. Ex^a, vejo a Senadora Heloísa Helena e o Senador Heráclito Fortes –, aprovaram o relatório do Deputado

Osmar Serraglio, o corajoso relatório do Deputado Osmar Serraglio, que, na minha opinião, resgatou em boa medida a imagem do Congresso Nacional na noite de ontem.

O que vejo hoje? Vejo uma reação absurda. Custa-me acreditar que Lideranças como a do PT e a da Base do Governo têm a coragem, a audácia, Senadora Heloísa Helena, de vir hoje contestar um fato que consulta o sentimento da sociedade brasileira; contestar o sentimento da sociedade brasileira. Estão afrontando-o.

O relatório sintoniza com o sentimento da sociedade, pois os Parlamentares que vêm contestar a aprovação e a lisura do processo de aprovação do relatório estão afrontando a opinião pública, estão ficando ao lado daqueles que praticam a *pizza*, explícita *pizza*, que evitamos.

Quantas reuniões eu fiz na Liderança do PFL, reunindo Deputados e Senadores do PFL e do PSDB? Inúmeras ao longo desse nove meses. Ainda ontem fizemos uma reunião para sintonizar o nosso pensamento e uniformizar o nosso discurso por entender que o relatório de Osmar Serraglio – que faz parte da Base do Governo, que não tinha nada que fazer aquele relatório, o fez com coragem e por dever cívico – tinha que ser objeto do nosso apoio. Tínhamos a obrigação de apoiar aquele relatório, Senador João Batista Motta, custasse o que custasse. E o fato é que ele foi aprovado.

Senador Garibaldi Alves Filho e Presidente Alvaro Dias, tenho ouvido falar em recurso. Estou ouvindo falar que vão impetrar um recurso contra o resultado de 17 votos a 4. E há recurso? Estão buscando o amparo regimental, e a Senadora Heloísa Helena, que é *expert* em Regimento, já mostrou não existir o menor, o mais longínquo amparo. É incrível a audácia das pessoas que estão ousando hoje afrontar o sentimento popular, afrontar aquele aplauso que, nas casas de respeito do Brasil, está-se ouvindo pela aprovação do relatório. Vêm os membros da Base do Governo entrar com recurso para anular a votação e para transformar um gesto de legítima defesa do Congresso numa *pizza* malcheirosa e deteriorada que eles queriam oferecer ao povo do Brasil e que encontrou pela frente 17 bravos Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras.

Presidente Alvaro Dias, tenho certeza de que o Presidente Renan Calheiros vai honrar a sua história e não vai acolher recurso nenhum porque não há amparo. Tenho certeza de que o Senador Renan Calheiros vai ter respeito pela história do Deputado Osmar Serraglio e pela história do Senador Delcídio Amaral. Disse ao Delcídio que ele escreveu a sua história e direi o mesmo ao Osmar Serraglio. S. Ex^{as} escreveram, com

coragem, rasgando a própria carne, a própria história. Depois de nove meses de trabalho, enfrentando mundos e fundos, S. Ex^{as} escreveram um relatório que consulta o interesse do povo do Brasil.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com o maior prazer, Senador Heráclito Fortes, ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – A bem da verdade, a Oposição, na sua maioria, reconhece que esse não foi um relatório perfeito nem o relatório dos sonhos. Reconhece também que tanto o Senador Delcídio Amaral, quanto o Deputado Osmar Serraglio curvaram-se a algumas pressões. Mas é preciso que se diga claramente e que Nação entenda que as pressões a que se curvaram foram todas da Base do Governo. Não foram reclamos de oposição. Podemos examinar, inclusive por meio dos votos em separado, que foram imposições para atender a setores do Governo. Até esse momento, os dois serviam. A partir do momento em que S. Ex^{as} não concordaram em rasgar o Regimento e em desprezar o Congresso, passaram a ser execrados e foram jogados para o espaço. É apenas esse o registro. Não estamos satisfeitos. Esse não é relatório que, pelo menos, eu desejava. O relatório podia ter ido mais fundo. Mas sabemos que esta é uma Casa política. Para mim, o Relator tem uma vantagem porque conseguiu fazer um relatório honesto. Com falhas, mas honesto e de boa-fé. Entendemos o desespero do Governo, pois sabemos, Senador Alvaro Dias, que o PT está no banco dos réus e quer companhia permanentemente. Não nos vamos sujeitar a isso. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, deixe-me abrir meu coração a V. Ex^a. Eu não participei do dia-a-dia da elaboração do relatório, das pressões que o Deputado Osmar Serraglio deve ter sofrido. Mas tenho certeza, pelo jeitão de S. Ex^a – aparentemente dócil, mas de posições firmes –, de que pode ter até transigido naquilo que não tinha convicções absolutamente férreas. Para não incorrer no erro de colocar no relatório coisas absolutamente seguras segundo suas convicções, pode ter, em alguns momentos, cedido a pressões. No entanto, S. Ex^a não abriu mão de escrever no relatório suas convicções absolutas e peremptórias. Não abriu mão de escrever no relatório que houve, sim, mensalão, porque tinha convicção absoluta de que houve, sim, mensalão, de que houve compra de Partidos políticos e de Parlamentares, com frequência, com assiduidade. Não foi coisa de caixa 2, como pretendeu explicar ao País o Presidente Lula, naquela entrevista em Paris. Rasgando suas carnes,

porque não tinha interesse nenhum em incriminar o Governo, já que faz parte de sua base. Rasgando suas carnes, escreveu que houve, sim, mensalão. Essa foi uma das razões pelas quais a Base do Governo mais se bateu para derrotar o relatório do Deputado Osmar Serraglio. Escreveu porque tinha convicção, como tinha convicção de que o Sr. José Dirceu, o Luiz Gushiken, o Delúbio, o Silvinho e tantos outros praticaram corrupção ativa. Escreveu porque tinha convicção, e não houve nada que o demovesse de mencionar esse fato – que é duro! – no relatório. Mencionou, no relatório, fatos que são duros, mas que são produtos de sua convicção absoluta: a origem de recursos públicos. Ou seja, Visanet, Correios, instituto de resseguro, fundos de pensão, alimentando o “valerioduto”. Não houve hipótese de S. Ex^a abrir mão das suas convicções. E o fato é que o relatório está aprovado, há recursos, e estou seguro de que não haverá amparo para que esse recurso tenha sucesso e que, antes de qualquer coisa, ao lado dos argumentos, ao lado do sentimento da sociedade, o Presidente do Congresso, que é o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, não se dobrará a nenhum tipo de pressão para que esse relatório que é a marca da coragem do Congresso venha abaixo pela pressão daqueles que deviam estar pedindo perdão à Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência prorroga a sessão por mais 40 minutos, para que todos os inscritos possam usar da tribuna.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por dez minutos.

V. Ex^a vai ler tudo isso, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Apenas a metade, mas serei rápido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer às pessoas que se preocuparam com a minha saúde, com a exaltação que tive na questão de ordem que V. Ex^a me concedeu.

Evidentemente, indignação é algo próprio do homem que tem sentimentos, e não é justo que nesta Casa do Congresso sejamos obrigados a ouvir argumentações que não resistem a nada.

Ouvimos aqui críticas ao comportamento do Relator da CPMI dos Correios, inclusive, de maneira pontual, sobre a questão dos destaques. Tive o cuidado de levantar esses destaques. Vi que o campeão de destaques, merecedor até de um prêmio de dedicação e do reconhecimento do Brasil, é o Deputado Carlos Willian. S. Ex^a atua como Papai Noel: aparece pedindo que se

façam retiradas do texto pelo menos quinze vezes, sob protesto do Governo; mas, ao mesmo tempo, é co-autor do voto em separado do Senador Sibá Machado, que ficou conhecido como “o voto em separado do Partido dos Trabalhadores”. Assim, vem a pergunta que quero fazer à Nação: quais são os destaques corretos? São os destaques que o Deputado Carlos Willian fez nessa leva isolada? Ou será o Destaque nº 4, que S. Ex^a fez na companhia do PT?

Meu avô, homem de pouca letra, mas de muita sabedoria, dizia que é mais fácil pegar o mentiroso que o coxo.

Vejam aqui os destaques acolhidos pelo Relator. O primeiro é para atender o Governo: modificar uma citação ao Sr. Adacir Reis. O segundo é também para atender o Governo. O terceiro visa alterar um parágrafo – aliás, por ironia do destino, de autoria de quem fez acusações querendo desqualificar o Relator, o relatório e os destaques. Que coisa feia! O quarto defende mais uma vez a SPC (Secretaria de Previdência Complementar), que é a protetora, a mãezona dos fundos de pensão. O quinto atende o Sr. José Valdir Gomes: pede a retirada de seu nome, citado por suas ligações com a Globalprev em 2003. Não consegui identificar o destaque seguinte.

Outro destaque, que vem logo abaixo, atende o Governo: retirar o nome do Sr. Márcio Lacerda da lista de pessoas que sacaram recursos do mensalão. Se não me falha a memória, o Sr. Márcio Lacerda trabalhava no Ministério da Integração e foi buscar o dinheiro. Generosidade do Relator!

O próximo altera a redação para atender interesses do IRB; deixa, pois, de indiciar determinado número de pessoas que não vou mencionar. O seguinte exclui do indiciamento nomes de funcionários dos Correios, os quais também não vou citar para não expô-los.

O destaque subsequente trata do famoso PUT, aquele caso, Senador Alvaro Dias, que o PT não quer apurar como deve ser apurado. Quer apenas acusar uma parte e não quer que o assunto venha à baila, como deve ser feito. Pediu para tirar.

Outro destaque acrescenta declarações do Sr. Demosthenes Madureira de Pinho, que, salvo engano, é do IRB.

Há um destaque que modifica os termos para atender ao Banco do Brasil – é questão técnica, mas se destina a atender ao Governo: de “diretoria técnica” para “diretoria de *marketing*”. E outro retira o indiciamento do Sr. Cássio Casseb, que foi Presidente do Banco do Brasil, por questões técnicas, sob a alegação de que o crime está prescrito.

Nesse caso, quero lembrar aqui situação igual de prescrição – e que, sendo crime eleitoral, teria mais

motivo para estar fora. Refiro-me ao caso do Senador Eduardo Azeredo, com cuja retirada o PT não concordou.

Vou parar por aqui, porque são vários os pedidos aqui feitos por pressão da Base para jogar para baixo do tapete a apuração.

Senadora Heloísa Helena, se o Relator fosse atender a todos os desejos e caprichos do Governo, ver-se-ia, de repente, em uma situação inusitada: absolveria todos e seria, pela Base do Governo, indiciado juntamente com o Presidente da Comissão, porque eles seriam os criminosos. É preciso que o Partido dos Trabalhadores atente para esse fato.

Afirmo mais: a grande felicidade do Governo do Presidente Lula e do País foi a aprovação do texto do Deputado Osmar Serraglio. Pior seria se isso não tivesse acontecido. O que me estranha é que o PT, paladino da moralidade, já expulsou dos seus quadros, por questões ideológicas, várias pessoas, mas não expulsou nem indiciou ninguém por corrupção.

A Sr^a Heloísa Helena (PSOL. *Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Partido não pediu a inclusão, Senador Suplicy, do nome daquele senhor do Ceará, aquele cidadão que transportava, no aeroporto de São Paulo, dólares na cueca – alegando que o dinheiro provinha da venda de maxixe, quiabo e pepino na Ceasa –, subestimando a tecnologia brasileira, desrespeitando o esforço dos técnicos da Infraero e da Polícia Federal, e aqueles aparelhos de raio-x que fiscalizam tão bem os que carregam so-mas em quantia no bolso. Isso não se pede!

Não vi o PT pedir apuração alguma que tivesse qualquer nexa com aquela pregação de vinte anos, que juntou multidões, que fez com que as pessoas acreditassem. Digo isso, Senadora Heloísa Helena, porque um grande empresário do Nordeste, no primeiro ou no segundo mês de posse do atual Presidente, encontrou-se comigo no aeroporto e disse: “Estou impressionado com o atual Presidente. É o novo messias”. Eu disse: “Aguarde...” E o que estamos vendo?

Casos mais sérios deviam ser esclarecidos. Não entro nas questões familiares, nas capilossadas dos filhos que às vezes não ouvem o pai e se aproveitam da situação para se locupletarem. Desse assunto não trato, apenas estranho que o pai não tome providências e procure justificar. Sou da época em que bastava o olhar severo do pai para o filho mudar.

Senador Alvaro Dias, é preciso mostrar isso à Nação, porque esse pessoal fica com um discurso massificado – lembrando o velho Hitler, lembrando Goebbels – para embotar o raciocínio dos brasileiros, da opinião pública, acreditando que nossa memória seja fraca.

O Relator e o Presidente dessa Comissão, brasileiros, foram escolhidos pelo PT, no voto. Nós fomos derrotados na Comissão. E foram buscar o nome que consideravam mais capaz. Para Presidente, foram buscar quem? Uma estrela, o Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado da República. A Oposição perdeu. Só que a Oposição perdeu o voto, não a cabeça nem o senso de responsabilidade para com o País. No dia seguinte, deu um crédito de confiança aos dois eleitos, porque, a partir dali, o objetivo número um era apurar a fundo as denúncias que a Nação queria que fossem investigadas. O resto da história o Brasil todo sabe. O Governo adiou votações, impediu votações, retirou Parlamentares para não haver quorum. Usou de todo o subterfúgio possível para que isso não acontecesse. Procedeu de maneira igual na CPI do Mensalão, que foi extinta. E vem trabalhando, de maneira sórdida, para que a CPI dos Bingos não aconteça.

No que diz respeito ao Orçamento, o Governo tenta passar a ilusão para a Nação de que a Oposição é que obstrui, mas, na realidade, é o Governo que tem maioria e não deixa que seja votado, porque tem a ilusão de que é melhor e mais confortável utilizar os duodécimos. Por diversas vezes, vi um dos Relatores...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vou finalizar, Sr. Presidente.

Por diversas vezes, vi um dos Relatores dizer que o Governo tinha no cofre R\$6 bilhões para gastar até o final do ano.

Não conheciam a realidade orçamentária. Não sabiam que está comprometido um governo que começa a governar com duodécimo, sem ter o Orçamento definido, que passa a ser refém da estrutura da própria máquina burocrática e dependente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de maneira permanente. Não avaliaram isso, e agora querem que o Orçamento seja aprovado, colocando a culpa na Oposição.

Senhores que nos escutam por este Brasil inteiro, puxem na Internet a composição, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, das Bancadas do Governo e da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Para concluir, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

E vamos ver quem é maioria e quem é minoria. O Governo insiste em querer que a Oposição aprove matérias que vêm para cá, como medidas provisórias criando agências, e no meio do texto enxerta a criação de centenas de empregos sem nenhuma justificativa,

porque a arrogância dos Líderes não permite sequer que venham conversar com as Lideranças em plenário, mostrando as necessidades do Governo.

Que a Nação analise o que está acontecendo no Congresso, de maneira calma, tranqüila. E levante as mãos para o céu, pois temos no Brasil a Oposição mais responsável dos últimos 50 anos. Agora mesmo, vimos Juscelino se queixar das dificuldades que enfrentou para governar, em razão da oposição implacável da UDN. Nem isso este Governo teve, porque foi a Oposição que sustentou o Sr. Palocci, enquanto agia certo, e a sua economia. Mas não poderiam querer que esta Oposição concordasse ou apoiasse o Sr. Palocci em seus erros.

Daí porque, Sr. Presidente, faço este pronunciamento com tranqüilidade, pedindo ao País uma reflexão a respeito do comportamento fugitivo da base do Governo, que provoca sem dados ou argumentos e que não sustenta o debate parlamentar, que é o grande pilar da democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a dispõe de 10 minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do revisor) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, a campanha presidencial já começou. Grande parte do debate político entre Governo e Oposição está se dando no plano da ética, no campo da troca de denúncias e contra-denúncias de irregularidades, corrupção e desvio de dinheiro público. Isso é inevitável e saudável, nas circunstâncias em que se encontra o País. Obviamente, isso reflete o grande anseio do povo brasileiro de que seus representantes no Executivo e no Parlamento tenham um comportamento ético exemplar.

Menos atenção têm recebido os programas dos candidatos ou pré-candidatos. O debate precisará incluir mais e mais essa temática. O que pretendem propor ao País aqueles e aquelas que desejam ser eleitos para a Presidência da República?

Senadora Heloísa Helena, vou repetir a pergunta: o que pretendem propor ao País aqueles e aquelas que desejam ser eleitos para a Presidência da República? O que pretendem, por exemplo, em matéria de política econômica e social?

Hoje, vou fazer a análise de algumas observações do candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. Mas, um dia desses, quero fazer a análise de outra pessoa candidata à Presidência.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – E do Presidente Lula também, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– E também do meu Presidente Lula, Senadora He-loísa Helena.

O candidato do PSDB e ex-Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, escolhido após longa disputa interna no Partido – se bem que não houve escolha por toda a base, isto é, todos os filiados –, só agora parece se debruçar sobre alguns temas nacionais de grande importância. Pelo menos é o que transparece de suas entrevistas recentes a alguns dos principais jornais brasileiros. A mais substantiva foi concedida ao jornal **O Estado de S. Paulo** e publicada no último dia 19 de março. Geraldo Alckmin, quando questionado, passa, até agora, a impressão de que está tomando pé de alguns assuntos nacionais, tateando em questões cruciais.

Alckmin deu, até o momento, apenas pistas do seu pensamento e do que pretende fazer em matéria de política econômica, social e externa, por exemplo. Talvez por cautela política, talvez por não ter ainda domínio suficiente das questões. Critica o PT e o Governo Lula por não ter projeto “com começo, meio e fim”, mas não deu, até agora, sintomas de que ele mesmo tenha um projeto claro e definido.

Seja como for, já temos elementos para iniciar um debate com um dos principais candidatos da Oposição. Começemos pelos lados positivos. O ex-Governador defendeu, por exemplo, o programa Bolsa Família, dizendo que as políticas de complementação de renda são corretas. Declarou-se favorável à autonomia operacional do Banco Central, que é a situação atual, mas disse que não considera prioritária a autonomia formal da autonomia monetária. Nesses aspectos, a sua posição não parece divergir da do Governo Lula.

Cabe ressaltar um ponto, entretanto, no que diz respeito aos programas de transferência de renda. Pois o Presidente Lula, em janeiro de 2004, sancionou a Lei nº 10.835, que institui gradualmente a Renda Básica Cidadania, iniciando pelos mais necessitados, até que todos os residentes no Brasil, não importando até mesmo sua condição sócio-econômica, venham a ter o direito inalienável a uma renda básica, na medida do possível suficiente para atender suas necessidades vitais. Será um direito de todos participarem da riqueza da Nação. A Lei foi aprovada por todos os partidos, inclusive o PSDB. É natural, portanto, que todos os candidatos a Presidente estejam preparados para a sua implementação.

Como boa parte dos presidentes e presidenciais brasileiros, Geraldo Alckmin se declara também cativado pelas teses desenvolvimentistas e invoca repetidamente o ex-Presidente Juscelino Kubitschek como modelo ou referência. Fala em crescimento, geração de empregos, redução das taxas de juros e deprecia-

ção cambial. Mas, tudo isso em termos muito vagos e genéricos. E, o que é mais curioso, misturado com elementos típicos do discurso econômico conservador e convencional.

Por exemplo, no campo da gestão pública, fala vagamente em “choque de eficiência” ou “choque gerencial”. Promete colocar “todas as reformas na mesa na primeira semana”; destaca a reforma tributária; a sua palavra preferida é “eficiência” – “eficiência tributária”, “eficiência nos gastos”, “eficiência de logística”.

Ninguém pode ser contra esses princípios genéricos. Nós sabemos que a máquina pesada do Governo Federal dificilmente se mostra capaz de gerar grandes ganhos de eficiência e produtividade em prazo curto. Quanto às reformas, é mais fácil falar delas do que colocá-las em prática, como mostra a experiência dos Governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, por exemplo. A reforma tributária, tão falada pelo candidato do PSDB, é especialmente complexa e não será alcançada de um só golpe. Acontecerá provavelmente em etapas e estará sempre sujeita a muitos conflitos de interesse. De qualquer maneira, fica a dúvida: que reforma tributária o candidato Alckmin tem em mente? Já que ele a destaca, estamos aguardando que ele apresente “um projeto com começo, meio e fim”, nessa ordem.

Há um aspecto do discurso do candidato do PSDB que deixa indicações da matriz conservadora do seu pensamento econômico e do pensamento dos economistas que o estão assessorando: a ênfase na questão fiscal, isto é, na questão do déficit fiscal. Segundo declarou ao jornal **O Estado de S. Paulo**, há uma unanimidade entre economistas de qualquer espectro, ainda que com diferenças de enfoque. “Se não enfrentarmos a questão fiscal, vamos ter um crescimento menor do que poderíamos ter”, diz ele. A questão fiscal é, para ele, a “questão central”, “um dos grandes entraves ao crescimento brasileiro”. Ele chega a ponto de condicionar a redução das taxas de juros a uma política de ajuste fiscal.

O que significa isso exatamente? Na entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo**, o ex-governador registrou o fato de que temos déficit público nominal. Será que ele entende que o ajuste fiscal deveria zerar o déficit público? E que isso seria pré-condição para a diminuição mais substancial das taxas de juros praticadas no País? Essa é a opinião de alguns economistas do PSDB, inclusive de alguns que estariam, segundo se noticia, orientando o candidato do Partido à Presidência da República.

Se for esta a posição do ex-governador, é preciso que ele saiba que ela está longe de ser consensual entre os economistas brasileiros. Não é unânime o ponto de vista de que a prática de que uma política monetária

mais flexível pressupõe necessariamente um grande ajuste fiscal prévio ou concomitante. Não é unânime a avaliação de que seria impossível praticar juros civilizados sem fixar uma meta de déficit zero, ainda que seja respeitável esse argumento, esse ponto de vista.

Para situar o debate, é importante saber em que ponto estamos de anos seguidos de ajuste fiscal e elevados superávits primários, processo que começou no final do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998, continuou durante todo o seu segundo mandato e foi aprofundado pelo Governo Lula, na gestão do ex-Ministro Palocci. Em 2005, por exemplo, o superávit primário do setor público consolidado (incluindo União, Estados, Municípios e empresas estatais) alcançou 4,8% do PIB, um nível recorde. Como a carga de juros chegou, entretanto, a 8,1% do PIB, em razão das altas taxas de juros praticadas pelo Banco Central, o déficit nominal foi de 3,3% do PIB.

Duas observações se fazem necessárias. Primeira: um déficit de 3% do PIB não chega a ser extraordinariamente alto para padrões internacionais ou em comparação com a experiência brasileira. Em 2005, o déficit orçamentário médio na área do euro, por exemplo, foi de 2,9% do PIB. Nos EUA, 3,7% do PIB. No Japão, 6,5% do PIB.

Segunda observação: o déficit nominal do setor público brasileiro não seria tão alto se as taxas de juros vigentes no País não fossem muito mais elevadas do que as internacionais. Recordo que o nível exorbitante das taxas de juros não é um fenômeno recente. No período do Governo Fernando Henrique Cardoso, as taxas de juros eram ainda mais altas, em média. Mas o que importa é o seguinte: não seria mais adequado inverter o raciocínio do ex-governador? Não seria mais justo dizer que a diminuição do déficit público é que pressupõe a queda das taxas de juros?

Com taxas de juros menores, mais próximas dos níveis internacionais, diminuiriam substancialmente as despesas com juros da dívida interna, a maior parte da qual é indexada à taxa Selic ou de prazo bastante curto. A queda nas taxas de juros ativaria a economia ao estimular a demanda por bens de consumo e, principalmente, os investimentos. Esse aumento de investimentos elevaria a capacidade de produção e a oferta potencial de bens e serviços, contribuindo para a estabilidade de preços. Além disso, a queda de juros traria indiretamente benefícios adicionais às contas públicas, na medida em que o crescimento do produto e da renda aumentaria a base de arrecadação de tributos (sem aumento da carga tributária) e reduziria automaticamente certas despesas (como as despesas com seguro-desemprego). É verdade que a queda das taxas de juros diminuiria, por outro lado,

a arrecadação do Imposto de Renda sobre os rendimentos financeiros. Mas essa perda de receita seria amplamente compensada pelos impactos favoráveis diretos e indiretos antes referidos.

Em suma, a minha intenção foi dar partida a um debate econômico e político, que precisa prosseguir nesta Casa e entre os candidatos, de maneira a que o eleitor brasileiro tenha noção clara das opções que se apresentam nas eleições deste ano.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espero que esse debate seja realizado no campo das idéias no mais alto nível. Assim procurarei fazer com todos os candidatos e candidatas à Presidência da República. Até imaginava que uma possibilidade seria o ex-Governador Geraldo Alckmin ser um candidato ao Senado porque se dizia que isso poderia ocorrer. Mas, como ele vai debater mais diretamente com o Presidente Lula, avalio que seja importante debater suas proposições.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Suplicy, tenho verdadeira admiração pelos pronunciamentos de V. Ex^a, pela sinceridade e pela pureza com que V. Ex^a aborda os temas. V. Ex^a, logo no início, disse que a campanha eleitoral estava começando e que o campo ético estava sendo o principal tema da disputa. Quero de V. Ex^a uma análise. A Nação toda e São Paulo, que lhe tem tanta deferência, estão ouvindo V. Ex^a. Honestamente, quem está faltando com ética neste País partidariamente? É o PFL, é o PSDB, é o PT ou o Governo? Ao discutir ética, temos de dizer a quem falta ética e quem age de maneira ética. Seria muito importante que essa questão ficasse bem esclarecida, principalmente no momento em que o Partido de V. Ex^a solta uma nota, pela qual afirma tomar providência contra um Senador dos seus quadros que agiu dentro da ética; no momento em que o seu Partido rompeu com o acordo, com a CPI, exatamente porque queria quebrar a ética e colocar embaixo do tapete algumas verdades que estareceram a Nação. Como sei que V. Ex^a é um homem que tem sofrido muito nos quadros do seu Partido por ser ético – não o quiseram para Líder, sistematicamente V. Ex^a tem perdido espaço dentro do Partido. Vão engoli-lo para Senador porque não têm outro nome – V. Ex^a sabe bem disso. Os jornais anunciam inclusive que estão negociando a vaga com o ex-Governador Quéricia. Mas V. Ex^a, que é um homem retilíneo, não se incomoda. Vai indo, um pouco dentro daquela tese de que os cães ladram e a caravana passa. V. Ex^a é a caravana no meio dos cães.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senador Heráclito Fortes. Tenho que pedir a atenção de V. Ex^a porque tenho um compromisso e não posso perder o último vôo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Tenho certeza que o maior compromisso de V. Ex^a é com a opinião pública. E a opinião pública, nesta hora, quer ouvi-lo.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Então, permita-me, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Com o maior prazer.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Primeiro, quero dizer que me sinto responsável por colaborar para corrigir os possíveis desvios e erros de procedimentos do Partido e do Governo se ocorreram. Assim tenho procurado fazer.

Hoje ressaltei que considero muito importante a decisão encaminhada pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos de se dispor a vir aqui no Congresso Nacional, a qualquer das duas Casas. Diante do requerimento do Senador Arthur Virgílio, eu avalio que, frente a carta enviada pelo Ministro, podemos até transformar o requerimento do Senador Arthur Virgílio em convite, combinando a data em que haverá o esclarecimento.

Permita-me, Senador Heráclito Fortes. Tenho procurado, com muita energia, atenção e respeito para com meus colegas, dizer que precisamos estar à altura de tudo aquilo que sempre defendemos porque sabemos que a ética na política é uma das principais exigências do povo brasileiro e de todos nós.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Aparteio V. Ex^a apenas para homenageá-lo porque, se essa CPI existiu e se hoje incomoda tanto o Governo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Heráclito Fortes, apelo a V. Ex^a que seja breve porque há outros oradores.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Só não quero deixar o elogio pela metade. Se essa CPI se realizou foi porque V. Ex^a teve a hombridade de, contrariando as Lideranças do seu Partido, ser um dos signatários que possibilitaram número suficiente para a instalação da mesma. Vi a pressão que V. Ex^a sofreu neste plenário. Estou aqui exatamente para mostrar que sabemos separar o joio do trigo. Portanto, fique tranquilo porque, quando atacamos o Partido de V. Ex^a, estamos atacando setores. Pelo menos, no meu conceito, V. Ex^a está fora desse mar tenebroso de lama que envergonha o País.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Nós vamos procurar transformar a situação.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplycy, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, rapidamente, registro a presença de Vereadores do Município de Manhumirim, de Minas Gerais, muito conhecido porque lá estão o Pico da Bandeira – a região mais alta da bacia do rio Doce – e o Parque do Sagüi – parque ecológico muito conhecido. Quero saudar a presença dos Vereadores de Minas Gerais que estão aqui na tribuna de honra do Senado.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Mesa associa-se à manifestação da Senadora Heloísa Helena, que saúda a presença dos Vereadores do Estado de Minas Gerais.

Concedo a palavra, por dez minutos, pela Liderança do PSDB, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 6 DE ABRIL DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra, por dez minutos, ao Senador José Maranhão, pelo Estado da Paraíba.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou tratar de dois assuntos. Primeiro quero trazer aqui as minhas felicitações ao atleta Kaio Márcio, paraibano e recordista mundial nos 100 metros de nado borboleta, que ganhou a medalha de ouro ontem nas Olimpíadas de Xangai. É realmente um fato auspicioso para o esporte brasileiro e motivo de muito orgulho, para nós paraibanos, oferecer essa contribuição ao esporte.

Aproveito o momento também para agradecer à direção do Esporte Clube Cabo Branco, que patrocinou a preparação técnica do atleta Kaio Márcio. No início de sua atividade, lamentavelmente, ele não contou com o devido apoio. Só depois disso aconteceu.

Cumprimento também o Prefeito de João Pessoa, Ricardo Coutinho, que acreditou na potencialidade de Kaio Márcio, acreditou no seu talento, na sua genialidade e, junto com o Esporte Clube Cabo Branco, ofereceu-lhe todo o apoio necessário para que ele se preparasse para enfrentar esse e outros embates que enfrentou.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero comentar a recente decisão do Tribunal Superior Eleitoral, declarando inconstitucional a emenda que o Congresso Nacional promulgou, quebrando o princípio da verticalização nas eleições estaduais do nosso País. O assunto tem chamado a atenção de muitas pessoas. Na Paraíba, quando me desloco às cidades do interior, perguntam-me por que razão se quer impor essa camisa-de-força à vida político-partidária dos Estados e dos Municípios brasileiros. Hoje, essa decisão afeta negativamente o princípio federativo, a liberdade do voto de cidadãos brasileiros e de aliança entre partidos políticos. Trata-se da minha veemente oposição ao que nos foi imposto recentemente: a interpretação do Tribunal Superior Eleitoral à verticalização das coligações partidárias.

Sr. Presidente, V. Ex^a é testemunha das nossas discussões ao aprovarmos a Emenda à Constituição nº 52, de 2006, que não pôde ser adotada em obediência ao princípio constitucional da anualidade e da anterioridade das leis. Não existe, em todo o nosso aparato legal, uma restrição ao exercício democrático da coligação em nível estadual ou municipal. A Lei Eleitoral, ao dispor sobre coligações, mantém a definição constitucional que confia aos partidos políticos total e ampla liberdade de associação.

Vale repetir que a Lei Eleitoral (Lei nº 9.504, de 1997), o Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 1965), a Lei Geral das Eleições e a própria Constituição Federal, art. 17, inciso I, não restringem a liberdade partidária e as suas coligações em qualquer nível.

A Lei Eleitoral foi utilizada em 1998 sem que o instituto da verticalização fosse invocado.

Em seu enunciado, o art. 6º dessa lei preceitua que “é facultado aos Partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleições majoritárias, proporcionais ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para eleição proporcional dentro dos partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.”

Ao se tentar impor que a coligação celebrada em nível nacional seja seguida em todos os níveis, estadual ou municipal, afronta-se a democracia e o direito dos partidos políticos, seus membros e eleitores. Não nos parece democrático, juridicamente adequado e

justo para com a liberdade de expressão e direito dos cidadãos brasileiros se interpretar o conceito de circunscrição da forma como foi feito.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o Código Eleitoral, que não foi citado na análise do Tribunal Superior Eleitoral, em sua decisão de 2002, reza em seu art. 86 que “nas eleições presidenciais, a circunscrição será o país; nas eleições federais e estaduais, o Estado; e nas municipais, o respectivo município.

A letra legal deveria ser o condicionante maior de todo o processo eleitoral. Inexiste legislação que proíba ou iniba a coligação na maioria dos países democráticos, sejam esses parlamentaristas ou presidencialistas. O mesmo se dá em nosso País.

A Lei Eleitoral, no nosso entender, não se refere à relação entre alianças, nacional, estadual e municipal, com vistas a qualquer tipo de vinculação ou sujeição entre elas. Pelo contrário, Sr. Presidente, a interpretação do Tribunal Superior Eleitoral extrapola a letra da Lei.

Foram impostas aos partidos políticos situações anômalas de alianças que ferem o princípio da liberdade de associação e distorcem a realidade expressa pela circunstâncias locais ou regionais. Ao se exigir que os partidos políticos tenham atuação homogênea em todo o território nacional, fere-se frontalmente uma das cláusulas pétreas da Constituição Federal, a que rege o princípio federativo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, este assunto tem sido objeto de muitas celeumas e vai trazer profundo desconforto a todos os partidos políticos, diga-se de passagem. Por que, se num Estado a coligação entre dois partidos políticos é o caminho mais natural, é o caminho que consulta a realidade da política local, já em outro Estado, no Estado vizinho, como se tem esse exemplo entre os Estados limítrofes, o meu Estado da Paraíba, o Rio Grande do Norte e Pernambuco, em qualquer desses Estados, uma coligação entre partidos políticos na Paraíba é absolutamente diferente da coligação que os partidos políticos querem, precisam e devem celebrar em Pernambuco ou no Rio Grande do Norte.

Portanto, se quis vestir uma camisa de força na liberdade de organização partidária e sobretudo de celebração de coligações, porque é da essência da democracia o entendimento pluripartidário de maneira a assegurar as maiorias necessárias para que o povo realmente tenha a sua representação democrática nos vários níveis de Poder, no Legislativo e no Executivo.

Entendo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a adoção do princípio da verticalização não deixa de ser um pouco de inspiração antidemocrática, advinda do regime anterior, do regime autoritário e

militar de 1964. É um pouco do entulho autoritário do regime de 1964 que criou, como forma de conter a livre manifestação democrática da sociedade, o chamado voto vinculado, que obrigava o eleitor a escolher desde o cabeça da chapa até o último candidato, sempre da mesma legenda, anulando-se os votos que não fossem dados à mesma legenda. Era uma forma que se tinha para depurar os resultados que viessem beneficiar os partidos de Oposição. E, agora, essa forma sofisticada, essa forma fantasma de se reeditar o voto vinculado por outra via, pela via do federalismo servil, que obriga os partidos do Estado a se subordinarem a coligações que não têm nada a ver com a realidade de cada Estado e que não podem corresponder ao desejo e à vontade da livre manifestação popular, dentro da realidade política de cada Estado da Federação.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, já para corresponder às preocupações de V. Ex^a e sobretudo para ouvir a Senadora Heloísa Helena, que já está ali preparada com todo o seu arsenal bibliográfico para fazer mais um candente pronunciamento, que vamos ouvir, com muito respeito.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Álvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador José Maranhão.

Com a palavra, pela ordem, a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Amanhã vou voltar para o candente. Hoje, não mais.

Eu queria registrar, Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, a presença aqui, há pouco, do Vereador Serginho Meneguelli e do Eduardo, que são de um programa lá da cidade de Colatina, no Espírito Santo, que também solicitaram isso. Por economia e para descansar os trabalhadores da Casa – e eu canso tanto eles aqui – vou deixar para falar amanhã.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se terça-feira, dia 11 do corrente, às 11 horas, no plenário do Senado Federal, destinada à apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 40, de 2005, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006”

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Juvêncio da Fonseca, Sérgio Guerra, João Batista Motta, Flexa Ribeiro, Leonel

Pavan, Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Luiz Pontes, Amir Lando, Romero Jucá, Paulo Paim e Augusto Botelho enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o debate sobre a política econômica, via de regra, consegue galvanizar numerosa audiência mas passa ao largo do consenso. Entre os economistas é comum ouvirmos menção à Escola ou à Universidade a que estão atrelados e no decorrer das discussões, os “adeptos” dessa ou daquela linha ou tendência se digladiam sem que possamos, muitas vezes, colher um posicionamento minimamente consensual. Em que pese uma espécie de cizânia no ambiente onde são debatidos os rumos da economia, considero que a formação de “massa crítica” só pode ser consolidada a partir do contraditório e do embate saudável das idéias.

Nesse contexto, temos procurado ouvir e até mesmo auscultar as mais diversas correntes de pensamento entre os brilhantes economistas que o Brasil formou. Há uma sinalização muito forte que aponta para algumas direções sobre as quais gostaria de tecer breves comentários. São as nossas percepções iniciais que podem e devem ser buriladas no decorrer do processo a que estamos submetidos: o contínuo aperfeiçoamento das idéias e formulações que devem subsidiar os formuladores de políticas públicas e até mesmo os detentores de mandato popular. Somos municiados por inúmeras correntes de pensamento, não estamos fechados à revisão permanente de nossos pontos de vista e alternativas a serem examinadas, a despeito de reconhecer que a economia de um País com as características do Brasil não pode estar à mercê de experimentos rotineiros, afinal a população não pode arcar com o ônus de aventuras gestadas em laboratórios de ocasião.

Comungo em gênero, número e grau com o entendimento, por exemplo, do economista e professor da Fundação Getúlio Vargas – EAESP – Paulo Nogueira Batista Júnior: “Há muito tempo que não se vê uma configuração macroeconômica tão favorável ao crescimento vigoroso dos níveis de atividade e emprego”.

De forma recorrente fiz uso da honrosa Tribuna do Senado Federal para protestar que o atual governo desperdiçava um cenário internacional amplamente favorável e que a configuração de condições tão auspiciosas não se repetirá num horizonte temporal visível.

Entre os especialistas de plantão há concordância que a partir de 2003, tanto na esfera comercial como na financeira, a conjuntura mundial ofereceu verdadeiras “benesses”, as quais foram devidamente aproveitadas e potencializadas pela quase totalidade dos países chamados emergentes.

Estou convencido de que o período da gestão Antonio Palocci foi marcado por equívocos sucessivos nesse particular. O crescimento de nossa economia foi estancado em razão de um receituário que prescreveu políticas macroeconômicas excessivamente restritivas. A grande obsessão da equipe econômica comandada pelo ex-ministro da Fazenda foi cortejar os mercados financeiros, um flerte sem conseqüências na medida em que essas instâncias são volúveis e pouco chegadas a relações estáveis.

Ainda pautado na abalizada avaliação do professor Paulo Nogueira Batista Júnior, devo destacar que foi demasiado o foco direcionado ao combate à inflação, deixando na penumbra tantos outros “bons combates” que não foram travados, pelo contrário, houve capitulação aos ditames do Fundo Monetário Internacional. Num governo sob a batuta do Partido dos Trabalhadores, a adoção de políticas macroeconômicas como esse viés constitui mais uma aberração no rol de sandices perpetradas pelo Governo do Presidente Lula.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para registrar um artigo de autoria do jornalista Augusto Nunes: “Lula tem culpa nesse cartório”, publicado no **Jornal do Brasil** em sua edição de 28 de março do corrente.

O artigo questiona a cumplicidade do Presidente Lula na “tramóia” da semana. E diz: “A esperteza, quando é muita, fica grande e come o dono. Pense nisso, presidente”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o terceiro assunto é para falar sobre o Programa Espacial Brasileiro é um tema que foi alçado à ordem do dia em razão da presença do primeiro brasileiro a bordo de um vôo espacial. O debate sobre o nosso programa espacial ganhou contornos polêmicos a partir das declarações do presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, o físico Ennio Candotti.

Segundo o dirigente da SPBC, a participação do oficial da Aeronáutica nessa jornada espacial pode ser resumida como “carona paga”. Sem dúvida, o custo dessa empreitada, algo em torno de US\$ 10 milhões, é passível de exaustiva análise e debate.

O governo, ao se pronunciar sobre o tema, lamentavelmente, protagonizou cena bastante corriqueira na Era Lula: resvalou pelo lugar comum. O presidente da Agência Espacial Brasileira – AEB – Sérgio Guadenzi – comparou a viagem do coronel Pontes à expedição de Colombo. É um argumento fora de propósito e, convenhamos, Sr^{as} e Srs. Senadores, era de se esperar uma argumentação menos risível por parte da maior autoridade governamental do setor espacial do País.

O programa espacial, o uso estratégico da Base de Alcântara, bem como tantos outros temas estratégicos foram colocados à margem em razão da crise política que eclodiu na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Parlamento e tantas outras instâncias da sociedade brasileira que participam tradicionalmente dos debates nacionais, e ainda os laboratórios de modernidade das universidades foram compelidos a se debruçar sobre o tema da corrupção e da crise ética e moral que se abateu sobre o País.

Considero sensato que as críticas emanadas da SBPC e de outros setores da comunidade científica nacional sejam consideradas. Nesta quinta-feira, dia 06 de abril de 2006, tive oportunidade de ler um artigo bastante analítico sobre o assunto em epígrafe. O autor é um homem preparado e competente: Roberto Macedo, economista da Universidade de São Paulo – USP, doutor pela Universidade de Harvard e ex-secretário de Política Econômica da Fazenda. A propósito, Senhor Presidente, gostaria de solicitar a Vossa Excelência a transcrição na íntegra do artigo de autoria do doutor Roberto Macedo, publicado na edição de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulado “O Vôo do ‘caronel’ Pontes”.

Sr. Presidente, para finalizar deve ser ressaltado que não considero que o artigo do eminente economista e professor Roberto Macedo esgote o assunto. O tema é relevante e merece ser submetido a um amplo debate com a participação dos diferentes segmentos da comunidade científica. O Senado pode e deve ser um indutor dessa discussão. Chegou a hora de retomar o debate dos grandes temas nacionais. Num novo governo, acredito possamos promover um novo tempo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por último, eu gostaria de dizer que o advogado tributarista Ives Gandra Martins, jurista que se notabilizou como autor dos pareceres mais respeitados em matéria de Direito Tributário, nos proporciona por intermédio da mídia escrita partilhar de sua visão equilibrada sobre temas diversos da conjuntura política e econômica do País.

A crise política sem precedentes, instalada a partir da posse do presidente Lula, vem sendo objeto de muitas análises por parte da “intelligentsia” nacional. É um acervo relevante que deve ser examinado e um testemunho de suma importância para a própria história política do Brasil. A usinagem de idéias é imprescindível para o ambiente democrático. A nossa democracia é jovem e necessita do aporte de idéias saudáveis.

Nesse contexto, Sr. Presidente, considero que o artigo do dr. Ives Gandra Martins, intitulado “O caseiro e os mensaleiros” e publicado nesta quinta-feira, dia 06

de abril de 2006, no **Jornal do Brasil**, constitui uma peça densa sobre a crise ética e moral que se abateu sobre o nosso País.

Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência a transcrição na íntegra do referido artigo jornalístico.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL JORNAL DO BRASIL	DIA/MÊS/ANO: 28 mar. 06	EDITORIA: País	CADERNO: A	PAGINA: 2 <i>Gan</i>
-----------------------------------	-----------------------------------	--------------------------	----------------------	--------------------------------

COISAS DA POLÍTICA

AUGUSTO NUNES augusto@jb.com.br

Lula tem culpa nesse cartório

A revista *Época* ainda não divulgara a presença de quase R\$ 30 mil na conta bancária de Francenildo Costa e o presidente Lula já sussurrava a amigos, em Florianópolis, a boa nova. Logo seriam divulgadas informações que deixariam mal no retrato o caseiro Nildo, testemunha das visitas do ministro Antonio Palocci à mansão alugada por amigos e ex-assessores para negócios suspeitos e noites alegres. “Chefe”, assim o chamavam os frequentadores da casa que Palocci havia jurado desconhecer.

Como vive repetindo nos improvisos, Lula é um campeão em tudo. Ninguém tem tanto apreço pela ética. Ninguém é mais honesto. Nenhum governante foi tão competente. Nenhum o superou no amor aos pobres. Nesse buquê fabuloso, contudo, nunca figurou o dom da premonição.

Como não é capaz (ainda) de prever o futuro, de que modo Lula antecipara o amanhã? Muito simples: tudo fora feito com o consentimento do presidente. Ele sabia do estupro do sigilo da conta mantida pelo caseiro na Caixa Econômica Federal. Sabia que o presidente da Caixa, Jorge Mattoso, participara diretamente da ação criminosa.

Integrante da força-tarefa mobilizada para livrar Palocci do patíbulo, Mattoso viveu seus 10 minutos de herói palaciano. A tramóia começou a desabar com a descoberta de que o dinheiro de Nildo saíra do bolso do pai biológico, que pretendia manter em segredo a der-

O chefe de governo soube da tramóia desde o começo rapada conjugal. Os trapaceiros aprendizes deveriam ter parado por aí. Mas seguiram acrescentando capítulos à tragicomédia que tivera seu prólogo no Supremo Tribunal Federal. Na primeira cena, o ministro César Peluso atende a um pedido de socorro do senador Tião Viana e interrompe o depoimento do caseiro.

Inútil. O que fora dito bastara para provar que Palocci havia mentido. Nocauteado em pé, o lutador continuou no ringue. (“Neste país, ninguém renuncia nem ao cargo de síndico”, dizia o presidente Jânio Quadros. Jânio tinha razão). Sempre com a cumplicidade ativa de Lula, o caseiro passou de testemunha a réu. Suspeito de “lavagem de dinheiro”, foi intimado pela Polícia Federal. Sofreu constrangimentos de que até delúbios e valérios escaparam.

Ontem, Palocci e Mattoso perderam o emprego. E quanto a Lula? Não deve desculpas ao caseiro? Nem explicações ao país? Acha que também desta vez sairá ileso? A esperteza, quando é muita, fica grande e come o dono. Pense nisso, presidente.

Coragem, deputado

O Brasil que pensa aguarda ansioso a divulgação, nesta terça-feira, do Relatório Serraglio. Se o deputado paranaense cumprir com desassombro a missão que o destino lhe confiou, haverá razões para esperança: existem homens decentes no Congresso. Se o relator da CPI dos Correios capitular, vergado pela ofensiva dos delinquentes, o Legislativo deixará de ser um dos três Poderes. Estará reduzido a um caso de formação de quadrilha ou bando. Poucas vezes a imagem da instituição dependeu tão claramente de um parlamentar.

Há semanas, Osmar Serraglio avisou que o relatório não pouparia nenhum dos culpados, fosse quem fosse. A poucas horas da divulgação do documento, é impossível saber se o relator aceitou recuar – e, em caso afirmativo, qual é a extensão do recuo.

Pecadores mensaleiros absoltivos em série, alianças abjetas celebradas sem camuflagens, reboçados ultrajantes no plenário – em matéria de atrevimento, a Câmara foi longe demais. O Relatório Serraglio poderá ajudar a conter o avanço dos patifes. Não decepcione o Brasil, deputado.

O vôo do 'caronel' Pontes

Roberto Macedo

Vai terminar o vôo do primeiro brasileiro lançado no espaço, mas capôlo que continue a discussão sobre custos e benefícios dessa aventura. O debate foi acirrado pelo físico Ennio Gnanotti, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ao chamar a jornada de "carona paga".

VI pela televisão os primeiros momentos do brasileiro no espaço. Então, pode-se dizer, à maneira dos cientistas, que a tese candotiana não foi refutada pelos fatos. O caronel Pontes não parecia uma daquelas pessoas que às vezes viajam nas cabines de comando dos aviões de carreira, sentam-se a fazer além de papéis, ali adentrando na condição de convidado e conhecedor da tripulação.

Assim, enquanto se percebia que o comandante russo apertava botões com uma ponteira e seguia um manual de vôo, o co-piloto americano também acompanhava um manual. No seu canto, Pontes posava para a câmera, sorrindo e fazendo sinais, como o de apontar nossa Bandeira no braço do

Dos BRICs, só o Brasil não tem um programa espacial digno do nome

seu uniforme.

Há também oficinas aos oito experimentos que está a fazer, no sentido da contribuição deles para o avanço da ciência. Exato o da germinação de sementes de feijão, não tenho condições de entendê-los, mas devem ser testes rápidos, dada a duração da carona e o papel de Pontes no vôo. Em comparação, seus colegas de subida ficarão seis meses na Estação Espacial Internacional (ISS), onde realizarão 65 experiências. Esse número e a duração da jornada garantem um potencial de resultados muitíssimo maior que os do brasileiro.

Quanto à germinação de feijão nas condições da ISS, o anunciado objetivo é estimular o interesse das crianças pela ciência, e grupos deles foram organizados para realizar experiências semelhantes aqui, na Terra, e comparar resultados. Já que é coisa de criança, voltando a esse tempo fiquei a imaginar que os feijões levados poderiam ser mágicos, como os do conto *João e o Pé de Feijão*, em que o personagem troca a única vaca leiteira da família por feijões que teriam essa característica. Filho único e repellido pela mãe viúva, que joga os feijões pela janela, João acaba se saindo bem, pois eles crescem magicamente e o levam a um ogro, que ele derrota e do qual toma uma harpa dourada que toca sozinho e uma

galinha que bota ovos de ouro, enriquecendo, exibindo a primeira e colhendo da segunda. Infelizmente estimulado pelo experimento, fiquei a ver Pontes com João e seus feijões, gerando recursos para custear a viagem.

Mesmo na minha realidade de economista, entendo ser preciso muita magia para extrair efetivos benefícios que justifiquem o custo dessa empreitada, estimado em US\$ 10 milhões. Sintoma da falta de argumentos foi o brando pedido presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Sérgio Gaudenzi. Afirmando ser preciso esperar pelos resultados, absurdamente comparou a viagem de Pontes à expedição de Colombo, então também criticada pelo seu custo. Ora, para refutar isso basta dizer que Colombo não pegou carona, mas, sim, liderou um empreendimento que pelos padrões da época tinha objetivo grandioso e com boa base científica, além de sustentado por avanços na tecnologia de navegação.

O vôo de Pontes pegou também outra carona, esta no prestigioso de Santos Dumont, com a aventura se intitulando Missão Centenário, para relembrar o esforço do "pai da Aviação". Mas ele tampouco subiu de carona, e pilotava sozinho os aviões que construiu.

Em retrospecto, as justificativas para a viagem se limitam a aspectos simbólicos e imaginários que pouco ou nada trarão de resultados concretos. B neste último plano que há razões para o Brasil avançar em seu programa espacial, ainda que de forma diversa dessa viagem. Em particular, voltado para dominar a tecnologia de lançamentos, a partir do Brasil, de satélites de que necessitamos e para os quais há também mercado externo. São bem-vindas parcerias como as do programa CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres), que da China e com seus foguetes já lançou dois desses satélites, mas desde que também nos levem a fazer aqui os nossos próprios foguetes e satélites.

Somos pobres para isso? Não. A capacidade de um país ter seu próprio programa espacial não depende de sua renda per capita, mas está ligada a seu grande tamanho econômico. O que está por trás desse tamanho, como a gran-

de escala de produção, a estrutura e a tecnologia da sua indústria, é que permite viabilizar um programa desse tipo. E, ainda, assegurar benefícios tangíveis, em particular os que visam para o desenvolvimento dessa mesma indústria, na medida em que for capazes a dar atendimento às complexas demandas de um programa espacial. A proposta pelo seu tamanho econômico, efetivo e potencial, o Brasil é incluído no grupo conhecido como BRIC, que também inclui outros grandes, a Rússia, Índia e China. Dessa maneira, o Brasil ainda não tem um programa espacial digno do nome.

No meu Brasil, história desafiada, Pontes, admirável pela sua disposição de tomar decisões por seu país construtivo. E, também, pelo seu esforço e pela sua carreira; esta, sim, um exemplo para as crianças brasileiras, para que não se iludam com outros rumos que não o do empenho nos estudos e no trabalho.

Só tenho uma restrição quanto ao que ele constantemente vem dizendo, entre um sorriso e outro, é que também é bem mais para hoje já meio hácaembulo. Disse orgulhar-se de ser o primeiro astronauta brasileiro, mas não quer ser o último. Ora, vôos tripulados por brasileiros devem ser deixados para uma segunda etapa, com a prioridade de concentrar os esforços e satélites com a nossa Bandeira estampada significando a presença de sua pátria, mas que foram aqui construídos e

Roberto Macedo, economista (USP), com doutorado pela Universidade Harvard (EUA), pesquisador da Fipe-USP e professor associado à Faeap, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

O caseiro e os mensaleiros

Lamento, na minha coluna quinzenal, voltar ao tema do último artigo ("Pobre cidadania"), mas a evolução dos acontecimentos tem revoltado tanto meus alunos e as pessoas que me circundam, que insistiram para que escrevesse, mais uma vez, sobre a "Casa de Tolerância" em que se converteu a Câmara dos Deputados, com direito, inclusive, a espetáculos de danças carnavalescas, para celebrar absolvições dos denominados "mensaleiros" – adequada denominação que a imprensa atribuiu aos sonegadores não só de informações à Receita Federal e à Justiça Eleitoral, mas também de dinheiro de origem não explicada, recebido de fontes espúrias.

O tema proposto por diversas pessoas que assistem ao meu programa *Conheça a Constituição* (Rede Vida, aos domingos, das 20h30 às 21h), é discutir por que o governo, a Polícia Federal e a Receita Federal até agora não agiram para apurar a origem e as responsabilidades pela omissão destas fantásticas receitas, por parte de tais parlamentares, e, em contrapartida, continuam agindo, com o máximo rigor, contra os contribuintes que sustentam o Estado e geram empregos, ao menor sinal de alguma irregularidade, levando-os, inclusive, a detenções provisórias, antes mesmo da lavratura de autos de infração.

Por que, apesar de incontestáveis evidências e comprovados recebimentos de recursos não declarados, os "representantes do

povo" – que representantes o povo escolheu! – limitam-se a criticar, olímpicamente, tais práticas, apenas "em tese", exibindo sua alienação relativamente ao que está acontecendo em manifestações de descontração, alegria e desenvoltura perante a nação, em festas, reuniões sociais ou mesmo em reuniões congressuais?

Por que, por outro lado, um modesto caseiro, que recebeu de seu possível pai, para não ajuizar medida judicial, modestíssimos R\$ 25 mil – ínfima importância, se comparada às estúpidas verbas recebidas pelos parlamentares que foram absolvidos –, mereceu farta investigação por parte do aparato estatal, inclusive com a quebra de seu sigilo bancário irregularmente, do mesmo governo que tudo fez – e conseguiu – impedir, como o aval da Justiça, que o amigo do presidente tivesse seu sigilo bancário quebrado, quando contou aquela estranha história de haver pago dívida do chefe do Executivo (em valor maior do que aqueles R\$

25 mil do caseiro) junto ao PT?

A contradição maior é que este governo, que se diz "governo popular", protege, com variada gama de artifícios todos aqueles parlamentares acusados de procedimentos, no mínimo, aéticos, e ataca um pobre caseiro, pelo simples fato de ter testemunhado que viu um dos então integrantes do governo visitar a casa em que servia.

Hart, em seu livro *The concept of Law*, declara que, nas democracias, as leis têm por finalidade proteger a todos, governantes e governados; mas, por serem feitas pelos governantes, protegem mais eles próprios, do que os governados. Vou além do notável jusfilósofo inglês, que tem merecido, no mesmo nível de Hans Kelsen, a reflexão de operadores de direito, no mundo inteiro. Para mim, muito além das leis, os governantes tentam legitimar tudo o que de aético praticam, nutrindo, entretanto, contra as atividades dos governados as mais absurdas suspeitas, a ponto de, muitas vezes, considerarem aéticas, com inequívoco intuito publicitário, atitudes absolutamente normais.

Ao poder tudo é permitido. Ao povo, nada. O Brasil não é uma democracia. Tobias Barreto dizia que, num país em que "o povo não é tudo, o povo não é nada". E, no Brasil dos "mensaleiros", o povo isto é, o caseiro – não é nada. Nenhuma segurança jurídica. Nenhuma preocupação com a adoção de comportamentos políticos éticos, por parte das autoridades. Nenhum drama de consciência na

agressão aos princípios morais básicos. Jeremy Bentham dizia que toda a sociedade deve ter "um mínimo ético". De rigor, no mundo dos governantes brasileiros, sequer esse mínimo exista.

Ruy Barbosa lamentava a perda de valores da sociedade política da época, e, de presidencialista ardoroso que era – compôs a Comissão que redigiu a Constituição de 1981 –, tomou-se parlamentarista, no fim da vida, por entender que, no presidencialismo, todos os vícios humanos são potencializados. Se compararmos a sociedade política da época àquela em que hoje vivemos, certamente, todos aqueles homens públicos seriam hoje "monges trapistas", ao lado dos acusados pelo Conselho de Ética e perdidos por seus pares, nesta Passagem da, nesta "pátria governamental".

Em face do "auto-perdão" que mutuamente se outorgaram os acusados de recebimento de recursos não declarados à Receita Federal e à Justiça Eleitoral através de segmentos privados da sociedade, beneficiários de contratos governamentais, é de se perguntar se é este o país que Stephen Zweig visualizou como "o país do futuro"?

Infelizmente, não. Este é o país em que, ao "caseiro", tudo é tirado e, ao "mensaleiro", tudo é devido. Estranha democracia a nossa, em que o povo não é nada e o poder é tudo!

Ives Gandra Martins escreve nesta página às quintas-feiras, a cada 15 dias.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornalista Fritz Utzeri, em artigo publicado no **Jornal do Brasil**, lembra que, menos de 15 anos após o fim da ‘República das Alagoas’, quando o Partido dos Trabalhadores ainda era uma vestal, surge a ‘República de Ribeirão Preto’.

O artigo, intitulado “A central de negócios das vestais decaídas”, publicado no dia 22 de março do corrente, trata da violação do sigilo bancário do caseiro que revelou o envolvimento do ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci, com os integrantes da chamada República de Ribeirão”. Segundo o jornalista, “A

vestal transformou-se numa criatura sem vergonha e sem moral”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“A central de negócios das vestais decaídas.”

JORNAL DO BRASIL 1891

Data: 22/03/06 Página: _____

Fritz Utzeri

A ‘central de negócios’ das vestais decaídas

Ver um grupo de amigos do ministro da Fazenda montar uma “central de negócios” e festas “alegres” é um escândalo que em qualquer país civilizado demoliria o governo na hora, sem prejuízo das sanções penais a que os responsáveis estivessem sujeitos. Ironicamente, menos de 15 anos após o fim da “República das Alagoas”, quando o PT era ainda uma vestal, defensora implacável dos mores (costumes) e da res publica (coisa pública), surge a “República de Ribeirão Preto”. A vestal transformou-se numa criatura sem vergonha e sem moral. Convém lembrar que nos tempos romanos as vestais que prevaricavam eram enterradas vivas. Será esse o destino de Palocci & companhia?

O governo do Molusco tornou-se mestre na arte do “nada sei”. Pratica a verdadeira omertá (a lei do silêncio) da máfia. O problema é que a responsabilidade tem dono quando se trata de poder. Palocci diz que nunca foi à casa e apresenta, para “prová-lo”, um álibi em ouro maciço: “nunca dirijo em Brasília”. Mais estapafúrdio é quase impossível.

Mas vamos dar-lhe o benefício da dúvida e admitir que não soubesse da “central” montada a poucos minutos de seu ministério. Se nada sabia, é mal informado e não tem competência para ocupar ministério onde informação é tão vital quanto o ar que respiramos. Se o ministro nunca foi à casa, mas sabia de sua existência, o fato é mais grave. E se tivesse ido, poderia ser caracterizado como o chefe da quadrilha e, além disso, participante das alegres celebrações locais que – pelo noticiário – tinham mais a ver com Baco do que com Vesta.

Violação da privacidade!, gritam os acólitos do NeoPT (incluindo os de “esquerda”) que pararam de criticar a política econômica, representada pelo vice-rei Henrique Meirelles e seu BC independente do Brasil (sem que os brasileiros tenham votado nisso), único poder, funcional e real, da atual república do NeoPT.

Se o ministro celebrava ou não suas dionisíadas não vem ao caso. O que interessa são as atividades econômicas da “central”. Mas é bom lembrar sempre que o conceito de privacidade para homens públicos não é igual ao existente

para o cidadão comum. Se vizinhos e vizinhas adultos se reunirem por conta e consentimento próprio para uma orgia, ninguém tem nada com isso. Mas se houver negócios escusos e mera suspeita de envolvimento de dinheiro público, a coisa muda inteiramente de figura.

Além disso, fica demonstrado que na República do NeoPT existem dois critérios de privacidade. Para Paulo Okamoto, o amigo de Luiz Inácio que generosamente pagava as suas contas, o sigilo bancário é sacrossanto. O STF garante esse “direito”, como o concedido a Duda Mendonça para repetir ad nauseam “não vou responder”, num deboche público que mostrou o ponto de avacalhação a que chegou o Brasil.

Desmascarado pelo motorista Francisco das Chagas Costa e pelo caseiro Francenildo Santos, o Nildo, Palocci insiste em mentir (como já mentiu antes). Nildo foi chamado à Polícia Federal para depor na quinta-feira à noite. Entregou os seus documentos, inclusive o cartão bancário. Enquanto depunha, a revista Época (do grupo de O Globo) conseguia uma cópia de seu extrato na Caixa Econômica Federal, mostrando que R\$ 38 mil tinham sido depositados em sua conta nos últimos três meses.

A tentativa de desmoralizar a acusação é evidente, mas Francenildo já havia revelado que o depósito fora feito por um empresário piauiense, que seria seu pai. Nildo exigia reconhecimento, o empresário negou, mas mandou-lhe dinheiro. Tanto o empresário como a mãe de Nildo confirmam o fato.

Mas, mesmo que seu depoimento tivesse sido comprado, a pergunta é: quem quebrou o sigilo bancário de Francenildo sem ordem judicial? Foi a PF? De posse do cartão é possível chegar à conta, desde que se tenha equipamento adequado. Foram a PF e a Caixa? Um telefonema permitiria a alguém na Caixa chegar aos dados sem grande dificuldade. Ou foi a CEF? Houve crime escancarado. Se o caseiro estivesse mentindo e tivesse vendido seu depoimento, deveria ser rigorosamente punido, mas através de uma investigação e de acordo com a lei, exatamente com os mesmos direitos dos amigos do Molusco.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Palocci ordenou a Mattoso violação do sigilo do caseiro”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 2 de abril de 2006.

Segundo a matéria, Antonio Palocci, ainda ministro da Fazenda em 16 de março, ordenou diretamente ao então presidente da Caixa, Jorge Mattoso, que violasse o sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Pressionou o colega Márcio Thomaz Bastos a pedir que a Polícia Federal acobertasse sua conduta, ameaçando revelar a presença de um auxiliar direto do ministro da Justiça em sua casa na noite daquela

quinta-feira, quando Mattoso lhe entregou o extrato do caseiro.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Palocci ordenou a Mattoso violação do sigilo do caseiro.”

FOLHA DE S.PAULO

CRISE NO GOVERNO/CERCO AO EX-MINISTRO

Assessor de Márcio Thomaz Bastos estava na casa de Palocci quando extrato foi entregue

Palocci ordenou a Mattoso violação do sigilo do caseiro

KENNEDY ALENCAR
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

Antonio Palocci Filho, ministro da Fazenda em 16 de março, ordenou diretamente ao então presidente da Caixa, Jorge Mattoso, que violasse o sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Pressionou o colega Márcio Thomaz Bastos a pedir que a Polícia Federal acobertasse sua conduta, ameaçando revelar a presença de um auxiliar direto do ministro da Justiça em sua casa na noite daquela quinta, quando Mattoso lhe entregou o extrato do caseiro.

Segundo relatos obtidos pela Folha, Palocci fez pressões até a última hora para permanecer no cargo. Discutiu com Mattoso e Thomaz Bastos duramente na segunda-feira passada, dia de sua queda. Mattoso rejeitou assumir sozinho a culpa.

Por telefone, Palocci chegou a pedir ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que não fosse demitido, mas afastado temporariamente. Lula, porém, respondeu secamente que não dava. Havia acabado de ser informado de que não havia mais dúvida de que Palocci ordenara a violação do sigilo do caseiro, apesar de o então ministro ter negado isso várias vezes no decorrer do imbróglio.

Palocci deu a ordem para Mattoso quebrar o sigilo na tarde de 16 de março, quando lhe disse que tinha a informação de que o caseiro recebera soma de dinheiro e que suspeitava que havia sido comprado pela oposição para atacá-lo. De noite, Palocci convidou o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldberg, para ir à sua casa. Lá, encontrou também Mattoso. A membros do governo, Goldberg disse que não presenciou a entrega do extrato.

Na sua versão, Palocci e Mattoso teriam se reunido a sós no escritório, e o então ministro da Fazenda teria pedido que a PF investigasse Francenildo por falso testemunho e suborno para mentir sobre uma autoridade.

Palocci, que estava acompanhado por seu assessor Marcelo Netto, disse que “a imprensa” divulgaria que o caseiro havia recebido recursos incompatíveis com sua renda de R\$ 700 mensais. Segundo seu relato, ele não viu o extrato, mas ouviu pedido de Palocci para acionar a PF.

No dia seguinte, o chefe-de-gabinete de Thomaz Bastos, Cláudio Alencar, relatou ao ministro que Palocci havia pedido a Goldberg para a PF investigar Francenildo. No mesmo dia, o extrato vazou por meio do blog da revista “Época”.

Oficialmente, a PF começou a investigar o caseiro na quinta-feira seguinte, dia 23, e o colocou sob suspeita de lavagem de dinheiro devido a um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras encaminhado no dia 20. Antes, o contato de Francenildo com a PF havia ocorrido entre a quinta, 16, e a sexta, 17, quando entrou e saiu do programa de proteção a testemunhas do órgão.

Últimos dias

Uma semana depois, no domingo passado, Lula e Palocci tiveram uma conversa pessoal. O então ministro da Fazenda continuava a negar as evidências de sua participação no caso. Mas Lula já havia recebido informações de Thomaz Bastos de que a PF tinha convicção da participação de Palocci.

O ministro da Justiça disse que o departamento de Mattoso no dia seguinte não lhe deixaria sair. Lula informou a Palocci que a situação era insustentável e que ele deveria

se preparar para sair.

Antes de viajar para Curitiba, ainda no domingo, dia 26, Lula se reuniu com auxiliares na Base Aérea de Brasília, atrasando seu voo em mais de uma hora. Pediu que fizessem uma apuração final durante a manhã de segunda e que lhe apresentassem um resultado definitivo em reunião à tarde.

Solicitou ainda que o presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Guido Mantega, fosse a Brasília no dia seguinte. Já queria demitir Palocci, contrariado com as negativas do ministro, que só admitira que sua assessoria poderia ter vazado o extrato.

Na manhã de segunda, em conversa tensa com Mattoso, Palocci disse ao presidente da Caixa que ele não diminuiria sua culpa em nada se o responsabilizasse. Depois de soltar um palavrão, Mattoso afirmou que Palocci acabara com sua vida e que ele não pagaria o pato sozinho.

Com a recusa de Mattoso, Palocci ficou nervoso e trocou ofensas com Thomaz Bastos. Disse que contrariaria um detetive particular para investigar Francenildo porque a Polícia Federal trabalharia só a favor da oposição e contra o governo.

Palocci disse que o caseiro teria viajado para o Piauí com passagem paga por um senador e que nem isso a PF conseguia apurar.

Palocci fez pressão em forma de ameaça. Disse que Thomaz Bastos poderia se complicar porque Goldberg estivera na sua casa na quinta em que Mattoso lhe entregara o extrato de Francenildo.

Thomaz Bastos respondeu com um palavrão. Disse que Palocci chamava o secretário sem seu conhecimento, que ele estava em Rondônia e que não permitiria que a PF fosse usada politicamente

ou forçada a acobertar eventual prática criminosa de membros da cúpula do governo. Em público, o ministro não informou que seu assessor havia presenciado o encontro entre Mattoso e Palocci.

Quando Lula chegou de Curitiba, foi informado por auxiliares de que Mattoso estava na PF naquele momento e que diria que entregou os extratos a Palocci. Lula agradeceu o relato, pediu que deixassem a sala e solicitou um telefonema para o ministro da Fazenda. Não chamou Palocci para seu gabinete e afirmou que seria uma conversa rápida.

O presidente disse a Palocci que, diante das circunstâncias, ele deveria deixar o governo. O auxiliar pediu que não fosse demitido, mas afastado, a fim de tentar provar sua eventual inocência e retornar ao posto. Lula não aceitou.

Auxiliares, Lula se queixou de Palocci ter insistido em negar participação na violação do sigilo. Outros membros da cúpula do governo também se mostraram surpresos. Ciro Gomes, que chegou a chamar de “golpista” setores da imprensa, disse que ia escrever uma carta para um jornal pedindo desculpa por sua crítica.

Oferta de R\$ 1 milhão

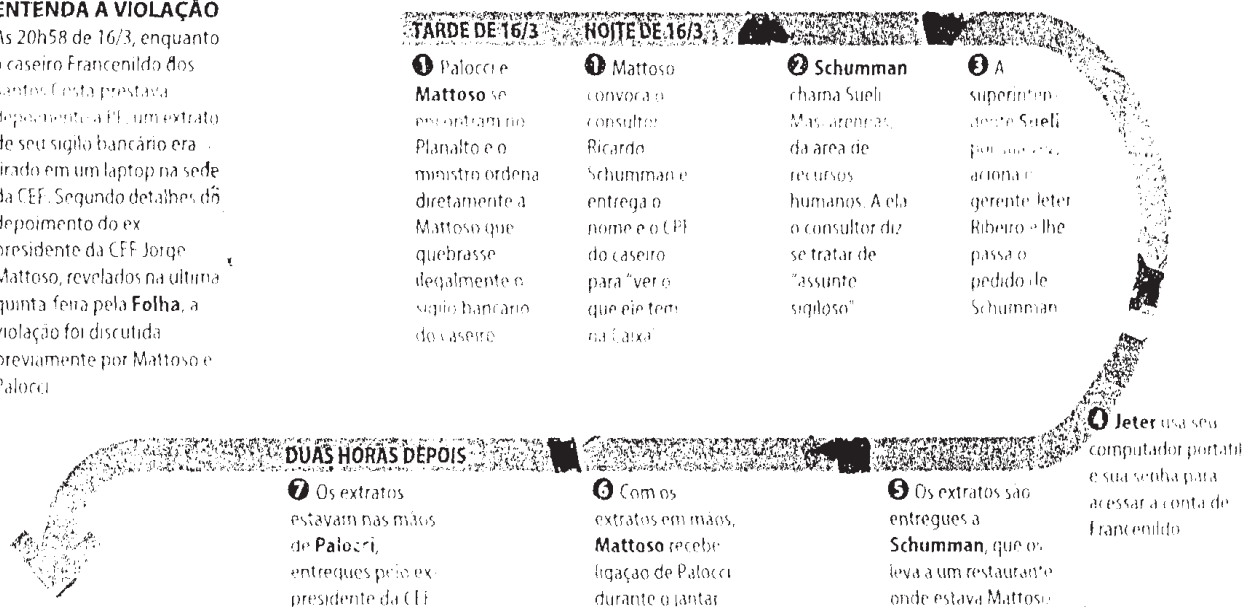
Segundo a edição desta semana da revista “Veja”, em conversa de Palocci com Mattoso e o advogado criminalista Arnaldo Malheiros, amigo de Thomaz Bastos, foi aventada a ideia de oferecer R\$ 1 milhão “a algum funcionário da Caixa que se dispusesse a assumir a culpa pela quebra do sigilo”.

Segundo a revista, “não se sabe se a proposta teve andamento prático”. Ainda segundo a “Veja”, o empresário Eurípedes Soares da Silva, o suposto pai biológico de Francenildo, também teria sido sigilos fiscal e bancário violados.

PALOCCI E A QUEBRA DE SIGILO

ENTENDA A VIOLAÇÃO

Às 20h58 de 16/3, enquanto o caseiro Francenildo dos Santos Costa prestava depoimento à PF, um extrato de seu sigilo bancário era tirado em um laptop na sede da CEF. Segundo detalhes do depoimento do ex-presidente da CEF Jorge Mattoso, revelados na última quinta-feira pela **Folha**, a violação foi discutida previamente por Mattoso e Palocci.



8 Segundo a revista "Veja", Palocci estava acompanhado de seu assessor Marcelo Netto e de Daniel Goldberg, secretário de Direito Econômico e um dos principais auxiliares do ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça). Goldberg havia sido chamado para que a Polícia Federal acobertasse a violação do sigilo, mas Thomaz Bastos se negou e deu início à investigação na PF.



PERGUNTAS SEM RESPOSTAS

- Por que o ministro não foi demitido tão logo Márcio Thomaz Bastos foi avisado da violação do sigilo, no dia seguinte, por um assessor seu?
- Como Mattoso ficou sabendo de movimentações atípicas na conta de Francenildo na CEF? Palocci ficou sabendo quando dessas movimentações?
- Por que o presidente Lula foi conivente com a situação e esperou até a segunda-feira para tirar Palocci do cargo?
- Palocci, que recebeu os extratos, nega ter vazado os dados. Quem passou cópia dos documentos à revista "Época"?
- Por que Palocci frequentava a "casa do lobby" em Brasília, segundo acusou o caseiro? Por que sempre negou suas idas ao local?

PALOCCI E A "CASA DO LOBBY"

Francenildo é mais uma testemunha que à firma ter existido o ministro Palocci em casa em Brasília, famosa por receber lobistas, empresários e garotas de programa. O ministro nega ter ido lá.

A CASA DO INQUILINO

Francenildo trabalhou na casa alugada por Vladimir Poletto, ex-assessor da Prefeitura de Ribeirão Preto quando Palocci era prefeito. Segundo ele, era Poletto quem pagava as contas da casa, com dinheiro trazido por Rogério Buratti.

O CHEFE

Era assim que o ministro era chamado na casa, disse Francenildo. Palocci adorava às quintas-feiras, além de sábados e domingos, de 2003 até 2004. Não gostava que luzes do jardim ficassem acesas enquanto estivesse lá.

O CARRO

Segundo o caseiro e a outra testemunha, o motorista Francisco das Chagas, Palocci chegava sempre em um Peugeot prata, que seria de Ralf Berquete, ex-assessor de Palocci morto em 2004.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna na data de hoje para comentar o artigo intitulado “Indecência”, de autoria do jornalista Fernando Rodrigues, publicado pelo jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 22 de março deste ano.

O jornalista, em seu artigo, trata da violação criminosa do sigilo bancário do caseiro que afirmou ter visto o ministro Palocci na casa alugada em Brasília por seus ex-assessores para funcionar como uma “casa de lobby”. Para Fernando Rodrigues, “Esse episódio todo pode até dar em nada, mas resume à perfeição

o desapego atroz do PT e da administração Lula às instituições do país”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:
“Indecência.”

FERNANDO RODRIGUES

Indecência

BRASÍLIA - *As informações preliminares são as seguintes:*

1) *o governo tem envolvimento direto na quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Nildo, cujo depoimento comprometeu a vida do ministro da Fazenda, Antonio Palocci;*

2) *a Caixa Econômica Federal fez a violação. O extrato de Nildo foi entregue a um assessor de Palocci;*

3) *os governistas continuam insinuando que Nildo recebeu “algo” para falar. Nildo nega.*

Tudo está pendente de confirmação final, exceto pelo fato principal: a violação criminosa do sigilo bancário de um cidadão.

Fosse este um país minimamente decente — promessa de campanha de Lula em 2002 —, deveriam ser demitidos sumariamente, a bem do serviço público, o ministro da Fazenda e o presidente da CEF, Jorge Mattoso. Por envolvimento ou por omissão.

Os governistas pareciam baratas tontas ontem no Congresso. Queriam minimizar o episódio. “Foram assessores. Palocci e Mattoso não têm culpa”, era um dos argumentos usados.

Esse raciocínio pertence à categoria “eu acredito em duendes”.

A outra peça de resistência foi na linha lulista do “todo mundo faz”. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, entrou na onda. Criticou o fato, mas completou fazendo confusão: “O vazamento de informação é uma praga terrível que deve ser combatida”. Errado. O ocorrido não foi um vazamento, mas violação explícita de um direito constitucional.

O comportamento irracional do governo chegou ao paroxismo com a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti, exigindo as gravações do circuito interno de TV do Congresso para verificar com quem o tal Nildo falou nas últimas semanas. Numa espécie de Big Brother congressual, a petista, mais conhecida pelo seu apego aos solecismos na tribuna, quer agora vigiar seus colegas.

Esse episódio todo pode até dar em nada, mas resume à perfeição o desapego atroz do PT e da administração Lula às instituições do país.

@ → frodriguesbsb@uol.com.br

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “CEF recebeu ‘dicas’ sobre caseiro antes de agir”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 29 de março do corrente.

Segundo a matéria, a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa começou com informações repassadas ao ex-presidente Jorge Mattoso. Ao ordenar o acesso aos extratos do caseiro, Mattoso comentou com o consultor da presidência da Caixa, Ricardo Schumann, que ouvira falar de “movimentações atípicas” de dinheiro na conta de Francenildo.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“CEF recebeu dicas sobre caseiro antes de agir.”

FOLHA DE S.PAULO

CRISE NO GOVERNO/VIOLAÇÃO DE SIGILO

*Ex-presidente do banco sabia de ‘movimentações atípicas’
quando ordenou acesso aos extratos do caseiro que denunciou Palocci*

CEF recebeu ‘dicas’ sobre caseiro antes de agir

MARTA SALOMON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A violação do sigilo bancário de Francenildo dos Santos Costa na Caixa Econômica Federal começou com informações repassadas ao ex-presidente Jorge Mattoso de fora da estatal, apurou a Folha.

Ao ordenar o acesso aos extratos da conta poupança do caseiro, na noite da quinta-feira, 16, Mattoso comentou com o consultor da presidência da Caixa Ricardo Schumann, que ouvira falar de movimentações atípicas de dinheiro na conta de Francenildo.

Até aquele momento, no entanto, o sistema que detecta operações atípicas da Caixa Econômica não havia dado nenhum alerta dos depósitos de R\$ 25 mil na conta poupança que pudesse sustentar um comunicado de suspeita de lavagem de dinheiro ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

Schumann nega conhecer a origem dos comentários que motivaram a ordem de Mattoso. O ex-presidente da Caixa tampouco deixou isso claro na nota que divulgou após depor à Polícia Federal anteontem — quando ainda tinha esperança de permanecer no cargo. “Na condição de presidente da Caixa, tive acesso a informações sobre movimentação atípica

em conta de cliente”, resume a nota. A PF investiga a participação do Ministério da Fazenda.

Falhas

A origem da informação que levou à violação do sigilo bancário de Francenildo faz parte da coleção de falhas e pontos obscuros da versão apresentada para o episódio que levou à queda do ministro Antonio Palocci (Fazenda).

A tentativa de qualificar a operação como uma rotina burocrática da Caixa não resiste aos fatos, como foram narrados até aqui.

Na noite daquela quinta-feira, dia 16, a informação que Mattoso recebera precisava ser checada rapidamente, para eventualmente embasar um comunicado ao Coaf, órgão subordinado ao Ministério da Fazenda.

Esse comunicado foi feito, mas apenas na noite de sexta-feira, 17, depois de o extrato bancário de Francenildo ter sido divulgado pela revista “Época”, em meio de suspeitas que poderiam desqualificar seu testemunho contra o então ministro da Fazenda.

Antes do Coaf e da imprensa, o próprio Palocci foi informado pessoalmente das movimentações bancárias por Jorge Mattoso, revelou o ex-presidente da Caixa à Polícia Federal. Operações muito mais atípicas, de saques de mi-

lhões em dinheiro vivo, não mereceram o mesmo tratamento.

Detalhe que ajuda a desmontar a versão de uma rotina burocrática: ao repassar adiante a ordem de Mattoso, o consultor da presidência da Caixa Ricardo Schumann sabia que não se tratava de um cliente qualquer do banco, mas do caseiro que testemunhara contra Antonio Palocci.

Fora da rotina

O acesso à conta bancária do caseiro e a impressão dos extratos também fugiram à rotina da instituição. Como Mattoso tinha pressa na quinta-feira à noite, a superintendente Sueli Mascarenhas foi acionada, embora sua área na Caixa seja de recursos humanos. Seu status funcional dava a ela acesso às informações que o presidente da Caixa procurava. A senha para obter os dados foi providenciada com o gerente Jeter Ribeiro, usuário do equipamento.

Esse roteiro foi rastreado pela Polícia Federal, que chegou ao comando da Caixa apenas no domingo, mais de uma semana depois da violação do sigilo. Autor confesso do pedido de extração dos dados bancários, Mattoso instalou investigação interna no banco, com prazo de 15 dias para apurar eventuais responsabilidades. Esse prazo só termina dia 4.

UMA VERSÃO CHEIA DE BURACOS

CAIXA O ex-ministro Antônio Palocci e o ex-presidente da CEF Jorge Mattoso não conseguem esclarecer quem ordenou a violação do sigilo do caseiro e quem divulgou os dados.

QUEM PEDIU?
Jorge Mattoso não explicou como soube que o caseiro Francenildo Costa exibia movimentações atípicas em sua poupança. A origem da informação não seria o sistema de alerta da Caixa, mas o de outro órgão ligado à fazenda

COMUNICADO TARDIO
 A Caixa violou os dados de Francenildo na noite do dia 16. O pedido urgente de Mattoso supostamente sustentaria comunicado ao Coaf, mas a comunicação só foi feita na noite do dia 17, após "Época" divulgar as informações

QUEM SOUBE?
 Apesar de a violação do sigilo ter sido revelada na sexta-feira, antes disso já havia parlamentares petistas falando na existência de evidências contra o caseiro.
Quem informou esses parlamentares, e quando eles souberam?

BUSCA DO QUEDADO
 O presidente da CEF agiu como se nada soubesse: só mandou abrir sindicância três dias após "Época" divulgar os extratos, pediu um prazo de 15 dias e demorou mais uma semana para admitir sua responsabilidade no caso

QUEM VAZOU?
 O ex-presidente da Caixa disse que entregou os extratos diretamente ao então ministro Antônio Palocci na noite do dia 16. Palocci nega ter vazado os dados, mas, no dia seguinte, uma cópia do extrato já estava no site da "Época"

OPERACAO ANORMAL
 Mattoso alega que teria agido "nos estritos limites da legalidade" ao cuidar de rastrear movimentações atípicas de um cliente que recebera depósitos de R\$ 25 mil. Ocorre que não foram seguidos os canais de rotina do banco

ENTENDA

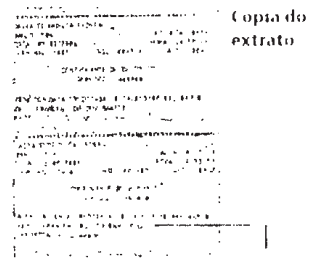
A VIOLAÇÃO DO SIGILO

Às 20h58 de 16/3, enquanto o caseiro Francenildo dos Santos Costa prestava depoimento à PF, um extrato de seu sigilo bancário era tirado em um laptop na sede da CEF.

1 LAPTOP
 Após recuperar em São Paulo o laptop, a PF identificou Jeter Ribeiro como o funcionário que tirou o extrato. Ele disse ter agido a mando de Sueli Aparecido Mascarenhas

2 ASSESSOR
 A superintendente Mascarenhas, por sua vez, teria recebido o pedido de realizar a violação de Ricardo Schumann, consultor da presidência da Caixa Econômica Federal

3 MATTOSO
 Em depoimento à Polícia Federal, Schumann disse ter entregue o extrato da conta de Francenildo Costa nas mãos do então presidente da Caixa, o economista Jorge Mattoso



Cópia do extrato

NOME: FRANCENILDO DOS SANTOS COSTA

4 PALOCCI
 Mattoso alega ter entregue o extrato diretamente ao então ministro Antônio Palocci na noite do dia 16. Palocci nega ter vazado os dados, mas, no dia seguinte, uma cópia do extrato já estava no site da "Época"

Jardineiro pode ter levantado suspeita

RUBENS VALENTE
ADRIANO CEOLIN

A SUCURSAL DE BRASÍLIA

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem, durante depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa à Corregedoria do Senado, que um senador do PT comentou com ele ter ouvido "suspeitas" sobre a movimentação financeira do caseiro horas antes da violação da sua conta pela Caixa Econômica Federal.

A oposição suspeita que essas informações obtidas pelo senador petista, de uma suposta "testemunha" que depois teria se recusado a falar, podem ter sido a origem da operação clandestina desencadeada por autoridades do governo federal para quebrar o sigilo do caseiro. A quebra culminou na queda, anteontem, do ministro Antonio Palocci e do presidente da Caixa, Jorge Mattoso.

Segundo Suplicy, a conversa

com o colega ocorreu na manhã do dia 16 no gabinete da liderança do governo no Senado. A violação da conta ocorreu naquela noite.

O senador, cuja identidade não foi confirmada por Suplicy, seria Tião Viana (PT-AC), articulador político de Palocci na CPI dos Bingos —Suplicy disse apenas que o colega "é próximo do [ex-]ministro". Procurado ontem à noite, Viana não foi localizado.

Com base no que disse Suplicy, o caseiro deu uma possível explicação. A suposta "testemunha" seria um jardineiro que trabalhava numa casa vizinha à do Lago Sul, com quem costumava conversar. Meses antes do depoimento à CPI dos Bingos, Francenildo teria dito ao jardineiro que tinha dinheiro suficiente para adquirir um terreno por cerca de R\$ 15 mil.

Ao ver na TV as revelações do caseiro, o jardineiro teria feito uma ilação entre o dinheiro recebido por Francenildo e a decisão

dele de narrar o que viu na casa. Essa suspeita teria chegado a Viana, que pode tê-la encaminhado a Palocci. O caseiro disse que dinheiro referido para a compra do lote é parte dos mesmos R\$ 25 mil depositados pelo seu suposto pai biológico, o empresário Eurípedes Soares —que confirma os depósitos, mas nega a paternidade.

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), disse que haverá uma diligência para localizar o jardineiro e a casa em que trabalharia. A senadora Heóisa Helena (PSOL-AL) cobrou uma investigação sobre a identidade do senador do PT. "Pode não ser nada. Mas poderá passar a ser muito grave se essa informação foi utilizada por um senador para comunicar a uma autoridade."

O líder do PSDB na Casa, Arthur Virgílio (AM), ironizou a informação trazida por Suplicy: "Um caseiro já derrubou parte do governo. Tomara que um jardi-

neiro não faça cair o resto".

No depoimento, o caseiro foi proibido de falar sobre as visitas de Palocci à casa do Lago Sul. O corregedor disse que a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que suspendeu o depoimento do caseiro na CPI impede esse tipo de pergunta na Corregedoria.

Vice da Caixa

A vice-presidente de Tecnologia da Caixa, Clarice Copetti, disse ontem, ao ser questionada pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) na CPI dos Bingos, que os dados de movimentações financeiras atípicas são repassados à Superintendência de Controle Interno da Caixa para, depois, serem enviadas ao Banco Central. "Até hoje foram 55 informações [sobre movimentações atípicas]", disse ela.

Para Dias, isso mostra que Mattoso não precisava ter se empenhado pessoalmente para entregar o extrato a Palocci.

Envolvido em violação é acusado de improbidade

MAURÍCIO SIMIONATO

DA AGÊNCIA FOLHA, EM CAMPINAS

Um dos pivôs da quebra de sigilo do caseiro, Francenildo Santos Costa, o consultor da Caixa Econômica Federal, engenheiro civil e ex-sindicalista Ricardo Farhat Schumann, 46, já atuou em cargos importantes em diversas administrações ligadas ao PT.

Funcionário de carreira da Prefeitura de Campinas (SP), atuou

também no governo do prefeito de Santo André Celso Daniel (PT), morto em 2002, e presidiu a Cohab (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo) na gestão de Marta Suplicy (PT).

Schumann foi diretor do Departamento de Materiais e Patrimônio em Santo André e, em 2002, teve seu nome incluído em uma ação civil pública movida pela Promotoria por improbidade ad-

ministrativa naquela gestão.

A Promotoria pedia na época o ressarcimento de R\$ 9,6 milhões aos cofres públicos, referentes a nove contratos que a prefeitura firmou em caráter emergencial, sem licitação, entre 1997 e 2001.

Como presidente da Sanasa (Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.), entre 2003 e 2004, ele teve seu nome envolvido num contrato assinado no final do mandato de Marta que

envolveu a Sanasa, a Petros e o consórcio formado pelas empresas PriceWaterhouseCoopers, KPMG e Globalprev.

A Sanasa havia contratado, com assinatura de Schumann, a Petros para administrar o fundo de pensão em dezembro de 2004. A Petros terceirizou os serviços e contratou o consórcio com a Globalprev sem licitação. O contrato foi desfeito quatro meses depois.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, A Caixa Econômica Federal é uma instituição que sempre contou com o respeito e a credibilidade da sociedade brasileira. Infelizmente, o governo do presidente Lula, envolvido diretamente na violação do sigilo do caseiro Francenildo, deixou a imagem da CEF “descer ralo abaixo”.

Sr. Presidente, o jornalista Fernando Rodrigues, em artigo publicado na **Folha de S.Paulo** de 25 de março do corrente sob o título “Imagem dilapidada”, resume bem o episódio: “Um aspecto a ser observado no atual escândalo é quanto custa essa perda de imagem para a CEF e quem deve ressarcir-la pelo

dano causado. A resposta deve ser dada pela equipe econômica de Lula”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o artigo do jornalista Fernando Rodrigues passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Imagem dilapidada.”

FERNANDO RODRIGUES

Imagem dilapidada

BRASÍLIA - A Caixa Econômica Federal é o terceiro maior anunciante estatal do país. Só perde para o Banco do Brasil e para a Petrobras.

De 2001 a 2004 (dois anos de FHC e dois de Lula), a CEF torrou R\$ 433,3 milhões para lustrar sua imagem, segundo os últimos dados disponíveis. É uma montanha de dinheiro. Em compensação, não há brasileiro que não reconheça o bordão “vem pra Caixa você também, vem!”.

Agora, com o escândalo do caseiro Nildo, a CEF teve uma exposição negativa brutal na mídia. Aparece diariamente em todos os jornais impressos, nos telejornais e nas rádios. Neste fim de semana, o logotipo do bancão estatal ilustrará várias revistas.

Na quinta-feira, a charge de Angeli na **Folha** mostrava um gerente da CEF explicando ao cliente: “Oferecemos caixas 24 horas, bankphone, internet, cheque especial, cartões... Agora, sigilo bancário, só para clientes a favor do governo!”. Ontem, Glauco mostrava uma ratazana saindo de um caixa automático.

Essa tonelada de publicidade negativa dilapidará a imagem da CEF. Não importa se a versão oficial apontar para funcionários de médio escalão como os responsáveis pela violação do sigilo. O crime ocorreu dentro da sede central da instituição.

Um aspecto a ser observado no atual escândalo é quanto custa essa perda de imagem para a CEF e quem deve ressarcir-la pelo dano causado. A resposta deve ser dada pela equipe econômica de Lula.

Ontem, de maneira indireta, Antonio Palocci falou sobre a atual crise. Como se vivesse num universo paralelo desconhecido, ensaiou uma lição de moral. “Não se pode transformar o debate político em uma crise sem fim.” É verdade. Basta a CEF abdicar dos seus 15 dias de prazo autoconcedido para esclarecer quem violou o sigilo do caseiro. Mas aí, por óbvio, não daria tempo de combinar uma boa versão com todos os envolvidos. Melhor esperar e deixar a imagem da empresa descer ralo abaixo.

@ → frodriguesbsb@uol.com.br

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Quem paga o rombo”, do editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** de 27 de março do corrente.

O artigo trata do déficit do fundo de pensão da Petrobras, Petros, que atingiu em 2004 o valor de R\$5,3 bilhões. O fundo Petros se destina a complementar a aposentadoria de mais de 40 mil trabalhadores na ativa e de 53 mil aposentados.

Apesar de ser um problema antigo, o déficit aumentou substancialmente neste governo, quando aumentou a participação, no conselho do fundo, de opositores declarados do chamado regime de contribuição definida, modelo adotado atualmente pela maioria dos fundos de pensão patrocinados por empresas

privadas. Este modelo é tido como o único capaz de corrigir o problema, mas o fundo continua a gastar dinheiro público para não desagradar os seus atuais administradores.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Quem paga o rombo?”

Quem paga o rombo?

O presidente do fundo de pensão da Petrobrás (Petros), Wagner Pinheiro, anunciou que a estatal apresentará aos seus empregados proposta de cobertura do déficit atuarial da entidade em 2004, no valor de R\$ 5,3 bilhões. Ele admitiu que o que está em discussão é “se haverá apoio integral da empresa” ou não – isto é, se a Petrobrás entrará com a totalidade dos recursos necessários para tapar o buraco, como sempre ocorreu na história da companhia.

O fundo Petros se destina a complementar a aposentadoria de mais de 40 mil trabalhadores na ativa e de 53 mil aposentados. É o segundo maior do País, com investimentos de R\$ 28,1 bilhões, conforme os dados de novembro publicados na revista da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), abaixo apenas do Previ, dos funcionários do Banco do Brasil.

Mas, certamente, o Petros é o líder incontestado nos “acertos” de contas relativos ao passado, pois o patrimônio é insuficiente para cobrir as responsabilidades futuras do fundo com seus participantes.

Por quatro vezes, nos últimos oito anos, foram constatados grandes rombos no Petros. A origem do problema remonta aos anos 70, quando a Petrobrás criou as vantagens da aposentadoria complementar para o pessoal, mas não entrou com os recursos para financiá-la nem exigiu a contrapartida necessária dos funcionários. Por mais de 20 anos o déficit ficou escondido. E foi

agravado na década passada, na gestão Joel Rennó, que incluiu, entre os participantes do fundo, funcionários que não haviam feito contribuições ou haviam sido contratados há pouco tempo, mas receberiam as mesmas vantagens dos que aderiram ao fundo desde sua criação.

O primeiro rombo, da ordem de R\$ 5,5 bilhões, foi constatado em 1995 e confirmado em 1999 pelo então presidente do Petros, Carlos Flory, que também propôs uma solução: a modificação dos planos de benefícios. O regime de benefício definido, em que o empregado

Déficit atuarial crescente no fundo de pensão da Petrobrás

sabe quanto irá receber ao se aposentar, sem ter de se preocupar com o que está sendo depositado hoje, seria substituído pelo regime de contribuição definida, em que a aposentadoria depende do montante acumulado nas contas individuais de cada empregado, como ocorre na maioria dos fundos de pensão patrocinados por empresas privadas. Mas a solução foi torpedeada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) e derrotada na Justiça.

A situação se agravou no atual governo, quando aumentou a participação, no conselho do fundo Petros, de opositores declarados do regime de contribuição definida. Em 12 de fevereiro de 2005, a Petrobrás publicou fato relevante em que admitia que o fundo tinha um déficit atuarial de R\$ 8,3 bi-

lhões, além de um déficit com planos de saúde de R\$ 5 bilhões.

Esses números cresceram em 2005. O balanço anual mostrou que, em dezembro, o custo presente dos compromissos com a aposentadoria do pessoal, inclusive de empresas coligadas, atingia R\$ 33,7 bilhões, contra ativos no “valor justo” de R\$ 24,4 bilhões. Faltavam, pois, R\$ 9,3 bilhões, mas a empresa não reconhecia R\$ 6,9 bilhões – ou seja, a contabilidade não é clara. E os planos de assistência médica, totalmente bancados pela companhia, apresentavam em 2005 um desequilíbrio de R\$ 11,6 bilhões.

O déficit que a empresa quer agora eliminar representa, portanto, apenas parte do problema. Em fevereiro de 2005, quando foi revelada a existência do déficit de 2004, Wagner Pinheiro previu que a Petrobrás assumiria o encargo. “A Petrobrás quer pôr fim nos déficits sucessivos”, declarou. O que só seria possível se todos os funcionários tivessem se transferido para o novo plano de contribuição definida, que, na verdade, devido à derrota na Justiça, só abriga quem entrou na empresa a partir de 2002.

É mais do que tempo de a estatal dividir os ônus do fundo de pensão com os beneficiários dos planos de aposentadoria, como faz qualquer empresa. A Petrobrás é uma companhia aberta, com centenas de milhares de acionistas. Não pode fazer o que bem entende com o dinheiro de 185 milhões de brasileiros.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para comentar a matéria intitulada “Adeus, Palocci”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 28 de março do corrente.

O Presidente Lula bem que tentou, mas não pôde manter Antonio Palocci no cargo. Agora ex-ministro, Palocci perde a imunidade e responderá qualquer processo na justiça comum, seja por crime de falsidade ideológica, peculato, corrupção de agentes públicos, formação de bando e superfaturamento.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Adeus, Palocci.”

JORNAL

CORREIO BRAZILIENSE

ADEUS, PALOCCI

**EUMANO SILVA E
SANDRO LIMA**

DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu demitir o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, assim que soube da intenção do presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, de não assumir sozinho a responsabilidade pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa. Em conversa com vários interlocutores ao longo do dia, Lula mostrou-se irritado com as sucessivas negativas do ministro em relação à presença na mansão do Lago Sul alugada por ex-assessores da Prefeitura de Ribeirão Preto (SP). “Ele até agora não assumiu que foi à casa”, disse o presidente, sem esconder a insatisfação com o comportamento do homem responsável pelo comando da economia.

Partiu do presidente a iniciativa de demitir o ministro da Fazenda. Lula pediu que Palocci assinasse a carta de demissão sem dar chance para novas explicações. “Digam que ele pediu para sair e que eu aceitei”, orientou o presidente aos auxiliares. Quando o ministro escreveu o texto, Mattoso já havia confirmado à Polícia Federal ter entregue o extrato do caseiro, pessoalmente, a Palocci (leia mais na página 3).

Na carta enviada a Lula, o ainda ministro insistiu na versão de que não teve qualquer participação na violação da conta e no vazamento do extrato de Francenildo na Caixa. “Quero esclarecer, senhor presidente, que não tive nenhuma participação, nem de mando, nem operacional, no que se refere à quebra do sigilo bancário de quem quer que seja”, escreveu Palocci. “Reafirmo ainda que não divulguei nem autorizei nenhuma divulgação sobre informações sigilosas da Caixa”, continuou o ministro no texto. No final da tarde, em conversa pelo telefone com o senador Tião Viana (PT-AC), Palocci mais uma vez negou qualquer responsabilidade no episódio. “Estou com minha consciência tranquila”, disse o já ex-ministro.

Antes de saber da determinação de Mattoso de comprometer Palocci, Lula ainda tentava dar um voto de confiança ao ministro, movido pela gratidão à sua firme atuação no início do governo para manter a estabilidade econômica. O presidente também teme o aumento dos ataques da oposição durante a campanha eleitoral. Palocci funcionava

como um biombo de proteção ao presidente.

Mudança

Após definir a sorte de Palocci, Lula reuniu-se com os principais ministros da coordenação política para definir o nome do novo comandante da economia. Foi escolhido o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Guido Mantega, embora trabalhasse também com os nomes do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Murilo Portugal. Remanescente do governo Fernando Henrique Cardoso e defensor de uma política fiscal e monetária rigorosa, Portugal pediu demissão ontem (leia mais na página 12).

O presidente pediu que Mercadante continuasse na liderança do governo. O senador ainda argumentou que precisava deixar a função junto com os ministros que se vão desincompatibilizar para se dedicar à campanha de pré-candidato a governador de São Paulo. Lula não aceitou. “Você sabe que você é meu candidato em São Paulo, mas você não pode deixar a liderança”, afirmou o presidente. “Então, me ajuda”, respondeu o líder do governo. Na disputa paulista, Mercadante enfrenta em uma prévia a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy, presente o tempo todo no estado, enquanto o senador passa quatro dias na semana para atender às demandas do cargo de líder. Cabe ao senador fazer no Planalto o anúncio da saída de Palocci.

Com a saída do Ministério da Fazenda, Palocci passa a viver com o fantasma da prisão. Até o último minuto, o agora ex-ministro resistiu em deixar o cargo porque sabe que a partir de agora sofrerá uma perseguição implacável de alguns setores da polícia e do Ministério Público paulistas. Palocci perdeu a imunidade que gozava como ministro da Fazenda e agora responderá a qualquer processo na Justiça comum. Uma simples pedido de prisão, autorizado por um juiz de primeira instância, pode fazer com que o ex-ministro seja algemado e passe uma noite na cadeia.

O delegado seccional Benedito Antonio Valencise, desafeto de Palocci, já avisou que irá indiciar o ex-ministro pelos crimes de falsidade ideológica, peculato, corrupção de agentes públicos, formação de bando ou quadrilha e superfaturamento.

COLABOROU UGO BRAGA

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, escolho este momento para apresentar a matéria intitulada “Gastos sociais caíram 2,7% no governo Lula”, de autoria de Ricardo Galhardo, publicada no jornal **O Globo**, de 22 de março do corrente ano e repassar alguns pontos que julgo de destaque. Segundo estudo realizado pelo economista Márcio Pochmann, professor da Unicamp, o aperto fiscal promovido por Lula em 2003 teve forte impacto no resultado do levantamento. Em 2003, o governo teve um gasto social de R\$1.414,00 por pessoa. Mas, mesmo excluindo 2003, houve queda de 0,19% na comparação geral com o governo de FHC. De acordo com o professor da Unicamp, “o momento atual é o pior desde 1840, o

fim do período de sete décadas entre o ciclo do ouro e o início da produção de café”.

Sr. Presidente, para concluir, venho requerer que a referida material seja considerada, na íntegra, como parte deste pronunciamento e, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Gastos sociais caíram 2,7% no governo Lula.”

O GLOBO

Gastos sociais caíram 2,7% no governo Lula

Estudo mostra que só Bolsa Família cresceu, entre nove itens, em comparação com os últimos dois anos da gestão de FH

Ricardo Galhardo

• SÃO PAULO. Estudo realizado pelo economista Márcio Pochmann, professor da Unicamp, mostra que os gastos sociais do governo caíram 2,7% nos primeiros três anos da gestão Luiz Inácio Lula da Silva, em comparação com os últimos dois anos do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Segundo o estudo de Pochmann, o gasto médio per capita em 2001 e 2002 foi de R\$ 1.533,77, contra R\$ 1.491,95 entre 2003 e 2005. O estudo não contabiliza anos anteriores devido à falta de informações até 2001.

Dos nove itens do Orçamento selecionados pelo professor, apenas a assistência social, que inclui o Bolsa Família, teve aumento (11,11%) em relação ao período anterior (de R\$ 86,19 por pessoa para R\$ 95,77).

Aperto fiscal teve impacto no resultado do estudo

Segundo Pochmann, o aperto fiscal promovido por Lula em 2003 teve forte impacto no resultado do levantamento. Naquele ano, o governo teve um gasto social de R\$ 1.414

por pessoa. Mas, mesmo excluindo 2003, houve queda de 0,19% na comparação geral entre os dois governos.

De acordo com o professor da Unicamp, a culpa é do modelo econômico que drena dinheiro para o sistema financeiro e, na outra ponta, assiste os mais pobres com programas como o Bolsa Família e o aumento do salário-mínimo.

— Paradoxalmente, temos hoje uma aliança entre os mais ricos e os mais pobres. É um modelo econômico que repassa 50% do PIB para 21 mil classes familiares que detêm 70% da dívida pública, mas conta com apoio político dos 15% mais pobres, assistidos pelo Bolsa Família, e dos que estão ingressando no mercado ganhando salário-mínimo — disse Pochmann, que foi secretário municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo na gestão da petista Marta Suplicy (2001 a 2004).

O resultado é o achatamento da renda da classe média assalariada. De acordo com o estudo, o salário mínimo cresceu 27,8% e os gastos sociais 29,8% nos últimos dez anos,

enquanto o rendimento médio dos assalariados caiu 16,6%.

— A classe média ficou sem elementos de proteção — afirmou Pochmann.

Valor per capita de gasto com dívida pública caiu

Curiosamente, o estudo mostra que o pagamento de encargos da dívida pública não é o único vilão. O volume de dinheiro gasto com a dívida caiu 16,7% na última década. Na comparação com Fernando Henrique, o montante per capita gasto com a dívida caiu 13%, de R\$ 1.012 para R\$ 880. Pochmann não investigou outros itens do Orçamento, mas dá pistas do destino do dinheiro.

— Podem ter aumentado os gastos com pessoal, subsídios e renúncia fiscal — apontou. Os números mostram que o ajuste fiscal do governo não recaiu prioritariamente sobre os gastos sociais. Os investimentos federais foram reduzidos em 39,73%, de R\$ 115 em 2001 e 2002 para R\$ 69 entre 2003 e 2005.

Apesar da redução detectada nos últimos anos, o estudo mostra que os gastos sociais do governo são a mola propulsora da criação de empregos no país. O nível geral de emprego passou de 56,3% da população em 1995 para 57,3% em 2004, com 13,3 milhões de novas vagas criadas. Conforme Pochmann, 33,5% do total estão diretamente relacionados aos gastos sociais e 90% das novas vagas são de até dois salários-mínimos.

“É preciso fazer o que fez JK: um grande acordo”

Segundo o professor, o momento atual é o pior desde 1840, o fim do período de sete décadas entre o ciclo do ouro e o início da produção de café.

A saída, de acordo com Pochmann, é a adoção de uma agenda de investimentos que permita a redução da taxa de juros sem que haja fuga de capitais.

— É preciso fazer o que Juscelino Kubitschek fez: um grande acordo. Ele criou facilidades e disse: quem investir agora vai ganhar dinheiro e quem deixar para depois terá outras condições. Enquanto a atividade produtiva for menos lucrativa do que o mercado financeiro, não sairemos desta situação — disse. ■

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amanhã, 7 de abril, é o Dia Mundial da Saúde. Essa data foi instituída pela Organização Mundial da Saúde que, a cada ano, promove um amplo debate sobre um aspecto relevante relativo ao tema. Neste ano, a questão a ser discutida é o papel e a importância dos profissionais de saúde. Um merecido reconhecimento aos médicos, enfermeiros, atendentes e demais trabalhadores, que se dedicam, diuturnamente, ao próximo, nos seus momentos de dor e de angústia.

Não fosse a dedicação desses profissionais, pior seria ainda a já deteriorada situação da saúde no mundo. Em pleno século XXI, doenças que já se esperava erradicadas ainda ceifam vidas, principalmente nas regiões mais pobres do planeta, onde a miséria e o desalento são estacas de um cenário de morte.

É esse, talvez, o maior pecado da humanidade nos dias de hoje. O homem se transformou numa espécie de Herodes contemporâneo: sua ação, ou sua omissão, atinge, principalmente, crianças em tenra idade. Segundo a Unicef, apenas por “doenças transmitidas pela água contaminada, morre uma criança a cada 15 segundos, e estão relacionadas a outras doenças e à maioria dos casos de desnutrição no mundo”. São elas que pagam o preço mais alto, a própria vida, num universo de mais de um bilhão de pessoas que sofrem com a falta de saneamento, água e higiene. No ano passado, 32 mil crianças não completaram o primeiro aniversário, vítimas de desnutrição, de diarreia, de rubéola e de outros males plenamente sanáveis.

Na América Latina e Caribe, são 134 milhões de habitantes sem condições adequadas de saneamento básico. Algo como quatro Argentinas, ou mais de 25 Uruguais. Aqui, algo acima de vinte milhões de brasileiros ainda não têm acesso a água potável. Mais de trinta milhões de conterrâneos não se alimentam, diariamente, com uma dieta mínima necessária, o que os tornam presas fáceis para os mais variados tipos de doenças.

Todas essas estatísticas são, sabidamente, subestimadas. Num país onde não se tem registro de vida, imagine-se assentamentos de morte. Quantos serão os sepulcros anônimos, “covas rasas, para carnes poucas”, que se espalham pelos quintais de casbres de pais que, igualmente, passam ao largo de cartórios de registro civil. São vidas (e mortes) não contabilizadas.

Quaisquer que sejam, entretanto, esses números, são assustadores. Considerados, apenas, os dados oficiais, estima-se que, no ano passado, morreram, no mundo, quase três milhões de pessoas, vítimas da Aids, mais de 1,6 milhão de tuberculose, 883 mil de

malária, algo como 7,6 milhões de câncer, mais de 1,1 milhão de diabetes, 4 milhões de doenças respiratórias crônicas e 17,5 milhões de doenças cardiovasculares. Para se ter uma dimensão mais precisa da grandeza desses números, são registrados, a cada ano, 500 milhões novos casos de malária, em mais de 100 países. Essa doença, que também poderia já estar erradicada, ameaça, hoje, 40% da população mundial. Outros exemplos poderiam ilustrar esse quadro preocupante, como a Doença de Chagas, moléstia de grande potencial de incidência para um quarto da população da América Latina e a leishmaniose, em que nove, em cada dez casos, estão presentes no Brasil, na Bolívia e no Peru. Essas últimas doenças são, relativamente, pouco rentáveis para a indústria farmacêutica e, como se sabe, o lucro se sobrepõe, até, à vida.

Há que se reverter, portanto, a própria postura que se tem frente ao problema da saúde pública. O doente é um ser humano, num momento de dor. Portanto, como ser humano, ele tem que ser tratado como tal. Um tratamento com humanidade. Com dor, ele requer um tratamento especial, por se encontrar em um momento de fragilidade. É um direito consagrado na Constituição: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados...”.

Portanto, os municípios têm que ser equipados com um serviço de saúde à altura das necessidades locais. Não se pode conceber uma situação atual em que a ambulância substituiu o posto ou o centro de saúde e o hospital. Quantos serão os que morrem nas estradas esburacadas, principalmente nas regiões mais pobres do País, quando se sabe que o pronto atendimento é responsável pela salvação da vida de quem luta contra a morte? Quem transita pelas estradas brasileiras, é testemunha do fluxo de ambulâncias, também quase sempre em condições precárias, sirenes abertas, velocidade acima da lei, na tentativa, quase desesperada, de salvar mais um conterrâneo. E, assim, incham-se, também, os hospitais de destino, agravando o problema, que já está além da racionalidade humana.

Há que se planejar os serviços de saúde para que o cidadão seja atendido no seu direito constitucional, com centros de excelência em todos os campos nosológicos, como a cardiologia, a neurologia, a fisioterapia, a nefrologia e outros, como o de doenças tropicais, tão necessário, principalmente, em regiões de fronteira. Há que se trabalhar, também, com a prevenção de doenças. E, isso envolve, igualmente, uma ação planejada em todos os campos da vida humana, como a alimentação adequada, o saneamento básico, a educação para a saúde, entre outros aspectos.

O ser humano é integral e não pode ser considerado, apenas, como um carente de serviços específicos, a cargo desta ou daquela instituição pública.

Apesar dos reconhecidos avanços, esse não é o quadro que moldura a prestação de serviços de saúde, nos nossos dias. E é nesse quadro que trabalham os profissionais de saúde, no Brasil e no mundo. Muito mais deteriorado, obviamente, nas regiões mais pobres e nos grandes conglomerados urbanos, que trocaram o desenvolvimento, e até mesmo o crescimento, pelo inchaço. Neste caso, são as próprias cidades que estão doentes, com males contagiosos que provocam edemas sociais dos mais graves.

O que pensar, então, de um médico, de um enfermeiro ou de um atendente, que é forçado à escolha sinistra entre quem deve viver e quem pode morrer? O que imaginar de cenas como a de um pai que suplica pela vida de um filho? Ou de uma mãe que vê partir aquele para o qual ela doou seu próprio corpo, e sua alma, para que ele pudesse chegar? Onde esconder a emoção, ao informar, ao filho, ou ao marido, que sua caminhada, a partir dali, será solitária?

São, todos eles, verdadeiros sacerdotes da vida. Sacerdócio que se move pela vocação. Correm risco de morte, por essa mesma vida. São, portanto, mensageiros de Deus, sacerdócio, vocação, caminho, verdade, vida!

Eu estou certo de que é a lida desses profissionais que justificou a OMS a instituir o Dia Mundial da Saúde. Fosse pelas estatísticas e pela realidade cruel da saúde no mundo, o dia 7 de abril poderia ser, na verdade, o Dia Mundial da Doença. São esses profissionais que constroem a ponte que liga a doença e a dor, com a saúde e a vida. Uma ponte chamada esperança.

Portanto, saúde aos profissionais da saúde. Saúde aos sacerdotes da vida. Dia 7 de abril é uma das datas mais importantes de todo o calendário mundial. Mesmo assim, não é feriado. Nem poderia ser. Os sacerdotes exercem a sua vocação em tempo integral. Digamos, então, que se trata, no mínimo, de um dia-santo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que venho abordar hoje, nesta tribuna, é sempre um motivo para que eu me emocione. Não há como não me emocionar face à grandiosidade e à riqueza da Amazônia! Todos aqueles que já tiveram a oportunidade e o prazer de visitar aquela região sabem o que significa sentir de perto a força de seus rios, a diversidade de suas matas e o calor de sua gente.

Tudo na Amazônia é monumental, a começar por sua extensão. Abrigando 23 milhões de pessoas,

a Amazônia é compartilhada por oito países e seu território, de 7,5 milhões de quilômetros quadrados, corresponde a mais de 40% da superfície da América do Sul. Contudo, em algumas nações, a região amazônica chega a representar mais da metade do território nacional. Do ponto de vista da abundância da fauna e da flora, diversos estudos constataam que aproximadamente um terço de todas as espécies vivas do planeta podem estar na região. Cumpre destacar, ainda, que quase 70% da bacia hidrográfica amazônica se encontram em território brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, se a Amazônia é possuidora de infindáveis riquezas naturais, ela também o é de inúmeros e complexos problemas. A começar pelo uso indiscriminado do mercúrio nos garimpos, que contamina os rios e contribui para a destruição das maiores reservas de água doce do planeta. Esse é um fato gravíssimo, pois sabemos que apenas uma pequena fração da água disponível no mundo é própria para consumo humano. Há ainda as constantes agressões praticadas contra as florestas da região, vítimas de incêndios, de cortes indiscriminados de madeira e da expansão desordenada da agricultura, da pecuária e da mineração.

Se essas são questões que merecem nossa atenção redobrada, também devemos considerar que a Amazônia padece hoje de graves desequilíbrios, decorrentes da falta de um ordenamento territorial adequado, que contemple o crescimento das áreas urbanas e, ao mesmo tempo, garanta o direito dos povos indígenas sobre seus territórios. Além disso, é preciso melhorar as condições de saúde e de educação de sua gente e ampliar as redes de transportes, de energia e de comunicações.

Em particular, temos de ter em mente que a riqueza dos países amazônicos, em matéria de biodiversidade, os coloca numa posição privilegiada quanto ao acesso a uma vasta gama de produtos e serviços. A título de exemplo, Senhor Presidente, gostaria de citar o mercado de produtos naturais não-madeiráveis, que, em 1998, foi estimado, pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD, em 60 bilhões de dólares anuais. Ressalto também o potencial existente nos extratos vegetais de caráter medicinal, cujo valor se aproxima dos 17 bilhões de dólares ao ano, e ainda o ecoturismo, com todas as perspectivas a ele associadas.

Um patrimônio dessa magnitude não poderia ficar à mercê de sua própria sorte, correndo o risco de ser apropriado pelas grandes potências mundiais. Antevendo essa possibilidade, ainda nos idos de 1978, os governos da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela

assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Esse acordo tem, como objetivo maior, promover o desenvolvimento harmônico da região, levando em conta a preservação do meio ambiente, a conservação e a utilização racional dos recursos naturais desses territórios. Em suma, o TCA já buscava o desenvolvimento sustentável da Amazônia numa época em que ainda não se falava muito nesse conceito.

Em sua fase inicial, que compreende o intervalo de tempo entre os anos de 1978 e 1989, a principal preocupação dos países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica era expressar, frente à comunidade internacional, seu pleno e inquestionável direito de soberania sobre a região. Posteriormente, entre 1989 e 1994, período marcado pela redemocratização da América Latina, os países amazônicos se uniram em uma só voz, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a chamada “ECO 92”, realizada no Rio de Janeiro. Naquela oportunidade, marcaram uma posição firme em prol do diálogo mais eqüitativo com os países desenvolvidos. Na terceira fase do TCA, iniciada em 1994, e que perdura até os nossos dias, assistimos ao amadurecimento institucional daquele Instrumento, com a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e sua Secretaria Permanente. Essa medida fortaleceu a ação conjunta dos países amazônicos em defesa dos objetivos do Tratado, permitindo que os esforços desenvolvidos nesse sentido passassem a ter um caráter duradouro.

Hoje, Senhor Presidente, decorridos quase 30 anos da assinatura do TCA, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica é uma realidade. Sediada em Brasília, desde 11 de janeiro de 2005, a OTCA vem desempenhando um papel fundamental para a construção da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), cuja idéia foi lançada pelos Chefes de Estado dos países do Continente, em reunião realizada em Cuzco, no Peru, em dezembro de 2004.

Como parte dos esforços empreendidos nesse sentido, gostaria de citar a elaboração do Plano Estratégico da OTCA 2004-2012, carta de navegação política da Organização, que busca dar uma resposta adequada ao desafio de promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Igualmente relevantes são as parcerias firmadas com diversos organismos multilaterais, que evidenciam o enorme interesse da comunidade internacional pela região Amazônica. Para se ter uma idéia, apenas no período entre maio de 2004 e abril de 2005, foram assinados acordos de cooperação com a Comunidade Andina de Nações (CAN), com a Organização dos Estados Americanos (OEA), com a Associação

das Universidades Amazônicas (UNAMAZ) e com a Corporação Andina de Fomento (CAF). Além disso, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica firmou, em 2004, um memorando de entendimento com a Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) e com três importantes organismos do Sistema Nações Unidas: a Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO), a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

Gostaria também de enfatizar, Senhor Presidente, os esforços que vêm sendo empreendidos para reativar o Parlamento Amazônico (PARLAMAZ), um importante fórum de debates e de busca de soluções para os problemas da região. Essa é uma iniciativa imprescindível, pois a integração regional precisa ser conduzida de forma democrática, e ela não estará completa enquanto não forem harmonizadas as legislações ambientais dos oito países que integram a OTCA.

Por isso, nesta oportunidade, parabeno a Sr^a Rosalia Arteaga Serrano, Secretária-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, pelo brilhante trabalho que tem realizado à frente daquele organismo internacional. Saúdo também o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, pelo apoio inequívoco que tem prestado aos processos de integração regional, notadamente no que diz respeito ao fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Já concluindo meu pronunciamento, Senhor Presidente, gostaria apenas de mencionar dois exemplos importantes de projetos que estão em andamento, e que considero fundamentais para a integração dos países amazônicos. O primeiro é a construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque, ligando o Brasil à Guiana Francesa, que estimulará não apenas o turismo regional, mas também o comércio de bens e de serviços. O outro, de igual significado, é o gasoduto que, partindo da Venezuela, percorrerá uma extensão de aproximadamente seis mil quilômetros, para fornecer gás natural ao Brasil e à Argentina, unindo nosso Continente de norte a sul.

No momento em que o mundo se encontra cada vez mais globalizado e em que, por isso mesmo, a integração regional se reveste de crescente importância, tenho a certeza de que estamos vivendo o prenúncio da concretização do sonho de Simón Bolívar, *El Libertador*, por uma América Latina forte e unida!

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica é, certamente, uma peça fundamental na construção desse caminho.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebemos em nosso gabinete um comunicado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região (SindBancários) nos informando que o Santander Banespa, do grupo espanhol Santander, está convocando os funcionários para trabalhar na sexta-feira Santa, sábado de aleluia e domingo da Páscoa, respectivamente dias 14, 15 e 16 de abril, para a integração tecnológica dos sistemas dos bancos Santander e Banespa.

De acordo com o comunicado que recebemos, a medida foi tomada sem que as entidades sindicais e de representação dos trabalhadores do setor fossem consultadas. Mais, sem que a Delegacia Regional do Trabalho desse autorização.

Os direitos de nossos trabalhadores devem ser respeitados.

A correspondência que nos foi enviada diz ainda que, nos dias 19 de fevereiro e 26 de março deste ano, foram realizadas simulações para a operação que está prevista para a Páscoa e que, apesar de terem ido trabalhar, os funcionários não receberam nada por isso.

Como dissemos: precisamos respeitar as conquistas da classe trabalhadora.

Vimos aqui para prestar nossa solidariedade a esses trabalhadores. Ao mesmo tempo, fazemos um apelo ao Santander Banespa para que sejam abertas negociações com as entidades sindicais e de representação dos bancários.

Os interesses financeiros de uma organização, seja ela qual for, não deve passar por cima dos direitos dos brasileiros. Acreditamos que, em primeiro lugar, devem estar as pessoas.

Não podemos nos esquecer que vivemos em um país de maioria católica e que a crença dessa parcela deve ser respeitada. Se temos um feriado na semana Santa, ele não existe à toa.

Apenas assim, valorizando o ser humano, estaremos avançando em nossas conquistas e construindo, dia após dia, um Brasil melhor para todos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde 1950, a OMS – Organização Mundial de Saúde – tem promovido, sempre no dia 7 de abril, o Dia Mundial da Saúde. A cada ano um novo tema tem sido privilegiado. Em 2006, a data é dedicada aos profissionais do setor, com o *slogan* “Gente Que Faz Saúde”.

Só na América Latina, são sete milhões e meio de profissionais da área de saúde. Apesar de ser uma

categoria bastante numerosa, nem sempre recebe o devido respeito e atenção por parte da sociedade.

É um belo gesto a OMS ter-lhes dedicado este 7 de abril. É, aliás, mais uma das benfazejas ações promovidas por essa instituição ligada à ONU – Organização das Nações Unidas.

Apesar desse vínculo, a OMS, fundada em 1948, é herdeira e continuadora de outras entidades ligadas à saúde pública internacional, cujas origens remontam ao início do século XX. Em outras palavras, a OMS vem desenvolvendo ações em favor da saúde humana há praticamente cem anos. Ao longo desse tempo, tem sido responsável por alguns dos mais significativos avanços na melhoria da saúde pública, em consonância com a missão expressa em seu documento constituinte: prover para todos os povos o mais alto nível de saúde possível.

Para tanto, tem desenvolvido ações dirigidas ao combate de doenças infecciosas e coordenado o combate a epidemias virulentas ao redor do mundo. Foi graças à entidade, por exemplo, que, em 1979, pôde-se erradicar a varíola, doença que por milênios assolou a humanidade. Esse caso foi o primeiro em que se pode afirmar que uma enfermidade foi erradicada graças à ação humana.

Sr. Presidente, atualmente, estão em curso várias outras ações para combater doenças como a AIDS, a tuberculose, a lepra, a malária e outras que afetam especialmente os países do Terceiro Mundo. Essas ações se dão por meio de investimento em pesquisa científica, distribuição de medicamentos e vacinas, além do desenvolvimento de programas de combate a doenças.

A par dessas ações que visam a combater doenças já existentes, a OMS se preocupa, também, em melhorar as condições gerais de saúde da humanidade. Em seu documento constituinte, a Organização define saúde como um estado de bem-estar físico e mental – e não apenas como o de ausência de doenças, seja qual for a natureza delas.

Assim, a OMS tem-se dedicado a uma dupla tarefa: pesquisar o efeito de determinados condicionantes ambientais sobre o ser humano, procurando antecipar eventuais decorrências perniciosas; e incentivar um modo de vida mais saudável.

Como exemplo do primeiro caso, a entidade investiga se campos eletromagnéticos – como os gerados por redes de transmissão de energia – ou aparelhos celulares trazem males ao homem.

No segundo caso, a instituição tem incentivado a melhoria dos padrões alimentares, promovendo campanhas para o aumento do consumo de vegetais e a diminuição da ingestão de gorduras e outros alimentos

pouco nutritivos ou sabidamente maléficis. No mesmo sentido, tem desencorajado o hábito de fumar. Em coerência, a Instituição, desde 1º de dezembro de 2005, não contrata fumantes. Da mesma forma, a OMS está presente nas convenções que tratam da regulação de drogas psicotrópicas, determinando como e em quais casos elas porventura podem ser utilizadas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a celebração do Dia Mundial da Saúde deste ano acaba por ser, portanto, uma homenagem, mais do que justa, às atividades levadas a cabo pela própria Organização Mundial de Saúde.

Como bem observa o Dr. Lee Jong-Wook, Diretor-Geral da entidade, o trabalho da OMS afeta – para o bem, acrescento eu – a vida de cada pessoa no planeta, todos os dias. Desde a comida que ingerimos e a água que bebemos, até a segurança dos medicamentos que tomamos e a prevenção e o controle das doenças que nos ameaçam.

Somos um só povo, vivendo, sob as graças de Deus, em um mesmo planeta. Nenhum país, isoladamente, como observa, ainda, o Dr. Lee, consegue dar conta da crescente lista de desafios na área de saúde que o mundo enfrenta hoje. Doenças infecciosas como a SARS – a Síndrome Aguda Respiratória Grave – podem se espalhar por todo o globo em uma questão de poucas semanas.

De acordo, ainda uma vez, com o Dr. Lee, é aí que entra a Organização Mundial de Saúde, ao buscar soluções comuns que venham a auxiliar a comunidade mundial. Para atingir esse grande objetivo, há quatro prioridades, a saber:

A primeira é ter a capacidade técnica e operacional de detectar ameaças à saúde e resolvê-las no menor prazo possível.

A segunda é de natureza preventiva, e consiste em reduzir o tabagismo e promover hábitos alimentares saudáveis, além de incentivar a atividade física, com o objetivo de combater doenças como câncer, cardiopatias, acidentes vasculares cerebrais e diabetes.

A terceira é atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio. Basicamente, por meio de: a) instituição de programas para ajudar países na luta contra a AIDS, tuberculose e malária; b) melhorias na alimentação de crianças e mulheres, especialmente nas nações mais pobres; c) favorecimento do acesso aos serviços médicos fundamentais.

A quarta prioridade é incrementar os cuidados de saúde em todo o planeta, particularmente naquelas nações mais pobres.

Sr. Presidente, no Brasil, além das ações afetadas a todas as outras nações do mundo e que nos beneficiam, caso do combate à malária ou à AIDS, existem atividades que nos interessam particularmente.

Um exemplo, significativo para o Brasil, é o trabalho efetuado pela OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde e braço nas Américas da OMS – para eliminar a transmissão de oncocercose, doença transmitida por mosquito e que afeta, predominantemente, a região Norte do País. A oncocercose é causada por um parasita que se aloja na região ocular, podendo causar, inclusive, a cegueira.

Os resultados dessa ação, evidentemente, transcendem o Brasil. Se uma cura for alcançada, acabará por beneficiar milhares de pessoas ao redor do mundo.

Ganham relevo os avanços obtidos pela OMS quando se constata que os recursos alocados para a instituição são limitados. A conclusão é que a gerência baseada no método de resultados é eficiente. Tal método consiste, em grandes linhas, no seguinte: a cada dois anos, a OMS revê os progressos obtidos e o quantitativo de recursos materiais e humanos ainda disponível para alcançar as metas traçadas. Tal balanço é periodicamente informado à Assembléia da Organização e, assim, quando necessário, existe a alternativa de promover correções de rota.

Sr. Presidente, enfim, neste dia 7 de abril, temos o feliz paradoxo de homenagear aquele que homenageia: a própria OMS. Sem a sua presença, milhares de vidas seriam perdidas anualmente. Graças à dedicação dos homens e mulheres que trabalham na Organização Mundial de Saúde é que se pode ter a esperança em um futuro em que possamos não apenas sobreviver, mas viver mais e melhor.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
PMDB	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
PDT	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Shhessarenko – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾**

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽⁵⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ^{(1) (5)}	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ^{(2) (6)}	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres²

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (Vago) ³		
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
(Vago) ⁶			4. (Vago) ⁴		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ⁵		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 29.3.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gilberto Goellner que deixou o exercício do cargo em 8.12.2005, em virtude de reassunção do titular.

⁴ O Senador Álvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com Ofício nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

⁵ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁶ O Senador Leonel Pavan renunciou ao cargo de acordo com OF. INT. GSLP nº 43/2006, publicado no DSF de 29.3.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
AELTON FREITAS		no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 20 de março de 2006.	92
Defesa de uma política de reindustrialização para o Brasil.	180	Investimentos da Petrobras na Bolívia sob ameaça.	92
Registro dos resultados profícuos da quadragésima sétima Reunião Anual dos Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada em Belo Horizonte – MG.	429	Impossibilidade de que o relatório da CPMI dos Correios não aponte a participação de Lula no “valerioduto”. Considerações sobre o depoimento do Senhor Paulo Okamoto na CPI dos Bingos. ...	164
ALBERTO SILVA		Requerimento nº 371, de 2006, que solicita Voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 4 de abril de 2006, no Rio de Janeiro, da Exm ^a Senhora Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	182
Proposta para industrialização do óleo de mamona como biodiesel, fonte geradora de emprego e renda.	89	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	189
ALMEIDA LIMA		Comentários às declarações do Presidente Lula, ao dar posse ao novo ministério.	222
Considerações sobre o artigo intitulado “O vento das mudanças”, de autoria de S.Exa.	457	Elogios ao estudo de autoria dos economistas José Roberto Afonso e Beatriz Barbosa Meirelles, que indica que o Brasil já atingiu a média da carga tributária dos países mais ricos do mundo.	222
ALOIZIO MERCADANTE		Importância do trabalho desenvolvido pela ONG Transparência Brasil.	222
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	187	Transcrição do editorial do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 3 de abril de 2006, intitulado “Otimismo em Dúvida”. Transcrição do artigo intitulado “Quem vai dizer não aos pedidos justos?”, de autoria do jornalista Carlos Alberto Sardenberg, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 3 de abril de 2006. Registro da matéria intitulada “O MST mostra a sua face real”, publicada na revista <i>Exame</i> , edição de 29 de março de 2006. Comentários ao editorial do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 4 de abril de 2006, intitulado “A montagem de uma vilania”.	222
Comentários a respeito das rebeliões protagonizadas por detentos na Febem paulista.	367	Considerações sobre matéria publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , de autoria da jornalista Rosa Costa, intitulada “Caseiro desmente Palocci e revela partilha de dinheiro em mansão”.	262
ALVARO DIAS			
Requerimento nº 365, de 2006, que solicita à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, informações sobre prejuízos financeiros e sociais sofridos pelas famílias atingidas pela construção da Hidrelétrica de Cana Brava (GO), e cópia do relatório do grupo de Trabalho Intermistrial encaminhado à apreciação da Câmara de Políticas Sociais do Conselho de Governo.	40		
Registro da matéria intitulada “Agência do setor aéreo decola sem verba definida”, publicada			

	Pág.		Pág.
Defesa da apresentação de emendas ao relatório final da CPMI dos Correios. Recomendação de mudanças no relatório final da CPMI dos Correios para deixar mais clara a responsabilização criminal do Presidente Lula.	265	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	
Expectativa em torno do momento da apreciação do relatório final da CPMI dos Correios, do Relator Osmar Serraglio, a ser realizado no dia 3 de abril de 2006.	269	Críticas à visita do Presidente Lula às fábricas de pneus Continental e da Ford. Aparte ao Senador César Borges.	49
Registro de artigo intitulado “Lula comanda o ataque ao caseiro”, de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , em sua edição de 26 de março de 2006, e referência ao artigo de Villas-Bôas Corrêa, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , no dia 5 de abril de 2006, sob o título “Solitário e Trapalhão”.	394	Preocupação com o Relatório Final da CPMI dos Correios, e a intenção do Governo de não aprová-lo.	57
Registro do artigo intitulado “Lula tem culpa nesse cartório”, de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 28 de março de 2006; referência ao artigo, intitulado “O vôo do ‘coronel’ Pontes”, de autoria do Doutor Roberto Macedo, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> e comentários sobre artigo do Doutor Ives Gandra Martins, intitulado “O caseiro e os mensaleiros”, publicado no <i>Jornal do Brasil</i>	473	Apoio ao requerimento do Senador Arthur Virgílio, que solicita a presença do Ministro da Justiça ao Senado Federal para prestar esclarecimento sobre a quebra ilegal do sigilo bancário do Senhor Francenildo dos Santos Costa. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	83
Questionamentos sobre a política econômica do Governo Lula.	473	Críticas ao trabalho do Ministro da Defesa, Waldir Pires. Aparte ao Senador José Jorge.	87
AMIR LANDO		Indignação com a atitude de juízes e desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e da Câmara de Desembargadores da Bahia, que afastaram do cargo o Prefeito do Município Luís Eduardo Magalhães.	175
Registro pelo transcurso, em 7 de abril, do Dia Mundial da Saúde, data instituída pela Organização Mundial da Saúde.	489	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	186
ANA JÚLIA CAREPA		Críticas à declaração do Senador Aloizio Mercadante, que anunciou que iria postergar o projeto que regula o transporte do gás natural. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	200
Denúncia de desvio de verbas do SUS entre 1999 e 2000, no Estado do Pará.	386	Homenagem ao Senador Ramez Tebet pelo recebimento do título de Cidadão Brasileiro. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	318
ANTERO PAES DE BARROS		Questionamentos sobre as viagens eleitorais do Presidente Lula.	421
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	197	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
Comentários sobre o artigo “Espetáculo mambembe”, de autoria da jornalista Dora Kramer.	445	Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2006, que autoriza o Poder Executivo a criar campi avançados da Universidade Federal de Sergipe (UFS) nos Municípios de Estância, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Propriá, no Estado de Sergipe.	132
Lamento pelo comportamento do Ministro da Justiça, Sr. Márcio Thomaz Bastos, pelo tratamento privilegiado concedido ao Ex-ministro Antonio Palocci, que foi ouvido em casa pela Polícia Federal.	445	Justificativas quanto à apresentação de Projeto de Lei que autoriza o Governo Federal a criar campus avançados da Universidade Federal de Sergipe (UFS) nos municípios sergipanos de Estância, Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Propriá.	174
		Homenagem ao Senador Ramez Tebet pelo recebimento do título de Cidadão Brasileiro. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	317
		Importância da aprovação da Lei de Meios e do Orçamento.	342

	Pág.	III	Pág.
ARTHUR VIRGÍLIO			
Requerimento nº 366, de 2006, que solicita Voto de aplauso ao jornalista, e ex-Senador Arthur da Távola, pelo lançamento do livro “A Mulher é Amar”.	41	nalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.	145
Requerimento nº 367, de 2006, que solicita Voto de aplauso à Fundação Oswaldo Cruz – FIO-CRUZ, especialmente aos seus cientistas que desenvolveram modificações genéticas no mosquito da malária, eliminando a capacidade de transmitir a moléstia.	41	Requerimento nº 375, de 2006, que solicita Voto de pesar pelo falecimento, em 29 de março de 2006, do ciclista goiano Wanderley Magalhães. ...	219
Requerimento nº 368, de 2006, que solicita Voto de aplauso ao Instituto Brasileiro de Municipalismo, Cidadania e Gestão – Instituto Cidadão pela criação do Prêmio José Aprígio Vilela, destinado a selecionar, anualmente, os cinco municípios brasileiros com destaques positivos nas áreas de desenvolvimento social, geração de empregos, saúde e educação.	42	Registro da matéria intitulada “Ângela diz que dança da pizza não foi deboche, e se desculpa”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 25 de março de 2006.	219
Requerimento nº 369, de 2006, que solicita a convocação do Ministro de Estado da Justiça para prestar esclarecimentos sobre o episódio da quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa.	42	Registro da matéria intitulada “Quero ir para bem longe do país, afirma Francenildo”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 26 de março de 2006.	392
Comentários sobre declarações do Ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional, a respeito do Presidente Lula, ao afastar-se do cargo.	60	Encaminhamento da Medida Provisória nº 269, de 2005, que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas - ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas - FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências.	407
Justificação de requerimento a encaminhar à Mesa, solicitando o comparecimento do Ministro da Justiça ao Senado Federal para prestar esclarecimentos sobre a quebra ilegal do sigilo bancário do Senhor Francenildo dos Santos Costa.	60	Registro do artigo intitulado “Quem paga o rombo”, do editorial do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 27 de março de 2006.	486
Protesto contra a retirada de recursos orçamentários para o gasoduto Coari-Manaus.	84	AUGUSTO BOTELHO	
Exigência da presença do Ministro da Justiça no Plenário do Senado Federal para esclarecimento da queda ilegal do sigilo bancário do Senhor Francenildo dos Santos Costa. Aparte ao Senador José Jorge.	87	Requerimento nº 384, de 2006, que requer, considerando que cerca de 1,5% da população acima de 40 anos é portadora de glaucoma, doença que se constitui em importante causa de cegueira em nosso meio, não obstante a possibilidade de prevenção, diagnóstico precoce, tratamento e acompanhamento especializado, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Saúde, informações sobre a programação do Ministério da Saúde para o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma, instituído pela Lei nº 10.456, de 13 de maio de 2002.	437
Registro do editorial intitulado “A tática da confusão”, do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 25 de março de 2006.	96		
Parecer nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como 1º signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de parte do produto da arrecadação do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, proporção-			

IV

	Pág.		Pág.
Homenagem à Organização Mundial da Saúde, pela passagem do Dia Mundial de Saúde, em 7 de abril.	492	DEMÓSTENES TORRES	
CÉSAR BORGES		Críticas ao Presidente Lula por sua postura diante das denúncias de corrupção em seu governo. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. ...	422
Lamentos quanto à falta de apoio governamental na atividade agrícola no Estado da Bahia. Aparte ao Senador Osmar Dias.	46	Defesa da adoção do sistema de tempo integral nas escolas brasileiras. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	426
Críticas sobre a viagem do Presidente Lula à Bahia e questionamentos sobre a inauguração de obras de que S.Exª participou no Estado.	48	Homenagem de pesar pelo falecimento de George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha. ..	434
Considerações a respeito do projeto para industrialização do óleo da mamona como biodiesel. Aparte ao Senador Alberto Silva.	90	A crise do agronegócio brasileiro.	455
Registro do resultado alcançado pela Coordenação de Transportes do Senado, criada em janeiro de 2005, que conseguiu redução substancial nos custos de manutenção dos veículos de propriedade do Senado Federal.	200	EDISON LOBÃO	
Comentários a respeito da CPMI dos Correios. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	207	Lamento pelo abandono em que se encontra o patrimônio da Rede Ferroviária Federal, apelando ao governo para que recupere as ferrovias brasileiras. ..	81
Término dos trabalhos da CPMI dos Correios. Apelo no sentido da aprovação do relatório final. .	310	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	191
CRISTOVAM BUARQUE		Apoio à formação de um núcleo turístico na Baixada Maranhense. Aparte ao Senador João Alberto Souza.	319
Apoio ao requerimento do Senador Arthur Virgílio, que solicita a presença do Ministro da Justiça ao Senado Federal para prestar esclarecimento sobre a quebra ilegal do sigilo bancário do Senhor Francenildo dos Santos Costa. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	62	Críticas à grande quantidade de medidas provisórias que acabam obstruindo a pauta de votação do Congresso Nacional.	335
Preocupação com o futuro das crianças e adolescentes no Brasil em decorrência da banalização da mentira e da miséria.	88	EDUARDO AZEREDO	
Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2006, que estabelece punições para as violações às diretrizes e normas concernentes às pesquisas que envolvem seres humanos e determina a co-responsabilidade do pesquisador, do patrocinador e da instituição pela indenização devida aos sujeitos das pesquisas por eventuais danos ou prejuízos.	123	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	198
Lamento pela demora na aprovação do Orçamento da União e contestação diante das palavras do Presidente Lula sobre a questão. Questionamento sobre o projeto do Fundeb.	329	Considerações a respeito da tentativa de invasão do prédio da Cemig (Centrais Elétricas de Minas Gerais) por um movimento intitulado Movimento dos Atingidos por Barragens. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca.	205
Comentários sobre estudo recente realizado pela pesquisadora Miriam Abramovay, sobre a violência nas escolas de todo o País, apresentando dados estarrecedores.	418	Referência ao artigo de Cláudio de Moura e Castro, publicado na revista <i>Veja</i> , edição nº 1949, de 29 de março de 2006, intitulado “Em se plantando dá”.	388
Esclarecimentos com relação ao Programa Bolsa-Escola. Aparte ao Senador Romeu Tuma. .	426	Realização do encontro do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – em Belo Horizonte. Aparte ao Senador Aelton Freitas.	430
		EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
		Considerações a respeito da conquista da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado do Tocantins junto ao STJ, que reconheceu os benefícios para mais de seis mil integrantes da corporação.	383

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 380, de 2006, que solicita homenagens pelo falecimento da Senhora Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro.	385	de condolências à família pelo falecimento de George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha, ocorrido dia 5 de abril de 2006.	433
Encaminhamento do Requerimento nº 380, de 2006, que solicita homenagens pelo falecimento da Senhora Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro.	385	Homenagem de pesar pelo falecimento de George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha. ..	435
EDUARDO SUPPLICY		Elogios ao Ministro Márcio Thomaz Bastos e esclarecimentos quanto à participação do Senador Tião Viana no episódio de vazamento de informações das contas do caseiro Francenildo dos Santos Costa.	450
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	191	Análise de declarações do candidato do PSDB à Presidência da República, Senhor Geraldo Alckmin.	468
Sugestão para que o Senhor Paulo Okamoto revele sua movimentação bancária para que se esclareça a entrada dos recursos que viabilizaram a contribuição que ele fez para o Presidente Lula. Aparte ao Senador José Jorge.	309	EFRAIM MORAIS	
Pedido para que o requerimento que solicita a ida do Ministro Márcio Thomaz Bastos ao Senado Federal seja aprovado. Aparte ao Senador José Agripino.	356	Escândalos e a crise ética do governo Lula. ..	76
Sentimento solidário ao falecimento de Luiz Carlos Calachi Moraes. Aparte ao Senador Paulo Paim.	357	Informação de que a CPMI dos Bingos investigará a participação do Ministro da Justiça na quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa.	76
Comentários a respeito das rebeliões protagonizadas por detentos na Febem paulista. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.	369	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	192
Registro de diálogo de S.Exa. com o ex-Deputado e Presidente do Incra, Plínio de Arruda Sampaio, sobre as ações do MST, e conversa com o Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, sobre a execução das metas de reforma agrária.	372	Críticas às declarações do Presidente Lula sobre a atuação do Congresso Nacional.	337
Comentários a respeito do documentário "Falcão - Meninos do Tráfico", exibido pela TV Globo.	372	Justificativa pela não votação do Orçamento por conta da não votação do PPA. Aparte ao Senador Sibá Machado.	338
Referência ao artigo "Antropo(hip-hop)logia", de autoria do compositor de rapper Ferréz, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , e registro do artigo intitulado "O grave problema agrícola", do Deputado Federal Antonio Delfim Netto, publicado na revista <i>Carta Capital</i>	372	Estudo sobre o trabalho e o perfil das Assembléias Legislativas.	346
Comentários sobre a série "Falcão - Meninos do Tráfico". Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	420	FÁTIMA CLEIDE	
Esclarecimento em relação ao convite ao Presidente Lula para comparecimento à inauguração da fábrica da Ford na região de Camaçari. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	422	Requerimento nº 372, de 2006, que solicita a tramitação conjunta do PLS nº 291/2005, que "altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte" com o PLS nº 129/2003, que "acrescenta § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES) às pessoas jurídicas que especifica" e com o PLS nº 183/2003, que "altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), incluindo como beneficiário da lei os representantes comerciais" por versarem sobre a mesma matéria.	218
Comentários a respeito da renda básica de cidadania. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	426		
Requerimento nº 383, de 2006, que solicita inserção em ata de Voto de pesar e apresentação			

	Pág.		Pág.
FERNANDO BEZERRA			
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	187	Registro da matéria intitulada “CEF recebeu ‘dicas’ sobre caseiro antes de agir”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 29 de março de 2006.	482
FLÁVIO ARNS			
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	191	GARIBALDI ALVES FILHO	
Alerta à sociedade brasileira em relação às notícias não verdadeiras, especialmente sobre Itaipu, veiculadas pela imprensa. Aparte ao Senador Alvaro Dias.	264	Homenagem ao Papa João Paulo II, no primeiro ano de sua morte.	91
Homenagem de pesar pelo falecimento de George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha. ..	436	Expectativa quanto à aprovação do relatório do Deputado Osmar Serraglio da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	211
FLEXA RIBEIRO			
Comentários sobre o artigo intitulado “A republicana de Lula”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 25 de março de 2006.	98	Homenagem de pesar pelo falecimento da mãe do Senador Arthur Virgílio, Sra. Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro.	359
Críticas à ação da Polícia Federal no Hospital Abelardo Santos, no Distrito de Coaracy, em Belém, pela violência e falta de aviso prévio ao Governador do Estado, Simão Jatene. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca.	202	Comentários a respeito da crise que assola os agricultores nordestinos.	359
Críticas aos atos de violência do MST. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca.	205	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
Requerimento nº 374, de 2006, que solicita Voto de pesar à Senhora Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	219	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	191
Comentários sobre a matéria intitulada “Solemnidade no Planalto teve clima de velório”, de autoria do jornalista Sérgio Gobetti, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 29 de março de 2006.	253	GILBERTO MESTRINHO	
Considerações sobre a não aprovação do Orçamento de 2006.	271	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	197
Interesse do governo do Estado do Pará para instalação da rede Sarah de Hospitais em Belém/PA.	271	Apelo para que o Congresso vote o Orçamento e o PPA.	340
Comentários sobre a matéria intitulada “Saída de Palocci acaba com o núcleo duro do Planalto”, de autoria do jornalista Diego Escosteguy, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 29 de março de 2006.	402	GILVAM BORGES	
Apelo para que o Presidente Lula não discrimine os governos de Estados que não são de seu Partido.	410	Considerações sobre o Projeto de Lei nº 2.403, de 2003, de autoria do Senador José Sarney, que estende os benefícios fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus para a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana e outras áreas da Amazônia Ocidental.	168
		Apelo aos parlamentares no sentido de um esforço para a votação, com urgência, do Orçamento da União para 2006.	313
		HELOÍSA HELENA	
		Comentários sobre notícias veiculadas pela mídia a respeito do Ministério da Saúde. Apelo ao Governo no sentido de que não leiloe o cargo de Ministro da Saúde, tendo em vista a situação da saúde em todo o País.	26

	Pág.		Pág.
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	187	Ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Federal, contra o Estado do Piauí, para proibir a exploração de bingo.	322
Críticas ao procedimento investigatório promovido pela Abin contra Parlamentares da Casa. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	195	Resposta ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti sobre irregularidade na votação do relatório da CPI dos Correios.	443
Considerações sobre a discussão do relatório final da CPMI dos Correios.	206	Acusação de falcatruas, praticadas pelo PT, no relatório final da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros.	448
Alerta quanto a possíveis negócios putrefatos de parlamentares na conclusão do relatório final da CPMI dos Correios.	208	Insatisfação quanto ao relatório final da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador José Agripino. ..	466
Preocupação com o destino de crianças e adolescentes ameaçadas pelo mundo do crime. Aparte ao Senador Romero Jucá.	345	Considerações a respeito do relatório final da CPMI dos Correios.	466
Críticas à Polícia Federal por ter ouvido o Ex-ministro Palocci em sua casa, e não na superintendência da PF, pela sua simples condição de Ex-ministro. Aparte ao Senador José Agripino.	355	Quebra de ética do PT ao tentar abafar verdades que estarreceram a Nação, na CPI. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	470
Considerações a respeito da dívida dos trabalhadores rurais do Nordeste. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.	360	IDELI SALVATTI	
Comentários em relação às políticas de assistência social. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	425	Registro da formatura de 1,2 mil jovens de áreas de risco da grande Florianópolis, que participaram do programa “Consórcio da Juventude”. .	42
Requerimento nº 382, de 2006, que solicita voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento de George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha.	432	Comentários sobre sugestões do PT ao Relatório Final da CPMI dos Correios.	42
Homenagem de pesar pelo falecimento de George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha. ..	434	Protesto contra episódio ocorrido na apresentação do relatório final da CPMI dos Correios, quando parlamentares foram impedidos de usar da palavra.	439
Requerimento nº 385, de 2006, que solicita Voto de aplauso à iniciativa das Lojas Maçônicas pela organização da Campanha Nacional “Doação de Medula Óssea”, lançada oficialmente no dia 25 de março de 2006.	437	JEFFERSON PÉRES	
Considerações sobre o relatório final da CPMI dos Correios.	444	Requerimento nº 364, de 2006, que solicita marcação de sessão especial em homenagem à Excelentíssima Senhora Michelle Bachelet, a primeira mulher eleita para Presidente da República do Chile, na sua história, por ocasião de sua visita ao Senador no dia 11 de abril de 2006.	40
Registro da presença de Vereadores do Município de Manhumirim, de Minas Gerais, no Senado Federal.	471	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	186
HERÁCLITO FORTES		Apoio para que o Senado Federal continue os trabalhos mesmo durante o feriado de Semana Santa.	187
Episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa e os novos fatos divulgados pela imprensa.	83	Considerações sobre o estudo da Unicamp, conduzido pelo economista Márcio Pochmann, intitulado “Classe Média (desempenho e crise)”.	244
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	191	JOÃO ALBERTO SOUZA	
Solicitação de providências da Casa, sobre a suspeita de que S.Exa. esteja sendo investigado pela Agência Brasileira de Inteligência – Abin.	194	Saudação à criação e instalação da Academia de Letras, Ciências e Ecologia do Leste Maranhense, com sede na cidade de Timon.	176

VIII

	Pág.		Pág.
Luta junto ao Governo Federal no sentido de uma intervenção na Baixada Maranhense, rica em história e mananciais de água doce.	318	Críticas ao procedimento investigatório promovido pela Abin contra Parlamentares da Casa. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	196
JOÃO BATISTA MOTTA		Considerações a respeito da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	210
Registro do artigo intitulado “A ironia da história”, de autoria do jornalista André Petry, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 22 de março de 2006. .	256	Esclarecimentos a respeito da CPMI dos Correios.	354
Comentários sobre o artigo intitulado “A esquerda diante do século 21”, de autoria do professor Marco Aurélio Nogueira, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 25 de março de 2006.	400	Preocupação com a contestação da aprovação do relatório final da CPMI dos Correios.	464
Comentários a respeito de uma discriminação generalizada do Governo Federal em relação aos Estados brasileiros. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	413	JOSÉ JORGE	
Críticas a respeito da atuação do Governo Lula e sua responsabilidade na crise do agronegócio brasileiro.	462	Leitura das declarações do Presidente Lula na posse dos novos Ministros.	86
Comentários sobre o artigo intitulado “Indecência”, de autoria do jornalista Fernando Rodrigues, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 22 de março de 2006.	481	Defesa de que seja feita uma representação individual contra cada um dos juízes que afastaram do cargo o Prefeito do Município Luís Eduardo Magalhães. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	175
JONAS PINHEIRO		Questionamentos sobre o envolvimento do Ministro Márcio Thomaz Bastos no episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos.	178
Requerimento nº 379, de 2006, que solicita autorização para viajar ao exterior, mais precisamente a Portugal e Espanha, no período de 21 a 30 de abril de 2006, a fim de participar, a convite da Confederação Brasileira das Cooperativas Habitacionais, da FENACHE (Federação Portuguesa de Cooperativas Habitacionais), da UAGACOVÍ (União de Cooperativas de Habitação da Espanha), da abertura do Congresso da FENACHE e dos jogos Cooperativos de Portugal.	301	Anúncio de envio de Requerimento à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência convocando para reunião o General Jorge Armando Félix, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, e Márcio Paulo Buzanelli, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	195
JORGE BORNHAUSEN		Apelo para que o Governo brasileiro defenda os investimentos da Petrobras na negociação com a Bolívia. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	198
Considerações a respeito do resultado final da CPMI dos Correios, sua tramitação, as audiências, as dificuldades, a atuação de diversos parlamentares e o que ficou absolutamente esclarecido.	430	Comentários sobre a acareação ocorrida no dia 4 de abril de 2006, na CPI dos Bingos, entre o Senhor Paulo de Tarso Venceslau e o Senhor Paulo Okamoto. Questionamento sobre a permanência do Senhor Paulo Okamoto dirigindo o Sebrae e se recusando a abrir seu sigilo bancário.	307
JOSÉ AGRIPINO		Críticas à operação para transformar em “pizza” a CPMI dos Correios. Aparte ao Senador César Borges.	311
Análise sobre o que se está assistindo no âmbito do governo do Presidente Lula, com relação à saída dos Ministros de Estado.	85	Transcrição de ofício circular do Diretor da ANP, Haroldo Lima.	319
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	183	Homenagem de pesar pelo falecimento de George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha. ..	436
		Comentários sobre a importância dos esclarecimentos que serão prestados pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos sobre a quebra de sigilo bancário de Francenildo dos Santos Costa.	451
		Comentários a respeito do relatório final da CPMI dos Correios e das manobras da Base do	

	Pág.		Pág.
Governo para amenizar e até mesmo corromper os fatos que a Comissão apurou.	459	Registro do artigo intitulado “A central de negócios das vestais decaídas”, de autoria do jornalista Fritz Utzeri, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 22 de março de 2006.	478
JOSÉ MARANHÃO		LEOMAR QUINTANILHA	
Considerações sobre a crise dos trabalhadores rurais nordestinos.	361	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	189
Felicitações ao atleta paraibano Kaio Márcio Almeida, medalha de ouro nos 100 metros borboleta, nas olimpíadas de Xangai-China.	471	Registro da paralisação da construção da ponte sobre o rio Araguaia.	201
Considerações sobre a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, referente à quebra do princípio da verticalização nas próximas eleições no País.	471	Anúncio de criação de força tarefa permanente para identificar as causas de doença que acarreta cegueira em habitantes das margens do rio Araguaia.	201
JOSÉ SARNEY		LEONEL PAVAN	
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	188	Infra-estrutura do transporte marítimo de cargas no País, o custo do frete, a inadequação da estrutura portuária, a mão-de-obra desqualificada e a falta de vontade política do governo de aplicar recursos nos portos.	78
Apelo para que o Senado Federal vote a medida provisória que trata da Geap.	336	Transcrição de nota do jornalista Anselmo Gois, publicada no jornal <i>O Globo</i> , intitulada “Dia da Mentira”.	92
JUVÊNCIO DA FONSECA		Registro da matéria intitulada “Moral torta”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 29 de março de 2006.	103
Comentários sobre o artigo intitulado “Um assessor sob suspeita”, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 21 de março de 2006.	101	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	189
Parecer nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como 1º signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.	138	Homenagem à cidade de São Joaquim/SC, que realizaria, entre os dias 19 e 23 de abril de 2006, a “Festa Nacional da Maçã”.	192
Agravamento da delicada questão indígena no Mato Grosso do Sul.	167	Transcrição da matéria intitulada “O ‘Palocci-gate’ e a morte da ética”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 29 de março de 2006.	246
Considerações sobre a violência no Estado do Pará, levada a cabo pelo MST.	202	Cumprimentos aos moradores do município de Camboriú, em Santa Catarina, que completa 122 anos.	304
Registro da operação policial no Hospital Abelardo Santos, no Distrito de Coaracy, em Belém.	202	Apelo ao governo no sentido de socorrer o setor de produção de arroz catarinense, que se encontra em situação de descapitalização.	304
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	202	Comentários sobre as matérias intituladas “Sou criticado porque gasto com pobres” e “ONG pede investigação de cadastros”, publicadas no jornal <i>O Globo</i> , edição de 22 de março de 2006. .	391
Comentários sobre a matéria intitulada “Pe-tista queria seguir passos de Nildo”, de autoria da jornalista Rosa Costa, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 22 de março de 2006.	257	Dificuldades em liberar recursos por conta da discriminação do Governo Federal em relação ao Estado de Santa Catarina. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	411
Comentários sobre o editorial intitulado “Coisa de gângster”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 25 de março de 2006.	393		

	Pág.		Pág.
Comentários ao artigo intitulado “Imagem dilapidada”, de autoria do jornalista Fernando Rodrigues, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 25 de março de 2006.	485	aplausos para o Senhor Eder Jofre, pela passagem de seu 70º aniversário.	218
LÚCIA VÂNIA		MAGUITO VILELA	
Registro do artigo intitulado “No labirinto”, de autoria da jornalista Mirian Leitão, publicado na coluna Panorama Econômico, do jornal <i>O Globo</i> , edição de 23 de março de 2006.	97	Homenagem a Jataí/GO pelo transcurso dos 51 anos da visita do então candidato a presidente da República, Juscelino Kubitschek, quando afirmou que construiria a capital federal no Planalto Central.	213
Registro do artigo intitulado “Uma rede para nossa tribo”, da professora Maria Helena Guimarães de Castro, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 23 de março de 2006.	255	Apelo para a aprovação do Orçamento. Aparte ao Senador Gilvam Borges.	314
LUIZ OTÁVIO		Homenagem ao jornal <i>O Popular</i> , de Goiás, que completa 68 anos de fundação.	321
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	190	MÃO SANTA	
LUIZ PONTES		Posse do Ex-senador Francisco Escórcio na Câmara Federal.	27
Comentários sobre matéria intitulada “Correitor diz ter visto Palocci com lobistas”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 19 de março de 2006.	95	Sugestão para convocação de 22 membros do PMDB para derrubar o veto do Presidente Lula no que diz respeito ao endividamento dos agricultores brasileiros. Aparte ao Senador Osmar Dias.	47
Comentários à matéria intitulada “Orçamento tem rombo de R\$ 15,6 bilhões”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , em sua edição de 19 de março de 2006.	258	Comentários críticos a respeito da inauguração, pelo Presidente Lula, do aeroporto internacional de Parnaíba. Aparte ao Senador César Borges. ..	49
Requerimento nº 377, de 2006, que solicita informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre os recursos destinados a projetos pelo BNDES nos exercícios de 2000 a 2005, por região e por estado.	300	Registro de participação nos festejos dos 100 anos da primeira Loja Maçônica Parnaibana, em Parnaíba.	58
Comentários sobre a matéria intitulada “Jogo de empurra”, publicada no jornal <i>Correio Brasileiro</i> , edição de 21 de março de 2006.	399	Lembrança da oportunidade em que S.Ex ^a foi abençoado pelo Papa João Paulo II. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.	91
Transcrição nos Anais do Senado Federal da matéria intitulada “Gastos sociais caíram 2,7% no governo Lula”, de autoria de Ricardo Galhardo, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 22 de março de 2006.	488	Informação de que o Senador Ramez Tebet recebeu o título de Cidadão Brasileiro concedido pela Câmara Distrital.	92
MAGNO MALTA		Referências aos impostos e taxas pagos pelos brasileiros nas contas de energia elétrica.	165
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	188	Comunicado do falecimento da Senhora Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	167
Requerimento nº 373, de 2006, que solicita seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de		Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	190
		Solidariedade ao Senador Heráclito Fortes quanto a suspeita de que S.Exa. esteja sendo investigado pela Agência Brasileira de Inteligência – Abin. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	197
		MARCELO CRIVELLA	
		Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2006, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995,	

	Pág.		Pág.
para permitir ao contribuinte pessoa física deduzir do Imposto de Renda parcela do valor pago no ano-calendário para a aquisição de imóvel residencial mediante financiamento.	302	pronunciamento sobre o Banco do Nordeste do Brasil.	176
Homenagem ao Senador Ramez Tebet pelo recebimento do título de Cidadão Brasileiro. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	317	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	190
MARCO MACIEL		Decepção com a demora na aprovação do Orçamento da União para 2006.	312
Registro da posse do Vice-Governador Mendonça Filho, à frente do Estado de Pernambuco. Elogios ao ex-Governador Jarbas Vasconcelos por sua competente administração. Votos de pleno êxito ao Vice-Governador de São Paulo, Cláudio Lembo, que assumiu o cargo de Governador do Estado. .	154	Saudações ao atleta Kaio Márcio que se consagrou campeão mundial dos cem metros nado borboleta em Xangai.	460
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	192	OSMAR DIAS	
Registro da inauguração do Museu da Língua Portuguesa, na Estação da Luz, em São Paulo, solenidade que contou com a presença de diversas autoridades. Abertura, no Senado Federal, da Mostra Especial Portuguesa.	437	Alerta ao Governo Federal sobre a crise que se abate sobre o campo, uma vez que o Banco do Brasil transferiu a dívida dos agricultores do Paraná para a Receita Federal.	45
MARIA DO CARMO ALVES		Preocupação com a dura realidade dos jovens na capital paranaense, que em sua maioria estão desempregados e no mundo das drogas.	172
Registro da participação de S.Exa., no período de 28 a 31 de março, em Valência, Espanha, do quinto Fórum da Aliança Mundial de Cidades contra a Pobreza, patrocinada pelo PNUD.	330	Considerações a respeito da gravidade da situação dos agricultores brasileiros. Aparte ao Senador Leonel Pavan.	305
MOZARILDO CAVALCANTI		Considerações a respeito do número exagerado de medidas provisórias que dificultam a votação de matérias importantes pelo Senado.	336
Requerimento nº 381, de 2006, que solicita a designação para representar o Senado, acompanhar e avaliar os desdobramentos decorrentes do processo de Demarcação Administrativa da terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nos Municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no Estado de Roraima no período de 10 a 17 de abril de 2006.	417	PAPALÉO PAES	
NEY SUASSUNA		Comentários sobre matéria publicada no jornal <i>A Gazeta</i> , sobre a entrada do Amapá na rota dos crimes de pedofilia pela Internet.	30
Preocupação com o endividamento dos agricultores da Região Nordeste. Aparte ao Senador Osmar Dias.	47	Registro da matéria intitulada "Casa Civil veta acesso a gastos do Planalto", publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 23 de março de 2006. .	98
Comentários sobre resultado de pesquisa qualitativa realizada na Paraíba, que revelou crise nos seguintes setores: emprego, educação e saúde.	79	Registro da matéria intitulada "E agora, Petrobras?", publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 29 de março de 2006.	254
Esclarecimentos sobre distorção pela imprensa de palavras proferidas por S. Ex ^a ., em recente		Registro do artigo "Fim de festa", de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 28 de março de 2006.	397
		Comentários sobre a matéria intitulada "Adeus, Palocci", publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 28 de março de 2006.	487
		PAULO PAIM	
		Anúncio de que a Petroquisa não vai concretizar troca de ações com a Braskem, o que é benéfico para a economia gaúcha, assim como para os pólos petroquímicos do Rio Grande do Sul.	21

	Pág.		Pág.
Leitura de documento recebido de diversas associações de auditores fiscais manifestando preocupação com projeto que trata do “Super-Simples”.	21	beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária.	134
A importância da BR-116, que liga o interior gaúcho a Porto Alegre, e a necessidade de sua modificação para via expressa, sem pedágio. Anúncio de obras, pelo governo Lula, na BR-116, com a construção da BR-448.	170	Considerações a respeito da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	209
Conclusão do primeiro ciclo de estudos da Comissão Mista destinada a discutir uma proposta definitiva de valorização do salário mínimo e dos benefícios dos aposentados e pensionistas.	170	Considerações sobre o relatório final da CPMI dos Correios. Elogios ao trabalho da Deputada Denise Frossard na referida CPMI.	214
Elogios para os programas do Governo Federal: Luz para Todos, Bolsa Família e o Seguro da Agricultura Familiar.	275	Solidariedade ao Senador Arthur Virgílio pelo falecimento de sua mãe.	214
Requerimento nº 378, de 2006, que solicita seja inserido em ata, Voto de pesar pelo falecimento de Luiz Carlos Calachi Moraes, ocorrido em 3 de março de 2006, devendo ser enviado à Vereadora e esposa Margarete Moraes na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre/RS e sua mãe Alba Calachi Moraes.	301	RAMEZ TEBET	
Homenagem de pesar pelo falecimento da mãe do Senador Arthur Virgílio, Sra. Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro.	307	O encerramento dos trabalhos da CPMI dos Correios e a ameaça de não se chegar a um acordo sobre a apresentação de um relatório final.	315
Homenagem ao Senador Ramez Tebet pelo recebimento do título de Cidadão Brasileiro. Aparte ao Senador Ramez Tebet.	316	Consternação pelo falecimento da mãe do Senador Arthur Virgílio.	315
Leitura de requerimento que solicita Voto de pesar pelo falecimento de Luiz Carlos Calachi Moraes, ocorrido em 3 de março de 2006.	356	ROBERTO SATURNINO	
Elogios à iniciativa do Senador Garibaldi Alves Filho em pensar no PIB como instrumento de recomposição de perdas para o salário mínimo e para os aposentados e pensionistas. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.	359	Requerimento nº 370, de 2006 (Requerimento nº 8, de 2006 – CRE), que solicita, considerando denúncias feitas sobre irregularidades contábeis na empresa binacional Itaipu, sejam prestadas pelo Ministro de Estado de Minas e Energia esclarecimentos sobre a fiscalização exercida na administração da Itaipu.	115
Constatação da importância da educação para o País. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. ...	419	RODOLPHO TOURINHO	
Homenagem de pesar pelo falecimento de George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha. ..	436	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	198
O direito ao feriado de Páscoa dos funcionários do Banco Santander Banespa.	492	Considerações sobre a questão do gás natural.	198
PEDRO SIMON		Manifestação contrária ao veto do projeto de renegociação da dívida dos produtores rurais brasileiros. Aparte ao Senador Leonel Pavan.	306
Parecer nº 289, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2003, tendo como 1º Signatário o Senador Sibá Machado, que altera o art. 189 da Constituição Federal, suprimindo a expedição de título do domínio aos		Críticas às declarações do Senhor Paulo Okamoto na CPI dos Bingos. Aparte ao Senador José Jorge.	308
		Importância da não alteração da “espinha dorsal” do relatório da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador César Borges.	311
		ROMERO JUCÁ	
		Esclarecimento de que não é preciso a aprovação do PPA para se votar o Orçamento. Aparte ao Senador Sibá Machado.	339
		Preocupação com os jovens da cidade de Boa Vista.	344

Pág.	Pág.		
Comentários a respeito dos Centros e Redes de Excelência da Petrobras, que consegue, cada vez mais, melhor a qualidade de seus produtos e serviços.	403	Registro da matéria intitulada “TCU detecta superfaturamento de US\$ 23 milhões na Petrobras”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 20 de março de 2006.	250
Cumprimento dos acordos firmados para a homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.	460	Registro do artigo intitulado “E prossegue a orgia dos gastos públicos”, de autoria do economista Roberto Macedo, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 23 de março de 2006.	398
Considerações pelos graves desequilíbrios de que padece hoje a Amazônia e elogios ao trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.	490	Registro da matéria intitulada “Palocci ordenou a Mattoso violação do sigilo do caseiro”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 2 de abril de 2006. ..	479
ROMEU TUMA		SÉRGIO ZAMBIASI	
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	192	A importância do Senador Paulo Paim na mobilização contra a troca de ações da Petroquisa com a Braskem. Aparte ao Senador Paulo Paim. .	22
Considerações a respeito da suposta investigação do Abin sobre o Senador Heráclito Fortes. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	194	Registro da iniciativa de jovens adventistas gaúchos de promover a campanha “Mais Vida”, de doação de sangue.	28
Contato com o General Jorge Armando Félix, a respeito do procedimento investigatório promovido pela Abin contra o Senador Heráclito Fortes. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	196	Registro da edição do jornal de Porto Alegre, <i>Diário Gaúcho</i> , com a manchete “Tiros e Pânico na Escola”. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. .	421
Considerações a respeito das negociações entre Brasil e Bolívia quanto ao gás natural. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	199	Homenagem à atriz Carmen Silva, que celebrou no Theatro São Pedro, em Porto Alegre, 90 anos de vida e 67 anos de vida artística.	423
Comentários a respeito da série “Falcão - Meninos do Tráfico”. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	206	SERYS SLHESSARENKO	
Considerações sobre o relatório final da CPMI dos Correios.	209	Requerimento nº 376, de 2006, que solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre o Contrato de locação de imóvel firmado com a empresa imobiliária “Irmãos Sarkis”.	300
Legalidade da ação do Exército Brasileiro no Rio de Janeiro, destinada à recuperação de armas roubadas de um quartel.	209	SIBÁ MACHADO	
Críticas pela falta de votação do Orçamento. ..	340	Comentários a respeito do relatório de revisão do PPA da matéria sobre o Orçamento.	338
Comentários sobre a série “Falcão - Meninos do Tráfico”.	420	Justificativa quanto à demora na apresentação do PPA.	343
Manifestação em defesa do Ex-governador Geraldo Alckmin, com relação à Febem.	424	Considerações a respeito do avanço tecnológico na área aeroespacial brasileira. Aparte ao Senador José Maranhão.	362
Ponderações sobre o direito à habitação, objeto da Emenda à Constituição nº 26, de 2000.	424	Comentários a respeito da VIII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidades Biológicas.	371
Leitura de informe sobre incidente ocorrido nas fronteiras do Brasil com a Venezuela e com a Colômbia, na área de fronteira do Cucuí, no Amazonas.	430	TASSO JEREISSATI	
SÉRGIO GUERRA		Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	197
Registro da matéria intitulada “Palocci fica no cargo, mas oposição eleva o tom das críticas”, publicada no jornal <i>Valor Econômico</i> , edição de 20 de março de 2006.	99		

XIV

	Pág.		Pág.
Considerações sobre a violência no Estado do Pará, levada a cabo pelo MST. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca.	204	Esclarecimentos sobre o grave problema da obesidade infantil no Brasil, que já é objeto de um projeto de lei da autoria de S.Exa.	327
Considerações a respeito do relatório final da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros.	447	Alerta sobre a importância de se votar a matéria sobre a Geap, a Fundação de Seguridade Social.	335
TIÃO VIANA		Cópia de ofício enviado pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos ao Senador Renan Calheiros.	442
Justificação de requerimento em que solicita Voto de pesar pelo falecimento da Doutora Vanize de Oliveira Macêdo, Professora Titular da Faculdade de Medicina da UnB e Coordenadora da Pós-Graduação em Medicina Tropical.	31	VALDIR RAUPP	
Requerimento nº 363, de 2006, que solicita homenagens pelo falecimento da Doutora Vanize de Oliveira Macêdo, Professora Titular da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília.	40	A importância do Projeto de Lei nº 2.403, de 2003, que estende os benefícios fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus para a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana e outras áreas da Amazônia Ocidental. Aparte ao Senador Gilvam Borges.	169
Leitura de nota recebida do Ministério da Justiça, sobre o episódio da quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa.	44	Satisfação com a liberação da licença de construção do gasoduto Urucu-Porto Velho pelo Ibama. Apelo ao Governo Federal pela liberação de recursos para a construção do gasoduto em Rondônia.	173
Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio.	192	Apoio à decisão do BNDES de reduzir o <i>spread</i> de seus empréstimos para investimentos, principalmente em inovação das empresas.	245
Considerações a respeito da suposta investigação do Abin sobre o Senador Heráclito Fortes. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	194	A crise do agronegócio brasileiro.	461
Apoio à proposta do Senador Heráclito Fortes de chamar à CPI dos Bingos o Procurador e o Presidente da Loteria. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	322	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
		Considerações a respeito da votação do relatório final da CPMI dos Correios.	444